

BRASIL. MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO (PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA)

RELATORIO ... DO ANNO DE 1850 APRESENTADO Á
ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA NA 3ª SESSÃO DA 8ª
LEGISLATURA. (PUBLICADO EM 1851)

INCLUI ANNEXOS.

RELATORIO
DA
REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

APRESENTADO

À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

NA TERCEIRA SESSÃO DA OITAVA LEGISLATURA

PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE LAEMMERT

RUA DOS INVALIDOS, 61 B

1851

RELATORIO

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação.

Venho submeter á vossa consideração o que tem occorrido na repartição a meu cargo depois do meu ultimo relatorio. Esta minha exposição é acompanhada dos documentos respectivos, que explicão largamente os assumptos de maior importancia.

Secretaria.

Pela affluencia e complicação dos negocios que tem sobrevindo nestes ultimos tempos não me foi ainda possivel occupar-me dos melhoramentos que, como já vos informei, exige o Regulamento de 26 de Fevereiro de 1842 para melhor regular os trabalhos da secretaria. Esta necessidade se teria feito sentir mais, se não fôra o incansavel zelo de seu official maior em supprir os defeitos daquelle regulamento, e a applicação e coadjuvação que o mesmo encontra nos empregados que lhe são subordinados.

O quadro sob N.º 1 vos mostrará o pessoal em effectivo serviço na secretaria, com indicação dos empregados que estão em commissão.

A vista da authorisação dada pelo artigo 11, § 9 da lei n.º 551 de 15 de Junho do anno passado para alugar uma casa para a secretaria de estado dos negocios estrangeiros, trato de obter, uma com as accomodações necessarias.

Corpo diplomatico.

Mui poucas alterações tem soffrido o quadro do corpo diplomatico brasileiro, como vereis, comparando o que vai junto a este Relatorio sob n.º 2 com o que acompanhou o do anno passado.

A legação imperial na Austria tem sido regida pelo seu secretario João Alves de Brito, e com satisfação do governo imperial.

O conselheiro Paulo Barbosa da Silva continúa enfermo e com licença.

Tendo obtido demissão o encarregado de negocios junto do governo da republica franceza, José Maria do Amaral, S. M. o Imperador houve por bem remover de Londres para Paris o addido João Alves Loureiro, promovendo-o a secretario de legação. E tem como tal de exercer interinamente junto daquelle governo as funcções de chefe de legação da terceira ordem, até que ali se apresente um ministro de superior categoria.

O conselheiro José Marques Lisboa, que se achava com licença nesta cõrte, já regressou para seu posto. Durante a sua ausencia ficou acreditado como encarregado de negocios interino o addido servindo de secretario Joaquim Thomaz do Amaral, o qual tem desempenhado esta commissão por uma maneira louvavel e satisfactoria.

Havendo o secretario e encarregado de negocios interino em S. Petersburgo, José Ribeiro da Silva, pedido licença para ausentar-se daquelle paiz por motivos de saúde, o governo imperial entendeu conveniente muda-lo para Roma, na qualidade de secretario, e nomear para o substituir como secretario e encarregado de negocios interino a Luiz Pereira Sodré, enquanto não fosse nomeado um chefe para aquella legação.

Apreciando S. M. o Imperador em muito as relações do Imperio com as republicas nossas conferrancas, acaba de nomear para o Chile, Perú, Nova Granada, Equador, Bolivia e Venezuela, em missão especial, ao conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. Com esta missão propõe-se o governo imperial regular assumptos de interesse mutuo com os governos daquellas republicas, relativos á fixação de limites, commercio de fronteira e navegação de rios.

Os precedentes do conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, o seu zelo e intelligencia e o conhecimento que tem dos negocios da America, tornavão-no o mais proprio para essa importante commissão.

Apresento-vos sob N.º 3 uma relação dos empregados no corpo diplomatico brasileiro do Imperio, de que trata o quadro sob N.º 2, com declaração dos empregos que tem exercido e dos vencimentos que actualmente percebem.

Quando decretardes a lei relativa a estes servidores do Estado, o governo imperial, em conformidade della e do regulamento que confectionar para sua execução, resolverá sobre o pessoal que deve fazer definitivamente parte do quadro, e a respeito daquelles que, não estando em commissão, não devem contudo perder os longos annos de serviço que tem tido nesta carreira.

O governo da republica franceza acaba de promover a ministro residente a Mr. de S. Georges, que aqui tem funcionado na qualidade de encarregado de negocios interino.

S. M. B. tambem promoveu a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario ao seu encarregado de negocios nesta cõrte Mr. Hudson.

O governo do Chile, reconhecendo a necessidade de que seja a republica representada neste Imperio por um funcionario de categoria diversa da do que reside nesta cõrte, propõe-se a acreditar junto do governo imperial, no interesse das boas relações entre os dous paizes, um encarregado de negocios; e para este fim pediu ao congresso nacional os necessarios fundos.

O presidente e ministro das relações exteriores da republica de Bolivia annunciou ás camaras legislativas no anno proximo findo a nomeação de um encarregado de negocios para vir residir nesta cõrte.

O quadro sob N.º 4 vos mostrará o pessoal do corpo diplomatico estrangeiro.

Corpo consular.

Apresento-vos nos quadros sob N.º 5 e 6 o pessoal do corpo consular brasileiro nos paizes estrangeiros e destes nos portos do Imperio, sendo com poucas alterações o mesmo do anno passado.

O chefe de esquadra João Pascoe Grenfell, consul geral em Liverpool, foi chamado para ser empregado em commissão no Rio da Prata, ficando encarregado do consulado o vice-consul.

Foi ultimamente nomeado um consul geral para ir residir em Cayenna, devendo aguardar o exequatur á sua patente na capital do Pará, para onde já partio.

Convindo dar aos agentes consulares brasileiros as convenientes instrucções sobre o modo por que devem ser soccorridos em paizes estrangeiros os subditos desvalidos deste Imperio, foi-lhes expedida por este ministerio a circular sob N.º 7, ficando assim explicado o art. 153 e seguintes do respectivo regimento de 11 de Junho de 1847, afim de que não recia essa protecção em individuos de nacionalidade duvidosa e nem pesem sobre o thesouro publico despezas nos casos em que póde o mesmo ser indemnizado.

O governo de S. M. Fidelissima ainda não conveio na admissão pura e simples de

agentes consulares brasileiros em suas possessões ultramarinas abertas ao commercio estrangeiro.

Disse-vos, senhores, que o governo imperial se occuparia de estabelecer regras fixas sobre as prerogativas de que devem gozar os consules estrangeiros no Imperio, e de marcar e definir claramente a ingerencia que devem ter na arrecadação e administração das heranças jacentes dos subditos de sua nação, que fallecerem com testamento ou sem elle, feitas as devidas alterações nos regulamentos actuaes, e isto por virtude da authorisação concedida pelo artigo 46 da lei de 28 de Outubro de 1848.

Esse trabalho está quasi concluido e brevemente será publicado.

Paquetes movidos por vapor.

Tendo sido o governo imperial autorisado por decreto n.º 591 de 13 de Setembro do anno proximo passado a isentar, por prazo conveniente, dos direitos de ancoragem e de outro qualquer direito de porto que se haja de estabelecer, os paquetes de vapor da real companhia britannica, destinados a fazer o serviço da correspondencia entre o Brasil e a Grãa-Bretanha, não se comprehendendo os direitos que se cobrão em favor das casas de caridade, por notas reversaes trocadas entre este ministerio e a legação de S. M. B. em 14 de Outubro se declararão uma por uma quaes as isenções concedidas pelo referido decreto e as facilidades já atiançadas e outorgadas por notas de 13 de Janeiro e 24 de Abril de 1849, e fixou-se o prazo de dez annos, dentro do qual poderião gozar desses favores no Imperio os ditos vapores.

Em additamento a este ajuste, outro se concluiu em 10 de Março ultimo entre o governo imperial e por parte da legação de S. M. B., e estipulou-se:

1.º Que além do peso fixado para a isenção da correspondencia official do governo imperial entre o Brasil e a Grãa-Bretanha pelo artigo 6.º do accordo de 14 de Outubro, seria tambem franca de porte até o peso de trinta onças a que fosse transportada entre o Brasil e Portugal, e até vinte onças cada uma das malas com Montevideo e Buenos-Ayres.

2.º Que não sendo pelos correios deste Imperio taxada a correspondencia official das autoridades britannicas transportada de um para outro porto do Imperio, de igual isenção gozaria a correspondencia official do governo imperial transportada para os mesmos portos pelos paquetes.

3.º Que os jornaes brasileiros seriam sempre francos de porte, fosse qual fosse a sua direcção, da mesma maneira por que o erão os da Grãa-Bretanha viudos para o Imperio.

4.º Que o porte das cartas transportadas para a Europa pelos ditos paquetes ficaria reduzido a um shelling, em vez de dous shellings e nove pence, taxa actual.

5.º Que a agencia britannica receberia a quota que lhe deve ser paga pelo correio geral por cada onça de cartas importadas da Europa, á razão de 200 reis, em vez de 552 reis, como até agora.

6.º Que o porte da correspondencia particular deste para os portos do Imperio, e vice-versa, seria calculado pelo porte simples que por sua parte recebe o correio geral dessa mesma correspondencia.

7.º Que as malas da correspondencia particular para os portos do Imperio seriam exclusivamente feitas no correio geral, e o seu porte pago á agencia britannica da maneira por que fosse accordado pelo mesmo correio e aquella agencia.

8.º Que as malas da correspondencia official do governo imperial para aquelles portos seriam igualmente feitas no correio geral, para onde seriam remettidas, e sempre separadas das de que trata o artigo antecedente.

9.º Que os jornaes e as malas do correio geral seriam remettidos á agencia britannica até ás 9 horas da manhã do dia da sahida dos paquetes.

10. Que entre o correio geral e a agencia britannica se regularião as contas na fórma do costume.

11. Que com o fim de prevenir qualquer demora na sahida dos paquetes haveria um agente responsavel da companhia pelos direitos e contribuições que devessem elles pagar, e pelas multas que em virtude dos regulamentos fiscaes fossem impostas aos respectivos commandantes.

12. Que em virtude dessa responsabilidade, sendo entregues as malas a bordo, não poderiam ser os ditos paquetes detidos sob qualquer pretexto nos portos do Imperio além da hora fixada para sua partida.

Para tornar effectiva aquella responsabilidade, em conformidade do artigo 12 deste ultimo accordo, sollicitou a legação de S. M. B. o beneplacito imperial, e foi este concedido, á nomeação dos agentes da companhia real da Grã-Bretanha para os portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Sendo incontestaveis as vantagens que resultão do estabelecimento dos paquetes da companhia real da Grã-Bretanha para a transmissão rapida e segura da correspondencia official e particular dos dous paizes, tem o governo imperial recomendado e expedido as ordens as mais terminantes, para que os supracitados ajustes sejam escriptamente observados pelas respectivas repartições.

Não pôde ter lugar a isenção dos direitos sobre carvão importado para o uso de taes vapores, sollicitada pela legação de S. M. B., e garantida em nota de meu antecessor de 24 de Abril de 1849, até á proxima reunião da assembléa geral legislativa, porque o decreto de 13 de Setembro do anno passado não comprehendeu esse ponto, sobre o qual todavia insistio aquella legação. Vós resolveis sobre elle, attenta a utilidade resultante de semelhante empreza, o que vos parecer mais conveniente.

Achareis nos documentos que decorrem de N.º 8 a 16 quanto tem occorrido sobre este assumpto.

Commissão mixta brasileira e hespanhola.

Tendo o governo de Sua Magestade Catholica dado ordem ao seu ministro nesta cõrte, para autorisar o commissario hespanhol a admittir conjunctamente com o commissario brasileiro a exame e liquidação os credits reclamados por subditos deste imperio, aquella commissão, que por tanto tempo teve os seus trabalhos paralyzados por falta dessas instrucções, já começou a funcionar.

As reclamações a cuja liquidação se tem de proceder, são as que vão juntas sob n. 17, tendo de se encontrar nas quantias que se liquidarem para serem indemnizados os subditos hespanhoes a importancia das que fõrem devidas aos subditos brasileiros.

Sereis informados opportunamente do que occorrer sobre essa liquidação, e do accordo que a este respeito tomarem os dous governos.

Reclamações pertencentes ao art. 3.º da convenção adicional ao tratado celebrado com Portugal em 29 de Agosto de 1825.

O commissario brasileiro encarregado da liquidação das reclamações fundadas em contractos, celebrados por autoridades brasileiras pertencentes á commissão mixta do art. 3.º da convenção adicional ao tratado de 29 de Agosto de 1825, conforme a resolução tomada pelo governo imperial, e que vos foi communicada no meu relatorio de Janeiro do anno passado, offereceu antes de proceder áquella liquidação, alguns trabalhos preparatorios, que submetteu á consideração e approvação do governo.

Este assumpto foi remettido ás secções do conselho de estado a que pertencem os negocios estrangeiros e da fazenda, para sobre elle darem o seu parecer com brevidade, affin de se poder proseguir naquella liquidação, cujo resultado será opportunamente trazido ao vosso conhecimento.

A legação de Sua Magestade Fidelissima nesta cõrte, referindo-se em Abril do anno proximo passado á parte do relatorio que tratou deste assumpto, entendem que, havendo o governo imperial resolvido mandar liquidar as reclamações de particulares por contractos havidos com as autoridades brasileiras, não havia mais motivo para deixar de funcionar a commissão mixta brasileira e portugueza para proceder á liquidação de reclamações pendentes de governo a governo, conforme a intelligencia dada pelo seu ao artigo 3.º da referida commissão.

Ainda hoje insiste aquelle ministro nessa intelligencia do art. 3.º, e na reinstalação da commissão mixta, de ordem expressa da sua cõrte, e com os mesmos fundamentos.

O governo imperial não acquiesceu, antes desta nova insistencia, a que continuassem os

trabalhos da dita comissão, por importar o reconhecimento de que o art. 3.º não comprehende as reclamações particulares, á que aliás são obrigados os dous governos pelos contractos celebrados pelas respectivas autoridades.

O ministro de S. M. Fidelissima accrescenta hoje, que o seu governo não deixará também de por sua parte adoptar o expediente de mandar liquidar as reclamações de particulares, que digão respeito a ajustes celebrados por autoridades portuguezas.

O governo imperial reconsiderará essa reclamação para resolver convenientemente.

Convenção com os Estados-Unidos da America para o pagamento das reclamações Norte Americanas.

Em conformidade do que foi estipulado na convenção junta sob n. 18, celebrada nesta côrte em 27 de Janeiro de 1849 entre Sua Magestade o Imperador e o Presidente dos Estados-Unidos da America, para satisfazer por via de transacção, como já vos foi presente, todas as reclamações norte americanas pendentes até aquella data, foi posta pelo governo imperial á disposição dos mesmos Estados, e entregue nesta côrte á respectiva legação pelo restante dos creditos abertos pela resolução de 7 de Novembro de 1831 e 23 de Outubro de 1832, declarados em vigor pela assembléa geral legislativa, a quantia de quinhentos e trinta contos de réis em moeda corrente do imperio, com os juros vencidos até 27 de Setembro proximo passado, em que se fez o pagamento, importando o principal e juros em rs. 569:466=849.

Em execução do art. 3.º da mesma convenção forão também entregues áquella legação todos os documentos relativos ás mesmas reclamações, para poderem ser attendidas como convenha pelo governo dos Estados-Unidos.

Pagamentos das reclamações hollandezas mandados fazer pelo convenio de 15 de Novembro de 1849.

Como o antecedente, também já teve o seu pleno effeito o ajuste sob n. 19, concluido com o consul geral dos Paizes-Baixos em 15 de Novembro de 1849 para indemnisação total das presas feitas aos subditos hollandezes no Rio da Prata, na importância de rs. 79:623=920; sendo esta quantia paga em 15 de Outubro ultimo pelos mesmos creditos com os juros vencidos desde a data do ajuste, importando as duas parcelas em rs. 83:995=600.

Cartas precatórias e rogatorias.

O governo de Sua Magestade Fidelissima, adoptando as regras estabelecidas pelo aviso de 1 de Outubro de 1847, expedido pelo ministerio da justiça deste imperio, sobre o—cumpra-se—das nossas autoridades nas cartas precatórias ou rogatorias para simples citações ou inquirições sobre objectos civis, emanadas de autoridades judiciaes estrangeiras, modo de sua expedição, e como devem ser processadas, determinou por portaria de 18 de Outubro proximo passado que tanto no cumprimento, como na expedição de taes documentos, se guardasse pelas autoridades judiciarias portuguezas a este respeito a mais perfeita reciprocidade.

Este assumpto vos foi presente por um de meus antecessores na sessão de 1848, e a elle se referem os ns. 20 e 21 dos documentos que acompanhão este relatório.

Parte commercial.

Em additamento ás communicações que vos forão feitas nos relatorios anteriores sobre o estado de nossas relações commerciaes com varias potencias maritimas, devo informar-vos que, havendo os governos da Hollanda, do Chile e da Grecia participado, por intermedio de seus

respectivos consules nesta cõrte, que os navios e generos brasileiros erão nos portos de sua nação tratados como os nacionaes quanto aos direitos de navegação e de alfandega, resolvem o governo imperial, prevalecendo-se da autorisação que lhe foi dada, equiparar tambem aos navios e generos brasileiros os daquellas nações.

O governo dos Estados-Unidos da America, satisfeito com o systema que segue o Imperio em suas relações commerciaes, manifestou o desejo de torna-las permanentes por um tratado pelo tempo que nelle fosse convencionado, e, em 13 de Agosto de 1849, submetten o seu ministro nesta cõrte á consideração do governo imperial um projecto, formulado em conformidade das estipulações do tratado que foi celebrado entre os dous paizes em 12 de Dezembro de 1828, debaixo do principio da mais perfeita reciprocidade, accrescentando que por este modo se resolverião as questões que podem provir da diversa intelligencia que ao art. 33 do mesmo tratado tem dado os dous governos.

Havendo S. M. o Imperador julgado conveniente ouvir a respectiva secção do conselho de estado sobre aquella proposta, em conformidade do parecer da mesma secção, ficou resolvido que não havia motivos sufficientes para a sua adopção, e para estabelecer uma excepção á politica que tem seguido a tal respeito o governo imperial, recusando-se a entrar em identicas negociações com outros estados; e assim se communicou ao ministro norte americano per nota de 22 de Abril proximo findo.

Sobre estes assumptos passou-se a correspondencia de ns. 22 a 31.

O ministro dos Estados-Unidos não insiste mais na celebração de um tratado: insiste porém na intelligencia dada pelo seu antecessor ao art. 33 do de 1828, questão esta que está por isso ainda pendente.

Reclamações.

O governo de Sua Magestade Britannica participou em 17 de Março do corrente anno que na época da expiração das funcções das commissões mixtas estabelecidas pela convenção de 23 de Novembro de 1825 entre a Grãa-Bretanha e o Brasil, existia em deposito, proveniente da metade devida ao Brasil do producto dos navios negreiros condemnados pela commissão mixta em Serra Leoa, desde 31 de Dezembro de 1837, a quantia de 20 mil libras esterlinas.

Deduzidas as despesas com o sustento e transporte de marinheiros brasileiros, enquanto ali durou a commissão mixta brasileira e ingleza, e com os que tem sido soccorridos e mandados posteriormente para o Brasil depois da cessação daquella commissão, accrescenta o mesmo governo que havia ainda um saldo a favor do Brasil de dezaseis mil libras para occorrer a outras despesas de semelhante natureza.

Não reconhecendo o governo imperial na Grãa-Bretanha o direito de fazer julgar navios brasileiros em virtude e conforme a uma lei ingleza, e de dispôr de quantias em deposito pertencentes ao Brasil sem o seu consentimento, declarou que havendo expirado, como expirarão a convenção adicional, regulamento e instrucções de 1817, não podia consentir nem consentia em quaesquer deducções das sommas de que se trata.

O art. 9 do tratado entre o Brasil e a França de 8 de Janeiro de 1826 manda entregar os marinheiros desertores, assim dos navios de guerra, como dos mercantes das duas nações, logo que fõrem competentemente reclamados.

Tendo porém o art. 7 do decreto de 27 de Abril de 1848 da republica franceza tornado extensivo ás suas colonias o principio — de que o territorio da França liberta o escravo que o toca —, prevenio em 12 de Setembro daquelle anno o governador da Guyanna Franceza, Mr. Pariset, em uma communicação toda benevola ao presidente da provincia do Pará, de que não poderia receber mais reclamações para a entrega dos escravos do Brasil que ali se refugiassem, comprehendidos aquelles que fazem parte da tripulação dos navios brasileiros.

Deu a isso lugar a chegada a Cayenna de alguns escravos naufragados, pertencentes á tripulação do brigue brasileiro *Aguia*, os quaes entretanto fez depois o dito governador capturar e entregar ao mestre, não obstante terem pretendido aproveitar-se da lei franceza sobre a abolição da escravatura.

O presidente da provincia do Pará, correspondendo, como devia, em 29 de Novembro do mesmo anno, ás benevolas disposições e expressões com que foi feita aquella declaração,

respondeu que a faria chegar ao conhecimento do governo imperial, para que este, entendendo-se amigavelmente com o da republica, resolvessem ambos algumas hypotheses relativas ao objecto e ao modo pratico da applicação do referido decreto, sem prejuizo dos interesses commerciaes do imperio, e sem quebra do tratado existente entre os dous paizes.

O governo francez, com o qual procurou entender-se o governo imperial acerca da applicação do art. 9 daquelle tratado, expedio, segundo participou a legação imperial em Paris, pelo ministerio da marinha, as precisas ordens para que se mantivesse a doutrina do mesmo artigo.

Taes questões e complicações podem dar-se em outros paizes com os quaes não temos tratados. visto permittirem as leis brasileiras que a bordo dos navios nacionaes possam se matricular escravos como marinheiros.

Pertence-vos providenciar ou autorisar o governo para que coliba um uso que, além de ser prejudicial ao desenvolvimento da nossa marinha, dá lugar a complicações desagradaveis.

No annexo a este relatorio sob a letra — C — vem a correspondencia acima referida.

O governo da Confederação Argentina e o general Oribe nunca verificarão a entrega do avultado numero de escravos de subditos brasileiros.

As ordens expedidas áquelle respeito, a que se refere o ultimo relatorio desta repartição, nunca tiveram effeito.

Limites.

As controversias sobre os nossos limites com a Guyanna Franceza parecerão resolvidas em 1713 quando se assignou o tratado de Utrecht entre a França e Portugal.

Por este tratado foi designado como limite entre os dominios de S. M. Fidelissima e de S. M. Christianissima na America o rio Vicente Pinzon, que o governo imperial sustenta ser o mesmo Oyapoc, e situado ao norte do cabo de Orange, e que o governo francez pretende ser outro mais proximo do Cabo do Norte.

Esta questão tambem pareceu decidida com a conquista da Guyanna pelas armas portuguezas em 12 de Janeiro de 1809; e depois pelo artigo 107 do acto do congresso de Vienna de 9 de Junho de 1815, obrigando-se o governo de Portugal a restitui-la a S. M. Christianissima até o rio Oyapoc, cuja embocadura está situada entre o 4.º e 5.º grãos de latitude septentrional. limite que Portugal sempre considerou como o que fôra fixado pelo art. 8.º do tratado de Utrecht.

Segundo aquelle mesmo artigo, ficarão os dous governos de proceder amigavelmente á fixação definitiva dos limites das Guyannas portugueza e franceza, sempre conforme o preciso sentido do tratado de Utrecht.

Em execução desta estipulação, celebrou-se entre as duas corôas a convenção de 28 de Agosto de 1817, fixando-se no art. 1.º a época daquelle restituição, verificada em 8 de Novembro do mesmo anno, e convierão as duas partes contractantes pelo 2.º em nomear commissarios demarcadores para a fixação definitiva dos limites, os quaes deverião terminar seus trabalhos dentro de um anno, depois de sua reunião na Guyanna, findo o qual, se não chegassem a um accordo, se procederia a outro arranjo debaixo da mediação britannica, ainda conforme o sentido preciso do tratado de Utrecht.

Os commissarios nunca se reunirão, e sendo respeitada a posse de 1817, pareceu a controversia abandonada ou esquecida até o anno de 1836, época em que se estabelecerão, em contravenção ao estipulado nos tratados, os postos militares francezes no lago Mapá e ilha de Maracá.

Logo que o governo imperial teve conhecimento desta occurrencia, reclamou contra a occupação daquelles pontos, e, resolvendo afinal o governo francez a retirada de suas forças, ficou acordado, sob proposição de M. Guizot, datada de 5 de Julho de 1841, que seria strictamente mantido o *statu quo* de inoccupação, emquanto por ambas as partes e por convenientes negociações não fosse definitivamente fixada a verdadeira intelligência dos tratados sobre limites.

Assim estavam as cousas, quando em Dezembro do anno de 1849 constou officialmente ao presidente da provincia do Pará, que no Amapá se achavão estacionados dous brigues e um vapor de guerra francezes.

O governo imperial expedio logo á legação do Brasil em Paris as instrucções necessarias, para reclamar do governo da republica a evacuação da foz do Amapá e a manutenção do accordo havido em 1841.

Da correspondencia junta ao annexo—C—sob N.º 4 a 10, havida a este respeito entre aquelle presidente e o governador da Guyanna, vereis como foi resolvido este incidente, que já cessou com a ordem dada pelo governo francez para ser mantido o dito accordo, em que havia tomado a iniciativa o mesmo governo.

Esta solução consta do extracto, que acompanha esta correspondencia, sob N.º 11, do officio da legação imperial em Paris, dirigido ao presidente do Pará em 24 de Agosto, e do officio do presidente datado de 5 de Dezembro do anno findo, sob N.º 12.

É de lastimar que os dois governos não tenham podido ainda chegar á solução desta importante questão de seus limites.

Em 1840, e conforme o artigo 2.º da convenção de 1817, foi entre ambos resolvida a nomeação de commissarios para aquella demarcação. Por parte do Brasil foram elles logo nomeados, não tendo seguido para o seu destino em consequencia de se haver concordado em 1841 que, antes da demarcação dos limites pelos commissarios, se procedesse a uma negociação preliminar de que foi encarregado o ministro brasileiro em Paris como plenipotenciario por parte do Brasil, e M. Deffaudis, e depois o barão de Rouen, por parte da França, os quaes nunca puderão chegar a um accordo.

Por ultimo, assumptos de maior urgencia tem attrahido a attenção do governo imperial, e os negocios publicos da França tem por outro lado tornado a época menos opportuna para promover a solução da questão.

O governo imperial aproveitará a primeira occasião para dar-lhe andamento.

Nada mais tenho que acrescentar, debaixo do titulo deste artigo, ao que sobre o mesmo assumpto foi dito nos precedentes relatorios.

O governo occupa-se, e continuará a occupar-se, aproveitando as opportunidades que se offerecerem, de regular as nossas fronteiras com os Estados vizinhos, o que muito importa, para evitar as difficuldades e complicações que resultão do estado em que actualmente se achão as cousas.

Parte Politica.

A correspondencia que teve lugar entre a secretaria de estado a meu cargo e a legação Argentina, e que faço juntar a este relatorio no annexo—A—, vos informará melhor do que eu poderia fazer aqui resumindo-a, das causas por que a dita legação se retirou desta cõrte, e sobre o estado actual das nossas relações com o governador de Buenos-Ayres.

Tendo o nosso encarregado de negocios em Montevideo reclamado do general Oribe a punição dos autores do horrivel assassinato do cidadão brasileiro Claudiano do Passo, cortou aquelle general as suas relações com o sobredito encarregado de negocios, como vereis da correspondencia junta ao mesmo annexo.

Tambem faço juntar-lhe a nota que em data de 12 de Março ultimo me dirigio o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. B., em a qual declara que o seu governo é de opinião, que o art. 18 da convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, é ainda obrigatorio para os governos do Brasil e de Buenos-Ayres, e bem assim a resposta que teve.

Por aviso do ministerio da guerra de 9 de Dezembro de 1847, e em virtude de representações do presidente da provincia de Matto-Grosso, desse anno e do de 1845, se ordenou a construção de um forte, no lugar denominado Pão d'Assucar, na margem esquerda do Rio Paraguay. Não foram porém essas ordens levadas a execução até o anno passado.

No mesmo anno, isto é em Janeiro de 1847, o então encarregado de negocios da Republica do Paraguay, D. Andrés Gelly, tinha, por ordem do seu governo, proposto ao governo imperial um projecto de tratado de limites, no qual se indicava que o terreno que se encontra entre o Apa e o denominado Rio Branco (e que comprehende o Pão d'Assucar) fosse conservado neutro, não podendo nenhum dos dois Estados occupa-lo com fortalezas, postos militares ou estabelecimentos permanentes. Esta proposta nunca foi discutida, nem teve solução.

Com o receio de que novos nucleos de população Paraguaya, estendendo-se para cá do Apa, viessem complicar mais um arranjo definitivo de limites nessas paragens, ordenei em Fevereiro do anno proximo passado ao nosso encarregado de negocios na Assumpção, que propuzesse ao governo paraguayano um accordo, pelo qual se obrigasse a não consentir que os

Paraguayos passassem o Rio Apa para formarem novos estabelecimentos ao norte delle, proposição que foi bem recebida.

Sucedeu resolver o presidente de Matto-Grosso em Março do dito anno pôr em execução as ordens dirigidas a essa presidencia em 1847, e em sua conformidade ordenou ao commandante da fronteira do Baixo Paraguay, que collocasse um destacamento no lugar denominado Pão de Assucar, construindo um quartel e algumas lunetas ou redentes. Esse destacamento foi com effeito ali collocado.

A noticia desse acontecimento irritou profundamente o governo paraguayo, ao qual pareceu um meio violento de resolver questões de limites, cuja solução fôra deixada a uma discussão e arranjo amigavel.

Resolveu então o mesmo governo armar uma expedição para effectuar a desoccupação do Pão d'Assucar.

O nosso encarregado de negocios na Assumpção, sabedor das intenções do governo imperial, e desejoso de evitar um conflicto que poderia destruir de uma vez a boa harmonia entre ambos os paizes, dirigio-se então ao commandante da fronteira do Baixo-Paraguay e ao presidente de Matto-Grosso, instando pela desoccupação do Pão d'Assucar, ficando tudo no antigo estado até a decisão do governo imperial, suspensa no entretanto a marcha da expedição paraguaya para aquelle ponto.

Não se tendo prestado o presidente de Matto-Grosso a essa requisição, proseguio na sua marcha a expedição paraguaya, composta de 800 homens e desembarcando 300, atacou no dia 14 de Outubro ultimo a guarda do fecho dos morros, composta apenas de 25 a 30 homens de infantaria nossa, commandados por um tenente, os quaes, depois de uma vigorosa resistencia, abandonáram o ponto, que lhes era impossivel defender, perdendo tres homens no combate, e sendo tres aprisionados, e morrendo um official e oito soldados paraguayos, sendo feridos outros tantos.

No entretanto, antes que tivesse lugar esse conflicto, elogo que teve a primeira noticia de que se preparavão taes acontecimentos, o governo imperial expedio, em data de 11 de Outubro proximo passado, ordem ao presidente da provincia de Matto Grosso para desistir da occupação do fecho dos morros, e fez saber ao governo do Paraguay que essa desistencia não importava, de modo algum, desconhecimento ou renuncia ao direito que o Brasil entendia ter ao territorio de que se tratava, mas unica e simplesmente o adiamento da questão para quando fossem tratadas as de limites, que o governo imperial queria resolver com o Paraguay amigavelmente, e por uma discussão pacifica e aprofundada.

Mediante essa solução e as explicações convenientes, não teve aquelle deploravel conflicto outras consequencias, e as relações entre o Brasil e a Republica do Paraguay achão-se hoje no melhor pé de harmonia.

Mr. Leonce Angrand, ao tomar a resolução de se retirar de Bolivia, onde exercia as funções de consul geral e encarregado de negocios da Republica Franceza, confiou ao cuidado da legação imperial naquella republica a protecção dos Francezes ali residentes; o que foi approvedo tanto pelo governo brasileiro como pelo da França.

O encarregado de negocios do imperio, accitando essa incumbencia, teve ultimamente de intervir officiosamente no desempenho della em favor de dous cidadãos francezes, mandados sahir do paiz em 48 horas.

Recusando-se o governo boliviano a reconhecer no nosso agente o direito de representar em favor de cidadãos francezes, pôz, por uma nota datada de 3 de Junho do anno passado, á sua disposição, os seus passaportes, declarando que ao governo imperial manifestaria os motivos que o obrigáram a adoptar esta medida.

Esta occorrença consta dos documentos n.º 32 e 33.

Constou depois ao governo imperial que, em virtude de explicações dadas officialmente pelo governo boliviano, o nosso encarregado de negocios, que se dispunha a retirar-se, continuara as suas relações com o dito governo no mesmo pé de boa intelligencia em que antes se achavão.

Na mensagem do presidente provisorio a republica de Bolivia, apresentada ao congresso constitucional em 6 de Agosto do anno passado, lê-se o seguinte:

« Do gabinete imperial do Brasil temos recebido provas de consideração e amizade, ás quaes tem tido o governo a satisfação de corresponder. As questões que temos pendentes com aquelle Imperio ainda não chegarão a ser resolvidas. As boas relações que com elle cultivamos fazem esperar com fundamento, que seus direitos e os nossos serão justa e pacificamente deslindados.

Para esse fim acreditámos junto áquella cõrte um agente publico de segunda classe. S. M. o Imperador tambem mantêm nesta capital um encarregado de negocios. »

A officiosidade do encarregado de negocios do Brasil em Bolivia em favor dos cidadãos francezes cessou com a chegada do novo agente francez M. Léon Favre no dia 30 de Julho do anno passado.

A principal correspondencia havida entre a secretaria a meu cargo e a legação de S. M. B. nesta cõrte, e que vai junta no annexo B, vos habilitará para ajuizardes sobre o estado das nossas relações com o governo britannico no tocante ao trafico de Africanos.

Ao mesmo tempo que põe todo o empenho e emprega todos os esforços para reprimir o trafico, tem o governo imperial repellido e repellirá sempre pretensões, que sejam incompativeis com os direitos que tem o Brasil como nação soberana e independente.

A lei de 4 de Setembro proximo passado e o regulamento feito para a sua execução habilitarão o governo imperial para reprimir vigorosamente o trafico, e pôde-se dizer que se acha quasi extinto.

Depois da sua publicação, verificarão os nossos cruzadores e autoridades a apprehensão de nove navios empregados ou suspeitos de se empregarem no trafico, a saber: o *Catão*, *Edelmundo* ou *Trenton* ou *Lembrança*, o *Rolla*, *Joren Maria*, *Maria Thereza* ou *Thereza*, *Encantador*, *Cupido*, um liate sem nome e escuna *Imocente*.

De Outubro de 1849 até a data daquella lei forão apprehendidos pelas nossas autoridades e cruzadores 819 Africanos. De Setembro de 1850 até agora 1,678, ao todo 2,497.

Estes resultados, e a convicção geral de que o governo está firmemente resolvido a acabar o trafico, cortando por todas as considerações que não estiverem intimamente ligadas com a segurança interna do paiz, tem desenganado os traficantes e feito com que não haja hoje (ao menos que conste) embarcação alguma nos portos do Imperio, que se prepare para aquelle illicito e reprovado commercio.

Assim tem o governo do paiz, armado com aquella Lei, obtido em menos de um anno o que em muitos nuncapuderão conseguir todas as violencias dos cruzadores britannicos.

Cumpra não parar diante de tão satisfactorios resultados: além dos meios directos de repressão, outros indirectos ha que convém aproveitar, de modo que todo o systema da legislação convirja para a total e completa extinção do trafico, para que não reapareça.

O estabelecimento de um cruzeiro permanente e regular por meio de pequenas embarcações, e sobretudo de pequenos vapores, frequentemente revesados, que possam penetrar em todos os recantos da Costa; que visitem a miúdo os pontos d'ella, onde o trafico pôde reaparecer; que embarquem a formação ou fação desaparecer estabelecimentos formados para um fim semelhante; uma lei, em virtude da qual as embarcações applicadas ao trafico depois de condemnadas sejam desfeitas, quando não convenha ao governo aproveitá-las para o serviço publico, além de que, postas em leilão, não tenham outra vez o mesmo destino, para o qual são quasi todas sómente applicaveis, são medidas que, além de outras, muito conviria adoptar.

É de crer que, patente como está, o empenho e lealdade com que o governo imperial tem cumprido, e está resolvido a cumprir, a Convenção de 23 de Novembro de 1826, as nossas relações com a Grã-Bretanha se harmonisem, e cessem os procedimentos attentatorios e violentos dos seus cruzadores. Em todo o caso teremos feito o nosso dever, e o que convém aos bem entendidos interesses actuaes e principalmente futuros do nosso paiz.

A causa do trafico está julgada e condemnada por todo o mundo para sempre.

Tendo fallecido em Pernambuco o subdito francez Desanelos, o consul da Republica Franceza procedeu á arrecadação e administração da herança, na fórma da circular do ministerio dos negocios estrangeiros de 25 de Setembro de 1845, pela qual se declarou aos presidentes das provincias que a arrecadação das heranças e bens vagos existentes no Brasil, pertencentes a subditos francezes que fallecessem com testamento ou sem elle, continuaria a regular-se conforme as estipulações do Tratado, como até então se praticava, e não segundo os regulamentos expedidos pelo governo, os quaes tinham salvado e exceptuado as heranças e bens dos subditos que pertencessem a nações com as quaes existissem tratados, nos quaes houvesse estipulações especiaes e diversas.

Com o fundamento de que Desanelos lhe era devedor de salarios, propoz um individuo que fôra seu caixeiro uma acção em juizo para ser pago pelos bens da herança.

Tendo o consul de retirar-se para França, deixando um gerente no consulado para fazer suas vezes, mandou-o o juiz municipal, perante o qual corria a causa, intimar por um mandado

para recolher ao deposito publico a quantia de Rs. 800=000 em que montava o pedido, sob pena de prisão.

O consul oppôz-se com o fundamento de que a sua retirada em nada alterava os negocios relativos ao consulado, visto deixar um gerente que fazia suas vezes, e ao qual corria portanto a obrigação de entregar a importancia da condemnação, quando houvesse sentença.

Não obstante, o juiz municipal mandou executar o mandado, o que deu lugar aos conflictos que constão dos documentos juntos no annexo. —C—.

Foi então que, segundo refere o auto assignado pelo consul e varios subditos francezes, e a representação dirigida pelos consules e vice-consules de diversas nações em Pernambuco ao presidente da provincia, os executores da diligencia embarcaram que a bandeira franceza fosse içada no consulado, sendo postadas sentinellas ao pé do mastro.

Logo que o presidente da provincia teve noticia do acontecimento, deu aquellas providencias ao seu alcance e que permittião as incompletas informações que tinha do caso. Estas providencias porém não podião evitar um conflicto que já se tinha dado.

É evidente que o juiz municipal tinha exorbitado, 1.º, porque, tendo o consul arrecadado a herança e administrando-a por virtude da circular de 25 de Setembro de 1845 e do Tratado, e não lhe sendo portanto applicaveis os regulamentos relativos ás heranças jacentes, não podia ser considerado nem como curador nem como depositario do juizo; 2.º, porque, ainda que assim não fôra, não sendo obrigado pessoalmente, mas na qualidade de consul, deixava quem o substituisse, e portanto quem respondesse pela quantia pedida, quando houvesse sentença condemnatoria passada em julgado; 3.º, porque pela lei em que o juiz se fundava sómente tem lugar a prisão, quando ha depositario que recebeu bens como em deposito, por um auto assignado em juizo, devendo-se antes restringir do que ampliar a sua disposição, que é odiosa.

O presidente da provincia mandou responsabilisar esse juiz, depois de ouvi-lo, bem como os officiaes da diligencia, e mandou punir com prisão os soldados que nella tinham tido parte.

O governo imperial, depois que teve informações completas do facto, suspendeu o mesmo juiz por decreto de 19 de Setembro proximo passado.

Esse juiz foi pronunciado pelo de direito da comarca; mas recorrendo para a relação de Pernambuco, esta lhe deu provimento, como vereis das respectivas sentenças.

Quando recebi a primeira nota da legação da Republica Franceza, ainda não tinha o governo imperial uma informação completa do caso. Supposto o presidente da provincia a tivesse dado circumstanciada acerca do conflicto: não tendo presente copia do processo em que fôra expedido o mandado ou das suas peças principaes, não meera possível fazer uma idéa adequada da origem que tivera o negocio, parecendo que com effeito o consul se havia constituído depositario judicial.

Por isso, e muito principalmente porque o consul Mr. Sentis havia partido para França, declarando que ia dar conta ao seu governo do occorrido, entendeu o governo imperial conveniente, sem por isso declinar qualquer discussão com a legação franceza, dar ao seu encarregado de negocios em Paris as instrucções necessarias para ali tratar do assumpto.

A discussão que teve lugar nesta corte versou sobre dous pontos principaes: 1.º Demonstração de que Mr. Sentis, como consul, não gozava das immunidades que pretendia, e de que o procedimento do juiz não podia constituir uma offensa ao direito das gentes, nem ao tratado. 2.º De que a suspensão e responsabilidade do juiz municipal e officiaes de justiça e a punição dos soldados, constituia uma reparação sufficiente.

No mesmo sentido tratou a questão em Paris a legação imperial.

O governo da Republica Franceza recusou-se a tratar e a arranjar o negocio em Paris, pretendendo que o fosse no Rio de Janeiro. Abstrahindo de todas as circumstancias relativas ao consul, ligou a maior importancia aos factos relativos á bandeira, considerando-os como um insulto nacional. «Admittimos sem difficuldade», diz o general de la Hitte, ministro dos negocios estrangeiros da Republica Franceza em um despacho transcripto na nota de Mr. de St. Georges de 18 de Fevereiro proximo passado, junta a este relatorio, «que o governo brasileiro é completamente estranho, tanto de facto, como de intenção, a este desagradavel incidente. Mas o estrondo que teve nos constrange, bem a nosso pesar, a insistir por uma reparação publica, cujo fim não seria obtido pela punição de alguns agentes obscuros e ignorados.»

A absolvição do juiz municipal pela Relação de Pernambuco veio difficultar a solução desta desagradavel questão.

O governo imperial persiste em sustentar que não houvera insulto á bandeira franceza; mas

considerando que essa bandeira era saudada em todos os portos do Imperio, como de nação amiga, nas occasiões do estylo, julgando respeitavel ainda mesmo uma nimia susceptibilidade quando se trata da honra do pavilhão, entendendo que por uma questão semelhante não devião ficar rompidas as boas relações que tem subsistido entre os dous paizes, e visto que o encarregado de negocios da Republica Franceza declarava que em caso semelhante o governo francez se apressaria em conceder ao do Brasil o que delle reclamava, condescendeu em mandar dar ao pavilhão francez uma salva de 21 tiros, sendo em seguimento essa saudação retribuida com outra igual de 21 tiros á bandeira brasileira, o que tudo teria lugar verificado o restabelecimento do consulado francez.

Por essa maneira se pôz termo a essa questão, cujas consequencias poderião alterar profundamente as boas relações existentes entre ambos os paizes.

O governo imperial julgou dever declarar mais que, qualquer que fosse a maneira por que o governo da Republica Franceza considerasse esse acto, o governo imperial não enxergava nelle a reparação de um insulto, que entendia ainda não haver existido. Que era na sua opinião uma condescendencia, uma deferencia sem alcance, admittida para a conservação das boas relações com uma nação amiga, que julgava sua honra compromettida. Que declarando o governo da Republica Franceza que julgava a honra da França compromettida nessa questão, entendera o governo imperial não dever insistir mais em recusar uma prova de deferencia que não feria a sua dignidade.

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1851.

Paulino José Soares de Souza.



DOCUMENTOS OFFICIAES.

N. 1.

Relação das pessoas que compoem a Secretaria de Estadô dos negocios estrangeiros.

MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO.

O Ex.^{mo} Conselheiro Paulino José Soares de Souza.

Official Maior.

Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

Dito graduado.

José Domingues de Attaide Moncorvo.

Officiaes.

José Joaquim Timotheo de Araujo.

Vicente Antonio da Costa, Chefe da 4.^a Secção.

Antonio José Cupertino do Amaral, Chefe da 1.^a Secção.

Manoel Ferreira Lagos, Archivista.

Francisco José Pinheiro Guimarães, Chefe da 2.^a Secção.

Officiaes em commissão.

Antonio José Rademaker, em Bruxellas.

José Ribeiro da Silva, em Roma e Toscana.

Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, no Pacifico e Venezuela.

Amanuenses.

Alexandre Affonso de Carvalho.

João Carneiro do Amaral.

José Domingues de Attaide Moncorvo Junior.

João Pereira de Andrade Junior.

Antonio de Souza Cirne Lima.

Praticantes.

Ignacio Viegas Tourinho Rangel.

Joaquim Teixeira de Macedo Junior.

Constancio Neri de Carvalho.

Carlos Frederico Lecor.

Porteiro.

Reginaldo Claro Ribeiro, Coadjuvador do Archivista.

Ajudante do Porteiro.

Francisco Servulo de Moura.

Correios.

Luiz da Cunha Pacheco.

Feliciano Deolindo Barbosa.

João Fernandes Pereira.

Firmino Militão da Silva.

Secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 2.

Relação das pessoas que compoem o corpo diplomatico do Brasil residente nos diversos estudos estrangeiros.

EUROPA.

Austria.

Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (com licença).
João Alves de Brito, secretario de legação, servindo de encarregado de negocios.
Cesar Savan Vianna de Lima, addido de 1.^a classe.

Belgica.

Antonio José Rademaker, encarregado de negocios interino.

Cidades anseaticas, Hanover e Grãos-Ducados de Mecklemburgo Schwerin, Mecklemburgo Strelitz e Oldemburgo.

Marcos Antonio de Araujo, encarregado de negocios.

Duas-Sicilias.

Domingos José Gonçalves de Magalhães, encarregado de negocios interino.
José Bernardo de Figueiredo, secretario de legação (com licença).

França.

João Alves Loureiro, secretario de legação, encarregado de negocios interino.
Rodrigo Delfim Pereira, addido de 1.^a classe.
Henrique Luiz Ralton, addido de 1.^a classe.
Juvencio Maciel da Rocha, addido de 2.^a classe.
Luiz de Moraes Gomes Ferreira, addido de 2.^a classe.
Joaquim Ferreira de Sampaio, addido de 2.^a classe.

Espanha.

José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ministro residente.
Francisco Adolpho de Varnhagen, secretario de legação (com licença).

Inglaterra.

Conselheiro José Marques Lisboa, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
Augusto de Paiva, secretario de legação.
Joaquim Thomaz do Amaral, addido de 1.^a classe.
José Maria Pinto Peixoto, addido de 1.^a classe.
José Marques de Souza Lisboa, addido de 1.^a classe.

Portugal.

Conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
João José Ferreira dos Santos, secretario de legação (com licença).
João Bernardes Dias Berquó, addido de 1.^a classe.
Antonio José da Serra Gomes, addido de 1.^a classe.
Antonio Maria Dias Vianna Berquó, addido de 2.^a classe.
Francisco de Lemos de Faria Pereira Continho, addido de 2.^a classe.
Antonio Manoel Leite de Castro, addido de 2.^a classe.

Russia.

Luiz Pereira Sodré, secretario de legação, servindo de encarregado de negocios (com licença).

Roma e Toscana.

Conselheiro Luiz Moutinho de Lima Alvares e Silva, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
José Ribeiro da Silva, secretario de legação.

Sardenha.

Pedro Carvalho de Moraes, encarregado de negocios.
Thomaz Fortunato de Brito, addido de 1.^a classe.

Súcia, Noruega e Dinamarca.

José Sebastião Affonso de Carvalho, encarregado de negocios interino.

AFRICA.

Liberia.

Hermenegildo Frederico Niteroi, agente do governo.

AMERICA.

Bolivia.

Antonio José Lisboa, encarregado de negocios.

Chile.

João da Costa Rego Monteiro, encarregado de negocios.

Estados-Unidos.

Sergio Teixeira de Macedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (com licença).
Antonio José Duarte Gondim, secretario de legação.

Paraguay.

Pedro de Alcantara Bellegarde, encarregado de negocios.
Antonio Pedro de Carvalho Borges, addido de 1.^a classe (à disposição do governo).

Perú.

Antonio de Souza Ferreira, encarregado de negocios interino.
José de Souza Ferreira, addido de 2.^a classe.

Republica Oriental do Uruguay.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado de negocios.

Republicas do Pacifico e Venezuela.

MISSÃO EXTRAORDINARIA.

Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
Duarte Pereira da Ponte Ribeiro, secretario de legação.
João Duarte da Ponte Ribeiro, addido de 1.^a classe.

Secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 3.

Relação dos empregados no corpo diplomatico do Imperio, de que trata o quadro sob n. 2, com declaração dos empregos que tem exercido e dos vencimentos que actualmente percebem.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS.

Conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Foi nomeado consul geral e encarregado de negocios interino na Prussia por decreto de 2 de Setembro de 1830. Foi removido para Sardenha como encarregado de negocios pelo de 9 de Maio de 1834, e acreditado tambem em Roma pelo de 6 de Fevereiro de 1835. Foi promovido a ministro residente por decreto de 8 de Abril de 1836, e acreditado tambem em Turim em 11 de Maio do mesmo anno. Por decreto de 21 de Abril de 1837 foi promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Lisboa. Tem o ordenado de	7:000\$000
Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. Foi nomeado consul geral para a Hespanha em 20 de Maio de 1826, passou para o Perú como consul geral e encarregado de negocios interino por decreto de 10 de Fevereiro de 1829, e foi retirado em 29 de Novembro de 1831. Por decreto de 12 de Julho de 1833 foi nomeado encarregado de negocios no Mexico, e demittido em 6 de Fevereiro de 1835. Em 6 de Julho de 1836 foi nomeado encarregado de negocios no Perú e Bolivia; em 23 de Novembro de 1841 official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros e chefe da 3.ª secção; e em 12 de Abril de 1842 ministro residente em Buenos-Ayres. Por Decreto de 20 de Janeiro de 1844 foi exonerado deste lugar, e pelo de 25 de Fevereiro de 1851 foi mandado em missão especial como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario ás Republicas do Pacifico e Venezuela. Tem o ordenado de	8:000\$000
Conselheiro José Marques Lisboa. Era official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros por nomeação de 21 de Maio de 1824, quando foi nomeado em 17 de Junho de 1829 secretario da embaixada do marquez de Palma. Foi por decreto de 30 de Janeiro de 1830 nomeado encarregado de negocios e consul geral nos Paizes-Baixos, e exonerado deste lugar em 11 de Julho de 1831. Foi por decreto de 27 de Fevereiro de 1834 nomeado encarregado de negocios na Belgica. Passou com o mesmo character para Londres por decreto de 22 de Outubro de 1838; foi nomeado ministro residente nos Paizes-Baixos em 16 de Setembro de 1840, e promovido por decreto do 1.º de Junho de 1841 a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres, lugar que exerce. Tem o ordenado de	10:000\$000
Conselheiro Luiz Moutinho de Lima Alvares e Silva. Era official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros por nomeação de 7 de Maio de 1822, e foi em 12 de Agosto do mesmo anno nomeado encarregado de negocios para os Estados-Unidos. Não se havendo realisado essa missão por se julgarem convenientes os seus serviços nesta secretaria de estado, foi nomeado official maior da mesma por decreto de 22 de Fevereiro de 1824. Em 27 de Novembro de 1827 foi nomeado encarregado de negocios em Roma, em consequencia do que foi considerado exonerado do emprego de official maior desta secretaria de estado. Foi exonerado daquelle missão em fins de 1828, e reintegrado nella por decreto de 5 de Maio de 1832, sendo depois promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Paris por decreto de 28 de Fevereiro de 1834, de que foi exonerado em 27 de Novembro de 1837. Foi nomeado com o mesmo character para Buenos-Ayres por decreto de 27 de Novembro de 1841, e pelo de 12 de Abril de 1842 foi removido para a corte de Roma, onde actualmente serve. Tem o ordenado de	6:000\$000
Conselheiro Paulo Barbosa da Silva. Foi nomeado addido á legação imperial na Russia por decreto de 6 de Abril de 1829. Passou a servir como secretario de legação em Vienna por decreto de 23 de Outubro do mesmo anno, sendo exonerado deste lugar em 30 de Janeiro de 1830. Foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em S. Petersburgo por decreto de 13 de Dezembro de 1845, acreditado com o mesmo character em Berlin pelo de 10 de Dezembro de 1847, e removido por decreto de 10 de Abril de 1849 para Vienna. Tem o ordenado de	7:000\$000
	38:000\$000

Conselheiro Sergio Teixeira de Macedo. Foi nomeado secretario de legação para Paris em 25 de Junho de 1833, promovido a encarregado de negocios em Lisboa em 26 de Agosto de 1834, removido para Turim e Roma em 24 de Abril de 1837, e dali para Paris em 28 de Julho do mesmo anno. Foi promovido a ministro residente em Turim, em 12 de Abril de 1842, passou com o mesmo caracter para Paris por Decreto de 27 de Abril de 1843, e dali para Vienna pelo de 7 de Março de 1844. Foi promovido a enviado extraordinario em Vienna por decreto de 22 de Fevereiro de 1847, e removido com o mesmo caracter para os Estados Unidos pelo de 26 de Julho de 1848. Tem o ordenado de	38:000\$000
	7:000\$000
MINISTRO RESIDENTE.	
José Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque. Foi nomeado por decreto de 25 de Janeiro de 1833 encarregado de negocios nos Estados Unidos, e exonerado em 28 de Julho de 1837. Foi depois nomeado encarregado de negocios em Madrid em 6 de Fevereiro de 1838, e promovido a ministro residente por decreto de 12 de Abril de 1842. Tem o ordenado de	5:000\$000
ENCARREGADOS DE NEGOCIOS.	
Antonio José Rademaker. Por Decreto de 20 de Maio de 1826 foi nomeado consul em Hamburgo, e em 27 de Dezembro de 1828 consul geral do Brasil na Suecia. Em 30 de Janeiro de 1830 foi nomeado official da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros. Por decreto de 16 de Abril de 1831 foi nomeado consul geral nos Paizes Baixos comprehendendo então a Hollanda e a Belgica; e tendo sido exonerado por decreto de 28 de Julho de 1837, não teve effeito o mesmo decreto, porque havendo o de 5 de Março de 1838 revogado o de 9 de Setembro de 1837 pelo qual se havia nomeado a Joaquim Pereira Vianna de Lima para o substituir, por aviso de 9 do sobredito mez de Março de 1838 se determinou que continuasse a residir no mesmo paiz na qualidade de consul geral que d'antes exercia. Serve de consul geral e de encarregado de negocios interino na Belgica, por credencial de 4 de Março de 1850. Tem o ordenado de	1:000\$000
Antonio de Souza Ferreira. Foi nomeado consul geral no Perú em 10 de Julho de 1835, e por decreto de 4 de Outubro de 1841 foi promovido a encarregado de negocios interino. Tem o ordenado de	1:400\$000
Antonio José Lisboa. Por decreto de 20 de Abril de 1836 foi nomeado secretario de legação encarregado da gestão do consulado geral em França. Em 1837 foi exonerado desses empregos. Por decreto de 13 de Fevereiro de 1840 foi nomeado secretario da legação em Buenos-Ayres, sendo por decreto de 13 de Janeiro de 1841 mandado servir ali de encarregado de negocios interino. Em 14 de Março de 1842 foi nomeado para o Paraguay na qualidade de encarregado de negocios, o que não tendo effeito, continuou no exercicio de secretario de legação em Buenos-Ayres, donde por decreto do 1.º de Maio do mesmo anno foi removido para Lisboa na mesma qualidade, e finalmente por decreto de 11 de Outubro de 1844 foi nomeado encarregado de negocios na Bolivia. Tem o ordenado de	4:000\$000
Domingos José Gonçalves de Magalhães. Foi nomeado addido á legação em Paris em 9 de Janeiro de 1835, e exonerado em 20 de Abril de 1836. Passou depois a consul geral e encarregado de negocios interino em Napoles por decreto de 27 de Setembro de 1847, e exonerado do consulado geral em 6 de Julho de 1850. Tem o ordenado de	2:400\$000
Hermenegildo Frederico Nicteroi. Por decreto de 14 de Abril de 1840 foi nomeado commissario juiz da commissão mixta na Serra Leoa, de cujo emprego foi exonerado em 22 de Janeiro de 1844. Por decreto de 5 de Novembro de 1850 foi nomeado agente do governo na Liberia. Tem o ordenado de	2:400\$000
João da Costa Rego Monteiro. Foi nomeado addido á legação no Perú em 23 de Março de 1840, removido para o Paraguay em 2 de Março de 1841, e promovido a encarregado de negocios em Bolivia por decreto de 12 de Abril de 1842. Foi exonerado em 17 de Novembro de 1843, e nomeado consul geral e encarregado de negocios interino por decreto de 8 de Julho de 1848 para o Chile. Tem o ordenado de	3:000\$000
	64:200\$000

	64:200\$000
José Sebastião Affonso de Carvalho. Foi nomeado addido de 2. ^a classe á legação na Suécia e Dinamarca por decreto de 7 de Fevereiro de 1834, e promovido a addido de 1. ^a classe em Madrid em 11 de Maio de 1836; sendo depois nomeado consul geral e encarregado de negocios interino em Suécia e Dinamarca por decreto de 29 de Agosto de 1839. Tem o ordenado de	1:920\$000
Dr. Marcos Antonio de Araujo. Foi nomeado consul geral e encarregado de negocios interino nas Cidades Anseaticas em 9 de Maio de 1834, e acreditado com o caracter de encarregado de negocios no Hanover, Oldenburgo, Mecklenburgo Schwerin e Mecklenburgo Strelitz por decreto de 25 de Novembro de 1837. Tem o ordenado de	2:400\$000
Dr. Pedro de Alcantara Bellegarde. Foi nomeado encarregado de negocios para o Paraguay por decreto de 9 de Novembro de 1848. Tem o ordenado de	4:000\$000
Pedro Carvalho de Moraes. Foi nomeado addido de 2. ^a classe á legação nos Paizes Baixos por decreto de 21 de Setembro de 1828, e por decreto de 30 de Janeiro de 1837 secretario da legação em Paris, donde foi removido para Vienna em 20 de Novembro de 1843, sendo exonerado por decreto de 28 de Novembro de 1844. Foi nomeado encarregado de negocios em Berlim em 16 de Março de 1847, e removido com o mesmo caracter para Turim e Parma por decreto de 10 de Dezembro do mesmo anno. Tem o ordenado de	4:000\$000
Conselheiro Rodrigo de Souza da Silva Pontes. Foi nomeado encarregado de negocios para a Republica Oriental do Uruguay por decreto de 15 de Janeiro de 1845. Tem o ordenado de	4:800\$000

SECRETARIOS DE LEGAÇÃO.

Antonio José Duarte Gondim. Foi nomeado addido de 2. ^a classe á legação em Lisboa por decreto de 16 de Janeiro de 1839, e passou á 1. ^a classe em 25 de Agosto de 1845; e depois a secretario de legação em Washington por decreto de 24 de Novembro de 1848. Tem o ordenado de	1:400\$000
Augusto de Paiva. Foi nomeado addido á legação em Londres por decreto de 19 de Julho de 1828; removido para Washington em 24 de Janeiro de 1829, e de novo nomeado para Londres por decreto de 1 de Abril de 1833. Foi promovido a secretario da legação em Londres em 18 de Março de 1842. Tem o ordenado de	2:000\$000
Duarte Pereira da Ponte Ribeiro. Foi nomeado por decreto de 29 de Julho de 1836 addido de 2. ^a classe á legação no Perú e Bolivia; pelo de 12 de Abril de 1842 passou a addido de 1. ^a classe á legação em Buenos-Ayres, sendo exonerado em 20 de Janeiro de 1844. Foi nomeado addido á legação imperial na Republica Oriental do Uruguay no 1. ^o de Fevereiro de 1845; e mandado retirar por decreto de 13 de Maio de 1848. Em 25 de Fevereiro de 1851 passou a secretario da legação imperial nas Republicas do Pacifico e Venezuela. Tem o ordenado de	1:600\$000
Francisco Adolfo de Varnhagen. Foi nomeado addido á legação em Lisboa em 19 de Maio de 1842, e promovido a secretario da legação em Madrid por decreto de 4 de Janeiro de 1847. Tem o ordenado de	1:200\$000
João Alves de Brito. Foi nomeado consul geral e encarregado de negocios interino em Austria com residencia em Trieste, por decreto de 29 de Dezembro de 1831; passou a secretario de legação em Vienna por decreto de 10 de Dezembro de 1833; foi nomeado consul geral e encarregado de negocios interino na Belgica por decreto de 28 de Julho de 1837, cuja nomeação não teve effeito por ter sido revogada. Foi nomeado secretario da legação em S. Petersburgo por decreto de 10 Outubro de 1838, demittido em 30 de Abril de 1844, e nomeado de novo secretario da legação em Vienna por decreto de 2 de Dezembro de 1844. Serve actualmente de encarregado de negocios interino, e tem o ordenado de	1:600\$000
Dr. João Alves Loureiro. Foi nomeado addido á legação em Londres por decreto de 8 de Junho de 1849, e promovido a secretario de legação em Paris em 25 de Fevereiro de 1851. Serve de encarregado de negocios interino. Tem o ordenado de	1:600\$000
João José Ferreira dos Santos. Foi nomeado secretario da legação imperial em Lisboa por decreto de 21 de Julho de 1848. Tem o ordenado de	1:400\$000
José Bernardo de Figueiredo. Foi nomeado addido á legação em Paris em 17 de Março de 1835, e exonerado por decreto de 20 de Abril de 1836, foi depois addido em Paris por decreto de 4 de Janeiro de 1837, e removido para Roma como secretario de	92:120\$000

legação em 8 de Abril de 1839. Passou a ser secretario de legação em Napoles por decreto de 6 de Julho de 1850. Tem o ordenado de	92:120\$000
José Ribeiro da Silva. Foi nomeado addido á missão especial de que foi encarregado o conselheiro Bento da Silva Lisboa por decreto de 5 de Dezembro de 1840, e exonerado em 6 de Fevereiro de 1843; passou a ser official da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros em 23 de Julho do mesmo anno, e depois foi mandado em commissão na qualidade de secretario da legação em S. Petersburgo por decreto de 7 de Maio de 1846, e removido para Roma em 6 de Julho de 1850. Tem o ordenado de	1:400\$000
Luiz Pereira Sodré. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação em Paris por decreto de 3 de Julho de 1839; removido para Roma como addido servindo de secretario por decreto de 11 de Março de 1834. Demittido no 1.º de Junho de 1835 desse lugar, foi nomeado secretario da legação em Vienna por decreto de 23 de Julho de 1837, e secretario da legação na Russia pelo 5 de Fevereiro de 1850. Está com licença e tem o ordenado de.	1:400\$000
	2:000\$000

ADDIDOS DE 1.ª CLASSE.

Antonio José da Serra Gomes. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação imperial em Lisboa por decreto de 9 de Julho de 1845, e passou a addido de 1.ª classe á mesma legação por decreto de 23 de Setembro de 1850. Tem o ordenado de.	1:000\$000
Antonio Pedro de Carvalho Borges. Foi nomeado addido de 1.ª classe á legação imperial no Paraguay por decreto de 9 de Novembro de 1843. Tem o ordenado de	1:000\$000
Cesar Sauvan Vianna de Lima. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação imperial em Vienna por decreto de 30 de Junho de 1846, e promovido a addido de 1.ª classe em 23 de Setembro de 1850. Tem o ordenado de.	1:200\$000
Henrique Luiz Ratton. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação em Paris por decreto de 24 de Agosto de 1843 e passou a addido de 1.ª classe á mesma legação por decreto de 17 de Agosto de 1849. Tem o ordenado de.	1:000\$000
João Duarte da Ponte Ribeiro. Por decreto de 25 de Fevereiro foi nomeado addido de 1.ª classe á missão especial ás republicas do Pacifico e Venezuela. É segundo tenente da armada, e tem o ordenado de.	1:200\$000
João Fernando Dias Berquó. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação imperial em Lisboa em 21 de Julho de 1840, e promovido a addido de 1.ª classe por decreto de 4 de Janeiro de 1847. Tem o ordenado de.	800\$000
Joaquim Thomaz do Amaral. Foi nomeado commissario arbitro da commissão mixta Brasileira e Inglesa em Serra Leoa por decreto de 14 de Outubro de 1840; addido á legação imperial em Londres por decreto de 17 de Julho de 1845, e serve de encarregado de negocios interino. Tem o ordenado de.	1:200\$000
José Maria Pinto Peixoto. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação em Londres por decreto de 7 de Maio de 1846, e passou a servir na mesma como addido de 1.ª classe em 10 de Agosto de 1848. Tem o ordenado de.	1:200\$000
José Marques de Souza Lisboa. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação imperial em Londres por decreto de 20 de Dezembro de 1848, e promovido a addido de 1.ª classe pelo de 2 de Abril de 1851. Tem o ordenado de.	1:200\$000
Rodrigo Delfim Pereira. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação em Paris por decreto de 28 de Fevereiro de 1840; addido de 1.ª classe em Washington em 4 de Dezembro do mesmo anno; removido para Londres de 10 de Fevereiro de 1843, e para Paris por decreto de 10 de Agosto de 1848. Tem o ordenado de.	1:200\$000
Thomaz Fortunato de Brito. Foi nomeado addido de 1.ª classe á legação imperial em Roma, Turim, Parma e Toscana por decreto de 25 de Janeiro de 1847. Serve actualmente em Turim. Tem o ordenado de.	600\$000
	Rs. 108:520\$000

Miguel Maria Lisboa. Foi nomeado addido de 2.ª classe á legação em Londres por decreto de 15 de Dezembro de 1828, promovido a secretario de legação em Londres por decreto de 29 de Novembro de 1831, e exonerado em 6 de Abril de 1836. Foi nomeado encarregado de negocios no Chile em 21 de Abril de 1838, removido para Venezuela por decreto de 12 de Abril de 1842, e exonerado pelo de 23 de Agosto de 1847. Acha-se á disposição do governo imperial em virtude dos avisos da secretaria de estado dos negocios estrangeiros de 23 de Agosto de 1847 e 20 de Fevereiro de 1849. Tem o vencimento, em moeda corrente, de.	1:200\$000
--	------------

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 4.

Relação das pessoas que compoem o Corpo Diplomatico estrangeiro

EUROPA.

Austria.

Os Senhores :

Hyppolito Sonnleithner, encarregado de negocios interino.

Belgica.

José Lannoy, encarregado de negocios.

França.

L. de St. Georges, encarregado de negocios interino.
Chevallier de St. Robert, 1.º secretario.

Grã-Bretanha.

James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
Frederico Hamilton, 1.º secretario (ausente).

Espanha.

D. José Delavat y Rincon, ministro residente.

Portugal.

José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
João Gomes de Oliveira e Silva Bandeira de Mello, secretario de legação (ausente).
D. João, conde de Paraty, addido.
Conselheiro Antonio José Pedrosa, addido honorario.

Roma.

Padre Antonio Vieira Borges, encarregado de negocios interino.

Russia.

Conde Medem, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

O. d'Evers, secretario de legação.

Sardenha.

Barão Picolet d'Hermillon, ministro residente.
Conde Alexandre Fé d'Ostiani, secretario.

Suecia e Noruega.

Lourenço Gustavo Morsing, encarregado de negocios.

AMERICA.

Estados Unidos.

David Tod, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
R. C. Yates, secretario interino.

Republica Oriental do Uruguay.

D. Andrés Lamas, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
D. Andrés Somellera, secretario de legação.
Secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.
JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA:

N. 5.

Relação dos consules e vice-consules do Brasil nos diversos portos estrangeiros.

AUSTRIA.

Consul geral, Joaquim Pereira Vianna de Lima.
Fiume Vice-consul, Carlos Sporer.
Veneza Vice-consul, Luiz Cornet.

BELGICA.

Consul geral, Antonio José Rademaker.
Bruxellas . . . Vice-consul, Carlos Wielmaker.
Antuerpia . . . Vice-consul, Melchior Kramp.
Gand Vice-consul, Julio de Laveleye.

BREMEN.

Consul geral, Marcos Antonio de Araujo.
Vice-consul, Francisco Frederico Droste.

CHILE.

Consul geral, João da Costa Rego Monteiro.
Valparaíso . . . Vice-consul, Eduardo Vigneaux.

CAYENNA.

Consul geral, Frederico Magno de Abranches.

CONFEDERAÇÃO ARGENTINA.

Consul geral, Clemente José de Moura.

DINAMARCA.

Consul geral, José Sebastião Affonso de Carvalho.
Altona Vice-consul, Carlos Theodoro Anneman.
Copenhague . . Vice-consul, João Antonio H. Garrigue.
Elseneur . . . Vice-consul, Frederico Frederico Paterson.
Gluckstadt . . . Vice-consul, João Schroeder.

DUAS SICILIAS.

Consul geral, Antonio Naclerio.
Palermo Vice-consul, Jacome Gabriel Roresch.
Messina Vice-consul, Roberto Carlos Barker.
Trapani Vice-consul, Antonio Lipari.
Cotroni Vice-consul, Gregorio Mosselli.
Catania Vice-consul, Francisco Zagari.
Bari Vice-consul, Emmanuel Signorille.
Melazzo Vice-consul, Thomaz Laquidara.
Pescara Vice-consul, Emidio Coppa.

ESTADOS UNIDOS D'AMERICA.

Consul geral, Luiz Henrique Ferreira d'Aguiar.
New-York . . . Vice-consul, Luiz Frederico Figanière.
Norfolk Vice-consul, Myer Myers.
Boston Vice-consul, Archibald Foster.
Philadelphia . . Vice-consul, Eduardo S. Sayres.
Richmond Vice-consul, Herman Baldwin.
Charleston . . . Vice-consul, Gustavo Street.
New Orleans . . . Vice-consul, Bartholomeo Valls.

George Town . . . Vice-consul, Clemente Smith.
Baltimore . . . Vice-consul, C. Oliver O'Donnell.

FRANÇA.

Encarregado do consulado geral, Juvencio Maciel da Rocha.
Hâvre Vice-consul, Eduardo Ferreira Alves.
Cherbourg Vice-consul, A. Bonfils.
Abbeville Vice-consul, J. V. Assegond.
Montpellier Vice-consul, David Augustin V. Vialars.
Boulogne Vice-consul, Hercules Adams.
Marseille Vice-consul, P. Marcel.
Bayonne Vice-consul, J. B. Molinié.
Lyon Vice-consul, P. Puy filho.
Brest Vice-consul, J. M. Basil.
Calais Vice-consul, J. M. Reisenhel.
Bordeaux Vice-consul, Bento José Vieira.
Nantes Vice-consul, Mauricio Levesque Durost.

GRÃ-BRETANHA, IRLANDA E SEUS DOMINIOS.

Consul geral João Pascoe Grenfell (em comissão).
Falmouth Vice-consul, Alfredo Fox.
Deal Vice-consul, Eduardo Iggulden.
Hull Vice-consul, Roberto Canning Young.
Dover Vice-consul, João Bedingfield Knocker.
Londres Vice-consul, Luiz Augusto da Costa.
Liverpool Vice-consul, João Francisco Fróes, encarregado interina-
mente do consulado geral.
Portsmouth Vice-consul, Vicente Pappalardo.
Exeter Vice-consul, Fred. Dashwood Lake Hirtzel.
Gloucester Vice-consul, Henrique Fox.
Newcastle Vice-consul, Eduardo Bilton.
Southampton Vice-consul, Thomaz Hill.
Plymouth Vice-consul, Thomaz Were Fox.
Preston Vice-consul, João Humber.
Cowes Vice-consul, Thomaz Harling.
Weymouth Vice-consul, Eduardo Day.
Witchaven Vice-consul, João Moore.
Glasgow Vice-consul, Roberto Gray.
Leith Vice-consul, Henrique Donavon.
Troon Vice-consul, James Fytte King.
Dundee Vice-consul, Guilherme Collier.
Cork Vice-consul, James Morgan.
Dublin Vice-consul, Guilherme Andrews.
Newport Vice-consul, Christovão H. Stonehouse.
Swansea Vice-consul, Roberto Dunkin.
Bangor Vice-consul, Ricardo Morris Griffith.
Guernsey Vice-consul, João Mellish.
Jersey Vice-consul, Eduardo de la Taste.
Gibraltar Vice-consul, Francisco Xavier Machado Sobrinho.
Halifax Vice-consul, Michael Tobin.
Shields Vice-consul, Guilherme Harrison.
Serra Leôa Vice-consul, João Logan Hook.
Santa Helena Consul, Saul Salomon.
" Vice-consul, George Moss.
Cabo da Boa-Esperança Consul, Vago.
Malta Consul, Gerolamo Tessi.

HAMBURGO.

Consul geral, Marcos Antonio de Arango.
Consul honorario, Henrique David Hlinsch.
Vice-consul, Luiz Courvoisier.

ESPAÑA.

Consul geral, Antonio Januario da Silva filho.
Barcelona . . . Vice-consul, José Gonçalves de Faria.
Tarragona . . . Vice-consul, Domingos Theilig.
Gerona . . . Vice-consul, Fernando Arola.
Vigo . . . Vice-consul, Benigno Janes.
Malaga . . . Consul honorario, Thomaz Arson.
Corunha . . . Vice-consul, Andrés Perfumo.
Biscaia em Bilbao Vice-consul, Thomaz José Epalza.
Ilha Majorca . . Vice-consul, Honorato Salva.
Alicante . . . Vice-consul, Miguel Spana.
Santander . . . Vice-consul, Ramon Serapio Eguiquiza.
Havana . . . Vice-consul, José Miguel Fernandes.
Cadiz . . . Consul honorario, Angel Maria Castrisiones.
Ilhas Canarias . . Vice-consul, José Crosa.
Valencia . . . Vice-consul, Miguel Bonich.
Manilha . . . Vice-consul, Domingos Munoz.
Minorca . . . Vice-consul, Jayme Uhler.
Sevilla . . . Vice-consul, José Lerdo de Tejada.

LIBERIA.

Consul Geral, Hermenegildo Frederico Niteroi.

LUBECK.

Consul geral, Marcos Antonio de Araujo.
Vice-consul, J. C. Klugmann.

PAIZES-BAXOS.

Consul-geral, Antonio José Rademaker.
Amsterdam . . . Vice-consul, L. J. Bouvy.
Rotterdam . . . Vice-consul, Jacques H. C. van Derkeken.

PERU.

Consul geral, Antonio de Souza Ferreira.

PORTUGAL E SEUS DOMINIOS.

Consul geral, Vicente Ferreira da Silva.
Lisboa . . . Vice-consul, Marcellino José Tavares.
Porto . . . Vice-consul, Antonio Joaquim Pereira de Faria.
Ericeira . . . Vice-consul, Francisco Boaventura Rodrigues.
Setubal . . . Vice-consul, José Maria Duarte.
Belém . . . Vice-consul, Ignacio Miguel Hirsch.
Lagos . . . Vice-consul, Antonio Barbosa Lobo Vianna.
Ilha de Santa Maria Vice-consul, Joaquim F. M. T. V. Bittencourt.
Ilha do Pico . . . Vice-consul, Antonio José Ferreira Rocha.
Villa do Conde . . Vice-consul, José Pinto Soares.
Ilha da Madeira . . Vice-consul, Luiz Thomé de Miranda.
Ilha Terceira . . . Vice-consul, Jorge Philips Dart.
Ilha da Boa-Vista. Vice-consul, Antonio de Souza Machado.
Ilha de Maio . . . Vice-consul, Luiz Antonio Cardoso de Mello.
Ilha de S. Miguel . Vice-consul, Manoel José Ribeiro.
Ilha do Sal . . . Vice-consul, Manoel de Souza Machado.
Ilha do Fayal . . . Vice-consul, Francisco da Cruz da Silva Reis.
Ilha Graciosa . . . Vice-consul, Thomaz de Souza Machado.
Bombaim . . . Vice-consul, Braz Fernandez.
Faro . . . Vice-consul, José Ramalho de Macedo Ortigão.
Tavira . . . Vice-consul, Manoel Antonio das Chagas Junior.
Vianna do Minho . . Vice-consul, José Caelano da Silva.
Macão . . . Vice-consul, Alexandrino Antonio de Mello.
Figueira . . . Vice-consul, José de Souza e Oliveira Sobrinho.

PRUSSIA.

Consul geral, João Diogo Sturz.
Stettin Vice-consul, Paulo G. W. Gulicke.

ROMA E ESTADOS PONTIFICIOS.

Consul geral, Vicente Sarj.
Ancona Vice-consul, Paulo Meregh.

RUSSIA.

Consul geral . . Henrique Augusto Hauptvogel.
S. Petersburgo . Vice-consul, João Scholtz.
Cronstadt . . . Vice-consul, Frederico Adolpho Winberg.
Riga Vice-consul, Nicolão Hill, junior.
Reval Vice-consul, Eduardo Fabiano Hoeppner.
Odessa Vice-consul, Vicente Napoleão Rossi.
Moscou Vice-consul, Frederico Kraft.

SARDENHA.

Consul geral, Ernesto Antonio de Souza Leconte.
Genova Vice-consul, Luiz Nicolay.
Cagliari Vice-consul, Caetano Urbano.
Lerici Vice-consul, José Boloquini.
Nizza Vice-consul, Luiz Joaquim Sauvaigne.

SUECIA E NORUEGA.

Consul geral, José Sebastião Affonso de Carvalho.
Bergem Vice-consul, Carlos Know.
Gefle Vice-consul, Goran Frederico Goranson.
Nykoeping . . . Vice-consul, Conrad Stal.
Stockholmo . . . Vice-consul, Gabriel de la Grange.

TOSCANA.

Consul geral, Ernesto Antonio de Souza Leconte.
Lione Vice-consul, José Sacker.
Consul geral honorario, Nicolão Manteri.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY.

Consul geral, Manoel Vieira Braga.
Montevideo . . . Vice-consul, Joaquim Vieira Braga, junior.
Maldonado . . . Vice-consul, João Manoel da Costa Pereira.
S. Servando . . . Vice-consul, Francisco da Rocha Leão.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 6.

Relação dos Consules e Vice-Consules estrangeiros residentes no Brasil.

AUSTRIA.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul geral. . . .	Eduardo Le-Breton (ausente), serve interim. J. M. Grouther.
"	Campos.	Vice-consul provisório	Bernardo de Mattos Trindade.
<i>Bahia</i>		Consul.	Francisco Lang (ausente), serve interimamente Charles Bolton.
<i>Ceará</i>	Cidade da Fortaleza.	Vice-consul provisório	José Barboza Cordeiro.
<i>Pará.</i>	Belém	Vice-consul provisório	Joaquim Francisco Fernandes.
<i>Pernambuco.</i>		Vice-consul	Fernando Bieber (ausente), serve interimamente F. A. Zeitz.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .	Porto Alegre	Vice-consul provisório	João Baptista da Silva Pereira.
	Rio Grande	Vice-consul provisório	Virgílio José da Porciuncula.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul provisório	Fernando Schmid.
<i>Sergipe</i>	Maroim.	Vice-consul provisório	João Winter.
<i>Maranhão</i>		Vice-consul provisório	João Gualberto da Costa.

BADEN.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .	Consul	Eduardo Lacmmert.
------------------------------	------------------	-------------------

BAVIERA.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul geral.	J. H. C. Ten Brink.
"	Campos.	Vice-consul	Joaquim Thomaz de Faria.
<i>Bahia</i>		Vice-consul	Joaquim Jorge Monteiro.
<i>Pernambuco</i>		Vice-consul	Manoel João de Amorim.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .	Porto Alegre	Vice-consul	José Luiz Cardoso de Salles.
	Rio Grande.	Vice-consul	Antonio Ferreira Cardoso.

BELGICA.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul.	Luiz Laureys.
<i>Bahia</i>		Consul.	Prosper Caumont.
<i>Maranhão</i>		Consul.	Henrique Season.
"		Vice-consul	Antonio dos Santos.
<i>Pará.</i>		Consul	Joaquim Antonio Alves.
<i>Pernambuco.</i>		Consul.	M. C. S. Carneiro Monteiro.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .		Consul.	Pedro Sinclair.
<i>Santa Catharina</i> . .		Consul.	Henrique Schütel.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Consul.	Fernando Schmid.

BOLIVIA.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .	Consul.	José Antonio de Oliveira Basto.
<i>Pernambuco</i>	Consul.	Antonio da Costa Rego Monteiro.

BREMEN.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul geral	Christiano Stockmeyer.
<i>Bahia</i>		Consul.	F. Henrique Wolters.
<i>Pernambuco.</i>		Consul.	H. D. Kalkmann.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .	Porto Alegre	Vice-consul	Frederico Falkmann.
	Rio Grande	Vice-consul	José Rodrigues Vianna.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul	F. Schaumann.

CHILE.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul geral. . . .	Carlos von Hochkoller.
<i>Pernambuco</i>		Consul interino. . . .	Elias Ignacio de Oliveira.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Consul.	José Vergueiro.
	Paranaguá. . . .	Consul.	Antonio Pereira da Costa.
<i>Bahia</i>		Consul.	L. F. Crocco.
<i>Santa Catharina</i> . .		Consul.	Henrique Schütel.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .		Consul.	Pablo de Goycochea.
"	Porto Alegre . . .	Vice-consul	João de Freitas Travassos.
<i>Pará.</i>		Consul	Henrique de la Rocque.

CONFEDERAÇÃO ARGENTINA.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul geral. . . .	Alexandre Reid.
"		Vice-consul	Guilherme de Lara Tupper.
"	Campos.	Vice-consul	João Francisco Martins.
<i>Bahia</i>		Vice-consul	Joaquim Alves da Cruz Rios.
<i>Ceará</i>	Cidade da Fortaleza.	Vice-consul	Antonio Telles de Menezes.
"	Itapemirim	Vice-consul	Caetano Dias da Silva.
<i>Maranhão</i>		Vice-consul	Adriano Augusto Bruce Barradas
<i>Pará.</i>		Vice-consul	F. de Paula de Souza Coelho.
<i>Pernambuco.</i>		Vice-consul	Manoel Alves Guerra Junior.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .	Porto Alegre . . .	Vice-consul	Dionysio da Fonseca Reis.
"	Rio Grande	Vice-consul interino	Gaspar José Martins de Araujo.
<i>S. Paulo.</i>	Santos	Vice-consul	Antonio Pereira da Costa.
"	Paranaguá. . . .	Vice-consul	Manoel Pereira dos Santos.

DINAMARCA.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul geral. . . .	Luiz Adolpho Prytz.
"	Campos.	Vice-consul	José Franc.º de Mattos Pimenta.
<i>Bahia</i>		Consul	Adolpho Lané (ausente), serve interinamente J. F. Luitjen.
<i>Maranhão</i>		Vice-consul	Antonio Jansen do Paço.
<i>Pará.</i>		Vice-consul	José Paes de Souza.
<i>Pernambuco.</i>		Consul.	Emil Bidoulac (ausente), serve interinamente F. H. Luttkens.
"		Vice-consul	Justo C. Conrado Prytz.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .	Porto Alegre . . .	Vice-consul	Antonio Rodrigues Chaves Filho.
"	Rio Grande. . . .	Consul.	Antonio Teixeira de Magalhães.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul	Augusto Fomm.

DUAS SICILIAS.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Vice-c. enc. de G. G.	Luiz Decosterd.
"	Campos	Vice-consul	J. Gregorio Franco de Miranda.
<i>Bahia</i>		Vice-consul	Henrique Gex (ausente), serve interinamente J. S. Blanchet.
<i>Maranhão</i>		Vice-consul	Henrique de Britto Guillou.
<i>Pará</i>		Vice-consul	José Eduardo Monteiro.
<i>Pernambuco</i>		Vice-consul	Francisco Mamede de Almeida.
<i>Rio Grande do Sul</i> .		Vice-consul	J. Ant. de Carvalho Serzedello.
<i>S. Paulo</i>	Santos.	Vice-consul	José Vergueiro.

ESTADOS-UNIDOS DA AMERICA.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul	Eduardo Kent.
<i>Bahia</i>		Consul	João S. Gilmer.
<i>Maranhão.</i>		Consul	João U. Petit.

<i>Pará</i>	Consul	Henrique L. Norris.
<i>Pernambuco</i>	Consul	James Wright Gordon.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Consul	Robert B. Davidson.
<i>Santa Catharina</i>	Consul	Alexandre M. Ross.
<i>S. Paulo</i>	Vice-consul	Gustavo Wedekind (ausente).

FRANÇA.

<i>Rio de Janeiro</i>	Chanceller da legação.	Theodoro Taunay, vice-consul.
<i>Bahia</i>	Consul	Castelnau (ausente), serve interinamente Gœpp.
<i>Maranhão</i>	Vice-consul	Carlos Pavion.
<i>Sergipe</i>	Vice-consul	Alfredo Labarraque.
<i>Pernambuco</i>	Consul	Sentis (ausente).
<i>Pará</i>	Vice-consul	Prosper Chaton.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Vice-consul	Theodoro Decazes.
"	Vice-consul	Adolfo Hugentobler.
<i>S. Paulo</i>	Vice-consul	A. Milliet.
<i>Ceará</i>	Vice-consul	Lavallée.
<i>Santa Catharina</i>	Vice-consul	Leoncio Aubé.

GRÃ-BRETANHA.

<i>Rio de Janeiro</i>	Consul	Roberto Hesketh.
"	Vice-consul	J. J. Collings Westwood.
<i>Alagoas</i>	Vice-consul	James Burnett.
<i>Bahia</i>	Consul	Eduardo Porter.
"	Vice-consul	James Wheelberell.
<i>Maranhão</i>	Consul	Roberto Falconer Corbett.
<i>Parahiba</i>	Consul	Beverley Newcomen.
<i>Pará</i>	Vice-consul	Daniel Miller.
<i>Pernambuco</i>	Consul	Henry A. Cowper (ausente).
"	Vice-consul	Henry Christophers.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Consul	João Morgan Junior.
"	Vice-consul	Benjamin Avelin.
"	Vice-consul	Guilherme Frederico Wigg.
<i>S. Paulo</i>	Vice-consul	Guilherme Whittaker.

GRECIA.

<i>Rio de Janeiro</i>	Consul	Henrique Riédy.
"	Vice-consul	Candido Soares de Mello.
<i>Pernambuco</i>	Vice-consul	Antonio da Cunha S. Guimarães.

GRÃO-DUDADO DE HESSE.

<i>Rio de Janeiro</i>	Consul geral	Augusto Heyn (ausente), serve interinamente H. F. Eschels.
"	Vice-consul	João José Pereira Bastos.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Vice-consul	Euphrasio Lopes de Araujo.

HAMBURGO.

<i>Rio de Janeiro</i>	Consul geral	Arthur Guigner (ausente), serve interinamente H. Liebich.
"	Vice-consul	Antonio José Francisco da Cruz.
<i>Alagoas</i>	Vice-consul	Francisco Frederico Kruckenberg (ausente), serve interinamente J. C. Heidemann.
<i>Bahia</i>	Consul	Frederico Gültzow (ausente), serve interinamente L. Diestel.
<i>Maranhão</i>	Vice-consul	João Gualberto da Costa.

<i>Para</i>		Vice-consul	Joaquim Francisco Fernandes.
<i>Pernambuco</i>		Vice-consul	Fernando Bieber (ausente), serve interinamente F. A. Zietz.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	Vice-consul	Frederico Falkmann.
"	Rio Grande	Vice-consul	Antonio Martins de Freitas J. ^{er}
<i>Santa Catharina</i>		Vice-consul	José Gonçalves dos Santos Silva.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul interino	Gustavo Wedekind (ausente), serve interinamente Fernando Schmid.
<i>Sergipe</i>	Maroim	Vice-consul	Christiano Diestel.

IIANOVER.

<i>Rio de Janeiro</i>		Consul	Augusto Heyn (ausente), serve interinamente H. F. Eschels.
"	Campos	Vice-consul	Joaquim da Costa Pimenta.
<i>Bahia</i>		Consul	Frederico Güllzow (ausente).
<i>Pernambuco</i>		Consul	Adolpho Schramm.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	Consul	Jorge Julio Carlos Eggers.
"	Rio Grande	Consul	C. H. Claussen.

IIESPANHA.

<i>Rio de Janeiro</i>		Vice-consul	D. Antonio Aranaga.
"	Campos	Vice-consul	Raimundo Franco de Miranda.
<i>Bahia</i>		Vice-consul	José Joaquim Machado.
<i>Ceará</i>		Vice-consul	Martinho Borges.
<i>Maranhão</i>		Consul	Joaquim José Alves.
"		Vice-consul	Joaquim José Alves Junior.
<i>Parahiba</i>		Vice-consul	Antonio Ricardo do Rego.
<i>Pará</i>		Vice-consul	Vicente Ruiz.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	Vice-consul	João Pereira Machado.
"	Rio Grande	Vice-consul	Paulo Goycochea.
<i>Santa Catharina</i>		Vice-consul	Bento Ferreira da Silva.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul	Ramon Pedro.

IIOLLANDA.

<i>Rio de Janeiro</i>		Consul geral	Carlos Joaquim Wylep.
"		Chanceller provisorio	João Philippe Roedner.
"	Campos	Vice-consul	Constantino Cardoso Guim. ^{as}
<i>Bahia</i>		Consul	Francisco Leciague.
<i>Ceará</i>		Vice-consul	Joaquim Mendes da Cruz Guimarães.
<i>Pará</i>		Vice-consul	Francisco Gaudencio da Costa.
<i>Pernambuco</i>		Consul	Brender á Brandis (ausente), serve interinamente P. A. von Soehsten.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	Vice-consul	A. J. Rodrigues Ferreira Junior.
"	Rio Grande	Vice-consul	Israel Antonio da Silva Araujo.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul	Fernando Schmid.

LUBECK.

<i>Rio de Janeiro</i>		Consul geral	J. H. C. Ten Brink.
"	Campos	Vice-consul	João de Oliveira Guimarães.
<i>Bahia</i>		Consul	Francisco Henrique Wolters.
<i>Pernambuco</i>		Vice-consul	Antonio Marques d'Amorim.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	Vice-consul	Manoel Pereira da Silva Lima.
"	Rio Grande	Vice-consul	Miguel Tito de Sá.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul	Augusto Fomm.

MECKLEMBURGO-SCHWERIN.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .	Consul interino. . .	L. von Boenninghausen.
<i>Bahia</i>	Vice-consul. . . .	Theodoro Teixeira Gomes.
<i>Pernambuco</i>	Consul.	Ant. de Moraes Gomes Ferreira.

MECKLEMBURGO-STRELITZ.

<i>Bahia</i>	Consul.	Justiniano José de Araujo.
------------------------	-----------------	----------------------------

NOVA GRANADA.

<i>Rio de Janeiro</i> . . .	Consul.	João André Cogoy.
-----------------------------	-----------------	-------------------

OLDEMBURGO.

<i>Bahia</i>	Consul.	Francisco Ferreira Espinheira.
"	Vice-consul. . . .	Theodoro Teixeira Gomes.
<i>Pernambuco</i>	Consul.	Hermann D. Kalkmann.

PARAGUAY.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .	Consul geral . . .	Manoel Moreira de Castro.
------------------------------	--------------------	---------------------------

PERU.

<i>Pernambuco</i>	Consul	João Ignacio de Medeiros Rego.
"	Vice-consul. . . .	Antonio José Duarte Junior.

PORTUGAL.

<i>Rio de Janeiro.</i> . . .		Consul geral. . . .	João Baptista Moreira.
"		Chancellor	Jeronymo José Duarte Silva.
"	Angra dos Reis . . .	Vice-consul	José Maria dos Reis Trovão.
"	Campos.	Vice-consul	José Custodio Ozorio.
"	Itaguahy	Vice-consul	José Francisco Guimarães.
"	Mangaratiba	Vice-consul	Francisco José de Magalhães.
"	Paraty	Vice-consul	José Antonio de Mello.
"	Cabo Frio	Vice-consul	João Lopes de Azevedo.
<i>Alagoas.</i>	Maceió	Vice-consul	João de Almeida Monteiro (ausente), serve interinamente João Teixeira Soares.
<i>Bahia</i>		Consul.	José Agostinho de Salles.
<i>Ceará</i>	Cidade da Fortaleza.	Consul.	Manoel Caetano de Gouvêa.
<i>Espirito Santo.</i> . . .	S. Matheos.	Vice-consul	Jeronymo Antonio Leite.
<i>Maranhão</i>		Consul	Carlos Luciano Mendes.
"		Vice-consul	José Antonio da Silva Guimarães.
<i>Pará.</i>		Consul.	Fernando José da Silva.
"		Vice-consul	Felix José Pereira Serzedello.
"	Santarem	Vice-consul	José Francisco Ferreira.
<i>Parahiba do Norte.</i> .		Vice-consul	Pedro Antonio Bernardino.
<i>Pernambuco.</i>		Consul.	Joaquim Baptista Moreira.
"		Vice-consul	Miguel José Alves.
<i>Rio Grande do Sul.</i> .	Porto Alegre	Consul.	Manoel Gomes Coelho do Valle.
"	Rio Grande.	Vice-consul	João Barboza Coelho.
"	Pelotas.	Vice-consul	Domingos Soares Barboza.
<i>Santa Catharina</i> . .	Desterro	Vice-consul	J. G. dos Santos Silva Junior.
<i>Sergipe</i>		Vice-consul	Luiz Pereira Ribeiro.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Vice-consul	Francisco Alves da Cunha.
"	Iguape	Vice-consul	José Antonio da Silva.
"	Parangaguá.	Vice-consul	Francisco José Pinheiro.

<i>S. Paulo</i>	<i>S. Sebastião</i>	Vice-consul	Manoel José Vieira Macedo.
<i>Piauí</i>		Vice-consul	Paulino José Coelho Bastos.
<i>Rio Grande do Norte</i> .		Vice-consul	Joaquim Ignacio Pereira Junior.

PRUSSIA.

<i>Rio de Janeiro</i>		Consul	Leo Theremin (ausente), serve interinam. J. G. Schmilinsky.
<i>Bahia</i>		Consul	Pedro Herman Berndes (au- sente), serve interinamente C. A. Kleinschmidt.
<i>Pernambuco</i>		Consul	Fernando Belenot.
"		Vice-consul	José Diogo da Silva .
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Rio Grande</i>	Vice-consul	Christiano Thompson (ausente).
<i>S. Paulo</i>	<i>Santos</i>	Vice-consul	Theodoro Wille (ausente), serve interinamente W. Alardus.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY.

<i>Rio de Janeiro</i>		Consul geral	Manoel Moreira de Castro.
"		Vice-consul	Americo de Castro.
"	<i>Campos</i>	Vice-consul	João Manuel de Souza.
<i>Bahia</i>		Vice-consul	Joaquim Fernandes Coelho.
<i>Alagoas</i>	<i>Maceió</i>	Vice-consul	Paulo Joaquim Telles Junior.
<i>Ceará</i>		Vice-consul	José Dias Macieira.
<i>Maranhão</i>		Vice-consul	Carlos Henrique da Rocha.
<i>Pará</i>		Vice-consul	Henrique Antonio Strauss.
<i>Pernambuco</i>		Vice-consul	Ant. Valentim da Silva Barroca.
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	Vice-consul	Manoel José Teixeira Junior.
"	<i>Rio Grande</i>	Vice-consul	Mathias Rodrigues Vasques.
<i>Santa Catharina</i>		Vice-consul	João Antonio de Souza Flôres.
<i>S. Paulo</i>	<i>Santos</i>	Vice-consul	Joaquim da Silva Pinto.
"	<i>Paranaguá</i>	Vice-consul	José Pinto de Amorim.

ROMA E ESTADOS PONTIFICIOS.

<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Campos</i>	Consul geral	Tito Terreny.
"		Vice-consul	Francisco José de Mattos Pi- menta.
<i>Bahia</i>		Consul	José Carrena.
<i>Pará</i>		Vice-consul	Antonio da Cunha Sobrinho.
<i>Pernambuco</i>		Vice-consul	Elias Baptista da Silva.
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	Vice-consul	Antonio Luiz Pereira da Costa.
"	<i>Rio Grande</i>	Vice-consul	Francisco Fernandes de Mes- quita.

RUSSIA.

<i>Rio de Janeiro</i>		Consul geral	Conde Zabielo.
"	<i>Campos</i>	Vice-consul	Bernardo Antonio de Passos.
<i>Bahia</i>		Vice-consul provisório.	Francisco Leciague.
<i>Ceará</i>		Vice-consul	José Pio Machado.
<i>Maranhão</i>		Agente consular	João Gualberto da Costa.
<i>Pernambuco</i>		Vice-consul	José Candido de Barros.
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Porto Alegre</i>	Vice-consul	Francisco José da Cunha Vieira.
"	<i>Rio Grande</i>	Vice-consul	José Francisco da Silva Gon- çalves.
<i>Santa Catharina</i>		Vice-consul	Roberto Trompowsky.
<i>S. Paulo</i>	<i>Santos</i>	Vice-consul	Carlos Archibald Glennie.

SARDENHA.

<i>Rio de Janeiro.</i>	Consul	Carlos Langieri.	
<i>Bahia</i>	Vice consul	João Baptista Sechino.	
<i>Pará.</i>	Vice-consul	José Gomes de Oliveira.	
<i>Pernambuco</i>	Vice-consul	Ernesto Schramm.	
<i>Rio Grande do Sul.</i>	Porto Alegre	Vice-consul	Antonio de Freitas Barreto de Queiroz.
<i>Santa Catharina</i>	Vice-consul	Henrique Schütel.	
<i>S. Paulo</i>	Santos.	Vice-consul	José Vergueiro.
	Paranaguá	Vice-consul	Francisco Ferrer Pinheiro.

SAXONIA.

<i>Rio de Janeiro.</i>		Consul geral	F. Ziese.
"	Campos	Vice-consul	J. Antonio Rodrigues de Passos.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Rio Grande	Vice-consul	José Luiz Lopes da Silva.

SUECIA E NORUEGA.

<i>Rio de Janeiro</i>		Consul geral	Lourenço Gustavo Morsing.
"		Agente consular	José Maxwell.
"	Campos	Vice-consul	Luiz de Siqueira Tinoco.
<i>Bahia</i>		Consul	David Lindgren.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	Vice-consul	Wenceslão Joaquim Alves Leite.
"	Rio Grande	Vice-consul	Thomaz Messeter.
<i>Sergipe</i>		Vice-consul	Eduardo Wynne.
<i>S. Paulo</i>	Santos.	Vice-consul	Fernando Schmid.

SUISSA.

<i>Rio de Janeiro.</i>		Consul geral	Carlos Perret Gentil.
"	Campos.	Vice-consul	Alexandre Cardozo Guimarães.
"	Macahé e Cabo Frio.	Vice-consul	Antonio Sardenberg.
<i>Bahia</i>		Consul	Augusto Decosterd.
<i>Pará.</i>		Consul	Luiz Brelaz.
<i>Pernambuco.</i>		Consul interino. . . .	E. Bolli.
<i>Rio Grande do Sul.</i>	Porto Alegre	Vice-consul	José Pinto da Fonseca Guimar.
"	Rio Grande	Vice-consul	José Vicente Tourinho Filho.
<i>S. Paulo</i>	Santos	Agente consular. . . .	Joaquim Vergueiro.

TOSCANA.

<i>Meranhão</i>	Vice-consul	Joaquim da Costa Barradas.
---------------------------	-----------------------	----------------------------

TURQUIA.

<i>Rio de Janeiro</i> . . .	Consulgeral provisório	João Samuel (ausente); faz suas vezes Diogo Kenny.
-----------------------------	------------------------	--

WURTEMBERG.

<i>Rio de Janeiro</i>	Consul.	Carlos Luiz Meyer (ausente).
<i>Bahia</i>	Consul.	Carlos Duscheck.
<i>Pernambuco</i>	Vice-consul.	Manoel Pereira Roza.
<i>Rio Grande do Sul</i>	Porto Alegre	Joaquim José Ferreira Barboza.
	Rio Grande.	José de Souza Gomes.

CIDADE LIVRE DE FRANCFORT.

<i>Rio de Janeiro</i> . . .	Consul	Philippe Herman Andreac (aus.)
-----------------------------	------------------	--------------------------------

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 7.

Soccorros a subditos brasileiros desvalidos.

Circular para o corpo consular brasileiro na Europa e America.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 14 de Junho de 1850.

Tendo a experiencia demonstrado a necessidade de alguma providencia na execucao do artigo 153 e seguintes do Regulamento Consular de 11 de Junho de 1847, que mandão prestar soccorros aos Brasileiros desvalidos em paizes estrangeiros, para que não recaia essa protecção em individuos de nacionalidade duvidosa, e nem pezem sobre o thesouro despesas nos casos em que pôde ser elle indemnizado, determina o governo imperial que d'ora em diante se observe o seguinte:

1.º Os agentes consulares deste Imperio deverão, quando se lhes apresentar algum individuo requerendo soccorros, verificar primeiro que tudo a sua nacionalidade, e se for Brasileiro o desvalido, depois de bem conhecerem os motivos que o levirão áquelle estado, a sua moralidade e profissão, prestarão os soccorros ordenados no seu Regulamento, cingindo-se ao que elle dispõe.

2.º Se o individuo que se apresentar, reclamando soccorros, tiver meios de indemnizar a fazenda publica, quando regressar ao Imperio, das quantias que necessitar para sua manutenção e transporte, deverá essa indemnisação ser acautelada como permittirem as circumstancias.

3.º Quando os pretendentes a soccorros pertencerem á classe de homens de mar, não sendo mestres ou pilotos, que em regra devem achar-se comprehendidos no artigo antecedente, cumpre que os agentes consulares do Imperio, uma vez certos de que são elles marinheiros, só lhes concedão soccorros sob a condição expressa de se engajarem para o serviço da armada imperial, onde terão de servir até que, mediante um desconto da quinta parte dos seus vencimentos, hajão indemnizado a fazenda nacional das despesas que com elles se fizerem.

4.º Só depois de assignado o termo do engajamento com todas as formalidades e seguranças exigíveis, serão os marinheiros desvalidos soccorridos pelos agentes consulares, e remettidos na primeira occasião directamente á capitania do porto do Rio de Janeiro, acompanhados de uma guia.

Logo que a embarcação que os conduzir entrar neste porto, serão entregues pelo respectivo mestre ao commandante da fortaleza de Villegaignon, de quem exigirá recibo, para com este ir haver na capitania do porto o pagamento das passagens dos homens que entregar.

Quanto porém aos soccorros de manutenção prestados em terra, os agentes consulares reclamarão do ministerio da marinha o seu embolso.

5.º Fica entendido, que as despesas que se fizerem com quaesquer outros desvalidos, que não sejam da classe dos marinheiros, devem ser abonadas por conta do ministerio dos negocios estrangeiros, salvo o direito deste de haver as indemnisações que forem acauteladas, como se acha recommendado no artigo 2.º

6.º Cumpre mais que os agentes consulares do Imperio, na prestação de soccorros de que trata esta Circular, tenham sempre em vista que a condição de desvalidos lhes impõe o dever, de limitarem-se ao que for strictamente indispensavel para sua subsistencia e transporte para o Imperio, quando este transporte se não possa verificar sem dispendio do thesouro publico.

O que lhe communico para sua intelligencia e execucao.

Deos guarde a Vm.

Sr., &c.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 8.

Accordo entre o governo imperial e o de S. M. B. regulando o serviço dos paquetes de vapor, que se destinão ao transporte ou correspondencia entre a Grãa-Bretanha e o Brasil.

N.º 32. — Legação Britannica. — Rio de Janeiro, 29 de Novembro de 1848.

Ex.^{ma} Sr. — O governo britannico recebeu uma proposta para o estabelecimento de uma linha de correios entre a Inglaterra e o Brasil, por meio de paquetes movidos por vapor a helice.

Se o ajuste proposto fôr levado a effeito, é de esperar que a viagem redonda, que agora faz-se em 100 dias, se completará em 60 pouco mais ou menos, redução esta de tempo que sendo de vantagem para o commercio britannico, não deixaria tambem de ser de grande importancia para o commercio e interesses do Brasil.

Tive em consequencia ordem de meu governo para propôr a V. Ex. que o governo imperial entre nessa empreza, para dar-se-lhe a maior regularidade e perfeição.

Calcula-se que a despeza annual com estes paquetes não subirá de dezenove mil e quinhentas libras; o governo de S. M. está prompto a tomar sobre si duas terças partes dessa despeza, e crê que o governo imperial verá no augmento das vantagens, que dahi resultarão para o commercio e publico brasileiro, justos fundamentos para carregar com a outra terça parte (6,500 libras), recebendo em retribuição uma terça parte da renda proveniente da importancia do porte das malas.

Os paquetes de que se trata serão de 700 ou 800 toneladas cada um, e carregarão algumas mercadorias, assim como passageiros. O governo de S. M., afim de dar toda animação a esta empreza tão util ao commercio e outras relações dos dous paizes, está disposto a conceder-lhe todas as facilidades possiveis no despacho de quaesquer artigos que possão ser transportados pelos paquetes, e portanto propõe-se a alivia-los de todos os direitos de porto, e permitir-lhes que descarreguem suas mercadorias immediatamente depois de sua chegada, afim de se prepararem para sua viagem de volta com a maior brevidade possivel.

O governo de S. M. propõe-se a adoptar como base desse ajuste, em relação a quaesquer disposições que se tomem sobre os paquetes, collocar a correspondencia do governo e publico brasileiro no mesmo pò, em que fôr estabelecida a correspondencia da Grãa-Bretanha; e em compensação o governo de S. M. confia, em que o governo imperial verá motivos attendiveis para tambem isentar os ditos paquetes dos direitos e despesas de porto, afim de acoroçar uma empreza, que tanto interessa aos governos e subditos dos dous paizes.

Estes paquetes, tanto na ida como na volta, tocarão nas ilhas de Madeira e Cabo Verde, em Pernambuco e Bahia.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex. as seguranças de minha alta estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. visconde de Olinda, &c. &c. &c.

JAMES HUDSON.

N. 9.

Nota do governo imperial à legação de S. M. B.

N.º 1.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos negocios estrangeiros, em 13 de Janeiro de 1849.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar o recebimento da communicação que lhe dirigio em 29 de Novembro ultimo o Sr. James Hudson, encarregado de negocios de S. M. Britannica, solicitando em nome do seu governo o concurso do de S. M. Imperial, para que se contracte por modo conveniente o estabelecimento de uma linha de paquetes movidos por vapor de 700 a 800 toneladas, destinados ao transporte de passageiros, correspondencia e mercadorias de um para outro paiz, fazendo nas ilhas da Madeira e do Cabo Verde, em Pernambuco e Bahia, debaixo das seguintes bases ou condições:

1.º De que sejam os ditos paquetes isentos dos encargos e direitos de porto ou ancoradouro.

2.º De se lhes conceder todas as facilidades nos despachos das mercadorias, permittindo-se immediatamente sua descarga, afim de não se lhes demorar a viagem de retorno.

3.º De correrem as despesas de seu costeiro annual por conta dos dous governos, entrando o Brasil com uma terça parte, ou libras 6.500, em que é ella calculada, com uma retribuição, que será tambem para o Brasil da terça parte da renda proveniente da importância do porte das malas.

Declara o Sr. Hudson que o governo de S. M. Britannica satisfará as outras duas terças partes do costeiro desses paquetes com a retribuição correspondente daquella renda, e permittirá as mesmas facilidades e isenções acima referidas.

O governo imperial, certo de que a linha proposta de paquetes de vapor muito concorrerá para beneficiar o commercio e o publico dos dous paizes, e considerando as vantagens e favores que será possível conceder a esta empresa, tem de fazer algumas considerações.

1.º Quanto á ancoragem, o governo de S. M. o Imperador, em virtude da authorisação que actualmente tem, dispensará deste encargo os paquetes que vierem até o ultimo de Junho de 1850, compromettendo-se entretanto a pedir ao corpo legislativo, logo que reunido fór, não só a continuação desta concessão até aquella época, e dali por diante, como a isenção de outro qualquer direito de porto, que se haja de estabelecer de novo. Esta isenção não comprehenderá porém o imposto para o hospital da Misericórdia que, além de muito diminuto, serve de assegurar no Imperio um asylo e tratamento á gente de mar, de ordinario necessitada.

2.º Como já foi determinado no anno de 1846 para os vapores a helice, pertencentes a uma companhia ingleza, o governo imperial está prompto a estender áquelles paquetes as mesmas facilidades: 1.º para que sejam elles dispensados de dar entrada nas alfandegas dos portos do Imperio, em que toquem para entregar malas, e largar ou receber passageiros, uma vez que não tragão carga para esses portos, devendo o guarda-mór, no acto da visita a bordo, permittir o desembarque da bagagem dos passageiros, e declarar o barco desembaraçado, para seguir com os que tomar nos ditos portos; 2.º que no porto para que trouxerem carga, sejam admittidos á immediata descarga pelo seu manifesto, e a despacharem nova carga que hajão de receber sem ficarem sujeitos á escala, tendo assim a preferencia sobre quaesquer outros navios, e em tudo mais que não se opponha ás leis fiscaes do Imperio; 3.º que se lhes permitta poderem ser visitados, finda a descarga, com o resto dos sobre-celentes a bordo, sem a obrigação de deposita-los na alfandega.

Sem obrigar-se o governo imperial a entrar nas despesas do costeiro dos ditos vapores, nem pretender nenhuma retribuição pelo producto que dê em as malas, pelas facilidades e isenções, que offerece a bem de animar este novo meio de accelerar os transportes e communicação entre os dous paizes, se tem elles de substituir os actuaes paquetes de vela, as malas da correspondencia official do governo deverão gozar em troca daquellas facilidades, do favor de serem admittidas livres de porte até o valor de 120 onças em lugar das 80 com que são recebidas.

O abaixo assignado observará por ultimo que ficará subsistindo, sem se derogar por este novo accordo, o modo de recepção e distribuição das malas e periodicos, conforme tem sido ajustado com o governo de S. M. Britannica.

O abaixo assignado apressa-se a dar conhecimento ao Sr. Hudson da resolução do governo imperial sobre o objecto da sua referida nota de 29 de Novembro, afim de que possa submittê-la á consideração de seu governo pelo proximo paquete, e aproveita-se da occasião para reiterar-lhe as expressões da sua estima e consideração.

VISCONE DE OLINDA.

N. 10.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 7. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1849.

Ex.^{ma} Sr. — Tenho a honra de accusar recebida a nota de V. Ex.^a de 13 de Janeiro, relativamente ás facilidades que o governo imperial está disposto a conceder, para melhorar e accelerar as communicações entre a Grã-Bretanha e o Brasil, e tenho ora a honra de informar a V. Ex.^a que a companhia Real Britannica dos Paquetes de Vapor contractou com o almirantado britannico conduzir por aquelle meio a correspondencia entre o Reino Unido e o Brasil, e que o novo ajuste postal será em breve posto em execução.

Tendo-se porém desenvolvido o plano para melhorar aquellas communicações, depois que tive a honra de dirigir-me a V. Ex.^a, de modo que occasionará maior despesa para a companhia, o governo da Rainha confia em que o governo imperial consentirá, em additamento ás facilidades já concedidas pela nota de V. Ex.^a de 13 de Janeiro ultimo, que os barcos de vapor empregados no novo ajuste postal deixem os portos brasileiros a qualquer hora do dia ou da noite, com o previo aviso que se exige dos navios de guerra pelos regulamentos imperiaes, e que a companhia receba livre de direitos o carvão importado no Brasil só para o uso desses paquetes.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex.^a a segurança de minha alta estima e consideração.

A S. Ex.^a o Sr. Visconde de Olinda, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 11.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 10. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 24 de Abril de 1849.

Tenho a honra de accusar recebido o officio que me dirigio o Sr. James Hudson, encarregado de negocios de S. M. Britannica, participando-me em resposta á nota desta secretaria de estado de 13 de Janeiro ultimo, sobre as facilidades que o governo imperial poderia conceder aos paquetes de vapor, que tem de melhorar e accelerar as communicações entre o Brasil e a Grã-Bretanha, que tendo já a companhia desses paquetes effectuado o seu contracto com o almirantado britannico vai muy breve pô-lo em execução, e para melhor desempenha-lo, e á vista das grandes despesas que é obrigada a fazer, sollicita agora o Sr. Hudson, em consequencia de recommendação do seu governo, e em additamento ás facilidades já concedidas, que se permitta mais que os barcos de vapor que se tem de empregar no transporte das malas entre os dous paizes, possam sair dos portos brasileiros a qualquer hora do dia ou da noite, com os competentes avisos conforme prescrevem os regulamentos imperiaes, assim como que fique livre de direitos o carvão que for importado no Brasil, unicamente para uso dos dites barcos.

Apressando-me a responder a esta nova concessão, com que espera o governo britannico se auxilie o objecto a que se propõe a companhia, tenho de informar ao Sr. Hudson que o governo imperial desejando ser agradavel ao de S. M. Britannica, nenhuma duvida tem de acceder a que saião os barcos, de que se trata, a qualquer hora do dia ou da noite, uma vez que se observe a policia do porto, e tambem permitta que o carvão que for importado pela companhia, para supprimento dos mesmos barcos, seja isento de direitos, garantindo porém este ultimo favor até a proxima reunião das camaras legislativas, de quem o governo imperial procurará obter a continuação da autorisação que lhe é dada para taes concessões, do mesmo modo e nos mesmos terminos de igual promessa que já fizera pela referida nota de 13 de Janeiro.

Fazendo esta communicação ao Sr. Hudson, aproveito a occasião para reiterar-lhe as expressões da minha estima e consideração.

Ao Sr. James Hudson, etc., etc.

VISCONDE DE OLINDA.

N. 12.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 49. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1850.

Ex.^{ma} Sr. — Tendo sido publicado hoje o Decreto n.º 591 autorizando o governo imperial a isentar dos direitos de ancoragem e de qualquer outro direito ou despeza de porto neste Imperio, os paquetes de vapor, que em breve começarão a sua carreira entre a Grã-Bretanha e o Brasil, com a unica excepção do que é de costume pagar-se ao hospital da Misericordia, tenho a honra de lembrar a V. Ex.^a que se declare expressamente as isenções de que se trata, a fim de serem ellas melhor e mais facilmente entendidas pelos contractadores desta grande empreza commercial.

V. Ex.^a estará ao facto, pela correspondencia havida entre a legação da Rainha e o governo imperial, de que as isenções pedidas são:

1.º De direitos de ancoragem, de tonelagem, de despezas da alfandega, ou outros quaesquer direitos ou despezas que ordinariamente pagão os navios mercantes, nos portos do Brasil.

2.º Do expediente e armazenagem do carvão, quando seja unicamente importado para o uso destes vapores, e que se lhes permitta receber carvão em qualquer parte dos portos do Imperio.

3.º Que os navios que trouxerem carvão, especialmente para o uso destes paquetes de vapor, sejam isentos do direito de tonelagem e descarga quando saíam em lastro.

4.º Que se permitta que estes vapores ancorém onde costumão ancorar os actuaes paquetes de S. M., e que d'ali mesmo, ou donde mais conveniente fôr, descarreguem e carreguem immediatamente moeda, passageiros e mercadorias, sob a unica inspecção de um empregado da alfandega do Brasil, sem nenhuma outra formalidade ou entrada naquella repartição.

5.º Que se conceda a estes paquetes de vapor a entrada e saída dos portos do Imperio a qualquer hora do dia ou da noite, dando-se noticia previa, como se pratica com os navios de guerra.

6.º Que os sobrecellentes existentes a bordo, não sejam sujeitos a direitos de alfandega.

Prevaleço-me desta oportunidade para renovar a V. Ex.^a a segurança de minha alta estima e distincta consideração.

A S. Ex.^a o Sr. Paulino José Soares de Souza. etc., etc., etc.

JAMES HUDSON.

N. 13.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 39. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, 14 de Outubro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, em data de 5 do corrente, e na qual lembra, attenta a publicação do Decreto n.º 591 de 13 do mez proximo passado, a conveniencia de declarar expressamente as isenções de que devem gozar os paquetes movidos por vapor, que fizerem o serviço da correspondencia entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

O abaixo assignado tem de declarar ao Sr. Hudson, em resposta, que as isenções que o governo imperial pôde conceder, em virtude daquella lei, e que concede pelo espaço de 10 annos, contados da chegada do primeiro paquete ao primeiro porto deste Imperio, são as seguintes, já affiançadas e concedidas pelas notas que o antecessor do abaixo assignado dirigio ao Sr. Hudson em datas de 13 de Janeiro e 24 de Abril de 1849.

Os paquetes movidos por vapor, de que trata a nota do Sr. Hudson de 29 de Novembro de 1848, e a do antecessor do abaixo assignado de 13 de Janeiro de 1849, gozarão portanto pelo espaço de 10 annos das isenções seguintes:

1.º Serão isentos dos direitos de ancoragem, e de outro qualquer direito de porto que se haja de estabelecer, não se comprehendendo porém nesta isenção os direitos actualmente estabelecidos em favor das casas de caridade.

2.º Serão dispensados de dar entrada nas alfandegas dos portos do Imperio em que toquem para entregar as malas, e largar ou receber passageiros, uma vez que não tragão carga para esses portos, devendo o guarda-mór, no acto da visita a bordo, permittir o desembarque da bagagem dos passageiros, e declarar o barco desembaraçado para seguir.

3.º Nos portos para os quaes trouxerem carga serão admittidos á immediata descarga pelo seu manifesto, e a despacharem nova carga que hajão de receber, sem ficarem sujeitos á escala, tendo assim preferencia sobre quaesquer outros navios, e em tudo o mais que não se opponha ás leis fiscaes do Imperio.

4.º Ser-lhes-ha permittido poderem ser visitados, finda a descarga, com o resto dos sobressalentes a bordo, sem a obrigação de deposita-los na alfandega.

5.º Poderão sahir dos portos brasileiros a qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos para a policia dos portos.

6.º As malas da correspondencia official do governo imperial serão admittidas livres de porte até o valor de 120 onças.

Acceitos pelo Sr. Hudson estes artigos, e declarando-o assim ao abaixo assignado por uma nota, haver-se-ha o ajuste por concluido, e começarão, por virtude delle, os sobreditos paquetes a gozar das vantagens referidas, logo que cheguem aos portos do Imperio.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião, para reiterar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 14.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 51. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 1850.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, recebeu a nota datada de hoje, que o Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, lhe dirigio, sobre as isenções de que devem gozar os paquetes movidos por vapor, que tem de ser proximaemente empregados no serviço da correspondencia entre a Grã-Bretanha e o Brasil, declarando quaes essas isenções, promettendo que serão ellas concedidas pelo espaço de 10 annos, estipulando certas vantagens para o governo imperial relativamente ao transporte da sua correspondencia, e assegurando que sendo acceitas pelo abaixo assignado essas isenções por uma declaração em nota official dirigida ao governo imperial, haver-se-ha por concluido o ajuste relativo aos mencionados paquetes, os quaes começarão a gozar das vantagens referidas, logo que cheguem aos portos deste Imperio.

O abaixo assignado em consequencia desta communicação do Sr. Paulino, declara que acceita, para os paquetes de que se trata, as isenções expressas na nota de S. Ex.ª em data de hoje, a saber:

1.º Serão isentos dos direitos de ancoragem, e de outro qualquer direito de porto que se haja de estabelecer, não se comprehendendo porém nesta isenção os direitos actualmente estabelecidos em favor das casas de caridade.

2.º Serão dispensados de dar entrada nas alfandegas dos portos do Imperio em que toquem para entregar as malas, e largar ou receber passageiros, uma vez que não tragão carga para esses portos, devendo o guarda-mór no acto da visita a bordo, permittir o desembarque da bagagem dos passageiros, e declarar o barco desembaraçado para seguir.

3.º Nos portos para os quaes trouxerem carga, serão admittidos á immediata descarga pelo seu manifesto, e a despacharem nova carga que hajão de receber, sem ficarem sujeitos á escala, tendo assim preferencia sobre quaesquer outros navios, e em tudo o mais que não se opponha ás leis fiscaes do Imperio.

4.º Ser-lhes-lia permitido poderem ser visitados, finda a descarga, com o resto dos sobresalentes a bordo, sem a obrigação de depositá-los na alfandega.

5.º Poderão sahir dos portos brasileiros a qualquer hora do dia ou da noite, observados os regulamentos para a policia dos portos.

6.º As malas da correspondencia do governo imperial serão admittidas livres de porte até o valor de 120 onças.

O abaixo assignado aproveita-se da occasião, para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a segurança de sua alta estima e distincta consideração.

A. S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, etc., etc., etc.

JAMES HUDSON.

N. 13.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 22. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 10 de Março de 1851.

Assim de que o serviço das malas transportadas pelos paquetes de vapor da companhia real da Grãa-Bretanha possa ser feito com a regularidade que é indispensavel, em beneficio dos dous paizes, em additamento ao accordo de 14 de Outubro do anno proximo passado, havido sobre este assumpto, tem o abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, a honra de submeter por parte do governo imperial á consideração do Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, os seguintes artigos, que resolvem algumas questões que apparecem no modo de fazer-se aquelle serviço, e que são deste theor:

Art. 1.º Além do peso fixado para a isenção da correspondencia official do governo imperial entre o Brasil e a Grãa-Bretanha pelo art. 6.º daquelle accordo, será tambem franca de porte, até o peso de 30 onças, a que fór transportada entre o Brasil e Portugal, e até 20 onças cada uma das malas com Monteridéo e Buenos-Ayres.

Art. 2.º Não sendo pelos correios deste Imperio taxada a correspondencia official das autoridades britannicas, transportadas de um para outro porto do Imperio, de igual isenção gozará a correspondencia official do governo imperial, transportada para os mesmos portos pelos paquetes.

Art. 3.º Os jornaes brasileiros serão sempre francos de porte, seja qual fór a sua direcção, da mesma maneira por que o são os da Grãa-Bretanha vindos para o Imperio.

Art. 4.º O porte das cartas transportadas para a Europa, e vindas da Europa pelos ditos paquetes, ficará reduzido a um shelling, em vez de dous shellings e nove pence, taxa actual.

O valor do shelling será o correspondente ao valor monetario dado por lei no Imperio. ou o que fixar cada um dos dous governos a quem compita a sua percepção, na conformidade do que está estabelecido.

Art. 5.º A agencia britannica receberá a quota que lhe deve ser paga pelo correio geral por cada onça de cartas importadas da Europa, á razão de 200 réis, em vez de 552 réis como até agora.

Art. 6.º O porte da correspondencia particular deste para os portos do Imperio, e vice-versa, será calculado pelo porte simples, que por sua parte recebe o correio geral dessa mesma correspondencia,

Art. 7.º As malas da correspondencia particular para os portos do Imperio serão exclusivamente feitas no correio geral, e o seu porte será pago á agencia britannica da maneira por que fór accordado pelo mesmo correio e aquella agencia.

Art. 8.º As malas da correspondencia official do governo imperial para aquelles portos serão igualmente feitas no correio geral, para onde serão remettidas, e serão sempre separadas das malas de que trata o artigo antecedente.

Art. 9.º Os jornaes e as malas do correio geral serão remettidas á agencia britannica até ás 9 horas da manhã do dia da saída dos paquetes.

Art. 10. Entre o correio geral e a agencia britannica se regularão as contas, que serão pagas a esta na fórma do costume.

Art. 11. Sendo os paquetes considerados pelo governo imperial como navios mercantes, mas sendo de propriedade de uma companhia representada por um agente responsavel nesta capital, o governo imperial, assim de prevenir qualquer demora na sua saída á hora fixa, convém em que o

dito agente fique responsavel pelos direitos ou contribuições que devão pagar os mesmos paquetes, e pelas multas que, em virtude dos regulamentos fiscaes, fõrem impostas aos commandantes delles; ficando bem entendido que esta concessão não importa nenhuma alteração no processo estabelecido, ou que se houver de estabelecer nas leis e regulamentos do Imperio, para fazer effectiva a responsabilidade dos commandantes dos navios mercantes; e que cessará logo que o agente se recusar ao pagamento de qualquer contribuição ou multa por que estiver responsavel.

Art. 12. Sendo entregues as malas a bordo dos paquetes, não poderão elles ser detidos sob qualquer pretexto, nos portos do Imperio, além da hora fixada para sua partida.

Art. 13. Sendo reconhecida a responsabilidade do agente da companhia dos paquetes, terá elle nessa qualidade de receber um beneplacito imperial, á requisição da legação do S. M. Britannica nesta cõrte.

Concordando o Sr. Hudson neste novo accordo, por parte do seu governo, e expedindo nesta conformidade as suas ordens para ser devidamente cumprido, o abaixo assignado se apressará a expedir tambem as ordens necessarias, afim de que seja o mesmo observado em todas as suas partes pelas repartições publicas deste Imperio.

O abaixo assignado reitera ao Sr. Hudson as expressões da sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 16.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N.º 31. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 10 de Março de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, accusa a recepção da nota sob n.º 22 desta data, que teve a honra de receber de S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, propondo certos additamentos ao accordo concluido em 14 de Outubro ultimo entre o abaixo assignado e S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, concedendo certos favores e isenções nos portos deste Imperio aos paquetes de vapor destinados á condução das malas entre a Grãa-Bretanha e o Brasil; e o abaixo assignado, revendo estes artigos addicionaes, não hesita em concordar pela sua parte, e em manifestar a convicção em que está, de que o seu governo concordará na acceitação daquelles artigos que, textualmente, são como segue.

Art. 1.º Além do peso fixado para a isenção da correspondencia official do governo imperial entre o Brasil e a Grãa-Bretanha pelo artigo 6.º daquelle accordo, será tambem franca de porte até o peso de 30 onças, a que fôr transportada entre o Brasil e Portugal, e até 20 onças cada uma das malas com Montevideó e Buenos-Ayres.

Art. 2.º Não sendo pelos correios deste Imperio taxada a correspondencia official das autoridades britannicas, transportada de um para outro porto do Imperio, de igual isenção gozará a correspondencia official do governo imperial, transportada para os mesmos portos pelos paquetes.

Art. 3.º Os jornaes brasileiros serão sempre francos de porte, seja qual fôr a sua direcção, da mesma maneira por que o são os da Grãa-Bretanha vindos para o Imperio.

Art. 4.º O porte das cartas transportadas para a Europa, e vindas da Europa pelos ditos paquetes, ficará reduzido a um shelling, em vez de dous shellings e nove pence, taxa actual.

O valor do shelling será o correspondente ao valor monetario dado por lei no Imperio, ou o que fixar cada um dos dous governos a quem compita a sua percepção, na conformidade do que está estabelecido.

Art. 5.º A agencia britannica receberá a quota que lhe deve ser paga pelo correio geral por cada onça de cartas importadas da Europa, á razão de 200 réis, em vez de 552 réis como até agora.

Art. 6.º O porte da correspondencia particular deste para os portos do Imperio, e vice-versa, será calculado pelo porte simples, que por sua parte recebe o correio geral dessa mesma correspondencia.

Art. 7.º As malas da correspondencia particular para os portos do Imperio serão exclusivamente feitas no correio geral, e o seu porte será pago á agencia britannica da maneira por que fôr accordado pelo mesmo correio e aquella agencia.

Art. 8.º As malas da correspondencia official do governo imperial para aquelles portos serão igualmente feitas no correio geral, para onde serão remettidas, e serão sempre separadas das malas de que trata o artigo antecedente.

Art. 9.º Os jornaes e as malas do correio geral serão remettidas á agencia britannica até ás 9 horas da manhã do dia da sahida dos paquetes.

Art. 10. Entre o correio geral e a agencia britannica se regularão as contas, que serão pagas a esta na fórma do costume.

Art. 11. Sendo os paquetes considerados pelo governo imperial como navios mercantes, mas sendo de propriedade de uma companhia representada por um agente responsavel nesta capital, o governo imperial, assim de prevenir qualquer demora na sua sahida á hora fixa, convém em que o dito agente fique responsavel pelos direitos ou contribuições que devão pagar os mesmos paquetes, e pelas multas que, em virtude dos regulamentos fiscaes, forem impostas aos commandantes delles; ficando bem entendido, que esta concessão não importa nenhuma alteração no processo estabelecido, ou que se houver de estabelecer nas leis e regulamentos do Imperio, para fazer effectiva a responsabilidade dos commandantes dos navios mercantes; e que cessará logo que o agente se recusar ao pagamento de qualquer contribuição ou multa, por que estiver responsavel.

Art. 12. Sendo entregues as malas a bordo dos paquetes, não poderão elles ser detidos sob qualquer pretexto nos portos do Imperio, além da hora fixada para sua partida.

Art. 13. Sendo reconhecida a responsabilidade do agente da companhia dos paquetes, terá elle nessa qualidade de receber um beneplacito imperial, á requisição da legação de S. M. Britannica nesta côrte.

O abaixo assignado, congratulando-se com S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza pela conclusão de um accordo, que promette tantas vantagens á Grãa-Bretanha e ao Brasil, apressa-se a certificar a S. Ex. que não perderá tempo em communica-lo ás autoridades da Rainha neste Imperio para seu conhecimento e governo.

O abaixo assignado aproveita esta occasião, para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a segurança de sua alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, etc., etc., etc.

JAMES HUDSON.

N. 17.

Relação das reclamações a cuja liquidação tem de proceder a comissão mixta brasileira e hespanhola.

Navio *Santa Rita*. — Fundeado em Angola, para refazer-se de mantimentos, tendo a bordo 185 escravos e 33,000 pesos fortes, foi registado em Setembro de 1820 pela fragata *União*, que ali aportára. Do commandante desta fragata recebeu ordem o capitão do navio para sahir do porto, o que fez immediatamente, e foi tomado poucas horas depois de velejar pela mesma fragata, e remettido para o Rio de Janeiro. Os tribunaes julgarão improcedente a captura.

Navio *Recuperador*. — Foi capturado em o porto de Loango na Costa d'Africa em Outubro de 1820 pela fragata *União*, e remettido para o Rio de Janeiro. O navio tinha dentro 224 escravos e varias fazendas para esse commercio; mas a captura foi julgada improcedente pelos tribunaes.

Navio *Ismenia*. — Foi capturado na Costa da Mina em Abril de 1826 pelo brigue de guerra *Empreendedor*, e remettido para o Rio de Janeiro. O navio esteve mais de dous annos ao serviço nacional, e foi afinal entregue ao procurador do proprietario em virtude da sentença, que julgou improcedente a captura.

Barca *Sultana*. — Entrada na Bahia foi detida pelo governo em Outubro de 1826, e remettida para o Rio de Janeiro; mas a Relação julgou infundada a suspeita para a detenção.

Viuva Balmaceda & Filhos. — Reclamão a indemnisação de fazendas carregadas nos navios *Ventura Feliz* e *S. Manoel* em 1822, os quaes foram capturados na occasião da luta da Independencia do Brasil.

RECLAMANTES BRASILEIROS.

Antonio Soares de Paiva reclama o pagamento de 14,329 pesos fortes, importancia de trigo por elle fornecido á praça de Montevideo, e não sendo paga pela autoridade hespanhola, que governava aquella provincia, por uma ordem passada em Julho de 1814 tinha de ser paga pelo thesoureiro geral da Hespanha.

José Ludgero Gomes da Silva & C.^a reclamão o pagamento de 13,796 pesos fortes, importancia de cabos e amarras, que venderão em Fevereiro de 1814 para as embarcações de guerra hespanhola em Montevideo, a pagar por letra sobre aquella provincia, que foi acceita, mas não paga por effeito de occorrencias sobrevindas, e por isso, voltando a letra ao Rio de Janeiro, foi ella revalidada pelo ministro de S. M. Catholica aqui residente, recommendando ao seu governo o competente pagamento.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1850.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 18.

Convenção celebrada em 27 de Janeiro de 1849 entre o Brasil e os Estados-Unidos da America, para o pagamento das reclamações norte-americanas.

Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, &c. — Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que nesta data se concluiu e assignou entre Nós e os Estados-Unidos da America, pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos competentes poderes, uma convenção pondo termo, por via de transacção ás questões de reclamações existentes, de cidadãos dos mesmos Estados, cujo theor é o seguinte :

Whereas a convention between the United States of America and his Majesty the Emperor of Brasil, for the adjustment of claims of citizens of the United States against the Brazilian Government, was concluded and signed at Rio de Janeiro on the twenty-seventh day of January, one thousand eight hundred and forty-nine; which convention, being in the English and Portuguese languages, is word for word as follows:

EM NOME DA SANTISSIMA E INDIVISIVEL TRINDADE.

IN THE NAME OF THE MOST HOLY AND INDIVISIBLE TRINITY:

Sua Magestade o Imperador do Brasil e os Estados-Unidos da America, desejando, para removerem qualquer motivo, que empeça a boa harmonia e intelligencia, que felizmente subsistem entre os dous paizes, e tanto lhas interessa manter, chegar a um accordo definitivo, igualmente justo e honroso para ambos, sobre o modo de pôr termo ás questões ha tanto tempo pendentes, provenientes de reclamações de cidadãos dos ditos Estados, nomearão e munirão com plenos poderes para aquelle fim, respectivamente, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brasil, ao Ilm. e Exm. Sr. visconde de Olinda, do seu conselho, e dode Estado, senador e grande do imperio, grão cruz das ordens de Santo Estevão da Hungria, da Legião de Honra da França, e de S. Mauricio e S. Lazaro de Sardenha, official da imperial ordem do Cruzeiro, commendador da de Christo, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros; e o presidente

The United States of America, and His Majesty the Emperor of Brasil, Desiring to remove every cause that might interfere with the good understanding and harmony which now happily exist between them, and which it is so much the interest of both countries to maintain; and to come for that purpose to a definitive understanding, equally just and honorable to each, as to the mode of settling the long pending questions, arising out of claims of citizens of said states, have, for the same, appointed and conferred full Powers, respectively, to wit:

The President of the United States of America, on David Tod, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary from the said States near the Court of Brasil; and His Majesty the Emperor of Brasil, upon the most Illustrious and most Excellent Viscount of Olinda, of His Council, and of the Council of State, Senator and Grandee of the Empire. Grand Cross of the Order of Saint Stephen of Hungary, of the Legion of Honor of France, and

dos Estados-Unidos da America, ao Sr. David Tod, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos mesmos Estados na corte do Brasil: os quaes, depois de terem trocado seus plenos poderes, que forão achados em boa e devida fórma, concordarão nos seguintes artigos:

of Saint Maurice and Saint Lazarus of Sardinia, officer of the Imperial Order of the Cross, Commander of the order of Christ, President of the Council of Ministers, Minister and Secretary of State for Foreign Affairs: who after exchanging their full Powers, which were found in good and proper form, agreed to the following articles.

ARTIGO 1.º

Conhecendo as duas altas partes contractantes a difficuldade de se entenderem sobre o assumpto daquellas reclamações, pela convicção, em que ambas estão, uma da justiça e outra da injustiça das mesmas reclamações, e convencidas, que o unico meio justo e honroso para chegarem os dous paizes a um perfeito accordo em taes questões; será resolvê-las por via de uma transacção, concordarão mutuamente, depois de maduro exame sobre aquellas reclamações, e para o fim de poder levar-se a effeito aquella transacção; em que por parte do Brasil se ponha á disposição do presidente dos Estados-Unidos a quantia de quinhentos e trinta contos de réis, moeda corrente do Brasil, como quantilativo razoavel e equitativo, que comprehenderá a generalidade das reclamações, qualquer que seja a sua natureza e importancia, e como compensação plena pelas indemnidades reclamadas pelo governo dos ditos Estados, as quaes serão satisfeitas em globo, sem referencia a nenhuma dessas reclamações, em cujo merito prescindem de entrar as altas partes contractantes, ficando ao governo dos Estados-Unidos o avaliar a justiça que assista aos reclamantes, para distribuir por elles a supradita somma de quinhentos e trinta contos de réis, como julgue mais conveniente.

ARTIGO 2.º

Em conformidade do que fica concordado no artigo antecedente, é exonerado o Brasil de qualquer responsabilidade proveniente das ditas reclamações, apresentadas pelo governo dos Estados-Unidos até a data desta convenção; as quaes não poderão ser mais reproduzidas e nem attendidas no futuro.

ARTIGO 3.º

A fim de que o governo dos Estados-Unidos possa attender devidamente ás reclamações dos cidadãos dos mesmos estados, que, pela fórma acima declarada, ficão sujeitas á sua apreciação, ser-lhe-hão entregues pelo governo imperial os respectivos documentos, que lhes sirvão de illustração, logo que a presente convenção tenha a ratificação do governo dos Estados-Unidos.

ARTICLE 1.º

The two High contracting Parties, appreciating the difficulty of agreeing upon the subject of said reclamations, from the belief entertained by each one of the justice of the claims, and the other of their injustice, and being convinced that the only equitable and honorable method by which the two Countries can arrive at a perfect understanding of said questions, is to adjust them by a single act; they mutually agreed, after a mature examination of these claims; and, in order to carry this agreement into execution, it becomes the duty of Brasil to place at the disposition of the President of the United States the amount of five hundred and thirty thousand mil réis, current money of Brasil, as a reasonable and equitable sum, which shall comprehend the whole of the reclamations, whatever may be their nature, and amount, and as full compensation for the indemnifications claimed by the Government of said States; to be paid in a round sum, without reference to any one of said claims, upon the merits of which the two High contracting Parties refrain from entering; it being left to the Government of the United States to estimate the justice that may pertain to the claimants, for the purpose of distributing among them the aforesaid sum of five hundred and thirty thousand mil réis as it may deem most proper.

ARTICLE 2.º

In conformity to what is agreed upon in the preceding article, Brasil is exonerated from all responsibility springing out of the aforesaid claims, presented by the Government of the United States up to the date of this convention, which can neither be reproduced, nor reconsidered in future.

ARTICLE 3.º

In order that the Government of the United States may be enabled properly to consider the claims of the citizens of said States, they remaining, as above declared, subject to its judgment, the respective documents which throw light upon them shall be delivered by the Imperial Government to that of the United States, so soon as this convention shall receive the ratification of the Government of said States.

ARTIGO 4.º

A somma estipulada será entregue pelo governo imperial ao dos Estados-Unidos em moeda corrente do Brasil, logo que conste nesta côrte a troca das ratificações desta convenção, para o que Sua Magestade o Imperador do Brasil se compromette a obter os precisos fundos na proxima sessão legislativa.

ARTIGO 5.º

Ainda que o pagamento da quantia supra mencionada de quinhentos e trinta contos de reis não se effitue senão depois de chegar a esta côrte a noticia da troca das ratificações, a dita quantia vencerá o juro de seis por cento ao anno desde o primeiro de Julho proximo futuro, obrigando-se o governo imperial a fazer bom esse juro, só quando na forma do precedente artigo desta convenção, se verifique o pagamento da somma ajustada.

ARTIGO 6.º

A presente convenção será ratificada, e as ratificações trocadas em Washington dentro de doze mezes depois de sua assignatura nesta côrte, ou mais cedo, se fôr possível.

Em fé do que, nós plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil e dos Estados-Unidos da America, assignamos e sellamos a presente.

Feita na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e sete de Janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e nove.

(L. S.) Visconde d'Olinda.

(L. S.) David Tod.

E sendo-Nos presente a mesma convenção, cujo theor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por nós tudo o que nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo, como em cada um de seus artigos e estipulações; e pela presente a damos por firme e valida para haver de produzir o seu devido effeito; prometendo em fé e palavra imperial observa-la, e cumpri-la inviolavelmente, e faze-la cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito, fizemos passar a presente carta por Nós assignada, passada com o sello grande das armas do imperio, e referendada pelo Nosso ministro e secretario de estado abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos vinte sete de Janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e quarenta e nove.

PEDRO, IMPERADOR (com guarda).

VISCONDE DE OLINDA.

Joaquim Maria Nascences de Athambuja, a fez.

ARTICLE 4.º

The sum agreed upon shall be paid by the Imperial Government to that of the United States, in the current money of Brasil, as soon as the exchange of the ratifications of this convention is made known in this Capital; for which His Majesty the Emperor of Brasil pledges himself to obtain the necessary funds at the next session of the legislature.

ARTICLE 5.º

The payment of the sum above named of five hundred and thirty thousand mil reis shall not be made until after the reception of the notice in this Capital of the exchange of ratifications; but the said sum shall bear interest, at six per centum per annum, from the first day of July next; the Imperial Government however obliges itself to make good that interest only when, in conformity of the preceding article of this convention, the amount stipulated shall be paid.

ARTICLE 6.º

The present convention shall be ratified, and the ratifications exchanged in Washington, within twelve months after it is signed in this Capital, or sooner if possible.

In faith of which, we, Plenipotentiaries of the United States of America, and of His Majesty, the Emperor of Brasil, sign and seal the same.

Done in the city of Rio de Janeiro this twenty seventh day of January in the year of Our Lord one thousand eight hundred and forty nine.

(L. S.)

(L. S.)

DAVID TOD.

VISCONDE DE OLINDA.

And whereas the said convention has been duly ratified on both parts, and the respective ratifications of the same were exchanged at Washington on the eighteenth day of January, one thousand eight hundred and fifty, by John M. Clayton, Secretary of State of the United States of America, and the Chevalier Sergio T. de Macedo, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of his Majesty the Emperor of Brasil, on the part of their respective Governments:

Now, therefore, be it Known, that I, Zachary Taylor, President of the United States of America, have caused the said convention to be made public, to the end that the same may be observed and fulfilled with good faith by the United States and the citizens thereof.

In testimony whereof I have hereunto set my hand, and caused the seal of the United States to be affixed.

Done at the city of Washington, this nineteenth day of January, in the year of our Lord one thousand eight hundred and fifty, and in the seventy-fourth year of the Independence of the United States.

Z. TAYLOR.

By the President

JOHN M. CLAYTON, Secretary of State.

N. 19.

Ajuste celebrado em 15 de Novembro de 1849 com o consul geral dos Paizes-Baixos para indemnisação de presas feitas a subditos Hollandezes no Rio da Prata.

DECRETO.

Tendo-se ajustado com C. J. Wylep, consul geral dos Paizes-Baixos, conforme consultou a secção dos negocios estrangeiros do conselho de estado, a quantia de setenta e nove contos seis centos vinte e tres mil nove centos e vinte reis, por indemnisação total das reclamações até hoje entabouladas por elle a favor dos subditos Hollandezes, pelos danos recebidos em consequencia do bloqueio do Rio da Prata, pela esquadra brasileira, e outros prejuizos, ficando assim todas satisfeitas: Hei por bem approvar o referido ajuste, e que se verifique o respectivo pagamento. Paulino José Soares de Souza, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, o tenha assim entendido e espeda em consequencia os convenientes despachos. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Novembro de mil oitocentos e quarenta e nove, vigessimo oitavo da independencia e do imperio.

Com a rubrica de S. M. o Imperador.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

AJUSTE.

Conformando-se o governo imperial com o parecer da secção do conselho de estado que consulta sobre os negocios estrangeiros, em que julgou attendiveis algumas das reclamações dos subditos Hollandezes entabouladas pelo Sr. C. J. Wylep, consul geral dos Paizes-Baixos, em nome do seu governo, e outras destituidas absolutamente de direito; e querendo satisfazer as fundadas em justiça, e pôr termo a todas por meio de um ajuste calculado sobre o valor das primeiras; concordou com o dito Sr. Wylep liquidar em cinco mil quinhentas e quarenta e oito libras sterlingas, oito shellings e nove pence a reclamação de W. A. Fuchs pela parte que lhe pertencia no carregamento da escuna inglez *Dickens*, aprisionada pela esquadra brasileira que bloqueava o Rio da Prata; e em desesois mil sete centos e um pesos hespanhóes a reclamação de Francis Stavers relativa aos oitenta e tres colonos vindos de Amsterdam na galera Hollandeza *Kumbang Iatic*, e conduzidos de Montevidéo para esta côrte, aonde forão convertidos em beneficio do Brasil, sommando ambas setenta e nove contos seis centos e vinte tres mil nove centos e vinte reis, ao cambio de vinte e oito dinheiros sterlingos por mil reis; e mil nove centos e vinte por cada peso hespanhol; e com a entrega desta quantia ao Sr. Wylep no thesouro publico nacional, ficão terminadas todas as reclamações até hoje apresentadas por elle para indemnisação de prejuizos e danos causados a subditos Hollandezes. E por estar conforme, assignou comigo dous deste theor, para cada um de nós ficar com um.

Rio de Janeiro, Secretaria de estado dos negocios estrangeiros em 15 de Novembro de mil oitocentos e quarenta e nove.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

C. J. WYLEP.

N. 20.

Ordens emanadas dos governos do Brasil e Portugal sobre o cumprimento e expedição de cartas simplesmente precatorias ou rogativas.

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios da Justiça em o 1.º de Outubro de 1847.

Havendo sido declarado no relatorio da repartição dos negocios estrangeiros apresentado á assembléa geral legislativa, na sessão deste anno, que não se tendo cumprido em Portugal o ajuste diplomatico concluido nesta côrte aos 18 de Março de 1841 entre este governo e o de S. M. Fidelissima, relativo a

cartas simplesmente precatórias ou rogatorias expedidas pelas autoridades judiciais dos dous paizes, devia considerar-se não existente», e parecendo à vista disso que as nossas autoridades judiciais não estavam obrigadas a cumprir iguaes cartas, ainda para simples citações sobre objectos civis, pela supposição de que as expedidas neste imperio não eram cumpridas naquella reino; o Sr. ministro da dita repartição acaba de comunicar-me não ser exacta esta supposição; porquanto o que constava das participações officiaes, era, que o governo de S. M. Fidelissima não prestara o seu assenso à parte da convenção, que fazia o cumprimento de taes precatórias dependente de um — placet — dos governos contratantes, mas que as autoridades as cumprirão e mandarão fazer as citações pedidas, sendo-lhes essas cartas apresentadas directamente. Convinde porém regular esta materia de modo, que nem as nossas autoridades neguem o cumprimento às cartas simplesmente citatorias para objectos civis, nem cumprão quaesquer que não estejam conformes com os principios adoptados na citada convenção, S. M. o Imperador manda declarar a V. S., para sua intelligencia e para o fazer constar a quem convier, que devem ser cumpridas e satisfeitas as cartas precatórias, citatorias ou inquisitorias expedidas por autoridades judiciais estrangeiras, que contiverem os seguintes quesitos: 1.º que sejam simplesmente precatórias ou rogatorias expedidas pelas autoridades judiciais para simples citação ou inquirição de testemunhas, sendo repellidas quaesquer executorias, tragão ou não insertas as sentenças. 2.º Que as ditas cartas precatórias ou rogatorias sejam concebidas em termos civis e deprecativos, sem forma ou expressão de ordem imperativa, sendo exceptuadas expressamente as citatorias, que versarem sobre objectos criminaes. 3.º Que as ditas cartas sejam legalisadas pelos consules brasileiros respectivos, pela forma prescripta no seu regulamento. 4.º Que as taes cartas sempre serão admittidos os embargos das partes que forem attendiveis em direito, e serão estes processados nos termos regulares para serem julgados definitivamente, como for de justiça.

Deos guarde a V. S.

NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO.

Sr. Manoel Ignacio Cavalcanti de Lacerda.

X. 21.

Repartição da justiça do Reino de Portugal.

Manda Sua Magestade a Rainha remetter ao conselheiro presidente da Relação de Lisboa a inclusa copia do aviso, expedido pelo ministerio da justiça do Imperio do Brasil à Relação do Rio de Janeiro em o 1.º de Outubro de 1847, no qual se regula quanto pareceu conveniente para que as autoridades judicias brasileiras não deneguem cumprimento às cartas simplesmente citatorias sobre objectos civis, passadas pelas autoridades judicias estrangeiras, nem o prestem a quaesquer outras que não estejam conformes ao que ali se declara; devendo ellas por consignante: 1.º, ser puramente deprecatorias ou rogatorias para simples citações ou inquirições, e não executorias, continhão ou não insertas as sentenças; 2.º, ser concebidas em termos civis e deprecativos, sem forma ou expressão de ordem imperativa, e com respeito somente a objectos civis, e de nenhum modo a objectos criminaes; 3.º, ser legalisadas pelos consules brasileiros respectivos pelo modo prescripto em seu regulamento; e 4.º, ficar sujeitas aos embargos ou recursos das partes, que forem attendiveis em direito, os quaes serão processados nos termos regulares, e julgados definitivamente como se mostrar de justiça; e ordena a mesma augusta Senhora que o referido conselheiro, ficando inteirado do que se dispõe no citado aviso do governo imperial do Brasil, faça expedir as ordens necessarias para que as justiças portuguezas só cumprão as cartas deprecatorias e rogatorias das justiças brasileiras que lhes forem dirigidas naquella conformidade; e para que somente assim as dirijão às justiças brasileiras nos casos occorrentes, guardando-se em tudo a mais perfeita reciprocidade.

Paço, em 18 de Outubro de 1850.

FELIX PEREIRA DE MAGALHÃES.

Identicas aos conselheiros presidentes da Relação do Porto, da Relação commercial, e da dos Açores.

PARTE COMMERCIAL.

N. 22.

Projecto de tratado proposto pela legação dos Estados-Unidos d'America.

A legação dos Estados-Unidos d'America ao governo imperial.

Legação dos Estados Unidos. — Rio de Janeiro 13 de Agosto de 1849.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos d'America, em conformidade do que se conveio na conferencia que teve a honra de ter no dia 3 do corrente com S. Ex. o Sr. visconde de Olinda, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, apresenta agora á consideração de S. Ex. e do governo imperial o incluso projecto de um tratado entre os Estados Unidos e o imperio do Brasil.

Examinando-se este projecto, ver-se-ha que o abaixo assignado tomou por modelo o tratado de 1828 entre os dous paizes, fazendo unicamente aquellas alterações que julgou necessarias, mas que não alterão as relações commerciaes ora existentes.

O unico effeito, pois, que produzirá a adopção do tratado proposto, será tornar permanentes, pelo tempo que se convencionar, as bases sobre que assentão presentemente as relações commerciaes entre os dous paizes.

O abaixo assignado acredita ser este objecto de grande interesse para ambos os governos. Para se emprender com successo o commercio entre os Estados-Unidos e o Brasil, é necessario dispor de um grande capital, e para proseguir nelle com vantagem para os cidadãos e subditos dos dous paizes, devem ser pequenos os lucros: este fim sómente se poderá conseguir por meio de uma concorrência salutar. E nada tenderá tanto a induzir os capitalistas a empregar-se neste commercio, e a fazer apparecer aquella concorrência, do que collocar as relações commerciaes sobre bases permanentes, por meio de um tratado de commercio. O secretario desta legação que acaba de voltar dos Estados-Unidos, como S. Ex. sabe, assegurou ao abaixo assignado que os negociantes americanos, que commercio com o Brasil dão grande importancia a um tratado de commercio. Elles estão satisfeitos com os regulamentos geraes ora em vigor, e muito se regozijão de saber que existirá amizade e boa intelligencia entre os dous governos e povos, desejando porém ardentemente que se tornem permanentes estas boas relações.

S. Ex. verá que nas estipulações contidas no projecto incluso dá-se a mais ampla reciprocidade. O governo dos Estados-Unidos nada pede que não deseje conceder.

Uma consideração addicional para a adopção do tratado proposto encontra-se no facto de que resolveria elle para sempre as questões que provierão do de 1828. S. Ex. sabe que opiniões differentes sobre pontos de grande importancia apparecerão entre os Estados-Unidos e o Brasil relativamente á intelligencia que se devia dar ao artigo 33 do tratado daquelle anno. Não é desrazoado o receio de que possuão estas questões para o futuro alterar as relações entre os dous governos. Para prevenir um acontecimento, que tanto seria para deplorar, muito conviria que o objecto da controversia fosse de uma vez para sempre decidido, enquanto os sentimentos mais benignos felizmente caracterisão suas relações.

O abaixo assignado não conta ficar ainda por muito tempo junto ao governo de S. M., porém, posto tenha sido curta a sua residencia nesta corte, sempre se interessará vivamente pela paz e prosperidade do imperio do Brasil. Concordando com o governo e povo do seu paiz na opinião de que traria incalculaveis beneficios para os Estados-Unidos e o Brasil um tratado, que regulasse as relações commerciaes entre as duas grandes nações americanas, e reiterasse o protesto feito mutuamente, e ao mundo, de que paz e amizade existe, e continuará para sempre a existir entre ellas, o abaixo assignado, de tempos em tempos dirigio-se sobre este assumpto ao governo imperial, e agora manifesta a esperanza de que S. Ex. convirá em que é chegada a epoca de obrar, e de

que se lhe proporcione a grande satisfação de levar a effeito por parte dos Estados-Unidos um objecto tão importante e desejado.

O abaixo assignado aproveita-se da oportunidade para renovar a S. Ex. a segurança de sua alta estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. visconde de Olinda &c. &c. &c.

DAVID TOD.

Projecto remettido com a nota precedente.

ARTIGO 1.º

Haverá paz perfeita, firme e inviolavel e sincera amizade entre S. M. Imperial e seus successores e subditos, e os Estados-Unidos da America, e seus cidadãos em todas as suas possessões e territorios respectivos, sem distincção de pessoas ou lugares.

ARTIGO 2.º

S. M. o Imperador do Brasil, e os Estados-Unidos da America, desejando viver em paz e harmonia com todas as outras nações do mundo por meio de uma politica franca, e igualmente amigavel com todas, concordão reciprocamente em não outorgar nenhum favor peculiar a outras nações em materias de commercio e navegação, que se não torne immediatamente commum á outra parte, se a concessão fôr feita livremente, ou sujeita á mesma compensação, se a concessão fôr condicional.

ARTIGO 3.º

As duas altas partes contractantes desejando igualmente pôr o commercio e navegação de seus respectivos paizes sobre a liberal base de perfeita igualdade, e reciprocidade, convierão mutuamente que os subditos e cidadãos de cada uma dellas possam frequentar todas as costas e paizes da outra, residir e commerciar em todos os generos de productos, manufacturas e mercadorias, e gozarão de todos os direitos, privilegios, e isenções, em navegação e commercio, de que os subditos, ou cidadãos naturaes gozão, ou gozarem, submettendo-se ás leis, decretos, e usos estabelecidos, a que estão sujeitos os subditos ou cidadãos naturaes. Fica porém entendido que neste artigo não se incluye o commercio de cabotagem de cada um dos dous paizes, o qual fica reservado, conforme as leis dos ditos paizes, aos seus respectivos subditos e cidadãos.

ARTIGO 4.º

Ellas concordão igualmente que quaesquer generos de producção, manufactura, ou mercadoria de qualquer paiz estrangeiro, que possam por certo espaço de tempo ser legalmente importados nos Estados-Unidos em seus proprios navios, possam tambem importar-se em navios do Imperio do Brasil; e que se não perceberão outros ou maiores direitos sobre a tonelagem do navio, e sua carga, quer a importação se faça em navios de uma das partes contractantes, quer da outra. E semelhantemente que qualquer genero de producção, manufactura ou mercadoria de qualquer paiz estrangeiro, que possa ser por certo prazo legalmente importado no Imperio do Brasil em seus proprios navios, possa tambem ser importado em navios dos Estados-Unidos, e que se não exigirão, ou perceberão nenhuns outros direitos sobre a tonelagem do navio e sua carga, quer a importação se faça em navios de uma parte contractante, quer da outra. Concordão outrossim, que tudo o que possa ser legalmente exportado, ou reexportado de um dos paizes, em seus proprios navios para qualquer paiz estrangeiro, possa de igual forma ser exportado, ou reexportado em os navios do outro paiz. E serão concedidos e percebidos os mesmos beneficios, direitos e retornos (drawbacks), quer tal exportação, ou reexportação se faça em navios do Imperio do Brasil, ou dos Estados-Unidos.

ARTIGO 5.º

Não se imporão outros, ou maiores direitos sobre a importação nos Estados-Unidos de quaesquer artigos de producção ou manufacturas do Imperio, e não se imporão outros ou maiores direitos sobre a importação no Imperio do Brasil de quaesquer artigos ou manufacturas dos Estados-Unidos. do que são ou vierem a ser pagos sobre os mesmos artigos, que forem de producção ou manufacturas de qualquer outro paiz estrangeiro; nem se imporão outros ou maiores direitos ou encargos em qualquer dos dous paizes, sobre a exportação de quaesquer artigos para o Imperio do

Brasil, ou para os Estados-Unidos respectivamente, do que os que são pagos sobre a exportação de iguaes artigos para qualquer outro paiz estrangeiro, nem se imporá nenhuma prohibição sobre a exportação ou importação, de quaesquer artigos de producção ou manufacturas do Imperio do Brasil, ou dos Estados-Unidos, para, ou dos territorios do Imperio do Brasil, para, ou dos territorios dos Estados-Unidos, que se não faça extensiva igualmente a todas as outras nações.

ARTIGO 6.^o

Concordon-se igualmente que todos os negociantes, commandantes de navios, e outros subditos e cidadãos de ambos os paizes, tenham toda a liberdade de dirigirem seus proprios negocios em todos os portos e lugares sujeitos á jurisdicção de qualquer delles, tanto relativamente á consignação e venda dos seus generos e mercadorias em grosso, ou retalho, como relativamente á carga, descarga e remessa de seus navios, devendo elles ser tratados em todos estes casos como subditos ou cidadãos do paiz em que residirem.

ARTIGO 7.^o

Os subditos e cidadãos de qualquer das partes contractantes não serão osujeitos a nenhum embargo, nem serão detidos com os seus navios, cargas, mercadorias ou effeitos, para qualquer expedição militar, nem para serem empregados para objectos publicos ou particulares, quaesquer que sejam.

ARTIGO 8.^o

Toda a vez que os subditos ou cidadãos de qualquer das partes contractantes forem obrigados a buscar refugio ou asilo nos rios, bahias, portos ou dominios da outra, com seus navios mercantes, ou de guerra, publicos ou particulares, por força de temporaes, ou por serem perseguidos por piratas ou inimigos, ou por outras necessidades, serão recebidos e tratados com humanidade, dar-se-lhes-ha todo o favor e protecção para concertarem seus navios, refazerem-se de viveres, e se pôrem em estado de continuar sua viagem, sem obstaculo ou estorvo de qualidade alguma.

ARTIGO 9.^o

Todos os navios, mercadorias e effeitos pertencentes a subditos ou cidadãos de cada uma das partes contractantes, que hajão de ser tomados por piratas, quer dentro dos limites da sua jurisdicção, quer no mar alto, e sejam condzidos, ou se achem dentro dos rios, enseadas, bahias, portos ou dominios da outra, serão restituídos aos proprietarios logo que elles provem em boa e devida fórma seus direitos perante os competentes tribunaes, ficando bem entendido que a reclamação deve ser feita dentro do prazo de um anno pelas proprias partes, seus procuradores, ou pelos agentes de seus respectivos governos.

ARTIGO 10.

Se algum navio pertencente aos subditos ou cidadãos de uma das partes contractantes der á costa, fôr ao fundo, ou soffrer alguma deterioração nas costas ou dentro dos dominios da outra, ou se tendo soffrido deterioração em alto mar chegar nesse estado ás costas ou dominios da outra, ser-lhe-ha dado todo o soccorro e protecção da mesma maneira que se usa e pratica com os navios da nação onde acontecer a deterioração, ou debaixo de cuja jurisdicção chegar o navio deteriorado, permitindo-se que descarreguem do dito navio, se fôr necessario, as mercadorias e effeitos, sem se exigir por isso direito, imposto ou contribuição qualquer, excepto se forem despachados para consummo. E se algum navio de uma das partes contractantes, ou parte delle, ou fazendas, papeis ou effeitos pertencentes ao mesmo, forem lançados sobre as costas da outra, ou cahir em poder dos seus subditos ou cidadãos, serão fielmente restituídos, com a menor demora possivel, aos proprietarios, reclamando-os estes, ou seus agentes devidamente autorizados; e se no lugar não existirem os proprietarios ou agentes, então o dito navio, seus pertences e effeitos serão entregues ao consul dos Estados-Unidos ou do Brasil, ou ao vice-consul, em cujo districto tiver o navio dado á costa, ou fôr achada a propriedade, e o consul, vice-consul, proprietarios ou agentes pagarão unicamente as despesas feitas com a conservação da propriedade e com o salvamento, que terão de ser pagas no caso de dar á costa um navio nacional.

ARTIGO 11.

Os subditos ou cidadãos de cada uma das partes contractantes poderão dispôr de seus bens individuaes dentro da jurisdicção da outra por venda, doação, testamento ou por qualquer outra fórma; e seus herdeiros, sendo subditos ou cidadãos da outra parte contractante, herdarão os ditos bens pessoaes, quer por testamento ou *ab intestato*, podendo tomar posse delles por si mesmos, ou por

outrem em seu lugar, e dispôr dos mesmos á sua vontade, pagando sómente aquelles direitos á que são obrigados os habitantes do paiz em que se acharem taes bens em casos semelhantes; e no caso de serem bens de raiz, e que aos herdeiros ou procreadores, pela sua qualidade de estrangeiros, se obste entrar na posse da herança, conceder-se-lhes-ha o prazo de tres annos para disporem da mesma como julgarem conveniente, arrecadando o producto sem embaraços, nem outros encargos, senão os que são impostos pela lei do paiz; e quando algum subdito ou cidadão de uma das partes contractantes morrer em lugar dentro da jurisdicção da outra, não tendo ali herdeiro ou representante com direito a tomar posse da herança e a administra-la, o consul ou vice-consul dos Estados-Unidos ou do Brasil, conforme se der o caso, em cujo districto se achar a dita herança, tomará conta della e a administrará.

ARTIGO 12.

Ambas as partes contractantes promettem e se obrigão formalmente a prestar sua protecção especial ás pessoas e propriedades de seus respectivos subditos e cidadãos de todas as classes, que possuão achar-se nos territorios sujeitos á jurisdicção de qualquer dellas, seja transitoria ou fixamente, deixando-lhes francos e abertos os tribunaes de justiça para os seus recursos judiciaes, nos mesmos termos usuaes e do costume praticados pelos cidadãos naturaes ou subditos do paiz em que se achem, para cujo fim elles poderão empregar em defeza de seus direitos aquelles advogados, procuradores, tabelliães, agentes e correspondentes que julgarem convenientes em todas as suas questões judiciaes. Serão isentos de todo o serviço militar, tanto de terra como de mar, de empréstimos forçados e de qualquer contribuição extraordinaria, que não fôr geral e estabelecida por lei. Serão respeitadas suas casas, seus armazens e todos os seus pertences, destinados para sua residencia ou commercio. Não se darão buscas, nem se farão visitas arbitrarías em suas casas; seus livros, papeis, e documentos relativos ao seu commercio não serão arbitrariamente examinados ou inspecionados: taes medidas serão unicamente executadas em consequencia de sentença legal de autoridade competente.

ARTIGO 13.

Conveio-se igualmente que os subditos ou cidadãos de ambas as partes contractantes gozarão da mais perfeita e inteira segurança de consciencia nos paizes sujeitos á jurisdicção de qualquer dellas, sem que possuão ser perturbados ou molestados por causa de suas crenças religiosas, enquanto respeitarem as leis e usos estabelecidos do paiz. Outrosim serão os corpos dos subditos ou cidadãos de uma das partes contractantes, que venhão a fallecer nos territorios da outra, enterrados nos cemiterios ordinarios ou em outros lugares decentes e apropriados, e serão protegidos contra qualquer perturbação ou violação.

ARTIGO 14.

Será licito aos subditos do Imperio do Brasil e aos cidadãos dos Estados-Unidos da America navegar os seus navios com toda a liberdade e segurança, sem se fazer distincção de quem são os proprietarios das mercadorias nelles transportadas de qualquer porto para os lugares das nações que ora estão, ou para o futuro vierein a estar em inimizade com qualquer das partes contractantes. Será tambem licito aos mencionados subditos e cidadãos navegar os navios e mercadorias referidas, e commerciar com a mesma liberdade e segurança nas praças, portos e enseadas das nações que são inimigas de cada uma das partes contractantes, sem opposição ou estorvo algum, não só indo directamente dos portos do inimigo referido para portos neutros, mas tambem de um lugar que pertença a um inimigo para outro lugar pertencente a outro inimigo, quer elles estejam sob a jurisdicção de uma só potencia, ou de diversas. É estipula-se mais que os navios livres tambem libertarão as fazendas, e que se julgará livre e isento tudo o que se achar a bordo de navios pertencentes a qualquer das partes contractantes, ainda que toda ou qualquer parte da carga pertencesse aos inimigos de cada uma dellas, exceptuando-se sempre generos de contrabando.

Tambem se convencionou da mesma fórma, que a dita liberdade se estende ás pessoas, que estiverem á bordo de um navio livre, alim de que, ainda quando ellas sejam inimigas de uma das partes contractantes, nunca sejam tiradas daquelle navio neutro, excepto se forem officiaes, ou soldados, e em serviço actual dos inimigos.

Deve-se porém entender, e se ajustou outrosim, que as estipulações que contém este artigo, declarando que a bandeira cobre a carga, serão applicaveis unicamente áquellas potencias, que reconhecem este principio: porém se uma das partes contractantes estiver em guerra com uma terceira ficando a outra neutra, a bandeira da neutra cobrirá a propriedade dos inimigos cujos governos reconhecerem este principio, e não dos outros.

ARTIGO 15.

Convencionou-se igualmente que, no caso em que a bandeira neutra de uma das partes contractantes

proteja a propriedade dos inimigos da outra, em virtude da referida estipulação, se entenderá sempre que a propriedade neutra, que se achar a bordo daquelles inimigos, será tida e considerada como propriedade do inimigo, e como tal será sujeita à detenção e confisco, excepto se a dita propriedade fôr posta a bordo daquelle navio antes da declaração da guerra, ou mesmo depois, se o foi sem se ter essa noticia.

Convencionarão porém as duas partes contractantes em que, tendo decorrido quatro mezes depois da declaração, não possam seus subditos e cidadãos chamar-se à ignorancia della. Pelo contrario se a bandeira do neutro não protege a propriedade do inimigo, então serão livres os generos e mercadorias do neutro, que estiverem embarcados naquelle navio inimigo.

ARTIGO 16.

Esta liberdade de commercio e navegação se estenderá a todos os generos e mercadorias, excepto unicamente as que se distinguem pelo nome de contrabando, e neste nome ou no do generos prohibidos se comprehenderão:

1.º Artilharia, morteiros, obuzes, pedreiros, bacamartes, mosquetes, rifles, carabinas, espingardas, pistolas, piques, espadas, sabres, lanças, venabulos, halabardas, granadas, bombas, polvora, mechas, balas e todas as outras cousas pertencentes ao uso destas armas.

2.º Escudos, capacetes, peito de aço, saias de malha, boldriés e roupa feita de uniforme, e para uso militar.

3.º Boldriés de cavallaria e cavallos ajaezados.

4.º E geralmente toda a qualidade de armas e instrumentos de ferro, aço, latão e cobre, ou de qualquer outra materia, manufacturados, preparados, ou formados expressamente, para fazer a guerra por mar ou por terra.

ARTIGO 17.

Todas as outras mercadorias e cousas não comprehendidas nos artigos de contrabando explicitamente enumerados e classificados acima, serão tidos e consideradas como livres e sujeitas ao commercio livre e legitimo, de maneira que poderão ser conduzidas e transportadas pela forma mais franca por ambas as partes contractantes, até a lugares que pertençam a um inimigo; exceptuando-se sómente aquelles lugares que estiverem na mesma occasião sitiados ou bloqueados; e para evitar toda a duvida neste particular, declara-se que só estão sitiados ou bloqueados aquelles lugares, que o estiverem por uma força capaz de effectivamente impedir a entrada aos neutros.

ARTIGO 18.

Os artigos de contrabando acima enumerados e classificados, que possam encontrar-se em um navio que se dirigisse para um porto inimigo, serão sujeitos à detenção e confisco, deixando-se livre o resto da carga e o navio, para que os proprietarios delles disponhão como lhes parecer. Nenhum navio de qualquer das duas nações será detido no mar alto pelo motivo de ter a bordo artigos de contrabando, toda a vez que o mestre, capitão, ou sobrecarga da dita embarcação entregar os artigos de contrabando ao captor, a não ser a quantidade dos ditos artigos tão grande, e de tão consideravel volume, que não possam ser recebidos a bordo do navio do captor sem grande inconveniente, porque neste e em todos os outros casos de justa detenção, será o navio detido, remettido ao porto mais proximo, conveniente e seguro, assim de ser processado e julgado conforme a lei.

ARTIGO 19.

E porquanto acontece frequentemente partirem navios para um porto, ou lugar pertencente a um inimigo, sem saberem que o mesmo está sitiado, bloqueado ou investido, conveio-se que o navio, que se achar naquellas circumstancias, possa ser desviado daquelle porto ou lugar, mas não será detido, nem parte alguma de sua carga, a não ser contrabando será confiscada, uma vez que depois de avisado da existencia do bloqueio, ou assedio, pelo commandante da qualquer das embarcações pertencentes ás forças bloqueadoras, elle não tente de novo entrar, sendo-lhe porém permitido dirigir-se para qualquer outro porto, ou lugar que lhe parecer.

Nenhum navio de qualquer das partes contractantes que possa ter entrado no dito porto antes que elle estivesse effectivamente sitiado, bloqueado, ou investido pela outra, será capturado por sahir daquelle lugar com a sua carga, nem se fôr achado dentro depois de rendido e tomado, será tal navio e carga sujeito a confisco, porém sim será restituído aos seus proprietarios.

E se, tendo qualquer navio assim entrado no porto, antes que houvesse bloqueio, recebesse carga a bordo depois da existencia do mesmo bloqueio, será elle sujeito à ser avisado pelas forças bloqueantes, assim de voltar para o porto bloqueado, e descarregar a sua carga; e se depois de ter o dito navio sido

avisado, persistir em sahir, incorrerá nas mesmas consequências, como um navio que entrasse em um porto bloqueado, depois de ter sido avisado pela força bloqueante.

ARTIGO 20.

Afim de evitar todo o genero de desordens na visita, e exame dos navios, e cargas de ambas as partes contractantes no mar alto, ellas tem concordado mutuamente em que, quando um navio de guerra, publico, ou particular, encontrar um neutro de outra parte contractante, o primeiro se conservará na distancia maior que fôr compativel com a operação da visita, attentas as circumstancias do mar e vento, e grão de suspeita do navio, que se quer visitar, e mandará o seu bote mais pequeno, para fazer o dito exame dos papeis relativos á propriedade e carga do navio, sem fazer a menor extorsão, violencia, ou máo tratamento, pelo que serão responsaveis os commandantes dos ditos navios armados pela suas pessoas e bens dando para esse fim os commandantes dos ditos navios armados, particulares, uma fiança sufficiente para responderem por todos os damnos que commetterem; e se convencionou expressamente que a parte neutra não será em nenhum caso obrigada á ir a bordo do navio examinador para o fim de apresentar os seus papeis, ou para outro qualquer objecto.

ARTIGO 21.

Para evitar todo o genero de vexame, e abuso no exame dos papeis relativos a propriedade dos navios pertencentes aos subditos e cidadãos das duas partes contractantes, ellas convierão, e convém que, no caso de uma dellas se empenhar em guerra, os navios e vasos pertencentes aos subditos e cidadãos da outra deverão munir-se dos papeis de mar, ou passaportes, que expressem o nome, propriedade e arqueação do navio, bem como o nome e lugar da habitação do mestre, ou commandante do dito vaso, afim de que por esse meio se conheça que o navio pertencia real e verdadeiramente aos subditos, ou cidadãos de uma das partes contractantes. Convencionou-se mais que os ditos navios, se estiverem carregados, tenham além dos ditos papeis de mar, ou passaportes, certificados que contenhão as diversas partes da carga e o lugar donde partio o navio, para que se possa saber, se a bordo ha algumas fazendas prohibidas, ou de contrabando: estes certificados serão feitos pelas autoridades do lugar donde sahio o navio na fórma ordinaria, e sem taes requisitos o navio será detido para ser julgado pelo Tribunal competente, e será declarado presa legal, uma vez que se não dê uma prova authentica de que aquella falta foi causada por algum accidente.

ARTIGO 22.

É outrosim convencionado que as estipulações acima declaradas relativamente ás visitas e exames dos navios se applicarão sómente aos que navegarem sem comboi, pois que, quando os ditos navios forem comboiados, será sufficiente a declaração verbal do commandante do comboi, dando a sua palavra de honra que os navios que elle protege pertencem á nação cujo pavilhão tem içado, e se se destinarem uma porto inimigo, que elles não tem generos de contrabando a bordo.

ARTIGO 23.

Convencionou-se mais que em todos os casos os tribunaes estabelecidos para as causas de presas nos paizes a que as mesmas forem conduzidas, serão os que unicamente tomarão conhecimento dellas. E toda a vez que os ditos tribunaes de qualquer das partes contractantes proferir sentença contra qualquer navio, ou fazendas, ou bens reclamados pelos cidadãos da outra parte contractante, na sentença ou decreto mencionarão as razões, ou motivos em que se fundarão, e sendo pedida, se dará uma copia authentica da sentença ou decreto, e bem assim de todo o processo da questão ao commandante, ou agente do dito navio, sem demora alguma, e pagando-se pela mesma os emolumentos legaes. Outrosim, quando algum navio de uma das partes contractantes fôr capturado, condemnado, detido, ou multado pela outra, por uma allegada violação de suas leis fiscaes, se dará, sendo pedida, uma copia da sentença ou decreto, com as razões ou motivos em que se fundarão, bem como de todo o processo, e da lei que se allegar haver sido violada ao commandante ou agente do dito navio, sem demora alguma, pagando elle pela mesma os emolumentos legaes.

ARTIGO 24.

Quando uma das partes contractantes estiver em guerra com outro Estado, nenhum subdito, ou cidadão da outra parte contractante aceitará commissão, ou carta de marca, com o fim de

ajudar, ou cooperar hostilmente com o dito inimigo contra as ditas partes contractantes, que se achão em guerra, sob pena de ser tratado como pirata.

ARTIGO 25.

Se por alguma fatalidade que se não pôde prever, e que Deos não permita, as duas partes contractantes declararem guerra entre si, ellas tem convencionado, e convencionão agora para esse caso, que será outorgado o prazo de seis mezes aos negociantes que residirem nas costas e nos portos de cada uma dellas, e o prazo de um anno aos que habitarem no interior para arranjam seus negocios e transportarem seus bens para onde quizerem, dando-se-lhes o necessario salvo-conducto para isso, o qual servirá de protecção sufficiente até que cheguem ao porto designado.

Os cidadãos e subditos de todas as outras occupações, que estiverem estabelecidos nos territorios, ou dominios do Imperio do Brasil, ou dos Estados Unidos, serão respeitados e mantidos no pleno gozo de sua liberdade pessoal e bens, excepto se a sua conducta particular lhes fizer perder esta protecção, a qual, em consideração à humanidade, as partes contractantes se compromettem a prestar-lhes.

ARTIGO 26.

As dividas de individuos de uma nação a individuos da outra, as acções ou dinheiros que possuão ter nos fundos publicos ou em bancos publicos, ou particulares, jámais serão sequestrados, ou confiscados no caso de sobrevir guerra ou dissensão entre as nações.

ARTIGO 27.

Ambas as partes contractantes, desejando prevenir toda a desigualdade relativamente às suas communicações publicas, e relações officiaes, tem concordado, e concordão em conceder aos seus enviados, ministros e outros agentes publicos, os mesmos favores, immunidades e isenções de que gozão, ou vierem a gozar os da nação mais favorecida, ficando entendido que quaesquer favores, immunidades e privilegios que o Imperio do Brasil e os Estados-Unidos da America julgarem conveniente conceder aos ministros e agentes publicos de qualquer outra potencia, serão extensivos pelo mesmo acto aos de cada uma das partes contractantes.

ARTIGO 28.

Para tornar mais efficaz a protecção que o Imperio do Brasil e os Estados-Unidos devem dar para o futuro à navegação e commercio dos subditos e cidadãos de qualquer delles, concordão em receber e admittir consules e vice-consules em todos os portos abertos ao commercio estrangeiro, os quaes gozarão de todos os direitos, prerogativas e immunidades dos consules e vice-consules da nação mais favorecida; ficando comtudo cada uma das partes contractantes com a liberdade de exceptuar aquelles portos e lugares em que não julgar conveniente a residencia e admissão de taes consules.

ARTIGO 29.

Para que os consules e vice-consules das duas partes contractantes gozem dos direitos, prerogativas e immunidades que lhes competem pelo seu character publico, antes de entrarem no exercicio das suas funcções, apresentarão as suas commissões, ou patentes, em devida forma ao governo junto ao qual são acreditados; e quando houverem oblido o seu exequatur, livre de despesas serão tidos e havidos como taes, por todas as autoridades, magistrados e habitantes do districto consular em que residirem.

ARTIGO 30.

Convencionou-se igualmente que os consules, seus secretarios, officiaes e pessoas addidas ao serviço consular, se não sôrem cidadãos do paiz em que residir o consul, sejam isentos de toda a qualidade de taxas, impostos e contribuições, excepto as que elles são obrigados a pagar por motivo de commercio, ou bens seus, a que os subditos, ou cidadãos e habitantes nacionaes e estrangeiros são sujeitos no paiz em que elles residirem, sendo outrosim submissos em todas as cousas às leis dos respectivos Estados.

Os archivos e papeis do consulado serão respeitados inviolavelmente, e por nenhum pretexto qualquer magistrado os apprehenderá, ou por forma alguma terá nelles ingerencia.

ARTIGO 31.

Os ditos consules serão autorizados para requerer a coadjuvação das autoridades do paiz para se arrestarem, deterem e prenderem os desertores dos navios publicos e particulares do seu paiz, e para este fim se dirigirão aos tribunaes, juizes, e autoridades competentes, requisitando os ditos desertores por escripto, provando com a apresentação de registos, matricula ou outros documentos publicos da embarcação ou navio, que aquelles homens fazião parte das respectivas tripulações, e a pedido seu provado, por esta fórma, (salvo contudo quando se mostrar o contrario) se não negará a entrega delles.

Sendo presos estes desertores, serão postos á disposição dos ditos consules, e poderão ser recolhidos ás prisões publicas, a requerimento e a expensas de quem os reclamar, para serem enviados aos navios a que pertencião, ou a outros da mesma nação. Porém se elles não fõrem transferidos no espaço de dous mezes contados do dia da sua custodia, serão postos em liberdade, e não serão mais apprehendidos pela mesma causa.

ARTIGO 32.

O Imperador do Brasil, e os Estados-Unidos da America, desejando tornar tão duraveis quanto as circumstancias o permittirem as relações que se devem estabelecer entre as duas partes contractantes, em virtude deste tratado ou convenção geral de paz, amizade, commercio e navegação, tem declarado solemnemente, e concordado nos pontos seguintes:

1.º O presente tratado deverá ficar em vigor por espaço de... annos, contados da sua data, e mais ainda até o fim do anno que se seguir, depois que as partes contractantes tiverem communicado, uma á outra, a sua intenção de conclui-lo, reservando-se cada uma das partes contractantes o direito de fazer aquella participação á outra no fim do dito prazo de... annos, porém não antes, e é mais convencido entre ellas que, quando expirar o anno, depois que uma das partes contractantes houver recebido aquella communicação da outra, cessará inteiramente, e terminará esse tratado em todas as partes relativas ao commercio e navegação.

2.º Se algum ou alguns subditos ou cidadãos de uma das partes contractantes infringir qualquer artigo deste tratado, será o dito subdito ou cidadão responsavel pessoalmente por isso, e a harmonia e boa intelligencia entre as nações não será por esse motivo interrompida, obrigando-se cada uma das partes a não proteger o criminoso, nem autorisar tal violação.

3.º Se (o que certamente não se póde esperar) infelizmente alguns dos artigos, que contém o presente tratado, fôr violado ou infringido por qualquer fórma, estipulou-se expressamente, que nenhuma das partes contractantes ordenará ou autorisarã algum acto de represalia, nem declarará a guerra á outra por queixas de prejuizos, ou damnos, antes que a dita parte contractante, que se considere offendida, tenha primeiro apresentado á outra um relatorio daquelles prejuizos, ou damnos verificados com provas competentes e reclamado justiça e satisfação, e tenha a mesma sido, ou negadas ou desarrazoadamente demorada.

N. 23.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos da America.

N.º 3. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios Estrangeiros, em 22 de Abril de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar recebida a nota que dirigio a seu antecessor em 13 de Agosto de 1849 o Sr. David Tod, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos da America, e o projecto que a acompanhou para a celebração de um tratado entre o Imperio do Brasil e os mesmos Estados.

Expõe o Sr. Tod que este projecto se acha formulado em conformidade das estipulações do Tratado de 12 de Dezembro de 1828, debaixo do principio da mais perfeita reciprocidade, contendo sómente algumas modificações, que não alterão as relações commerciaes que ora existem estabelecidas pelas leis do Imperio.

Julga o Sr. Tod conveniente entrar nessa negociação unicamente para tornar permanentes, por um tratado, pelo tempo que nelle se convencionar, as bases sobre que assentão presentemente aquellas mesmas relações, com as quaes aliás estão satisfeitos os cidadãos dos Estados-Unidos, interessados no commercio com este paiz.

Uma outra consideração additional faz o Sr. Tod, para recommendar a adopção do tratado proposto, e vem a ser, que por elle se resolvem as questões que podem provir da diversa intelligencia que ao artigo 33 do Tratado de 1828 tem dado os dous governos.

Este negocio, como se participou ao Sr. Tod por nota desta secretaria de estado de 12 de Setembro do referido anno, foi remettido á respectiva secção do conselho de estado, que S. M. o Imperador julgou conveniente ouvir.

Habilitado hoje o abaixo assignado com o parecer da secção, e bem ponderadas pelo governo imperial as razões de conveniencia da celebração de um tratado com os Estados-Unidos da America passa a dar conhecimento ao Sr. Tod da resolução tomada por S. M. o Imperador.

Julga o Sr. Tod conveniente que por meio de um tratado se declare:

1.º Que nenhum favor será concedido a nação alguma em materias de commercio e navegação, que se não torne immediatamente extensivo á outra parte contractante.

2.º Que o commercio e navegação dos dous paizes seja posto no pé da mais perfeita reciprocidade e igualdade de tratamento, exceptuado unicamente o commercio de cabotagem, que deve ficar reservado aos seus respectivos subditos e cidadãos.

3.º Que essa igualdade seja observada tanto a respeito dos direitos de navegação como de alfandega, tanto no commercio de importação como de exportação, quer seja directo ou indirecto.

4.º Que em virtude do mesmo principio haja toda a liberdade para os subditos e cidadãos dos dous paizes de dirigir seus proprios negocios, em todos os portos e lugares subjeitos á jurisdicção de qualquer delles, como os proprios nacionaes.

5.º Que não fiquem subjeitos a nenhum embargo, e não sejam detidos sobre qualquer pretexto, navios e mercadorias dos subditos e cidadãos dos dous paizes.

6.º Que se forem obrigados a buscar refugio ou asylo em um dos dous paizes, sejam recebidos com humanidade e com todo o favor e protecção.

7.º Que se estipule sobre a protecção ás pessoas e propriedades dos subditos e cidadãos dos dous paizes, isenção do serviço militar, e de qualquer contribuição ordinaria que não fôr geral e estabelecida por lei, e sobre as regras que devem ser observadas nas visitas e buscas domiciliarias, e no exame de livros e papeis commerciaes.

8.º Sobre o modo de se fazer a restituição dos navios, mercadorias e effeitos, pertencentes a subditos ou cidadãos de cada um dos dous paizes, tomados por pirata se que se acharem dentro dos limites da jurisdicção do outro.

9.º Sobre o modo de se proceder a respeito de navios e objectos naufragados.

10.º Sobre a liberdade outorgada aos subditos e cidadãos dos dous paizes, de dispôr de seus bens dentro da jurisdicção do outro, e de herdar conforme as respectivas leis.

11. Sobre os direitos, prerogativas e immunições dos agentes consulares nos lugares em que forem admittidos, e authorisação para arrecadarem, administrarem e liquidarem as heranças de seus concidadãos que forem jacentes.

12. Sobre os favores, immunições e isenções dos agentes diplomaticos.

13. Sobre as regras que devem ser observadas por cada um dos dous paizes no estado de guerra entre elles, ou com uma terceira potencia.

Taes são os pontos que o Sr. Tod deseja ver regulados em geral por um tratado.

Pelo que respeita aos que comprehendem principios geraes do direito das gentes, o abaixo assignado observará que, achando-se reguladas as relações internacionaes do Imperio segundo os rigorosos principios desse direito que geralmente se observão entre as nações cultas, seria pôr em duvida a sua applicação querendo dar-se-lhes por meio de tratados uma força que já tem.

O Sr. Tod, durante a sua residencia neste paiz, deve ter conhecido quanto é sollicito o governo imperial em fazer participantes todos os estrangeiros que chegam ao Brasil, ou nelle residem, de todos os favores e protecção de que gozão os proprios nacionaes nas suas pessoas e propriedades; e nenhum dos artigos do tratado proposto vem estabelecer doutrina, sobre a qual não tenham já providenciado convenientemente a constituição do Estado, as leis organicas e regulamentos que a explicão e desenvolvem.

E se sobre algum ponto fôr necessaria mais alguma providencia ou desenvolvimento, o governo imperial pelo seu proprio interesse, e pelos principios largos e liberaes da sua politica, nunca se recusará a adoptar as medidas convenientes.

Nem os Estados-Unidos nem o Sr. Tod se queixão da falta de favores e protecção, posto tenham cessado as estipulações do Tratado de 1823.

Se as leis fundamentaes e regulamentares do Imperio são, além de permanentes, garantidoras dos direitos, pessoas e propriedades do estrangeiro, e lhes são applicadas; se as suas disposições são mais desenvolvidas e completas do que as bases geraes conteidas no tratado offerecido, não vê o abaixo assignado necessidade de consignar essas bases geraes em um tratado temporario e transitorio.

Nem supponha o Sr. Tod que os Francezes são mais favorecidos pelos artigos perpeluos do tratado que com a França celebrou o Imperio, do que quaesquer outros estrangeiros. As principaes disposições desses artigos, que podem ser consideradas como concessões especiaes, são as que se referem; 1.º á isenção para os subditos e cidadãos dos dous paizes de qualquer contribuição que não seja estabelecida por lei geral; 2.º a liberdade de cada um dirigir seus negocios por si ou por seus agentes e caixeiros, como melhor entender, sem ser obrigado a empregar corretores; 3.º a certas formalidades nas visitas domiciliarias, e por ultimo á applicação por mutuo accordo do principio de reciprocidade, estabelecido para certos casos. Uma dessas applicações foi assentada pela resolução imperial de 25 de Setembro de 1845, que considerou os agentes consulares dos dous paizes competentes para a arrecadação das heranças jacentes de seus respectivos concidadãos, fallecidos com testamento ou sem elle.

Quanto á primeira concessão, o Sr. Tod sabe que algumas assembléas provinciaes se julgááo autorisadas a impôr certos impostos sobre as casas de commercio estrangeiras quando não tivessem tratados que se lhes oppozessem; mas que, sendo competentemente esclarecidas essas assembléas, desistirão de taes imposições, que contrariáo a politica geral do Imperio de tratar no pé da mais perfeita igualdade a todos os estrangeiros sem distincção.

Quanto á segunda concessão, não ha lei alguma que obrigue os commerciantes e não commerciantes a chamar corretores para o manejo de seus negocios, e antes o codigo commercial do Imperio, promulgado no anno passado, muito positivamente determina, no artigo 45, que ser-lhes-ha permitido tratar immediatamente por si, seus agentes e caixeiros as suas negociações e as de seus committentes.

Quanto á terceira, as leis brasileiras revestem de taes formalidades as visitas domiciliarias, como o Sr. Tod poderá ver no artigo 211 e seguintes do codigo penal, 489 e seguintes do codigo do processo, artigo 4.º § 10 da lei de 3 de Dezembro de 1841, e são a este respeito tão escrupulosas, que ninguem dirá que ellas autorisem a menor violencia; e nem reclamações sobre semelhante assumpto tem subido ao conhecimento do governo imperial da parte de agentes das nações que não tem com o Brasil tratados. Se o tratado tivesse por fim obter para os cidadãos dos Estados-Unidos garantias maiores do que aquellas que tem os cidadãos brasileiros, não poderia ser admittido. Se tem por fim obter as mesmas, não é isso necessario, porque gozáo dellas.

Quanto á ultima, a resolução imperial de 25 de Setembro de 1845 constituiu os agentes consulares francezes em posição excepcional, para poderem arrecadar e administrar as successões jacentes de seus concidadãos; mas o governo imperial tem entre mãos um regulamento que brevemente será publicado, pelo qual será concedida a mais ampla ingerencia possivel nas successões de seus nacionaes aos agentes consulares daquellas nações que, como a França, admittirem reciprocidade. E nesse regulamento não sómente serão regulados os pontos relativos ás successões estrangeiras, mas ainda declarados os direitos, prerogativas e immuniidades que o Brasil reconhece, admittida a reciprocidade, nos consules, e vice-consules estrangeiros, segundo os principios mais sãos, mais largos, e mais geralmente admittidos do direito das gentes.

O abaixo assignado está persuadido de que esse regulamento preencherá os fins que teve em vista o artigo 32 do tratado de 12 de Dezembro de 1828, pelo qual se tinha estipulado a formação de uma convenção consular, que declarasse espcialmente os poderes e immuniidades dos consules das partes respectivas.

O outro assumpto distincto do precedente, e de que trata a nota do Sr. Tod, é o que se refere ás relações commerciaes entre os dous paizes. O systema que em semelhante materia segue o Brasil, acha-se consignado no relatorio que o abaixo assignado apresentou á assembléa geral legislativa na primeira sessão da oitava legislatura. O abaixo assignado chama sobre elle a attenção do Sr. Tod.

Segundo este systema os navios dos Estados-Unidos nos portos do Brasil são tratados tanto pelo que pertence aos impostos sobre a navegação, como aos direitos d'alfandega, como os nacionaes. Nenhuma nação é portanto mais favorecida do que os Estados-Unidos.

O governo imperial não está resolvido a abandonar esse systema em quanto o julgar, como julga, conveniente aos interesses do Brasil.

Em virtude delle o commercio e navegação dos dous paizes está no pé da mais perfeita reciprocidade, e igualdade de tratamento. Isto se vê da proclamação que o presidente dos Estados-Unidos publicou em 24 de Novembro de 1847, declarando e ordenando que todas as leis, taxando direitos differenciaes de tonelagem e imposto dentro dos Estados-Unidos, ficavão e continuarião suspensas e sem vigor relativamente aos navios do Brasil, e aos productos, manufacturas e mercadorias importadas pelos mesmos nos Estados-Unidos, quer em procedencia do Brasil, quer de outro qualquer paiz estrangeiro, e que a dita suspensão teria effeito desde o dia acima mencionado, e continuaria emquanto por parte do governo do Brasil continuasse a reciproca isenção dos navios dos Estados-Unidos, e dos productos, manufacturas e mercadorias importadas no Brasil pelos mesmos.

Harmonisando-se assim as legislações dos dous paizes em relação aos impostos sobre a navegação, e aos direitos de alfandega, não tendo os seus respectivos subditos e cidadãos de pagar nos portos do outro mais do que os nacionaes, não estando o governo imperial resolvido a alterar o systema seguido, tornão-se desnecessarias quaesquer estipulações sobre este assumpto.

O abaixo assignado accrescentará que o tratado de 12 de Dezembro de 1828 expirou ha muitos annos, e não obstante o commercio entre o Brasil e os Estados-Unidos, tem ido sempre em progressivo desenvolvimento e prosperidade, mediante a politica liberal seguida pelos seus respectivos governos.

Estas relações subirão de importancia com o augmento da população do imperio, a sua producção e consumo que todos os dias crescem.

Uma consideração appresenta o Sr. Tod para a adopção do tratado, e consiste em que por elle se resolverião questões que podem provir da diversa intelligencia que ao § 1.º do art. 33 do tratado de 1828 tem dado os dous governos.

O abaixo assignado não pôde deixar de referir-se sobre este topico da nota do Sr. Tod, á correspondencia havida a este respeito com a legação dos Estados-Unidos no anno de 1846.

Deu lugar a esta correspondencia o pretendido direito, que presumião ter os consules dos Estados-Unidos, de arrecadar e administrar, pelo art. 11 do tratado celebrado com o Brasil, as heranças de seus cidadãos que fallecem no imperio, pretendido direito, diz o abaixo assignado, por não conter aquelle artigo senão uma disposição em opposição ao direito de albinagio, que nunca foi conhecido no imperio.

Entendeu a legação dos Estados-Unidos que, havendo cessado todas aquellas estipulações que erão relativas ao commercio e navegação, ficáráo em vigor e obrigavão perpetuamente ambas as partes as que se referião á paz e amizade, segundo o disposto no § 1.º do art. 33 daquelle tratado.

O governo imperial teve de contestar essa pretensão com as seguintes considerações:

Que se bem no § 1.º daquelle artigo se considerassem permanentes e perpetuas todas as partes do referido tratado relativas á paz e amizade, era evidente que uma tal estipulação devia ser entendida segundo o tem sido iguaes clausulas nos tratados entre os Estados-Unidos e varias outras potencias (por exemplo, a do art. 34 do celebrado com venezuela em 1836) como termos genericos e indicativos de que entre as duas nações se observarião todos aquelles principios universaes e regras geralmente estabelecidas como protectoras dos direitos individuaes e internacionaes que tendem a firmar a paz e amizade entre os povos.

Que esta interpretação era a unica genuina e equivalente ás expressões identicas — paz constante e amizade perpetua que se encontrão em outros tratados celebrados pelo Brasil, nos quaes as partes contractantes contrahirão tambem, e igualmente por um modo solemne, todas aquellas obrigações de estylo, que vem de ordinario em semelhantes convenções diversamente enunciadas nas dos Estados-Unidos, segundo a formula usual de seus tratados.

Mas que sendo essa a opinião do governo imperial, não duvidava elle, por exemplo, admitir que as doutrinas dos arts. 11 e 12 fossem tambem consideradas perpetuas, pois importão garantias que se devem mutuamente prestar as nações por direito natural, e dever de humanidade, garantias de que gozão todos os estrangeiros, qualquer que seja o paiz a que pertencão e de que gozarião, independentemente daquellas estipulações os cidadãos dos Estados-Unidos.

Que assim podem elles dispôr de seus bens no imperio por venda, doação, testamento, ou por outra qualquer forma, herdar os ditos bens pessoaes, quer por testamento, quer ab intestato, tomar posse delles por si ou por outrem em seu lugar, e dispôr dos mesmos por sua vontade, pagando sómente os direitos a que são obrigados os habitantes do paiz.

Que pelo mesmo motivo concede-lhes toda a protecção em suas pessoas e propriedades de qualquer classe que sejam, e faculta-se-lhes todos os meios e recursos de direito em sua defesa pela maneira por que podem ter a isso direito os nacionaes segundo as leis do imperio.

A discussão desta questão ficou esgotada e encerrada nesta corte por notas deste ministerio de 21 e 31 de Agosto, e pela da legação dos Estados-Unidos de 29 daquelle mez, todas do anno de 1846.

Segundo o Sr. Tod, as questões provenientes da diversa intelligencia do art. 33 do tratado de 1828 ficarião decididas enquanto durasse o tratado proposto, o qual nes seus differentes artigos procura esclarecê-los e regula-los pela maneira mais vantajosa aos interesses do commercio e dos cidadãos dos Estados Unidos, porém quanto á questão principal, relativa á intelligencia do § 1.º do art. 33, é manifesto, que permaneceria no *statu quo*.

Não havendo os negociadores introduzido no art. 1.º daquelle tratado as expressões de que a paz e amizade serião perpetuas, como se tem feito em outros que contém as mesmas ou semelhantes palavras, tiverão de as consignar no art. 33 ao fixar a duração do mesmo tratado.

Essas expressões nada mais importão do que o reconhecimento daquelles diversos direitos geraes, que em paizes civilizados nunca deixão de ser observados e respeitados, ainda mesmo quando não ha tratados. O governo imperial está convencido, de que nenhum outro sentido podem ter essas palavras, e não crê que o dos Estados-Unidos quererá renovar uma discussão, que parece haver terminado, com as ultimas explicações da nota deste ministerio de 31 de Agosto de 1846, a qual não foi impugnada pelo governo dos Estados Unidos, cuja legação não tornou a invocar as disposições do tratado que se quiz considerar perpetuas por occasião do fallecimento de cidadãos Nort-Americanos no Brasil, e da subsequente arrecadação de seus bens pelas autoridades do paiz.

Em conclusão, tem o abaixo assignado de declarar ao Sr. Tod, que o governo imperial não encontra

motivos sufficientes para, adoptando o projecto proposto, fazer uma excepção á politica que tem seguido, principalmente tendo-se, como se tem, recusado a entrar em identicas negociações com outros Estados.

Apprecia no mais alto gráo as boas relações que tem mantido com os Estados-Unidos, e que espera manter sempre, e está convencido de que o commercio e cidadãos dos ditos Estados não soffrerão o mais levemente pela falta do tratado proposto. E se circumstancias supervenientes e os interesses do Brasil exigirem uma mudança na marcha seguida, e a adopção de estipulações mais positivas e necessarias, o governo imperial não hesitará em dirigir-se á mais poderosa nação americana, da qual tem recebido não equivocas provas de consideração e sympathia, e com a qual tem cultivado relações commerciaes de subida importancia para ambos os paizes.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para renovar ao Sr. David Tod os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 24.

RELAÇÕES COMMERCIAES COM OS PAIZES-BAIXOS.

Nota do consulado geral dos Paizes-Baixos ao governo imperial.

Consulado geral dos Paizes-Baixos. — Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1850.

Senhor ministro. Pelo resumo das novas leis maritimas dos Paizes-Baixos que me apressei a transmittir a V. Ex. a 26 do corrente, terá já V. Ex. podido julgar das importantes modificações, que ellas fizerão em favor do commercio estrangeiro, e por consequencia tambem do Brasil.

As vistas liberaes do governo do rei serão ainda mais conhecidas de V. Ex. quando tiver a bondade de ler a copia do despacho que recebi a esse respeito de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros, e que em virtude de authorisação do meu governo tomo a liberdade de transmittir inclusa a V. Ex.

Essa leitura convencerá a V. Ex. de que agora na Hollanda a liberdade do commercio acha-se estabelecida sobre as mais amplas bases, e que não só todas as medidas provisorias estão definitivamente removidas, como tambem que o principio, de que se partio, aboliu todas as distincções até aqui existentes, entre a bandeira nacional e a dos paizes estrangeiros, a qual é presentemente recebida no pé de uma igualdade perfeita e illimitada.

Animo-me a esperar, que o governo imperial verá com alguma satisfação o estabelecimento de um systema maritimo nos Paizes-Baixos, que se ajusta tão perfeitamente com os principios que regulão esta materia no Brasil, a ponto tal que a navegação hollandeza se acha neste imperio inteiramente assemelhada á de longo curso dos nacionaes, com uma unica differença que por sua pouca importancia não merece seria menção, mas que entretanto se continuasse a existir affectaria o principio de uma justa reciprocidade: quero fallar do passaporte de sahida dos navios, pelo que a secretaria da Marinha recebe dos navios Hollandezes alguns mil reis mais do que das outras nações; desfavor esse, que em virtude desses mesmos principios de reciprocidade me atrevo a recommendar á benevola consideração de V. Ex., para que cesse.

Tenho a honra de ser com a mais alta consideração, Senhor ministro,

De V. Ex. &c.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Paulino José Soares de Souza. &c. &c. &c.

C. J. WYLER.

Despacho do governo dos Paizes-Baixos, a que se refere a nota supra.

Haya, em 27 de Agosto de 1850.

Sr. Cavalheiro. — As leis de navegação, que acabão de ser adoptadas pelas camaras e sancionadas por S. M. o Rei, e cuja execução está fixada para o dia 15 de Setembro proximo para os portos da

Europa, e para o 1.º de Janeiro de 1851 para os portos coloniaes do Reino do Paizes-Baixos, fizeram uma modificação essencial no systema de legislação commercial neerlandez, que até agora tem estado em vigor.

Como essa modificação refere-se principalmente ao modo por que esses navios estrangeiros tem de ser d'ora em diante tratados nos portos maritimos dos Paizes-Baixos, talvez não seja inutil ministrar-vos alguns esclarecimentos a respeito das vantagens, que as novas disposições legislativas lhes offerecem sobre esse assumpto.

Rogo-vos de comunicar estas informações ao governo brasileiro, autorisando-vos a dar-lhe copia deste despacho.

Desde a organização definitiva do systema de alfandegas do Reino, em 1822, a bandeira nacional vio-se constantemente sob um systema de protecção. Esta protecção, posto que em geral assaz moderada, não deixava de ter certa importancia, sobre tudo pelo que diz respeito a muitos artigos de encher espaço, como grãos, sal, assucar, carvão, algodão, etc. Ao mesmo tempo o commercio das colonias estava quasi exclusivamente reservado á bandeira nacional, pois que ella gozava de uma immundade completa de direitos nos portos da mãe-patria, e de uma redução notavel desses direitos nos das colonias.

É verdade que por diversos tratados de commercio algumas bandeiras estrangeiras tem-se successivamente assemelhado á nacional, mas essa equiparação nunca teve lugar se não a respeito da navegação directa entre os portos dos Paizes-Baixos e os dos estados, com os quaes se concluíram esses tratados. Do mesmo modo, as disposições que reservarão as relações entre a mãe-patria e as mais importantes das suas colonias, quasi exclusivamente para os navios neerlandezes, nunca havião soffrido a menor excepção.

É esse systema que havia penetrado na legislação das alfandegas do paiz em todas as suas disposições, e que se referia tanto aos encargos que pesão sobre os navios, como aos direitos que se percebem das mercadorias, que as novas leis acabão de alterar completamente.

Estas leis não se limitando a um systema de reciprocidade, pondo de parte qualquer termo medio entre os principios oppostos, assim como toda a medida puramente provisoria, acabão de abolir em principio todas as distincções estabelecidas até aqui entre a bandeira nacional e a dos paizes estrangeiros, e de decretar a admissão de todo o navio nos portos dos Paizes-Baixos no pé de uma perfeita e illimitada igualdade.

Não é senão em relação á navegação entre os portos europeos dos Paizes-Baixos e os das suas colonias, assim como em relação á navegação colonial em geral, que a nova lei julgou dever manter algumas reservas, cujas desvantagens ahi pertence aos outros estados evitar.

A equiparação á bandeira nacional não será concedida sobre esse ponto senão aos navios dos estados, que offerecerem á bandeira nacional uma reciprocidade completa, e que além disso se abstiverem de todas as medidas desfavoraveis aos productos ou ao commercio das colonias neerlandezas. Em caso nenhum contudo essa equiparação pode estender-se ao commercio de cabotagem das colonias, cujo gozo exclusivo, conforme os principios admittidos por quasi todas as nações maritimas é reservado á bandeira nacional.

A importancia da medida, de que acabo de traçar-vos o esboço, vê-se ainda crescer por duas outras disposições legislativas, que forão tomadas ao mesmo tempo, e que lhe estão intimamente ligadas.

Em consequencia da primeira, todo o direito de transito ficou abolido. Mesmo para remover todo o obstaculo ao livre transito das mercadorias pelo seu territorio, a Neerlandia, renunciou, ao menos provisoriamente, á percepção dos direitos de navegação e de reconhecimento, que a convenção de 31 de Maio de 1831 concluida entre os estados ribeirinhos do Rheno lhe concedia.

Por effeito da segunda o monopolio reservado até aqui aos estaleiros dos paizes baixos para a construcção dos navios nacionaes, acaba de ser abolido. D'ora avante, mediante uma taxa modica de registro os armadores neerlandezes poderão adançar a nacionalisação de seus navios construidos no estrangeiro.

Modificando assim essencialmente o seu código de navegação, o governo do Rei, fiel á sua vocação, não teve em vista senão o interesse bem entendido do paiz e a prosperidade de seu commercio.

Parece-lhe com tudo que essas medidas, posto que concebidas em interesse puramente nacional, offerecem ao mesmo tempo vantagens reaes ao commercio e á navegação dos estados estrangeiros.

Apraz-lhe igualmente crer, que ellas não poderão deixar de exercer uma influencia salutar sobre as relações internacionaes, cimentando esses laços de benevolencia reciproca a que dá tão alto apreço.

Anima-se elle pois a acreditar, que a presente communicação não pôde deixar de ser recebida favoravelmente pelo governo brasileiro.

Terminando, creio que não será inutil entrar ainda em alguns desenvolvimentos dos principios geraes, pelos quaes o governo pretende regular-se para fazer executar as disposições relativas á

equiparação dos navios estrangeiros, salvas as modificações que os tratados existentes ou outras circunstâncias especiaes possam exigir.

Pelo que diz respeito á navegação entre os portos europeos do reino e os portos estrangeiros, o governo tem intenção de começar por tornar essa equiparação tão completa e geral quanto possível. Penetrado das immensas vantagens, que a liberdade da navegação, geralmente reconhecida, traria ao commercio, julga elle melhor servir a causa que esposou, dando a este principio a applicação a mais lata e illimitada.

Não obstante, bem que se não tenha de desviar senão com pezar de uma linha de conducta tão conforme ás suas vistas pessoais, como ao espirito da nova legislação, não pôde dissimular, que as vantagens que offerece por sua parte a toda a bandeira estrangeira, dão-lhe titulos que posão vir a reclamar algum dia os interesses da sua bandeira.

Posto que os interesses maritimos de algum Estado não lhe permittão ainda adoptar um systema igual ao que acaba de ser sancionado pela lei neerlandeza, o governo do rei consultará a experiência antes de seriamente examinar a questão — se os interesses dos seus nacionaes lhe prescrevem de usar dos poderes que a lei lhe confere a titulo de represalias.

Mas o que nenhum Estado pôde com equidade recusar de ora ávante á bandeira neerlandeza, é o tratamento sobre o pé da nação a mais favorecida, mesmo no caso de que um tratado de commercio lhe não assegure esse direito.

O governo entende entretanto, que uma tal recusa não pôde ter lugar.

Quanto á navegação entre os portos dos Paizes Baixos e os das suas colonias, assim como pelo que respeita á navegação colonial em geral, a mesma lei não admite a applicação do principio da igualdade das bandeiras, senão no caso de reciprocidade. Ella indica mesmo com precisão as condições exigidas, para constituir aquella reciprocidade. Basta copiar essas disposições.

Ora aqui estão as tres condições exigidas:

É preciso primeiro que o Estado que pretende participar das vantagens reservadas á bandeira nacional na navegação colonial equipare completamente a bandeira neerlandeza á sua em todos os seus portos, tanto na entrada como na sahida, exceptuando comtudo a cabotagem e a pesca.

É mister tambem que estenda essa equiparação á navegação colonial em quanto houver colonias neerlandezas, quer de qualquer producto exotico, exportado dos portos dos Paizes Baixos, direitos alguns differencias além dos introduzidos a favor das suas proprias colonias ou da sua importação directa.

Esta ultima condição reclama talvez ainda alguns esclarecimentos. Para que seja satisfeita não basta que o Estado, que pretende satisfazer-lhe, admitta os productos das colonias neerlandezas no mesmo pé de qualquer outro producto semelhante, tal como o assucar da Havana e o café do Brasil; tem tambem de admittir todos os productos exóticos, tanto os do Brasil e da Havana, como os das colonias neerlandezas sahidos dos armazens de deposito dos Paizes Baixos, no mesmo pé, como se viessem directamente dos paizes da procedencia. Esta regra não permite excepções senão a respeito dos Estados que tambem tem colonias. Esses Estados, sim, podem diminuir excepcionalmente os direitos dos productos dessas colonias; podem mesmo extinguil-os inteiramente; podem enfim admittir-lhes num pé mais favoravel, se esses productos lhes chegam directamente dessas colonias. O que tendo passado pelos depositos de um outro paiz, sem faltar á reciprocidade exigida. O governo não tem pois senão a examinar, se a legislação de um Estado qualquer corresponde ás condições precisas da lei.

Elle contentar-se-ha de esperar pelas reclamações que lhe forem dirigidas pelos governos que nisso se julgarem interessados, propondo-se a dar-lhes toda a devida consideração para fazer participar, logo que seja possível, dos favores da nova lei todas as bandeiras cujos titulos sejam reconhecidos validos.

Em todo o caso entretanto a equiparação não terá lugar, senão do dia em que a validade desses titulos for reconhecida por decreto real.

Espero que bastarão esses esclarecimentos, para pôr-vos em estado de fornecer todos os esclarecimentos, que ainda vos possam pedir.

Se catrelante o governo brasileiro conservasse ainda a menor incerteza sobre a significação e alcance das disposições acima mencionadas, peço-vos tenhais a bondade de immediatamente informar-me.

Apressar-me-hei da minha parte a transmittir-vos o mais breve possível as novas informações, cuja necessidade se fizer sentir.

Recebei, Sr. cavalleiro, os protestos renovados de minha distincta consideração.

V. SENEFFEN.

Ao Sr. cavalleiro Wylep. conselheiro geral dos Paizes Baixos.

N. 25.

Nota do governo imperial ao consulado geral dos Paizes-Baixos.

N. 6. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 30 de Outubro de 1850.

Tenho a honra de accusar a recepção do officio que em 23 do corrente me dirigio o Sr. C. J. Wylep, consul geral de S. M. o Rei dos Paizes-Baixos, acompanhando a copia do despacho de 27 de Agosto, que recebeu do seu governo, explicando as vistas liberaes das novas leis maritimas ali promulgadas em favor do commercio estrangeiro, assegurando que os navios brasileiros, em virtude das mesmas leis, serão ali tratados como os nacionaes no pé da mais perfeita igualdade. E chamando o Sr. Wylep a minha attenção para os passaportes de sahida dos navios hollandezes, que na secretaria de estado dos negocios da marinha tem aqui pago mais do que os nacionaes, o que é contrario aos principios de reciprocidade, os quaes só agora me participa ter o seu governo adoptado pela nova legislação, tenho a responder-lhe que, á vista desta declaração, e referindo-me ao que na data do 1.º de Junho de 1849 se communicou ao Sr. Wylep, em conformidade com o disposto nos decretos de 20 de Julho e 12 de Agosto de 1844, acabo de participar nesta data á repartição dos negocios da marinha, que d'ora em diante os navios dos Paizes-Baixos devem pagar pelos passaportes que por ella se expedem o mesmo que pagão os nacionaes, e que pagão os estrangeiros nas mesmas circumstancias. Aproveito a occasião para renovar ao Sr. Wylep os protestos da minha estima e consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Ao Sr. C. J. Wylep, &c., &c., &c.

N. 26.

RELAÇÕES COMMERCIAES COM O CHILE.

Nota do consulado geral da Republica do Chile ao governo imperial.

N. 32. — Consulado geral da Republica do Chile no Imperio do Brasil. — Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1851.

O abaixo assignado, consul geral do Chile nesta capital e no Imperio do Brasil, tem a honra de dirigir-se a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, com o fim de communicar-lhe que em virtude de uma lei promulgada no Chile a 16 de Julho p. p. se concede ás potencias estrangeiras, debaixo da condição de uma exacta reciprocidade, o tratamento nacional para os navios de suas respectivas bandeiras; os quaes em consequencia serão igualados a todos os respeito (excepto no commercio de cabotagem) aos navios chilenos, de maneira que os artigos importados por elles não pagarão outros nem maiores direitos do que se fossem importados em navios nacionaes, sem que para o gozo desta igualdade se exija que os ditos artigos sejam productos do solo ou da industria da nação que os importa.

Será reconhecido nos portos do Chile como navio de uma potencia estrangeira aquelle que o fôr segundo a lei de navegação da mesma potencia, e será admittido a gozar da dita igualdade em virtude de uma notificação official ao governo do Chile, em que se expresse a concessão de uma completa reciprocidade nos termos que ficam acima expostos.

O abaixo assignado tem a honra de elevar ao conhecimento do governo imperial a disposição que antecede, por ordem expressa que acaba de receber do seu, manifestando ao mesmo tempo o quanto estimaria que se aceitasse por parte do governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil o ajuste reciproco autorizado pela sobredita lei, persuadido como está de que redundaria isso em

beneficio commun e contribuiria tambem a cimentar a amizade que felizmente subsiste entre ambas as nações.

A vista da dita ordem expressa que tem o abaixo assignado do seu governo, e do que dispõe a lei que precede, e que equivale completamente á acceitação, por parte do governo do Chile, da lei de navegação adoptada pelo do Brasil, pela qual está autorizado a applica-la a toda potencia que estiver disposta á conceder aos navios brasileiros o tratamento nacional, espera o abaixo assignado que o governo de Sua Magestade Imperial não duvidará dar-lhe uma resposta formal para que o novo ajuste principie da data da presente notificação em diante, ou no mais breve tempo que for possível; na certeza de que sabendo-se em Chile que foi aceita a presente notificação, e considerado este ajuste como equivalente á declaração de reciprocidade que exige a lei do Brasil, o abaixo assignado está plenamente autorizado pelo seu governo á declarar ao de S. M. o Imperador que serão immediatamente admittidos os navios brasileiros ao gozo do tratamento nacional nos portos daquelle Estado.

O abaixo assignado aproveita-se com prazer desta oportunidade para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza seus respeito e os protestos de sua mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c.

CARLOS VON HOCHKOLLER.

N. 27.

Nota do governo imperial ao consulado geral do Chile.

N. 5. — Rio de Janeiro — Ministerio dos Negocios Estrangeiros, em 8 de Novembro de 1850.

Accuso a recepção do officio n. 32 que com data de 1 do corrente mez me dirigio o Sr. Carlos von Hochkoller, consul geral do Chile nesta corte, em que communica que em virtude de uma lei promulgada no Chile em 16 de Julho ultimo, serão ali tratados no mesmo pé que as nacionaes, em tudo que não diga respeito ao commercio de cabotagem, as embarcações das potencias estrangeiras que usarem em seus portos de uma perfeita reciprocidade para com os navios chilenos, não pagando os artigos que ellas importarem outros nem maiores direitos do que se fossem importados em barcos nacionaes, sem que por isso se exija que os ditos artigos sejam productos do solo ou da industria da nação que os importa.

Accrescenta o Sr. von Hochkoller que serão reconhecidas nos portos do Chile como embarcações de uma potencia estrangeira as que navegarem segundo as leis do seu paiz, e que só serão tratados no mesmo pé dos nacionaes os barcos das nações que, por uma notificação official feita ao governo chileno, tiverem estabelecido uma perfeita reciprocidade de tratamento para os navios chilenos; e manifesta que seu governo muito estimaria que o do imperio acceitasse o arranjo reciproco autorizado pela referida lei, em beneficio das boas relações entre os dous paizes.

Tendo o governo da republica do Chile feito uma igual proposta á legação do imperio ali residente por nota de 24 de Julho proximo passado, S. M. o Imperador houve por bem ordenar-lhe em 24 de Outubro ultimo que respondesse áquelle governo que o do imperio em suas relações commerciaes com essa republica seguirá sempre a politica da mais perfeita igualdade de tratamento, conforme ao que dispõe os dous decretos imperiaes de 20 de Julho e 12 de Agosto de 1844, emquanto os navios brasileiros e mercadorias nelles importadas, forem ali recebidos pelo que diz respeito aos direitos de navegação, de porto e aos de alfandega, como os proprios nacionaes.

Harmonizando-se assim completamente os principios liberaes adoptados no Brasil e no Chile, as suas relações ficão, pelas declarações reciprocas que acabão de ser trocadas entre os dous governos, estabelecidas sobre o pé da mais perfeita reciprocidade e tratados os navios e mercadorias de ambos os paizes respectivamente como os nacionaes.

Resta-me communicar ao Sr. Hochkoller que em consequencia deste reciproco accordo se expedirão á repartição da marinha as precisas ordens para que os navios chilenos paguem d'ora em diante pelos passaportes que por ella se expedem o mesmo que pagão as nacionaes.

Satisfazendo assim ao pedido do Sr. von Hochkoller, reitero-lhe os protestos de minha estima e consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Ao Sr. Carlos von Hochkoller, &c. &c.

N. 28.

Nota do Consulado geral do Chile ao governo imperial.

N.º 35. — Consulado geral da Republica do Chile no imperio do Brasil. — Rio de Janeiro 10 de Março de 1851.

O abaixo assignado consul geral da Republica do Chile nesta capital e imperio do Brasil, tem a honra de dirigir-se á S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros do Brasil, para remetter-lhe junto um numero do periodico official do Chile contendo o decreto do governo daquelle Estado determinando que do 1.º de Janeiro do corrente anno em diante, os barcos estrangeiros das nações que não tiverem admittido as bases de reciprocidade estabelecidas pela lei de 16 de Julho ultimo, paguem a sua entrada nos portos da Republica, maior direito que o que pagavão até fins do anno passado tanto sobre a sua tonelagem como sobre as mercadorias que introduzirem no Estado.

Em fins de Dezembro ultimo chegou ás mãos do governo do Chile por intermedio do abaixo assignado a copia da nota que o Ex.º Sr. Paulino José Soares de Souza em nome do governo imperial servio-se passar-lhe em 5 de Novembro ultimo em resposta a outra do abaixo assignado relativa ao assumpto da igualdade de bandeiras, e havendo o governo do Chile determinado que se publicasse a primeira no periodico official para o conhecimento do publico e do commercio, como o poderá V. Ex. ver pelo numero que vai junto com data de 28 de Dezembro, o abaixo assignado tem ordem do seu governo para communicar ao de S. M. o Imperador que, em vista da indicada resposta, o governo da Republica determinou que se dêem pelo ministerio da fazenda as ordens competentes para que os barcos e mercadorias brasileiras gozem do 1.º de Janeiro deste anno em diante da igualdade de direitos prescriptos pela lei Chilena de 16 de Julho ultimo.

O abaixo assignado tem a satisfação de repetir a S. Ex. o que o seu governo lhe communica officialmente, que o Chile segua felizmente na maior tranquillidade sem embargo de estar proxima a eleição constitucional do presidente da Republica, que deve ter lugar a 25 de Junho deste anno, e com o mesmo motivo reitera o abaixo assignado ao Ex.º Sr. conselheiro Paulino José Soares de Souza os protestos do seu respeito e distincta consideração.

Ill.º e Ex.º Sr. Paulino José Soares de Souza, &c. &c. &c.

CARLOS VON HOCHKOFER.

Documento a que se refere a nota antecedente.

Ministerio da Fazenda.—Santiago, 12 de Novembro de 1850.

Considerando:

1.º Que ignorando-se ainda se algumas das nações, com quem temos relações commerciaes accitarão as bases da reciprocidade a que forão convidadas em virtude da lei de 16 de Julho do corrente anno, não é possível retardar por mais tempo a fixação dos direitos differenciaes para que foi autorizado o presidente da republica pela mesma lei, sem collocar o nosso commercio n'uma situação mui desvantajosa, principalmente no mercado de California; e que o prazo de cinco mezes e meio é sufficiente para se receber uma resposta das nações que se achão dispostas a admittir os principios propostos na dita lei;

2.º Que não é justo nem convém a nossos interesses mercantis deixar de convir na reciprocidade, ainda que seja sómente a respeito de certas mercadorias, nem fazer irrevogavelmente responsaveis dos direitos differenciaes as mercadorias estrangeiras pelo facto de se haverem passado vales, se bem durante o prazo marcado o poderião as que fossem conduzidas em barcos chilenos aproveitar-se da igualdade de bandeira que pudera conceder a nação á que n'ellas pertencessem.

Resolvi e decretei o seguinte:

Art. 1.º—do 1.º de Janeiro do anno proximo futuro em diante os barcos estrangeiros das nações que não tiverem admittido as bases de reciprocidade estabelecidas pela lei de 16 de Julho ultimo pagarão a sua entrada nos portos do Chile mais seis reaes além dos dous que actualmente pagão por cada tonelada.

Art. 2.º—As mercadorias que se importarem da citada data em diante nos barcos que se acharem no caso do artigo antecedente, pagarão o direito adicional de dez por cento além dos direitos estabelecidos ou que para o diante se estabelecerem.

Art. 3.º — Assignar-se-hão por este direito adicional vales com prazo de seis mezes e debaixo de competente fiança, a qual ficará nulla e sem effeito, e se devolvera o direito adicional de tonelagem estabelecido pelo art. 1.º, desde o dia em que fôr posta em pratica a igualdade da bandeira pela nação a que pertença o navio, segundo constar do aviso official que der o respectivo governo ao do Chile.

Art. 4.º Se a igualdade concedida aos barcos chilenos fôr só relativa a certas mercadorias como aos productos do paiz não terá lugar a reciprocidade de direitos senão a respeito das mercadorias da mesma classe ou que fôrem de producção do solo ou da industria da nação a que pertença o barco em que se importarem; e só a respeito dellas se annullarão o vale e fiança de que trata o artigo precedente.

Registe-se, communique-se e publique-se. — BULNES.

JERONYMO URMENETA.

N. 29.

Nota do governo imperial ao consulado geral do Chile.

N.º 2. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 12 de Março de 1851.

Tive a honra de receber a communicação de 10 do corrente, onde o Sr. C. von Hochkofler, consul geral do Chile no Brasil, incluiu dous jornaes, em um dos quaes se acha publicada a nota que lhe dirigí sob n.º 5, de 8 de Novembro proximo passado; e no outro o Decreto de 12 do mesmo mez e anno, pelo qual o seu governo impõe um direito differencial sobre as mercadorias e navios das nações que não tenham admittido as bases de reciprocidade estabelecidas pela lei de 16 de Julho de 1850; acrescentando o Sr. Hochkofler ter recebido ordem para communicar ao governo imperial que, à vista das declarações de minha citada nota, ordenára o seu governo que os navios e generos brasileiros gozem no Chile da igualdade de direitos prescriptos pela citada lei. Respondendo ao Sr. Hochkofler, cumpre-me participar-lhe que nesta data, dou conhecimento ao Sr. ministro da fazenda do conteúdo da communicação a que me tenho referido, a qual em nada altera o tratamento até aqui havido por parte do Brasil para com os productos e navios chilenos, por isso que, como é constante, tem elles sido recebidos nos portos do Imperio sob a mais perfeita igualdade com os nacionaes.

Aproveitando a oportunidade renovo ao Sr. Hochkofler as minhas expressões da minha estima e consideração.

PATLINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Ao Sr. C. Hochkofler. &c., &c.

N, 30,

RELAÇÕES COMMERCIAES COM A GRECIA.

Nota do Consulado da Grecia ao governo imperial.

Consulado da Grecia no Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, consul de S. M. Hellenica, em sua nota de 28 de Junho de 1849, dirigida a S. Ex. o Sr. visconde de Olinda, então ministro dos negocios estrangeiros, teve a honra de informar a S. Ex. que não se tinha demorado em transmittir ao governo de S. M. o Rei a copia do decreto n. 608 de 4 de Maio do mesmo anno, e a nota de S. Ex. do 1.º de Junho seguinte, que modifica a sua applicação.

O abaixo assignado não tem cessado de promover e estreitar por meio de interesses commerciaes as relações de amizade que subsistem entre os dous paizes; e por um despacho de 27 de Maio (8 de

Junho de 1850) de S. Ex. o Sr. L. A. Landos, ministro da casa do Rei e dos negocios estrangeiros, recebeu a communicação de que estes interesses não poderião ser tomados em consideração senão por meio de um tratado de commercio e de navegação sob a base de uma perfeita reciprocidade de tratamento com os nacionaes.

O abaixo assignado, esperando que chegue este momento, e fundando-se nas informações que recebeu, tem a honra de propôr ao governo imperial o estabelecer por uma convenção provisoria:

« Que os navios brasileiros nos portos do reino da Grecia, e os navios gregos nos portos do imperio do Brasil sejam tratados reciprocamente sob o pé de perfeita igualdade com os nacionaes, quanto aos direitos de qualquer natureza, tanto a respeito dos navios como de seus carregamentos, quer na importação quer na exportação. »

Esta simples convenção pôde abrir relações de commercio entre os dous paizes, o qual até aqui se tem feito por bandeiras estrangeiras intermediarias; os productos agriculas de ambos são devida e respectivamente apreciados, e o impulso que assim se dêse à navegação de uma e outra parte não pôde deixar de ser-lhes favoravel.

Submettendo esta proposta a S. Ex. e pedindo-lhe que a apoie junto do governo de S. M. Imperial, o abaixo assignado se lisongea de que S. Ex. verá o desejo que o anima de promover as relações que já unem os dous estados. Esta convenção deverá ser submettida à ratificação do governo do rei.

O abaixo assignado aproveita-se desta nova occasião para offerecer a S. Ex. as expressões da sua alta e respeitosa consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, etc., etc., etc.

O consul da Grecia, H. Riedy.

N. 31.

Nota do governo imperial ao consulado da Grecia.

N.º 2. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, 25 de Fevereiro de 1851.

Tive a honra de receber a communicação de 19 do corrente, em que o Sr. H. Riedy, consul da Grecia nesta corte, referindo-se a um despacho do seu governo relativo à participação que o Sr. Riedy lhe fizera, da revogação do Decreto do 1.º de Outubro de 1847 sobre direitos differenciaes pelo de 4 de Maio de 1849, acrescenta ser opinião do seu governo que taes interesses só poderião ser tomados em consideração por meio de um tratado de commercio e navegação baseado na mais perfeita igualdade de tratamento. E, como consequencia dessa opinião, propõe o Sr. Riedy que emquanto se não effitue um tratado n'aquelle sentido, se estabeleça por convenção provisoria: — « que os navios « brasileiros nos portos da Grecia, e os gregos no do Brasil sejam tratados reciprocamente sob a mais « perfeita igualdade com os nacionaes quanto a direitos de qualquer natureza, tanto a respeito dos « navios, como de seus carregamentos, quer na importação ou exportação. »

Em resposta cumpre-me communicar ao Sr. Riedy que, não estando revogados os Decretos de 20 de Julho e 12 de Agosto de 1844, que facultão ao governo imperial o lançar direitos differenciaes sobre os navios das nações que não applicarem ao commercio e navegação brasileira o principio da mais perfeita reciprocidade; e achando-se em vigor por parte do mesmo governo em todos os portos e alfandegas do Imperio, esse principio adoptado pelos referidos Decretos, não julga o governo imperial necessario estabelecer, por meio de convenções, aquillo mesmo que está adoptado pela legislação do paiz, e é executado nelle de maneira a mais regular e satisfactoria; dependendo a effectividade e permanencia desse principio para com as mercadorias e navios gregos da adopção do mesmo principio por parte do governo de S. M. Hellenica, em relação aos generos e navios brasileiros.

Reitero ao Sr. Riedy os protestos de minha estima e consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Ao Sr. H. Riedy, etc., etc.

N. 32.

Occurrencia havida com o encarregado de negocios do Brasil em Bolivia em consequencia dos bons officios que prestára junto do governo daquella Republica em favor de cidadãos francezes.

Confidencial do encarregado de negocios do Brasil ao governo de Bolivia.

Sucre, 2 de Julho de 1850.

Sr. ministro. — Encarregado sempre de proteger os Srs. Francezes aqui residentes até a chegada de seu natural defensor, que está a realisar-se, não posso deixar de dirigir-me hoje a V. Ex. para representar contra a medida que acaba de tomar a policia de fazer sahir em quarenta e oito horas desta capital aos cidadãos de França Srs. Vicente La Rivière e Luiz Hubert, com ordem de abandonar a Republica, sem notificar-lhes os motivos de semelhante procedimento.

Ao Sr. Favre, que se acha já na Republica e em vespas de chegar a esta capital, pertencerá entender-se com V. Ex. sobre os motivos que poderia a policia ter para fazer sahir tão inopinadamente do paiz a estes dous seus compatriotas, que residem aqui ha mais de quinze annos. A mim só cabe o dever de pedir a V. Ex. se sirva mandar suspender uma ordem que é a ambos tão prejudicial, até que chegue o Sr. Favre, que poderá melhor defender os direitos destes seus concidadãos, os quaes poderão entretanto arranjar seus negocios mercantis, que necessitam de muito mais de quarenta e oito horas.

Com este motivo tenho a honra de reiterar a segurança da alta consideração com que sou.

De V. Ex. attento e seguro servidor.

A S. Ex. o Sr. D. Thomaz Baldiviero, ministro das relações exteriores de Bolivia.

ANTONIO JOSÉ LISBOA.

N. 33.

Nota do governo de Bolivia ao encarregado de negocios do Brasil.

Ministerio de relações exteriores. — Sucre 3 de Junho de 1850.

Sr. — O abaixo assignado submetteu ao conhecimento de seu governo a communicação que S. Ex. lhe dirigio com data de 2 do corrente, solicitando como representante dos cidadãos francezes residentes em Bolivia, e na ausencia de seu legitimo defensor, o Sr. Favre, se suspenda a ordem dada por esta policia para que os Francezes Vicente La Rivière e Luiz Hubert abandonem o paiz dentro do termo de quarenta e oito horas.

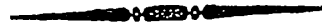
O abaixo assignado recebeu ordem de seu governo para dizer a S. Ex. que não reconhece em sua pessoa esse pretendido direito de representação em favor dos cidadãos francezes, residentes em Bolivia, e que pelo contrario, não sendo satisfatorio o procedimento politico que observa S. Ex., estão promptos seus passaportes para que possa igualmente abandonar o paiz, reservando-se manifestar ao governo de S. M. Imperial os justos motivos que o obrigarão á adopção desta medida.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para reiterar a S. Ex. a segurança de sua alta e distincta consideração com que é muito attento e seguro servidor.

Ao Ex.^{ma} Sr. encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brasil.

THOMAZ BALDIVIERO.

ANEXO A.



NEGOCIOS DO RIO DA PRATA.

ANEXO A.

NEGOCIOS DO RIO DA PRATA.

Discussão entre o governo imperial e a legação argentina sobre o procedimento do barão de Jacuhy na Republica Oriental.

Passaportes pedidos pelo ministro da Confederação Argentina.

N. 1.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1850, anno 41 da liberdade, 35 da independencia e 21 da Confederação Argentina.

Illm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O governo encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, a cujo conhecimento o abaixo assignado teve a honra de levar a resposta datada de 8 de Março, que S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza deu á nota da legação argentina, de 13 de Fevereiro, relativa á invasão do barão de Jacuhy no Estado Oriental, ordenou ao abaixo assignado que rebatesse com as considerações seguintes os fundamentos deduzidos pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros, para declinar das medidas reclamadas em nome dos Estados do Prata.

O governo argentino não tem podido ver senão com uma incoherencia notavel a denegação de caracter sufficiente em seu ministro nesta côrte para reclamar contra todo o ataque ao Estado do Uruguay, procedente do territorio brasileiro; pois se o governo imperial não reconheceu até agora a autoridade presidencial do Exm. Sr. general D. Manoel Oribe, nem por isso se tem recusado a disculpir com a legação argentina sobre tudo quanto tem relação com os interesses daquelle paiz, entendendo-se algumas vezes com o presidente pelo intermedio do agente diplomatico brasileiro em Montevideo, quando lhe parecia conveniente.

Estes precedentes, em completo desaccordo com a indicação de não admittir questões dessa suprema autoridade, complicão-se mais ainda quando se nega ao governo argentino o direito de reclamar do imperio contra factos que, sendo offensivos á sua alliança com o da Republica Oriental, atacão simultaneamente a um e outro.

Nem para sustentar essa politica póde o governo imperial allegar sua ignorancia ácerca da extensão e condições dessa alliança. Usando de um direito perfeito, derivado da convenção preliminar de 1828, interpellou ao abaixo assignado em 11 de Junho de 1842 sobre o motivo e o objecto dessa guerra, e ao abaixo assignado coube o honroso dever de satisfazê-lo, de uma maneira tão explicita e clara, que o governo de Sua Magestade acccitou sem reserva o inquestionavel titulo do argentino, para levar suas armas á Banda Oriental; e até offereceu sua alliança com a Confederação para debellar seu inimigo, annunciando mais tarde—que a entrada do general Oribe em Montevideo não seria razão para alterar sua neutralidade.

Se ao começar a guerra declarada á Confederação pela facção montevidéana, unida ao estrangeiro, pudesse haver hesitação sobre sua natureza e seus fins, os successivos acontecimentos tem por tal modo

levantado o véo, que ninguém poderia de boa fé duvidar da afinidade de vistas das duas republicas do Prata, nem da identidade de seus perigos.

Então comprimida a republica do Uruguay pela força rebelde, precisava de meios para reivindicar seus direitos. A situação mudou, quando a opinião nacional encontrou apoio; e a reacção se tornou geral á sombra do exercito argentino, que continuava a reconhecer a suprema autoridade dignamente confiada ao general Oribe, que nenhuma innovação introduzia no systema organico do Estado Oriental, e que não abrigava aspiração contraria á sua mais completa independencia.

O exercito argentino e a nação uruguayana dirigião-se a um mesmo inimigo na autoridade oppressora de Montevideo: um, considerando-a como autora da guerra a que a Confederação foi, a seu pezar, forçada, e o povo oriental não vendo nella senão o aborto de um motim militar, e um cego instrumento de politica estrangeira. Commum veio a ser desde logo o interesse do triumpho, e, por uma consequencia inseparavel da unidade de fins, os governos do prata chegarão á alliança mais intima, sem necessidade de outro pacto, do que o instincto de sua mutua defesa.

Depois de 7 annos de exhibição constante da politica dos dous estados, depois que as negociações com os poderes interventores tem espargido a luz sobre os desinteressados designios do governo argentino, não é comprehensivel que o do Brasil ignore ainda *as condições desta alliança*.

Se o governo de S. M. Imperial se tem negado a reconhecer como legitima a autoridade do general Oribe, não obstante os suffragios dos nove departamentos do Uruguay, e de sua inequivoca resolução de sustenta-la: se tem preferido continuar a entender-se com o governo intruso de Montevideo, não se perde nem se debilita por isso a coalisão de ambas as republicas; e quando o Sr. ministro não risse no plenipotenciario argentino o representante dessa alliança, não poderia negar-lhe caracter bastante para exercer os direitos do belligerante argentino na Banda Oriental.

Deslindar o que podesse causar damno áquella republica, sem prejudicar igualmente ao exercito argentino naquella territorio, seria para o abaixo assignado um trabalho superior á sua intelligencia; e enquanto o Sr. Paulino não se servir demonstra-lo, a legação insistirá em declarar — que aggressões como as do barão de Jaculiv ou qualquer acto externo, calculado para perturbar a Banda Oriental, para enfraquecer as forças colligadas, e para comprometter o exito da contenda, apoiando de qualquer maneira aos inimigos da Confederação, entrão particularmente na jurisdicção diplomatica de seu representante, a que lhe não é permittido renunciar.

O abaixo assignado categoricamente repellio, por nota de 18 de Maio de 1847, uma igual restricção que lhe pretendeu impôr o barão de Cayrú, pela sua communicação de 12 de Abril daquelle anno, e a legação estava persuadida de que, discutidas posteriormente entre ella e o governo imperial todas as questões de fronteira relativas ao Estado Oriental, inclusive as occorridas no ministerio do Sr. Paulino, a competencia da legação argentina ficava fóra de ulterior controversia.

Não é por tanto sustentavel que não tenha o abaixo assignado podido, por desautorizado, admitir reclamações do Brasil por quaesquer aggraves contra brasileiros na Banda Oriental. A correspondencia com o abaixo assignado attesta, Sr. ministro, o contrario, e entre os dados que poderia compulsar, S. Ex. permittirá citar-lhe as palavras da legação de 13 de Agosto de 1843, dirigidas ao Sr. Souza Franco:

« Para fixar meu juizo, e reivindicar o credito do meu governo, tenho o honra de pedir a S. Ex. o Sr. Souza Franco me manifesto se tem sido presente ao governo imperial reclamações legalisadas e dignas de fé, ácerca de violencias ou offensas de qualquer natureza que sejam, executadas contra subditos de S. M. no territorio argentino ou no do Uruguay, sob a jurisdicção de S. Ex. o presidente general Oribe, que tenham ficado impunes em um e outro estado, por falta de acção das leis, e da auctoridade publica. »

Um anno antes, a 18 de Maio de 1847, repellindo o abaixo assignado as allusões a assassinatos de brasileiros que se dizião perpetrados por partidas do exercito aliado, sem outro fundamento mais do que uma lista de nomes, declarava ao ministerio:

« Que não podendo reconhecer em governo algum o direito de envolver ao seu em acontecimentos despidos de authenticidade e de provas, e precisando deste caracter a relação indicada, repellia, em nome do estado aliado a imputação que se apoiava em tão fragil motivo, e rogava ao Sr. ministro que, fazendo investigações dignas do zelo do governo de S. M. a favor de seus subditos, se servisse transmittir ao abaixo assignado todos os esclarecimentos sufficientes para rastejar o crime, declarando, como declarava, em fé do seu governo, e em homenagem á Republica Oriental, que *os delinquentes uma vez conhecidos, serão exemplarmente castigados.* »

A' vista desta exigencia da legação, deste juizo severo, sobre toda a violencia que se houvesse commettido nos estados do Prata contra brasileiros; á vista, enfim, dessa solemne promessa de condemnar os offensores, como poderia considerar-se a legação argentina inhabilitada para admitir reclamações que ella mesmo provoca?

Assim, as representações citadas pelo Sr. ministro, dos presidentes da provincia de S. Pedro, desde 1845, ácerca dos vexames feitos a brasileiros, na Banda Oriental, sem designar-se casos, pessoas, nem lugares, e archivados até agora na chancellaria ministerial, provarão, quando muito, a existencia

de informações dadas pelos interessados, mas nunca um facto, e muito menos uma queixa attendivel contra as autoridades limitrophes, inexoraveis para com o crime.

De posse pois o abaixo assignado de representação bastante, tanto para receber as reclamações imperiaes concernentes ao territorio occupado pelo exercito confederado oriental e argentino, como para formula-las ante o gabinete de Sua Magestade, tem o abaixo assignado ordem de repellir, em nome do seu governo, por si e como alliado do da Republica Oriental, a qualificação feita pelo Sr. ministro da em-preza de vandalismo do barão de Jacuhy e outros brasileiros, unidos a anarchistas orientaes e argentinos refugiados no Rio Grande.

Taes factos, jámais commettidos por individuos ou forças legaes dos estados vizinhos, revelão claramente sua cõr politica, e não podem ser admittidos, segundo a inversão ministerial, como *«provocados pelo ferimento de importantes interesses particulares, e pelo estado de commixão em que se acha a povoação das fronteiras do imperio, e produzidos pela fermentação e excitemento, resultante de causas que o governo imperial não pôde fazer desaparecer.»*

A tendencia ostensiva e verdadeira dessas manobras tem sido preparar e desenvolver uma guerra entre o Brasil e as republicas do Prata, por meios indignos das nações cultas; e não tem dependido de seus autores, mas sim de seus revezes, a suspensão de seu vergonhoso procedimento.

O delegado do governo de Sua Magestade, general Andréa, ex-presidente do Rio Grande, o denuncia a seu successor em termos precisos, em seu relatório official, ao entregar-lhe a administração daquelle provincia.

«Da louca pretensão de uma guerra contra nossos vizinhos (diz o Sr. Andréa) se originou outra peor ainda, e por cabeças mais elevadas, de obrigar o governo a sujeitar-se á vontade de alguns agitadores, acompanhando a sanha dos bandos anarchicos que fizeram organisar, para aggreddir o Estado Oriental, pelo ataque das forças empregadas na guarda de suas fronteiras, e para arrebanharem quanto gado pudessem, seu ou alheio, afim de passá-lo, áquem da linha.»

Para desconhecer essa tendencia, seria necessaria uma preocupação de animo que não é de presumir-se no governo do Brasil. Esta aggressão do barão de Jacuhy não é uma aventura improvisada, mas sim o desenvolvimento de outras operações em maior escala, concertadas ha muito tempo contra o Estado Oriental, já pelos selvagens agitadores asiados no Rio Grande, já simultaneamente por subditos de Sua Magestade, protegidos por autoridades do imperio, e até agora impunes, a despeito de representações constantes do governo argentino. A hostilidade incessante por longa serie de annos descobre uma fonte tão profunda, como impura, desse systema fatal para os tres estados, organizado no Rio Grande do Sul.

E como poderião occultar-se ao governo imperial as vistas sinistras de Francisco Pedro de Abreu, quando seus libellos, com o titulo de *proclamações aos Rio-Grandenses* e a todos os Brasileiros as revelão manifestamente? O Sr. Paulino os teve presentes, publicados nos periodicos do Brasil: e o silencio do cabecilha sobre essas mesmas proclamações, espalhadas com profusão pela provincia de S. Pedro, prova sua authenticidade, e dá o fio da combinação.

Não ha semelhança possível entre essa guerra, ora subterranea, ora estrepitosa, com o caso fortuito na fronteira de Corrientes, a que o Sr. ministro allude. O saque e os assassinatos commettidos em 10 de Outubro na estancia do Sr. Araujo Ribeiro deverão exasperar justamente: mas o abaixo assignado, com a declaração do Sr. governador de Corrientes, não só repellia a responsabilidade da republica por esse atroz delicto, como mesmo prometia a perseguição e castigo de seus perpetradores, sahidos dos bosques do Uruguay.

Os vexames que o Sr. Paulino assevera terem soffrido os brasileiros na campanha oriental mal podem ser apreciados desde que S. Ex. toca neste ponto tão vagamente que impossibilita toda a discussão; mas, designando o Sr. ministro com especialidade o occorrido na propriedade do barão de Jacuhy e de outros em igual caso na Banda Oriental, o abaixo assignado aceita a citação como corollario que esclarece o facto.

O embargo das propriedades do barão e os que o Sr. Paulino affirma terem sido impostos em bens de outros brasileiros, são o resultado da defraudação dos direitos fiscaes pela subtracção clandestina de gados proprios e alheios, e pela reincidência em roubos, cuja restituição seria a menor pena.

O abaixo assignado enviou ao Sr. ministro um summario judicial com *quatorze declarações* do capataz e peões do barão; todas conformes para provar os tres contrabandos, em outras tantas entradas do barão de Jacuhy no Estado Oriental, e a depredação dos gados alheios, arrebatados com a cooperação dos declarantes.

O abaixo assignado espera todavia o resultado da direcção dada a esse summario pelo governo de S. M., para esclarecer a verdade; e omitto enviar-lhe mais *ouzo* contra outros brasileiros que se queixão de *vexames*, porque são sorprendidos na exportação furtiva de gados para o Rio Grande, illudindo as ordens municipaes, e buscando fortuna á custa dos orientaes e de seus proprios concidadãos laboriosos e honrados.

Os brasileiros envolvidos no contrabando do barão viverão indulto do Sr. presidente Oribe, e serão restituídos a seus lares; e o estabelecimento não ficou sob embargo, senão enquanto o barão não pagasse ao thesouro oriental o imposto devido pelos gados que della extrahio.

O Sr. ministro foi informado pelo abaixo assignado com as proprias informações do general Oribe á legação, e o Sr. Paulino não poderia deixar de ver no generoso procedimento do supremo magistrado oriental um estímulo á gratidão do delinquente, em vez de um fundamento a novas aggressões.

Não duvida o governo argentino que os estancieros brasileiros, a par de outros estrangeiros estabelecidos na Republica do Uruguay, tenham soffrido prejuizos occasionados pela guerra. Mas residindo naquella paiz, ficavão sujeitos, como os nacionaes, ás vicissitudes publicas e a todas as peripecias da contenda.

A guerra não foi subita nen curta. Suas calamidades naturaes estavam ao alcance do menos prevenido; e desde seu principio até á prohibição de exportar gados pela fronteira do Rio Grande mediou um periodo de annos, durante o qual os fazendeiros brasileiros poderião pôr sua propriedade a salvo de toda a contingencia, sem outro estorvo além do da sua propria vontade.

O Exm. Sr. presidente general D. Manoel Oribe não violou nenhum direito, prohibindo a todos os fazendeiros indistinctamente que vendão ou passem para o Rio Grande animaes de qualquer especie, e a marca destes nas respectivas estancias: nem foi absoluta a prohibição de marca-los, mas antes se consentia nesta operação, contanto que os proprietarios se sujeitassem aos regulamentos policiaes, a favor da propriedade commum exposta, como nunca, ao roubo dos que por sua qualidade de estrangeiros estavam isentos de todo o serviço militar.

Sem essa precaução era mais que difficil impedir que os arrebatadores de gado levassem com o proprio o alheio, e prejudicassem gravemente aos Orientaes, que, empenhados na salvacão da Republica, tinham abandonado sua fortuna particular.

Todo o proveito da marca teria revertido exclusivamente a favor de fazendeiros estrangeiros, desde que os nacionaes não estivessem presentes, nem pudessem a seu turno marcar seus gados por acharem-se servindo no exercito.

Não é equitativo, nem nenhum governo poderia razoavelmente pretender que seus concidadãos estabelecidos em outro estado, theatro de activa guerra, proseguissem em seus trabalhos a coberto de seus inevitaveis transtornos, e que enquanto os cidadãos soffrem as consequencias desta situação, os estrangeiros continuassem com esse privilegio, monopolizando a industria e a riqueza.

Seria erigir o estrangeiro na Banda Oriental em arbitro da producção e do commercio, e levar os naturaes a uma ruina infallivel; seria conceder a estranhos a prerogativa que em identicas circumstancias lhes nega seu solo natal.

Se, independentemente dos males da guerra, os estrangeiros padecem pela violencia ou pela arbitrariedade, a seus governos pertence procurar o remedio com o auxilio de uma franca diplomacia e das leis internacionaes.

O do Brasil, ao receber queixas de subditos seus contra autoridades orientaes, poderia ter encaminhado suas reclamações a S. Ex. o presidente Oribe, quer directamente, quer mediante esta legação, como tem praticado em outras occasiões. Mas ainda neste caso o Sr. Paulino não ignora que devia preceder denegação de justiça por parte daquella autoridade ás reclamações immediatas dos prejudicados.

Competia tambem ao governo imperial ter ha muitos annos feito sahir da fronteira os fautores dessas barbaras incursões ao Estado Oriental; a esses rebeldes contumazes, que, asylados na provincia de S. Pedro, tem conspirado sem cessar contra os governos do Prata, e lançado sobre a Republica Oriental quadrilhas de bandidos. Desta classe forão as de Figueiró, Silva, Silveira, Lemos e outras, de que o governo brasileiro tem pleno conhecimento; e ultimamente a de Jacuhy e seus sequazes, que, insigne pela depredação, tem enchido a medida da iniquidade.

Nem se diga que para alcançar a necessaria repressão, o governo argentino se tenha esquivado a fazer representações ante o do imperio. Tem ellas sido numerosas, sempre seguidas de honrosa acquiescencia e do annuncio de ordens peremptorias, e sempre estereis pela falta inqualificavel de sua execução no dilatado espaço de muitos annos.

A' estranha tolerancia para com esses inimigos da ordem social, ao culpavel procedimento de grande parte dos funcionarios do Rio Grande para com os refugiados, e para com o barão de Jacuhy e seus sequazes, é devido o intoleravel estado de cousas naquella fronteira; e de nenhuma maneira a medidas economicas do presidente Oribe, na orbita de sua alta jurisdicção.

Além disso, poderá um governo illustrado, sem conscitar o alarima dos demais, empenhar-se em justificar actos que envolvem rebellião á patria, e ataque deshumano e não provocado a uma nação amiga?

Seria indifferente ao governo de Sua Magestade a invasão de um de seus cabos militares contra um povo com o qual o Imperio está em paz? Terá valor perante a circumspecção do gabinete do Brasil o pretexto forjado por seus sudditos de offensas pessoais, verdadeiras ou falsas? Desde quando pôde um soldado audaz arrebatat a bandeira de seu soberano, e armar-se por sua propria conta para reivindicar o que lhe apraz chamar *os brios nacionaes*?

O Sr. ministro não pôde desconhecer que quando tal usurpação fosse dissimulada, a base da sociedade ficava commovida, as relações internacionaes á mercê do capricho ou de uma sordida especulação, e a segurança dos vizinhos entregue ao azar dos successos, ou a uma vigilancia dispendiosa.

É sabido que as represalias competem exclusivamente ás nações, e só lhes são garantidas quando não podem por outro modo obter justiça. Ao arrogar-se um subdito o exercício desse recurso extremo, colloca-se fóra dos direitos da guerra, e assume o character e a responsabilidade inherentes ao inimigo, não de um individuo, não de um governo estranho, mas do genero humano.

O direito de amnistiar aos réos de delictos politicos ou civis, direito exercido nobremente em numerosos e memoraveis casos pelo governo argentino, não invalida o da nação offendida pelo subdito de outra, para exigir contra elle a applicação da jurisprudencia criminal; e a pena não pôde ser perdoada senão por consentimento commum, ou pela abdicação voluntaria da faculdade de reclama-la.

É tambem inadmissivel que « se a tranquillidade das fronteiras se deseja sinceramente, e que « semelhantes procedimentos ao do barão de Jacuhy não reapareçam e sejam explorados pelos « inimigos dos governos do Rio da Prata, devem estes empenhar-se em fazer desaparecer as causas « que os tem produzido, porque isso só delles depende. »

Esses governos, Sr. ministro, tem provado exuberantemente seu afan para lograr o socego de suas fronteiras, mas não é a elles a quem compete castigar ao barão de Jacuhy e seus collaboradores, nem retirar dos limites do Imperio os emigrados do Prata. Estas providencias e o impossibilitar novas hostilidades é a honrosa e exclusiva tarefa do governo brasileiro, de quem pela ultima vez elles as reclamão.

Os alliados incorrerão no mesmo deploravel erro que o Brasil, se acreditassem que acontecimentos como os ultimos que se derão, tem de ser evitados, ou revogando o presidente general Oribe a prohibição de exportar da Banda Oriental gados para o Rio Grande, e de marca-los, ou com a esperanza do Sr. ministro, de que, pelas ordens que assegura ter-se dado, não se repetirão as invasões contra o territorio limitrophe.

Se aquelles poderes acceitassem uma tal condição, sacrificarião seu decoro, reconhecerião por justificada a conducta do barão e seus satellites, que infelizmente o ministerio do Brasil desculpa; darião um triumpho ao vandalismo; crearião um precedente de desastrosa transcendencia; e para o futuro, qualquer aventureiro, associado aos inimigos da Confederação, quereria com suas ordens dictar a lei á Republica Oriental.

Assim, tanto um como outro governo, ainda quando não confiassem na probidade de sua politica e na razão de suas reclamações, repeliirão sempre o meio offensivo indicado pelo gabinete brasileiro, em quanto se limita, sem offerecer reparação, a propôr aquella solução, como uma barreira contra perturbações ulteriores.

Por outro lado, não tem o governo de Sua Magestade podido desconhecer, que essa economia interna da Republica Oriental, invocada como causa motriz da ultima invasão, não importa senão uma precaução obvia de mais para ser discutida. É certo que poderá explorar-se arteiramente pela discordia ou pela ignorancia; mas o Sr. ministro, que conhece perfeitamente os imperiosos interesses que a aconselharão, não poderá ver nella a retirada da constante protecção com que a Republica do Uruguay hospeda aos Brasileiros pacificos.

Portanto, persiste o abaixo assignado em pedir ao governo imperial, em nome, e por ordem do da Confederação, uma satisfação que seja sufficiente para reparar o sanguinolento agravo commettido contra os estados alliados pelas invasões do barão de Jacuhy e seus complices contra a Republica do Uruguay, e o castigo exemplar destes réos, bem como das autoridades do Imperio que os protegêrão ou consentirão.

O governo argentino prescreve igualmente ao abaixo assignado que declare ao de Sua Magestade o Imperador, que os do Rio da Prata considerarão a recusa á realisação deste pedido, ou uma desnecessaria dilação, como negativa de justiça e como approvação do attentado do barão de Jacuhy, o qual, esterilizando o anheio da legação argentina pela melhor e mais cordial intelligencia com o gabinete do Brasil, o obrigaria a retirar-se da corte imperial.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAZ GUIDO.

N. 2.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1850, anno 41 da liberdade, 35 da independencia, e 21 da Confederação Argentina.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado tem a honra de transmittir a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a nota original, com documentos, que acaba de receber do Ex.^{mo} Sr. presidente da Republica Oriental do Uruguay, general D. Manoel Oribe, na qual S. Ex., concordando completamente com os principios e vistas do governo da Confederação Argentina, acerca da atroz irrupção do barão de Jacuhy, e da responsabilidade de seus consentidores e complices, alliee plenamente á resolução adoptada pelo mencionado governo, de que esta legação, em nome das duas republicas do Rio da Prata, dirija ao governo de S. M. Imperial as suas justas reclamações, a fim de serem promptamente desagravadas e reparadas as offensas e graves prejuizos causados a ambos os paizes pela aggressão, feita a mão armada, pelo bando rebelde que sahira do Brasil para fazer a guerra na Banda Oriental.

E tendo-se já o abaixo assignado occupado extensamente com este objecto na nota dirigida ao Sr. ministro na data de 16 do corrente, espera que S. Ex. considerará a presente como additional áquella.

Deus guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAZ GUIDO.

Annexos á nota da legação argentina de 23 de Junho de 1850.

Viva a Confederação Argentina! Morrião os selvagens unitarios! — Quartel general do Cerrito da Victoria, 7 de Junho de 1850.

O ministro dos negocios estrangeiros do Estado Oriental do Uruguay ao Ex.^{mo} Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina junto ao governo do Rio de Janeiro, general D. Thomaz Guido.

O abaixo assignado recebeu ordem do Ex.^{mo} Sr. presidente da republica, brigadeiro-general D. Manoel Oribe, para se dirigir a V. Ex., como tem a honra de o fazer, transmittindo-lhe a copia legalisada annexa, da nota que, por intermedio deste ministerio, o mesmo Sr. presidente passou ao Ex.^{mo} Sr. governador capitão-general da provincia de Buenos Ayres, encarregado das relações externas, general em chefe do exercito unido da Confederação Argentina, brigadeiro-general D. João Manoel de Rosas, por occasião dos graves attentados commettidos por uma horda de salteadores brasileiros, e selvagens unitarios emigrados para o territorio rio-grandense, e que, capitaneados pelo coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy, invadirão armados o territorio da republica, atacando as forças estacionadas sobre as fronteiras do Salto e Taquarembó, roubando as fazendas, e exercendo todos os vexames e depredações que lhes foi possivel praticar contra as pessoas e propriedades dos pacificos habitantes do estado, residentes nas ditas fronteiras. As partes officiaes a que a mencionada nota se refere são as que a V. Ex. se remetteem adjuntas por copia.

Em consequencia do expendido nella, o Ex.^{mo} Sr. governador brigadeiro general D. João Manoel de Rosas houve por bem responder ao Ex.^{mo} Sr. presidente desta republica, general D. Manoel Oribe, pelo ministerio competente, nos termos constantes da sua nota de 15 de Maio, cuja copia devidamente legalisada esta acompanha, enviando-lhe a que na mesma data dirigia a V. Ex., que é a mesma que tambem se lhe transmitta.

A' vista de tudo quanto o Ex.^{mo} Sr. governador da provincia de Buenos Ayres, encarregado das relações externas da Confederação Argentina, se servio expender ao Ex.^{mo} Sr. presidente da republica brigadeiro-general D. Manoel Oribe, respondendo á sua precitada nota de 23 de Janeiro do anno corrente, e da resolução communicada a V. Ex. em data de 15 de Maio, ordenou S. Ex. ao abaixo assignado expressasse a V. Ex. que, concordando completamente este governo com os principios de justiça e acertadas vistas do Ex.^{mo} Sr. governador de Buenos Ayres, sobre o que mais convém á dignidade e interesses feridos pelos procedimentos escandalosos e atrozes de subditos brasileiros, que sahirão do territorio do Imperio para os perpetrar a mão armada no desta republica, contra seus pacificos moradores, e contra a força encarregada de velar pela segurança publica, sem que as autoridades do referido Imperio tenham adoptado medidas efficazes que se oppuzessem a semelhantes attentados, resolve

adherir plenamente á resolução que adoptou o mencionado Ex.^{mo} Sr. governador, para que V. Ex., em nome das duas republicas, faça as justas reclamações e exigencias que se lhe prescrevem na nota de 15 de Maio, já citada, unindo a voz do governo argentino á do governo da Republica Oriental do Uruguay, para com mais brevidade serem satisfeitas e completamente reparadas as offensas e graves prejuizos que se causarão a estes paizes.

O abaixo assignado, por este motivo, tem a satisfação de renovar a V. Ex. os sentimentos da sua mais perfeita estima e distincto apreço. — CARLOS G. VILLADENOROS.

Vivão os defensores das leis! Morrão os selvagens unitarios! Passo de Ricardino no Quaraím, 9 de Janeiro de 1850.

O commandante geral do departamento do Salto ao Sr. general das forças ao norte do Rio Grande, D. Servando Gomes.

Vou cumprir o dever de dar conta circumstanciadamente a V. S. do successo de armas que teve lugar a 5 do corrente entre parte da divisão do meu commando e a cafila de salteadores que capitaneava o coronel imperial, barão de Jacuhy, Francisco Pedro de Abreu.

No dia 3, ao escurecer, marchei do meu campo do Guarò, e empreguei essa noite e a do dia 4 em approximar-me ao campo que aquelles banditos occupação; quando clareou o dia 5, eu os tinha em frente, em numero de 250, em posição nos escabrosos quebrados que formão as pontas das Tres Cruzes Grandes.

Mandei logo contra elles uma guerrilha de 16 carabineiros do regimento n.º 2 de Buenos-Ayres, commandada pelo alferes do mesmo corpo D. João Caminiaga, e protegida immediatamente por 21 guardas nacionaes do 4.º districto da 2.ª secção, e 9 soldados do esquadrão de dragões orientaes do n.º 1 da legião Fidelidade, com um official de cada um dos ditos corpos, e commandados pelo meu ajudante d'ordens ajudante-maior D. Pedro Navarrete.

O resto da minha força consistia em uma columna de meios esquadrões em linha, composta de 106 individuos de tropa, com 9 officiaes do regimento n.º 3 de Buenos-Ayres, divididos em dous meios esquadrões, sendo um commandado pelo capitão D. José Aguiar, o outro pelo capitão D. José Corrêa, e toda a força pelo tenente-coronel D. Pascoal Peredo; 90 homens de tropa com 9 officiaes do regimento n.º 2 de Buenos-Ayres, formando dous meios esquadrões commandados pelos capitães D. João Francisco Caffé e D. Manoel Reyna, ás ordens do sargento-mór D. Dionizio Sagaste; e meio esquadrão composto de 18 homens de tropa do regimento n.º 2, com um official do regimento n.º 3; e 50 guardas nacionaes do 5.º districto da 2.ª secção, com quatro officiaes da mesma, commandados pelo tenente do esquadrão de dragões orientaes n.º 1 da legião Fidelidade, D. Dionizio Trillo.

Nesta ordem avançamos contra o inimigo, a passo de trote, que comprehendeu retirar-se debaixo do fogo dos nossos carabineiros. A escabrosidade do campo retardou a perseguição por espaço de tres leguas; até que, tendo alcançado as vertentes do Catalão, onde o campo melhora consideravelmente, pude lançar a minha columna a todo galope, e expedir o tenente D. Dionizio Trillo com o meio esquadrão do seu commando, com ordem de acutilar o inimigo, como com effeito se verificou immediatamente que esta força augmentou o numero da que perseguia de mais perto. Os quatro esquadrões restantes fizeram o sacrificio de ver combater seus companheiros sem ter com quem medissem as lanças.

Continuou-se a perseguição até o Quaraím, em distancia de cinco ou seis leguas, e nesse espaço ficaram mais de quarenta cadaveres daquelles bandidos, e os restantes espavoridos e totalmente dispersos, encontrão a salvação no territorio do Brasil.

Ficou em nosso poder algum armamento, os poucos cavallos que tinham arreitados e muitos ensilhados.

Entravão no numero dos individuos desta cafila, o tenente-coronel do Imperio Antonio Fernandes Lima, e outros varios officiaes de classes distinctas do mesmo exercito.

Temos a lamentar a morte de tres soldados do regimento n.º 2 e forão feridos cinco soldados do mesmo corpo, um do esquadrão de dragões orientaes n.º 1 da legião Fidelidade, 1 official e 1 soldado da guarda nacional.

São dignos da mais alta recommendação os Srs. chefes, officiaes e tropas que me coube a honra de commandar nesta acção, na qual desempenhãrão com a actividade necessaria as funcções de ajudante de ordens o alferes D. Victor Barbat, o distincto D. Damian Oliveira, e o sub-collector D. João Manoel Zorrilha.

Lamento ter de annunciar a V. S. a perda do alferes D. Justo Sanches, do regimento dos auxiliares dos Andes, o qual, em consequencia de ordens que lhe mandei expedir no 1.º do corrente, procurava incorporar-se a mim no dia 2; mas tendo-se por fatalidade adiantado da sua partida, acompanhado sómente por dous homens, encontrou-se com nove salteadores e foi assassinado.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — DIEGO LANAS. — Está conforme. — O official maior dos negocios estrangeiros, José A. Iturriaga.

Vivão os defensores das leis! Morrão os selvagens unitarios! Pintado, 9 de Janeiro de 1850.

O commandante geral do departamento do Salto, ao Sr. general das forças do norte do Rio Negro, D. Servando Gomes.

No dia 2 do corrente, em cumprimento das ordens que expedi a 1 do mesmo, procurava incorporar-se comigo o alferes do regimento de auxiliares dos Andes, D. Justo Sanches, mas tendo-se elle por fatalidade adiantado da sua partida com dous homens sómente, encontrou no seu transitio com nove salteadores, os quaes o assassinarão.

Remetto junto, para que V. S. se sirva dar-lhes o destino competente, um par de estribos, um par de lóros, um par de esporas e um punhal, tudo de prata, duas onças de ouro e um par de botões de pesos fortes, cujos objectos e dinheiro pertencião ao fallecido alferes Sanches: uma pouca de roupa, um apparelho de montar meio usado, e sete cavallos que pertencião ao mesmo distribui por um official do mesmo regimento e pela sua ordenança.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — *Diego Lamas.* — É copia. — *Gomes.*

Vivão os defensores das leis! Morrão os selvagens unitarios! Pintado, 11 de Janeiro de 1850 (ás 8 horas da manhã.)

O commandante geral do departamento do Salto, ao Sr. general das forças do norte do Rio Negro, D. Servando Gomes.

Neste momento acaba de fallar-me um ajudante do sargento-mór do 4.º regimento do exercito imperial, D. Victorino N., e participou-me, por ordem do referido seu major, que o coronel imperial barão de Jacubly, D. Francisco Pedro de Abreu, que seguiu preso para o Alegrete, tinha sido arrebatado por um grupo, no dia 8 do corrente, pouco antes de chegar ao seu destino, e que seu chefe não teve parte alguma no retardamento deste aviso, pois que apenas hontem chegou ao seu conhecimento.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — *Diego Lamas.* — É copia. — *Servando Gomes.*

Vivão os defensores das leis! Morrão os selvagens unitarios! Queguay, 19 de Janeiro de 1850.

O general chefe das forças ao norte do Rio Negro, ao Ex.^{ma} Sr. presidente da republica, general em chefe do exercito, brigadeiro general D. Manoel Oribe.

Tenho a honra de levar ao superior conhecimento de V. Ex. a parte circumstanciada que hontem recebi do Sr. coronel D. Diego Lamas, pela qual participa os resultados do successo que teve lugar a 5 do corrente nos campos do Catalão Grande. É do meu dever recomendar á alta consideração de V. Ex. o comportamento do mencionado Sr. coronel Lamas, e dos outros Srs. chefes, officiaes e tropa que tiveram parte naquelle successo, devido á actividade e bravura com que todos se tem sabido conduzir.

Seja-me permittida a honra de felicitar a V. Ex. em meu nome, e no do corpo do exercito que está ás minhas ordens, por ter sido tão merecidamente escarmentado o grupo de salteadores que ousou temerariamente profanar com a sua presença o territorio da republica.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

SERVANDO GOMES.

N. 3.

Nota do governo imperial á legação argentina.

Rio de Janeiro. Ministerio dos negocios estrangeiros, em 4 de Setembro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu as notas que em data de 16 e 28 de Junho proximo passado lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, ambas relativas á nota do abaixo assignado de 8 de Março proximo passado, em resposta á do Sr. Guido de 13 de Fevereiro.

Na nota de 13 de Fevereiro começa o Sr. Guido dizendo: « O Exm. Sr. presidente da Republica do Uruguay, general D. Manoel Oribe, acaba de passar ao abaixo assignado, enviado extraordinario

e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, os documentos que tem a honra de transmittir incluídos ao Sr. ministro das relações exteriores do imperio. »

A reparação solemne pedida nessa nota era portanto exigida em virtude de ordens do general Oribe, posto que no fim della o Sr. Guido a reclamasse em nome dos governos alliados do Rio da Prata. Essa nota de 13 de Fevereiro foi respondida pela do abaixo assignado de 8 de Março.

Na de 16 de Junho acima citada, o Sr. Guido respondendo áquella de 8 de Março por parte do governo encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, e delle só, insiste na satisfação pedida, declarando porém que os governos do Rio da Prata consideravão a resistencia á realisação desse pedido, ou uma desnecessaria demora, como uma negativa de justiça, ou como uma approvação do attentado do barão de Jaculiy, o que obrigaria a legação argentina a retirar-se desta côrte.

A nota de 28 de Junho, também acima citada, sómente tem por fim transmittir ao abaixo assignado a de 7 do mesmo mez, pela qual o general Oribe, completamente de accordo com os desejos e vistas do governo da Confederação Argentina, adhere plenamente á resolução adoptada por esse governo respeito á reparação pedida. E essa resolução a que adhere, foi originariamente tomada pelo mesmo general Oribe.

Esta ultima nota veio demonstrar a justiça dos fundamentos capitais da do abaixo assignado de 8 de Março p. p. Porquanto, se a exigencia feita na do Sr. Guido de 13 de Fevereiro, em nome do general Oribe, era competente e legitima, excusado fôra fazê-la depois o Sr. Guido em 16 de Junho em nome do governo da Confederação, e adherir depois em 28 o general Oribe á exigencia do governo argentino. Declarando este adherir áquillo que fôra o primeiro a fazer, pôz elle mesmo em duvida a competencia e legalidade do primeiro passo que dera.

Exigindo o Sr. Guido pela nota de 16 de Junho p. p. por parte do governo, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, e delle só, a satisfação já pedida, em virtude de ordens do general Oribe, pôz por isso também em duvida o direito daquelle general em pedir aquella satisfação por meio da legação argentina. A não ser assim, bastaria a exigencia formulada na primeira nota, e não seria necessario que o governo da Confederação se apresentasse separadamente, e que o general Oribe viesse depois adherir, em qualidades que o governo imperial não reconhece, a saber, de presidente da Republica Oriental, e de aliado da Confederação.

Ha em tudo isto, e o Sr. Guido não pôde deixar de reconhecê-lo, ao mesmo tempo que se procura separa-los, uma mistura, uma consolidação do governo da Confederação Argentina com o general Oribe como presidente da Republica Oriental, que conviria esclarecer. Esta consolidação, que sómente se explica pelo vago da palavra—*alliança*—, pôde vir a ter, com o andar do tempo, e com o desenlace dos acontecimentos, resultados aos quaes o Brasil, na presença da convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, e dos seus interesses, não poderia ser indifferente.

É por certo que o governo argentino não tem, nem pôde ter a pretensão de negar ao governo imperial o direito de examinar porque órgãos, e com que título se lhe pede satisfações, e de discutir essas satisfações, exigindo para presta-las compensações justas e devidas até no interesse da paz, e de evitar a reprodução de novos factos semelhantes.

As notas do Sr. Guido acima citadas tem um alcance muito maior do que parecem indicar. Dando por ellas a satisfação pedida, o governo imperial reconheceria: 1.º, que o governo argentino tem o direito de a pedir, por factos relativos unicamente a questões com o general Oribe, e em virtude de uma aliança, cuja extensão e condições o governo imperial não conhece; 2.º, que o general Oribe, não reconhecido presidente legal da Republica do Uruguay, teria o direito de a pedir por meio da legação argentina, que o não representa, nem podia representar.

O governo imperial reconheceria como questões da Confederação Argentina as questões do general Oribe, e como questões do general Oribe as da Confederação Argentina, e condemnando assim toda a sua politica passada, admitiria a confusa consolidação da autoridade daquelle governo e daquelle general.

« Se o governo imperial », diz o Sr. Guido, « não reconheceu até agora a autoridade presidencial do Exm. Sr. general D. Manoel Oribe, nem por isso recusou discutir com a legação argentina sobre tudo quanto se referia ao estado do Uruguay, entendendo-se umas vezes com o mesmo general pelo órgão do agente diplomatico brasileiro em Montevideo, quando lhe parecia conveniente. »

O Sr. general Guido engana-se, e para o provar, o abaixo assignado lhe recordará os seguintes trechos de algumas notas que em diversas épocas lhe tem sido dirigidas.

Em nota de 11 de Abril de 1846 dizia-lhe o Sr. Limpo de Abreu: « O Sr. Guido representa nesta côrte o governo de Buenos Ayres, e não o general Oribe, embora o seu governo o tenha reconhecido como presidente da republica do Uruguay. »

Em a nota de 17 de Dezembro de 1846 dizia o Sr. barão de Cayrú: « Não deve passar sem reparo que o Sr. Guido entenda produzir direito perfeito da Confederação Argentina um decreto publicado em nome do general Oribe como suprema autoridade da Republica do Uruguay, e para ser observado no territorio della. Nem o Sr. Guido (a não considerar Oribe como general argentino) está habilitado para reclamar nesta côrte, em seu nome, sem competente autorisação na forma do estylo, quando lhe fosse admitida. »

O mesmo Sr. Guido reconheceu que o general Oribe não tem representante nesta corte, quando disse em sua nota de 2 de Dezembro de 1846: « O abaixo assignado se tem honrado em tomar a seu cargo este assumpto, tanto por referir-se a um governo alliado da Republica Argentina, sem representante junto de S. M., como por estar especialmente autorizado por isso pela suprema autoridade de que depende. »

Em nota de 12 de Abril de 1847 o Sr. barão de Cayrú declarou ao Sr. Guido que « posto estivesse o governo imperial prompto para admittir todas as sollicitações do Sr. Guido relativas ao exercito argentino como belligerante contra o governo do Estado Oriental do Uruguay, contudo não pôde reconhecer no Sr. ministro argentino titulo algum para representar ante o governo imperial o da Republica do Uruguay, e exigir em nome deste a pratica das regras internacionaes... nem conhece outro governo daquella republica senão o que continúa a residir na capital della, e junto do qual conserva ha muito tempo um representante. »

Este mesmo espirito domina na nota de 30 de Abril de 1846, e em outras muitas. O abaixo assignado julga sufficientes os trechos apontados, e não accumulará outros para provar o que fica provado, isto é, que o governo imperial nunca admittio a legação argentina como representante e encarregado dos interesses do general Oribe. E posto em outras occasiões o governo imperial não repellisse a designação de presidente da Republica do Uruguay, com que tratava o Sr. Guido o dito general em suas notas, e se prestasse a discutir, para esclarecê-lo, um ou outro negocio de menor importancia, relativo ao mesmo general, não pôde esse procedimento infirmar declarações tão categoricas como as que ficão citadas. E era isso devido ao desejo que tinha o governo imperial, de não azedar as suas relações com a Confederação, por questões de menor momento, e de facilitar o seu arranjo, e á inutilidade de repetir o que por tantas vezes tão positiva e claramente fôra dito. E de mais, considerando então o general Oribe como general de forças argentinas, desde que, á frente dellas, invadio a Republica do Uruguay, e as commanda, não podia nesse sentido deixar de acceitar certas discussões.

E em nenhuma das occasiões acima referidas, nas quaes o governo imperial declinou, pela sua incompetencia, as exigencias feitas pela legação argentina por parte do general Oribe, o governo argentino entendeu que havia denegação de justiça, e que era chegado o caso de retirar a sua legação desta corte.

O facto de haver-se o governo imperial por vezes entendido com o general Oribe por meio do seu agente diplomatico em Montevideo, não aproveita, antes contraria as pretensões do Sr. Guido.

O governo imperial considerou o Sr. D. Manoel Oribe como general das forças argentinas e considerou-o bem como tal, depois da nota do Sr. Guido de 15 de Junho de 1842. E por certo que essa declaração não inhibia o mesmo governo de entender-se com o dito general directamente, e por meio das autoridades brasileiras em contacto com elle, sobre negocios e reclamações nascidas de ordens e providencias directamente por elle tomadas.

Depois das declarações feitas pelo Sr. Guido, de que o general Oribe é alliado da Confederação como presidente da Republica Oriental, e portanto de que não é general e subordinado, não reconhecendo o governo imperial aquella alliança (que nunca lhe foi explicada), e a qualidade de presidente, não fica por isso inhibido de entender-se com o Sr. D. Manoel Oribe, senão como general argentino, como general e chefe de forças que occupão a fronteira e parte do Estado Oriental, sobre negocios e questões nascidas de ordens e providencias por elle tomadas. E isso conforme e consistente com o facto de reconhecer o governo imperial o governo de Montevideo, e com a sua qualidade de neutro.

O governo imperial nunca duvidou e não duvida entender-se com o general Oribe directamente, e como general somente, sobre os factos occorridos ultimamente na fronteira. E tanto que expedio ordem ao seu encarregado de negocios em Montevideo, para discutir e tratar as questões relativas ao barão de Jacubhy com o general Oribe, e essas questões estão pendentes, como o Sr. Guido verá das copias juntas.

O que o governo imperial recusa e recusa admittir é que o governo argentino tome essas questões a si; é admittir o ministro argentino como representante do general Oribe: e nisso vai de accordo com todos os seus precedentes.

E o Sr. Guido tanto o reconhece que, para autorisar-se, funda-se em uma alliança entre a Confederação Argentina e o general Oribe.

Pedindo o Sr. Guido, em nome do governo argentino, uma satisfação por factos occorridos com o Sr. general Oribe, fundado em uma alliança, não pôde contestar ao governo imperial o direito de examinar esse fundamento, muito principalmente quando este não tem, nem pôde ter, uma idéa clara da extensão e condições dessa alliança.

Não a tem, nem pôde ter, á vista das declarações do mesmo Sr. Guido.

Em sua nota de 18 de Dezembro de 1847 diz o Sr. Guido: « O abaixo assignado elevou esse novo incidente ao conhecimento do seu governo, e S. Ex. o autorizou em consequencia para declarar, como solemnemente declara, ser inteiramente destituida de ver-ha-le a existencia de tratado qual-quer que seja, nem verbal nem escripto, nem publico, nem secreto, com S. Ex. o Sr. general Oribe, pelo qual se haja concertado uma alliança que não a teria reservado, quando não

« entrou nunca em suas vistas provocação, nem hostilidade contra o Imperio, e quando lhe era licito contrahi-la com qualquer estado soberano, qual a Republica do Uruguay. »

« Tão explicito quer o governo da Confederação que seja seu representante junto de S. M. Imperial sobre este ponto, que lhe manda assegurar « que das pretendidas alianças não existe outra com o presidente-general Oribe, senão a que de facto era indispensavel e natural para combater a rebelião dos inimigos internos e a intervenção européa, e para defender a independencia dos Orientaes e Argentinos; e que a guerra que sustentio os governos do Rio da Prata só teve e terá esse unico e exclusivo fim; sem no entanto estar esta combinação formulada, nem definida em facto algum escripto, nem em convenios verbaes. »

Em vista de uma declaração tão positiva e categorica, qual é, qual pôde ser essa aliança que agora se invoca?

Ella não foi declarada em 1842, como parece querer indicar o Sr. Guido.

Informado o governo imperial officialmente, de que um exercito argentino sob o commando do general Oribe devia ter passado o Uruguay para invadir o territorio da Republica Oriental, pediu ao governo argentino explicações officiaes em nota de 11 de Junho 1842 sobre as intenções com que as forças argentinas intentavão aquella invasão.

O Sr. Guido, em sua resposta datada de 15 de Junho de 1842, não indicou a existencia de aliança alguma; reconhece que a invasão do territorio oriental é feita unicamente por tropas argentinas; falla sómente em nome do governo argentino, como se vê de todo o texto daquella resposta. E assignalando a causa daquella invasão, dá como tal a existencia politica de Rivera no Estado Oriental por quanto diz:

« O governo argentino não tomou pois as armas por espirito de conquista, nem por nenhum desses princípios ignobeis capazes de pôr em ambiguidade sua lealdade e renome. Foi forçado a defender-se da aggressão de um vizinho anarchico: á declaração de guerra de Rivera contestou, pondo em pé as forças nacionaes para destruir suas nefandas machinações no territorio argentino, para desbaratar sua aliança com os implacaveis inimigos da Confederação, e para extinguir o germen de discordia perpetua, inseparavel de sua existencia politica no Estado Oriental. » E accrescenta — que o governo argentino, « longe de obstinar-se insensatamente na continuação da guerra que motivou a invasão, se teria felicitado de poupar a ambas os estados as calamidades de uma larga contenda, e de offerecer sua ampla condescendencia ás benevolas e amigaveis officiosidades de altos poderes em favor de um pacifico accordo, se a existencia de Rivera no territorio que opprime, se conciliasse com a duração da paz: perdido porém para sempre a esperança com a existencia de um caudilho, fraco na verdade, mas sem escrúpulo para a decepção, recusa adormecer na confiança de qualquer compromisso contrahido á sombra de Rivera, etc.

Portanto, das explicações dadas pelo governo argentino em 1842 não se colhe a existencia de aliança alguma, como o Sr. Guido pretende inculcar. Nem ella podia existir nos termos dessas explicações, e tendo Oribe entrado no territorio oriental com o titulo de general em chefe do exercito da Confederação Argentina.

E o que significaria uma aliança de facto entre um governo e seu general?

E dado mesmo que essa aliança tivesse existido naquella época, teria desaparecido com as causas que a produzirão, e com o fim que teria tido em vista. Teria desaparecido com o desaparecimento de Rivera da scena politica, com as batalhas do Arroyo Grande e da India Morta, e com a impossibilidade em que está hoje de reerguer a sua influencia na Banda Oriental. Teria desaparecido com o repudio e proscricção do dito Rivera pelo governo de Montevideo e pelos mesmos que o apoiavão.

E se essa aliança concebida depois teve por fim resistir á intervenção européa, como insinuou depois o Sr. Guido em sua nota de 18 de Dezembro de 1847, não pôde ella ser hoje invocada, tendo desaparecido essa causa. A intervenção ingleza retirou-se completamente pelo tratado Southern; a franceza parece que está a de apparecer com a nova negociação do almirante Le Prédour.

Que aliança é essa portanto em que se funda o Sr. Guido, e qual é o seu fim e alcance?

Quando em uma questão entre o Brasil e um general que occupa o territorio de um estado vizinho, cuja independencia o Brasil garantio, sobrevem um terceiro, mette-se de permeio, torna a si a questão, e exige em seu nome e daquelle general uma satisfação solenne, em virtude de uma aliança que reconhece não estar formulada, nem definida, nem mesmo em convenios verbaes, não terá o Brasil o direito de examinar e discutir o titulo em virtude do qual se lhe faz semelhante exigencia? E porque na nota de 8 de Março proximo passado o abaixo assignado a declina por não conhecer a extensão e condições dessa aliança, o Sr. Guido, em lugar de a explicar, deixando-a na mesma obscuridade em que a deixara a sua nota de 18 de Dezembro de 1847, insiste na satisfação pedida, e declara que se lhe não fôr dada, ou se fôr demorada, a legação argentina terá de retirar-se desta corte.

Qualquer outra nação teria o indisputavel direito de exigir a exhibição do titulo em virtude do qual se lhe faria uma requisição semelhante, porque é de razão que quando damos uma satisfação, tenhamos ao menos a consolação de saber que a damos a quem tem direito de no-la pedir. E se qualquer teria esse direito, muito mais o tem, muito mais importante é para o Brasil, comprometido

pela convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, a defender a independência da Republica Oriental do Uruguay.

Não poderá essa alliança prejudicar essa independência, e os direitos e obrigações que o Brasil deriva dessa convenção?

Não terá o Brasil direito de examinar e saber em que ella consiste? O abaixo assignado não deixa por isso estabelecido que aquella alliança prejudique essa independência. Mas negocios tão graves, e que interessão de tão perto os direitos das nações, não podem permanecer na obscuridade e no vago de palavras e protestações geraes, e muito menos do instincto de que falla o Sr. Guido; mas antes devem ser esclarecidos por uma maneira positiva que fixe o presente e evite difficuldades para o futuro.

A questão portanto pela maneira porque se formula e apresenta, não é uma questão restricta ao procedimento do barão de Jacuhy, que o governo imperial não approvou nem approva. Tem muito maior alcance.

A concessão da satisfação pedida pela maneira porque se pede e formula, teria as seguintes immensas e gravissimas consequencias.

O reconhecimento de uma alliança não formulada nem definida, nem mesmo em convenios verbaes, entre a Confederação Argentina e o general Oribe, a respeito dos negocios da Republica Oriental, cuja independência o Brasil se obrigou a defender e é do seu maior interesse.

O reconhecimento do direito da Confederação Argentina, de tomar a si e de metter-se de permeio em todas as questões entre o Brasil e o general Oribe.

O reconhecimento da legação argentina como representante e órgão do mesmo general.

O reconhecimento, ao menos indirecto, do general Oribe como presidente legal.

Aquelle passo, pelo seu alcance, prejudicaria toda a politica passada e futura do Brasil nos negocios do Rio da Prata.

O governo imperial acceitou em 1842 o titulo do argentino para fazer a guerra, como diz o Sr. Guido, mas acceitou-o nos termos da sua resposta á interpellação de 11 de Junho de 1842, e essa acceitação não pôde ter maior comprehensão e alcance do que aquella resposta tinha, nem proceder em circumstancias differentes. O governo imperial, diz mais o Sr. Guido, offerecia a sua alliança á Confederação Argentina para debellar o seu inimigo, mas o Sr. Guido esquece que a alliança contra o governo de D. Fructuoso Rivera foi sollicitada por elle na nota de 4 de Janeiro de 1843, desenvolvida no *memorandum* de 5 de Fevereiro do mesmo anno, e projecto de convenção que o acompanhou; que essa alliança não foi levada a effeito pela recusa do mesmo governo argentino, que a sua proposição foi acceita e desenvolvida pelo governo imperial, no mesmo espirito da resposta á interpellação de 11 de Junho, e por que Rivera se tinha aliado aos rebeldes do Rio Grande do Sul.

O Sr. Guido esquece tambem que o principal fundamento pelo qual depois, em nota de 25 de Abril de 1843, declarou que o seu governo não acquiescia á sobredita alliança, era o seguinte: por ser inconveniente um tratado desse genero sem a concurrencia e acquiescencia do Ex.^{ma} governador legal da Republica Oriental do Uruguay, especialmente quando o Ex.^{ma} Sr. presidente brigadeiro D. Manoel Oribe (diz o Sr. Guido) está reconhecido, etc.

Pode-se concluir de uma alliança projectada para acabar a influencia de Fructuoso Rivera, entre o Brasil e a Confederação Argentina só, a existencia, extensão e condições de outra que não pôde mais ter esse fim, porque a influencia do dito Rivera está completamente acabada?

Pode-se concluir de uma alliança projectada entre o Brasil e a Confederação Argentina, que é afinal repellido por esta, por não ser admittida pelo Brasil a concurrencia e acquiescencia do general Oribe, que o mesmo Brasil admite e reconhece uma alliança não formulada, nem definida entre a Confederação e o dito general?

O abaixo assignado não examinará, por lhe parecer esse exame alheio á presente questão, se a Republica Oriental estava comprimida pela força quando começou a guerra, e se a opinião nacional e a reacção de que falla o Sr. Guido se podião tornar geraes com espontaneidade á sombra de um exercito invasor.

O Sr. Guido lembra a declaração do governo imperial, de que a entrada do general Oribe em Montevideo não seria razão para alterar a sua neutralidade.

O abaixo assignado pede licença para reproduzir textualmente as palavras da nota de 26 de Junho de 1845 ao ministro das relações exteriores da Republica do Uruguay, á qual o Sr. Guido parece alludir. Diz ella: « Que como o simples facto de cahir a praça de Montevideo em poder dos sitiadores não des-
« truiria, despidido de outras circumstancias, a independência do Estado Oriental, é claro que o governo
« imperial, ainda na presença desse facto, que aliás lamentaria, não podia julgar-se autorizado a
« intervir. Aquelle facto, quando se realisasse, seria um dos fins das hostilidades que o governo do Buenos-
« Ayres promove contra o governo da Republica Oriental do Uruguay. »

Desta declaração não se pôde deduzir inferencia alguma favoravel ao que pretende o Sr. Guido. Ella não considera nem podia considerar D. Manoel Oribe como presidente, mas como general das forças sitiadoras. De accordo com as explicações dadas á interpellação de 11 de Junho de 1842, considera as hostilidades como provenientes da Confederação Argentina, e a guerra como tendo o fim indicado naquella resposta.

Então a influencia de Rivera ainda não tinha sido reduzida á nullidade. Apresentava-se a intervenção da França e da Inglaterra, que tanto complicarão o andamento e desfecho dos negocios do Rio da Prata.

Hoje a influencia de Rivera está completamente acabada. A intervenção ingleza terminou por uma convenção. Aquella pela qual tem de terminar a intervenção da França está concluida, ao menos com o governo argentino, *ad referendum*.

A declaração de 26 de Junho de 1845 não pôde portanto ser hoje invocada, e não ligou a politica futura do governo imperial em diversas circumstancias, como de suas proprias palavras se deprehende.

O abaixo assignado não duvida de que haja afinidade de vistas entre o Sr. governador Rosas e o Sr. general Oribe. Mas quando essa afinidade de vistas se diz consagrada por uma alliança, deve ser concedido a uma potencia, como o Brasil, tão interessada nos negocios do Rio da Prata, o esclarecimento necessario para avaliar a extensão e condições dessa alliança.

Accrescenta o Sr. Guido que, quando o abaixo assignado não visse nelle o representante da alliança referida, não poderia negar-lhe caracter bastante para tratar dos direitos do belligerante argentino na Banda Oriental.

Mas no caso em questão, e á vista da convenção de 27 de Agosto de 1828, não basta hoje ao governo argentino dizer: — eu sou belligerante. — Cumpriria explicar a sua posição actual e essa alliança de que falla. O governo argentino, na resposta que deu ás interpellações de 11 de Junho de 1842, o reconheceu. Declarou-se então unico belligerante, e que a guerra tinha por fim destruir a influencia de Rivera.

Hoje não se apresenta mais como simples e unico belligerante, mas como aliado do general Oribe, e a guerra não pôde ter mais aquelle fim.

As explicações dadas áquellas interpellações já não militão hoje.

Se o governo argentino em 1842, e á vista da convenção de 27 de Agosto de 1828, entendeu dever dar explicações sobre a maneira e fim para que era belligerante, muito mais o deve fazer hoje, quando desapareceu aquelle fim, quando não faz a guerra só, mas declara ter um aliado, e quando a guerra e a alliança dizem respeito ao Estado Oriental, cuja independencia o Brasil se obrigou a defender.

Declarando ter uma alliança, fundando-se nessa alliança para pedir reparações, não pôde o governo argentino, para deixar de dar explicações, dizer mais: « ponde de parte a alliança, e considerai-me como unico belligerante. » Uma abstracção semelhante, contraria ás proprias declarações ultimas do governo argentino, nullificaria os direitos e obrigações que a convenção de 27 de Agosto de 1828 impõe ao Brasil, e por isso não pôde ser admittida.

É com effeito difficil discriminar o que pôde prejudicar o general Oribe, sem prejudicar igualmente o exercito argentino, não estando definidos, nem ainda em convenios verbaes, mas dependentes unicamente do instincto de mutua defesa, o fim e condições da coalizão de que falla o Sr. Guido e a parte que cada um tem na guerra. É questão que sómente o governo argentino ou o general Oribe poderiam resolver, e que o governo imperial nem sequer poderia examinar por falta de dados.

No caso de guerra e de alliança entre belligerantes, um facto que prejudica a um pôde prejudicar ou deixar de prejudicar a outro, segundo a natureza, importancia e alcance desse facto, e a parte que o mesmo belligerante tem na guerra e fim della.

Prescindido da ultima consideração, que por falta de dados, como acima disse, o abaixo assignado não pôde discutir, entende elle que a natureza, importancia e alcance dos factos praticados pelo barão de Jacuhy não são do numero daquelles que, prejudicando a um aliado, prejudicão necessariamente o outro.

Os factos praticados pelo barão de Jacuhy verificão-se em lugar distante do theatro da guerra, e não prejudicão as suas operações. A força do barão de Jacuhy foi repellido pela que se achava guarnecendo a fronteira do outro lado do Quaraim, e que ali se achava antes, e independentemente da ultima entrada do mesmo barão.

Esses factos não são novos, não tem cor e alcance politico, nascem das causas apontadas pelo abaixo assignado em sua nota de 8 de Março proximo passado.

O Sr. Guido reconhece isso, quando diz em sua nota de 13 de Fevereiro proximo passado: « É a quarta vez, Sr. ministro, que o barão de Jacuhy invade com os seus sequazes a Republica do « Uruguay. Das tres primeiras o governo imperial está já informado pelo summario enviado a « S. Ex. por esta legação em 28 de Dezembro proximo passado, no qual não só as successivas « entradas do barão, como tambem a extracção furtiva de inumeros gados do Estado Oriental, proprios e alheios, estão detalhadas e comprovadas, &c. »

O governo argentino não se queixou das tres primeiras entradas, que agora chama invasões, porque a nota de 28 de Dezembro proximo passado, primeira que trata deste assumpto, tem por fim dar explicações provocadas pelo abaixo assignado.

É não se queixou certamente porque essas entradas, essas correrias, essas aggressões tem sido reciprocas e repetidas, e são inevitaveis na fronteira, tem tido por fim reagir contra o violento esbulho

da propriedade de Brasileiros. São inevitáveis, existindo, como existe, refugiado na provincia de S. Pedro do Sul grande numero de Brasileiros, reduzidos á miseria, apesar de possuirem do outro lado do Quaraim estancias e gados de que foram violentamente esbulhados.

Se as tres primeiras entradas do barão de Jacuhy erão invasões, e se tem direito de o fazer, porque não se queixou o Sr. Guido? se o erão, e não se queixou dellas, porque, queixando-se da quarta, o faz pedindo logo satisfações sollemnes, e accrescentando que, se não forem dadas, a legação argentina retirar-se-ha desta côrte? A circumstancia de ser a quarta entrada do barão de Jacuhy feita com mais gente, muda tão extraordinariamente a natureza do facto? Pelas tres primeiras entradas contentou-se o general Oribe com sequestrar a estancia do barão, e prender-lhe o capataz. Pela quarta invoca-se uma alliança, e em nome della pede-se uma satisfação sollemne, e declara-se que, a não ser dada, a legação argentina retirar-se-ha desta côrte. E isto depois de haver o governo imperial dado as mais terminantes e efficazes providencias para conseguir, como conseguiu, o desarmamento e dispersão das forças do barão de Jacuhy.

A circumstancia de haver sido concluida e ratificada a convenção com Mr. Southern, e de prestar-se a França a novas negociações para dar fim á sua intervenção, não podia certamente contribuir para que factos que não excitáram reclamações revestissem depois, apresentando-se pela quarta vez, um caracter differente e tão extraordinario.

O esbulho e as violencias, que são a causa primordial do procedimento do barão de Jacuhy e de outros, são por ventura provenientes de ordens do governo argentino? Não. Foi o governo argentino que obrigou tantos Brasileiros a abandonarem suas propriedades, que poderiam fornecer-lhes meios de viver na abundancia, para virem viver na miseria e como refugiados na provincia de S. Pedro do Sul? Não. Foi o general Oribe. Com o general Oribe é portanto a questão; com elle, como general que occupa o territorio entre o Quaraim e o Arapehy; com elle, como quem deu aquellas ordens, é que o governo imperial deve e pretende discutir (como está discutindo) estes negocios.

Mas o governo imperial não pôde acceitar essa discussão para uma solução com o governo argentino, nem admittir a legação argentina como representante do general Oribe pelas razões que ficão ponderadas.

Portanto o abaixo assignado não continuará com o Sr. Guido a discussão constante da segunda parte da sua nota, e que está pendente com o general Oribe, como o Sr. Guido verá das copias juntas, em virtude das ordens que o governo imperial expedio ao seu encarregado de negocios em Montevideo. O abaixo assignado expoz os factos que servem de base áquella discussão em sua nota de 8 de Março proximo passado, unicamente para esclarecer a questão e por mera deferencia.

A questão sobre o procedimento do barão de Jacuhy está portanto pendente, não com o governo argentino, não com a legação argentina, mas com o general Oribe.

Do facto de não reconhecer o governo imperial o titulo com que o governo argentino se envolve nesta questão para pedir-lhe satisfações; do facto de não reconhecer a legação argentina como representante do general Oribe, não se segue que approve o procedimento do barão de Jacuhy, que já declarou desapprovar, em a nota de 8 de Março proximo passado.

Mas a nota do Sr. Guido e a sua conclusão podem traduzir-se assim:—Reconhecei o direito que toma o governo argentino de ingerir-se em todas as questões que pedem nascer de ordens e procedimentos do general Oribe, sem que sequer vos explique ou exhiba o titulo em que funda esse direito; reconhecei a legação argentina como representante do general Oribe; senão o governo argentino dará por approvado o procedimento do barão de Jacuhy, embora o tenhais desapprovido, e fará retirar a sua legação desta côrte.—

O Sr. Guido ha de reconhecer que essas soluções terião um alcance extraordinario, que poderiam burlar completamente os direitos e obrigações que impõe ao Brasil a convenção de 27 de Agosto de 1828.

Entre a importancia dessas soluções e a aggressão do barão de Jacuhy reduzida ás suas verdadeiras proporções quanto ás suas causas, fins e resultados, ha uma distancia immensa.

O abaixo assignado, portanto, confirma e sustenta a solução dada pela sua nota de 8 de Março proximo passado, e esperando que o governo argentino, reconsiderando a materia, desistirá do seu intento, aproveita-se da oportunidade para renovar ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Annexos á nota do governo imperial de 4 de Setembro de 1850.

Nota do encarregado de negocios do Brasil em Montevideo ao general Oribe.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tive ordem do governo de S. M. o Imperador do Brasil, meu augusto soberano, para reclamar de V. Ex. as providencias necessarias, afim de que cesse o estado de oppressão e vexame

em que, apesar de antigas e repetidas reclamações, continuão a fazer os subditos de S. M. I., proprietários naquella parte do territorio da Republica Oriental do Uruguay que obedece a V. Ex.

O governo imperial entende que as medidas a que me refiro, além de constituírem de per si um acto de justiça incontestavel, tem hoje um grande alcance para a manutenção da segurança e tranquillidade da fronteira do imperio e da republica. Forçoso é recordar os deploraveis acontecimentos que ha pouco tiveram lugar na fronteira dos dous estados, principalmente naquella parte do territorio que se estende entre o Arapahy e o Quaraim. Grupos armados, a cuja frente se tinha collocado o barão de Jaculy, pretendêrão sacudir, ou pelo menos alliviar, esse pesadissimo jugo de oppressão e vexame a que fiz allusão; mas pretendêrão fazê-lo por um modo violento, illegal, anarchico e absolutamente opposto aos principios do direito internacional, que só aos governos e não aos particulares, concedem o uso da força, ainda para o caso de obter justiça, muitas vezes sollicitada e outras tantas desattendida: e o governo imperial, firme sempre em não dar um passo fora do caminho do honesto e do justo, e desejoso sempre de manter as melhores relações de amizade com as nações vizinhas, reprovou altamente o procedimento do barão de Jaculy e dos seus sequazes, pôz em pratica todos os meios para dissolver e desarmar os grupos, e o bom exito de seus esforços é hoje patente e manifesto. O barão foi desarmado e os seus sequazes desarmados e disseminados. O governo imperial fez quanto estava de sua parte, e prosegue esforçando se para que se não renovem casos tanto para lamentar; mas o governo imperial, apesar de todos os bons desejos de que se mostra e sente animado, não pôde affirmar que não tenham de occorrer para o futuro acontecimentos da mesma natureza desses, que aliás não deseja ver de novo em scena. Para que o governo imperial se deixasse possuir da certeza de que taes acontecimentos não tem de reproduzir-se, necessario sem duvida seria que de sua parte estivesse, não só extinguir e suffocar os effeitos da effervescencia donde trouxeram origem aquelles successos, mas tambem arrancar e extirpar as causas de tal effervescencia; mas isto depende de V. Ex., e de V. Ex. somente, porque V. Ex., e somente V. Ex., pôde acabar com essas medidas oppressivas e vexatorias, com esses abusos de autoridade, com essas perseguições acintosas, que de um legalista fizeram por algum tempo um caudilho, e o cercião de grupos de descontentes, de aventureiros, mas tambem de homens lançados na miseria e na desesperação. Para que as proposições que acabo de exarar não pareçam destituídas de provas, lançarei mão de alguns documentos que tenho diante de mim, e nos quaes, segundo as ordens do governo imperial, se deve fundamentar a presente reclamação.

Desde o anno de 1845, principalmente, representarão os presidentes da provincia do Rio Grande do Sul ao governo imperial contra as vexações que soffrem os Brasileiros no Estado Oriental. Em data do 1.º de Agosto de 1845 dizia o presidente conde de Caxias: « Na inclusa representação, que, em data de 7 de Julho findo, me dirigirão varios cidadãos brasileiros, com fazendas no Estado Oriental, reclamão elles providencias a respeito dos prejuizos que estão soffrendo em virtude das ordens do Sr. general Oribe, que não só lhes prohibe que marquem seus gados e beneficiem suas fazendas, mas até que vendão ou passem para esta provincia animaes de sua propriedade, ao mesmo passo que as forças daquelle estado os vão esbulhando de seus bens como bem lhes apraz... limitando-me nesta occasião a assegurar a V. Ex. que tudo quanto os supplicantes expendem é verdade. »

Sobre estes e outros factos semelhantes que se seguirão, representou esta legação a V. Ex., por ordem expressa do governo imperial, como se vê do officio que tive a honra de endereçar a V. Ex., com data de 5 de Novembro de 1845; e comquanto não me pareça necessario repetir aqui as expressões do citado officio, porque elle chegou á presença de V. Ex., todavia não me parece inutil recordar os factos que mais importantes se me figurarão entre os que tive então a penosa incumbencia de indicar. Taes são os seguintes: a prohibição imposta aos proprietários brasileiros de marcar o gado, e fazer outros actos necessarios para a manutenção das respectivas fazendas, concedendo-se-lhes apenas castrar os touros e domar os potros. — A obrigação de carnear debaixo da inspecção de indivíduos que disso se dizem encarregados, levando a oppressão e o vexame ao excesso de privarem os proprietários dos couros das suas rezes, constrangendo-os a entregarem esta parte de sua propriedade ao commandante do destacamento mais proximo. — A prohibição de vender ou passar para a provincia do Rio Grande do Sul animaes de qualquer especie, ao passo que forças pertencentes ao exercito commandado por V. Ex. praticavão, a seu arbitrio, nas fazendas e bens dos proprietários brasileiros aquelles mesmos actos que aos proprietários erão tollidos, e que, á vista dos mais obvios e vulgares principios de direito, apenas aos proprietários podem ser licitos e permittidos.

Verdade é que ao meu citado officio de 5 de Novembro de 1845 se responden, de ordem de V. Ex. com fecho de 24 do mesmo dito mez e anno; mas tambem é verdade que, sendo essa resposta conhecida do governo imperial, pensa o governo do Brasil que, procurando o Sr. Villademoros, em sua contestação, attenuar e explicar os factos de que se trata, não deixou comtudo de reconhecer a existencia delles; e posto que o bloqueio dos portos da Banda Oriental, que foi posterior á mencionada reclamação, veio fazer desaparecer em parte as causas de tantas e tão justas queixas, é claro que esta diminuição do mal foi devida á necessidade, em que V. Ex. estava collocado, de procurar na provincia do Rio Grande do Sul uma sahida para os gados e commercio do territorio oriental. Foi, portanto, a lei da necessidade, e não uma justa attenção pelas reclamações do Brasil, o motivo do desapareci-

mento temporario de alguns daquelles vexames: e tanto é isto assim, que, levantado o bloqueio em 1847, reaparecerão logo esses vexames e violencias para os Brasileiros estabelecidos áquem do Quaraim.

Em 8 de Março de 1847 o fallecido senador Manoel Antonio Galvão, presidente que então era da provincia do Rio Grande do Sul, representou ao governo imperial nos termos seguintes: « Soffrem os subditos de S. M. vexações sem exemplo, atrocidades incriveis no Estado Oriental, sem outro motivo que o de não tomarem uma parte activa na mesma luta, e de se não quererem sujeitar a derramas arbitrarías, e uma ou outra vez pelo facto de empregarem força para relaver a propriedade esbulhada e arrancada violentamente. »

No mesmo sentido representou novamente esse presidente, em data de 10 de Junho e 14 de Agosto de 1847, e o vice-presidente João Capistrano de Miranda e Castro, em o 1.º de Abril de 1848. No mesmo sentido representou o general Andréa em Agosto de 1848; e em 9 de Fevereiro de 1849 accrescentava o seguinte: « A prohibição da passagem de gados para este lado, tirados das estancias que os Brasileiros ali possuem, é um facto, e é cumprida com todo o rigor, ao menos em toda a fronteira do Quaraim. O coronel Lamas desculpa esta violencia pela necessidade não só de conservar, como de augmentar a criação do gado, visto ter-se conhecido que o consumo, ou melhor dito, o estrago, é superior á produção annual; mas é bem claro que os novillos chegados a corte em nada concorrem para o augmento da produção annual, e assim vem a ficar o unico motivo o obrigar a todos a levarem os seus gados ás charqueadas do Buceo, onde se lhes offerece vinte *reales* por cabeça, que são dous pesos e meio, e pouco mais produz isto do que as despesas de condução. Accresce a este mal que essas charqueadas estão ainda mal montadas, e não passam de tres ou quatro, e deste modo, quaesquer cinco ou seis mil rezes lhes dão que fazer por muitos dias, e as tropas que concorrem nesse tempo definharão e não haverá quem as compre. »

« Além desta violencia (prosegue o general Andréa), quanto ao modo por que é permitido aos estancieros desfructarem as suas estancias, accresce a outra do levantamento de muitas mil rezes de tempos a tempos para o sustento das forças do Sr. general Oribe, e para outras despesas; e esta violencia nem ao menos tem a forma de contribuição, mesmo excessiva que fosse, porque lhe falta igualdade de distribuição; que os amigos e protegidos nada soffrem, e os outros tudo. Estes factos, e a restricção com que o coronel Lamas cumpre as ordens, tem posto os Brasileiros moradores entre o Quaraim e o Arapely em tal irritabilidade, *« que se não fôr attendido o requerimento que fizerão, se tornará talvez incitarel algum acto de desesperação. »*

E, com effeito, os Brasileiros sujeitos a esses vexames e extorsões procurarão, como era natural, reagir, e subtrahir-se a elles, com o que recrudescerão as medidas tomadas, e subio de ponto a exacerbação dos espiritos. Dahi provierão o sequestro em propriedades do barão de Jacuby, e os que consta haverem sido feitas em bens de outros Brasileiros; e por certo que estas medidas, sempre odiosas, não erão proprias para acalmar animos irritados desde longo tempo. Erão tambem pouco proprias para os acalmar a invasão, saque, incendio e assassinatos perpetrados no dia 10 de Outubro do anno proximo passado por individuos que, penetrando no territorio do Brasil, ali deixarão ensanguentados vestigios de seus crimes e perversidade.

Todas estas causas, de longo tempo agglomeradas e em fermentação, devião produzir mais dia menos dia a explosão que produzirão, attento o grande numero de Brasileiros estabelecidos entre o Quaraim e o Arapely, attentas as sympathias que excitão seus soffrimentos na provincia do Rio Grande do Sul, e attenta a grande somma de interesses mortalmente feridos.

A explosão se facilitava, já pela vastidão de uma extensíssima fronteira impossivel de guarnecer, já porque o movimento se preparava no meio de uma população irritada por tantos vexames e violencias. Essas são as causas das reuniões que tiverão lugar ultimamente, e do procedimento do barão de Jacuby. As reuniões forão dissolvidas; o barão foi desarmado; para um e outro facto, isto é, para a dissolução das reuniões e para o desarmamento do barão, envidou o governo do Brasil todos os meios de que podia servir-se n'uma conjunctura tão delicada como a que, durante esse estado de cousas, se offerecia ao governo do Brasil; mas se as causas subsistem, resultados semelhantes tem de apparecer forçosamente, quaesquer que sejam as providencias dadas pelo governo brasileiro. Se V. Ex. pois deseja, como eu creio que cordialmente deseja, ver extinto para sempre o menor germen de fútaes desaguisados, incompatíveis com a segurança e tranquillidade das fronteiras do imperio e da republica, e com a prosperidade de ambos os estados, não deixará V. Ex. de cooperar efficaçmente para destruir todas as causas de que ainda possão renascer taes desaguisados; e isto se fará, tomando V. Ex. as medidas e providencias necessarias ou convenientes, para que cessem cabalmente os vexames e oppressão de que se queixão os Brasileiros residentes no territorio da Republica Oriental do Uruguay, para os quaes, em nome e por ordem do governo de S. M. I. o Imperador do Brasil, eu reclamo a faculdade pratica de reger, costear e administrar as fazendas de sua propriedade, sem os embaraços e vexações constantes do meu officio de 5 de Novembro de 1845 e dos outros documentos officiaes que no decurso do presente officio eu tive occasião de citar, assim como especialmente reclamo para os mencionados subditos de S. M. o Imperador a faculdade de fazerem retirar para a provincia do Rio Grande do Sul os gados de suas fazendas, podendo dispôr

destas e daquelles como e quando lhes approuver e é conforme ao manifesto direito que lhes assiste. Aqui terminarei a presente reclamação, rogando a V. Ex. que me permita levar ao conhecimento de V. Ex. que tenho ordem do governo imperial para sollicitar de V. Ex. a mais prompta contestação que seja possível dar-se a quanto leve expellido.

Aproveito-me da occasião para offerecer de novo a V. Ex. a segurança da mais completa consideração e respeito pela pessoa de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex.

Legação do Brasil em Montevideo, 29 de Maio de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. general D. Manoel Oribe.

O encarregado de negocios, RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES.

Nota do general D. Manoel Oribe ao encarregado de negocios do Brasil em Montevideo.

O ministro das relações exteriores do Estado Oriental do Uruguay ao Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes. — Quartel general no Cerrito da Victoria, 12 de Junho de 1850.

O Exm. Sr. presidente da republica, brigadeiro general D. Manoel Oribe, recebeu a nota que com data de 29 de Maio ultimo se servio dirigir-lhe o Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em que manifesta ter ordem do governo de S. M. o Imperador do Brasil, seu Augusto Soberano, para reclamar do Exm. Sr. presidente as providencias necessarias, afim de que cesse o estado de *opressão e vexame* em que, segundo se expressa S. S., se achão ainda, apesar de antigas e repetidas reclamações, os subditos de S. M. I., proprietarios na parte do territorio da republica que obedece a S. Ex.

O modo que, segundo se vê pelo que fica transcripto, emprega S. S. para formular a reclamação que faz em nome do seu governo, imprimiria a este negocio gravissima importancia, se os documentos e raciocinios que emprega no corpo da mesma não servissem, em vez de prova, antes para desvanecer a idéa de tal *opressão e vexame*.

Nenhum acto tem exercido S. Ex. o Sr. presidente, nem se tem exercido por sua ordem, a que pudesse dar-se semelhante significação, e nunca recebeu elle queixa de nenhum subdito brasileiro, nem se quer sobre factos isolados, como os que saem occorrer no meio das necessidades e desmandos que acompanhão a guerra; nem S. S. em reclamações anteriores indicou a esse respeito cousa alguma determinada, que permitisse fixar attenção sobre um facto dado, exacto ou não, a que pudesse applicar-se propriamente o predicamento de *vexame*, e que deixasse perceber quaes os individuos assignalados como victimas da *opressão*, e quaes os agentes oppressores.

Sem isto essas accusações vagas não podem fazer-se com um sentimento intimo de persuasão, nem acolher-se senão como generalidades desprovidas de fundamento, que apenas merecem as recommendações e ordens geraes que, sem esperar que dellas tivesse conhecimento, S. Ex. sempre reitrou ás autoridades principaes da campanha, sobre o bom trato aos subditos brasileiros, sobre o respeito a suas propriedades e justas attensões, enquanto as circumstancias o permitissem, assim como com todos os demais estrangeiros; e nenhum motivo tem para crer que tenham sido negligenciadas. Deste modo os officios que cita S. S. do defuncto senador Manoel Antonio Galvão, presidente, em Março e Agosto de 1847, da referida provincia, do vice-presidente da mesma em Abril de 1848 e do general Andréa em Agosto deste ultimo anno, serão considerados, por qualquer razão imparcial, como imputações gratuitas, desacreditadas pelo que tem de vago.

Não se falla nelles senão de vexames, de atrocidades, de que se suppoem victimas os subditos do imperio, sem expressar quaes sejam aquelles, nem estas, de fazendas arrebatadas, de mãos tratamentos aos mesmos subditos, sem que se especifiquem estes nem se designem seus autores.

Deste modo tambem, ainda admittida a possibilidade de que taes imputações encerrassem alguma cousa certa, nunca poderia culpar-se a S. Ex., nem pretender-se que tenha assumido qualquer especie de responsabilidade por essa supposta *opressão e vexames*, que não sabendo onde existem, não pôde dictar medidas tendentes a fazê-los cessar; e, nessa supposição, é evidente o erro em que se achão S. S. quando diz, que *não se tem attendido a antigas e repetidas reclamações*.

Ao contrario, todas as vezes que individuos brasileiros tem trazido suas reclamações perante S. Ex. o Sr. presidente, quando justas, sempre tem sido attendidas.

Entre outras recorda o abaixo assignado um Sr. Teixeira Taquarembó, que sollicitou uma ordem para que uma partica do exercito de S. Ex. que estava situada em um ponto do campo de sua propriedade, não carneas-se gado pertencente ao citado Teixeira, a qual obteve immediatamente. Outro foi um tal Alexandre da Rosa, habitante nas immedições do Cuaró, que pediu varias providencias favoraveis a seus interesses, e entre ellas a de que o exonerassem do pagamento da patente, perdooando-se-lhe o seu valor em retribuição do gado que lhe havião consumido as forças do exercito; e S. Ex. ao mesmo tempo mandou suspender todo o procedimento contra o referido Rosa,

enquanto se instrua da certeza do que se allegava, pelas informações respectivas que ordenou se lhe transmittissem.

Um Sr. Peixoto, já fallecido, proprietario nas immedições do Cerrito, reclamou o pagamento de dous escravos, que, antes de proclamar-se a liberdade de todos no territorio da republica, se tinham alistado no serviço, e estes foram pagos a sua filha, tambem brasileira, depois da morte do pai.

O mesmo Sr. encarregado de negocios, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, para não citar outros exemplos, não ficou satisfeito quanto ao fundo de suas reclamações sobre prejuizos especificados, causados a subditos determinados do imperio, por motivos dos escravos fugidos do territorio deste para o da republica?

Onde estão pois as provas dos *reclames* e da *opressão* dos subditos brasileiros de que S. S. accusa o governo na nota a que responde o abaixo assignado, ao mesmo tempo que nas outras sobre escravos fugidos se mostra persuadido do *espírito* de justiça que dirige o Exm. Sr. presidente?

Os factos referidos pelo abaixo assignado, quando menos, devião fundar a presumpção em favor da justiça e benevolencia do Exm. Sr. presidente, e afastar a idéa de *opressão* e *reclames* que não se podem provar com accusações vagas, senão com factos. Com factos, sim; mas os que aponta S. S. como culminantes estão longe de merecerem aquellas denominações, porque, além de não serem em parte exactos, estão fundados na necessidade e conveniencia que encontrou S. Ex. para estabelecer-lhes, e no pleno e perfeito direito que o acompanha.

Não é exacto, em primeiro lugar, que se haja prohibido aos proprietarios brasileiros marcar seu gado: se esta prohibição absoluta tivesse existido, affectaria ella a nacionaes e estrangeiros em geral, e nenhuma razão terião os brasileiros de se queixar, e muito menos para chamar oppressiva e vexatoria uma medida peculiar e da ordem interior da republica, cuja conveniencia ou necessidade compete exclusivamente ao governo della apreciar.

Porém para ninguém houve prohibição absoluta. Sómente certas formalidades, com o concurso dos fazendeiros vizinhos, e do juiz do lugar, é o que se prescrevia na circular passada a esse respeito aos commandantes geraes dos departamentos; e essa prescripção era em todo o ponto indispensavel, para que na ausencia de seus proprietarios, occupados na defeza da patria, não fosse dado ao vizinho, que, no meio do conflicto geral, permanecia nos seus lares, marcar arbitrariamente, e privar quiçá, por esse meio, a seus donos legitimos de sua fortuna legitima.

A ninguém se impoz tal obrigação, no territorio da republica, de carnear debaixo da inspecção de autoridade alguma. A estas sim, nos seus respectivos districtos, foi encarregada a vigilancia sobre as *cruadas*, e para que não se fação matanças de animaes para esse effeito, porque se isto se permittisse serião todavia maiores os males que resultarião de tal licença, do que os que pudessem nascer da marcação arbitraria.

Tão pouco podia se chamar vexatoria ou oppressiva a prohibição de tirar gados fora do territorio da republica; primeiro, porque nenhum estrangeiro pôde fundadamente dizer, que se lhe causa oppressão e vexame com as medidas que o governo do paiz em que reside crê opportuno dictar por seu interesse e melhor administração, porque a todas ellas se submettem facilmente ao fixar nelle a sua residencia: e na verdade, que seria um principio destruidor do commercio, das emigrações e das communicações de nação a nação, aquelle que desse direito aos estrangeiros residentes a oppor-se e clamar que são vexados, que são opprimidos por uma providencia puramente do governo interno, ainda quando alguma coisa soffressem por ella em commum com os membros da nação.

No nosso paiz, os brasileiros formão sómente uma parte dos fazendeiros da campanha, e a prohibição comprehende a todos, de maneira que não tem o menor direito para pretenderem evadir-se a essa disposição geral, nem para sós clamarem contra uma injustiça e um vexame que não existe. Tão pouco erão elles os unicos que abastecião de gado os mercados do Rio Grande: com elles concorrrião ali os filhos desta republica, e não é por conseguinte só a elles a quem resulta prejuizo dessas medidas, dictadas debaixo da consideração de importantes interesses de outra ordem, se bem que temporarias, indispensaveis e urgentes, nas circumstancias em que se dictarão, e que hoje aconselhião a S. Ex. a sua conservação, precisamente pelas mesmas causas que S. S. acha proprias para impellir a sua revogação; do que mais adiante se occupará o abaixo assignado.

Entretanto, a asserção de S. S. de que *forças pertencentes ao exercito mandado por S. Ex. praticarão a seu arbitrio, nas fazendas e bens dos proprietarios brasileiros, aquelles mesmos actos que erão vedados aos proprietarios, e que, a vista dos mais obrios e vulgares principios de direito, apenas aos proprietarios pôdem ser licitos e permittidos*, é uma dessas accusações geraes e vagas de que fallou antes o abaixo assignado, que não apresentam ponto algum de partida, para que se pudesse sobre ellas verificar uma indagação clara e precisa, nem se prestão por conseguinte a nenhuma resolução directa que pudesse proteger o damnificado, e alcançar com o castigo o delinquente. Apenas podião taes accusações ser objecto de ordens tambem geraes, ainda que terminantes, para serem respeitadas as pessoas e propriedades de que fez menção o abaixo assignado, as quaes, por outra parte, formando a base da politica de S. Ex. o Sr. presidente, terião sido sempre previstas e observadas, enquanto dellas dependesse, pelas autoridades subalternas. De outro modo ter-se-hia procedido, isto é, de um modo inteiramente directo, se S. S. houvesse indicado a autoridade ou official subalterno dependente de S. Ex., que tivesse

commettido taes factos. Indubitavelmente teria sido em tal caso julgado e castigado com a severidade que reclamasse as circumstancias.

Mas não era fácil que tal indicação fizesse S. S., porque os factos que S. S. assigna no periodo que fica sublinhado, são evidentemente exagerados, e o abaixo assignado não tem de dizer que, na forma e magnitude com que são denunciados por S. S., não tem fundamento real, absolutamente, e que só informações malevolas ou interessadas poderão dar-lhes origem.

Não existe pois, como em vista do que deixa escripto confia o abaixo assignado conceberá S. S., nenhum motivo emanado de procedimentos de autoridades dependentes do S. Ex. que tenha podido produzir, nem offerecer um atomo de justiça á exacerbação que suppõe S. S. produzida por elles na população brasileira.

Mui diversa é a explicação que se deve dar ás causas que trouxeram as consequências de que acabamos de ser testemunhas.

Consta do summario formal, de que a esta hora terá conhecimento o governo do imperio, que o coronel do mesmo, barão de Jacuhy, contraindo ao que está disposto pelo desta republica, não só levou numerosas manadas de gado de nosso territorio para o do Brasil, senão tambem que, lançado nesta via, não teve o tempo, nem a vontade de escolher, só o gado de sua marca ou propriedade, levantando e transportando indistinctamente o seu e o alheio, sendo maior naturalmente o numero deste que o do proprio, porque pertencia a maior numero de donos.

Em virtude da constancia do facto, pôz-se mui opportuna e justamente em sequestro o estabelecimento que possui nesta republica.

Esta medida, a toda a luz justa e indispensavel, produziu no mencionado barão de Jacuhy esse desaccordado furor que a tamanho attentado o conduziu. Seu descontentamento, em lugar de ter sido confido, foi patrocinado, moralmente quando menos, pelo Sr. general Andréa, que acaba de desempenhar a presidencia do Rio Grande, e a elle se unirão os inimigos da ordem e da paz destas republicas, que, apesar de verdadeiramente antigas e repetidas reclamações, se mantiverão entrincheirados no territorio do Brasil, para dali conceberem e excentarem, a salvo e escudados por indevidas sympathias das autoridades do Imperio, projectos de incursão sobre o solo das mesmas Republicas.

O barão de Jacuhy, derrotado em sua temeraria empreza, se acha hoje, segundo assegura S. S., desarmado e tranquillo na provincia de S. Pedro; porém S. S. permittirá ao abaixo assignado observar-lhe, que tranquillo tambem e sem armas estava elle antes de commetter o attentado de invadir com força armada esta republica, amiga do Imperio, offendendo e insultando com esse criminoso procedimento a um tempo a esta e a sua alliada na guerra, a Confederação Argentina. Se pois toda a responsabilidade que, na opinião, segundo parece, de S. S. e das autoridades do Rio Grande, contrahio com sua incursão o barão de Jacuhy, havia de reduzir-se a regressar ao lugar domestico, quando vencido em sua empreza não teve mais a que ater-se, pouco perderia, se por ventura não perdesse a vida no empenho, qualquer outro subdito do Brasil que posteriormente quizesse arrojarse a tentar fortuna pelos mesmos meios que empregou o barão; e o enorme agravo feito a estas republicas considerar-se-hia como de nenhuma importancia e de pouco valor, proceder este que mereceria as denominações justas que S. S. dá ao do barão, de *violento, illegal, anarchico e absolutamente opposto aos principios do direito internacional*.

Mas sobre isto já o governo do S. Ex. o Sr. presidente da republica expedio as instrucções convenientes, para que se deduzão, perante o de S. M. o Imperador do Brasil, as devidas reclamações. e por consequente, sem nada mais acrescentar o abaixo assignado a esta nota, se limitará a expressar a S. S., por ordem do citado Ex.^{mo} Sr. presidente brigadeiro general D. Manoel Oribe, que precisamente porque o ataque e insulto feito a estas republicas por subditos do Imperio, demonstrou a clara tendencia de querer obrigar á força de armas ao governo de S. Ex. a relaxar as medidas que no uso de seus direitos soberanos sobre o territorio do paiz julgou conveniente dictar, precisamente por isso está no dever de declarar a S. S. que nenhuma observação tomará em consideração sobre este particular, enquanto não obtiverem as referidas republicas o desagravo e satisfações a que tem o mais positivo e imprescriptivel direito.

Com este motivo, o abaixo assignado sauda a S. S. com sua maior consideração e apreço.

CARLOS Q. VILLADENOROS.

Nota do encarregado de negocios do Brasil em Montevideo ao general D. Manoel Oribe.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. = Recebi a nota que de ordem de V. Ex. me foi dirigida com data de 12 do proximo passado mez de Junho, em resposta ao officio que de ordem do governo imperial tive a honra de endereçar a V. Ex., com data de 29 do mez de Maio ultimo, reclamando de V. Ex. providencias que fação cessar os vexames e violencias que soffrem os Brasileiros no Estado Oriental, pois que taes providencias importariam um acto de manifesta justiça. e são além disso o unico meio

de cortar pela raiz as causas da excitação em que se acháram as fronteiras do Rio Grande, e derão lugar ao procedimento do barão de Jacuhy.

Recusou-se V. Ex. a esta requisição, declarando que nenhuma observação tomará em consideração acerca deste assumpto, em quanto as republicas do Prata não obtenhão desagravo e satisfação pelos actos praticados pelo barão de Jacuhy e seus sequazes; desagravo e satisfação a que, segundo a expressão de V. Ex., tem aquellas Republicas um direito o mais positivo, e de que não se pôde prescindir.

Começarei por lembrar os diversos argumentos em que me parece fundamentar-se a deliberação que acabo de indicar, e responderei a cada um desses argumentos. Elles se podem reduzir aos seguintes:

1.º As accusações ou queixas de que os subditos brasileiros soffrem vexações e oppressão no territorio da Republica Oriental do Uruguay são concebidas em termos geraes e vagos, sem que se aponte um caso preciso e determinado; e por isso de tal modo indignas de attenção, que os mesmos officios dos presidentes da provincia do Rio Grande do Sul, conde de Caxias, senador Galvão, Dr. Miranda e Castro, e general Andréa, citados no mesmo officio de 29 do mez de Maio ultimo, serão considerados por qualquer razão imparcial como imputações gratuitas, desacreditadas pelo que tem de vagas generalidades.

2.º Se alguma vez porém chegáram ao conhecimento de V. Ex. as queixas de algum brasileiro concebidas em termos positivos e precisos, nunca V. Ex. deixou de attende-las se tais queixas forão justas: e para prova se allegão os casos dos brasileiros Teixeira, Alexandre da Rosa e Peixoto.

3.º A legação do Brasil em Montevideo se deu por satisfeita em quanto ao fundo da deliberação tomada por V. Ex. relativamente a diversos escravos fugidos da provincia do Rio Grande do Sul: e tanto que eu me declarei persuadido do espirito de justiça que dirige a V. Ex., persuasão que se acha em contradicção com as accusações e queixas de oppressão e vexames supportados pelos brasileiros.

4.º Não se prohibio aos proprietarios brasileiros marcar os gados; e quando existisse nua prohibição absoluta, ella affectaria a nacionaes e estrangeiros em geral, e nenhuma razão terião para queixar-se disso os brasileiros.

5.º Não se impoz a alguém a obrigação de *carrear* debaixo da inspecção de alguma autoridade, posto que a estas sim foi encarregada a vigilancia sobre as *carradas*, e que não se fação mananças de animos para esse effeito.

6.º Não se pôde chamar vexatoria nem oppressiva a prohibição de fazer salir gados para fóra do territorio da republica, em primeiro lugar, porque nenhum estrangeiro pôde com razão dizer, que se lhe causa oppressão e vexame com as medidas que o governo do paiz onde reside crê opportuno dictar por seu interesse e melhor administração, porque a todas ellas se submettem tacitamente ao fixar nelle a sua residencia; e em segundo lugar, porque seria um principio destruidor do commercio, das emigrações e das communicações de nação a nação, o que dêsse direito aos estrangeiros residentes a oppôr-se e clamar, que são vexados e opprimidos por uma providencia puramente de governo interior, ainda quando alguma coisa soffressem por ella em commun com os membros da nação.

7.º A prohibição de passar gados para o Rio Grande do Sul é geral; abrange a todos; e nas actuaes circumstancias convém mante-las pelas mesmas razões que eu alleguei em favor da revogação, isto é, porque além de justa, concorrerà a tal prohibição para que se não renove a excitação dos espiritos que deu origem aos deploraveis acontecimentos, cuja repetição o governo imperial deseja sinceramente evitar.

8.º Não foi a exacerbação dos espiritos, nascida de medidas violentas, a causa e a origem dos acontecimentos a que se fez allusão, pois que o summario organizado em fórma consta que o barão de Jacuhy, violando as disposições de V. Ex., não só levou diversas avultadas tropas de gado do territorio da republica para o do Brasil, mas tambem, lançado nesta via, não teve tempo nem desejo de escolher o gado de sua marca, ou propriedade, mas levantava e fazia passar o seu e o alheio, sendo naturalmente maior o numero deste que o do proprio, porque pertencia o em maior numero de donos; e como em virtude do mencionado summario se mandou proceder a sequestro na estancia do barão, situada no territorio da republica, esta medida produziu a excitação que o levou aos actos de que se trata, e nos quaes (conforme a opinião de V. Ex.) foi patrocinado pelo general Andréa e coadjuvado pelos emigrados orientaes e argentinollos, escudados por indevidas sympathias das autoridades do Imperio.

9.º Posto que o barão fosse desarmado e disseminadas as reuniões que tinha formado e o seguão, não é isto bastante para actos que eu mesmo qualifiquei de violentos, illegaes, anarchicos e absolutamente oppostos aos principios do direito internacional.

10.º O barão de Jacuhy e seus sequazes pretendêrão fazer á força de armas com que V. Ex. relaxasse as medidas que tinha julgado conveniente adoptar; e por essa razão mesma se julga V. Ex. no dever de não tomar em consideração observação alguma tendente a esse fim, emquanto se não dêr ás duas republicas do Prata o desagravo e satisfação que V. Ex. me participa ter já reclamado, e a que na opinião de V. Ex. tem aquellas duas republicas o direito mais positivo e de que se não pôde prescindir.

Taes são os argumentos deduzidos em a nota cuja recepção accusei: e passando a responder a cada um delles, emquanto ao primeiro, tomarei a liberdade de ponderar, que os factos de oppressão e vexame praticados no territorio da Republica Oriental do Uruguay, na pessoa e bens dos subditos brasileiros residentes ou proprietarios no mesmo territorio, são por tal modo repetidos e notorios, que chegam quasi a constituir, até certo ponto, como uma condição inevitavel da existencia social dos brasileiros no territorio da republica.

Tendo em vista pois a generalidade e a certeza moral dos factos, era isso mui sufficiente para que os illustres administradores da provincia do Rio Grande do Sul, conde de Caxias, senador Galvão, Dr. Miranda e Castro e general Andréa se servissem de termos geraes, pois que se tratava de expôr ao governo imperial qual é o estado em geral, e a sorte que geralmente pesa, ou ameaça os subditos do imperio no territorio da republica; mas seria uma grande offensa ao caracter honrado e ao espirito illustrado daquelles administradores o suspeitar que, sem o conhecimento e o exame de muitos factos, se atrevessem a offerecer á consideração do governo imperial asserções de tanta gravidade, como as que citei no meu officio de 29 do mez proximo passado, e a que de parte do governo do Brasil se deu pleno credito, como V. Ex. terá visto pela nota de 8 de Março do anno corrente, dirigida ao ministro da Confederação Argentina no Rio de Janeiro, a qual nota foi dada á luz entre os documentos que acompanhárão a publicação do ultimo relatorio de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros.

E na verdade, por que motivo, contra a sua maneira habitual de proceder, contra a sua indole, contra o espirito de verdade, contra as indicações do mais vulgar senso commum, o conde de Caxias, o senador Galvão, o Dr. Miranda e Castro, o general Andréa, levarião ao conhecimento do governo imperial uma exposição falsa, destituída de fundamento, e desde o seu principio desacreditada pelo que contém de vagas generalidades? Como em diferentes épocas pessoas tão conspicuas se entenderão para obrar de um modo levianno, ou tão iniquo? Onde está o estímullo que as excitasse a caluniar os executores das ordens de V. Ex., ou a queixar-se sem razão do conteúdo dessas mesmas ordens? Gloria, fortuna para si, ou honra e vantagem para o Imperio seriam por ventura o resultado de tal procedimento? Não, certamente não; e V. Ex. já vê que, segundo as leis da critica, é forçoso confessar que motivos, e motivos ponderosos devião ter diante de si os benemeritos servidores de S. M. o Imperador do Brasil, meu Augusto Soberano, cujos nomes tenho indicado, para se explicarem nos termos por que o fizerão perante o governo imperial; mas (poderá ainda instar-se) porque se não referirão especificadamente os factos, em que necessariamente se deve ter estribado a opinião de cada um dos presidentes da provincia do Rio Grande do Sul acima referidos? Porque se tratava, como disse, de expôr em geral o estado, as circumstancias, a condição do brasileiro na Republica Oriental do Uruguay; porque muitos dos factos de que aliás pôde haver, e ha, certeza moral, são difficeis de provar, por tal modo, que a respeito delles se possa fazer obra perante um tribunal, pois que as victimas, as testemunhas, e os que podem ministrar documentos, receião todos a vingança das autoridades que commettem as violencias; e porque uma infeliz experiencia mostra por muitas vezes inutil, senão perigosa, a individuação dos factos e das pessoas. Apontarei alguns exemplos

Por aviso da secretaria de estado dos negocios estrangeiros de 3 de Novembro de 1845, me foi determinado que reclamasse em favor de muitos cidadãos brasileiros, que, possuidores de fazendas no territorio da Republica Oriental do Uruguay, tinhão sido obrigados a refugiar-se na provincia do Rio Grande do Sul, em consequencia das vexações de que erão victimas.

Proveio esta ordem de uma participação do conde de Caxias, presidente que então era daquella provincia, e que levou ao conhecimento do governo imperial uma representação dos brasileiros a que acabo de referir-me. Esta representação estava firmada por numerosas assignaturas: tratava-se pois de um estado de cousas positivo: não se deduzião accusações vagas e incertas; a firma dos queixosos, e os factos da emigração, da fuga e do desamparo de suas respectivas propriedades, comprovavão grandemente o fundado motivo de suas queixas.

Uma relação dos signatarios da representação de que se trata, foi remettida a V. Ex. com a reclamação constante do meu officio de 30 de Dezembro de 1845. Não direi que alguns ou todos os individuos comprehendidos na mencionada relação forão posteriormente victimas da vingança de alguém ou alguns commandantes de districto, como se affirmou, ou pelo menos se deu a entender na camara dos deputados do Brasil, mas é certo que a indicada reclamação de 30 de Dezembro de 1845 foi contestada por uma maneira que se me antolhou evasiva, e tão pouco satisfactoria, que me julguei obrigado a protestar, como se vê do officio que tive a honra de dirigir a V. Ex. em 17 de Fevereiro de 1846. O governo imperial approvou o meu procedimento por aviso de 3 de Abril deste mesmo anno; e na verdade, este exemplo de nenhum resultado pratico, obtido por uma representação assignada por quasi cento e quarenta proprietarios brasileiros, não poderia deixar de incutir desanimo em todos, ou pelo menos na maior parte dos que se achassem debaixo de condições iguaes ou semelhantes. Outro exemplo: Permitta-me V. Ex. que eu tome a liberdade de recordar a V. Ex. o meu officio de 7 de Fevereiro de 1848, pelo qual reclamei a favor do subdito brasileiro Alexandre de Abreu Valle Machado. A pretensão deste reclamante funda-se em uma sentença passada em caso julgado; mas

nem por isso foi elle attendido. Ao mesmo passo que o seu contendor tinha sido reputado isento da jurisdicção dos tribunaes da republica durante a guerra, se decidia que Valle Machado recorresse á acção desses mesmos tribunaes. V. Ex. sabe que tal decisão deu lugar ao protesto constante de meu officio de 17 de Agosto de 1848.

O governo imperial approvou o meu procedimento por aviso de 18 de Setembro seguinte; mas pondo de parte o andamento que ainda se possa dar a esta reclamação, eu me restrinjo por ora a notar o effeito moral que a decisão de V. Ex. devia causar em todos os que tivessem de queixar-se de actos violentos, praticados pelos commandantes militares dos respectivos districtos desta republica. O coronel D. Servando Gomes, parte interessada, constituindo por seu procurador o official seu immediato no commando do districto, e exercendo ambos autoridade, um em seu proprio favor e outro em favor de seu constituinte, praticarão na verdade um facto que se póde qualificar de insolito.

E que animo terão os opprimidos para queixar-se, em vista de tanta benevolencia para com aquelles que os vexão e opprimem? Outro exemplo.

São sabidas as perdas que tem causado aos proprietarios brasileiros a fuga dos escravos da provincia do Rio Grande do Sul para o Estado Oriental do Uruguay. O acolhimento e protecção dada a esses escravos é uma das causas dessa effervescencia, de que tratei no meu citado officio de 29 de Maio ultimo; e tanto mais quanto na provincia do Rio Grande do Sul é opinião geral, que a fuga dos escravos não é sómente originada no amor natural da liberdade, mas tambem e principalmente é resultado do facto de alliciações.

O governo imperial, collocado na obrigação de defender a propriedade de seus subditos, e de cortar pela raiz todo o principio de anarchia e desordem, ao mesmo passo que sempre desejou manter as melhores relações com os povos e nações vizinhas do Imperio, expedio ordens a esta legação, para que se procurasse estabelecer uma regra pela qual se instaurassem e decidissem as reclamações relativas á restituição de escravos fugidos. Em virtude das ordens a que me refiro, tive a honra de dirigir a V. Ex. o meu officio de 18 de Janeiro de 1848: mas tenho tido o desgosto de aguardar até hoje uma contestação qualquer ás proposições exaradas neste officio: e não será um facto destes bem proprio para desanimar os queixosos?

Ainda que não seja, como penso que não é, a mente de V. Ex. conservar esse fatal arbitrio, que os commandantes da fronteira da republica tem exercido sobre uma parte da propriedade dos brasileiros residentes no Rio Grande do Sul, não é verdade que a falta de providencias a tal respeito, ainda quando indicadas e propostas pelo governo imperial, deve ter necessariamente causado desgosto e desanimo? Não me esqueço contudo de que ultimamente se dignou V. Ex. participar-me, que em breve daria as ordens necessarias para que fossem entregues certos e determinados escravos fugidos para o territorio desta republica, e individualmente reclamados, accrescentando V. Ex. que de futuro se procederia de igual modo. É certo que no essencial, ou no fundo me regosijou esta medida; mas é tambem certo que eu não occultei a V. Ex. o receio de que praticamente se inutilisasse a ordem para a entrega dos escravos, pois que, no meu entender, as condições ou clausulas, postas a essa entrega, abrião a porta á continuação de abusos. Logo voltarei a este assumpto; mas seja-me licito observar, que não se tendo V. Ex. dignado desvanecer o meu receio, me julgo autorizado a acredita-lo fundado: e nesse caso é palpavel, que bem longe estará tambem de desvanecer-se por este lado o desgosto e o desanimo que acabo de indicar.

Pelo que respeita ao segundo argumento, cumpre notar que tratando-se do estado, das circumstancias, da condição em geral dos brasileiros proprietarios, ou residentes no territorio da Republica Oriental do Uruguay, não se quiz dizer com isto que uma ou outra vez por excepção á regra geral, quando o opprimido teve um estímulo qualquer bastante forte para induzi-lo a queixar-se a V. Ex. sem receio de vingança da parte das autoridades subalternas, não tenha o queixoso obtido justiça. Admiro, porém, que tão pouco numerosas sejam estas excepções, que aliás, como é sabido na sua qualidade de excepções, por numerosas que fossem nada mais farião do que confirmar a regra geral. Demais, os casos indicados podem muito bem provar o contrario daquillo que com ellas se quiz provar.

O Sr. Teixeira queixa-se de que uma partida do exercito do commando de V. Ex., estacionada nos campos de propriedade desse subdito brasileiro, carnça o gado que ali encontra, e que faz tambem parte da propriedade do Sr. Teixeira. V. Ex. determina que tal abuso não continue: graças são devidas a V. Ex. por este acto de justiça; mas indemnizou-se Teixeira do gado anteriormente carneado?

Se não fosse ordinaria e commum essa constante infracção do direito de propriedade, por parte dos commandantes de districto ou de partidas do exercito, sem indemnisação alguma para o proprietario, um acto de justiça tão simples mereceria acaso uma recordação especial? Mais algum favor houve em mandar suspender o processo intentado contra Alexandre da Rosa.

Não indagarei se esse favor é devido á qualidade de proprietario vexado e opprimido, ou se nasce de sympathias politicas: mas não se diz qual o resultado dessa suspensão, e quando este seja completo, e perfeita a indemnisação do valor do gado consumido por forças do exercito do commando

de V. Ex., também não poderei ver nesse facto mais do que um acto de simples justiça, posto que não me recusaria a dar agradecimentos a V. Ex. por um acto de semelhante natureza.

Ha igualmente um acto de justiça no facto praticado com os herdeiros do Sr. Peixoto, a que V. Ex. se refere: graças sejam também dadas a V. Ex.; mas licito me seja observar, de quanto apreço não seria para o governo imperial um acto analogo praticado com todos os proprietarios brasileiros que por qualquer titulo tem direito a serem indemnizados do valor dos escravos de que tem sido privados, ou em cuja privação tem sido mantidos, por effeito mais ou menos proximo de ordens mais ou menos directas de V. Ex.!

Pelo que respeita ao terceiro argumento, nenhuma contradicção vejo em queixar-me das oppressões e vexames supportados geralmente pelos brasileiros, e em persuadir-me de que V. Ex. se mostrava animado de espirito de justiça, quando dava um passo que me pareceu e parece ainda hoje conducente, para fazer cessar em parte esses queixumes de que tenho tratado.

O governo imperial considera como uma das causas da exacerbação dos espiritos na provincia do Rio Grande do Sul, a fuga dos escravos dessa provincia para o territorio desta republica, e o acolhimento e protecção que nesta republica tem recebido esses mesmos escravos fugidos. Este acolhimento e protecção importão grave offensa aos direitos de propriedade. Uma ordem pois emanada de V. Ex. para a restituição dos escravos fugidos não podia deixar de considerar-se como um primeiro passo para aliviar o jugo, sob que gemem os brasileiros residentes no territorio da Republica Oriental do Uruguay. Uma tal ordem não podia deixar de considerar-se como acto de justiça; e quem pratica actos de justiça não pode deixar de ser inspirado nesses actos pelo espirito de justiça.

Era natural que eu manifestasse o meu contentamento quando me persuadia (e ainda disso estou persuadido) de que ha em V. Ex. todas as disposições para abraçar uma politica justa e propria, não para dissolver, mas para ligar e estreitar as relações do Imperio do Brasil com o Estado Oriental do Uruguay: mas eu já ponderei acima, e fiz notar que foi essa persuasão, e o contentamento que me causou a ordem de que se trata assás modificado pelo receio que me causarão as condições ou clausulas de que a ordem deveria ter sido acompanhada pelo menos, segundo então V. Ex. o entendia.

Por exemplo, escrevendo a V. Ex. aos 6 de Maio p. p. acerca da reclamação de João Leite Penteado, e significando a V. Ex. a satisfação que me causava em si, e no essencial, a ordem para a entrega dos escravos fugidos, tive a ingenuidade e franqueza de confessar a V. Ex. que a minha satisfação na verdade seria mais completa, se a ordem para a entrega dos escravos fosse dada, não só as autoridades da fronteira, mas também ás respectivas autoridades de todo o territorio do Estado Oriental, que obedece a V. Ex.; pois é claro que, internados áquem da fronteira, podem existir já ou para o futuro muitos escravos desses que se mandão restituir; e a circumstancia de se acharem actualmente fóra da jurisdicção das autoridades da fronteira, ou de se evadirem para o futuro á vigilancia dellas, não deve aproveitar aos mesmos escravos com prejuizo de seus senhores.

Nota (continuei eu), além disso, que, na applicação da regra geral sobre a entrega dos escravos que se faz ao caso especial de João Leite Penteado, ha com effeito uma modificação que não pôde deixar de attrahir algum reparo. Dispõe V. Ex. que se algum ou alguns dos escravos de Penteado tiver assentado praça nas forças pertencentes a algum departamento, será lido por liberto; e seu dono, em vez de receber o escravo ou escravos por este modo emancipados, terá de contentar-se com a promessa de que em tempo opportuno se lhe concederá a indemnisação correspondente.

Eu não posso negar a V. Ex. o direito reconhecido pelo governo imperial de fazer entregar o escravo fugido ou a indemnisação correspondente; mas entendo, que esta indemnisação deve ser quanto antes liquidada, e satisfeita, se é possível, immediatamente, no caso de que se não queira devolver o escravo.

V. Ex. não ignora que eu ainda considerei debaixo de outro ponto de vista a deliberação de que se trata; e que a este proposito, no mesmo officio de 6 de Maio, acima citado, tive occasião de explicar-me da maneira seguinte: « Cumpro observar ainda que, estabelecido o precedente de se ter por homem livre todo o escravo que, fugindo para o territorio da republica, obtiver que se lhe assente praça no exercito ou nas forças de algum departamento, estabelecido ficará um precedente que deve animar a fuga dos escravos do territorio do Brasil para o territorio da Republica Oriental do Uruguay; e tanto mais temo os abusos que pela fronteira se possam commetter nesse sentido, quanto parece que V. Ex. se reputa obrigado a manter no gozo da liberdade os escravos fugidos a que se assenta praça, ainda quando este ultimo acto seja totalmente alheio da vontade de V. Ex.

A estas reflexões sabe V. Ex. que tomei a liberdade de acrescentar uma ultima observação concebida nos termos seguintes: « A circumstancia de não ter V. Ex. decidido directamente a pretensão de João Leite Penteado, pôde dar a entender, que as provas por este apresentadas não forão julgadas sufficientemente comprobatorias do dominio allegado, incidente que também pôde concorrer para embaraçar a pretendida restituição dos mencionados escravos. »

Se não usei dos mesmos termos e phrases, é contudo certo que observações semelhantes ás que que acabo de repetir tive a honra de submeter á consideração de V. Ex. em 11 de Maio do anno corrente, acerca da reclamação de Porfirio Saraiva do Amaral, o aos 14 do mesmo dito mez, acerca da reclamação de Lino Antonio da Silva Caldeira. Onde está em tudo isto a minha contradicção?

Causou-me satisfação a idéa de que por parte de V. Ex. se tomava uma resolução em favor da justiça que assiste aos meus compatriotas: essa satisfação foi contudo modificada pelas cláusulas e condições que acompanhá-lhe a ordem a que me tenho referido: expuz o que pensava com respeito aos embaraços que de taes cláusulas e condições podem praticamente resultar: pedi a V. Ex. providencias para que taes embaraços fossem removidos; e V. Ex., que aliás deseja que os escravos fugidos do Brasil sejam restituídos a seus legítimos senhores, não tem julgado necessario dar providencia alguma para que se removão os embaraços a cujo respeito reclamei de V. Ex. as necessarias providencias; e me argue V. Ex. de contradictorio?

Pelo que respeita ao quarto argumento, em cuja deducção me parece affirmar-se que os brasileiros proprietarios no territorio do Estado Oriental não tem direito de queixar-se da medida pela qual (directa ou indirectamente) lhes foi prohibido marcar os gados de sua propriedade, porque essa medida affecta em geral a estrangeiros e nacionaes, devo considerar que na minha opinião tal principio concebido com tal generalidade não pôde ser exacto, porque necessariamente conduziria a uma consequencia injusta, e contraria aos usos e praticas das nações cultas e civilizadas do globo. Todos sabem que nos governos despoticos a lei é a vontade de quem governa; a esta vontade estão sujeitos todos os nacionaes, porque tal é a lei do paiz; mas quando essa vontade nas suas relações com estrangeiros offende a segurança, a existencia, a propriedade destes, os governos das nações de que taes estrangeiros fazem parte, não se julga isentos da obrigação de proteger os seus respectivos subditos contra os effeitos daquella vontade, que aliás é lei do paiz, como disse, e a que estão sujeitos todos os nacionaes. É esta uma doutrina confirmada por muitos factos praticados pelos governos das nações civilizadas: e tão conhecidos são esses factos, que escusado é referi-los. Entretanto é logico deduzir dessa pratica das nações cultas que o facto de soffrer uma nação, da parte de quem a rege e administra, vexações e oppressões, não exime os governos das outras nações do rigoroso dever de proteger e defender os seus respectivos subditos residentes no seio dessas nações vexadas e opprimidas; mas cumpre observar, que referindo-me a governos onde a lei é a vontade de quem rege, não é minha intenção fazer allusões odiosas de governo para governo, ou de administração para administração, mas sómente argumentar de maior para menor. Se onde a vontade de quem governa é a lei do paiz, se reputo licito aos governos estrangeiros proteger os seus respectivos subditos contra os effeitos dessa vontade nas hypotheses figuradas, como não será isso permittido, e licito com relação a um paiz onde a politica de estado, a forma representativa de governo, e as leis civis promettem e alianção ao estrangeiro a plenitude do gozo de todos esses direitos, de que, sem violação dos principios da justiça universal, não pôde ser privado o homem que vive em sociedade, quer faça parte della como cidadão, quer não esteja na posse dos fôros de cidadão? Sei que o estado da guerra é um estado excepcional, mas as excepções trazidas pela guerra tem uma orbita, além da qual não é licito passar; e essa orbita no territorio da republica tem sido muitas vezes transposta, como está claramente indicando a total ruina de tantos e tão abastados proprietarios brasileiros.

Antes porém de passar adiante, importa recordar que o governo do Brasil em a nota dirigida ao ministro da Confederação Argentina, com data de 8 de Março ultimo, e nas ordens que me expedio para que endereçasse a V. Ex. a reclamação que se acha formulada no meu officio de 29 de Maio p. p., considerou a questão tanto pelo lado do direito, como, e mui principalmente, pelo lado da conveniencia, ou antes da necessidade, por modo tal que dando, mas não concedendo, que não só a medida prohibitiva da marcação do gado, mas todas as outras de que se queixão os brasileiros, sejam tomadas no circulo da legalidade, ainda resta a examinar, se, não obstante isso, taes medidas são ou não são vexatorias e oppressivas.

Por ventura será necessario demonstrar, que dentro do circulo das medidas legais se pôde vexar e opprimir? Por ventura, se a medida é legal, não ha direito para que della se queixe aquelle que por tal medida é vexado e opprimido? Certamente não: mas é este o campo de discussão que se procura talvez evitar, e para o qual, em virtude das ordens do governo imperial, devo tambem chamar a questão com mui particular cuidado.

As medidas de que se trata, legais ou não legais, forão a origem da exacerbação dos espiritos, de onde nascêrão os deploraveis acontecimentos de que se tem feito menção na presente correspondencia.

O governo imperial faz todos os esforços ao seu alcance para que taes acontecimentos não se reproduzão; mas para obter cabal e completo resultado de seus esforços releva ser coadjuvado por quem pôde extirpar a causa de taes acontecimentos, isto é, por V. Ex., que pôde revogar essas medidas.

Se V. Ex. não reconhece esta verdade tão palpavelmente indicada e demonstrada pelos factos, importa ao menos provar que outra foi a origem dos successos a que alludo; mas em seguida ficará patente se por acaso com fundamento ou sem elle nega V. Ex. a asserção do governo imperial emquanto à origem, e causa primaria dos factos de que se trata.

Pelo que respeita ao quinto argumento, assevera V. Ex. que não se impôz a alguem a obrigação de carnear debaixo da inspecção de alguma autoridade, posto que ás autoridades foi encarregada a vigilancia sobre as *cueradas*, e que não se fação matanças de animaes para esse effeito. Com relação a estes factos, direi que, segundo informações de pessoas dignas de fé, editaes forão affixados (por exemplo, na povoação do Salto), pelos quaes se determinou que ninguem possa carnear sem licença

do commandante militar do districto, o qual deve designar o numero de rezes que se podem carnear. Concedida esta faculdade ao commandante militar do districto, implicitamente está elle autorizado a inspecionar e fazer todos os exames, averiguações e diligencias que julgar necessarias, para verificar, se com effeito as suas determinações são ou não são exactamente observadas; e muito principalmente quando lhe incumbe a vigilancia sobre as *cruadas*, segundo as expressões da citada nota de 21 do proximo passado mez de Junho, expressões que, combinadas com o que acabo de observar, confirmão plenamente a exactidão com que S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio do Brasil, enumerando na citada nota de 8 de Março as vexações que tem soffrido os subditos brasileiros, contava entre ellas a « obrigação de carnear debaixo da inspecção de individuos que disso se dizem encarregados, levando a oppressão e o vexame ao excesso de privarem aos proprietarios dos couros de suas rezes, constrangendo-os a entregarem esta parte de sua propriedade ao commandante do destacamento mais proximo. » Note-se que deste facto de se apropriarem os commandantes de destacamentos dos couros das rezes pertencentes a proprietarios brasileiros, se fez menção no meu officio de 29 de Maio ultimo, pelos mesmos termos de que usou S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros na sua nota de 8 de Março ao ministro da Confederação Argentina; e note-se que o facto dessa apropriação não foi negado em a nota a que tenho a honra de responder.

Estou pois autorizado a ter por verdadeiro esse facto sem contradicção; e rogarei que se me diga onde está o respeito devido ao sagrado direito de propriedade? Poderá dizer-se que a apprehensão dos couros, assim como a vigilancia sobre as *cruadas*, e as limitações postas ao que V. Ex. denomina — marcação arbitraria dos gados —, são medidas tomadas para evitar que sejam lesados os individuos occupados actualmente com a guerra: e a este proposito espero, que me seja ainda permitido repetir as palavras da já tantas vezes citada nota de 8 de Março. Ali lê-se o seguinte:

« O abaixo assignado reconhece que o estado de guerra é excepcional, e que um paiz que a soffre « tem de adoptar muitas vezes medidas que na paz não toleraria. Não pretende que os subditos « brasileiros, residentes na Bauda Oriental, sejam isentos de pagar os impostos que os outros pagão, « e dos regulamentos fiscaes e de policia, porque estão sujeitos ás leis do paiz onde vivem. Mas « entre as medidas que permite o estado de guerra, nas circumstancias em que ella ali se acha, « e a aniquilação completa e geral a que se acha reduzido o direito de propriedade dos brasi- « leiros no Estado Oriental, ha muita distancia. »

Pelo que respeita ao sexto argumento, quer V. Ex. que os subditos brasileiros não tenham direito de queixar-se da prohibição de fazer sahir gados para fóra do territorio da republica, porque todos os estrangeiros, ao fixar-se neste territorio, se submettêrão tacitamente a todas as medidas que o governo do paiz julgue opportunas e convenientes.

É certo que todo o estrangeiro está sujeito ás leis do paiz onde reside; mas tambem é certo que o estrangeiro, ao fixar sua residencia em qualquer paiz, tem o direito de contar com a protecção que lhe promettem estas mesmas leis. O estrangeiro pois que já residia, ou que posteriormente ao reconhecimento da Republica Oriental do Uruguay veio fixar domicilio no territorio da republica, tinha direito de contar com as disposições do art. 130 da constituição, pelo qual se declara, que todos os habitantes do Estado tem direito a ser protegidos no gozo de sua vida, honra, liberdade, segurança e propriedade. No art. 144 se declara que o direito de propriedade é sagrado e inviolavel.

Com estas disposições pois devião contar os estrangeiros que vinhão fixar-se no territorio da republica: e muito especialmente devião contar com as disposições do art. 147, no qual se lê o seguinte: « É livre a entrada de todo o individuo no territorio da republica, a sua permanencia nella e a sua sahida com as suas propriedades, observando as leis de policia, e salvo o direito de terceiro. »

Se, pois, a regra para determinar os direitos do estrangeiro é aquillo a que elle se submetteu quando fez domicilio no territorio em que habita, é certo que essa regra deve entender-se tanto para os onus, como para os commodos; e portanto, seguindo a argumentação de V. Ex., invocarei a favor de meus compatriotas, proprietarios no territorio da republica, as disposições constantes dos artigos da constituição acima citados, e com especialidade as que forão exaradas no artigo 147.

Pretende o Sr. Villademoros reforçar a sua opinião com o argumento, de que seria um principio destruidor do commercio das nações e das communicações de nação a nação, o que dêsse direito aos estrangeiros a oppôr se e clamar que são vexados e opprimidos por uma providencia puramente de interior, ainda quando alguma cousa soffressem por ella em commun com os membros da nação.

Confesso a V. Ex. que tal doutrina foi para mim absolutamente nova. Persuadido estive sempre, de que o receio de qualquer vexame, oppressão ou soffrimento é mais proprio para desanimar, diminuir e embaraçar, do que para desenvolver, augmentar e facilitar o commercio, as emigrações e as communicações de nação para nação. Ainda me parece esta verdade de tão clara intuição, que não julgo necessario demonstra-la; mas, antes de passar adiante, releva considerar que, tendo V. Ex. affirmado que a prohibição de fazer passar gados do territorio da republica para o territorio do imperio é uma medida de governo e administração interior, posto que ella affecte mui immediatamente os interesses da nação vizinha, não se dignou V. Ex. indicar-me qual o fim de publica necessidade ou utilidade que dictou aquella medida.

Ora, este fim se acha explicado pelo ex-presidente da provincia do Rio Grande do Sul o Sr. Andréa, no officio dirigido ao governo imperial em 9 de Fevereiro de 1849, explicação referida em a conhecida nota de 8 de Março proximo passado, e repetida no officio que eu tive a honra de endereçar a V. Ex. aos 29 de Maio ultimo; e como V. Ex., respondendo a este officio, não contradiz de fôrma alguma a explicação dada pelo Sr. Andréa, por este silencio, para mim, na verdade mui significativo, estou autorizado a acreditar confirmado o juizo que sempre fiz da exactidão dos raciocínios do illustre ex-presidente da provincia do Rio Grande do Sul; mas se a explicação dada pelo Sr. Andréa é exacta, como é que um acto de tal transcendência, qual é a prohibição da passagem dos gados, pôde ter a sua razão sufficiente nos interesses geraes do Estado, se tal acto é tendente a proteger os charqueadores do Bueño? Não tem justo motivo de queixa os estancieiros brasileiros que por semelhante motivo são offendidos e lesados em seus legitimos interesses? Tão pouco numerosas são as estancias dos brasileiros no territorio do Estado Oriental, que os interesses de tal arte sacrificados não subão a grossas e consideraveis sommas? Por ventura ignora alguém, que afóra outras muitas estancias disseminadas por todo o Estado Oriental, é todo o territorio que jaz entre o Arapely e o Quaraim occupado por estancias de brasileiros, com mui poucas excepções? É duro, Ilm. e Exm. Sr., que tantos proprietarios sejo por tal motivo privados de legitimas vantagens, e ameaçados com penuria, e miséria em recompensa de uma vida indus-triosa e de trabalho?

Pelo que respeita ao setimo argumento, persuade-se V. Ex. de que se não deve alterar a prohibição de passar gados para a provincia do Rio Grande do Sul, porque tal prohibição é geral, e nas actuaes circumstancias convém mantê-la pelas mesmas razões que eu alleguei para revoga-la. A primeira destas duas razões foi respondida, quando se mostrou que os estrangeiros estão sim obrigados a sujeitar-se ás leis do paiz, porém não a soffrer vexações e oppressões, sómente pelo facto de que os nacionaes soffrem, e supportão taes vexações e oppressões, além de que (segundo também já se observou), não se trata apenas de actos que vexão e opprimem, porque são illegaes, mas também daquelles que praticados dentro do círculo das leis podem ter, apesar disso, consequências perniciosas, e olhando o negocio debaixo deste ponto de vista, a questão é totalmente de conveniencia: mas como possa convir, para acalmar e socegar espiritos excitados e animos exacerbados, a continuação do mesmo estado de cousas, donde trouxe origem essa mesma excitação e exacerbação, é o que não posso comprehender, e que debalde esperci achar explicado em a nota, a que tenho a honra de contestar.

Pelo que respeita ao oitavo argumento, nega V. Ex. que a exacerbação dos espiritos a que se tem feito referencia, traga a sua origem de medidas violentas; e vai buscar-lhe a causa no sequestro lançado sobre a propriedade do barão de Jacuhy, medida que aliás não é das mais suaves, fosse qualquer que fosse a causa, ou o pretexto com que se procedeu a esse sequestro; mas nota que este acto, affectando sómente os interesses do barão de Jacuhy, era de per si insufficiente para motivar a excitação dos espiritos e a exacerbação de animas a que se aliunde. Outros actos pois devem ter havido necessariamente para que delles proviesse tal resultado; e com effeito se podem encontrar sem saber do círculo dos sequestros, porque não foi sequestrada sómente a propriedade do barão, mas também as propriedades de outros brasileiros.

Estas medidas não crão sem duvida proprias para acalmar os animos: devem pois considerar-se como causas que augmentirão a exacerbação dos espiritos; mas, ou se ha de conceder que se procedeu a esses sequestros sem o mais leve pretexto, e então tal procedimento seria, sobre inconveniente, completamente arbitrario, ou se ha de conceder que os sequestrados praticarão actos que chamarão sobre si essa medida, e então na causa e na origem desses actos se ha de procurar e achar a causa e a origem da excitação que as inspirou, e que levou uma parte dos brasileiros proprietarios no territorio da Republica a praticarem os actos de desesperação que receiava o Sr. Andréa. quando em 9 de Fevereiro de 1849 dizia ao governo imperial: « Estes factos, e a restricção com que o coronel Lamas cumpre as ordens, tem posto os brasileiros moradores entre o Quaraim e o Arapely em tal irritabilidade, que se não for attendido o requerimento que fizerão, se tornará talvez inevitavel algum acto de desesperação. »

Mas quaes são essas causas de tanta irritabilidade? Ellas forão indicadas a V. Ex. no meu officio de 29 de Maio ultimo, e já o tinhão sido em nota de 8 de Março, endereçada ao ministro da Confederação Argentina.

Pela nota de 12 de Junho proximo passado, a que respondo, se procurou mostrar que taes causas não se derão: mas como em face do que vai expendido, e do que se acha exarado em toda a correspondencia official acerca deste assumpto, é fôra de toda a duvida a existencia dos factos, até algumas vezes pela propria confissão de V. Ex., mais ou menos explicita, deixarei fazer aqui uma nova enumeração das causas a que me refiro; mas antes de passar adiante cumpre-me notar o seguinte:

V. Ex. não desconhece que o governo imperial reprovou o procedimento do barão de Jacuhy. O juizo do governo imperial consta das seguintes expressões do relatorio de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros, apresentado á assembléa geral legislativa em 10 de Maio do anno corrente:

« Nenhuma causa, por mais justa e forte, pôde justifica-los (os movimentos do barão de Jacuhy e « de seus sequazes), porque não pertence aos particulares vindicar com armas, por deliberação « e autorização propria, as offensas que em seus direitos entendem haver recebido em paiz « estrangeiro. »

V. Ex. vê pois que estava eu possuido da mesma opinião, quando no meu citado officio de 29 de Maio ultimo me explicava com bastante severidade ácerca do procedimento do barão; mas isto não seria razão sufficiente para consentir com o meu silencio, em que as arguições ao barão fossem levadas além daquillo, que permite a exactidão historica dos factos.

Conforme a exposição que delles se faz na citada nota de 12 de Junho, parece que o barão obrou sómente de per si, e que fazendo passar para o territorio do Rio Grande do Sul gados de sua propriedade, o mesmo praticou ácerca de gados alheios, sem consentimento de seus respectivos donos. Ha nisto, segundo as informações de que tenho noticia, grave inexactidão. O movimento do barão foi coadjuvado, e teve as sympathias de muitos, como é natural que as tivesse, daquelles que mal ou bem virão nesse acto de desesperação o unico meio de salvar os restos de sua fortuna, quasi totalmente destruida pelo complexo de disposições que o governo imperial deseja ver abolidas, porque nellas esta o germen de futuras desordens, e que V. Ex. não quer abolir, como se fosse possível destruir os effeitos, sem arrancar-lhes a causa pela raiz.

Entre os individuos que por tal motivo coadjuvarão e sympathisarão com o movimento do barão de Jacuhy, se devem contar os proprietarios brasileiros das estancias situadas entre o Arapahy e o Quaraim. Os gados pertencentes a estas estancias, e conduzidos pelo barão para o Rio Grande do Sul, podem dizer-se subtraídos ás disposições fiscaes impostas por V. Ex. ao territorio da republica, que obedece a V. Ex., mas não se podem certamente dizer roubados a seus legitimos donos, pois que (segundo estou persuadido ao menos) tal conducção de gados se não podia fazer sem consentimento e cooperação das pessoas a quem pertencião os mesmos gados. Não quero por este modo legitimar o acto; mas entendo do meu dever rectificar um facto.

Ha ainda outra proposição a rectificar. Affirma-se em a nota de 12 de Junho, que os actos do barão de Jacuhy forão patrocínados pelo general Andréa, e coadjuvados pelos emigrados orientaes e argentinos, escudados por indevidas sympathias das autoridades do imperio.

Eu creio, que se antes de ser assignada pelo Sr. Villademoros a nota a que tenho a honra de responder, tivesse chegado ao conhecimento de V. Ex. o relatorio que por vezes tenho citado, e com elle os documentos que decorrem de paginas 92 por diante, não se faria ao general Andréa a accusação infundada que se lhe faz; nem esta pôde estribar-se por maneira alguma no máo exito das diligencias e esforços praticados pelo ex-presidente do Rio Grande do Sul, para obstar as reuniões a cuja frente se collocou o barão de Jacuhy, pois que esse máo exito se explica pela cautela e segredo com que taes reuniões se formirão, e esta cautela e segredo se explicão pelos interesses e sympathias empenhadas em taes reuniões.

De tudo isto resulta, que para se obstar á continuação de movimentos semelhantes, urge tomar quanto antes as medidas necessarias, para que taes movimentos não se envolvão com interesses tão poderosos, nem achem protecção em sympathias tão fortes, como acaba de acontecer; mas para alcança-lo (permitta V. Ex. que eu o repita) é necessario que cesse completamente esse estado de oppressão e vexame, que torna popular no imperio a causa dos vexados e opprimidos.

Antes, porém, de concluir ácerca deste topico, seja-me licito notar, que de haverem os emigrados conseguido fazer parte das reuniões de que se trata, não se pôde fazer de maneira alguma um argumento para negarem-se ao governo do Brasil as medidas que o governo imperial, apoiado nos factos e na razão, me deu ordem para reclamar, e eu reclamei pelo officio de 29 de Maio ultimo.

A mesma cautela, o mesmo segredo, os mesmos interesses, e as mesmas sympathias que encontrão o barão de Jacuhy na sua empreza, encontrarão todos os que se resolvêrão a abraça-la, nacionaes ou estrangeiros.

Quero com isto explicar o facto e não desculpá-lo, principalmente pelo que respeita aos emigrados, que reunindo-se, e cooperando com os que agitarão o paiz, pagarão de uma maneira assaz impropria o asylo e a hospitalidade que tñhão encontrado entre nós; mas tornando de algum modo responsavel o governo imperial dos actos praticados pelos emigrados, seria a mais infundada de todas as injustiças.

V. Ex. não ignora as ordens repetidas que ácerca da emigração para o Rio Grande, e da residencia ali dos emigrados tem sido dadas a esta legação e á presidencia daquela provincia. Essas ordens, tanto pelo que respeita a esta legação, como pelo que respeita a essa presidencia, tem sido religiosamente observadas. O governo imperial tem feito quanto está ao seu alcance, para evitar a introducção na provincia do Rio Grande do Sul de pessoas, que possam comprometter o socego e a tranquillidade das nações visinhas. O governo imperial tem feito quanto está ao seu alcance, para conservar arredados da fronteira, e contidos fóra de toda a acção politica, os individuos que tem com effeito emigrado para o territorio do imperio.

Se o andamento natural das cousas alguma vez frustra as intenções do governo imperial, como se

lle pôde imputar aquillo que não foi possível antever e prevenir? V. Ex. não ha de certamente negar a deferencia, attenção e cuidado com que o governo imperial tem ouvido sempre por si, ou por seus agentes, quaesquer reclamações relativas a este assumpto, ainda quando taes reclamações não tem sido apresentadas por pessoas revestidas de um caracter publico; mas, suppondo que o procedimento do governo imperial acerca da emigração oriental e argentina, tinha sido precisamente o contrario daquillo que na realidade tem sido, poderia dahi concluir-se, que a cooperação de V. Ex. nos termos indicados e propostos pelo governo imperial, seria inutil e desnecessaria para destruir a origem dos acontecimentos de que se tem tratado, e para evitar por consequencia a reproducção desses mesmos acontecimentos; mas isto era o que cumpria demonstrar. Cumpria argumentar, e não fazer sómente recriminações destituídas de fundamento.

Pelo que respeita ao nono argumento, entende V. Ex. que o desarmamento do barão de Jacuhy, e a dissolução das reuniões por elle organisadas, não são medidas sufficientes para actos que eu mesmo qualifiquei de violentos, illegaes, anarchicos, e absolutamente oppostos aos princípios do direito internacional.

A questão não consiste em proporcionar penas a delictos. O governo do Brasil, como já se observou, pôz em pratica todos os meios que tinha á sua disposição, tanto para terminar o movimento, como para evitar que elle se reproduza. Entende porém que, quaesquer que sejam as medidas por elle applicadas para esse fim, taes medidas podem tornar-se impolicas, porque inutil é destruir os effeitos quando a causa não se destróe.

A V. Ex. cabe destruir esta causa; nega-se V. Ex. a isso; nega-se por tanto a coadjuvar o governo imperial em um objecto de justiça, e de indisputavel necessidade para os dous Estados: e entretanto exige V. Ex. do governo imperial medidas, actos, procedimento que nem ao menos designa V. Ex. quaes entende que devão ser! Verdade é que V. Ex. declara ter expedido as ordens convenientes para que se deduzão perante o governo imperial as devidas reclamações; mas se essas reclamações são as mesmas a que se refere a nota de 8 de Março do anno corrente, ou quaesquer outras endereçadas ao governo imperial pela legação argentina, é claro em primeiro lugar que por tal intermedio não se pôde exigir, nem dar uma reparação solemne por factos praticados no territorio desta republica, e em segundo lugar tambem é claro, que não sendo taes factos praticados por ordem, ou com approvação ou consentimento do governo imperial, difficil, ou antes impossivel será o demonstrar a existencia desse pretendido direito a desagravo, e satisfação da parte de um governo, que em nada aggravou nem tem dado motivo justo a que delle se exija satisfação alguma.

O governo imperial, desejoso de manter a paz (fêzse o Sr. ministro dos negocios estrangeiros na citada nota de 8 de Março do anno corrente), tem feito tudo quanto podia fazer. Como o abaixo assignado tem por vezes feito ver ao Sr. Guido, forão expedidas todas as ordens, e dadas as providencias necessarias para que fossem dispersas as reuniões que se procurava formar na fronteira, e presos os autores. O barão de Jacuhy conseguiu illudi-las pela extensão da fronteira, e sympathias que encontrou o seu procedimento. O governo imperial não o approvou, nem podia approvar, e por isso deu a esse respeito ao novo presidente da provincia de S. Pedro do Sul as ordens que entendeu convenientes, e por meio das quaes espera que não se reproduzirão factos semelhantes, principalmente se, como é de esperar, o Sr. general Oribe, e o governo argentino pelo seu lado, contribuirem para que desapareçam as antigas e primordiales causas de semelhantes acontecimentos. Taes são as palavras de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros na citada nota de 8 de Março.

Pelo que respeita ao decimo e ultimo argumento, entende V. Ex. que o barão de Jacuhy e seus sequazes pretendirão fazer á força de armas com que V. Ex. relaxasse as medidas que tinha julgado conveniente adoptar, e declara que por isso mesmo não ha de relaxar essas medidas, emquanto se não der da parte do governo imperial a satisfação exigida.

Aproveito antes de tudo a confissão tacita e implicita que se envolve neste argumento, pois que delle se deduz que ha medidas vexatorias e oppressivas, porque de outro modo não poderia a continuação dessas medidas ser um meio de constranger o governo imperial a prestar-se á satisfação e desagravo de que se trata, como aliás parece evidente ser a intenção de V. Ex.

Isto posto, direi mais que as reuniões dirigidas pelo barão de Jacuhy, e os actos praticados por este não podião ter por fim o constranger a V. Ex. a que derogasse as ordens que tinha dado. Seria necessario que o barão e seus sequazes, além de desesperados pela ruina e destruição de suas propriedades, tivessem chegado ao ultimo grão de insanía para se persuadirem de que seria possível, com tão diminuta força, extorquir por meio della acto algum da parte de um general, que commanda um exercito muitas vezes mais numeroso do que esse punhado de homens, sequazes do barão de Jacuhy. A intenção destes não podia ser outra mais do que salvar alguma parte dos seus gados, de cuja perda total estavam ameaçados pelas consequencias e resultados dessas mesmas medidas, a cuja alteração V. Ex. não quer annuir; mas, fosse qualquer que fosse a intenção do barão, e dos que o seguião, provado como está que o governo do Brasil desapprovou os actos por ellas praticados, e que parte nenhuma teve em tal empreza, onde está o direito de exigir satisfações do governo imperial?

Parece-me que deste modo ficão sufficientemente contestados os argumentos deduzidos na citada nota de 12 de Junho ultimo, e que, em vista desta contestação, do conhecimento que deve ter hoje

V. Ex. da nota de 8 de Março tantas vezes citada, e de quanto igualmente se tem discutido na imprensa, e na tribuna do Brasil acerca dos negocios do Rio da Prata, ha de V. Ex. modificar sem duvida o juizo que formou, quando suppôz que as reclamações constantes do meu officio de 29 de Maio ultimo, não erão feitas com um sentimento intimo de persuasão.

As razões da minha persuasão são as mesmas, em que a respeito de tal objecto se funda a opinião do governo imperial, e a opinião publica do Brasil manifestada claramente na tribuna e na imprensa. Quando o representante de um governo se exprime, estribado na opinião do governo que representa, e na opinião do paiz a que pertence, duvidar das convicções de que está possuido aquelle que assim se exprime, é sair mui gratuitamente do circulo dos negocios, para lançar-se no campo das personalidades, no qual eu certamente não acompanharei o Sr. Villademoros, porque respeito muito a missão de fallar a V. Ex. em nome do governo imperial; e se nas expressões da citada nota de 12 de Junho, a que acabo de referir-me, se encontra alguma cousa de offensivo ao meu caracter como homem particular, ou como agente do governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil, eu me contento com repellir a offensa, como cumpre a todo o homem de honra injustamente provocado; mas antes de terminar rogo a V. Ex. que me permita ainda tomar na devida consideração algumas outras expressões da nota a que tenho a honra de responder.

Diz V. Ex. que, no caso de não haver contrahido o barão de Jacuhy, com a sua incursão no Estado Oriental, alguma outra responsabilidade mais do que a de retirar-se ao lar domestico, depois que vencido na sua empresa não teve com que sustentar-se, pouco perderia, se por ventura não perdesse a vida no empenho qualquer outro subdito do Brasil, que para o futuro quizesse arrojarse a procurar fortuna pelos mesmos meios de que usou o barão.

Em primeiro lugar, vejo que V. Ex. attribue o desarmamento do barão e a disseminação dos seus sequazes, tão sómente á derrota por elles soffrida, ou por parte delles, sem levar em linha de conta as ordens do governo imperial e do presidente da provincia do Rio Grande do Sul, todas tendentes ao mesmo fim, nem a prompta obediencia do barão; circumstancias que a exactidão historica prohibe deslembrar, e que se não devem com effeito deslembrar, tambem pelo motivo de que todas essas diligencias provão o verdadeiro espirito de que sempre esteve e continúa a estar animado o governo imperial para com os estados vizinhos.

Pelo que respeita porém ás consequencias, que os factos praticados pelo barão de Jacuhy podem ter para elle mesmo, importa observar que o governo imperial não me autorizou para participar a V. Ex. se o barão seria ou não seria punido. A minha missão, no caso presente, é de fazer todos os esforços possiveis para convencer a V. Ex. de que todas as medidas já tomadas, ou que para o futuro possa tomar o governo imperial, assim de, pela sua parte, conservar e manter a tranquillidade e segurança das fronteiras, podem tornar-se improficuas, se V. Ex. as não coadjuva, cortando, como já se tem exposto, a raiz de todo o mal. No assumpto de que se trata, não tenho outra missão; mas se me fosse licito expender o meu juizo individual, diria que, se crimes se cometterão dentro do imperio, devem elles ser punidos pela acção ordinaria das leis criminaes e dos tribunaes do Imperio; pois que o governo do Brasil não rege o paiz debaixo das fórmulas do absolutismo, nem possui esse poder *sui generis*, a que nas repúblicas do Prata se dá a denominação de *faculdades extraordinarias*; mas, antes de entregar a qualquer subdito do Imperio á acção das leis, eu examinaria se os brasileiros, sequazes do barão de Jacuhy, apprehendidos por forças pertencentes ao exercito de V. Ex., forão submettidos ás leis e aos tribunaes do estado, ou se forão degolados, como já se affirmou na camara dos deputados do Brasil, e nesse caso exigiria rigorosa punição de quem tal atrocidade houvesse perpetrado.

Entretanto, como das palavras que acima citei, e que forão traduzidas da nota de 12 de Junho, possa talvez deduzir-se que os brasileiros são ameaçados com uma pena muito superior ao delicto, e imposta sem fórma de processo, para o caso de que infelizmente a desesperação torne ainda alguma vez a arrasta-los a esse mesmo caminho que seguio, e de que se arredou o barão de Jacuhy, eu não posso (dada com effeito essa intelligencia ás palavras referidas) deixar de protestar contra qualquer deliberação de sujeitar suditos brasileiros á imposição de pena de morte sem fórma de processo, e sem lei anterior que a imponha pelos actos praticados. Uma tal deliberação na verdade seria contraria aos principios de direito universal, ás mais obvias noções do justo, e aos mais evidentes sentimentos da humanidade.

Em face do que fica exposto, eu me animo a rogar a V. Ex. que se digne considerar de novo a determinação que se dignou communicar-me, de não admittir observação alguma sem que as Republicas do Prata obtenhão uma satisfação, que não se diz em que consiste, que se foi exigida, não o foi pelas vias competentes, e que se pede por actos, de que o governo imperial não tem a mais leve responsabilidade; mas quando V. Ex., apesar de tudo, insista no seu proposito, cumpre-me desde já protestar, como protesto, contra essa denegação de justiça, e contra os resultados que dahi possam provir para os interesses particulares dos proprietarios brasileiros, e de quaesquer outros subditos de S. M. o Imperador do Brasil, residentes no territorio da Republica Oriental do Uruguay, protestando igualmente haver para os prejudicados plena e cabal indemnisação de quem

direito fôr, guardadas as fórmulas e applicados os meios que se usão da nação para nação. Pro-
testo igualmente contra os resultados, que por falta de coadjuvação exigida do V. Ex. possão tornar
inuteis e improficuas as medidas adoptadas pelo governo imperial, para a manutenção e conservação
da segurança e tranquillidade das fronteiras do Imperio e da Republica.

Aproveito-me desta opporrtunidade para renovar a expressão de minha mais completa consideração
e respeito pela pessoa de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex. Legação do Brasil em Montevideo, 8 de Julho de 1850. — Illm. e Exm.
Sr. general D. Manoel Oribe.

O encarregado de negocios, RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES.

N. 4.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1850. — Anno 41 da liberdade,
35 da independencia e 21 da Confederação Argentina.

Illm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, senador do
Imperio., ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina,
recebeu a nota de S. Ex. o Sr. ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, Paulino
José Soares de Souza, datada de 4 do corrente, respondendo ás desta legação com datas de 16 e 28
de Junho proximo passado, relativas á reclamação dirigida ao governo imperial em 13 de Fevereiro
deste anno, por causa da aggressão vandálica do brasileiro Francisco Pedro de Abreu á Republica
Oriental.

O desvio singular que o Sr. ministro deu a esta questão, a leva a um terreno completamente novo, a
um debate forense, alheio da natureza especial da reclamação, e estranho ás ordens expressas dadas
ao abaixo assignado pelo seu governo. Por isso não tocará senão levemente no que lhe é indispensavel
da nota do Sr. ministro, para fundar e deduzir a sua ultima pretensão junto do governo imperial.

Principia o abaixo assignado por declarar ao Sr. Paulino, que é improcedente a supposição, de que a
reclamação da legação argentina de 13 de Fevereiro fosse por *ordens do general Oribe*; tal consequencia
não se deriva de nenhum modo do paragrapho citado por S. Ex. « O abaixo assignado recebeu do
Exm. Sr. presidente general Oribe documentos, e não ordens, &c. »

Só áquelles se referio o abaixo assignado em sua citada nota, em cumprimento de um dever que
lhe estava imposto pelo seu governo, sobretudo quanto pudesse interessar á Republica Oriental
do Uruguay. Desapparece pois a primeira base da argumentação do Sr. ministro, e tanto mais,
quanto foi bem explicito o abaixo assignado em manifestar, que reclamava em nome dos *governos*
alliados do Rio da Prata, como o Sr. Paulino repete.

Depois de esclarecida assim a origem da reclamação, a nota de 28 de Junho, com que o abaixo
assignado transmittio ao Sr. ministro a do Sr. presidente general Oribe, sobre a sua adhesão
aos desejos e vistas do governo da Confederação Argentina, longe de poder servir ao Sr. Paulino
para turvar a fonte, donde partio a reclamação do abaixo assignado, não prova que a de 13 de
Fevereiro procedeu de *ordens* daquelle chefe, mas que a legação tinha previsto a vontade dos
governos *alliados*.

Se o Sr. Paulino não vê nesta marcha natural senão uma *mistura e uma consolidação* do governo
argentino com o general Oribe, e na palavra *alliança*, a contingencia *de vir a ter com o andar*
do tempo e com o desenlace dos acontecimentos, resultados a que o Brasil não poderia ser indifferente,
não é culpa do abaixo assignado.

Com illimitada franqueza não poucas vezes tem explicado essa *alliança* occasional, inevitavel, ne-
cessaria e circumscripita, unica e exclusivamente á guerra das duas Republicas do Prata contra um
inimigo commum, a explicou em sua nota ultima de 16 de Junho, e não obstante, assenta todavia
o Sr. ministro que *não conhece a sua extensão nem suas condições*. Que outro genero de esclarecimento

admittem taes factos entre governos cultos? A duvida só não envolve virtualmente uma offensa á sinceridade e á circumspecção do governo argentino, e do seu representante nesta côrte?

Conhecendo, como deve conhecer já o governo imperial, o caracter dessa alliança, são gratuitos os corollarios que deduz o Sr. ministro, para negar o direito do governo argentino a uma satisfação por um ataque praticado da parte do Brasil no Estado Oriental.

A invasão do barão de Jacuhy não é questão unicamente *com o general Oribe*. É a entrada em um territorio que está sob a salvaguarda de dous exercitos combinados, dos quaes é um o argentino e outro o oriental. O direito de dous alliados nasce da communidade de damno causado pelos aggressores, da solidariedade dos perigos, e do auxilio que levou essa invasão aos inimigos que um e outro combatem. E se o governo imperial tem reconhecido no general Oribe titulo sufficiente para discutir sob a aggressão perpetrada, não pôde nega-lo ao governo argentino, alliado não desse general, isoladamente, mas da autoridade suprema do estado Oriental, que dignamente funciona pelo voto da nação.

Sustenta o Sr. Paulino que o governo imperial, admittindo a reclamação do argentino, reconheceria *como questões da Confederação as questões do general Oribe, e como questões do general Oribe as da Confederação Argentina*; e que condemnando assim toda a sua politica passada, admittiria a *confusa consolidação da autoridade daquelle governo e daquelle general*. Sorprende semelhante raciocinio depois que o abaixo assignado analysou a alliança. A complicação figurada pelo Sr. ministro não existe. Os governos do Prata marchão em orbita distincta, sem outro ponto de contacto senão aquelle onde a união é necessaria para triumphar do inimigo commum; e se a acção do Brasil é incerta, é por não ter reconhecido a magistratura suprema do general Oribe, de quem, não obstante requer o Sr. Paulino o exercicio do poder politico na Republica do Uruguay.

Esse desconhecimento não deixa arbitrio ao governo argentino, compromettido em uma guerra dentro desse Estado, para guardar silencio sobre qualquer successo, capaz de influir no exito da campanha. A autoridade de ambos os governos está perfeitamente deslindada entre si. O argentino respeita sem restricção as immunidades do governo oriental, e a sua perfeita independencia. A guerra sómente tem formado esses laços communs. Se o Sr. Oribe não é para o Brasil senão um simples general; se não tem reconhecido até agora outro belligerante legitimo senão o governo argentino, porque se lhe negaria direito para reclamar contra uma incursão do estrangeiro no territorio que defende?

Além disso, o Sr. Paulino depois de declarar em sua nota de 8 de Março que o governo imperial tinha feito tudo quanto podia fazer para socegar a fronteira, accrescenta: « que é de esperar que o Sr. general Oribe e o *governo argentino por sua parte* contribuirão para que desapareçam as antigas primordias causas de semelhantes acontecimentos (aggressões como as de Jacuhy). » Invoca-se desta maneira a influencia do governo argentino para restabelecer na Banda Oriental a ordem de cousas pretendida pelo Brasil; e nega-se-lhe a faculdade de queixar-se dos actos que mais a perturbão! É uma anomalia inexplicavel: é onde está a verdadeira confusão que o Sr. Paulino nota em outra parte.

Não se enganou o abaixo assignado quando sustentou, que o governo de S. M. não recusou discutir com a legação argentina sobre quanto se referia ao Estado do Uruguay. A correspondencia diplomatica desde 1843, é um testemunho indestructivel. Numerosas são as questões controvertidas entre o abaixo assignado e o gabinete imperial, porém escassissimas por fortuna as exclusivas á Confederação Argentina. Todas as mais toção directamente á Republica do Uruguay e á guerra nesse territorio. A citação da nota de 11 de Abril de 1846 do Sr. Limpo de Abreu; das de 17 de Dezembro do mesmo anno, e 12 de Abril de 1847, do Sr. barão de Cayrú, mostra, quando muito, um recurso tentado por alguns ministros, para desviar a competencia do ministro argentino no que diz respeito á Republica do Uruguay. Porém essa tentativa, repellida constantemente pela legação argentina, foi abandonada ulteriormente pelo ministerio, inclusive o do Sr. Paulino, que continuou a entender-se com o abaixo assignado, até sobre as primeiras entradas do barão de Jacuhy, na Banda Oriental como contrabandista.

No primeiro destes casos o Sr. Paulino admittio o abaixo assignado as suas representações contra essas correrias clandestinas: recebeu o summario que evidenciava a extracção furtiva de propriedades daquelle Estado, da mesma maneira que seus antecessores entabulárão diversas questões ante a legação argentina sobre successos na Banda Oriental, e sustentárão a polemica. E só depois de requerida a condemnação de subditos brasileiros, associados aos inimigos do Rio da Prata, refugiados no Rio Grande, e quando para contê-los corren o sangue de Orientaes e Argentinos, resuscita a duvida sobre os direitos do belligerante offendido, e se illude com ella o julgamento de um crime ruidoso e a vindicação de todas as leis ultrajadas!

Foi reputado sufficiente e valido o direito do governo argentino para uma alliança de guerra com o de S. M. I. em 1843, em defesa da Banda Oriental, e para estipular a entrada nella de tropas imperiaes; e será insufficiente e nullo para reclamar do Brasil contra um ataque a essa republica? Como, e porque caducou essa faculdade do governo argentino, subsistindo as mesmas razões e os mesmos fins da guerra? Era isto o que ao Sr. ministro cumpria provar, antes de repellir a reclamação do governo argentino.

Por outra parte, se por um capricho da fortuna tivessem os brasileiros aggressores assegurado o seu plano, quem responderia á Confederação pelos azares suscitados ao exercito argentino por um novo inimigo? Para remir o gabinete imperial da responsabilidade exigivel não bastaria uma simples desapprovação do attentado: a sua resolução de castiga-lo seria a unica garantia accetavel para a nação prejudicada. É o que os Estados-Unidos acabão de praticar com a Hespanha, depois da expedição piratica sobre a ilha de Cuba, submettendo aos tribunaes da União o general Lopez e seus companheiros de aventuras, entre os quaes muitos havião occupado cargos importantes da Republica Norte-Americana.

Que o governo imperial, como disse o Sr. Paulino, nunca admittio a legação argentina como representante dos interesses do general Oribe, é uma proposição desligada da questão actual. O abaixo assignado não tem sollicitado tão pouco essa categoria, e tão sómente a de sustentar a causa commum ao sen paiz e á Republica do Uruguay, a cuja frente se acha o presidente general Oribe. Estes interesses são os que tem representado, e os que tem discutido com o abaixo assignado o governo imperial, não sobre um ou outro negocio de menor importancia, como equivocadamente indica o Sr. ministro, senão sobre os mais graves, desde as antigas irrupções á Banda Oriental, de Silva, Silveira, Figueiró e de outros cabecilhas armados no Rio Grande do Sul, até as ultimas combinações contra aquelle estado em o presente anno.

Para remover o Sr. ministro essa prova irresistivel de haver admittido a competencia da legação argentina, allega que então considerando o Sr. Oribe como general das forças argentinas, desde que com ellas invadio a republica do Uruguay e as comanava, não pôde deixar de accitar a discussão.

Porém se esse mando não tem mudado, se estão todavia ás suas ordens essas mesmas tropas; se então como agora o governo argentino o reconhecia como presidente da republica; se então como agora o governo imperial o desconhece nessa alta investidura; que metamorphose se tem operado? em que época começa? que novo character tem assumido esse general, que o ministerio cala, e que serve para justificar a alteração substancial de suas relações com a legação argentina no que diz respeito ao Estado Oriental?

Porém consinta o Sr. ministro que o abaixo assignado restabeleça uma verdade historica, ligada ao destino actual e futuro da Banda Oriental. O general Oribe não entrou naquelle estado só com tropas argentinas; vinhão ás suas ordens os emigrados civis e militares que, fieis á sua bandeira, o tinham acompanhado á terra estrangeira: seguião-o antigos generaes do Uruguay, os quaes, reorganisando as forças nacionaes, apenas pisarão em seu paiz, commandão desde então o exercito daquella republica, a defendem sem outra sujeição que a do seu primeiro magistrado, e não combatem senão pelas leis e pela independencia da sua patria.

Depois das declarações feitas pelo Sr. Guido (prosegue o Sr. Paulino), de que o general Oribe é alliado da Confederação, e portanto, de que não é general e subordinado, não reconhecendo o governo imperial aquella alliança (que nunca lhe foi explicada), não fica por isso inhibido de entender-se com o general Oribe.

As declarações não erão necessarias desde que o governo da Confederação confiou suas forças para perseguir os inimigos do Rio da Prata, não a um simples general argentino ou oriental, mas ao presidente do estado do Uruguay, como estiverão confiadas as da Republica Argentina na guerra da independencia ao dictador do Chili, e no Perú á presidencia daquella republica e ao libertador de Colombia.

As forças, que concorrião então em defensa da independencia da America, combatião alliadas, sem necessidade de outro pacto escripto, nem outra estipulação, que a união de suas armas para a victoria. Assim combatem as tropas argentinas ao lado das orientaes, e nesta coalicção de ambos os Estados jámais interveio condição alguma nociva ou attentoria aos direitos de nenhum delles.

O Sr. Paulino transcreve textualmente da nota do abaixo assignado datada de 18 de Dezembro de 1847, as seguintes palavras:

« Tão explicito quer o governo da Confederação que seja o seu representante junto de S. M. I. sobre este ponto (o da alliança), que lhe manda assegurar que das pretendidas allianças não existe outra com o presidente general Oribe, senão a que de facto era indispensavel e natural para combater a rebelião dos inimigos internos e a intervenção européa, e para defender a independencia dos orientaes e dos argentinos, e que a guerra que sustentão os governos do Rio da Prata só teve e terá esse unico e exclusivo fim, sem estar entretanto esta combinação formulada nem definida em pacto algum escripto, nem em convenios verbaes. »

Ainda em 16 de Junho ultimo, desenvolvendo o abaixo assignado a origem e o termo da marcha uniforme das duas republicas do Prata na actual guerra, concluiu expondo ao Sr. Paulino a respeito da alliança o seguinte:

« O exercito argentino e a nação uruguaya vião um mesmo inimigo na autoridade oppressora de Montevideo; aquelle considerando-a como autora da guerra, a que a Confederação foi, a seu pesar, forçada; e o povo oriental, não vendo nella senão o aborto de um motim militar, e um instrumento cego da politica estrangeira; commum veio a ser desde logo o interesse do triumpho: e por uma consequencia, inseparavel da unidade de fim, os governos do Prata che-

« garrão á alliança mais intima, sem necessidade de outro pacto que o instincto da sua propria « defeza. »

Á vista de ambas as declarações, poderia esperar-se que o Sr. ministro dissesse que *essa alliança nunca lhe foi explicada?* Se S. Ex. conhece algum meio mais positivo, mais efficaç entre governos civilisados para dar-se conta de sua politica, que não seja o de uma explicação veraz, qual a que o abaixo assignado acaba de copiar, a legação argentina não o alcança.

S. Ex. aporta a vista dessas authenticas declarações, e vai esquadrinhar em a nota da legação, com data de 15 de Julho de 1842, alguma cousa que invocar contra a existencia da alliança naquella época; porém de que aproveitaria ao Sr. Paulino que essa alliança não tivesse então existido, se é que tal anachronismo fosse por um momento acceptavel? Ficavão acaso inhabilitadas as republicas do Prata para estreitar suas relações militares?

O abaixo assignado respondeu em 15 de Julho de 1842 a uma interpegação precisa do governo imperial. Perguntou-se-lhe com que vistas enviava a Confederação um exercito á Banda Oriental: contrahio-se por conseguinte a responder sobre esse ponto unicamente. Não se lhe perguntou pela alliança, que já então existia de facto; não entre o seu governo e o general Oribe, mas entre aquelle e o presidente da Republica Oriental, cujo character politico não caducou ante o governo argentino pelos preceitos do motim e da traição interiores, nem pela violencia estrangeira.

E dado que essa alliança tivesse existido naquella época (continua o Sr. Paulino), teria desaparecido com as causas que a produzirão, e com o fim que teria tido em vista. Teria desaparecido com o desaparecimento de Rivera da scena politica, com as batalhas do Arroio-Grande e da India Morta, e com a impossibilidade em que está hoje de erguer a sua influencia na Banda Oriental. Teria desaparecido com o repudio e proscricção de Rivera pelo governo de Montevideo e pelos mesmos que o apoiavão.

« E se essa alliança, concebida depois, teve por fim resistir á intervenção européa, como insinuou « depois o Sr. Guido em sua nota de 18 de Dezembro de 1847, não pôde ser ella invocada, havendo « desaparecido essa causa. A intervenção ingleza se retirou completamente pelo tratado Southern; « a franceza parece que está a desaparecer com a nova negociação do almirante Le Prédour.

« Que alliança é essa portanto em que se funda o Sr. Guido, e qual é o seu fim e alcance? » Não se pôde ler sem assombro e pezar o fragmento que precede, vendo o gabinete do Brasil repetir os cansados sophismas da imprensa hostile aos governos do Prata, e acolher uma argumentação perfidamente empregada por seus inimigos, para calumniar essa alliança simplesmente bellica. e, o que é mais notavel, disputar-lha com idealidades no momento em que o ministerio brasileiro vê senão o termo proximo da contenda.

A Confederação Argentina não comprehendeu a guerra contra a individualidade de Fructuoso Rivera. Para reduzi-la a tão mesquinhas proporções seria necessario haver abdicado a dignidade e o bom senso que nunca faltou ao governo argentino. Era forçoso nomear a Rivera porque tinha declarado a guerra á Confederação Argentina; porque seu nome era o symbolo da anarchia, a sua influencia uma ameaça permanente aos estados vizinhos; e porque assaltou o poder, degradando-o e á mercê e em proveito do estrangeiro, que bloqueava os portos daquella republica.

As duvidas do Sr. Paulino responde bem claramente o proprio paragrapho da nota da legação, datada de 15 de Julho de 1842, transcripto por S. Ex., quando declarou ao governo imperial: « que o argentino não tomou as armas por espirito de conquista, nem por nenhum desses principios « ignobres, capazes de pôr em ambiguidade sua lealdade e sua fama; que foi forçado a defender-se « da aggressão de um vizinho anarchico; que á declaração de Rivera respondeu, pondo em pé as « forças nacionaes, para de-truir suas nefandas machinações no territorio argentino para *desbaratar « a sua alliança com os inimigos da Confederação, e para extinguir o germen de discordia perpetua, inseparavel « da sua existencia politica.* »

Os inimigos da Confederação, esses elementos de discordia perpetua, não desaparecerão da Banda Oriental pela derrota de Rivera nas batalhas apontadas pelo Sr. Paulino. O *repudio* e a *proscricção* de Rivera por seus proprios co-religionarios, longe de provar a cessação dos motivos da guerra, accusa antes o fanatismo da sua facção, que, esquecida de havê-lo ajudado e impellido a toda a qualidade de attentados, e de havê-lo elevado até ás regiões do genio, o arroja de seu seio, quando, desacreditado pelos reveses das suas campanhas, o reputa um estorvo para novas e mais acerbas combinações contra as duas republicas. E estas nações abandonarião a contenda porque se derrotou a Rivera!

Ao Sr. ministro tocaria provar, que a expulsão de Rivera do Estado Oriental annullou o seu bando: que a intervenção estrangeira cessou com aquella: que os acastellados em Montevideo sob guarnição estrangeira capitulãrão: que a cooperação actual da França, para sustentar aquella praça, era um sonho: em uma palavra, que nesse territorio já não ha inimigos em armas contra a Confederação.

Mas, se em vez de ser tal a realidade da situação nessa republica, o chamado governo em Montevideo, em hostilidade permanente contra ambos os estados, apenas a tem suspendido por um armistício temporario; se envia, como acaba de enviar, uma nova missão a Paris para frustrar, se lhe fôrse possivel, os effeitos da convenção, pendente ainda do juizo da assembléa nacional de França e da

ratificação do presidente da república; se se trabalha para volver á scena esse mesmo Rivera, julgado pelo gabinete do Brasil como motivo bastante para a entrada de tropas argentinas no Estado Oriental; se a esquadra e as tropas francezas existem no Prata; se os cabos principaes da emigração permanecem no Rio Grande, promptos a cooperar, como tem feito, em qualquer ataque contra os estados limitrophes; se a imprensa de Montevideo não cessa de atizar a discórdia; se tudo isto é sabido do ministerio do Brasil; quereria o Sr. Paulino que por estar Rivera no Rio de Janeiro se dêsse por concluída a guerra? E pergunta-se ainda em que se funda a alliança, e qual o seu objecto e alcance?

Não disputou jámais a legação ao ministerio do Brasil o direito de *examinar e discutir o titulo*, em virtude do qual exigiria o governo argentino uma satisfação por attentados semelhantes aos do barão de Jacuhy na Banda Oriental. Porém a sufficiência do titulo foi reconhecida pelo governo imperial no facto de haver discutido com esta legação sobre diferentes successos de immediata transcendencia para o Estado do Uruguay: o titulo é a communidade de perigos das republicas alliadas; o titulo é o direito da guerra. Tal ha sido a base da reclamação, sem que o governo argentino haja pretendido, nem queira menoscar nunca a menor das immuniidades da potestade suprema do Estado Oriental.

Onde está a obscuridade de que se queixa o Sr. ministro? Que deseja o governo imperial que se lhe diga depois de tão genuinas explicações? Limitada como está a alliança só a este circulo *« poderá prejudicar »* (pergunta por seu turno o abaixo assignado: *a independencia do Uruguay e as obrigações que o Brasil deriva da convenção preliminar de paz de 1828?*)

Grande prova haveria dado o gabinete brasileiro de lealdade ao texto e ao espirito desse tratado: grande prova do interesse pela independencia oriental, se alguma parte do escrupulo, tido em decifrar uma alliança inoffensiva á Republica do Uruguay, se houvesse empregado em investigar a alliança das potencias interventoras com uma facção anti-americana.

Se o governo imperial, em vez de presenciar tranquillo a devastação dos campos da Banda Oriental, o incendio das suas costas por esquadras da Europa, a invasão de seus rios interiores, o predominio da coalição estrangeira no territorio do Uruguay, houvesse pedido a esta a exhibição do seu titulo para intervir, e a tivesse interpellado pela natureza e extensão dessa alliança; ali teria descoberto os verdadeiros riscos da independencia oriental, cujo sacrificio se haveria consummado, se por ventura os governos do Prata não houvessem interposto um heroico denodo para salva-la; porém, quando o zelo do governo imperial é tão severo para com a alliança de estados conterraneos, e tão condescendente e confiado para com a intervenção europeia naquelle rio, é impossivel deixar de attribui-lo, ou á illusão mais deploravel, ou á vontade mais antipathica.

O ministerio do Brasil tinha dito, em 26 de Junho de 1845, ao chamado ministro de relações exteriores do governo de Montevideo, o que copia litteralmente o Sr. Paulino: « Que como o simples facto de cabir a praça em poder dos sitiadores não destruiria, despidido de outras circumstancias, a independencia do Estado Oriental, é claro que o governo imperial, ainda na presença deste facto, que aliás lamentaria, não podia julgar-se autorizado a intervir »; porém agora em sua ultima communicação commenta o Sr. Paulino a declaração precedente, avisando *« que não pôde ser hoje invocada, e não liga a politica futura do governo imperial em circumstancias diversas. »*

Teria parecido demasiada susceptibilidade suspeitar, sequer do governo imperial, uma retracção tão palmar, como a que acaba de ler-se. O abaixo assignado estaria no seu direito pedindo ao Sr. ministro uma explicação mais categorica; porem, revelando-se sufficientemente o pensamento do gabinete do Brasil, está seguro de que o seu governo o comprehenderá.

Explicada, pelo abaixo assignado, a posição actual da Confederação Argentina para com o Estado do Uruguay, definidas a natureza e unico proposito da alliança bellica das duas republicas e as causas da sua continuação, e postas em evidencia as vistas desinteressadas do governo argentino, não sómente pelo seu constante proceder, como pelas convenções ultimamente celebradas com a Inglaterra e com a França; e deslindado o direito, mediante o qual o governo argentino pedio ao de Sua Magestade o castigo do barão de Jacuhy, passa já o abaixo assignado a occupar-se da sua invasão á Republica do Uruguay.

« Os actos praticados pelo barão de Jacuhy (diz o Sr. Paulino) se verificarão em lugar distante do theatro da guerra, e não prejudicarão as suas operações. A força do barão de Jacuhy foi repellido pela que se achava guarnecendo a fronteira do outro lado do Quaraim, aonde se achava antes, independentemente da ultima entrada do mesmo barão. Esses actos não são novos; não tem alcance politico; nascem das causas apontadas pelo abaixo assignado, em sua nota de 8 de Março proximo passado. »

Perdõe o Sr. ministro que o abaixo assignado não possa admittir como exacta nenhuma destas indicações.

Por theatro de guerra entende-se todo aquelle espaço em que o belligerante pôde manobrar, ou em que pôde ser acommettido por seus inimigos. Assim, entra sob esta denominação, não só o terreno em que acampa o exercito sitiador de Montevideo, mas tambem o que se estende até á fronteira

do Brasil, em que se tem dado acções de guerra, e onde se aquartelão fortes destacamentos, um dos quaes sahio ao encontro do barão de Jacuhy.

Em reforço das tropas de observação sobre a fronteira se desprende do corpo principal, primeiramente, a columna ao mando do general Gomes. O ex-presidente general Andréa recebeu avisos directos deste movimento, annunciou-o á provincia do Rio Grande, e o communicou ao seu governo. Depois o general D. Ignacio Oribe foi obrigado tambem a approximar-se á fronteira, como consta das participações militares.

A proclamação n. 1 de Francisco Pedro de Abreu descobre todo o seu projecto. Chama ás armas aos brasileiros, aos Orientaes emigrados, e aos inimigos dos governos do Prata: appellida *selvagens invasores* ao Estado limitrophe, aos que sustentão a sua independencia, e este humilhante epitheto se dirige ao exercito argentino. O abaixo assignado citou, em sua nota de 16 de Junho, a opinião do general Andréa sobre essa provocação insolente.

A differença entre esse alardo hostil e as tres primeiras entradas do barão, a que o abaixo assignado alludio em sua communicação de 13 de Fevereiro, exclue toda a comparação entre estes factos. Naquellas penetrava Jacuhy no Estado vizinho com o disfarce de um contrabandista, fugia das guardas, e se refugiava em silencio com o fructo de suas correrias. É esta a attitudo do aggressor depois da sua proclamação, e depois que se armou publicamente, seduzindo officiaes, engajando soldados, tomando a seu serviço os chamados chefes orientaes, e encabeçando uma numerosa vandalagem para penetrar na Banda Oriental?

A participação do coronel Lamas, datada de 9 de Janeiro, aqui junta sob n. 2, narrando o encontro com o barão no Catalão Grande, dá idéa da nova irrupção. O general Andréa a chamou *attentado* em sua ordem datada de 23 de Fevereiro; e a circular n. 3 do Sr. Pimenta Bueno, com data de 22 de Março, a denuncia como contraria á lei, *offensiva dos verdadeiros interesses do Brasil, e opposta aos deveres de subditos briosos e leaes*.

O Sr. Pimenta, induzido finalmente pela consciencia do justo, aggrega: « Não póde deixar de ser reputado, e castigado como grave attentado, o facto de reunirem-se ilegalmente homens, e invadirem o estado limitrophe por sua autoridade privada e interesses pessoais, que acobertão com declamações politicas, postergando seus sagrados deveres de obediencia ás leis fundamentaes do estado, e compromettendo não só a dignidade nacional, como especialmente o nome e honra desta briosia provincia. »

O agente diplomatico do Brasil em Montevideo apoia essa mesma declaração com os termos inequívocos de acto *illegal, violento, anarchico e contrario* ao direito das gentes, o que praticou Jacuhy. Que paridade haveria entre um agitador publico, apresentado por altas autoridades do Brasil á indignação do seu paiz, e o contrabandista de que falla o summario? Deixará de ver o Sr. ministro uma vasta distancia entre o contrabandista, sujeito a repressões policiaes, e o desenfreamento barbaro de um numeroso bando com espirito de cega vingança, entre a extracção de alguns rebanhos do Estado vizinho, e uma conjuração contra nações amigas do Brasil? O Sr. Paulino fica assim informado da razão por que a legação tem adoptado differente recurso em um e outro caso.

Segundo a participação citada no n.º 1, e as de n.ºs 4 e 5, esquadrões de Buenos-Ayres reforçavam a columna do coronel Lamas, e alguns dos officiaes e soldados argentinos pederão no empenho de rechaçar os bandos capitaneados por Jacuhy, não só na incursão do mez de Janeiro, como em acções successivas até a de 12 de Abril. Precisar-se-ha outra cousa, para esclarecer o direito do governo argentino a pedir uma reparação classica da potestade do territorio que servio de quartel-general á invasão?

O governo imperial escuda-se contra esse direito, pretextando que a questão sobre o procedimento do barão de Jacuhy está pendente com o general Oribe; porém envia ao mesmo tempo á legação argentina nesta côrte o *ultimatum* dirigido pelo do Brasil em Montevideo, com data de 8 de Julho ultimo, ao Ex.^{mo} Sr. presidente Oribe, em que redondamente nega que haja aggravo feito pelo governo do Brasil, nem motivo para exigir satisfação alguma.

Fica portanto consagrado em principio, pelo gabinete imperial, a impunidade completa do barão de Jacuhy, e a mais inesperada denegação de justiça aos governos do Rio da Prata; e introduzida uma doutrina nova no direito internacional, pelo qual um governo deva preferir fazer sua a culpa de um subdito que dicta e executa a guerra, usurpando todos os direitos de soberania e magestade, antes do que reivindicar-lhes, submettendo o delicto ao julgamento inexoravel da lei.

Essa maneira de julgar as violencias directas ou indirectas dos subditos de uma potencia contra outra, estabeleceria, como meio unico de segurança, o *retorsio facti*; as represalias seriam a sua consequencia inevitavel, e aos preccitos da justiça haveria que substituir a magistratura da força bruta.

Porém a causa contra o coronel do Imperio Francisco Pedro de Abreu está julgada, não pelos governos do Prata, senão por altos funcionarios do Brasil. Seus accusadores foram os delegados imperiaes. Os complices do aggressor são conhecidos. As testemunhas estão no Rio Grande e nas Republicas do Prata. O réo está confesso por sua proclamação já citada, e sua ratificação estampada na diatribe n.º 6; na qual, diante do gabinete que o protege, diante do gabinete que allega ter

desapprovado sua conducta, se ostenta contumaz, e injuria sob sua firma, com novos e mais infames insultos, a nação que atacou á frente de quadrilhas piraticas.

Patente o crime do barão de Jacuhy, flagrante a violação do territorio oriental, enorme a lesão causada, e denegada pelo governo de S. M. o Imperador do Brasil a justiça ás republicas alliadas, o abaixo assignado cumpre as ordens supremas, reiteradas ultimamente em termos precisos e peremptorios, pelo Exm. Sr. governador e capitão-general de Buenos-Ayres D. Juan Manoel de Rosas, encarregado das relações exteriores, para que peça seus passaportes, como pede para si, sua familia e comitiva, e para declarar que S. Ex. não pôde permittir, que a legação argentina continue entretanto amigaveis relações da parte da Confederação com um governo que tão gratuita e deslealmente a tem offendido; que tem apresentado a rara anomalia de tolerar que seus subditos do Rio Grande, unidos com os selvagens unitarios, hostilisassem e estivessem em iniqua guerra contra os governos do Prata, enquanto que blasonava estar em paz com elles; que ha reaggravado enormemente estas offensas, negando ao da Confederação a satisfação e reparações que tinha plena razão e direito a esperar.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAZ GUIDO.

N. 5.

Nota do governo imperial á legação argentina.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 30 de Setembro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de remetter ao Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, o passaporte que pede em sua nota de 23 do corrente mez de Setembro, entregue ao abaixo assignado no dia 25.

Satisfazendo assim ao pedido do Sr. Guido já annuciado em sua nota de 16 de Junho proximo passado, o abaixo assignado, no interesse da causa da verdade e da justiça, julga do seu dever acompanhar essa remessa de breves observações sobre alguns pontos da nota do Sr. Guido.

Reconhece o Sr. Guido que o abaixo assignado collocou a questão em um terreno completamente novo, estranho ás ordens expressas que lhe forão dadas por seu governo, e conclue pedindo o seu passaporte.

É este, em verdade, um meio extraordinario de evitar e cortar a discussão de questões as mais importantes, e cuja elucidação é da maior transcendencia para a paz, tranquillidade e futuro do Rio da Prata.

Se a materia que o abaixo assignado chamou á discussão, se a face debaixo da qual encarou a questão é nova, se as ordens que tem o Sr. Guido não a comprehendem, como repelle elle a solução que aquella discussão poderia encaminhar, por ordens que a não liverão, nem podião ter em vista?

Será isso porque a legação argentina é fiel, até á sua retirada, ao systema que invariavelmente tem seguido, de sempre exigir, sem nunca fazer a menor concessão, de nunca admittir senão aquillo que pela primeira vez exigio, e isto pela forma e maneira por que exigio?

Mas o campo a que o abaixo assignado chamou a discussão não é novo, tem sido muitas vezes percorrido. Nenhuma das questões que suscita é nova.

A legação argentina tem seguido o systema de procurar resolver cada uma das questões pendentes entre o Brasil e o governo argentino, ainda mesmo de menor momento, separadamente, e sempre pela maneira que pretende impôr. Tem procurado resolvê-las sem remontar ás suas causas e origem, sem convir em destrui-las, ou modifica-las, assim de estabelecer garantias de paz e tranquillidade para o futuro.

O governo imperial, pelo contrario, desejando liquidar por uma vez todas essas questões, evitar o seu reaparecimento, tornar effectiva a convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, e a independencia da Republica Oriental do Uruguay, que ella estabeleceu, tem entendido e entende, e o abaixo assignado muitas vezes o fez ver ao Sr. Guido, que convinha considerar o assumpto em grande, pôr de parte questões velhas e já esgotadas, e que nenhuma influencia poderião exercer para o futuro, se francamente examinadas as suas causas, e as difficuldades da posição actual, fossem ellas removidas por um accordo franco, sincero e leal, que contivesse todas as condições necessarias para firmar de uma vez a tranquillidade no Rio da Prata, e portanto na provincia do Rio Grande do Sul.

A legação argentina nunca se prestou a isso. Exigiu sempre que cada uma das muitas queixas que o governo argentino tem levantado contra o Brasil fôsse separadamente resolvida pela unica maneira que o governo argentino formulava.

E não contente com isso tem tomado a si as questões do Brasil com o general Oribe.

Das informações que o abaixo assignado exigiu e recebeu do presidente do Rio Grande do Sul se mostra:

Que na fronteira do Chuhy e S. Miguel existem 36 estancias possuidas por brasileiros, com 342 leguas quadradas, segundo as informações.

Destas estancias 33, com 297 leguas quadradas, 421,000 cabeças de gado vaccum, 16,950 cavallos, e 49 escravos, estão embargadas por ordem do general Oribe.

Que na fronteira do Quaraim existem 161 estancias possuidas por brasileiros, com 381 leguas quadradas.

Destas estancias 53, com 141 leguas quadradas, e 136,000 cabeças de gado vaccum, estão embargadas por ordem do general Oribe, e 39, com 84,000 cabeças de gado vaccum, abandonadas por seus donos, fugidos em consequencia de perseguições.

Que ao Sul do Arapely, existem 77 estancias possuidas por brasileiros, com 227 leguas quadradas.

Destas estancias 6, com 44 leguas e 37,000 cabeças de gado vaccum, estão embargadas por ordem do general Oribe, e 40, com 111 leguas, e 136,000 cabeças de gado vaccum, abandonadas.

Nas fronteiras do Jaguarão e Bagé estão embargadas 9 estancias e abandonadas 5. As informações não contém o numero do gado.

Em 1843 prohibio o general Oribe todo o trabalho do campo, e obrigou todos os homens da campanha oriental a reunirem-se ao exercito do seu mando, ou a retirarem-se para as povoações guardadas por suas tropas; e quando em 1847 Lamas e outros officiaes chamáram os brasileiros para que de novo fossem povoar as suas estancias, acháram-nas completamente destruidas, e os seus gados alçados como estão hoje.

Em summa, o general Oribe invadio o seu paiz com um exercito argentino de mais de 12 mil homens, e ha 7 annos esse exercito se sustenta com gados das estancias brasileiras, com cujos cavallos se remonta, cujos gados come, vendendo os couros, sem indemnisação alguma, sendo estas violencias acompanhadas da existencia de enormissimos tributos.

Grande quantidade de brasileiros, assim espoliados, achão-se refugiados na provincia do Rio Grande do Sul, reduzidos á desesperação e á miseria.

Dahi provierão as incursões do barão de Jacuhy.

Pela ultima, e pela ultima sómente, pedirão o governo argentino e o general Oribe satisfação solemne, isto é, exigirão que o governo imperial, que, por considerações que não tem sido apreciadas, não tem coberto com a sua protecção aquelles brasileiros, os perseguisse e lançasse nas prisões, perseguindo em casa aquelles que nella tinham vindo buscar refugio contra a perseguição estrangeira, e isto sem ao menos ter oblido, em compensação, algum lenitivo aos seus males.

O governo imperial não approvou o procedimento do barão de Jacuhy, e dos brasileiros que o acompanháram, a quem não competia reaver por suas mãos as propriedades de que havião sido esbulhados. Expedio ordens para que fossem dispersos e desarmados. Mas nenhuma consideração ha que o leve a fazer uma monteria contra homens, que tantos esbulhos e violencias tem soffrido, principalmente quando os autores desses esbulhos e violencias nunca se quizerão prestar a um arranjo que os faça desaparecer para o futuro. E por isso dizia o abaixo assignado ao Sr. Guido, em sua nota de 8 de Março do corrente anno:

« Procedimentos semelhantes ao do barão de Jacuhy, sómente podem ser evitados por medidas tomadas simultaneamente pelo Sr. general Oribe e pelo governo imperial.

« Pelo Sr. general Oribe, attendendo as reclamações que tem sido feitas, e fazendo cessar os vexames e violencias que tem soffrido os brasileiros na Banda Oriental, ou pelo menos permittindo que se retirem com seus gados, dispondo de outras propriedades. Destruida assim a causa, cessarão os effeitos. »

A estas tão justas, tão moderadas, e tão razoaveis proposições, respondeu o general Oribe, em 12 de Junho proximo passado, ao encarregado de negocios do Brasil em Montevidéo, que nenhuma observação tomara em consideração sobre este assumpto, emquanto elle e o Sr. governador de Buenos-Ayres não obtivessem as satisfações que havião exigido. Á sua nota replicou o dito encarregado de negocios com outra, de cuja resposta não tem ainda o abaixo assignado conhecimento, se é que ja foi dada.

No entretanto tinha-se o governo argentino mettido de permeio, e tomado a si a questão. Não era elle que tinha dado as ordens que são origem de tantas complicações e vexames, não era elle a quem (porque reconhece o general Oribe como presidente da republica do Uruguay) competia revogar ou modificar aquellas ordens, e comtudo é elle quem se apresenta em frente do Brasil a exigir satisfações, sem querer, e mesmo sem poder (visto reconhecer o general Oribe como presidente

da Republica Oriental) fazer concessão alguma, e entrar em um accordo justo e razoavel. E apresenta-se fundando-se em um direito de alliança.

O governo imperial quer discutir esse titulo, avaliar o alcance que elle pôde ter para o futuro sobre a independencia da Banda Oriental; demonstra que, ao menos pelo que é conhecido, não é o governo argentino competente para intervir e tomar a si esta questão; e o Sr. Guido responde pedindo os seus passaportes, porque este terreno é novo, alheio da natureza especial do seu pedido, e estranho ás ordens expressas que lhe foram dadas!! O abaixo assignado conclue dahi que o Sr. Guido teve ordem para impôr, e não admittir discussão.

O Sr. Guido, referindo-se á sua nota de 13 de Fevereiro proximo passado, declara que recebeu documentos e não ordens do general Oribe. Pede nessa nota uma reparação solemne. Declara agora que o fez em virtude de ordens do seu governo.

Mas o Sr. Guido não adverte que, attenta a data daquelles documentos, e sendo a sua nota de 13 de Fevereiro, não é possível que os factos de que tratão os ditos documentos chegassem ao conhecimento do governo de Buenos-Ayres a tempo de poder dar ordens para a sua legação exigir por elles, aqui, em 13 de Fevereiro, uma reparação solemne? A confrontação das datas e as distancias da fronteira no Quaraím ao Cerrito, do Cerrito a Buenos-Ayres, de Buenos-Ayres ao Rio de Janeiro, destroem a asserção do Sr. Guido.

Dirá o Sr. Guido que escreveu a sua nota de 13 de Fevereiro em virtude de ordens geraes anteriores do seu governo. Isto prova ainda mais a confusão e consolidação da autoridade do general Oribe e do Sr. governador de Buenos-Ayres, de que o abaixo assignado fallou em sua nota de 4 do corrente; e em todo o caso fica liquido que a reparação solemne, de que trata a nota de 13 de Fevereiro, não foi, ao principio, pedida por ordem especial do governo de Buenos-Ayres, baseada sobre o conhecimento dos factos em que ella se funda.

O abaixo assignado não repetirá o que disse na sua nota anterior, relativamente á allegada alliança entre o general Oribe e o Sr. governador de Buenos-Ayres. As noções que della dá o Sr. Guido não a tirão do embrião em que a tem apresentado, e do qual tanto conviera que sahisse. E é por isso que quanto mais quer o Sr. Guido explicar essa alliança, mas se enreda.

Diz agora que é uma alliança occasional, inevitavel, necessaria e circumscripta unica e exclusivamente á guerra das republicas do Prata contra um inimigo commum.

É o Brasil inimigo commum? Nunca foi havido e declarado tal. Se não é inimigo commum, se a alliança procede contra o inimigo commum, se o Brasil tem sido neutro nas questões do Rio da Prata, como se quer applicar a uma das muitas emergencias que tem sido frequentes nas fronteiras, que não tem caracter politico, que o governo imperial fez cessar, direitos que pôde dar uma alliança feita contra um inimigo commum?

« Os governos do Rio da Prata, acrescenta o Sr. Guido, isto é, o general Oribe e o governo argentino, marchão em orbita distincta, sem outro ponto de contacto senão aquelle em que a união é necessaria para triumphar do inimigo commum.... »

« A autoridade de ambos os governos está perfeitamente deslindada entre si. »

Sendo assim, como pôde o governo argentino levar a mal que o Brasil, que não era inimigo commum, procurasse entender-se só com a autoridade do general Oribe, distincta e deslindada da do governo argentino, como diz o Sr. Guido, sobre uma questão que é evidentemente alheia á guerra existente entre o governo argentino, o general Oribe e o governo de Montevideo, questão que desapareceria para não reaparecer mais, mediante alguma boa vontade e justas providencias da parte do general Oribe, a que corresponderião outras da parte do governo imperial?

O abaixo assignado disse em sua nota de 8 de Março proximo passado, referindo-se aos factos praticados pelo barão de Jacubij: O governo imperial... espera que não se reproduzirão factos semelhantes, principalmente, se, como é de esperar, o Sr. general Oribe e o governo argentino, pelo seu lado, contribuirem para que desapareção as antigas e primordiales causas de semelhantes acontecimentos.

Observa o Sr. Guido, que por esta mancira o abaixo assignado reconhece a influencia do governo argentino, para estabelecer na Banda Oriental a ordem de cousas pretendida pelo Brasil. E quem ha ahí que possa duvidar disso?

Mas reconhecer que o Sr. governador de Buenos-Ayres tem uma extraordinaria influencia sobre o general Oribe, a quem deu um exercito argentino para invadir a republica do Uruguay, que ninguém mais do que elle poderia dispô-lo favoravelmente a um arranjo com o Brasil, será por ventura reconhecer os effeitos politicos da alliança que se invoca, e o direito do governo argentino para tomar a si a questão de que se trata?

Entende o Sr. Guido ter explicado a alliança em questão com generalidades, que deixão toda a incerteza no futuro. Essa alliança é uma união necessaria para triumphar do inimigo commum. Mas conseguido esse triumpho qual é a sorte da Republica Oriental do Uruguay? Como e quem ha de governa-la? Como e debaixo de que influencia hão de ser feitas as suas eleições? Não importa isso muito á independencia desse Estado e á tranquillidade de seus vizinhos? A convenção de 27 de Agosto de 1828 não o reconheceu? Pois o governo argentino e o general Oribe

discutem esses pontos com um governo europeu, o da França, a quem negão, como se vê das notas do Sr. Guido ao abaixo assignado de 30 de Abril e 2 de Agosto próximos passados, o direito de zelar e manter a independencia da Republica Oriental, e não as quer esclarecer e delucidar com um governo americano, vizinho, e com o qual assignou a convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, pela qual ambos se obrigáram a manter aquella independencia!

É possível que nessa alliança entre o governo argentino e o general Oribe não fossem attendidos e consultados esses pontos? Não é de crer: é uma imprevidencia impossivel; e se o forão, porque não se explica essa importantissima parte da alliança? Recusar-se-ha ao Brasil o direito de a saber?

Mas o Sr. Guido cerrou essa discussão com o pedido de seu passaporte.

Insiste o Sr. Guido em que o governo imperial discutio desde 1843 com a legação argentina assumptos relativos ao general Oribe. Enquanto foi simplesmente considerado como general argentino, não podia ser de outro modo. E a condescendencia que algumas vezes teve o governo imperial (nutrindo ainda esperanças de poder arranjar honrosamente as suas questões com o governo argentino e o general Oribe) de receber alguns documentos, como, por exemplo, o summario de que o Sr. Guido falla, para inteirar-se delles, ou mandar proceder a averiguações, pôde infirmar as declarações positivas e solemnes a que allude o abaixo assignado em sua nota de 4 do corrente, e autorisar exigencias internacionaes, da natureza da que fez ultimamente o Sr. Guido?

O exemplo da ilha de Cuba que cita o Sr. Guido não tem a menor applicação. Os casos são diversos, e as relações em que a tal respeito estão os Estados-Unidos com a Hespanha são diversissimas das que se dão entre o Brasil, a Confederação Argentina e o general Oribe. A expedição de Lopes tinha sim mui diverso do que teve a do barão de Jacuhy.

O governo imperial não perguntou em 1842 pela alliança, porque se ella então existia era mental, ou tão secreta, que não tinha sido aventada.

O general Oribe invadió o territorio oriental como general argentino; e por certo que as notas do Sr. Guido daquella época não dão a entender outra cousa.

O abaixo assignado sabe perfeitamente, e não era preciso que o Sr. Guido lh'o dissesse, que a Confederação Argentina não emprehendeu a guerra contra a individualidade de Fructuoso Rivera, mas sim contra o circulo e tendencias que representava.

Tudo isto porém está hoje desfeito; os sete annos decorridos de então até hoje; as calamidades e desgraças que por esse tempo tem pesado sobre a Banda Oriental, e especialmente sobre a praça de Montevideo, tem mudado tudo. As circumstancias de hoje não são as de 1842; as influencias são diversas, e parece que era tempo de, por meio de concessões justas, restaurar na Banda Oriental a paz, a liberdade e a tolerancia.

O governo imperial nunca teve receio de que as potencias interventoras prejudicassem, em seu proveito, a independencia da Banda Oriental. Os factos tem justificado essa sua previsão.

Na Republica Oriental sómente existem em armas, inimigos do general Oribe, os que estão encerrados na praça de Montevideo. Como pretende portanto o Sr. Guido considerar a fronteira do Quaraim como theatro da guerra? Tem as forças argentinas de manobrar ali contra o inimigo encerrado na praça? Os destacamentos estabelecidos na fronteira ali estão para a sua policia, não fazem parte do exercito sitiador, não o desfalcáram para rebater o barão de Jacuhy. E se forão mandadas em reforço tropas de observação para a linha, forão-o depois de dispersas as forças do barão de Jacuhy; e sem necessidade, porque as forças imperiaes já estavam na fronteira para embaraçar novas aggressões.

A proclamação do barão de Jacuhy, em que tanto insiste o Sr. Guido, nunca chegou oficialmente (ou authenticamente) ao conhecimento do governo imperial. Não seria facto de uma autoridade, porque o barão de Jacuhy não o é, nem official do exercito, sendo apenas honorario, e o que nella se diz não pôde ter a importancia que o Sr. Guido lhe quer dar. O que lhe poderia dar importancia e força, seria unicamente as violencias e vexames praticados contra os Brasileiros estabelecidos além do Quaraim, que tem levantado um brado geral de indignação na provincia de S. Pedro do Sul. As palavras daquella proclamação não podem dar á incursão do barão de Jacuhy e dos que o acompanháram outra côr, caracter e fim, do que aquelle que na realidade teve — rebaixar os seus gados de que tinham sido esbulhados. — Não ha portanto entre essa incursão e as precedentes outra differença senão aquella, que o abaixo assignado deixou apontada em sua nota de 4 do corrente.

As expressões do presidente da provincia de S. Pedro do Sul, e do encarregado de negocios do Brasil em Montevideo, a que allude o Sr. Guido, não estão em contradicção com o procedimento do governo imperial, nem este com ellas. O governo imperial nunca considerou como meritorios os actos do barão de Jacuhy. O que elle entende é que, nunca tendo podido conseguir que as suas reclamações fossem attendidas, e declarando o general Oribe que não as toma em consideração, não podendo por isso melhorar a sorte dos subditos do Imperio que tem propriedades além do Quaraim, não deve servir sómente para aggravar seus males.

O abaixo assignado não terminará sem repellir a accusação de deslealdade que se contém no final da nota do Sr. Guido. Não é da parte do governo imperial que ella está. Elle explicou sempre com franqueza, e com uma longanimidade sem exemplo todos os seus actos; mostrou-se sempre disposto a fazer concessões justas e razoaveis, uma vez que fossem justamente compensadas; mostrou-se sempre disposto a um arranjo, que definitivamente cortasse todas as desagradaveis questões que lhe tem suscitado o governo argentino, e puzesse um termo á guerra que tem devastado o Rio da Prata, e que ha de continuar a devasta-lo se não forem ouvidos os conselhos da moderação, da justiça e da tolerancia, e se não prevalecer o esquecimento do passado; reclamou muitas vezes contra as clamorosas e innumeras violencias de que tem sido victimas subditos brasileiros, e que, se tivessem sido reparadas a tempo, não terião produzido os ultimos acontecimentos.

A deslealdade está da parte de quem, accumulando sempre queixas sobre queixas, por infundados agravos, nunca quiz admitir explicações francas e claras; está da parte de quem nunca fez concessão alguma, e nunca quiz ligar-se por um accordo que, dando uma solução ás questões do Rio da Prata, assegurasse a paz, a tranquillidade dessas paragens e a independencia das nacionalidades que as occupão.

O governo imperial, pelo contrario, tem sido, e é tão leal, que nunca duvidará substituir discussões interminaveis e estereis por convenções solennes que as evitem para o futuro, e que, regulando por uma maneira positiva e clara, todos os pontos que tem sido, e infelizmente ainda hão de ser causas de discordia entre as nacionalidades que occupão o sul da America Meridional, contribuão para firmar solidamente a sua independencia, e com ella a paz, a liberdade e a ordem.

O abaixo assignado reitera ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Documentos e mappas referidos na precedente nota do governo imperial a legação argentina.

Officio do presidente da provincia do Rio Grande do Sul ao governo imperial.

N.º 36. — Illm. e Exm. Sr. — Para que o governo imperial pudesse comprehender em toda a sua extensão a importancia dos prejuizos que os brasileiros estão soffrendo no Estado Oriental, exigi do commando das armas, em 4 de Junho proximo passado, que incumbisse aos diversos commandantes de brigadas que, mediante os mais exactos esclarecimentos, transmittissem uma relação de todas as estancias que os subditos do Imperio possuem no Estado Oriental, com declaração de seus nomes, e as demais que constão do mappa junto. Em cumprimento desta ordem, o commandante da primeira brigada já transmittio a relação que incluo. O lado exterior da fronteira do Chubuy e S. Miguel é aquelle em que os brasileiros menos possuem, principalmente em comparação da fronteira do Quaraim até o Arapchuy. Entretanto, veja V. Ex. por esse lado a quanto monta a perda de escravos e de gado vaccum e cavallar, além da perda do valor das terras que se achão sequestradas! Ha pois um capital brasileiro que se eleva a muitos milhares de contos, destruidos em grande desfalque da riqueza do Imperio e da protecção devida a seus subditos. É um exemplo sem exemplo, e tanto mais irritante, quanto injusto e violento. Irei levando ás mãos de V. Ex. relações semelhantes, quanto ás demais fronteiras, logo que ellas cheguem a meu poder; e então o governo imperial julgará com inteiro conhecimento de causa da sobrada razão e palpitante justiça com que os Rio-Grandenses clamão pela protecção do seu augusto monarcha.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo em Porto-Alegre, 13 de Agosto de 1850.

Illm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

JOSÉ ANTONIO PIMENTA BUENO.

Commando da 9.^a brigada do exercito e fronteira do Chuby e S. Miguel.

Relação das estancias que os Brasileiros moradores neste istmo possuem no Estado Oriental, e do prejuizo que tem tido.

NOMES DOS FAZENDEIROS.	EXTENSÃO DE TERRENS QUEBRADES.	EM PODER DE QUEM ESTÃO AS ESTANCIAS.	ONDE SÃO SITUADAS.	BENS QUE TINHAM.		ONDE RESIDEM ACTUALMENTE.	O QUE TÊM PERDIDO.		OBSERVAÇÕES.
				Escravos.	Cavallos.		Escravos.	Cavallos.	
Comm. Domingos Faustino Corrêa.	30	As forças do general Oribe.....	Arroio Grande.....			Canudos.....			Foi comprada ha 2 annos a D. Fructuoso Rivera.
Idem.....	20	Idem.....	Bostillos.....	6.000	400	Idem.....	6.000	400	
Justino Faustino Corrêa.....	28	Idem.....	Rincon de Samon.....	40.000	800	Campo Neutral.....	40.000	800	Calcula ter ainda oito mil rezes.
Ladislão Faustino Corrêa.....	13	Tem seu apoderado.....	Cordovez.....			"			
Viúva D. Agueda Dias de Oliveira.	27	As forças do general Oribe.....	Castillos.....	50.000	500	"	50.000	500	
Justino Corrêa.....	18	Idem.....	Mariscala.....	20.000	1.000	"	20.000	1.000	
José Marcellino da Silveira.....	10	Idem.....	Rincon de Samon.....	10.000	100	Campo do Sangradouro.....	10.000	100	No numero deste gado vai incluido o de seus filhos. Esta estancia pertence hoje aos Elhos.
D. Victoria Terra.....	23	Os herdeiros.....	Paulo Paz.....						
D. Anna Rocha.....	7	As forças do general Oribe.....	Castillos.....	7.000	600	Em Chuby.....	6.500	600	
D. Marianna Alves Nunes.....	2	Idem.....	Limar Grande.....	4.000	400	Curral Alto.....	3.000	400	Tem mais uma chacara em Rocha.
Viúva D. Maria Felicia da Silva.....	3	Idem.....	Canhada Grande.....	1.000		Cid. do Rio Grande.....	1.000		
João Carlos Brum.....	15	Idem.....	Rio Negro.....	16.000	600	Campo do Cordão.....	14.000	600	
Evaristo Corrêa.....	2	Idem.....	Saboiaty.....	7.200	200	Campo Neutral.....	7.200	200	Fugirão-lhe daqui os tres escravos.
Francisco Corrêa Mirapalheta.....	3	Idem.....	Idem.....	1.200	400	Idem.....	1.000	200	
Felisberto Pereira Nunes.....	7	Idem.....	Potreiro de S. Theresa.....	2.500	100		2.500	100	Tem mais 2 leguas de campo no Limar Grande.
Viúva D. Francisca Ferreira Bica.....	7	Idem.....	Rio Negro.....	10.000	500	Flôres.....	10.000	500	
Antonio Pereira d'Avilla.....	3	Idem.....	Ervalitos.....	3.000	400	Campo Neutral.....	3.000	400	
Vasco Pereira d'Avilla.....	16	Idem.....	Rio Negro.....	4.000	500	Idem.....	4.000	500	
João Corrêa Mirapalheta.....	26	Idem.....	S. Luiz.....	13.000	1.000	Curral de Arroios.....	13.000	1.000	
Bernardo da Costa.....	5	Idem.....	Limar.....	7.000	400	Curral Alto.....	7.000	400	
Manoel Cardoso de Aguiar.....	3	Idem.....	Lourençeta.....	6.000	400	Arroio de El-Rei.....	6.000	400	
Martim Corrêa Mirapalheta.....	1 1/2	Idem.....	Paulo Paz.....	2.000	200	Provedores.....	2.000	200	
Francisco Terra.....	1 1/2	Idem.....	Idem.....	9.000	1.000	Idem.....	9.000	1.000	Tem mais 4 1/2 leguas em Paulo Paz.
Joaquim Francisco Terra.....	18	Idem.....	Rincon do Pereira.....	20.000	1.000	Idem.....	20.000	1.000	
Viúva D. Joaquina de Brum.....	9	Está ao cuidado dos filhos.....	India Morta.....	8.000	200	Arroio de El-Rei.....			Está ao cuidado de dous filhos.
Serafim Faustino Corrêa.....	18	As forças do general Oribe.....	Rincon do Pereira.....	20.000	1.000	Campo do Silveira.....	20.000	1.000	
José Faustino Corrêa.....	18	Idem.....	Rincon da Mariscala.....	20.000	1.000	Idem.....	20.000	1.000	
Francisco Faustino Corrêa.....	18	Idem.....	Rincon de Samora.....	20.000	1.000	Arroio de El-Rei.....	20.000	1.000	
D. Agueda Dias Corrêa.....	49	Idem.....	S. Luiz e Rincon da Mariscala.....	100.000	2.000	Idem.....	100.000	2.000	
Jeremias Pereira Nunes.....	1 1/2	Idem.....	Entre Limar e Saboiaty.....	1.000	100	Liscans.....	1.000	100	
Manoel Silveira Borges.....	1	Idem.....	Santa Theresa.....	1.500	100	Campo Neutral.....	1.500	100	
José Silveira Lima.....	1	Idem.....	Idem.....	2.000	100	Idem.....	2.000	100	
José Bernardes da Costa.....	9	Idem.....	Idem.....	50.000	600	Idem.....	20.000	400	
Sezefredo da Costa.....	1	Idem.....	Chuby.....	1.500	100	Campo do Brum.....	1.500	100	
Antonio Silveira de Azevedo.....	1	Idem.....	Olhos d'Agua.....	2.000	100	Idem.....	2.000	100	
Viúva D. Maria Silveira.....	5	Idem.....	Chuby.....	6.000	200	Idem.....	6.000	200	
SOMMA.....	342						48	420.000	16.950

Quartel do commando da primeira brigada do exercito e fronteira do Rio Grande, 4 de Agosto de 1850. — José Fernandes dos Santos Pereira, brigadeiro.

Officio do presidente da provincia do Rio Grande ao governo imperial.

N.º 38. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em additamento ao meu officio n.º 13 do corrente, levo as mãos de V. Ex. as duas relações de estancias, que os subditos brasileiros possuem na parte correspondente á fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, fronteira de Bagé.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo em Porto-Alegre, 22 de Agosto de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros. — José Antonio Pimenta Bueno.

**Relação das estancias que os Brasileiros possuem no Estado Oriental
na parte correspondente a esta fronteira do Jaguarão.**

NÚMEROS.	NOMES.	LUGARES EM QUE SÃO SITUADAS.	EXTENSÃO DE LEGUAS.	SE ESTÃO SEQUESTRADAS OU EM PODER DE SEUS DONOS.
1	Francisco José Gonçalves da Silva.	Barra de Jaguarão	3	Em poder do dono.
2	Manoel Cardoso de Brum.	Costa de Jaguarão	3	Idem
3	Vasco Teixeira.	Idem	6	Idem
4	João Teixeira.	Idem	2	Idem
5	Florianio Porciuncula.	Idem	3	Idem
6	Antonio Ricardo Maya.	Idem	1 1/2	Idem
7	Camillo Diogo.	Idem	1 1/2	Idem
8	Florencio Corrêa.	Idem	6	Idem
9	José Corrêa Mirapalheta.	Idem	6	Idem
10	Sebastião Alves.	Arroio das Canhas	3	Idem
11	José Siveira de Azevedo.	Costa de Jaguarão	1	Idem
12	Serafim Dias de Oliveira.	Idem	3	Idem
13	Dona Bibiana.	Idem	3	Idem
14	Bonifacio José Nunes.	Serra dos Rios	4	Idem
15	Feliciano Antunes.	Costa de Jaguarão	3	Idem
16	José Francisco.	Idem	3	Idem
17	Salvador Menezes.	Idem	3	Idem
18	José da Cruz Menezes.	Idem	1 1/2	Idem
19	José Menezes.	Idem	3	Idem
20	Francisco de Freitas.	Idem Chico	3	Idem
21	Herdeiros do finado Hilario.	Idem Grande	6	Idem
22	Anna Corrêa.	Idem	3	Idem
23	Antonio de Sousa Netto.	Asseguá	6	Idem
24	José Perreira.	Costa de Rio Negro	12	Idem
25	João Antonio Magalhães.	Asseguá	6	Idem
26	Luiz Mendes de Arrudas.	Costa de Rio Negro	9	Idem
27	João Jacintho de Mendonça.	Idem	9	Idem
28	José Luiz Martins.	Sapathaz	2	Idem
29	Manoel José.	Conventos	1 1/2	Idem
30	Joaquim das Pedras.	Idem	2	Idem
31	José Silveira da Barra.	Taquary	1 1/2	Idem
32	Manoel José Tarveo.	Idem	1 1/2	Idem
33	José Jacintho.	Idem	1 1/2	Idem
34	Francisco Mendes Borges.	Idem	2	Idem
35	Ignacio Nobre.	Chuby	4	Idem
36	Manoel Mendes Borges.	Idem	9	Idem
37	Viuva Anna Capona.	Canhada dos burros	1 1/2	Idem
38	José Lucas.	Chuby	1 1/2	Idem
39	José Joaquim Currupio.	Idem	1 1/2	Idem
40	Manoel Victoria.	Idem	1 1/2	Idem
41	Viuva Anna Pereira Victoria.	Idem	1 1/2	Idem
42	Dorothea Vieira.	Idem	1 1/2	Idem
43	Luiz Manoel.	Rincão do Rei	7	Idem
44	Viuva Jacintha Vieira.	Chuby	6	Idem
45	Viuva Jacintha Vieira.	Idem	1 1/2	Idem
46	José Ignacio de Medeiros.	Idem	1 7/2	Idem
47	Maria Vieira viuva.	Idem	1	Idem
48	Viuva Senhorinha Maciel.	Ilhas de Sapatas	2	Desabitada
49	Viuva Anna Perreira.	Serra do Rio	3	Em poder do dono
50	José de Souza.	Idem	1 1/2	Idem
51	Agapito de Oliveira.	Idem	1 1/2	Idem
52	Laurianno Cardoso.	Chuby	1 1/2	Idem
53	Joaquim dos Santos.	Idem	6	Idem
54	Joaquim Gomes.	Arroio Malo	1 1/2	Idem
55	Raphael Nobre.	Idem	1	Idem
56	Viuva Maria Raymunda.			

NUMEROS.	NOMES.	LUGARES EM QUE SÃO SITUADAS.	EXTENSÃO DE LEGUAS.	SE ESTÃO SEQUESTRADAS OU EM PODER DE SEUS DONOS.
57	Manoel Pereira.	Sarandy	1	Em poder do dono
58	Viúva Isabel Gonçalves do Espírito Santo.	Idem	3	Idem
59	Herdeiros do fallecido Andre Galego.	Arroio Mato	1 1/2	Idem
60	Lisbão Vieira.	Idem	2	Idem
61	Pedro de Barros.	Idem	1 1/2	Idem
62	João Ignacio.	Idem	1 1/2	Idem
63	Felipeberto dos Santos Silveira.	Idem	3	Idem
64	Herdeiros do fallecido Hypolito Passos.	Taquary	6	Idem
65	Viúva Maria Borges.	Idem	3	Idem
66	Viúva Isabel de Avilla da Silveira.	Idem	6	Idem
67	João Amaro.	Idem	1 1/2	Idem
68	Antonio de Freitas.	Canhada de Santos	2	Idem
69	Luciano Teixeira.	Idem	1 1/2	Idem
70	Joaquim Ferreira Porto.	Idem	3	Idem
71	Diogo Felix Feijó.	Taquary	3	Idem
72	Viúva Eulina Marcia Gonçalves.	Idem	3	Idem
73	Manoel Rodrigues Barbosa.	Parão	12	Idem
74	Viúva Eulina Marcia Gonçalves.	Idem	9	Idem
75	Herdeiros do fallecido José Vergara.	Idem	1 1/2	Idem
76	João da Silva Tavares.	Taquary	5	Idem
77	Manoel Araújo da Trindade.	Acanpamento	2	Idem
78	Serafim de Avilla.	Taquary	1 1/2	Idem
79	José Luiz Vaz.	Idem	1 1/2	Idem
80	José da Silva Fagundes.	Idem	1 1/2	Idem
81	João Vieira.	Idem	3	Idem
82	Amador da Silva.	Idem	3	Idem
83	Manoel Machado.	Idem	3	Idem
84	Pirmlano Faial.	Idem	1 1/2	Idem
85	Herdeiros do fallecido Souza.	Guacenamby	3	Idem
86	Bernardino Gomes.	Flaires morto	9	Idem
87	Francisco Lucas.	Idem	3	Idem
88	João Lucas.	Pedra de Ferro	5	Idem
89	Vicente Lucas.	Serro das Contas	4	Idem
90	Thomaz Vieira.	Sarandy	6	Idem
91	Antonio Gonçalves de Medeiros.	Hervalios	1 1/2	Deshabitada
92	Manoel Silveira.	Idem	1 1/2	Em poder do dono
93	Antonio Rodrigues.	Idem	1 1/2	Idem
94	Luiz d'Avilla.	Idem	1 1/2	Idem
95	José Antaria.	Idem	1 1/2	Idem
96	João Vergara.	Idem	1 1/2	Idem
97	Joaquim Telles.	Hervalios Grande	1 1/2	Idem
98	José de Carvalho.	Leoncho	3	Idem
99	Miguel Machado.	Hervalios	1 1/2	Idem
100	Manoel Amaro da Silveira.	Leoncho	2	Idem
101	Manoel Pereira das Neves.	Idem	3	Idem
102	Viúva Josefa d'Avilla.	Entre Parão e Olimar	60	Idem
103	Faustino de Brum.	Costa de Olimar e Saboiaty	6	Idem
104	João Dias de Oliveira.	Curraes	3	Idem
105	David Fernandes.	Costa de Saboiaty e Godei	24	Idem
106	Luiz Cardoso.	Olimar, Chico e Salto	3	Idem
107	Miguel Machado.	Arroio de Olimar Chico	5	Idem
108	Joaquim Teixeira Maciel.	Coxilha Grande, Pontas de Olimar	1 1/2	Idem
109	Joaquim Francisco Gonçalves.	Arroio das Pavas	3	Idem
110	Ladry Faustino Corrêa.	Entre o arroio Cordavez e Paulo Paz	15	Idem
111	Ignacio Rodrigues Nicola.	Arroio Lichiguana	5	Idem
112	Francisco Terra.	Idem	5	Idem
113	Antonio Fernandes.	Arroio dos Molhos	6	Idem
114	David Fernandes.	Pontas do arroio de Godei	6	Idem
115	Manoel Cardoso Brum.	Rio Negro	10	Idem
116	João Cardoso Brum.	Idem	10	Idem
117	Marcos José de Leivas.	Idem	9	Idem
118	Victoriano Nascente.	Idem	12	Idem
119	Manoel da Luz.	Idem	4	Idem
120	José Faustino Corrêa.	Baile de Iguaú	15	Deshabitada
121	João Ribas.	Arroio de Tupambacé	25	Em poder do dono
122	Manoel Machado.	Coxilha Grande	3	Idem
123	Janaario Escoto.	Idem	3	Idem
124	Ismael Dias.	Idem	3	Idem
125	Estacio da Luz.	Gosta do Rio Negro	50	Idem
126	Manoel Teixeira.	Idem	9	Embargada
127	Faustino Dias de Oliveira.	Paulo Paz	4	Em poder do dono
128	Bonifacio Dias de Oliveira.	Idem	4	Idem
129	Victoria Faustina Corrêa.	Paulo Paz e Lixiguana	25	Embargada
130	Viúva Cecília Corrêa.	Entre Lixiguana e Cordavez	20	Idem
131	Marcellino Pereira.	Cordavez	12	Em poder do dono
132	Antonio Pereira d'Avilla.	Idem	5	Idem
133	Manoel Marcellino.	Idem	5	Idem
134	Antonio José.	Idem	3	Idem
135	José Teixeira Canhas.	Idem	6	Idem
136	José Custodio de Oliveira.	Idem	6	Embargada
137	Antonio de Souza.	Gy	50	Em poder do dono
138	João Moreira.	Idem	25	Idem
139	Antonio Nunes.	Pontas de Gy	4	Idem
140	Alberto Luiz de Souza.	Serro de Monção	3	Idem
141	Bento Cardoso.	Arroio de Gesca	8	Idem
142	Prudencia Medina.	Santa Luzia Chica	6	Idem
143	Lauriano de Freitas.	Lim-Talla	2	Deshabitada

NÚMEROS.	NOMES.	LUGARES EM QUE SÃO SITUADAS.	EXTENSÃO DE LEGUAS.	SE ESTÃO SEQUESTRADAS OU EM PODER DE SEUS DONOS.
144	José Pereira da Rosa	Idem	2	Em poder do dono
145	Viúva Felícia Rosa	Santa Luzia Chica	8	Idem
146	Viúva Anna Silveira	Manshillaga	1	Idem
147	José Baptista	Idem	1	Não habitada
148	Francisco Caetano	Gesca	2	Em poder do dono
149	Francisco Alvares	Idem	2	Idem
150	Francisco dos Santos	Castro	31	Idem
151	Domingos Gonçalves	Idem	4	Não habitada
152	Manoel Calixto	Idem	2	Idem
153	Manoel Calioso	Maciel	6	Em poder do dono
154	Viúva Maria Amara da Silveira	No Arroio Gesca e Gy	30	Não habitada

Quartel do commando da fronteira de Jaguarão, na mesma villa, 9 de Agosto de 1850. *Manoel Pereira Vargas*, coronel commandante da fronteira.

Relação dos Brasileiros que possuem estancias no departamento dos Serros-Brancos pertencentes á villa de Taquarembó no Estado Oriental, cujo departamento fica ao norte do Rio Negro e divide por esta provincia pela fronteira de Bagé.

João Corrêa e Dom. Corrêa. 20 leguas mais ou menos.	Manoel Bica. 6 leguas mais ou menos.	Reginaldo da Cunha. 5 idem
Carlos Silveira 9 idem	Pedro Rodrigues de Borba. 4 idem. Está embargada.	Joaquim Manoel Rengo. 2 idem
Americo Barbosa 5 idem	Antonio Lemes. 3 idem	Francisco Lopes. 3 idem
D. Julianna Nunes. 3 idem	Joaquim Ferreira Leite. 2 idem. Está embargada.	Ignacio Sapateiro. 5 idem
Joaquim de Mattos. 4 idem	Balthazar Dias. 4 idem	João José Goulart. 5 idem
Manoel Cardoso. 4 idem	Manoel Luiz. 3 idem	José de Mello. 2 idem
Serafim Roliano. 3 idem	Francisco de Farias. 8 idem	Antonio de Mello. 3 idem
Constantino dos Santos. 3 idem	Aurelio Pimentel. 3 idem	Luciano de Vargas. 6 idem
João Estacio. 3 idem	João da Horta Correa. 3 idem	Candido Moreira. 2 idem
Manoel Lopes. 3 idem	Felisberto Madruga. 3 idem	Silvano Alves. 4 idem
Candido Marquez. 3 idem	Thomaz Dutra. 3 idem	Francisco Alves. 4 idem
D. Maria Borges. 2 idem	Joaquim Manoel Teixeira. 4 idem	Jeronymo Silveira. 3 idem
Antonio de Mattos. 4 idem	João Pedro. 3 idem	Antonio Machado. 3 idem
Salvador Camargo. 5 idem	José Fernandes. 3 idem	José Soares Leal. 3 idem
D. Anna Dias. 3 idem	Ignacio Rodrigues. 4 idem	Bernardino Gomes. 4 idem
Joaquim Pereira Fagundes. 6 idem. Está embarg.	José Antonio de Oliveira. 3 idem	Francisco Antonio. 3 idem
D. Rita dos Santos. idem	Ricardo Borges. 3 idem	Vicente Dias. 3 idem
José Soares. 2 idem	Manoel Jose Rodrigues. 2 idem	Felix Machado. 3 idem
Ignacio Batalha. 4 idem	Domingos Borges. 3 idem	Ignacio Ferreira Leite. 2 idem
Manoel Rodrigues. 3 idem	João Antunes. 3 idem	José Alves. 2 idem
D. Marianna. 3 idem	Desiderio Antunes. 4 idem	Manoel José Cavalheiro. 2 idem
D. Maria Fagundes. 2 idem	Manoel Pinto Barreto. 4 idem	Modesto Chapco. 2 idem
Mauricio Rodrigues. 2 idem	Florishello Costa. 3 idem	Daniel Alves. 2 idem
D. Comba Corrêa. 3 idem. Está embargada.	Verissimo da Rosa. 3 idem	Francisco de Paula Barros. 2 idem
D. Dorothea de Medeiros. 3 idem	Gregorio Motta. 4 idem	D. Perpetua dos Santos Nunes. 3 idem
D. Anna Manoel. 3 idem	Vicente Fialho. 6 idem. Está embargada.	Herdeiros do finado João Antonio Martins. 18 idem
Izidoro Romeiro. 3 idem	Felicio-simo de Amarante. 6 idem	
José Domingues de Castro. 3 idem	Manoel Machado Cardoso. 5 idem	
Zefirino Fagundes. 3 idem	Francisco Barbosa. 2 idem	
Francisco Ferreira. 4 idem	José Padilha. 3 idem	
Antonio Bica. 6 idem		

Quartel do commando da quinta brigada e fronteira de Bagé, 1 de Agosto de 1850. *Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto*, coronel commandante.

O presidente da provincia do Rio Grande ao ministro dos negocios estrangeiros.

N. 42 — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em continuação de meus officios n. 36 e 38, de 13 e 22 do mez passado, levo ás mãos de V. Ex. as inclusas relações das estancias que pertencem a subditos brasileiros, tanto ao Sul do Quaraim, como ao sul do Arapehy. Não são menos de 240, pela maior parte usurpadas a seus proprietarios. Talvez não haja nos tempos da civilisação moderna exemplo de um tratamento igual, ou tão violento e barbaro, para com subditos de um paiz neutro, como o que as forças do general Oribe tem posto em pratica contra os brasileiros. A' vista destes esclarecimentos V. Ex.^a reconhecerá a suprema razão com que os Rio-Grandenses clamão pela protecção de seu governo.

Deos guarde a V. Ex.^a Palacio do governo em Porto Alegre, 2 de Setembro de 1850. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros. — José Antonio Pimenta Bueno.

O commandante das armas do Rio Grande do Sul ao presidente da mesma provincia.

N. 351. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em cumprimento do que se acha determinado por V. Ex.^a no seu officio n. 238 de 4 de Julho ultimo, passo ás respeitaveis mãos de V. Ex.^a a importante relação dos brasileiros que possuem estancias ao sul do Quaraim, e ao norte da Coxilha de Ilacdo, que acabo de receber do coronel commandante das fronteiras de Quaraim e Missões, cujo trabalho deixou de ir referendado por esquecimento delle, filho talvez da pressa que teve em remetter-me.

Deos guarde a V. Ex.^a Quartel general do commando interino das armas em Porto Alegre, 21 de Agosto de 1850. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, presidente desta provincia. — João Frederico Caldwell, brigadeiro.

Relação nominal dos Brasileiros que têm suas fazendas, tanto de propriedades como arrendadas ao norte de Arapehy Grande e ao sul de Quaraim, na qual se mostra o estado actual de cada uma das ditas fazendas.

NUMEROS.	CIDADES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	REZES QUE COM VALLEIRO POSSUE EM 1848.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
1	Cidadão	Manoel José de Carvalho, e seus herdeiros.	Vinte e duas leguas e tres quartos de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaraim e Jucutuá; ao S. pelo Tacumbó e pela Coxilha de Santa Rosa; a L. pelas pontas de Jucutu e Patitas; e a O. pelo rio Uruguay.	30.000	Pelo capataz posto por ordem do proprietario.	Dentro desta propriedade se conservou por mais de um anno uma força de mais de 1.000 homens ao mando do coronel Bernardino Vaz; a qual força, para seu sustento e desperdícios, desfalcaria para mais de 4.000 rezes, e apenas indemnizão ao proprietario do valor de 600 novilhos; e desde 1845 a 1850 tem-se conservado pequenas forças do exercito invasor, tanto volantes como destacadas, destruindo, consumindo e conduzindo interesses da mesma, sem que dêem alguma satisfação ao proprietario, e este pagando enormes tributos sem desfructar cousa alguma.
2	"	João Jose de Carvalho.	Proprietario por herança materna no campo acima.	2.000	Abandonada.	
3	"	Serino Jose de Carvalho.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com campos de Araújo; ao S. com Jucutuá-mirim; a L. pelo Jucutuá-Grande; e a O. com a Coxilha de Santa Rosa e campos de D. Maria Guedes.	1.000	Idem. e embargada por ordem do coronel Lamas.	Este embargo foi feito pela supposição de que este campo perencia a Hyppolito Gyrio Cardoso, e nesta convicção persiste Lamas, para assim não entregar esta propriedade a seu dono, apezar deste lhe ter feito mostrar documentos vencidos do tempo em que esta propriedade esteve arrendada ao dito Hyppolito, cedendo Lamas a um seu patricio este terreno e o desfructo dos gados, e ignora-se o direito que o referido Lamas tenha para isto.
4	"	João de Araújo e Silva.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha da Santa Rosa; a L. com campos de Serino Carvalho; e a O. com campos de Manoel José de Carvalho.	3.000	Abandonada pelo proprietario.	Dentro desta propriedade está povoado Antonio Albano, dizendo ser dono, e debaixo da protecção de Lamas e combinado com o intruso acima, formão uma sociedade usurpadora de ambos os terrenos e mais interesses; não sei em que darão semelhantes absurdos.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDEIRO OCCUPA E SEUS LIMITES.	GOZOS QUE CADA FAZENDEIRO POSSUA EM 1842.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
5	Cidadão	Adão José de Carvalho.	Oito leguas de sua propriedade, que são limitadas ao N. pelo Jucutuá-nôrim; ao S. com campos de Manoel José de Carvalho; a L. pelo Jucutuá-Grande; e ao O. com campos de D. Maria Guedes.	5,000	Arrendada a Agostinho Miller.	Este arrendamento está vencido; o arrendatário chama o proprietário para entregar-lhe a fazenda, com a condição expressa deste lhe abonar os prejuízos naquella estabelecimento pelas forças ao mando do barão de Jaculy; e o proprietário recia ir ventilar seu direito naquella Estado, por conhecer a decidida protecção que o arrendatário tem de
6	"	D. Maria Guedes.	Oito leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelos campos de Araújo; ao S. pelo Tacumbú; a L. com campos de Adão de Carvalho; e ao O. pelo mesmo Tacumbú.	8,000	Por capataz e administrador posto por ordem da proprietária.	
7	Coronel.	Oliverio José Ortiz.	Dezotto leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arroio Tacumbú; ao S. pelo Mhaquiran, e Coxilho de Guarajó; a L. pelo mesmo Tacumbú; e a O. pelo Rio Uruguay.	18,000	Arrendada ao barão de Jaculy, e embargada por ordem de Lamas.	O proprietário, desgostoso do máo tratamento que successivamente estava recebendo de Lamas e seus agênes, chegou a tanto excessos, que tendo o mesmo tirado licença para fazer uma tropa de 600 bois, pagando os direitos no momento de pôr a mesma em marcha, e com os mais documentos do estylo, não obstante tudo isto, foi embargada unicamente por se haver desviado da estrada que lhe era destinada, o seu capataz e peões presos, sendo o capataz o filho do proprietário Gaspar José Ortiz. Ao fim de oito dias Lamas quiz entregar o gado; e como o proprietário não quizesse receber, Lamas mandou encerrar. Eis a razão porque arrendou esta fazenda ao barão; e depois de arrendada e embargada, já Lamas mandou levantar della 3,000 rezes.
8	Major.	Oliverio José Ortiz, filho.	Aggregado em campos da propriedade de seu pai o coronel Oliverio José Ortiz.	1,500	Abandonada desde o anno de 1842.	Não quiz continuar na administração dos seus bens, por não querer-se sujeitar aos continuados massacres que soffreu, e por isso retirou-se, esperando um porvir.
9	Cidadão	Gaspar José Ortiz.	Idem.	800	Idem em 1842.	Idem.
10	Tenente	Claro Alvares de Castro	Cinco leguas de propriedade, divididas ao N. por campo de Antonio Jacintho de Oliveira; ao S. pelo Jacutui, e pelos campos dos Carvalhos; a L. pelos campos de Liberato Jacques; e a O. pelo mesmo Jucutuá, e por campos de Agostinho Guaraxe.	8,000	Acha-se embargada por ordem do coronel Laballef.	Esta propriedade está embargada por ter constado a Laballef ter o proprietário em sociedade os mencionados interesses com o tenente-coronel Reis, dissidente daquelle Estado, como é verdade que essa sociedade existe; e ao depois de embargada, Laballef prometteu ceder a meação ao proprietário tenente Claro; e indo este afim de receber a dita meação, lhe foi respondido pelo mesmo Laballef que não o podia mais fazer, porque já tinha dado conta ao governo; e nestas circumstancias, este Brasileiro, quando pôde, passou 600 rezes para o Brasil, e Lamas mandou fazer duas tropas, que ambas fizeram o numero de mais de 3,000 rezes, em prejuizo deste e de todo o vizindario, porque é lei delles não dar refugio a ninguém, pelo que o soffrimento é geral.
11	Sargento	Antonio José Pacheco.	Aggregado do dito tenente Claro.	7,000	Foi expulso do terreno por ordem do dito Laballef.	Ainda tem o direito á sua marca, com o prejuizo de lhe não ter sido permitido marcar a produção do mesmo gado no decurso de tres annos.
12	Cidadão	Antonio Jacintho d'Oliveira.	Seis leguas de campo de sua propriedade que fazem limites ao N. pelo Guaró-Grande; ao S. com campos do tenente Claro Alves de Castro; a L. com campos de Liberato Jacques; e a O. com campos de Agostinho Guaraxe.	9,000	Abandonada em o anno de 1842.	Este proprietario diz de viva voz que abandonou sua fazenda por não ter mais dinheiro para pagar os pesados impostos, licença, patentes, e mais direitos estipulados pelo governo actual, e acha-se reduzida esta familia a uma extrema mendicidade.
13	"	João Rodrigues.	Aggregado de Antonio Jacintho de Oliveira.	1,500	Idem.	Idem.
14	Tenente	Laurentino Rodrigues de Oliveira.	Idem.	1,000	Idem.	Idem.
15	Cidadão	José Luiz da Costa Farias.	Ex-arrendatario de parte do campo de Antonio Jacintho de Oliveira.	3,000	Pelo dito Farias.	Contra a vontade do proprietario, e e protegido por Lamas.
16	"	Liberato Rodrigues Jacques.	Doas leguas e meia de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaró; ao S. pelos campos do tenente Claro Alves; a L. pelos campos de D. Francisca d'Ormond; e a O. pelos campos de Antonio Jacintho de Oliveira.	6,000	Por capataz posto por ordem do proprietario.	Ignorou-se seus prejuizos.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDEIRO OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR QUE CADA FOLHA DE TERREIRO POSSUÍ EM 1812.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
17	Cidadão	D. Francisca d'Ormond, e seus filhos.	Duas leguas e meia de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaró; ao S. pela Coxilha de Santa Rosa; a L. pelo campo de Vicente Gomes; e a O. pelo campo de Liberato Jacques.	Itres. 4,000	Idem.	Idem.
18	"	Antonio Machado.	Herdeiro no campo acima por quinhão paterno.	Ignora-se.	Embargada a sua parte por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Foram embargados os interesses deste proprietario por ter passado uma tropa de 600 rezes de contrabando, e ter sido denunciado.
19	"	João Manoel de Souza	Duas leguas de campo em emphyteosis.	1,000	Abandonada desde 1812.	Foi todo consumido pelas forças ao mando do coronel D. Diogo Lamas.
20	"	Jeremias Antonio de Bitancourt.	Cinco leguas de campo em emphyteosis.	5,000	Idem.	Este proprietario levantou deste campo 1,000 rezes, que conduziu para as Tres Cruzes, e o resto tem sido consumido totalmente pelas forças ao mando do coronel Vergava, e do coronel D. Diogo Lamas.
21	"	Vicente Gomes.	Quatro leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaró; ao S. pela Coxilha de Santa Rosa; a L. com campos de João Manoel de Souza; e a O. com campos de D. Francisca d'Ormond.	5,000	Idem, e embargada pelas ordens do coronel D. Diogo Lamas.	Este proprietario passou para o Brasil uma pequena tropa em tempo que não existião forças ali; foi denunciado quando vierão as forças actuaes, e por isso foi julgado contrabandista, e o coronel Lamas tem mandado consumir os restos dos interesses deste proprietario.
22	"	João Baptista d'Alquino.	Occupa o mesmo campo que Jeremias Antonio de Bitancourt occupou em emphyteosis, que é conjuncto ao acampamento do coronel Lamas, em Quaró.	2,000	Entregou em sociedade ao alferes Freijó.	Este proprietario, vendo-se absolutamente sem nada, e privado do direito de reclamação, que não é admissivel naquelle Estado, e tendo-se-lhe offerecido este alferes para reparar seus bens, elle aceitou a offeria, dando-lhe em sociedade a meação do que pudessem ajuntar de animaes, e o tem feito com a decidida protecção do coronel Lamas, que mandando buscar tropas em outros lugares, dá a este alferes os Orçamentos, que não tem couros de contra.
23	"	Jeremias Nunes.	Occupava duas leguas de campo em emphyteosis na coiza de Quaró, onde está hoje o acampamento do coronel Lamas.	2,000	Abandonada.	Tirou 500 rezes para o Brasil: o mais foi consumido no acampamento do coronel Lamas.
24	"	Finnado sargento José Ramos.	Occupava duas leguas de campo em emphyteosis ao S. de Sarandy.	5,000	Pelo estado, desde a presidencia do general Rivera.	Por não se conhecer naquelle paiz descendente ou ascendente daquelle finado, e por inação com conveniencia propria daquelle governo, não se fez publica a morte deste proprietario, para que concorressem os interessados.
25	"	Constantino José Dias.	Tambem occupa duas leguas de campo em emphyteosis ao S. de Sarandy.	2,000	Abandonada.	Ignora-se.
26	"	José Teixeira Brasil.	Occupa tres leguas de campo em emphyteosis nas pontas de Sarandy, ao S.	5,000	Por Vicente Ferreira, e está embargada por ordem do coronel Lamas.	Passou o arrendamento do campo e do grado ao capitão Vicente Pereira; ignora-se em que época.
27	"	Manoel da Rosa.	Idem.	2,000	Abandonada e tambem embargada.	Ignora-se.
28	"	Liberato Teixeira.	Idem.	1,500	Idem.	Idem.
29	"	Marcos de Souza.	Arrendatario de duas leguas de campo de propriedade de João Clavelim, nas pontas de Sarandy, ao N. deste.	4,000	Pelo arrendatario.	
30	"	Nasario José de Souza.	Occupa duas leguas de campo em emphyteosis ao S. de Sarandy, e ao N. da Coxilha de Santa Rosa.	1,500	Por capataz posto por ordem do arrendatario.	Ignorão-se seus prejuizos.
31	"	D. Ignacia Ferreira Serpa, e seus filhos.	Occupa cinco leguas em emphyteosis entre Nhaquiran e Mandijú, fundos ao Uruguay.	8,000	Por capataz posto pela proprietaria.	Idem.
32	"	Jose Leao.	Aggregado da mesma D. Ignacia Ferreira Serpa.	1,000	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Ignora-se o motivo do embargo.
33	"	Zefirino Dias.	Occupa um pedaço de campo sem dono nas pontas de Mandijú.	1,500	Tem capataz.	Ignorão-se seus prejuizos.
34	"	Viuva do finado Luiz Ignacio, e seus filhos.	Occupa quatro leguas de campo de emphyteosis entre Guavijú e arroio de Tigre.	12,000	Idem, como adiante se mostra.	Possirão o direito de emphyteuta a outra pessoa que ignora-se quem seja, e venderão todos os seus interesses que ali tinham a essa mesma pessoa.
35	"	Ant. Corrêa de Camargo.	Aggregado da dita viuva.	5,000	Tem capataz.	Ignora-se.
36	"	João Dias Ferreira.	Tres leguas de campo de sua propriedade, limitadas ao N. pelo arroio de Tigre; ao S. pelo Guavijú; a L. por campos do alferes Joaquim Dias; e a O. pelo rio Uruguay.	1,000	Pelo proprietario.	Ignorão-se seus prejuizos.
37	Alferes	Joaquim Dias Ferreira.	Tres leguas de propriedade, divididas ao N. pela Coxilha de Mandijú e campos do coronel Oliverio; ao S. pelo Cavijú; a L. pela mesma Coxilha e pontas de Guavijú; e a O. pelos campos de João Dias Ferreira.	5,000	Por uma pessoa posta pelo proprietario.	Idem.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA FOLHA DE TERRENO POSTO EM 1862.	POR QUEM OCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
38	Cidadão	José Antonio dos Santos.	Aggregado do mesmo alferes Dias.	400	Abandonada.	Idem.
39	"	Firmino Bica.	Em campos de propriedade de Francisco Liqueque nas pomas de Guavijú, ao S. deste.	2,500	Por capataz posto pelo proprietário.	Idem.
40	Capitão	Hypolito Gúio Cardoso.	Dez leguas de campo arrendadas de Francisco Liqueque, no Passo das Vacas.	9,000	Embargada em 1830 por ordem do coronel Lamas.	Este proprietário perdeu em uma casa de negocio que teve em Belém 21,000 pesos, como provou com seus credores. Saque feito por Paschoal Echague, em 1857, quando derrotado em Cagaúcha, e no mesmo dia, foi saqueada sua familia na Estancia, e suas joias, 600 arrobas de berru-mate, 300 animaes em cria de mulas, 3,000 rezes de criar; o que tudo depois de avaliado por peritos nomeados pela autoridade local, faz a somma de 9,500 pesos. Em Agosto de 1817 foi embargada a dita estancia por ter o proprietario passado gados para o Brasil de contrabando, e para o desembargo pagou a Lamas 5,500 pesos, e 400 cavallos mansos; e em 1830 tornou Lamas a embargar a estancia por ter o proprietario acompanhado o barão de Jacuhy, e já levantado tres mil e tantas rezes, com prejuizo dos proprietarios brasileiros daquelle municipio.
41	Cidadão	Feliciano Jose de Albuquerque.	Aggregado do dito capitão	Ignora-se.	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	
42	"	Segismundo Lopes.	Quatro leguas de propriedade, divididas ao N. com os campos de Liqueque; ao S. pelo Jacuhy; a L. pelo arroio Palmaçolla; e ao O. com os campos do mesmo Liqueque.	300	Pelo proprietario.	Tem percebido muitos lucros.
43	"	Antonio Talaveira.	Aggregado de Segismundo Lopes.	Ignora-se.	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Ignora-se a razão do embargo.
44	Tenente	Genúino Ferreira Vale e C.	Ocupa duas leguas e meia; campos de emphyteosis, junto a Palmaçolla.	1,000	Pelo dono.	Idem.
45	Cidadão	Joaquim Rodrigues Santa Anna e C.	Dois leguas e meia de campo em emphyteosis, tambem junto a Palmaçolla.	2,500	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	
46	Tenente	Luiz Rodrigues Santa Anna.	Em campos de propriedade publica, junto a Palmaçolla, ao S. deste.	1,500	Idem.	Idem.
47	Cidadão	Serafim Rodrigues Santa Anna.	No mesmo terreno.	500	Idem.	Idem.
48	"	D. Felicidade Santa Anna, e seus filhos.	Cinco leguas de campo em emphyteosis entre Jacuhy e Palmaçolla.	2,000	Abandonada.	Perdeu todos os seus interesses em consequencia do que se segue.
49	"	Abel Rodrigues Lopes.	Aggregado de D. Felicidade Santa Anna.	800	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Embargada por ter passado gados para o Brasil revertendo em prejuizo de sua benfeitora D. Felicidade Santa Anna.
50	"	Santos Martins Pinto.	Aggregado da mesma D. Felicidade Santa Anna.	500	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Por ter levantado mais de 3,000 rezes para o Brasil.
51	"	Viúva de Lucio Teixeira, e seus filhos.	Idem.	500	Pela proprietaria.	Não tem soffrido prejuizos.
52	"	D. Thomazia Emilia de Carvalho, e filhos.	Idem.	500	Idem.	Idem.
53	Tenente	Manoel Muziz Simões.	Tres e tres quartos de leguas de sua propriedade, limitadas ao N. com o campo de Manoel Jose de Carvalho; ao S. pelo Jacuhy; a L. pelo mesmo Jacuhy; e ao O. pelo arroio das Pavas.	3,000	Por capataz posto pelo proprietario.	
54	Cidadão	José Gregorio Benedicto	Tem seus interesses dentro da propriedade acima, é sogro do proprietario, e tambem vive na provincia do Rio Grande do Sul.	6,000	Idem.	Idem.
55	"	Libanio Correa de Souza	Mora em uma chacara junto a povoação de Belém.	400	Pelo dono.	Não consta ter tido prejuizo.
56	"	D. Maria Corrêa, e seus filhos.	Em outra chacara junto ao mesmo povo.	600	Pela dona.	Idem.
57	"	Jose Ricardo.	Dois leguas de campo, arrendadas de D. Eufrazia, junto ao arroio Arapely Grande, ao N. deste.	1,500	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Embargo feito em consequencia do proprietario vir-se retirando para o Brasil sem ordem ou licença, temendo o resultado da invasão feita naquelle Estado pelo barão de Jacuhy.
58	"	Tristão Ricardo.	No mesmo terreno que occupa o irmão acima.	400	Idem.	

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERREXOS QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	REZES QUE CADA FAZENDA POSSUE DE GADO.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
59	Cidadão	D. Maria Clara, e seus filhos.	Tres leguas arrendadas da mesma proprietaria acima, e tambem junto ao Arapely-Grande, e ao N. do mesmo.	Rezes 3.000	Esteve embargada por ordem do coronel Laballe, e está embargada por ordem do coronel Lamas.	Com o primeiro embargo vio-se privada de todo usufructo de sua propriedade pelo tempo de cinco annos, e representando a proprietaria ao general Oribe suas privações, por orgão de seu filho José Ricardo, este general lhe mandou entregar sua propriedade, já completamente destruida. A proprietaria está refugiada na villa Uruguayana desde 1844, e lhe é absolutamente estranho o motivo do novo embargo e seus interesses.
60	Cidadão	Manoel Silveira.	Duas leguas de campo arrendadas de D. Francisco Pousinho, junto à Costa de Jacuhy, ao S. deste.	800	Pelo dono.	Ignora-se seus prejuizos.
61	"	Demetrio Antonio de Souza.	Ocupa campos do Estado junto a costa do Jacuhy, ao S. deste.	200	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Ignora-se o motivo do embargo.
62	Tenente	Manoel Muniz Soares.	Uma e tres quartos de legua de campo proprio, que se divide ao N. pela Coxilha de Belem; ao S. pelo Arapely-Grande e Nico; a L. pela Sanga de Ilhetá; e ao O. pela Sanga de Talia.	2.600 rezes de curar e 300 novilhos.	Dada pelo general Oribe ao major Lopez, da divisão do coronel Lamas.	O proprietario ignora as informações que teve este general para fazer tal dadiua. Visto não ter o mesmo proprietario contraído divida alguma, particular ou publica, com este general ou seus agentes, pois que se encontra quite com o governo oriental nas compras que fez no mesmo.
63	Cidadão	Constantino Jacques.	Ocupa campos do Estado junto a Jacuhy, ao S. deste.	700	Pelo dono.	Tem sido feliz.
64	"	D. Felicidade Maria Severo, e seus filhos.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se limitão ao N. pela Coxilha de Belem, ao S. pelo Arapely-Nico; a L. pelo arroio de Sebayo; e ao O. com campos do tenente Manoel Muniz.	1.200	Por copiaz posto pela proprietaria.	Esta proprietaria arrendou a Antonio Pimentel duas e meia leguas deste campo de sua propriedade, como abaixo se vê, e essa parte se acha embargada, e tanto neste campo como no de Muniz tem sido levantados os gados por ordem dos coronéis Laballe e Lamas, com grande prejuizo da proprietaria, seus herdeiros, e mais pessoas de sua familia, que estavam de seus agregados.
65	"	Francisco Luiz Pinto.	Aggregado da mesma Sra. D. Felicidade.	700	Abandonada.	Por considerar tudo perdido.
66	"	José Alexandre Pinto.	Idem.	200	Idem.	Idem.
67	"	Daniel Antonio Botelho.	Idem.	300	Idem.	Idem.
68	"	Antonio Pimentel.	E' arrendatario de duas leguas e meia de campo da propriedade da referida Sra. D. Felicidade.	3.500	Embargada por ordem do coronel Laballe.	Este proprietario retirou-se para a provincia do Rio Grande do Sul em 1840, deixando a cargo de seus interesses D. Francisco Palomek. Oriental; ignorão-se as condições entre ambos, e sabe-se que o embargo feito nos mencionados bens é em consequencia de Palomek ser ali contemplado por colorado.
69	"	Francisco Antunes da Silva.	Aggregado da supra dita senhora.	150	Abandonada.	Por considerar tudo perdido.
70	"	Tristão João Severo.	Idem.	200	Idem.	Idem.
71	"	Fortunato Fernandes Lima.	Ocupa duas leguas de campo pertencente ao Estado, junto à ilha de Sebailho, e ao S. deste.	2.000	Entregue tudo a Angelo Estecheo, Argentino.	Vendo este proprietario que perdia tudo por motivo dos continuos levantos de gados pelas forças do coronel Lamas nos campos de Antonio Pimentel, que fazem divisa falsa com este, e estando privado de remover seus interesses para outra parte por privação de Lamas, deu todos os seus interesses por mil rezes a este Argentino, com condição deste lhe dar as mil rezes de gado da mesma fazenda, postas em Catalan, o que cumprio porque tinha fiçença de Lamas ja anticipada ao negocio.
72	"	Vieira ao tinado Manoel Bento, e filhos.	Em campos do Estado, e ignora-se se arrendados ou não, senão junto a Arapely-Nico, na barra das Avarias, e ao N. de ambos.	4.000	Abandonada.	Ignora-se a razão do abandono.
73	"	Manoel Marques Vianna.	Idem junto ao mesmo arroio de Arapely-Nico, e ao N. deste.	600	Entregue ao Oriental Felipe Tamarão.	Ignora-se o negocio entre ambos, e sabe-se que o proprietario Marques effectua este negocio por não poder pagar os grandes impostos actualmente em praxe e o arrendamento do campo: do que tudo esta leuto o dito Tamarão, por ser affecto a causa do general Oribe.
74	"	José Marques Vianna.	Idem.	3.500	Idem.	Idem.
75	"	Marianno Marques Vianna.	Idem.	1.500	Idem.	Idem.

NUMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA TITULO EM \$000.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
76	Cidadão	D. Rosaura Ferreira Bicca.	Quatro leguas e meia de propriedade que limitão-se ao N. com campo de Manoel José de Carvalho; ao S. pelo arroio das Canhas; a L. por uma Sanga que desagua no mesmo arroio Canhas; e ao O. pelo arroio de Paítas.	Recebe 600 e 400 novillos	Abandonada desde 1812.	Nesta propriedade está estabelecido Xisto Dias, e tem disposto de gados a proprietaria e de seus vizinhos, que ventura agora em dito campo.
77	Cidadão	Xisto Dias.	Aggregado da dita D. Rosaura.	500	Pelo dono.	Tem-se feito feliz fazenda a rumo de sua beneficiadora.
78	"	Serino Ignacio.	Ocupa campos do Estado na costa de Canhas, ao N. deste; ignora-se que extensão.	500	Ocupada pelo Santa-Rosino Paschoal Echague.	Ignora-se seus tratos, ou conveniências.
79	"	Zerino Ignacio.	Idem.	1.500	Entregue a Angelo Teeho.	
80	"	Antonio Urbano Caceres.	Idem.	400	Fem gente posta pelo dono.	Ignora-se.
81	"	Viuva de Vicente Dias e seus filhos.	Ocupa quatro leguas de campo entre Canhas e Arapely-Xico, e ignora-se se e de sua propriedade.	3.000	Por capataz posto pela proprietaria.	
82	"	Bento Dias.	Tres leguas sobre a costa de Canhas ao S. deste, e tambem se ignora se é ou não de sua propriedade.	800	Pelo dono.	
83	"	D. Eufrasia, hoje seus filhos.	Tres leguas de propriedade que se dividem ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely-Xico; a L. com os campos de D. Firmina Muniz; e a O. com campos que occupa Vicente Dias.	2.500	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Ignora-se a causa do embargo.
84	"	D. Firmina Muniz, e seus filhos.	Cinco leguas de propriedade que se dividem ao N. com a Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely-Xico; a L. com a mesma Coxilha; e a O. com campos de D. Eufrasia.	4.000	Embargada por ordem do coronel Lamas, a metade, e outra metade é occupada por pessoa da proprietaria.	A meação embargada pertencia a finado Agostinho Guarxe por ter sido socio do finado marido da proprietaria.
85	"	Antonio Ilhéu.	Aggregado nos campos de D. Firmina Muniz.	Ignora-se.	Arrendada a Bonifacio Picote; e ao depois foi Embargada por ordem do coronel Lamas.	O arrendatario sofreu este embargo por ser affecto á causa do general Rivera.
86	"	José Braseiro.	Tres leguas de campo em emphyteuta, entre Quaró e Tres Cruzes, que hoje se diz ser Labalhes dono do dito campo, como adiante se mostra.	6.000	Abandonada por violencia.	Labalhes chamou a este e a outros proprietarios que abaixo se numerão, e lhes disse que elle ali tinha quatorze leguas de campo de sua propriedade, e exigia de cada um o arrendamento do campo que occupava, o que forçadamente fizeram, pagando em gado o arrendamento exigido; e este logo que receberam, ordenou que no preciso prazo de noventa dias queria seu campo desocupado; os proprietarios não o puderam fazer por causa da estação invernal. Labalhes destructa de mais de 30.000 rezes em ali ter mettido uma só, e ja ter tirado tropas de corte e de criar.
87	"	João Braseiro.	Aggregado no campo acima.	200	Idem.	Idem.
88	"	Francisco Luiz Braseiro.	Duas leguas no Rincón de Quaró em emphyteuta, de que tambem hoje está Labalhes de posse.	1.500	Idem.	Idem.
89	Capitão	José Siqueira (já fallecido), hoje seus filhos.	Duas leguas de campo de emphyteuta sobre a costa de Quaró, ao N. deste, tambem está Labalhes.	2.500	Idem.	Idem.
90	Major	José Silveira da Luz.	Tres leguas em emphyteuta, junto ás Tres Cruzes e á barra do arroio Pellado, ao S. deste, que tambem Labalhes tomou conta.	8.500	Idem.	Idem.
91	Cidadão	Americo Antonio de Souza.	Aggregado do dito major Silveira.	1.600	Idem.	Idem.
92	"	Marcellino Alêdo.	Aggregado de Americo Antonio de Souza.	400	Embargada por violencia.	Vejase a observação de João Braseiro.
93	"	Viuva do alferes Francisco Maclado Pacifico, e seus filhos.	Tres leguas de campo em emphyteuta na costa de Quaró-Xico; ao N. deste, tambem está Labalhes de posse.	5.000	Idem.	Idem.
94	"	Manoel Gonçalves Canhoto.	Legua e meia de campo em emphyteuta na mesma costa de Quaró-Xico, ao N. deste, e tambem está Labalhes de posse.	2.000	Idem.	Idem.
95	Capitão	José Malina.	Uma legua de campo em emphyteuta na mesma costa de Quaró-Xico, ao N. deste, tambem em posse de Labalhes.	7.000	Idem.	Idem.

NUMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOME S.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCUPA E SEUS LIMITES.	QUANTO DEZ CUBA FAMILIAR PESSOAS EM 1812.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
96	Cidadão	Antonio José d'Oliveira.	Dez leguas de campo de propriedade, divididas no N. pelas Tres Cruzes, ao S. pela Coxilha entre o Pellado e Tres Cruzes; a S. pelas mesmas Tres Cruzes; e a O. pelo arroio Pellado.	16,000	Pelo dono.	
97	Cidadão	D. Rosa Isabel de Salles, e seus filhos.	Aggregada de Antonio Jose de Oliveira.	2,000	Abandonada desde 1811.	Esta familia foi completamente sequeada por uma partida de salteadores, a qual, com magna barbaridade assassinou o cabeça desta familia, que era José Mariaano de Salles, uma filha casada que se achava grávida, e mais um menino de nove a dez annos que gritou por soccorro.
98	"	D. Clementina Alvez, e seus filhos.	Occupa sete leguas de campo, arrendadas da familia dos Almugos, entre as Tres Cruzes, Grande e Xica.	7,000	Abandonou, e o dono mandou tomar conta do campo.	Esta proprietaria, depois do fallecimento de seu marido, não pôde continuar a reparar estes interesses, por não ter meios para o fazer, e mesmo se ter acampado o tenente-coronel Velgara com uma força de 600 homens na casa da proprietaria, comendo e cortando os gados da mesma, o que a obrigou a fazer cessão de bens, entregando o resto do que possuia no Brasil aos seus credores: hoje vive em Alegrete, do seu trabalho.
99	"	Viúva de José Maria Machado, e seus filhos.	Tres leguas de campo em emphyteuta entre os Quarós, Grande e Xica.	3,000	Tem capataz posto pelo dono.	Ignora-se.
100	Cidadão	José Machado de Bitancourt Junior.	Tres leguas tambem de emphyteuta, tambem entre os dous Quarós.	4,000	Idem.	Idem.
101	"	Israel Rodrigues.	Legua e meia de campo arrendada do governo, na costa de Quaró Grande, ao N. deste.	1,000	Pelo dono.	Idem.
102	"	D. Anna Baptista, e seus filhos.	Tres leguas de campo arrendadas do governo, na costa de Quaró Grande, ao N. deste.	2,000	Arrendou seus interesses de gados e mais animaes a Alexandre da Rosa.	Idem.
103	"	Henriques Corrêa.	Duas leguas idem.	1,500	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Idem.
104	"	Serafin das Tallas.	Uma legua idem, na costa de Quaró Grande e Pontas de Catalan.	800	Idem.	Idem.
105	"	Finado Roberto Moreira, hoje seus filhos.	Duas leguas idem, na costa de Catalan, ao S. deste.	2,000	Idem.	Idem.
106	"	Alexandre de Abreu Valle.	Tres leguas de propriedade, que se dividem ao N. com campos de Servando Gomes; ao S. pelas Tres-Cruzes; a L. pela Coxilha de Jacaré; e a O. pelo Quaraim.	3,000	Por capataz posto pelo proprietario.	Seus prejuizos ignorão-se.
107	"	Antonio dos Santos.	Tres leguas na costa do Jacaré e na do Quaraim, ao S. deste, e ignora-se como as occupa.	4,000	Abandonada.	E perden todos os seus interesses.
108	Tenente Coronel	Severino Ribeiro de Almeida.	Seis leguas de campo arrendadas de um Fidalgo Ramires no passo do Serrito, S. do Quaraim.	12,000	Esteve embargada por ordem do coronel Lamas, e hoje esta negociada com Joaquim Gonçalves, como ao diante se mostra.	Este proprietario passou para o Brasil 3,000 rezas com consentimento do coronel Lamas, e outras tropas de contrabando, e sendo denunciado, o Lamas mandou embarcar a estancia pelo valor de 2,000 pezos valor este que Lamas julgou cobrar, e o proprietario não lhe deu o gosto, cedendo Joaquim Gonçalves os interesses que alli tinha por uma porção de gado cujo numero ignora-se, e para esta transacção foi preciso o dito Gonçalves se responsabilisar a Lamas pelos 2,000 pesos.
109	"	Manoel Antunes de Oliveira.	Duas leguas de campo da propriedade do mesmo Ramires, nas pontas do Jacaré; ao N. deste; e ignora-se como as occupa.	800	Abandonada.	Ignora-se quaes sejam seus prejuizos.
110	Tenente	Alexandre Jacintho e C.	Duas leguas de campo na costa das Tres Cruzes Grandes, e ao N. desta: ignora-se como as occupa.	2,000	Idem.	Passarão 800 rezas para o Brasil, e abandonarão o resto.
111	Cidadão	Liberato Gutierrez, já fallecido, hoje seus herdeiros.	Duas leguas na mesma costa, e tambem ignora-se a maneira por que as occupa.	3,000	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Depois de ter passado porção de gados para o Brasil, acompanhou o barão de Jacubhy na primeira aggressão naquello Estado, e morreu no primeiro encontro que tiveram.
112	Alferes.	João Xavier de Azambuja Villa Nova.	Quatro leguas na mesma costa, e tambem ignora-se como as occupa.	Ignora-se.	Pelo proprietario.	Ignora-se quaes sejam seus prejuizos.
113	Cidadão	Manoel Antonio Soares.	Aggregado do alferes Villa Nova.	2,000	Pelo dono.	Ignorão-se os seus prejuizos.
114	"	Bernardino Martins.	Acha-se em Campos de D. Ramires em o Rincón de Jacaré: ignora-se como o occupa.	2,500	Idem.	Idem.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR EM REIS DO ANTO DO SOLO	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
115	Tenente	Hipolyto Francisco de Paula.	Cinco leguas da propriedade do dito Ramires na costa do Quaraim, junto ao Passo de Maratiga, ao S. do dito arroio.	4600 1.500	Por um filho do dono.	Idem.
116	Cidadão	Constanção Francisco Rodrigues.	Aggregado do dito tenente Hipolyto.	2.000	Abandonada.	Entregou todos os seus interesses ao seguinte Manoel Ramos, porque contava tudo perdido.
117	"	Manoel Ramos.	Idem.	1.800	Pelo dono.	Ignorou-se seus prejuizos.
118	"	Leocadio Silveira Gomes e C.	Cinco leguas de sua propriedade, que limitou-se ao N. pelo Quaraim, Passo de Jaquary; ao S. pela Coxilha de Jacaré; a L. com campos de João José de Vargas; e a O. com campos de D. Ramires.	8.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Este proprietário, vindo a sua decadência diária, motivada por uma guarda aquartelada effectivamente em sua propria casa, a qual se nutria de seus gados, e coreação; e por igual procedimento de um destacamento fixo no lugar denominado Capão da Raposa, reuniu os gados, que pôde, e passou para o Brasil. Eis as razões do embargo.
119	"	João José de Vargas.	Quatro leguas de sua propriedade, divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Jacaré; a L. pelo Guarijá; e a O. por Campos de Leocadio Silveira Gomes e Comp.	Ignorou-se.	Idem.	Por ter passado os interesses que pôde para o Brasil.
120	"	Alferes Joaquim Rodrigues Jacques.	Occupa um terreno na costa do Quaraim, ao S. deste; ignora-se por que maneira.	5.000	Embargada por ordem coronel Lamas, e occupada pelo capitão Manoel Ferreira Bica.	Sabe-se que teve bastantes prejuizos, e ignora-se a maneira por que hoje o dito capitão occupa esta fazenda, achando-se ella embargada.
121	"	Finado Salvador das Neves, hoje seus herdeiros.	Duas leguas de campos arrendadas na costa das Tres Cruzes Pequenas, ao N. destas; ignora-se o proprietario do dito campo.	1.000	Por Faustino Teixeira, e embargada por ordem do coronel Lamas.	
122	"	José Fernandes de Camargo.	Uma legua de campo arrendada junto ao campo acima; e tambem não se sabe de quem seja o campo.	500	Pelo dono.	Ignorou-se os prejuizos que tem soffrido.
123	"	D. Thomasia Mancilha, e seus filhos.	Aggregada de D. Maria Mancilha.	700	Pela dona.	Neste estabelecimento e no de D. Maria Mancilha se fizeram varias tropas por ordem do coronel Velgara, e o factor dellas era o capitão Guterres de Sandá, que as conduzia ao acampamento para consumo da força e coreação, como se pôde provar.
124	"	João Bueno.	Idem.	1.200	Abandonada.	Idem.
125	"	D. Maria Mancilha, e seus filhos.	Duas leguas de propriedade, divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Jacaré; a L. com campos do capitão Bica; e a O. com um salar que nasce da dita Coxilha e morre no Quaraim.	4.000	Pela dona.	Idem.
126	Capitão	Manoel Ferreira Bica.	Duas leguas de campo junto ao Passo das Pedras em Quaraim; ignora-se como as occupa.	Ignorou-se.	Pelo dono.	Ignorou-se os prejuizos que aqui haja soffrido.
127	"	José Marianno de Souza.	Tres leguas de campo arrendadas. Ignorou-se de quem, e são sitas junto ao Passo do Baptista, ao S. do Quaraim.	1.800	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Este proprietario abandonou seu estabelecimento em 1813 e empregou-se em serviço do exercito imperial, e depois da pacificação do Rio Grande foi cuidar dos interesses que aqui se mencionão, mas foi inutil, porque encontrando os destacamentos das forças ao mando do coronel comandante Velgara, coreando e destruindo os gados da sua propriedade; á vista de taes prejuizos, abandonou, retirou-se para o Brasil, trazendo apenas 200 annuaes cavallares; e esta foi a razão do embargo.
128	Cidadão	Belisario Bueno.	Uma legua de campo arrendada, acima do Passo do Baptista; e tambem se ignora o proprietario do campo, e é tambem sito ao S. do Quaraim.	2.000	Abandonada.	Este proprietario abandonou seus interesses por não poder presenciar a coreação feita pelo alferes Porta Vidal no tempo do commando do tenente coronel Velgara, e por esta forma perdeu tudo, como prometto provar.
129	Alferes.	Albino Marianno.	Duas leguas de campo acima daquelle; ignora-se de quem as arrendou.	600	Idem.	Após o abandono cedeu o que ali tinha a Faustino Bienes; ignorou-se seus prejuizos e as condições desta cessão.
130	Cidadão	Manoel Andrade de Sa, fallecido, e hoje seus filhos.	Aggregado do dito alferes Albino.	400	Idem.	Perderão tudo quanto ali possuíam; ignora-se o motivo deste prejuizo.

NUMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDEIRO OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA ALVARÃO RESPEITO À RUA.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
131	Cidadão	Finado Luiz Monteiro de Carvalho, hoje seus filhos.	Uma legua de campo arrendada na costa das Tres Cruzes Nicas, ao N. desta; ignora-se o proprietário do dito campo.	Rezes 1,000	Embargada.	Ignora-se a razão deste embargo, assim como seus prejuizos.
132	"	Finado Joaquim Lorto, hoje seus filhos.	Cinco leguas arrendadas entre o Quaraim e o Pintado; também se ignora o proprietário do dito campo.	5,000	Pelos herdeiros.	Esta tudo reduzido a um diminuto resto.
133	"	João Baptista.	Em campo do Estão na costa das Tres Cruzes Grandes, ao N. desta.	1,500	Abandonada.	Forão tiradas desta propriedade duas tropas para corear, e forão conduzidas as ditas tropas pelo alferes Nabaro e tenente Medina.
134	Cidadão	D. Maria Martins, e filhos.	Duas leguas de campo arrendadas na costa de Catalan, a L. do dito Catalan junto aos Tres Serros; ignora-se quem e o proprietário.	4,000	Embargada pelo coronel Lamas.	Esta proprietaria se conservou no citado terreno até 15 de Janeiro de 1850, soffrendo milhares de privações, insultos e destruição em seus interesses pelas forças ao mando do general Oribe; e vendo que de nenhuma forma elle podia conservar a sua fortuna, que diuamente diminuia, retirou-se para o Brasil, trazendo 500 rezes que erão as que lhe restavão; e esta foi a causa do embargo.
135	Tenente	Felberto Nunes.	Cinco leguas de sua propriedade, divididas ao N. pelo Catalan; ao S. pela Coxilha dos Tres Serros; a L. pelo mesmo Catalan; e a O. pelo Catalan-Novo.	6,000	Idem.	Por ordem de Lamas, lhe sacarão da Mangueira 1,000 rezes, que forão conduzidas para o acampamento; ignorão-se os motivos que derão lugar ao embargo.
136	Cidadão	Manoel Figueira.	Aggregado do dito tenente Nunes.	400	Idem.	Ignora-se porque foi embargada.
137	"	Vasco Martins.	Idem.	600	Idem.	Idem.
138	"	D. Delina Rodrigues, e seus filhos.	Cinco leguas de propriedade, divididas ao N. pelo Catalan; ao S. pela Coxilha dos Tres Serros; a L. com campos occupados por Delino Machado; e a O. por campos do tenente Felberto Nunes.	5,000	Idem.	
139	"	Delino Machado.	Duas leguas arrendadas de Agostinho Guarac, na costa de Catalan Grande, ao S. desta.	2,000	Idem.	Idem.
140	"	Viuva do Alencastro, e seus herdeiros.	Tres leguas de propriedade, divididas ao N. com campos de José Coelho; ao S. com a Coxilha dos Tres Serros; a L. com uma vertente que nasce do Quaraim; e a O. com Catalan.	Ignora-se.	Idem.	Ignora-se o motivo do embargo.
141	"	D. Zefrina Rodrigues Barbosa, e seus herdeiros.	Oito leguas de propriedade, divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pelo Catalan; a L. por campo de José Coelho; e a O. pelo mesmo Catalan.	5,000	Arrendadas ao tenente coronel Fernandes.	
142	"	Jose Coelho.	Quatro leguas proprias, que são divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Catalan; a L. pelos campos da viuva do finado Alencastro; e a O. pelos campos de D. Zefrina.	Ignora-se.	Pelo dono.	Ignorão-se seus prejuizos.
143	"	Antonio Gonçalves.	Quatro leguas proprias, que formão seu limites ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Catalan; a L. pelo arroio da Sepultura; e a O. por campos da viuva de Alencastro.	Idem.	Idem.	Idem.
144	"	D. Unistarda Maria Guedes, e seus herdeiros.	Seis leguas de propriedade, limitadas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha Haedo; a L. com campo de D. Felisbina Pereira; e a O. pelo arroio da Sepultura.	Idem.	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Por ter passado grãos para o Brasil; e se acha hoje administrada por capataz posto por Lamas e um destamento de quarenta homens aquartelados em casa.
145	"	D. Felisbina Pereira de Carvalho, e seus herdeiros.	Dezoito leguas proprias, divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. pelos campos de Vicente Pereira; e a O. por campo de D. Unistarda Maria Guedes.	Idem.	Pela dona.	
146	"	Francisco Alves Viute e Tres.	Arrendatario de tres leguas de campo na propriedade de D. Felisbina Pereira de Carvalho.	Idem.	Embargada por ordem do coronel D. Diego Lamas.	Ignorão-se quacs os motivos do embargo.
147	"	Vicente Pereira, e seus herdeiros.	Quatro leguas de propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. pelo Capitão do Inglez; e a O. pelos campos de D. Felisbina Pereira de Carvalho.	Idem.	Arrendada a José de Vargas.	Ignorão-se as condições deste arrendamento; assim como os prejuizos do proprietario.
148	Tenente Coronel.	Manoel Luiz Ozorio.	Cinco leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. por pontos do Ampelhy-Grande; a L. pela Coxilha de Haedo; e a O. com o campo de Clarestino de Brum.	5,000	Forcapataz posto pelo proprietario.	Ignorão-se os prejuizos que tem soffrido.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR QUE CADA FAZENDA POSSUE EM 1850.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
149	Cidadão	Clarestino de Brum.	Tres leguas de propriedade, dividem-se ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelo tenente coronel Osorio; e a O. por campos de Joaquim de Brum.	2.000	Pelo proprietario.	Tem sido feliz.
150	"	Joaquim de Brum.	Duas leguas de propriedade, divididas ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelo campo de Clarestino; e a O. por campos de Matta Perros.	2.000	Idem.	Idem.
151	"	Eugenio Alama.	Tres leguas de propriedade, divididas ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. por campo de Joaquim de Brum; e a O. com campo de Luiz Matta Perros.	6.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Este embargo foi feito por denuncia de ter o proprietario passado uma tropa.
152	"	Luiz Matta Perros.	Cinco leguas de propriedade, divididas ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelo campo de Matta Perros; e a O. por campo do tenente major Francisco Alves.	Ignora-se.	Pelo proprietario.	Consta ter sido muito feliz.
153	"	Alberto Corrêa.	Aggregado de Joaquim de Brum.	1.500	Pelo dono.	Ignora-se se ha tido ou não prejuizos.
154	"	Tenente major Francisco Alves, hoje de seus herdeiros.	Cinco leguas de propriedade, limitadas ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelos campos de Matta Perros; e a O. com campos occupados por Antonio de Araujo.	5.000	Por um herdeiro.	
155	"	Antonio de Araujo.	Duas e meia leguas de campo, arrendadas, ignora-se de quem, na costa do Arapely-Grande, ao Norte deste.	2.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Diz esse proprietario que agora em 1850 fazem seis annos que está refugiado no Brasil, e que jamais deu motivos por onde merecesse semelhante embargo em seus interesses.
156	Capitão	Manoel Albernaz.	Duas leguas arrendadas, não se sabe de quem, e tambem na Costa do Arapely Grande, ao N. deste.	2.000	Idem.	Ignora-se por que motivo.
157	Cidadão	Joaquim Albernaz, já falecido, hoje seus herdeiros.	Duas leguas arrendadas, tambem não se sabe de quem, e tambem na costa do Arapely Grande, ao N. deste.	1.000	Por um filho.	Ignora-se os seus prejuizos.
158	"	Alexandre Trindade.	Tres leguas arrendadas, ignora-se de quem, tambem na costa do Arapely Grande, ao N. deste.	2.000	Pelo dono.	Idem.
159	Capitão	Manoel Ferreira Bica.	Quatro leguas da mesma sorte que acima na mesma costa do Arapely Grande, ao N. deste.	3.000	Por capitaz posto pelo dono.	Esta propriedade foi de um velho Varzas, e ignora-se a transacção.
160	Cidadão	Bernardo Coelho.	Cinco leguas como o acima, na costa do Arapely-Xico, ao S. deste.	5.000	Idem.	Ignora-se os seus prejuizos.
161	"	Antonio Nunes, e seu irmão Bernardo Nunes.	Duas leguas da mesma maneira do acima, occupadas; tambem na costa do Arapely-Xico, e ao S. deste.	1.000	Pelo dono.	Idem.

Relação nominal dos Brasileiros que tem suas fazendas, tanto de propriedade, como arrendadas ao sul do Arapely-Grande e ao norte da Coxilha de Haedo, na qual se mostra o estado actual de cada uma das ditas fazendas.

1	Cidadão	São Francisco Pereira.	Seis leguas de campo de sua propriedade, divididas ao N. pelo Arapely-Grande e Palomas; ao S. pelo arroio de Jesus e Coxilha do Mendes; pelo a L. por uma Coxilha falsa, e ao O. pelo Uruguay.	1.000	Tem capaz posto por seu dono.	Desta propriedade foram tiradas varias tropas de gado gordo, por ordem do commandante Lucas Pires, e de ordem do mesmo ao destacamento da 1.ª dos Ferreiros; este suppria com gados deste proprietario as forças estacionadas na provincia de Entre-Rios, isto pelo decurso de mais de um anno, e sem ao menos se dignarem a pedir aos proprietarios; e os contras desse consumo revertião ao poder do referido commandante Lucas, como sua particular propriedade.
2	"	Antonio Mendes de Oliveira.	Proprietario por herança paterna no campo acima.	1.000	Idem.	Idem.
3	Capitão	Jeronymo Mendes de Oliveira.	Idem.	1.000	Idem.	Idem.
4	Cidadão	David Luiz.	Duas leguas de campo em emphyteosis, que se dividem ao N. com os campos de Salvador Salcedo; ao S. com a Coxilha e campo de Tedy; ao L. com o arroio Tangarupá; e ao O. com a mesma Coxilha e campo Tedy.	800	Em poder do seu dono.	Idem.

NÚMEROS.	GRUPO.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR EM REIS QUE CADA FAZENDA OCUPA	POR QUEM OCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
5	Cidadão	Manoel Gonçalves de Amorim e C.	Seis leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapery-Grande; ao S. pelo arroio Tanguarupá; a L. pela Sanga das Tallas; e ao O. pelo mesmo Tanguarupá.	Rezes 25,000	Esta fazenda apenas tem um encarregado d'ordens do proprietário para observar os danos que nella se estão fazendo pelas forças actuaes; isto desde 1843; até o presente.	Idem.
6	"	Manoel Harreco.	Uma legua de campo de sua propriedade que se divide ao N. com Tedy ao S. pelo arroio Papery-Grande; a L. pela Sanga das Tallas; e ao O. por uma Sanga que desagua no dito Itapery-Grande.	600	Abandonada pelo dono.	Os gados e mais animais deste proprietário foram totalmente consumidos, extraviados e conduzidos pelas forças dissidentes daquelle Estado, em ausencia de seu dono.
7	"	João Harreco.	Uma legua de campo de sua propriedade, que se divide ao N. com Tedy; ao S. pelo arroio Itapery-Grande; a L. com o mesmo Tedy; e ao O. com a Sanga das Tallas.	800	Idem.	Idem.
8	"	Serafim Fiôres.	Tres leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pela Coxilha do Mendes; ao S. pelo arroio Itapery-Grande; a L. pelo mesmo Itapery-Grande; e a O. com os campos de Tedy.	3,000	Idem.	Idem.
9	"	Fidélis Fiôres.	Duas leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo arroio Itapery-Grande; ao S. pela Coxilha de Santo Antonio; a L. com campo de Martin Mata; e a O. com campos de Pepe Brabo.	500	Idem.	Idem.
10	"	Manoel Machado.	Ocupava o campo de propriedade do finado D. José Cantos, junto á villa do Salto.	1,000	Idem.	Idem.
11	"	Joaquim de Vasconcellos e C.	Sete leguas de campo de propriedade da mesma companhia, que se dividem ao N. pelo arroio denominado Laureles; ao S. pelo arroio Laureles-Pequeno; a L. pela Coxilha de Valentim; e a O. com o mesmo Laureles-Grande.	2,000	Por ordem da companhia existe em poder de Guimarães, como procurador da mesma.	Pouco resta da fortuna deste proprietário, em consequencia dos continuos levantamentos de gados, coreações e mais prejuizos que tem soffrido em diferentes épocas.
12	Tenente	Manoel Luiz Simões.	Quatro leguas e meia de campo arrendadas pelo mesmo de Antonio José de Oliveira, que se dividem ao N. pelo Arapery-Grande; ao S. com a Coxilha de Mendes; a L. com o arroio Camutim; e ao O. com a Sanga das Tallas e campo de Manoel Gonçalves.	7,000	Esta fazenda e mais interesses estão em poder do coronel Lavalleya por ordem do cidadão brasileiro Antonio José de Oliveira!!	Deste estabelecimento se tirarão varias tropas por ordem do tenente-coronel Lucas Pires para abastecer as forças estacionadas na villa do Salto, sob immediato commando do mesmo Pires. Está abandonada pelo arrendatario Muniz desde 1842 até hoje. Em Abril de 1848 Antonio José de Oliveira violentamente empossou-se desta fazenda, e negociou-a sem intelligencia de Muniz, como está provado.
13	Cidadão	Herdeiros do finado tenente Henriquez.	Cinco leguas de campo de propriedade dos mesmos herdeiros que se dividem ao N. com o campo de D. Eusebia; ao S. com a Coxilha de Mendes; a L. com o arroio Valentim; e a O. com a mesma Coxilha e campo de Martin Mata.	2,000	Pelos proprietarios.	Esta estancia esteve abandonada; e no tempo deste abandono, suspendêrão della grandes porções de gado para consumo das forças em diferentes épocas, tanto de um como de outro partido; e a pouca fortuna que hoje lhe resta ainda está sujeita ás precieções do exercito invasor ao mando do general Oribe.
14	"	Horaciô Piegas.	Cinco leguas de campo de propriedade, que se dividem ao N. com uma linha tirada de L. a S. E. do arroio Valentim; a Sanga de Taboá; ao S. com o arroio Valentim; a L. com a mesma Sanga da Taboá e campo de Antonio Bica; e a O. com o mesmo arroio Valentim.	5,000	Proprietario.	Idem.
15	Capitão	Manoel Ferreira Bica.	Arrenda cinco leguas de campo da propriedade do Hespanhol D. Pedro Sierra.	3,000	Idem.	Tem soffrido meo diminuto prejuizo em seus interesses, não sendo contudo exceptuado das privações que se prodigalhõesos Brasileiros.
16	Cidadão	Antonio Bica.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pela Sanga da Taboá e campos do Sierra; ao S. pela Coxilha do Mendes; a L. pelo arroio Canhita campo de S. Antonio de Souza; e a O. pela mesma Sanga da Taboá e campo do Piegas.	9,000	Idem.	Tem soffrido grandes levantamentos de gados pelas forças invasoras ao mando do general Oribe.
17	"	Inocencio Bica.	Aggregado do mesmo Antonio Bica.	1,000	Abandonada.	Se lhe resta alguma cousa, existirá a cargo do capitão Manoel Ferreira Bica.

NUMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERREJO QUE CADA FAZENDEIRO OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR QUE CADA FAZENDEIRO POSSUE EM R\$.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
18	Cidadão	Bernardino de...	Idem.	Rezes 5.000	Pelo dono.	
19	"	Antonio de Souza filho.	Onze leguas de campo de sua propriedade, que se divide ao N. pelo Arerunguá; ao S. pela Coxilha do Arvorito; a L. pelo mesmo Arerunguá; e ao O. pelo arroio Cabanas.	5.000	Pelo proprietário.	Este proprietário abandonou sua estancia desde 1813 até 1819, e neste tempo o commandante Lucas Pires em pessoa, e com a força de seu mando, fez uma grande tropa, a qual fez conduzir a villa do Salto; na mesma fazenda foi feita outra tropa que foi conduzida para fornecimento do exercito sitiador.
20	"	José Lucas.	Herdeiros. Idem. idem.	2.000	Idem.	Idem.
21	"	Valerio Lucas, e seu irmão Alexandre Lucas.	Idem.	4.000	Idem.	Idem.
22	"	João Lucas.	Na qualidade de herdeiro. Occupa o mesmo terreno e limites que occupa Antonio de Souza, filho.	1.500	Idem.	Em proporção de seus interesses tem soffrido tanto prejuizo como seus irmãos e seu cunhado Antonio de Souza, filho.
23	"	Finado Dutra, e ego, hoje sua familia.	Cinco leguas de propriedade que se dividem ao N. pelo campo dos herdeiros acima; ao S. pela Coxilha do Alvorito; a L. pelo Arerunguá; e a O. pelo mesmo campo dos Lucas.	2.000	Abandonada.	Este fallecido foi assassinado por uma partida de salteadores em 1838, a familia foi saqueada, e se retirou para a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, soffrendo as mais inauditas privações e vexames; ignora-se se nesta fazenda ainda lhe resta alguma coisa.
24	"	Feliciano da Costa.	Dez leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. com o campo do Paixão; a L. com o arroio de Sopas e campos de Leonardo Ferreira da Costa; e a O. com Arerunguá.	10.000	Idem.	Ignora-se o seu estado actual.
25	"	Domingos Antunes.	Arrendatario do terreno de Feliciano da Costa.	5.000	Pelo dono.	Idem.
26	"	Joaq. da Rosa d'Avila.	Idem.	10.000	Idem.	O commandante Lucas Pires levantou uma tropa de gados desta fazenda.
27	"	Leonardo Ferreira da Costa.	Dez leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo arroio Sopas; ao S. pela Coxilha de Carumbé; a L. pelo dito arroio; e a O. pela dita Coxilha.	12.000	Abandonada.	Prejuizos. Ignora-se.
28	"	Jose Luiz de Lima.	Arrendatario do terreno de Leonardo Ferreira da Costa.	4.000	Idem.	Idem.
29	"	José Padilha.	Idem.	2.000	Idem.	Seus prejuizos ignorão-se.
30	"	Prudente Franca.	Idem.	2.000	Idem.	Idem.
31	"	Viuva de Mauricio Matutino, e seus filhos.	Idem.	2.000	Por capataz posto por ordem da arrendataria.	Ambas as forças dissidentes daquelle Estado em diversas épocas tem levantado gados desta fazenda.
32	"	João Antunes.	Idem.	500	Abandonada.	Ignorão-se seus prejuizos.
33	"	Jose Paixão.	Seis leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com o campo de Feliciano da Costa; ao S. com a Coxilha de Haedo; a L. com a de Carumbé e campo de Leonardo Ferreira da Costa; e a O. com Arerunguá.	12.000	Pelo proprietário.	Idem.
34	"	Manoel Antonio de Moraes.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pelo arroio Sopas; a L. com campo de Antonio Mendes; e a O. com o mesmo Sopas.	8.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Este proprietario esta refugiado na provincia do Rio Grande desde o anno de 1843; é homem de mais de 70 annos de idade, e quando soube do embargo de sua fazenda ficou tão desasistado que ganhou os matos de Ibirapitama, nos campos de Feliciano da Costa, e ao fim de cinco dias foi achado quasi defallecido de fome e desesperação de ver-se tão injustamente despojado de sua fortuna.
35	"	Antonio Mendes.	Duas leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pela Coxilha que tem sua origem no Rincón de Sopas; a L. com campo de Manoel Rodrigues; e a O. com campo de Manoel Antonio de Moraes.	2.000	Pelo proprietário.	Ignorão-se os prejuizos.
36	"	Manoel Rodrigues e C.	Tres leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pela Coxilha que nasce do Rincón de Sopas; a L. com campo de Manoel Antonio Braga; e a O. com campo de Antonio Mendes.	2.500	Abandonada.	Ignorão-se seus prejuizos.
37	"	Manoel de Lima.	Arregado de Manoel Rodrigues.	1.000	Idem.	Idem.
38	"	Manoel Antonio Braga.	Oito leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pela Coxilha que nasce do Rincón de Sopas; a L. pelo Matta-Olho-Grande; e a O. com campo de Manoel Rodrigues.	2.500	Idem.	Idem.

NUMEROS.	CITACÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA PARCELA.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
39	Cidadão	Marcos da Costa.	Aggregado do dito Braga.	Rece. 3.000	Por capataz posto por ordem do dono.	Idem.
40	"	Netino José de Carvalho, sobrinho.	Cinco leguas de campo que teve de emphyteosis do governo oriental do anno de 1855, sitas na costa de Sopas, e a N. deste.	12.000	Abandonou em 1850.	
41	"	Vicente Pereira.	Arrendatario de parte do campo do tenente-coronel Lucas Pires.	2.000	Abandonada.	A consequencia de ter este arrendatario abandonado sua fortuna foi que, tendo mil e tantas rezes para uma tropa, aconteceu que o capitão Pedro Pires, com a força a seu mando, arrebatou a dita tropa do poder de seu proprietario, e a fez conduzir para junto a villa de Taquarémbo; ignorando-se as razões porque este capitão praticou de semelhante maneira.
42	"	Vicente de Almeida Mar- druga, e seus filhos.	Uma legua e tres quartos de campo em emphyteosis na costa do arroio Sopas.	800	Idem.	Ignora-se os prejuizos.
43	"	Manoel de Brum e Souza.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, as quaes limitão-se ao N. pela Coxilha que nasce do Rincão de Sopas; ao S. com campo de Francisco Luciano da Fonseca; a L. com a dita Coxilha; e a O. com o arroio Sopas.	11.000	Abandonada em o anno de 1852.	Os prejuizos e razão do abandono ignoram-se.
44	"	Francisco Luciano da Fonseca.	Dez leguas de campo de sua propriedade, que limitão-se ao N. com campo de Manoel de Brum; ao S. com a Coxilha d'Haedo; a L. com Matta-Ohio-Grande e campos de Manoel Antonio Braga; e a O. com o arroio Sopas.	2.000	Por capataz posto pelo dono.	Ignora-se se ha soffrido prejuizos.
45	"	D. Bernardina Ferreira e oito filhos.	Seis leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Matta-Ohio-Grande; ao S. pela Coxilha d'Haedo; a L. pela mesma Coxilha; e a O. pela que sabe de entre os dois Matta-Ohio.	1.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	O embargo desta fazenda foi em consequencia de ter-se apprehendido uma tropa dos proprietarios que tentavam conduzir para o Rio Grande, como já tinham feito em outra occasião e em consequencia disto as forças estacionadas na villa de Taquarémbo tem vindo levantar gados desta fazenda para seu consumo.
46	"	Veio Tenim.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com Matta-Ohio-Grande; ao S. pelo Matta-Ohio-Pequeno; a L. pela Coxilha d'Haedo; e a O. em o mesmo Matta-Ohio-Pequeno.	1.000	Abandonada.	Refugiou-se para o Rio Grande trazendo apenas seu gado manso.
47	"	Jose Joaquim.	Aggregado do dito Veio Tenim.	3.000	Em poder do dono.	Ignora-se.
48	"	Manoel Garcez.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, as quaes se dividem ao N. pelo Matta-Ohio-Grande; ao S. por uma Coxilha falsa que sabe de entre os dois Matta-Ohio; a L. por uma Sanga que desagua no mesmo Matta-Ohio-Grande; e a O. pelo Matta-Ohio-Nico.	8.000	Abandonada.	Idem.
49	"	Manoel Jose Antonio Garcez, hoje seus her- deiros.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com campo de Manoel Garcez; ao S. com a Coxilha d'Haedo; a L. com campo de Veio Tenim; e a O. com Matta-Ohio-Nico.	5.000	Idem.	Idem.
50	"	Cláudio...	Aggregado dos herdeiros do finado Jose Antonio Garcez.	1.000	Idem.	Ignora-se os prejuizos que tem soffrido.
51	"	Veio Elias.	Idem.	800	Idem.	Idem.
52	"	Jose Martins.	Idem.	1.000	Por capataz posto por ordem do dono.	Idem.
53	Capitão.	Constantino de Bian- court.	Uma e duas leguas de propriedade da familia de Almogres, que divide ao N. com Arapely Grande; ao S. com Matta-Ohio-Grande; a L. a Coxilha d'Haedo; e a O. o mesmo Matta-Ohio-Grande, as quaes são arrendadas por este e pelos seguintes.	8.000	Veio-se embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Idem.
54	Cidadão	Manoel Ignacio dos San- tos, viúvo, e seus filhos.	Tançom e arrendatario no terreno acima.	2.000	Pelo dono.	
55	"	João Biancourt.	Idem.	10.000	Idem.	Idem.
56	"	Finado Neves, hoje seus filhos.	Idem.	2.000	Por um dos filhos.	Idem.
57	"	Quirino Carlos.	Arrendatario nos mesmos campos da familia de Almogres.	1.400	Abandonado.	Idem.
58	Tenente	Marcos Goularte.	Idem.	2.500	Embargada.	Ignora-se a razão, e porque ordem houve este embargo.

NUMEROS.	GRANDEZAS.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA TERRENO EM UNIDADES MONETARIAS.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
59	Cidadão	Francisco França.	Aggregado em campos da propriedade do general Rivera nas pontas de Arvorezinha.	Idem. 2.800	Abandonada em 1813.	Ignora-se o seu actual estado.
60	"	Antonio de Souza Netto.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com a Coxilha do Arvoreto; ao S. com a Coxilha de Haedo; a L. com a mesma; e a O. com Quiguay-Grande.	Ignora-se	Pelo proprietário.	Ignora-se os seus prejuizos.
61	"	Simoão Silveira.	Tres leguas de propriedade, que se limitam ao N. pelo Quiguay-Grande; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. por uma sanga que desagua em Quiguay-Grande; e a O. com campo de seu irmão pai, Felipe Silveira.	3.000	Abandonada.	Consta ao dono que as forças ora em estacionadas, não fello coreações e levantamento de gados.
62	"	Isaac de Araújo.	Aggregado do mesmo Simão Silveira.	1.000	Idem.	Idem.
63	"	Viuva do tenente Felipe Silveira de Andrade, e seus herdeiros.	Quatro leguas e meia de propriedade, que se limitam ao N. pelo Quiguay-Grande; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. com os campos de Simão Silveira; e a O. por uma sanga que desagua no mesmo Quiguay-Grande.	8.000	Idem.	Consta a proprietaria, por carta que recebeu, que em sua fazenda continha as coreações, e que houvera no campo 1.500 rezes, e a mór porção touçada.
64	"	Jose Silveira.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quiguay-Nico; a L. com o campo de Felisberto Pereira; e a O. com o campo de Antonio Silveira.	9.000	Abandonada desde 1813.	Ignora-se o seu estado actual.
65	"	Antonio Silveira.	Tres leguas de propriedade, que se limitam ao N. pelo Quiguay-Nico; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. com campo de José Silveira; e a O. pelo primeiro e daira do segundo.	4.000	Idem.	Idem.
66	Coronel	Jeronymo Jacintho.	Dez leguas de propriedade sua, que se dividem ao N. pela Coxilha do Arvoreto; ao S. pelo Quiguay-Grande; ao L. pelo mesmo Quiguay; e a O. pelo arroio de Curraes.	10.000	Idem, e hoje em parte abandonada.	Consta que o general Orme deu esta fazenda ao coronel D. Diogo Lamas, e ignora-se a razão ou direito com que esta doação foi feita.
67	Cidadão	Manoel Machado.	Arrendatario de duas leguas de campo da propriedade do mesmo coronel Jeronymo Jacintho.	2.000	Idem.	Idem.
68	"	Felisberto Pereira Prates.	Uma legua de sua propriedade, que se divide ao N. pela Coxilha de Carumbé; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. com campo de Mathews Teixeira Brasil; e a O. com o campo de José Silveira.	12.000	Abandonada desde 1813.	O proprietario existe louco na villa de Paysandu.
69	"	Jose Pereira.	Uma legua de campo sobre a Coxilha de Carumbé, sendo a boca do campo acima.	5.000	Idem.	Ignora-se o estado em que existe.
70	"	Mathews Teixeira Brasil.	Tres leguas de propriedade, que se dividem ao N. pela Coxilha do Arvoreto; ao S. com o campo de José Collares; a L. pelo arroio de Curraes; e a O. por campos de Prates.	4.000	Idem.	Idem.
71	"	Manoel Coelho e C.	Aggregado de Mathews Teixeira Brasil	1.000	Idem.	Ignora-se o seu estado actual.
72	"	Jose Luis Collares.	Cinco leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo campo de Mathews Teixeira Brasil; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. pelo arroio de Curraes; e a O. com o campo de José Silveira.	9.000	Abandonada em 1813.	Idem.
73	"	Santos d'Oliveira Pinto	Aggregado do dito José Luiz Collares.	400	Idem.	Idem.
74	"	Leonardo Gomes.	Idem.	1.000	Idem.	Idem.
75	"	Viuva de Benedicto Silveira, e seus herdeiros.	Doas leguas de campo de propriedade, que se dividem ao N. pelo campo de D. André Peres; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. pelo Quiguay-Nico; e a O. pelos mesmos campos de D. André Peres.	1.000	Idem.	Idem.
76	"	Manoel Gonçalves e C.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que formão seus limites ao N. pelo arroio de Daiman; ao S. pela Coxilha de Carumbé; a L. com a sanga e campos de Almogros; e a O. com Jacintho José Saraiva.	8.000	Idem.	Idem.
77	"	Finado Jacintho José Saraiva, hoje os seus herdeiros.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que limitam-se ao N. pelo Daiman; ao S. pela Coxilha de Carumbé; a L. com campo de Manoel Gonçalves; e a O. pelo arroio de mesmo nome Carumbé	5.000	Por catatão posto pelos herdeiros.	

N. 6.

Officio do presidente do Rio Grande ao governo imperial.

N.º 43. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em additamento ao meu officio n.º 33 de 13 de Agosto deste anno, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a inclusa relação das estancias que os subditos brasileiros possuem no Estado Oriental, nos departamentos do Serro Largo, Durasno, entre os rios Gy e Negro, Maldonado, S. José, Colonia, Montevideó, departamento do Salto, de Paisandú, Poatas do Arroio Mallo até Rio Negro, e Uruguay, Soriano e Mercedes.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo em Porto-Alegre, 11 de Setembro de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

JOSÉ ANTONIO PIMENTA BUENO.

Relação dos Brasileiros que possuem estancias no Estado Oriental, nos lugares mencionados no mesmo officio.

Departamento do Serro Largo.

Antonio Luiz.	1 1/2	legoas de campo.
Antonio Rita.	1/2	„
João Domingues.	1	„
D. Angelica	1/2	„
Antonio Garcia	1	„
João Garcia	1	„
Zefirino Garcia	1	„
Domingos Netto	4	„
Herdeiros de José de Souza Netto	5	„
Leonardo Vaz.	2	„
Herdeiros do Couto	5	„
Luiz Barcellos.	10	„
Ignacio Cabral	3	„
D. Firmiana Vaz	1 1/2	„
D. Anna Corrêa de Borba	14	„
José Corrêa	1	„
D. Ignez de Sant'Anna	2	„
Antonio Carlos	2	„
Joaquim José.	2	„
Salvador Ferreira	3	„
D. Cacilda Ferreira da Silva	1 1/2	„
Herdeiros de José Ferreira	6	„
Leonardo da Silva.	3	„
Gregorio Ignacio da Silva	3	„
Jeremias Hilario	2	„
Felicio de tal	4	„
Thomaz Souza.	3	„
Joaquim Gomes de Araujo	6	„
Felix Vieira	6	„
Hilario Amaro da Silveira	8	„
Felisberto Canhada	3	„
Vicente Canhada	3	„
Agapito Mendes de Arruda	4	„
Estacio Pereira da Luz	8	„
Marcellino Ferreira	4	„
Antonio José de Brito	2	„

João Martins	2 legoas de campo.
Ignacio Cabral	3 legoas de campo.
D. Josefa Pereira	
Ignacio Pereira	
João Pereira	
José Cabral	
Narciso Cabral	
Manoel Cabral	
Escolastico Cabral	Ignora-se quantas legoas tem.
Francisco Alves de Paula	
Ismael Moraes	"
D. Iria Lopes	"
Ignacio Lopes da Cunha	"
Polycarpo Moreira	"
Jorge Barbosa de Godoes	Idem. — Está embargada.
Antonio dos Santos Fialho	Ignora-se quantas legoas tem.
Francisco Soares	"
D. Isabel Garcia da Silva	"
José da Costa	"
Antonio de Borba	19 legoas de campo.
João de Borba	
Hippolyto de Borba	
Manoel de Borba	
Felisberto de Borba	
Manoel Ferreira	Ignora-se quantas legoas tem.
Theodolino Francisco de Souza	
Torquato da Silva	"
José Menezes	"
Salvador Menezes	"
Antonio Menezes	"
D. Anna, viuva de João Antunes	"
Feliciano Antunes	"
Antonio de Souza	"
Manoel Vieira	"
João Vieira	"
Agapito Pinto	"
José Gonçalves da Silva	"
Joaquim Pedro Soares	"
Manoel Bernardino	"
Dr. Arsenio Amaro da Silveira	"
Capitão Antonio de Freitas	"
Antonio de Freitas, filho	"
Vicente Amaro	"
Carlos Vieira	"
Lisario Gonçalves	"
Lauriano Gonçalves	"
Fábricio Gonçalves	"
Bibiana Maria da Conceição	"
Manoel Roberto Pereira	"
Francisco Teixeira Pinto	"
Antonio Ricardo Maia	"
Manoel Cardoso	"
Vasco Teixeira	"
Vicente Fernandes	"
Capitão José d'Ávila	"
Theodolino Farinha	"
Luiz de Azevedo Souza	"
Manoel Gonçalves da Silva	"
João Gonçalves da Silva	"
Capitão Raphael Netto	"
Filippe Feijó	"
Antonio Gonçalves da Silva	"
José Gonçalves da Silva	"

José Maria da Silva	Ignora-se quantas legoas tem.
Joaquim Pedro da Silva	„
Nicannor Gonçalves da Silva	„
Ladrís Faustino Corrêa	„
D. Cecilia Corrêa Palheta	„
Joaquim Francisco Terra	„
Francisco Terra	„
Raphael Terra	„
Justino Terra	„
Manoel Terra	„
Fernando Lino da Costa	„
Ignacio Rodrigues da Silva	„
Major David Pereira	„
Faustino Dias	„
Capitão Marcos José Leivas	„
Manoel Pereira da Luz	19 legoas de campo.
Victoriano José de Freitas	} 19 „
Delfino José de Freitas	
Silvano José de Freitas	
Zefirino Costa	
Maria Aldina de Freitas	} Ignora-se quantas legoas tem.
Ignacio da Cunha	
Januario de Souza Escoto	
Antonio Escoto	
João Corrêa	2 „
Manoel Antonio	Ignora-se quantas legoas tem.
João Ignacio	„
Manoel Machado da Costa	„
Faustino de Brum	„
José de Brum	„
Manoel de Brum	„
José Fernandes	„
Bernardino Fernandes	„
Belarmino da Silva	„
Luiz Balladrão	„
Eduardo Fernandes	„
José Francisco	„
Serafim Bueno	„
José Faialla	} 6 legoas de campo.
João Faialla	
Domingos Faialla	
Serafim d'Avila	
Antonio Dias	4 „
Bernardino Gomes de Araújo	5 „
Francisco Lucas	10 „
Antonio Lucas	} 16 legoas quadradas.
Raymundo Lucas	
Manoel Lucas da Silva	
Manoel Lucas de Lima	
Manoel Lucas de Oliveira	
João Lucas de Oliveira	
Francisco Vieira	
Thomaz Vieira	} Ignora-se quantas legoas tem.
José Vieira de Brito	
Constantino Jorge	
Domingos Jorge	
Marcos Jorge	„
Sebastião da Costa	„
Rafael Sem-mangas	„
Lauriano Cardoso	„
Manoel Sem-mangas	„
Manoel Noble	„
Israel Raymundo	„

Pedro Raymundo	Ignora-se quantas legoas tem.
Joaquim dos Santos.	„
José Colasso	3 legoas de campo.
Domingos Ribas.	10 „
Antonio dos Reis.	4 „
Manoel José Gomes.	3 „
José Gomes	2 „
Antonio Gomes	2 „
Bernardino Porto	Ignora-se quantas legoas tem.
João Teixeira	„
Antonio Teixeira	„
Thomaz Hippolyto	„
José Fernandes Passos.	„
Hippolyto Fernandes Passos.	„
João Hippolyto	„
José Jacintho Filho.	„
Joaquim Jacintho	„
José da Silveira Filho	„
José Amador.	„
Manoel José Maciel.	„
Geraldo José Maciel.	„
José Custodio	„
Antonio Custodio	„
Manoel Custodio.	„
José Custodio filho	„
Ignacio Custodio.	„
Serafim Custodio	„
Appolinario Custodio	„
Miguel Custodio	„
José Ignacio.	„
Antonio Ignacio.	„
José Ignacio, filho	„
Porfirio Ignacio	„
Sebastião Ignacio.	„
Eloy Ignacio	„
Serafim Ignacio	„
José Dias	„
João Dias	„
Domingos Dias	„
Serafim Dias	„
José Vaz	„
Manoel Vieira Carrilho.	„
João da Silva Tavares	} 8 legoas de campo.
João da Silva Tavares, filho	
Serafim da Silva Tavares	
José Corrêa	12 „
D. Juliana Domingues	3 „
João Domingues	2 „
Pedro Carneiro	3 „
Porfirio Porto	Ignora-se quantas legoas tem.
João Carneiro.	„
D. Balbina.	„
João Rodrigues Rocha	„
Mauricio Carlos	„
Tiburcio de Moraes	„
Pedro dos Santos.	„
Leonardo Vaz.	„
Emilio Vaz.	„
Domingos Vaz	„
Antonio Vaz	„
Viuva Felisbina	„
Zefirino Xavier de Moraes	„
Maximo Soterio	„

Bernardino Barcellos	Ignora-se quantas legoas tem.
Domingos Martins	"
Martinho Alves de Oliveira.	"
Carlos Silveira.	"
Balthazar Silveira.	"
Francisco Silveira	"
Zefirino Silveira	"
Lebindo Martins	"
Ricardo Francisco Bica.	"
Patricio José de Carvalho.	"
José dos Santos Soares.	"
Maria Ferreira Bica.	"
Eduardo Ferreira Bica.	"
Ricardo Ferreira Bica	"
Manoel Ferreira Bica.	"
Pacifico Abridino da Costa.	"
João de Paiva.	"
Faustino Teixeira.	"
João Ferreira Bica.	"
Clementino Ferreira Bica.	"
Pedro Viajor	"
Faustino Francisco Gonçalves.	"
João Martins	"
Ricardo Martins	"
Manoel Martins	"
Agapito Mendes	"
João Mendes.	"
João Jacintho de Mendonça.	"
Joaquim José da Silva.	"
José Luiz Martins	"
Constantino da Silveira.	"
Manoel Taroco	"
Francisco Mendes	"
Fibriano da Silveira	"
Isidoro Mendes	"
David da Silveira.	"
José da Silveira	"
José Jacintho.	"
José Caetano.	"
Arsenio Jacintho.	"
José Nunes	2 legoas de campos.
Bonifacio Nunes.	2 "
Manoel Rodrigues Barbosa.	} 10 "
João Rodrigues Barbosa	
Ignacio Machado da Costa.	3 "
João Vergara de Bittencourt.. . . .	2 "
Viuva de Joaquim José Rodrigues.	3 "
Manoel Machado filho.	} 10 "
Nicolão Machado	
Serafim Machado da Costa.	} 10 "
Nicacio da Costa.	
Luiz Cardoso da Silva.	Ignora-se as legoas que tem.
Manoel José Alves Caldeira.	"
Antonio Alves Caldeira.	"
Candido Caldeira	"
Daniel Caldeira	"
Sesefredo Rodrigues.	"
Atanagildo Pereira Lemes	2 1/2 legoas de campo.
Ramão de Oliveira	1 "
Patricio de Oliveira.	1 "
Joaquim de Oliveira	1/2 "
Francisco Maceió	Ignora-se.

Bernardo Butiá	}	2 legoas de campo.
Justo de Oliveira		
Alberto de Oliveira.		
Zefirino de Oliveira		
Miguel de Oliveira		
Manoel de Oliveira.		
Severino de Oliveira	}	—
Marcello de Oliveira.		
Bazilio Canhada.	}	2
Luiz Canhada		
Ellisbão Vieira	}	2 1/2
Joaquim Ferreira Porto		
Florencio Correia	}	3
Justino Correia		
Manoel Pereira	}	6
Manoel Gonçalves.		
Angelino José Gonçalves	}	4
Clementino José Gonçalves		
Ezequiel Ferreira Porto	}	1 1/2
Constantino Vieira		
Domingos Coronheiro	}	1
João Simplicio Ferreira		
Manoel Pereira Pedra	}	Ignora-se.
Joaquim Pereira Pedra		
Antonio Pereira Pedra.	}	3 legoas de campo.
Anna Pereira Pedra		
Amalio José Gonçalves	}	2
José Maria Gonçalves.		
Cezario José Gonçalves.	}	2
Manoel José Gonçalves.		
Manoel Fabricio Gonçalves	}	8
Albino José Gonçalves		
Candido José Gonçalves	}	2
Pedro Paulo de Barros.		
Hilario José de Barros.	}	2
Vicente José de Barros		
Manoel José de Barros.	}	2
Ismael José de Barros		
Manoel Ferreira Filho	}	2
João Pereira		
Vicente Ignacio	}	3
Felicio Oliveira		
Deziderio de Oliveira	}	1 1/2
Joaquim Gonçalves.		
Floriano da Percincula.	}	1 1/2
Feliciano da Percincula		
Theodosio Teixeira	}	2
Viuva Joaquina		
Antonio Moraes	}	1
Marcellino Miranda		
Cyriaco Canarim	}	1
Zacharias Canarim		
Maria Borges Canhada	}	3
Francisco Fontes		
Vicente Hyppolito	}	1 1/2
Lucas Hyppolito.		
Francisco de Souza.	}	2
Albino de Souza.		
Claudiano de Souza.	}	3
João Silveira.		
Custodio de tal	}	1
Merenciano Gonçalves.		
		1/4
		1/2

Cyro Campello	Arrendatario.
Lauriano Cardoso	1 legoa de campo.
Vasco Brum	} 1 „
Ricardo de Brum	
Simão de Brum	
Fortunato Fernandes	} 4 „
José Vergara	
Francisco Vergara	
José Ignacio Goularte	} 1 „
Hermelindo Vieira de Brito	
Izidoro de Brito	
Custodio José da Silva	1/2 „
Valerio Satyro da Cunha	} 1 „
Miguel Satyro da Cunha	
Tristão Satyro da Cunha	
Justino Furtado	1 „
Antonio José Nunes	2 „
Fernando Furtado	1/2 „
Viuva Maria Antonia	1 1/2 „
Crescencio Vieira	} 3/4 „
José Eloy Raimundo	
José Maria Raimundo	
Antonio Gonçalves da Silva	} 4 „
José Gonçalves da Silva Junior	
Gabriel Gonçalves da Silva	
José Maria Gonçalves	1 „
José Thomaz de Souza	2 „
José Silveira Burro Negro	1 „
Miguel Machado da Costa	} 4 „
Antonio José Gonçalves	
Portasio José Gonçalves	
José Gonçalves	} 2 „
Claudino Gonçalves	
Antonio Ferreira Porto	
Joaquim Ferreira Porto, filho	} 1 1/2 „
Cesario Ferreira Porto	
Manoel Ferreira Porto	
Teixeira Ferreira Porto	} 4 „
Antonio Porto Ferreira	
Luciano Ferreira Porto	
José Ferreira Porto	} 4 „
Bazilio Ferreira Porto	
Luciano Ferreira Porto, filho	
Felisberto Redezino Teixeira	} 1 „
Pedro Teixeira	
Francisco Porto Micutas	
Antonio Teixeira Porto	6 „
João Corrêa Mirapalmeta Junior	} 4 „
José Maria da Cunha Silveira	
Diogo Feijó	
Corrêa Feijó	} 1 „
José Maria Feijó	
Albano Feijó	
Joaquim Rodrigues da Silva	1 „
Robustiano Rodrigues	1 „
Rafael Nobre	10 „
Christina Maria da Luz	} 5 „
Antonio Machado	
Felisberto Pereira da Luz	
Florentino Pereira da Luz	} 1 „
Manoel da Luz Mass	
Americo Pereira da Luz	
Antonio Ruivo	

Manoel Gloria		
Francisco Bento.		
José Ferreira Coimbra	2	legas de campo.
José Ferreira Coimbra, filho.		
Manoel Ferreira Coimbra.		
Manoel Silvano de Freitas.		
Antonio Silvano de Freitas		
Libendo Albano da Luz	4	"
Delfino da Luz		
Paulino da Luz.		
Toribio da Luz.		
José Manoel de Freitas.		
Balthasar de Freitas.	6	"
Ismael Escoto		
Militão Nunes		
Justiniano da Silva.	1	"
João Luiz Leivas.	4	"
Bento Leivas.		
Joaquim Leivas.		
Ignacio da Silva Muniz.	2	"
Jeronymo Brito.		
João Cardoso de Brum.		
André Cardoso de Brum.	12	"
Amaro Cardoso de Brum.		
João Cardoso de Brum Junior.		
Benitario Cardoso de Brum.		
João Damasceno Cardoso de Brum.		
Manoel Cardoso de Brum.	10	"
Fortunato Cardoso de Brum.		
Manoel Quintino Cardoso de Brum.		
Joaquim Cardoso de Brum		
João Francisco Cardoso de Brum		
Alberto dos Anjos Barbosa.	2	"
Alberto dos Anjos Barbosa Junior.		
José Dias		Ignora-se.
Ignacio Rodrigues.		
Joaquim Dias de Oliveira.		
José Antonio Rodrigues.		
Justino José Rodrigues.	6	legas de campo.
Serafim Rodrigues		
Manoel Rodrigues		
Lino Rodrigues		
Faustino Dias.		
Feliciano Rodrigues.		
Manoel Dias de Oliveira	7	"
Antonio Dias de Oliveira.		
Domingos Dias de Oliveira		
Feliciano Dias de Oliveira.		
Viuva Joaquina Dias		
João Dias.		
Ignacio Rodrigues	4	"
José Rodrigues		
José Duarte		
Gaudencio Rodrigues		
Bonifacio Dias de Oliveira.		
Ismael Dias de Oliveira.	6	"
André Dias de Oliveira.		
Sezefredo Dias de Oliveira.		
Saturnino Dias de Oliveira.		
Joaquim Salustiano Dias de Oliveira.		

Mariano Alves Nunes	}	3 legoas de campo.
Amador da Silva.		
Ismael da Silva.		
José Antonio da Silva.		
Innocencio da Silva.		
João Santiago da Silva		
Balthasar Florentino.	}	6 "
José Bernardo Florentino.		
Faustino dos Anjos Barbosa.		
Bernabé dos Anjos Barbosa.		
Serafim Pereira.	}	6 "
D. Francisca Ferreira Bica		

Departamento de Durasco, entre o rio Gy e Negro.

Marcellino dos Santos Ferreira	10 legoas de campo.
João Pereira da Luz.	} 24 "
Estacio Pereira da Luz.	
Francisco Ribeiro	} 14 "
Manoel Teixeira Nunes	
José Custodio.	
José Teixeira.	} 10 "
José de Oliveira.	
Antonio José Vieira Brito	
Israel José Vieira Brito.	
Daniel José Vieira Brito.	} 28 "
Antonio José de Souza-magro.	
Ramão José de Souza.	
Euzebio José de Souza.	
João José de Souza.	
José Antonio de Souza.	} 22 "
Joaquim José de Souza.	
João Moreira da Silva.	} 4 "
Manoel Moreira da Silva.	
Manoel Silveira	
Justino Rodrigues	} 6 "
Francisco Cardoso	
Tristão Cardoso.	} 2 "
Joaquim Moreira da Silva.	
José Machado.	} 7 "
Francisco Tavares	
João Martins.	} 10 "
Manoel Antonio da Silva.	
João Ignacio Peçanha.	} 6 "
Reverendo Thomaz.	
Felisberto José de Souza	} 3 "
Brizido Jacintho Rodrigues.	
José Manoel	} Ignora-se.

Maldonado.

João Corrêa Mirapalheta.	Ignora-se quantas legoas tem.
Faustino Abreu	"
Antonio Fernandes.	"
Antonio Pereira.	"
Francisco Faustino Corrêa	"
Faustino Corrêa.	"
Justino Faustino Corrêa	"
Felix Ribeiro.	"

Manoel Cardoso	Ignora-se quantas legoas tem.
José Corrêa	"
Felisberto Pereira	"
Francisco Ribeiro	"
Prudencio Rocha	"
Marcelino da Silva	"
Mendes Amaral	"
Antonio da Costa	"
João Pires	"
Antonio Machado	"
Antonio Menna	"
João Aiala	"
Porfirio Saraiva	"
Manoel Acosta	"
José de Lima	"
Raimundo Vasques	"
José Bernardo Acosta	"
Bernabé Acosta	"
José Honorio	"
Abel Corrêa	"
Manoel Rubio	"
Domingos Corrêa	"
José Amaral	"
Floriano d'Avila	"
Belizario Antunes	"
Francisco Quebraxo	"
João Corrêa	"
João Pereira	"
Faustino Moreira	"
Dionizio Cardoso	"
David Fernandes	"

S. José.

Antonio Fernandes	Ignora-se quantas legoas tem.
Thomaz Fernandes	"
Ventura Miranda	"
João Pereira da Terra	"
Lauriano de Freitas	"
Bemvindo de Freitas	"
Manoel Ribeiro	"
José Pereira da Rosa	"
José Rodrigues	"
Rodrigues	"
Francisco de Oliveira	"
Mathildes de Oliveira	"
Leandro Barbosa	"
Dobinioso Terra	"
Bemvinda de Leivas	"
Bento Terra	"
Joaquim Ancheta	"
Felícia Rosa	"
Aparissio Barbosa	"
Jeronymo Canto	"
Albano de Oliveira Filho	} Idem estão embargadas.
Manoel Felix Filho	
Manoel Cardoso	Ignora-se quantas legoas tem.
Joaquim Carvalho	6 legoas de campo.
Manoel Calisto da Rosa	Ignora-se.
Reduzino Calisto da Rosa	"
Domingos Francisco da Rosa	"

Joaquim Silverio da Rosa.	Ignora-se quantas legoas tem.
Marcelino da Rosa	„
Luiz Francisco Gonçalves.	„
Francisco dos Santos Araujo.	„
Serafim Beliz.	„
Camillo Beliz.	„
André Pereira da Terra.	„
João Pereira.	„
Felicio Pereira da Terra	„
João Lopes	„
Ignacio Lopes.	„
Marcellino Machado.	„
Calisto Veiga	„
Serafim Pereira	„
Bento Cardoso	5 legoas de campo.
Belarmino Caetano	4 „
Querino Caetano	3 „
Francisco Caetano	6 „
Manoel Amaro da Silveira	} 12 „
Francisco Amaro da Silveira.	
Floribello da Costa.	} 4 „
Alberto Luiz de Souza.	
José da Costa	3 „
Vergolino Amaro	6 „
Victoriano Nunes	Ignora-se.
Francisco Silveira	„
Renovato Pereira da Costa.	2 legoas de campo.
Domingos Gonçalves	} 2 „
Luiz Gonçalves	
Calisto da Roza.	} 1 „
Joaquim da Roza	
Marcellino da Roza.	} 2 „
Serafim Madruga	
Theofilo Madruga	1 „
João Andre	4 „
Ignacio Leivas	7 „
Joaquim Carvalho	5 „
José Amaro	4 „
Francisco Caetano.	6 „
Manoel da Costa	3 „
José de Freitas.	Ignora-se.
Reduzino dos Santos Moreira.	4 legoas de campo.
Francisco de Oliveira	4 „
Manoel Picapão	1 „

Do outro lado do Gy, mesmo departamento.

Luiz Alberto	5 legoas de campo.
Victoriano Francisco Nunes	6 „
José da Costa.	4 „
Antonio Madruga	3 „
Joaquim Pedro	} 3 „
Antonio Coelho.	
Antonio dos Santos.	3 „
Joaquim Sant'Anna.	3 „

Colonia.

Francisco Oliveira	5 legoas de campo.
Caetano Oliveira	6 „
Antonio Aguiar.	5 „

João Moreira	3 legoas de campo.
Francisco de Oliveira	Ignora-se.
Perceverando da Silva	5 legoas de campo.
José Nunes	3 "
Vicente Vieira	2 "
Mauricio Monteiro	1 "
Felisberto da Costa	6 "
José de Souza	4 "
João Alves	3 "
João Corrêa	5 "
José Manoel de Oliveira	3 "
Manoel da Silva	4 "

Montevideo.

Porfiro Saraiva	13 legoas de campo.
João Araujo	Ignora-se quantas legoas tem.
Antonio Pereira	"
Joaquim da Rosa	"
Pedro Vieira	"
Marcellino da Silva	"
Manoel Aguirra	"
José Ribeiro	"

Departamento do Salto desde as pontas de Queguay até sua desembocadura no Uruguay, Coxilha grande, pontas de Matta-Olho até Arapehy-Xico, seguindo Arapehy Grande até desaguar no Uruguay.

Antonio José Affonso Guimarães	7 legoas de campo.
Constantino Marques	6 "
Theodosio Dutra	5 "
Manoel Rodrigues	3 "
Bernardino Rodrigues	4 "
Felisberto Pereira	20 "
José Pereira	4 "
Matheus Teixeira Brasil	5 "
José Luiz Teixeira Brasil	4 "
Leonardo Teixeira Brasil	5 "
Alexandre Teixeira Brasil	3 "
Martiniano Pinto de Sampaio	5 }
Irmundo Pinto	6 "
Coronel Jeronymo Jacintho Pereira	4 "
Manoel Francisco Marruo	3 "
João Francisco Marruo	4 "
David Lisboa	2 "
Vicente Portuguez	3 "
Henrique Machado	4 "
Zeferino Souza	3 "
Jacintho Machado	4 "
João Pinto	3 "
Demetrio da Silva	16 }
Henriquinho	16 "
Constantino	8 "
Viuva do Saraiva	6 }
Viuva do Venancio	6 "
Felisberto José Piégas	6 }
Horacio José Piégas	6 "
José Ferreira Bica	6 "

Manoel Ferreira Bica.	4	legoas do campo.
Silvestre de tal.	3	"
Innocencio Bica.	4	"
José Dutra	6	"
Manoel Dutra.		
Viuva de Luiz Escovar.	3	"
José Lucas de Oliveira.	30	"
João Lucas de Oliveira.		
Valerio Lucas de Oliveira.		
Antonio José de Souza.	3	"
Germano Furtado		
Feliciano da Costa.	14	"
Joaquim d'Avila.		
Domingos Antunes.		
Victorino da Costa.	8	"
Leonardo de tal.		
Viuva do Matulina.	5	"
Belchior da Rosa	4	"
José Paixão	6	"
José de Lima.	3	"
Salvador Padilha.	4	"
José Padilha	3	"
Lauriano José Taroco.	2	"
Prudencio França	3	"
Francisco França	2	"
Francisco da Fonseca.	10	"
Manoel de Brum.	6	"
Francisco Esteves.	5	"
Sercio Cardoso	4	"
Ferreira.	6	"
Manoel Antonio Grão	7	"
Luiz Esteves	4	"
Serino Carvalho.	6	"
Manoel Lucas Calafate.	3	"
Felicissimo Martins.	4	"
Manoel Muniz.	5	"
Alexandre Lucas de Oliveira	1	"
Firmino Mendes.	2	"
Feliciano Francisco da Fonseca	1	"
Francisco José Piegas	2	"
José Piegas.		
Manoel José de Padilha	1	"
Demetrio José de Vasconcellos.	2	"
Joaquim Manoel Paz	1	"
Vasco Baptista	1	"
Francisco de Moura.	1	"
Manoel da Rosa.	1	"
Joaquim d'Avila da Rosa, filho	2	"
Semião d'Avila		
Antonio d'Avila	2	"
Vicente Dutra.		
José Dutra, filho	Ignora-se quantas legoas tem.	
Joaquim de Almeida	3	legoas de campo.
Ezequiel Gonçalves		
José Leal	3	"
Reginaldo Gonçalves		
Lucindo José Taroco	3	"
Elias José Taroco		
Israel José Taroco	2	"
Elias de Brum da Silva		
Manoel Motta	1	"
Felix de Brum		
Verissimo Domingues.	1	"

Vicente de Brum		
Antonio de Brum	}	4 legoas de campo.
Balthasar de Brum.		
José de Brum.		
Francisco Duarte.	}	2 ..
Joaquim José Affonso		
Francisco Oliveira		1 ..
Francisco de Valentim.		1 ..
Domingos Antunes, filho	}	2 ..
José Antunes.		
Viuva de Bernardo Bicudo.		1 ..
João Moranga Antunes.		1 ..
Tonha Teriba		1 ..
Antonio Paixão.		2 ..
Isidoro Paixão	}	1 ..
José Paixão, filho		
Fidelis Antunes.		1 ..
Paula Surdo		2 ..
Vicente Pereira	}	2 ..
Vicente Pereira, filho		
Antonio Joaquim da Rosa.	}	6 ..
Patricio da Rosa.		
José Calombo da Rosa.		
Laurentino Ignacio.	}	2 ..
Antonio Ignacio.		
Antonio Calado.		1 ..
Francisco de Souza.		1 ..
Joaquim Germano.		1 ..
Tenente-Manoel Ferreira Bica		3 ..
Bento Antunes Moranga		1 ..
Manoel Vasconcellos		6 ..

*Departamento de Pai-Sandú, Pontas de Arroio-Mállo até Rio Negro e Uruguay.
Pontas de Queguay até desaguar no Uruguay, margem esquerda do Rio Negro
desde a barra do Arroio-Mállo até o Uruguay, Pontas de Queguay e margem
direita deste rio até o Uruguay.*

Elizêo Antunes Maciel		2 legoas de campo.
Annibal Antunes Maciel		16 ..
João Duro		3 ..
Manoel Vaz	}	8 ..
Antonio Vaz		
Alexandre Furtado.		
José Antonio.	}	14 ..
José da Cunha.		
Francisco Caetano		
José Rodrigues		12 ..
Antonio de Souza Netto.		4 ..
Antonio Pedra	}	20 ..
Viuva de João Cardoso		
Manoel Cardoso		
Victorino Cardoso		
Custodio Cardoso		
Francisco Cardoso		
Joaquim Cardoso	}	3 ..
João Cardoso, filho		
Antonio Ribeira		
Placido Cabeça	}	
José Cabeça		
Antonio Valerio.		
José Valerio		
Justino de Oliveira.		

Vasco Madruga	}	6 legoas de campo.
Manoel Madruga	}	
Domingos Faustino Corrêa.	20	„
Quintino Pinto	2	„
Patricio Pinto	1	„
Alexandre Barcellos.	3	„
Francisco Plateiro	}	
João Plateiro.	}	4 „
Francisco Ferraz	}	
Felesbino Valerio	1	„
José Rodrigues	}	1 „
Antonio Negreiros	}	
Alferes Ponciano Leivas.	6	„
José Cardoso	1	„

Departamento de Soriano e Mercedes.

Custodio José Moreira.	4 1/2 legoas de campo.
José Magalhães	2 1/2 „
José Dias	2 „
Caetano Oliveira.	8 „
Perceverando da Costa.	3 „
Antonio Monteiro.	2 „
Francisco Saldanha	4 „
Antonio Saldanha.	2 „
José Marques	2 „
Antonio Sampaio.	3 „
David da Silva.	1 „
Joaquim Padilha.	4 „
Cesario Ferreira	Ignora-se.
Bento Antunes	2 legoas de campo.
Atanagildo Saldanha.	1 „
Bento Antunes	5 „
Baptista Campos	Ignora-se.

Quartel do commando da 5.ª brigada e fronteira de Bagé, 18 de Agosto de 1850. — *Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto.*

Discussão havida entre o governo imperial e a legação argentina antes da sua retirada desta côrte.

Obrigaçào contrahida pela França de manter a independencia da republica do Uruguay.

N. 7.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1850, anno 41 da liberdade, 35 da independencia e 21 da Confederação Argentina.

Illm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M., ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros. Na sessão do senado de 23 de Abril, o Sr. senador Candido Baptista de Oliveira, chamando a attenção do gabinete imperial sobre o Rio da Prata, opinou que devião pedir-se explicações ao governo francez ácerca da expedição que ha destinado para Montevideo, e o Exm. Sr. ministro dos negocios estrangeiros respondeu á indicação do orador com o seguinte:

« O nobre senador, que foi ministro dos negocios estrangeiros, não pôde ignorar que em outra época a legação argentina, fundando-se na convenção preliminar de paz de 1828, exigia que o Brasil se declarasse contra a intervenção da França no Rio da Prata. O nobre senador deve tambem saber que o governo brasileiro declinou essa exigencia por varias razões, que não exporei aqui porque as notas que contém essa discussão andão impressas nos relatorios de meus antecessores, porém é uma dellas ter-se a França comprometido a garantir a independencia da Republica do Uruguay. »

Em presença desta declaração ao senado, o abaixo assignado julga de seu stricto dever sollicitar do Sr. ministro dos negocios estrangeiros alguma informação ácerca do compromisso da França invocado por S. Ex.

O que a legação argentina sabe, e o governo de S. M. não ignora, é que o governo francez intentou fundar no tratado de 1840 com a Confederação direito para intervir na Banda Oriental; porém, repellido essa descomedida pretenção pelo governo argentino, em virtude do texto claro e genuino daquelle pacto, ficou a França exercendo uma coacção attentatoria contra a Republica do Uruguay, que acaba de aggravar com a remessa de tropas de terra.

Não pretende o abaixo assignado renovar uma discussão a respeito da posição que o governo imperial preferio tomar nessa contenda, mas sendo-lhe dado comprehender a neutralidade do Brasil entre as forças francezas que actualmente subjugão a capital do Uruguay e os governos do Prata, que defendem a nacionalidade oriental, cinge-se a pedir ao Sr. ministro noticia do compromisso da França para uma garantia reservada á Confederação e ao Imperio, e nunca cedida nem estipulada com outra alguma potencia.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAS GUIDO.

N. 8.

Nota do governo imperial á legação argentina.

N.º 17. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em o 1.º de Julho de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que, em data de 30 de Abril p.p., lhe dirigio

o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, e na qual, referindo-se ás palavras pronunciadas pelo abaixo assignado na sessão do senado de 23 do dito mez, pede que lhe dê noticia do compromisso da França para a sustentação da independencia da Republica Oriental do Uruguay.

Como o Sr. Guido não pôde deixar de encontrar a noticia que pede no art. 4.º da convenção de 29 de Outubro de 1840, na sua nota de 12 de Fevereiro de 1843 ao Sr. Carneiro Leão, na declaração de bloqueio pelos plenipotenciarios das potencias mediadoras em 18 de Setembro de 1845, nas notas dos antecessores do abaixo assignado, e nas discussões das camaras francezas e inglezas, o abaixo assignado, esperando que o Sr. Guido terá a bondade de recorrer a essas fontes, aproveita a occasião para renovar-lhe os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 9.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1850. Anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia, e 21 da Confederação Argentina.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, etc., etc., etc.

O Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, respondendo em 1.º de Julho ultimo á nota do abaixo assignado de 30 de Abril, em que teve a honra de pedir a explicação da declaração de S. Ex. ao senado em 23 desse mesmo mez, se serve convidar ao abaixo assignado a recorrer a varios factos e a diversos documentos diplomaticos, como a outras tantas fontes de que se deriva a asserção do governo imperial sobre *ter a França garantido a Independencia da Republica do Uruguay*.

O abaixo assignado recordará por sua ordem as citações em que se apoia o Sr. ministro dos negocios estrangeiros. A primeira é a do art. 4.º da convenção de 29 de Outubro em 1840 entre a Confederação Argentina e a França. Eis aqui seu texto:

« O governo de Buenos-Ayres continuará a considerar em estado de perfeita e absoluta independencia a Republica Oriental do Uruguay, da maneira por que a estipulou na convenção preliminar de paz concluida a 27 de Agosto de 1828 com o Imperio do Brasil, sem prejuizo de seus direitos naturaes, toda a vez que o exijão a justiça, a honra e segurança da Confederação Argentina. »

Sem ter que torcer o sentido genuino deste artigo, delle se vê evidentemente, que o governo argentino não fez ao da França concessão alguma especial, nem foi estipulada interferencia alguma da parte desta nação sobre a existencia politica da Republica do Uruguay.

Por esse artigo a França não se obriga a sustentar a Independencia desse Estado, e seria absurdo suppor, que o governo argentino houvesse dividido com ella o direito de uma garantia reservada tambem ao Brasil, contractando sem noticia e sem consentimento do Imperio uma triplice ingerencia, em apoio de uma soberania politica collocada sob a salvaguarda de duas potencias americanas, sem duvida bem sufficientes para defendê-la contra todos os ataques externos.

Não se trata no referido artigo de um facto novo, nem de restabelecer o que havia ficado intacto. Toda outra interpretação para extrahir do artigo o fundamento legal de uma intervenção, sob qualquer forma, nos assumptos do Estado Oriental, é gratuita, falsa e abusiva. O governo argentino nem havia jámais violado a Independencia do Estado Oriental do Uruguay, nem condescenderia, em caso algum, em que uma nação estranha á convenção preliminar e ás vistas politicas que fundarão essa nova república, assumisse a faculdade de inspecionar a execução do pacto que fixou seu destino.

A menção da independencia oriental no art. 4.º é simplesmente a enunciação de um facto fielmente conservado, e que não se sancionava, nem se alterava, nem se fortalecia com a mera recordação de sua existencia historica.

O segundo membro do artigo importa uma reminiscencia conveniente dos direitos da Confederação, como poder independente, se a guerra chegasse a ser uma necessidade nacional.

O governo argentino tem exercido esses direitos na contenda a que foi provocado por seus inimigos da Banda Oriental, sem ter que dar razão a ninguem de sua applicação, senão ao governo do Brasil.

A nota de 12 de Fevereiro de 1843 da legação argentina ao Sr. Carneiro Leão, compulsada pelo Sr. Paulino, diz litteralmente:

« É questão, Sr. ministro, se depois da solemnidade dos compromissos contrahidos pelos governos signatarios da convenção de paz de 27 de Agosto de 1828, sob a mediação da Inglaterra, reiterados pela Confederação ante a França na convenção de 29 de Outubro de 1840, se exige alguma outra para afiançar a validade e subsistencia daquelle pacto; e quando algumas garantias

se tivesse de addicionar mutuamente, ainda não foram discutidas, nem serão, segundo o entender do abaixo assignado, de facil desenvolvimento. »

Negou por conseguinte o abaixo assignado então, como nega agora, que existissem outras garantias para a independencia oriental além das que resultão da convenção preliminar: nega que se hajão discutido outras posteriormente ao anno de 1828, e apenas se refere a contingencia de addicionar-se mutuamente as que pudessem emanar de uma reconsideração daquelle convenio pelo governo argentino e o de S. M. o Imperador, e exclusivamente por elles.

A declaração de Lord Ponsomby, ministro de S. M. B. junto de S. M. I., em 20 de Agosto de 1828, aos plenipotenciarios argentinos nesta corte, de não achar-se autorizado para garantir qualquer convenção ou tratado de paz entre a Republica Argentina e o Brasil, exclue a Inglaterra da responsabilidade e da prerrogativa de uma garantia; e quando essa nação, cujos bons officios se empregarão efficaçamente em approximar aos belligerantes da paz que inaugurou a Republica Oriental, fica privada de todas e de cada uma das obrigações terminadas ás duas altas partes contractantes, não seria possível conceder á França nem aceitar superintendencia de sua parte em questão alguma domestica ou externa do Rio da Prata.

O abaixo assignado repelle a declaração de bloqueio de 1845 pelos plenipotenciarios da Inglaterra e França, lembrada pelo Sr. Paulino como base de qualquer direito dos interventores, ligado á organização ou á sorte do Estado Oriental, e o Sr. ministro se servirá ter presente que todos os pretextos inventados para impôr esse bloqueio foram victoriosamente rebatidos pelo proprio representante da França em Buenos-Ayres. Esse acto de injustificavel prepotencia será julgado pela posteridade tão severamente como tem sido pelos contemporaneos.

O abaixo assignado limita-se a oppôr ante o juizo do governo imperial a convenção de paz entre a Confederação e a Grã-Bretanha, assignada em 21 de Novembro de 1849, e confia poder em breve invocar um igual arranjo com a Republica Franceza. O Sr. ministro já pôde descobrir nos actos diplomaticos, de que tem pleno conhecimento, a verdadeira origem e extensão dos titulos allegados para essas medidas coercitivas da intervenção europeia, e a attitude bem definida da Confederação Argentina quanto ao Estado do Uruguay.

Pelo que diz respeito ás notas dos antecessores do Sr. ministro, não sendo por S. Ex. especificadas, é impossivel ao abaixo assignado rectificar presentemente as idéas erroneas do governo imperial, se algumas houverão, porém que não duvida que fossem opportunamente elucidadas pela legação argentina.

Quanto ás discussões das camaras francezas e inglezas sobre os negocios do Prata, o Sr. Paulino permitirá que o abaixo assignado as considere completamente inuteis, como autoridade para decidir sobre os tratados e sobre a politica da Republica Argentina: completamente insufficientes para destrahir os factos realizados, e muito mais para introduzir essa pretendida garantia que o abaixo assignado, em nome do seu governo, desconhece peremptoriamente em qualquer outra potencia que não seja a Confederação e S. M. o Imperador do Brasil.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAZ GUIDO.

N. 10.

Nota do governo imperial á legação argentina.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, 2 de Setembro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que, em data de 2 de Agosto proximo passado, lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, em resposta á do abaixo assignado de 1 de Julho proximo passado.

A transcripção que o Sr. Guido faz do art. 4.º da convenção de 29 de Outubro de 1840 dispensa o abaixo assignado de entrar em qualquer desenvolvimento. Por isso limitar-se-ha a observar que, obrigando-se nelle a Confederação Argentina a continuar a considerar em estado de perfeita e absoluta independencia a Republica Oriental do Uruguay, pela maneira porque o estipulou na convenção preliminar de paz concluida em 27 de Agosto de 1828 com o Imperio do Brasil, corresponde a essa obrigação um direito da parte da França, nos termos da referida convenção preliminar. Este artigo comprehende portanto um compromisso; aliás seria completamente inutil, e não é de crer que se escrevesse em um tratado um artigo com referencia áquella convenção, inutil e sem alcance, e que não estabelecesse direitos e obrigações algumas entre os contractantes relativamente ao objecto da contenda.

O abaixo assignado não examinará aqui, porque não é o caso para isso, a natureza e a extensão dos direitos e obrigações da França quanto a sustentar a independencia da Republica Oriental.

O que elle dá aqui por certo e averiguado, é que o governo argentino se obrigou para com a França a continuar a considerar em estado de perfeita e absoluta independencia aquella republica.

Não ha com effeito aqui facto algum novo, e a palavra—continuar—o indica. A Confederação Argentina tinha-se obrigado, pela cenvenção preliminar de 27 de Agosto de 1828, para com o Brasil a considerar e a manter a independencia da Republica Oriental; obrigou-se depois ao mesmo para com a França, e nos termos daquella cenvenção, pela de 29 de Outubro de 1840. Não ha facto novo, mas ha compromisso novo; e além do que existia com o Brasil, ha outro com a França.

Não é nas cenvenções que se escreve a historia. Onde se vio fazer-se cenvenções simplesmente para enunciar e conservar factos, sem ligar-lhes, ou derivar dellas direitos e obrigações algumas? E se o art. 4.º da cenvenção de 29 de Outubro de 1840 não estabelece direitos e obrigações algumas entre a França e a Confederação Argentina, qual é o seu fim, e que alcance tem?

O trecho da nota da legação argentina de 12 de Fevereiro de 1843, transcripto pelo Sr. Guido, falla de sollemnes compromissos contrahidos pelos governos signatarios da cenvenção de 27 de Agosto de 1828 (o Brasil e a Confederação Argentina), debaixo da mediação da Inglaterra, reiterado pelas Confederação ante a França na cenvenção de 29 de Outubro de 1840. Estas palavras e citações referem-se evidentemente á independencia da Republica Oriental. Reconhecem portanto que os compromissos contrahidos entre o Brasil e a Confederação, relativamente a essa independencia, forão reiterados pela Confederação ante a França, pela cenvenção de 29 de Outubro de 1840. Confirmão portanto o que o abaixo assignado acima deixou dito. E se taes palavras não tem essa referencia e alcance, a que se referem ellas, que significação tem? O Sr. Guido não poderá apontar outra.

Diz o Sr. Guido que negou então, como nega agora, que existissem outras garantias para a independencia oriental, além das que resultão da cenvenção preliminar. Pois bem. Mas então que compromissos sollemnes são esses contrahidos pelo Brasil e a Confederação Argentina, reiterados por esta perante a França? De que tratão, a que se referem, em que parte, em que artigo da cenvenção de 29 de Outubro se achão elles reiterados? É o que cumpria ao Sr. Guido declarar e explicar.

As declarações de lord Ponsomby, de que falla o Sr. Guido, e as que fez em Buenos-Ayres, não são bastantes para dar a uma cenvenção uma intelligencia diversa daquella que, em peças officiaes, lhe tem dado seu governo, ou seus agentes com approvação sua. E ainda mesmo que, como pretende o Sr. Guido, a Inglaterra não tivesse garantido a independencia de Montevideo pela sua ingerencia no arranjo celebrado pela cenvenção preliminar de 27 de Agosto, não se seguiria d'ahi que a França não a tivesse garantido pela cenvenção de Outubro. De uma cenvenção não se póde concluir para a outra. De não ter feito a Inglaterra uma cousa não se seguiria que a França a não fizesse. Não é por illações semelhantes que se deve entender os tratados, mas pelo que soão e alcanção suas disposições.

O abaixo assignado citou a declaração do bloqueio de 1845, assignada pelos plenipotenciarios da França e da Inglaterra, para corroborar o que acima ficou dito, isto é, como prova de que aquelles governos entendião as cenvenções de 1828 e de 1840 do mesmo modo que o abaixo assignado.

Diz aquella declaração: « Os plenipotenciarios abaixo assignados receberão a missão de restabelecer a paz entre as republicas do Prata, assegurando a perfeita e absoluta independencia do Estado do Uruguay. Tal é o objecto expresso nos tratados de 1828 e 1840, firmados pelo governo de Buenos-Ayres. »

O abaixo assignado não tem aqui por fim pronunciar um juizo qualquer sobre o bloqueio e sobre a intervenção, e produz essas citações sómente para justificar a intelligencia que dá o governo imperial áquellas cenvenções.

Não é tambem de seu proposito examinar e aquilatar os fundamentos em que se baseou aquella declaração de bloqueio, cuja procedencia ou improcedencia não poderia alterar os direitos e obrigações resultantes das cenvenções citadas. Pouco importa para a questão que occupa o abaixo assignado, que o barão de Mareuil tivesse feito ao governo argentino declarações contradictorias áquellas com que o barão Desslaudis justificou aquelle bloqueio.

A cenvenção celebrada por Mr. Southern, e qualquer negociação que o governo argentino conclua com a França, não podem alterar direitos e obrigações resultantes de cenvenções anteriores, senão derogando-as expressamente, ou contendo doutrinas e clausulas que as destruão.

O abaixo assignado julga desnecessario citar todas as notas de seus antecessores a que alludio, e que forão dirigidas ao Sr. Guido, que tem dellas perfeito conhecimento. Limitar-se-ha a lembrar-lhe que na antiga e longa discussão relativa á missão do visconde de Abrantes, o governo imperial sustentou sempre que estava no seu direito, procurando saber de governos, tambem compromettidos a garantir a independencia de Montevideo, o seu pensamento sobre circumstancias e acontecimentos que podem affecta-la. Essa missão portanto fundava-se na convicção em que estava, tem estado e está o governo imperial, de que a França e a Inglaterra estão compromettidas a garantir aquella inde-

pendencia. Isto tem sido dito muitas vezes á legação argentina pelo governo imperial, e especialmente nas discussões relativas áquella missão.

As discussões das camaras francezas e inglezas sobre estes pontos não são por certo sufficientes para estabelecer direitos e obrigações internacionaes. Mas parece ao abaixo assignado que a opinião de homens de Estado eminentes, que tem estado no governo do seu paiz, que se tem occupado e tem tomado parte nestas questões, pôde sobre ellas derramar muita luz, e ser invocada ao menos para corroborar a intelligencia que se dá a convenções em que seus respectivos governos tiverão parte.

O abaixo assignado aproveita a oportunidade para renovar ao Sr. Guido os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Correspondencia sobre a intimação feita a D. José Thomaz Moreno, residente na Uruguayana, para sahir do territorio do Imperio.

N. 11.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Legação Argentina. — Viva a Confederação Argentina. — Rio de Janeiro 2 de Junho de 1850. — Anno 41 da liberdade, 35 da independencia e 21 da Confederação Argentina.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado teve a honra de levar á presença do seu governo a resposta do Sr. ministro dos negocios estrangeiros do imperio, datada de 8 de Março ultimo, á reclamação contra a violenta separação da Uruguayana de D. José Thomas Moreno; e á vista della considera postergado um dever da parte do governo imperial, de satisfazer ao da Confederação por aquelle facto, que caracteriza uma offensa á Republica e ao seu chefe supremo.

Longe está o governo argentino de negar ao do Brasil a regalia que tem toda a potencia independente, de fazer sahir do seu territorio aquelles estrangeiros cuja estada nelle seja inconveniente ou perigosa. Porém é indispensavel que as razões de um tal procedimento sejam plenamente justificaveis, e esta condição ha faltado até agora no caso de que se trata.

É sabido que na Uruguayana, e em outros muitos pontos do imperio, existem entre os naturaes do paiz e entre os emigrados do Prata, inimigos fanaticos das Republicas Argentina e Oriental, como muito notoria é a impunidade de sua conducta subversiva e profundamente rancorosa, assim como de não poucas autoridades publicas contagiadas pela mesma paixão, e protectoras dessa facção anarchica.

O governo argentino recebeu do da provincia de Entre-Rios a nota com data de 4 de Março, que o abaixo assignado tem a honra de ajuntar transcripta com outros documentos. Esta correspondencia mostrará ao Sr. ministro os excessos dos asylados na fronteira do Uruguay, e provará que elles mesmos levão a sua cobarde sanha ao ponto de atacarem a Argentinos inerentes, que por seus negocios vêem-se obrigados a passar a fronteira do Brasil, e a quem ultimamente arrancão o honroso distinctivo federal, que com orgullo trazem es Argentinos leaes.

O Sr. ministro se instruirá tambem pela informação summaria, tirada por ordem do Ex.^{mo} Sr. governador de Entre-Rios, da ausencia de todo o motivo plausivel para que se tivesse expellido da Uruguayana D. José Thomas Moreno, e dos prejuizos que soffreu pelo curto prazo que se lhe deu para que abandonasse o territorio.

O Ex.^{mo} Sr. governador e capitão general D. João Manoel de Rosas, á vista de taes occurrencias, julga-se obrigado, como supremo depositario da confiança publica, a impedir por todos os meios, que nenhum argentino seja prejudicado em seus interesses sem infracção de lei declarada em juizo competente, e especialmente demonstrada ao seu proprio governo pelos órgãos estabelecidos.

Portanto S. Ex. se ha servido ordenar ao abaixo assignado, que insista ante o governo imperial para que se sirva manifestar ao da Confederação as causas que derão lugar a ser expulso da Uruguayana D. José Thomas Moreno, já que não se comprehende que este cidadão, reduzido a uma condição bem mediocre e sem relações valiosas, pudesse jámais empregar a intriga e o suborno para

exacerbar os animos dos emigrados no Rio Grande, segundo o fallaz testemunho oficialmente ministrado naquella provincia contra elle. O governo imperial não poderá deixar de convir, em presença da posição daquelle argentino na Uruguayana, na probabilidade de que os denunciantes deste homem pacifico quizessem descartar-se de uma testemunha importuna de suas manobras traiçoeiras, antes de que na existencia do menor motivo fundado para a sua expulsão, quando as informações de altos e respeitaveis funcionarios da Republica abonão o caracter de Moreno, calumniado ante a autoridade suprema do imperio.

Assim o abaixo assignado reclama para Moreno a reserva de seu direito, a ser indemnizado pelo governo brasileiro dos prejuizos que lhe tenha irrogado aquella extraordinaria medida.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAS GUIDO.

N. 12.

Nota do governo imperial á legação argentina.

N.º 15. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 1 de Julho de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 3 do mez proximo passado lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, ainda relativa á expulsão de D. José Thomaz Moreno da Uruguayana.

O abaixo assignado, em sua nota de 5 de Janeiro proximo passado, fundado em representações officiaes, declarou ao Sr. D. Thomaz Guido os motivos em que o governo imperial se tinha fundado para ordenar aquella expulsão. Dando esses motivos, fez tudo quanto podia e devia fazer.

O governo imperial tem por vezes exercido o direito de expellir do territorio do Imperio estrangeiros, cuja residencia nelle é inconveniente ou perigosa. Tem feito sahir subditos dos Estados-Unidos, da França, da Hespanha, de Portugal, da Republica Oriental e de outros paizes, cujos governos se tem satisfeito com a declaração dos justos motivos de tal procedimento.

Pretende o Sr. Guido que o procedimento do governo imperial é injustificavel, e para o provar, apresenta junta á sua nota uma intitulada informação summaria tirada sobre a expulsão de Moreno. E essa informação summaria consta unicamente das declarações de Moreno, isto é, da propria parte, do proprio interessado, feita perante o juiz de paz do departamento!! De modo que a declaração do proprio interessado destróe as informações officiaes e o juizo do governo imperial, unico competente para ajuizar bem sobre a conveniencia ou inconveniencia da residencia de um estrangeiro no seu paiz.

É notavel que sómente dous annos depois da expulsão de Moreno fosse descoberta a supposta violencia, que o Sr. Guido diz haver-lhe sido feita.

O testemunho de altos funcionarios da Republica que abonão o caracter de Moreno é sem duvida muito respeitavel, mas não pôde estender-se ao procedimento do mesmo Moreno em paiz estrangeiro, em que com elle não habitavão.

Pôde, além disso, um individuo ter bom procedimento no seu paiz, e comtudo por fanatismo politico, ser prejudicial no estrangeiro, e neutro, alheio ás divisões e paixões politicas dos habitantes daquelle.

O governo imperial está portanto no seu direito, sustentando como sustenta a expulsão de Moreno.

Quanto ao protesto por indemnisações, e á lista generosamente fornada pelo mesmo Moreno de prejuizos que diz haver soffrido, o governo imperial não a pôde tomar em consideração, e por isso o abaixo assignado a devolve ao Sr. Guido.

Pelo que toca aos factos referidos pelo Sr. Guido, e mencionados em alguns dos documentos que acompanhão a sua nota, de haverem sido arrancadas as divisas federaes de cidadãos argentinos, sendo esses factos os mesmos que fizeram objecto da nota do Sr. Guido de 18 de Outubro de 1848, e da do antecessor do abaixo assignado de 18 de Abril de 1849, á resposta dada nesta ultima se refere o abaixo assignado.

O abaixo assignado aproveita-se da occasião para renovar ao Sr. D. Thomaz Guido es protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Correspondencia sobre Hornos e Abalos e outros refugiados politicos na provincia do Rio Grande.

N. 13.

Nota da Legação argentina ao governo imperial.

Legação Argentina. Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro 3 de Junho de 1850. Anno 41 da liberdade, 35 da independencia e 21 da Confederação Argentina.

Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O governo argentino, a quem o abaixo assignado levou a resposta do Ex.^{mo} Sr. ministro dos negocios estrangeiros á nota desta legação, datada de 30 de Dezembro ultimo, relativa aos procedimento dos anarchistas Hornos e Abalos, vio com penosa sorpresa, que o governo imperial se tivesse esforçado em sustentar a negativa do ex-presidente do Rio Grande, general Andréa, de um facto publico como é o da presença desses emigrados e a de outros da mesma qualidade no campo dos Paraguayos.

Semelhante politica do gabinete do Brasil, já considerando esse facto isolado, já em conexão com as repetidas seguranças, dadas á legação, da adopção de medidas sufficientemente preventivas contra as hostilidades dos emigrados no Rio Grande, não pode parecer ao governo argentino senão como uma negativa perseverante de justiça, que offende os direitos perfectos da Confederação.

Demais o Sr. ministro, para recusar-se a aceitar a verdade da incorporação de Hornos e Abalos ás forças inimigas das Republicas do Rio da Prata, se apoiava no texto das communicações do general Andréa, a quem suppozera cabalmente informado; porém quando os precedentes, que o abaixo assignado teve a honra de expôr ao Sr. Paulino em 5 de Janeiro do anno corrente, não o tivessem desenganado, os factos realísados depois daquella data, excluem toda a duvida a respeito da existencia do deploravel erro do general, e da complicitade desses mesmos agitadores nas ultimas aggressões do Estado Oriental.

Consequentemente, o abaixo assignado cumpre a ordem superior do seu governo, pedindo urgente e peremptoriamente ao de S. M., e de uma vez por todas, a retirada da fronteira do Brasil desses perturbadores.

Seria faltar a todas as conveniencias, se o abaixo assignado pretendesse demonstrar de novo os titulos do governo argentino, como amigo do imperio do Brasil, como aliado da Republica Oriental, como defensor da integridade da Confederação contra a rebelião do Paraguay; e como poder belligerante e limitrophe, para reclamar uma medida costumada de mutua e perfeita utilidade a respeito de todos os emigrados offensivos, refugiados na provincia de S. Pedro; e se faltasse alguma condição essencial ao inconcusso direito a esta reclamação, as terminantes promessas do governo de S. M. o Imperador de dar ordens efficazes sobre a emigração a autorisarião plenamente, não sendo licito hesitar sobre o seu cumprimento.

Para prova dessas seguranças, permitirá o Sr. ministro que cite as proprias palavras officiaes do Sr. visconde de Olinda em 27 de Setembro do anno proximo passado.

S. Ex. então dizia á legação argentina: « Reiterão-se as anteriores ordens do governo imperial para que haja a maior vigilancia na fronteira, afastando-se della quaesquer anarchistas que ali se reúnão, e fazendo-se sahir da provincia os emigrados militares de major para cima, os que fõrem perigosos nella, e os que se tenham tornado suspeitos pelo modo com que para ali se passarão de Montevideão, e o governo imperial está resolvido a não consentir, que existão na fronteira limitrophe dos Estados vizinhos elementos nocivos á tranquillidade e boa harmonia dos mesmos Estados. »

Taes ordens na verdade nem erão novas nem mais decisivas que as expedidas frequentemente durante cinco annos, porém tornavão-se mais peremptorias pela conhecida agitação do fronteira: e, sem embargo, Hornos, Centurion e outros emigrados gozavão *tres mezes depois* de ampla liberdade, para recrutarem gente, e para se associarem, como se associarão, á aggressão hostil do barão de Jacuhy.

Por outro lado Hornos, Centurion e outros, procurando por propria ou alheia inspiração incorporar-se ás citadas forças invasoras, ficarão privados por esse attentado da immuniidade de asylo em um ponto donde tem conspirado e continuão a conspirar, e já que em tempo se não executou, como era necessario, a rigida providencia que a neutralidade aconselhava, e que o mesmo governo de S. M. reputou justa, não o é menos o inutilisar já os emigrados anarchistas, afastando-os sem mais demora do theatro de suas iniquas tentativas.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAS GUIDO.

N. 14.

N. 16. — Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 1 de Julho de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 3 do mez proximo findo lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, e na qual pede que Hornos, Abalos e outros refugiados politicos na provincia de S. Pedro do Sul, sejam retirados da fronteira.

O Sr. Guido não pôde desconhecer, que o governo imperial sempre se prestou á expedição de todas as ordens e providencias tendentes a evitar que esses emigrados inquietassem os Estados vizinhos. O general Andréa fez para isso todos os esforços, que forão illudidos por causas que o Sr. Guido tambem não ignora.

Porém como a nota do Sr. Guido, á qual o abaixo assignado ora responde, tem por fim pedir que os ditos emigrados sejam retirados das fronteiras, o abaixo assignado satisfaz completamente declarando ao Sr. Guido, que em data de 28 de Abril proximo passado deu o presidente da provincia terminantes ordens e providencias, para que nenhum dos mesmos emigrados fique nas fronteiras, devendo seguir para a capital da provincia, consentindo-se áquelles que o preferirem, residir em Pelotas ou Rio Grande, debaixo da inspecção e fiscalisação das competentes autoridades.

Satisfeito assim o pedido do Sr. Guido com essas providencias, que o presidente da provincia fará executar rigorosamente, nutre o governo imperial a esperanza, de que aquelles emigrados não poderão perturbar a tranquillidade das fronteiras do territorio Argentino.

O abaixo assignado prevalece-se desta oportunidade para renovar ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Discussão sobre a supposta infracção por parte do Brasil dos deveres de neutralidade pela passagem de armamento do Rio Grande para a republica do Paraguay.

N. 15.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1850. — Anno 41 da liberdade, 35 da independencia e 21 da Confederação Argentina.

Ao Ilm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

Os documentos que o abaixo assignado recebeu de seu governo, e que submette ao Exm. Sr. ministro dos negocios estrangeiros, provão sufficientemente que o desembargador Pedro Chaves vendeu e entregou ao governador do Paraguay um crescido numero de armas de varias classes, na fronteira limitrophe com aquella provincia, conduzido pelo territorio brasileiro.

Este procedimento de um funcionario publico brasileiro, no meio da paz que subsiste com a Confederação, perante autoridades civis e militares encarregadas de impedir semelhantes negocios; ao mesmo tempo que o governo imperial protestava, á face da nação e ao governo argentino, religiosa neutralidade na invasão de forças paraguayas no territorio argentino, é uma violação flagrante de todos os deveres do cidadão para com seu paiz, e uma transgressão do direito das gentes, com grande prejuizo da Republica Argentina.

Portanto a conducta do desembargador Chaves apresenta-se com uma responsabilidade tal, que o exclue dos fóros de um juizo puramente civil e ordinario, sujeitando-o ás consequencias de uma infracção escandalosa do direito das gentes, e da execução de um contrabando de guerra, contra as expressas e terminantes declarações do governo de S. M., entre outras a de 4 de Outubro de 1849 communicada a esta legação.

Nella assegurava o Sr. visconde de Olinda, antecessor do Sr. ministro, ter-se dirigido ao presidente do Rio Grande do Sul, prevenindo-o de que « não devia consentir na remessa de artigos de guerra

« para a fronteira, pedindo á legação argentina nesta cõrte para que participasse ao seu governo
 « que o de S. M. o Imperador confiava em que as recommendações já feitas á vista dos ultimos
 « acontecimentos, seriam fielmente cumpridas em observancia da neutralidade adoptada. »

O governo do Brasil, que conhece que os seus proprios direitos tem sido atropellados como o forão
 tambem os dos Estados limitrophes; o governo do Brasil que não tem cessado de proclamar a sua
 neutralidade nas hostilidades dos inimigos da Confederação; que deu providencias neste sentido á
 provincia de S. Pedro, e que as vê frustradas ou desprezadas por um magistrado brasileiro, em uma
 especulação que só é permittida em guerra declarada, comprehenderá que o governo argentino
 faltaria á confiança nacional e a seu proprio decôro, se não exigisse do gabinete imperial uma
 reparação e satisfação condigna pelo procedimento de Chaves, e seu exemplar castigo.

Nem necessaria o abaixo assignado, para reforçar o direito de seu governo, senão a mesma promessa
 do de S. M. o Imperador, na communicação do Sr. Soares de Souza, datada de 17 de Outubro, pois
 que S. Ex. affirmou nella « que o governo imperial estava disposto a não consentir que as autoridades
 « do imperio praticassem actos que, segundo o direito das gentes, offendessem essa neutralidade.
 « bem como a fazer punir, na conformidade das leis, os transgressores das ordens que sobre semelhante
 « assumpto tem sido expedidas. »

O caso hypothetico previsto pelo governo de S. M. chegou infelizmente a realisar-se com o proceder
 de Pedro Chaves, e o da Confederação julga chegado o momento de assignalar por um acto de
 severidade, tanto mais util e transcendente, quanto menos vulgar é a condição do réo, o valor que o
 gabinete brasileiro dá ás suas proprias ordens, e a necessidade commum nas circumstancias actuaes
 de submeter toda a influencia pessoal aos conselhos de uma politica vigorosa e clara.

O abaixo assignado tambem por ordem de seu governo tem de pedir que essa efficaz reprovação e
 essa pena recaia tambem nas autoridades brasileiras, que impassiveis tolerarão a passagem de um
 armamento pelo territorio do Imperio, já que se não poderia sustentar que um comboi de carros,
 que transporta milhares de armas aos inimigos da republica, atravessasse o extenso espaço de Porto
 Alegre a S. Borja, sem que fosse visto pelas autoridades militares e policiaes.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAZ GUIDO.

N.º 16.

Nota do governo imperial á legação argentina.

N.º 14.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 25 de Junho de 1850.—

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secre-
 tario do estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 4 do corrente lhe
 dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confedera-
 ção Argentina, remettendo documentos os quaes, segundo diz o mesmo Sr. Guido, provão suffi-
 cientemente que o desembargador Pedro Chaves vendeu e entregou ao governo do Paraguay
 um crescido numero de armas de varias classes na fronteira limitrophe, e exige em conclusão do
 governo imperial não só uma satisfação e reparação condigna pelo procedimento do desembarga-
 dor Pedro Chaves e seu exemplar castigo, como tambem o das autoridades brasileiras que tole-
 rarão a passagem do dito armamento pelo territorio do Imperio.

O Sr. Guido funda essa sua exigencia nos principios do direito das gentes e nas declarações
 do governo imperial de 4 e 17 de Outubro proximo passado.

O abaixo assignado vê-se portanto na necessidade de entrar no exame desses fundamentos.

O governo argentino nestas e n'outras reclamações semelhantes parte do principio de que o
 Paraguay é uma provincia argentina rebelada. O governo imperial, tendo reconhecido a sua
 independencia, considera-a e não pôde deixar de considera-la como uma nação independente.

Dahi a diversidade na applicação dos principios do direito das gentes em casos semelhantes
 aquelle de que se trata.

OSr. Guido sabe perfeitamente que entre o governo imperial e o Argentino nenhuma convenções
 existem que fixem, regulem ou restrinjam as suas obrigações como neutros no caso de guerra
 de um dos dous governos com um terceiro. Na ausencia de semelhantes estipulações, devem
 reger os principios da lei natural e do direito das gentes, que regulão a neutralidade nos casos
 de guerra.

E para que esses principios tenham applicação é necessario que esse estado de guerra se dê.

Dava-se por ventura o estado de guerra entre as Republicas Argentina e do Paraguay, quando
 teve lugar a venda do armamento de que trata o Sr. Guido? O abaixo assignado afirma que não.

Por manifesto do governo do Paraguay datado de 10 de Junho de 1849, declarou este que passava a occupar militarmente o territorio entre o Paraná e o Uruguay, allegando pertencer-lhe.

Suppondo o governo imperial que dali proviria um rompimento de guerra entre a Confederação e o Paraguay, e interpellado por nota do Sr. Guido de 15 de Setembro do anno passado sobre o procedimento que seguiria, declarou-se neutro. — No facto daquella occupação militar e naquella supposição fundarão-se as notas de 4 e 17 de Outubro já citadas.

Não se verificou porém esse rompimento, e apenas tiveram lugar insignificantes hostilidades. O Paraguay evacuou depois voluntariamente o territorio que occupára, voltando as suas forças para as suas antigas posições. Fez mais.

Por nota de 16 de Outubro proximo passado dirigio-se ao governo argentino propondo os meios de chegar a um arranjo satisfactorio. O governo argentino não o repellio, e, como declara na sua mensagem á vigesima septima legislatura, datada de 27 de Dezembro proximo passado, para dar ao Paraguay mais outra prova da sua politica pacifica, e da fraternal benevolencia que o anima, respondeu em data de 4 de Novembro proximo que consideraria aquellas propostas, e lhes responderia com a brevidade possível.

Portanto em Dezembro do anno passado, tempo a que se refere a passagem e venda do armamento de que o Sr. Guido falla, erão inteiramente pacificas, benevolas e amigaveis as relações entre a Confederação Argentina e o Paraguay. As supposições de um rompimento, supposições em que se haviam fundado as notas de 4 e 17 de Outubro, tinham desaparecido com a evacuação do territorio occupado, e com as proposições feitas pelo governo do Paraguay, não repellidas pelo argentino.

Se pois, não havia estado de guerra, se esta não tem sido declarada até hoje, como vem o Sr. Guido exigir do governo imperial satisfações ou reparações, por uma supposta violação de principios, que sómente no estado de guerra poderiam ter applicação, ou sobre cuja applicação sómente nesse estado poderia questionar-se?

Mas o abaixo assignado admittirá por hypothese que se dava o estado de guerra. Ainda assim, no caso em questão, não teria o governo argentino direito de exigir a satisfação e reparação pedida.

Uma nação neutra não viola os deveres naturaes da neutralidade, quando, permitindo o transporte de armas e munições de guerra para um dos belligerantes, o permite tambem para o outro. É isto justamente o que em tal caso constituiria neutralidade. Ora, o governo imperial tem permitido a remessa de armas e munições dos portos do Imperio para Buenos-Ayres. Assim dado sempre o caso de guerra, quando o permitisse para o Paraguay, não poderia o governo argentino queixar-se.

Mas não acentueo isso: o governo imperial ao passo que não punha o menor embaraço á saída de armas e munições para Buenos-Ayres, expedia quanto ao Paraguay as ordens a que se refere a nota do antecessor do abaixo assignado de 4 de Outubro proximo passado e de que o Sr. Guido tem conhecimento. E será o governo argentino o que tem direito de queixar-se?

Não é bastante para que haja violação da neutralidade que se dêem algum ou alguns casos clandestinos de remessa e venda de armas por particulares, pelo territorio do neutro. O governo e as autoridades de um paiz neutro não devem ser os fornecedores de armas e munições, mas nem o direito das gentes nem a pratica das nações civilisadas mandão fechar os mercados dos paizes neutros a objectos qualificados de contrabandos de guerra, sómente porque desses mercados podem os belligerantes tirar alguns desses objectos. Assim o commercio dos objectos considerados contrabando de guerra não rompe a neutralidade, e os particulares que o emprehendem ficam expostos a um simples confisco pelo belligerante. Tal é a doutrina que regeu entre a França e a Inglaterra, e que se acha consignada no tratado de Utrecht.

Em conformidade desses principios do direito das gentes procedeu o governo imperial, e isso se vê da mesma nota de 4 de Outubro que cita o Sr. Guido quando diz: « E se o facto existio (transporte e fornecimento de armas pela fronteira), não pode admittir que hevessem tido parte nelle as autoridades brasileiras, as quaes então contraviriam ás ordens emanadas do presidente da provincia. »

Na mesma conformidade está a nota de 16 de Outubro proximo passado, citada pelo Sr. Guido, em que o abaixo assignado lhe declarou que o governo imperial não consentiria que as autoridades do Imperio praticassem actos que, segundo o direito das gentes, offendessem a neutralidade, e que faria castigar os transgressores das ordens sobre esse assumpto expedidas.

Ora, o desembargador Pedro Chaves não tem autoridade na provincia de S. Pedro do Sul. Como desembargador da relação de Pernambuco não exerce funções algumas naquella. O artigo 148 do codigo penal do Brasil sómente prohibe aos magistrados commerciar dentro do districto em que exercem as suas funções. Quando tivesse feito o negocio de armas de que se trata, te-lo-hia feito como simples particular.

Quanto ás autoridades da provincia, o Sr. Guido não indica quaes ellas sejam, não allega nem prova que ellas tivessem parte na negociação, e nem mesmo que a auxiliassem.

Diz que tolerarão impassivelmente a passagem de armamento pelo territorio do Imperio, e funda esta sua asserção em uma méra presumpção, a saber: « que não se podia sustentar que um comboi

de carros que transportão milhares de armas aos inimigos da Republica, atravessasse o extenso espaço desde Porto Alegre até S. Borja, sem que fôsse visto pelas autoridades militares e policiaes.

Essa simples presumpção, que não pôde proceder em um paiz pouco povoado, e onde é facil viajar por fóra das estradas, acha-se completamente destruida pelo officio junto por copia do general Andréa, datado de 14 de Janeiro do corrente anno.

Não é portanto com taes fundamentos que se poderia pedir o castigo em massa de autoridades de uma provincia que nem ao menos são indicadas.

As exigencias do Sr. Guido suppoem da parte dos neutros a obrigação de prohibir no seu territorio o commercio de armas e munições de guerra, sómente por que alguém pôde lembrar-se de passa-las e vendê-las a um belligerante, de cobrir as fronteiras e lugares desertos de tropas para interceptarem algum armamento, ao qual se pretenda dar aquelle destino, e de cobrir o territorio de espiões para descobrir e denunciar semelhantes emprezas.

Nunca forão essas obrigações de neutros; pelo direito das gentes serião condescendencias de um governo que se rebaixasse ao ponto de tornar-se servil instrumento de um dos belligerantes.

O belligerante tem o direito de apoderar-se, e de deter as armas e munições de guerra remettidas ao seu contendor, muito principalmente quando passão pelo seu territorio. Ora, o armamento em questão, segundo afirma o Sr. Guido, foi levado a S. Borja, e dahi conduzido ao Paraguay. Atravessou portanto a provincia de Corrientes, territorio argentino. Atravessa-lo-hia com impassivel tolerancia das autoridades correntinas? Porque não apprehendêrão? O governo argentino não apprehende essas armas quando passão pelo seu territorio, e vem pedir satisfações ao neutro porque o não fez quando passárão pelo seu! Quer que o neutro faça aquillo que o que se intitula belligerante não quiz, ou não podia fazer!

O abaixo assignado não pôde deixar de recordar ao Sr. Guido que, quando o encarregado de negocios do Brasil reclamava em Buenos-Ayres por notas de 6 de Dezembro de 1837, 14 de Maio, 13 e 18 de Setembro de 1838, contra o fornecimento de cavallos e outros artigos de guerra que os rebeldes do Rio Grande do Sul obtinhão nas provincias de Corrientes e Entre-Rios, a troco de gados roubados aos legalistas, e exigia que não levassem de Buenos-Ayres armas e polvora, respondeu-se-lhe por notas de 9 de Janeiro, 17 de Maio, 31 de Julho e 29 de Setembro de 1838, que S. Ex. o Sr. governador encarregado das relações exteriores, tinha recommendado aos governadores daquellas provincias que guardassem, como elle, a mais restricta neutralidade, nas questões entre o governo imperial e os rebeldes. Entretanto os legalistas não são perseguidos e maltratados em Corrientes e Entre-Rios: e se de Buenos-Ayres não ião armas e polvora directamente para o Uruguay, passavão comtudo á Colonia, donde erão remettidas aos rebeldes por aquelle rio. E não existia então uma guerra entre duas nações independentes, mas entre o Imperio e uma de suas provincias rebelladas.

Pelo que fica ponderado, entende o governo imperial que o Argentino nenhum direito tem para pedir satisfação, reparação e castigos que exige o Sr. Guido em sua nota, que assim fica respondida.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para reiterar ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Annexo á nota precedente.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Quando eu pensava dever estar tranquillo sobre passagens de armamento ao outro lado do Uruguay, não só porque nenhuma participação a tal respeito tinha recebido, mas sobretudo pela impossibilidade de se levar a effeito semelhante empreza, tendo-se retirado as forças paraguayanas que a podião receber, tive participação do brigadeiro Arruda, commandante da fronteira de Missões e Alegrete, que por noticias ou denunciaes que lhe tinham dado, mandára dous esquadrões de cavallaria de linha fazer tomadia em umas carretas de armamento que se dirigião a um Passo proximo do de Santa Maria, com destino ao lado opposto do rio. Agora acabo de receber segunda participação sobre o mesmo objecto, declarando que a força chegou tarde e que o armamento tinha com effeito passado, e que uma força paraguaya o viera receber.

Seria muito duvidar não acreditar em factos consummados, ou, pelo menos, participados officialmente como taes; creio mesmo que seja este o armamento que o general Guido disse sabia estar em marcha pela campanha, e com effeito foi preciso que seus donos o levassem por fóra dos caminhos praticados e fossem passar o rio em frente a Serras asperas, e em que difficilmente puderão continuar sua viagem para poderem escapar ás medidas contra elles tomadas. Causa-me comtudo admiração que os Correntinos não tivessem guardado bem a costa do Uruguay que lhes ficara livre depois da retirada dos Paraguayos, e sobre o que devião estar de aviso, porque o general Guido que o soube para dirigir suas notas ao nosso governo, tambem o soube para avisar o seu, e tomarem-se as medidas convenientes. Parece verdade que uma força paraguaya veio receber esse arma-

mento, o que é muito para notar depois dos compromissos em que realmente está para com o governo argentino.

V. Ex. sobre o objecto me dará as ordens que justas lhe parecerem, não me julgando eu habilitado a procedimentos extraordinarios contra os negociantes de objectos licitos em commercio.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo em Porto Alegre, 14 de Janeiro de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. conselheiro Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA.

*Reclamação do governo Imperial pelos attentados commettidos nas estancias de
Francisco das Chagas Araujo Ribeiro.*

N.º 17.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Legação argentina. — Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1850. —
Anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia, e 21 da Confederação Argentina.

Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado teve a honra de passar a seu governo em 31 de Dezembro de 1849 a nota documentada do Ex.^{mo} Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, datada de 26 do mesmo mez. relativa á incursão que se affirmava haver executado uma partida de Correntinos, em 10 de Outubro daquelle anno, na estancia de Francisco das Chagas Araujo Ribeiro, abaixo da villa da Uruguayana, para que com conhecimento dos deploraveis attentados desses bandidos S. Ex. pudesse dar as providencias que julgasse justas para seu castigo e para a devida reparação ao Imperio, segundo o abaixo assignado o esperava com toda a confiança e segundo tambem o havia affirmado ao Sr. ministro em sua contestação de 28 de Dezembro.

Em additamento á nota anterior, o abaixo assignado se apressou tambem a passar a seu governo em 4 de Maio ultimo a exposição de Francisco Carlos de Araujo Brusque, inserta no *Rio-Grandense* de 23 de Março ultimo, com os detalhes do ataque feito á citada estancia, e citando as pessoas que auxiliáram os malvados invasores; assim de que, esclarecido o successo por esses novos factos, se chegasse ao fim desejado da prisão e punição dos criminosos.

E á vista destas informações, o Ex.^{mo} Sr. governador e capitão general da provincia de Buenos-Ayres, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, expedio a S. Ex. o Sr. governador de Corrientes a ordem que o Sr. Paulino achará unida á copia da communicação datada de 10 de Junho ultimo, que o abaixo assignado teve a satisfação de receber; e renova ao Sr. ministro a segurança de que se os criminosos forem descobertos, a lei será vingada com o mais severo castigo, e o governo de S. M. desagravado condignamente pela violação do territorio do Brasil.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAZ GUIDO.

Documentos annexos á nota precedente.

Viva a Confederação Argentina! Morrão os selvagens unitarios! — Buenos-Ayres, 10 de Junho de 1850. — Anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia e 21 da Confederação Argentina.

O ministro de relações exteriores, ao Exm. Sr. ministro plenipotenciario da Confederação Argentina junto do governo de S. M. o Imperador do Brasil:

O abaixo assignado teve a honra de elevar ao conhecimento do Exm. Sr. governador a nota de V. Ex., datada de 31 de Dezembro ultimo, n. 1613, cujo theor é o seguinte.

• Passa a seu governo uma nota documentada do Sr. ministro de relações exteriores do Imperio, acerca da incursão de uma partida de Correntinos, e a resposta da legação a S. Ex. »

O Exm. Sr. governador, á vista da referida nota de V. Ex., ordenou ao abaixo assignado lhe

manifestasse que mereceu sua approvação a nota com que V. Ex. contestou a do Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio de 26 de Dezembro ultimo sobre a allegada invasão de Correntinos no territorio do Brasil, com a aggravante circumstancia de ter sido capitaneada pelos officiaes correntinos que se designão, entre os quaes figura o chamado Euzebio de Paiva, que se diz ajudante do coronel D. Joaquim Virasoro.

Estes factos de tanta gravidade merecêrão a mais decidida attenção da parte do Exm. Sr. governador; e em seu vivo desejo de não deixar impune attentados tão criminosos, se se provasse sua realidade, que poderião alterar as relações amigaveis entre povos vizinhos, ordenou ao abaixo assignado remetta por copia authentica a nota de V. Ex. com seus annexos, e esta contestação, para que procedendo-se ás necessarias investigações sobre os factos declarados, se fossem verdadeiros, imponha aos criminosos perpetradores delles as mais severas penas para castigo de seu delicto, e em justo desagravo da offensa que hajão feito ao Imperio com sua incursão vandalica, ordenando-se-lhe dê tambem conta do resultado das activas diligencias que se lhe encarregão fazer sobre este particular. V. Ex. achará inclusa nesta uma copia da nota que se dirige ao Exm. Sr. governador de Corrientes, e é da vontade de S. Ex. que dê conhecimento ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio com copia da dita nota, do passo que deu para proceder a fazer justiça a seu pedido, como exige o caso em conformidade das prescripções da lei publica.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

FELIPE ARANA.

Viva a Confederação Argentina! Morrão os selvagens unitarios! — Buenos-Ayres, 10 de Junho de 1850. — Anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia e 21 da Confederação Argentina.

O ministro de relações exteriores do governo de Buenos-Ayres, ao Exm. Sr. governador e capitão general da provincia de Corrientes.

O abaixo assignado, por ordem do Exm. Sr. governador, se dirige a V. Ex., ajuntando-lhe copias authenticas da nota e seus annexos n. 1613, datada em 31 de Dezembro ultimo, do ministro argentino na corte do Brasil, cujo theor é o seguinte, e da contestação que se lhe deu.

« Passa a seu governo uma nota documentada do Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio acerca de uma incursão de uma partida de Correntinos, e a contestação da legação a S. Ex. »

Pelas referidas notas se instruirá S. Ex. da queixa que deduzio o governo de S. M. I., por motivo de um facto que, a ser certo, é da mais grave transcendencia e digno do mais severo castigo, em fiel cumprimento das prescripções da lei publica para casos de tal natureza.

Em virtude do que o Exm. Sr. governador ordena a V. Ex. dê com esmero e empenho as mais terminantes ordens para a averiguação do facto, em que se faz sobresahir as circumstancias aggravantes que se detallão na contestação que se deu ao ministro argentino no Rio de Janeiro, com toda a efficacia e acreditado zelo de V. Ex., e se resultar a confirmação da invasão de Correntinos no territorio do Brasil, acompanhada das mortes e roubos que se notão, e a sua volta para Corrientes, e quaes sejam os invasores, logo que se justifique em devida forma a identidade das pessoas, e de haverem commettido ellas mesmas os barbaros attentados a que se refere o Exm. Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Brasil, ordenará V. Ex. que sejam fuzilados os malfeytores, dando conta a este governo e tambem a dará V. Ex. no caso de não haverem voltado para Corrientes, ou de não haverem partido dali ou de serem outras as circumstancias cujo esclarecimento V. Ex. obtiver.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

FELIPE ARANA.

É copia — José Roque Perez.

N. 18.

Nota do governo imperial á legação argentina.

N. 18. — Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1850. — Ministerio dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota de 26 de Julho proximo passado, em a qual o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, referindo-se á nota documentada do abaixo assignado de 26 de Dezembro proximo passado, relativa á aggressão commettida na estancia de Francisco das Chagas Araujo Ribeiro, abaixo

da villa Uruguayana, por uma partida de Correntinos, e acompanhada da morte dada ao capitão Palacio, capataz, e mais tres peões da dita estancia cuja casa foi saqueada e incendiada, remette copia da ordem expedida pelo Ex.^{mo} Sr. governador, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, ao Sr. governador de Corrientes, datada de 10 de Junho proximo passado, ordenando que faça proceder á averiguação daquelles factos, e que provados que sejam faça fuzilar os seus autores.

Ficando inteirado da communicação com que o honrou o Sr. Guido, e das copias que a acompanháram, cumpre ao abaixo assignado assegurar novamente ao Sr. Guido que o governo imperial se apressará em mandar proceder com todo o rigor, afim de que sejam punidos, na conformidade das leis, contra quaesquer subditos do Imperio que por ventura commettão iguaes attentados nas fronteiras, para o que o governo imperial se acha hoje mais habilitado pelo artigo 1.^o § 2.^o da lei de 2 de Julho proximo passado.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para remetter ao Sr. Guido, para maior esclarecimento dos factos, e em additamento á nota de 26 de Dezembro ultimo, acima citada, copia do summario a que se procedeu na delegacia da villa Uruguayana, pelos sobreditos factos, e no qual foram pronunciados o capitão Abalos e Euzébio de Paiva, ajudante do ordens do coronel D. Virasoro, commandante geral da fronteira do Uruguay, na provincia de Corrientes, pelo crime de morte commettido nas pessoas do capitão José Manoel Palacio, Cornelio Pucheta, Carlos Bera, Francisco Brasileiro e João Claro, de ferimento no menor Estanislão, filho de Palacio, de roubos na dita estancia e circumvizinhança, e incendio da casa.

Outrosim, tem o abaixo assignado a honra de remetter ao Sr. Guido um extracto de um officio do presidente da provincia de S. Pedro do Sul n.^o 21 de 17 de Junho proximo passado, e copia de outro do tenente coronel José Corrêa da Silva Guimarães, que acompanhou aquelle, e que referem o espancamento perpetrado pelo commandante correntino João Leão, do povo do Formigueiro, contra o Brasileiro Philippe Raymundo, esperando que o governo argentino dará convenientes providencias para que esse commandante seja punido, e para que taes factos se não repitão, afim de que não seja perturbada a paz em que tem estado as fronteiras brasileiras e argentinas, e que o governo imperial tanto deseja e se esforça por manter.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para renovar ao Sr. Guido as expressões da sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Annexos á nota precedente.

Extracto do officio do presidente da provincia de S. Pedro do Sul, n.^o 21 de 17 de Junho de 1850.

Lavo ás mãos de V. Ex. os inclusos documentos de ns. 1 a 10.

O primeiro versa sobre o espancamento injustamente perpetrado pelo commandante correntino João Leão, do povo do Formigueiro, fronteira de S. Borja, contra o Brasileiro Philippe Raymundo. Em verdade não sei como será possível evitar desforças dos Brasileiros contra insultos tão repetidos.

Ill.^{mo} Sr. — Tendo o Brasileiro Philippe Raymundo passado com seu pequeno negocio a povoação do Formigueiro, confiou algumas fazendas a João Leão, sendo este o commandante que ali se achava, e na occasião em que entrou a força paraguaya do dito, assim como todos os habitantes da mesma povoação, por ordem que tiveram de se retirarem, passou a este lado, e não se demorando a dita força, tornou ao lugar o referido commandante e o dito Philippe; e querendo este haver daquelle o importe das fazendas que lhe tinha fido, logo foi mandado espancar, e ameaçado de morte.

Logo que o offendido passou a este lado, se procedeo a acto de corpo de delicto, o qual achase em poder do respectivo juiz municipal desta villa: cumprindo-me dizer a V. S. que este facto já não é o primeiro commettido pelos commandantes militares daquelle ponto. Portanto acho mui difficiltozo conservarem-se relações amigaveis com semelhantes homens, e acho tambem muito arriscado haver algum acontecimento daquelle lado em vingança a tantos males que tem soffrido este Brasileiro e outros individuos, per cujos acontecimentos eu não me responsabilizo por não estar em mim o conter o procedimento dos referidos commandantes.

Deos guarde a V. S. Quartel do commando do 5.^o corpo de guardas nacionaes em destacamento na fronteira de Missões, 15 de Maio de 1850.

Ill.^{mo} Sr. Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto, coronel commandante da fronteira de Missões e guarnição de Alegrete.

JOSÉ CORRÊA DA SILVA GUIMARÃES, tenente-coronel commandante.

Reclamação do governo imperial pelo assassinato em Setembro de 1848 no districto da Cruz do municipio de S. Borja do cidadão brasileiro Floriano Machado Fagundes.

N. 19.

Nota da Legação argentina ao governo imperial.

Legação Argentina.—Viva a Confederação Argentina!—Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1850—
anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia, e 21 da Confederação Argentina.

Ao Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado tem a honra de passar ao Ex.^{ma} Sr. ministro dos negocios estrangeiros, por ordem de seu governo, copia fiel da nota que com data de 10 de Junho ultimo dirigio ao Sr. governador de Corrientes, para que adiantasse o summario a que procedeu aquella autoridade, e de que tambem se junta copia, afim de descobrir e castigar os autores e complices do assassinato do Brasileiro Floriano Machado Fagundes.

O abaixo assignado espera que o governo de S. M. Imperial verá no zelo do da Confederação o mais decidido empenho para que não fique impune esse attentado e para evitar com um justo castigo a repetição de actos, que não só infringem as leis geraes, como tambem as positivas e terminantes ordens do governo argentino de respeitar escrupulosamente os deveres de amizade e de vizinhança para com os Brasileiros na fronteira com a Republica.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.

THOMAS GUIDO.

N. 20.

Nota do governo imperial à legação argentina.

N.º 19.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, 26 de Agosto de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. Imperado, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que com data de 26 de Julho proximo passado lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, communicando o resultado do summario feito para descobrir os autores e complices do assassinato do cidadão brasileiro Floriano Machado Fagundes, assassinado em Setembro de 1848, no districto da Cruz, do municipio de S. Borja, em lugar muito afastado da linha do Uruguay, por uma quadrilha de Correntinos, sendo feridos a mulher e a nora do morto, e outras pessoas de sua casa, que foi saqueada.

Ficando inteirado do referido summario e das ordens dadas pelo Ex. Sr. governador, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, para que se preenchão as lacunas que contém o mesmo summario, e se cumprão as ordens conteúdas na nota de 12 de Junho de 1849, cujo cumprimento foi infelizmente tão demorado, afim de que sejam punidos aquelles réos, contra os quaes resultão provas, o abaixo assignado tem de assegurar ao Sr. Guido que o governo imperial igualmente se apressará a mandar proceder com todo o rigor, afim de que sejam punidos na fôrma das leis, contra os subditos do Imperio que por ventura commettão semelhantes delictos no territorio argentino.

O abaixo assignado prova-se da occasião para reiterar do Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.—

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Ultimas occurrencias.

Reclamação dirigida pela legação Imperial em Montevideo ao general Oribe sobre o horroroso attentado commettido no departamento de Tacuarembó na pessoa do subdito brasileiro Claudiano do Passo.

O general Oribe corta as suas relações com o imperio, declarando que não tomará mais em consideração reclamação alguma.

N. 21.

Extracto do officio n. 3 de 12 de Janeiro de 1851, dirigido ao ministerio dos negocios estrangeiros pelo encarregado de negocios do Brasil em Montevideo.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Em additamento ao que tive a honra de expôr a V. Ex. no § 2.^o do officio reservado de 18 de Dezembro ultimo sob n. 29, dos despachos da respectiva secção, tenho de levar ao conhecimento de V. Ex. que em cumprimento do que me havia sido ordenado pelo aviso de 15 de Novembro proximo passado, dirigi ao general Oribe o officio constante da inclusa copia designada sob o numero 1.^o Pareceu-me que antes de reclamar em reforço da reclamação já entabulada pelo presidente da provincia do Rio Grande do Sul, cumpria saber se com effeito os perpetradores do homicidio commettido na pessoa do subdito brasileiro Claudiano do Passo tinham sido ou não punidos por aquelle crime atrozissimo: e neste sentido escrevi ao general Oribe, como acabo de referir. Ao meu officio datado de 30 de Dezembro derradeiro, contestou o general aos 7 de Janeiro corrente, dizendo que tinha expedido as ordens convenientes para a organização do processo, apesar de que os dados que já possui sobre o facto o apresentão como justificado pela fuga que tentou o mencionado Claudiano do Passo do meio da partida, que o conduzia preso á disposição da autoridade, por seus crimes, más costumes, e vida a todos respeito desregrada. Taes são as explicações constantes do incluso documento sob n. 2. Parece que, segundo as maximas de justiça e humanidade adoptadas no quartel-general do Cerrito é licito assassinar a quem foge. Eu me teria apressado a reclamar contra doutrinas por tal modo sanguinarias, e em mostrar ao general Oribe que os factos passarão de uma maneira diversa da que elle parecen acreditar, se a nota do Sr. Villademoros me não tolhesse de dar algum passo ulterior, dando-me a certeza de que tal passo não teria resultado algum pratico, e na verdade essa mesma noia ou officio de 7 de Janeiro corrente se dão por concluidas todas as minhas relações com o general Oribe, e se declara que e-pera este que eu deixarei de crer-me autorizado para endereçar-lhe sobre qualquer assumpto, reclamações que não poderá tomar em consideração. Uma das razões allegadas para este rompimento consiste no modo pouco mesurado que eu tenho julgado conveniente adoptar nas minhas ultimas communicações. Parece-me totalmente gratuita esta arguição de Oribe. Tenho consciencia de ter defendido a causa do governo imperial com zelo e energia; mas nunca faltei ao decoro devido ao governo que tenho tido a honra de representar, a mim e ao proprio general Oribe.

Se eu tivesse merecido pelas communicações a que allude o general o epitheto de *pouco circumscripto*, essas communicações não terião merecido a honrosa approvação de S. M. o Imperador.

Copia a que se refere o officio supra.

N.º 11.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—No dia 4 de Agosto do anno corrente o subdito brasileiro Claudiano do Passo, foi decapitado em Cerros-Blancos por uma partida pertencente ás forças commandadas pelo tenente-coronel D. João V. Valdez. Da correspondencia official que tenho á vista, resulta que o Sr. Valdez pretendeu justificar esse acto horroroso com dizer e allegar que o assassinado tinha commellido crimes.

Das averiguações a que procederão as autoridades brasileiras, consta que taes crimes não tinha commettido o mencionado Claudiano do Passo; nem é provavel que a um malvado tal qual o pinta o Sr. Valdez concedessem as autoridades territorias que visesse tranquillo, não ignorando estas autoridades onde elle vivia, pois que ao tempo do assassinato se achava munido com a carta de residencia, ou *Buleto*, que se dá aos estrangeiros. Dado, porém não concedido, que delictos e crimes houvesse perpetrado Claudiano do Passo, não podia tal incidente revestir os soldados do Sr. Valdez com a qualidade de juizes; e comtudo se pôde concluir das declarações do Sr. Valdez que de facto os taes soldados, ou antes esses perversos e barbaros homicidas, exercêrão as funções de juizes, e accumulárão as funções de algoz!

Para esquivar-se a estas consequências, palpavel e evidentemente deduzidas do systema de defesa adoptado pelo Sr. Valdez, declarou este em officio de 30 de setembro ultimo, ao commandante da fronteira de Bagé, o coronel Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto, que seria levado este negocio ao conhecimento de V. Ex., para que V. Ex. dêsse as providencias necessarias. Certo de que V. Ex. não pôde autorisar nem apadrinhar acções de semelhante natureza, e persuadido de que tem decorrido tempo sufficiente para que V. Ex. tenha adquirido conhecimento cabal dos factos, e sobre elles decidido como exige a humanidade e a justiça offendidas, rogo a V. Ex. que se digne communicar-me se com effeito forão ou não punidos os assassinos do infeliz Claudiano do Passo, subdito brasileiro. Aproveito esta occasião para de novo apresentar a V. Ex. a expressão da minha mais perfeita consideração e respeito pela pessoa de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex. Legação do Brasil em Montevideo, 30 de Dezembro de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. general D. Manoel Oribe.

RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES.

N. 22.

Nota do general Oribe ao encarregado de negocios do Brasil em Montevideo.

Quartel general no Cerrito da Victoria, 7 de Janeiro de 1851.

O ministro de relações exteriores do Estado Oriental do Uruguay ao Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado de negocios do Imperio do Brasil.

O Ex.^{mo} Sr. presidente da republica, brigadeiro general D. Manoel Oribe, recebeu a nota que em data de 30 do proximo passado mez de Dezembro servio-se dirigir-lhe o Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes sobre o assassinato commellido em o departamento de Tacuarembó na pessoa do subdito brasileiro Claudiano de Passo por uma partida do mesmo departamento.

Inteirado S. Ex. do conteúdo da citada nota, ordenou ao abaixo assignado de responder que, sem esperar a intervenção do Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, e sómente impellido pelos seus deveres como, chefe do Estado, deu as ordens convenientes para a formação e andamento do respectivo summario, apezar de que os dados que já possui sobre esse facto mostrão-no como que justificado pela fuga que o dito Passo pretendeu verificar, subtrahindo-se á partida que o levava preso á disposição da autoridade, pelos seus crimes, mãos costumes e sua vida a todos os respetos desregrada.

O abaixo assignado tem porém de declarar a S. S. que se, como todos confessão, é uma prerogativa da autoridade suprema de um Estado receber ou repellar os ministros publicos que outa potencia lhe envia, S. Ex. o presidente tem esta prerogativa no Estado Oriental como seu chefe; e por consequencia, e com muito mais razão, fica a seu arbitrio tratar com deferencia aquelles que, posto não estejam acreditados junto de seu governo, cultivão comtudo com elle relações no que diz respeito á sua missão, ou negar-se a fazê-lo quando não se satisfazem os requisitos que prescreve o direito das gentes.

Em virtude dessa faculdade é que tem tido attentões pelos actos e reclamações de S. S. como pelos de todos os demais agentes publicos; mas em retribuição devia esperar, se bem que não uma mudança completa de politica, como parecia promettê-la a posição especial que assumio o Imperio relativamente a esta Republica pelo tratado de 1828, ao menos uma marcha, ainda que não amigavel e franca, ao menos leal e justa.

Porém qual tem sido a do Brasil sobretudo nestes ultimos tempos? Não é preciso repeti-lo. Acha-se ella patente pelos procedimentos constantes em favor dos selvagens unitarios inimigos ferozes destes paizes, asilados em seu territorio; pela invasão impuno do barão de Jacubhy; pela negativa da satisfação e reparações com justiça exigidas, e finalmente pela repulsa da pretensão natural, fundada e innocente, do ministro plenipotenciario da Confederação Argentina naquella còrte para fazer chegar com o consentimento de seu governo ao do Imperio as reclamações do desta republica, aliada da Confederação na guerra que ambas sustentão contra o inimigo commum; desconhecendo explicitamente com esse motivo o caracter de presidente da mesma republica de que se acha investido o brigadeiro general D. Manoel Oribe; violando com um semelhante procedimento

a neutralidade a que sempre pretendeu acolher-se, offendendo os respeitoos devidos ao primeiro magistrado da nação oriental, e na sua pessoa o decoro, a importancia e dignidade da mesma nação.

Tendo pois cessado os motivos, a respeito de S. S., para a deferencia com que até agora o presidente em suas relações diplomaticas o tem tratado, já pelo que fica exposto, já pelos termos pouco comedidos que o mesmo Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes julgou conveniente adoptar nas suas ultimas communicações, e pela variação que tem soffrido as relações politicas entre esta Republica e o Brasil, o governo de S. Ex. dá por concluidas as que tem tido com S. S., e espera que em virtude desta declaração deixará de se julgar autorizado a dirigir-lhe, sobre qualquer assumpto, reclamações que o abaixo assignado não poderá para o futuro tomar em consideração.

Com este motivo o abaixo assignado saúda a S. S. com a devida consideração e apreço.

CARLOS G. VILLADEMOROS.

Discussão entre o governo Imperial e a legação de S. M. Britannica sobre a applicação do art. 18 da convenção preliminar de paz celebrada em 27 de Agosto de 1828, no caso de se terem de romper as hostilidades entre o Brasil e a Confederação Argentina.

N. 23.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N. 33. — Legação britannica — Rio de Janeiro 12 de Março de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. B., tendo informado o seu governo das desavenças que infelizmente se suscitaram entre os governos do Brasil e de Buenos-Ayres, recebeu instrucções para chamar a attenção do governo brasileiro sobre o artigo 18 do tratado preliminar de paz concluido entre o Brasil e Buenos-Ayres em 27 de Agosto de 1828 debaixo da mediação da Grãa-Bretanha, no qual se concordou em que, até a conclusão de um tratado definitivo de paz entre ambas as potencias não poderião se renovar as hostilidades entre ellas antes de expirados os cinco annos; e neste caso só depois que a parte que pretendesse recommençar as hostilidades tiver feito previa notificação seis mezes antes á outra parte, com conhecimento da potencia mediadora.

O abaixo assignado tem ordem de informar ao governo do Brasil que o de S. M. B. é de opinião que o artigo em questão é ainda obrigatorio para os governos do Brasil e Buenos-Ayres, visto que até agora não se tem concluido tratado algum definitivo entre elles; e por isso se requer que nenhum desses Estados comece hostilidades contra o outro sem ambos darem á outra parte contractante e á Grãa-Bretanha, potencia mediadora, a previa notificação estipulada pelo tratado.

O abaixo assignado outrossim tem ordem de informar ao governo brasileiro que o ministro de S. M. B. em Buenos-Ayres recebeu instrucções para fazer a Confederação Argentina uma communicação semelhante á que se contém nesta nota.

O abaixo assignado levando ao conhecimento de S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros as instrucções acima do governo da Rainha, aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex. a segurança de sua alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c. &c. &c.

JAMES HUDSON.

N. 24.

Nota do governo Imperial á Legação de S. M. B.

N.º 32. — Rio de Janeiro. — Ministério dos negócios estrangeiros em 24 de Abril de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 12 de Março proximo passada, sob n.º 33, lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, e pela qual, em virtude de ordens de seu governo, chama a attenção do do Brasil sobre o artigo 18 da convenção preliminar de paz celebrada entre o Brasil e a Confederação Argentina, em 27 de Agosto de 1828, debaixo da mediação da Grã-Bretanha.

Entende o governo de S. M. Britannica que esse artigo ainda obriga o governo do Brasil e o de Buenos Ayres, por quanto nenhum tratado definitivo foi concluido entre ambos, e portanto que nenhum dos dous Estados pôde romper em hostilidades contra o outro, sem satisfazer ao que exige o citado artigo.

O abaixo assignado observará em primeiro lugar ao Sr. Hudson que o artigo citado refere-se *taxativamente* a um rompimento proveniente de questões em que ambas as partes não concordem, relativas ao ajuste definitivo de paz, allançado pela convenção citada. Ora não se tem tratado, por que o governador de Buenos-Ayres nunca se quiz prestar a isso, desse tratado definitivo de paz, nem se trata delle. As questões pendentes entre o Brasil e o governador de Buenos-Ayres, não se referem a similhante tratado, não provêm de questões, que lhe sejam relativas. O artigo 18 por tanto não é applicavel.

Observará mais que ainda mesmo que o artigo 18 da convenção de 1828 não limitasse somente no caso figurado, não seria ainda assim applicavel, porque trata somente de um rompimento de hostilidades entre o Brasil e Buenos-Ayres.

Ora, as questões pendentes entre o Brasil e Buenos-Ayres não são de natureza tal que tenham de trazer um rompimento de guerra daquella contra este Estado. Ao menos o governo imperial não tomou a resolução de romper em hostilidades por ellas, e não lhe poderia portanto correr a obrigação (sendo applicavel o artigo) de fazer a intimação de que elle trata.

Como o Sr. Hudson verá da correspondencia junta por copia, teve lugar a retirada do ministro argentino desta corte, por questões pendentes com o general Oribe, e que o governador de Buenos-Ayres quer tomar a si.

O general Oribe não está reconhecido presidente da Republica Oriental do Uruguay, e ainda que o estivesse, quaesquer hostilidades em que contra elle rompesse o Brasil, não poderiam de modo algum considerar-se comprehendidas no artigo 18 da convenção preliminar de paz de 1828. Esse artigo falla de hostilidades entre o Brasil e a Confederação Argentina, e as questões de que trata aquella correspondencia pendem entre o Brasil e o general Oribe.

O general Oribe tem commettido inauditas violencias contra subditos brasileiros, despojando-os de mais de oitocentas mil cabeças de gado em uma extensão de mais de seiscentas legoas quadradas. Não se tem querido prestar a fazer cessar taes violencias, que tem posto em agitação as fronteiras da provincia do Rio Grande do Sul.

O facto de haver o governador de Buenos-Ayres dado tropas argentinas ao general Oribe para invadir o Estado Oriental em nada altera a questão. A alliança que aquelle governador invoca, e que nunca explicou, não tornaria applicavel o artigo da convenção. A convenção data de 1828, e essa pretendida alliança é muito posterior. Não a pôde comprehender a dita convenção no seu espirito, e a sua letra evidentemente a não comprehende.

Se o governador de Buenos-Ayres se envolvesse com armas em uma questão do Brasil com Oribe, como se envolveu na sua questão diplomatica, a elle tocaria (dado que fosse applicavel o artigo 18) fazer a intimação de que trata.

O governador de Buenos-Ayres invadio em 1842 o territorio da Republica Oriental para destruir o poder do general Rivera que o incommodava. Não se julgou então applicavel o artigo 18 da convenção de 1828. Não fez então intimação alguma ao Brasil, nem ao governo da Grã-Bretanha, que a não julgou necessaria.

Se o Brasil, obrigado pelas violencias de Oribe, que nunca quiz attender ás suas reclamações, invadissem o Estado Oriental, para destruir o poder do mesmo Oribe, que nem sequer está reconhecido como presidente legal, não o faria com o mesmo direito, com que fez para com o general Rivera o

governador de Buenos-Ayres em 1842? Porque principios o artigo 13 da convenção de 1828, que não era applicavel ao governador de Buenos-Ayres em 1842, o seria agora ao Brasil em caso identico?

Demais, o Sr. Hudson não ignora que o governador de Buenos-Ayres, fundado na declaração de lord Ponsomby, feita aos plenipotenciarios Argentinos, os generaes Balcarce e Guido, em data de 26 de Agosto de 1828 (vespera da assignatura da convenção preliminar de 27 do mesmo mez e anno) de não achar-se autorizado pelo seu governo para contrahir nenhum compromisso para a garantia de qualquer convenção preliminar ou tratado preliminar de paz, entende, e isso se vê da nota que o general Guido dirigio ao abaixo assignado em data de 2 de Agosto do anno passado, que a Inglaterra está excluida da responsabilidade e da prerogativa de uma garantia quanto a essa convenção, na qual portanto o officio do seu agente lord Ponsomby se reduzio a presenciar o arranjo pacifico já concordado, e que não assignou.

Em harmonia com essa intelligencia, repellido sempre o governador de Buenos-Ayres a intervenção ingleza.

Se o governador de Buenos-Ayres fôr, como é de crer, consequente com essas doutrinas, que tem sustentado, não poderá (dado o caso do artigo 18 citado) reconhecer a obrigação de fazer a intimação de que se trata. Romperia portanto a guerra contra o Brasil quando lhe conviesse, ao passo que este não poderia fazer o mesmo.

Reduzida a Graã-Bretanha assim a simples mediadora na convenção, sem ingerencia ulterior, tendo acabado o seu papel com a assignatura da mesma, não poderia ella agora exigir o cumprimento do artigo 18, quando as circumstancias o tornassem applicavel. Seria um direito das partes reclama-lo.

Se, como pretende o governador de Buenos-Ayres, a Inglaterra não garantio a convenção preliminar de paz de 1828, e a independencia da Republica Oriental do Uruguay, que essa convenção consagrou, e os fins principaes que ella teve em vista, se não quer ou não pôde exigir que sejam satisfeitos, não pôde tambem exigir o cumprimento da obrigação imposta no artigo 18 citado.

Para esclarecimento de um ponto tão importante o abaixo assignado tem de rogar ao Sr. Hudson que o informe se o governo de S. M. Britannica entende a convenção preliminar de paz conforme a declaração de Lord Ponsomby, isto é, se entende haver garantido a independencia da Republica Oriental do Uruguay, e o cumprimento daquella convenção.

Não se pôde contestar ao governo imperial o direito de pedir esse esclarecimento para o caso em que se pudesse tornar applicavel o artigo 18 da citada convenção, da qual é signatario.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para reiterar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PATILINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 25.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 34.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 12 de Março de 1851.

Exm.º Sr.—Com referencia á minha anterior nota n.º 33 da mesma data sobre o objecto das differenças que infelizmente existem entre este Imperio e a Confederação Argentina, tenho ora a honra, em additamento áquella communicação, de exprimir a V. Ex. a anciosa esperanza do governo de S. M. de que semelhantes differenças possam ser amigavelmente arranjadas, sem que por uma ou outra parte tenha lugar o recurso ás armas; accrescentando que se o governo de S. M., como amigo commum, puder concorrer para a reconciliação de ambas as partes, terá o mais sincero prazer em contribuir para um tão desejavel resultado.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 35.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebem a nota que em data de 12 do mez de Março proximo passado sob n.º 34 lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, e na qual, referindo-se á sua nota da mesma data n.º 33, exprime a anciosa esperanza do governo de S. M. Britannica de que as differenças existentes entre o governo imperial e o governo de Buenos-Ayres possão ser amigavelmente arranjadas, sem que por uma ou outra parte tenha lugar o recurso ás armas, accrescentando que se o governo de S. M. Britannica, como amigo commum, puder concorrer para a reconciliação de ambas as partes, terá o mais sincero prazer em contribuir para um tão desejavel resultado.

O abaixo assignado por parte do governo imperial agradece ao de S. M. Britannica os sentimentos amigaveis que se contém na nota a que tem a honra de responder, e tanto mais porque ninguem tem feito mais esforços e sacrificios para preservar a paz e manter boas relações com o governador de Buenos-Ayres do que o governo de S. M. o Imperador. A discussão que tem tido lugar entre os predecessores do abaixo assignado, e entre elle mesmo e a Legação Argentina, e que tem sido publicada, é disso prova exuberante.

Essa correspondencia e a resposta que o abaixo assignado teve a honra de dar á nota do Sr. Hudson de 12 do mez proximo passado n.º 33, provão que entre o governo imperial e o governador de Buenos-Ayres não existem questões pelas quaes, ao menos por parte do governo imperial, tenha de romper uma guerra.

As questões que a poderião trazer, pendem com o general Oribe, e o governador de Buenos-Ayres pretende tomar a si e como suas as questões do general Oribe. Dahi proveio a retirada da legação argentina desta cõrte, acontecimento que tem feito presumir o rompimento da guerra entre o Brasil e a Confederação Argentina.

Desista porém o governador de Buenos-Ayres de intervir nos negocios internos da Republica Oriental; consinta que o general Oribe discuta e responda por si, por actos por elle proprio e unico praticados, e as apprehensões de uma guerra entre o Brasil e o governador de Buenos-Ayres desaparecerão.

Quando o general Oribe deixou a presidencia da Republica do Uruguay faltavão somente tres mezes para concluir o termo legal de sua presidencia. Somente poderia e pôde exercê-la por tres mezes mais. A constituição prohibe a sua reeleição.

O governador de Buenos-Ayres deu-lhe forças para invadir o Estado Oriental, tem-lh'as conservado, tem feito pela sua causa enormes sacrificios, tem feito suas todas as questões do general Oribe, de maneira que a causa, os interesses e o poder de ambos está refundido em um só o governador de Buenos-Ayres.

Este estado de cousas, que é uma manifesta violação da convenção de 27 de Agosto de 1828, não pôde servir de titulo ao governador de Buenos-Ayres para embarçar o Brasil de exigir do general Oribe que faça cessar as violencias e depredações, de que tem sido victimas grande numero de cidadãos brasileiros.

O governo imperial espera que o de S. M. B., que foi mediador na convenção preliminar de 27 de Agosto de 1828, e como interessado na paz, concorrerá com seus conselhos e influencia para que o governador de Buenos-Ayres desista da ingerencia absoluta, exclusiva e prejudicial, que á força de armas pretende ter nos negocios da Republica do Uruguay, confundindo com a sua a autoridade do general Oribe, que chama presidente legal, contribuindo assim para perpetuar a guerra nesses desgraçados paizes, e tomando, como suas, questões que o não são, porque nascêrão de violencias e extorsões commettidas contra subditos brasileiros, em virtude de desordens que se apresentão somente como emanadas daquelle general.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para reiterar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

ANNEXO B.



RELAÇÕES

ENTRE O BRASIL E A GRÃA-BRETANHA.

ANNEXO B.

RELACÕES ENTRE O BRASIL E A GRÃA-BRETANHA.

Questão do Trafico.

N. 1.

Apprehensão e incendio da barca *Santa Cruz*; apprehensão e detenção do vapor brasileiro *Paquete de Santos*; visita feita a bordo do paquete *S. Sebastião* ao entrar neste Porto.

CORRESPONDENCIA DA LEGAÇÃO IMPERIAL EM LONDRES COM O GOVERNO BRITANNICO.

Legação imperial do Brasil em Londres, 17 de Abril de 1850.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brasil, tem a honra de dirigir-se a S. Ex. o visconde de Palmerston, principal secretario de Sua Magestade Britannica na repartição dos negocios estrangeiros, a respeito da visita do vapor «*S. Sebastião*» e da captura e queima da barca «*Santa Cruz*», de que teve ultimamente a honra de entreter a S. Ex.

Sem abandonar a reclamação contra a captura do vapor «*Paquete de Santos*», de que tambem se occupou, o abaixo assignado julga do seu dever renovar por este meio as representações, que então fez a Lord Palmerston relativamente aos dous outros barcos. Tem elle a esperanza de que S. Ex. queira de novo toma-las em consideração, e que reconhecendo a sem-razão dos cruzeiros, faça sem hesitar justiça ás reclamações justas do governo imperial.

A simples exposição dos factos, que fazem o objecto dessas reclamações, basta para demonstrar toda a sua justiça, e para justificar os novos passos, que o abaixo assignado tem a honra de dar neste momento.

O *S. Sebastião*, barco de vapor empregado no serviço regular da costa do Brasil, voltava de uma de suas costumadas viagens ás provincias do norte, quando no dia 23 de Janeiro o vapor *Rifleman* de S. M. B. tendo-o feito parar, na sua licita marcha, por um tiro de peça, mandou visita-lo a despeito das representações de seu commandante, o qual, trazendo o uniforme de tenente da marinha imperial, provava incontestavelmente a qualidade de seu navio. Esta qualidade era demais a mais geralmente reconhecida. Depois da mais rigorosa visita o *S. Sebastião* foi deixado livre, o que é ainda uma prova mais clara de que as suspeitas de que fôra victima não erão de modo algum fundadas. Seus privilegios devião te-lo posto a cuberto de tal insulto, porém o cruzeiro inglez não se ateve a esta consideração, e encetou por esse seu procedimento um novo systema de perseguição, que nada authorisa, e que, o abaixo assignado se compraz de esperar, não achará apoio no governo de Sua Magestade Britannica.

A barca *Santa Cruz* tinha sahido de Santos tambem com destino para o Rio de Janeiro. O vapor «*Cormorant*» visitou-a mui perto da costa, e incendiou-a com a sua carga licita, e com seus papeis, tendo primeiro feito desembarcar a tripulação.

Tal tem sido a conducta dos cruzadores inglezes. Lançando os olhos sobre o procedimento,

que de ha muitos annos proseguem, o abaixo assignado vê com dôr augmentar-se cada dia o mal contra o qual seu governo reclama inutilmente. Não é mais contra os simples barcos mercantes, não é mais ao abrigo da lei de 1845 que se procede. Os privilegios, que em toda a parte se respeitão, a jurisdicção que ao menos era um simulacro de justiça, tudo se despreza, e os cruzadores tomão sobre si a triplice responsabilidade de captôres, juizes e executores.

O governo imperial, havendo sempre protestado, como inda protesta, contra a faculdade, que esses cruzadores arrogarão así de deter, visitar, julgar, e condemnar os barcos brasileiros, o abaixo assignado não insistirá sobre as circumstancias, que acaba de denunciar como as cansas unicas de queixa da parte do seu governo. Elle mais particularmente as leva ao conhecimento de Lord Palmerston, como accrescimo de injustiça, como factos que por sua mais grave natureza exigem, tanto e mais que qualquer outro, uma reparação satisfactoria.

Esta reparação não é reclamada sómente pela dignidade offendida da marinha imperial, e pelo desprezo do principio do direito universal, tão bem comprehendido na Inglaterra, pelo qual é prohibido a quem quer que seja privar o accusado das provas da sua defeza, e puni-lo antes de julga-lo; ella o é também por outros interesses não menos graves, que se achão atacados pela conducta dos cruzadores inglezes.

O abaixo assignado julga inutil entrar em um longo exame desses interesses. Basta indica-los, para que sua importancia, chamando a attenção de Lord Palmerston, alcance de S. Ex. a expedição das necessarias ordens, afim de que sejam respeitadas.

Não se trata no caso do «S. Sebastião» de um simples navio empregado por seu proprietario nas emprezas licitas de seu commercio particular, mas de um navio, que sendo destinado a estabelecer meios rapidos de communicação entre as differentes províncias do Imperio, é um dos indispensaveis recursos para os interesses dos estrangeiros e dos nacionaes, essencial sempre á boa administração do paiz; e frequentes vezes á conservação da ordem publica.

Esta consideração seria sufficiente, na opinião do abaixo assignado, para pôr os navios dessa ordena á cuberto de toda a perseguição, mas, no caso denunciado, não é essa a unica, que se ha menosprezado.

É um facto sabido, e as authoridades inglezas o reconhecerão, que já de algum tempo a esta parte opera-se uma reacção no espirito do povo brasileiro a favor das vistas, que o governo do Imperador, e da Rainha tem a respeito do trafico dos negros. Essa mudança salutar, altamente reclamada pelos dous paizes, como unico meio de um resultado duravel, longe de ser animada pela conducta, de que o abaixo assignado se queixa, acha nella um serio obstaculo, pelo ultrage que faz á dignidade nacional que lhe está tão intimamente ligada.

O governo inglez, que não tem de lutar nos limites do seu reino contra um mal, como o do trafico, e com as immensas difficuldades que o acompanhão, não pôde fazer inteira justiça á profunda dôr, com que o governo imperial tem visto pôr-se em perigo o meio unico das sympathias do povo, com que pretendia acabar com tantas difficuldades. Entretanto elle o ha visto, e quando menos se esperava, isto é, quando se davão as mais convincentes provas da sinceridade de suas intenções.

É assim pois que a conducta dos cruzadores inglezes parece calculada justamente, para produzir um effeito contrario ao que se tem em vista. É portanto mesmo no interesse da causa, que o governo inglez esposou, assim como dos principios eternos de justiça, que o abaixo assignado é impellido a pedir a desapprovação dos procedimentos, de que se queixa, a expedição das instrucções necessarias, para que se não reproduza no futuro, e a indemnisação em favor dos subditos brasileiros, que delles serão victimas.

O abaixo assignado, tendo plena confiança no espirito de justiça de Lord Palmerston, não duvida que S. Ex. o habilite a poder levar ao conhecimento de seu governo uma favoravel resposta.

O abaixo assignado aproveita esta occasião, para offerecer á Lord Palmerston a segurança de sua mais alta consideração.

Ao Ex.^{mo} e muito honrado visconde de Palmerston, &c., &c., &c.

JOAQUIM THOMAZ DO AMARAL.

N. 2.

Londres. — Ministerio dos negocios estrangeiros, 30 de Abril de 1850.

O abaixo assignado, principal secretario de estado dos negocios estrangeiros de S. M., tem a honra de accusar a recepção da nota que com data de 17 do corrente lhe dirigio o Sr. Amaral, encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brasil, queixando-se de que o paquete de vapor brasileiro *S. Sebastião* fôra visitado na costa do Brasil por um cruzeiro britannico sob suspeita de empregar-se no trafico de Africanos, e que por igual motivo havia sido capturado o vapor *Paquete de Santos* pelo vapor britannico *Rifleman*, accrescentando que a barca *Santa Cruz* fôra apprehendida e destruida pelo vapor *Cormorant* de S. M.

O abaixo assignado assegura ao Sr. Amaral o profundo pezar que sente o governo de S. M. de que os precedimentos, a que se refere a sua nota, se tenham tornado necessarios, necessidade esta nascida da continuada e systematica violação, por parte do governo Brasileiro das obrigações, contrahidas por tratado com a Grãa-Bretanha pela Corôa do Brasil.

O governo do Brasil conhece a natureza dos direitos extremos que pela lei internacional, em consequencia da violação das obrigações de um tratado, pertencem ao estado para com quem dá-se essa violação, contra o que viola aquellas obrigações, e o governo do Brasil deve fazer justiça á moderação com que a Grãa-Bretanha tem-se abtido sempre do exercicio daquelles direitos.

O governo britannico tem-se contentado em exercer uma acção, que é manifestamente autorisada pelos termos do tratado de 1826, e que entra na classe daquellas funcções, para cujo exercicio o governo do Brasil deve coooperar com o da Grãa-Bretanha, e não pode o governo de S. M. admitir, que o do Brasil, tenha motivos justos em que apoie qualquer representação contra aquella acção, pelo modo por que tem sido exercida pelo governo de S. M. Britannica.

Pelo que diz respeito aos tres casos mencionados pelo Sr. Amaral, o abaixo assignado observará, que é bem sabido que os navios negreiros, sahidos da costa d'Africa, desembarcáo seus carregamentos de negros em certos depositos apropriados na costa do Brasil, ou nas ilhas adjacentes, e que esses negros são conduzidos daquelles depositos em porções por pequenos navios costeiros, para serem distribuidos por diversos lugares para onde são destinados.

Afim de prevenir por tanto esta violação do tratado, é necessario que os cruzeiros de S. M. na costa do Brasil examinem aquelles navios costeiros, que se tornem suspeitos de empregar-se no transporte de escravos. Havendo fundamento razoavel para suspeitar-se, de que o *S. Sebastião* se empregava nisso, aquelle navio foi por consequencia detido e visitado, porém como não houvesse a bordo negro nenhum novamente importado, e o navio fosse encontrado carregando artigos de commercio ordinario, laranjas, aves, e outros desta natureza, mostrando por ali que era um navio empregado no commercio de cabotagem, e não no de escravos, foi-lhe immediatamente concedido que continuasse a sua viagem. E' um erro todavia considerar o *S. Sebastião* como navio do governo, por que elle não pertence ao governo do Brasil, mas sim a uma companhia particular. Elle trazia na verdade a bordo uma flamula, de que usão os navios costeiros, como signal de protecção para não serem visitados pelos cruzeiros inglezes; porém não tinha artilheria, nem estava esquipado como um navio de guerra, mas tinha um manifesto de commercio, e era simplesmente um carregador de mercadorias e passageiros.

Quanto ao commandante, posto que se intitulasse official da armada imperial, e apontasse para o que chamava seu uniforme, que consistia em duas presilhas de galão na gola, todavia seu vestuario não era differente do que trazem muitas vezes os commandantes dos vapores, que se empregão no commercio, e no trafico de escravos na costa do Brasil; os quaes frequentemente vestem essa especie de uniforme, com a addição de um galão de ouro em seu boné; mas quando mesmo fosse um official da marinha brasileira, essa circumstancia não era razão para que o *S. Sebastião* não fosse visitado, pois que o facto de que um navio bra-

sileiro costeiro possa ser commandado por um official da armada imperial, não autorisa o mesmo navio a empregar-se no trafico de escravos. Pelo que refere-se ao *Santa Cruz*, era elle notoriamente empregado no trafico de escravos, e pouco tempo antes tinha sido encontrado pelo vapor *Cormorant* de S. M., e havia então desembarcado um carregamento de escravos na provincia do Rio de Janeiro.

Quando o commandante Schomberg examinou o *Santa Cruz*, achou a seu bordo todos os signaes de se ter recentemente empregado no trafico de escravos: tomou por tanto posse delle, e deteve o mestre e dous homens da equipagem para o defenderem no tribunal do julgamento. Passou então a mandar fazer nelle uma minuciosa vistoria, cujo resultado foi que não estava em estado de navegar, e por tanto incapaz de fazer a viagem a Santa Helena para ali ser julgado, sem correrem grande perigo as vidas dos officiaes e tripulação que se pozessem a bordo para o conduzir aquella ilha. Foi portanto ali mesmo destruída a embarcação, operação esta que se pratica invariavelmente com todos os navios negreiros, que se achão em taes circumstancias quando capturados; porém neste caso, como em todos os outros de identica natureza, se remetem ao tribunal de julgamento os documentos e provas sufficientes, que o habilitem a ser processado perante o tribunal do vice-almirantado; e o dito tribunal tem de com essas provas pronunciar a sua decisão, declarando se o *Santa Cruz* foi ou não legalmente apprehendido. A destruição de navio não suspende ou embarça de nenhum medo a marcha regular do processo.

Relativamente ao vapor—*Paquete de Santos*—o abaixo assignado tem a honra de observar, que é elle o mesmo barco que com o nome de Providencia, se tem por algum tempo notoriamente e com successo empregado no trafico de escravos, tendo trazido da Africa diversos carregamentos de negros para o Brasil.

O commandante do vapor *Rifleman* de S. M., tendo perseguido e abordado este vapor, julgou do seu dever, á vista do estado em que foi encontrado, e do seu apparelho, apprehendê-lo e enviá-lo para Santa Helena, assim de ser julgado.

O commandante Crofton informando ao governo de S. M. do caso desta embarcação, depois de descrever miudamente a natureza do seu apparelho, declara que em julho de 1849 o *Paquete de Santos*, aliás Providencia, foi perseguido em Santos pelo vapor *Hydra* de S. M., e que se achava então completamente preparado e com mantimentos a bordo para fazer uma viagem para o trafico de escravos; que no dia 29 de julho de 1849 recebera ordem para ficar em Santos com o vapor *Rifleman* de S. M., para vigiar a Providencia, e ali a vio descarregada, continuando a observá-la desde então até o dia 3 de dezembro de 1849 para que não escapasse e não seguisse para aquelle trafico.

O commandante Crofton refere mais, que o engenheiro que estava a bordo da embarcação quando foi capturada, disse na sua presença que o *Paquete de Santos* tinha feito, depois que o dito engenheiro se achava a seu bordo, quatro viagens bem succedidas á costa da Africa, trazendo em cada uma dellas para o Brasil, de 1000 a 1500 negros.

Sendo estas as circumstancias por que forão visitadas, ou detidas as tres embarcações que o Sr. Amaral menciona, está convencido o abaixo assignado de que o governo brasileiro reconhecerá, que em todos aquelles factos houve razão sufficiente para o procedimento que com elles se teve.

Quanto ao que expressa o Sr. Amaral acerca das ordens que o governo brasileiro deseja que o governo de S. M. expeça, para prevenir semelhantes acontecimentos, sente extremamente o abaixo assignado não poder declarar ao Sr. Amaral que taes ordens se hão de expedir; pois que elle receia ter de rogar ao Sr. Amaral, haja de preparar o governo brasileiro para esperar, que os esforços dos cruzadores britannicos na repressão do trafico de escravos na costa do Brasil serão para o futuro mais activos e effectivos, do que tem sido possiveis até aqui, pelo estado de dispersão da esquadra pertencente áquella estação.

Cómtudo o abaixo assignado póde assegurar ao Sr. Amaral, que nada póde ser menos do desejo do governo de S. M. do que ter qualquer procedimento que possa com justiça ser considerado derogatorio da honra e dignidade do governo e nação Brasileira; porém pedirá venia para observar, que a honra e dignidade de uma nação e do seu governo se sustentão melhor pela fiel observancia dos tratados com as potencias estrangeiras, e vigilante cumprimento das leis, que, em consequencia de taes tratados, possam ter sido promulgadas, para prevenir e castigar crimes aviltantes e atrozes.

Que o governo brasileiro tem poder para fazer executar suas proprias leis, e para cumprir o compromisso do tratado contra o trafico de escravos, ninguém o poderá duvidar por um momento; é indisputavel o poder que tem para proceder assim, e em o não fazer não pôde admittir-se explicação alguma satisfactoria.

O governo de S. M. está bem certo, como expende o Sr. Amaral, de que cresce rapidamente no Brasil a opinião, de que a continuação do trafico de escravos não é menos opposta aos interesses reaes da nação brasileira, do que discordante com os compromissos que tem por tratado a corôa brasileira; porém o abaixo assignado deve observar, que a influencia de tal opinião deve prestar ao governo brasileiro meios addicionaes para cumprir as estipulações dos seus tratados, e para fazer cumprir as suas proprias leis contra o trafico de escravos.

O Sr. Amaral expressa o receio, de que as medidas de repressão, com que se esforça o governo de S. M. para pôr termo ao trafico de escravos na costa do Brasil, tendão a reprimir no povo Brasileiro esse generoso e honroso sentimento, e tornem assim mais difficultoso para o governo do Imperio o cumprimento das estipulações do seu tratado; porém o governo de S. M. não pôde partilhar um tal receio, e antes propende a pensar, que a parte illustrada da nação brasileira, que actualmente deplora a continuação do trafico de escravos, que tende á degradação moral e aos prejuizos materiaes de qualquer paiz em que é permitida a sua existência, será ainda mais excitada para desejar a suppressão desse criminoso commercio no Brasil, quando vir que a sua continuação ali é a causa directa de actos que se praticão na sua costa, os quaes, segundo representa o Sr. Amaral, são proprios para se considerarem desairosos ao paiz, ainda que pareça ao abaixo assignado não ser isso fundado em razão.

O abaixo assignado se prevalece desta occasião, para renovar ao Sr. Amaral o protesto de sua alta consideração.

PALMERSTON.

N. 3.

Legação Imperial em Londres, 13 de Maio de 1850.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. o Imperador do Brasil, recebeu a nota que S. Ex. o muito honrado visconde Palmerston, principal secretario de estado de Sua Magestade Britannica na repartição dos negocios estrangeiros fez-lhe a honra de dirigir em 30 de Abril, em resposta á sua de 17 do mesmo mez.

O abaixo assignado leu com a mais profunda dôr a resposta de Lord Palmerston ás suas justas reclamações. Longe de nella achar a reparação dos aggravos do governo imperial, vê a declaração, que o de Sua Magestade Britannica talvez ainda se julgue obrigado a autorisar a continuação dos procedimentos violentos dos seus cruzadores; a singular qualificação desses procedimentos como prova de moderação, e dos actos emanados do tratado de 1826; e, o que inda é mais, a imputação de violação systematica das clausulas desse mesmo tratado, da parte do governo imperial.

O abaixo assignado julga inutil entrar de novo no exame dos procedimentos, contra que reclamou. Está persuadido de haver sobre elles dito bastante, para provar que não ha consideração que os possa justificar, e infelizmente não vê nas observações de Lord Palmerston uma só, que possa dar-lhes o character da legalidade, que lhes falta, nem attenuar as circumstancias aggravantes que os acompanhão. Não é com effeito nos principios sagrados do direito das gentes, nem nos termos do tratado de 1826 que se acharia a desculpa; e em lugar de justifica-los, faz-se inda mais sensivel a sua injustiça, quando, na ausencia de todo o fundamento legal, pretende-se-lhes dar por causa uma violação de compromissos, cuja imputação é mais uma offensa, que se ajunta áquellas que se recusa reparar.

O abaixo assignado faltaria a seu dever á sua consciencia, se, guardando silencio á vista de semelhante imputação, pudesse dar lugar a suppôr-se que tinha o menor fundamento: elle a declara inteiramente gratuita, e contra ella protesta com toda a energia. O governo imperial tem tido sempre a peito cumprir os seus contractos, e não se poderia com justiça torna-lo responsavel dos obstaculos, que se oppoem ás suas intenções e aos seus esforços, e que, o abaixo assignado se vê na necessidade de o dizer, devem tambem sua origem aos recursos indirectos, que a industria ingleza fornece ao trafico de negros.

Declarando-se dest'arte contra essa extraordinaria imputação, não resta ao abaixo assignado senão protestar, como o faz pela presente, contra as violencias commettidas contra subditos brasileiros e suas propriedades, e contra o ataque á dignidade da marinha imperial.

O abaixo assignado aproveita a occasião, para offerecer a Lord Palmerston a reiterada segurança de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o muito honrado visconde Palmerston, &c., &c., &c.

JOAQUIM THOMAZ DO AMARAL.

N. 4.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 36. — Legação britannica. — Rio de Janeiro em 29 de Junho de 1850.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. Britannica tendo transmittido devidamente ao seu governo uma copia da nota marcada com o n.º 7 e data de 7 de Fevereiro ultimo, que teve a honra de receber de S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, queixando-se da conducta do commandante Crofton do vapor *Rifleman* de S. M., por ter na noute de 23 de Janeiro ultimo abordado o paquete de vapor brasileiro *S. Sebastião*, suppondo ser o vapor *Carioca*, que faz o commercio costeiro de escravos, em busca do qual se achava naquella occasião; recebeu ordem para declarar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, que o governo da Rainha sente profundamente que resultem questões desagradaveis desta natureza em consequencia da visita, detenção, ou captura de navios brasileiros que se empregão, ou são suspeitos de se empregarem no trafico de escravos, e assim violão nas aguas, e mesmo dentro dos portos do Brasil, os compromissos por tratado da corôa brasileira, e as leis feitas para a execução, em parte, d'esses compromissos.

Porém o governo de S. M. pede licença para fazer sentir ao governo brasileiro, que o unico meio de evitar que continuem a originar-se estas questões inconvenientes, e talvez mesmo ainda mais graves, seria de cumprir elle fiel e energeticamente seus compromissos, para pôr inteiramente fim ao trafico de escravos no Brasil.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a segurança de sua alta estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

Visita e detenção de barcos brasileiros nos mares territoriaes do Imperio, e especialmente nas proximidades e dentro do porto da Bahia.

N. 5.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 28. — Rio de Janeiro. — Ministro dos negocios estrangeiros, em 3 de Setembro de 1849.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu ultimamente participação do presidente da provincia da Bahia, referindo factos da maior gravidade, committidos por navios de guerra inglezes nas aguas territoriaes do Imperio.

Varias embarcações nacionaes tem sido detidas e visitadas, e seus papeis examinados por officiaes daquelles navios de guerra, que a ellas se dirigem em escaleres armados, não só junto á costa, como ao entrar, e já dentro da barra da capital da provincia. Isto aconteceu no dia 14 de Julho, ás oito horas da noite, ao patacho *Fausto*, que tinha sahido deste porto do Rio de Janeiro; e no dia 19 do mesmo mez, a duas sumacas que tinham sahido do Rio de S. Francisco, a *Diligencia* e a *Santa Cruz*, sendo que esta ultima pôde escapar á caça que se lhe dava, já ao entrar da barra, por ter-se approximado do ancoradouro.

É claro, e o abaixo assignado não se cansará em o demonstrar, que estes factos encerrão a mais clamorosa violação dos principios, porque se hoje regem as nações cultas em suas relações internacionaes: elles não só estabelecem o direito de visita, que não pôde ser admittido, senão quando expressamente reconhecido em tratados, senão tambem ferem a soberania nacional, por isso que são praticados nas aguas territoriaes junto de terra, e até nas mesmas entradas das barras, o que tudo se aggrava com a circumstancia de até serem perpetrados de noite.

Tem pois o abaixo assignado a honra de se dirigir ao Sr. J. Hudson, encarregado de negocios de S. M. Britannica, para que intervenha competentemente, a fim de que se não reproduza attentados taes, por parte dos navios de guerra Britannicos; assegurando-lhe que o governo imperial não pôde ser indifferente ás offensas que tão abertamente se irrogão aos direitos da corôa imperial.

O abaixo assignado renova ao Sr. Hudson as expressões de sua estima e consideração.

VISCONDE DE OLINDA.

N. 6.

Nota da Legação de S. M. B. ao Governo Imperial.

N.º 17. — Legação Britannica, 9 de Março de 1850.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. Britannica, tendo transmittido ao governo da Rainha uma copia da nota que recebeu do Sr. visconde de Olinda em 3 de Setembro ultimo, marcada com o n.º 28. queixando-se de que os navios de guerra de S. M. havião detido e visitado embarcações brasileiras nos mares territoriaes do Imperio do Brasil, e especialmente nas proximidades e dentro do porto da Bahia, recebeu ordem para significar ao Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que o governo de S. M. sente muito que os procedimentos necessarios e inevitaveis dos seus cruzeiros na costa do Brasil, para a suppressão do trafico de escravos, não tenham merecido a approvação do governo do Brasil, tanto mais porque será impossivel ao governo de S. M. fazer cessar aquelles procedimentos, em quanto o governo do Brasil não adoptar medidas proprias para se cumprirem os compromissos,

por tratado da corôa brasileira, para a total e inteira suppressão do trafico de escravos no Brasil.

Entretanto o governo de S. M. pôde com muita sinceridade assegurar ao governo do Brasil, que ordenando aos officiaes da marinha Britannica na costa do Brasil de proseguirem nas medidas que forem necessarias para a suppressão do trafico de escravos, está longe da intenção de atacar a honra e dignidade da corôa brasileira, sendo seu fito, pelo contrario, sustentar aquella dignidade e honra, pondo termo, se fôr possível, a um estado de cousas, que sendo uma directa e flagrante violação de solemnes compromissos da corôa do Brasil, é altamente derogatorio da honra e dignidade do governo imperial.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a segurança da sua alta estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c. &c. &c.

JAMES HUDSON.

N. 7.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 23.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 14 de Junho de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu em tempo competente a nota n. 17 que em 9 de Março deste anno lhe dirigio o Sr. Hudson, encarregado de negocios de S. M. Britannica, sobre o objecto da nota n.º 28, de 3 de Setembro ultimo, que tratára dos actos praticados pelos navios de guerra de sua dita Magestade contra as embarcações brasileiras, não só junto á costa como ao entrar e já dentro da barra da capital da provincia da Bahia, declarando que o seu governo sentia muito que o procedimento do cruzeiro britannico na costa, do Brasil dêsse motivo a reclamações da parte do governo imperial; mas que esse procedimento não podia cessar, em quanto não fosse por elle adoptadas as medidas proprias para fazer cumprir as disposições do tratado para a total suppressão do trafico de Africanos no Brasil, manifestando entretanto o Sr. Hudson que não entrava na intenção do seu governo, quando dava instrucções aos seus cruzeiros, para que empregassem os meios necessarios com o fim de reprimir aquelle trafico, atacar a honra e dignidade da corôa brasileira.

Em resposta á supracitada nota do Sr. Hudson, tem o abaixo assignado a honra de significar-lhe, que o governo imperial por seu lado tambem sente muito que o de S. M. Britannica entenda, que semelhantes procedimentos são proprios para acabar o trafico, quando, pelo contrario, excitando elles o espirito nacional, dão mais força aos traficantes; e tanto mais que, não podendo o mesmo governo imperial admittir, que dentro dos portos do Imperio pratiquem navios estrangeiros actos taes, ha de cumprir o seu dever, oppondo-se todas as vezes que o puder fazer, e sejão quaes forem as consequencias, as quaes seria muito conveniente prevenir a bem das relações dos dous paizes.

Prevalece-se o abaixo assignado desta oportunidade para reiterar ao Sr. Hudson os protestos de sua estima e consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 8.

Reclamação do governo de S. M. B. para serem applicadas as penas de pirataria ao crime de contrabando de Africanos, e proposta para serem nomeados commissarios brasileiros e britannicos, para tornar effectiva a liberdade dos que forão emancipados pela commissão mixta.

N.º 28. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1850 .

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. Britannica, teve ordem do seu governo para chamar a séria attenção do Brasil sobre a continuação, em grande escala, da importação de negros africanos no territorio do Brasil, com violação dos compromissos por tratado, e em contravenção das leis do Brasil.

Pelo tratado concluido no Rio de Janeiro aos 23 de Novembro de 1826 a Corôa do Brasil comprometteu-se a fazer com que, passados tres annos depois da troca das ratificações daquelle tratado, não fosse licito aos subditos do Imperador do Brasil empregar-se no trafico de africanos, debaixo de qualquer pretexto ou maneira qualquer que seja; e com que fosse julgada, e tratada como pirataria, a continuação de semelhante trafico exercido por qualquer subdito de S. M. I., depois daquelle época.

Tendosido trocadas as ratificações do dito tratado em Londres, aos 13 de Março de 1827, o sobredito compromisso veio a ter effecto a 14 de Março de 1830, e o governo brasileiro ficou obrigado daquelle dia em diante, a impôr aos subditos brasileiros que por qualquer maneira, ou sob qualquer pretexto, fizerem o trafico de africanos, o castigo com que se punem os piratas.

Afim de ser esta estipulação levada a pleno effecto, fez-se necessaria uma nova lei, pela qual as penas de pirataria fossem applicadas ao crime do trafico de escravos. Porém até essa época nenhuma semelhante lei havia sido promulgada no Brasil, e a omissão em promulgar-se tal lei é uma quebra das estipulações do tratado de 1826, de que se queixa o governo de Sua Magestade.

Mas ainda que o governo Brasileiro não tivesse cumprido naquelle época, nem mesmo depois, esta clara e explicita estipulação, todavia a 27 de Novembro de 1831 foi promulgada pelo Imperador do Brasil uma lei, applicando ao crime do trafico de escravos certas penas de multa e prisão, que, com quanto menos severas do que aquellas que se applicão à pirataria, não correspondendo portanto perfeitamente às estipulações do tratado de 1826, erão contudo applicaveis a todas as pessoas, que por qualquer maneira fossem implicadas no crime do trafico de escravos, e essas penas, se a lei tivesse sido posta em vigor, sem duvida terião muito embaraçado, senão prevenissem inteiramente, a perpetração de semelhantes offensas.

Porém desde 1831 até o presente, aquella lei tem permanecido quasi como letra morta, sem nunca ter sido efficazmente posta em vigor pelo governo brasileiro; e é este outro motivo de queixa do governo de S. M. a respeito da omissão da parte do governo brasileiro em cumprir as estipulações do tratado de 1826.

Não pôde ser allegado pelo governo do Brasil que a razão, porque a lei de 1831 não tem sido posto em vigor, provém de ter deixado de ser commettido o crime contra que providencia aquella lei, ou porque o seja raras vezes, ou porque se é commettido, o é em segredo, de sorte que, sendo difficultoso o seu descobrimento, torna-se quasi impossivel o seu castigo. Muito differente é o facto. O crime do trafico de escravos continua a ser commettido no Brasil o mais extenso, notoria e abertamente; e se o governo brasileiro quizer tomar as medidas proprias para este fim, não ha razão para suppôr-se, que haja alguma seria difficuldade em descobrirem-se os delinquentes, e entrega-los a justiça.

Mas o governo brasileiro não só permanece espectador passivo de crimes, que são commettidos sem disfarce nem segredo em pleno dia, e até nas ruas da capital do Imperio, como também o governo de S. M. tem boa razão para crêr, que os delinquentes estão por este modo habilitados a contravir as leis do Brasil e os compromissos da corôa imperial contrahidos por tratado, pela constante connivencia, senão pela protecção e acorçoamento daquelles mesmos empregados do governo imperial, que devião evitar que tão escandalosas offensas fossem praticadas; e é este um outro motivo ainda de queixa da parte do governo de S. M. contra o do Brasil, relativamente á falta de execução do tratado de 1826.

O abaixo assignado teve ordem para declarar, que não se deve consentir que continue um estado de cousas, tão inconsistente com a boa fé e honra da corôa brasileira, e tão incompativel com os direitos que tem a Grãa-Bretanha pelo tratado. Este estado de cousas além disso é ignominioso para o mundo christão, e oppõe uma invencivel barreira ao progresso do commercio legitimo, e da civilisação do continente d'Africa. As vastas regiões daquelle continente, que a natureza tem enriquecido com extraordinaria fertilidade, e que abundão de produções preciosas, que offerecem os mais illimitados recursos para o commercio de outros pontos do globo, tem-se tornado, por meio das especulações criminosas dos traficantes brasileiros, o theatro da violencia, do roubo, e de effusão de sangue; e o governo brasileiro é, neste modo, pela violação dos seus compromissos, o promotor não só do crime no Brasil, como da desolação e barbarismo na Africa.

O governo de S. M. tem portanto o direito de exigir, que o governo do Brasil faça cumprir inteira e fielmente as estipulações do tratado de 1826, julgando e tratando como piratas todos os subditos de S. M. I., que debaixo de qualquer pretexto ou maneira qualquer que seja, tenham parte na continuação do trafico de africanos, e o governo de S. M. sollicita ser informado das medidas, que o do Brasil projecte adoptar para o cumprimento deste fim.

Ha outro assumpto connexo com este, para o qual o governo de S. M. pede licença para chamar a attenção do do Brasil.

Em virtude dos artigos 2.º 3.º e 4.º do tratado de 1826, foram nomeadas commissões mixtas para julgarem os navios negreiros e suas cargas, capturados pelos cruzeiros britannicos e brasileiros; e a estabelecida no Rio de Janeiro, em cumprimento dos seus deveres, decretou a emancipação de um consideravel numero de escravos negros, capturados em navios negreiros, que foram condemnados por aquella commissão.

Aquelles negros emancipados já devião hoje estar no pleno gozo da sua liberdade. O governo de S. M. tem porém razão para crêr que elles não o estão, conservando-se ainda praticamente em escravidão a maior parte delles. O governo de S. M. propõe portanto, que sejam nomeados commissarios britannicos e brasileiros para examinar pessoalmente aquelles negros emancipados, afim de dar a todos elles o pleno e real gozo daquella liberdade, a que se declarou terem direito.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião, para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a segurança de sua alta estima e distincia consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 9.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 42. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 24 de Outubro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota, que em data de 25 de Abril proximo passado lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. B., em a qual por ordem do seu governo, chama a seria attenção

do governo imperial sobre a continuação da importação de negros africanos no territorio do Brasil, e formula differentes motivos de queixa, que a semelhante respeito diz ter o governo de S. M. B., fundado na convenção de 23 de Novembro de 1826.

O abaixo assignado demorou-se em responder á nota do Sr. Hudson, porque, tendo o governo imperial muito antes de recebe-la, firmemente resolvido adoptar e fazer executar um systema pratico de medidas, para uma effectiva repressão do trafico, como foi indicado nos relatorios das repartições da justiça e estrangeiros, apresentados á assembléa geral legislativa em Janeiro do corrente anno, e como o abaixo assignado teve por vezes occasião de fazer vêr ao Sr. Hudson, esperava elle que a adopção dessas mesmas medidas, e que uma série de factos incontestaveis o habilitassem a responder áquella nota, de outro modo, que não com palavras e promessas. E com effeito parece ao abaixo assignado, que com a adopção da lei n.º 581, de 4 de Setembro de 1850, e com a promulgação do decreto n.º 708 de 14 do corrente mez, desapparecem completamente os fundamentos da nota do Sr. Hudson, de 26 de Abril.

E o abaixo assignado espera, que o Sr. Hudson chamará a attenção do seu governo sobre a importancia e alcance das disposições daquella lei e regulamento, e sem as quaes por maior que fosse a sua boa vontade, seria como tem sido até agora impossivel ao governo imperial reprimir efficazmente o trafico.

Aquella lei e regulamento, os cruzeiros que o governo imperial acaba de estabelecer, e que irá augmentando; a apprehensão de mais de novecentos africanos, de Outubro do anno passado até hoje, feita por autoridades e cruzadores brasileiros na bahia do Rio de Janeiro, em Santos, na Jurujuba, em Cabo Frio, e em Macahé; as instrucções que tem dado aos seus cruzadores, e a alguns presidentes de provincias em que são necessarias, para que fação examinar os pontos da costa, em que se diz existirem depositos de aprestos para preparar navios destinados ao trafico, assim de proceder-se em conformidade da lei, e outros muitos factos de menor momento, são provas irrecusaveis da firme e sincera intenção em que tem estado, e está o governo imperial, de reprimir severamente o trafico, não só porque assim cumpre a obrigação contrahida pela convenção de 23 de Novembro de 1826, como porque entende que está isso nos verdadeiros interesses do seu paiz.

O abaixo assignado porém deve repetir ao Sr. Hudson que os procedimentos violentos e illegitimos dos cruzadores inglezes, contra os quaes protesta, entrando em portos do Imperio para nelles visitar, e aprezar navios (bem como nos mares territoriaes) queimando alguns, vexando a navegação de cabotagem, aterrando os individuos e capitães que nella se empregão, tem excitado um clamor geral, e causado serios embaraços ao governo na execução do proposito que fizera, e manifestára muito antes que aquelles factos se tornassem mais frequentes com a chegada do *Sharpshooter*, e com a execução das ordens que se affirma haver trazido. Esses factos não demoverão o governo imperial do seu proposito, porque nutria a esperança, que ainda nutre, de que desapparecessem, e por isso o abaixo assignado tem de declarar mui solemnemente ao Sr. Hudson que, se apezar das provas evidentes que tem dado o governo imperial de seu firme e sincero proposito de reprimir o trafico, continuarem os cruzeiros Britannicos a entrar nos portos do Brasil, para nelles visitar e deter embarcações, e a vexar a navegação de cabotagem, o governo imperial considerar-se-ha inhabilitado para continuar no systema que encetou, e para, por um accordo com o governo Britannico, adoptar providencias dependentes de uma convenção, que sirvão de complemento ás que acabão de ser adoptadas para a repressão do trafico.

Ninguém melhor do que o governo de S. M. B., que com elles luta, ha tantos annos, com immensas forças e recursos, conhece os tropeços que a repressão do trafico põe a avidez do ganho. Essa repressão não pôde ser completa e perfeita, senão por meio de um accordo franco e completo de ambos os governos. Para esse accordo está prompto o governo imperial, com uma condição prévia porém, isto é, com a mais justa e legitima de todas as condições, a saber, que antes de tudo seja respeitado o territorio do Brasil. os seus portos, e mares territoriaes. Logo que para isso sejão expeditas ordens aos cruzeiros Britannicos, o governo imperial se apressará em fazer suas proposições, e taes que espera não poderão deixar de ser acceitas.

Pelo que respeita aos Africanos emancipados por sentença das commissões mixtas, não pôde o governo imperial convir nas proposições feitas pelo Sr. Hudson.

O artigo 7.º do regulamento para as commissões mixtas, annexo á convenção adicional

de 28 de Julho de 1817, diz que os Africanos serão consignados ao governo do paiz, em que residisse a commissão que tivesse dado a sentença para serem empregados em qualidade de creados, ou de trabalhadores livres. Cada um dos dois governos se obrigou a garantir a liberdade daquella porção destes individuos, que lhe foi respectivamente consignada.

Os que forão consignados ao governo brasileiro, nunca deixarão de ser tidos e havidos como livres.

O mesmo governo reconhece-se obrigado a garantir a liberdade dos Africanos, que lhe forão assim consignados, e pretende fazer effectiva essa garantia por uma maneira que acabe de uma vez com todas as queixas e reclamações.

A lei de 7 de Novembro de 1831, manda reexportar para qualquer parte da Africa os africanos declarados livres, contratando-se com as autoridades africanas para lhes darem um asylo, e o governo imperial vai com brevidade procurar entender-se com o governo da Liberia, afim de que receba os Africanos existentes no Brasil, julgados livres pelas extintas commissões mixtas.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião; para reiterar ao Sr. James Hudson as expressões da sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 10.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 55. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1850.

Exm.º Sr. — Tenho a honra de accusar o recebimento da nota marcada com o n.º 42 de 24 de Outubro ultimo, respondendo á communicação que, por ordem do meu governo, fiz a V. Ex. no mez de Abril passado, chamando a séria attenção do governo imperial para a continuada e vasta importação de negros africanos no Brasil, em violação dos compromissos por tratado, e em contravenção das leis do Brasil; e informando tambem ao governo imperial sobre a condição daquelles negros, que pela commissão mixta. estabelecida no Rio de Janeiro em virtude do tratado de 1826, forão declarados emancipados; e posso assegurar a V. Ex. que não deixarei de communicar, pelo presente *Paquete*, a sua nota ao governo da Rainha.

Aproveito-me desta occasião, para renovar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c. &c. &c.

JAMES HUDSON.

N. 11.

Navios que desembarcárão Africanos na Bahia desde o 1.º de Janeiro até 7 de Outubro de 1850.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 56.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 6 de Novembro de 1850.

Exm.º Sr.—Com referencia áquelle trecho da nota de V. Ex., marcada com o n.º 42, de 24 do mez passado, em que V. Ex. recapitula as medidas adoptadas pelo governo imperial para a repressão do trafico de escravos, e entre ellas menciona as ordens transmitidas a este respeito a alguns dos presidentes das provincias do imperio, tenho a honra de remetter a V. Ex. a inclusa relação das embarcações negreiras que tem desembarcado escravos africanos na Bahia no presente anno.

As participações que tenho recebido do consul de S. M. na Bahia, e de outros officiaes ao serviço da Rainha que ultimamente tem visitado aquelle Porto, todas dão o trafico illicito de escravos como sendo ali feito tão ás claras, como se fôra commercio legal, e como merecendo quasi o mesmo favor e protecção das autoridades imperiaes.

Seria pois provavelmente conveniente, á vista das declarações contidas na nota de S. Ex. supramencionada, (n.º 42 de 24 do mez passado) tomarem-se algumas medidas para chamar a attenção das autoridades imperiaes na Bahia sobre os compromissos da corôa do Brasil, sobre as leis de 7 de Novembro de 1831, e de 4 de Setembro de 1850, e sobre o procedimento que V. Ex. me informa pretende o governo imperial ora pôr em pratica, relativamente ao trafico de escravos no Brasil.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e distincta consideração.—

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c. &c. &c.

JAMES HUDSON.

**Lista dos navios que entrarão no porto da Bahia, procedendo da Costa d'Africa, e desembarcarão escravos desde
o 1.º de Janeiro de 1850, a que se refere a nota supra.**

NÚMERO	DATA DA ENTRADA	NACIÃO	CLASSE	NOME	NOVELAS	DEPARTAMENTO	MESTRES	PROPRIETARIOS	CARGA	PROCEDENCIA	NOTAS	OBSERVAÇÕES
1	Janeiro 15	Brasileiro	Escuna	Mosquito	69	16	J. V. de Lério.	D. G. Bello.	Lastro	Costa d'Africa	...	Desembarcou 306 escravos.
2	" 21	dito	ditto	Terceira	188	23	A. L. de Carvalho.	J. P. Marinho.	dito	ditto	...	" 400 "
3	Março 6	dito	ditto	Antorinha	127	18	Lu.º de G. Bastos.	dito	dito	ditto	...	" 550 "
4	" 8	dito	ditto	Nova Antorinha	117	9	J. G. da Costa.	dito	dito	ditto	...	" 500 "
5	" 21	dito	ditto	Boufim	127	18	J. P. da Souza.	Antônio M. de Oliveira.	dito	ditto	...	" 495 "
6	" 7	dito	Polaca	Igualdade	...	12	Joaquim Lopes.	Desconhecido.	dito	Parto Novo	35	" 180 "
7	Abril 9	dito	Brigue	Compêdora	197	23	J. F. do Barros.	Joaquim Francisco dos Santos.	dito	Costa d'Africa	...	" 820 "
8	" 9	dito	Escuna	Ilma Destino	69	16	L. J. P. Guimarães.	D. G. Bello.	dito	ditto	...	" 113 "
9	" 7	dito	Brigue	Mosquito	65	19	J. A. Pereira.	J. Alves da Cruz Reis.	dito	ditto	...	" 168 "
10	" 10	dito	Brigue	Polka	127	18	J. P. de Souza.	Antonio M. de Oliveira.	dito	ditto	...	" 480 "
11	" 13	dito	Escuna	Igualdade	...	14	Antonio Joaquim.	R. G. Bello.	dito	Parto Novo	36	" 550 "
12	" 2	dito	Brigue	Arceio	...	10	J. J. Fialto.	Desconhecido.	dito	ditto	37	" 300 "
13	" 2	dito	Brigue	Gira-Sol	65	...	A. P. de Bello.	J. A. da Cruz Reis.	dito	Costa d'Africa	...	" 250 "
14	" 21	dito	Brigue	Polka	64	18	P. G. P. Galvães.	J. A. da Cruz Reis.	dito	ditto	...	" 316 "
15	" 21	dito	Escuna	Fé	100	20	J. M. da Costa.	Desconhecido.	dito	ditto	...	" 350 "
16	" 15	dito	ditto	Culita	121	20	S. Olimpio.	J. P. Marinho.	dito	ditto	...	" 450 "
17	" 15	dito	ditto	Maria-ant-ter	133	21	G. R. Germain.	Quelino Antonio.	dito	ditto	...	" 300 "
18	" 22	dito	ditto	Mosquito	69	16	L. J. P. Guimarães.	D. G. Bello.	dito	ditto	...	" 200 "
19	" 31	dito	ditto	Brasil	157	19	J. Henriquez.	Miguel da Silva Pereira.	dito	ditto	...	" 320 "
20	" 2	dito	ditto	Igualdade	...	...	...	Antonio M. de Oliveira.	dito	ditto	...	" 300 "
21	Setembro 4	ditto	ditto	Negredo	...	...	...	Miguel da Silva Pereira.	dito	ditto	...	" 683 "
22	Outubro 4	ditto	Escuna	Liberdade	...	...	...	...	ditto	ditto	...	" 300 "
23	" 7	...	...	União Escuna Americana	...	...	...	...	ditto	ditto	...	" 400 "
24	" 7	...	...	Brighton	...	...	...	...	ditto	ditto	...	" 400 "
25	" 7	...	...	Nome desconhecido	...	...	...	D. G. Bello.	ditto	ditto	...	" 400 "

Consulado Britânico. -- Bahia, 9 de Outubro de 1850.

(Assignado) EDUARDO PORTER,
Consul.

N. 12.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 43. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 9 de Novembro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros recebeo, a nota n.º 56, que em data de 6 do corrente lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, remettendo uma lista de navios negreiros que desembarcarão Africanos na Bahia no corrente anno.

Diz na mesma nota o Sr. Hudson, que as informações que tem recebido do consul britânico na Bahia, e de outros officiaes ao serviço de S. M. a Rainha, que visitarão recentemente aquelle porto, concorrem todas em descrever o illegal trafico de Africanos como sendo feito ali quasi tão abertamente, como se fora legitimo, e apparentemente com a protecção das autoridades do paiz.

As cópias juntas, das quaes se vê que em 16 do mez proximo passado fôra perseguido e apresado na Bahia o brigue *Encantador*, às 11 horas da noite, pretendendo evadir-se do ancoradouro e sair da barra, e por ter indicios de se empregar no trafico, sendo isto feito em virtude de ordens do presidente da provincia, provão que as informações dadas ao Sr. Hudson a respeito das autoridades da Bahia não tem aquelle cunho de verdade, que o Sr. Hudson parece ver nellas. E se essas autoridades mandão perseguir de noite, ao sair da barra, embarcações suspeitas, não é de crêr que tolerem, tendo disso conhecimento, que entrem no porto e desembarquem outras carregadas de Africanos.

Segundo a lista que acompanha a nota do Sr. Hudson, as embarcações, de que ella trata, deverião ter entrado na Bahia até o dia 7 de Outubro proximo passado.

O abaixo assignado tem muitas vezes declarado e demonstrado ao Sr. Hudson, que os meios fornecidos pela legislação anterior á lei de 4 de Setembro proximo passado e regulamento de 14 de Outubro ultimo, erão absolutamente inefficazes para uma repressão mais larga e completa do trafico no paiz. Com aquelles meios não era de admirar, que apenas em um ou outro caso apparecesse um ou outro exemplo de repressão.

Passou a lei de 4 de Setembro, mas essa lei não podia ser posta em execução proveitosamente sem o regulamento que desenvolvesse o modo pratico de executá-la. O regulamento sómente ponde ser publicado em 14 de Outubro proximo passado, e sómente depois da sua publicação podia ser remettido para as provincias.

Os factos indicados na lista que acompanhou a nota do Sr. Hudson, sendo todos anteriores, nada pôdem provar contra a importancia e alcance das medidas a que allude a nota do abaixo assignado de 24 de Outubro ultimo.

O governo imperial tomou a firme resolução de reprimir vigorosamente o trafico, e para isso procurou obter as medidas que julgou convenientes, e isto com uma sinceridade que o Sr. Hudson certamente não porá em duvida. Mas para assentar essas medidas, para pô-las em execução em um tão vasto littoral, para fazer calar tantos e tão vivaces interesses empenhados no trafico, e para fazer reverter a empresas legítimas tantos capitães que a avides do ganho empregára no trafico, é preciso algum tempo.

Um mal tão inveterado, e que tem tão profundas raizes não se extingue repentinamente.

O abaixo assignado, di-lo-ha com franqueza, está persuadido de que a lei e regulamento citados não hão de persi só acabar já com o trafico. Ainda hão de apparecer especuladores atrevidos que procurarão lutar com esses meios, como tem lutado com os fortissimos que tem empregado a Grãa-Bretanha. Mas o emprego efficaz e perseverante daquelles meios, auxiliados por outros, e fazendo parte de um systema mais vasto, ha de acabar com o tempo por extinguir o trafico, e o governo imperial está resolvido a lutar com elle até extingui-lo, com tempo prudencia, firmeza e paciencia.

Não obstante as muito positivas recommendações feitas ao presidente da Bahia quando lhe forão remettidas a lei e o regulamento de 14 de Outubro, novas se lhe fazem remettendo-se-lhe a lista que acompanhou a nota do Sr. Hudson, para que informe, procedendo a todas as averiguações necessarias, afim de se providenciar como for conveniente.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião, para renovar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 13.

Desembarque de 390 Africanos em Calungueiras, de um patacho sardo.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 57. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 6 de Novembro de 1850.

Ex^{ma} Sr. — Com referencia áquelle trecho da nota de V. Ex. marcada com o n.º 42 de 24 do mez passado, em que V. Ex. trata do numero de africanos arrancados ás garras dos traficantes de escravos, por ordem do governo imperial nesta provincia e na de S. Paulo, tenho ora a honra de noticiar a V. Ex. o desembarque de 390 escravos africanos, em Calungueiras, do patacho *Sardo*, de cuja chegada a esta côrte já estava V. Ex. avisado.

Espero por isso ser habilitado, para assegurar ao meu governo, que o governo imperial está resolvido a obrar neste caso com aquelle vigor e com aquelle humano e honroso espirito, que tem dictado as seguranças contidas na nota supra mencionada, de 24 de Outubro ultimo.

Aproveito-me desta occasião, para renovar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 14.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 44. — Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, 9 de Novembro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota n.º 57 que em data de 6 do corrente lhe dirigio o Sr. Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, relativa ao desembarque de 390 africanos em Calungueiras, do patacho *Sardo*, de cuja chegada, e de outras embarcações, o Sr. Hudson o prevenio.

Logo que o Sr. Hudson fez essa communicação, dirigio-se o abaixo assignado ao Sr. ministro da marinha, que fez immediatamente sahir um vapor de guerra, e outra embarcação

para esperar e dar caça áquellas, o que o Sr. Hudson não ignora, bem como a actividade com que os cruzadores brasileiros se tem havido nessas commissões.

Não encontram o patacho *Sardo*, mas o Sr. Hudson sabe pela experiencia de seus proprios cruzeiros, que em uma tão extensa costa, succede muitas vezes escaparem das suas vistas os negreiros.

Que o patacho *Sardo*, desembarcasse em algum ponto da costa ignorava o abaixo assignado. O Sr. Hudson sabe tambem perfeitamente, que os traficantes buscão ordinariamente para os seus desembarques pontos da costa arredados das povoações, e habitados pelos interessados, ou pessoas delles dependentes, e que tratão logo de fazer desaparecer todas as provas de seu delicto.

O abaixo assignado porém passa a dar as ordens as mais terminantes, para a averiguação do caso, afim de proceder-se na fórma da lei; e aproveita-se da oportunidade para renovar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES de SOUZA.

N. 15.

Procedimento do cruzeiro britannico em Paranaguá, sob o pretexto de reprimir o trafico de Africanos.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N. 41.—Legação Britannica.—Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1850.

Illm.^o e Ex.^{ma} Sr.—Tenho a honra de levar á consideração de V. Ex. um facto de tal consequencia para a honra do pavilhão imperial, e a boa intelligencia que felizmente subsiste entre as corôas da Grã-Bretanha e do Brasil, em todas as questões que se não referem ao trafico de escravos, que estou convencido merecerá desde logo toda a attenção de V. Ex.

O almirante que commanda as forças navaes de S. M. nesta estação, tendo, em cumprimento das ordens recebidas dos lords commissarios do almirantado, ordenado a apprehensão de navios notoriamente empregados no trafico de escravos, o navio *Cormorant* de Sua Magestade, seguiu para Paranaguá, e no dia 29 do mez proximo passado, quando se achava defronte do forte na entrada da bahia de Paranaguá, parou para communicar com as authoridades militares do imperio, a quem se dirigio o seu commandante, em virtude das estipulações subsistentes entre as corôas do Brasil e da Grã-Bretanha, para cooperarem com elle na apprehensão do notorio barco negreiro *Serêa*, então prompto junto de Paranaguá para o commercio de escravos.

O commandante do navio *Cormorant*, de S. M., seguiu depois para a ilha de Cotinga, onde, como V. Ex. verá do incluso mappa, existe um vasto estabelecimento, que só occupão negociantes de escravos, e se obtém quanto é preciso para os navios que se destinão ao commercio de escravos na Costa de Africa, com um ancoradouro exclusivamente appropriado para os que se empregão naquelle trafico, inteiramente separado da cidade de Paranaguá, não só quanto á vida que levão seus habitantes, como pela directa e manifesta violação que ali se commette contra a lei imperial.

Este estabelecimento dos negociantes de escravos na ilha de Cotinga, offerece o espantoso espectaculo de se fazer o trafico de carne humana neste paiz christão, que tem pelas suas leis municipal e publica de reprimi-lo, tão aberta, pacifica e livremente, como se fosse um negocio licito, justo e honesto da parte melhor do povo brasileiro.

E agradável entretanto vêr que, a despeito desse cancro do trafico de escravos que corrôe, lentamente sim, mas com certeza e em seu amago, a verdadeira honra, dignidade

e prosperidade do Brasil, o povo de Paranaguá apartou-se dentre os ladrões, mostrando tacitamente, pela sua segregação, não seguir a mesma vereda dos negociantes de escravos. Tanto quanto é possível a pessoas, que vivem sob o mesmo governo, distinguir o bem do mal, o povo de Paranaguá se separou desses traficantes, que ali se estabelecerão como depois se verá, debaixo da protecção do juiz municipal daquelle districto.

Neste *rendez-vous* geral dos negociantes de escravos, o commandante do navio *Cormorant* de S. M. achou não menos de seis grandes barcos, alguns promptos, outros preparando-se para o trafico; um com a bandeira brasileira, os outros com a estrangeira; o convés de todos coberto com suas tripulações, esse rebulho da sociedade, cujos primeiros habitos de ociosidade e deshonestidade, de inexprimivel brutalidade e indulgencia sensual levarão aquelle detestavel trafico, o qual, abysmando taes individuos nos crimes os mais baixos, torna-os por fim malfeitos indignos de protecção: essa a gente que degrada o povo do Brasil pelos seus vicios e corrompe-o com o seu exemplo.

O commandante do *Cormorant*, tendo examinado alguns desses navios, e tendo encontrado a todos completamente equipados e promptos para o trafico de escravos, apprehendeu tres; o quarto foi mettido a pique pelos seus proprietarios durante a noite. Elle permaneceu durante o dia 30 de Junho nas aguas de Paranaguá, e fez-se ao mar no dia 1.º do corrente.

Foi quando ia para o mar e passava pelo forte imperial, na entrada da bahia de Paranaguá, que occorreu o incidente a que tenho alludido como de grande gravidade, e pondo em risco aquellas boas e amigaveis relações, que subsistem em vantagem mutua do povo da Grãa-Bretanha e do Brasil.

O forte de Paranaguá fez fogo sobre o navio *Cormorant* de S. M., matando um e ferindo dous marinheiros de S. M.

Se não fosse este acontecimento qualificado por outros factos que vou relatar, mui sérias consequencias terião sem duvida sobrevindo; mas provou-se-me de modo a não duvidar, e todos os dias vai-se tornando mais evidente o facto, de que os homens que dirigão as peças do forte de Paranaguá crão colhidos das tripulações dos barcos negreiros apprehendidos pelo navio *Cormorant* de S. M., como já referi, e commandados pelo mestre de um desses barcos; sendo reclamados todos esses malvados, e incitados a este acto sem igual pelo juiz municipal de Paranaguá.

Grave como é o acto de fazer fogo sobre uma bandeira amiga, no momento em que seus officiaes se empenhão em executar as estipulações, que ligão duas nações ao cumprimento pontual de mutuas obrigações, seu caracter aggrava-se muito mais, sendo commettido por piratas á instigação de uma autoridade civil, que já tinha transgredido seus deveres como magistrado, por conceder-lhes abrigo em um porto brasileiro para sua segurança, e o escudo da lei brasileira para os proteger.

Foi reservado a Paranaguá offerecer ao mundo civilisado o espectaculo de piratas, pisando aos pés as leis decretadas pela legislatura imperial do Brasil para sua punição, e obsequiosamente auxiliados por uma autoridade, que tinha por dever fazer vigorar essas leis.

O juiz municipal de Paranaguá não só permittio que se estabelecessem em communidade para as empresas de negociantes de escravos, homens perdidos e piratas, e que se armassem, equipassem, apromptassem, e sahisses navios destinados á pirataria; mas ainda quando estes navios forão apprehendidos em virtude de estipulações de um tratado, capitaneou suas tripulações de piratas, e á sombra do pavilhão imperial commetteu elle proprio um acto de pirataria.

O procedimento que tiverão as autoridades militares brasileiras offerece um agradavel contraste com o da autoridade civil.

Pelo que eu sei, não só em Paranaguá, mas tambem em Macahé, as autoridades militares deste imperio não ferão encontradas baldas daquelle sentimento de honra e lealdade, que foi sempre o seu caracteristico. Quando os officiaes navaes de S. M. visitarão aquelles portos, explicarão o objecto de sua visita, e declararão a sua autorisação, reconhecerão desde logo tacitamente os officiaes deste imperio em commando a obrigação da corôa imperial; e se a autoridade civil não interviesse, terião elles sem duvida desforçado a lei de seu paiz, que era assim ultrajada pelos negociantes de escravos.

Não apresento a V. Ex. a séria occorrença em Paranaguá, e o ultraje feito ao navio *Cormorant* de S. M., com colera, mas com pezar. É o meu mais ardente desejo que as

medidas que ora tem em consideração o governo imperial para a effectiva repressão do trafico de escravos, prevenindo a repetição de uma tal scena, habilitem os dous governos a sepultar o facto no esquecimento.

A recordação é tão penosa, como foi o acto degradante. V. Ex. já sabe quaes as pessoas denunciadas como perpetradoras do acto de que se trata, e não posso duvidar de que immediatas providencias serão tomadas, depois da devida investigação, para serem presos e condignamente punidos aquelles aventureiros piratas, que arriscarão a honra do pavilhão brasileiro, e matarão e ferirão a servidores da corôa britannica.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 16.

Nota da Legação de S. M. B. ao governo imperial.

N. 70.—Legação Britannica.—Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1850.

Ex.^{ma} Sr.—Tendo transmittido devidamente ao governo da Rainha uma copia da nota que dirigi a V. Ex. em 12 de Julho ultimo, relativamente ao ataque que o forte de Paranaguá fez ao navio *Cormorant* de S. M., do que resultou morrer um marinheiro do mesmo navio, e ficarem dous feridos, recebi agora ordem para manifestar a V. Ex. a extrema magoa e admiração, que produziu no governo de S. M. a noticia de haver sido perpetrado este ataque piratico e barbaro contra um dos navios de S. M., por pessoas que estavam de posse de um forte pertencente ao Imperio do Brasil.

O governo de S. M. espera sinceramente, que o resultado da investigação que o governo imperial sem duvida terá julgado de seu rigoroso dever instituir immediatamente, provará que nenhuma pessoa empregada ou vencendo ordenado do Imperio teve parte neste escandaloso ultraje, mas que foi um acto de um bando de piratas, que, tendo-se apoderado da guarnição do forte, tomáram posse delle para seus fins iníquos.

O governo de S. M. não pôde duvidar de que o governo brasileiro julgará que é essencial para a honra do exercito brasileiro conhecer, se a guarnição do forte oppôz a devida resistencia á violencia illegitima destes piratas, ou se o forte se rendeu a estes saiteadores por falta de coragem, ou por conveniencia criminosa daquelles officiaes e soldados, a quem o governo imperial tinha confiado a sua guarda.

Porém esta é uma investigação que diz respeito sómente a honra e reputação do serviço militar brasileiro, e que portanto pertence sómente ao governo brasileiro. Porém o facto de conseguir um bando de piratas apoderar-se de um forte brasileiro, seja por que meio fór, e de dirigir as peças daquelle forte sobre um navio de guerra britannico, é objecto que o governo de S. M. não pôde permittir que passe sem exigir a mais ampla satisfação.

Esta satisfação deve consistir em uma communicação formal do governo brasileiro, manifestando o seu profundo pezar de que um tal ultraje se tivesse commettido, e na punição dos piratas que se tornáram criminosos do assassinato de um dos subditos de S. M., e do ferimento de dous outros.

O governo de S. M. confia que o governo brasileiro terá desde muito tempo dado as providencias as mais energicas para serem devidamente punidos todos aquelles que tiverem parte neste criminoso e desagradavel negocio.

V. Ex., comtudo, sabe que nenhuma resposta ainda se deu ás duas notas que já dirigi a V. Ex. sobre este grave assumpto, e por isso pela terceira vez tenho de chamar sobre elle a mais seria attenção de V. Ex., pedindo em nome de meu governo que não haja a este respeito maior demora.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 17.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N. 7. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 31 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu as notas que lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, em 14 de Julho, 16 e 26 de Dezembro proximo passado, relativas aos acontecimentos que tiveram lugar em Paranaguá em fins de Junho do dito anno.

Na primeira daquellas notas diz em conclusão o Sr. Hudson, «que deseja que as medidas que ora (em Julho de 1850) tem em consideração o governo imperial para a effectiva repressão do trafico de escravos, prevenindo a repetição de uma tal scena, habilitem os dous governos a sepultar o facto no esquecimento.»

Confiado nessa declaração, tendo sido adoptadas as medidas a que alludia o Sr. Hudson, e estando em execução, e suspensas as ordens dadas aos cruzeiros para fazerem as visitas e apresamentos dentro dos portos do imperio, esperava o abaixo assignado que não teria lugar a repetição das occurrencias de Paranaguá, e que estas ficariam sepultadas no esquecimento, compensado o facto da violação do territorio do imperio pelo da opposição que tinha encontrado. Procedendo assim, dava o governo imperial uma grande prova de moderação, e do desejo de ver restabelecida a boa harmonia entre os dous paizes, porque tendo sido o territorio do imperio e os direitos da sua soberania e independencia violados, e sendo as forças inglezas as aggressoras, era elle inquestionavelmente, segundo todos os principios de direito e de justiça, quem tinha direito a uma satisfação, em lugar de a dar.

Em sua nota de 26 do mez passado exige porém o Sr. Hudson, em virtude de instrucções do seu governo, a mais ampla satisfação, que deve consistir em uma formal communicação do governo do Brasil, manifestando seu profundo pezar de que semelhante ultraje tivesse sido commettido, e na punição dos individuos que se tornáram criminosos da morte de um dos subditos de S. M. Britannica, e do ferimento de dous.

Os factos occorridos em Paranaguá tiveram lugar pela seguinte maneira, em que concordão todas as communicações officiaes.

O *Cormorant* entrou no porto de Paranaguá, e o seu commandante dirigio ao da fortaleza o officio junto por copia. Este officio, ou porque levasse em seu sobrescripto direcção ao commandante das forças de Paranaguá (cargo que ali não existe), ou porque o mesmo sobrescripto fosse mal entendido, ou por outra causa, foi levado a diversas autoridades, que recusarão abri-lo com o fundamento de que não lhes era dirigido.

O *Cormorant* visitou e apresou dentro do porto tres embarcações, sem que encontrasse resistencia, e dispóz-se a sahir, levando-as a reboque.

A fortaleza fez um tiro de polvora secca aos barcos que vinhão a reboque, e como proseguissem, mandou dar outro com bala, e largou o escaler de registo com um officio ao commandante do *Cormorant*. Então fez este logo fogo com bala á fortaleza, a qual respondeu-lhe do mesmo modo, travando-se o conflicto em que o *Cormorant* atirou bombas e metralha sobre a dita fortaleza. É esta resumidamente a maneira pela qual todas as communicações referem concordemente o facto.

O *Cormorant* não tinha direito algum de entrar no porto de Paranaguá para nelle fazer visitas e apresamentos, e fazendo-o violou abertamente o territorio brasileiro. As autoridades brasileiras estavam no seu direito repellindo-o.

Que uma nação, em tempo de paz, não tem direito de entrar nos portos de outra, e nelles exercer actos de jurisdicção, é um principio incontestavel do direito das gentes.

O officio do commandante do *Cormorant*, e a cooperação por elle pedida não alterão a questão. Uma adhesão ao seu convite para cooperar, importaria o reconhecimento do direito de fazer visitas e apresamentos no porto. A autoridade que nisso conviesse incorreria em grave responsabilidade.

As proposições que o Sr. Hudson fez ao abaixo assignado em 10 do corrente mez para estabelecer e regular essa cooperação por um accordo, são o reconhecimento de que ella não está estabelecida por direito algum.

Que o tratado de 23 de novembro de 1826 não dá esse direito, para a repressão do trafico, é tambem incontestavel.

As razões dadas pelo abaixo assignado, em a nota de 28 do corrente, accrescentará elle a seguinte:

Esse tratado mandava vigorar a convenção addicional ao tratado de 22 de Janeiro de 1815, e instrucções que a acompanhãrão.

O art. 2.^o dessas instrucções diz: « Não poderá ser visitado ou detido, debaixo de « qualquer pretexto ou motivo que seja, navio algum mercante ou empregado no commer- « cio de negros, emquanto estiver dentro de um porto ou enseada pertencente a uma das « duas altas partes contractantes, ou ao alcance de tiro de peça das baterias de terra; mas, « dado o caso que fossem encontrados nesta situação navios suspeitos, poderão fazer-se as « representações convenientes ás autoridades do paiz, pedindo-lhes que tomem medidas « efficazes para obstar a semelhantes abusos. »

O tratado de 23 de novembro de 1826 foi desenvolvido e explicado por aquellas instrucções, que d'elle fazião parte complementar, emquanto não expirãrão. O espirito do tratado não podia portanto estar em contradicção flagrante com aquelle art. 2.^o das ditas instrucções, e conferir um pretendido direito que ellas, se assim fosse, excluirião.

A Inglaterra nunca pretendeu ter esse direito, nunca allegou tê-lo senão agora, vinte e quatro annos depois de celebrado o tratado.

A Inglaterra, nas diversas convenções que tem celebrado para a repressão do trafico, sempre reconheceu os principios do direito das gentes em que o abaixo assignado se funda.

Reconheceu-os na convenção com Portugal, e em outras.

E se iguaes declarações não forão feitas em tratados com certas nações, é porque estas, fóra do alcance de violencias semelhantes ás que tem soffrido Portugal e o Brasil, o não reputãrão necessario.

Reconheceu-os na proposta que por ordem de lord Palmerston apresentou lord Howden ao governo imperial, para a repressão do trafico, em 21 de Dezembro de 1847. Ahi se lê:

« Art. 3.^o, § 4.^o — Não será licito visitar, ou deter, debaixo de qualquer pretexto ou « motivo que seja, embarcação alguma mercante, fundeada em qualquer porto ou ancora- « douro, pertencente a qualquer das duas altas partes contractantes, ou ao alcance do tiro « de peça das baterias de terra, salvo se por parte das autoridades do paiz se pedir auxilio « por escripto; porém se alguma embarcação suspeita fór encontrada nesse porto, anco- « radouro, ou ao alcance do tiro de peça de taes baterias, far-se-ha a conveniente represen- « tação ás autoridades do paiz, pedindo-lhes que tomem as medidas necessarias para « prevenir a violação das estipulações deste tratado; e as ditas autoridades procederão a « tomar medidas efficazes nessa conformidade. »

As visitas e apresamentos feitos nos portos e aguas do Brasil, constituem portanto uma violencia e um abuso da força; e da violencia e do abuso da força não se póde derivar direitos. A violencia e a força é repellida pela força quando a ha.

O governo britannico não tem portanto o direito, de mandar fazer visitas e apresamentos nos portos e mares territoriaes do Brasil. Se o tivesse, tambem teria o de exercê-la em terra e de varejar as nossas casas e povoações. Dir-se-hia então que o tratado de 1826 não fazia differença entre terra e mar. O Brasil deixaria de ser nação.

Se o *Cormorant* não tinha direito de visitar e aprisionar navios, ainda mesmo negreiros, no porto de Paranaguá, se violou o territorio do imperio, é o Brasil que tem direito de pedir satisfação, em vez de ter obrigação de a dar.

Se a dêsse, o governo imperial reconheceria que os cruzeiros britannicos tem o direito de exercer actos de jurisdicção nos seus portos, e não ha calamidade que elle não prefira a esse reconhecimento.

Não pôde portanto dar a satisfação pedida.

Julgou porém dever dar uma satisfação ao seu paiz e ás leis, mandando processar e demittir as autoridades, que tolerarão que o trafico chegasse em Paranaguá ao auge de escandalo em que estava, e deixarão de informar ao governo imperial sobre o estado das cousas ali.

E outrossim mandou metter em conselho de guerra o commandante da fortaleza, por havê-la deixado invadir pelos capitães e tripulações dos barcos negreiros, em grande parte estrangeiros, que dêrão pretexto á violação do territorio brasileiro, á qual o dito commandante devia se ter opposto, prescindindo de auxilio tão deshonesto.

O abaixo assignado aproveita-se da occasião, para reiterar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Annexo á nota do governo imperial de 31 de Janeiro de 1851.

Bordo da chalupa de vapor *Cormorant* de S. M. B., nas aguas de Paranaguá, em 29 de Junho de 1850.

Senhor. — Tendo ordens do commandante em chefe das forças navaes britannicas nesta estação para examinar a todos os barcos suspeitos, e para apprehender os que fazem o trafico de escravos onde quer que eu os encontre, na conformidade da perpetua convenção de 1826, entre os dois governos do Brasil e da Grãa-Bretanha, permiti-me que vos declare que o fim que tenho, entrando no porto de Paranaguá, é examinar e impedir que continue a fazer o trafico de escravos o bem conhecido brigue negreiro *Serêa*, de cuja proxima sahida deste porto, impunemente, fui informado: pedindo eu ao mesmo tempo licença para aqui annunciar-vos a sahida constante de barcos negreiros de Paranaguá com bandeira brasileira.

Espero que mutuos esforços e a cooperação da vossa parte para satisfazer-se ao espirito do tratado, hão de dar mais vigor ao meu empenho em preencher nestas paragens as intenções dos dous governos, de accordo com a dita convenção. Tenho a honra de ser, senhor, vosso muito obediente servo. — Commandante do vapor *Cormorant* de S. M. B.

HERBET SCHONBERG.

Ao Sr. commandante do forte de Paranaguá.

N. 18.

Cessação da suspensão das ordens para serem apprehendidos os barcos
brasileiros nas aguas, portos e bahias do Imperio.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 2.—Legação britannica. — Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 1851.

Ex.^{ma} Sr.—Tendo passado no parlamento brasileiro, e sido sanccionada por S. M. o Imperador D. Pedro, a lei contra o trafico de Africanos de 4 de Setembro ultimo, as autoridades civis e militares da Rainha neste paiz estavam no seu direito de esperar que o governo brasileiro, cuja missão é de cumprir a vontade e lei imperial, puzesse effectivamente em execução contra os traficantes de carne humana aquella lei e a de 7 de Novembro de 1831.

Tendo-me dito V. Ex. em 13 de Julho, que não teria duvida de pôr a navegação do paiz debaixo da protecção de uma bandeira estrangeira, se os navios negreiros fossem apprehendidos pelos de S. M. nas aguas brasileiras, de accordo com as estipulações de um tratado;

E tendo eu dito, que se V. Ex. fizesse executar as suas proprias leis contra os traficantes de escravos sem favores ou parcialidades, tomaria eu sobre mim a grave responsabilidade, de recommendar a suspensão das ordens para capturar os navios empregados no trafico em portos e mares do Imperio;

Depois de haver reduzido a escripto esse compromisso, ficámos na intelligencia, V. Ex. e eu, de que a vontade e lei imperial seriam fiel e devidamente executadas.

Que não haveria contemplação alguma com os traficantes de carne humana.

Que o trafico de escravos, esta maldição para o Brasil, e deshonor para o nosso seculo, cessaria no imperio pela acção da autoridade publica, isto é. de V. Ex. e de seus collegas, guardas da honra desta nação, e os que praticamente explicão e executão suas leis.

Pergunto agora a V. Ex. qual de nós tem guardado, e qual deixou de observar aquelle compromisso?

Este assumpto é serio. Não é simplesmente uma questão de compressão exercida sobre um pequeno bando de piratas e ladrões, que, por meio de alguma mysteriosa agencia, permite-se que faça do Brasil seu quartel-general; mas sim, se os servidores das corôas da Grã-Bretanha e do Brasil, respectivamente, tem feito o seu dever.

E como a questão que logo sobrevem refere-se ás condições com que consenti tomar sobre mim a responsabilidade de suspender as ordens de que se trata, é justo que examinemos o compromisso em que entrei com V. Ex.

As leis deste imperio, e o tratado entre a Grã-Bretanha e o Brasil para a repressão do trafico de escravos obrigarão a V. Ex. a fazê-lo cessar, sendo feito por qualquer maneira; mas além deste motivo para assim proceder, havia tambem o compromisso acima referido.

Segundo este compromisso do dia 13 de Julho ultimo ficou entendido:

1.º Que V. Ex. apresentaria ao parlamento brasileiro um projecto de lei, que habilitasse o governo imperial para entregar á justiça os navios e pessoas empregadas no trafico.

2.º Que as penas que tivessem por fim prevenir o equipamento de navios para o trafico seriam augmentadas, e que uma fiança mais pesada seria exigida dos navios, destinados para viagens á Africa.

3.º Que seriam adoptadas medidas, para prevenir que os navios costeiros levem de um para outro porto artigos destinados para equipamento de embarcações negreiras, e que prestariam elles uma caução de serem licitas as suas viagens, e legal o uso de taes artigos suspeitos que possam levar a bordo.

4.º Que o trafico cessaria, quando o governo imperial se achasse armado com os poderes que V. Ex. pretendia pedir ao parlamento brasileiro.

Taes erão os principaes artigos do compromisso em que entrei com V. Ex., ha seis mezes, e que foi seguido dos discursos de V. Ex. na camara dos deputados e no senado, da passagem da lei de 4 de Setembro. e daquellas seguranças relativas á repressão do trafico, que segundo os desejos de V. Ex. remetti ao meu governo.

Tenho agora de considerar e de fazer ver, que V. Ex. deixou de se conformar com as suas proprias leis, com o espirito e intento de nosso mutuo compromisso, e com o tratado de 1826.

Em primeiro lugar concordou-se, em que todos os navios preparados para o trafico de escravos nos portos ou mares brasileiros, serião apprehendidos pela autoridade publica do Brasil.

Tenho, me visto no dever, depois que entrei com V. Ex. no ajuste de que se trata. de 13 de Julho, de chamar mais de uma vez e publicamente a attenção de V. Ex. para o numero de navios negreiros que chegam e sahem da Bahia, e para a permissão que notoriamente se lhes concede de proseguirem em seu trafico illicito.

Sete navios se achão neste momento preparando, ou estão preparados na Bahia para o trafico, e sómente esperão a retirada de um dos navios de S. M., ora ali estacionado, para partirem para suas viagens illicitas.

Doze barracões, onde Africanos são publicamente expostos á venda, existem em plena actividade dentro e perto da Bahia.

A autoridade publica nada fez para acabar com elles, e restituir os Africanos ali existentes áquella liberdade a que tem direito pela lei, e para perseguir seus donos pela grave e flagrante violação das leis imperiaes e obrigações internacionaes.

Um navio, é verdade, foi condemnado na Bahia por tentar infringir a lei da navegação, a municipal do imperio e os regulamentos do porto da Bahia; seu intento era uma manifesta violação daquellas leis e regulamentos; sua carga e preparos claramente destinados ao trafico para que pudesse illudir a vigilancia e fugir a punição.

Qual porém o motivo, por que não são os outros navios e seus proprietarios sujeitos a um semelhante processo?

V. Ex. sabe que no dia 6 do corrente um grande navio, o *Indigena*, largou deste porto, e foi fóra d'elle apprehendido; tinha prompta uma cobertura para escravos, e o seu vasilhame, repartimentos e escotilhas com xadrezes erão dos que só usão os barcos negreiros. Não se procurou fazê-lo examinar pelas autoridades neste porto, ou indagar sobre a natureza dos preparativos que tinha a bordo.

Em segundo lugar ficou entendido, que todos os Africanos desembarcados no Brasil, depois do accordo que heuve entre mim e V. Ex. serião apprehendidos pela autoridade publica.

V. Ex. na verdade mandou um agente a Liberia, para saber se aquelle estado consentirá em receber Africanos que tem sido illegalmente importados no Brasil, com a condição, segundo entendi hontem de V. Ex., de que a Liberia pagasse as despezas do transporte daquelles Africanos, condição que creio ser um impossivel, attendendo-se aos recursos da Liberia, e á data de sua existencia como estado independente.

V. Ex. porém sabe, que para mais de cinco mil escravos africanos tem sido introduzidos nesta, e nas provincias visinhas, depois do accordo de 13 de Julho, e que as autoridades apenas apprehenderão 23, posto que a força militar que foi mandada para os apprehender viesse a estar a tres quartos de uma legua de distancia de grande porção delles, como aconteceu na fazenda pertencente a Graça, em Manguinhos, como é notorio, a qual o chefe de policia desta provincia descreve em seu relatório official não se destinar senão a receber os Africanos importados illegalmente; e na fazenda da Conceição, pertencente a Breves, que é situada a tres quartos de uma legua do Saco de Mangaratiba, onde a força policial desembarcou para capturar os Africanos do *Edelmundo e Carne Secca*.

V. Ex. tem sem duvida ouvido dizer que, posto tenha sido Graça denunciado pelo chefe de policia desta provincia como transgressor das leis imperiaes, nenhum processo tem sido ou está para ser encetado contra elle.

A mesma immundade é concedida a Breves.

Além destes, ahí estão os proprietarios, carregadores e traficantes complicados nos

carregamentos do *Astro*, *Sagaz* e *Julia*, *Catão*, *Edelmundo*, *Tres Amigos* e *Eleonor*, os quaes são todos bem conhecidos.

V. Ex. informou-me hontem, que o governo imperial resolvera mandar sahir um padeiro sardo, de nome Paretto, deste paiz, por ser um estrangeiro que notoriamente se emprega no trafico de escravos. Entretanto os proprietarios dos navios negreiros que mencionei a V. Ex. são tambem todos estrangeiros, todos tão criminosos como esse miseravel padeiro, e igualmente sujeitos á acção das leis brasileiras, e não me consta que tenha o governo imperial intenção de puni-los.

V. Ex. não pôde certamente consentir que homens como Valencio e Frugoni, notorios traficantes de escravos, ambos suspeitos de haverem-se empregado no assassinato de subditos de S. M., e um delles fortemente suspeito de ter feito fogo sobre a bandeira de S. M. em Paranaguá, continuem livremente no Brasil.

Esse corrupto magistrado Maia, de Guaraparim, nunca recebeu, que me conste, a mais leve censura ou castigo pelo seu procedimento em permittir, que o notorio navio negreiro *Feiticeira* se preparasse para o trafico de escravos, ou por haver feito fogo sobre os botes do vapor *Harpy* de S. M., depois de ter dado sua palavra de honra de que a *Feiticeira* seria posta á disposição do governo imperial, e processados seus proprietários como infractores das leis deste paiz.

5.º V. Ex. e eu ficámos entendendo, e convicimos em que as competentes autoridades farião desaparecer os barracões ou depositos para a venda de Africanos. V. Ex. não pôde ignorar, que existem depositos para esse fim em Cabo Frio, Armação, Rio de S. João, Rio das Ostras, Macahé, Campos, Manguinhos, Piume, Marambaia, Mangaratiba, Dous Rios, Mambucaba, Fazenda do Alegrete, Itabatinga, Sombrio e Perequê.

6.º Accordou-se que se tomarião as convenientes cautelas, para prevenir o emprego de navios costeiros no trafico de escravos.

O recente julgamento da *Amelia* em Pernambuco prova a extensão com que isso se pratica, e as ultimas informações mostrão, que nenhum obstaculo se lhe oppõe, especialmente da Bahia ao longo da costa das Alagoas e Pernambuco.

Não me consta que o accordo que V. Ex. teve comigo, para que os navios costeiros prestassem uma fiança em dinheiro sobre a legalidade do emprego desses carregamentos suspeitos, que elles tão frequentemente transportão, tenha sido levado a effeito.

Finalmente, é claro que, emquanto continuar este estado de cousas, V. Ex. não pôde pretender ter parte alguma na repressão do trafico de escravos.

Este commercio continha interrompido, é verdade, pela compressão exercida sobre os traficantes, e que tem produzido uma repressão temporaria; mas, removida a compressão, vemos que tornando-se á anterior apathica indifferença pelas estipulações das leis, e dos tratados, virá uma correspondente reacção da parte dos traficantes.

V. Ex., considerando o procedimento das autoridades de S. M. neste paiz, verá que em nenhum caso desviarão-se ellas da letra e espirito do ajuste, em que entrei com V. Ex. em 13 de Julho.

O vice-almirante e eu, procurando consultar os desejos do gabinete imperial, concordámos em tomar sobre nós uma immensa responsabilidade; mas como vemos que aquelle nosso procedimento, ou não se aprecia, ou é mal interpretado, e tem sido baldados os nossos esforços, para induzir o governo do Imperador a fazer cumprir de motu proprio as suas mesmas leis, a vontade do seu soberano e as obrigações que tem pelos seus tratados, nenhuma outra linha de conducta nos resta, consistente com o nosso dever, senão reassumir aquelle procedimento que esperavamos a acção do gabinete imperial tornasse desnecessario, e cumpre-me portanto declarar a V. Ex. que cessa a suspensão provisoria das ordens para apprehender navios negreiros, em conformidade com o espirito e letra do tratado de 1826.

Aproveito-me desta occasião para reiterar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 19.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

Rio de Janeiro. — Ministro dos negocios estrangeiros, em 28 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 11 do corrente lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, na qual declara ter expirado a suspensão provisoria das ordens dadas aos cruzadores britannicos, para visitar e aprisionar nos mares territoriaes do Brasil, e ainda nos seus portos, e debaixo das baterias de suas fortalezas, os navios que os ditos cruzadores houverem como suspeitos de se empregarem no trafico.

Se o Sr. Hudson se limitasse em sua nota a fazer essa declaração, o abaixo assignado se limitaria tambem a responder-lhe que o governo imperial ficava inteirado, porque um procedimento semelhante arreda de uma vez todas as esperanças de justiça da parte de quem o exerce. Mas o Sr. Hudson procura justifica-lo, e por isso o abaixo assignado se julga na necessidade de entrar na refutação dos fundamentos daquella nota, porque essa refutação terá de constituir uma justificação do governo imperial perante o seu paiz, e perante o mundo. E é essa justificação que vai escrever.

Por causas e circumstancias que o abaixo assignado não averiguará aqui, o trafico de Africanos tomou nestes ultimos annos, e principalmente de 1844 para cá (os documentos apresentados ao parlamento britannico o provão) um incremento extraordinario, creando avultados interesses em muitos pontos do Imperio, e lançando estes por quasi todo elle profundas raizes. Por vezes tentou o governo imperial entender na sua repressão, mas as difficuldades internas e as complicações das épocas; a heroicidade dos remedios, indispensaveis para extirpar um cancro tão inveterado e medonho, e cuja applicação poderia complicar mais o estado interno do paiz; a pouca duração de alguns ministerios, que mal podião conceber e pôr em execução um systema pratico e effcaz de repressão; a opinião muito geral de que a agricultura, unico genero de industria no Brasil, pereceria á mingua de braços, extinto o trafico, serão certamente as principaes causas porque até o anno de 1850 nunca teve elle uma repressão seguida, completa, permanente e systematica, mas apenas fraca e intermittente.

Demais, essa repressão era impossivel sem uma legislação apropriada, e o Brasil a não tinha. Como apprehender uma embarcação preparada e destinada ao trafico, se nenhuma lei, ou regulamento (que sómente pôde ser feito pelo governo para execução de lei) marcava os signaes indicativos daquelle preparo e destino?

A administração actual entendeu ser chegada a época de affrontar aquellas difficuldades, e que o primeiro passo que lhe cumpria dar, era sollicitar e obter do poder legislativo uma lei que para isso o habilitasse. O abaixo assignado o declarou em seu relatorio apresentado ás camaras legislativas em Janeiro do anno proximo passado. Ahi conclue elle, depois de enumerar varias lacunas da nossa legislação sobre o assumpto em questão:

« Torna-se portanto necessaria a adopção de providencias, que resolvão essas duvidas e satisfação a obrigação que contrahimos pelo art. 1.º da convenção de 23 de Novembro de 1826. Um projecto que existe pendente da discussão da augusta camara dos Srs. deputados pôde, a meu vêr, mediante algumas emendas, satisfazer essa necessidade. »

No mesmo sentido se expressava o Sr. ministro da justiça no seu relatorio, tambem apresentado em Janeiro do anno passado. Dizia elle:

« O trafico de Africanos tem até hoje zombado das diligencias contra elle empregadas: entretanto os compromissos a que nos achamos ligados, altamente reclamão medidas promptas e effcazes para reprimi-lo..... Existe um projecto nesta casa, cuja discussão está bastante adiantada; carece elle por certo de importantes modificações, que o governo promette submeter á vossa consideração quando delle vos occupardes. »

Esse projecto, mediante algumas emendas que o melhorarão no sentido da repressão, é hoje a lei de 4 de Setembro do anno passado.

Muito antes que chegasssem a esta côrte as ultimas ordens aos cruzadores britannicos, para que fizessem visitas e apresamentos nos mares territoriaes e portos do Brasil, (como se fossem de primeira occupação e sem dono!) muito antes que o governo imperial suspeitasse que semelhantes ordens serião expedidas, o abaixo assignado communicou por vezes ao Sr. Hudson, em conversação, a intenção em que estava o governo imperial, de empregar todos os seus esforços perante as camaras legislativas, para obter da sua dedicação ao seu paiz medidas para a repressão do trafico, no sentido dessas que se achão consignadas na lei de 4 de Setembro.

Muito antes que o governo imperial suspeitasse a expedição daquellas ordens, e portanto muito antes que occorressem os deploraveis acontecimentos de Paranaguá, Guaraparim e outros, tinha o abaixo assignado concordado com seus collegas sobre a indeclinavel necessidade, de empregar todos os esforços para que fosse adoptado na sessão legislativa de 1850 o projecto acima alludido, e sobre as emendas que convinha pôr-lhe, e que, sendo depois adoptadas, formário com elle a lei de 4 de Setembro do anno passado.

Chegou o mez de Junho, e nelle trouxe o *Sharpshooter* as ordens do governo britannico aos cruzadores inglezes, para capturar navios preparados (*fitted*) para o trafico, em qualquer parte onde fossem encontrados, ainda mesmo nos portos e bahias do Brasil.

Essas ordens, os acontecimentos de Paranaguá e outros, que dellas forão consequencias, puzerão o governo imperial nos maiores embarços, e excitário ao mais alto ponto a indignação de todos aquelles Brasileiros, que prezão a honra, a dignidade e a independencia do seu paiz.

O governo imperial tinha diante de si duas alternativas: progredir no systema que resolveu encetar, ou, tomando conselhos de paixões, posto que justas e nobres, desistir delle, até que o governo britannico respeitasse o territorio do imperio. Ambas essas alternativas offercião gravissimos inconvenientes.

Na primeira, tudo quanto o governo imperial fizesse seria considerado como arrancado pela força. Os seus actos apparecerião aos olhos de quasi todos sem aquelle merecimento e força moral, que só podem dar a espontaneidade, e a convicção em que está, de que cumpre pôr termo ao trafico, não tanto pela obrigação resultante de uma simples proposição escrita em um tratado (unica que hoje subsiste), e que a Inglaterra em considerado tão elastica, que até nella comprehende o sacrificio da independencia do territorio do imperio, mas porque a continuação do trafico é um mal, um grande mal, um grande perigo futuro, uma grande desmoralisação para o Brasil.

Adoptada a segunda alternativa, o procedimento do governo imperial seria apresentado aos olhos das outras nações como uma asquerosa connivencia com os traficantes, e pareceria justificar as violencias do governo britannico.

Além disso, acoroçoaria o trafico, que se julgaria protegido, e o governo imperial concorreria assim indirectamente para o contrario daquillo que elle entende que convém, e é indispensavel ao seu paiz. Ficaria perdida a esperança e a occasião do restabelecimento das boas relações entre o Brasil e a Grãa-Bretanha.

O governo imperial não hesitou em adoptar a primeira alternativa com todas as suas desagradaveis consequencias, pensando, como ainda pensa, que assim servia bem o seu paiz.

Resolvido a progredir no systema que traçara para a repressão do trafico, era-lhe, primeiro que tudo, preciso obter para esse fim medidas legislativas. Erão ellas meios indispensaveis para conseguir o que se propuzera, e um seguro penhor da sinceridade de suas intenções.

Como porém obter essas medidas durante a effectividade das ordens dadas aos cruzeiros, e na presença de acontecimentos semelhantes aos de Paranaguá? Era impossivel.

Então teve o abaixo assignado com o Sr. Hudson a conferencia verbal de Julho do anno passado.

Nella lhe fez ver, que o governo imperial persistia na intenção (anteriormente manifestada) de pôr fim ao trafico por uma serie de medidas essencialmente dependentes de outras legislativas; mas que julgava impossivel o tê-las e pô-las em andamento, sendo feitas visitas e apresamentos ao alcance das baterias das fortalezas, e dando-se o perigo de conflictos entre essas fortalezas e os cruzadores, como acontecera em Paranaguá. Então tornou a refe-

rir ao Sr. Hudson a natureza das medidas, que o governo pretendia pedir às Camaras, e que erão as que constão da lei de 4 de Setembro do anno passado.

O Sr. Hudson, depois de se entender com o vice-almirante commandante das forças navaes de S. M. Britannica na estação dos mares do sul da America, declarou ao abaixo assignado, que haviam tomado sobre si a responsabilidade, de suspenderem temporariamente as ordens recebidas, para capturar navios empregados no trafico em qualquer parte onde fossem achados nas costas, portos e aguas do Brasil.

O abaixo assignado accitou essa declaração, e assegurou ao Sr. Hudson, que o governo imperial ia tratar de obter das Camaras as medidas a que acima alludio, afim de entrar em um systema de repressão do trafico, que pudessem com o tempo trazer a sua extincção, ou concorrer para ella poderosamente. E accrescentou (na hypothese de uma suspensão permanente daquellas ordens) que esperava que as ditas medidas, e a sua execução, fossem coadjuvadas depois pela celebração de uma convenção para a repressão do trafico, que acautelasse questões e desavenças futuras.

Habilitado com aquella declaração do Sr. Hudson, apresentou-se o abaixo assignado na Camara dos Srs. deputados no dia 15 de Julho do anno passado, e disse que tinha fundadas esperanças de que as violações commettidas no territorio do imperio não cessar.

Essa declaração, na opinião do abaixo assignado, teve grande influencia na adopção da lei de 4 de Setembro.

Foi aquelle acima referido o compromisso verbal, que teve lugar entre o abaixo assignado e o Sr. Hudson, e que não foi reduzido a escripto entre ambos e revestido das suas assignaturas.

Na discussão verbal em que teve lugar esse compromisso, o abaixo assignado nada assegurou de novo ao Sr. Hudson. Declarou-lhe o mesmo que em conferencias anteriores lhe havia declarado, e antes que, em virtude das ordens trazidas pelo *Sharpshooter*, tivessem lugar os acontecimentos de Paranaguá, e outros semelhantes.

Estabelece o Sr. Hudson que por aquelle compromisso ficou entendido:

1.º Que o abaixo assignado apresentaria ao parlamento brasileiro um projecto de lei, que habilitasse o governo imperial para entregar á justiça os navios e pessoas empregadas no trafico.

Ha aqui um equivoco, aliás de pouca consequencia. O abaixo assignado nunca disse ao Sr. Hudson, que o governo imperial pretendia apresentar um novo projecto de lei, mas sim pedir que continuasse a discussão do que fôra adiado em 1848, e que melhorado, por meio de emendas, preenchia o fim desejado.

E com effeito continuou a discussão desse projecto, que passou com emendas, e é hoje a lei de 4 de Setembro de 1850.

Negará o Sr. Hudson que essa lei habilita o governo imperial, para entregar á justiça os navios e pessoas empregadas no trafico? O Sr. Hudson teve conhecimento do projecto e das primeiras emendas, que correm impressas desde o anno de 1848, remetteu-as ao seu governo, e em diversas conversações que teve com o abaixo assignado manifestou sempre opiniões favoraveis ás disposições que se contém na lei.

2.º Que as penas que tivessem por fim prevenir o equipamento de navios para o trafico seriam augmentadas, e que uma fiança mais pesada seria exigida dos navios destinados para viagens á Africa.

Ha aqui outro equivoco. Antes da lei de 4 de Setembro de 1850 não estavam reguladas as condições de equipamento, nem para o caso de equipamento estavam impostas penas algumas, e nem a obrigação de prestar fiança para as viagens de Africa. Não podião, portanto, ser augmentadas penas e fianças que não existião.

Forão a lei de 4 de Setembro, cuja adopção foi pedida pelo governo imperial às camaras legislativas, e o regulamento de 14 de Outubro ultimo, que impuzerão taes penas, que regularão as condições de equipamento e a obrigação das fianças, como se vê do seu texto.

3.º Que seriam adoptadas medidas, para prevenir que navios costeiros levem de um para outro porto artigos destinados para o equipamento de embarcações negreiras, e que prescarião elles uma caução de serem licitas as suas viagens, e legal o uso de taes artigos suspeitos que possam levar a bordo.

As medidas de que aqui falla o Sr. Hudson forão com effeito adoptadas pela lei de 4 de

Setembro e pelo regulamento de 14 de Outubro proximo passado. Bastará ler as suas disposições e confronta-las com o paragrapho acima da nota do Sr. Hudson.

4.º Que o trafico cessaria quando o governo imperial se achasse armado com os poderes que o abaixo assignado pretendia pedir ao parlamento brasileiro.

O abaixo assignado examinará este ponto em todo o decurso desta sua resposta.

Todas estas providencias, que fizerão o objecto de varias conversações entre o abaixo assignado e o Sr. Hudson, ainda mesmo antes de Junho do anno passado, merecerão o assentimento das camaras legislativas, e serão comprehendidas na lei de 4 de Setembro. Não fizerão parte de compromisso algum entre o abaixo assignado e o Sr. Hudson (que aliás não assevera o contrario claramente), e nem o podião fazer, por depender a sua adopção de um poder independente, o legislativo. O abaixo assignado limitou-se a expôr ao Sr. Hudson as idéas e vistas do governo imperial, e a fazer-lhe ver, que seria impossivel realisa-las na presença da continuação da violação do territorio do Brasil pelos cruzadores inglezes.

Antes que passe adiante, julga o abaixo assignado dever rectificar um trecho da nota do Sr. Hudson.

O abaixo assignado disse ao Sr. Hudson, e o repete novamente, que se continuassem as violencias e vexames contra a navegação de cabotagem do Brasil, o governo imperial não teria duvida alguma em pedir authorisação ao corpo legislativo para conceder, por meio de tratados, a nações mais poderosas, e cuja bandeira fosse respeitada, a navegação de cabotagem do império, mediante algumas seguranças e compensações.

Para justificar a declaração que se contém no final da sua nota, pretende o Sr. Hudson demonstrar que o governo imperial faltou ao compromisso de 13 de Julho proximo passado.

O abaixo assignado acompanhará o Sr. Hudson nesse exame, do qual decorre uma conclusão inteiramente contraria. Felizmente trata-se de factos.

Tem chegado e sahido da Bahia, diz o Sr. Hudson, navios empregados no trafico, sendo-lhes notoriamente permitido proseguir nesse trafico illegal.

Em data de 6 de Novembro proximo passado dirigio o Sr. Hudson ao abaixo assignado uma nota, acompanhada de uma relação de navios negreiros entrados no porto da Bahia no corrente anno. Mas ainda quando as informações em que se baseou aquella relação fossem todas exactas, relevaria observar, que esses factos se derão antes que a lei e o seu regulamento fossem postos em execução na Bahia. A ultima embarcação de que trata aquella relação dá-se como entrada no dia 7 de Outubro, e o regulamento, sem o qual a lei não podia ser executada, pela demora e exames que exigio a sua organização, foi publicado aqui no Rio de Janeiro no dia 14 do mesmo mez.

Ora, é o mesmo Sr. Hudson que declara, que pelo tratado de 13 de Julho ficou entendido « que o trafico seria reprimido quando o governo imperial se achasse armado com os poderes que o abaixo assignado pretendia pedir ao parlamento brasileiro. »

Emquanto o regulamento para a execução da lei de 4 de Setembro não foi publicado, não se podia julgar o governo imperial armado com aquelles poderes; e factos anteriores á sua publicação, e mesmo á da lei, não podem, sem a mais clamorosa injustiça, ser considerados como um quebrantamento do referido compromisso.

O abaixo assignado remetteu logo ao presidente da Bahia aquella nota e relação que a acompanhava, com novas ordens as mais terminantes, para a mais completa e severa repressão.

Accrescenta o Sr. Hudson que sete navios se estão neste momento preparando, ou estão preparados na Bahia para o trafico, e somente esperão a retirada de um dos navios de S. M. Britannica, ali estacionado, para partirem para suas viagens illegaes.

As communicações que o abaixo assignado acaba de receber do presidente da Bahia, datadas de 12 do corrente mez, são acompanhadas de dous officios originaes, juntos por copia, que lhe dirigio o commandante do *Cormorant*, de S. M. Britannica, datados de 8 e 12 do mesmo mez, e pelos quaes requisita ao dito presidente a detenção pelas autoridades brasileiras de cinco hiates ou palhabotes, cujos nomes são: *Vigilante*, *Fé*, *Maria-até-vêr*, *Formosa* e *Andorinha*. Naquelles officios não allega o commandante do *Cormorant* que taes navios estejam preparados ou se preparem para o trafico.

Das communicações juntas por copia, e dos autos de exame, tambem por copia, a que mandou proceder o dito presidente, e feitos na presença do chefe de policia e auditor de

marinha, se vê que em nenhum daquelles navios forão encontrados signaes que os tornem legalmente suspeitos de se destinarem ao trafico. Desconfia-se de que forão remettidos para a Bahia assim de serem ali vendidos para esse fim; mas essa desconfiança, cujos fundamentos o abaixo assignado não pôde bem apreciar, sendo bastante para que sejam vigiados cuidadosamente, exigindo-se dos mesmos todas as seguranças admittidas pelas leis, não é sufficiente para a sua captura, e muito menos pôde servir de argumento contra a sinceridade e lealdade com que o governo imperial, e seus delegados se empenhão na respresão do trafico.

Doze barracões, accrescenta o Sr. Hudson, onde Africanos são publicamente expostos á venda, existem em plena actividade dentro e perto da Bahia.

O Sr. Hudson hade permittir que o abaixo assignado duvide das informações em que elle se baseou para estabelecer uma asserção semelhante, ao menos emquanto a não averigua. É certamente para notar que, tendo o *Cormorant* ido á Bahia requisitar ao presidente a apprehensão dos cinco navios acima mencionados, não diga o seu commandante em sua correspondencia official uma só palavra allusiva a taes barracões, cuja existencia, sendo como disse o Sr. Hudson, seria, em verdade, intoleravel e escandalosa. Della nunca teve o governo imperial noticia alguma, e creê, á vista da correspondencia do presidente da Bahia (ao qual todavia já forão expedidas ordens para a averiguação do caso), infundada semelhante noticia. O Sr. Hudson diz em sua nota, que sete navios estavam-se preparando, ou preparados para o trafico. O commandante do *Cormorant* sómente falla de cinco, e esses mesmos nem estão preparados, nem se estão preparando. Dahi se pôde concluir com razão que em igual inexactidão laborão as informações dadas ao Sr. Hudson sobre os barracões.

Pelo que respeita ao *Indigena*, prestou elle na mesa do consulado desta côrte fiança, de que o vasilhame que levou não seria empregado no trafico, na fórma do art. 33 do regulamento de 14 de Outubro proximo passado. Carregou, além de outras mercadorias, cinco pianos e 500 caixas de sabão da fabrica nacional, que certamente não indicavão que o seu destino fosse para a Costa de Africa.

Houve, comtudo, negligencia na visita, por haver o secretario della mandado fazer o exame dos signaes, indicado no regulamento acima citado, a dous remadores do seu escaquer e um pedestre, pelo que acaba de ser demittido.

Em segundo lugar, prosegue o Sr. Hudson, ficou entendido que todos os Africanos desembarcados no Brasil depois do tratado de 13 de Julho serião apprehendidos pelas autoridades brasileiras.

O que ficou entendido, ou para melhor dizer, o que se podia e devia colligir nos termos do projecto e emendas que hoje formão a lei de 4 de Setembro, é que o governo imperial empregaria todos os meios de que esta lei o arma, para apprehender os Africanos que desembarcassem nas costas do imperio. Era isso uma consequencia da lei. Obrigar-se a apprehender todos, era um impossivel.

Segundo assevera o Sr. Hudson, nos ultimos 6 mezes do anno que acaba de findar, desembarcárão para cima de 5,000 Africanos nesta provincia e nas adjacentes.

Na conferencia de 4 do corrente o Sr. Hudson declarou ao abaixo assignado :

Que nos ultimos 6 mezes do anno de 1847 tinhão desembarcado 24,000 Africanos;

Nos 6 ultimos mezes de 1848 — 27,000;

Nos 6 ultimos mezes de 1849 — 23,000;

Nos 6 ultimos de 1850 — 5,000;

Nos 6 ultimos mezes dos tres annos anteriores, 1847, 1848 e 1849, houve portanto um excesso de 18 a 20,000.

E cumpre notar que a ultima lei sobre o trafico sómente foi publicada em 4 de Setembro; que o regulamento indispensavel para a sua execução sómente o foi em 14 de Outubro; que era necessario tempo para chegarem ao conhecimento das autoridades, e para que suas operações comesçassem a produzir effeito. Nos quatro mezes de Julho, Agosto, Setembro e Outubro não pôdião aquella lei e regulamento pôr estorvos ao trafico. Nesses quatro primeiros mezes não se podia verificar uma condição essencial do compromisso de 13 de Julho, segundo o Sr. Hudson « que o trafico seria reprimido quando o governo imperial se achasse armado com os poderes que o abaixo assignado pretendia pedir ao parlamento brasileiro. » Não bastava ter essas faculdades escriptas na lei de 4 de Setembro, era preciso

que seu jogo pratico pudesse ter lugar, e que o regulamento e ordens pudessem chegar ás localidades e começar a ter nellas execução.

O obaixo assignado está convencido de que a quasi totalidade daquelles 5,000 Africanos, quando esse algarismo seja exacto, desembarcárão nos quatro primeiros mezes.

O Sr. Hudson não ignora que apenas o governo imperial teve denuncia de dous desembarques em Manguinhos e na Mangaratiba, fez immediatamente sahir dous vapores que fretou para isso por elevado preço, levando o primeiro a seu bordo o chefe de policia da provincia, com força sufficiente, e o segundo força commandada por um official de confiança, escolhido pela presidencia da provincia.

Essas diligencias mallográão-se por causas independentes da vontade, e fóra do alcance das providencias do governo imperial, visto que o tempo decorrido entre a chegada da denuncia ao conhecimento do governo, a sahida dos vapores e sua chegada aos pontos a que erão destinados, deu lugar a que os Africanos pudessem desembarcar, ser distribuidos e internados. Os vapores sahirão no mesmo dia em que a denuncia chegou ao conhecimento do governo.

Em Manguinhos sómente puderão ser apprehendidos 23, porque os outros já havião podido ser internados e occultos. Quem conhecer o ponto de Manguinhos, collocado em uma costa bravia e despovoada, com diversos caminhos pelas matas que se internão no sertão, reconhecerá que era impossivel ao chefe de policia e á força que levou internar-se pelas matas e por logares desconhecidos, á procura dos Africanos, que é de crer houvessem já sido distribuidos em lotes e seguido para diversos pontos.

O chefe de policia procedeu aos necessarios interrogatorios para a averiguação do caso; expedio ordens de prisão contra André Gonçalves da Graça e Joaquim Servulo de Oliveira, trouxe presos o caixeiro e o feitor do dito André, apprehendeu e remetteu para a côrte tres lanchas aparelhadas para desembarques, bem como uma porção de remos, velas, cabos, lonas e outros objectos pertencentes ás lanchas ou ao brigue, que couduzira os Africanos, e que fóra incendiado pela sua tripulação. E não tendo podido, por falta de tempo, mandar apprehender as peças de artilheria e destruir as atalaias que ali encontrou, deixou para isso as ordens necessarias.

Nota o Sr. Hudson que sómente fossem apprehendidos 23 Africanos nessa diligencia; mas esquece que de Outubro de 1849 até hoje tem sido apprehendidos pelas autoridades e cruzadores brasileiros na Bahia do Rio de Janeiro, em Santos, na Jurujuba, em Cabo Frio, em Macahé, e pela *Urania*, mais de 1,200, e que em nenhuma época forão mais frequentes e numerosas as apprehensões. Por ventura os cruzeiros britannicos tem feito maiores apprehensões durante esse tempo, e nos pontos da costa correspondentes?

Pelo que toca á diligencia feita em Mangaratiba, segundo as communicações do presidente da provincia, o official que a commandou fez todas as diligencias ao seu alcance para a apprehensão dos Africanos; mas foi tarde, e já havia decorrido tempo sufficiente para serem internados e occultos. Apenas chegou, fez cercar as casas, e armazens suspeitos de servirem de depositos, e nada ali encontrou. Seguiu para a fazenda de Joaquim Alves da Silva Braga, onde se suspeitava terem sido depositados, mas pelos exames a que se procedeu não forão encontrados vestigios de ali terem estado.

Das communicações officiaes não consta que estivessem na fazenda da Conceição, de Joaquim José de Souza Breves.

O presidente da provincia demittio immediatamente o delegado de policia do termo, por não haver providenciado a tempo, ou reclamado as providencias que não estivessem ao seu alcance; ordenou ao juiz municipal, magistrado intelligente e honesto, residente na villa de Itaguahy, que passasse a residir na de Mangaratiba, afim de empregar ahi toda a vigilancia e todos os esforços ao seu alcance para impedir a continuação de desembarques de Africanos, apprehendendo-os logo, o capturando os autores e complices no crime de importação. Para o coadjuvar mandou pôr ás suas ordens uma força do corpo policial, commandada por um official de confiança, e o Sr. ministro da guerra mandou augmentar a guarnição do forte da villa.

A asserção de que nenhum processo foi começado contra Graça é inexacta. Esse processo começou a 20 de Novembro p. p. na auditoria de marinha. Teve de ser interrompido o seu andamento, em consequencia do processo da barca franceza *Tourville*, e do ultimo apresamento feito pelo vapor *Urania*, que exigirão muitas e minuciosas diligencias,

havendo 15 pessoas presas. Apenas estes dous ultimos processos tenham o conveniente andamento, proseguirá o de Graça.

Nenhum processo existe contra Joaquim José de Souza Breves, porque nenhuma prova foi contra elle colhida, que lhe possa servir de base.

Tem sido concedida immuniidade, accrescenta o Sr. Hudson, aos proprietarios, mestres e negociantes que tem parte no carregamento do *Astro*, *Sagaz*, e *Julia*, *Catão*, *Edelmundo*, *Tres Amigos* e *Eleonor*, que são todos perfeitamente conhecidos.

O Sr. Hudson engana-se; nenhuma immuniidade lhes tem sido concedida. Se são conhecidos por denunciadores particulares que se escondem, e não apresentam a autoridade os dados que tem, e os meios indispensaveis para o descobrimento da verdade, como requerem as leis e as fórmulas do processo; se ha quem, informado das especulações a que se destinavam aquelles barcos, as dinuncie em particular á legação britannica, não tem esse conhecimento chegado ainda ao governo imperial e ás autoridades competentes.

O Sr. Hudson sabe perfeitamente que os individuos envolvidos em uma especulação do trafico não denuncião os seus complices, nem fornecem provas contra elles e contra si. Que os tratos que fazem, ou não são reduzidos a escripto, ou se o são, são feitos em nome de terceiros, e com as devidas cautelas. Que apenas uma embarcação negreira é perseguida, faz desaparecer todos os papeis que podem comprometter e servir de prova contra as pessoas envolvidas na especulação. Que se um ou outro indiscreto refere em particular o que sabe da especulação, nega-o perante a autoridade.

O *Astro* foi incendiado pela sua tripulação, depois de ter desembarcado os Africanos, e não se tem encontrado ainda prova alguma que encaminhe as indagações convenientes.

O *Edelmundo* foi apresado em Cananúa pelas autoridades imperiaes, e remetido para esta corte com sua tripulação presa. Procede-se ás convenientes averiguações para o descobrimento dos individuos complicados no crime de importação de Africanos que fez. Quanto aos outros, nada se tem ainda descoberto; mas o governo imperial está na firme resolução, para cumprir as leis do seu paiz, de fazer rastrear quaesquer indícios que forem apparecendo.

Em uma das ultimas conferencias declarou o Sr. Hudson ao abaixo assignado, que não duvidaria pôr á disposição do governo imperial navios britannicos para transportar os Africanos julgados livres para a Africa. O abaixo assignado respondeu, que lhe parecia que essa proposição seria aceita, sendo os ditos Africanos reexportados á custa do governo britannico, e para a costa d' Africa. Que no caso porém em que o agente mandado pelo governo imperial para Liberia tivesse já ajustado com o governo dessa republica a reexportação para o seu territorio de alguma porção daquelles Africanos, seriam esses exceptuados, porque o que se houvesse tratado havia de ser cumprido. Que comtudo parecia ao abaixo assignado que nada haveria ainda ajustado, ou que o ajuste havia de limitar-se por ora a um numero certo de Africanos, porque o governo imperial exigia que o governo da Liberia pagasse toda, ou pelo menos uma parte que se ajustasse, das despesas da reexportação, como era de razão, porque assim o governo liberiano adquiria um augmento de população que lhe convém. O abaixo assignado não affirmou portanto que o governo da Liberia havia de pagar infallivelmente todas as despesas, para que o Sr. Hudson conclua dahi que se mandou propôr á Liberia um impossivel. O agente brasileiro foi examinar, para informar e ajustar o que fosse por ora possivel e conveniente a ambos os paizes.

A lei manda fazer a reexportação de Africanos livres, e essa reexportação ha-de fazer-se logo que seja possivel.

O abaixo assignado tem por vezes declarado ao Sr. Hudson que o governo imperial não está resolvido a ir desenterrar o passado, e ahi perscrutar inquisitorialmente, com gravissimo damno para a tranquillidade do paiz, quaes aquelles individuos que em épocas anteriores se envolverão em especulações já extinctas do trafico, seria uma tarefa, além de perigosa, impossivel.

Mas disse-lhe tambem, e o repete aqui alto e bom som, que o governo imperial está na inabalavel resolução de perseguir as especulações do trafico com todos os meios que lhe dá a nova lei e seu regulamento, e na forma delles. Se a experiencia mostrar que as leis existentes são inefficazes em um ou outro ponto, recorrerá ao poder legislativo para que dê remedio.

E porque desgraçadamente muitos estrangeiros, pela maior parte aventureiros, procurão este paiz, para nelle se entregarem ao trafico, levados pela cobiça de formarem

nessa loteria fortunas colossaes, sem trabalho, e rapidamente, attrahindo sobre o imperio, em paga da hospitalidade que nelle recebem, a injustiça e a violencia britannica, o governo imperial está resolvido a fazê-los perseguir com todo o rigor das leis. E quando estas, porque se acobertem elles de modo que escapem á sua acção e formulas, não os alcancem, e haja comtudo fundadas razões para crer que recentemente se envolverão no trafico, serão postos fóra do imperio, sem embargo da agencia mysteriosa, de que falla o Sr. Hudson, agencia que o abaixo assignado não conhece, não comprehende, e não quer mesmo comprehender, para não ter de responder a essas expressões.

Desde que se pôz em execução a lei de 4 de Setembro, sómente se derão as razões fundadas de que acima fallou o abaixo assignado a respeito do estrangeiro Joaquim Pinto da Fonseca e de Paretto, aquelle Portuguez, e este ultimo Sardo. Não se julgando possivel obter provas sufficientes para o seu julgamento e condemnação perante os tribunaes, forão mandados sahir do imperio. Não apparecêrão ainda iguaes fundamentos a respeito de outros, para nelles fundar-se igual procedimento.

Tendo o governo razões para crer que Valencio (Portuguez de nação) seria absolvido pelo jury, e sendo notoriamente envolvido no trafico, ordenou que, verificando-se a absolvição, fosse mandado sahir do imperio. De Frugoni, e do subdelegado de Guarapirim, tratará o abaixo assignado na resposta que vai dar a outras notas do Sr. Hudson que dellas se occupão especialmente.

Ficou entendido, diz o Sr. Hudson, que os barracões, ou depositos, para a venda de Africanos, serão fechados pelas autoridades brasileiras, e enumera varios pontos da costa desta provincia e da de S. Paulo, onde ainda existem depositos para aquelle fim.

O que entende o Sr. Hudson por barracões ou depositos? Certamente edificios, que, na maior parte dos casos, tem outras applicações, e muitas vezes servem occasionalmente para acolher Africanos, que pouca demoram nesses pontos, porque são logo distribuidos. Qualquer armazem destinado para receber generos póde ter essa applicação. Na falta dos que actualmente a tem, não faltarião outros edificios para accommodar Africanos por um, dous ou tres dias.

Os edificios são innocentes da applicação que se lhes dá, a lei não os pune, nem autorisa a desfazê-los.

A existencia dos edificios, não contendo elles Africanos, nada prova.

Não obstante, forão em Outubro do anno passado expedidas ordens a alguns presidentes de provincia, e aos cruzadores brasileiros, para que desembarcassem nos pontos em que existem semelhantes estabelecimentos, e os examinassem, afim de informar ás autoridades competentes para que dessem providencias tendentes a fazer desaparecer, não os edificios, mas a applicação que se lhes tem dado, e que servissem de base a procedimento criminal contra os culpados, quando houvesse para isso fundamento.

Recorrendo á correspondencia de seus antecessores, e mesmo á sua propria, o Sr. Hudson verá que elles por varias vezes, com fundamento ou sem elle, denunciãrão a existencia de depositos de Africanos nesta cidade e suas immedições. O Sr. Hudson hoje não poderá apontar um só, isto é, um só edificio que sirva actualmente de deposito de Africanos.

Não se póde contestar, com alguma sombra de razão, que forão tomadas providencias para evitar que as embarcações costeiras se empregassem no trafico. Elías são sujeitas a exame para verificação da existencia ou não existencia dos signaes declarados nos arts. 32 e 33 do regulamento de 14 de Outubro do anno passado, signaes estes, que constituem a presumpção legal, de que a embarcação se emprega no trafico de escravos, e que não estavam declarados antes desse regulamento.

São obrigadas a prestar fiança de que o vasilhame para liquidos que levão, além do empregado na aguada, ha de ter destino licito.

O caso da *Amelia*, citado pelo Sr. Hudson, não prova o contrario. A *Amelia* chegou a Pernambuco, vindo da Bahia, no dia 15 de Julho do anno passado. É em verdade notavel que o Sr. Hudson apresente como um exemplo da violação de um compromisso feito no Rio de Janeiro, e no dia 13 de Julho, factos occorridos na Bahia anteriormente, e em Pernambuco dous dias depois. Isto dá a medida da justiça das arguições que ao governo imperial faz o Sr. Hudson em sua nota. Demais, esses factos occorrêrão antes da lei de 4 de Setembro e do seu regulamento.

Ainda mais, os factos occorridos com a *Amelia* provão, como se vê dos documentos juntos,

que as autoridades da Bahia e Pernambuco derão todas as providencias ao seu alcance. A essas accrescem as que pela sua parte tem dado o governo imperial.

O Sr. Hudson está mal informado quando afirma, que a obrigação imposta ás embarcações costeiras de prestar fiança, de que os carregamentos suspeitos (o vasilhame para líquidos) hão de ter destino licito, nunca foi cumprida.

Pela ordem do thesouro publico nacional de 26 de Outubro do anno passado, ordenou-se que as alfandegas e consulados exigissem aquella fiança, e essa ordem tem sido cumprida.

É verdade que a maneira pratica, pela qual tem sido posta em execução, não offerece toda a segurança e garantias que são para deslizar; mas antes de receber a nota do Sr. Hudson já o governo imperial havia resolvido fixar a maneira pratica de executar nesta parte o regulamento, de sorte que acautelasse os inconvenientes do modo existente.

As leis e regulamentos no principio da sua execução quasi sempre não apresentam um jogo perfeito. A experiencia e os abusos vão indicando os remedios.

Por esta rapida analyse dos fundamentos da nota do Sr. Hudson fica patente, que elles se reduzem a meros pretextos para disfarçar a injustiça e a violencia.

Quando o trafico estava em toda a sua força, quando nenhuma lei, nenhum regulamento, nenhuma providencia erão publicadas para reprimi-lo, o governo britannico não estabelecia para seus cruzeiros a regra de que devião fazer apresamentos nos portos e bahias do imperio. Quando o governo imperial, pondo-se á testa da repressão, faz quanto pôde para reduzi-la a um systema, e torna-la permanente e efficaz, fecha os olhos a todos os embaraços e complicações que isso lhe pôde trazer, sollicita e obtem das camaras os meios que julga necessarios, formula regulamentos para desenvolver e auxiliar a acção da lei, começa a executa-la no meio de tropeços e embaraços, que necessariamente devem produzir interesses arraigados por tantos annos, é quando, decorridos apenas tres mezes e meio da data da execução da lei e seu regulamento, o Sr. Hudson, fundado em alguns factos inexactos, declara ao abaixo assignado que nada se tem feito para a repressão, e que por isso fica sem effeito a suspensão das ordens dadas aos cruzeiros britannicos.

E ao mesmo tempo declara que o trafico continúa interrompido pela compressão exercida sobre os traficantes, e que tem produzido uma repressão temporaria. Removida porém essa compressão, accrescenta o Sr. Hudson, as cousas hão de voltar ao seu antigo estado, e virá uma reacção correspondente da parte dos traficantes.

Se o trafico está interrompido, se ha compressão, o trafico tem sido reprimido. Se tem sido reprimido, o governo imperial satisfaz o empenho que contrahio. Como na primeira parte da sua nota pretende o Sr. Hudson demonstrar que o não satisfaz? Mas essa compressão pôde acabar, e acabando ha de vir a reacção, diz o Sr. Hudson. Logo não é pelo procedimento que o governo imperial tem tido até hoje, que o Sr. Hudson declara haver expirado a suspensão das ordens dadas aos cruzeiros; é por supposições do futuro, e uma vez que o Sr. Hudson está resolvido a tomar supposições semelhantes por norma do seu procedimento, e para justificação de novas violencias, o abaixo assignado não o acompanhará em semelhante modo de argumentar.

O abaixo assignado declarou muitas vezes ao Sr. Hudson :

Que o trafico tinha caminhado sem tropeços efficazes por largos annos, creado avultados interesses, excitado muitas ambições, e que, se tinha perdido muitas fortunas, tinha creado outras colossaes, cujo exemplo era um incentivo irresistivel para a cobiça. Que tinha excoitado todos os meios de illudir as leis e as autoridades, de chamar umas a si, de dominar outras pelas relações, pela convicção, pelo medo e pela influencia. Que tinha generalisado no paiz a crença de que a extinção do trafico lhe traria a miseria, pela cessação de braços para a agricultura, unico genero de industria que tem.

Que a luta em que o governo imperial ia entrar para reprimi-lo era immensa, difficil e laboriosissima; que os primeiros actos de repressão serião apenas uma experiencia; e que sómente depois de algum tempo, e com o auxilio da opinião, se poderia colher resultados satisfactorios.

Que com o tempo iria o governo imperial aperfeiçoando os meios empregados, desenvolvendo-os, e fazendo-os auxiliar por outros, de modo que reciprocamente se coadjuvassem.

Que um dos meios mais efficazes para a repressão era, no entender do governo imperial,

a collocação de pequenas embarcações para cruzarem e guarnecerem os pontos da costa onde se pôde fazer desembarques.

Que o governo imperial não tinha actualmente embarcações para isso, mas que estudava esse assumpto, para pôr em pratica essa medida, para o que pretendia pedir fundos ás camaras legislativas.

Que por nenhuma consideração o governo imperial atacaria o trafico, de maneira que abalasse o paiz.

Mas o governo imperial em pouco mais de tres mezes não extinguiu de uma vez o trafico, não arredou do espirito do Sr. Hudson o recceio de que a repressão actual pôde cessar (porque enfim sempre ha repressão), e de que pôde vir uma reacção. Logo o governo imperial não cumprio o compromisso de 13 de Julho, e o unico meio de extinguir o trafico consiste em violarem os cruzeiros britannicos o territorio de uma nação soberana e independente!!

O abaixo assignado não hesita em qualificar os fundamentos da nota do Sr. Hudson como meros pretextos.

O governo imperial cumprio religiosamente o dever que lhe impõe, a convenção de 1826. Tudo quanto o abaixo assignado disse ao Sr. Hudson na conferencia de 13 de Julho se realisou.

Cumprio de igual maneira o Sr. Hudson a sua parte do compromisso?

Ahi estão os acontecimentos de Guarapirim, occorridos em 12 de Agosto, um mez depois daquelle compromisso. O *Harpy* subio o rio Guarapirim e foi apresar a *Feiticeira* a duas milhas de distancia pelo territorio a dentro.

O Sr. Hudson declara que o governo imperial não cumpre o compromisso, e declara-o depois das conferencias que teve com o abaixo assignado nos dias 4 e 10 do corrente.

Nessas conferencias propôz o Sr. Hudson ao abaixo assignado um accordo, pelo qual, sendo as fortalezas imperiaes consideradas como navios de guerra, os cruzadores britannicos requisitarião a sua cooperação, para a visita das embarcações suspeitas de fazerem o trafico, que se achassem debaixo da protecção de suas baterias, ou da bandeira brasileira. Essa cooperação seria dispensada quando as ditas fortalezas a não prestassem, fazendo os cruzeiros inglezes sós a busca.

O abaixo assignado não admittic essas proposições, porque a sua admissão importaria o reconhecimento de direito nos cruzeiros inglezes de fazerem visitas e apresamentos nos portos do Brasil, e debaixo das baterias de suas fortalezas.

Notou que uma medida semelhante, além de ser, por essa razão, impossivel, daria lugar a quotidianos conflictos, porque as fortalezas sómente poderião admittir o apresamento do navio, segundo as leis do paiz, quando fosse encontrado a bordo algum dos signaes marcados no respectivo regulamento, ao passo que os cruzeiros inglezes se regulavão por informações e ordens especiaes que tinham. Finalmente o abaixo assignado declarou, que o governo imperial estava resignado a tudo, menos a sacrificar o principio sagrado da independencia e soberania do seu paiz.

Declarou então o Sr. Hudson, em sua nota do dia seguinte, que o governo imperial não tinha cumprido o compromisso de 13 de Julho.

Se o governo imperial tivesse accedido áquellas proposições, o compromisso teria sido cumprido?

O abaixo assignado protesta contra a espantosa comprehensão que Sr. Hudson quer dar ao tratado de 23 de Novembro de 1826. Entende o Sr. Hudson que elle autorisa os cruzeiros britannicos a fazer visitas e apresamentos nos portos e aguas do Brasil.

O art. 1.º desse tratado diz: « Acabados tres annos depois da troca das ratificações do presente tratado, não será licito aos subditos do Imperio do Brasil fazer o commercio de escravos na costa d'África, debaixo de qualquer pretexto ou maneira qualquer que seja. E a continuação deste commercio, feito depois da dita época por qualquer pessoa subdita de S. M. Imperial, será considerado e tratado como pirataria. »

Na ausencia de outras estipulações, esse artigo sómente impõe ao Brasil a obrigação de vedar pelas suas leis e meios aos seus subditos o commercio de escravos na costa d'África, e de considera-lo como pirataria.

Esse artigo sómente dá á Grãa-Bretanha o direito de exigir que o Brasil cumpra pelas suas leis e meios essa obrigação.

É insustentavel o direito que dahi se quer deduzir, de exercer no territorio do Brasil actos de jurisdicção e soberania.

Os direitos de propriedade do territorio, de jurisdicção, independencia e soberania, são do direito das gentes, são os primordiaes, bases de todos os outros, são os mais santos, os mais importantes.

Não se pôdem entender renunciados, senão muito expressamente.

O Sr. Hudson não pôde chegar á conclusão que tira do tratado, senão pela seguinte maneira:

O Brasil, por esse tratado, obrigou-se a extinguir o trafico. O trafico não pôde ser extinto senão exercendo os cruzeiros britannicos actos de jurisdicção no territorio do Brasil. O tratado envolve a concessão desse direito.

Este raciocinio seria absurdo.

Com igual logica poder-se-hia dizer: o Brasil, pelo tratado, obrigou-se a extinguir o trafico. O trafico não pôde ser extinto senão apoderando-se a Inglaterra do Brasil. O tratado comprehende portanto o direito de apoderar-se a Inglaterra do Brasil, e a cessão da sua independencia e soberania.

O Sr. Hudson poderia dizer que a Inglaterra procede assim porque quer e tem força. Este argumento teria ao menos o merecimento da franqueza.

O abaixo assignado fica inteirado da declaração do Sr. Hudson.

Essa declaração não demove o governo imperial do proposito firme que fez de reprimir o trafico, porque entende que nisso faz um serviço ao seu paiz. Elle lutará como puder com as difficuldades de tão pesada tarefa, e com as novas que vai accumular-lhe o governo britannico.

O abaixo assignado se prevalece da occasião, para reiterar ao Sr. Hudson as expressões da sua perfeita estima e distincta consideração.

PACILINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Annexos á nota do governo imperial de 28 de Janeiro de 1851.

Officios do commandante do vapor inglez Cormorant ao presidente da Bahia.

Vapor de guerra *Cormorant*, de S. M. Britannica, Bahia, 8 de Janeiro de 1851.

Senhor. — Em cumprimento de instrucções que me forão dadas pelo contra-almirante Reynolds, commandante em chefe das forças navaes de S. M. Britannica empregadas na costa oriental da America do Sul, tenho a honra de pedir a V. Ex. que as autoridades brasileiras capturem os cinco navios negreiros, palhabotes ou hiates, que eu declarei estarem armados neste porto, na correspondencia que tive com V. Ex. quando estive aqui em Outubro ultimo no commando do vapor *Cormorant*, de S. M. Britannica.

Na carta que escrevi a V. Ex. em 5 daquelle mez, eu os designei pelos nomes de *Vigilante*, *Fê*, *Maria-até-ver*, *Formosa*, e *Andorinha*.

Como V. Ex. não pôde accreditar que houvesse navios negreiros no ancoradouro com taes nomes, tenho agora a dizer que são estes os cinco hiates que então estavam ancorados na parte superior do ancoradouro, acima do Forte do Mar, e que ainda lá se achão.

Existe tambem agora entre elles um sexto navio, de construcção semelhante, creio que denominado *Velo*, chegado ultimamente de Portugal, ao qual não alludo.

Pedindo que as autoridades da Bahia capturem os cinco hiates acima citados, tenho tambem ordem do commandante em chefe, para insistir em que seja posta em execução a lei contra os mestres, pilotos, sobrecargas, tripulações, e contra todos os outros individuos que tenham parte nestes navios. Ficando á espera da resposta de V. Ex., conto ter brevemente a satisfação de poder communicar ao commandante em chefe das forças navaes britannicas que V. Ex. annue a esta requisição, habilitando V. Ex. a Mr. Porter, consul

de S. M. Britannica, para assegurar-me que os ditos navios serão capturados, e que as leis serão executadas contra aquelles que se achão comprometidos.

Tenho a honra de ser, com todo o respeito, de V. Ex. servo obediente

A S. Ex. o Sr. Francisco Gonçalves Martins, presidente da provincia da Bahia.

Herbert Schomberg, commandante.

Navio *Cormorant*, de S. M. Britannica. Bahia, 12 de Janeiro de 1851.

Senhor.—Tendo-me communicado Mr. Porter, consul de S. M. Britannica, haver recebido ha pouco um officio de V. Ex. relativamente ao pedido que lhe fiz por escripto no dia 8 do corrente, peço licença para dizer a V. Ex. que a importancia da materia requer que V. Ex. me dê uma resposta explicita por escripto, para que eu a possa transmittir directamente ao contra-almirante Reynolds, meu commandante em chefe no Rio de Janeiro, estando certo de que V. Ex. m'a dará sem demora.

Asseguro a V. Ex. que o officio para as autoridades imperiaes no Rio, que acompanhou a sua communicação, será remettido com a resposta que V. Ex. me der, logo que eu a receber.

Tenho a honra de ser, com todo o respeito, de V. Ex. servo obediente

A S. Ex. o Sr. Francisco Gonçalves Martins, presidente da provincia da Bahia, &c., &c., &c.

Herbert Schomberg, commandante.

Officio do chefe de policia da Bahia ao presidente da provincia.

Illm.º e Exm.º Sr.—Em cumprimento da ordem de V. Ex. expedida em officio reservado de 9 do corrente, passei a examinar as embarcações constantes do mappa annexo ao mesmo officio, e fundeadas na parte superior do ancoradouro acima do Forte do Mar, e dos respectivos autos de exame, que envio por copia, verá V. Ex. que nenhuma dellas contém indícios legaes de se destinarem ao trafico de Africanos. Para maior clareza junto a relação das ditas embarcações, com as circumstancias observadas em cada uma dellas. As quatro primeiras mencionadas são de propriedade portugueza, e entradas em diversos mezes do anno passado, procedentes de Lisboa e Porto, não tendo até hoje feito viagem alguma, o que prova até certo ponto que, se as intenções de seus donos ou consignatarios era empregar-las no trafico illicito, nem o fizerão antecedentemente, visto que vierão directamente a este porto (e penso que pela primeira vez), nem posteriormente, por não terem uma só vez delle sahido, accrescendo que a primeira fôra visitada pelo cruzeiro inglez ao entrar a barra desta cidade no dia 20 de Novembro passado. As duas ultimas são de propriedade brasileira, e sem que possa, com conhecimento de causa, afirmar que jámais se empregassem no trafico, é certo que a seu bordo nenhum indício observei que indique um tal destino.

O brigue *Constante*, vindo do Rio de Janeiro, carregado, em Maio do anno passado, não tem até hoje feito viagem alguma; e o hiate *Maria-até-ver* foi sujeito a um processo no mez de Julho ou Agosto do anno passado, por suspeito de ter-se empregado no trafico, e sendo absolvido, foi entregue ao seu proprietario.

Ora, nem a circumstancia de ter o primeiro deixado de navegar por algum tempo é prova ou presumpção legal, em paiz algum do mundo, para que possa ser apprehendido como empregado em commercio illicito, nem ha meio algum para annullar-se o julgamento que absolveu o segundo, embora contra elle tivessem então apparecido fuudadas suspeitas.

Quaesquer que sejam os motivos que nos levem a crer, que todas estas embarcações fossem fabricadas para serem empregadas no trafico, é certo que o não tem podido pôr em pratica em razão das medidas preventivas que tem sido tomadas, de modo que poderei affirmar a V. Ex. que não só se não tem armado neste porto, depois da publicação da lei de 4 de Setembro, uma só embarcação comesse destino, como tambem que não se armarão para o futuro, pouco nos devendo importar os projectos passados ou presentes dos contrabandistas, uma vez que, reduzidos a actos, não caião sob o dominio da lei.

Alguem accredita, que tendo sido esta provincia apontada como uma daquellas em que se fazia o trafico em mais larga escala, não é possível que em tão breve tempo esteja este grandemente diminuido, senão totalmente acabado; mas é uma verdade que, justificando as medidas por V. Ex. tomadas, prova ao mesmo tempo que a repressão interna é mais efficaz, do que quanta violencia possam commetter os cruzadores inglezes, os quaes muitas vezes só conseguem fazer com que o sentimento de nacionalidade acoberte e proteja aquelles, que por ventura são accusados de se empregarem em tão criminoso commercio.

Deos guarde a V. Ex. Secretaria da policia da Bahia, 12 de Janeiro de 1851.—Ill.^{ma} o Ex.^{mo} Sr. conselheiro presidente da provincia.—O chefe de policia João Mauricio Wanderley.

Relação das embarcações a que se refere o officio do Ex.^{mo} Sr. presidente, com data de 9 do corrente.

1.^o Hiate *Veloz*, portuguez; dono Joaquim Filippe de Miranda, residente em Lisboa; mestre Francisco Gomes; consignatario João Rodrigues Germano; entrado com carga de Lisboa, em 20 de Novembro do anno passado, com 17 pessoas de tripulação, existindo a bordo sómente seis no serviço do navio, e dez pipas para aguada; lastro de pedra: está em concerto por avarias soffridas fóra da barra, e ao entrar foi visitado pelo vapor inglez que não o embarçou; destina-se a Buenos-Ayres ou á California.

2.^o Escuna *Vigilante*, portugueza; dono Rodrigo Antonio de Azevedo, residente no Porto; consignatario Araujo e Carvalho. Entrou da mesma cidade do Porto em 12 de Julho do anno proximo passado, carregada, e com 13 pessoas de equipagem, existindo a bordo sómente tres marinheiros para guarda do navio: tem dez cascos para aguada, e lastro de pedra. Ha ordem para ser vendida, segundo o consignatario mostrou por annuncios publicados desde o mez passado.

3.^o Hiate *Pensativo*, portuguez; dona Theresa Margarida Nunes; residente no Porto; consignatario Antonio Martins de Oliveira; mestre José de Oliveira Leite; chegado da mesma cidade ha 30 dias pouco mais ou menos, com alguma carga e 17 pessoas de equipagem, existindo a bordo sómente tres: tem oito cascos para aguada, e lastro de pedra, sem destino actualmente.

4.^o Hiate *Xinfrim*, portuguez; dono Carvalho Passos e Santos, residente no Porto; consignatario Camillo Antonio da Silva; tem duas pessoas unicamente a bordo, e seis cascos para aguada, e lastro de pedra; entrado a 4 de Agosto do anno passado da mesma cidade com carga. O consignatario mostrou procuração para vendê-lo, unico destino que pretende dar-lhe, segundo as ordens do proprietario.

5.^o Hiate *Constante*, brasileiro; dono Francisco Xavier Machado, residente nesta cidade. Entrou em Mão do Rio de Janeiro, carregado; tem a bordo cinco cascos para aguada, lastro de pedra, duas pessoas para guarda do navio. Declara o dono que o seu destino é carregar.

6.^o Hiate brasileiro *Maria-até-ver*; dono Gonçalo Rodrigues Germano; consignatario João Rodrigues Germano; mestre José Moreira Maia. Tem duas pessoas a bordo, e tres cascos para aguada: está em fabrico, veio arribado em Junho ou Julho do Pará, foi sujeito a processo e absolvido. O mestre não sabe dizer o destino, e o consignatario não compareceu.

N. B. Todos tem o maçame e o velame necessarios para navegar.

Secretaria da policia da Bahia, 12 de Janeiro de 1851.—J. M. Wanderley.

Auto de exame e vestoria no palhabote portuguez Veloz.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1851, aos 11 dias do mez de Janeiro do corrente anno, nesta cidade e porto da Bahia, e bordo do palhabote portuguez denominado *Veloz*, de propriedade de Joaquim Filippe de Miranda, e mestre Francisco Gomes, e consignatario João Rodrigues Germano, onde foi vindo o Dr. chefe de policia e auditor de marinha João Mauricio Wanderley, comigo escrivão de seu cargo, para o effeito de se proceder a exame e vestoria; e presente a mestrança do arsenal de marinha

João Fernandes de Carvalho, patrão-mór, Manoel de Santa Theresa, carpinteiro, e Manoel dos Passos Bahiense, calafate, e Nuno Antonio, a estes deferio o juiz o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual lhes encarregou que vissem e examinassem todo o interior do dito navio, afim de ver se encontravão algum indício de se empregar no trafico illicito de Africanos. E recebido por elles o dito juramento, assim o promettêrão cumprir, e passando a examinar todo o porão e camara, declararão que nada encontrarão que causasse suspeita alguma de que se empregasse no trafico de Africanos, tendo apenas a bordo lastro de pedra, dez cascos para aguada, e seis pessoas de tripulação, o velame e maçame necessarios, estando em fabrico. E neste mesmo acto sendo interrogado o mestre, declarou ter chegado com carga de Lisboa no dia 20 de Novembro do anno passado, tencionando seguir logo que finde o fabrico, para a California ou Buenos-Ayres. E encarregada a mesma mestrança de dar a sua opinião a respeito da construcção do dito palhabote, e se era proprio para receber carga, declararão uniformemente que, apesar de ser fina a construcção, podia receber carga. E por nada mais terem a declarar, mandou o chefe de policia lavrar este termo, de que dou fé, em que assignou com os peritos e as testemunhas, e por não ter comparecido o consignatario assignou o mestre. E eu Ladislão Pereira Pinto, escrivão, o escrevi e assignei. — *Wanderley.* — *Ladislão Pereira Pinto.* — *João Fernandes de Carvalho.* — *Manoel de Santa Theresa.* — *Manoel dos Passos Bahiense.* — *Nuno Antonio.* — *Antonio José de Araujo Costa.* — Como testemunha, *Isidoro Baptista de Carvalho.* — *Capitão, Francisco Gomes.*

Auto de exame e vestoria na escuna portugueza Vigilante.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1851, aos 11 dias do mez de Janeiro do corrente anno, nesta cidade da Bahia, e bordo da escuna portugueza *Vigilante*, de propriedade de Rodrigo Antonio de Azevedo, e consignatarios, Araujo e Carvalho, onde eu escrivão fui vindo com o Dr. chefe de policia e auditor de marinha João Mauricio Wanderley, para effeito de se proceder a vestoria a bordo da dita escuna, e presentes a mestrança do arsenal de marinha, João Fernandes de Carvalho, patrão mór, Manoel de Santa Theresa, carpinteiro, Manoel dos Passos Bahiense, calafate, e Nuno Antonio, mestre de velas, a estes deferio o chefe de policia o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual lhes encarregou que vissem e examinassem a dita escuna, afim de conhecer-se se na sobredita escuna continha-se alguns dos objectos com indícios de se empregarem no trafico illicito de Africanos. E recebido por elles o dito juramento, assim o promettêrão cumprir. E presente o consignatario Araujo e Carvalho, que fôra intimado préviamente, declararão os mesmos peritos que, tendo examinado todo o porão, camara, e escotilha de prôa, nada encontrarão que causasse a menor suspeita de se empregar no trafico illicito de Africanos; porquanto só existião a bordo dez cascos para aguada vassios, lastro de pedra, e tres pessoas de equipagem destinadas á guarda da mesma escuna; assim como o maçame e velame necessarios, declarando o mesmo consignatario neste acto, que a dita escuna chegára carregada do Porto, reino de Portugal, em 12 de Julho do anno passado, com treze pessoas de equipagem, e que a não tem carregado ou vendido, segundo as ordens que tem do proprietario, por não ter achado fretador ou comprador, apesar dos annuncios que havia feito nos jornaes, que neste mesmo acto forão apresentados. E sendo encarregado a mesma mestrança, que dessem igualmente a sua opinião a respeito da construcção da referida escuna, e se poderia ser empregada em receber carga, foi unanimemente respondido que, apesar da fina construcção e pouca commodidade que denota o porão, podia admitir carga, sendo que parecia não ter sido construida para este unico fim. E nada mais declararão, e mandou o juiz lavrar este auto de que dou fé, e assignou com os peritos, o consignatario e as duas testemunhas. E eu Ladislão Pereira Pinto, escrivão o escrevi e assignei. — *Wanderley.* — *Ladislão Pereira Pinto.* — *João Fernandes de Carvalho.* — *Manoel de Santa Theresa.* — *Manoel dos Passos Bahiense.* — *Nuno Antonio.* — *Antonio José de Araujo Costa*, como testemunha. — *Isidoro Baptista de Carvalho.* — *Araujo e Carvalho*, consignatarios.

Auto de exame no palhabote portuguez Pensativo, estacionado neste porto.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1851, aos 11 dias do mez de Janeiro nesta cidade da Bahia, e a bordo do palhabote portuguez *Pensativo*, estacionado neste porto, onde foi vindo o subdelegado da freguezia da Conceição da Praia, o cidadão Francisco Ezequiel Meira, comigo escrivão do seu cargo, sendo presente o Dr. juiz de direito chefe de policia desta provincia, e por ordem do mesmo procedeu o dito subdelegado a exame e vestoria no referido palhabote, acompanhado da mestrança do arsenal, abaixo assignada, afim de reconhecer se o dito palhabote continha indicios de pretender empregar-se no trafico criminoso de Africanos; e prestando o devido juramento aos individuos que compoem a dita mestrança, procedeu-se a minucioso exame em todo o porão e camara do navio, o que feito em presença do dito subdelegado, declararão uniformemente nada existir que actualmente mostrasse indicio algum de pretender o dito navio empregar-se no trafico criminoso de Africanos, achando-se unicamente oito cascos pertencentes á aguada do navio, o qual se achava desarmado e com tres pessoas de tripulação para guardarem o mesmo navio, sendo destas mestre José de Oliveira Leite, que declarou ter vindo o dito palhabote da cidade do Porto, e ha um mez ou pouco mais entrado no desta cidade, com carga de generos de Portugal, e algum lastro de pedra, consignado ao negociante Antonio Martins de Oliveira, não sabendo dizer o nome do proprietario em Portugal. Declararão mais os peritos, ser o dito navio de construcção fina e propria para velejar, comquanto tenha proporções para carga, o que tudo feito e verificado mandou o subdelegado lavrar o presente auto, em que assignou com o mestre, mestrança e testemunhas, depois de lido por mim Joaquim Manoel da Paixão Ribeiro, escrivão que o escrevi e assignei. — *Francisco Ezequiel Meira.* — *Joaquim Manoel da Paixão Ribeiro.* — *Manoel de Santa Theresa.* — *Manoel dos Passos Bahiense.* — *João de Souza Campos.* — *Nuno Antonio.* — *Isidoro Baptista de Carvalho.* — *José de Oliveira Leite.*

Auto de exame no palhabote portuguez denominado Xinfrin, estacionado neste porto.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1851, aos 11 dias do mez de Janeiro, nesta cidade da Bahia, a bordo do palhabote portuguez *Xinfrin*, estacionado neste porto, onde foi vindo o actual subdelegado da freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, o cidadão Francisco Ezequiel Meira, sendo presente o Dr. juiz de direito chefe de policia desta provincia, e, por ordem do mesmo, procedeu o dito subdelegado a exame e vestoria no referido palhabote, acompanhado da mestrança do arsenal de marinha abaixo assignada, afim de conhecer-se se o sobredito palhabote continha em si alguns objectos que indicassem intenções de pretender-se empregar este navio no criminoso trafico de Africanos; e procedendo-se a minucioso exame, ao qual se achou presente o consignatario do dito palhabote, o negociante Camillo Antonio da Silva, que, para esse fim, fôra previamente intimado, nada foi encontrado que denotasse o menor indicio de pretensão de trafico criminoso, conhecendo-se, pela declaração do mesmo consignatario, ter vindo o palhabote da cidade do Porto, reino de Portugal, e chegado a esta cidade em 4 de Agosto do anno proximo passado com carga de generos daquelle paiz, capitão João do Rio Juníor, e oito pessoas de tripulação, das quaes nenhuma existe a bordo, e sómente duas pessoas novamente admittidas para guarda do navio. Declarou mais o dito consignatario ter ordem do proprietario do sobredito navio, Carvalho Passos e Santos, da dita cidade do Porto, para vender o dito navio, o que não tem podido conseguir até o presente, mostrando neste acto a competente procuração bastante, conservando-se o dito navio sem destino actualmente para viajar. E neste acto declararão os peritos, debaixo do juramento que lhes fôra pelo subdelegado deferido, que o sobredito palhabote se achava em boa construcção, novo e habilitado para carga, comquanto seja de fina construcção para velejar. Declararão mais existir no porão 6 cascos para aguada, e uma porção de lastro de pedra para segurança do navio; e por assim ter-se verificado pela fórma acima declarada, mandou o subdelegado lavrar o presente auto, em que assignou com a referida mestrança e consignatario, depois de lido perante todos por mim, Joaquim Manoel da Paixão Ribeiro, escrivão que o escrevi e assignei. — *Francisco Ezequiel Meira.* — *Joaquim Manoel da Paixão Ribeiro.* — *Manoel de Santa Theresa.* — *Camillo Antonio da Silva.* — *Manoel*

dos Passos Bahiense, mestre calafate.—João de Souza Campos, mestre do troço.—Nuno Antonio.—João Fernandes de Carvalho.—Isidoro Baptista de Carvalho.

Auto de exame e restoria no palha-bote brasileiro Constante.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1851, aos 11 dias do mez de Janeiro do corrente anno, nesta cidade do porto da Bahia, a bordo do palhabote brasileiro denominado *Constante*, de propriedade de Francisco Xavier Machado, do qual é consignatario, onde foi vindo o Dr. chefe de policia e auditor de marinha João Mauricio Wanderley, comigo escrivão do seu cargo, para o effeito de se proceder ao exame e restoria, presente a mestrança do arsenal de marinha, João Fernandes de Carvalho, patrão-mór, Manoel de Santa Theresa, carpinteiro, Manoel dos Passos Bahiense, calafate, Nuno Antonio, mestre de velas, a estes deferio o chefe de policia o juramento dos Santos Evangelhos, sob o cargo do qual lhes encarregou que vissem e examinassem todo o interior do dito navio a ver se nelle encontravão algum indício de se empregar no trafico illicito de Africanos. E recebido por elles o dito juramento, declararão uniformemente que tendo examinado todo o porão e camara, nada encontrarão que causasse suspeita de ter-se empregado ou ir-se empregar no trafico de Africanos, por isso que a bordo, além do velame e maçame, sómente existião cinco pipas para aguada e lastro de pedra. Declarou o proprietario do mesmo navio que, para vigia-lo, havia apenas três pessoas a seu bordo, e que viera em Maio do anno passado do Rio de Janeiro, não tendo feito até hoje viagem alguma por não ter achado frete conveniente, para o que se acha disposto. No mesmo acto, e debaixo do mesmo juramento, declararão os peritos que a construcção do referido palhabote, apezar de maneira, admittia carga. E por mais nada declararem, mandou o chefe de policia lavrar este auto, de que dou fê, e assignou com os peritos, o proprietario e as testemunhas. Eu Ladisláo Pereira Pinto, escrivão, o escrevi.—*Wanderley.—Ladisláo Pereira Pinto.—João Fernandes de Carvalho.—Manoel de Santa Theresa.—Manoel dos Passos Bahiense.—Nuno Antonio.—Antonio José de Arango Costa, como testemunha.—Isidoro Baptista de Carvalho.—Francisco Xavier Machado.*

Auto de exame no palha-bote brasileiro—Maria-até-ver, estacionado neste porto.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1851, aos 11 dias do mez de Janeiro, nesta cidade da Bahia, e a bordo do palhabote nacional *Maria-até-ver*, onde foi vindo o subdelegado da freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, o cidadão Francisco Ezequiel Meira, comigo escrivão do seu cargo, sendo presente o Dr. juiz de direito chefe de policia desta provincia, e por ordem do mesmo procedeu o subdelegado a exame e restoria no referido palhabote, acompanhado da mestrança do arsenal abaixo assignada, afim de se conhecer se o dito palhabote continha indícios de pretender empregar-se no trafico de Africanos, e depois de prestarem o devido juramento os individuos que compoem a dita mestrança, procedesse a minucioso exame em todo o porão e camara do navio; o que feito em presença do dito subdelegado, declararão uniformemente nada existir que actualmente mostrasse indício algum de pretender o dito navio empregar-se no trafico criminoso de Africanos, achando-se unicamente tres cascos, um vasio e deus com agua bem como lastro de linguados de ferro, e o maçame do aparelho do navio, que achando-se desarmado do mesmo maçame, foi este substituido por cabos de piassava, para conservar aquelle, emquanto o navio se achar fundeado. E sendo presente o contramestre José Moreira Maia, que se achava a bordo, disse que estava o dito palhabote ancorado neste porto desde o mez de Agosto do anno passado, por ter arribado em consequencia de avaria que soffrêra em viagem que fazia ao Pará, sendo seu proprietario Gonçalo Rodrigues Germano, e consignatario João Rodrigues Germano, declarando finalmente que além d'elle contramestre só existião a bordo deus marinheiros de nome Marcos Nunes e Domingos Moreira Maia, para guarda do navio; e tendo-se assim procedido a este exame, mandou o subdelegado lavrar o presente auto, em que assignou com o mestre, a mestrança e testemunhas, depois de lido por mim Joaquim Manoel da Paixão Ribeiro, escrivão que o

escrevi. Declararão neste acto os peritos que o navio examinado era de construcção fina, e propria para velejar, e que tambem tinha proporções para carga. E mais não disserão, e eu escrevão o declarei e assignei.—*Francisco Ezequiel Meira.*—*Joaquim Manoel da Paizão Ribeiro.*—*José Moreira Maia.*—*Manoel de Santa Theresa.*—*Manoel dos Passos Bahiense.*—*João de Souza Campos.*—*Nuno Antonio.*—*Isidoro Baptista de Carcalho.*

Desembarque em Pernambuco de 33 Africanos vindos da Bahia no hiate Amelia.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Em cumprimento ao que por V. Ex. foi determinado em aviso de 12 de Agosto ultimo, tenho a honra de transmittir a V. Ex. a informação junta por copia que exige do chefe de policia interino, em vista da nota e documentos a V. Ex. endereçados pelo enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica nessa corte, e que por copia acompanharão o dito aviso, relativamente ao desembarque, no mez de Julho do corrente anno, de 33 Africanos boques, que desta-forão remettidos para a provincia de Pernambuco com passaporte a bordo do hiate *Amelia*, cumprindo-me tambem asseverar a V. Ex. que, na forma recommendada na ultima parte do citado aviso, forão expedidas as convenientes ordens para que tais factos se não repitão.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 16 de Setembro de 1850.—III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

ALVARO TIBERIO DE MENCORVO E LIMA.

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Ao officio de V. Ex., em que exige informações sobre o objecto de reservado que lhe dirigira o Ex.^{mo} presidente de Pernambuco e por copia me foi enviado, tenho a honra de responder, que desde a chegada do vapor passado dos portos do norte, e logo que pelos jornaes veio ao meu conhecimento o facto de que trata o mencionado officio, procurei averiguar-lo, e ia já levar o resultado das minhas indagações á presenca de V. Ex., como me cumpria. Examinando a sahida para Pernambuco do hiate *Amelia* dada pelo registo do porto, e os requerimentos e documentos que apresentão para tirar os passaportes de seus escravos as pessoas que os remettão pela dita embarcação, vi não só que nenhuma dessas pessoas é, nem de leve, suspeita de complicitade no trafico de Africanos, mas tambem que todos provarão o dominio sobre os escravos da maneira a mais carial. Por outro lado, e comquanto, segundo o processo dos passaportes que acabei seguido na repartição, e foi sempre observado por meus antecessores, os escravos que se despachão não vênão á presenca do chefe de policia senão nos casos de duvida sobre a identidade, tenho todavia a certeza, pela confirmação que me murei a secretaria, de que nella não forão despachados escravos que não fossem verdadeiramente ladinos. Assim que, não se pôde explicar o facto senão por substituição que hajão feito alguns traficantes dos escravos despachados por Africanos boques, fóra da barra, e fóra da vista do navio; o que é tanto mais verosimil, quanto me consta que em Pernambuco, em diversos tempos, se tem dado iguaes apprehensões de pretos daqui despachados, e as substituições tem sido presumidas pelas autoridades, dando-se até a apprehensão de alguns Africanos, que na barra não sendo trocados, durante a administração do Sr. conselheiro Pinheiro de Vasconcellos. Os traficantes comprão escravos ladinos, passando-lhes os vendedores, não titulo legal com pagamento de meia siza, mas uma procuração para venda; e com os procuradores mandão pois despacha-los em nome dos verdadeiros senhores, e com os passaportes habilitão-se a fazer as trocas, ficando com os ladinos, que vendem n'essa mesma provincia para o reconcavo, &c.. Sendo certo, como V. Ex. reconhecerá, que as substituições são mais facéis de fazerem-se, dando-se, como se dá, quasi identidade nos signaes mais notaveis entre os individuos de raça negra, pareceu-me conveniente ordenar que não se dê passaporte a escravo africano, sem que este me seja apresentado, e ao registo do porto recommendei o maior cuidado no reconhecimento da identidade, para facilitar a qual mandei fazer e remetter-lhe uma fita graduada inteiramente igual ao talão pelo qual na secretaria se mede a altura dos escravos em pés, pollegadas e linhas.

com a qual medida o official do mesmo registo os tornará a medir. Bom seria tambem que V. Ex. desse suas ordens, para que na fortaleza da Barra houvesse a maior vigilancia quanto aos embarques depois da visita, comquanto é natural que o procurem fazer fóra da vista da mesma fortaleza, como é facil na nossa costa do norte. É quanto se me offerece para levar ao conhecimento de V. Ex., que se servirá de ordenar-me qualquer outra providencia que julgar precisa a bem da repressão de taes factos, e fiel execução das leis do paiz prohibitivas da importação dos Africanos, na qual execução somos, como devemos, empenhados.

Deos guarde a V. Ex. Secretaria da policia da Bahia, 8 de Agosto de 1850. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dr. vice-presidente da provincia. — *André Corsino Pinto Chichorro da Gama.*

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — No hiate *Amelia*, chegado a este porto no dia 15 do mez proximo passado, procedente do dessa cidade, vierão consignados a Novaes e Comp. d'fferentes escravos, acompanhados de passaportes do chefe de policia dessa provincia, e por isso não forão embarçados na visita da policia a bordo; mas ao desembarcarem a uma hora da tarde no caes, forão muitos reconhecidos boques pelos que os virão, e para logo a fama publica os taxou como taes. Nestas circumstancias, as autoridades policiaes, não só para evitar-se o escandalo que seguir-se-hia de sua negligencia, como em desempenho ao dever em que estão de executar fielmente a lei que prohibe o trafico, procederão ás diligencias, indagações e exames necessarios, dos quaes resultou verificar-se que, em verdade, erão Africanos livres alguns dos intitulados escravos.

As pessoas bem intencionadas não acreditão que fossem despachados como escravos nessa provincia os ditos Africanos: attribuem antes o facto a manejos maliciosos dos interessados; entretanto julguei conveniente levar o expellido ao conhecimento de V. Ex. para providenciar no caso como lhe parecer acertado; prevenindo a V. Ex. de que por esta presidencia estão expeditas as necessarias ordens, affin de ser embarçado o livre desembarque de escravos, a respeito dos quaes haja suspeita, e para se proceder em ordem a não serem importados com este titulo Africanos livres que por ventura venhão de outras provincias.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo de Pernambuco, em 2 de Agosto de 1850. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. presidente da provincia da Bahia. — *José Ildefonso de Souza Ramos.*

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em aviso de 12 do mez proximo findo, acompanhando por traducção a nota e documento que em 2 do mes.mo mez dirigio a V. Ex. o enviarlo extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica nessa corte, communicando que no dia 16 de Julho ultimo, desembarcarão livremente nesta cidade 33 Africanos boques, vindos da Bahia na embarcação *Amelia*, me ordena V. Ex. que informe sobre seu conteúdo, e dê ao mesmo tempo as necessarias providencias para que taes factos, quando verdadeiros, se não repitão, passo a satisfazer a determinação de V. Ex., expondo todo o occorrido a semelhante respeito.

No dia 16 de Julho ultimo desembarcarão em verdade 33 Africanos, vindos da Bahia na embarcação *Amelia*, e desembarcarão livremente, porque muitos delles erão ladinos, e de todos se apresentou ao encarregado do registo do porto passaportes da legitima autoridade, o que destruiu qualquer suspeita que pudesse ter aquelle empregado. Chegando porém ao meu conhecimento que havia razão para suspeitar-se serem boques alguns dos ditos Africanos, e presumindo que se houvesse substituido alguns dos escravos ladinos despachados pela policia da Bahia por outros boques, a que se applicasse os passaportes daquelles, ordenci no mesmo dia ao delegado do 1.^o districto desta cidade que procedesse ás diligencias da lei para a apprehensão dos ditos Africanos, e punição dos importadores, quando fossem elles boques; o que executando-se, forão apprehendidos diversos Africanos dos que vierão na embarcação *Amelia*, e julgados boques oito delles depois dos necessarios exames, os quaes, segundo as instrucções em vigor, forão distribuidos pelos estabelecimentos publicos. Antonio Ricardo do Rego e Manoel Francisco da Silva Novaes, em poder de quem forão achados os ditos Africanos, forão presos e processados, achando-se ha

muito pronunciados pelo delegado do 1.º districto desta cidade, e confirmada a pronuncia pelo juiz municipal da 1.ª vara crime.

Officiando ao presidente da provincia da Bahia, communicando-lhe o occorrido, e pedindo sua coadjuvação para se não repetir semelhante facto, obtive resposta de que os escravos despachados para serem transportados na embarcação *Amelia* erão ladinos, e se alguns se encontravão boçaes, havião substituido a outros; o mesmo que desde o começo havia em presumido.

Ao official encarregado do registo recommendei o maior cuidado e o mais escrupuloso exame, todas as vezes que viessem escravos para esta provincia, ainda que munidos de passaportes, afim de, no caso de suspeita, impedir o desembarque até ulterior averiguação da policia desta cidade; e, de feito, no dia 28 de Julho ultimo foi impedido o brigue *Ligeiro*, que trazia a seu bordo, para esta provincia, escravos em iguaes circumstancias, e tres destes forão julgados boçaes, preso e processado o commandante. Ajunto aqui, para maior esclarecimento, copia da informação do delegado do 1.º districto desta cidade, e da correspondencia havida a este respeito com a vice-presidencia da provincia da Bahia.

A vista do exposto, se reconhecerá que foi incompleta a informação transmittida ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica nessa cõrte pelo vice-consul nessa cidade, e ficará V. Ex. perfeitamente convencido de que as autoridades desta cidade fizerão o que estava a seu alcance para ser desaggravada a lei, e não merecem censura.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo de Pernambuco, 11 de Setembro de 1850. — Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros. — *José Ildefonso de Souza Ramos.*

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Em cumprimento á portaria de V. Ex. datada de 4 do corrente, que acompanhou a nota, por copia, do enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica na cõrte do Rio de Janeiro, ordenando-me que informe sobre o seu conteúdo, cumpre-me expôr aqui o que antecedentemente já tive a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.

E exacto que no dia 16 de Julho desembarcãrão nesta cidade, vindos da Bahia, no hiate *Amelia*, trinta e tres escravos com passaporte da policia daquella cidade, mas nem todos erão boçaes; pois que, procedendo eu immediatamente, de ordem de V. Ex., á sua apprehensão, e mais diligencias da lei, pelos exames curialmente feitos em minha presença por peritos se reconheceu que muitos erão ladinos, e importados antes da extincção do trafico, sendo os proprios mencionados nos passaportes; mas oito destes forão julgados boçaes, e sem duvida trocados depois por aquelles que tinhão sido despachados pela policia da Bahia. Assim, o facto verdadeiro não é o do desembarque de trinta e tres Africanos boçaes, mas sim o de alguns Africanos boçaes no meio de escravos ladinos, os quaes forão declarados livres, e como taes contractados os seus serviços aos estabelecimentos publicos, como se dignou V. Ex. communicar-me per intermedio do Dr. chefe de policia em officio de 27 de Julho do corrente anno. Declarados boçaes aquelles Africanos que em verdade o erão, formei culpa a Antonio Ricardo do Rego, e Manoel Francisco da Silva Novaes, em poder de quem forão achados, e que por isso logo forão recolhidos á cadeia desta cidade, e os havendo pronunciado na fôrma da lei, foi a minha sentença substancialmente confirmada pelo juiz municipal da primeira vara crime. O que fica succintamente expendido é a propria verdade, conhecida por V. Ex. e por todos os habitantes desta cidade, pois os factos se passarão á vista de todos, e em presença delles tenho a consciencia de haver cumprido com pontualidade o meu dever. É o que se me offerece a dizer a V. Ex., que ordenará posteriormente o que fôr servido.

Deos guarde a V. Ex. Delegacia do 1.º districto da cidade do Recife, 10 de Agosto de 1850. — Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. José Ildefonso de Souza Ramos, presidente da provincia. — O delegado supplente, *Rodolfo João Barata de Alencida.*

N. 20.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 16.—Legação Britannica. — Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, recebeu de S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, a nota n.º 4 de 28 do corrente, queixando-se da conducta do abaixo assignado, por haver feito sciente ao governo imperial, de que havia expirado a suspensão temporaria das ordens do contra-almirante, commandante das forças navaes de S. M. nesta estação, relativamente á captura de barcos negreiros nas aguas do Brasil, contestando os fundamentos desta decisão, e os factos em que ella se basea.

O abaixo assignado assegura a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, que não perderá tempo em transmittir uma copia da nota de S. Ex. ao governo da Rainha.

Quanto á mesma nota e á declaração constante do seu ultimo paragrapho, de que o governo da Rainha está accumulando notos embaraços sobre o actual gabinete brasileiro, o abaixo assignado limitar-se-ha nesta occasião a observar ao Sr. Paulino que se esses embaraços que encontram S. Ex. e seus collegas provêm da captura dos navios negreiros nas aguas do Brasil, tem S. Ex. nas suas mãos o prevenir taes difficuldades; porque, quando o governo imperial cumprir convenientemente o seu dever, isto é, quando não houver navio algum negreiro para ser apprehendido pelos navios inglezes nestas aguas, estes se absterão de fazer sua captura.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza os protestos da sua alta estima e distincta consideração:

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 21.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 13.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, 8 de Fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota com o n.º 16, que em data de 30 de Janeiro proximo passado lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, assegurando-lhe que não perderá tempo em remetter ao governo da Rainha uma copia da nota do abaixo assignado de 28 do mez passado.

O governo de S. M. Britannica não poderá certamente desconhecer que o procedimento dos cruzeiros britannicos, em virtude das ultimas ordens que tem, collocão o governo imperial nos maiores embaraços para a repressão do trafico, augmentando os com que elle já luta.

Que não tendo o governo Britannico recorrido a esses meios em épocas em que o trafico estava em toda a sua força, é uma injustiça clamorosa lançar mão delles agora, que o governo imperial se pôz á testa da repressão, quando para ahi dirige a opinião do paiz, e cada vez se empenha com mais força nessa tarefa.

Que depois de haver o governo do Brasil tomado a posição que tomou, e auxiliado pelas camaras legislativas, feito passar leis, organizado regulamentos e um systema de repressão, que vai sendo efficaz, porque o trafico já se acha extraordinariamente reduzido, e quasi anniquilado, não poderia mais recuar, sem a maior deshonra e prejuizo para o seu paiz.

Nenhum governo emprega todos os seus meios para desenvolver e fortalecer uma opinião, assim de obrar depois em sentido contrario.

Nenhuma gloria ou vantagem pôde vir á nação a mais poderosa do mundo, de reduzir ao desespero, e ostentar a sua força contra um Imperio nascente, com o qual aliás tem cultivado relações commerciaes vantajosas a ambos, e que não tem meios e recursos bastantes para fazer valer o seu direito por meio das armas.

O Brasil, que vê e sente os esforços do seu governo para a extincção do trafico, ha de vir a acreditar unanimemente que não é esse o fim que tem em vista o governo britannico.

O Sr. Hudson diz que está nas mãos do governo imperial o prevenir taes difficuldades. Logo que não haja nenhum navio negreiro nas aguas do Brasil, os cruzadores britannicos deixarão de captura-los ali. Faça o governo do Brasil com que os não haja nos seus portos e aguas.

E o que tem feito e está fazendo o governo do Brasil? De Julho até hoje não tem feito sahir a cruzar, e para diligencias contra o trafico, mais de 23 embarcações, entre as quaes alguns vapores? Não continúa, não pretende, como tem sido manifestado ao Sr. Hudson, dar maior regularidade a esse cruzeiro, guardando e tomando os pontos em que se pôde effectuar desembarques? Não acaba o presidente da Bahia de comprar dous navios que o commandante do *Cormorant* suspeitava estarem destinados para se preparar para o trafico, e de arma-los para cruzarem nas costas dessa provincia exclusivamente?

Quantos e quaes são os navios que se estão preparando em portos do Imperio para o trafico, e nos quaes se encontrem os signaes declarados no novo regulamento? Sirva-se o Sr. Hudson aponta-los.

Porque pôde um ou dous navios preparar-se em um ou outro porto, deverão os cruzadores britannicos estar investidos para sempre da faculdade de invadirem o territorio do Imperio? Não pôde um demasiado zelo pela execução das suas ordens produzir conflictos muito desagradaveis, que tragão em resultado o rompimento completo das boas e importantes relações commerciaes entre os dous paizes?

Em sua nota de 12 do mez passado n.º 12 diz o Sr. Hudson: « que a medida da deportação de alguns capitalistas estrangeiros que se empregão no trafico, seria muito mais efficaz do que a captura de poucos navios, depois de terem desembarcado os seus carregamentos de escravos. »

O abaixo assignado tambem dirá que o respeito dos principios do direito das gentes, e portanto dos portos e aguas do Brasil pelos cruzadores britannicos, teria uma influencia muito mais poderosa, e um alcance muito maior para a extincção do trafico, do que a captura de algum barco de pouco valor, dentro de algum porto, que muito facil é substituir por outro, comprando-o para o mesmo fim.

Desengane-se o governo de S. M. Britannica. Não ha de conseguir a extincção do trafico sem o concurso do governo do Brasil. Esse concurso franco e sincero o governo imperial o offerece. Em compensação, pede sómente o que é justo. Respeite-se os seus direitos como Estado livre e independente, tenha-se nelle confiança.

Esse procedimento, digno de uma nação como a nação britannica, abriria uma nova era, e seria o primeiro passo para uma boa e completa intelligencia nas questões do trafico, que pela combinação dos meios dos dous paizes poderia ser por uma vez anniquilado.

E preciso que o Brasil se convença de que o trafico deve acabar, porque a moral e os seus verdadeiros interesses assim o exigem. Essa convicção nunca poderá apparecer geral e completa, emquanto, com o fim de reprimir o trafico, fôrem os portos e aguas do Brasil invadidos por forças estrangeiras.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para renovar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSE SOARES DE SOUZA.

Pedido de ordens para que as fortalezas do Imperio não fação fogo nos barcos de guerra britannicos, que para repressão do trafico fôrem aos seus portos e bahias.

N. 22.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N. 7.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1851.

Tendo as autoridades da rainha neste paiz chamado a attenção do governo de S. M. sobre o ataque feito aos botes do navio *Harpy* de S. M., em Guaraparim, e sobre os tiros feitos ao navio *Cormorant* por uma fortaleza de Paranaguá, quando aquelles navios estavam empregados em reprimir o trafico, o abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, tem a honra de significar, de ordem do seu governo, ao Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que, como um navio de guerra britannico, capturando um negreiro sob as baterias de uma fortaleza brasileira, só faz aquillo que por tratado e por lei o commandante da fortaleza devia fazer, não pôde haver justificação alguma em fazer-se fogo sobre os navios de S. Magestade.

E espera o governo de S. M., portanto, e o abaixo assignado tem ordem de pedir, que o governo do Imperador dê as ordens as mais strictas a todos os officiaes em commando de fortalezas imperiaes, afim de que, por quaesquer motivos, não fação fogo sobre navios de guerra britannicos, quando empenhados na suppressão do trafico de escravos.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a segurança de sua alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 23.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N. 5.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 28 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 15 do corrente lhe dirigio o Sr. Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, pela qual, referindo-se aos acontecimentos de Paranaguá e Guaraparim, requisita que o governo imperial dê as ordens as mais terminantes aos officiaes que commandão as fortalezas do Imperio, afim de que por quaesquer motivos não fação fogo sobre navios de guerra britannicos quando empenhados na suppressão do trafico de escravos.

Se o pedido do Sr. Hudson se refere a casos semelhantes aos de Paranaguá e Guaraparim, isto é, a casos em que navios de guerra britannicos venhão, sem o menor direito, exercer actos de jurisdicção em territorio do Imperio, não pôde o governo imperial expedir semelhantes ordens, porque ellas importarião o reconhecimento do direito da parte do governo de S. M. Britannica para assim proceder.

Esse pretendido direito o Brasil o contesta, protesta contra elle, não havendo calamidade que não prefira ao seu reconhecimento.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião, para reiterar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES de SOUZA.

N. 24.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 17.—Legação Britannica. — Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, recebeu a nota n.º 5, que S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, dirigio-lhe em 28 do passado, em resposta à nota do abaixo assignado n.º 7 de 15 do corrente, na qual o abaixo assignado, por ordem do seu governo, solicitou que o governo imperial dêsse ordens ás fortalezas imperiaes, de não fazerem fogo sobre os navios de S. M., quando estes estivessem empregados na repressão do trafico de escravos.

E como o abaixo assignado vê que S. Ex. o Sr. Paulino recusa-se a dar taes ordens, o abaixo assignado deseja chamar a seria attenção do governo imperial sobre a necessidade de se tomarem medidas efficazes, para prevenir esses ataques de pirataria contra os officiaes e marinheiros de S. M., quando elles estiverem, como estavam em Guaraparim e Paranaguá, empregados na repressão do trafico na costa deste Imperio.

E o abaixo assignado tem por dever annunciar ao governo imperial que se daquelles ataques resultar, em retorcão, alguma grande calamidade sobre alguma cidade donde hajão elles partido, a responsabilidade recahirá sobre o governo imperial, que tacitamente consente em tão ultrajantes actos, e que é causa real de qualquer mal que sobrevenha contra a população brasileira.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza os protestos de sua alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 25.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 12.—Rio de Janeiro — Ministerio dos negocios estrangeiros, 8 de Fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que sob n.º 17, e em data de 30 de Janeiro proximo passado, lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, em resposta à sua de 28 do dito mez.

O abaixo assignado declina completamente a responsabilidade que o Sr. Hudson quer lançar sobre o governo imperial.

O Sr. Hudson quer collocar o governo imperial na seguinte alternativa: — consentir que os cruzadores britannicos exerção actos de jurisdicção em territorio brasileiro, ou tomar sobre si a responsabilidade dos conflictos que dali se pessão seguir.

Mas para que essa alternativa pudesse ter lugar, fôra indispensavel que os cruzadores britannicos tivessem o direito de exercer aquelles actos. Não o tem; nem o Sr. Hudson nunca demonstrou que o tivessem.

Se o não tem, o Brasil tem o direito de resistir. Se o tem, e se o procedimento dos cruzadores é um acto de violencia, não lhe pôde dessa resistencia provir responsabilidade: essa responsabilidade recae toda sobre o aggressor.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para reiterar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Procedimento do governo imperial a respeito dos estabelecimentos negreiros na Costa do Brasil.

N. 26.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N. 10. — Legação Britannica. — Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, tendo devidamente apresentado ao governo da Rainha uma exposição sobre a captura feita pelo cruzeiro imperial dos barcos negreiros *Tres Amigos* e *Catão*, e das medidas tomadas para serem demittidas de seus empregos as autoridades civis, que forão conniventes no desembarque de escravos do *Tres Amigos*, e para ser levado a conselho de guerra o commandante da fortaleza de Macahé, que consentio que este ultimo ancorasse debaixo das suas baterias, e havendo informado de todo o zelo e afan com que os officiaes brasileiros nessas occasiões executarão os deveres, que lhes erão impostos para a repressão desse abominavel trafico, que é principalmente sustentado por um pequeno circulo de bandidos, renegados e aventureiros, recebeu instrucções do seu governo para representar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que sendo notorio que ha em muitos sitios da costa do Brasil estabelecimentos regulares, dispostos pelos traficantes de escravos para o preparo dos barcos negreiros, e sendo de presumir que o governo imperial tenha todos os meios para poder acabar com esses estabelecimentos illegaes, e para processar os que tiverem parte nelles, o governo de S. M. ordenou ao abaixo assignado que insistisse com o governo imperial sobre a necessidade de se tomarem as medidas proprias para esse fim.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza os protestos de sua alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 27.

Nota do governo imperial à legação de S. M. B.

N.º 9. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 8 de Fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota n.º 10 que em data de 27 do mez de Janeiro

proximo passado lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, na qual refere haver recebido instrucções do seu governo, para fazer ver ao de S. M. o Imperador, a necessidade de dar as convenientes providencias, afim de fazer desaparecer de varios pontos das costas do Brasil, estabelecimentos nelles existentes para o preparo de embarcações que se destinão ao trafico, e para outros fins, sendo entregues aos tribunaes, para serem julgadas, as pessoas comprometidas em semelhantes negocios.

Não se tendo nunca o governo imperial recusado, nem se recusando, a dar ao de S. M. Britannica as informações que este lhe pede, sobre factos relativos á repressão do trafico, tem o abaixo assignado a honra de dizer ao Sr. Hudson em resposta áquella nota:

Que já em sua nota de 28 do mez passado, o abaixo assignado fez ver ao Sr. Hudson as providencias que o governo imperial tem dado para fazer desaparecer aquelles estabelecimentos, e a applicação que a alguns edificios se tenha dado para taes fins semelhantes.

O governo imperial tem cuidado e cuida seriamente de haver todas as informações precisas para isso, e para fazer proceder contra os culpados. Ha bem poucos dias foi o chefe de policia da provincia do Rio de Janeiro mandado em um vapor, com força sufficiente correr a costa do norte da provincia do Rio de Janeiro; desembarcou nos pontos onde, segundo informações já colhidas, devião existir semelhantes estabelecimentos; apprehendeu todos os seus utensis, pôz em deposito os edificios, e colheu todas as informações precisas para servirem de base a um processo. O Sr. Hudson não pôde hoje ignorar o resultado dessa diligencia, porque foi publico.

O governo imperial está resolvido a proseguir nesse caminho, e o abaixo assignado pôde dizer que os desejos manifestados na nota do Sr. Hudson forão anticipados pelo governo de S. M. o Imperador, e fazem parte do systema de repressão que adoptou.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para renovar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. James Hudson.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Procedimento havido contra as pessoas indiciadas no crime de contrabando de Africanos importados no hiate *Rolha*, apprehendido pelo vapor de guerra brasileiro *Urania*.

N. 28.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 13. — Legação britannica. — Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, tendo informado o seu governo da captura do barco negreiro *Rolha* pelo vapor de guerra imperial *Urania*, em 4 de Outubro passado, tem agora a honra, por ordem do seu mesmo governo, de perguntar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, qual o processo que se instaurou contra as pessoas envolvidas nesse barco negreiro, e qual foi o resultado.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para renovar a S. Ex. os protestos de sua alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 29.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 8.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 8 de Fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, accusa recebida a nota que lhe dirigio em data de 28 de Janeiro proximo passado o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, desejando saber que processo se instituio contra as pessoas indiciadas no crime de contrabando de Africanos importados no hiate *Rolha*, apprehendido pelo vapor de guerra brasileiro *Urania*, e que resultado teve o mesmo processo.

O abaixo assignado, não tendo duvida alguma em dar ao Sr. Hudson a informação que pede, communica-lhe que o capitão e tripulação daquelle hiate forão pronunciados como incursos nas penas do art. 2 da lei de 7 de Novembro de 1831, o capitão como autor e os individuos da tripulação como complices, sendo além disso pronunciado Francisco José da Conceição como incurso em tentativa, estando o processo em andamento.

Não se tendo o auditor da marinha julgado competente para processar os réos Joaquim Pinto da Fonseca, Torquato José de Carvalho (passageiro) e 2.º tenente Ricardo Antonio da Costa Ribeiro, ex-commandante das fortificações de Macahé, forão remettidos o segundo ao fôro commum (o jury) e o terceiro ao commandante das armas da côrte para responder no fôro militar, sendo o primeiro mandado sahir do Imperio por ser Portuguez e não apparecer contra elle prova legal, pelo que era de esperar fosse absolvido perante o jury.

O hiate *Rolha* foi julgado boa presa pela auditoria da marinha, e os Africanos importados declarados livres, sendo os seus serviços concedidos á Santa Casa da Misericórdia desta cidade. O processo de condemnação desse navio pende actualmente da decisão da secção de justiça do conselho de estado, por via de recurso, e não póde demorar-se o julgamento final.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para renovar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. James Hudson, &c., &c., &c.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Declaração do Governo de S. M. B. de que ordenára ao commandante das forças navaes britannicas, de cooperar de accordo com as medidas adoptadas pelo governo imperial sobre a repressão do trafico, se fôrem ellas vigorosamente executadas.

N. 30.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N. 37.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 3 de Abril de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, tendo devidamente informado a seu governo da lei adoptada para a supressão

do trafico de escravos, pela legislatura brasileira, de 4 de Setembro ultimo, e das disposições do decreto imperial de 14 de Outubro para levar a execução esta lei, teve ordem do governo da Rainha para expressar ao governo imperial a grande satisfação que o governo de S. M. teve com a leitura desta lei, e regulamento, que parecem bem calculados para chegar ao fim para que serão feitos, se forem vigorosa e invariavelmente executados.

O abaixo assignado teve, além disso, ordem para declarar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que se estas leis e regulamentos fôrem efficazmente cumpridos, e se por meio de taes medidas o governo brasileiro se esforçar para pôr um termo ao trafico, o governo de S. M. com prazer ordenará ao commandante das forças navaes de S. M. na costa do Brasil, que coopere de accordo com as medidas adoptadas pelo governo brasileiro.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza as expressões de seu alto respeito e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

Assalto sobre a tripulação de um cutter pertencente ao vapor de guerra *Rifleman* de S. M. Britannica na Ilha de Santo Amaro em Santos.

Morte de um marinheiro inglez.

N. 31.

Nota da legação de S. M. Britannica ao governo imperial.

N. 34.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1850.

O abaixo assignado, encarregado de negocios de S. M. Britannica, tem a honra de transmittir a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, a inclusa copia de um officio que recebêra o contra-almirante, commandante em chefe das forças navaes de S. M. nesta estação, representando que a tripulação de um dos escaleres do vapor de S. M., *Rifleman*, tendo sido obrigada por mau tempo a desembarcar a 6 milhas, pouco mais ou menos, a leste da Moela, na provincia de S. Paulo, fôra sorprendida, emquanto se occupava em cozer a sua comida, e a enxugar suas roupas, por um grande numero de pessoas armadas que lhe fizeram fogo, resultando ser morto um dos marinheiros de S. M.; continuando o fogo sobre elles durante o tempo em que os marinheiros se retiravão para seu escaler, que ficou furado pelas balas, bem como as roupas dos mesmos marinheiros.

O abaixo assignado não tem a menor duvida, de que o governo imperial empregará todos os seus esforços para fazer prender e trazer perante a justiça os perpetradores daquelle assassinato, tanto mais porque este ataque cobarde e vergonhoso foi commettido em uma parte desta costa, que o abaixo assignado, em uma communicação de 2 de Fevereiro ultimo, apontou ao Sr. Paulino José Soares de Souza como sendo occupada por uma quadrilha de aventureiros estrangeiros, e outros malvados, que são empenhados na continuação do trafico de escravos, e que parecem afrontar inteiramente as autoridades imperiaes da provincia de S. Paulo.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a segurança de sua alta estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

Documentos annexos á precedente nota.

Bordo da fragata *Southampton*. — Rio de Janeiro, 27 de Maio de 1850.

Senhor. — Tenho a honra de transmittir-vos para vosso conhecimento a informação, que acabo de receber, do 2.º tenente Crofton, acerca de um ataque evidentemente não provocado, commettido contra a tripulação do *Rifleman*, no qual um dos marinheiros foi morto, e rogo-vos que sejais servido levar ao conhecimento do governo brasileiro esta affronta e perda de vida, assim de que os perpetradores piraticos desta violencia sejam processados.

Eu tenho, &c.

O contra-almirante, commandante em chefe, B. REYNOLDS.

Ao Sr. James Hudson, encarregado de negocios de S. M.

Bordo do vapor *Rifleman* de S. M., na altura dos Alcatrazes, 22 de Maio de 1850.

Senhor. — Tenho a honra de participar-vos que, sendo officialmente informado de que a chegada de duas grandes embarcações era esperada neste lugar, fiquei a cruzar vigilantemente para o impedir, e que na noite de 15 tornado-se o tempo bom, desatquei o cutter com dez homens sob o commando do Sr. Ryan, piloto, com ordem para cruzar entre a Moela e o Monte de Trigo, enquanto o *Rifleman* vigiava ao Sul da Queimada Grande, por serem estes os pontos onde se esperava a chegada daquellas embarcações.

Na manhã de 16 o tempo tornou-se repentinamente máo, e tão tempestuoso, que obrigou o cutter a seguir para terra e procurar abrigo a sotavento de uma pequena ilha adjacente a um barracão de escravos, 6 milhas pouco mais ou menos a leste da Moela. Depois de ter amarrado o escaler, os homens estando molhados, accendêrão fogo sobre as pedras e começavão a enxugar suas roupas e a cozer a comida, quando de repente forão sorprendidos por um grande numero de homens armados de espingardas, não menos de cincoenta, pela maior parte brancos, os quaes os atacárão a uma, e desgraçadamente ferirão a um dos nossos marinheiros que morreu logo que chegou ao escaler.

O Sr. Ryan levantou ferro e fez-se ao mar debaixo de vivo fogo, ficando o escaler e as roupas dos marinheiros furadas pelas balas, em consequencia do que o escaler foi impellido para o mar, e a tripulação exposta durante 3 dias a grandes mares e chuva.

Este ataque cobarde, e não provocado, sobre homens que procuravão abrigar-se da tempestade, é proprio do character daquelles malvados, que são todos homens da tripulação de navios negreiros, dispostos a auxiliar, e sendo possivel, a defender as embarcações no caso de querermos embarçar o desembarque de seu carregamento.

O Sr. Ryan chegou finalmente á entrada do rio Bertioga, e posto que mostrasse seu pavilhão e flammula ao official do forte, foi detido e tratado com grande incivildade, não obstante representar que era official britannico. A escuna que apprehendi a 3 do corrente estava empregada pelo dono do barracão junto ao qual foi commettido o ataque.

O Sr. Ryan portou-se neste negocio com resoluta firmeza e discrição, em primeiro lugar por se achar armado, posto que sem nenhuma suspeita do ataque, e em segundo lugar por defender sua gente com as poucas espingardas que tinha, até que todos fossem embarcados e o escaler fóra do alcance dos tiros. Minha opinião é, pelo conhecimento que tenho do character daquelles homens, que se não fosse o sangue frio do Sr. Ryan, a tripulação do escaler teria sido massacrada.

Acalmando o máo tempo, segui para o lugar do ataque supra referido, e ali descobri em uma casa adjacente os artigos, que saltavão, pertencentes ao escaler, e as roupas dos marinheiros; e convencido por isto de que os donos da casa crão sujeitos implicados, a destrui, como ninho de uma horda de piratas.

Eu referi ás autoridades de Santos, por intermedio do vice-consul, o Sr. Glennie, todas estas circumstancias, e ellas parecêrão tê-las tomado muito a peito; e ácerca de meu procedimento em destruir a casa, se mostrarão satisfeitas, por fazer a mesma parte do estabelecimento negreiro do Perequê

Peço licença, Sr., para informar-vos que existem em Santos dous brigues, ambos negreiros, e promptos a fazerem-se de vela ao primeiro vento favoravel, pelo que os tenho vigiado fóra daquelle porto por alguns dias, sendo seu destino a costa de Africa, e que sendo este o unico cruzeiro nesta costa, e esperando-se diariamente em Perequê a chegada de outros navios, permanecerei por aqui, e, se fôr necessario, comprarei carvão em Santos para estar prompto a apprehendê-los, o que espero, Sr., merecerá a vossa approvação.

Tenho, &c.

S. S. L. CROFTON, 2.º tenente commandante.

Ao Sr. contra-almirante, Reynolds commandante em chefe.

N. 32.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N. 25.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 25 de Junho de 1850.

Accuso a recepção da nota de 16 do mez corrente, que me dirigio o Sr. Hudson, encarregado de negocios de S. M. Britannica, acompanhada da copia de um officio do commandante do vapor *Rifelman*, em que informa ao contra-almirante commandante em chefe das forças navaes de S. dita Magestade nesta estação, que, tendo a tripulação de um dos escaleres do vapor sido obrigada por máo tempo a desembarcar quasi a seis milhas á leste da Moela, na provincia de S. Paulo, fóra sorprendida por um grande numero de pessoas armadas, que fizerão fogo, e matarão um dos marinheiros, continuando o fogo durante o tempo em que a tripulação se retirava para o escaler.

Em resposta a esta nota, tenho a honra de significar ao Sr. Hudson que, havendo o juiz de direito substituto da 6.ª comarca da provincia de S. Paulo communicado ao governo imperial em 23 de Maio proximo preterito aquella occurrencia forão-lhe logo expeditas, e bem assim ao presidente da mesma provincia, as ordens constantes das copias juntas marcadas com os n. 1 e 2.

Havendo o dito presidente feito igual commnicação ao governo imperial em data de 29 de Maio, forão-lhe repetidas em 4 deste mez as recommendações já feitas.

Por esta occasião, transmitto tambem ao Sr. Hudson, na copia inclusa n. 3, o officio que acabo de receber do presidente de S. Paulo, por onde se vê que o chefe de policia da provincia já tinha partido para Santos, afim de tomar por si conhecimento do negocio, de cujo resultado farei sciente ao Sr. Hudson em tempo opportuno.

Reitero ao Sr. Hudson as expressões de minha estima e consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Ao Sr. James Hudson, &c., &c.

N. 1.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios da Justiça, em 28 de Maio de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Informado o governo imperial, por officio do juiz de direito interino da 6.^a comarca dessa provincia, em data de 23 do corrente, do barbaro attentado commettido por uma partida de trinta a quarenta homens armados, que, sem a menor provocação, assaltarão e fizeram fogo sobre a tripulação do cutter pertencente ao vapor de guerra de S. M. Britannica, *Rifleman*, matando um dos marinheiros, manda mui expressamente recommendar a V. Ex. que dê a esse caso a sua mais seria attenção, e exija do respectivo delegado exacta informação sobre o estado do processo, e andamento que for tendo, communicando V. Ex. a esta secretaria de estado tudo o que occorrer.

Recommendando outrossim o mesmo governo a V. Ex. que dê as mais energicas providencias para a repressão do trafico em Santos, exonerando ou mudando as autoridades que se mostrarem frouxas no cumprimento dos seus deveres.

Deos guarde a V. Ex.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Sr. presidente da provincia de S. Paulo.

N. 2.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios da justiça, em 28 de Maio de 1850.

Accuso a recepção do officio que Vm. dirige a esta secretaria de estado em data de 23 do corrente, participando o lamentavel acontecimento que teve lugar no 6.^o districto dessa comarca, com o barbaro attentado commettido contra a tripulação do cutter pertencente ao vapor de guerra de S. M. Britannica, *Rifleman*, por uma partida de homens armados; e expondo as medidas que julgou acertado tomar: do que ficou o governo imperial inteirado. E tenho de recommendar-lhe que empregue e faça empregar as mais activas e efficazes diligencias para descobrir os autores de tão grave crime, afim de que sejam devidamente punidos.

Deos guarde a Vm.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Sr. juiz de direito interino da 6.^a comarca da provincia de S. Paulo.

N. 3.

N. 11. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo em meu officio n. 63 de 29 de Maio proximo passado apresentado a V. Ex. as copias das participações que me forão dirigidas pelo juiz de direito substituto da 6.^a comarca desta provincia, pelo delegado de policia, e pelo brigadeiro commandante militar da cidade de Santos, sobre a occurrencia que tivera lugar em uma das praias da ilha de Santo Amaro entre a gente de terra e alguns marinheiros do vapor inglez *Rifleman*, julgo do meu dever apresentar igualmente a V. Ex. na copia inclusa as ordens que a esse respeito expedi ás referidas autoridades; restando-me comunicar a V. Ex. que já partio para Santos, o chefe interino de policia, afim de tomar conhecimento desse negocio; e que todos as participações que sobre elle tiver levarei promptamente ao conhecimento de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex. — Palacio do governo de S. Paulo, 20 de Junho de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O presidente, VICENTE PIRES DA MOTA.



N. 33.

Nota da Legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 39. — Legação Britannica. — Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1850.

Exm. Sr. — Sou oficialmente informado de que o individuo de nome Valencio, sobre quem recahem fortes suspeitas de haver no dia 16 de Maio ultimo capitaneado a gente armada que assassinára o marinheiro do vapor *Riflemen* de S. M., na Moela, foi apprehendido pelas autoridades de S. Paulo, e que em breve será mettido em processo por aquella offensa.

Eu tenho portanto a honra de suggerir a V. Ex. que, como a tripulação do *Riflemen* de S. M. foi a principal testemunha deste negocio, e aquelle navio está ora ausente em serviço de S. M., esperando-se que volte brevemente a este porto, para que a justiça publica preencha seus fins, seria conveniente suspender o processo contra o supposto assassino, até que eu possa entender-me com as autoridades de S. M., afim de que sejam levados as necessarias testemunhas a Santos para assistirem ao respectivo julgamento.

Aproveito-me desta occasião para renovar a V. Ex. a segurança de minha alta estima e consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 34.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 26. — Rio de Janeiro, ministerio dos negocios estrangeiros, em 18 de Julho de 1850,

Havendo-me communicado o Sr. ministro da justiça, por aviso de 15 do mez corrente, ter expedido naquella data as ordens necessarias ao presidente da provincia de S. Paulo, para que faça com que o juiz de direito da 6.ª comarca, a que pertence a cidade de Santos, dê as providencias precisas afim de que a tripulação do vapor *Riflemen* possa assistir perante o jury ao julgamento do réo preso, por suspeita de haver concorrido para o assassinato do marinheiro do mesmo vapor que teve lugar no dia 16 de Maio ultimo, apresso-me a leva-lo assim ao conhecimento do Sr. James Hudson, encarregado de negocios de S. M. Britannica, em resposta ao seu officio N.º 39 de 8 deste mez.

Aproveito esta occasião para renovar ao Sr. Hudson as expressões de minha estima e consideração.

Ao Sr. James Hudson, &c., &c.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N. 35.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 69. — Legação Britannica. — Rio de Janeiro, 25 de Dezembro de 1850.

Exm. Sr. — Tenho a honra de chamar a attenção de V. Ex. para as minhas notas N.ºs 34 e 39 deste anno a respeito do barbaro e cobarde assassinato de um marinheiro

do navio *Rifleman* de Sua Magestade, na Moela, na provincia de S. Paulo, e da declaração que V. Ex. me fez sobre esse objecto no dia 3 de Outubro ultimo, declaração que, tendo ajuntado a um despacho, li a V. Ex. antes de a transmittir ao meu governo.

As seguranças que então recebi de V. Ex. são de que um Portuguez traficante de escravos, chamado Valencio, que foi preso por suspeito de ter ajudado e acorçoado o assassinato do marinheiro em questão, não seria julgado, se não estivessem presentes as testemunhas para deporem no processo. Essas testemunhas são os camaradas do assassinado. Eu informei a V. Ex. que estava prompto a manda-los para Santos para assistirem ao julgamento de Valencio; e V. Ex. tornou a dizer-me que este não seria julgado até o mez de Dezembro, e nem o seria, se as testemunhas de que se trata não fossem presentes.

Tenho agora a honra de tornar a lembrar a V. Ex. que nunca recebi de V. Ex. intimação do dia em que devia ter lugar o julgamento de Valencio; tinha eu de o adivinhar; porém o vice-consul de Sua Magestade em Santos, tendo participado que ao julgamento deveria proceder-se em *Novembro*, e não em *Dezembro*, como V. Ex. me havia assegurado, mandei o navio de S. M. *Rifleman* para Santos com as testemunhas para o processo, tendo elle ali chegado em 27 de Novembro.

V. Ex. difficilmente acreditará que, quando ali chegou aquelle navio, fôra dito (o que não se devia esperar) ao seu commandante, que podia voltar para o Rio de Janeiro, pois que Valencio mezes antes havia sido absolvido do crime de homicidio pela relação do Rio de Janeiro!

Não tentarei dizer o effeito que essa communicação em mim produziu.

Porém peço a V. Ex. que me explique, para eu informar ao meu governo, qual o motivo por que um homem, com tanta razão suspeito de haver assassinado a um dos subditos de S. M. tão a sangue frio e cobardemente, não foi confrontado no processo com homens que provavelmente o terião identificado, e como acontece que a palavra de V. Ex., e por conseguinte a do governo do Imperador, assim tão completamente se faltasse, e como é que, quando V. Ex. em 3 de Outubro me dizia que Valencio havia de ser julgado em Dezembro, elle já tinha então sido absolvido desse crime por um tribunal do Rio de Janeiro?

Aproveito esta occasião para renovar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e distincta consideração.

JAMES HUDSON.

N. 6.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 19.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros. em 28 de Fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 25 de Dezembro proximo passado e sob n.º 69 lhe dirigio o Sr. Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, relativa á morte de um marinheiro do *Rifleman* na ilha de Santo Amaro em Santos, provincia de S. Paulo.

O Sr. Hudson não ignora que o governo imperial fez tudo quanto estava ao seu alcance e era permittido pelas leis, para o descobrimento e punição dos réos.

Não ha duvida alguma de que o abaixo assignado declarou ao Sr. Hudson que o réo pronunciado, Valencio Teixeira Leonil, não seria julgado emquanto não estivessem presentes, como testemunhas, as pessoas da tripulação do *Rifleman*, que tinham presenciado o conflicto. E com effeito expedio-se para esse fim ao presidente da provincia de S. Paulo a ordem junta por copia em data de 15 de Julho proximo passado.

Nessa época estava o dito Valencio pronunciado pelo chefe de policia de S. Paulo pelos crimes, da morte do dito marinheiro, e de auxiliar e consentir nas terras do seu sitio o desembarque de Africanos boçacs. São dous delictos de natureza inteiramente differentes.

Pronunciado Valencio por ambos esses crimes, recorreu dessa pronuncia para a relação desta côrte, recurso este, dado pela lei, do chefe de policia.

A relação, por accordão de 20 de Agosto proximo passado sustentou a pronuncia quanto ao crime de importação de Africanos, reformou-a porém e absolveu o dito Valencio quanto ao crime de morte, por não encontrar no processo prova sufficiente para a pronuncia do mesmo Valencio quanto a esse crime, como se vê da copia junta do respectivo accordão.

E com effeito, examinando-se o processo (do qual o Sr. Hudson tem conhecimento, porque o abaixo assignado já lhe confiou uma copia d'elle), vê-se do interrogatorio do proprio James Kingston Ryan, que assistio ao conflicto, declarar este: « Que forão atacados fortemente e de longe a alcance de espingarda, apparecendo nesta occasião mais 10 ou 12 homens quasi todos pretos, que tambem atacarão, que disto resultou ficar um marinheiro inglez immediatamente morto com uma bala na cabeça, e que fazião este fogo escondidos pelo mato e pelas pedras. »

Os marinheiros Roberto Southwands, Richard Kennam, John Wood, Charles Mac Carthy, William Burley, John Revre, Thomas Newman, Jeremiah Shea, e William Xansell, tambem comparecerão no processo de pronuncia, e declararão sómente que Joseph Vanner tinha sido varado na cabeça por uma bala em um conflicto que houve entre elles e uma força de gente armada no ilhote defronte da praia de Pernambuco, sendo o tiro dirigido da parte da gente armada de terra.

Dahi se vê que as pessoas da tripulação do *Rifleman*, que assistirão ao conflicto, forão ouvidas no processo da formação da culpa, e que nenhuma indicou, nem podia indicar a pessoa que deu ou mandou dar o tiro, tendo-a apenas visto sair de um grupo de homens, ou d'entre o mato e das pedras.

Ora, as relações entre nós julgão pelo processo escripto e provas que este apresenta, e pelas leis do Imperio e fórma do processo, não podem mandar proceder a novas averiguações. Pelas nossas leis e fórma de processo, a despronuncia mata e acaba todo o ulterior procedimento quanto ao crime a respeito do qual elle se dá.

O accordão de 20 de Agosto que despronunciou Valencio, quanto ao crime de morte, foi logo conhecido nesta corte, e sabido de todo o Rio de Janeiro (as sessões e as decisões da relação são publicas), e o abaixo assignado teve occasião, não muito depois daquella data, de explicar verbalmente ao Sr. Hudson a decisão daquella accordão, declarando-lhe que o processo sómente progredia quanto ao crime de importação de Africanos.

Em 3 de Outubro já era muito conhecida a absolvição de Valencio quanto ao crime de morte, e já o abaixo assignado tinha tido a honra de falar com o Sr. Hudson sobre o accordão da relação e sua decisão.

O que o abaixo assignado disse em 3 de Outubro ao Sr. Hudson foi que Valencio não seria julgado, não obstante o accordão da relação, sendo quando estivesse presente a tripulação do *Rifleman*; mas referia-se, e nem outra cousa podia ser, ao crime de importação de Africanos, porquanto não podia o abaixo assignado referir-se a um crime que já tinha desaparecido, ao menos perante as leis e os tribunals. Essa declaração do abaixo assignado fundava-se na razão seguinte:

Quando a pronuncia de Valencio foi reformada pela relação quanto ao crime de morte, entrou-se em duvida se devia ser revogada a ordem junta por copia dirigida ao presidente de S. Paulo para que não fosse julgado sem que estivessem presentes as testemunhas do *Rifleman*. O governo imperial decidiu que não fosse revogada, porque, continuando o processo de Valencio pela importação de Africanos, tendo ido a tripulação do *Rifleman* à ilha de Santo Amaro, onde se dizia que se fazião desembarques, suppondo-se que a aggressão feita a essa tripulação tinha relação com o trafico, e sendo para receiar que Valencio fosse absolvido pelo jury por esse delicto, não quiz o governo imperial tomar sobre si, no estado em que estavam as cousas, afastar testemunhas, a cuja falta poderia ser attribuida a absolvição, quando tivesse lugar.

Por isso, ainda mesmo depois da absolvição de Valencio pelo crime de morte, disse o abaixo assignado ao Sr. Hudson que elle não seria julgado sem a tripulação do *Rifleman*, porque estava em vigor, e nunca foi revogada a ordem expedida ao presidente de S. Paulo.

O Sr. Hudson não recebeu intimação alguma do abaixo assignado para o processo de Valencio, porque não pertence ao governo imperial fazer taes intimações, mas sim aos juizes e seus officiaes, e essa intimação não teria de ser feita ao Sr. Hudson.

Essa intimação foi, como devia ser, feita ao vice-consul de S. M. Britannica em Santos, como elle mesmo reconhece e declara no extracto junto de um seu officio ao juiz de direito da comarca, e tambem se vê da copia junta do officio do mesmo juiz de direito da comarca

ao juiz municipal datado de 5 de Novembro: ahi se mostra que a intimação foi feita ao vice-consul para o dia 25 de Novembro. Não tendo a tripulação do *Rifleman* comparecido nesse dia, o juiz de direito adiou a sessão para o dia 26, como se vê do extracto incluso de outro officio datado de 8 de Dezembro proximo passado.

O vice-consul de S. M. Britannica, e por elle o consul de S. dita M. nesta côrte, forão portanto avisados em tempo para o dia 25 pela autoridade competente, que esperou mais um dia, e não tem culpa de que a tripulação do *Rifleman* não comparecesse nos dias 25 e 26, e sómente no dia 27.

A tudo isso accresce que, receiando o governo imperial que por insufficiencia de provas, porquanto não era de crêr que os individuos que tiverão parte na aggressão ou a coadjuvãrão se crimiñassem a si mesmos, fosse Valencia absolvido, ordenou, antecipadamente que, verificando-se essa ab-olvição, fosse deportado para fóra do Imperio, visto ser subdito portuguez. E, além disso, mandou destruir todos os objectos que na ilha de quo se trata podião ter applicação ao trafico.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para reiterar ao Sr. Hudson as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Documentos annexos á precezte nota.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios da justiça, em 15 de Julho de 1850.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Remetto a V. Ex. por copia a inclusa nota, que o ministro britannico dirigio ao ministro dos negocios estrangeiros, sobre a conveniencia de ser ouvida a tripulação do vapor *Rifleman*, no julgamento dos réos do assassinato do marinheiro do mesmo vapor, afim de que V. Ex. nesse sentido dê todas as ordens ao juiz de direito da sexta comarca.

Deos guarde a V. Ex.

EUZABIO DE QUEIROZ COUTINHO MATTEOSO CAMARA.

Sr. presidente da provincia de S. Paulo.

Accordão em Relação &c.—Que relatados estes autos na fórma da lei.—Denegão provimento ao recurso interposto a f. 4 do despacho do chefe de policia interino da provincia de S. Paulo, enquanto pronunciou o recorrente a prisão e livramento, como incurso na sanção do artigo 179 do código penal, com referencia aos artigos 2 e 3, § 3 da lei de 7 de Novembro de 1831, visto como dos autos resultão vehementes indícios que bem saliente fez o dito magistrado no seu despacho de f. 121 v., de ser o recorrente envolvido no trafico illicito de Africanos. Dão porém provimento ao dito recurso, e reformão o despacho de f. 121 v., na parte que pronunciou o dito recorrente como incurso nos artigos 73 e 192 do código penal, porquanto supposto da deducção minuciosa e habilmente feita no despacho recorrido se possa inferir, que o recorrente algum interesse podia ter em livrar-se por qualquer maneira de quem quer que o perturbasse no seu illicito commercio, todavia dahi se não segue que effectivamente praticasse ou mandasse praticar os crimes de que é accusado. Conquanto prova sufficiente exista de ter sido um marinheiro inglez morto com um tiro (não obstante a falta de corpo de delicto) e que esse tiro partira de um grupo numeroso e de homens de diversas côres que armados atacarão a tripulação de um lanchão da marinha ingleza, com tudo de nenhuma peça destes autos se colhe quaes fossem os individuos componentes desse grupo, nem que nelle estivesse o recorrente. A circumstancia de estar um dos individuos do grupo aggressor vestido com jaqueta encarnada, e de usar ás vezes o recorrente de um paletó dessa côr, é um indício tão debil e fugitivo, que não pôde elle servir de base a uma pronuncia qualquer.

à vista do artigo 145 do código do processo criminal, que para isso exige pelo menos indícios vehementes. Se ao menos se provasse dos autos, que no conflicto fôra morto o preto Benedicto escravo do recorrente, poderia essa circumstancia reunida às outras fazer crêr que o recorrente tivera parte na aggressão, ao menos como mandante: porém apesar do que a esse respeito affirma o guarda-marinha inglez Ryan, a f. 30 v., vê-se das informes declarações dos escravos ex f. 57 v. que tal morte se não dera no conflicto, e sim muito tempo antes, como se prova da certidão de f. 24, e principalmente do facto de não ter sido o guarda-marinha pronunciado como homicida.

Nem tem valor a declaração feita a f. 55 v. por Manoel Teixeira Leonil, irmão do recorrente, à vista da attestação de f. 22. Desapparecendo pois indício que reunido às outras circumstancias poderia fundamentar uma justa pronuncia, tão deveis ficão os outros que não podem justificar nesta parte o despacho recorrido. Portanto, confirmado em parte, e em parte reformado o despacho de f. 121 v. mandão que subsista o dito despacho em quanto pronunciou o recorrente Valencio Augusto Teixeira Leonil como incurso no artigo 179 do código penal, com referencia aos artigos 2 e 3, da lei de 7 de Novembro de 1831: e quanto aos delictos mencionados nos artigos 73 e 192 do dito código penal, se dê ao recorrente baixa na culpa, pagas pelo mesmo recorrente e pela camara municipal respectiva as custas de perneio.

Rio, 20 de Agosto de 1859. — *A. Pantoja*, presidente interino. — *Barbosa*, vencido na parte confirmatoria. — *Costa Pinto*, vencido. (Neguei provimento ao recurso). — *Siqueira*.

Extracto do officio de vice-consul interino de S. M. Britannica em Santos, datado de 13 de Fevereiro de 1854, dirigido ao juiz de direito.

Dando solução aos quatro quesitos por V. S. apresentados em seu officio a mim dirigido a 8 do corrente Fevereiro, respondo:

Quanto ao 1.º Recebi por intermedio do Sr. juiz municipal 1.º supplente, o commendador Bernabé Francisco Vaz de Carvalhaes, uma deprecada requisitando o comparecimento dos subditos de S. M. Britannica, pertencentes á tripulação do vapor de guerra *Rifleman*, aquelles que tripulavão o cutter pertencente ao mesmo vapor, na occasião do ataque que gente de terra dirigio-lhe nas proximidades da praia de Pernambuco, uma das situadas ao norte da costa desta cidade, cuja requisição tinha por fim apresentar a referida tripulação perante o jury desta cidade, para servir de testemunha no processo de Valencio.

Quanto ao 2.º Immediatamente officiei a Mr. Hesketh, consul de S. M. Britannica, no Rio de Janeiro, dando-lhe parte da requisição mencionada no quesito acima, ao que me respondeu Mr. Hesketh, que quando fosse occasião o vapor *Rifleman* se acharia em Santos, ou viria o vapor *Harpy* conduzir os marinheiros da tripulação do cutter, e o seu commandante Mr. Ryan.

Não accusei ao Sr. juiz municipal 1.º supplente o recebimento do seu officio, por entender desnecessario, visto não poder elle ignorar que o havia recebido.

Ill.º Sr. — Ordenando-me S. Ex. o Sr. presidente da provincia, em portaria de 19 de Outubro proximo findo, que se dêsse execução ao aviso da copia inclusa expedido pelo Ex.º Sr. ministro da justiça em 9 do predito mez; cumpre por isso que V. S. não menos o faça pela parte que lhe toca, requisitando do Sr. vice-consul britannico nesta cidade o comparecimento dos subditos de sua nação pertencentes á tripulação do vapor de guerra *Rifleman*, que puderem depôr sobre o ponto da criminalidade que ainda subsiste no processo instaurado ex-officio contra o réo preso Valencio Augusto Teixeira Leonil, subdito portuguez, em consequencia do artigo 179 do código penal com referencia aos artigos 2 e 3, § 3 da lei de 7 de Novembro de 1831, que pela Relação do districto fôra unicamente confirmada no recurso que ao mesmo superior tribunal interpuzera o referido réo, afim de comparecerem no dia 25 deste mez de Novembro perante o tribunal do jury do termo desta cidade, a cuja decisão final tem de ser por mim submettido o

mentionado processo, e que por força do referido aviso fôra por mim adiada sua reunião, designada para o dia de hoje, como a V. S. fiz certo em meu officio datado de 3 do corrente.

Deos guarde a V. S. — Santos, 5 de Novembro de 1850.

Ill.^{ma} Sr. commendador Bernabé Francisco Vaz de Carvalhaes, juiz municipal supplente do termo.

Antonio Militão de Souza Aimberé,
Juiz de direito e presidente do jury da comarca.

Extracto do officio do juiz de direito da sexta comarca datado de Santos, em 8 de Dezembro de 1850, dirigido ao presidente da provincia de S. Paulo.

Restando-me por fim a V. Ex. declarar que, não comparecendo no dia 25 do mez findo, para o qual havia sido adiada a reunião do tribunal do jury, alguém da tripulação do *Rifleman*, que pudesse depôr sobre o ponto da criminalidade que fôra confirmada pela Relação do districto, apesar de requisitado em cumprimento do aviso de 9 de Outubro ultimo, que por copia me fôra transmittido com a portaria de 19 do mesmo, designei por isso o dia 26 para julgamento do respectivo processo, visto ser de réo preso, e o mais antigo dos apresentados á decisão do tribunal. No dia 27 achava-se ancorado neste porto o referido vapor *Rifleman*, e do original officio dirigido pelo respectivo vice-consul interino, verá V. Ex. quaes suas exigencias, as quaes fôrão immediatamente satisfeitas.

Não deixarei de a V. Ex. communicar que, apresentando-se em minha residencia o mesmo vice-consul e o commandante do dito vapor, me fizeram certo, em resposta ao que havia aos mesmos ponderado, que nenhuma necessidade havia de comparecimento da tripulação, uma vez que não existia o crime á respeito do qual se tornava indispensavel o depoimento da mesma, e retirando-se ao meio dia, já seguia o vapor sua viagem. Parece-me haver satisfeito o determinado por V. Ex. na supracitada portaria.

N. 37.

Nota da legação de S. M. B. ao governo imperial.

N.º 12.—Legação britannica.—Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1851.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica, tendo devidamente levado á presença do seu governo os protestos que de tempos a tempos tem tido a satisfação de receber de S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, a respeito da determinação do governo imperial de reprimir o trafico brasileiro de escravos, e tendo tambem communicado a declaração que o abaixo assignado teve a honra de receber de S. Ex. quanto á intenção do governo imperial de deportar, se fôr absolvido, o subdito portuguez Valencio, que fôra accusado de commandar o grupo que assassinou o marinheiro do *Rifleman* de Sua Magestade, teve agora ordem de perguntar ao Sr. Paulino José Soares de Souza por que motivo o governo imperial não exerce a mesma faculdade de deportação com os outros capitalistas, moradores no Rio e na Bahia, que são notoriamente os principaes instigadores e os primeiros a empregarem a todas as pessoas da baixa classe que se occupão no trafico brasileiro de escravos; visto que uma medida como esta seria um golpe dado de uma vez na raiz do mal, e seria mais efficaz para pôr termo ao trafico de escravos do que a apprehensão de alguns poucos barcos, depois que se lhes permite desembarcar seus carregamentos, ou a demissão e perseguição de alguns empregados criminosos, por mais uteis e louvaveis que sejam estas medidas como começo de um novo systema.

O abaixo assignado prevalece-se desta occasião para renovar a S. Ex. os protestos de sua alta estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza, &c., &c., &c.

JAMES HUDSON.

N. 38.

Nota do governo imperial á legação de S. M. B.

N.º 11.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos negocios estrangeiros, em 8 de Fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota n.º 12 que em data de 28 de Janeiro proximo passado lhe dirigio o Sr. James Hudson, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Britannica.

Persuadido o abaixo assignado de que a sua nota daquella mesma data, e que o Sr. Hudson não podia ainda ter recebido quando escreveu a sua, prevenio a materia desta, julga bastante reportar-se ao que sobre o assumpto disse na sua referida nota de 28 do mez passado.

Della terá visto o Sr. Hudson, que o governo imperial julga a deportação dos estrangeiros, que em paga da hospitalidade que recebem no Brasil o compromettião por especulações do trafico, um dos meios efficazes de reprimi-lo, mas que julga conveniente ao mesmo tempo usar desse meio, quando a acção das leis penaes os não possa alcançar, e quando existão razões fundadas que justifiquem o emprego de uma medida que não deve ser regulada sómente por um cego arbitrio, e por informações e boatos que podem muitas vezes ter uma origem falsa e apaixonada.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para renovar ao Sr. James Hudson os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. James Hudson &c., &c., &c.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

Navios brasileiros.						
DATA DA CONDIÇÃOÇÃO.	LUGAR DA APPREHENSSÃO.	NOMES DOS NAVIOS.	TONELADES.	ARMAS.		CAPITANES.
				dos mestres.	dos proprietários.	
Janeiro.	17 Costa d'Africa	Briquete Juliet	---	José Maria da Carvalho	Bandeira brasileira sem papeis.	Vapoz Firefly.
Marcho.	18 " do Brasil	Briquete Santa Cecilia Soares	318	J. Guedes	" Comandante.	" Firefly.
Abril.	20 " d'Africa	Bergantim Independência	---	J. Gomes Martins	Bandeira brasileira sem papeis.	Briquet Flycatcher.
	15 " " " " " "	" Phenix	---	M. da Costa	José Francisco Galdeia	Vapoz Firefly.
Junho.	17 " " " " " "	Briquete Helanago	---	L. Pereira da Silva	Bandeira brasileira sem papeis.	Vapoz Phoenix.
Julho.	18 " " " " " "	Escuna Pensamento Feliz	---	P. J. de Carvalho	" " " " " "	Briquete Star.
Agosto.	16 " " " " " "	Bergantim Para Amigos	400	M. P. de Andrade	D. J. Martins, da costa d'Africa.	Vapoz Phoenix.
Agosto.	15 " do Brasil	Polibote S. Antonio Vendado	48	A. J. Azeite	A. J. de Carvalho Lopes	" " " " " "
Dezembro.	23 " d'Africa	Escuna Malacca	---	A. J. Assuredo	M. P. Monte-Idella	Comandante.
	" " " " " "	" Boa Fim	---	Augusto Cesar Navarro	Joaquim P. Martins	Gilutador.
	" " " " " "	" Juliana	---	J. M. Cardoso	O mestre	" " " " " "
<i>Embarcações sem papeis e sem bandeira.</i>						
Janeiro.	24 Costa d'Africa	Uma escuna	700	---	---	Briquete Cygnus.
	28 " " " " " "	Uma barca	200	---	---	" Sokatki.
	" " " " " "	Faluche El Goffin	200	---	---	" Waterwitch.
	" " " " " "	Um bergantim	---	---	---	" " " " " "
Fevereiro.	21 " " " " " "	Briquete Helena	---	---	---	Vapoz Photo.
Marcho.	17 " " " " " "	Escuna Minerva	---	---	---	Briquete Star.
Maio.	6 " " " " " "	Briquete W. Huntington	---	C. J. Vond	---	Vapoz Photo.
Abril.	4 " " " " " "	Uma escuna	---	---	---	" Hella.
Agosto.	19 " do Brasil	Briquete Serva	---	---	---	Comandante.
	" " " " " "	" Lemidas	---	Georgyany	---	" " " " " "
	" " " " " "	Palucho Rical	---	J. Netto	D. J. Barreto de Campos	" " " " " "
	" " " " " "	Bergantim Astro	---	---	---	" " " " " "
Outubro.	7 " d'Africa	Um faluche	---	A. Garcia	---	Briquete Watercine.

JOSEPH MARY NOCINIUS DE AZAMBUJA.

[illegible]

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

Relação dos navios apprehendidos pelos cruzeiros inglezes, e condemnados pelo vice-almirantado em Serra-Leôa, em virtude do acto do parlamento de 8 de Agosto de 1845, por indícios, ou por se empregarem no trafico de Africanos, desde o 1.º de Agosto até 30 de Novembro de 1849, de que tem conhecimento o governo imperial.

DATA DA ENTRADA.	CLASSE.	NOMES.	TIMPELAÇÃO.	NOMES		CARGAS.	PORCHENHUL.	CAPTORES.	LUGAR DA CAPTURA.	DATAS.		OBSERVAÇÕES.
				DOS MESTRES.	DOS PROPRIETARIOS.					DA CAPTURA.	DA CONSERVAÇÃO.	
1 de Set.	Brigue.	Felicidade.	18			Div. objectos e prep. para o traf.		Tasce.	Lat. 6° 20' N. Long. 3° 4' E.	18 de Setembro.		Com bandeira brasileira e sem tripas.
9 de Nov.	Idem.	Desembarado.	18			Idem.		Tasce.	" 6° 21' N. " 4° 08' E.	18 de "		Idem.
	Falcho.	Estrela.	18			Idem.		App.	" 6° 22' N. " 3° 52' W.	13 de Outubro.		Idem.
	Bergant.	Companheiro.	18	Joaq. Afr. da Natividade.	Domingos José Martins.	317 Africanos.		Rattier.	" 4° 41' N. " 33° 53' E.	13 de Outubro.		Parte da tripulação foi posta em terra.
22 de "	Locum.	Alfede.	21	A. C. da Costa (fil. t. n. c. n. c.)	O Meire.	Div. objectos e prep. para o traf.		March.	" 5° 50' N. " 4° 58' E.	30 de "		Toma os presos em Congo, e destinava-se ao Rio de Janeiro.
22 de "		Proserpina.		Francisco Lopes.		253 Africanos.		Bahia.	" 5° 11' S. " 1° 2' W.	9 de Novembro.		Em quarentena por causa da febre que levava a bordo.
22 de "		Palmeira.	23	A. C. Navarro.	Pol. P. da Silva.	Preparos para o trafico.		Planiz.	" 3° 12' N. " 5° 51' W.	31 de Outubro.		
26 de "		Californa.				303 Africanos.		Bahia.		3 de Novembro.		

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

Relação dos navios brasileiros apprehendidos pelos cruzeiros inglezes em virtude do acto do parlamento de 8 de Agosto de 1845, e condemnados pelo vice-almirantado no Cobo de Boa-Esperança desde 18 de Novembro de 1849 até 28 de Fevereiro de 1850 de que tem conhecimento o governo imperial.

CLASSE.	NOMES		TIMPELAÇÃO.	DATA DA CAPTURA.	NOME DO CAPTOR.	OBSERVAÇÕES.
	dos navios.	dos mestres.				
Barca.	Ribouma.	José Lopes da Silva.	230	18 de Nov. 1849.	Pantaloen.	Tinha a bordo diversos generos e 200 pipas com agua.
Galera.	Diligencia.	Guilherme Anderson.	30	de Jan. 1850.	Idem.	Os mesmos generos e 500 pipas com agua.
Brigue.	Philanthropo.	Daniel José Rubis.	28	de Fev. 1850.	Idem.	Preparos para o trafico.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 1 de Maio de 1851.

ANEXO C.



RELAÇÕES

ENTRE O BRASIL E A FRANÇA.



ANNEXO C



Relações entre o Brasil e a França.

ENTREGA DE ESCRAVOS MARINHEIROS EMPREGADOS NA TRIPOLAÇÃO DE NAVIOS BRASILEIROS PELAS AUTHORIDADES DA GUYANNA FRANCEZA.



N.º 1.

*Extracto do officio do Presidente da Provincia do Pará ao Ministerio dos Negocios
Estrangeiros, de 30 de novembro de 1848.*

Illm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Exc., por copias, o officio que recebi do Governador de Cayenna, M. Pariset, e a carta que lhe escrevi, em resposta, tudo relativo á abolição dos escravos nas colonias e possessões Francezas, e estatuinto-se ao mesmo tempo o principio, já anteriormente seguido em França, de que o seu territorio liberta o escravo que o toca.

Devo informar a V. Exc. que, não obstante a communicação de M. Pariset, sei que este Governador acha-se possuido de benevolas intenções; e deu provas, na occasião em que alli foram ter a tripolação e passageiros do brigue brasileiro *Aguia*, ha pouco naufragado, e de que dei parte official ao Exm. Sr. Ministro da Marinha. Alguns individuos da tripolação eram escravos que se quizeram aproveitar da oportunidade; mas o Governador, á primeira reclamação do Mestre, os fez capturar e entregar, e penso que, á vista do tratado, assim o devia fazer.



N.º 2.

O Governador da Guyanna Franceza ao Presidente da Provincia do Pará.

Governo da Guyanna Franceza.—Gabinete do Governador.—N.º 391.—Cayenna, em 12 de setembro de 1848.

Sr. Presidente.—V. Exc. sabe que um decreto do Governo da Republica Franceza aboliu a escravidão nas colonias e possessões da França. A Guyanna Franceza acha-se pois collocada sob um systema de liberdade absoluta: o art. 7.º do decreto faz-lhe extensivo o principio de que o solo da França liberta o escravo que o toca.

Julgo do meu dever, Sr. Presidente, chamar a vossa attenção sobre esta situação, pelas consequências que devem resultar para as nossas relações com as povoações dos paizes estrangeiros, onde ainda existe a escravidão.

Se convenientes ordens forem expedidas em todo o territorio sob a administração de V. Exc., e relativamente á communicação da cabotagem, por barcos brasileiros que empreguem escravos nas suas tripolações, estou que se prevenirão desintelligencias e complicações que veria apparecer com summo pezar nas relações de boa vizinhança em que temos sempre estado.

As intenções do Governo da Republica (e V. Exc. não pôde duvidar de todo o meu desejo de conformar-me com ellas) são que se continue a manter estas felizes relações, e que se estreitem ainda mais se for possível no interesse commum de ambos os paizes.

Acceitai, Sr. Presidente, a expressão da alta consideração com que tenho a honra de ser—de V. Exc.—muito humilde e obediente servidor.—O Commissario Geral da Republica na Guyana Franceza.

PARISÉ.

A S. Exc. o Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N.º 3.

O Presidente da Provincia do Pará a M. Parisé, Commissario Geral da Republica Franceza e Governador de Cayenna.

Pará, em Santa Maria de Belém, 29 de novembro de 1848.

Tive a satisfação de receber o vosso honroso officio de 12 de setembro d'este anno, prevenindo-me sobre as disposições do decreto do vosso Governo, que aboliu a escravidão em todas as colonias e possessões Francezas, e chamando a minha particular attenção sobre o art. 7.º, que faz extensivo ás colonias o principio de que o territorio da França liberta o escravo que o toca.

Muito cordialmente agradeço a benevolencia com que me fazeis esta prevenção, e que prova de certo a pureza dos vossos sentimentos, e sincero desejo de manter pacificas relações como bom vizinho, ao que procurarei corresponder com a mesma sinceridade e pureza.

Vou tudo fazer chegar ao conhecimento do meu Governo, que, segundo o tratado que temos, e á vista das relações de amizade e de boa intelligencia que existem entre ambas as Nações, cuidará em entender-se amigavelmente com o vosso, para resolver algumas hypothèses relativas ao objecto, e ao modo pratico de applicação do referido art. 7.º, sem prejuizo de nossos interesses commerciaes, e sem quebra do tratado existente.

Até que os dous Governos entre si resolvam, permitti, Sr. Governador, que eu desde já offereça á vossa illustrada consideração as ponderações seguintes.

O numero de escravos d'essa colonia, que foram repentinamente libertados, não deixará de produzir graves embaracços á colonia, já pela falta de braços para o cultivo das terras, já pela vida ociosa dos libertos, que difficilmente tomarão os habitos de trabalho voluntario, e que se lembrarão de exigir estravagantes salarios por insignificantes e momentaneos serviços. Haverá pois ali por muito tempo uma superabundancia de individuos ociosos e inuteis, nos quaes de certo não será do interesse da colonia que se aggreguem os escravos que d'aqui para lá fugirem, e que irão augmentar a licenciosidade dos outros.

Sendo o passo livre das fronteiras d'esta Provincia para o territorio d'essa colonia, ser-me-á preciso fazer terminantes recommendações ás autoridades da fronteira para impedir, quanto for possível, a fuga dos escravos, que, contando com um asylo seguro n'essa colonia, farão toda a diligencia de passar-se para ali; e com o meio mais proprio para dificultar essas fugas, talvez me veja obrigado a estabelecer um ou mais pontos de registo nos lugares convenientes.

O final do art. 9.º do tratado perpetuo com a França de 6 junho de 1826 estabelece a mutua obrigação em cada paiz de se restituirem os marinheiros desertores, tanto dos navios de guerra como dos mercantes.

Nos navios brasileiros andam muitos escravos como marinheiros, e n'esta qualidade o Brasil tem direito, conforme o tratado, de exigir a entrega dos marinheiros, embora escravos, que se escaparam dos navios brasileiros, estacionados nos portos d'essa colonia. E qualquer que seja a intelligencia literal do art. 7.º da lei abolicionaria da escravidão, ella não pôde invalidar uma estipulação, solemnemente garantida por um tratado, sob o risco de se considerar este roto. Quando mesmo não houvesse a estipulação do tratado, a tripulação de um navio brasileiro pôde em qualquer porto ser escrava, em quanto essa tripulação não sahir fóra de bordo do seu navio, e estiver coberta com a respectiva bandeira.

Tacs são as ponderações que submetto ao vosso recto juiz, e que, como acima vos disse, tambem n'esta occasião levo ao conhecimento do Governo Imperial.

Aproveito a opportunidade, Sr. Governador, para vos tributar os meus agradecimentos pelo acolhimento hospitaleiro, e soccorros prestados ali n'essa colonia ao mestre, tripulação e passageiros do brigue brasileiro *Agua*, que depois de naufragados, se escaparam na lancha, e foram ter a esse porto, de que antes haviam sahido. Nem menos se devia esperar de vosso cavalheirismo, e do caracter hospitaleiro da Nação Franceza.

Acceptai, Sr. Governador, a expressão cordial e respeitosa da distincta consideração, com que tenho a honra de assignar-me—Vosso attencioso servidor e affectuoso venerador.

JERONYMO FRANCISCO COELHO.



Questão de limites entre o Brasil e a França.

OCCORRENCIA NO AMAPÁ.



N.º 4.

O Presidente da Provincia do Pará á M. Pariset, Commissario Geral da Republica Franceza e Governador de Cayenna.

Presidencia da Provincia do Pará, na Cidade de Belém, 10 de janeiro de 1859.

Por communicações officiaes que recebi de varias authoridades da Villa de Macapá, sou informado que á dita villa chegára a noticia de que na embocadura do Rio Amapá, que entra para o lago do mesmo nome, se achavam, em dias do mez de dezembro proximo passado, estacionados dous brigues e um vapor de guerra francezes. Já antes tinha-me tambem constado que nos mezes de setembro ou outubro do mesmo anno haviam estacionado dentro do lago um brigue e duas golêtas.

A' vista de taes communicações, passo a mandar fazer as precisas indagações sobre a realidade da existencia do facto noticiado e suas circumstancias.

Entretanto, Sr. Governador, ou o facto seja verdadeiro, ou para prevenir que elle em época alguma venha a acontecer, julgo desde já do meu dever ponderar-vos que, depois da occupação franceza no Amapá, desde o anno de 1836 até 1840, em que teve logar a desoccupação do territorio contestado sobre a margem meridional do Rio Oyapoc, em consequencia das justas reclamações do meu ao vosso Governo, concordaram ambos que, por uma negociação entre si, tratariam de definir os respectivos direitos sobre o territorio contestado, discutindo a questão de limites e a verdadeira intelligencia do art. 3.º do tratado de Utrecht (a que se referem o art. 107 do acto do Congresso de Vienna de 9 de junho de 1815, e os arts. 1.º e 2.º do tratado de Pariz de 23 de agosto de 1817).

Este formal accordo do Governo Francez consta do despacho junto por copia, que foi dirigido em data de 5 de julho de 1841, por M. Guisot, Presidente do Conselho de Ministros, ao Sr. Barão Rouen, então Ministro de França na Corte do Rio de Janeiro, quando por essa occasião motivára a desnecessidade da nomeação de Commissarios Francezes para a demarcação de limites, antes de decisão previa, mediante discussão de Governo a Governo. Em consequencia d'este despacho, officialmente communicado ao meu Governo, foi retirada a nomeação já feita dos Commissarios Brasileiros, e foram em 1842 nomeados plenipotenciarios em Pariz o Ministro José de Araújo Ribeiro, por parte do Brasil, e o Barão Deilaudis, por parte da França. Chamo ainda a vossa attenção, Sr. Governador, para o periodo final com que M. Guisot conclue o seu despacho supra mencionado, exprimindo-se nos seguintes termos:—*En tout état de cause, il doit être bien entendu que le statu quo actuel, en ce qui concerne l'occupation du poste de Mapá sera strictement maintenu jusque à ce qu'on soit parvenu a se concilier sur l'objet principal du litige, &c., &c.*

A' vista da precisa e sucinta exposição acima feita, e dos termos explicitos e concludentes do Ministerio Francez, o desfecho da questão havida entre os dous Governos por occasião da occupação Franceza do posto do Amapá em 1836, foi a concordancia de ambas as partes em ser mantida strictamente a inoccupação do dito posto, até haver uma solução definitiva sobre a linha de limites, segundo a intelligencia do sentido verdadeiro dos tratados.

Quaesquer que sejam as causas que tem retardado essa solução, qualquer que seja a intelligencia que cada um dos Governos dê a esses tratados, quaesquer que sejam os direitos que a um ou outro Governo devidamente pertencam, está sempre em pé o ultimo accordo entre os dous governos, e por elle formal e solememente garantido o *statu quo* da inoccupação do territorio litigioso, já pelo referido despacho por parte do Governo Francez, já pela acquiescencia do Governo Brasileiro.

O Brasil tem pela sua parte cumprido fielmente até hoje o seu compromisso, e, como dever reciproco, toca á Nação Franceza cumpri-lo tambem.

Assim, pois, Sr. Governador, reconheceréis evidentemente que a presença e permanencia de forças de mar ou de terra no logar do litigio constitue uma formal occupação; e aquelle dos dous Governos que a ordenasse, infringiria o pactuado, dando logar a conflictos, cujo effeito seria alterar as amigaveis e pacificas relações que felizmente continuam a existir entre os dous Governos.

Ao mesmo tempo, Sr. Governador, certo dos vossos honrosos sentimentos, e de que de nenhuma maneira, por acto propriamente vosso concorrereis indevidamente para alterar essas amigaveis e pacificas relações, espero que, na hypothese de ser veridico o facto que motiva esse meu officio, fareis sem demora retirar a força naval do ponto do Amapá, ou de qualquer outro da parte meridional do rio Oyapoc, sobre que se tem litigado, onde pelo explicito accordo entre o vosso e o meu Governo não he licita occupação alguma.

Esperando a vossa resposta, dou de tudo conhecimento ao Governo Imperial.

Aproveito a occasião para mais esta vez reiterar os meus sentimentos de cordial estima e distincta consideração com que tenho a honra de assignar-me—Vosso muito attencioso servidor e affectuoso venerador.

JERONIMO FRANCISCO COELHO.

N.º 5.

O Presidente da Provincia do Pará á M. Pariset, Governador de Cayenna e Commissario da Republica Franceza.

Presidencia do Pará, na Cidade de Belém, 10 de janeiro de 1850.

Em data de hoje tive a honra de dirigir-vos uma carta, relativa ao incidente que chegou á minha noticia, de se acharem no rio do Amapá alguns navios de guerra de vossa Nação. Em additamento a essa carta, dirijo-vos a presente para informar-vos que he de ambas portador o Capitão de Fragata da Armada Imperial Martinus Hannibal Boldt, Commandante do brigue *Niterohy*, que vos apresentará da minha parte os meus attenciosos cumprimentos, e ali esperará a vossa resposta.

Como, segundo vos digo na outra carta d'esta mesma data, dou conta d'este incidente ao meu Governo, sendo de presumir que sobre elle se exijam da Legação Franceza na Corte do Rio de Janeiro as convenientes explicações, por este motivo no caso de que julgais conveniente instruir a dita Legação, para habilital-a a responder com conhecimento de causa ácerca do occorrido, podeis entregar ao portador os officios que quizerdes dirigir á vossa Legação, na certeza de que com muito prazer os farei fielmente e sem demora chegar ao seu destino pelo primeiro paquete de vapor que sair para a Corte depois da chegada das vossas officios, devendo informar-vos que os vapores seguem d'aqui regularmente de 15 em 15 dias.

Acceitai, Sr. Governador, a expressão sincera da respeitosa estima com que sou—Vosso muito affectuoso servidor.

JERONYMO FRANCISCO COELHO.

N.º 6.

O Governador da Guyanna Franceza ao Presidente da Provincia do Pará.

Colônia da Guyanna Franceza.—Gabinete do Commissario geral da Republica.—N.º 111.—Cayenna, 14 de março de 1850.

Sr. Presidente.—O brigue de guerra de S. M. Imperial, *Niterohy*, aqui chegou a Cayenna na noite do dia 10 do presente mez de março, e na manhã do dia 11 o Capitão de Fragata Martinus Hannibal Boldt entregou-me o officio de V. Exc. de 10 de janeiro ultimo.

N'esse officio relativo ás informações que teve V. Exc. de que embarcações francezas de guerra tinham sido vistas na bahia do rio Amapá, me observa V. Exc. que em virtude das convenções havidas entre os dous Governos —Francez e Brasileiro—depois da evacuação do posto francez do Amapá em 1840—o *statu quo* actual devia ser strictamente mantido no territorio contestado, abstenendo-se de toda e qualquer occupação até que se chegasse a um accordo sobre o objecto principal da questão.

Tive a honra de tambem officiar a V. Exc., por causa de noticias que d'ahi me chegaram, de que se pretendia restabelecer postes brasileiros no Amapá, e dos motivos que me decidiram a mandar observar esses logares. Minha correspondencia datada de 27 de janeiro ultimo, N.º 84, foi enviada a essa Provincia pela corveta de vapor *Crocodile*, e suppondo eu que esta embarcação não tardaria a estar de volta, empenhei o Sr. Commandante do *Niterohy* a demorar-se mais alguns dias, julgando assim poder melhor responder a V. Exc.: porém só hoje he que chegou a dita corveta, e tendo de fazer traduzir o extenso officio que n'ella me dirige V. Exc., não ousou demorar por mais tempo o Sr. Boldt, que tendo tido a bondade de esperar uma semana inteira, fez-me conhecer a necessidade que tinha de partir.

Assim, pois, não posso, Sr. Presidente, senão assegurar a V. Exc. o maior respeito ao estado em que ficaram as cousas depois das ultimas communicações diplomaticas, e que não poderia alterar o apparecimento accidental de uma embarcação sobre a costa, tanto quanto eu estou prompto a acceitar o officio de V. Exc., e o appello que n'elle faz a estas mesmas convenções, como uma declaração das intenções de observar a neutralidade do territorio litigioso sem consentir que infracção alguma se faça em tudo que lhe disser respeito.

Tratei com o Sr. Capitão de Fragata Martinus Hannibal Bollet acerca dos negocios que nos occupam, e das quaes apenas pude tratar resumidamente em minha correspondencia com V. Exc.—Actualmente essas cousas se acham affectas aos dous Gabinetes de França e do Rio de Janeiro, e depois das contas que respectivamente temos dado a nossos Governos, sem duvida resultarão explicações das quaes brevemente seremos informados, e que oplanando as difficuldades que ambos julgamos ter encontrado, confirmarão ainda as relações de boa intelligencia e amizade em que felizmente se acham.

Rogo a V. Exc. se digne acreditar no desejo que me anima de secundar em todas as circumstancias seus votos laes e elevados para a manutenção desta boa harmonia.

Acceito, Sr. Presidente, a confirmação da alta consideração com que tenho a honra de ser—De V. Exc.—o mais humilde e obediente servidor.—O Commissario Geral da Republica Franceza, em Cayenna.

PARISLET.

P. S. Não posso aproveitar-me do efferecimento de V. Exc., de escrever á Legação Franceza: no Rio de Janeiro, por haver já directamente levado esses negocios ao conhecimento do Governo em França; porém nem por isso deixo de sinceramente agradecer a V. Exc. essa prova de attenção.

N.º 7.

O Governador da Guyanna Franceza ao Presidente do Provincia do Pará.

Governo da Guyanna Franceza.—Gabinete do Governador de Cayenna, 2 de fevereiro de 1850.—N.º 84.

Sr. Presidente.—As relações infelizmente pouco frequentes, mas assignaladas por uma benevolencia reciproca que unem ha muitos annos a Provincia do Pará e a Guyanna Franceza, tem sido sempre para mim uma causa de satisfação sincera, e tive, além d'isto, em diversas circumstancias, de felicitar-me pessoalmente da cortezia de V. Exc. He, por tanto, com inteira confiança no successo de meu procedimento, que vou dar a V. Exc., e provocar de sua parte explicações francas e precisas sobre uma questão em que estão compromettidos os interesses das provincias que nos foram confiadas, e, talvez, mais ainda a dignidade dos Governos que temos a honra de representar.

A incerteza deixada pelo texto do tratado de Utrecht sobre os limites reais do Brasil e das possessões francezas da Guyanna, não foi removida pelos tratados de 1815; e a possessão definitiva do territorio que se estende entre o Amazonas e o Oyapoc, tornou-se o objecto de um litigio que os Commissarios demarcadores devem resolver. Não tenho de apreciar aqui as causas que tem retardado a solução d'esta questão, mas devo observar-vos que os direitos da França ficam intactos até hoje, e que he do meu dever fazel-os respeitar.

Em 1836, em virtude de uma ordem emanada da metropole, um posto militar foi estabelecido em Mapá por um de meus predecessores.

Se este posto foi retirado mais tarde (em 1840) depois de quatro annos de pacifica posse, foi porque tratou-se então seriamente da nomeação dos Commissarios demarcadores, e porque o Governo Francez não quiz que tivessem elles de trabalhar em presenca de uma occupação militar.

V. Exc. não deve ver e não verá, sem duvida, n'este acto de moderação da parte da França, senão uma clara manifestação da confiança que ella tem no seu bom direito e na sua força. Tive, pois, de preoccupar-me, Sr. Presidente, dos rumores que me chegaram por diversas vezes, relativamente a intenção das autoridades militares de Macapá ou dos outros postos brasileiros sobre o Amazonas, de estabelecer um destacamento no Mapá. Os discursos pronunciados por V. Exc. em 1848 e 1849, por occasião da abertura das sessões da Camara dos Deputados da Provincia do Pará, contém algumas phrases que poderiam ser interpretadas de maneira a confirmar estes rumores.

Um individuo que se dizia official brasileiro, e encarregado de missão de seu Governo, se apresentou no lago de Mapá, lendo uma pretendida proclamação, e outras instrucções dirigidas á população, para annunciar-lhe a proxima occupação d'este posto pelas forças do Brasil, para proclamar perdão e amnistia aos desertores e outros criminosos que se poderiam achar n'aquelles lugares, induzindo-os a conservarem-se unidos, &c.

O jornal official do Pará *O Treze de Maio* contém, no seu N.º de 12 de janeiro ultimo, um artigo que pareceria indicar que V. Exc. se preoccupava por sua parte de alguns movimentos sobre a costa do territorio em litigio, por alguns barcos de guerra da estação de Cayenna.

Emfim, chegou ao meu conhecimento que se preparava, ostensivamente no Pará, uma expedição cujo fim manifesto seria a occupação do territorio contencioso, ainda em 1840, um posto militar.

A' vista d'estes factos, Sr. Presidente, julguei dever chamar vossa attenção para a grave responsabilidade que assumiriam aquelles que tentassem proceder assim por via de facto. Minhas instrucções me imporiam o dever de oppor-me com todos os meios, mesmo com força, a uma similhante aggressão. Mas quero crer que não chegaremos jámais a extremos, tanto mais deploraveis que uma questão pendente, ha quasi seculo e meio, não pôde tornar-se subitamente tão urgente que determine V. Exc. a comprometter a boa harmonia que existe entre a França e o Brasil.

Em conclusão, Sr. Presidente, a presente communicação tem por fim: 1.º informar-vos que a França não está disposta a abandonar nenhum dos direitos de que até este dia tem gozado, e aos quaes pôde aspirar em virtude dos factos existentes e dos tratados; 2.º assegurar-vos que a presença dos nossos vasos no territorio contestado não foi provocada senão pelos rumores que nos chegaram de vossa provincia, e que não tem por objecto modificar o estado actual das cousas; 3.º fazer um appello ao patriotismo esclarecido de V. Exc. para pedir-lhe, tanto quanto for preciso, que evite que os agentes sob suas ordens tragam em plena paz, e por uma causa que não tem interesse urgente, uma collisão cujas funestas consequencias seria impossivel prever, mas que certamente não trariam bem algum quer a uma, quer a outra Nação.

Termino, Sr. Presidente, protestando de novo o meu desejo sincero de ver continuar entre nossos concidadãos, e de conservar pessoalmente com V. Exc., as relações amigaveis que não tem até aqui sido perturbadas. Estou disposto a crer que exagerei-me a importancia dos armamentos que se preparam no Pará e em outros lugares, e sem pretender de modo algum conhecer o seu fim, espero com confiança uma simples declaração vossa, de que não tem relação alguma com a occupação de uma parte do territorio contestado.

Accedini, Sr. Presidente, a segurança da alta consideração com a qual tenho a honra de ser de V. Exc., muito humilde e obediente servidor.—O Commissario Geral da Republica Franceza em Cayenna.

PARISSET.

A S. Exc. o Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N.º 8.

O Presidente da Provincia do Pará á Monsieur Pariset, Governador de Cayenna, e Commiſſario Geral da Republica Franceza.

Presidencia da Provincia do Pará. — Cidade de Belém, 11 de março de 1850.

Hontem por M. Dieudonné, Commandante do vapor de guerra *Crocodile*, me foi entregue o vosso officio de 2 de fevereiro do corrente anno, em que me fizeis varias observações relativas ao territorio do Amapá.

Antes de tudo tenho de agradecer-vos cordialmente as expressões de cortezia e benevolência que fazeis a honra de dirigir-me, e mui principalmente a manifestação sincera dos vossos desejos e sentimentos em conservar relações pacificas, amigaveis, e de boa vizinhança entre as duas Provincias, cujos governos e interesses nos estão confiados.

Sobre este ponto, Sr. Governador, posso affirmar-vos, que esses vossos sentimentos e desejos encontram em mim a mais perfeita reciprocidade, já pelo meu dever em não concorrer por acto meu para crear difficuldades entre as duas Nações de quem somos Delegados, já pela muita consideração pessoal que vos tributo.

Passando agora a tratar da questão do Amapá, que se contém no vosso officio, tenho a dizer-vos que concordo e aceito textualmente as vossas palavras em quanto reconheceis, como eu reconheço, que a respeito do territorio litigioso sobre a margem direita do Oyapoc, toca aos Governos das duas Nações averiguar e discutir por seus Plenipotenciarios a verdadeira intelligencia do art. 8.º do tratado de Utrecht de 11 de abril de 1713, e do art. 107 do acto do Congresso de Vienna de 9 de junho de 1815, e do tratado de Pariz de 28 de agosto de 1817, todos correlacionados com o assumpto de limites. Assim por tanto fica entre nós entendido que, até a decisão dos dous Governos, o referido territorio continúa no seu caracter litigioso, e por esse motivo em absoluta suspensão, não o direito, mas o exercicio do direito que qualquer das partes pretenda ter em seu favor.

N'este periodo do vosso officio quanto á extensão do territorio litigioso me permittireis observar vos que vos expmistes de um modo um pouco vago, quando designastes o dito territorio, pelo que se entende entre o Amazonas e o Oyapoc; e como n'estas materias toda a clareza he necessaria, eu me exprimirei mais precisamente com referencia ás palavras dos mesmos tratados, que o territorio litigioso he comprehendido desde o Rio Calçoene, aos 2º, 30' proximamente de latitude norte até o rio Oyapoc entre 4.º e 5.º de latitude tambem norte; per quanto a duvida suscitada desde muitos annos consistio em sua origem em que a França pretende que o Rio Vicente Pinzon designado nos tratados he o mesmo Calçoene, e outrora Portugal, e hoje o Brasil pretende que o Rio de Vicente Pinzon he o mesmo Oyapoc. Seja qual for a applicação que se deva dar a estas denominações duplas e ambigüas, o que nos não cabe discutir, mas sim aos nossos Governos, he claro que a questão do litigio não passa dos limites entre o Rio Calçoene e Oyapoc, e assim deve entender-se a expressão, de que vos servis—entre o Amazonas e o Oyapoc.

Estou tambem de perfeito accordo convosco quando me dizeis que nos não cabe apreciar as causas que hão retardado a solução d'esta questão; e como me observais que até se effectuar essa decisão ficam intactos os direitos da França, sendo do vosso dever fazê-los respeitar, vós sereis obrigado a convir pelo principio, al ás justo, que estabeleceis, e pela razão de igualdade e reciprocidade, que ficam tambem até lá intactos os direitos do Brasil, que he de meu dever fazer respeitar.

No momento em que vos escrevo, presumo que já tereis recebido a carta official que tive a honra de dirigir-vos em data de 10 de janeiro do corrente anno, pelo Capitão de Fragata Martinus Hannibal Boldt, Commandante do brigue *Niterohy*. O conteúdo da minha carta, que no fundo versa sobre o mesmo objecto do vosso officio, vos provará que o meu juizo sobre o pé em que se acha a questão do Amapá, já era precisamente aquelle em que a collocais, e vejo com satisfação que quando expediamos um ao outro os officios, que se desennovaram, tinhamos ambos uma opinião commum e exacta.

Posto que não sejamos nós competentes para discutir as circumstancias ou factos que devam favorecer o direito de qualquer das partes interessadas, todavia não posso deixar passar desapercivelmente a expressão *sublinhada*, que incidentalmente inseris no vosso officio, qualificando de *quatro annos de pacifica posse*, a occupação militar havida desde 1836 até 1840 pelo posto militar Francz estabelecido no Amapá; e fundame nas seguintes considerações.

1.ª Uma occupação militar nunca pôde ser transfigurada em *pacífica posse*. 2.ª Nunca essa occupação teve a acquiescência do Governo do Brasil, que não cessou desde logo de protestar e reclamar contra ella. 3.ª Finalmente, o vosso Governo he quem se encarregou de caracterisar o facto da sobredita occupação militar do Amapá, quando o Duque de Broglie, Ministro de Estrangeiros da França em nota de 26 de janeiro de 1836, respondendo ás explicações que lhe foram solicitadas pelo Ministro Brasileiro em Pariz, declarou que o Ministro da Marinha tinha se limitado a ordenar o estabelecimento de um posto provisório na margem direita do Oyapoc, a fim de proteger a contigua colonia Franceza das sanguinosas commoções que a esse tempo haviam nesta Provincia do Pará, e accrescentando que esta disposição não prejudicava em tempo algum a definitiva solução sobre os limites das Guyannas Brasileira e Franceza. Nova reclamação foi depois feita por parte do Brasil a M. Molé, Presidente do Conselho dos Ministros, em nota de 19 de setembro do mesmo anno, que respondendo em nota de 12 de outubro tambem d'esse anno, declarou que a evacuação do posto provisório do Amapá não podia effectuar-se, por existirem ainda os mesmos motivos que determinaram a occupação.

Já vêdes, pois, Sr. Governador, que a occupação militar do Amapá foi motivada segundo a declaração solenne de vosso proprio Governo, por uma causa puramente accidental e transitória, isto he, as desordens do Pará e necessidade de proteger a colonia contigua: que aquella declaração salvou desde logo os direitos a liquidar na futura discussão de limites; e que por tanto o facto do estabelecimento provisório do posto do Amapá por 4 annos, motiva lo por circumstancias occasionaes, ainda quando não houve-se a declaração positiva do vosso Governo, não pôde de maneira alguma ser apresentado nem acceto como argumento, e muito menos transformado em *pacífica posse*. Não vos remetto copia das notas supracitadas dos Ministros de França, porque presumo que as deveis, como eu, possuir no vosso archivo, e me desculpareis se vos pareço um pouco susceptivel sobre a qualificação de *pacífica posse*, que tenho contestado, pois meu silencio em assumpto de tanta gravidade poderia importar o reconhecimento de um título prejudicial aos interesses e direitos do meu Governo.

Feitas estas observações, e uma vez que ambos estamos de accordo que Poderes mais altos reservaram para si a solução definitiva da questão, o que nos cumpre he tomar por ponto de partida o estado em que as cousas ficaram, e se acham desde o anno de 1840, em que se effectuou a evacuação do posto militar do Amapá, e averiguar se estão em harmonia com esse estado de cousas os incidentes que ora occorrem, de que tratam os dous officios, que nos temos mutuamente dirigido e que se desentroncaram.

No vosso officio apenas vos referis á época da evacuação em 1840, e nada mais accrescentais; eu, porém, no que vos dirigi, puz em claro o referido estado de cousas a partir da desoccupação, remettendo-vos copia da nota de M. Guizot, Presidente do Conselho de Ministros, de 5 de julho de 1841, dirigida ao Barão Rouen, Ministro de França no Rio de Janeiro, e por este communicado ao Ministro de Estrangeiros do Governo Imperial. Por essa nota do vosso Ministro, e pela acceitação do meu Governo, foi resolvido o *statu quo* de inoccupação do territorio litigioso, até definitiva e ulterior solução da questão de limites. Este accordo formal entre os Governos de França e Brasil traça com facilidade e clareza a linha de conducta que a ambos nos deve guiar.

Entrarei agora no exame dos incidentes que occorrem, a saber: uns cuja iniciativa vos pertence, em que vós não falteis, e que motivou o meu officio, que vos remetti pelo Commandante do brigade *Niterohy*, outros que me são attribuidos no vosso officio remettido pelo Commandante do vapor *Crocodile*, e nos quaes tambem vos não fallei. Entre uns e outros ha intima relação, e principiarei pelos que me dizem respeito, e vim exarados no vosso officio.

1.º Dizeis que vos chegaram por vezes rumores que vos preoccuparam, relativamente á intenção das autoridades de Macapá, e de outros postos Brasileiros sobre o Amazonas de estabelecer um destacamento no Amapá. Posso asseverar-vos que esses rumores não tem o menor fundamento, que nunca houve a intenção supposta, nem mesmo a mais ligeira idéa de tal estabelecimento no Amapá. A maneira sincera e franca pela qual vos tenho exposto o modo porque considero o estado de cousas do Amapá, depois da evacuação em 1840, e em presença do accordo entre os dous Governos, me não permitiria, sem ser contradictorio, e sem quebra do que foi pactuado, autorisar ou consentir na collocação de destacamentos militares no logar do litigio. Fico, pois, presumindo que esses rumores vos foram levados, em consequencia de mal fundadas interpretações acerca de um ou outro facto muito natural e legitimo occorrido no territorio Brasileiro, porém nas visinhanças do Amapá, como por exemplo a presença do brigade de guerra *Niterohy* no porto da Villa de Macapá nos mezes de junho a setembro do anno passado.

Existindo no Amapá alguns Brasileiros foragidos e asylados, uns presumindo-se criminosos sem o serem, taes como os out'ora compromettidos nas desordens de 1836, outros realmente criminosos e escapos á prisão ou á

justiça, desertores, escravos fugidos &c., he muito natural que taes individuos, temerosos, e em constante receio, se assustem no presentir qual-quer movimento nos logares visinhos, e mesmo he possível que esses temores ainda mais fossem augmentados pelas noticias que costumam a correr entre o vulgo, que por via de regra em presença de algum facto quer sempre dar explicação d'aquillo que observa, mas não comprehende. Por tanto, Sr. Governador, fazei um elevado conceito do vosso critério e bom discernimento, para ajuizardes até que ponto devem ser acreditados rumores e boatos, ou espalhados por pessoas do vulgo que ignoram o fundo das cousas (pois a administração publica não pôde apregoar por toda a parte tudo o que faz, e pretende fazer) ou colhidos e exaggerados pelo susto dos proprios foragidos, como he de supôr, pelo estado de permanente desconfiança em que vivem.

Se em tempo me tive-seis pedido esclarecimentos, eu vos teia informado, que desde outubro do anno de 1848 fiz principiar os reparos da Praça de S. José do Macapá para tiral-a do abandono em que jazia, e que a ia levando á decadencia, tanto no material da fortificação, como no de seu armamento, e que em continuação d'este meu empenho foi o brigue *Niterohy* em junho de 1849 levar objectos para seu armamento, e tambem n'essa mesma occasião incumbi ao Commandante da mesma brigada commissão especial de inspecção as obras feitas e o estado da praça, e igualmente de explorar o rio Araguany até o posto militar da colonia Brasileira da Pedro II, e de examinar mais alguns pontos do nosso territorio não contestado, onde conviesse collocar outros postos militares; e esta ultima parte teve por fim o proseguimento do projecto que vos communiquei em meu officio de 29 de novembro de 1848, para estabelecimento de um ou mais pontos de registo, como meio de evitar a fuga de escravos para as partes de Cayenna, visto que por decreto do vosso Governo foi abolida a escravidão nas suas colonias; e os escravos dos subditos Brasileiros tendo o passo livre e sabendo, como sabem, que tocando o territorio Francez ficarão libertos, não deixariam de aproveitar-se de tão prompto e facil recurso, como de facto alguns se tem já aproveitado. O estabelecimento de taes registos militares tem mais a vantagem de tranquillisar os habitantes de Macapá, que algum tanto e com razão se inquietam pela proxima visinhança dos foragidos do Amapá, que como taes seguramente não podem dar garantias de seu bom proceder.

Eis, pois, a explicação tão simples e natural, quanto verdadeira do principal incidente, que provavelmente originou os falsos rumores que ali vos chegaram, e que talvez sorprendessem a vossa boa fé.

São factos muito legaes e legitimos, todos passados no nosso territorio, e do serviço administrativo e interno, que nenhuma estranheza podem causar, do mesmo modo que nenhum reparo eu poderia com justiça fazer, se soubesse que tinheis um ou mais navios de guerra no rio Aprouange, que fazeis reparar o forte de S. Lucas, ou que tinheis collocado um destacamento nas visinhanças da montanha d'Arjan.

Assim, Sr. Governador, ficai deslo já prevenido contra novos rumores, que possam ainda apparecer, por novos factos tendentes aos objectos que acim vos tenho declarado, e que de maneira alguma tem relação com estabelecimento de postos militares no Amapá.

2.º Quanto aos discursos que citais pronunciados por mim na abertura da Assembléa Provincial nas sessões legislativas de 1848 a 1849, e que dizeis serem susceptíveis de interpretações no sentido dos rumores que se espalharam, depois do que fica referido ácerca do nenhum fundamento n'esses rumores, torna-se desnecessario entrar em longos desenvolvimentos. Junto vos remetto d'os exemplares d'esses meus discursos. Em um dos topicos do de 1848, o que mais poderia soffrer alguma interpretação, he o da pagina 113, em que tratando dos receios dos habitantes de Macapá e villas contiguas pela visinhança dos foragidos e criminosos do Amapá, como capazes e dispostos á depredações, eu prometto cogitar nos meios de providenciar sobre o caso. E nada mais simples: o meio por mim cogitado he o de estabelecimento dos postos militares de que ha pouco falei, collocados em posições proximas ao Amapá, para evitar qualquer aggressão, tanto como a fuga de escravos.

3.º Dizeis ter ido ao lago Amapá um official Brasileiro em commissão do Governo, lendo uma pretendida proclamação annunciando proxima occupação militar d'aquelle ponto, prometendo perdão e amnistia aos desertores e criminosos &c.

Dir-vos-ei que ignoro completamente essas circumstancias que referis como praticadas por um official Brasileiro. Sei sim que em dias de setembro ou outubro do anno passado, estive no Amapá um individuo de nome João Manoel de Lira Lobato, que he Tenente da Guarda Policial (que corresponde á Milicias, ou Guarda Nacional); mas posso assegurar-vos que nem elle foi em caracter e serviço militar, nem foi incumbido de lêr proclamações, nem annunciar occupações. O que ha de positivo em tudo isto he o seguinte:

No Amapá existe, como já mencionei, uma classe de individuos que se presumem criminosos, sem o serem. São os compr mettidos nas desordens de 1833. Para elles ha desde muitos annos um decreto de amnistia e

perdão com pleno esquecimento do passado. Elles vivem, porém, na illusão e ignorancia, e pensam que as autoridades do seu paiz os perseguião, e se se apresentarem.

Ha tambem alli deserto es, classe esta a quem por vezes se tem extendido os effeitos da Clemencia Imperial. Facil tem sido por intermedio das autoridades locais fazer chegar ao conhecimento dos individuos, que n'outros pontos tambem ha nas mesmas circumstancias, a noticia dos decretos de perdão que lhes aproveitam; porém tem sido isso difficil a respeito dos que existem no Amapá.

Por estes motivos, e como meio opportuno, as autoridades de Macapá tem ordem de recomendar a todos os que frequentam o Amapá, e alli vão para seu negocio particular de pescaria ou troca de generos, que digam aos illudidos e desertores, que podem desassombradamente vir apresentar-se ás autoridades do seu paiz, e aceitarem o perdão que se lhes tem concedido.

D'esta capital costumam tambem ir á pescaria no Amapá alguns canoás, e eu pessoalmente tenho recommendado aos individuos que vão, o aconselharem a esses foragidos para que se apresentem, e voltem sem receio ao seu paiz, a suas familias, ou a suas bandeiras. E'cuso dizer-vos que nada d'isto se entende, nem com os criminosos de justiça, nem com escravos fugidos. Póde bem ser (o que eu ignoro) que um ou outro individuo nos seus entretimentos com os foragidos do Amapá lhe haja dirigido discursos mal cabidos, e me-mo em termos repugnantes ou contradictorios; mas vós convideis, Sr. Governador, que um Governo não pôde impedir que os individuos entre si e em suas relações pessoais, usem de expressões e linguagem cada qual accomodada ao seu gráo de illustração.

Bem pôdeis alijizar ácerca da classe infima a que pertencem tanto os foragidos que alli vivem, como as tripulações dos pequenos barcos de pescaria que lá vão. Uns e outros são geralmente tapui's. Esse mesmo Official da Guarda Policial, que foi a negocio seu particular ao Amapá, e a quem se attribuem discursos no sentido que dizeis, he um simples lavrador do centro do districto segundo me informam, em quem se não pôde suppor toda a illustração precisa para calcular o alcance de suas palavras (se as profirio) em assumptos d'esta ordem: talvez mesmo se lhe attribua mais do que elle praticou, e que os rumores que tanto mais crescem, quanto mais caminham, vos chegassem tambem n'este ponto exaggerados. O que pois ha de positivo, he que eu procuro fazer saber, pelo meio já dito, a certa classe de foragidos, que podem vir livremente apresentar-se. Seguramente reconhecereis que o procedimento de um Governo que envia palavras de benevolencia e de paz para attrahir a seus subditos, he um acto de moralidade e digno de louvor, seja em qualquer parte do mundo que existam esses subditos, quanto mais em um territorio de dominio litigioso; e se eu não tivesseo escrúpulos de vos ser importuno, recorreria á vossa benevolencia para me cadjuvardes no empenho de fazer chegar aos foragidos do Amapá, que alli se conservam, na illusão uns, na ignorancia outros, o convencimento de que podem sem risco vir apresentar-se ás autoridades do seu paiz. Eis o facto esclarecido, e estou certo que agora cessará toda a preocupação que elle vos pudesse ter suscitado.

4.º Referis o annuncio do jornal *Treze de Maio*. Esta folha não he, como pensais, propriamente official, mas sim he sómente n'ella que a Presidencia manda publicar os seus act's officiaes, que devem ser conhecidos do publico. O annuncio limita-se a dizer que *constava* existirem estacionados na foz do rio Amapá alguns navios de guerra francezes. Narrou um facto n'esse tempo em duvida e actualmente condemnado.

O annuncio terminava dizendo que o brigue *Niterohy* ia sair em commissão. Já antes vos indiquei ao que esse brigue he destinado, quando estaciona em Macapá; e agora deveis mais saber qual foi a commissão em que elle sahio, e que por delicadeza, e por não parecer ostentação, o annuncio deixou de mencionar. Ji esse brigue deveria achar-se no ancoradouro de Cayenna, e ainda aqui ninguem suspeitava da viagem a que foi, o que sómente agora he sabido. O annuncio, portanto, do jornal, não só em nada justifica as vossas apprehensões, mas até prova que houve a boa intenção de as não suscitar.

5.º Dizeis finalmente que vos chegou a noticia de que aqui no Pará se preparava ostensivamente uma expedição com o fim sabido da occupação do territorio onde es'ivera o posto militar francez em 1840. Essa noticia he tão pouco fundada como os outros rumores exaggerados que vos chegaram; e vós mesmo no final do vosso officio tiveis não só o bom discernimento de tomar como exaggeração a importancia d'esses preparativos, mas tambem a delicadeza de não pretender de maneira alguma conhecer o seu fim.

Bem incommoda, Sr. Governador, seria a posição de dous vizinhos que sem motivo justificado se constituissem em estado de mutua desconfiança, e que sob taes impressões, que de ordinario conduzem a errados juiz's, se vissem obrigados a observar e interpretar os movimentos de cada um.

Certo da lealdade do vosso e do meu Governo, tendo a consciencia da minha sinceridade e confiança na vossa, he-me lisonjeiro esperar que esse estado de desconfiança nunca apparecerá. E pelo que respeita a este topico do vosso officio, posso affirmar-vos que, quando um motivo quaquer podesse ter feito apparecer a necessidade de mais algum movimento nos preparativos navaes, se esse motivo mesmo fosse justificado em presença de um facto, como medida de prudencia e cautela, semelhante á que vós tomastes sobre simples rumores, em todo o caso, não havia nem pensamento de occupação, nem de especie alguma de aggressão.

Cabe agora, Sr. Governador, mencionar o incidente que vos pertence.

Depois da primeira ida do brigue brasileiro *Niterohy* a Macapá, onde estacionou de junho a setembro do anno passado, correram os infundados rumores que vós preoccuparam, e pelos quaes fizestes estacionar uma força naval na embocadura do lago Amapá.

Tive noticia vaga de que em agosto ou setembro do anno passado alli estacionaram por mais de um mez um brigue e duas goletas. E como estes navios não permaneceram, e mesmo não tive então plena certeza do facto, nenhuma explicação provequei. Mas posteriormente chegou-me a noticia de que no mez de dezembro achavam-se estacionados no mesmo lugar dois brigues e um vapor de guerra, o que motivou o meu officio de 10 de janeiro que vos expedi pelo brigue *Niterohy*.

Finalmente por communicações officiaes do mez de fevereiro proximo passado fui informado que ainda permanecia um brigue de guerra francez estacionado em frente da embocadura do lago Amapá, no canal formado entre a ilha de Maracá e a terra firme. Da se por tanto a hypothese que figurei no meu officio de 10 de janeiro de permanencia de força no lugar do litigio, o que he em contradio ao estatuido entre os dois governos que concordaram em manter o *statu quo* de inoccupação.

Na 2.^a das conclusões do vosso officio me prevenistes, de que a presença d'essas embarcações de guerra fôra provocada pelos batos que alli vos chegaram. Como, porém, agora esses batos cahem completamente, e pelos esclarecimentos, que ora vos dou, ficais convencido do seu nenhum fundamento, desaparece o motivo que julgaveis legitimar alli a presença da força naval franceza.

Cumpre-me tambem dizer-vos, que sei pelas ultimas participações, que o brigue de guerra francez que ainda alli se conserva, tem estabelecido um activo registo sobre todas as canoas de pequeno commercio, que se dirigem ao lago. São ellas visitadas, dão-se-lhes licenças, examinam se papeis, e são acompanhadas até certas distancias por lanchões armados, de maneira que este procedimento constitue um verdadeiro bloqueio e exercicio de jurisdicção no territorio litigioso, o qual n'este caracter, se não está constituido como um estado neutro, está seguramente no que se deve qualificar *nullius jurisdictionis*.—E como no vosso officio me prevenis que não devo preoccupar-me com alguns cruzeiros sobre a costa do territorio litigioso, fico convencido de que as vossas instrucções não tem sido literalmente cumpridas, pois que um simples cruzeiro pela costa, que qualquer de nós pôde estabelecer, foi convertido em bloqueio com vexação dos subditos brasileiros, que alli vão; e d'este modo devo suppor que contra vossas intenções tem havido da parte dos executores das vossas ordens mais que excesso de zelo: e tal he a confirmação que tenho na nobreza de vosso caracter, e na rectidão de vossos sentimentos, que conto com toda a segurança, que fareis cessar similhantes factos. Em conclusão, Sr. Governador, á vista de tudo quanto fica dito resulto:

1.^o Não ha nem houve a mais ligeira idéa de uma occupação militar por parte do Brasil sobre qualquer ponto do territorio litigioso, e alguns factos a que alludis nunca tiveram o alcance que os rumores lhes deram.

2.^o Estamos de accordo que não a nós, mas sim aos nossos Governos, compete decidir as duvidas sobre os direitos, que cada um pes-a ter ao dito territorio; e que até essa decisão ficam intactos os mesmos direitos, tanto a uma, como a outra parte.

3.^o Que a nenhum de nós he permitida a'terar o estado de inoccupação do territorio litigioso, e nem exercer nelle acto algum de jurisdicção, porque assim está convencionado pelos nossos Governos.

4.^o Finalmente que nenhuma força de mar ou de terra Franceza ou Brasileira pôde estacionar nos logares do litigio.

Tendo vos fallado, Sr. Governador, com a precisão e franqueza, que mostrastes desejar, agora que tudo fica esclarecido, será com a mais viva satisfação que verei desvanecidas todas as apprehensões sobre os actuaes incidentes relativos ao Amapá, e tudo restituído ao anterior estado de cousas; e no pé lisonjeiro em que pelas nossas mutuas explicações fica este assumpto, desde já officio ao meu Governo asseverando-lhe que pôde contar terminados estes ligeiros incidentes, que só tiveram por origem uma equívoca interpretação de factos aliás bem simples. Assim, Sr. Governador, fico plenamente convencido dos meus puros e sinceros desejos de manter a

mais completa harmonia, e amigaveis relações entre os subditos de nossas Nações residentes nas provincias que governamos; e pelo que pessoalmente vos respeita, he-me sempre grato ter occasião de exprimir-vos os sentimentos da minha cordial estima, e da distincta consideração com que tenho a honra de assignar-me—Vosso muito affectuoso servidor e venerador.

JERONIMO FRANCISCO COELHO.

N.º 9.

O Governador da Guyana Franceza ao Presidente da Provincia do Pará.

Colônia da Guyanna Franceza.—Gabinete do Commissario Geral da Republica.—N. 138.—Cayenna 1.º de abril de 1850.

Sr. Presidente.—Tive já a honra de accusar a recepção do officio de V. Exc. de 11 do passado, que me foi entregue pelo Sr. Capitão Tenente de Marinha Dieudonné, Commandante da corveta de vapor *Crocodile*; e na falta de tempo para responder a V. Exc. pelo brigade de S. M. I. *Niterohy*, vou agora dirigir-vos algumas observações, que julgo indispensaveis, mesmo antes que a intervenção de poderes, que nos são superiores, venha concluir definitivamente a polemica entre nós havida a respeito da questão do Amapá.

Com effeito, Sr. Presidente, felicitando-me com V. Exc. pelo feliz resultado, que certamente terá a correspondencia a que nos levaram os ultimos incidentes, e que tem por objecto este territorio; accendendo com empenho e satisfação sincera a explicação dos factos que me hão preoccupado, a manifestação da inteireza e lealdade das intenções de V. Exc., e finalmente sem prejudicar os sentimentos de cordialidade e estima com que sempre tenho o prazer de ser reciproco para com V. Exc., não posso deixar passar despercebidos alguns pontos do officio de V. Exc., que deviam particularmente fixar minha attenção; não que, a meu ver, um esquecimento ou o silencio da parte de um de nós possa trazer a respeito de nossos Governos uma obrigação, ou uma especie de adhesão tacita, por isso que não temos commissão para tratar; mas, como mui bem diz V. Exc., n'estas materias faz se necessaria a maior clareza, e convém repellir claramente aquillo que se não acceta.

Desde que V. Exc., deixando o que lhe parece ser vago em minha designação das terras litigiosas, situadas além do Oyapoc e do Cabo d'Orange para o Amazonas, fixa o limite do territorio contestado no rio Calçoene a 2.º 30' de latitude norte, isto he, a muitas legoas ao norte do Amapá, decide uma questão, que de nenhuma forma me parece tel-o sido pelos tratados e convenções que até hoje regem a materia.

Não tenho conhecimento de documento algum diplomatico, em que se tentasse estabelecer similhante limite senão um tratado de 20 de agosto de 1797, segundo julgo, que devia dar por fronteiras ás duas Guyannas o rio Calçoene; por em este tratado não foi ratificado nem pela França, nem por Portugal. E de facto, recorrendo-se aos tratados, só um encontrar se-á, no qual alguma cousa de preciso se tenha estabelecido relativamente á contestação originada da interpretação do art. 8.º do tratado de Utrecht; e este tratado he o de Amiens de 25 e 27 de maio de 1802, não mencionado por V. Exc. em seu officio.

Dando pois este tratado, sem ambiguidade alguma, o Arawary ou Araguary por limite ao territorio francez, he natural, com quanto os tratados posteriores tenham em duvida a justiça da solução adoptada em 1802, que não possamos acceitar no territorio contestado limites mais estreitos que os n'aquella época admittidos como definitivos. He isto que a França sustenta; e tal he evidentemente o sentido em que foi redigida a nota do Sr. Guizot de 5 de julho de 1841, junta ao officio de V. Exc., assim como tambem o que tem precedido a toda esta controversia desde a paz de 1815.

Voltando ao objecto mais especial d'estas explicações, inteiramente reconheço como V. Exc., a exaggeração que sempre accompna as noticias da especie das que nos occupam, e quanto he conveniente não lhes dar facilmente credito. Foi este precisamente o motivo porque eu limitei-me primeiro que tudo a mandar observar o que se passava n'esses logares; e se o officio de V. Exc. de 10 de janeiro me tivesse sido entregue n'essa data, desde então toda a difficuldade estaria provavelmente aplanada; por que em janeiro embarcação franceza alguma existia no Amapá, tendo eu, repito-o, accidentalmente enviado uma em fins de 1849, só com poucos dias de

Novamente repeto a V. Exc. a expressão dos sentimentos de alta consideração com que tenho a honra de ser—
de V. Exc.—o mais humilde e obediênte servidor.—O Comissário Geral da República Francesa em Cayenna.

•

Provincia do Pará, na Cidade de Belém, 30 de maio de 1850.

Passando a entrar no assumpto relativo ao territorio do Anapá, direi que esta vossa carta official, bem como a anterior, contém ainda duas especies distinctas, a saber: a questão de direitos, ou puramente diplomatica, e a questão dos factos, ou incidentes que occorrem.

Quanto á primeira, posto que a questão de direitos sobre o território litigioso, ou a solução final dos verdadeiros limites, como já tive occasião de dizer-vos, não seja de nossa competência, por terem os nossos Governos guardado para si o ajustarem, ou resolverem essa delicada e antiquíssima questão, e sendo certo que ácerca d'ella nossas opiniões pessoais, ou sejam verdadeiras ou errôneas, nenhum engajamento trazem a nossos Governos, todavia he sempre útil esclarecer com franqueza e lealdade qualquer ponto duvidoso ou equivoco sobre questões importantes, tal como esta, tanto mais que quando nossos Governos hajam de tomar alguma deliberação, ou venham a chegar a algum accordo definitivo, nossas opiniões poderão ser perfeitamente consideradas, conforme o gráo de confiança e conceito que lhes merece nos visto que nos achamos em presença das localidades, e que por esse motivo em nós se deve pre-aver perfeitto conhecimento do assumpto questionado.

Permitteires, Sr. Governador, que eu principie por dizer-vos, que muito injusta me pareceu a vossa pretensão de quererdes definir a extensão do terreno bellegoso d'onde o rio Araguay para o norte até o Oyapac, succorrendo-vos, para explicar a disposição do artigo 8.º do tratado de Utrecht de 1713 no cado do tratado de Amiens de 25 e 27 de março de 1802, senão este ultimo que fixára o rio Araguay para limites entre as duas Guyannas Franceza e Portugueza, quando o outro designára para limite o rio Oyapac ou de Vicente Pizzon, declarando em termos muito claros e expressos que ficavam p'riamente em todo o dominio á Corôa Portugueza as terras chamadas do Cabo do Norte. A acceptar-se, Sr. Governador, a vossa inadmissivel pretensão de limites pelo Araguay, resultariam as manifestas contradicções q'ue posso a expôr-vos.

1.º Nossos Governos estão de accordo que he o tratado de Utrecht o que vigora, posto que dependente de ser esclarecido em sua verdadeira intelligencia. Vós, e eu tambem, estamos do mesmo accordo. Ora, esse tratado, em termos livres de todo o equivooco, nos dá o dominio das terras chamadas do Cabo do Norte: assim, pois, se o limite for, como dizeis, o rio de Araguay ao Sul do dito Cabo, ficará este, bem como as terras aquem e além d'elle, pertencendo á Nação Franceza, quando essas terras, que são as do Cabo do Norte, não ficaram expressamente pertencendo p'lo tratado, que não he mais valido.

2.^o O fundamento, em que vos buscas para traçar os limites pelo rio Araguay, he qua, senão equivocaca a designação constante no art. 5.^o do tratado de Utrecht, pela dupla denominação do rio Oyapoc ou Vicente Pinzon, sómente o tratado de Amiens dá o nome, em que esse intrastês alguma coisa de preciso para interpretação do de Utrecht. Se assim fôrse, se o limite estava traçado pelo tratado de Amiens de um modo claro e preciso pelo rio de Araguay, sendo esse tratado do anno de 1802, não tend' havido outro até a paz geral em 1815, que necessidade haveria de nova fixação de limites, entre os dois Governos da França e Portugal, como a que consta do art. 107.º do acto do Congresso de Vienna de 9 de junho de 1815, revalidando e explicando o tratado de Utrecht? Não será contradição, existindo um tratado com limites precisos, fazer-se outro inutilmente, duvidoso, e em pura perda? A verdade he que o acto do Congresso de Vienna teve por fim annullar os limites do de Amiens e quaisquer outros, e de explicar com precisão o de Utrecht, marcando a posição geographica entre os 4.^o e 5.^o de latitude Norte; e bem vedes, Sr. Governador, que a embocadura principal do rio Araguay está apenas na latitude de 1.^o 20' Norte. Demais a vossa opinião de ser o tratado de Amiens explicativo do de Utrecht traa o notavel resultado de dar ao rio de Araguay quatro nomes distinctos, a saber: Araguay, ou Arawá, Oyapoc ou Vicente Pinzon; e neste caso, que nome ficará tendo o rio, que desagua por entre o Cabo de Orange, e a ponta de Arjan? Ficarão havendo dois Oyapocs, um ao Norte, outro ao Sul, servindo de extremos ao territorio contestado? Seguramente que o não admittireis; logo sereis obrigado a convir, que o rio de Araguay não he, e nem foi o Oyapoc ou Vicente Pinzon, e menciona o tratado em vigor, Aqui cabe dizer-vos, que esse tratado de Amiens não só acabou pelo acto posterior do Congresso de Vienna, mas ainda que, quando nenhum outro tratado posterior houve-se, o de Amiens nenhuma obrigação impoz'a a Portugal, que n'elle não foi representado, nem interfeio, e nem foi ouvido nos ajustes, que então se fizeram entre differentes potencias com a Nação franceza. Não posso por tanto aceitar o vosso principio de que por ser o tratado de Amiens o unico que marca limites precisos, deve ser elle o explicativo das dúbidas do de Utrecht; por esse principio, se elle fosse aceitavel, nada poderiais ir mais longe, porque antes do tratado de Utrecht; por esse principio, se elle fosse aceitavel, niada poderiais ir mais longe, porque antes do tratado de Utrecht, e depois do de Utrecht, houveram varios tratados, inclusive o de 20 de agosto de 1797, por vós citado, e que, como muito bem diz eis, não foi ratificado; e entre elles se encontra o sphemero tratado de Madrid de 29 de setembro de 1801, que fixava para limite o ri Carapinatuba, que desagua dentro do Amazonas acima da fortaleza de Macapá. Nem he pois, como vos persuadis, o tratado de Amiens o unico que se encontra depois do de Utrecht fixando limites precisos e definitivo; nem he exacto o vosso modo de pensar, por que então o dito tratado de 1801 poderia tambem considerar-se explicativo do de Utrecht.

3.º Vós declarais ainda que as pretensões do vosso Governo tem sido sempre sustentar como seus limites ao Sul o rio Araguay, e que he esse o espirito da nota de M. Guisot de 5 de junho de 1811, de que vos remetti copia. Tereis a bondade de me permittir, que eu vos observe, que, se taes tem sido as pretensões do vosso Governo, ellas pelo menos nunca foram manifestadas; de mais não convenho que esse seja o espirito da nota de M. Guisot. Esse illustrado ex-Ministro da Nação Franceza se exprime bem claramente referindo-se precisamente ao estado de cousas, que diz respeito á occupação do posto do Amapá, sem mais alguma outra referencia directa ou indirecta sobre a questão do litigio, que elle não discute, nem ao menos n'ella toca levemente. O que vos posso tambem asseverar he que, pela discussão diplomatica, havida entre os nossos dous Governos, occasionada pela occupação Franceza do Amapá em 1836 até 1840, nunca o vosso Governo argumentou com a validade do tratado de Amiens; nem uma só vez, em virtude d'esse tratado, reclamou para limite o rio de Araguay; desorte que, quando elles designavam o territorio do litigio, apenas usavam da expressão indefinida—margem meridional do Oyapoc.—O primeiro que se lembrou de invocar esse tratado, foi em 1836 um de vossos antecessores, M. Lourent de Choisy, e agora vós que a elle vos referis.

Nas dividas em antigos tempos suscitadas sobre a intelligencia do tratado de Utrecht, nunca tambem entrou em questão o Araguay.

A pretensão do Governo Francez n'esses tempos era que o tratado devia entender-se fixando os limites na Bahia de Vicente Pinzon, e vós sabeis que esta bahia he a comprehendida entre a ilha de Maracá, e a embocadura do Amapá, e d'ahi sómente pôde ter derivado o pretendido direito de occupação em 1836. Para vos demonstrar que nunca passaram a mais as antigas pretensões sobre a intelligencia d'aquelle tratado, vou citarei o periodo 3.º de uma carta da municipalidade do Cantão do Oyapoc ao commandante de um navio da Armada Portugueza alli fundado, com data de 18 de outubro de 1794, em que lhe dizia, e attestando as nossas pretensões sobre o Oyapoc, que os Francezes occupavam, ha muito tempo, a margem meridional do dito rio Oyapoc até a Bahia de Vicente Pinzon. Na sessão do Conselho de Guerra de Cayenna de 25 do dito mez e anno se vê igual declaração de que consideravam os seus limites no Cabo do Norte ou Bahia de Vicente Pinzon.

Modernamente na occasião da occupação Franceza em 1836, tanto não se tinha em mente o Araguay para limite, que o vosso antecessor já mencionado M. Lourent de Choisy, na abertura da sessão do Conselho Colonial d'esse anno, assim se exprime: "Em observancia das ordens de Sua Magestade tomei posse dos limites meridionaes da Guyanna Franceza fixados pelo tratado de Utrecht." Eis pois o vosso antecessor qualificando, por ordem do vosso Governo, como limite meridional o ponto do Amapá, e fazendo tal declaração em um documento solemne, publicado na *Quotidienne* de 5 de julho. Tudo isto está de accordo com as pretensões de antigos tempos, pois que effectivamente o Amapá está na altura da Bahia de Vicente Pinzon. Agora ficareis conhecendo, Sr. Governador, o motivo por que no meu officio anterior eu fiz menção do rio Calçoene, como limite meridional pretendido pela Nação Franceza: não foi por que considerasse valido o tratado não ratificado de 30 de agosto de 1797, e nem tão pouco o mencionei, mas pelo menos esse tratado esclarece as idéas recebidas n'aquelles tempos, e manifesta qual tem sido desde então o objecto do litigio, pois que habeis negociadores por parte de ambos os governos, pretendendo fixar os limites declararam que era o rio, que os Portuguezes chamavam Calçoene, mas que os Francezes chamavam Vicente Pinzon.

As palavras pois do dito tratado sómente servem como autoridade subsidiaria, de tanto mais peso, quanto estão de perfeita harmonia com as declarações da municipalidade do Cantão do Oyapoc, e do Conselho de Guerra de Cayenna, e até com o discurso de M. Lourent de Choisy, de que acima vos fallei. De tudo quanto tenho tido a honra de expôr-vos, resulta evidentemente, que só he territorio do litigio, pela propria declaração das autoridades Francezas antigas e modernas, o que decorre do ponto do Amapá, onde teve logar a occupação, até o Oyapoc, reclamado pelo Brasil, e portanto não pôde ser accetita qualquer outra pretensão ampliando o territorio litigioso além d'esses limites.

Passando a tratar da questão dos factos, ou incidentes occorridos, torna-se ella agora bem simples depois das nossas reciprocas explicações. Vós ficasteis sabendo, Sr. Governador, da exaggeração dos boatos, que alli vos chegaram, e de que nunca houve a mais ligeira idéa da minha parte, ou do meu Governo, de uma projectada occupação do Amapá; eu fico tambem sabendo, pelo que agora me fazeis a honra de dizer, que igualmente me exaggeram as noticias sobre a permanencia de uma força naval Franceza em frente da embocadura do Amapá, pois declarais, que á vista d'aquelles boatos, vos tinheis limitado a enviar um navio para aquelle ponto, acidentalmente, e só por poucos dias de cada vez. Assim por tanto, n'esta parte he um assumpto completamente

ando, e não tereis motivo algum fundado para enviar, nem mesmo accidentalmente, e por dias, mais navio a estacionar em frente do Amapá.

Aproveito a occasião para informar-vos que a mesma exaggeração de boatos sobre esta questão chegou ao conhecimento do Encarregado dos Negocios de França no Rio de Janeiro, e que este pedindo explicações ao Governo Imperial, teve em resposta a asseveração formal pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros, de que nenhuma pretensão havia de nessa parte para alterar o accordo subsistente sobre a inoccupação do territorio do Iligioso, e he com muito prazer, que tenho a honra de fazer-vos esta communicação.

Pelo que respeita ao facto, que vos parece muito grave, da existência da colonia Pedro II., negando-se, segundo os tratados, que tenhamos direito ás terras vizinhas do Cabo do Norte, e acreditando de mais estar a dita colonia, não perto Araguary, mas em um dos confilctos que n'elle se lança pela margem esquerda, a vista do que elle vos explicou o Capitão de Fragata Martinus Hannibal Boldt, campro-me dizer-vos, que de modo algum, em favor d'essa vossa pretensão, pois he invocar os tratados. Vosso Governo, e vós, reconheceis que he valido o de Utrecht, e já n'outra vos lembrei, que o art. 8.º d'esse tratado nos dá expressamente o dominio das terras do Cabo do Norte. Como, pois, contra esse nosso direito expresso e não ao menos reconhecido, nos com direito de dominio das terras vizinhas do Cabo do Norte! Tudo isto nasce do equívoco, em que heideis, de que pôde ter applicação o—dilectum originem nullo—Tratado de Amiens, cuja validade nem o vosso Governo em tempo alguma reclamou perante o meu, nas questões suscitadas sobre as doudas do tratado de Utrecht.

O facto real e unico he, que o estado consensual do limite meridional Francez, no territorio Iligioso, he o Amapá, e que não tendo o vosso Governo manifestado mais extensas pretensões ao Sul do Amapá, não podesdes vos transportar d'ahi o ponto do Iligioso para o Araguary, e terras do Cabo do Norte.

Não posso nesta occasião ter conhecimento dos praeios termos em que o Capitão de Fragata Boldt vos fez dadas explicações sobre o lugar em que existe a colonia Pedro II., visto que este official se achava desente, desde já posso assegurar-vos que houve manifestas equivoques, ou no modo por que elle vos deu tales explicações, ou no sentido em que as recebestes, porquanto, não he exatidão que a dita colonia esteja situada em confluento alguma da margem esquerda do Araguary, mas sim no rio principal, isto he, no proprio Araguary. Basta consultar a hydrographia fluvial d'estes lugares, e se sabrá - 1.º, que o rio Araguary não tem confluento algum pela margem direita, pois n'essa caso poderia suscitar-se douda, quando se quizesse apresentar o rio confluyente pelo principal: 2.º, que pela margem esquerda do Araguary, além de alguns rios e igarapés, cerrados de muito e quasi intrensiveis, sómente confluem dous rios secundarios e de pequena cabedal, e que são o Aporema e o Teacajataba, e em nenhum d'elles está a colonia, e sim acima da confluenta do primeiro e pouco abaixo da do segundo, e por tanto está no rio principal do Araguary. Acresce mais que esta colonia foi solememente fundada e alli tem subsistido ha mais de nove annos, ainda antes do accordo entre os dous governos sobre a inoccupação do Amapá. Não he, pois, facto moderno, nem clandestino, nem incompetente, que possa de qualquer modo ter ligação com as questões pendentes, as quoms em nada se referem ao territorio de sua applicação; e, portanto não ha o mais leve fundamento para a clamação alguma da vossa parte.

Desculpa-me, Sr. Governador, de ter sido, talvez, demasiadamente extenso sobre este assumpto, mas a sua importancia assim me pareceu exigir. Em conclusão, o facto principal e o mais grave, que deu origem a toda esta discussão, está esclarecido. Pelas nossas mutuas explicações e declarações não he, nem houve da parte do vosso nem do meu Governo, e muito menos da nossa parte pretensão alguma tendente a alterar o *statu quo* da inoccupação do territorio Iligioso; e d'este modo estão desleitas todas as nossas mal fundadas apprehensões sobre a possibilidade de qualquer occorrença, que podesse alterar as relações amigaveis e de boa intelligencia, que felizmente subsistem entre os nossos Governos, a quem agora toca a se ajustarem definitivamente sobre esta questão, cuja solução clara e precisa, qualquer que ella seja, traria a grande vantagem de acabar com este estado indefinido e doudoso, que será sempre uma fonte de interminaveis conflitos.

Por este modo, Sr. Governador, concluo esta resposta á vossa honrosa carta: e se grande he o pezar que tenho tido de que entre nós e involuntariamente apparecesse esta questão, nascida de boatos exagerados e factos mal interpretados, he-me ao mesmo tempo s'oremaneira grato, que ella ficasse esclarecida e terminada por um modo franco, leal e honroso; e pelo que pessoalmente me diz respeito, só tenho motivos de felicitar-me por ter merecido de vossa parte não equivocas provas de vossa delicadeza e benevolencia, e de também ter-me proporcionado, por vezes, occasiões de poder significar-vos a minha expressão de subida estima e d' sincera consideração.

que vos tributo, que ainda esta vez vos reitero, e com que tenho a honra de assignar-me.—Vosso muito affectuoso, respeitador e servidor.

JERONYMO FRANCISCO COELHO.

N.º 11.

Extracto do officio da Legação Imperial, em Paris, dirigido ao Presidente da Provincia do Pará, em 24 de agosto de 1850.

Mim. e Exm. Sr.—No dia 21 d'este mez tive a honra de receber o officio que V. Exc. me dirigio com data de 14 de março ultimo cobrindo oito documentos que relatam as circumstancias de um incidente relativo ás fronteiras berracs do Imperio, e processado simultaneamente por V. Exc. e pelo Governador da Cayenna Franceza.

S. Exc. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros já me havia transmitido esses documentos e com elles me havia dado as instrucções convenientes ao processo do negocio entre esta Legação Imperial e o Governo da Republica Franceza.

Os passos que dei, em virtude das acertadas instrucções que recebi, tiveram por fim, invocando o *statu quo* pactuado entre o Brasil e a França em 1811, exigir que o Cruzeiro Francez evacuasse a foz do lago Amapá.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros d'esta Republica me affirmou que, a esta hora, se achava já effectuada a evacuação por mim exigida em nome do meu Governo: prometteu-me que, sem embargo d'isso, se dariam a tal respeito, ordens preventivas ao actual Governador da Cayenna Franceza; e, emfim, me affiançou que o *statu quo* seria cumprido fielmente.

N.º 12.

Officio do Presidente da Provincia do Pará ao Governo Imperial.

Mim. e Exm. Sr.—Tenho a honra de accusar o recebimento do aviso de V. Exc., datado em 30 de outubro, ao qual se dignou incluir uma copia do officio, que a Legação Imperial, em Pariz, dirigio, com data de 24 de agosto d'este anno, a esta Presidência, communicando-lhe a solução que alli tiveram as ultimas occurrencias do Amapá; copia que V. Exc. se serviu remetter-me, para prevenir o caso de não ter chegado ás minhas mãos o dito officio.

Tenho de significar a V. Exc. que esse officio da Legação Imperial foi, ha dias, por mim recebido, sendo-me por ella directamente dirigido, e n'esta occasião (a primeira que se me offerece) eu o levaria, como era do meu dever, ao conhecimento de V. Exc., se não houvesse recebido o aviso de V. Exc. ao qual tenho a honra de responder.

As autoridades da fronteira tenho recommendado a maior vigilancia a fim de evitarem qualquer occurrencia, que occasionese novas desintelligencias, e asseguro a V. Exc. que com toda a sollicitude continuarei a empregar os meios a meu alcance para prevenir que por qualquer modo seja alterado o *statu quo*, como V. Exc. recommenda, em vista da segurança dada pelo Governo Francez de que será guardado fielmente pela França em quanto for por parte do Brasil respeitado.

Em data de 21 de outubro levei ao conhecimento de V. Exc. as participações ultimas, que me foram feitas pelo Commandante da escuna *Guehyba*, que se recolheu do Amapá, onde estivera estacionada em observação. Não me tem constado que até o presente haja reaparecido algum navio de guerra francez por essas paragens.

Deos guarde a V. Exc. Palacio do Governo da Provincia do Pará, 5 de dezembro de 1850.
 Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios
 Estrangeiros.

FAUSTO AUGUSTO DE AGUIAR, Presidente.



Occorrença em Pernambuco com M. Sentis, Consul da Republica Franceza.

N.º 13.

Officio do Presidente da Provincia de Pernambuco ao Governo Imperial.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo de levar ao conhecimento de V. Exc. que L. Sentis, Consul da Republica Franceza n'esta cidade, depois de me haver apresentado o respectivo Chanceller para o substituir na sua ausencia para a França, abandonou as funcções consulares no Vice-Consul Britannico, e que em vista das circumstancias, e para evitar prejuizos aos subditos francezes e ao commercio, permitti ao dito Vice-Consul Britannico o exercicio das funcções de Consul da Republica Franceza, em quanto o Governo Imperial o contrario não mandar, he do meu dever expôr a V. Exc. o que occorreu até este ponto.

Depois de haver o mencionado Consul me apresentado o seu substituto, recebi na tarde de 7 do corrente um bilhete seu (copia sob N.º 1) dizendo-me que officiaes de justiça se apresentaram no Consulado Francez, acompanhados de soldados para o prender, e que o portador me daria as explicações do caso, esperando elle a protecção do Governo. Os portadores, que foram tres subditos francezes, pouco adiantaram esta exposição, dizendo-me simplesmente que a casa do Consulado estava invadida e cercada por soldados, que pretendiam prender o Consul á ordem de um Juiz que não souberam designar.

Nada me constando contra o dito Consul, tanto assim que para o obsequiar, havia eu ordenado que se expedisse a portaria, solicitada por elle, para não ser embarçado pela visita da Policia a bordo, independente do passaporte, pareceu-me extraordinario este acontecimento; e com quanto os Consules não gozem de immuniidades, nem fosse minha intenção embarçar a acção da Justiça, mandei immediatamente chamar o Delegado de Policia, e o encarreguei de dirigir-se ao lugar para tomar informações do que estivesse occorrendo, e fazer cessar pelos meios legaes a seu alcance qualquer violencia.

Em resultado da diligencia do Delegado, fui informado que movendo certo sujeito uma acção em juizo para haver da herança de um Francez fallecido, arrecadada pelo Consul, a quantia de oitocentos mil réis, tinha ha mais tempo conseguido despacho judicial, que considerava aquella quantia como em deposito em poder do Consul para garantia do julgado, e que então a requerimento da parte, visto constar que o Consul estava a retirar-se n'aquelle dia, fôra expedido um mandado para remover incontinentemente a dita quantia para o Deposito Publico, ou ser preso, e tratando os officiaes de justiça, auxiliados por soldados de Policia, de dar execução ao mandado, suscitou-se um conflicto pela recusa que o Consul fazia quer a uma, quer a outra cousa, allegando que sendo a responsabilidade propria do emprego, a passava a seu substituto, sem que devesse elle ser por isso incommodado; allegação que em requerimento mandou a despacho ao juiz com o fim de obter contra-mandado.

Nas vistas de obter a intervenção do Governo n'este conflicto se dirige o Consul a ter-se comigo, quando se encontrou com o Delegado de Policia, e ali accomodaram em boa contestação hvida, como consta da parte scripta, que posteriormente deo-me o Delegado (copia sob N.º 2) e se deprehende do officio que ás 6 e meia horas da tarde me dirigio o Consul, e no qual se limita a pedir reparação pelas offensas phisicas que dizia ter soffido (copia sob N.º 3).

Havendo este homem encontrado n'esta Presidencia a maior disposição em o proteger contra qualquer violencia, como fica patente, parece que podia limitar-se á reclamação, que consta da copia ultimamente referida, bem certo de que ella seria tomada na devida consideração, para o fim de proceder-se no caso do modo estabelecido na lei; mas a noite, que para outros costuma ser boa conselheira, foi de más inspirações para este homem: tendo de retirar-se no dia seguinte, parece que em inden conveniente deixar cometa n'esta cidade, retribuindo tão mal a hospitalidade e attenções recebidas.

Sem esperar a resposta do officio que me dirigio a noite, pelas 6 horas da manhã, envien-me outro sob N.º 4 communicando um processo verbal, que disse haver dirigido ao Ministro dos Negocios Estrangeiros em França, e ao Encarregado de Negocios no Rio de Janeiro, fazendo-me a interpretação de haver-lhe faltado completamente a interpretação do Governo por espaço de duas horas, e outras insinuações, que talvez fuisse melhor desprezar, uma vez que a resposta que consta da copia sob N.º 5.

Parece ainda que tanto o Estado o negocio no seu Governo, e recebblo d'esta Presidencia segurança de que ella podia dar-lhe as ordens e providencias para se proceder no caso, como a lei prescreve, deviam-se contents e limitar a pedir reparação, as suas reclamações se nas usas não acatam, flaginlo não ter recebido a resposta do officio, e quando assim fôr ainda não tendo a legas 10 horas e meia da manhã, considerando-se a falta de privilegios e humilhações diplomáticas, me dirigio a reclamação constante da copia sob N.º 6 em que se quer a Presidencia da formulação exigida ex parte, mas em lo prazo para a resposta. A falta de qual de mais as funções do Consul, e por consequência do seu N.º 6 devida da proteção da Honra da Nação.

Com tal procedimento se houve o dito L. Sentis a ser obrigado a chegar a esquecer-se mesmo do que lhe havia scripto. Tendo inserido a copia sob N.º 7, que foi a copia que os officios da justiça se appozaram a copia sob N.º 7, e a copia sob N.º 8, não deu a legas 10 horas e meia da manhã, considerando-se a falta de privilegios e humilhações diplomáticas, me dirigio a reclamação constante da copia sob N.º 6 em que se quer a Presidencia da formulação exigida ex parte, mas em lo prazo para a resposta. A falta de qual de mais as funções do Consul, e por consequência do seu N.º 6 devida da proteção da Honra da Nação.

Com tal procedimento se houve o dito L. Sentis a ser obrigado a chegar a esquecer-se mesmo do que lhe havia scripto. Tendo inserido a copia sob N.º 7, que foi a copia que os officios da justiça se appozaram a copia sob N.º 7, e a copia sob N.º 8, não deu a legas 10 horas e meia da manhã, considerando-se a falta de privilegios e humilhações diplomáticas, me dirigio a reclamação constante da copia sob N.º 6 em que se quer a Presidencia da formulação exigida ex parte, mas em lo prazo para a resposta. A falta de qual de mais as funções do Consul, e por consequência do seu N.º 6 devida da proteção da Honra da Nação.

Posteriormente recibui a representação constante da copia sob N.º 11 de diversos Consules e Vice-Consules, em que parece pretenderem privilegios e humilhações diplomáticas, que elles não podem e nem têm, e a que respondi com o officio junto por copia sob N.º 12, e que tenho a honra de se diffundir a approvação de V. Exa: chamando a attenção de V. Exa: sobre a representação de que ultimamente tenho fallado, para o fim de V. Exa: comparar a representação alludida do sereníssimo e m. L. Sentis, Consul de França, e m. o que aprovo a este escrever nas suas diversas officios, e conhecer a animosidade com que elle abraça a verdade.

Não me cabe prevenir o Juiz dos tribunaes que por ventura tenham de conhecer e decidir dos factos; e por tanto concluirei informando a V. Exa: das providencias expedidas por esta Presidencia n'este objecto. Sendo arguido o Juiz Municipal da 2.ª Vara de haver expedido uma ordem de prisão contra L. Sentis, sem ser esse officio; sendo arguidos os officios de justiça e alguns soldados do Corpo de Policia de se haverem na execução d'aquella ordem com excesso, fazendo assado, espancando e ferindo o dito Sentis, mandei ouvir o dito Juiz para deliberar, em vista de sua resposta, o que fôr de lei. Ordenei que o Commandante do Corpo de Policia proceda na forma do Regulamento para se conhecer a culpa dos soldados, e serem punidos em conformidade do mesmo quando sejam culpados. Ordenei tambem que pelo espancamento e ferimento, de que trata o dito Sentis, procelesse o Delegado de Policia a auto de corpo de delicto, e ultteriores diligencias da lei, mas o dito Sentis não quiz prestar-se ao exame conveniente, dizendo-se diplomata, regitando os recursos estabelecidos nas leis, e pretendendo uma satisfação de outra ordem, a qual he nao pôde competrir (o que tudo e mais das copias sob Ns. 13, 14, 15 e 16).

Com quanto L. Sentis, intrincheirado nos inculcados privilegios diplomaticos, tenha regeitado os recursos legaes, devo contudo assegurar a V. Exc. que se continuará nas diligencias ordenadas pelas leis de modo a serem d' saggravadas quando offendidas.

Deus guarde a V. Exc. Palacio do Govern. da Provincia de Pernambuco, na Cidade do Recife, 12 de agosto de 1850.

Ilm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Sousa, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

JOSE' ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS.

Documentos referidos no officio supra do Presidente da Provincia de Pernambuco.

N.º 1.—Sr. Presidente.—Officiaes de justiça se apresentam no Consulado Francez acompanhados de soldados para me prenderem. O portador terá a honra de vos explicar aquillo de que se trata. Espero a vossa protecção para ir á minha casa.

Tenho a honra de offerecer a V. Ex. a expressão dos meus sentimentos de respeito.—O Consul da Republica Franceza.

L. SENTIS.

N.º 2.—Ilm. e Exm. Sr.—Tendo na tarde do dia 7 do corrente recebido ordem verbal de V. Exc., para dirigir-me ao Consulado Francez, onde se dizia terem apparecido algumas occorrencias desagradaveis contra o respectivo Consul, M. Sentis, e fazer cessar qualquer violencia, que por ventura existisse, tomando para isto as providencias legaes, que o caso exigisse, e dando de tudo parte a V. Exc., cumprí esta ordem de V. Exc., dirigido-me immediatamente áquelle logar, como verbalmente dei conta a V. Exc., e posso agora a expôr circumstanciadamente o occorrido.

Antes de haver chegado á casa do Consulado Francez, encontrei na rua o respectivo Consul, e após d'elle dous officiaes de justiça e muita gente do povo, e voltando comigo para o Consulado, allí por informações do mesmo Consul, dos officiaes de justiça, e pelos documentos, que me foram mostrados, soube que Luiz Lopes de Oliveira, tendo agitado com o Consulado Francez uma questão civil, por lhe constar que o respectivo Consul pretendia retirar-se n'aquelle dia para a Europa, requerera ao Dr. Floripes, Juiz Municipal da 2.ª Vara, um mandado, para que o Consul lhe entregasse incontinentemente a quantia de \$00\$000 rs.. para garantia da causa, ou que na falta fosse preso; e que into os officiaes de justiça fazer-lhe esta intimação, e não se sujeitando elle, allegando que a questão era com o Consulado, e que portanto a pessoa que ficava em sua auzencia substituindo o, responderia pelo julgado, insistiram os ditos officiaes de justiça, auxiliados por alguns soldados do Corpo Policial, em effectuar a dita diligencia, resultando por isto um conflicto. Na mesma occasião me expoz o dito Consul, que fora maltratado, não só de palavras pelos ditos officiaes de justiça e soldados, como que até soffrera alguns empurrões, impedindo-se mesmo que mandasse pessoa sua á presença de V. Exc. para communicar-lhe taes occorrencias: o mesmo ouvi a outras pessoas que se achavam presentes.

Os soldados de Policia já se haviam retirado, cuto tanto fizeram os officiaes de justiça: e assim deixei o dito Consul na casa da Chancellaria sem a menor correção ou vexame algum; dispersei a gente que se reunira, tomei as providencias que me pareceram convenientes, a fim de não soffrer o dito Consul offensa alguma, e até esta data nada mais tem occorrido. Devo declarar a V. Exc., que quando encontrei-me com o dito Consul, com os officiaes de justiça se encaminhava elle para o Palacio de V. Exc., como que para queixar-se, mas que voltara comigo, sabendo que eu ia de ordem de V. Exc. conhecer dos factos, e protegê-lo de qualquer violencia.

Deus guarde a V. Exc. Delegacia do 1.º Districto do Termo do Recife, 9 de agosto de 1850.

Ilm. e Exm. Sr. José Ildefonso de Sousa Ramos, Presidente da Provincia.

O Delegado, RODOLPHO JOÃO BARATA DE ALMEIDA.

N.º 3.—Consulado de França em Pernambuco.—Pernambuco, 7 de agosto de 1850.—Chancellaria, ás 6 horas e meia da tarde.

Sr. Presidente.—Tive a honra de vos fazer constar que eu estava retido preso na minha Chancellaria por homens armados, que me haviam maltratado e ferido. O Sr. Delegado enviado por V. Exc. tomou conhecimento dos factos, e espero a satisfação que me he devida, e que o caracter leal de V. Exc. não me recusará certamente.

Recebei, Sr. Presidente, a segurança dos meus sentimentos de alta consideração.—O Consul da Republica Franceza.

L. SENTIS.

N.º 4.—Consulado de França em Pernambuco.—Pernambuco, 8 de agosto, ás 6 horas da manhã.

Sr. Presidente.—Tive a honra de prevenir a V. Exc. da intimação feita ao Consul da Republica Franceza por dous anonymos acompanhados de soldados de Policia, e procedendo, segundo se afirma, em virtude de ordem do Juiz Municipal. He com o mais vivo sentimento que sou obrigado a acrescentar que a protecção de V. Exc. faltou-me completamente durante duas horas. Hontem, apesar das provocações de meos guardas, a deferencia de meos compatriotas, que eu não tenho termos para agradecer, me permittio evitar muitas vezes uma collisão que teria sido sanguinolenta. Sou n'este instante informado de que os mesmos homens vão entregar-se aos mesmos excessos, com o fim, que confessam, de conduzir-me á prisão.

Tenho a honra de annunciar a V. Exc., que me acharei desde as 8 horas da manhã em minha Chancellaria, e que ali esperarei os miseraveis, que me ultrajaram hontem, e que defenderei por todos os meios, que estiverem a meu alcance, o direito das gentes violado em minha pessoa.

Nessos respectivos Governos apreciarão a quem pertence a responsabilidade das violencias e do sangue derramado. Creio dever á benevolencia com que V. Exc. me tem tratado até o presente, a communicação do processo verbal, que dirijo para França ao Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros, e para o Rio de Janeiro ao Sr. Encarregado de Negocios da Republica. Esta benevolencia, que me reputaria feliz de assignalar em Pariz e no Rio de Janeiro, faltar-me-ia em uma causa em que defendo, como he do meu dever, os interesses de credores Francezes recommendaveis, como são os Srs. J. B. Desaneles & Quesnel, Irmãos, contra os artificios de um homem que nenhum direito tem, como provam os livros do fallecido, postos por mim á disposição da Justiça Brasileira, cuja decisão eu esperava com confiança e respeito?

Queira acceitar, Sr. Presidente, a segurança da minha mais distincta consideração e respeito.—O Consul da Republica Franceza.

L. SENTIS.

N.º 5.—Hontem, depois das 4 horas da tarde, recebi um bilhete de V. S., dizendo-me que officiaes de justiça se apresentaram no Consulado Francez para o prender, e pedindo a protecção do Governo. A's 7 horas recebi um officio, dizendo-me n'elle V. S. que fôra detido preso na Chancellaria por homens armados que o espancaram e feriram, acrescentando V. S. que o Delegado do Chefe de Policia, enviado por mim ao logar das occorrendias, me informaria sobre ellas, esperando V. S. a devida reparação. Agora acabo de receber outro officio de V. S. com a data de hoje, em que communicando-me o processo verbal, que dirigiu ao Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros em França, e ao Sr. Encarregado de Negocios da Republica Franceza no Rio de Janeiro, repete a exposição de que o Consulado Francez fôra hontem cercado por dous anonymos acompanhados de soldados de Policia, e, ao que diziam, de ordem de um dos Juizes Municipaes, sendo que se vê V. S. com pesar obrigado a acrescentar, que a protecção do Governo lhe faltou completamente por espaço de duas horas. Continuando V. S. na exposição das occorrendias, diz mais, que hontem a deferencia com que o trataram seus compatriotas, o collocou na posição de poder prevenir, apesar das provocações dos ditos anonymos e soldados de Policia, uma collisão, que teria sido sanguinolenta: mas que sabendo que os mesmos homens querem h-je repetir os mesmos excessos com o fim de o conduzirem á prisão, se achava V. S., desde as 8 horas da manhã, na Chan-

cellario, esperando ali os miseraveis que o ultrajaram hontem, e que defenderá por todos os meios a seu alcance, o direito das gentes violado em sua pessoa, ficando aos Governos respectivos o apreciar a quem cabe a responsabilidade da violencia e do sangue derramado. Conclue V. S. com outras insinuações, que podem pôr em duvida o zelo com que o Governo da Provincia busca proteger a todos os estrangeiros, e o seu esmero em tratar com a devida attenção os subditos da Nação Franceza.

Ao bilhete, de que a principio tratei, já dei solução cabal, e em boa fé ninguém poderá deixar de reconhecer, que foi a mais satisfactoria e completa. Recebendo-o por mão de tres compatriotas de V. S., depois das 4 horas da tarde, e quando já estava fechada a Secretaria; ouvindo-os, como V. S. me recommenda, apenas pude saber que á porta do Consulado Francez se achavam soldadas de Policia com o fim de prender a V. S. por ordem de um Juiz, que os portadores do seu bilhete não desiguaram, immediatamente mandei chamar o Delegado de Policia. As pessoas, de que tenho tratado, foram testemunhas dos esforços que empreguei para o prompto comparecimento da dita autoridade, e na presença das mesmas recommendei-lhe que dirigindo-se ao Consulado Francez fizesse cessar qualquer violencia, que por ventura estivesse V. S. soffrendo, dêsse todas as providencias legais a seu alcance, que o caso requeresse, e de tudo me informasse: e, de feito, executando elle minha ordem, deixei a V. S. em plena liberdade e segurança, e a sua presença collocou a questão judicial, de que se tratava, em melhor pé do que aquelle que V. S. desejava, como de tudo bem informado está V. S., e escuso repetir aqui. Assim passarei a responder aos seus dois officios, de que tenho tratado.

Não pôde deixar de surprehender-me a injustiça, com que V. S. diz não ter recebido a devida protecção d'este Governo, quando pelo que fica exposto se reconhece que fiz tudo quanto podia na occasião, e as circumstancias do caso exigiam. Devo tambem fazer reparo na manifestação, que faz V. S., da disposição de recorrer aos meios pessoais para se defender, quando V. S. recebeu d'este Governo por meio do Delegado de Policia as garantias necessarias, e sabe que não podiam os officiaes de justiça pretender de novo fazer a diligencia, para a qual procuraram hontem a V. S., tendo entregado ao dito Delegado as ordens concernentes a ella. E a este respeito apenas julgo conveniente dizer-lhe que este Governo tem bastante consciencia do seu dever, e a força necessaria para proteger aos estrangeiros que no paiz residem, sem que a estes seja necessario recorrer á acção individual.

Tendo cessado o procedimento hontem havido a seu respeito, e havendo providenciado a que nenhuma violencia se faça a sua pessoa, não resta no caso senão proceder-se ás diligencias ordenadas pelas leis do paiz, a fim de que, em conformidade d'ellas, se conheça como os factos se passaram, se houve violação d'ellas, e se faça efectiva a punição que couber no caso; e para tudo isso n'esta data se expedem as ordens necessarias, devendo V. S. descansar na certeza de que, empenhado o Governo da Provincia na fiel execução das leis, se hão de fazer effectivamente responsaveis os que forem achados em culpa pelas occorrencias de que tratam os seus officios, e de que opportunamente vai-se conhecer, guardada a lei do processo.

E ta minha resposta parece satisfactoria, e julgo que não devo acrescentar, senão que em uma questão toda pessoal, acredito não ter havido, de parte de alguém, se quer a intenção de faltar ás attensões devidas a uma Nação amiga. Truía-se da ordem de um Juiz em questão de interesse de partes, que seus officiaes procuraram executar na pessoa de V. S.; se a ordem he illegal, se os officiaes excederam o modo da execução, serão responsabilisados, como dito fica, guardadas as formulas legais.

Não negará V. S., que ante hontem, antes de todas estas occorrencias, teve a bondade e complacencia de despedir-se de mim, e apresentar-me o seu substituto; mas bem vê V. S. que nem por isso rocio consideral-o no exercicio das funções consulares, o que serve para mostrar-lhe o quanto aprecio sua correspondencia, como meio melhor de esclarecer-se este negocio.

Deus guarde a V. S. Palacio do Governo de Pernambuco, 5 de agosto de 1850.

JOSE' ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS.

A. M. Sentis, Consul da Republica Franceza.

N.º 6.—Consulado da França em Pernambuco.—Chancelleria Franceza, 8 de agosto, ás 10 horas e meia da manhã.

Sr. Presidente.—Depois de ter tido a honra de escrever hontem duas vezes, e ainda esta manhã a V. Exe., para dar-lhe conhecimento dos actos de violencia commettidos sobre minha pessoa na Chancelleria do Consulado Francez, não recebi resposta alguma ás minhas cartas, e tenho razão para crer que V. Exe. não tem conhecimento exacto da gravidade dos factos. Eu lhes refiro succintamente.

Um Juiz deu mandado a officiaes de justiça para prenderem o Consul de França e conduzi-lo á prisão, se elle não consentisse em abrir mão de um deposito, cuja guarda lhe pertence, como administrador da successão Desaneos. A vista da sua resposta negativa, introduziram-se logo soldadas no Consulado, e foram sobre o Consul, dando-lhe um d'elles com a bayoneta. Um conflicto sanguinto deo ter-se-a seguido, se o Consul não tivesse obtido de seus compatriotas que esperassem com calma e confiança a protecção do Sr. Presidente. Esta protecção não se verificou, e foi um contra-mandado, emanado do Juiz, que poz termo a estas tristes scenas. Accrescento que o pavilhão francez foi arreado violentamente e insultado pelos soldados.

O Sr. Presidente se recorda de que alguma Nação amiga tenha em tempo algum tratado por semelhante modo a um Representante do Imperio do Brasil?

Nestas circumstancias tenho a honra de pedir a V. Exe.:

- 1.º Que o Juiz que assignou os mandados seja destituido.
- 2.º Que o mesmo se entega aos dois officiaes de justiça, cuja enluta e provocações foram escandalosas.
- 3.º Que os soldados, que violaram o domicilio do Consul, sejam punidos com prisão.
- 4.º Que a bandeira franceza ligada no alto do mastro seja saudada com 21 tiros de peça.
- 5.º Finalmente, que o *Diario de Pernambuco* publique na parte official, que se prehencheram estas satisfacções.

Solho até as 2 horas da tarde V. Exe. não julgar conveniente conceder-me as justas satisfacções, que são devidas a meu caracter de Agente do Governo Francez, inhabil para proteger-me a mim mesmo, e a meus nacionaes, não me restará outro partido senão collocar-me sob a protecção do Sr. Consul de Inglaterra.

Accredito, Sr. Presidente, a segurança de minha mais distincta consideração.

A S. Exe. o Sr. José Idelfonso de Sousa Ramos, Presidente da Provincia.

O Consul da Republica Franceza, L. SIXTIS.



N.º 7.—Hum. Sr.—Tendo respondido a dois officios seus, recebidos hontem á noite e hoje pela manhã; recebo agora outro, em que V. S., queixando-se da demora da resposta, expõe com mais minuciosidade as occorrenças, de que tem tratado, e conhece exigida a primeiro, que o Juiz que assignou o mandado (para V. S. entregar, a requerimento) de parte, certa quantia sob pena de prisão) seja destituido; segundo, que igualmente o sejam os dois officiaes de justiça, encarregados da execução do mandado; terceiro, que sejam presos os soldados que violaram o seu domicilio; quarto, que a bandeira franceza, ligada no alto do mastro, seja salva da com vinte e um tiros de peça; quinto, finalmente, que o *Diario de Pernambuco* publique na parte official o cumprimento d'esta reparação. Conclue V. S. que, se até ás duas horas, depois do meio dia, não tiver V. S. a satisfação, que lhe he devida no caracter de agente do Governo Francez, se julgará inhabil para proteger a si, e menos aos subditos de sua Nação, circumstancia, em que os porá de baixo da protecção do Sr. Consul de Inglaterra; ao que das o-a responder.

Não tendo entrado na discussão da veracidade dos factos, constantes do processo verbal, que acompanhou um de seus officios anteriores, e dos motivos que a elles deram lugar, o mesmo faço a respeito dos relatados no officio a que respondo. Indo agora ouvir a autoridade por V. S. arguida, e proceder ás demais diligencias, que a lei em casos tues prescreve, eu não posso e nem estou habilitado para emitir juizo a respeito, o que farei oportunamente e convenientemente: sendo que por em quanto, como antecedentemente, em materia de factos me limitarei a não accitar a confusão, que V. S. pretende fazer, de interesses puramente individuaes com os direitos de sua Nação, dando como offendida a nacionalidade franceza pelo procedimento havido para com um individuo em caracter particular; procedimento que deve, para sua qualificação, ser ulteriormente examinado nos Tribunaes do Paiz.

Quando me-mo devesse a questão ser collocada no terreno em que V. S. a collocou, quando a sua immuni-
dade tivesse a extensão que V. S. quer dar-lhe, nem assim V. S. poderia obter d'esta Presidencia medidas nos

termos, em que foram exigidas, sendo algumas d'ellas impertinentes, e entre outras apontarei a destituição immediata do Juiz, que, a requerimento de parte interessada, expedio uma ordem contra V. S. para satisfazer uma obrigação judicial, por quanto, dado o caso de que seja illegal essa ordem, não cabe nas attribuições d'esta Presidencia se não suspender o Juiz depois de ouvido, para ser julgado nos Tribunaes, e soffrer, não a pena arbitrada por V. S., mas aquella que para o caso estiver marcada nos codigos.

Já disse a V. S., e repito, que a sua queixa vai ser processada nos termos estabelecidos pelas leis: que esta Presidencia fará o que lhe incumbe o seu dever para a fiel execução das mesmas com applicação a esta occorrença, e isto independente de considerações de ordem diversa da da disposição, que constantemente acompanha a esta Presidencia, de fazer effectivas as garantias a que tem direito, quer os nacionaes, quer os estrangeiros.

Esta resposta he a que me cumpre dar-lhe, e entendo ser satisfactoria: se entretanto V. S. julgar que faz-lhe a bem converter em nacional a sua questão pessoal, e dar-lhe direcção e alcance differente da que razoavelmente deve ter, procederá ulteriormente, como entender, na certeza porém de que, estando deliberada já por V. S. a sua viagem, he bastante e sufficiente para requerer o direito dos subditos Francezes o Sr. Chanceller, que para isso me foi apresentado, e outro sim que o Sr. Consul de Inglaterra não poderá alcançar d'esta Presidencia se não o mesmo que, sem a menor difficuldade obtirá, já não digo o Sr. Chanceller do Consulado Francez, mas ainda qualquer subdito Francez, isto he, a exacta execução das leis do Paiz na protecção dada aos estrangeiros e nada mais. e nesta occasião devo repetir como menos cabida a insinuação (se houve) de que considerações e contemplos estranhos ao dever d'esta Presidencia, consignado na lei de seu Regimento, podem influir em seu proceder.

Deos guarde a V. S. Palacio do Governo de Pernambuco, em 8 de agosto de 1850.

JOSE ILDERONSO DE SOUSA RAMOS.

Sr. Sentis, Consul da Republica Franceza nesta Provincia.

Pernambuco, 8 de agosto de 1850, ás 2 horas e meia da tarde.

N.º 8.—Sr. Presidente.—Em conformidade da minha carta, datada de hoje ás 10 horas e meia da manhã, tenho a honra de declarar a V. Exc. que, a partir d'este momento, cessam as minhas funcções de Consul da Republica Franceza. Meus compatriotas ficam d'ora em diante sob a protecção do Sr. Consul de Inglaterra.

Tende a bondade de aceitar, Sr. Presidente, a segurança de minha mais distincta consideração.

L. SENTIS

P. S.—Esta carta tinha já sido enviada, quando recebi a de V. Exc. Tenho a honra de accusar a sua recepção, e attendo vivamente que seu conteúdo não seja de natureza a modificar minha resolução.

Renovo a V. Exc. minhas respeitadas homenagens.

L. SENTIS.

N.º 9.—Consulado Britannico.—Pernambuco, 8 de agosto de 1850.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de informar a V. Exc. que hoje procuraram-me M. Sentis, Consul da Republica Franceza, e um grande numero dos principaes cidadãos Francezes aqui residentes, desejando collocar-se debaixo da protecção do Governo de S. M. Britannica, em consequencia do desagradavel ataque e conflicto, que hontem teve lugar dentro do Consulado de França da parte de autoridades d'essa cidade para com a pessoa do Consul.

Na minha posição official estando o Governo de S. M. Britannica na mais perfeita amizade com a Republica de França, vendo que M. Sentis, apoiado pelos seus compatriotas, julga-se compellido a devolver o Exequatur Imperial a V. Exc. como inutil e não lhes offerecendo protecção alguma, fui obrigado a acceitar a alta honra a mim conferida, e os onerosos deveres inherentes a essa extraordinaria nomeação, até que haja uma accommodação entre as partes interessadas, que eu de todo o coração desejo seja prompta e satisfactoria.

Tenho portanto de pedir a V. Exc. se sirva de conceder-me que exerça as funções de Consul da Republica Franceza, até que se restabeleça a harmonia, e que devidamente seja acreditado um Consul, ou outro Agente em meo logar.

Aproveito a occasião para assegurar a V. Exc. de meu alto respeito, estima e perfeita consideração.

Ilm. e Exm. Sr. José Hedefonso de Sousa Ramos, Presidente da Provincia &c. &c. &c.

HENRIQUE CHRISTOPHERS, Vice-Consul.

N.º 10.—Ilm. Sr.—Acabo de receber o officio de V. S., e indata de 8 do corrente, em que me participa que n'esse dia sendo chamado por M. Sentis, Consul da Republica de França, e por um grande numero dos principaes cidadãos Francezes, aqui residentes, que lhe pediram para tomá-los debaixo da protecção do Governo de S. M. Britannica por causa dos desagradaveis acontecimentos que tiveram logar no dia antecedente na casa do Consulado de França contra a pessoa do Consul por certas autoridades d'esta Cidade, V. S. em sua posição official, tendo em consideração que o Governo de S. M. Britannica está em estreita alliança de amizade com a Republica de França, e que M. Sentis, apoiado por seus concidadãos, vio-se compelido a deoiver a esta Presidência o Exequatur Imperial, assim como a não poder mais proteger a si e a elles, achou-se V. S. na obrigação de aceitar a alta honra conferida, e os deveres ligados a esta extraordinaria nomeação, até que haja uma accommodação entre as partes contendoras, que V. S. cordialmente deseja que seja breve, e satisfactoria, e condhe pedindo permissão para exercer, como Consul, os officios e deveres usuaes, até que seja restituida a harmonia, e em seu logar acreditado outro Consul, ou agente seu, ao que passo a responder.

Sobre a materia do officio de V. S., não títua vindo a meu conhecimento mais do que uma simples carta datada de 8 do corrente, em que, com referencia a um officio anterior, me dizia M. Sentis que d'aquelle momento em diante cessavam as suas funções de Consul da Republica Franceza, ficando seus compatriotas debaixo da protecção de V. S. Não he occasião opportuna de avaliar-se o procedimento de M. L. Sentis no deslhe de um negocio que elle havia affectado ao conhecimento de seu Governo, e portanto me limitarei a communicar a V. S., que não pelas razões pretextadas por M. L. Sentis, que tenho por improcedentes, mas sim por considerar abandonadas por elle as funções a cargo do Consul da Republica Franceza, e não desjar que os interesses dos subditos Francezes, e do commercio sejam prejudicados pelo facto de M. L. Sentis, permitir que V. S. exerça as funções de Consul da Republica Franceza n'esta Provincia, em quanto o Governo Imperial não mandar o contrario, e para isso n'esta data expago as convenientes communicações ás Repartições competentes.

D. os guarde a V. S. Palacio do Governo de Pernambuco, 9 de agosto de 1850.

JOSÉ ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS.

Sr. Consul de Sua Magestade Britannica.

Pernambuco, 9 de agosto de 1850.

N.º 11.—Os abaixo assignados, Consules e Vice-Consules de diversas Nações residentes n'esta Cidade, tem a distincta honra de se dirigir ao Ilm. e Exm. Sr. Commandador José Hedefonso de Sousa Ramos, Presidente d'esta Provincia, por causa do procedimento menos digno e insano, havido no dia 7 do corrente mez, pelas 4 horas da tarde, na Chancellaria do Consulado da Republica Franceza n'esta Cidade, quando as pessoas encarregadas de executarem um despacho de notificação do competente Juiz do Civel, além da invasão que fizeram na dita Chancellaria com força armada de soldados do corpo de Policia, levaram o seu violento arrojio ao ponto de quererem capturar dentro do Consulado, e conduzir preso em espectaculo pelas ruas d'esta Cidade, ao Consul da mesma Republica n'esta Provincia, Luiz Sentis. Praticando durante o exercicio d'este insultuoso acto a mais baixa e escandalosa assuada, os mesmos encarregados attrahiram assim com essa ostentação injuriosa pessoas de todas as classes, e não consentindo até que o Consul pugnassem pelos direitos que lhe assistiam, foram muito além no seu proposito; quando finalmente, para mostrar ao Consul aos ditos executores que deviam ter mais respeito ao logar, em que se achavam, ia içar a bandeira de sua Nação, elles o não consentiram, mandando pos-

tar sentinellas na janella da Chancellaria, junto do respectivo mastro e na entrada do Consulado para impedir que pessoa alguma n'elle penetrasse.

Em vista d'este acto violento e insulto e que por nenhuma forma pôde ser autorizado e justificado, os abaixo assignados, como representantes de differentes Nações, julgam de seo dever fazer tambem chegar este acontecimento escandaloso, injusto e offensivo, á presença de S. Exc., perante quem reclamam, como primeiro Magistrado d'esta Provincia, para que se digna prestar sobre elle toda a attenção que merece, e os abaixo assignados na plena e nãua da illustrada rectidão e moderação de S. Exc., que tão digna e fielmente representa o Governo do Sua Magestade o Imperador do Brasil, esperam que S. Exc. fará punir promptamente e como merecem os autores e complices de semelhante facto reprehensivel e criminoso.

Os abaixo assignados sentindo ter que se dirige a S. Exc. por occasião d'este desagradavel successo, tão escandaloso e violento como publico, creem que S. Exc. lhe fará a devida justiça acreditando que o mal que os dirige he sómente o desejo de desagravar a offensa praticada na casa do Consulado da Republica Franzeza, e na pessoa do seo Consul, para que de tão funesto exemplo se não deriva para ao diante a repetição de outros iguaes, que nada menos podem acarretar do que o relaxamento e viciandio dos funcionarios Consulares, e a perda da sua força moral, e quebra das regras e convenções que se lhes guardam e n toda a parte, e que o Illustrado Governo do Brasil em heve e sabe respeitar e para que não estem umas e outras á mercê de quem nã quer ou nã quizer attendê-las offendendo a honra e as boas relações e mutuos interesses que devem existir e conservarse entre as Nações amigas. Os abaixo assignados, certos na justiça d'esta sua reclamação, confiam no seo bom acolhimento, e prompto e satisfactorio resultado da parte de S. Exc. mas devendo informar aos seus Governos do que a este respeito occorreu, segundo S. Exc. quida em dar-lhes o mais breve que ser possa a sua resposta, e aceitar os protestos da mais alta estima, e distincta consideração que lhe tributam.—Assignados.—C. G. Salinas, Consul dos Estados-Unidos.—J. B. Moreira, Consul de Portugal.—H. Christophers, Vice-Consul Britannico.—H. Kirkman, Consul a. h. int. de Bremen e Oldemburgo.—F. Aug. Zetz, Consul da Suecia e Noruega.—Antonio Marques de Amerim, Vice-Consul de Lubeck.—H. Belli, Consul da Confederação Suissa.—P. C. Von Solsten, Consul interino dos Paizes Baixos.—F. H. Lutkens, Consul interino de Dinamarca.—Ernesto Schramm, Vice-Consul de Sardenha, e Consul interino do Hannover.—José Canido de Barros, Vice-Consul da Russia.—José Diego da Silva, Vice-Consul de S. M. El-Rei da Prussia.—Manoel Alves Guerra Junior, Vice-Consul Argentino.

N.º 12.—Ilm. Sr.—Fui-me entregue uma representação, em que á assignatura da V. S. seguem-se as dos Srs. J. B. Moreira, Consul de Portugal; Christophers, Vice-Consul Britannico; Kirkman, Consul interino de Bremen e Oldemburgo; F. A. Zetz, Consul da Suecia e Noruega; Antonio Marques de Amerim, Vice-Consul de Lubeck; E. Belli, Consul da Confederação Suissa; P. C. Von Solsten, Consul interino dos Paizes Baixos; F. H. Lutkens, Consul de Dinamarca; E. Schramm, Vice-Consul de Sardenha, e interino de Hannover; José Canido de Barros, Vice-Consul da Russia; José Diego da Silva, Vice-Consul de S. M. El-Rei da Prussia, e Manoel Alves Guerra, Vice-Consul da Republica Argentina. Nella V. S. e os d. s. S. Consules e Vice-Consules de diversas Nações residentes nesta Cidade; e que, no dia 7 do corrente ás 4 horas da tarde, as pessoas encarregadas de executar um despacho de notificação do competente Juiz do Civil, além da invasão que fizeram na Chancellaria do Consulado da Republica Franzeza e em força armada de soldados do Corpo de Polícia, levaram o seu violento arrojo ao ponto de quererem capturar dentro do Consulado, e condazir preso em espectáculo pelas ruas d'esta Cidade, no Consul da mesma Republica n'esta Provincia L. Sentis, e que praticando dar n're o exercicio d'este insultuoso acto a mais baixa e escandalosa assuada, os mesmos encarregados atrahiram a si, com essa ostentação injuriosa, pessoas de todas as classes, e não consentiram até que o Consul pugnasse pelos direitos, que lhe assistiam; que finalmente, para mostrar o Consul a os d. s. executores que deviam ter mais respeito ao lugar em que se achavam, indo izar a bandeira de sua Nação, elles o não consentiram, mandando postar sentinellas na janella da Chancellaria junto do respectivo mastro, e na entrada do Consulado, para impedir que pessoa alguma n'elle penetrasse.

Em vista d'estes factos, qualificados de escandalosos, injustos, violentos e offensivos, reclamam V. S. e os demais Senhores como representantes de differentes Nações a séria attenção d'esta Presidencia para que sejam punidos como merecem os autores e complices, e V. S. e os demais Senhores e esperam na plena confiança da rectidão d'esta Presidencia.

Accrescentem V. S. e outros Srs. Consules e Vice-Consules, que o movei que os dirige n'esta occorrença he sómente o desejo de desagravo da offensa praticada na casa do Consulado da Republica Franceza, e na pessoa de seu Consul, para que de tão funesto exemplo se não derive para ao diante a repetição de outros iguaes, que nada menos podem acarretar, que o rebaixamento e vilipendio dos funcionarios Consulares, e a perda de sua força moral e quebra das regalias, e attentões, que se lhes guardam em toda a parte, e que o illustrado Governo do Brasil conhece e sabe respeitar, e para que não estejam umas e outras á mercê de quem não souber ou não quizer attendel-as, offendendo o decôro e as boas relações e mutuos interesses, que devem existir entre as Nações amigas. V. S. e outros Srs. Consules e Vice-Consules concluem manifestando confiança no bom acolhimento, prompto e satisfactorio resultado de sua representação, mas pedem resposta com a maior brevidade que for possível, porque devem informar aos seus Governos do que occorrer. Assim passo a satisfazê-los.

As occorrencias sobre que versa a representação já tinham chegado ao meu conhecimento, ainda que expostas de modo differente pelo Consul da Republica Franceza, e, pelo que vejo, com notavel exaggeração. Sendo um dos maiores empenhos d'esta Presidencia fazer que as leis sejam fielmente executadas, e em consequencia guardadas as garantias que d'ellas dimanam, dá-me pressa em ordenar as diligencias que as mesmas leis recomendam para ser esse negocio entregue ao conhecimento dos Tribunaes do Paiz, perante quem devem os accusados responder para serem punidos, segundo a culpa em que forem achados.

Assim V. S. e os demais Consules e Vice-Consules verão que preveni seus desejos (muito louvaveis) tomando logo este negocio na séria attenção, que elle merece, e nem outra coisa o meu dever prescreve, sendo exaggerada e destituída de fundamento a pretensão, que teve aquelle Consul, a que se considerasse offendida a nacion franceza por factos que, quando verificados, não devem passar de sua pessoa: pretensão que até certo ponto parece achar apoio na representação a que respondo, mas que nem por isso posso admitir. Em regra os Consules que residem nos Paizes civilisados, não tem caracter representativo; não podem pretender privilegios, isenções e immuniidades diplomaticas, estão sujeitos ás autoridades civis e criminaes: as armas e bandeira da sua Nação de que usam são destinadas sómente a indicar a residencia dos empregados Consulares a seus compromettidos, e a quem mais convier, mas nunca se estende que as casas da Chancellaria, por meio d'ellas, dêem asilo para obstar ás diligencias de chações, prisões, e execução da justiça. Não direi que se deixe de despendir com os Consules, como officiaes publicos de Nações amigas, todas aquellas attentões que nas Nações civilisadas não se recusa a estrangeiros de distincção, mas as prerogativas que a ellas se referem, não estão entre nós fixadas e nunca poderão ser elevadas á categoria dos privilegios, isenções, e immuniidades diplomaticas, que exclusivamente competem aos Embaixadores e Ministros. O Governo Imperial trata de regular este objecto como V. S. e os outros Senhores terão visto no relatório apresentado pelo Exm. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros á Assembléa Geral Legislativa no começo do corrente anno. Nem recebem os Srs. Consules e Vice-Consules de diferentes Nações residentes n'esta Cidade (como não recebem os Consules do Imperio nos paizes estrangeiros, aos quaes he expressamente vedado pelo Regulamento expedido em 11 de junho de 1847, ainda mesmo no exercicio de incumbencias extraordinarias, pretender privilegios, isenções e immuniidades diplomaticas) que por isso venham a cahir em rebaixamento e vilipendio as funções consulares. Nas leis do Paiz ha garantias sufficientes para segurança dos direitos de quantos n'elle residem: he bastante fazel-as effectivas, reprimir os abusos; e n'esto empenho o Governo da Provincia não poupa esforços.

Havendo dado solução á representação que me foi dirigida, tenha V. S. a bondade de a communisar aos demais Srs. Consules e Vice-Consules, que acima mencionei.

D.deos guarde a V. S.—Palacio do Governador de Pernambuco, 12 de agosto de 1850.

JOSÉ ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS.

Elm. Sr. C. G. Salinas, Consul dos Estados-Unidos.

N.º 14.—Constando da parte do Delegado do 1.º Districto d'esta Cidade, com a data de hoje, junta por copia, que alguns soldados do Corpo do seu Commando, chamados para auxiliar a execução de um mandado judicial e não M. L. Sentis, se houveram mal na dita diligencia maltratando de palavras, e até offendendo physicamente o Sr. M. Sentis sem haver razão que autorizasse semelhantes actos, aliás puniveis pelo respectivo Regulamento,

ordens que Vm. proceda no caso em conformidade do dito Regulamento em ordem a se conhecer a culpa, e serem punidos os que a houverem commettido.

Deos guarde a Vm.—Palacio do Governo de Pernambuco, 9 de agosto de 1850.

JOSE' ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS.

Sr. Commandante Geral do Corpo de Policia.

N.º 15.—Queixando-se o Consul de França, M. Santis, que na tarde de hontem fôra espancado e ferido na casa do Consulado, ordeno a Vm. que proceda ao competente auto de corpo de delicto, e ulteriormente como fôr de lei; dando conta do resultado.

Deos guarde a Vm.—Palacio do Governo de Pernambuco, 8 de agosto de 1850.

JOSE' ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS.

Sr. Delegado do 1.º Districto d'esta Cidade.

N.º 16.—Lim. e Exm. Sr.—Em cumprimento da Portaria de V. Exc. datada de 8 do corrente, em que me ordenou V. Exc. procedesse ao competente auto de vistoria na pessoa do Consul Francez, por allegar elle que fôra espancado e ferido na tarde do dia 7, por occasião das occorrenças a que deram logar um mandado do Dr. Juiz Municipal suplente da 2.ª Vara João Fierpes Dias Barreto; entendi-me com o dito Consul, e tive em resposta que não pretendendo elle queixar-se como particular, visto que as offensas que recebera foram na qualidade de Consul, deixava de fazer o corpo de delicto, por quanto de tudo havia dado conta a V. Exc. para tomar a respeito as providencias que julgasse acertadas. Em estas circumstancias deixei de fazer o auto de vistoria, para o qual me haviam acompanhado os Drs. Aquino Penseca e Sá Pereira.

Deos guarde a V. Exc.—Delegacia do 1.º Districto do Termo do Recife, 9 de agosto de 1850.

Lim. e Ex. n. Sr. José Ildefonso de Sousa Ramos, Presidente da Provincia.

O Delegado, RODOLFO JOÃO BARATA DE ALMEIDA.

N.º 14.

Nota da Legação de França ao Governo Imperial.

Legação de França no Brasil.—Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1850.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios da Republica Franceza no Brasil, tem a honra de transmitir incluzos a S. Exc. o Sr. Paulino José Soares de Sousa, Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. o Imperador, do Brasil, os documentos que acaba de receber de Pernambuco relativos aos acontecimentos que tiveram logar entre as authoridades d'aquella Cidade e o Consul de França.

Similhantes factos não precisam ser commentados: o abaixo assignado se limitará pois, por agora, a exprimir a convicção em que está de que o Governo Imperial se apressará em dar satisfação pela duplicada infracção commetida aqui, ao direito das gentes e ao tratado, pelo ultraje que um agente official da França soffrêra no seu caracter publico, e pela offensa feita no mesmo tempo á dignidade da França, em suas boas relações internationaes com o Brasil.

O abaixo assignado tem a honra de apresentar a S. Exc. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros as seguranças de sua alta consideração.

A S. Exc. o Sr. Paulino José Soares de Sousa.

L. DE ST. GEORGES.

Documentos a que se refere a nota supra.

N.º 1.—Pernambuco, 8 de agosto de 1850.—Sr. Encarregado de Negocios.—Tenho a honra de dar-vos conta, com um vivo sentimento de pesar, que hoje 8 de agosto, o Consulado Francez viu-se obrigado a retirar o seu pavilhão, e collocar seus concidadãos sob a protecção do Sr. Consul de Inglaterra.

Elis os factos que determinaram esta penosa resolução. Um certo Sr. *Lopes d'Oliveira*, antigo caixeiro do falecido *Desanelos*, cuja successão he administrada pelo Consulado, reclamou alguns dias depois do fallecimento do seo antigo patrão o pagamento de uma parte dos salarios, cujo algarismo elle mesmo não podia declarar. A verificação do livro da caixa mostra que este caixeiro *era pago* todos os mezes com a maior regularidade, como se deprehende da seguinte declaração—por saldo de salarios—consignada na ultima linha de cada mez *pela propria mão de Desanelos*. Tendo me recusado a pagar, embargou-se a remessa para Franca do producto liquido da successão, e a causa levada perante o Tribunal estava para ser julgada estes ultimos dias, quando no dia 7 de agosto se apresentaram officios da justiça no Consulado, e me intimaram que em virtude de uma ordem do Sr. Juiz Municipal, e á vista da minha penosa situação, eu devia recolher a deposito publico a somma de \$500.000 rs. para caução da acção intentada pelo Sr. *Oliveira*, ou, na falta d'isso, os officios de justiça deviam conduzir-me a prisão. Não respondi que minha situação não necessitava nenhuma multa aos negocios do Consulado, pois que o agente ficava como garante dos depositos e consequencia do que eu recebia e dava a caixa da Oliveiraira, e quanto a conduzir-me á prisão, eu referi ao Juiz a influencia do Sr. Presidente sobre os juizes de que não se agiota nos Governos estrangeiros. Alguns instantes depois o Consulado foi de repente invadido por uma dúzia de homens armados para ser feita a somma da minha renda, e pouco depois alguns soldados de Policia prenderam o mesmo. Os officios de justiça exhibiam os sellos a alguma distancia, mas estes, ao que parece, julgavam não ter direito de penetrar no seo do Consulado, e prometteram decididamente ir expiar-se, e me o Juiz, e eu o Sr. *Lopes d'Oliveira* prometteram.

Neste momento passou-se um momento de liberdade e de manifestação, e que esteve a par do processo de consequências para lamentáveis. Havia um grande silêncio da parte dos alunos e alunas, um silêncio de pânico, agitação e preocupação com o que poderia acontecer depois da manifestação por si só, de vez a dezoito. Portanto, precipitaram-se sobre eles, e apanharam-nos de surpresa.

Entretanto, as layistas tinham sido desmascaradas como "parceiras" e fôlidas, de quem se devia manter distância. A igreja, portanto, não podia ser considerada uma entidade religiosa. Ela se apresentava como uma "falsidade religiosa", e que se encontrava no mesmo patamar pelas mesmas razões religiosas.

Por isso, havia como garantir-lhe-se um acesso à justiça sempre que fosse necessário. Havia era importante, e não exerceu a característica de ser "humano, gentil e de fácil acesso" de um "paralelo" na maior e minúscula das estradas, quando o Presidente saiu da vila para cumprir o dever de representar a justiça, e uma destas se chamava "Cidade do Ver e do Não Mentir". Mas se os olhos, na investigação e na aplicação da justiça, são capazes de perceber a falsidade, não obstante se lhes fazer ver que se trata de uma mensagem do Presidente, a justiça, a família que se batia no primeiro nível, não se levava a Palácio.

Em um *do quadro* há, pois, uma *quarta*, tendo o *do* lugar a *terceira* das notas do *do* *quadro*.

Entanto o tempo correu, nenhum socorro chegava à Placência, e as explosões se excitavam cada vez mais, excitadas pelos grandes movimentos e as perseguições dos soldados da partida. Os Placentinos, a quem se lhes pedira a saída a Candelária, remittes de novo dos jantares, e finalmente a sua consensão para executar a fuga armada. E não cessava de lhes recomendar que na fuga se não esquecessem a intervenção dos nobres de todo o reino, e avisando entre elles o *Se. Livestre*, do Thesouro, chefe actual da praça, e com Placentina em Penafiel, mandando-o a interceder com o Placentino, cuja inegável e prolongada torpeza, e inexistência, e a expediência a situação,

Desde a chegada dos officios de justiça eu tinha mandado prevenir o *Procurador* do Consello para que fosse participar ao Juiz que o Sr. Ventos apresentasse de novo a requiza, para que se pedia a Fiança e a Fielty com dinheo era Consello Sr. Gasquet, que nesta qualidade devia assumir a da guarda dos deos depois se casarem com a filha do Sr. Lopes.

Por pouco mais tempo, segundo me reflectam dados, para encorajar-se o *Procurador*, e digir-se o repórter, e levá-lo ao Juiz, e à vista da recusa deste, de acudir a substituição de pessoas sem o consentimento dos graduados do Sr. G. seguit, após a finis do século nono requer a corte, sobre a qual o Juiz escreve a sua decisão, e a seguir mentes.

Logo depois da sua ausencia, redigi um succinto summary das factos que tiveram logar durante estas duas horas, e de que tive a honra de vos dirigir uma copia. Na occasião em que acubava-se de o assignar, *erão seis horas da tarde*, entrou o Sr. Barreto, Subdelegado, que me disse ser enviado pelo Sr. Presidente para se informar dos factos. Eu lhe expuz manifestando minha admiração de que durante o espaço das *quatro ás seis horas* S. Exa. tivesse estado inactivo na presença da possibilidade de uma collisão sanguiolenta, que só tinha sido evitada pela prudência de ambos governos resistindo a todas as provocações; que eu esperava as reconciliações, que o Presidente lhe offerecia-me, e cuja iniciativa acreditava dever deixar-lhe, attentas as relações amigaveis que existiam entre as duas Nações.

[illegible]

deixava mais que tempo para a elaboração do Presidência não compreendia a gravidade das factos em questão e ali em um dia em que a vida era formada e se vivia em um momento de tão grande importância, todavia não se preocupava com a vida e a morte dos cidadãos e só a preocupação do Sr. Curió de Inglaterra. Já de lá a vinda os Presidentes mais e mais reclamavam esta situação e manifestavam a existência que eles se tinham e a vida mais e estava resvalando, ainda esperando a sua volta e tendo em a manifestação mais opinião a conservar a liberdade de minha determinações e a não do xurro de dizer da falta de informação que me tinha tido. Vou observar, Sr. Encarregado da Negócios, que os subsídios, que exigiu, eram calculados de modo que não fossem fora da competência do Presidente (e luz ha bre tempo de me a ouvir). Deitar em chacos Presidência, assegurar um que elle tinha poder bastante para satisfazer-me). Entretanto e pouco depois estava a eu ir, como a á hora e meio chegou a primeira carta do Sr. Presidente. Esta carta exprimia parcos, os meus favores posso a se e prometta exarar.

Deu-lhe-se fazer com effeito, e a que meo offiicio de *desacho* não duide, seja recebidu. Dito e mais ordenar a mensageiro que levasse ao Sr. Presidente que se receba sua resposta até ás duas horas. O tempo corria rapidamente, e não vinha a do Pódeol. Ulfar á duas horas e meia declinam a preceito o Presidente, que em consideração de meo aviso de de manhã, cessaram as nobres funcções, e que eu, o Sr. meos concidadãos no abrigo do pavilhão ingoz. No momento de fechar-se esta porta cingui um novo despacho, em que o Sr. Presidente, sem querer entrar na discussão dos factos, dizia que, discutia as condições apresentadas e declinava sua competência. Elle offerecia mandar traslarar processo ao Juiz, e aos offiiaes de *post-scriptum*, e foi preciso tomar incerto não podia consolar nem sei a qção. Eu lha totem mui isto por um *post-scriptum*, e foi preciso tomar enfim a determinação remota de retirar as primas Franciscoz.

Eu me apresentei depois acompanhado de todos os meus compatriotas na Chancellaria do Consul de Inglaterra, que havia sido prevenido desde a véspera da eventualidade tão tristemente realisada, e elle accceitou a missão de proteger os Francezes tanto quanto em seu poder coubesse, e da mesma sorte que o faria para com os subditos de sua Nação.

Não foi sem uma profunda emoção, Sr. Encarregado de Negocios, que este passo foi dado, mas ficou convencido de que não havia possibilidade alguma de evitá-lo. A população baixa, tão contraria aos estrangeiros, mostrava uma especie de alegria, quando se fallava de prender o Consul.

Recebei &c. &c.

Ao Sr. Encarregado de Negocios de França no Rio de Janeiro.

O Consul da Republica Franceza.—L. SENTIS.

P. S.—O Sr. Sentis no momento de embarcar, me pediu, Sr. Encarregado de Negocios, vos communicasse a representação dirigida por todos os Consules Estrangeiros ao Sr. Presidente d'esta Provincia por motivo d'este triste acontecimento, pensando que esta communicação vos seria de grande interesse. Eu me apresso a satisfazer aos seus desejos, não podendo deixar de lamentar que lhe faltasse tempo para acrescentar este post-scriptum. Sinto ainda mais não ter podido aproveitar a partida do vapor, que sahio do porto alguns instantes depois do embarque do Sr. Sentis.

Recebereis este despacho pelo S. Sebastião, que vai partir dentro de uma hora.

Accceitai, Sr. Encarregado de Negocios, &c.

O Gerente do Consulado.—GASQUET.

N.º 2.—Hoje aos 7 de agosto de 1850, eu abaixo assignado, Consul da França em Pernambuco, fiz o presente processo verbal dos factos seguintes:

Pelas quatro horas da tarde apresentaram-se na Chancellaria do Consulado de França dois homens, os quaes disseram ser officiaes de justiça, acompanhados de cinco a seis pessoas que se qualificaram de testemunhas, os quaes intimaram ao Consul que recolhesse ao Deposito Publico a quantia de \$96\$000 rs. para responder ao pedido feito contra a successão Desuncios por um Sr. Lopes de Oliveira, ou de se entregar á prisão; e respondendo o Consul que não tinha que submeter-se, nem a uma nem a outra d'estas intimações, visto que passava o exercicio do seu posto ao Sr. Chancelier, que ficava gerente do Consulado e guarda dos depositos, e que o mesmo obedeceria á decisão do Tribunal, qualquer que ella fosse; dada esta resposta, o Consulado foi invadido por soldados, os quaes lançaram a mão sobre o Consul, e um d'elles deu-lhe com a bayoneta. Muitos Francezes, atraihidos pelo barulho, penetraram na Chancellaria para defender o Consul, no caso de ser isso necessario, e presenciar o ultraje de que elle era objecto. Todas essas pessoas foram detidas e oppoz-se formalmente a que uma mensagem fosse dirigida ao Sr. Presidente para o prevenir do que se passava. Foi sómente por meio de um bilhete lançado pela janella, e levado por um menino, que S. Exa. pôde ser avisado. Eu abaixo assignado acrescento que tendo ordenado ao caixeiro da Chancellaria que içasse a bandeira, os soldados se oppozeram por ordem dos individuos que se diziam officiaes de justiça, digo que se diziam, por quanto recusavam declarar-me os seus nomes.

Feito na Chancellaria no dia, mez e anno supra.

O Consul da Republica Franceza.—L. SENTIS.

Assignados.—L. A. Baudoux.—Brunet.—F. Sauvage.—Nicolle.—E. Lecomte.—Henry Rehm.—Sanas.

Nós abaixo assignados declaramos ter visto da rua do Trapiche a acção do soldado, oppondo-se ao içamento da bandeira franceza na sacada da Chancellaria.

Assignados. — BARRELLIER — A. GABARET — J. DENIS.

O N.º 3 dos documentos remetidos com a nota da legação de França, he a Representação que dirigiram os Agentes Consulares residentes em Pernambuco ao Presidente da Província, e que acompanha sob N.º 11 o officio d'este de 12 de agosto de 1850.

Representação dos Francezes residentes em Pernambuco, dirigida ao Encarregado de Negocios de França no Rio de Janeiro.

Pernambuco, em 9 de agosto de 1850.

N.º 1.—Sr. Encarregado de Negocios.—Nós vimos, penetrados da indignação a mais legitima, trazer ao vosso conhecimento uma serie de factos revoltantes que se passaram a 7 d'este mez, na Chancellaria do Consulado de França nesta Cidade. Sua gravidade he de uma tal natureza que, se uma effizaz repressão não lhes fizer promptamente justiça, teremos a dôr de vêr nossa nacionalidade entregue ao riso do publico, e por toda a parte as nossas pessoas, e propriedades desprovidas de toda a especie de garantia.

Limitar-nos-hemos a indicar-vos summariamente a natureza do litigio, que provocou o conflicto, para nos atermos principalmente a enunciação das circumstancias, cujo todo constitue um d'esses ultrajes que uma Nação não poderia supportar sem se cobrir de opprobrio.

O Sr. Consul de França, a quem tocara o cuidado de liquidar a successão de um Francez fallecido em Pernambuco, tinha o illo dever repellir certas reclamações que lhe eram dirigidas justa ou injustamente por um moço Brasileiro, a titulo de ex-emprego do fallecido. A proposito d'esta exigencia, e sem que um juigamento de condemnacão tivesse previamente intervido, particularidade que não justificará de modo algum uma medida directamente contraria aos principios do direito internacional, houve um juiz assaz ignorante de seus deveres para authorisar a officios de justiça, acompanhados de soldados de Policia, a ir ao Consulado de França com o fim extensivo, no caso de que o Sr. Consul se recusasse a assignar algum documento que o compromettesse, de violar o caracter d'este Funcionario, pondo sua pessoa em prisão.

Depois de se haverem introduzido furtivamente na Chancellaria, como malfetores, estes executores trancaram todas as suas saídas, e fizeram guardar as portas exteriores. Cinco ou seis Francezes se acharam por este modo retidos conjunctamente com o Sr. Consul. Este agente tendo-se levantado para ir buscar o pavilhão nacional e arvorá-lo, um dos soldados agarrou-o pelo corpo, ferindo-o na mão com a bayoneta.

Alguns instantes depois, o pavilhão do navio francez *Comte Roger*, foi lançado sobre a sacada do Consulado, e quando o Sr. Consul se dispunha a içá-lo, um soldado ainda se oppoz a este acto de uma maneira brutal.

Parece-nos que entre impelir que um pavilhão seja içado, e empregar a força para tirá-lo, a differença não consiste se não na forma, e que são dois actos insultantes no mesmo grão.

Uma numerosa multidão, atrahida pela singularidade do espectáculo, encheu as ruas adjacentes.

Como he de suppor, a população não se achava em maior numero; palavras sinistras foram ouvidas; e ninguém duvida de que teria bastado a mais insignificante rixa para produzir grandes desgraças. Emfim, uma contra ordem do Juiz veio pôr termo a esta scena escandalosa.

Tal he, Sr. Encarregado de Negocios, a exposição succinta, porém exacta, dos actos culpaveis que temos a denunciar-vos. Submettemos a sua qualificação á vossa justa apreciação, persuadidos de que de accordo com a opinião geral, sabereis medir todo o seo alcance, fixando-lhes os caracteres seguintes: 1.º Violação do territorio.—2.º Violencias exercidas sobre a pessoa do Sr. Consul.—3.º Insulto ao pavilhão.—4.º Offensa publica a Nação.

O Sr. Consul não tendo podido obter da Presidencia da Província satisfacção pelas offensas que soffremos, achamos-nos actualmente collocados sob a protecção do Sr. Consul da Inglaterra, situação anormal que desejamos todos vêr cessar o mais depressa possivel por meio de uma solução honrosa.

Como nós, vós comprehendereis, Sr. Encarregado de Negocios, que um similhante attentado, cujos exemplos são felizmente mui raros, mesmo entre os povos reputados barbaros, não pôde ficar muito tempo impune, e que elle exige pelo contrario o mais breve possivel uma reparação publica, proporcionada ao escandalo do insulto.

Ousamos esperar, Senhor, que fiel a vossa missão protectora, a vossa activa cooperação não nos desampará,

e outro sim que vossas energicas representações terão por effectos immediatos dar ampla satisfação á nossa dignidade nacional gravemente insultada, e garantir-nos a segurança, sem a qual nossa posição n'este paiz viria a ser para o futuro intoleravel.

Accedai, Sr. Encarregado de Negocios, a segurança da nossa consideração a mais distincta.

Seguem-se as assignaturas.

N.º 15.

Nota do Governo Imperial a Legação de França.

N.º 19, Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 12 de setembro de 1850.

O abaixo assignado, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, recebe na act. que em data de 29 do mez proximo passado lhe dirige o Sr. de St. Georges, Encarregado de Negocios da Republica Franceza, nesta Corte, relativa ás desagradaveis occorrenças que ultimamente tiveram lugar em Pernambuco por occasião da execução de um mandado de remção de deposito expellido contra M. Sentis, com a pena de prisão, quando não entregasse o mesmo deposito, pena que he imposta pela Orden. do L. 4.º de 1.º 76. § 5.º que he lei do Imperio.

Tendo M. Sentis partido para França e declarado que ha dar conta ao seu governo do occorrido, julgou o Governo Imperial conveniente, sem por isso declinar qualquer discussão sobre este assumpto, com o Sr. de St. Georges, dar ao seu Encarregado de Negocios em Paris as instrucções necessarias, para ali tratar do mesmo assumpto.

Não obstante julga o abaixo assignado dever remetter ao Sr. de St. Georges as incluzas copias da correspondencia das autoridades de Pernambuco, das quaes se vê que foram logo dadas todas as providencias, ainda mesmo antes de um inteiro exame do caso, para fazer cessar o procedimento de que se queixava M. Sentis. E he para notar que este se queixa de haver estado sem protecção sômente duas horas, e mo se o Presidente não tivesse de informar-se do que se tratava, e de mandar procurar a autoridade a quem encarregado de ir á casa de M. Sentis.

O abaixo assignado não pôde deixar de observar que a queixa de M. Sentis, que se intitula Agente da Govern. Francez, e não simplesmente Consul, parte da supposição da immuniidade e privilegios que, como Consul, elle não tem, nem pelo direito das gentes, nem por tratados.

Pelo Direito das Gentes são os Consules, quanto ás suas pessoas e bens, sujeitos á jurisdicção do paiz, sem outras immuniidades que as que torem expressamente de lhi-las por tratado.

O tratado de 8 de janeiro de 1826 não lhe dá expressamente immuniidade alguma.

Pelo artigo 4.º d'esse tratado os Consules das duas Nações devem gozar das mesmas privilegios concedidos aos Consules da Nação a mais favorecida. Não tendo o Brasil tratado com Nação alguma, e não tendo portanto concedido privilegios a Consules de Nação alguma, não tem aquelle artigo termo de comparação a que se possa referir. E' uma promessa que não se pôde verificar senão em uma hypothese que não existe.

Pelo artigo 1.º dos artigos additionaes de 7 de junho de 1826, os Consules devem ser tratados a todos os respeitoes em cada um dos dous paizes, segundo os principios da mais exatta reciprocidade.

Ora, não consta do abaixo assignado que haja lei em França, pela qual os Consules Brasileiros sejam isentos da pena de prisão em casos similhantes ao de que se trata, e quando constituidos depositarios judiciais recusarem dar conta do deposito.

Demais não basta a palavra vaga e geral—reciprocidade—he indispensavel uma previa intelligencia sobre a sua applicação. E tanto he assim que, para que se estabelecesse e fixasse a faculdade que tem os Consules Francezes no Brasil de administrarem e liquidarem as successões francezas, foi necessaria a discussão que consta das notas do Sr. de St. Georges de 14 e 16 de novembro de 1816. E ainda assim essa materia não está bem clara e fixada.

Em uma nota transcripta em uma das do Sr. de St. Georges acima citadas, M. de Tocqueville invocava o tratado entre a França e Venezuela como o da Nação mais favorecida. Pelo art. 23, § 3.º d'esse tratado os Consules a lumbestram e liquidam as successões, sem que a autoridade local intervenha, salvo se se reclamasssem interesses por parte de algum cidadão do paiz (he o nosso caso) por que se se suscita alguma questão com cidadãos do paiz, he decidida pelos tribunaes do mesmo, obrando então o Consul como parte, que representa a herança.

Obrando o Consul, como parte que representa a herança, está sujeito ás leis do processo, e portanto á pena do prisão, se ellas a impozerem.

O procedimento do Juiz Municipal de Pernambuco não ferio portanto o Direito das Gentes, nem tratado algum. Parece ao Governo Imperial porém que elle não applicou bem a lei na hypothese especial de que se tratava, que não se houve com as attensões e cautelas que o mesmo Governo tem recommendado quando se trata de procedimentos para com os Consules de Nações amigas, e por isso se lhe mandou formar processo de responsabilidade, bem como ás mais pessoas da diligencia que tiverem culpa.

São factos porém que não podem ser elevados á cathogoria de violações do Direito das Gentes, e de offensas nacionaes.

Pelo Direito das Gentes são inviolaveis es archivos e papeis dos Consulados, como se acha expressamente declarado no art. 22 do tratado citado entre a França e Venezuela. Ora não consta, e nem M. Santis se queixa de que tocassem no seu archivo e papeis. E por certo que as casas onde estão estabelecidos os Consulados não são inviolaveis e não gozam de immuniidades.

A falta de urbanidade, attenção e circumspecção da parte dos officiaes da diligencia e soldados, he certamente merecedora de reprobção, e o Governo Imperial a reprobava altamente. Mas essa falta não constitue uma offensa por si só, e corresponde a culpas iguaes de M. Santis, que anteriormente tinha rompido mandados de Juizes, e maltratado officiaes de justiça, abusando assim do seu honroso cargo.

A ferida que M. Santis diz que se lhe fizera na mão, foi toda occasionada, e inserida do conflicto, porque se algum soldado o quizesse ferir não se limitaria certamente o ferimento a um pequeno arranhão em um dedo, que o mesmo M. Santis não quiz deixar examinar, a fim de se formar o corpo de delicto que servisse de base ao processo criminal contra o author do ferimento.

O abaixo assignado deplora que M. Santis quizesse involver um pavilhão tão nobre como o de França em uma mesquinha questão nascida da remição de um deposito, e do pagamento de salarios a um caixaero. Demais, o pavilhão não estava ligado, como M. Santis reconhece, e o facto de embaraçarem, de seu moto proprio, e sem ordem para isso, os officiaes da diligencia o seuqramento, não está provado, ao menos para o Governo Imperial, que mandou averiguar esse facto.

O Sr. de St. Georges sabe perfeitamente que o pavilhão serve apenas para indicar a casa do Consulado, e não lhe dá immuniidades que pelo Direito das Gentes ou por tratados não tem. O ligamento do pavilhão não alteraria a questão, e apenas serviria para tornal-a mais desagradavel.

O Governo da Republica decidirá se o que occorreu he bastante para justificar a retirada do Consulado Francez de Pernambuco, pondo os cidadões Francezes debaixo da protecção do Consulado Inglez, e ha de convencer-se de que qualquer que seja a protecção debaixo da qual os ponha, nunca lhes ha de faltar aquella que o Governo Imperial sempre lhes prestou, como a subditos de uma Nação, com a qual sempre o Brasil se esmerou e esmera em cultivar relações de uma nunca interrompida amizade.

O abaixo assignado se prevalece desta occasião para renovar ao Sr. de St. Georges as expressões de sua estima e consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.

N.º 16.

Nota da Legação de França ao Governo Imperial.

Legação de França no Brasil. Rio de Janeiro 21 de setembro de 1850.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios da Republica Franceza no Brasil, recebeu a nota, que S. Exc. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade o Imperador do Brasil fez-lhe a honra de dirigir, com data de 12 d'este mez, ácerca dos acontecimentos occorridos em Pernambuco entre as autoridades do paiz, e o Consul de França.

Essa nota exprime o desejo da parte do Governo Imperial de tratar d'essa questão em Paris, não se oppondo entretanto a discutil-a no Rio de Janeiro.

O abaixo assignado sem repugnancia accetaria a posicao, em que assim o collocam, se não fora uma circumstancia excepcional do negocio, e que lhe parece agora d'innatural. Os Francezes de Pernambuco ficam actualmente debaixo de outra protecção, que não a da França; e este estado de cousas, anormal entre duas Nações tão intimamente ligadas e amigas, como o Brasil e a França, tem necessariamente de prolongar-se por muitos mezes, em consequencia da determinação do Governo Imperial; sendo que esta demora, além d'isto, só servira para aggravar a questão.

S. Exc. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros em summa reprova a conduta do Juiz Municipal de Pernambuco; e a sua nota contém expressões de benevolencia para com a França, em nome do seu paiz, a que o abaixo assignado dá o subido apreço que merecem.

A difficuldade está assim posta sobre um terreno conveniente, para um exame imparcial: o abaixo assignado allí o acompanhará; e deseja que se discuta desde já, para que tenha um termo proximo, se for possível.

A iniciativa do Juiz Municipal de Pernambuco contra o Consul de França, veio perturbar as excellentes relações entre os dois paizes; esta iniciativa appareceu (o abaixo assignado não julga necessaria dizel-o) sem nenhuma provocação, e, o que mais he, sem motivo algum plausivel: he isto que primeiro convém fixar, inda que seja superfluo, depois da desapprovação do Juiz, como a houve, dada pelo Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Não era com effeito o Consul quem liuidava a herança que fazia o objecto do litigio, mas sim o Consulado. M. Santis partindo com licença, e tendo já apresentado seu successor ao Sr. Presidente da Provincia, já não estava mais habilitado para continuar no negocio, e era o novo gerente do Consulado, com quem necessariamente tinha de seguir a questão. O Consulado sabia que neste negocio havia um processo, e elle esperava o julgamento, não pretendendo em cousa alguma subtrahir-se á acção das leis brasileiras, porque nunca os Consules Francezes, na liquidação das successões francezas no Brasil, desconhecaram os tribunaes do paiz, como arbitros supremos dos litigios que allí podiam apparecer. Todas as garantias desejaveis existiam por parte do Consulado para o pagamento da somma reclamada, se os tribunaes o ordenassem.

O Consulado era responsavel; a Legação o era em todo o caso, e quando preciso fuisse, o Governo francez.

Ha todo o lugar para admirar se, lendo-se a ordenação do liv. 4. tit. 76. § 5., com o pôde o Juiz n'elle achar com que motivar a sua sentença contra o Consul de França: o paragrapho diz em substancia o que se segue: " Se ha delicto ou quasi delicto de estelionato como no caso de deposito negado, ou desvio do, ou especulacão contra a vontade do proprietario legitimo, o iniciado será mettido na cadeia, e d'ella não poderá sair sem fiança, mas depois do processo soffrerá a pena de dolo e má fé. "

He claro que nenhum dos principios que precedem tem aqui, por titulo algum, applicação. O mandado contra um particular gerente dos seus proprios negocios seria inique tanto, quanto inutil, á vista das garantias que existiam: foi portanto exorbitante contra um funcionario publico, que administrava os negocios de um terceiro em virtude de funcções, de que estava revestido.

A nota, a que o abaixo assignado responde, diz que os Consules, que intervém como parte que representa a herança, estão pelo mesmo motivo debaixo da lei do paiz, e sujeitos ás penalidades que ella impõe.

Em primeiro lugar não foi a lei que cahir sobre o Consul de França em Pernambuco; mas sim a erronea interpretação d'essa lei, falsa e torturada tanto em sua letra, como em seu espirito, porque a lei brasileira he liberal, e branda em semelhantes assumptos; e em geral ella não admitta mesmo a prisão por civis.

Em segundo lugar o principio acha-se modificado pela circular do Governo Imperial aos Presidentes das Provincias em data de 5 de setembro de 1816.

Esta circular que foi communicada em tempo ao Corpo Diplomático, e que pôde assim ser considerada como regulando o assumpto no Brasil, contém disposições sábias e benevolas: ella acaba assim: " mui serias consequencias podem originar-se de conflitos, que aliás podem ser removidos, e o são de ordinario, por via diplomatica, preferivel, em todo o caso, aos meios de violencia, quando d'estes se póde prescindir: o que se deve insinuar a quem competir para que nos casos graves, como os de prisão, penhora, sequestro, e outros semelhantes, o Governo Imperial seja prevenido, por intermédio da Presidencia, a tempo, para dar ao negocio a direcção, que exigirem o decora e as conveniencias nacionaes. "

Em these geral, além d'isso, os Consules são postos debaixo da protecção particular da autoridade local, de maneira que as collisões, que nunca deixam de experimentar na sua gestão, por mais circumscripção que a supponham, sejam atenuadas tanto quanto for possível. O exequatir d'elles direito aos bons officios da autoridade local, e a uma cooperação da sua parte, equitativa, e benevola, para tudo o que refere-se ao exercicio de suas funcções.

Elles não entram mesmo no exercício de suas funções e nem podem n'elle entrar senão com esta condição ou tacita ou escripta; e o art. 4.º, o art. 1.º adicional do tratado de 1826 entre o Brasil e a França não fazem senão formular mais ou menos explicitamente o que a este respeito determina o Direito das Gentes ou o direito commum.

A circular do Governo Imperial já citada, mais bem estabelece que os archivos dos Consulados são inviolaveis. Mas haverá inviolabilidade de archivos, quando se lhes podem arrambar as portas, e levar para a cadeia o empregado d'elles encarregado, fazendo-se do seu local n'na arena de tumultuaria luta?

O abaixo assignado não pretende aqui entrar em uma discussão de principios sobre a immunidadade dos Consules ou das chancellarias consulares. Elle não pretende occupar-se em investigar até que ponto o respeito da hospitalidade nacional, dada pelo soberano do territorio aos povos amigos, pôde ser considerado como uma condição honrosa e util que a si mesmo impôz. O Governo Francez tem declarado em diversas ordenanças que os consules gozavam d'immunidadade pessoal salvo o caso de crime. O Governo Brasileiro não tem reconhecido até agora, como sendo-lhes devido, senão um tratamento decoroso, e certas considerações.

Esta ultima concessão, que não he em si senão o equivalente, na pratica, da immunidadade, he mais que bastante para invocar-se no negocio de Pernambuco; só ella teria sido sufficiente, para o prevenir, e bastaria para prevenir quizesquer outras collisões do mesmo genero: eventualidades tanto mais desentir quanto mais insignificantes em seu começo e nos seus principios, partindo de menos alto, muitas vezes vem depois a collocar as neções na necessidade, apozar-se e em contrario ás suas sympathias, as suas tendências, e aos seus interesses, de pedir e concederem reparações umas ás outras.

Mas he difficil que tenham já-nais sido os preceitos governamentais mais completamente esquecidos do que o foram nessa questão de Pernambuco, começando pelo Jaz, como causa primaria do mal; porque o mais he consequencia.

Uma força de meirinhos e soldados invade de improviso a Chancellaria Consular Franceza, põe-se materialmente a mão no Consul, querem-no fazer capitulo em interesses de um terceiro, eu levá-lo para a cadeia; arastam-no e trava-se uma luta em que elle he ferido por uma bayoneta. Varios Francezes, que estavam então na chancellaria para negocios seus, e que ali se achavam igualmente presos, estão a ponto de involuntariamente se acharem mettidos em um conflicto, que pôde tornar-se por isso ensanguentado; o Consul faz appello á bandeira de sua chancellaria, porém inutilmente: a sua bandeira he-lhe tirada. De fora atiram-lhe uma outra pela janella (pois que lhe he interdita toda outra communicação com o exterior); o mesmo obstaculo se lhe offerece para igal-a; a final a força publica chega a impedir que a bandeira seja arvorada no mesmo lugar onde o governo territorial havia por mais de trinta annos authorisado que se arvorasse: colloca-se uma sentinella dentro da chancellaria junto ao pau da bandeira e outra na porta da rua. O povo vinha de fora afluindo.

Seria entender as cousas por um modo diverso do que devem e podem ser entendidas, dizer-se que em tudo isso não houve offensa. Toda a população estrangeira, que reside em Pernambuco, encarou esse acontecimento sob este ponto de vista: he isto o que se evidencia do protesto dos Francezes de Pernambuco, de que já foi uma copia transmittida pela Legação ao Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros, he tambem isto que se evidencia da representação collectiva dirigida por todos os Consules d'essa residencia ao Presidente da Provincia: accordo esse unanime e pouco ordinario entre nacionalidades diversas, e que tem tambem um grande e significativo alcance.

A offensa existio. O abaixo assignado pediu d'ella satisfação. Elle hoje reitera este pedido.

A serie de factos, que elle acaba de recordar, não constitue senão com demasiada evidencia um conjuncto triste, cuja solidariedade pôde de alguma sorte o Governo Imperial espontaneamente repellir em nome do paiz. A bandeira nacional franceza foi retirada de Pernambuco em consequencia de um acto de violencia. Ella não deve ali tornar a levantar-se, senão com acatamento e dignidade.

A satisfação dada em iguaes circumstancias honra á Nação que a isso se presta: a opinião sobre este objecto não pode ser senão unanime, as interpretações em contrario são impossiveis.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a S. Exc. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros os protestos da sua alta consideração.

A S. Exc. o Sr. Paullino José Soares de Souza.

L. DE ST. GEORGES.

Nota do Governo Imperial á Legação de França.

N.º 22.—Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 28 de outubro de 1850.

O abaixo assignado, do Conselho de S. M. o Imperador, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, recebeu a nota que em data de 21 de setembro proximo passado lhe dirigiu o Sr. L. de St. Georges, Encarregado de Negocios da Republica Francaza n'esta Côrte, relativa aos acontecimentos que tiveram lugar ultimamente em Pernambuco entre o Juiz Municipal e M. Sentis.

N'essa nota encara o Sr. de St. Georges a questão d'um mesmo modo que a encara o abaixo assignado em a sua de 12 de setembro proximo passado. Ahi reconhece o abaixo assignado que o Juiz Municipal não applicou bem a lei na hypothese especial de que se tratava (e he o que o Sr. de St. Georges chama muito bem *mesinterpretation*) e que não se houve, bem como os officiaes de justiça e soldados, com as attenções e cautelas que o mesmo Governo tem recommendado, quando se trata de proceder nos para com os Consules de Nações amigas.

N'esse ponto está o Sr. de St. George inteiramente de accordo com o abaixo assignado.

O Governo Imperial manifestou a sua severa reprobção ao procedimento do Juiz Municipal, suspendendo-o do exercicio de suas funcções, logo que para isso teve os necessarios esclarecimentos, como se vê do decreto junto por copia, e mandando formar a esse juiz e aos officiaes da diligencia um processo que já começou e está em andamento. O Presidente da Provincia fez punir os soldados da referida diligencia, por caber isso na authoridade do Commandante do Corpo, com 15 dias de prisão, como se vê das copias juntas.

Esse procedimento do Governo Imperial constitue uma reparação, tanto mais apreciavel porque foi espontanea, do que houve de illegal e excessivo na maneira porque procederam o Juiz Municipal e os encarregados da diligencia, e he mais uma prova das disposições amigaveis do Governo Imperial para com a França, e da consideração com que trata o que lhe pertence.

Não he justo nem regular fazer de cada um dos incidentes que occorrem no conflicto, havi-lo com M. Sentis, uma questão separada. Todos esses incidentes ligam-se, nasceram uns dos outros, e a reparação assim dada pelo Governo Imperial comprehende o todo.

Referindo-se á sua nota anterior e ao que acaba de publicar, o abaixo assignado espera que o Governo da Republica se haverá por satisfeito com as decisivas e espontaneas provas já dadas pelo Governo Imperial de reprobção ao que houve de illegal e excessivo no procedimento do Juiz Municipal e dos officiaes da diligencia, e que o Consulado Francz será restabelecido na Provincia de Pernambuco; não porque os subditos Francezes tenham de soffrer por falta d'elle, porque não lhes ha de faltar a devida protecção da parte do Governo Imperial, mas por que esse restabelecimento será uma prova de que não soffrerão a menor quebra as boas relações que felizmente tem sempre subsistido entre ambos os paizes.

O abaixo assignado crê que a exposição de M. Sentis, apaixonado na questão, não se póde nem se deve tomar como a verdade do facto, porque he exaggerada. E tanto he assim que, declarando elle em communicação ao Presidente da Provincia que lhe faltára a protecção d'este por duas horas, e que o conflicto cessára por um commandado do Juiz, declarou em sua participação ao Sr. de St. Georges que o mesmo conflicto cessára pela retirada dos officiaes de justiça, em virtude de haver o tiro de peça do porto annunziado o fim do dia, e estarem por isso legalmente suspensas as suas funcções. E a verdade he haver cessado o subredito conflicto pela intervenção do Delegado de Policia, mandado pelo Presidente da Provincia, como se vê da declaração junta por copia de M. Sauvage, Negociante Francz em Pernambuco e testemunha presencial.

Dos documentos tambem juntos verá o Sr. de St. Georges a maneira inselita porque M. Sentis desobedeceu a uma intimação, e recusou pagar as custas em que fora condemnado pelo Tribunal da Relação de Pernambuco, a requerimento de Afonso de St. Martin, e o modo violento porque se oppoz a outra intimação feita por ordem do Juiz Municipal a requerimento de Diogo Baptista Fernandes. Estes e outros factos provam o desrespeito com que M. Sentis tratava o seu honroso cargo e os tribunaes do paiz, e não eram por certo muito conducentes para fazer com que pessoalmente o respeitassem.

O Governo Imperial tem dado tantas provas de consideração pela França, que os seus sentimentos a respeito d'ella não pôdem ser postos em duvida. E seria certamente uma triste decepção o estremecimento das boas rela-

ções entre os dois paizes, por uma questão semelhante á de M. Sotis na occasião em que acabam de occorrer em Bolivia os acontecimentos constantes das copias tambem juntas, das quizes se vê que em consequencia de esforços e reclamações feitas para proteger subditos Francezes (em approvação do Governo Imperial e do da Republica) tem a Legação do Brasil de retirar-se do territorio Boliviano.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reitterar ao Sr. St. Georges os protestos da sua estima e consideração.

PAULINO JOSE' SOARES DE SOUSA.

Documentos referidos na Nota supra.

Ilm. e Exm. Sr.—Em observancia ás ordens de V. Ex.^a constantes do officio de hoje, estão recolhidos á prisão d'este quartel por 15 dias os soldados do corpo do meu commando Cypriano Antonio dos Santos, Juvenal de Miranda e Silva, Boaventura José de Azevedo, Ignacio Barbosa, Jeronimo Gomes de Sousa e Augusto Ferreira de Lorena, por se haverem com falta de urbanidade na diligencia a que assistiram no Consulado Francez no dia 7 do corrente.

Deos guarde a V. Exe. Quartel do commando do Corpo de Policia, 14 de agosto de 1850.

Ilm. e Exm. Sr. José Ildefonso de Sousa Ramos, dignissimo Presidente d'esta Provincia.

JOÃO DO REGO BARRAS FALCÃO, Commandante.

Recebi o seu officio com a data de hontem acompanhando o processo do Conselho de investigação feito aos soldados do Corpo do seu Commando Cypriano Antonio dos Santos e outros pelas occorrencias do dia 7 do corrente na casa do Consulado Francez. Vê-se do mencionado processo haver o Conselho julgado, em vista do depoimento das testemunhas, que os ditos soldados não commetteram crime qualificado no Regulamento respectivo, cumprindo o que lhes fora ordenado pelos officiaes de justiça, a cuja disposição se achavam, conservando-se como se conservaram, com obediencia e disciplina, postados nos logares em que foram collocados pelos referidos officiaes na casa do Consulado Francez.

A este respeito tenho de declarar-lhe, que com quanto não commettessem os ditos soldados crime especificado no Regulamento, executando as ordens que lhes foram dadas pelos officiaes de justiça, a que deviam obedecer, segundo foi julgado pelo competente Conselho, comtudo no caso de que se trata he para acreditar-se, em vista da exposição que ao conhecimento d'esta Presidencia trouxeram diversos Consules e Vice-Consules aqui residentes, que os mesmos soldados fizeram á urbanidade e attentões, com que o Governo Imperial tem recommendado que sejam tratados os Consules estrangeiros; e estando Vm. authorisado pelo artigo 33 do Regulamento do Corpo do seu Commando a punir as faltas n'elle não especificadas com as seguintes penas—reprehensão, serviço dobrado, carregamento de armas, limpeza de armamento e prisão até vinte dias —; lhe ordeno que lhes applique a pena de prisão pela mencionada falta.

Deos guarde a Vm. Palacio do Governo de Pernambuco, 14 de agosto de 1850.

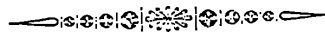
JOSE' ILDEFONSO DE SOUSA RAMOS

Sr. Commandante Geral do Corpo Policial.

O Escrivão Baptista revendo os autos de autoamento de uma petição e um documento de Affonso Saint-Martin, passe por certidão o theor do mandado do Doutor José Raymundo da Costa Menezes contra o Consul Francez e o mais que constar do mesmo mandado, inclusive o que n'elle escreveu o referido Consul, recusando-se ao seu cumprimento. Recife, 9 de agosto de 1850.—FLORES.

Manuel Joaquim Baptista, Escrivã interino do Cível n'esta cidade do Recife de Pernambuco, &c.—Certifico, a vista dos autos de autoamento de petição de Affonso Saint-Martin contra o Consul Francez, por custas em que foi condemnado no Superior Tribunal da Relação, ser o theor do mandado de penhora contra o mesmo, certidão dos officiaes da diligencia, e resposta do dito Consul da forma seguinte:—Mandado de penhora a favor de Affonso Saint-Martin contra o Consul Francez pela quantia de treze mil cento e quarenta e um réis, 13\$141 rs. O Doutor José Raymundo da Costa Menezes, Juiz Municipal Supplente da 2.ª Vara n'esta cidade do Recife de Pernambuco, &c. Mando aos officiaes de justiça que a requerimento de Affonso Saint-Martin cite o Consul Francez n'esta cidade, para que no termo de vinte e quatro horas pague ao supplicante a quantia de treze mil cento e quarenta e um réis de custas contadas, e findo o termo não pagando, procedam a penhora em seus bens quantos chegarem para pagamento da referida quantia, e das custas que accrescerem, depositando-se na forma da lei, e citem o supplicado para os termos da execução.—Cumpram.—Recife, 12 de junho de mil oitocentos e cincoenta. Eu Manuel Joaquim Baptista, Escrivão interino, o escrevi.—COSTA MENEZES. — Certidão.—Certifico que sendo n'esta cidade do Recife citei no Consul Francez em sua propria pessoa, para que no termo de vinte e quatro horas pagasse a quantia pedida n'este mandado, o qual não o fez. Recife, 14 de junho de 1850.—Em fé de verdade.—O official de justiça GONÇALO BORGES DA FONSECA.—Não devo nada ao Sr. Affonso Saint-Martin, e em consequencia recuso pagar a somma que he reclamada. Recife, 19 de junho de 1850. — O Consul da Republica Franceza, L. SENTIS.

Nada mais se continha em o dito mandado, certidão dos officiaes, e resposta do Consul aqui copiado dos ditos autos, aos quaes me reporto: esta vai conferida e concertada, e por mim escripta e assignada n'esta cidade do Recife de Pernambuco aos 9 de agosto de 1850. Escrevi e assignei. — Em fé de verdade e concertei. — Manuel Joaquim Baptista.—Concertei.—Manuel José da Motta.



Sentença de Pronuncia contra o Juiz Municipal Supplente da Cidade de Pernambuco e dous officiaes de justiça, que intervieram na execução do Mandado contra M. Sentis.

N.º 18.

PRONUNCIA.

Vistos estes autos de summario baseado no officio do Ex.^{mo} Presidente da Provincia a fl. 3, e na correspondencia official de fl. 5 a fl. 9 do Consul da Republica Franceza Luiz Sentis, e na resposta do Juiz Municipal supplente o Bacharel João Floripes Dias Barreto a fl. 10, e documentos annexos a esta, que tudo acompanhou ao referido officio, as respostas dos summariados a fl. 31, fl. 59, fl. 91 e fl. 129, e depoimentos de fl. 156 usque fl. 164, n'elles se mostra que havendo fallecido ab intestato e sem parentes conhecidos L. V. Desanclos, o Consul Francez tomou conta de sua successão, e que Luiz Lopes de Oliveira considerando-se credor de Desanclos requereu e obteve pelo Juiz Municipal da 2.ª Vara um mandado de arresto n'esta successão, cujo termo de deposito não sendo assignado pelo Consul, requereu o auter a incampação do deposito notificando o Consul para recolher a respectiva Theouraria a quantia arrestada, e pedindo o Consul vista da notificação vcia com os seus embargos, que ainda não foram decididos. Mostra-se mais, que achando-se a causa n'estes termos a requerimento do autor mandou o dito Juiz Municipal supplente que fosse removido o deposito para o Geral sob pena de captura, e que os officiaes de justiça Manuel Gonçalves Gambon, Braz Lopes e José Ignacio de Lira, auxiliados por soldades de Policia entraram na casa do Consulado Francez para dar execução ao mandado do Juiz. Mostra-se finalmente que todos os mais factos allegados pelo Consul, e levados ao conhecimento do Ex.^{mo} Presidente da Provincia, não estão provados, apesar de terem jurado no summario tres subditos da Republica Franceza, porquanto o facto de ter um dos soldados embaraçado que se içasse o pavilhão, apenas falia n'elle uma testemunha, que segundo o rigor de direito nenhuma prova pôde fazer; o do leve ferimento, ou antes arranhão, na mão do Consul tocam n'elle a 3.ª e 7.ª testemunhas, mas de uma maneira tal que bem deixa ver que foi occasionul, e sem intenção criminiosa: quanto aos mais factos nada absolutamente dizem as testemunhas. Do que fica exposto vê-se que nenhuma offensa

houver a Nação Franceza, nem tão pouco violação de imunidades e privilegios, por que não tendo os Consules caracter representativo, não podem pretender imunidades e privilegios, e por conseguinte as suas pessoas e bens estão sujeitos ás autoridades civis e criminaes do paiz. Também nenhuma violação se deu na entrada dos officiaes de justiça auxiliados por soldados em caso de resistencia, como está provado, na casa do Consulado, por que as casas dos Consulados não são inviolaveis, e tão somente os archivos e papeis, doutrina que se acha consagrada na Circular N.º 7 de 5 de setembro de 1846. E portanto nada mais houve em toda a questão (além da falta de attenção, e do mais que he recommendado na citada Circular, que entretanto não sujeita a accusação criminal) se não a má applicação da lei da parte do Juiz Municipal supplente expedindo uma ordem de prisão sem ser caso d'ella em vista da legislação, que regula occorrencias similhantes, e irregularidade do procedimento da parte dos officiaes de justiça execut-n-tes. Porquanto fulminando a ordenação do Livro 4.º, Titulo 66, § 5.º pena de prisão, ao depositario do Juiz que recusa entregar alguma coisa posta em guarda e deposito, &c., considerou o Juiz o Consul Luiz Sentis como depositario do Juiz em consequencia de se ter incampado o deposito ao mesmo, e contra elle expedio mandado de prisão, quando, segundo a letra e espirito da ordenação, a pena de prisão se dá somente contra o que tem assignado o auto de deposito, e por conseguinte constituindo-se depositario, recusa depois entregar o mesmo deposito, e jamais contra aquelle que não assignou o auto de deposito. Assim, posto que a incampação se ja admitida pela pratica em alguns logares, não he autorisada por lei, e nem certamente he conforme á mesma lei, que sem que a parte seja ovida, e convencida, se lhe imponha a obrigação de depositario, e a consequente pena de prisão, tanto mais quanto no caso em questão a remoção do deposito pendia por embargos, sobre os quaes ainda não havia sentença. Acresce ainda que, dado o caso de que o Consul pudesse ser considerado como depositario, não lhe provinha d'isso obrigação pessoal, mas sim do emprego que se não extinguia, visto que ficava o seu Chanceller fazendo as suas vezes, e por isso irregularmente expedio o Juiz mandado de prisão contra o Consul por se retirar para a França, sendo aliás regra, como diz o Aviso de 19 de setembro de 1850, que em causa civil não se decreta a prisão senão em casos muito especiaes que se não deve ampliar. Portanto e mais dos autos pronunciou o Juiz Municipal supplente o Bacharel João Floripes Dias Barreto a livramento ordinario, como incursão no art. 142 do Código Criminal, e aos officiaes de justiça Manuel Gonçalves Gambôa, Braz Lopes e José Ignacio de Lira tambem a livramento, como incursões na 2.ª parte do artigo citado, combinado com o art. 210 do mesmo Código: o Escrivão leu os seus nomes no rol dos culpados, e cumpria no mais o seu Regimento. Cidade do Recife, 29 de janeiro de 1851.

ALEXANDRE BERNARDINO DOS REIS E SILVA.

N.º 19.

Accordão em Relação dando provimento ao recurso interposto da Sentença supra.

Accordão em relação os juizes sorteados depois do relatorio da lei, que dão provimento ao recurso interposto da sentença da pronuncia a folhas, que declarou o recorrente incursão no art. 142 do Código Criminal com o fundamento de ter expedido uma ordem illegal assignando o mandado folhas 23 verso, que autorizava a prisão do Consul Francez L. Sentis, no caso de não entrega do deposito; por quanto, á vista dos documentos juntos e allegações produzidas pelo recorrente, o fundamento da pronuncia he insubsistente, e não ha materia para accusação. Sendo permitido ao autor que demanda alguma quantia ou movel, sequestrar e depositar bens do devedor, quando este mudou de estado, e não tem os de raiz para segurança das futuras acções, na forma da ordenação, livro 3.º, titulo 31, he incontestavel o direito que assistia a Luiz Lopes de Oliveira, que fôra caixeiro de L. V. Desancios fallecido ab intestado, para obrigar o Consul, como curador da herança, a dar para o sequestro e deposito bens da herança sufficientes para garantir a importancia dos salarios que elle se propunha demandar; e o mandado que para este fim se expedio está comprehendido nos termos prefixos da citada ordenação.

Além d'isso, sendo os Consules sujeitos ás jurisdicções territoriaes, e o de que se trata ainda mais, na qualidade de curador da herança, não obstante isso recusou-se a obdecer; mas como elle confessava ter em sua mão valores bastantes pertencentes á herança, o recorrente o constituiu depositario pelo modo previsto na ordenação liv. 1.º, tit. 24, §§ 19, 20 e 21, e praxe geralmente seguida; depois estando proxima a retirada do Consul, teve

logir a expedição do referido mandado, fl. 25 v., visto que, constituido elle depositario, e refusando a entrega do deposito, commetteu um quasi delicto, e incorreu na pena de prisão, segundo a providente ordenação, liv. 4.º, tit. 76, § 5.º, que não está revogada; e he este um dos casos civis em que he ainda permitida essa pena, mesmo peloCodigo Criminal, na excepção posta abaixo no art. 319. Do contrario ficariam sem protecção os direitos dos subditos Brasileiros, os mandados do Poder Judiciario illudidos, e o Consul Francez com direito e sem obrigações. Do que resulta que o recorrente não expedia mandado manifestamente contrario á lei, nem commetteu abuso ou excesso de jurisdicção, antes praticou um acto ordinario, conhecido e authorisado pelas leis citadas e praxe do foro.

Portanto, revogada a pronuncia, absolvem o recorrente Bacharel João Floripes Dias Barreto, Juiz Municipal suplente d'esta cidade, mandam que se lhe dê baixa na culpa, e condemnam a municipalidade nas custas.

Recife, 22 de março de 1851.—AZEVEDO, Presidente.—VILLARE.—Sousa, vencido quanto á arrecadação.—RABELLO.

N.º 20.

Nota da Legação de França ao Governo Imperial.

Legação de França no Brasil.—Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1850.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios da Republica Franceza no Brasil, recebe a nota que S. Exc. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil lhe fez a honra de dirigir em 28 de outubro ultimo, assim como os documentos que a acompanharam.

O abaixo assignado reconhece quão benevolas são as intenções do Governo Imperial em seu modo de proceder relativamente ao negocio de Pernambuco.

O Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros não pôde deixar igualmente de que os sentimentos particulares do abaixo assignado correspondam plenamente ás tendências amigaveis do Gabinete do Rio de Janeiro, e esta disposição de sua parte, se fosse possível, ter-se-ia augmentado, á vista da correspondencia que teve lugar entre o Sr. Antonio Lisboa, Encarregado de Negocios em Bolivia, e o Governo Boliviano.

O abaixo assignado não pretende ser aqui o interprete de seu paiz, mas não pôde deixar de applaudir, considerando o todo da questão, a honrosa posição que nella tomou o Governo Imperial. As doutrinas generosas tem achado no mesmo Governo, um digno apoio, das quaes elle se constituiu o orgão e o defensor: tal he a alta posição que convém ao Imperio na America Meridional.

Para se e reanexar activamente á questão pendente, deve o abaixo assignado dizer que o ter-se mandado processar o Juiz Municipal de Pernambuco, bem como os agentes executores do mandado que elle expedia, e a punição dos soldados que acompanhavam estes agentes, são actos de equidade, que honram a authoridade Brasileira, mas esta authoridade firme e imparcial, como se apresenta, têl-os-hia recusado, a quem quer que, em caso analogo, os tivesse della invocado? O Juiz e seus agentes eram culpados, porque a lei havia sido violada; os soldados o eram tambem, porque tinham omitido seus deveres do character pacifico que he, em todo o caso, o da força armada, excepto no caso do stricto cumprimento do mandado nas execuções judiciaes. Todo o queixozo ainda que simples particular, em circumstancias ordinarias, não teria obtido justiça, ou não deveria obtê-la do mesmo modo, pouco mais ou menos? O a, ha aqui de mais uma circumstancia excepcional, e que faz da questão um negocio á parte; houve ainda outro interesse e compromittido, além do commun, e fí o interesse official e nacional, e este ainda soffre.

O Consulado Francez não existe mais em Pernambuco, foi supprimido em consequencia dos actos praticados contra elle, por agentes da força publica, e esta suppressão, com quanto fosse uma medida extrema, pareceo motivo fundada aos Francezes e a todos os estrangeiros alli residentes: as cousas foram consideradas por elles sob este vado aspecto: a idéa geral foi esta: e sabe-se que, em ponto de honra, quer individual, quer nacional, basta a opinião para que o facto exista: a opinião constitue o facto.

O acontecimento causou estrondo em Pernambuco, a população d'esta grande cidade, d'este grande centro commercial preoccupa-se; seguiu-se-lhe uma publicidade desagradavel.

Foi nessa notoriedade que o abaixo assignado viu sempre o mal: foi este ponto, para elle principal, que recommendou á attenção do Governo Brasileiro. Demais fez tudo para simplificar a questão, evitando entrar em algum detalhe pessoal, quer de um, quer do outro lado, tanto para criminar, como para justificar.

A exigencia de uma susceptibilidade nacional, só fôge em ser satisfeita por um acto de publicidade, tambem nacional, qualqu' que fosse, tal foi o estreito limite a que o abaixo assignado circumstaveo a sua reclamação; e ainda se cinge, tanto mais que acredita que uma iniciativa espontanea n'esto sentido da parte do Governo Imperial, ha decorosa para o mesmo Governo Imperial, como prova de uma justa e sã apreciação sua e dos factos e dos principios: toda a bandeira se honra das deferencias que testemunha as bandeiras estrangeiras: o prestigio de que ella se cercar, se augmenta com essas deferencias justas quando são de razão: o Brasil acaba de dar d'isso um nobre exemplo em Bolívia.

Se uma demonstração do genero d'aquella, de que faliou o abaixo assignado em sua nota precedente, podesse ter lugar, elle teria a honra de se entender com o Governo Brasileiro para restituir desde já, o Consulado de França em Pernambuco. De outra sorte não teria com effeito senão de abster-se, e de referir-se ao Governo como unico Juiz da causa, transmittindo-lhe (o que elle entretanto e em todo o caso se apressa a fazer) todos o documentos que recebeu do Governo Imperial.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a S. Exc. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros a segurança de sua alta consideração.

A S. Exc. o Sr. Paulino José Soares de Sousa, &c., &c., &c.

L. DE ST. GEORGES.

N.º 21.

Nota do Governo Imperial á Legação de França.

N.º—3. Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios Estrangeiros, em 6 de fevereiro de 1851.

O abaixo-assignado, do Conselho de S. M. o Imperador, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, recebeu a nota do Sr. de St. Georges. Encarregado dos Negocios da Republica Franceza, datada de 4 de novembro proximo passado, relativa a incidentes que tiveram lugar em Pernambuco com o Consul M. Sentis.

O Governo Imperial crê haver feito n'esta questão tudo quanto a maior susceptibilidade poderia exigir.

Não houve (nem o Sr. de St. Georges affirma ou dá a entender o contrario) intenção de offender a França, nem a podia haver ainda mesmo da parte do Juiz que expediu o mandado, e dos officiaes e soldados que o executaram. Houve da parte d'aquelle errada intelligencia de uma lei em vigor, e da parte d'estes falta de urbanidade, attentões e o emprego de maneiras violentas.

O Juiz foi suspenso das suas funcções e processado (por não poder ser demittido, porque a lei o veda). Os officiaes foram processados e os soldados punidos com prisão. Nenhum dos individuos que tiveram parte n'esta deploravel occorrença deixou de soffrer uma reprobção severa e effectiva da parte do Governo Imperial, que deu assim uma nova prova da sua consideração pela França.

Nem se pôde dizer que se procedeu n'este caso, como se procederia nos casos ordinarios. Nos casos ordinarios o Governo limita-se a mandar responsabilisar a autoridade perante os Tribunaes. Necesso de que se trata houve mais, houve a medida administrativa da suspensão do Juiz pelo Governo, e a prisão, independentemente de processo, e por ordem do Presidente, dos soldados. Estes factos constituiram uma reparação, da qual todos tiveram conhecimento, e que certamente não teria lugar, se não se tratasse de um facto relativo ás funcções officiaes do Consul, e se os officiaes e soldados se não tivessem havido na diligencia por uma maneira contraria ás ordens do Governo Imperial, faltando aquellas attentões e considerações com que um agente consular deve ser tratado.

No que o Governo Imperial não convém he em que houvesse insulto á bandeira Franceza.

Não havia bandeira içada, e por tanto o insulto consistiria (se o houvesse) em não terem os soldados consentido que ella fosse desdobrada e içada.

Essa opposição dos soldados, unico facto que apparece relativo á bandeira, não pôde constituir um insulto.

Esse facto não se pôde considerar destacado de todas as outras circumstancias do caso, e da consideração de que a bandeira não daria por si immuniade alguma, não a tendo os agentes consuiares.

O Governo Imperial não teria a menor duvida em saudar uma bandeira tão nobre e gloriosa como a Franceza, se entendesse que lhe fora feito insulto. Repugna a estabelecer um precedente semelhante ao do caso em questão.

Quando qualquer agente consular, ainda em casos em que tenha contra elle logar procedimento de justiça, ou mesmo qualquer particular quizesse embaraçar alguma diligencia legal, içaria uma bandeira, e ou isso seria embaraçado, sendo então reputado insulto, ou a diligencia seria feita á vista da bandeira içada, o que ainda mais desairoso seria, podendo ser considerado insulto tambem.

M. Sentis, para dar maior estrondo á questão, talvez mesmo com o vingativo desejo de acarretar difficuldades ao Governo Imperial, retirou a sua bandeira do Consulado, e pôz-o debaixo da protecção do Consul Inglez.

Esse facto he unicamente de M. Sentis; foi elle quem retirou sua bandeira, e por um facto semelhante não deve o Governo Imperial reparação alguma.

Quer-se entender que a bandeira deve ser reinstalada com uma salva. Mas se não foi o Governo Imperial nem autoridade do piz que a fez retirar, se o Governo e as authoridades Brasileiras a respeitam, sempre a respeitirão e hão de respeitar e honrar, se essa bandeira he sempre e com prazer saudada todas as vezes que taes saudações tem logar, não corre obrigação para o Governo Imperial de saudar o restabelecimento de uma bandeira que elle não fez retirar do Consulado de Pernambuco, e que viu retirar ali com pesar. Seria isso reconhecer que M. Sentis tivera razão em retirar a mesma bandeira, e em pôr os seus compatriotas debaixo da protecção do Consulado Britannico, e elevar o insignificante facto de se haverem alguns soldados oppo-to a que uma bandeira dobrada fosse descolada e içada em um logar, onde ella não dava immuniidades, á cathegoria de uma offensa internacional.

O estrondo que o caso poderia ter e de que foi culhado M. Sentis, que fez tudo quanto pôde para que o tivesse, não altera a natureza e importancia do mesmo caso, e o direito pelo qual se deve decidir.

O restabelecimento do Consulado Francez em Pernambuco será visto com o maior prazer pelo Governo Imperial, que continuará a desenvolver-se, como sempre, para que os Francezes gozem no Imperio de toda a protecção e segurança.

O Governo Imperial espera dos sentimentos de justiça e amizade, que sempre lhe mostrou o Governo Francez, que este reconhecerá que no caso em questão foi dada, e espontaneamente, uma reparação muito sufficiente e adequada ao caso e ás suas circumstancias.

O abaixo-assinado ; revalece-se da occasião para renovar ao Sr. de St. Georges os protestos de sua estima e consideração.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUSA.

N.º 22.

Nota da Legação de França ao Governo Imperial.

Legação de França no Brasil.—Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1851.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios da Republica Franceza no Brasil, recebeu a nota que S. Exc. o Sr. Paulino José Soares de Sousa, Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil, lhe fez a honra de dirigir em 8 d'este mez, relativamente á reclamação da França, sobre o negocio de Pernambuco.

Diz o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros n'esta nota que o Governo Imperial crê haver feito tudo quanto de direito se devia d'elle esperar, como reparação: que o Juiz Municipal de Pernambuco e seus agentes foram, o primeiro processado e os outros punidos por iniciativa do mesmo Governo, caso inteiramente excepcional; que além d'isto, o acto em si, e os que o praticaram soffreram uma reprobção severa da parte do Governo Imperial; que não houve da parte d'este Governo, nem de pessoa alguma intenção de offender a França, e que enfim não houve insulto á bandeira franceza, sendo o Sr. Sentis quem principalmente complicou e envenenou a questão.

Tal he o resumo da nota do Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros; resumo que, se bem que incompleto, representa ao menos os principaes pormenores.

O Sr. General de la Hite, em um despacho de 19 de novembro ultimo, escreveu ao abaixo assignado: "De uma conferencia que acabo de ter com o Sr. Amiral, resultaria que o seu Governo apartando-se do fundo da questão

" e do facto material das violencias praticadas contra a pessoa do nosso agente, quer sustentar que não houve
 " offensa á nossa bandeira, visto que a offensa não deve resultar de um facto isolado, mas sómente da intenção que
 " presidia ao acto: e a intenção do Governo Brasileiro nunca teria sido de insultar a França: elle enfim qui-
 " zera que o castigo dos agentes subalternos, o qual diz ter sido já ordenado, fôsse por nós considerado como uma
 " satisfação sufficiente. Porém, não queremos entrar em nenhuma d'estas discussões secundarias. Não duvi-
 " damos admitir que o Governo Brasileiro seja completamente estranho, de facto, e na intenção, a este desgra-
 " davel incidente; mas o estrondo que elle teve nos força a insistir contra a nossa vontade n'uma reparação pu-
 " blica, cujo fim não se conseguiria com a punição de alguns agentes obscuros e ignorados. "

O Governo Francez, e não o abaixo assignado, he quem assim se expressa.

O verdadeiro juiz da offensa he o offendido.

A França considera o insulto que lhe foi feito como nacional, e actos de incontestavel gravidade por demais justificam esta opinião.

O Consulado Francez em Pernambuco foi assaltado e invadido com uma brutalidade, que apenas se pôde con-
 ceber em consequencia de um mandado judicial mais que iniquo, isto he, resultante da criminosa applicação de
 uma lei que fôra torcida; e officiaes de justiça e soldados, com este unico fundamento d'elle, se apoderaram. Prati-
 caram-se violencias pessaes contra o Consul no exercicio das suas funções officiaes. Foi empregada a violen-
 cia por soldados, para impedir que se içasse a bandeira do Consulado, onde nenhuma lei ou uso o prohibia, e onde
 todas as leis e usos permittem que isso se fizesse. Nova repulsa soffreo outra bandeira nacional que um Capitão
 Francez de commercio fôra buscar á bordo do seu navio, e atirara da rua pela janella para o interior do Consu-
 lado, sendo arrancada das mãos do Consul por aquelles que se tinham alli estabelecido como senhores.
 Estes factos e alguns outros de que foram acompanhados, constituem a offensa. Esta offensa já existia na vespera
 do dia em que o Sr. Sentis tomou a resolução á que o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros parece attri-
 buir o mal.

O abaixo assignado disse mais acima que o juiz da offensa era o offendido, e agora acrescentará que só a
 podem bem avaliar os que não são n'isso interessados. Ora, todos os estrangeiros em Pernambuco sem serem
 francezes, sympathisaram com estes no sentimento do insulto recebido, e o manifestaram em common pelo
 orgam de seus respectivos Consules, o que não podia ser senão por effeito de uma circumstancia inteiramente
 excepcional.

Todos quantos residem em Pernambuco, sem serem Brasileiros nem Francezes, consideraram o negocio pela
 mesma face, e dão razão a França, na reparação que ella reclama. Muitos Brasileiros mesmo participam d'esse
 sentimento. He possivel que uma parte da população Brasileira de Pernambuco não o partilhe. Mas, n'esta dispo-
 sição só se deve ver o effeito de uma susceptibilidade nacional, extremada em tudo quanto diz respeito aos estran-
 geiros; disposição aliás honrosa quando não passa á injustiça. Não ficaram os Brasileiros satisfeitos de ver o
 pavilhão do seu Consul em Buenos-Ayres respeitado no meio de um motim?

Querirão elles que a França tolere que o seu seja insultado no Brasil?

Talvez o Governo Brasileiro se deixe também levar pela prevenção nacional, que foi ha pouco assignada:
 mas não seria preferivel influir em casos taes no espirito publico, esclarecê-lo e dirigil-o pela imprensa e por
 outros meios de que dispõe a administração? Os Governos modernos assim procedem; sabem resistir á todas essas
 paixões populares, á que d'antes cediam os Estados, e que tantas guerras e tantos males produziram: sabem até
 arrostar a opinião publica n'aquillo em que pôde estar em erro para manter as boas relações exteriores e a paz.

A França, entre outros paizes, por varias vezes tem dado o exemplo d'este nobre sacrificio nacional, feito em
 beneficio de todos; e o abaixo assignado não tem receio de afirmar que se por effeito de alguma circumstancia
 fortuita e extraordinaria o pavilhão Brasileiro fosse insultado em França, como foi o de França em Pernambuco,
 o Governo Francez se apressaria a conceder o que elle mesmo hoje reclama.

Seria de deplorar que as boas relações que existem entre o Brasil e a França se alterassem por um incidente
 sem alcance, em uma collisão desagradavel para ambos os paizes. A França, cuja honra se achá infelizmente
 compromettida, vê-se n'isso sob uma necessidade inflexivel; o Brasil, pelo contrario, pôde proceder a este res-
 comprometida, vê-se n'isso sob uma necessidade inflexivel; o Brasil, pelo contrario, pôde proceder a este res-
 peito como queira, sem faltar á sua dignidade; não precisa recuar, para chegar a uma concessão que he indispen-
 savel, pois não fará mais do que marchar no caminho liberal das deferencias reciprocas, aberto pelas grandes
 nações da época; e são esses sacrificios bem entendidos, á que só se deve a immensa vantagem da paz que
 gozam.

O Governo da Republica Franceza pronunciou-se na questão de Pernambuco.

Reclama que o pavilhão francez seja salvado em Pernambuco com vinte um tiros de canhão.
A extrema moderação de linguagem e de procedimento do mesmo Governo em toda esta questão, annuncia a firmeza de sua resolução.

"Vejo com pesar (diz o Sr. General de la Hite, em um despacho dirigido ao abaixo assignado em 8 de Janeiro ultimo) que o Ministerio Imperial procrastina o negocio de Pernambuco e procura fazer-nos acceitar uma meia satisfação. Apreciamos altamente os bons officios do Encarregado de Negocios do Brasil em Boli-
via, em favor dos Francezes estabelecidos n'aquelle paiz. O Consul Geral de França em Chuquisaca havia d'elles dado conhecimento, e pedia para o Sr. Lisboa a declaração da Legião de Honra; proposta que pretendo
submetter ao Sr. Presidente da Republica. Mas, não se trata aqui de estabelecer uma especie de compensação entre estes actos de nobre benevolencia e os procedimentos havidos no territorio Brasileiro por parte de funcionarios do Imperio contra o agente e o pavilhão da França. Não pedimos se não uma reparação perfeitamente justa, e a reclamamos do modo mais moderado. Convidamos a insistir com força para obtel-a."

Tal he o ponto em que se acha a questão, como questão internacional. O abaixo assignado espera que o Governo Imperial, examinando-a novamente, reconhecerá o direito que tem o Governo da Republica de insistir como a faz, e á titulo de interesse de honra nacional, n'uma solução que satisfaça esse mesmo interesse, sem que por isso a dignidade do Brasil tenha em nada de ser affectada: o que já fez dizer ao abaixo assignado que o Governo Francez, em caso identico, não se recusaria ao mesmo procedimento.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para reiterar a S. Exc. e Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil as seguranças de sua alta consideração.

A S. Exc. o Sr. Paulino José Soares de Sousa, &c., &c., &c.

L. DE ST. GEORGES.

N.º 23.

Nota do Governo Imperial á Legação de França.

N.º 9.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 7 de maio de 1851.

O abaixo assignado, do Conselho de S. M. o Imperador, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, recebeu a nota que em data de 18 de fevereiro p. p. lhe dirigio o Sr. de St. Georges, Encarregado de Negocios da Republica Franceza, n'uma relativa ás occorrencias que tiveram lugar em Pernambuco com o Consul M. Sentis. D'ella se vê:

Que o Governo da Republica Franceza recusa-se a tratar e arranjar esse negocio em Paris, e pretende que o seja no Rio de Janeiro.

Que abstrahido de todas as outras circumstancias do caso, ligu a maior importancia aos factos occorridos relativamente a bandeira franceza.

Que considera esses factos como constituindo um insulto nacional.

O Governo Imperial persiste em sustentar que não houve insulto á bandeira franceza, e isto pelas razões produzidas pelo abaixo assignado em suas notas anteriores.

Considerando porém que a bandeira franceza, como de Nação amiga, he saudada em todos os portos do Imperio, nas occasões de estylo; julgando respeitavel até mesmo uma nimia susceptibilidade, quando se trata da honra do pavilhão; entendendo que por uma questão semelhante não devem ficar rompidas as boas relações que tem subsistido entre o Brasil e a França; e visto que o Sr. de St. Georges declara que em caso semelhante o Governo Francez se apressaria em conceder ao do Brasil, o que d'elle reclama, condescendo o Governo Imperial em mandar dar ao pavilhão francez em Pernambuco, arvorado em uma embrocção de guerra franceza, uma salva de vinte e um tiros, sendo em seguimento essa saudação retribuida com outra igual de vinte e um tiros a bandeira Brasileira, o que tudo terá lugar verificado o restabelecimento do Consulado Francez:

Qualquer, porém, que seja a maneira porque o Governo da Republica Franceza considere esse acto, o Governo Imperial não enxerga n'elle a reparação de um insulto, que entente ainda não haver existido. He na sua opinião um condescendencia, uma deferencia, sem alcance, como reconhece o Sr. de St. Georges, admittida para conser-

vação de boas relações com uma Nação amiga, que julga sua honra comprometida. Declarando o Governo da Republica Franceza que julga a honra da França comprometida n'esta questão, entende o Governo Imperial não dever insistir mais em recusar uma prova de deferencia que não fere a sua dignidade.

O Governo Imperial espera que este acto de deferencia será retribuido com outro pelo Governo da Republica, a saber, a mudança de M. Sentis para outro paiz, porquanto o seu regresso a Pernambuco, fazendo lembrar e talvez reviver até o que convém esquecer, não seria compativel com as boas relações dos dous paizes, e poderia dar lugar a novas complicações, que o Governo Imperial muito deseja evitar,

O abaixo assignado prevalece-se d'esta occasião para renovar ao Sr. de St. Georges os protestos de sua estima e consideração.

PAULINO JOSE' SOARES DE SOUSA.

N.º 24.

Nota da Legação de França ao Governo Imperial.

Legação de França no Brasil.—Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1851.

O abaixo assignado, Encarregado de Negocios de França no Brasil, recebeu a nota que S. Exc. o Sr. Paulino José Soares de Sousa, Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. o Imperador do Brasil, lhe fez a honra de dirigir, em resposta á sua de 18 de fevereiro ultimo, relativa ao negocio do Consulado de França em Pernambuco.

Recebeo igualmente a copia das instrucções que o Governo Imperial envia á S. Exc. o Presidente da Provincia de Pernambuco, por occasião do restabelecimento do Consulado de França n'aquella cidade.

O abaixo assignado aprecia devidamente o arranjo, que termina enfim um incidente lamentavel e de natureza a produzir alguma susceptibilidade entre os dous paizes no meio mesmo das suas boas relações.

O Sr. Commandante do brigue *le Faune*, e com elle o Sr. Gasquet, gerente do Consulado de França em Pernambuco, a quem o abaixo assignado escreve a este respeito, terão a honra de se entender com o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco, de maneira que o Consulado de França seja restabelecido, e as bandeiras arvoradas na mesma occasião em que tiver logar a salva dada por uma das fortalezas de mar ao pavilhão francez içado no brigue *le Faune*, salva que será retribuida logo pelo brigue.

As intenções do Governo da Republica, relativamente á pessoa que deverá ser ultimamente encarregada do Consulado de França em Pernambuco, não são conhecidas do abaixo assignado; e por isso elle vai transmittir a seu Governo o que a este respeito lhe communica o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros.

O Brasil não poderá dividir em circumstancia alguma dos sentimentos da França para com elle: sentimentos que tem por base um complexo, mutuamente reconhecido, de sympathias naturaes e por consequente de alguma sorte obrigatoria de relações intimas que os dous paizes não podem deixar de querer estreitar todos os dias.

O abaixo assignado aproveita com apressuramento esta occasião para renovar a S. Exc. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros a segurança de sua alta consideração.

A S. Exc. o Sr. Paulino José Soares de Sousa, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

L. DE ST. GEORGES.

INDICE

DOS DOCUMENTOS OFFICIAES QUE ACOMPANHÃO ESTE RELATORIO.

Relação das pessoas que compõem a secretaria d'estado dos negocios estrangeiros.	Pagina 1
Relação das pessoas que compõem o corpo diplomatico do Brasil residente nos diversos estados estrangeiros. . .	2
Relação dos empregados no corpo diplomatico do Imperio, de que trata o quadro supra, com declaração dos empregos que tem exercido e dos vencimentos que actualmente percebem	4
Relação das pessoas que compõem o corpo diplomatico estrangeiro	8
Relação dos consules e vice-consules do Brasil nos diversos portos estrangeiros	9
Relação dos consules e vice-consules estrangeiros residentes no Brasil	13
Soccorros a subditos brasileiros desvalides	20
Accordo entre o governo imperial e o de S. M. B. regulando o serviço dos paquetes de vapor que se destinão ao transporte ou correspondencia entre a Grã-Bretanha e o Brasil.	21
Relação das reclamações a cuja liquidación tem de proceder a commissão mixta brasileira e hespanhola.	28
Convenção celebrada entre o Brasil e os Estados-Unidos para o pagamento das reclamações norte americanas . .	29
Ajuste celebrado com o consul geral dos Paizes-Baixos por indemnisação de reclamações hollandezas . . .	32
Ordens emanadas do Brasil e Portugal sobre o cumprimento e expedição de cartas precatórias ou orgatorias. . .	»
Projecto de tratado proposto pela legação dos Estados-Unidos d'America.	34
Relações commerciaes com os Paizes-Baixos	45
Idem „ com o Chile.	48
Idem „ com a Grecia.	51
Occurrencia havida com o encarregado de negocios do Brasil em Bolivia	53

Annexo A.

Negocios do Rio da Prata.

Correspondencia entre o governo imperial e a legação argentina.

Discussão entre o governo imperial e a legação argentina sobre o precdimento do larão de Jacuhy na Republica Oriental.	Pagina 1
Correspondencia entre o encarregado de negocios do Brasil em Montevideo e o general Oribe, communicada a legação argentina pelo governo imperial	14
Passaportes pedidos pelo ministro argentino	30
Documentos e mappaes demonstrativos dos prejuizes que soffrão os subditos brasileiros estabelecidos na Republica Oriental.	40
Obrigaçào contrahida pela França de manter a independencia da Republica do Uruguay.	74
Correspondencia sobre a intimação feita a D. Thomez Moreno para sahir do territorio do Imperio.	78
Correspondencia sobre Hornos e Alcos e outros relogios politicos no Rio Grande do Sul.	80
Discussão sobre a supposta infracção per parte do Brasil dos deveres de neutralidade pela passagem de armamento do Rio Grande para a Republica do Paraguay.	81
Reclamação do governo imperial pelos attentados commettidos na estancia de Francisco das Chagas Araujo Ribeiro	85
Reclamação do governo imperial pelo assassinato em Setembro de 1848 no distrito da Cruz municipio de S. Borja ao cidadão brasileiro Floriano Machado Fagundes	88
Reclamação dirigida pela legação Imperial em Montevideo ao general Oribe sobre o attentado commettido na pessoa do suldito Brasileiro Claudiano do Passô. — O general Oribe declara que não tomará em consideração mais reclamação alguma.	89
Discussão entre o governo imperial e a legação de S. M. Britannica sobre a applicação do Art. 18 da Convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, no caso de se terem de romper as hostilidades entre o Brasil e a Confederação Argentina	91

INDICE.

Annexo B.

Relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

Apprehensão e incendio da barca <i>Santa Cruz</i> ; apprehensão e detenção do vapor brasileiro <i>Paquete de Santos</i> ; visita feita a bordo do paquete <i>S. Sebastião</i> ao entrar neste porto	1
Visita e detenção de barcos brasileiros nos mares territoriaes do imperio, e especialmente nas proximidades e dentro do porto da Bahia	7
Reclamação do governo de S. M. B. para serem applicadas as penas de pirataria ao crime de contrabando de africanos, e proposta para serem nomeados commissarios brasileiros e britannicos para tornar effectiva a liberdade dos que forão emancipados pela commissão mixta.	9
Navios que desembarcárão africanos na Bahia desde o 1.º de Janeiro ate 7 de Outubro de 1850	13
Desembarque de 390 africanos em Calungueiras de um patacho sardo	16
Procedimento do cruzeiro britannico em Paranaguá sob o pretexto de reprimir o trafico de africanos	17
Cassação da suspensão para serem apprehendidos os barcos brasileiros nas aguas, portos e bahias do imperio	23
Pedido de ordens para que as fortalezas do imperio não fação fogo nos barcos de guerra britannicos, que para a repressão do trafico forem aos seus portos e bahias.	47
Procedimento do governo imperial a respeito dos estabelecimentos negreiros na Costa do Brasil	49
Procedimento havido contra as pessoas indicadas no crime de contrabando, de africanos importados no hiate <i>Rotha</i> , apprehendido pelo vapor de guerra Brasileiro <i>Urania</i>	50
Declaração do governo de S. M. B. de que ordenará ao commandante das forças navaes britannicas, de cooperar de accordo com as medidas adoptadas pelo governo imperial sobre a repressão do trafico, se forem ellas vigorosamente vigoradas.	51
Assalto sobre a tripulação de um cutter pertencente ao vapor de guerra <i>Rifleman</i> de S. M. Britannica na Ilha de Santo Amaro em Santos. Morte de um marinheiro inglez.	52
Mappas de embarcações brasileiras apprehendidas, destruidas e julgadas por autoridades britannicas	63

Annexo C.

Relações entre o Brasil e a França.

Entrega de escravos marinheiros, empregados na tripulação de navios brasileiros, pelas autoridades da Guyanna franceza.	1
Questão de limites entre o Brasil e a França. — Occorrencias no Anapá.	9
Occorrencia em Pernambuco com Mr. Sentis, consul da Republica Franceza	13

FIM.

DOCUMENTOS

OFFICIAES

SOBRE OS

NEGOCIOS DO RIO DA PRATA.

PIÈCES

OFFICIELLES

RÉLATIVES AUX

AFFAIRES DE LA PLATA.

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE LAEMMERT

RUA DOS INVALIDOS, 61 B

1851

DOCUMENTOS OFFICIAES

SOBRE OS

NEGOCIOS DO RIO DA PRATA.

DISCUSSÃO SOBRE VARIAS QUESTÕES PENDENTES ENTRE O GOVERNO IMPERIAL E A CONFEDERAÇÃO ARGENTINA.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1847. — Anno 38 da Liberdade, 32 da Independencia e 18 da Confederação Argentina!

Illm. e Exm. Sr. Saturnino de Souza e Oliveira, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina referio a seu governo a conferencia que teve com o Sr. Souza e Oliveira, ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, no dia 9 de Setembro ultimo, por occasião de chamar a sua attenção sobre a nota do governo argentino de 15 de Junho do anno corrente, aos plenipotenciarios de Inglaterra e França; e como incidentalmente se ventillára na entrevista, por via de esclarecimento, algumas das questões pendentes entre o Brasil e a Confederação, o abaixo assignado quiz outra vez ouvir o seu governo, depois de dar-lhe conta da disposição benevola do Sr. ministro; e bem que se lhe não parecevesse entrar em nova discussão, nem a deseje, passa a expôr-lhe a opinião de seu governo sobre cada uma das deliberações a que o Sr. Souza e Oliveira se mostrava determinado.

O abaixo assignado communicou a seu governo que S. Ex. desejava saber se a legação podia offerecer-lhe alguma segurança de que, dando-se por não escriptas as notas trocadas com o Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, ficaria aquelle facto entregue ao olvido.

O abaixo assignado estava certo de haver fielmente interpretado o sentimento do seu governo quando sustentou ante o gabinete do Brasil, e ante S. Ex. mesmo,

PIÈCES OFFICIELLES

RELATIVES AUX

AFFAIRES DE LA PLATA.

DISCUSSION SUR DIFFÉRENTES QUESTIONS PENDANTES ENTRE LE GOUVERNEMENT IMPÉRIAL ET LA CONFÉDÉRATION ARGENTINE.

Note de la légation argentine adressée au gouvernement impérial.

Vive la Confédération Argentine. — Rio de Janeiro, le 18 Décembre 1847. — 38.^{ème} année de la liberté, 32.^{ème} de l'indépendance, et 18.^{ème} de la Confédération.

A Son Excellence Monsieur Saturnino de Souza e Oliveira, du conseil de S. M. l'Empereur, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères.

Le soussigné, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiare de la Confédération Argentine, a rendu compte à son gouvernement de la conférence qu'il a eue avec Monsieur Souza e Oliveira, ministre des affaires étrangères de l'Empire, le 9 Septembre dernier, ayant appelé son attention sur la note que le gouvernement argentin avait adressée le 15 Juin de cette année aux plenipotentiaries d'Angleterre et de France; et, vu qu'ils se sont entretenus dans cette conférence, comme incident, et à titre d'informations échangées, de quelques questions pendantes entre le Brésil et la Confédération, le soussigné a voulu consulter de nouveau son gouvernement à ce sujet après lui avoir rendu compte des dispositions bienveillantes de Monsieur le ministre; et, quoiqu'il n'ait pas reçu l'ordre d'entamer une nouvelle discussion, ce qu'il ne désirerait même pas, il ne négligera pourtant pas de faire connaître à Son Excellence l'opinion de son gouvernement sur chacune des résolutions auxquelles Monsieur Souza e Oliveira semblait vouloir s'arrêter.

Le soussigné a communiqué à son gouvernement que Son Excellence désirait savoir si la légation pouvait donner l'assurance qu'en considérant non avenues les notes échangées avec Monsieur Duarte da Ponte Ribeiro, ce fait demeurerait lui même dans l'oubli.

Le soussigné était sûr d'avoir été l'interprète fidèle des sentiments de son gouvernement, en répondant au cabinet du Brésil et à Son Excellence même qu'il était

a impossibilidade palpável de aceitar esta base, na forma indicada pelo Sr. Souza e Oliveira; mas seu governo de novo lhe adverte esta dificuldade, não só porque a correspondência trocada com o Sr. Ponte Ribeiro foi publicada na Confederação e no Brasil, mas também porque quando a honrada junta de representantes de Buenos-Ayres approvou a conduta do governo naquella occorrença, emittio uma sentença, cuja revogação não está comprehendida nas faculdades do executivo, e muito menos versando ella sobre um facto em que o caracter politico e a dignidade mesma da legislatura forão feridos pelo representante de uma nação estrangeira.

O governo argentino sente certamente não poder contemporisar com os votos do Sr. ministro; mas de antemão manifestou sua decisão em afastar de sua memoria aquelle successo; e já que a correspondência trocada com a legação imperial não pôde considerar-se como não escripta, depois de ter sido submettida á opinião publica, não duvida convir em um olvido voluntario, para que as relações de ambos os Estados continuem como se a correspondência citada nunca houvesse existido.

A nota do ministro da Confederação, datada de 15 de novembro de 1843, offerece ao do Brasil um claro testemunho de sua vontade a este respeito; e é satisfactorio ao abaixo assignado pedir a attenção do governo imperial acerca de um dos importantes pontos daquelle despacho.

Ao cumprir o abaixo assignado, dizia o Sr. ministro das relações exteriores da Confederação, com a disposição do seu governo, de manifestar a V. Ex. com franqueza amigavel os inconvenientes que offerece a continuação do Exm^o. Sr. commandador Duarte da Ponte Ribeiro no exercicio das honrosas funções de ministro residente de S. M. I. na Confederação, deve igualmente expressar a V. Ex. que também se lhe ordenou assegurar que esta resolução em nada altera os principios da amigavel politica do governo argentino para com o imperio do Brasil; que os funestos antecedentes que deixarão os desagradaveis successos passados, e forão devidamente desaprovados por S. M. I., o governo argentino acha-se disposto a esquecer-los: que não arrefecerão os sentimentos da sincera amizade de que está animado, e que não deixarão precedente algum para ultteriores relações de perfeita intelligencia entre ambos os governos.

Assim, Sr. ministro, creio o governo argentino unir o seu voto ao de S. M. I., convindo no unico meio praticavel no estado a que chegou o assumpto.

O abaixo assignado julga igualmente do seu dever participar a seu governo a opinião do Sr. Souza e Oliveira a respeito da missão do visconde de Abrantes, e

palpavelmente impossivel d'acceptar cette base en la forme indiquée par Monsieur Souza e Oliveira; mais son gouvernement jette pour lui un nouveau jour sur la difficulté, vu qu'en effet non seulement la correspondance avec Monsieur Ponte Ribeiro a été publiée dans la Confédération, et au Brésil, mais aussi l'honorable *junta* des représentants de Buenos Ayres, en approuvant la conduite du gouvernement dans cette occasion, a prononcé une sentence dont la révocation n'entre pas dans les facultés de l'exécutif, surtout au sujet d'une occurrence dans laquelle le caractère politique et même la dignité de la législature ont été blessés par le représentant d'une nation étrangère.

Le gouvernement argentin regrette certainement de ne pouvoir condescendre aux desirs de Monsieur le ministre; mais il a manifesté d'avance sa résolution d'écarter cette même occurrence de sa mémoire; et, quoiqu'il ne puisse pas regarder comme non avenue la correspondance avec la légation impériale, soumise comme elle l'a été à l'appréciation publique, il n'hésitera cependant pas à la mettre volontairement en oubli, pour que les relations des deux Etats puissent subsister de la même manière que si cette correspondance n'eût jamais eu lieu.

La note du ministre de la Confédération en date du 15 Novembre 1843 offre au gouvernement impérial une preuve évidente de la détermination à ce sujet; et le sousigné ne peut que se plaire à appeler l'attention du gouvernement impérial sur l'un des points importants de cette note.

Le sousigné (disait Monsieur le ministre des relations extérieures de la Confédération) en s'acquittant du devoir que son gouvernement lui a imposé de manifester à Votre Excellence avec une franchise amicale les inconvenients qu'offre la continuation de Son Excellence Monsieur le commandeur Duarte da Ponte Ribeiro dans l'exercice des fonctions honorables de ministre résident de S. M. Impériale dans la Confédération, doit aussi déclarer à Votre Excellence qu'il lui a enjoint en même temps d'assurer au gouvernement impérial que cette résolution n'altère en rien les principes de la politique amicale du gouvernement argentin envers l'Empire du Brésil; que le gouvernement argentin se trouve disposé à oublier les funestes antécédents créés par les derniers et désagréables événements qui ont eu lieu, et que S. M. Impériale a justement désapprouvés; qu'ils n'ont pas refroidi les sentiments de sincère amitié dont il est animé, et qu'ils n'influenceront pas sur les relations futures de parfaite intelligence entre les deux gouvernements.

De cette manière, Monsieur le ministre, le gouvernement argentin croit correspondre au désir de celui de S. M. Impériale en adoptant l'unique moyen qui peut convenir dans l'état où l'affaire se trouve.

Le sousigné s'est aussi fait un devoir de communiquer à son gouvernement l'opinion de Monsieur Souza e Oliveira à l'égard de la mission du vicomte

sua disposição a declarar que o governo imperial não teve nella por objecto attrahir ao Rio da Prata a intervenção armada da Inglaterra e França; a qualificar como deploravel ás suas vistas pacificas para com es estados conterraneos, que uma e outra cõrte houvesse interpretado mal a intenção do Brasil, Limitada, como era, a conhecer suas vistas sobre as republicas do Prata; e a desapprovar e repelliir os termos empregados pelo visconde contra a Confederação Argentina e seu chefe supremo.

O governo argentino está persuadido de que o do imperio terá presente que as cõrtes de Inglaterra e França descarregarão sobre a do Brasil a responsabilidade de sua intervenção no Prata, e que as declarações de M. Guizot na camara, em 15 de Janeiro de 1845, e as de Sir Roberto Peel, em 23 de Março de 1846, impuzerão ao gabinete do Rio de Janeiro a ferosa alternativa, ou de sancionar com seu silencio a imputação de dous governos europeus, ou de restabelecer por uma negativa cathorica a verdade dos desígnios do governo do Imperio.

Depois de 1844, disse o primeiro daquelles ministros, o Sr. visconde de Abrantes appareceu em Londres e Paris, encarregado pelo Brasil de representar ante uma e outra cõrte os motivos que haviam para intervir. Foi em consequência desta missão que os dous governos, igualmente sollicitados, combinarão a conducta que lhes convinha guardar.

O governo brasileiro, disse o segundo, pediu com instancia um esforço da parte da França e da Inglaterra para intervir, afim de manter a independencia de Montevideo.

O governo imperial nega haver sollicitado essa intervenção. E' portanto de esperar que, desaprovando a conducta diplomatica de seu enviado nas cõrtes de Paris e Londres, e seu *memorandum* acerca do Rio da Prata, o governo do Brasil reassuma a posição que lhe pertence como potencia americana.

O *memorandum* envolve tão notorias offensas á Confederação e ao depositario supremo da autoridade nacional, que bastará ao gabinete imperial consideralo com a mais estrieta imparcialidade para que julgue necessario attribui-lo a infelizes inspirações, eheias de sua vontade: e para que, coherente com seus protestos de amizade no momento mesmo em que aquelle documento era depositado na chancelaria ministerial de Londres e Paris, se exoner de toda a participação nesse acto.

Relativamente ao desconhecimento do bloqueio argentino sobre Montevideo, por parte do chefe da esquadra imperial nesse porto, a que se referio a nota da legação de 9 de Novembro de 1845, o governo

d'Abrantes, et la disposition dans laquelle il se trouve de déclarer que le gouvernement impérial n'a pas eu la pensée de s'en servir pour attirer l'intervention armée de l'Angleterre et de la France vers le Rio de la Plata; de qualifier comme une déplorable contradiction à ses vues pacifiques envers les états limitrophes la mauvaise interprétation que l'une et l'autre cour ont donnée à la pensée du Brésil, qui n'était autre au fond que de chercher à se rendre compte de leurs intentions à l'égard des républiques de la Plata; enfin de désapprouver et de rejeter les termes employés par le vicomte contre la Confédération Argentine et contre son chef suprême.

Le gouvernement argentin est persuadé que le cabinet impérial n'oubliera pas que les cours d'Angleterre et de France ont jeté sur le Brésil la responsabilité de leur intervention dans la Plata, et que les déclarations de Monsieur Guizot à la chambre des députés le 15 Janvier 1845, et celles de Sir Robert Peel le 23 Mars 1846, ont imposé au cabinet de Rio de Janeiro l'alternative inévitable, ou de sanctionner par son silence l'imputation de deux gouvernements européens, ou de rétablir par un démenti cathorique le sens des véritables dessein du gouvernement de l'Empire.

Après 1844, dit le premier de ces ministres, Monsieur le vicomte d'Abrantes parut à Londres et à Paris chargé par le Brésil d'exposer aux deux cours les motifs qui existaient pour que l'intervention eût lieu. C'est en conséquence de cette mission que les deux gouvernements, également sollicités, se sont entendus sur la conduite qu'il leur conviendrait de tenir.

Le gouvernement brésilien, dit le second, a demandé avec instance que la France et l'Angleterre fissent un effort pour intervenir dans le but de maintenir l'indépendance de Montevideo.

Le gouvernement impérial nie qu'il ait sollicité cette intervention. Il est donc à espérer que le gouvernement du Brésil, en désapprouvant la conduite diplomatique de son envoyé extraordinaire près les cours de Paris et de Londres, et son *memorandum* relatif au Rio de la Plata, reprendra la position qui lui appartient comme puissance américaine.

Le *memorandum* renferme des offenses si claires à la Confédération et au depositaire suprême de l'autorité nationale, qu'il suffira que le cabinet impérial l'examine avec impartialité pour qu'il juge nécessaire de l'attribuer à de malheureuses inspirations étrangères à sa volonté, et pour que, fidèle à ses protestations d'amitié faites encore à l'instant même et ce document était remis aux chancelleries ministérielles de Londres et de Paris, il s'empresse de repousser toute participation à un tel acte.

Quant à la non reconnaissance du blocus argentin à Montevideo par le commandant de l'esquadre impériale dans ce port, à laquelle se réfère la note de la légation du 9 Novembre 1845, le gouvernement ar-

argentino se ha comprazido em saber da disposição do Sr. ministro a desapprovar categoricamente esse procedimento, como longe das vistas do governo do Brasil, e como offensivo à soberania da Confederação e a seus direitos de potencia belligerante.

O abaixo assignado informou tambem a seu governo que os protestos da legação argentina contra o passaporte concedido ao cabecilha Rivera, e contra a conducta havida no Imperio com o de igual classe, Paz, tinha sido um objecto de séria attenção do Sr. ministro; e o governo argentino servio-se fazer sciente ao abaixo assignado, que está bem convencido de serem irreparaveis os males causados por uma condescendencia deploravel; mas que, havendo estes comprovado a justiça de suas reclamações, espera que o governo imperial a reconhecerá francamente, offerecendo assim uma compensação moral, que ponha a coberto a honra dos governos offendidos, sem prejuizo de proseguir-se na investigação da parte que houvesse cabido ao commandante do vapor *Thetis*, no transporte ultimo desses anarchistas.

Nem o governo argentino pôde duvidar de que o de S. M. se preste a essa declaração, depois que o Sr. ministro ponderou fielmente o agravo feito ao governo imperial, já pelo dito Rivera, que substituiu o caracter de agente de uma guerra desapiedada pelo de funcionario diplomatico, que invocou para obter seu passaporte, já por Paz que, evadindo-se por igual subterfugio, se lançou tambem nessa carreira funesta.

Além disso, o governo de S. M. não terá esquecido que a legação pediu somente, como dever irrecusavel, que ambos os anarchistas fossem impedidos de sahir do Imperio, com desígnios hostis contra paizes amigos do Brasil; e que, tendo annunciado os desastres que se preparavão, as desgraças de Corrientes, e a catastrophe de Paisandú e do Salto, excederão esta previsão, e corresponderão à politica seguida pelo gabinete do Brasil para frustrar o pacifico anhelos do representante da Confederação Argentina.

O abaixo assignado informou a seu governo que o Sr. Souza e Oliveira, renunciando à desaccordada pretensão de sustentar a independencia do Paraguay, repellia a malfadada combinação politica, a que claramente alludiu o *memorandum* do visconde, limitando-se o Sr. ministro ao reconhecimento do facto da independencia; mas não é dado ao governo argentino compartilhar, nem tem faculdade para aceitar o reconhecimento de uma fracção do estado argentino segregada do corpo federal, com violação do pacto fundamental e do tratado de 12 de Outubro de 1811, cujas condições são inalteraveis sem o mutuo consentimento de uma e outra parte contractante.

gentin a appris avec plaisir que Monsieur le ministre était disposé à désapprouver catégoriquement ce procédé, comme étant hors des vues du gouvernement du Brésil et offensif à la souveraineté de la Confédération et à ses droits en qualité de puissance belligérante.

Le soussigné a porté aussi à la connaissance de son gouvernement que les protestations de la légation argentine contre le passeport donné au *cabecilla* Rivera, et contre la conduite de l'Empire à l'égard de l'autre *cabecilla* Paz, étaient un objet qui avait été pris en sérieuse considération par Monsieur le ministre, et le gouvernement argentin a bien voulu communiquer au soussigné qu'il est convaincu que les maux causés ainsi par une déplorable condescendance sont irréparables: mais qu'attendu même que la grandeur du grief établit suffisamment en soi la justice de la réclamation, il espère que le gouvernement impérial l'admettra franchement, offrant au moins par là une compensation morale de nature à mettre à couvert l'honneur des gouvernements offensés, sans préjudice toutefois de l'enquête suivie et à suivre sur la part que le commandant du bateau à vapeur *Thetis* a eue dans le dernier transport de ces anarchistes.

Le gouvernement argentin ne peut même douter que celui de S. M. ne se prête à cette déclaration, après ce qu'a dit si justement Monsieur le ministre de l'offense faite au gouvernement impérial soit par le dit Rivera, qui, d'agent d'une guerre cruelle, s'est transformé en fonctionnaire diplomatique, invoquant ce dernier caractère pour obtenir ses passeports, soit par le dit Paz, qui s'étant échappé au moyen d'un subterfuge analogue, s'est aussi jeté dans la même voie réprouvée.

En outre, le gouvernement de S. M. se rappellera que la légation a seulement demandé, comme droit irrecusable, qu'on empêchât les deux anarchistes de sortir de l'Empire, ayant comme ils avaient des projets hostiles à des pays amis du Brésil, et, qu'à cette occasion, des désastres ayant été pronostiqués, les malheurs de Corrientes, et la catastrophe de Paisandú et de Salto sont venus dépasser la prévision, dans les données au reste de la politique qu'a suivie le cabinet du Brésil pour neutraliser les desirs pacifiques du représentant de la Confédération Argentine.

Le soussigné a informé son gouvernement que Monsieur Souza e Oliveira, renonçant à la prétention insensée de soutenir l'indépendance du Paraguay, repoussait la malheureuse combinaison politique, à laquelle fait clairement allusion le *memorandum* du vicomte, en se bornant à reconnaître le fait de l'indépendance; mais il n'est pas permis au gouvernement argentin de prendre part à cette reconnaissance, et même il n'a pas la faculté de l'admettre là où il s'agit d'une fraction de l'État argentin qui s'est séparée du corps fédéral avec violation du pacte fondamental et du traité du 12 Octobre 1811, traité dont les conditions sont inaltérables sans le consentement mutuel de l'une et de l'autre partie contractante.

O governo argentino quizera antes ver que o ministro do Brasil conhecesse as consequências de um precedente que abre a porta à anarchia, que alenta a ambição, e que, uma vez consentido o citado reconhecimento da parte do Imperio, surgirá o dever de igual tolerancia para com outras potencias estrangeiras, e entre ellas as que, empregando a intriga e a força, procurão a subdivisão da America, para encadear-la a seus interesses commerciaes.

O abaixo assignado não pretende renovar uma desagradavel discussão em que lhe parece ter estabelecido solidamente o direito inconcusso de seu governo para oppôr-se á independencia do Paraguay; mas não occulta a S. Ex. a sua intima convicção de que o governo imperial não houvesse admittido de potencia alguma o reconhecimento do facto da independencia do Rio Grande do Sul, como termo de uma transacção, nem quando se disputava com as armas, nem quando a rebelião houvesse triumphado definitivamente. Nem crê tão pouco que essa mesma politica seria energeticamente sustentada pelo gabinete de S. M., se um caso identico desgraçadamente se repetisse em qualquer outra provincia do Imperio, porque nenhuma modificação deste genero salva as consequências de um ominoso exemplo para o imperio mesmo.

Não se pretende, Sr. ministro, com a repulsa da politica do Brasil para com o Paraguay, um respeito exclusivo aos direitos que o governo argentino proclama, senão a garantia das nacionalidades da America, e a adhesão a um suffragio que principia a ser commum nos novos estados do continente do Sul, como fructo de sua experiencia.

O Sr. Souza e Oliveira vio já comprehendido no convite para um congresso da America o pensamento conservador de um accordo commum de não apoiar com um reconhecimento indirecto os actos de porção alguma dos estados confederados que pretendesse violentamente erigir-se em nação independente, qualquer que fosse o pretexto com que taes actos se executassem.

O Brasil não pô le querer subtrahir-se ao beneficio desta doutrina, que já fôra sustentada por seu governo: « Se a provincia do Paraguay, dizia o Sr. Limpo de Abreu em 29 de Julho de 1845, houvesse em algum tempo convindo, por effeito da sua propria vontade, livre e espontaneamente declarada, na divisão preexistente, incorporando-se á Confederação, neste caso unico o governo de Buenos-Ayres poderia allegar, como principio, o argumento que offerece, isto é, o argumento da organização primitiva de vice-reinado de Buenos-Ayres, em que se comprehendia a provincia do Paraguay. »

Pois bem, recorde-se agora o que o governo para-

Le gouvernement argentin aurait aimé à voir que le ministre du Brésil eût reconnu les conséquences d'un précédent qui ouvre la porte à l'anarchie, qui encourage l'ambition, et qui (une fois la susdite reconnaissance de la part de l'Empire établie en principe) imposerait le devoir d'actes de tolérance analogues envers d'autres puissances étrangères, celles entr'autres qui, employant l'intrigue et la force, cherchent à subdiviser l'Amérique pour l'enchaîner à leurs intérêts commerciaux.

Le sousigné ne prétend pas renouveler une discussion pénible dans laquelle il lui semble avoir établi solidement le droit incontestable qu'à son gouvernement de s'opposer à l'indépendance du Paraguay; mais il ne cachera pas à Son Excellence qu'il est intimement convaincu que le gouvernement impérial n'aurait pas consenti qu'une puissance quelconque eût reconnu le fait de l'indépendance de Rio Grande du Sud, comme terme de transaction, ni lorsque cette indépendance était disputée par les armes, ni dans le cas où la rébellion aurait triomphé définitivement. Il ne croit pas non plus que le cabinet de S. M. Impériale suivit cette même politique, si par malheur le même cas se présentait de nouveau dans une autre province de l'Empire; car aucune modification semblable ne pourrait sauver les conséquences d'un exemple ignominieux pour l'Empire même.

En repoussant la politique du Brésil envers le Paraguay, le gouvernement argentin ne prétend pas, Monsieur le ministre, qu'on respecte exclusivement les droits qu'il proclame, mais bien la garantie des nationalités de l'Amérique, et la tendance commune à cet égard qui commence à se manifester dans les nouveaux états du continent du sud, comme fruit de leur expérience.

Monsieur Souza e Oliveira a déjà vu figurer entre les données d'un programme récent pour un congrès américain l'idée conservatrice d'un accord international dans le but d'empêcher qu'une reconnaissance indirecte sanctionnât les actes spontanés d'une partie quelconque des Etats Confédérés prétendant s'ériger violemment en nation indépendante, quelque put être au reste le prétexte sous lequel ces actes se produiraient.

Le Brésil ne voudra certainement pas se soustraire au bénéfice de cette doctrine, qui a déjà été soutenue par son gouvernement. — « Si la province du Paraguay, » disait Monsieur Limpo de Abreu le 29 Juillet 1845, « eût accédé dans un temps quelconque, par l'effet de sa propre volonté déclarée librement et spontanément à la division préexistante, en s'incorporant à la Confédération, dans ce cas seulement le gouvernement de Buenos-Ayres pourrait alléguer, en principe, l'argument sur le quel il se fonde, c'est-à-dire celui de l'organisation primitive de la Vice-Royauté de Buenos Ayres, dans laquelle était comprise la province du Paraguay. »

Eh bien! qu'on se rappelle maintenant ce que le

guayo disse somente a 13 de Julho de 1811: « O acto de romper um povo subalterno os vinculos da dependencia que o ligão á sua capital é de summa importancia na ordem politica, é uma violação das leis, de que se derivão males gravissimos para a sociedade. A distribuição de provincias e a reciproca independencia dos povos são uma lei constitucional do estado. O que trata de ataca-la é um refractario do pacto solemne que jurou. »

Assim pois, comparando uma e outra declaração, e á vista do artigo 5.º do tratado celebrado nesse mesmo anno pelo Paraguay, em que a confirmou perpetuamente ante o governo de Buenos-Ayres, está em pé o caso tal e qual o estabeleceram o órgão respeitavel do gabinete do Brasil.

Coherente com estes princípios, o governo argentino salvou seus imprescriptíveis direitos perante a America, protestando contra o reconhecimento da independencia do Paraguay por parte do Brasil, que, considerando-o de novo espontaneamente, e retirando-o, apreciaria o governo argentino como a melhor garantia dos interesses organicos do imperio, e como um obstaculo poderoso á politica desorganizadora da intervenção europea.

A decisão do governo da Confederação, de promover tudo quanto possa estreitar relações duraveis com o do Brasil, impõe ao abaixo assignado o dever de demorar-se ainda em algumas explicações acerca da origem a que o Sr. ministro attribue as complicações havidas na intelligencia que é necessaria entre ambos os paizes.

O Sr. Souza e Oliveira deu a entender ao abaixo assignado « que as idéas su-citadas pela não ratificação do tratado de 1845 abalarão a fé do governo imperial sobre as futuras vistas da Republica Argentina para com o Brasil. » Era pois um dever imperioso da legação fazer conhecer a seu governo, como ha muito o fez, a desgraçada preocupação de alguns dos conselheiros da corôa, que extraviavão a politica do Brasil por calculos levantados sobre suspeitas insustentaveis; nem era preciso aprofundar o erro, á vista dos diversos actos de successivos gabinetes que o revelavão em toda a sua extensão.

O que se possa oppôr para triumphar de uma apprehensão combatida por uma conducta systematicamente leal do governo argentino, custará tanto a designa-lo, como decifrar os motivos para inverter-se fundamentalmente as tendencias do governo argentino. Elle deveu esperar pelo contrario que o respeito tributado aos direitos do presidente legal da Republica

gouvernement du Paraguay a dû seulement le 13 Juillet 1811: — le fait qu'un peuple soumis rompe les liens de la dépendance qui l'attachent à la métropole est d'une très grande importance dans l'ordre politique: il y a là une de ces violations des lois, d'où dérivent les maux les plus graves pour la société. La distribution en provinces et l'indépendance réciproque des peuples forment la loi constitutionnelle de l'état. Celui qui cherche à l'attaquer est un apostat du pacte solennel qu'il a juré. »

Ainsi en rapprochant cette déclaration de celle qui la précède, et vu l'article 5^{er} du traité célébré la même année par le Paraguay dans lequel il l'a confirmée pour toujours vis-à-vis du gouvernement de Buenos-Ayres, le cas, tel que l'organe respectable du cabinet impérial l'a établi, existe évidemment.

Fidèle à ces principes, le gouvernement argentin a sauvé ses droits imprescriptibles par devant l'Amérique, en protestant contre la reconnaissance de l'indépendance du Paraguay par le Brésil; et si le gouvernement impérial, prenant spontanément en considération nouvelle cette question de la reconnaissance, venait à la retracter, le gouvernement argentin apprécierait cet acte comme la meilleure garantie donnée aux intérêts organiques de l'Empire, et comme un puissant obstacle de plus à la politique desorganisatrice de l'intervention européenne.

La résolution du gouvernement de la confédération de faire tout ce qui sera en lui pour rendre aussi intimes et aussi durables que possible ses bonnes relations avec celui du Brésil, impose au soussigné le devoir de donner encore quelques explications sur les causes auxquelles Monsieur le ministre attribue les complications qui ont influé sur la bonne intelligencia qui doit exister entre les deux pays.

Monsieur Souza e Oliveira a donné à entendre au soussigné — « que les idées suscitées par la non ratification du traité de 1845 ont ébranlé la confiance du gouvernement impérial dans les desseins futurs de la République Argentine à l'égard du Brésil. » — C'était donc un devoir impérieux de la légation de faire connaître à son gouvernement, comme elle l'a fait il y a longtemps, la malheureuse préoccupation de quelques conseillers de la couronne, qui ont égaré la politique du Brésil par des calculs fondés sur d'injustifiables soupçons: mais il n'était même pas nécessaire de travailler beaucoup la question pour trouver l'erreur, en présence de divers actes de cabinets qui se sont succédés, et qui la rendaient comme sensible sur tous les points.

Il serait difficile de savoir ce qu'il y aurait à présenter pour vaincre une apprehension combattue déjà comme elle l'est par la conduite systématiquement loyale du gouvernement argentin; et il ne serait pas moins difficile de trouver des raisons pour expliquer la mésinterprétation radicale qui paraît avoir eu lieu des tendances du même gouvernement argentin. Ce

Oriental e ás immuniidades daquelle estado, que o obrigou a renunciar ás vantagens praticas de uma alliança com o Imperio, formassem a confiança do governo imperial em vez de suscitar hesitações que contribuirão para o desenvolvimento de uma diplomacia funesta á causa do Rio da Prata.

É portanto impossivel ao abaixo assignado recordar, sem pezar, que não houvesse o governo imperial notado, em a unica causa que privou ao argentino de aceitar o tratado, e da honra de associar seu nome ao de S. M. o Imperador do Brasil, uma garantia solida da prohibidade politica.

Nem se concebe que houvesse lugar para incertezas, quando o governo argentino aceitava a unica condigão onerosa desse mesmo tratado, unindo-se ao do Brasil para suffocar a rebelião do Rio Grande, e quando, satisfeitas estas seguranças officiaes dadas pelo da Republica, havia reconhecido por sufficientes e satisfactorios os motivos que o forçáram a enviar um exercito ao Estado Oriental.

Seria mister um indício, ao menos, em contradicção, para tornar plausiveis os receios: mas a circumstancia do gabinete imperial não lhe permite associar-se á frivola declamação dos que tem pretendido attribuir aos protestos do governo argentino, por violação de neutralidade, de direitos internacionaes, ou de qualquer agravo, uma prova de malevolencia ou um desejo premeditado de um rompimento com o Brasil, quando tão repetidos testemunhos de cordialidade tem offerecido ao governo de S. M. depois daquelles actos de inflexivel e justo dever.

Que existia uma alliança secreta, offensiva e defensiva, entre o governo argentino e o Exm. Sr. general Oribe, presidente da Republica Oriental, com tendencia positiva contra o Brasil, se não chegou a ser acreditado pelo governo de S. M., chegou a ser-lhe suggerido, segundo o abaixo assignado entendeu das palavras do Sr. Souza e Oliveira; e apesar de sorprendido por esta novidade inventada pela malevolencia ou erro, apressou-se a pôr a salvo o seu governo dessa gratuita imputação, negando redondamente a alliança.

O abaixo assignado elevou este novo incidente ao conhecimento de seu governo, e S. Ex. o autorizou, em consequencia, para declarar, como solememente declara, ser inteiramente destituída de verdade a existencia de tratado, qualquer que seja, nem verbal, nem escripto, nem publico, nem secreto, com S. Ex. o general Oribe, pelo qual se haja concertado uma alliança que não a teria reservado, quando não entrou nunca em suas vistas provocação, nem hostilidade

gouvernement devait espérer au contraire que le respect qu'il montre pour les droits du Président légal de la République Orientale, et pour les immunités de cet état, ce qui l'a obligé à renoncer aux avantages réels d'une alliance avec l'Empire, paraîtrait un gage suffisant de sécurité au gouvernement impérial au lieu de soulever en lui des doutes évidemment favorables au développement d'une diplomatie funeste à la cause du Rio de la Plata.

Le soussigné ne peut en effet considérer sans peine que le gouvernement impérial n'ait pas vu dans l'unique obstacle qui se soit opposé à ce que le chef du gouvernement argentin acceptât le traité et par là l'honneur d'associer son nom à celui de S. M. l'Empereur du Brésil, une garantie solide de sa probité politique.

On ne conçoit même pas qu'il ait pu exister des doutes sur ce point, quand le gouvernement argentin acceptait l'unique condition onéreuse de ce même traité, en s'alliant à celui du Brésil pour étouffer la rébellion de Rio Grande, et lorsque l'Empire, satisfait des assurances officielles données par la République, avait reconnu comme suffisantes aussi et fondées ses explications sur les raisons de nécessité qu'il avait eues d'envoyer une armée dans l'Etat Oriental.

Il faudrait du moins une présomption en sens contraire pour rendre plausibles ces craintes; mais la sagesse du cabinet impérial ne lui permet pas de s'associer aux déclamations frivoles de ceux qui ont prétendu considérer les protestations du gouvernement argentin contre la violation de la neutralité, et des droits internationaux, ou au sujet de toute autre offense, comme une preuve de mauvais vouloir, ou même, de dé-ir et préméditation de rupture avec le Brésil, alors même qu'il a donné au Gouvernement de S. M. des témoignages de cordialité tant de fois répétés après ces actes d'un devoir inflexible et rigoureux.

Si le gouvernement de S. M. n'a pas cru qu'il existât une alliance secrète offensive et défensive entre le gouvernement argentin et Son Excellence Monsieur le général Oribe, président de la République Orientale, positivement contraire au Brésil, ce soupçon lui a été toutefois suggéré, suivant ce que le soussigné a compris des paroles de Monsieur Souza e Oliveira, et quoique surpris de cette supposition inventée par la malveillance, ou rêvée par l'erreur, il s'est empressé de mettre son gouvernement à couvert de cette imputation gratuite, en niant formellement la réalité de cette alliance.

Le soussigné a porté ce nouvel incident à la connaissance de son gouvernement qui l'a autorisé en conséquence à déclarer, comme il le déclare solennellement, que rien ne peut être plus complètement destitué de vérité que la prétendue existence d'un traité quelconque d'alliance, verbal ou écrit, public ou secret, avec Son Excellence Monsieur le General Oribe. Le gouvernement argentin n'ayant d'ailleurs et en aucun cas aucune raison, s'il existait, de le

contra o Imperio, e quando lhe era licito contrahi-la com qualquer estado soberano, qual a Republica do Uruguay.

Tão explicito quer o governo da Confederação que seja seu representante junto de S. M. I. sobre este ponto, que lhe manda assegurar que das pretendidas alianças não existe outra com o presidente-general Oribe senão a que de facto era indispensavel e natural para combater a rebelião dos inimigos internos e a intervenção europea: e para defender a independencia dos Orientaes e Argentinos, e que a guerra que sustentão os governos do Rio da Prata só teve e terá este unico e exclusivo fim, sem no entanto estar esta combinação formulada nem definida em acto algum escripto, nem em convenios verbaes.

Desenvolvida conspicua e lealmente a politica do governo argentino, tanto a respeito do Imperio, como da Republica do Uruguay, confia o abaixo assignado em que o Sr. Souza e Oliveira repellirá tudo quanto haja podido fomentar até agora a prevenção irreflectida que infelizmente prevaleceu no gabinete do Brasil acerca do governo da Confederação Argentina: e cheio de confiança espera que, tendo S. Ex. em vista a nota do 1.º de Julho de 1846, e seu protesto de 17 de Outubro do mesmo anno, a fixe sobre a Republica do Uruguay, e sobre os deveres a que é chamado o governo imperial, pela convenção preliminar de 1828, para elevar-se á altura da situação.

Uma simples vista d'olhos sobre a Banda Oriental do Rio da Prata bastará ao Sr. ministro para ver nella de um lado uma nação em massa combatendo por sua independencia, garantida pelo Brasil, e defendendo suas leis e seu governo: e do outro a capital do estado militarmente occupada por uma soldadesca estrangeira que opprime e apoia alternativamente um simulacro de autoridade destinada a satisfazer a sordida cobiça de especuladores estranhos sob a salvaguarda de uma esquadra franceza.

O abaixo assignado espera finalmente que o governo de S. M., que em 1844 fixou sua attenção sobre a politica da Inglaterra no Rio da Prata, encontrará actualmente na ultima declaração do plenipotenciario da Grã-Bretanha, de 18 de Julho do anno corrente, uma confirmação classica da falta absoluta de nacionalidade no chamado governo de Montevideo, e que se apressará a reconhecer o unico poder legal da Republica do Uruguay no seu actual presidente, preparando assim, por um acto exigido pela justiça e dever, o meio mais efficaç para restabelecer a harmonia e perfeito accordo entre a Confederação e o Imperio.

Deus guarde a V. Ex. muitos annos. — *Thomaz Guido.*

cacher, lui qui n'a jamais eu l'intention de provoquer l'Empire, ni de l'attaquer, et à qui il était permis de s'allier avec un état souverain quelconque, tel que la République de l'Uruguay.

Le gouvernement de la Confédération veut que son représentant près S. M. Impériale soit si explicite à ce sujet qu'il lui ordonne d'affirmer, que des alliances prétendues la seule qui existe avec le président général Oribe est celle de fait, indispensable et naturelle ayant pour but de combattre la rébellion intérieure, et l'intervention européenne, en défendant l'indépendance des orientaux et des argentins; et que la guerre que les gouvernements de la Plata soutiennent, a eu et aura exclusivement cet objet, sans que toutefois cette entente commune soit formulée ou définie par écrit ou verbalement.

Ayant développé, comme il vient de le faire d'une manière complète et loyale, la politique du gouvernement argentin, au sujet non seulement du Brésil, mais aussi de la république de l'Uruguay, le soussigné espère que Monsieur Saturnino de Souza e Oliveira écartera de lui tout ce qui a pu entretenir jusqu'à présent la prévention irréfléchie qui malheureusement a prévalu dans le cabinet du Brésil contre le gouvernement argentin; et il est intimement persuadé que Son Excellence, ayant sous les yeux la note du 1.º Juillet 1846, et sa protestation du 17 Octobre de la même année, appréciera la question de l'Uruguay et les devoirs que le gouvernement imperial est appelé à remplir par la convention préliminaire de 1828, de manière à s'élever à la hauteur de la situation.

Un simple coup d'œil sur la bande orientale du Rio de la Plata suffira pour que Monsieur le ministre y découvre d'un côté une nation en masse combattant pour son indépendance (indépendance que le Brésil a garantie) et défendant ses lois et son gouvernement, d'autre côté, la capitale de l'état occupée militairement par une soldatesque étrangère qui l'opprime et qui soutient successivement des simulacres d'autorité temporaires créés par la sordide cupidité de spéculateurs étrangers sous la sauvegarde d'une escadre française.

Le soussigné espère enfin que le gouvernement de S. M., qui en 1844 fixa son attention sur la politique de l'Angleterre dans le Rio de la Plata, trouvera actuellement dans la dernière déclaration du plenipotentiaire de la Grande Bretagne du 18 Juillet de cette année, une confirmation classique du manque absolu de nationalité dans le soi-disant gouvernement de Montevideo, et qu'il s'empressera de reconnaître le président actuel de la République de l'Uruguay comme l'unique autorité légale de la même république, préparant ainsi par un acte que réclament la justice et le devoir, et de la manière la plus efficace, le rétablissement de la bonne harmonie et d'un parfait accord entre la Confédération et le Brésil.

Dieu Garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Thomaz Guido.*

Nota do governo imperial à legação argentina.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 25 de Julho de 1849.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, levou ao alto conhecimento de S. M. o Imperador a nota do Sr. general D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, de 18 de Dezembro de 1847, em que se recapitulão as mais graves questões que tem dado lugar a complicarem-se as relações entre o imperio e a republica argentina, e por ordem do mesmo augusto senhor vai francamente expôr ao Sr. Guido como julga o governo imperial poder conciliar a solução daquellas questões com o decoro e conveniencia dos dous estados.

Por occasião das notas que se passarão em Setembro de 1843 sobre o bloqueio de Montevideo, entre o ministro das relações exteriores da Confederação Argentina e o commandador Duarte da Ponte Ribeiro, ex-ministro do Brasil em Buenos-Ayres, suspendeu o governo argentino suas relações com aquelle diplomata; e o governo imperial, para dar uma prova evidente de quanto deseja manter a mais perfeita harmonia entre os dous paizes, e para que não restasse vestigio algum deste incidente, propôz ao da Confederação a retirada das notas que o havião motivado. O governo argentino, attendendo ás razões que reproduz o Sr. Guido em sua citada nota, substitue a este pensamento o de um perpetuo e voluntario esquecimento daquella occorrença, como se a alludida correspondencia não tivera existido; e prestando-se o governo imperial á adopção deste meio, demonstra mais esta vez sua disposição a remover, sem mingoa de sua dignidade, quaesquer obstaculos ao restabelecimento da boa intelligencia entre os dous paizes.

Tem sido motivo de repetidas reclamações e protestos por parte do governo argentino a missão que o governo imperial confiou ao visconde de Abrantes junto ás côrtes de Paris e Londres, e o abaixo assignado julga que o Brasil tem dado ao gabinete argentino explicações sufficientes para desvanecer qualquer duvida sobre as intenções inteiramente pacificas que dictarão aquella missão, a qual, não tendo por fim senão o emprego de um meio que pareceu efficaz para conhecer com exactidão as vistas politicas daquelles governos em sua intervenção no Rio da Prata, não podia o governo imperial presumir que pudesse ser-lhe imputado o intento de aggregar-se ás mesmas potencias para atacar os direitos de qualquer das republicas do Prata; citando porém o Sr. Guido o *memorandum* do visconde de Abrantes, e as declarações dos ministros de França e de Inglaterra, as do primeiro

Note du gouvernement impérial à la légation argentine.

Rio de Janeiro. — Ministère des affaires étrangères, le 25 Juillet 1849.

Le soussigné, du conseil de Sa Majesté l'Empereur, président du conseil des ministres, ministre secrétaire d'état pour les affaires étrangères, a porté à la haute connaissance de Sa Majesté l'Empereur la note de Monsieur le général D. Thomaz Guido, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la confédération argentine du 18 Décembre 1847, dans laquelle sont récapitulées les plus graves questions qui ont compliqué les relations entre l'empire et la république argentine, et il va, par ordre du même auguste seigneur, expliquer franchement à Monsieur Guido comment le gouvernement impérial croit pouvoir concilier la solution de ces questions avec la dignité et les convenances des deux états.

En conséquence des notes qui ont été échangées au mois de Septembre 1843, sur le blocus de Montevideo, entre le ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine et le commandeur Duarte da Ponte Ribeiro, ex-ministre du Brésil à Buenos-Ayres, le gouvernement argentin a suspendu ses relations avec ce diplomate; et le gouvernement impérial, pour prouver avec évidence combien il désire maintenir la plus parfaite harmonie entre les deux pays, et pour qu'il ne restât aucun vestige de cet incident, a proposé au gouvernement de la Confédération de retirer les notes, qui l'avaient motivé. Le gouvernement argentin, en pesant les raisons que Monsieur Guido a reproduites dans sa note déjà citée, substitue à cette idée celle d'un oubli perpétuel et volontaire du même fait, comme si la correspondance dont il s'agit n'eût pas existé; et le gouvernement impérial en se prêtant aussi à ce dernier moyen, montre cette fois encore la disposition où il est d'écarter, sans atteinte à sa dignité, tout obstacle quelconque au rétablissement de la bonne intelligence entre les deux pays.

La mission que le gouvernement impérial a confiée au vicomte d'Abrantès auprès des cours de Paris et de Londres a motivé de la part du gouvernement argentin des réclamations et protestations répétées, et le soussigné croit que le Brésil a donné au cabinet argentin des explications suffisantes pour faire disparaître tous doutes quelconques sur les intentions entièrement pacifiques, qui ont suggéré l'idée de cette mission, laquelle n'ayant pour but que l'emploi d'un moyen, qui a paru efficace pour faire connaître exactement les fins politiques de l'intervention de ces gouvernements dans le Plata, le gouvernement impérial ne pouvait pas présumer qu'on lui imputât le dessein de s'allier à ces mêmes puissances pour attaquer les droits d'aucune des Républiques de la Plata. Mais Monsieur Guido, en citant le *memorandum* du Vicomte d'Abrantès, et les déclarations faites par les

em 15 de Janeiro de 1845 e as do segundo em 23 de Março de 1846, acolhe aquelle acto como importando uma politica deliberada no mesmo sentido da intervenção dos dous governos europeus.

O governo do Brasil pensa ter sido tão explicito em fixar a linha que sempre separou a sua politica dos interesses transitorios ou permanentes dos da França e da Inglaterra no Plata, que o surpreendeu ver-se confundido com estes em pensamento, e até combinações hostis contra qualquer dos estados limitrophes; o abaixo assignado porém não hesita em repetir que não foi o visconde de Abrantes enviado á Europa, nem para procurar intervenção armada daquellas potencias, nem para promover hostilidades de nenhuma especie contra as citadas republicas, e sente que os ministros Guizot e lord Aberdeen nos respectivos parlamentos pretendessem escusar os conselhos de sua propria e exclusiva politica com as suggestões de um governo americano, que se ufana de seu amor á paz do continente, para cuja manutenção não poupa sacrificios compatíveis com sua dignidade, que se esmera em prestar sempre a devida consideração aos diferentes estados que o compoem, e a seus illustres chefes, como ainda ha pouco fizera, por nota de 17 de Outubro do anno passado, deplorando as expressões proferidas na camara dos deputados em 1848, offensivas do chefe supremo da Confederação Argentina, o Ex.^{mo} Sr. D. João Manoel de Rosas, e que portanto, exercendo o direito de investigar a fundo a origem e tendencias da intervenção das potencias europeas nos negocios da Republica do Uruguay, que com a Argentina fundára, não esperou, nem podia, esperar que se visse na missão do visconde de Abrantes outro fim que não fosse inteiramente pacifico; e dado que nenhum argumento se pudesse produzir contra a constante lealdade de sua politica, não deixou o governo de S. M. o Imperador de fazer as necessarias reclamações contra os mencionados assertos ministeriaes de Inglaterra e de França no sentido em que acaba de expressar-se o abaixo assignado.

É consequencia desta politica, que nunca foi desmentida pelo governo imperial, a sua desapprovação a qualquer acto que pudesse perturbar de algum modo o uso pleno dos direitos de belligerante, reconhecidos pelo governo do Brasil no da Confederação Argentina na guerra que tem sustentado no estado do Uruguay; e assim o declarou elle sempre a seus agentes no Rio da Prata, e portanto não se tendo associado o commandante da divisão naval brasileira nas aguas de Montevideo ás potencias interventoras em 1845 para exigir restricções a esses mesmos direitos, longe esteve de seu intento impôr condições incompatíveis com as leis maritimas e desconhecer o bloqueio que com per-

ministros de France et d'Angleterre, par le premier le 15 Janvier 1845, et par le second, le 23 Mars 1846, représente cet acte comme émanant d'une politique dirigée dans le même sens que l'intervention des deux gouvernements européens.

Le gouvernement du Brésil croit avoir été tellement explicite en fixant la ligne, qui a toujours séparé sa politique des intérêts passagers ou permanents des gouvernements de la France et de l'Angleterre dans la Plata, qu'il est surpris de se voir confondu avec eux dans la même pensée, et même dans une supposition de combinaisons hostiles contre quelqu'un des états limitrophes; mais le sousigné n'hésite pas à répéter que le vicomte d'Abrantes n'a été envoyé en Europe, ni pour appeler l'intervention armée de ces puissances, ni pour provoquer des hostilités; et il lui est pénible de voir que les ministres Guizot et Lord Aberdeen aient dans leurs parlements prétendu excuser les desseins de leur propre politique en alléguant les suggestions d'un gouvernement américain, gouvernement qui s'enorgueillit de son amour pour la paix du continent, qui n'y épargne pas les sacrifices en tout ce qui est compatible avec sa dignité, et qui tient à cœur de témoigner constamment la considération due aux différents états indépendants et à leurs illustres chefs, comme il le fit, il y a peu de temps, par la note du 17 Octobre de l'année passée, en déplorant les expressions qui avaient été employées à la chambre des députés contre le chef suprême de la Confédération Argentine, Son Excellence Monsieur D. João Manoel de Rosas. Ce gouvernement ne s'attendait pas pendant qu'il exerçait le droit qu'il a d'examiner à fond l'origine et les tendances de l'intervention des puissances européennes dans les affaires de la république de l'Uruguay, fondée par la république argentine et par lui même, à ce qu'on cherchât à la mission du vicomte d'Abrantes un but qui ne fut pas entièrement pacifique. Quoiqu'on ne put au reste produire aucun argument contre la constante loyauté de sa politique, le gouvernement de Sa Majesté l'Empereur n'en tint pas moins à faire les réclamations nécessaires contre les susdites assertions ministerielles de l'Angleterre et de la France dans le sens qui vient d'exprimer le sousigné.

Une conséquence de cette politique qui n'a jamais été démentie par un seul acte du gouvernement impérial, est sa désapprobation de tout fait qui puisse, en quelque sorte que ce soit, troubler le plein exercice des droits de belligérant reconnu par le gouvernement du Brésil à celui de la Confédération Argentine, dans la guerre qu'il soutient contre l'état de l'Uruguay; et il l'a toujours déclaré ainsi à ses agents dans la Plata. C'est pour cette raison que le commandant de la division navale brésilienne en rade de Montevideo ne s'est pas associé aux puissances intervenantes en 1845 pour exiger des restrictions à ces mêmes droits: il a donc toujours été bien loin de prétendre imposer des con-

feito direito decretou o governo argentino, pois limitou-se unicamente a reclamar a igualdade de tratamento na applicação das leis do bloqueio aos neutros. E julga o governo imperial manifestar mais evidentemente sua sincera e profunda convicção de que não foi descurado por aquelle commandante das forças navaes do Brasil o direito de belligerante, que se compromette a reconhecer legitimo igual procedimento por parte do governo argentino em identicas circumstancias.

Torna a recordar o Sr. Guido seus protestos pelo passaporte concedido ao general Rivera, e pelo procedimento que se diz ter havido no imperio com o general Paz, e comquanto o governo de S. M. assim se houvesse com o primeiro, de accordo com os deveres da neutralidade que se havia imposto na dolorosa luta do Rio da Prata, sente que este chefe, que solicitou seu passaporte para uma commissão alheia da guerra, fosse occasionar desgraças que tanto affligirão os povos amigos, cuja sorte não é nem podia ser indifferente ao governo imperial.

A vinda do general Paz a esta corte em um navio de guerra brasileiro, e sua fuga para tornar ao theatro da guerra, é tambem um desses acontecimentos que o governo de S. M. cre ter explicado sufficientemente para afastar toda a idéa de um desvio dessa mesma neutralidade. Iludida a legação brasileira em Montevideo sobre a causa da retirada de Paz, franqueou-lhe em boa fé o seu transporte para esta corte a bordo de um navio da marinha imperial, e posto que elle aqui apresentasse despachos de uma missão diplomatica junto de um governo contra o qual não estavam em guerra as Republicas do Prata, todavia não pôde obter as franquias em taes casos usadas, e por elle solicitadas, para dirigir-se a seu destino; e se conseguiu frustrar com sua fuga as medidas de prevenção tomadas acerca de sua pessoa, tanto nesta corte como em Santa Catharina e Rio Grande, o governo imperial assegurou ao Sr. Guido ter-se mandado investigar o procedimento do commandante do vapor *Thetis*, que o transportou para a provincia de S. Pedro; porém não satisfazendo-lhe o resultado das investigações praticadas até agora, com o fim de conhecer toda a verdade de um facto tão desagradavel, insistirá em esclarecê-lo para desaffrontar a lei e a autoridade.

Cita o Sr. general Guido a doutrina do governo imperial sustentada em 29 de Julho de 1845 com a legação argentina, não só para corroborar com ella o protesto contra o reconhecimento, por parte do Imperio, da independencia do Paraguay, senão tambem para induzi-lo a que reconsidere e retire o mesmo reconhecimento como a melhor garantia para o proprio Imperio.

ditions incompatibles avec les lois maritimes, et de méconnaître le blocus, que dans son droit parfait le gouvernement argentin avait déclaré. Il s'est borné uniquement à réclamer l'égalité de traitement dans l'application des lois du blocus aux neutres. Le gouvernement impérial a la conviction profonde et sincère, que ce commandant des forces navales du Brésil n'a jamais enfreint, ni méconnu en rien le droit du belligérant, et il va jusqu'à faire dès à présent appel comme légalité à un semblable procédé de la part du gouvernement argentin dans des circonstances identiques.

Monsieur Guido revient sur ses protestations contre le passeport accordé au général Rivera, et contre la conduite qu'on a tenue au Brésil à l'égard du général Paz. Quoique le gouvernement de Sa Majesté ait agi, comme il l'a fait pour le premier, d'accord avec les devoirs de neutralité qu'il s'était imposés dans la triste lutte de la Plata, il déplore que ce chef, après avoir sollicité son passeport pour une commission qui n'avait rien de commun avec la guerre, soit allé y prendre une part active et en victimiser des populations amies, dont le sort ne pouvait être, et ne sera certes jamais indifférent au gouvernement impérial.

L'arrivée du général Paz dans cette cour à bord d'un navire de guerre brésilien, ainsi que sa fuite pour retourner sur le théâtre de la guerre, est aussi un de ces événements que le gouvernement de S. M. croit avoir suffisamment expliqués pour écarter toute idée qu'il y ait eu de sa part déviation des devoirs qu'il s'est imposés comme neutre. La légation brésilienne, trompée à Montevideo sur la cause du départ de Paz, a facilité en bonne foi son passage pour cette cour à bord d'un navire de la marine impériale. Bien qu'il ait présenté ici ses dépêches de mission diplomatique près d'un gouvernement contre lequel les républiques de la Plata n'étaient pas en guerre, toutefois il n'a pas pu obtenir les franchises accordées en cas semblables, et sollicitées par lui, pour se rendre à sa destination. Il est parvenu à éluder enfin par la fuite les mesures préventives prises à son égard soit dans cette cour, soit à Santa Catharina et à Rio Grande. Le gouvernement impérial a assuré à Monsieur Guido qu'il ordonnerait une enquête sur la conduite du commandant du bateau à vapeur *Thetis*, qui l'a transporté à Rio Grande du Sud. Le résultat des investigations faites jusqu'à présent pour connaître toute la vérité d'un fait si pénible, n'a pas été satisfaisant: mais le gouvernement tient à l'éclaircissement de cette affaire dans l'intérêt même du respect dû à la loi et à l'autorité.

Monsieur Guido cite la doctrine que le gouvernement impérial a soutenue le 29 Juillet 1845 dans sa discussion avec la légation argentine: discussion où il s'agissait non seulement de la revalidation par l'Empire de sa reconnaissance de l'indépendance du Paraguay, mais aussi d'une suggestion de la légation Argentine sur la convenance pour le Brésil de prendre en considération nouvelle la matière, et d'y opérer

O governo imperial, respondendo áquelle protesto do da Confederação, presume ter provado com argumentos ponderosos que, reconhecendo a independência do Paraguay, por elle mantida por mais de trinta annos, e solemnemente ratificada por um congresso em 1844, não pretendeu nem levemente favorecer separações illegitimas.

A situação geographica do Paraguay affecta de tal arte os interesses do Brasil, com que confina, que o governo imperial nunca os pôde abandonar. Ninguém, senão o Paraguay, podia responder por esses mesmos interesses em qualquer conflicto, e o governo imperial, reconhecendo a independência deste estado, não fez mais do que dar por certa sua existência sob uma autoridade que dirige seus habitantes, representa-os, e era o unico responsavel por sua conducta. Crê o abaixo assignado que este procedimento foi inspirado ao governo imperial pelo seu proprio dever para com os seus subditos, e que está de accordo com os principios do direito das gentes e com o exemplo de outros estados em circumstancias muito menos imperiosas do que as do imperio. Assim, a retirada do reconhecimento dessa independência, ainda quando fosse compativel com o decóro do governo de S. M. o Imperador, sem aproveitar aos direitos allegados pela Confederação Argentina, nem debilitar os em que pretende o Paraguay apoiar-se, comprometteria esses mesmos interesses collocados actualmente fóra da jurisdicção e responsabilidade efficaz do governo argentino, mas que o de S. M. está obrigado a proteger.

Firme o governo em uma politica equitativa e leal, sem ligar-se por pacto algum que pudesse privá-lo da liberdade de attender exclusivamente aos interesses materiaes do Brasil e ás suas melhores relações com os estados limitrophes, confia que o governo argentino deixará de ver naquella seu procedimento principio algum perigoso para a unidade dos estados vizinhos, cuja estabilidade e paz permanente, longe de ser um obstaculo á prosperidade do imperio, pôde vir a ser uma fonte de ordem e de força mutuamente benefica.

Depois destas francas explicações, é grato ao abaixo assignado accrescentar que o governo imperial faz os mais ardentes votos pela terminação da guerra tão funesta aos dous Estados, com quem o Brasil deseja conservar estreita e permanente amizade; e o abaixo assignado conclue declarando que o governo de S. M. o Imperador olha com o maior interesse para o restabelecimento de uma paz que felizmente parece avizinhar-se, e não se esquecerá jamais do que lhe cabe fazer

alors dans un sens plus conforme aux garanties dont a besoin l'Empire lui même.

Le gouvernement impérial, en répondant à cette protestation du gouvernement de la Confédération, présume avoir prouvé par des arguments solides qu'en reconnaissant l'indépendance du Paraguay, indépendance assurée au pays il y a plus de trente ans, et solennellement ratifiée dans un congrès en 1844, il n'a pas prétendu favoriser même indirectement des scissions d'états illégitimes.

La situation géographique du Paraguay affecte de telle sorte les intérêts du Brésil, son limitrophe, que le gouvernement impérial ne peut jamais y rester indifférent. Le Paraguay seul pourrait répondre pour ces mêmes intérêts dans un conflit quelconque, et le gouvernement impérial, en reconnaissant l'indépendance de cet état, n'a rien fait de plus que de donner comme certaine son existence sous une autorité qui dirige sa population, la représente, et se porte seule responsable de son action. Le soussigné croit que ce procédé a été inspiré au gouvernement impérial par son propre devoir envers ses sujets, et qu'il est d'accord avec les principes du droit des gens et avec l'exemple d'autres états en des circonstances beaucoup moins impérieuses que celles de l'Empire. Aussi une rétractation de la reconnaissance depuis longtemps déclarée de cette indépendance, quand même elle serait compatible avec la dignité du gouvernement de Sa Majesté l'Empereur, n'ajouterait rien aux droits allégués par la Confédération Argentine, n'affaiblirait point ceux sur lesquels le président du Paraguay prétend s'appuyer, et ne ferait que compromettre les mêmes intérêts qu'en a eus en vue, qui sont hors de la juridiction et de la responsabilité efficace du gouvernement argentin, et que celui de Sa Majesté est dans l'obligation de protéger.

Le gouvernement dans sa politique loyale et équitable sans s'être obligé par aucun pacte qui puisse lui ôter sa liberté quant à tout ce qu'il doit d'attention aux intérêts matériels du Brésil exclusivement, et à ses meilleures relations avec les états limitrophes, compte que le gouvernement argentin ne verra plus dans sa conduite un principe quelconque dangereux à l'unité des États voisins, la paix et la tranquillité permanente de ces mêmes états devant être en effet, non certes un obstacle à la prospérité de l'Empire, mais au contraire un nouvel élément d'ordre pour lui, et de force mutuellement bienfaisante.

Après ces explications si franches, il est agréable au soussigné d'ajouter que le gouvernement impérial fait les vœux les plus ardents pour la conclusion d'une guerre si funeste aux deux États, avec lesquels le Brésil désire maintenir la plus étroite et la plus durable amitié; et le soussigné finit par déclarer que le gouvernement de Sa Majesté l'Empereur s'intéresse avec une vive sollicitude au rétablissement d'une paix, qui paraît heureusement s'approcher, et

à face da convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828.

Penso é para o abaixo assignado que o governo imperial, obrigado por motivos imperiosos, não tenha podido occupar-se ha mais tempo de responder ao Sr. Guido; mas confia que, transmittindo a seu governo o espirito de benevolencia e de paz que anima ao de S. M. o Imperador para com o da Confederação Argentina, tornem as relações dos dous paizes á cordialidade, a cujos auspícios se prendem sem duvida seus bem entendidos interesses e os da America, e se facilitem e accelerem as estipulações que a citada convenção de 1828 faz necessaria.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para reiterar ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração. — *Visconde de Olinda.*

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1849. Anno 40 da Liberdade, 34 da independencia e 20 da Confederação Argentina.

Illm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, &c., &c., &c.

O supremo governo, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, a cujo conhecimento o abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, teve a honra de levar a nota de 25 de Julho ultimo do Ex. Sr. visconde de Olinda, então ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, em resposta á da legação argentina de 18 de Dezembro de 1847, servio-se ordenar ao abaixo assignado que em seu nome replicasse, expondo claramente ao governo do Brazil sobre o grave assumpto daquella correspondencia diplomatica, as considerações seguintes.

Muito aprecia o Exm. Sr. general D. João Manoel de Rosas o espirito de benevolencia e de paz de que o governo de S. M. declara achar-se animado para com o da Confederação, intimamente deseja que os actos do governo imperial o demonstrem ulteriormente, assim como todos os procedimentos da Confederação, agora e sempre são e tem sido caracterizados pela mais sincera amizade e fraternal benevolencia para com o Imperio e o throno.

A exposição das vistas do governo de S. M., desenvolvida na citada nota do seu honrado ministro dos negocios estrangeiros de 25 de Julho ultimo, como

qu'il n'oublie jamais ce qu'il lui convient de faire en présence de la convention préliminaire de paix du 27 Août 1828.

Le soussigné regrette que le gouvernement impérial, forcé par d'impérieux motifs, n'ait pas pu s'occuper plutôt de répondre à Monsieur Guido; mais il espère que Monsieur Guido transmettant à son gouvernement l'assurance des sentiments de bienveillance et de paix qui animent celui de Sa Majesté l'Empereur envers la Confédération Argentine, rien ne fera plus empêchement au rétablissement entre les deux pays des relations de cordialité, auxquelles sont liés sans doute leurs intérêts bien entendus, en même temps que ceux de toute l'Amérique du Sud, la voie étant ainsi préparée dès lors à la conclusion des stipulations qui par la convention précitée de 1828 deviennent nécessaires.

Le soussigné profite de cette occasion pour réitérer à Monsieur Guido les expressions de sa parfaite estime et de sa considération distinguée. — *Vicomte de Olinda.*

Note de la légation argentine adressée au gouvernement impérial.

Vive la Confédération Argentine. — Rio de Janeiro, le 5 Décembre 1849, 40^{ème} année de la liberté, 34^{ème} de l'indépendance et 20^{ème} de la Confédération Argentine.

A Son Excellence Monsieur Paulino José Soares de Souza, du conseil de S. M. l'Empereur, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères, &c., &c., &c.

Le gouvernement suprême chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine à la connaissance duquel le soussigné, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire, a eu l'honneur de porter la note du 25 Juillet dernier de Son Excellence Mr. le vicomte d'Olinda, alors ministre des affaires étrangères de l'Empire, en réponse à celle de la légation argentine du 18 Décembre 1847, a bien voulu charger le soussigné de répliquer en son nom en exposant clairement au gouvernement du Brésil les considérations suivantes touchant l'objet si grave de cette correspondance diplomatique.

Son Excellence Mr. le général D. Juan Manoel de Rosas apprécie beaucoup l'esprit de bienveillance et de paix dont le gouvernement de Sa Majesté déclare être animé envers le gouvernement de la Confédération, et il désire vivement que les actes du gouvernement impérial le démontrent plus tard, d'autant plus que tous les procédés de la Confédération n'ont jamais cessé jusqu'à présent d'être caractérisés par la plus sincère amitié et fraternelle bienveillance envers l'Empire et le trône.

L'exposition développée que l'honorable ministre des affaires étrangères de Sa Majesté a faite des vues de son gouvernement dans la note précitée du 25

explicativa da maneira por que julga o governo imperial poder conciliar a solução das questões pendentes com o decóro e conveniência dos dous estados, por mais cortez que seja em seus termos, não modifica essencialmente a situação das cousas, nem tende a deixar bem patentes os direitos e honra da Confederação.

Ainda que altamente satisfeito o governo argentino com o espirito sensato e pacifico que annuncião as declarações do gabinete de S. M., e mui disposto a abundar sempre em suas constantes attentões e actos amigaveis para com o Imperio, sente ver na citada exposição das altas vistas do governo imperial uma deficiência tal de consideração pelas justas reclamações da Confederação, que o governo argentino poderia toma-la como uma recusa de justiça, se não confiasse, attenta a disposição simultaneamente manifestada pelo governo de S. M., em que em suas prelições e illustrados conselhos se incline ulteriormente a acreditar-la de uma maneira pratica, recta e amigavel, como conforme aos principios internacionaes, á conveniencia reciproca e aos interesse americanos.

O primeiro objecto de que trata o Exm. Sr. visconde de Olinda, na dita nota, é o da correspondencia de Setembro de 1843 trocada entre o Sr. ministro de relações exteriores da Confederação e o ex-ministro residente no Brazil junto ao governo argentino, commendador Duarte da Ponte Ribeiro. Acerca deste objecto, persiste o governo de S. M. na idéa de — um perpetuo e voluntario esquecimento daquella occurrencia, como se a alludida correspondencia não houvesse existido—; e indica, por equivocação, que tal haja sido o pensamento do governo argentino. Mas elle nunca conveio em semelhante resolução sobre este objecto. Conciliatoriamente se tem prestado, e se prestará a que esse successo se entregue ao olvido, mas nunca a que a correspondencia relativa se considere ou se declare como se não houvesse existido.

Este ultimo expediente, além de indecoroso para a Confederação, é irrealisavel, porquanto a dita correspondencia, que está entregue ao dominio da publicidade, sendo um facto consumado e notorio, foi submettido á sancção da honrada legislatura, que servio-se approvar a conducta do governo. Não está na possibilidade nem no decóro do governo argentino dar como não existente um facto tão caracterizado, tão evidente, e que contém uma sancção legislativa.

Convir nisto, por sua parte, seria offensivo aos mais altos direitos da soberania e independencia da Republica, e um sacrificio que a honra e os principios constantes do Ex.^{mo} Sr. governador repellem. O governo argentino não offereceu considerar a citada correspondencia de uma e outra parte como se não houvesse existido; e que offereceu, e no que convirá, por espi-

Juillet dernier pour expliquer la manière dont le gouvernement impérial croit pouvoir concilier la solution des questions pendantes avec la dignité et la convenance des deux états, quelque polis qu'en soient les termes, ne modifie pas essentiellement l'état des choses, et surtout ne rend pas assez hommage aux droits et à la dignité de la Confédération.

Le gouvernement argentin quoique plénement satisfait de l'esprit sage et pacifique qu'annoncent les déclarations du cabinet de S. M., et très disposé à toujours abonder dans le sens de ces actes constants de déférence et d'amitié pour l'Empire, regrette de voir dans l'exposition ci-dessus des vues élevées du gouvernement impérial un tel manque d'égards pour les justes réclamations de la Confédération, que le gouvernement argentin pourrait le prendre pour un déni de justice, s'il n'espérât pas fermement que le gouvernement de S. M., éclairé et prévoyant, comme il l'est, voudra bien donner ultérieurement des preuves plus efficaces des bonnes dispositions qu'il a manifestées, avec la franchise et la cordialité qui conviennent dans les relations internationales d'accord avec les intérêts réciproques des états américains.

Le premier objet dont Son Excellence Mr. le vicomte d'Olinda traite dans la susdite note, est celui de la correspondance de Septembre 1843 échangée entre Mr. le ministre des relations extérieures de la Confédération et l'ex-ministre résident du Brésil près le gouvernement argentin, le commandeur Duarte da Ponte Ribeiro. Le gouvernement de Sa Majesté à ce sujet insiste sur l'idée d'un oubli perpétuel et volontaire de cette occurrence comme si la correspondance à laquelle il est fait allusion n'eût pas existé, et il donne à entendre par suite de méprise, que telle fut la pensée du gouvernement argentin. Mais celui ci n'est jamais tombé d'accord d'une solution semblable de la difficulté. Par esprit de conciliation, il s'est prêté et se prêtera à ce qu'on livre cet événement à l'oubli, mais jamais à ce que la correspondance qui s'y rapporte soit considérée et déclarée comme nulle et non avenue.

Ce dernier expedient, contraire à la dignité de la Confédération, ne peut pas être adopté: car cette correspondance, tombée dans le domaine de la publicité étant un fait accompli et de notoriété, a été soumise à la sanction de l'honorable législature qui a bien voulu approuver la conduite du gouvernement. Il n'est ni possible, ni bienséant au gouvernement argentin de donner pour non avenue un fait aussi authentique, aussi évident, et consacré par une sanction législative.

Y consentir de sa part serait porter atteinte aux droits les plus précieux de souveraineté et d'indépendance de la république: il y a là un sacrifice que repoussent l'honneur et les principes de Son Excellence M. le gouverneur. Le gouvernement argentin ne s'est pas offert à considérer la correspondance en question d'une et d'autre part comme non avenue;

rito de conciliação, é que se consigne a um generoso esquecimento aquelles desagradaveis successos, uma vez que a conducta do Sr. Duarte da Ponte Ribeiro foi desapprovada pelo governo de S. M. Este é o sentido expresso da nota do governo argentino de 19 de Novembro de 1843, na qual, recusando prestar-se á continuacão do Sr. Duarte como ministro residente do Brasil na Confederação, assegurou ao governo imperial o seguinte: « Esta resolução em nada altera os princípios da amigavel politica do governo argentino para com o Imperio do Brasil. Os funestos antecedentes que esses agradaveis successos deixarão, e que foram devidamente desaprovados por S. M. I., o governo argentino acha-se disposto a esquecer-los; elles não arrefecerão os sentimentos da sincera amizade de que está animado, e não deixarão precedente algum para as ultteriores relações de perfeita intelligencia entre ambos os governos. »

Entregando, pois, o governo argentino a um generoso olvido de sua parte aquelles penosos incidentes, faz quanto lhe é possível, dentro da orbita de seus deveres e da honra nacional: assim se compraz em comprovar evidentemente um sincero espirito de paz e amizade para com o governo imperial; e com bastante razão poderia esperar que o governo de S. M., manifestando igual espirito, não exigisse a condição de um facto irrealisavel e indecoroso para a Confederação, qual o de considerar-se a correspondencia trocada como não existente. Tambem a solução a que adhire o governo argentino é a unica conforme aos princípios do direito das nações, que regulão entre os dous paizes; pois que, segundo esses princípios, o governo argentino foi o aggreddido e não o aggressor, e esquecendo generosamente o occorrido, contentase simplesmente com a desapprovação do governo imperial ao grave procedimento do ex-ministro residente de S. M., o Sr. Duarte. Mas se essa desapprovação, exigida pela justiça internacional, viesse a nullificar-se, como aconteceria, pela declaração de dar como não existente a correspondencia trocada entre os dous governos, o da republica nem ainda essa pequena satisfação teria obtido, e carregaria por outro lado com o desar de annullar incompetente e indevidamente, por uma transacção internacional com outro governo, os actos mais perfeitos e solemnes da soberania do paiz, não só sem que o exigisse alguma obrigação nacional para com potencias estrangeiras, mas tambem em menoscabo dos direitos perfeitos da Confederação em suas relações com o Imperio do Brasil.

ce qu'il a offert, et ce qu'il admettra par esprit de conciliation, c'est qu'on abandonne à un oubli généreux ces déplorables événements, du moment que la conduite de M. Duarte da Ponte Ribeiro a été désapprouvée par le gouvernement de S. M. Tel est le véritable sens de la note du 19 novembre 1843 dans laquelle le gouvernement argentin, refusant de continuer à reconnaître M. Duarte da Ponte Ribeiro en sa qualité de ministre résident du Brésil près la Confédération, s'exprimait ainsi avec le gouvernement impérial — « Cette résolution ne change en rien les principes de politique amicale du gouvernement argentin envers celui du Brésil. Les antécédents funestes de ces désagréables événements, et qui ont été dûment désapprouvés par S. M. Impériale, le gouvernement argentin se trouve disposé à les oublier; ils ne refroidiront pas les sentiments de sincère amitié dont il est animé, et ne laisseront aucun précédent de nature à troubler les rapports ultérieurs de parfaite entente des deux gouvernements. »

Le gouvernement argentin, en livrant de cette manière à un oubli généreux de sa part ces événements pénibles, fait tout ce qui lui est possible dans les limites de ses devoirs, et de ce que lui permet l'honneur national. C'est ainsi qu'il se plaît à montrer son esprit de sincérité, de paix et d'amitié envers le gouvernement impérial, et il pourrait assez raisonnablement espérer que le gouvernement de S. M., se montrant animé de sentiments semblables, n'exigeât pas la condition impraticable et honteuse pour la Confédération, de la mise-à-néant de la correspondance échangée entre eux, et comme étant non avenue. Aussi la solution que le gouvernement argentin adopte est la seule conforme aux principes du droit des gens qui régissent les deux pays, puisque selon ces principes le gouvernement argentin ayant été l'offensé et non l'offenseur, et voulant généreusement oublier le passé, se contente simplement que le gouvernement impérial ait désapprouvé le grave procédé de l'ex-ministre résident de S. M., Mr. Duarte. Mais si cette désapprobation exigée par la justice internationale venait à se neutraliser, comme il arriverait nécessairement par le fait de la déclaration que la correspondance échangée entre les deux gouvernements dût être considérée comme nulle, celui de la république n'aurait plus même cette satisfaction, toute légère qu'elle est, déjà obtenue; et d'autre part il subirait la honte de voir frapper de nullité, d'une manière incompetente et injuste, par une transaction internationale, les actes les plus parfaits et les plus solennels de la souveraineté du pays, non seulement sans que cela fut exigé par aucun devoir de la nation envers aucune puissance étrangère, mais aussi au mépris des droits parfaits de la Confédération dans ses relations avec l'Empire du Brésil.

O segundo ponto da citada nota do Ex.^{ma} Sr. ministro dos negócios estrangeiros de S. M. I. versa sobre a missão diplomática que o governo imperial confiou ao Sr. visconde de Abrantes junto às côrtes de Londres e Paris. Neste assumpto, vinculado a tantos males que a intervenção armada da Grã-Bretanha e da França tem causado às republicas do Prata, e tão connexo com a segurança e independência dos Estados americanos, o governo argentino, por um direito de propria conservação, pelo dever que, em defeza commun, o liga a seu alliado o Ex.^{ma} Sr. presidente da Republica Oriental brigadeiro D. Manoel Oribe, na luta a favor da respectiva independência de uma e outra republica, contra o inimigo de ambas, e pelas obrigações sagradas que reconhece e cumpre na causa commun da independência dos Estados americanos, não pôde aceitar como uma solução sufficiente e justa a que neste assumpto se serve indicar o Ex.^{ma} Sr. ministro dos negócios estrangeiros do Brasil, em sua referida nota. Desde que o governo de S. M. não desconhece a obrigação, de tanta transcendencia para estes Estados, e para o Brasil mesmo, de dar explicações que desvançam qualquer duvida sobre as intenções da missão do visconde de Abrantes; desde que, na opinião do proprio gabinete imperial, só tendeu a conhecer as vistas politicas das côrtes de Londres e Paris, em sua intervenção no Prata; desde que o governo de S. M. dá a entender que o visconde de Abrantes não foi á Europa, nem para procurar intervenção armada daquellas potencias, nem para promover hostilidades de qualidade alguma contra as republicas da Prata; e desde que manifesta sentir que os ministros Guizot e Lord Aberdeen, nos respectivos parlamentos, pretendessem escusar os conselhos de sua propria e exclusiva politica com as suggestões de um governo americano, que se ufana de seu amor á paz do continente, e que se esmera em prestar a devida consideração aos diferentes Estados que o compoem e a seus illustres chefes, como ainda ha pouco o fez, por nota de 17 de Outubro do anno passado, deplorando as expressões proferidas na camara dos deputados em 1848, offensivas ao chefe supremo da Confederação Argentina, o Ex.^{ma} Sr. general D. João Manoel de Rosas; segue-se de todas estas explicações que o governo de S. M. deve desapprovar directa e expressamente a conducta de seu enviado o visconde de Abrantes, repellir suas declarações officiaes e todo o conteúdo de seu tão offensivo *memorandum*, e demonstrar aos governos de Inglaterra e França que o do Brasil, longe de prescrever ao visconde taes actos, desaprovou-os. Tanto mais justo e de esperar é essa linha de conducta da parte do governo de S. M., quanto, pela lei commun das nações, não só estão obrigados os governos a desapprovar os manifestos injuriosos e os excessos de seus agentes publicos contra outros governos amigos, mas tambem a cooperar com os de um mesmo continente, vizinhos e limitrophes, para afastar as invasões injustas de for-

Le second objet de la note précitée de Son Excellence M. le ministre des affaires étrangères de S. M. Impériale, se rapporte à la mission diplomatique qui a été confiée par le gouvernement impérial à M. le vicomte d'Abrantès près les cours de Londres et de Paris. Dans une affaire à laquelle se rattachent tant de maux causés aux républiques de la Plata par l'intervention armée de l'Angleterre et de la France, et si intimement liée à la question de sécurité et d'indépendance des états américains, le gouvernement argentin, par le droit de propre conservation, par le devoir qui l'unit comme défense commune à son allié le président de la République Orientale, Son Excellence le brigadier D. Manoel Oribe, dans la lutte en faveur de l'indépendance des deux républiques contre leurs ennemis communs, et par les obligations sacrées qu'il apprécie comme siennes et qu'il satisfait dans la cause de l'indépendance des États Américains, le gouvernement argentin ne peut pas accepter comme une solution suffisante et juste celle que Son Excellence M. le ministre des affaires étrangères du Brésil propose dans la note précitée. Du moment que le gouvernement de S. M. ne reconnaît pas l'obligation, de si haut intérêt cependant pour ces états, et pour le Brésil même, de donner des explications propres à faire disparaître tous doutes sur les tendances de la mission du vicomte d'Abrantès, que dans l'opinion du cabinet impérial même elle a eu pour unique objet de connaître les vues politiques des cours de Londres et de Paris dans leur intervention relative aux affaires de la Plata; que le gouvernement de S. M. donne à entendre que le vicomte d'Abrantès n'est allé en Europe ni pour provoquer l'intervention armée de ces puissances, ni pour faire appel à aucun acte hostile d'aucune espèce contre les républiques de la Plata, et qu'il déclare regretter que les ministres Guizot et Lord Aberdeen aient présenté dans leurs parlements respectifs, comme excuse des conseils de leur propre politique les suggestions d'un gouvernement américain qui s'enorgueillit de son amour pour la paix du continent et qui s'efforce de montrer tous les égards dus aux différents états qui le composent, et à leurs illustres chefs, comme il le fit il y a peu de temps dans sa note du 17 Octobre de l'année dernière, en déplorant les paroles proferées à la chambre des députés en 1848, contre le chef suprême de la Confédération Argentine, Son Excellence M. le général D. Juan Manoel de Rosas; dès lors il faut (et c'est ce qui résulte de tout ce qui précède) que le gouvernement de S. M. blâme positivement et expressément la conduite de son envoyé le vicomte d'Abrantès, désavoue ses déclarations officielles et tout ce que contient l'ensemble si offensant de son *memorandum*, et enfin montre aux gouvernements d'Angleterre et de France que loin de prescrire de pareilles démonstrations au vicomte, il les a au contraire hautement désapprou-

tes potencias longiquas contra um Estado visinho e comparativamente fraco. Pesa tambem a esse respeito de responsabilidade do governo imperial a obrigação especial que contrahio pela convenção de 27 de Agosto de 1828, de defender com o governo argentino a independencia do Estado Oriental.

Tanto mais necessario é esse passo do governo imperial, que, ao tratar do ponto relativo ao desconhecimento que as forças navaes brasileiras, estacionadas em frente de Montevideo, fizerão do bloqueio desse porto, e do de Maldonado pela esquadra argentina, que é o terceiro dos pontos ponderados na citada nota do Ex.^{ma} Sr. visconde de Olinda, apparece o governo de S. M. seguindo a mesma conducta que observarão os de Inglaterra e França contra as republicas do Prata.

Seja permittido á legação recordar que o Sr. Saturnino de Souza e Oliveira, quando desempenhava o cargo de ministro dos negocios estrangeiros, tratou com o abaixo assignado sobre esta questão, mostrando-se decidido a convir na solução reclamada pelo governo da republica, que, opportunamente informado desta recta disposição, quiz que a legação manifestasse áquelle ministro, como o fez em sua nota de 18 de Dezembro de 1847, que « o governo argentino se tinha lisongeado de saber da disposição do Sr. ministro em desapprovar categoricamente esse procedimento, como longe das vistas do governo do Brasil, e como offensivo á soberania da Confederação, a seus direitos de potencia belligerante. »

Mas agora vê-se pela citada nota do Ex.^{ma} Sr. visconde de Olinda, de 25 de Julho ultimo, que o governo de S. M., longe de compartilhar a idéa do anterior ministro, o Sr. Souza e Oliveira, ou de convir na justa indicação do governo argentino, recusa satisfazer sobre este ponto a Confederação Argentina, o que ainda é mais notavel, já á vista destes antecedentes, já attendendo ao desejo ostensivo do governo imperial em mostrar uma politica pacifica e americana.

Sustenta o governo de S. M. : « que não se tendo associado o commandante da divisão naval brasileira nas aguas de Montevideo ás potencias interventoras em 1845, para exigir restricções aos direitos de belligerante da Confederação Argentina, longe estava de

vêes. Cette ligne de conduite à suivre par le gouvernement de Sa Majesté est d'autant plus convenable que la loi commune des nations oblige les gouvernements non seulement à désapprouver les manifestations injurieuses et les offenses de leurs agents publics pour les gouvernements amis, mais aussi à coopérer avec ceux du même continent, voisins et limitrophes, pour prévenir les invasions injustes de puissances fortes et lointaines, contre un état voisin et comparativement faible. L'obligation spéciale qu'impose au gouvernement impérial la convention du 27 Août 1828 de défendre avec le gouvernement argentin l'indépendance de l'Etat Oriental, est une raison de plus pour l'adoption de la mesure comme responsabilité à couvrir.

Une démarche dans ce sens du gouvernement impérial est d'autant plus nécessaire, qu'en traitant du refus qu'avaient fait les forces navales brésiliennes stationnées à Montevideo de reconnaître le blocus de ce port et de celui de Maldonado mis par l'escadre argentine, ce qui est la troisième des questions dont s'occupe la note précitée de Son Excellence Mr. le vicomte d'Olinda, le gouvernement de Sa Majesté s'y présente dans les mêmes données et errements que les gouvernements d'Angleterre et de France contre les républiques de la Plata.

Qu'il soit permis à la légation de rappeler que Mr. Saturnino de Souza e Oliveira, quand il fut chargé du ministère des affaires étrangères, traita cette même question avec le soussigné en se montrant décidé à adopter la solution réclamée par le gouvernement de la république, et que le gouvernement de la république de son côté, informé en temps convenable de cette intention, voulut que la légation déclarât à ce ministre, comme la légation le fit par sa note du 18 Décembre 1847 — « que le gouvernement argentin avait appris avec plaisir la disposition où était Mr. le ministre de désapprouver catégoriquement le procédé, comme en désaccord avec les vues du gouvernement du Brésil, et comme offensif pour la souveraineté de la Confédération et ses droits de puissance belligérante. »

Or, on voit à présent par la note précitée de Son Excellence Mr. le vicomte d'Abrañes du 25 Juillet dernier, que le gouvernement de S. M. loin de partager l'idée du dernier ministre des affaires étrangères, Mr. Souza e Oliveira, ou de chercher à se mettre d'accord sur la juste prétention du gouvernement argentin, refuse toute satisfaction sur cet objet à la Confédération Argentine ce qui est en effet remarquable à tous égards, soit au point de vue des antécédents existants, soit relativement au désir dont le gouvernement impérial fait montre de suivre une politique pacifique et américaine.

Le cabinet impérial soutient : — « que du moment que le commandant de la division navale brésilienne stationnée à Montevideo ne s'est pas associé aux puissances intervenantes en 1845, pour mettre des restrictions aux droits de belligérant de la Confédération

seu intento impôr condições incompatíveis com as leis marítimas, e de desconhecer o bloqueio, que com perfeito direito decretou o governo argentino, pois limitou-se unicamente a reclamar a igualdade de tratamento na applicação das leis do bloqueio aos neutros, e que não foi desacatado pelo commandante das forças navaes do Brasil o direito de belligerante, compromettendo-se o governo imperial a reconhecer, como legitimo, igual procedimento por parte do governo argentino em identicas circumstancias. »

Mas a grave offensa commettida pelo dito commandante brasileiro consiste em haver desconhecido o bloqueio pela unica razão de que o desconhecêrão os commandantes britannico e francez, pretendendo ser neutro, quando assim se igualava aos aggressores da Confederação. O direito do bloqueio é pleno e absoluto. O neutro que intenta restringi-lo e perturba-lo dessa maneira constitue-se aggressor injusto. Estes principios são reconhecidos no direito das gentes : e praticamente os respeitou com espirito recto e americano o governo dos Estados-Unidos da America, desapprovando o seu commandante naval em frente de Montevideo por uma injustiça igual à que o governo de S. M. approva no seu, a de associar-se aos actos hostis dos commandantes britannico e francez, e considera-los como leis do bloqueio, quando erão violações do direito de belligerante, e da neutralidade.

A decisão do governo dos Estados-Unidos, tão conforme com uma politica americana, funda-se no principio do direito das gentes, de que os neutros não devem desconhecer um bloqueio notificado com força sufficiente, e que tal desconhecimento não é direito de neutro, mas sim acto de inimigo. Nem o governo argentino poderia admittir a reciprocidade que lhe offerece o de S. M., porque o da Confederação regula seus actos pela justiça publica, pelas leis marítimas universaes, e sempre com politica americana. Só sobre esses principios póde e deve admittir a reciprocidade, e não sobre actos injustos, anormaes e inconvenientes á America, que por si a excluem e nullificão com prejuizo e desar.

O quarto ponto de que trata o honrado Sr. visconde de Olinda, com sua citada nota, é o do passaporte concedido ao cabecilha Rivera e a protecção dada pelas autoridades imperiaes ao de igual classe Paz. Neste ponto o governo imperial prosegue abertamente na politica inconveniente, contra a qual tem reclamado

Argentina, il n'y a pas lieu de dire qu'il ait eu l'intention d'imposer au belligérant des conditions incompatibles avec les lois maritimes, et de méconnaître les blocus établis par le gouvernement argentin dans l'exercice de son droit parfait, s'étant borné uniquement à réclamer l'égalité de traitement dans l'application aux neutres des lois du blocus ; et qu'enfin le droit de belligérant n'a pas été enfreint par le commandant des forces navales du Brésil, le gouvernement impérial s'obligeant d'ailleurs dès à présent à reconnaître comme légitime une manière d'agir analogue de la part du gouvernement argentin en circonstances identiques. »

Mais la grave offense commise par le susdit commandant brésilien consiste en ce qu'il n'a pas reconnu le blocus par la seule raison que les commandants anglais et français ne l'avaient pas non plus reconnu, et par l'idée où il semblait être qu'il restait dans la position de neutre, là où réellement il ne faisait plus que se liquer avec les ennemis de la Confédération. Le droit du blocus est un droit plein et absolu. Le neutre qui prétend le restreindre et le troubler, comme il a été fait ici, se constitue agresseur injuste. Ces principes sont reconnus par le droit des gens, et le gouvernement des Etats-Unis de l'Amérique les a pratiquement respectés avec un esprit américain et d'équité exemplaire, en désapprouvant la conduite de son commandant naval dans les eaux de Montevideo pour avoir commis une injustice semblable à celle que le gouvernement de S. M. approuve dans le sien, c'est-à-dire, pour s'être associé aux actes hostiles des commandants anglais et français, considérant comme lois de blocus ce qui n'était que violation des droits du belligérant et oubli des devoirs du neutre.

La décision du gouvernement des Etats-Unis, outre qu'elle est conforme aux données d'une politique américaine, est fondée sur le principe du droit des gens, que les neutres ne doivent pas méconnaître un blocus notifié par une force suffisante, le refus en ce cas n'étant pas un droit de neutre, mais un acte d'ennemi. Ainsi le gouvernement argentin ne saurait même admettre la réciprocité que lui offre celui de S. M., car la Confédération prend pour règle de ses actes le droit public, les lois universelles dans les questions d'intérêt maritime, et invariablement en toute la politique américaine. C'est seulement dans cette limite que la Confédération peut et doit admettre la réciprocité, et non relativement à des initiatives injustes, anormales et fatales à l'Amérique, qui compriment et neutralisent son essor, en lui portant dommage et honte.

Le quatrième objet dont s'occupe l'honorable vicomte d'Olinda dans sa note précitée, est celui du passaport délivré au chef de parti Rivera et de la protection donnée par les autorités impériales à un autre individu qui le vaut, Paz. Quant à cette matière, le gouvernement impérial continue à suivre ouvertement

o governo argentino, e recusa satisfação pelo passado, e seguranças para o futuro, vendo na ante-neutral expedição de passaporte a Rivera o exercício de um pretendido direito, e na protecção que achou Paz nas autoridades imperiaes, um acto innocente e irremediavel. Tal solução, aggravada pela circumstancia de reconhecer o governo imperial o nullo e illegitimo caracter de ministro junto do Paraguay, provincia argentina, com que se apresentou Paz na corte do Rio de Janeiro, e pelo facto da absoluta impunidade em que até hoje, depois de tanto tempo, permanecem os funcionarios brasileiros que protegêrão aquelle traidor, equivale positivamente a um menoscabo das reclamações do governo argentino, apresentadas com tanta justiça e amigavel confiança aos rectos e illustrados conselhos de S. M. o Imperador, contra os actos mais funestos, e os mais odiosos cabecilhas de rebelião, de desordem e anarchia.

O quinto ponto a que se refere a nota do Sr. visconde de Olinda é o do indevido e injusto reconhecimento que fez o governo de S. M. da pretendida independencia da provincia argentina do Paraguay, acto sumamente offensivo á Confederação, contra o qual reiteradamente tem protestado o governo argentino.

O de S. M. observa que, respondendo ao protesto da Confederação, presume ter provado com argumentos ponderosos « que, reconhecendo a independencia do Paraguay, mantida por elle por mais de trinta annos, e solemnemente ratificada por um congresso em 1844, não pretendeu nem levemente favorecer separações illegitimas. » Mas succedeu inteiramente o contrario, como em mais de um escripto official tem o governo argentino demonstrado, impugnando decididamente as gratuitas asserções do de S. M. A provincia do Paraguay pertence á Confederação Argentina por titulo de fundação de estado, e unio-se tambem a ella, por consentimento espontaneo, pelas estipulações do tratado de 12 de Outubro de 1811.

No isolamento que posteriormente estabeleceram o Dr. D. José Gaspar de Francia, dessa provincia, as outras da nação argentina não só a considerarão parte integrante dessa nacionalidade, mas tambem a emanciparão do jugo hespanhol com sacrificios de todo o genero, com seu sangue, seus thesouros e seus triumphos.

As obrigações que ligavão, e a que se ligou voluntariamente a provincia do Paraguay, são indissolaveis por direito e pratica universal das nações, não podem retractar-se por mero arrependimento infundado de um dos contractantes.

la politique erronée contre laquelle le gouvernement argentin a réclaté; et il refuse toute satisfaction pour le passé, et toute garantie pour l'avenir, considérant comme actes inoffensifs, auxquels on ne saurait se refuser et dérivant de droits préexistants, des actes tels que l'expédition si contraire à la neutralité, des passeports de Rivera, et la protection que Paz a trouvée dans des autorités impériales. Ces condescendances, la reconnaissance par le gouvernement impérial du caractère nul et illégitime de ministre près le Paraguay, province argentine, dans lequel Paz s'est présenté à la cour de Rio de Janeiro, l'impunité absolue jusqu'ici des fonctionnaires brésiliens qui depuis longtemps et sans se cacher protègent ce traître, toutes ces circonstances équivalent réellement à un rejet positif des réclamations du gouvernement argentin: réclamations fondées sur un droit si évident et présentées avec tant de confiance amicale dans les conseils éclairés et impartiaux de S. M. l'Empereur contre les actes les plus funestes et contre les plus odieux propagateurs de rebellion, de désordre, et d'anarchie.

Le cinquième objet de la note de M. le vicomte d'Olinda est la reconnaissance induite et injuste que le gouvernement de S. M. a faite de la prétendue indépendance de la province argentine du Paraguay: ce qui constitue un acte éminemment offensif pour la Confédération et contre lequel le gouvernement argentin a déjà tant de fois protesté.

Le gouvernement de S. M. dit en répondant à la protestation de la Confédération, qu'il croit avoir prouvé par raisons suffisantes « qu'en reconnaissant « l'indépendance du Paraguay, indépendance dont ce « pays jouit effectivement depuis plus de trente ans, « et qui a été solennellement ratifiée par un congrès « en 1844, il n'a prétendu, ni même pu encourager « en quoi que ce pût être les fractionnements il- « légitimes d'états. » Mais le contraire n'en est pas moins arrivé, comme le gouvernement argentin l'a démontré par plusieurs documents officiels, en refusant, comme il lui appartenait de le faire, les assertions gratuites de celui de Sa Majesté. La province du Paraguay appartient à la Confédération Argentine aux termes des chartes de sa première fondation politique; et elle s'est aussi unie à lui par accord spontané en vertu des stipulations du traité du 12 Octobre 1811.

Dans l'isolement postérieur de cette province par le fait du docteur D. Joseph Gaspar de Francia, les autres membres de la nation argentine non seulement l'ont considérée comme faisant toujours partie intégrante de cette nationalité, mais encore l'ont affranchie du joug espagnol par des sacrifices de tout genre au prix de leur sang, de leurs trésors, et de leurs triumphes.

Les obligations qui rattachaient de tout temps, celles qui ont rattaché volontairement la province du Paraguay à la nationalité argentine, sont indissolubles en droit, et d'après l'usage universel des nations; et elles ne peuvent pas être rompues par le fait d'un

Ainda quando recentemente, em 1844, o governador do Paraguay proclamou essa provincia independente, não tinha direito para fazê-lo, e assim o sustentou o governo argentino, desconhecendo semelhante acto desordenado, arbitrario e injusto, protestando contra elle.

Seu reconhecimento pelo governo imperial é uma intervenção injustificavel em questões argentinas, um estímulo á dissolução da republica, á sua anarchia e ruina, como o teria sido o reconhecimento por uma potencia estrangeira da pretendida independencia por que combateu durante dez annos a provincia brasileira do Rio Grande com o nome de republica de Piratinim.

Por um direito sagrado, e interesse vital da Confederação, não pôde o governo argentino deixar de repellir, como uma grave offensa e aggressão injusta, como um ataque de intervenção contra sua segurança e independencia, a persistencia do governo imperial em sustentar o reconhecimento de um facto subversivo e injustissimo, mórmente nas simultaneas circumstancias em que o governador do Paraguay invadiu, sem prévia declaração de guerra, nem explicação alguma, o territorio da provincia, tambem argentina, de Corrientes, para ampliar usurpações e estender a dissolução e a anarchia a outros pontos do territorio argentino, de uma maneira furtiva e barbara.

O governo de S. M. procura escusar sua politica, expondo que « a posição geographica do Paraguay « affecta de tal arte os interesses do Brasil, com o « qual confina, que o governo imperial nunca os « pôde abandonar; que ninguem, senão o Paraguay, « podia responder por esses mesmos interesses em « qualquer conflicto; que o governo imperial, reco- « nhecendo a independencia deste Estado, não fez « mais do que dar por certa sua existencia, sob uma « autoridade que dirige seus habitantes, representa-os « e era o unico responsavel por sua conducta; que « este procedimento foi inspirado ao governo imperial « por seu proprio dever para com seus subditos; que « está de accordo com os principios do direito das « gentes e com o exemplo de outros Estados, em cir- « cumstancias muito menos imperiosas do que as do « Imperio; e que assim, a retirada do reconhecimento « dessa independencia, ainda quando fosse compa- « tivel com o decôro do governo de S. M. o Imperador, « sem aproveitar aos direitos allegados pela Confe- « deração Argentina, nem debilitar os em que pre- « tende apoiar-se o Paraguay, comprometteria esses « mesmos interesses, actualmente collocados fóra da « jurisdicção e responsabilidade efficaz do governo « argentino, mas que o de S. M. está obrigado a pro- « teger. »

simple changement de vues, non fondé, de l'une des parties.

Quand récemment encore, en 1844, le gouverneur du Paraguay proclama cette province indépendante, il n'avait pas le droit de le faire, et le gouvernement argentin l'a ainsi déclaré, en se refusant à reconnaître un acte irrégulier, arbitraire, injuste, et en protestant contre ce même acte.

La reconnaissance qu'en a faite le gouvernement impérial en est une autre d'intervention injustifiable dans les questions argentines, une excitation à la dissolution de la république et à l'anarchie, un appel enfin à sa ruine comme l'eût été pour le Brésil la reconnaissance par une puissance étrangère de l'indépendance pour laquelle la province brésilienne de Rio Grande, sous le nom de république de Piratinim, a combattu pendant dix ans.

Un droit sacré d'intérêt vital pour la Confédération force le gouvernement argentin à repousser comme intervention aggressive pour sa sûreté et son indépendance, l'insistance du gouvernement impérial à soutenir la reconnaissance d'un fait subversif de tant de droits existants et qui s'est produit accompagné de circonstances aggravantes telles que l'envahissement par le gouvernement du Paraguay, sans déclaration préalable de guerre, ni explication donnée, du territoire de Corrientes, province argentine aussi, de manière à étendre son système d'usurpation en répandant les éléments de la dissolution et de l'anarchie d'une façon non moins perfide que barbare; sur tous les autres points du territoire argentin.

Le gouvernement de S. M., cherche à justifier sa politique en exposant que — « la position géographique « du Paraguay affecte de telle sorte les intérêts du « Brésil, son limitrophe, que le gouvernement im- « périal ne peut jamais y rester indifférent, que nul « corps politique autre que le Paraguay ne saurait « se porter garant de ces mêmes intérêts en cas de « collisions quelconques; que le gouvernement im- « périal en reconnaissant l'indépendance de cet état « n'a rien fait de plus que donner comme certaine « son existence sous une autorité à laquelle obéissent « ses habitants, qui les représente, et qui est seule « responsable de sa conduite; que cette manière « d'agir a été inspirée au gouvernement impérial par « le sentiment de son propre devoir envers ses sujets: « qu'elle est d'accord avec les principes du droit « des gens et avec les précédents d'autres états qui « se trouvaient d'ailleurs en circonstances beaucoup « moins impérieuses que celles qui ont existé pour « l'Empire, et qu'enfin la rétractation de la recon- « naissance de cette indépendance quand même elle « serait compatible avec la dignité du gouvernement « de S. M. l'Empereur, sans être avantageuse aux « droits allégués par la Confédération Argentine, ni « affaiblir ceux qu'invoque le Paraguay, servirait « seulement à compromettre des intérêts majeurs »

Mas essas observações de maneira alguma são conformes com os princípios do direito das gentes, nem também com o aprego que faz o governo de S. M. dos interesses brasileiros.

O compromisso desses interesses tão extensos e valiosos na Confederação Argentina, o perigo de scultá-los dentro do Imperio mesmo pelos vaivens de anarchicas subdivisões territoriaes, deixão sob o ponto de vista de um calculo inexacto a avaliação de interesses brasileiros, com uma preferencia tão estranha para com a provincia do Paraguay, de tão pouco consumo, e tão atrazada em suas condições sociaes e mercantiles.

Prescindindo dessa consideração, que só é accessoria e incidental, ainda que de grande interesse para o Brasil, o governo argentino só vê o caso sob o aspecto do direito das gentes. Este código commun das nações estabelece que nas questões domesticas de um estado, e rebellião de um de seus membros, uma nação estrangeira não tem direito de entremetter-se, reconhecendo, por actos officiaes e perennes, direitos *ad perpetuum* em tal membro contendente; e que em casos de necessidade de commercio e outros, e de vizinhança, a nação estrangeira se limite a entreter suas relações, vendo e tolerando só o facto, mas sem reconhecê-lo e sanciona-lo por um acto publico e perpetuo.

O governo imperial faltou e persevera em contravir a esta regra de direito commun das nações, sancionando com seu reconhecimento official, perpetuamente a independencia da provincia do Paraguay, sustentando as pretensões desta, sancionando-as, e declarando-se assim contra os direitos perfeitos da Confederação Argentina.

Tal acto de intervenção é uma injustiça, e o maior contraste com os exemplos que o mesmo governo imperial deverá reconhecer nos estados vizinhos, como os da Confederação e do Estado Oriental, que, durante dez annos em que a rebellião esteve triumphante, e estabelecida na provincia brasileira do Rio Grande, nem se reconheceu sua pretendida independencia pelas republicas do Prata, nem foi perturbado por ellas de maneira alguma o governo imperial na sustentação de seus justos direitos sobre um territorio em que imperavão seus inimigos rebeldes. Pelo contrario, o governo argentino, presidido por S. Ex. o general Rosas, se pronunciou contra a rebellião, e a favor dos direitos do throno e do Imperio.

« actualmente en dehors de la juridiction et de la « responsabilité effective du gouvernement argentin, « et auxquels le gouvernement de Sa Majesté est « obligé de veiller. »

Ces observations ne sont en aucune manière dans les données des vrais principes du droit des gens, ni même d'une juste appréciation des intérêts brésiliens par le gouvernement de S. M.

Des intérêts de portée si étendue et si délicats ainsi compromis pour la Confédération Argentine, le danger d'en atteindre d'analogues dans l'Empire par les chances même de subdivisions anarchiques de son territoire, montre combien on voit peu exactement où est le véritable avantage du Brésil et combien est étrange tant de partialité et de faveur pour une province d'aussi faible consommation d'ailleurs que le Paraguay et si arriérée dans ses conditions sociales et mercantiles.

Mais laissant de côté cette considération qui est seulement accessoire, et qui ne vient ici qu'incidemment, bien que d'un haut intérêt pour le Brésil, le gouvernement argentin envisagera seulement la question au point de vue du droit des gens. Ce code commun des nations établit que dans les questions intérieures des états et au cas de rébellion d'un de leurs membres, une nation étrangère n'a pas le droit d'intervenir en reconnaissant par des actes officiels et permanents les droits *ad perpetuum* du membre qui se révolte, et qu'en cas de nécessité de commerce, et autres raisons majeures telles que celle de voisinage, la nation étrangère doit se borner à la continuation de ses rapports ordinaires, voyant sans doute et tolérant le fait, mais ne le reconnaissant pas et ne le sanctionnant par aucun acte public et perpétuel.

Le gouvernement impérial a manqué à cette règle du droit commun des nations et continue à l'enfreindre en sanctionnant par sa reconnaissance officielle, *ad perpetuum*, l'indépendance de la province du Paraguay, en insistant dans ses prétentions, en les soutenant et en se déclarant ainsi contre un droit évidemment parfait de la Confédération Argentine.

Un tel acte d'intervention est une injustice et en contradiction patente avec des antécédents que le gouvernement impérial devrait apprécier de la part d'états voisins comme ceux de la Confédération et de l'Etat Oriental qui pendant dix ans que la rébellion s'est maintenue triomphante dans la province brésilienne de Rio Grande, se sont abstenus de reconnaître cette prétendue indépendance, le gouvernement impérial n'ayant été en rien troublé par eux dans la juste défense de ses droits sur un territoire alors dominé par ses ennemis. Et au contraire le gouvernement argentin présidé par Son Excellence le général Rosas s'est prononcé contre la rébellion et en faveur du trône et de l'Empire. Il est bon d'ajouter

Além di-so, a posição geographica da provincia do Paraguay, encravada na republica e sem sahida para o Atlantico, senão por meio do territorio argentino, torna ainda mais vital para o governo da Confederação sustentar seus justos direitos, como questão de vida ou de morte para a republica.

É da mesma gravidade e importancia que o seria para os Estados-Unidos a separação das provincias por onde correm os rios Mississipi e Missouri, como o seria para a Inglaterra a segregação da Irlanda, como o foi e é para o Brasil a já pretendida independencia do Rio Grande. Se uma potencia estrangeira houvesse reconhecido a segregação do Rio Grande por um acto official perpetuo, sancionando-a com toda a intervenção, é fóra de toda a duvida que o governo de S. M. I. teria repellido a todo o custo uma tal intervenção estrangeira, salvando assim ao Brasil de ser destruido e humilhado.

Póde-se ainda comprehender sem esforço quão ligado está ao decóro mesmo do throno e do Imperio renunciar, coherente com seus proprios factos e interesse de magnitude, a es-a politica interventora e inquietante que, além de ser contraria ao direito das nações, se singularisa pela accumulção de males que encerra, pelas grandes conveniências que compromette, e pela larga porta que desgraçadamente abre ás subdivi-ções e confusão de ordem nos nacionalidades americanas, com evidente perigo de serem estas exploradas em proveito exclusivo de fortes potencias européas, fixas sobre os disturbios deste continente.

Se a politica do governo de S. M. tende a um fim verdadeiramente patriótico e americano, a um fim de paz e felicidade commum sobre a conservação dos direitos legítimos e proprios interesses, e o respeito aos alheios, seria offensivo duvidar que a exposta consideração possa ser alheia de suas elevadas combinações e previsões.

O sexto ponto de que trata a referida nota do Ex.^{mo} Sr. visconde de Olinda é relativo á convenção de 27 de Agosto de 1828. Suas declarações quanto a esse importante assumpto são as seguintes:

« O governo imperial faz os mais ardentes votos
• pela terminação da guerra tão funesta aos dois
• estados, com quem o Brasil deseja conservar es-
• treita e permanente amizade, e o abaixo assignado
• conclue declarando que o governo de S. M. o Im-
• perador olha com o maior interesse para o restabe-
• lecimento de uma paz, que felizmente parece ap-
• proximar-se, e já mais se esquecerá do que lhe
• cabe fazer á face da convenção preliminar de paz de
• 27 de Agosto de 1828.

« Penoso é para o abaixo assignado, que o governo
• imperial, obrigado por motivos imperiosos, não
• tenha podido occupar-se ha mais tempo de res-
• ponder ao Sr. Guido; mas confia que, transmitindo
• a seu governo o espirito de benevolencia e de paz

que a position geographica de la province du Paraguay enclavée dans la république et sans débouché sur l'Atlantique autre que par le centre même du territoire argentin, y rend encore beaucoup plus important pour le gouvernement de la Confédération le maintien de ses justes droits comme question de vie et de mort pour la république.

Cette question a la même gravité et importance qu'aurait pour les Etats-Unis celle de la séparation des provinces arrosées par le Mississipi et le Missouri, pour l'Angleterre la séparation de l'Irlande, pour le Brésil enfin, et de la manière qui a été dite, l'indépendance de Rio Grande. Si une puissance étrangère avait reconnu l'indépendance de Rio Grande par un acte officiel et permanent en la sanctionnant du poids de son intervention, le gouvernement de S. M. Impériale aurait indubitablement repoussé à tout prix une telle intervention de l'étranger, empêchant ainsi l'humiliation et la ruine du Brésil.

Il est encore facile de comprendre combien il importe à la dignité du trône et de l'Empire, que d'accord avec sa propre position et ses propres intérêts, il renonce à cette politique d'intervention et de turbulence, contraire aux droits des nations, qui fait plus appel aux mots qu'aux faits, compromet tout en réalité, et semble tenir constamment la porte ouverte aux fractionnements et à l'anarchie entre les nationalités américaines, avec danger évident pour celles-ci d'être exploitées au profit exclusif des grandes puissances européennes, qui suivent des yeux les troubles de ce continent.

Si la politique du gouvernement de S. M. a un but vraiment patriotique et américain, un but de paix et de félicité commune pour la conservation de ses droits légitimes et le respect de ceux d'autrui, ce serait l'offenser que de douter que les considérations pré-entées plus haut, pussent ne pas entrer dans l'ordre élevé de ses combinaisons et de ses prévisions.

Ce sixième point dont traite la note de Son Excellence le vicomte d'Olinda est relatif à la convention du 27 Août 1828. Ses déclarations sur cette importante question sont celles qui suivent:

« Le gouvernement impérial fait les vœux les plus
• ardents pour la terminaison d'une guerre si funeste
• aux deux états, le Brésil ne désirant qu'entretenir avec
• eux une amitié étroite et permanente; et le soussigné
• finit par déclarer que le gouvernement de S. M. l'Em-
• pereur prend le plus vif intérêt au rétablissement
• d'une paix qui paraît heureusement s'approcher,
• décidé comme il l'est à ne jamais se départir de ce que
• lui ordonne la convention préliminaire de paix du 27
• Août 1828.

« Le gouvernement impérial regrette que d'impérieux
• motifs l'aient empêché jusqu'ici de s'occuper de ré-
• pondre à Monsieur Guido, mais il espère que Monsieur
• Guido faisant connaître à son gouvernement l'esprit
• de bienveillance et de paix qui anime celui de S. M.

« que anima ao de S. M. o Imperador para com a Confederação Argentina, tornem as relações dos dois países á cordialidade, a cujos auspícios se ligão sem duvida seus bem entendidos interesses e os da America; e se facilitem e accelerem as estipulações que a citada convenção de 1828 torna necessarias. »

O governo argentino, ainda que aprecia intimamente os conceitos pacíficos e amigáveis do de S. M. o Imperador, a que correspondem os factos constantes de uma sincera e muito solícita amizade da parte do governo argentino para com o imperial, e de uma incansável disposição para restabelecer as melhores relações de harmonia e benevolencia, não pôde convir na exactidão, nem na justiça das referencias do governo de S. M. a seus direitos e deveres, originados da convenção de 27 de Agosto de 1828, acerca do compromisso de sustentar a independencia do Estado Oriental. Apesar de ter sido atacada essa independencia pela intervenção armada da Inglaterra e da França, o governo de S. M. não se decidiu a defendê-la, e pelo contrario, seus actos, contra os quaes tem reclamado e protestado o governo argentino, têm offendido o principio, o direito e o interesse da Republica Oriental.

Quanto ás estipulações futuras que a citada convenção faça necessarias, ellas presuppõe o cumprimento, por parte do governo imperial, da garantia da independencia do Estado Oriental, e a comprovação de uma amizade perfeita para com a Confederação, com o respeito a seus direitos de soberania e independencia. Estas condições indispensaveis só se preencherão quando o governo imperial pudesse sanar plenamente seu já consummado desvio do compromisso de defender a independencia do Estado Oriental, e dêsse uma solução justa ás diferentes reclamações da Confederação que pendem ante o governo de S. M. sobre direitos perfectos.

Resta observar que todas estas questões sendo simultaneas e inseparaveis, é necessario que sejam resolvidas todas pelo governo imperial de um modo justo; e além dos objectos a que sómente se refere o Exm.^o Sr. visconde de Olinda, pendem outras reclamações justas do governo argentino, apresentadas successivamente no longo tempo em que o governo imperial guardou silencio sobre os seis pontos expostos, para dar-lhes as soluções desconformes com a justiça internacional, que o governo argentino temou em consideração e não admitte.

« l'Empereur envers la Confédération Argentine, les relations cordiales auxquelles se rattachent sans doute leurs intérêts bien entendus, ainsi que ceux de toute l'Amérique du Sud, ne tarderont pas à se rétablir entre les deux gouvernements, la voie étant ainsi préparée à la conclusion des stipulations qui aux termes de la convention précitée de 1828, deviennent nécessaires. »

Le gouvernement argentin tout en appréciant, comme il le doit, les intentions pacifiques et amicales de celui de S. M. l'Empereur, dispositions auxquelles correspondent les manifestations constantes d'amitié sincère et dévoué du même gouvernement argentin, toujours prêt à faire tout ce qui dépend de lui pour rétablir l'harmonie et la bonne intelligence réciproques, ne saurait toutefois considérer le gouvernement de S. M. comme parfaitement exact ni fondé dans l'appel qu'il fait aux droits et aux devoirs résultant pour lui de la convention du 27 Août 1828 à l'égard de la nécessité où il s'est toujours vu placé de défendre l'indépendance de l'Etat Oriental. Quoique cette indépendance fut attaquée par l'intervention armée de l'Angleterre et de la France, le gouvernement de S. M. ne s'est pas montré décidé à la défendre, et au contraire, ses actes, contre lesquels le gouvernement argentin a réclamé et protesté, ont blessé le principe, le droit et l'intérêt de la République Orientale.

Quant aux stipulations futures devenant nécessaires par suite de la convention précitée, elles impliquent l'accomplissement préalable de la part du gouvernement impérial de sa garantie d'indépendance envers l'Etat Oriental: et elles seront accueillies comme une preuve d'amitié parfaite donnée par le même gouvernement à la Confédération, en même temps qu'un témoignage de respect pour ses droits de souveraineté et d'indépendance. Mais ces conditions indispensables ne se trouveraient convenablement remplies que du moment où le gouvernement impérial serait pleinement revenu de sa déviation de l'engagement pris par lui de défendre l'indépendance de l'Etat Oriental, et où il se déciderait à l'équitable solution des différentes réclamations de la Confédération relatives à des droits pleins et entiers existant pour elle: réclamations qui sont entre les mains du gouvernement de Sa Majesté.

Il reste à faire observer que toutes ces questions étant simultanées et inséparablement unies, il est nécessaire qu'elles soient toutes décidées à la fois par le gouvernement impérial dans un sentiment d'équité commune, ainsi que d'autres réclamations encore, non moins fondées, indépendamment de celles auxquelles s'est référé Son Excellence Mr. le vicomte d'Olinda, et qui ont été présentées successivement par le gouvernement argentin pendant le long silence du gouvernement impérial sur les susdites propositions: silence qu'il n'a rompu que pour leur donner des solutions contraires à ce qu'exige la justice internationale: et que le gouvernement argentin, après examen croit inadmissibles.

Portanto, no uso de seu direito, convida com espírito amigável ao governo de S. M. I. a adoção d. uma politica justa e reciprocamente conveniente para tornar a considerar as reclamações referidas, não só as existentes até fins de 1847, como também as posteriores, e a uma solução que com honra e conveniencia para o Imperio satisfaça os direitos, a honra e a segurança da Confederação.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.—*Thomaz Guido.*

Nota do governo imperial a legação argentina.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 8 de Maio de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, teve a honra de receber a nota que, com data de 5 de Dezembro proximo passado, lhe dirigio o Sr. D. Thomas Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, em resposta à do Sr. visconde de Olinda de 25 de Julho do anno findo.

As questões recapituladas naquellas duas notas de 5 de Dezembro e de 25 de Julho são de mui antiga data. Remontão principalmente aos annos de 1843 e 1845. De então para cá tem sido o objecto principal da discussão entre os dous governos. Tem sido completamente desenvolvidas e encaradas por todas as faces. Durante toda essa discussão tem o governo imperial dado irrecusaveis provas, principalmente com a nota de 25 de Julho, do seu sincero desejo de terminar aquellas questões de uma maneira decorosa para ambos os paizes. Deu quantas explicações podia dar, fez quantas concessões podia fazer sem quebra dos seus direitos e da sua dignidade. E quanto mais se tem explicado, quanto mais tem manifestado o desejo de chegar a um accordo, mais se tem alargado as exigencias do governo argentino.

Por exemplo, o Sr. Guido, referindo-se ás notas trocadas em Buenos-Ayres em Setembro de 1845 entre o ministro residente do Brasil e o ministro dos negocios estrangeiros, dizia em sua nota de 18 de Dezembro de 1847, que o governo Argentino « no duda en convenir en un olvido voluntario, para que las relaciones de ambos estados continuasen, como si la correspondencia citada no hubiera jamas existido. »

Respondendo a esse ponto, diz o Sr. visconde de Olinda em sua nota de 25 de julho: « O governo argentino, attendendo ás razões que reproduz o Sr.

Le soussigné est fort de son droit et plein d'intentions amicales à l'égard du gouvernement de S. M. Il l'invite donc à adopter une politique juste, et impartiale en prenant en considération nouvelle toutes les réclamations mentionnées plus haut, non seulement celles qui existaient déjà à la fin de 1847, mais aussi les réclamations postérieures, et à y faire droit de manière à ce que l'honneur et l'intérêt de l'Empire s'y concilient avec l'honneur et la sécurité de la Confédération.

Dieu vous garde un grand nombre d'années. —
Thomaz Guido.

Note du gouvernement impérial à la légation argentine.

Rio de Janeiro. — Ministère des affaires étrangères, le 8 Mai 1850.

Le soussigné, du conseil de S. M. l'Empereur, sénateur de l'Empire, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères, a eu l'honneur de recevoir la note en date du 5 Décembre dernier, que lui a adressée M. D. Thomaz Guido, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiare de la Confédération Argentine, en réponse à celle de M. le vicomte d'Olinda du 25 Juillet de l'année dernière.

Les questions récapitulées dans ces deux notes du 5 Décembre, et du 25 Juillet, sont de très anciennes dates. Elles remontent surtout aux années 1843 et 1845. Depuis lors jusqu'à présent, elles ont fait le sujet principal de la discussion entre les deux gouvernements. Elles ont été complètement développées et envisagées sous toutes leurs faces. Pendant cette discussion le gouvernement impérial a donné des preuves irrécusables, surtout par sa note du 25 Juillet, de son désir sincère de terminer ces questions d'une manière honorable pour les deux pays. Il a donné toutes les explications qu'il pouvait donner, et il a fait toutes les concessions qu'il pouvait faire sans préjudice de ses droits et de sa dignité; et plus il s'est expliqué, plus il a manifesté son désir d'arriver à un accord, plus les exigences du gouvernement argentin se sont élargies.

Ainsi, M. Guido, en se référant aux notes échangées à Buenos-Ayres en Septembre 1845, entre le ministre résident du Brésil et le ministre des affaires étrangères, disait dans sa note du 18 Décembre 1847, que le gouvernement argentin « n'avait pas d'objection à l'expédient proposé d'oubli volontaire pour que les relations des deux états pussent continuer comme si la correspondance précitée n'eut existé jamais. »

En répondant à ce point, M. le vicomte d'Olinda dit dans sa note du 25 Juillet: « le gouvernement argentin en considérant les raisons que M. Guido a reproduites

Guido, substitue a este pensamento o de um perpetuo e voluntario esquecimento daquella occorrença, como se a alludida correspondencia não tivera existido; e prestando-se o governo imperial á adopção deste meio, demonstra mais esta vez sua disposição a remover, sem mingua de sua dignidade, quaesquer obstaculos ao restabelecimento da boa intelligencia entre os dous paizes. »

Referindo-se a esse mesmo ponto, o Sr. Guido agora, em sua nota de 5 de Dezembro, diz que nunca conceio em semelhante solução sobre esse assumpto. Diz que se prestou e se prestará a que o acontecimento seja entregue ao esquecimento, mas nunca a que a correspondencia relativa se declare ou considere como se não existira. Substitue as palavras — esquecimento voluntario — por outras — esquecimento generoso da parte do governo argentino. — Na nota do Sr. Guido de 18 de Dezembro de 1847 tratava-se de um esquecimento voluntario de ambas as partes. A nota de 5 de Dezembro offerece uma especie de perdão, que o abaixo assignado tem ordem de repellar.

Em sua nota de 18 de Dezembro de 1847, o Sr. Guido, referindo-se á missão do Sr. visconde de Abrantes, diz o seguinte: « É portanto de esperar que, des- » approvando a conducta diplomatica do seu enviado » nas côrtes de Paris e Londres, e o seu *memorandum* » acerca do Rio da Prata, o governo do Brasil reassuma » a posição que lhe pertence como potencia americana. » E com isto se contentava a legação argentina.

Recebe depois a nota do Sr. visconde de Olinda de 25 de Julho, e na de 5 de Dezembro, em resposta, exige não só que o governo imperial desaprove directa e expressamente o procedimento de seu enviado o visconde de Abrantes, e repila suas declarações officiaes, e todo o contexto do seu *memorandum*, como que demonstre aos governos da Inglaterra e da França que, longe de pre-crever ao visconde de Abrantes taes actos, os ha desaprovado. Isto é, que declare áquelles governos que não lhes mandou fazer proposições, que em verdade lhes não fez.

Isto, e a larga e cansada discussão que tem tido estes assumptos, dispensaria ao abaixo assignado de reproduzi-la, bastando referir-se ás notas que tão circunstanciadamente tratarão de todos estes pontos. Contudo, a consideração devida a um governo conterraneo, que assegura consagrar ao imperial uma sincera e mui sollicita amizade, exige que o abaixo assignado continue ainda esta discussão apezar de exaurida.

O Sr. Guido não pôde admitir que a correspondencia havida entre o ministro residente do Brasil em Buenos-Ayres e o ministro dos negocios estrangeiros, em Setembro de 1843, se declare ou considere como não tendo existido, porque não está na possibilidade, nem é decoroso ao governo argentino dar como não

daes sa note citée, substitue à cette pensée celle d'un oubli perpétuel et volontaire de l'incident, comme si la correspondance dont il s'agit n'eût pas existé; et le gouvernement impérial, en se prêtant à adopter ce moyen, montre cette fois encore la disposition où il est d'écarter, en tout ce qui doit ne pas porter atteinte à sa dignité, tout obstacle au rétablissement de la bonne entente entre les deux pays. »

En traitant à présent du même objet, M. Guido dit dans sa note du 5 Décembre, qu'il n'est jamais convenu d'une semblable solution de la difficulté. Il dit qu'il a toujours travaillé, et travaillera toujours à ce que cet événement reste enseveli dans l'oubli; mais jamais à ce que la correspondance qu'il a motivée soit déclarée ou considérée comme non avenue. Il remplace les mots — oubli volontaire — par ceux-ci — oubli généreux de la part du gouvernement argentin. Dans la note de M. Guido du 18 Décembre 1847, il s'agissait d'un oubli volontaire des deux parts. La note du 5 Décembre offre une espèce de pardon que le sousigné a l'ordre de repousser.

Dans sa note du 18 Décembre 1847, M. Guido, en parlant de la mission de M. le vicomte d'Abrantès disait ce qui suit: — « Il faut donc espérer qu'en » désapprouvant la conduite diplomatique de son » envoyé près les cours de Paris et de Londres, ainsi » que son *memorandum* sur la Plata, le gouvernement » du Brésil reprendra la position qui lui appartient » como puissance américaine. » Et c'était là ce dont se contentait la légation argentine.

M. Guido reçoit ensuite la note de M. le vicomte d'Olinda du 25 Juillet, et y répondant le 5 Décembre, il exige non seulement que le gouvernement impérial désapprouve directement et expressément le procédé de son envoyé le vicomte d'Abrantès et repousse ses déclarations officielles, avec tout le contexte de son *memorandum*, mais qu'il montre aussi aux gouvernements d'Angleterre et de France que loin d'avoir commandé de pareils actes, il les a désapprouvés, c'est-à-dire, qu'il déclare à ces gouvernements, qu'il n'a pas ordonné à son agent de leur faire des propositions que réellement celui-ci ne leur a pas faites.

Tout cela, joint à la longue et fatigante discussion par laquelle ont passé ces questions, dispenserait le sousigné de la reproduire en se bornant à remémorer les notes, qui en ont débattu tous les points dans un si grand détail. Cependant la considération due à un gouvernement américain, qui proteste de son amitié sincère et dévouée pour le gouvernement impérial, exige que le sousigné continue encore cette même discussion, quoique épuisée.

M. Guido ne peut pas admettre que la correspondance entre le ministre résident du Brésil à Buenos Ayres et le ministre des affaires étrangères en Septembre 1843 soit déclarée ou considérée comme non avenue; vu qu'il n'est ni possible, ni honorable au gouvernement argentin de donner comme n'existant

existente um facto tão caracterizado, tão evidente, e que comprehende uma sanção legislativa.

Com data de 19 de Março de 1843 declarou o governo argentino um bloqueio parcial ao porto de Montevideo, e como o chefe das forças navaes do Brasil poderia ter duvidas em reconhecê-lo, o governo imperial lhe ordenou que o reconhecesse, não consentindo porém que se procedesse para com as embarcações brasileiras de maneira diversa do que com as francezas e inglezas. Este bloqueio não foi levado a effeito, por motivos cuja averiguação é aqui estranha.

No 1.º de Abril do mesmo anno notificou o governo argentino um outro bloqueio, accordado com os ministros de Inglaterra e de França, accordo em que o Brasil não foi ouvido, que exceptuava os navios de commercio que chegavam do Oceano, e pelo qual erão obrigados os consules e os commandantes de estações (tornando-se assim executores voluntarios do bloqueio) a empregar todos os meios ao seu alcance, para impedir que os navios de commercio e cabotagem das suas nações introduzissem no porto de Montevideo viveres e armas.

Estas condições excepcionaes, pelas quaes, em virtude de um accordo em que o Brasil não teve parte, os consules e commandantes francezes e inglezes tomavão sobre si o encargo do bloqueador, de visitar os navios de suas nações, e de tornar effectivo o bloqueio, sabendo assim das regras ordinarias, erão proprias para suscitar duvidas ao agente de uma nação que não tivera parte no accordo, e que podia não se julgar autorizado, em virtude do que tivera lugar com os agentes de outras, a impôr ao commandante das forças navaes brasileiras a obrigação de visitar os navios da sua nação, e de fiscalisar os generos importados em Montevideo, tarefa que inquestionavelmente pertence ao bloqueador.

O ministro brasileiro em Montevideo, sem reconhecer aquelle bloqueio, consultou o governo imperial.

Deu esse facto lugar á nota violenta do Sr. Arana ao commandador Duarte da Ponte Ribeiro, datada de 22 de Setembro de 1843, na qual o ministro brasileiro em Montevideo era qualificado de estúpido. O commandador Duarte da Ponte Ribeiro respondeu em data de 23 do mesmo mez, procurando com varias razões demonstrar que o procedimento do ministro brasileiro em Montevideo não offendia os direitos da Confederação Argentina.

Não obstante o peso e consideração que o governo imperial poderia dar a algumas daquellas razões, tendentes a demonstrar que as forças navaes brasileiras não erão obrigadas a acceder ao bloqueio na parte em que era convencional, não querendo com a sua discussão

pas un fait si avéré, si notoire, et d'ailleurs consacré par une sanction législative.

Le gouvernement argentin déclara, le 19 Mars 1843, le blocus partiel du port de Montevideo; et comme le chef des forces navales du Brésil pouvait avoir objection à reconnaître ce blocus, le gouvernement impérial lui ordonna de le reconnaître, sans permettre toutefois qu'il y fut procédé à l'égard des navires brésiliens d'une manière différente de ce qui aurait lieu à l'égard des navires français et anglais. Le blocus ne fut pas mis à effet par suite de raisons qu'il serait hors de propos de rechercher ici.

Le premier Avril de la même année le gouvernement argentin notifia un autre blocus concerté avec les ministres d'Angleterre et de France, sur lequel le Brésil n'avait pas été consulté, et qui n'atteignait pas les navires de commerce arrivant de l'Océan, les consuls et les commandants des stations (devenus ainsi eux-mêmes en quelque sorte bloqueurs volontaires) s'obligeant à employer tous les moyens à leur disposition pour empêcher que les navires de commerce et de cabotage de leurs nations introduisissent dans le port de Montevideo des vivres et des armes.

Ces conditions exceptionnelles, d'après lesquelles, en vertu d'un accord auquel le Brésil était demeuré étranger, les consuls et les commandants français et anglais prenaient sur eux-mêmes l'exécution du blocus, se prêtant à visiter les navires de leurs nations, et à rendre ce blocus effectif, sortant ainsi des règles ordinaires, devaient éveiller des doutes chez l'agent d'une nation qui n'avait pas pris part à l'accord, et qui ne pouvait pas se croire autorisé, par ce qui avait eu lieu avec les agents de quelques autres nationalités, à imposer au commandant des forces navales de la sienne l'obligation de visiter les navires arrivant sous son pavillon, et d'inspecter les denrées importées par eux à Montevideo: tâche qui évidemment et en tous cas appartient à celui qui fait le blocus.

Le ministre brésilien à Montevideo, sans reconnaître ce blocus, s'en référa au gouvernement impérial; et ce fut ce qui motiva la note violente de M. Arana au commandeur Duarte da Ponte Ribeiro, datée du 22 Septembre 1843, dans laquelle le ministre brésilien à Montevideo était qualifié de stupide. Le commandeur Duarte da Ponte Ribeiro répondit en date du 23 du même mois, cherchant à démontrer par différentes raisons que le procédé du ministre brésilien à Montevideo n'offensait pas les droits de la Confédération Argentine.

Malgré la valeur et le poids dont pouvaient être pour le gouvernement impérial quelques unes de ces raisons, tendantes à établir que les forces navales brésiliennes n'étaient pas obligées d'accéder au blocus dans sa partie conventionnelle, le gouvernement im-

azedar as relações entre os dois paizes, e não entrando na sua politica contrariar aquelle bloqúeo, apressou-se em reconhecê-lo, desapprovou o procedimento do seu ministro em Montevideo, não approvou as razões em que se fundára o seu ministro em Buenos-Ayres, porque essa approvação traria consigo o desconhecimento do mesmo bloqúeo, isto é, um passo inteiramente fóra da linha que tracára a sua politica nas questões entre as Republicas Argentina e do Uruguay. Propoz a retirada daquellas notas, e, em vista da do Sr. Arana de 19 de Novembro de 1843, retirou o commendador Duarte da Ponte Ribeiro de Buenos-Ayres. Fez portanto tudo quanto pôde fazer um governo, que deseja manter com outro boas relações, sem quebra de sua dignidade.

Estas medidas excluíam inteiramente qualquer ulterior motivo de resentimento da parte do governo argentino sobre uma questão que devia julgar-se finda: pelo que, nada era mais conforme aos principios de uma politica de amizade e franqueza, do que apagar nos registros da diplomacia os vestígios de uma discussão acrimoniosa, e cujas causas tinham completamente desaparecido.

A despeito porém dessas considerações tão obvias como irrecusaveis, o governo da Confederação Argentina não quiz em tempo algum prelar-se á retirada daquellas notas, allegando os motivos que reproduzio nas de 18 de Dezembro de 1847 e de 5 de Dezembro proximo passado.

Impossivel é sem duvida que deixo de ter existido aquillo que existio. A correspondencia acima mencionada não pôde arrancar-se dos dominios da publicidade e da historia; mas facil era admitir a possibilidade de retirá-la dos archivos da diplomacia, ou considerá-la como se não existisse.

E quem, senão o Sr. Guido, lembrou o arbitrio de considerá-la como não existente?

O abaixo assignado reproduzirá nova e textualmente as palavras da nota do Sr. Guido de 18 de Dezembro de 1847: « Y ya que la correspondencia cambiada « com la legacion imperial no puede ser considerada « como no escrita, despues de haber sido sometida a « la opinion pública, no duda en convenir en un « olvido voluntario, para que las relaciones de ambos « estados continuasen como si la correspondencia citada « no hubiera jamas existido. »

O argumento que se quer deduzir da sanção legislativa da honrada junta de representantes não é procedente. O seu voto devia regular o procedimento do poder executivo antes de obtidas as reparações, mas depois dellas a acção deste ficava inteiramente livre, e se o fim da mensagem e do voto da dita honrada junta

périal toutefois, ne voulant pas aigrir par la discussion les rapports entre les deux pays, vu que d'ailleurs il n'entraînait pas dans sa politique de contrarier le blocus, s'empresse de le reconnaître; il désapprouva le procédé de son ministre à Montevideo; il n'approuva pas les raisons invoquées par son ministre à Buenos-Ayres, parce que l'approbation qu'il y eut donnée eût été un pas entièrement hors de la ligne politique qu'il s'était tracée dans les questions entre les Républiques Argentine, et de l'Uruguay: il proposa de retirer les notes écrites, et sur celle de M. Arana du 19 Novembre 1843, il rappela de Buenos-Ayres le commandeur Duarte da Ponte Ribeiro, son ministre. C'est ainsi qu'il fit tout ce que peut faire un gouvernement qui, sans déroger en rien à sa dignité, désire maintenir ses bonnes relations avec un autre gouvernement.

Cette manière d'agir était au gouvernement argentin tout prétexte ultérieur de ressentiment sur une question, qu'on devait croire terminée: puis-que, rien n'était plus conforme aux principes d'une politique amicale et franche, que de faire disparaître des archives diplomatiques du pays jusqu'aux traces même d'une discussion acrimonieuse et dont les causes avaient complètement cessé.

Cependant, malgré ces considérations aussi claires qu'irrecusables, le gouvernement de la Confédération Argentine n'a jamais voulu se prêter au retrait des notes, alléguant les motifs qu'il a reproduits dans celles du 18 Décembre 1847 et du 5 Décembre dernier.

Il est sans doute impossible qu'une chose accomplie n'ait pas existé. Sans doute la correspondance dont il s'agit était tombée, pour n'en plus pouvoir sortir, dans le domaine de la publicité et de l'histoire; mais il était facile d'admettre la possibilité de la retirer des archives diplomatiques, ou de la considérer comme non existante.

Et quel autre que M. Guido a suggéré l'expédient de la considérer comme non existante?

Le soussigné reproduira de nouveau et textuellement les termes de la note de M. Guido du 18 Décembre 1847: « Puisque la correspondance échangée avec la légation impériale ne peut être considérée comme non écrite, après avoir été soumise à l'appréciation publique, il n'a pas d'objection contre le recours au moyen d'oubli volontaire, de manière à ce que les relations des deux états puissent continuer comme si la correspondance précitée n'eût jamais existé. »

L'argument qu'on veut tirer de la sanction législative de l'honorable assemblée argentine, n'est pas valable: son avis devait sans doute régler le procédé du pouvoir exécutif avant d'avoir obtenu les réparations; mais après les avoir obtenues, l'action du pouvoir demeurait entièrement libre; et si le

era conseguir uma solução decorosa da questão pendente, e não perpetuar as suas recordações diplomáticas, a aquiescência do governo da Confederação a considerara correspondência havida como não existente não contrariava aquelle voto. Se o esquecimento do occorrido, em que convém o Sr. Guido, o não contraria, não pôde produzir este effeito aquella outra condição, porque ambas estão em perfeita harmonia. Nada é mais natural e consequente, do que haver-nos como não existente aquillo que affirmamos ter esquecido.

Portanto, o arbitrio lembrado pelo Sr. Guido em sua nota de 18 de Dezembro de 1847, e accedido pelo antecessor do abaixo assignado, na nota de 25 de Julho proximo passado, era um meio justo e honroso de acabar uma tão antiga e debatida questão. Aceitando-o, o governo imperial desistia daquelle que propuzera: « a retirada das notas. »

Quanto porém ao que o Sr. Guido substitue agora em sua nota de 5 de Dezembro proximo passado, a saber simplesmente, « um esquecimento generoso, » o governo imperial não o pôde tomar em consideração enquanto esta ultima palavra não fôr retirada pelo Sr. Guido.

A missão do Sr. visconde de Abrantes nas côrtes de Londres e Paris tem sido muitas vezes explicada satisfactoriamente pelo governo imperial, especialmente nas notas dirigidas á legação argentina em datas de 17 de Julho e 17 de Novembro de 1845, 12 de Abril de 1847, e 25 de Julho de 1849, e nas dirigidas á legação do Estado Oriental em 14 de Novembro de 1845, e 28 de Fevereiro de 1849, impressas com os reitorios desta repartição destes ultimos annos.

O Sr. Guido, formulando a sua interpeilação de 4 de Março de 1845, deu como estabelecido e provado, que o Sr. visconde de Abrantes promovêra em Londres e Paris a alliança daquellas duas côrtes com o Brasil para intervir no Rio da Prata.

Abandonando porém depois esse terreno em que não podia sustentar-se, á vista das francas e terminantes explicações do governo imperial, o Sr. Guido exige que este desaprove directa e expressamente o procedimento do seu enviado o Sr. visconde de Abrantes, repilla suas declarações officiaes, e todo o contexto do seu *memorandum*, e demonstre aos governos de Inglaterra e de França que o do Brasil longe de prescrever ao dito visconde taes actos, os ha desaprovado.

Mas se as instrucções do Sr. visconde de Abrantes não o encarregarão de promover uma intervenção; se elle a não promoveu, como se tem exuberantemente demonstrado; se o mesmo Sr. Guido já declarou e reconheceu em uma de suas notas que esse acto de

mensagem et la déclaration de la susdite assemblée n'eussent eu d'autre objet que d'amener la question à une solution, et non de perpétuer le souvenir de l'incident diplomatique, l'acquiescement du gouvernement de la Confédération à considérer la correspondance qu'il avait motivée comme n'ayant pas existé, n'était pas contraire à cette déclaration. L'oubli de ce qui s'est passé, comme l'admet M. Guido, n'y est pas contraire, et l'autre condition ne saurait l'y être davantage: car toutes deux sont en parfaite harmonie l'une avec l'autre. Rien n'est plus naturel, ni plus conséquent, que de considérer comme non existant tout ce que nous affirmions avoir oublié.

Ainsi le moyen suggéré par M. Guido dans sa note du 18 Décembre 1847, et accepté par le prédécesseur du sousigné dans la note du 25 Juillet dernier, était le juste et honorable terme d'une question ancienne et débattue. En l'acceptant, le gouvernement impérial désistait de l'autre expédient proposé par lui, le retrait des notes.

Mais ce que M. Guido prétend y substituer dans sa note du 5 Décembre dernier, c'est-à-dire — « un simple oubli généreux » — le gouvernement impérial ne saurait le prendre en considération, avant que le dernier mot soit retiré par M. Guido.

La mission de M. le vicomte d'Abrantès près les cours de Londres et de Paris, a été plusieurs fois expliquée d'une manière satisfaisante par le gouvernement impérial, surtout dans ses notes à la légation argentine des 17 Juillet, 17 Novembre 1845, 12 Avril 1847 et 25 Juillet 1849, ainsi que dans celles qui ont été adressées à la légation de l'Etat Oriental les 14 Novembre 1845 et 28 Février 1846, imprimées parmi les pièces officielles de ce département pendant les dernières années.

M. Guido en formulant son interpeilação du 4 Mars 1847, a donné comme établi et prouvé, que M. le vicomte d'Abrantès avait promis à Londres et à Paris l'alliance du Brésil avec ces deux cours, pour intervenir dans les affaires de la Plata.

Mais, abandonnant ensuite ce terrain sur lequel il ne pouvait se maintenir, en présence des explications francas et concluantes du gouvernement impérial, M. Guido se borne à exiger que celui-ci desaprove directement et expressément le procédé de son envoyé M. le vicomte d'Abrantès, qu'il déavoue ses déclarations officielles et tout le contexte de son *memorandum*, et qu'il montre aux gouvernements d'Angleterre et de France que le Brésil, bien loin de prescrire de tels actes au susdit vicomte, les a au contraire désapprouvés.

Mais si les instructions de M. le vicomte d'Abrantès n'étaient pas de solliciter une intervention, s'il ne l'a pas sollicitée, comme le fait a été surabondamment prouvé; si M. Guido même a déjà déclaré et reconnu par une de ses notes que cet acte diplomatique a eu

diplomacia fôra praticado « sin el proposito de suscitar una guerra no provocada », o que ha de desapprovar o governo imperial? Aquillo que mandou fazer? O que o Sr. visconde de Abrantes fez em conformidade de suas instrucções? Fôra para isso preciso que o governo imperial não tivesse o menor sentimento de dignidade.

Exige mais o Sr. Guido que o governo imperial repilla todo o contexto do *memorandum* do Sr. visconde de Abrantes. Mas se a conclusão desse *memorandum* que é a sua parte essencial, se o seu todo (nelle não se pede, nem se solicita intervenção) está de conformidade com as instrucções dadas ao mesmo visconde, esta exigencia do Sr. Guido relativa a um *memorandum*, dirigido a um governo diverso do argentino, e cuja natureza e effeitos não obrigão a taes declarações, importa todavia uma retractação, uma vergonha-a revogação, pelo governo imperial, de instrucções dadas dentro dos limites do seu direito. Porquanto, obrigado pela convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828 a garantir a independencia de Montevideo, ninguem lhe pôde contestar o direito de procurar saber de governos, também compromettidos a garantir essa independencia, o seu pensamento sobre circumstancias e acontecimentos que podem affecta-la. A exigencia do Sr. Guido tem extraordinario alcance. Parecendo atacar actos do Sr. visconde de Abrantes que altera, vai ferir um indisputavel direito do governo imperial.

Ainda mais exige o Sr. Guido que o governo imperial demonstre aos da Inglaterra e da França que longe de prescrever ao Sr. visconde de Abrantes taes actos os ha desapprovar. Mas que actos são esses? São actos pelos quaes o visconde de Abrantes solicitasse uma intervenção? Esses nunca existirão. Tal intervenção nunca foi solicitada: o Sr. visconde de Abrantes não indicou, nem podia indicar, á vista de suas instrucções, meio algum para obter a pacificação das republicas do Prata. O mesmo Sr. Guido não sustenta mais o contrario. Não tem o governo imperial declarado perante o mundo, na tribuna, em notas que correm impresas, que não solicitou a intervenção que veio ao Rio da Prata? Em que parte das instrucções do Sr. visconde de Abrantes e do seu *memorandum* se falla de intervenção? Seria indecoroso ao governo imperial ir demonstrar aos dous governos, que não prescreveu ao visconde de Abrantes actos que não lhe prescreveu, e que desapprova actos que elle não praticou.

São esses actos, cuja reprobção se pede, aquelles pelos quaes o Sr. visconde de Abrantes, conforme as instrucções que lhe fôra expedidas, procurou saber dos governos da Inglaterra e da França os direitos e obrigações que, para sustentar a independencia do Estado Oriental deduzia o primeiro da convenção pre-

lieu sans intention de susciter une « guerre non provoquée », qu'y aurait-il donc à désapprouver aujourd'hui par le gouvernement impérial: ce qu'il a lui même ordonné de faire? Ce que M. le vicomte d'Abrantès a fait d'accord avec ses instructions? Il faudrait pour cela que le gouvernement impérial eut perdu tout sentiment de sa dignité.

M. Guido exige encore que le gouvernement impérial repousse tout le contexte du *memorandum* de M. le vicomte d'Abrantès. Mais si la conclusion de ce *memorandum*, qui est sa partie essentielle, si tout son ensemble (il n'y est rien sollicité ni demandé comme intervention) est d'accord avec les instructions données au même vicomte, cette exigence de M. Guido pour une pièce diplomatique adressée à un gouvernement autre que le gouvernement argentin, et dont la nature et les résultats n'obligent à rien de semblable, implique en soi la rétractation, le desaveu honteux pour le gouvernement impérial des instructions qu'il avait données dans les limites de son droit, quand personne, obligé comme il l'est par la convention préliminaire de paix du 27 Août 1828 à garantir l'indépendance de Montevideo, ne peut lui contester le droit de chercher à connaître auprès de gouvernements, engagés aussi à garantir cette indépendance, quelle est leur pensée au sujet de circonstances et d'événements de nature à l'affecter. L'exigence de M. Guido a une portée extraordinaire. En semblant attaquer les actes de M. le vicomte d'Abrantès qu'il dénature, il attaque au fond un droit indisputable du gouvernement impérial.

M. Guido exige encore que le gouvernement impérial montre à ceux d'Angleterre et de France, que bien loin de prescrire de pareils actes à M. le vicomte d'Abrantès, il les a désapprouvés. Mais quels sont ces actes? Sont-ce des actes par lesquels le vicomte d'Abrantès ait sollicité une intervention? Ceux-là n'ont jamais existé. Une semblable intervention n'a jamais été sollicitée: M. le vicomte d'Abrantès n'a jamais indiqué, ni pu indiquer, d'après ses instructions, aucun moyen propre à obtenir la pacification des républiques de la Plata. M. Guido même ne soutient plus le contraire. Le gouvernement impérial n'a-t-il pas déclaré devant le monde, à la tribune, par la presse, qu'il n'a pas sollicité l'intervention, qui a apparû dans la Plata? Dans quelle partie des instructions de M. le vicomte d'Abrantès et de son *memorandum* est-il parlé d'intervention? Il serait contraire à la dignité du gouvernement impérial d'aller démontrer aux deux gouvernements qu'il n'a pas prescrit au vicomte d'Abrantès ce qu'il ne lui a pas prescrit en effet et qu'il désapprouve des actes qui en effet n'ont pas été pratiqués.

Par ces actes dont le désaveu est demandé, entend-on les efforts faits par M. le vicomte d'Abrantès dans l'esprit de ses instructions pour tâcher de connaître des gouvernements anglais et français, quels étaient les droits et les devoirs dans le sens du maintien de l'indépendance de l'Etat Oriental, que le premier

liminar de paz de 27 de Agosto de 1828, em que fôra mediador, e o segundo do tratado de 29 de Outubro de 1840, e fazer sentir a ambos quanto conviria que se entendessem com o Brasil para pôr um termo á guerra que devastava o Rio da Prata? Se são esses os actos, cuja reprobção o Sr. Guido pede, estão elles conformes com as instrucções dadas ao Sr. visconde de Abrantes, como já foi demonstrado em notas dos antecessores do abaixo assignado, e o governo imperial não pôde reprovar e dizer que não prescreveu aquillo que dentro dos limites do seu direito mandou fazer.

Por ventura, quando a Inglaterra offereceu a sua mediação em 1841 para obter a pacificação do Rio da Prata, quando essa mesma potencia se unio com a França para o mesmo fim em 1842, alguém entendeu que essas duas potencias tinham violado a neutralidade? Nenhum fundamento se apresenta para se julgar infringida essa neutralidade, porque tentou o Brasil unir-se á França e á Inglaterra para conseguir a sobredita pacificação.

Não obstante o abaixo assignado roga e espera que o Sr. Guido especifique com clareza quaes são os actos cuja reprobção pede, o que muito concorreria para elucidar a questão.

As declarações de lord Aberdeen e M. Guizot, interressados em dar uma côr americana á intervenção, oppõe o governo imperial as suas: as instrucções e o proprio *memorandum* do Sr. visconde de Abrantes, nos quaes não ressumbra sequer o pensamento de uma intervenção. Nem o governo imperial sancionou com seu silencio as declarações daquelles ministros, antes por meio das explicações ás mais categoricas procurou francamente restabelecer a verdade de seus designios. A nota de 14 de Outubro de 1845 do encarregado de negocios do Brasil ao governo da Republica Oriental, e a de 21 de Setembro do mesmo anno á legação argentina, além de outros documentos, o provão.

Demais, a intervenção da Inglaterra e da França no Rio da Prata era negocio decidido antes da chegada do visconde de Abrantes a Londres.

Outro ponto sobre que versa a nota do Sr. Guido, a que o abaixo assignado tem a honra de responder, é o desconhecimento, por parte do commandante da esquadra brasileira estacionada em Montevideo, do bloqueio notificado em 17 de Abril de 1845 pelo commandante em chefe da esquadra da Confederação Argentina.

Não é exacto que o commandante das forças navaes brasileiras desconhecesse o bloqueio. Como se vê do seu officio de 19 de Abril de 1845 ao commandante da esquadra argentina, nenhuma duvida tinha elle em reconhecê-lo, e sómente se limitava a reclamar igual-

dêduisait de la convention préliminaire de paix du 27 Août 1828, dont il a été le médiateur, et le second du traité du 29 Octobre 1840, et pour chercher à leur faire sentir à tous deux combien il eut été convenable qu'ils s'entendissent avec le Brésil pour mettre un terme à la guerre qui désolait la Plata? Or si c'est là réellement ce que veut dire M. Guido, la conduite du vicomte d'Abrantès ayant été conforme aux instructions qu'il avait reçues, comme le fait est déjà établi par les notes des précédents du soussigné, le gouvernement impérial ne peut pas se rétracter et dire qu'il n'a pas prescrit ce qu'il a dans les limites de son droit ordonné de faire.

Quand l'Angleterre a offert en 1841 sa médiation pour obtenir la pacification de la Plata, quand cette même puissance s'est unie avec la France en 1842 pour le même but, y-a-t-il eu par hasard quelqu'un qui ait entendu que ces deux puissances eussent manqué à la neutralité? Il n'existe aujourd'hui aucune raison de dire que la neutralité a été violée seulement parce que le Brésil a eu l'intention de s'unir à la France et à l'Angleterre dans le but d'obtenir cette même pacification.

Enfin, indépendamment de tout ce qui précède, le soussigné prie M. Guido de spécifier clairement quels sont ces actes dont il demande la rétractation, ce qui doit servir à élucider encore la question.

Aux déclarations de Lord Aberdeen et de M. Guizot intéressés à donner une couleur américaine à l'intervention, le gouvernement impérial oppose les siennes: les instructions et le *memorandum* même de M. le vicomte d'Abrantès, pièces où on n'entrevoit pas même la pensée d'une intervention. Le gouvernement impérial n'a pas sanctionné non plus par son silence les déclarations de ces ministres, au contraire il a cherché franchement par le moyen des explications les plus catégoriques à rétablir la vérité des faits relativement à lui et à ses projets. La note du 14 Octobre 1845 du chargé d'affaires du Brésil au gouvernement de la République Orientale et celle du 21 Septembre de la même année à la légation argentine, outre plusieurs autres pièces authentiques, le prouvent suffisamment.

De plus, l'intervention de l'Angleterre et de la France était une affaire décidée avant l'arrivée du vicomte d'Abrantès à Londres.

Un autre point traité par la note de M. Guido à laquelle le soussigné a l'honneur de répondre, est le reproche fait au commandant de l'escadre brésilienne stationnée à Montevideo de n'avoir pas reconnu le blocus notifié le 17 Avril 1845 par le commandant en chef de l'escadre de la Confédération Argentine.

Il n'est pas exact de dire que le commandant des forces navales brésiliennes ait méconnu le blocus. Comme on voit de sa dépêche du 19 Avril 1845 au commandant de l'escadre argentine, il n'avait aucune objection à le reconnaître; et il se bornait seulement

da-le de tratamento na applicação das leis do bloqueio aos neutros, não só por ser isso de rigorosa justiça, como porque o governo imperial lhe tinha ordenado que não consentisse que se procedesse para com as embarcações brasileiras de maneira diversa do que com as francezas e inglezas. Não fez mais o dito commandante do que reclamar a igualdade de tratamento para com os navios e subditos brasileiros. E não era de esperar que um governo que se diz eminentemente americano considerasse como uma injúria o reclamar-lhe um seu vizinho e conterrâneo a puellas concessões que fizesse aos chefes navaes de navios europeus.

Diz o Sr. Guido que a grave offensa, commettida pelo commandante brasileiro, consiste em haver desconhecido o bloqueio pela unica razão de o haverem desconhecido os commandantes britannico e francez, pretendendo ser neutral, quando assim se igualava com os aggressores da Confederação.

O abaixo assignado não examinará se o procedimento dos chefes das divisões navaes francezas e inglezas, quando impozerão certas condições para reconhecer o bloqueio pôde ou não justificar-se pelos principios do direito das gentes. Bastava ao commandante das forças brasileiras partir do facto e reclamar a igualdade, a menos que o Sr. Guido não pretenda que a nação brasileira é inferior em direitos às outras.

O commandante das forças brasileiras não se igualou a quaesquer aggressores da Confederação, se os havia declarados e reconhecidos taes naquella época, porquanto o seu procedimento não foi combinado com os almirantes francez e inglez, antes foi posterior. Não pôz duvida ao bloqueio, como se vê do seu officio de 18 de Abril ao commandante em chefe da esquadra argentina. Sómente depois que teve noticia das condições postas para os navios francezes e inglezes, é que pôz duvida e reclamou a igualdade.

Ignora por ventura o Sr. Guido que pelo facto de não reconhecer uma nação um bloqueio, ou de se lhe admittirem condições favoraveis e de entrarem no porto bloqueado navies dessa nação, pôdem os neutros desconhecê-lo tambem e exigir em seu beneficio as mesmas condições?

Cumpra tambem notar que na época em que esses factos se passavam, ainda a intervenção da França e da Inglaterra não se tinha declarado, pelo que não se podião então qualificar aggressores da Confederação.

à reclamar l'égallité de traitement dans l'application aux neutres des lois du blocus non seulement parceque la rigoureuse justice le voulait ainsi, mais aussi parceque le gouvernement impérial lui avait ordonné de ne pas consentir que les navires brésiliens fussent traités d'une manière autre que les navires français et anglais. Le susdit commandant n'a fait rien plus que réclamer, ainsi qu'il vient d'être dit, l'égallité de traitement pour les navires et les sujets brésiliens. Et on ne devait pas s'attendre qu'un gouvernement soi-disant éminemment américain considérât comme une injure de la part d'un état voisin la revendication pour lui de conditions semblables à celles qui avaient été faites aux chefs des stations navales européennes.

M. Guido dit que la grave offense commise par le commandant brésilien consiste en ce qu'il a méconnu le blocus par la seule raison que les commandants anglais et français l'ont aussi méconnu, tout en se disant neutres; et il est accusé d'avoir fait ainsi cause commune contre la Confédération avec ses agresseurs.

Le soussigné n'examinera pas si le procédé des chefs des divisions navales française et anglaise, en mettant certaines restrictions à la reconnaissance du blocus, peut ou non être justifié par les principes du droit des gens. Il suffit au commandant des forces brésiliennes de l'existence de ce fait pour en déduire son droit qui était celui de l'égallité de traitement à réclamer, à moins que M. Guido ne veuille prétendre que la nation brésilienne n'ait que des droits inférieurs à ceux des autres.

Le commandant des forces brésiliennes ne fit pas cause commune contre la Confédération avec ses agresseurs, en supposant qu'il y en eut de déclarés et reconnus tels à cette époque; car son procédé ne fut pas concerté avec les amiraux français et anglais, au contraire il fut postérieur à l'initiative de ceux-ci; aucune objection ne fut faite par lui au blocus comme il résulte de sa dépêche du 18 Avril au commandant en chef de l'esquadre argentine, et ce fut seulement après avoir su les conditions particulières ou se trouvaient les navires français et anglais que des doutes se produisirent de sa part et qu'il réclama l'égallité de traitement.

M. Guido ignore-t-il par hasard que du moment qu'une nation quelconque méconnaît un blocus, ou que des concessions lui sont faites, et qu'on laisse entrer ses navires dans le port malgré ce blocus, dès lors les neutres sont tous autorisés à le méconnaître aussi et à exiger que l'exception fasse règle pour tous?

Il faut remarquer encore qu'à l'époque de ces événements, l'intervention de la France et de l'Angleterre n'avait pas encore commencé; et ainsi ces deux pays ne pouvaient alors être considérés en état d'agression contre la Confédération.

O governo argentino pretende que seja desaprovado o procedimento do commandante das forças navaes brasileiras em 1845 com o fundamento de que elle procedeu do mesmo modo que os chefes das forças navaes francezas e inglezas. E entretanto, quando os agentes dessas duas nações, mediante um accordo, reconhecerão o bloqueio de Setembro de 1845, e o chefe das forças navaes brasileiras não procedeu do mesmo modo, fundou o governo argentino as suas queixas, em que esse chefe devêra ter procedido do mesmo modo que os chefes navaes das duas primeiras nações maritimas, a França e a Inglaterra!

O procedimento dos Estados-Unidos, que o Sr. Guido cita, podia ser dictado por considerações politicas que não se dessem a respeito do Brasil. Cada um pôde renunciar ao seu direito sem que essa renuncia obrigue a terceiro.

Accrescenta o Sr. Guido que o Sr. Saturnino de Souza e Oliveira, quando exercia o cargo de ministro dos negocios estrangeiros, tratara com o mesmo Sr. Guido desta questão, mostrando-se decidido a envier na solução reclamada pelo governo argentino, isto é, a desapprovar categoricamente o procedimento do commandante das forças navaes brasileiras, como apartado das vistas do governo do Brasil e como offensivo da soberania da Confederação e de seus direitos de potencia belligerante.

Da maneira por que se exprime o Sr. Guido, e de não haver o abaixo assignado encontrado vestigios de semelhantes declarações na secretaria a seu cargo, conclue elle que esse negocio foi tratado em conferencia verbal. O abaixo assignado está muito longe de pôr em duvida as asserções do Sr. Guido, mas faz á memoria do Sr. Saturnino a justiça de crer que elle estaria disposto a fazer tão extraordinaria concessão em compensação de outras, e por transacção.

De mais, o Sr. Guido sabe qual é o valor que em diplomacia tem os actos passados em conferencias verbaes, que não são reduzidas a protocolos, os quaes, para terem character official, devem ser revestidos de assignatura.

A questão dos passaportes concedidos ao general Rivera acha-se extensamente discutida nas notas que os antecessores do abaixo assignado, o Sr. Limpo de Abreu e o Sr. barão de Cayrú, dirigirão ao Sr. Guido em data de 11 de Abril e 28 de Dezembro de 1846, respondendo ao protesto do mesmo Sr. Guido contra a concessão dos ditos passaportes.

O governo imperial demonstrou a justiça do seu acto, fundando-se nos seguintes principios:

1.º Que o governo argentino não tinha direito algum, na ausencia de estipulações especiaes, para exigir a retenção de individuos que, achando-se no territorio brasileiro, sob a salva-guarda da fé publica, quizessem sahir inoffensivamente do mesmo territorio.

Le gouvernement argentin demande que le procédé du commandant des forces navales brésiliennes en 1845 soit désapprouvé par la raison qu'il a procédé de la même manière que les chefs des forces navales françaises et anglaises. Et cependant quand les agents de ces deux nations, suivant accord entre eux, ont reconnu le blocus de Septembre 1845, le chef des forces navales brésiliennes n'ayant pas procédé de la même manière, le gouvernement argentin s'en plaint, alléguant que ce chef devait ne pas agir autrement que les chefs des forces navales des deux premières nations maritimes, la France et l'Angleterre!

Le procédé des Etats-Unis dont M. Guido parle, pouvait être dicté par des considérations politiques, qui, peut-être, n'existaient point à l'égard du Brésil. Chacun peut renoncer à ses droits sans que cette renonciation puisse obliger un tiers.

M. Guido ajoute que M. Saturnino de Souza e Oliveira, quand il était chargé du ministère des affaires étrangères, avait traité cette question avec lui en se montrant décidé à admettre une solution réclamée par le gouvernement argentin, c'est-à-dire, à désapprouver catégoriquement le procédé du commandant des forces navales brésiliennes, comme s'écartant des vues du gouvernement du Brésil, et comme offensif pour la souveraineté de la Confédération et de ses droits de puissance belligérante.

La manière positive dont s'exprime ici M. Guido, et la recherche inutile que le soussigné a faite dans les bureaux de son ministère de pièces relatives à une détermination semblable dont aucune trace n'existe, lui font penser que cette affaire aura été traitée en conférence verbale. Le soussigné est loin de mettre en doute les assertions de M. Guido; mais il fait à la mémoire de M. Saturnino la justice de croire qu'il n'aurait été disposé à faire une concession si extraordinaire que moyennant compensation et par transaction.

De plus M. Guido sait bien quelle est la valeur qu'ont en diplomatie les actes passés en conférences verbales, quand ils ne sont pas formulés en protocoles, lesquels doivent être revêtus de signatures pour avoir le caractère officiel.

La question des passeports accordés au général Rivera a été longuement discutée dans les notes que les prédécesseurs du soussigné M. Limpo de Abreu et le Baron de Cayrú ont adressés à M. Guido les 11 Avril et 28 Décembre 1846 en réponse à sa protestation contre la concession des susdits passeports.

Le gouvernement impérial a démontré la régularité de son procédé en invoquant les principes suivants

1.º — le gouvernement argentin n'avait aucun droit, faute de stipulations spéciales à cet égard, d'exiger la détention d'individus, qui se trouvant sur le territoire brésilien sous la sauvegarde de la foi publique, prétendaient sortir, d'une manière inoffensive, du même

unicamente pelo motivo de não convir a sua saída á Confederação Argentina.

2.º Que, conforme as maximas do direito das gentes e a pratica observada pelas nações cultas, as obrigações impostas ao governo de um paiz neutro para com os emigrados de outro belligerante, reduzião-se ao emprego das medidas absolutamente indispensaveis para que os emigrados entrem tranquillos e inoffensivos no territorio neutro, nelle se conservem tranquillos e inoffensivos, e delle saião pela mesma fórma.

3.º Que erão estes os limites que o direito publico universal e a pratica das nações cultas assignavão á jurisdicção do governo de um paiz neutro, para com os refugiados que nelle procuravão asylo, e que, portanto, reter os emigrados no paiz neutro contra a sua vontade, seria transpôr estes limites e converter a neutralidade no exercicio de um direito belligerante, visto que nesse caso os emigrados ficarião como prisioneiros no paiz neutro, e o direito de fazer prisioneiros é um direito belligerante.

4.º Que o general Rivera embarcára, desta côrte para Montevideo, no dia 9 de Março de 1846, a bordo do brigue hespanhol *Fomento*, por uma maneira tranquilla e inoffensiva. isto é sem armas e sem sequito.

O governo imperial podia, e pôde, embarçar a sahida do general Rivera por motivos de segurança e conveniencia propria; mas não pôde descobrir fundamentos solidos e conformes ao direito das gentes pelos quaes o governo argentino o possa constituir carcereiro obrigado destes ou daquelles individuos, quando assim lhe convenha.

Os principios acima expostos serião applicaveis á questião do general Paz, se o governo imperial não tivesse julgado conveniente negar-lhe passaporte para transitar por uma provincia do imperio. e se por isso não se houvesse elle evadido. As notas de 17 de Julho e 17 de Novembro de 1845 explicarão tão satisfactoriamente este facto que o abaixo assignado a ellas se reporta.

O que é em verdade notavel, é que, ao passo que o governo argentino se recusa a terminar por uma maneira honrosa as differenças infundadas levantadas entre elle e o Imperio, exija como um dever que este postergue os seus deveres de neutro para favorecer as suas vistas!

Desejoso de chegar a um accordo, o governo imperial deu claras e positivas explicações sobre a fuga do general Paz. Com ellas não se contentou o governo argentino. O antecessor do abaixo assignado, em sua nota de 25 de Julho proximo passado, offereceu-se a esclarecer esse facto, mandando proceder a novas investigações, e era esse um meio decoroso para o governo argentino de terminar semelhante questião; mas o Sr. Guido em sua nota o pôz inteiramente de

territoire, seulement par la raison que cette sortie ne convenait pas à la Confédération Argentine.

2.º — Selon les maximes du droit des gens et l'usage observé par les nations civilisées, les obligations imposées au gouvernement d'un pays neutre envers les ennemis de tout belligérant se réduisent à l'emploi des mesures absolument indispensables pour que les émigrés puissent entrer, paisibles et inoffensifs, sur le territoire neutre, y séjourner, et en sortir dans les mêmes conditions.

3.º — Telles étaient les limites que le droit public universel, et l'usage des nations civilisées posaient à la juridiction du gouvernement d'un pays neutre sur des émigrés qui étaient venus y chercher asyle; détenir des émigrés dans un pays neutre contre leur volonté, serait outre-passer ces limites, et dénaturer la neutralité en lui attribuant l'exercice d'un droit de belligérant, vu qu'en ce cas les émigrés resteraient dans le pays neutre, comme prisonniers, et que le droit de faire des prisonniers est un droit de belligérant.

4.º — Le général Rivera s'est embarqué ici pour aller à Montevideo le 9 Mars 1846 sur le brick espagnol « Fomento » d'une manière tranquille et inoffensive, c'est à dire, sans armes et sans suite.

Le gouvernement impérial pouvait et peut empêcher le départ du général Rivera par des motifs de sûreté et d'intérêt local; mais il ne voit pas de raisons valables et avouées par le droit des gens, en vertu desquelles le Gouvernement Argentin pourrait le constituer geôlier responsable de tels ou tels individus, par cela seul qu'il y trouverait sa convenance.

Les principes exposés ci-dessus seraient applicables à la question du général Paz, si le gouvernement impérial n'avait pas jugé convenable de lui refuser ses passeports pour traverser une province de l'Empire, et si en conséquence de ce refus même il ne se fut pas évadé. Les notes des 17 Juillet et 17 Novembre 1845 ont expliqué ce fait d'une manière tellement complète, que le soussigné ne peut que se référer à ces notes.

Ce qu'il y a de vraiment remarquable, c'est qu'en même temps que le gouvernement argentin évite de clore d'une manière honorable les altercations sans cause soulevées entre lui et le gouvernement impérial, il exige de celui-ci comme devoir qu'il manque à ses obligations de neutre pour le favoriser lui-même!

Désirant arriver à un accord, le gouvernement impérial a donné des explications claires et positives sur la fuite du général Paz: le gouvernement argentin ne s'en est pas contenté; le prédécesseur du soussigné par sa note du 25 Juillet dernier a proposé d'éclaircir le fait y ordonnant une enquête: ce qui était un moyen honorable de terminer une pareille question, mais M. Guido, dans sa note n'y fait pas même attention; il n'en parle même pas: il dit seu-

parte, nem toca nelle, e estabelece que o governo imperial recusa uma satisfação que nenhum direito o obriga a dar, e que o seu procedimento equivale a uma desatensão ás reclamações do governo argentino.

O quinto ponto, de que trata a nota do Sr. Guido de 5 de Dezembro proximo passado em referencia á do Sr. visconde de Olinda de 25 de Julho, é o reconhecimento da independencia do Paraguay.

As notas de 29 de Julho de 1845, e 12 de Abril de 1847, demonstrarão exuberantemente a justiça e direito com que nesse assumpto procedeu o governo imperial.

O abaixo assignado, esperando que o governo argentino reconsidera as razões ali ponderadas, julga inutil reproduzi-las aqui, e limitar-se-ha a mui breves observações, em sustentação da nota do seu antecessor de 25 de Julho proximo passado.

O Brasil, como já foi demonstrado, havia ha muito reconhecido a independencia do Paraguay, e a repetição desse acto em 1844 não podia importar uma offensa á Confederação Argentina, cujo governo nunca foi explicito a esse respeito. O simples reconhecimento do Brasil não prejudicava por si só quaesquer questões pendentes entre a Confederação e o Paraguay.

Texas foi reconhecido independente pelos governos da França e da Inglaterra, com os quaes celebrou tratados, e essas potencias não se julgáram obrigadas a sustenta-la, sómente por esse reconhecimento, quando os Estados-Unidos absorverão aquella nacionalidade.

Quando a França reconheceu a independencia dos Estados-Unidos, e celebrou com elles tratados de commercio e de alliança defensiva, em 6 de Fevereiro de 1778, declarou á corte de Londres que o seu procedimento era fundado no facto incontestavel de que os Americanos estavam na publica posse da sua independencia, e sobre o principio igualmente incontestavel da lei das nações, de que este facto era sufficiente para justificar o rei em formar aquelles contractos, sem examinar a legalidade daquelle independencia. Que ba-tava que o governo britannico tivesse cessado de tratar os colonos revoltados como rebelles. Que não pertencia á França discutir as questões, a saber: se os Estados-Unidos tinham ou não o direito de abjurar a soberania da Inglaterra, ou se a posse da sua independencia era ou não legal. Que nem a lei das nações, nem os tratados, nem a moral, nem a politica, impunhão ao rei de França a obrigação de constituir-se o guarda da fidelidade dos subditos inglezes ao seu soberano. Que era bastante para a justificação de S. M. que as colonias, formando pelo numero de seus habitantes e extenção de territorio uma nação consideravel, tivessem estabelecido a sua independencia, não por uma simples declaração solemne, mas tambem de facto, e que a tivessem mantido contra os

lement que le gouvernement impérial se refuse à donner une satisfaction (ce à quoi en effet rien ne l'oblige) et que ce procédé équivaut à un manque d'égard pour les réclamations du gouvernement argentin.

Le cinquième objet de la note de M. Guido du 5 Décembre dernier, répondant à celle de M. le vicomte d'Olinda du 25 Juillet, est la reconnaissance de l'indépendance du Paraguay.

Les notes du 29 Juillet 1845 et 12 Avril 1847 ont surabondamment démontré la justice et le droit du procédé du gouvernement impérial dans cette affaire.

Le soussigné, espérant que le gouvernement argentin considérera de nouveau la matière, sur les raisons qui s'y trouvent délaies, croit inutile de les reproduire, et il se bornera ici à présenter quelques brièves observations en confirmation de la note de son prédécesseur du 25 Juillet dernier.

Le Brésil, comme il a été déjà dit, avait dès longtemps reconnu l'indépendance du Paraguay, et la réitération de cet acte en 1844, ne pouvait impliquer une offense à la Confédération Argentine dont le gouvernement ne fut jamais explicit sur ce point. La simple reconnaissance du Brésil, ne portait atteinte, en elle même, à aucune des questions agitées entre la Confédération et le Paraguay.

Le Texas a été reconnu indépendant par les gouvernements de France et d'Angleterre avec lesquels son gouvernement célébra des traités; et ces puissances ne se sont pas crues obligées par le seul effet de cette reconnaissance à maintenir sa nationalité, quand les Etats-Unis l'ont absorbée.

Quand la France reconnut l'indépendance des Etats-Unis, et célébra avec eux les traités de commerce et d'alliance défensive du 6 Février 1778, elle déclara à la cour de Londres, que son procédé était fondé sur le fait incontestable que les Américains étaient en possession publique de leur indépendance, que d'après un principe également incontestable de la loi des nations, ce fait suffisait à justifier le roi, contractant avec un peuple indépendant, sans autre examen de cette indépendance au point de vue de sa légalité: qu'il suffisait que le gouvernement britannique eut cessé de traiter les colons insurgés en rebelles; qu'il n'appartenait pas à la France de chercher si les Etats-Unis avaient ou non le droit d'abjurer la souveraineté de l'Angleterre, et si leur indépendance était ou non légale: que ni la loi des nations, ni les traités, ni la morale, ni la politique n'imposaient au roi de France l'obligation de garantir la fidélité des sujets anglais à leur souverain: qu'il suffisait pour justifier S. M., que les colonies formant par le nombre de leurs habitants et par l'étendue de leur territoire une nation importante, eussent établi leur indépendance, non par une simple déclaration ou solennité, mais bien par le fait, et l'eussent maintenue contre les efforts de la mère-patrie; et qu'attendu qu'il était facultatif à S. M.

esforços da mãe-pátria. Que sendo livre a Sua Magestade o considera-las como uma nação independente, ou como súditos da Grã-Bretanha, tinha escolhido a primeira alternativa, porque a sua segurança, os interesses de seu povo, e sobretudo os projectos secretos da corte de Londres lhe impunham isso como uma obrigação imperiosa.

São esses os sãos e verdadeiros princípios do direito das gentes que regulavam o procedimento do governo imperial, que não pôde ser accusado de favorecer, separações ilegítimas. O abaixo assignado não pôde crer que o Sr. Guido veja nas razões que acaba de expôr, e no procedimento da França que acaba de citar, um passo tendente a favorecer uma separação ilegítima dos Estados-Unidos da Inglaterra.

E as razões que o abaixo assignado acaba de recapitular revestem maior força na hypothese que nos occupa.

A Inglaterra até então nunca tinha particado acto algum pelo qual reconhecesse a independencia de suas antigas colonias.

Não assim a Confederação Argentina. como foi demonstrado nas notas acima citadas.

A Inglaterra, por meio de uma guerra cruenta e prolongada, empregou todos os esforços para repô-las debaixo do jugo colonial.

O governo argentino, até o anno de 1843 (e nem mesmo depois), nunca fez a guerra ao Paraguay para incorporá-lo á Confederação, e isto por um espaço de trinta annos.

Pelo contrario, tendo o presidente da republica do Paraguay communicado ao governo argentino, em 28 de Dezembro de 1842, a reunião de um congresso extraordinario, e a declaração solenne, por elle repetida, da sua independencia, o governo argentino respondeu, em uma nota datada de 26 de Abril de 1842, dirigida ao Ex.^{mo} governo do Paraguay, nos termos os mais amigaveis, que aquella independencia offerecia gravissimos inconvenientes, mas que jamais as armas da Confederação perturbarião a paz e a tranquillidade do povo paraguayo.

A nomeação de consules e agentes diplomaticos brasileiros para o Paraguay em 1824, em 1826, em 1841 e em 1842, foi sabida pelo governo argentino, que então não oppôz as razões, nem manifestou as pretensões que hoje apresenta.

Com que direito pretende o governo argentino que o Brasil permaneça incommunicavel com o Paraguay, com o qual tem interesses a tratar, até que este se resolva por si mesmo a rasgar a declaração solenne da sua independencia e a incorporar-se á Confederação Argentina? Semelhante pretensão é a mais insolita, extraordinaria e intoleravel que se pôde imaginar.

de les considerer ou comme constituant une nation indépendante, ou comme sujets de la Grande Bretagne, elle s'était decidée pour la première alternative parce-que sa sureté, les intérêts de son peuple, et surtout les projets secrets de la cour de Londres, lui en imposaient l'obligation impérieuse.

Tels sont en effet les vrais et incontestables principes du droit des gens; et ces principes ont dicté la conduite du gouvernement impérial, qui ne peut être ainsi accusé de favoriser d'illégitimes fractionnements d'états; en effet le soussigné ne saurait penser que M. Guido pût voir dans l'exposé qu'il vient de faire, et dans le procédé de la France qu'il vient de citer, aucune tendance à favoriser un démembrement illégitime des Etats-Unis de l'Angleterre.

Et les considérants que le soussigné vient d'alléguer ont une plus grande force encore d'application dans l'hypothèse qui nous occupe.

L'Angleterre n'avait jamais jusqu'alors pratiqué aucun acte dont il y eût à inférer qu'elle reconnut l'indépendance de ces anciennes colonies.

Il n'en a pas été de même quant à la Confédération Argentine, comme il a été démontré dans les notes précitées.

L'Angleterre a fait à ses anciens sujets une guerre opiniâtre et prolongée avec toutes sortes d'efforts pour les faire rentrer sous le joug colonial.

Le gouvernement Argentin jusqu'en 1843 (non plus que depuis) n'a jamais fait la guerre au Paraguay pour l'incorporer à la Confédération, et cela pendant un intervalle de trente ans.

Au contraire le président de la république du Paraguay ayant annoncé au gouvernement argentin le 28 Décembre 1842, la réunion d'un congrès extraordinaire, et la déclaration solennelle, par lui répétée, de son indépendance, le gouvernement argentin répondit dans une note datée du 26 Avril 1843 adressée au gouvernement du Paraguay, note contenant d'ailleurs les expressions les plus amicales, que cette indépendance offrait de très graves inconvenients, mais que les armes de la Confédération ne troubleraient jamais la paix et la tranquillité du peuple du Paraguay.

La nomination de consuls et d'agents diplomatiques brésiliens au Paraguay en 1824, 1826, 1841 et 1842 fut connue du gouvernement argentin, qui alors ne fit aucune des objections, ne manifesta aucune des prétentions qu'il présente aujourd'hui.

De quel droit le gouvernement argentin demande-t-il que le Brésil reste sans communication avec le Paraguay, avec lequel il a des intérêts à traiter, jusqu'à ce qu'il plaise au Paraguay de révoquer par lui même la déclaration solennelle de son indépendance, et de s'incorporer dans la Confédération Argentine? Une semblable prétention est étrange, exorbitante, et intolérable à un point qu'on peut à peine imaginer.

Não ha portanto no reconhecimento da republica do Paraguay pelo Brasil intervenção em questões argentinas, porque o Paraguay não era argentino; não ha estímulo á dissolução da Confederação, porque o Paraguay não fazia parte della.

O reconhecimento da intitulada republica de Piratinim por uma potencia estrangeira estaria em caso inteiramente diverso.

O abaixo assignado julga dever recordar aqui ao Sr. Guido que na luta que o governo imperial teve de sustentar durante essa rebelião, o governo da Confederação Argentina nunca se quiz prestar, por muitos annos, a outra politica que não fosse a de uma estricte neutralidade, procedimento que durou até que Fructo Rivera se alliou aos rebeldes.

A circumstancia de haver o Paraguay ultimamente invadido o territorio de Corrientes, em nada altera o direito com que o Brasil reconheceu a sua independencia. É uma questão posterior e de territorio entre os dous paizes, na qual o governo imperial se declarou neutro, e que não lhe compete decidir.

A retirada do reconhecimento da independencia do Paraguay seria um acto contrario á dignidade e interesses do Brasil, e por isso o governo imperial o sustenta, e sustentará.

A exactidão e a justiça das referencias do governo imperial aos deveres e obrigações que deriva da convenção de 27 de Agosto de 1828 tem sido por vezes demonstradas. Não é este o lugar de discutilas novamente, muito principalmente sendo este ponto um mero incidente da nota do Sr. Guido, que o não desenvolve.

Diz o Sr. Guido que, apesar de haver sido atacada a independencia de Montevideo pela intervenção armada da Inglaterra e da França, o governo imperial não se decidio a defendê-la, e que, pelo contrario, os seus actos, contra os quaes reclamou e protestou o governo argentino, offendêrão o principio, o direito e interesses da independencia da Republica Oriental.

O Sr. Guido esquece novamente que o governo argentino em notas datadas de 8 de Agosto de 1836, 27 de Setembro, 15 de Outubro, 29 de Novembro de 1838 e outras, negou constantemente ao Brasil o direito de intervir nas dissensões intestinas do Estado Oriental, e muito menos de impedir que outros governos intervissem. Mas então tratava-se da invasão do Estado Oriental por um exercito argentino. Não convinha ao governo da Confederação que o Brasil tomasse parte nesses negocios. A convenção de paz de 27 de Agosto de 1828 não dava então direito algum ao Brasil.

Ainsi la reconnaissance de la république du Paraguay par le Brésil n'implique en aucune façon de la part du Brésil intervention dans les questions argentines, le Paraguay n'étant pas argentin; et il n'y a pas eu davantage excitation par le Brésil au démembrement de la Confédération, car le Paraguay n'en faisait pas partie.

La reconnaissance de la soi-disant république de Piratinim par une puissance étrangère serait un cas tout-à-fait différent.

Le soussigné croit devoir rappeler à M. Guido que dans la lutte, que le gouvernement impérial a eu à soutenir lors de cette rébellion, le gouvernement de la Confédération n'a jamais voulu, pendant plusieurs années, se prêter à suivre aucune autre politique, qui ne fut celle d'une neutralité rigoureuse: procédé qui a duré jusqu'à ce que Fructoso Rivera se fut allié aux rebelles.

La circonstance récente de l'invasion du territoire de Corrientes par le Paraguay, n'altère en rien le droit qu'a eu le Brésil à reconnaître son indépendance: cette question est postérieure; c'est uniquement une question de territoire entre les deux pays; le gouvernement impérial s'y est déclaré neutre; et il ne lui appartient pas de la décider.

La rétractation de la reconnaissance de l'indépendance du Paraguay serait un acte contraire à la dignité et aux intérêts du Brésil; et par conséquent le gouvernement impérial la soutient, et la soutiendra.

L'exactitude et la validité des appels du gouvernement impérial aux devoirs et aux obligations que lui impose la convention du 27 Août 1828 ont été démontrées à plusieurs reprises: il serait superflu d'y revenir ici, ce point d'ailleurs n'étant qu'un simple incident de la note de M. Guido qui ne s'y arrête pas.

M. Guido prétend, que, lors même que l'indépendance de Montevideo était attaquée par l'intervention armée de l'Angleterre et de la France, le gouvernement impérial ne s'est pas décidé à la défendre, mais qu'au contraire ses actes, contre lesquels le gouvernement argentin a réclamé et protesté, ont offensé le principe, le droit et les intérêts de l'indépendance de la République Orientale.

M. Guido oublie encore ici que le gouvernement argentin, dans les notes en date des 8 Août 1836, 27 Septembre, 15 Octobre, 29 Novembre 1838 et autres, n'a jamais reconnu au Brésil le droit d'intervenir dans les dissensions intestines de l'Etat Oriental, et beaucoup moins encore celui d'y empêcher l'intervention d'autres gouvernements. Il est vrai qu'il s'agissait à cette époque de l'invasion de l'Etat Oriental par une armée argentine, et il ne convenait pas au gouvernement de la Confédération, que le Brésil prit part à ces affaires. La convention de paix du 27 Août 1828 ne donnait alors aucun droit au Brésil.

Sobreveio a intervenção da França e da Inglaterra, e então o governo argentino exigiu, em cumprimento da mesma convenção, que o Brasil se declarasse contra os interventores. Convinha então à Confederação que o Brasil a auxiliasse. Nesse caso estava em vigor a convenção, e impunha ao Brasil a obrigação de intervir.

A convenção não conferia direitos ao Brasil, sómente lhe impunha obrigações que deveria cumprir como e quando viesse ao governo argentino.

O governo imperial não o entendeu assim. Não accedeu à exigência do governo argentino por não se considerar a isso obrigado: não offendeu o direito de governo algum: apenas poderia ser notado de não exercer o que lhe compete, em razão de americano, vizinho e amigo. O não exercício daquelle direito sómente podia ser apreciado pelo mesmo governo do Brasil por pertencer à classe daquelles que as nações fazem valer quando, no seu conceito, o reclamão a justiça, o bem da humanidade e as razões de estado. Nem julgou então a independência da Republica Oriental do Uruguay em mais perigo do que em 1838.

Que o não exercício desse direito não prejudicou a independência da Republica Oriental, acaba de mostrar-lo o tratado concluido pelo governo argentino com Mr. Southern.

A celebração do tratado definitivo de paz, asançada ha 22 annos pela citada convenção preliminar de 27 de Agosto de 1828, teria cortado todas essas e outras questões, assignalado com precisão e clareza a posição, direitos e deveres dos contractantes, e evitado muitas causas de desavença.

O governo imperial empregou sempre as maiores diligencias para que elle fosse celebrado. O governo argentino foi muitas vezes solicitado para isso. Ora, uma discordia civil de mais de 15 annos, um longo e injusto bloqueio de uma nação maritima europea, a guerra provocada por Fructuoso Rivera, forçavam o governo argentino a concentrar todos os seus cuidados para salvar a existencia da Republica (nota de 21 de Fevereiro de 1843). Ora, os conflictos de uma intervenção europea que absorvia todos os seus desvelos não lhe permitião meditar sobre negocio algum de *menor urgência* e cumprir esse compromisso (nota de 19 de agosto de 1846).

Ora, como na nota a que o abaixo assignado responde, o governo argentino oppõe ao cumprimento daquelle compromisso o não entender o governo imperial, como elle entende, a convenção preliminar de 27 de Agosto, isto é, oppõe aquelles mesmos embaraços que o tratado definitivo teria de remover, explicando

Mais l'intervention de la France et de l'Angleterre survint; et alors le gouvernement argentin exigea, en exécution de la même convention que le Brésil se déclarât contre les puissances intervenantes. Il convenait en ce moment à la Confédération d'avoir le Brésil pour auxiliaire. Dès lors la convention était en vigueur, et imposait au Brésil l'obligation d'intervenir.

La convention n'accordait pas de droits au Brésil: seulement elle lui imposait des obligations, qu'il devait accomplir comme et quand il conviendrait au gouvernement argentin.

Le gouvernement impérial ne l'a pas entendu ainsi. Il n'a pas accédé à l'exigence du gouvernement argentin parcequ'il ne s'y est pas cru obligé; il n'a offensé le droit d'aucun gouvernement; et à peine pourrait-on le blâmer de ne pas avoir voulu exercer dans sa plénitude le droit qu'il avait comme américain, voisin et ami; mais la convenance du non exercice de ce droit pouvait seulement être appréciée par le gouvernement du Brésil lui-même, comme étant de la classe de ceux que les nations font valoir quand, dans leur opinion, la justice, le bien de l'humanité, et les raisons d'état, le réclament. Or il n'a pas cru alors que l'indépendance de la République Orientale de l'Uruguay fut en plus grand danger qu'en 1838.

Que le non exercice de ce droit n'a pas nui à l'indépendance de la République Orientale, c'est-ce-que le traité conclu par le gouvernement argentin avec M. Southern vient de montrer.

La célébration du traité définitif de paix, garantie il y a 22 ans par la convention préliminaire précitée du 27 Août 1828, aurait tranché ces questions, et toutes autres semblables, déterminé avec précision et clarté la position, les droits et les devoirs des contractants, et fait disparaître plusieurs causes de discord.

Le gouvernement impérial a fait toujours tous ses efforts pour arriver à la conclusion de ce traité. Le gouvernement argentin en a été sollicité plusieurs fois. Mais, d'abord, des agitations intérieures, agitations qui ont duré plus de 15 ans, un long et injuste blocus d'une nation maritime européenne, la guerre provoquée par Fructuoso Rivera, forçaient le gouvernement argentin à concentrer tous ses soins dans un seul et même intérêt, le salut de la république (note du 21 Février 1843). Ensuite les luttes de l'intervention européenne qui absorbaient toute son attention, ne lui permettaient de fixer ses pensées sur aucune affaire de *moindre urgence*, non plus que d'exécuter le compromis (note du 19 Août 1846.)

Or, comme dans la note à laquelle le soussigné répond, le gouvernement argentin objecte à l'exécution de ce compromis la discordance qui existe entre le gouvernement impérial et lui dans leur manière d'entendre la convention préliminaire du 27 Août, c'est-à-dire il emploie à entraver la négociation ces

as duvidas que os produzem, exige a comprovação de uma amizade perfeita para com a Confederação, com respeito aos seus direitos de soberania e independência, isto é, que o governo imperial ceda a todas as suas exigências, que lhe dê satisfações por todos os agravos que ella imagina, como se os tratados sómente devessem ser celebrados quando não ha differenças entre as potencias que os celebrão, e antes não tivessem por fim remover as causas dessas differenças, evitar, cortar ou terminar lutas sempre prejudiciaes á humanidade e ao bem das nações!

O abaixo assignado ignora quaes são as outras reclamações do governo argentino a que o Sr. Guido allude no final da sua nota, e espera que o mesmo Sr. Guido terá a bondade de especifica-las.

Portanto o abaixo assignado espera que, reconSIDERADOS OS ASSUMPTOS DE QUE TRATA A NOTA DE SEU ANTECESSOR, DE 25 DE JULHO PROXIMO PASSADO, O GOVERNO ARGENTINO SE HAVERÁ POR SATISFEITO COM AS SOLUÇÕES QUE ELA CONTÉM, E QUE SÃO AS QUE O BRASIL PODE DAR SEM OFFENSA DA JUSTIÇA E SEM QUEBRA DOS SEUS DIREITOS E DIGNIDADE.

O abaixo assignado prevalece-se desta oportunidade para reiterar ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração. — *Paulino José Soares de Souza.*

DISCUSSÃO SOBRE O PROCEDIMENTO DO BARÃO DE JACUHY NA REPÚBLICA ORIENTAL. — PASSAPORTES PEDIDOS PELO MINISTRO DA REPÚBLICA ARGENTINA.

Nota do governo imperial a legação argentina.

Rio de Janeiro. — *Ministério dos negócios estrangeiros, em 5 de Março de 1880.*

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que em data de 13 de Fevereiro proximo passado lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, acompanhada de varios documentos que lhe foram remettidos pelo Sr. general D. Manoel Oribe, e na qual reclama, em nome dos governos alliados do Rio da Prata, uma *solemne* reparação pelo ataque do barão de Jacuhy contra a Republica Oriental.

O abaixo assignado não pôde deixar de ponderar ao Sr. Guido que, não tendo o governo imperial reco-

mêmes embarras qu'elle a pour but d'écarter définitivement et à jamais par la solution même des doutes qui les produisent, il exige à titre de préalable que le Brésil soit dans des termes d'amitié et d'entente parfaite avec la Confédération, pour tout ce qui peut regarder ses droits de souveraineté et d'indépendance, ou en d'autres termes que le gouvernement impérial cede à toutes ces exigences, et lui donne satisfaction pour tous ses griefs, réels ou imaginaires, comme si les traités devaient être conclus seulement quand il n'existe pas de différends entre les puissances qui les célèbrent, et n'avaient même pas pour but de faire disparaître les causes de ces différends, et de prévenir, de suspendre, de terminer des luttres toujours préjudiciables à l'humanité et au bien être des nations!

Le soussigné ignore quelles sont les autres réclamations du gouvernement argentin, dont M. Guido parle à la fin de sa note; et il pense que M. Guido aura la bonté de les spécifier.

En conséquence le soussigné espère que les matières traitées dans la note de son prédécesseur du 25 Juillet dernier, étant prises de nouveau en considération par le gouvernement argentin, celui-ci se tiendra pour satisfait des solutions que cette même note contient, et qui sont celles que le Brésil peut donner, ne voulant ici blesser la justice d'une part, ni déroger en rien de l'autre à ses droits et à sa dignité.

Le soussigné profite de cette occasion pour réitérer à M. Guido les expressions de sa parfaite estime et de sa considération très distinguée. — *Paulino José Soares de Souza.*

DISCUSSION DES ACTES COMMES PAR LE BARON JACHY SUR LE TERRITOIRE DE LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE. — PASSEPORTS DEMANDÉS PAR LE MINISTRE DE LA CONFÉDÉRATION ARGENTINE.

Note du gouvernement impérial à la légation argentine.

Rio de Janeiro. — *Ministère des affaires étrangères, le 5 Mars 1880.*

Le soussigné, du conseil de S. M. l'Empereur, sénateur de l'Empire, ministre secrétaire d'Etat des affaires étrangères, a reçu la note du 13 Février dernier, qui lui a été adressée par M. D. Thomaz Guido, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Argentine, contenant plusieurs documents que lui a remis M. le général D. Manoel Oribe, et qui réclame au nom des gouvernements de la Plata une réparation *solemnelle* pour l'aggression du Baron de Jacuhy contre la République Orientale.

Le soussigné ne peut s'empêcher de faire sentir à M. Guido, que le gouvernement impérial n'ayant pas

nhecido o Sr. D. Manoel Oribe como presidente da Republica Oriental, não pôde admitir uma reclamação solenne feita nessa qualidade, e bem assim que a simples e unica circumstancia de ser o governo da Confederação Argentina alliado daquelle general, muito principalmente ignoradas a extensão e condições de uma alliança, não é bastante para autorisar aquelle governo a pedir, por seu ministro, reparação solenne por factos semelhantes áquelles a que allude o Sr. Guido em sua nota.

Se o Sr. Guido não pôde, por falta de poderes e de caracter, admitir as reclamações do governo imperial pelos agravos que tem soffrido subditos brasileiros na Banda Oriental, é evidente que por essa mesma falta não pôde pedir reparações solennes por factos que tem sua principal origem naquelles agravos.

Comtudo o abaixo assignado, no interesse das boas relações entre o Imperio e seus vizinhos, e na esperança de que estes finalmente se resolverão a adoptar as providencias que unicas podem fazer desaparecer completamente os factos de que se queixa o Sr. Guido, não se recusa a discuti-los, remontando á sua origem.

Os factos de que se queixa o Sr. Guido em a sua nota são factos que por vezes se tem repetido em maior ou menor escala, por uma e outra parte, que não tem uma causa e côr politica, que são provocados pelo ferimento de importantes interesses particulares, e pelo estado de comixtão em que se acha a população das nossas fronteiras, e produzidos pela fermentação e excitamento, resultante de causas que o governo imperial não pôde fazer desaparecer.

Desde o anno de 1845 principalmente, tem os presidentes da provincia de S. Pedro do Sul representado contra as vexações que soffrião os brasileiros no Estado Oriental.

Em data do 1.º de Agosto de 1845 dizia ao governo imperial o presidente Conde de Caxias: « Na inclusa » representação que em data de 7 de Julho findo me » dirigirão varios cidadãos brasileiros com fazendas no » Estado Oriental, reclamão elles providencias a respeito » dos prejuizos que estão soffrendo, em virtude das » ordens do general Oribe, que não só lhes prohibe que » marquem seus gados e beneficiem suas fazendas, mas » até que vendão ou passem para esta provincia animaes » de suas propriedades, ao mesmo passo que as forças » daquelle estado os vão esbulhando de seus bens, » como bem lhes apraz... limitando-me nesta occasião » a assegurar a V. Ex. que tudo quanto os supplicantes » expendem é verdade. »

Sobre esses e outros factos semelhantes que se seguirão, representou, por ordem que teve, a legação imperial em Montevideo ao Sr. general Oribe, como se vê da nota junta por copia datada de 5 de Novembro de 1845. Entre os factos ali apontados sobresahem os seguintes:

A prohibição aos proprietarios brasileiros de marcar

reconnu M. D. Manoel Oribe comme président de la République Orientale, ne peut admettre aucune réclamation solennelle faite par lui en cette qualité, et que le seul fait d'une alliance entre le gouvernement de la Confédération Argentine et ce général, surtout quand la portée ni les conditions n'en sont connues, ne suffit pas pour autoriser ce gouvernement à faire demander par son ministre une réparation solennelle pour des faits semblables à ceux auxquels M. Guido fait allusion dans sa note.

Si M. Guido manque de pouvoirs et de caractère public pour accepter les réclamations du gouvernement impérial à l'occasion des griefs des sujets brésiliens dans la Bande Orientale, il est évident qu'il en manque aussi pour des faits qui dérivent principalement de ces mêmes griefs.

Toutefois dans l'intérêt des bonnes relations entre l'Empire et ses voisins, et dans l'espoir que ceux-ci se décideront enfin à prendre les seules mesures qui puissent faire complètement disparaître les faits dont se plaint M. Guido, le soussigné ne se refuse pas à les discuter, en remontant à leur source.

Les faits dont se plaint M. Guido dans sa note sont du nombre de ceux qui se sont par fois répétés de part et d'autre sur une plus ou moins grande échelle, qui sans avoir aucune cause ni couleur politiques, proviennent de graves intérêts particuliers lésés, ainsi que de la fusionnement des habitants de nos frontières, et qui sont produits par une excitation due à des causes sur lesquelles le gouvernement impérial ne peut évidemment avoir de prise.

Depuis l'année 1845 surtout, les présidents de la province de S. Pedro ont représenté contre les vexations qu'ont soufferts les brésiliens dans l'Etat Oriental.

Le premier Août 1845, le président comte de Caxias s'adressait au gouvernement en ces termes: « Plusieurs » brésiliens possesseurs de fermes dans l'Etat Oriental » m'ont envoyé la représentation ci-jointe, datée du » 7 Juillet dernier en réclamant des mesures pour » mettre un terme aux dommages qu'ils éprouvent » par suite d'ordres émanés du général Oribe, lequel » non seulement leur défend de marquer leur bétail » et d'améliorer leurs fermes, mais aussi de vendre » ou faire passer dans cette province les animaux qui » leur appartiennent. Lorsque, d'un autre côté, les » troupes de cet Etat les dépouillent de leurs biens » comme bon leur semble... Je me borne pour le » moment à garantir à Votre Excellence la vérité de » tout l'exposé des pétitionnaires. »

La légation impériale à Montevideo, d'après les ordres qu'elle avait reçus adressa ses représentations au général Oribe sur ces faits et autres semblables qui se sont succédés, comme on peut voir par la copie de la note ci-jointe du 5 Novembre 1845. Parmi ceux qui furent signalés alors les plus frappants sont ceux qui suivent:

Défense aux propriétaires brésiliens de marquer leur

o gado, e fazer outros actos necessarios para a manutenção das respectivas fazendas, concedendo-se-lhes apenas castrar os touros e domar os potros.

A obrigação de carnear debaixo da inspecção de individuos que disso se dizem encarregados, levando a oppressão e o vexame ao excesso de privarem os proprietarios dos couros de suas rezes, constringendo-os a entregarem esta parte de sua propriedade ao commandante do destacamento mais proximo.

A prohibição de vender ou passar para a provincia do Rio Grande do Sul animaes de qualquer especie, ao passo que forças pertencentes ao exercito commandado pelo Sr. general Oribe praticavão a seu arbitrio, nas fazendas e bens dos proprietarios brasileiros, aquelles mesmos actos que aos proprietarios erão tolhidos, e que, á vista dos mais obvios e vulgares principios de direito, apenas aos proprietarios podem ser licitos e permittidos.

A resposta áquella nota dada pelo Sr. Villademoros, em data de 24 de Novembro de 1845, procurando attenuar e explicar esses factos, não deixa de reconhecer a sua existencia.

O bloqueio dos portos da Banda Oriental, que se seguiu depois, veio fazer desaparecer as causas dessas queixas e reclamações, porque força era que o Sr. general Oribe procurasse uma sahida para os gados e commercio do territorio Oriental na provincia do Rio Grande do Sul.

Foi portanto a lei da necessidade, e não uma justa attenção pelas reclamações do Brasil, o motivo do desaparecimento temporario daquelles vexames.

E tanto é assim que, levantado o bloqueio em 1847, reapparecerão logo esses vexames e violencias para os brasileiros estabelecidos além do Quarahim.

Em 8 de Março de 1847, representava ao governo imperial o senador Manoel Antonio Galvão, então presidente da provincia de S. Pedro do Sul, nestes termos: « Sofrendo os subditos de S. M. vexações sem exemplo, atrocidades ineríveis no Estado Oriental, sem outro motivo que o de não tomarem uma parte activa na mesma luta, e de não se quererem sujeitar a derramas arbitrarías, e uma ou outra vez pelo facto de empregarem força para relhaver a propriedade esbulhada e arrancada violentamente. »

No mesmo sentido representou novamente esse presidente em datas de 10 de Julho e 14 de Agosto de 1847, e o vice-presidente João Capistrano de Miranda e Castro em 1.º de Abril de 1848.

No mesmo sentido representou o general Andréa em Agosto de 1848, e em data de 9 de Fevereiro de 1849, acrescentava: « A prohibição da passagem de gados para este lado, tirados das estancias que os

bétail et de faire d'autres opérations nécessaires à l'entretien de leurs fermes (fazendas) où il leur est à peine permis de châtrer les taureaux et de dompter les poulains.

Obligation imposée à ces mêmes propriétaires de ne tuer (carnear) leurs boeufs que sous les yeux de certains individus soi-disant chargés d'un contrôle, les quels poussent l'oppression et les vexations au point de priver les propriétaires des cuirs de leur bétail, en les forçant à délivrer cette partie de leurs biens au commandant du détachement le plus proche.

Prohibition de vendre ou de faire passer dans la province de Rio Grande du Sud tous animaux de quelque espèce que ce soit, tandis que des forces militaires sous les ordres du général Oribe exercent à leur gré dans les fermes et les propriétés des brésiliens, les mêmes actes interdits aux propriétaires, actes qui selon les principes les plus clairs et les plus communs du droit sont exclusivement la conséquence du droit de propriété.

La réponse donnée à la note ci-dessus par M. Villademoros en date du 24 Novembre 1845, quoique cherchant à atténuer et à expliquer cet ordre de choses, ne fait qu'en avouer l'existence.

Le blocus des ports de la Bande Orientale qui suivit, fit disparaître les causes de ces plaintes et de ces réclamations, parce que M. le général Oribe dut forcément se procurer un débouché pour le bétail et le commerce du territoire Oriental dans la province du Rio Grande du Sud.

Ce fut donc par la loi de la nécessité, et non par égard pour les réclamations du Brésil, que l'application de ces mesures oppressives fut discontinuée pendant quelque temps.

La preuve en est qu'une fois le blocus de 1847 levé, on vit aussitôt se renouveler les vexations et les violences contre les brésiliens établis au de là du Quarahim.

Le sénateur Manoel Antonio Galvão, président de la province de S. Pedro du Sud, se plaignit au gouvernement impérial, le 8 mars 1845, en ces termes: « Les sujets de Sa Majesté continuent à souffrir des vexations sans exemple et des atrocités incroyables dans l'Etat Oriental, sans autre motif que de n'avoir pris aucune part active dans cette lutte, de ne pas vouloir se soumettre à des contributions arbitraires, et d'avoir employé la force à plusieurs reprises pour rentrer dans les biens dont on les avait violemment dépouillés. »

C'est dans le même sens que ce président s'exprima de nouveau le 10 Juillet et 14 Août 1847, ainsi que le vice-président João Capistrano de Miranda et Castro le premier Avril 1848.

Le général Andréa en fit autant au mois d'Août 1848; et il ajoutait à la date du 9 Février 1849: « L'interdiction de tout passage dans cette province du bétail provenant des fermes (estancias) que les

brasileiros ali possuem, é um facto, e é cumprida com todo o rigor, ao menos em toda a fronteira de Quarahim. O coronel Lamas desculpa esta violência pela necessidade, não só de conservar, como de augmentar a criação do gado, visto ter-se conhecido que o consumo, ou, melhor dito, o estrago é superior á produção annual: mas é bem claro que os novillos chegados a corte em nada concorrem para o augmento da produção annual; e assim vem a ficar o unico motivo o obrigar a todos a levarem os seus gados ás charqueadas do Bucoo, onde se lhes offerece 20 reales por cabeça, que são 2 pesos e meio, e pouco mais produz isto do que as despesas de condução. Acresce a este mal que essas charqueadas estão ainda mal montadas, e não passam de 3 ou 4, e deste modo quaesquer 5 ou 6 mil rezes lhes dão que fazer por muitos dias, e as tropas que concorrerem nesse tempo definharão, e não haverá quem as compre. Além desta violência quanto ao modo por que é permitido aos estancieros desfrutarem as suas estancias, accresce a outra do levantamento de muitas milrezes, de tempos a tempos, para o sustento das forças do general Oribe, e para outras despesas; e esta violência nem ao menos tem a forma de contribuição, mesmo excessiva que fosse, porque lhe falta a igualdade da distribuição, que os amigos e protegidos nada soffrem, e os outros tudo. Estes factos e a restrição com que o coronel Lamas cumpre as ordens, tem posto a brasileiros moradores entre Quarahim e o Arapay em tal irritabilidade, que, se não for attendido o requerimento que fizerão, se tornará talvez inevitavel algum acto de desesperação.

Os brasileiros sujeitos a esses vexames e extorsões tem procurado, como era natural, reagir e subtrahir-se a ellas, com o que tem reatuescido as medidas tomadas, e augmentado a exacerbação dos espiritos.

Dahi provierão o sequestro em propriedades do barão de Jacuhy, e os que consta haverem sido feitos em bens de outros brasileiros; e por certo que estas medidas, sempre odiosas, não erão proprias para acalmar animos irritados desde longo tempo.

Erão tambem pouco proprias para os acalmar a invasão, saque e incendio e assassinatos em 10 de Outubro proximo passado na estancia de Francisco das Chagas Araujo Ribeiro, abaixo da villa Uruguayana, por uma partida de Correntinos, e que fez objecto da nota do abaixo assignado, ao Sr. Guido, datada de 26 de Dezembro proximo passado.

Todas estas causas de longo tempo agglomeradas e em fermentação, devião, attento o grande numero de brasileiros estabelecidos entre o Quarahim e o

brésiliens possédent de l'autre côté de la frontière est un fait accompli; et cette mesure est observée dans toute sa rigueur, du moins sur toute la frontière du Quarahim. Le colonel Lamas excuse cette violence par la nécessité d'entretenir autant que d'augmenter, l'élevage du bétail, attendu qu'on a reconnu que la consommation ou pour mieux dire le déchet, en surpasse la production annuelle; mais il est évident que le jeune bétail en état d'être abattu ne contribue en rien à l'accroissement de la production, de manière que le seul motif subsistant est d'obliger tout le monde à conduire son bétail aux établissements de salaison (charqueadas) du Bucoo, où l'on offre 20 reales de chaque tête, lesquels valent deux dollars et demi; ce qui couvre de peu les frais de transport. Il faut ajouter à cet inconvenient que ces *charqueadas* sont encore mal montées et ne dépassent pas le nombre de 3 ou 4; de sorte que 5 ou 6 mille boeufs leur donnant de quoi s'occuper pendant plusieurs jours, les troupeaux qui arrivent dans ce même temps dépérissent, et ne trouvent point d'acheteur. A cette violence quant à la manière dont on laisse aux fermiers la jouissance de leurs biens, il faut ajouter des levées de plusieurs milliers de têtes de bétail qui ont eu lieu de temps à autre pour l'alimentation des forces du général Oribe, et autres besoins du service. Cette exaction n'a pas même la forme d'un impôt quelque exorbitant que l'impôt alors dut paraître: car il lui manque l'égalité dans la répartition. Les amis et les protégés s'en trouvent exemptés, pendant que les autres en souffrent d'autant plus. Ces faits et la rigueur avec laquelle le colonel Lamas exécute les ordres qu'il reçoit ont tellement irrité les brésiliens établis entre le Quarahim et l'Arapéhy, que, si on ne prend pas en considération leurs doléances, il est fort à craindre qu'ils ne soient poussés à quelque acte de désespoir: ce qui est même comme inévitable.

Les brésiliens sous le poids de ces vexations et extorsions ont cherché tout naturellement à les repousser et à s'y soustraire, ce qui a augmenté, et la rigueur des mesures, et l'excitation des esprits.

De là est venu le séquestre des propriétés du Baron de Jacuhy et de plusieurs autres brésiliens, selon les informations reçues. Ces moyens toujours odieux n'étaient certainement pas les plus propres à calmer des esprits depuis longtemps exaspérés.

L'invasion, le pillage, l'incendie et les meurtres commis le 10 Octobre dernier dans les terres de Francisco das Chagas de Araujo Ribeiro, au dessous du Village d'Uruguayana, par une bande de Correntins, comme en a fait mention la note du soussigné adressée à M. Guido le 26 Décembre dernier; tous ces actes n'étaient pas non plus de nature à calmer l'effervescence.

Tant d'éléments facheux dès longtemps accumulés et à l'état de fermentation, devaient d'un jour à l'autre, vu le grand nombre de brésiliens établis entre

Arapey, as sympathias que excitão seus soffrimentos na provincia de S. Pedro do Sul, e a grande somma de interesses feridos, produzir mais dia menos dia uma explosão, em uma extensissima fronteira, que é impossivel guarnecer, e no meio de uma população irritada por tantos vexames e violencias.

Taes são as causas das reuniões que ultimamente tiveram lugar, e do procedimento havido pelo barão de Jacuhy. Enquanto essas causas subsistirem, hão de forçosamente apparecer os me-mos resultados, quaesquer que sejam as providencias dadas pelo governo imperial.

Os factos de que se queixa o Sr. Guido em sua nota não tem portanto uma causa politica. A proclamação do barão de Jacuhy, da qual o governo imperial sómente tem noticia por haver apparecido publicada em um jornal desta corte, e a carta do mesmo impressa no *Defensor* n.º 459, não são bastantes para qualificar o seu procedimento, como tendo uma causa e um fim politico.

O abaixo assignado reconhece que os inimigos do Sr. general Oribe e do governo da Confederação Argentina procurão aproveitar-se, em beneficio da sua causa, da irritação em que se achão a população da fronteira da provincia de S. Pedro, e os brasileiros estabelecidos além do Quarahim, dos quaes muitos se tem refugiado para essa provincia. Se os emigrados não achassem es-sas populações irritadas, e justamente, seriam baldados quaesquer esforços que fizessem para empenha-las em um passo que, indirectamente ao menos, pôde favorecer a sua causa.

Mas o que o abaixo assignado conclue dahi, e pensa concluir bem, é que, se o Sr. general Oribe e o governo argentino desejão sinceramente a paz e a tranquillidade nas fronteiras, e que procedimentos semelhantes ao do barão de Jacuhy não reapareçam e sejam explorados pelos seus inimigos, devem seriamente empenhar-se em fazer desaparecer as causas que os tem produzido, porque isso só d'elles depende.

O abaixo assignado reconhece que o estado de guerra é excepcional, e que um paiz que a soffre tem de adoptar muitas vezes medidas que na paz não toleraria.

Não pretende que os subditos brasileiros residentes na Banda Oriental sejam isentos de pagar os impostos que outros pagão, e dos regulamentos fiscaes e de policia, porque estão sujeitos ás leis do paiz onde vivem. Mas entre as medidas que permite o estado de guerra, nas circunstancias em que ella ali se acha, e a anniquilação completa e geral a que se acha reduzido o direito de propriedade dos brasileiros no Estado Oriental, ha muita distancia; nem o territorio comprehendido entre o Quarahim e Arapey tem sido o theatro de operações militares.

le Quarahim et l'Arapéhy, les sympathies dont leurs souffrances sont l'objet dans la province de S. Pedro, et la grande somme d'intérêts blessés, faire explosion d'une manière ou d'autre sur un point quelconque d'une frontière qui par son étendue ne peut être garnie et au milieu d'une population irritée de plus en plus par tant d'avanies et de misères.

Telles sont les causes des rassemblements qui ont dernièrement eu lieu, et de la conduite du baron de Jacuhy; et tant que ces causes subsisteront, on verra nécessairement se produire les mêmes effets, quelles que soient les mesures prises par le gouvernement impérial.

Par conséquent, les faits dont se plaint M. Guido dans sa note, n'ont aucune couleur politique. La proclamation du baron de Jacuhy, dont le gouvernement impérial n'a eu connaissance que par la publication qui en a été faite dans un journal de cette capitale, ainsi que sa lettre imprimée dans le *Defensor* n.º 459, ne suffisent pas pour qu'on puisse attribuer à ses démarches un motif et un but politiques.

Le soussigné reconnaît que les ennemis de M. le général Oribe et du Gouvernement Argentin, cherchent à se servir au profit de leur cause de l'irritation dans laquelle se trouvent et la population de la province de S. Pedro, et les brésiliens établis au delà du Quarahim, dont plusieurs se sont réfugiés dans cette province. Mais il est certain que si les émigrés n'y avaient pas trouvé la population dans l'état de juste exaspération où elle est, tous leurs efforts auraient été vains pour l'engager dans une entreprise qui, du moins indirectement, pouvait favoriser leur cause.

Le soussigné conclut de tout ce qui précède, et il croit logique sa conclusion, que si M. le général Oribe et le gouvernement argentin désirent sincèrement la paix et la tranquillité sur les frontières, et pour que des actes semblables à ceux du baron de Jacuhy ne se renouvellent pas, et ne soient pas exploités par leurs ennemis, ils doivent sérieusement s'engager à faire disparaître les causes qui les ont produits: ce qui ne dépend que d'eux mêmes.

Le soussigné admet que l'état de guerre est tout exceptionnel, et qu'un pays qui en souffre doit souvent adopter des mesures qu'il ne se permettrait point en temps de paix.

Il ne prétend pas que les sujets brésiliens établis dans la Banda Oriental soient exempts des impôts que d'autres paient, et de l'application des règlements de fisc et de police; car ils sont assujettis aux lois du pays où ils vivent. Mais entre les mesures qu'autorise l'état de guerre dans les circonstances où le pays se trouve, et l'annéantissement complet et général qui est venu frapper le droit de propriété des brésiliens dans l'Etat Oriental, la différence est grande; et au surplus, le territoire compris entre le Quarahim et l'Arapéhy n'a été le théâtre d'aucune opération militaire.

Procedimentos semelhantes ao do barão de Jacuhy podem ser sómente evitados por medidas tomadas simultaneamente pelo Sr. general Oribe e pelo governo imperial.

Pelo Sr. general Oribe, attendendo ás reclamações que tem sido feitas, e fazendo cessar os vexames e violências que tem soffrido os brasileiros na Banda Oriental, ou pelo menos permitindo que se retirem com seus gados, dispondo de outras propriedades. Destruida assim a causa, cessarão os effeitos.

Pela sua parte, o governo imperial, desejoso de manter a paz, tem feito tudo quanto podia fazer. Como o abaixo assignado tem por vezes feito ver ao Sr. Guido, foram expedidas todas as ordens e dadas as providencias necessarias para que fossem dispersas as reuniões que se procuravam formar na fronteira, e presos os seus autores. O barão de Jacuhy conseguiu illudilas pela extensão da fronteira, e sympathias que encontrou o seu procedimento. O governo imperial não o approvou, nem podia approvar, e por isso deu a esse respeito ao novo presidente da provincia de S. Pedro do Sul as ordens que entendeu convenientes, e por meio das quaes espera que não se reproduzirão factos semelhantes, principalmente se, como é de esperar, o Sr. general Oribe, e o governo Argentino pelo seu lado, contribuírem para que desapareçam as antigas e primordiales causas de semelhantes acontecimentos.

O abaixo assignado prevalece-se da occasião para reiterar ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração. — *Paulino José Soares de Souza.*

Ao Sr. D. Thomaz Guido.

ANEXO A NOTA SUPRA.

Nota da legação do Brasil a Montevideo ao general Oribe.

Hil.^{no} e Ex.^{no} Sr. — O governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil experimentou a mais dolorosa sensação com as queixas que lhe foram dirigidas, e com as informações que chegarão ao seu conhecimento, acerca do estado de oppressão e vexame de que são victimas os subditos do mesmo Augusto Senhor, proprietarios de fazendas de criação de gados nos campos da Republica Oriental. — Não era possível que o governo imperial visse com os olhos da indifferença tantos e tão repetidos factos, e por tal modo oppostos ás mais singelas noções do direito de propriedade, como sejam os factos diariamente praticados com aquelles proprietarios, já quando se lhes prohibe o marcar e fazer outros actos necessarios para a manutenção e prosperidade das respectivas fazendas, concedendo se-lhes apenas castrar os touros e domar

Des actes semblables à ceux du baron de Jacuhy ne peuvent être prévénus qu'au moyen de mesures prises simultanément et par M. le général Oribe et par le gouvernement impérial.

M. le général Oribe, dans cette donnée, ayant égard aux réclamations qui lui sont faites, et coupant court aux vexations et aux violences souffertes par les brésiliens dans la Bande Orientale, ou du moins leur permettant de se retirer avec leur bétail et de disposer à leur gré de toutes leurs autres propriétés. Les causes ainsi détruites, les effets cesseraient.

De son côté le gouvernement impérial désirant maintenir la paix, a fait tout ce qui dependait de lui dans ce but. Le sousigné a souvent fait voir à M. Guido qu'on avait expédié tout les ordres et pris toutes les mesures nécessaires pour la dispersion des rassemblements qui menaçaient de se former sur la frontière, et pour l'arrestation des instigateurs. Le baron de Jacuhy est parvenu à éluder ces précautions à cause de l'étendue de la frontière, et des sympathies que son entreprise a trouvées: entreprise du reste que le gouvernement impérial n'a pas approuvée; il ne pouvait le faire: aussi a-t-il donné à cet égard au nouveau président de la province de S. Pedro les ordres convenables et suffisants pour que rien de pareil n'arrivât plus; surtout si, comme il y a tout lieu de l'espérer, M. le général Oribe et le gouvernement argentin se prêtent, par leur concours, à faire disparaître les causes primitives, et déjà anciennes, de ces événements.

Le sousigné profite de cette occasion pour renouveler à M. Guido les expressions de sa parfaite estime et de sa considération distinguée. — *Paulino José Soares de Souza.*

ANNEE A LA NOTE PRÉCÉDENTE.

Note de la légation du Brésil à Montevideo au général Oribe.

Excellence.

Le gouvernement de S. M. l'Empereur a éprouvé le plus vif sentiment de peine en apprenant par les plaintes qui lui ont été adressées, et les informations qui lui sont parvenues l'état d'oppression et de souffrance auquel se trouvent réduits les sujets brésiliens propriétaires de fermes destinées à l'élevage des bestiaux sur le territoire de la République Orientale. — Le gouvernement impérial ne pouvait voir avec indifférence se répéter aussi souvent et en aussi grand nombre des faits contraires aux plus simples notions du droit de propriété, tels que ceux qui ont lieu chaque jour contre ces propriétaires, soit qu'on leur défende de marquer leur bétail et de faire d'autres opérations nécessaires au maintien et à l'amélioration de leurs fermes (fazendas), en leur accordant tout au plus la permission de châtrer les taureaux et de dompter les

os potros, já quando são obrigados a carnear debaixo da inspecção de indivíduos que disso se dizem encarregados, levando a oppressão e o vexame ao excesso de privarem os proprietários dos couros de suas rezes, constringendo-os a entregarem esta parte de sua propriedade ao commandante do destacamento mais próximo, e já quando se lhes tolhe vender ou passar para a provincia do Rio Grande do Sul animaes de qualquer especie, ao mesmo passo que forças pertencentes ao exercito commandado por V. Ex. praticão a seu arbitrio, nas fazendas e bens dos proprietários brasileiros, aquelles mesmos actos que aos proprietários são tolhidos, e que aliás, á vista dos mais obvios e vulgares preceitos de direito, apenas aos proprietários podem ser licitos e permittidos.

O governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil, em face portanto desses factos de uma natureza extraordinaria e insolita, me deu ordem positiva e terminante para que eu reclame de V. Ex., como desde já reclamo, as providencias necessarias e convenientes, asim de que cesse aquelle insupportavel estado de oppressão e vexame, ficando livre e salvo aos proprietários brasileiros de fazendas de criação de gado situadas nos campos do Estado Oriental não só castrar touros e domar potros, mas praticar nas suas respectivas fazendas todos os outros actos proprios do dominio, e dispor das mesmas fazendas e seus productos, como e para onde lhes aprouver, sem assistencia ou intervenção de terceiro, com autoridade publica ou sem ella, e sem que, debaixo de qualquer pretexto que seja, os privem de toda ou de parte, ainda a mais diminuta, de sua propriedade. — Comquanto os factos que dão lugar á presente reclamação tenham sido apresentados ao governo imperial como provenientes de ordens emanadas directamente de V. Ex., e praticados por pessoas que V. Ex. autorisára para a litteral execução das mesmas ordens, o governo de S. M. o Imperador do Brasil, apreciando, como deve, o respeito por V. Ex. professado sempre ao sagrado direito de propriedade, com o qual se achão na mais opposta contradicção os factos indicados, não hesita um momento em persuadir-se de que tudo nasce de abusos praticados por agentes subalternos contra a mente e espirito de quaesquer ordens de V. Ex., nas quaes alguma relação possa encontrar-se com o assumpto de que se trata, e possuido de iguaes convicções, eu me lisonjeio de que a presente reclamação ha de obter de V. Ex. as providencias mais salutaes no sentido desta mesma reclamação; mas quando além do respeito devido e guardado sempre ao direito de propriedade no seio das nações cultas e civilizadas, quer a propriedade esteja em mãos de nacionaes, quer a propriedade esteja em mãos de estrangeiros, fosse necessario offerecer ao animo recto e justo de V. Ex. alguma outra consideração igualmente ponderosa, eu poderia chamar a attenção de

poulains, soit qu'on les oblige à abattre leur bétail sous l'inspection d'individus qui, soi-disant chargés de ce contrôle, poussent l'oppression et la violence au point de priver ces propriétaires des cuirs de leurs bestiaux, en les contraignant à délivrer cette partie de leurs biens au commandant du détachement le plus proche, soit enfin qu'on leur interdise de vendre, ou de faire passer dans la province de Rio Grande du Sud quelque espèce que ce soit d'animaux, et cela, pendant que les forces militaires sous les ordres de Votre Excellence pratiquent à leur gré dans les fermes et sur les biens des propriétaires brésiliens les mêmes actes qu'on interdit à eux-ci; actes qui d'après les préceptes de droit les plus clairs et les plus communs appartiennent exclusivement et à peine encore aux propriétaires.

Le gouvernement de S. M. l'Empereur, en présence de ces faits isolés et d'une nature aussi extraordinaire, m'a ordonné de la manière la plus positive et la plus catégorique de réclamer de Votre Excellence des mesures convenables pour faire cesser cet insupportable état de choses, en laissant aux brésiliens qui possèdent dans les champs de l'Etat Oriental des fermes à bestiaux toute liberté, non seulement pour châtrer les taureaux et dompter les poulains, mais encore pour exercer dans leurs métairies toute les autres droits attachés à celui de propriété, ainsi que pour disposer à volonté de ces fermes, et donner à leurs produits la destination qu'il leur plaira, sans l'assistance ni l'intervention de tiers quelconque revêtu ou non d'une délégation publique, et sans qu'on les prive en tout ni partie de leurs biens, sous quelque prétexte que ce soit. Quoique les faits qui donnent lieu à cette réclamation aient été présentés au gouvernement impérial comme provenant d'ordres émanés de Votre Excellence, et commis par des personnes autorisées par elle, qui n'auraient qu'exécuté littéralement les ordres reçus, le gouvernement de l'Empereur, appréciant, comme il le doit, le respect que Votre Excellence a toujours professé pour le droit sacré de propriété, violé de la manière la plus patente, par les faits que je viens de citer, n'hésite pas un moment à se persuader que tout le mal vient des abus que commettent quelques agents subalternes contre le sens et l'esprit des déterminations de Votre Excellence dès qu'ils y trouvent quelque interprétation favorable aux vexations dont il s'agit. Pénétré de la même conviction, je me flatte que la réclamation actuelle obtiendra de Votre Excellence les mesures les plus salutaes dans le sens que j'y indique. Mais s'il était nécessaire d'offrir encore à l'esprit juste et droit de Votre Excellence quelque autre considération importante, outre celle du respect dû et toujours accordé chez les nations civilisées au droit de propriété (que la propriété se trouve dans les mains des nationaux, ou des étrangers), je pourrais appeler l'attention de Votre Excellence sur la conduite loyale que le gouvernement de l'Empereur a constamment tenue au

V. Ex. para o procedimento leal e constante do governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil na luta deploravel com que se dilacerão as republicas do Prata. A perfeita neutralidade do governo imperial e a maneira igual por que no territorio do Imperio são acolhidos e tratados os subditos de qualquer daquellas republicas, os sequazes de qualquer dos partidos que nas margens daquelle rio se debatem, seria de per si mais que sufficiente para exigir e alcançar dos belligerantes um procedimento analogo para com os subditos de Sua Magestade o Imperador residentes em territorio occupado e dominado pelas armas de qualquer desses mesmos belligerantes, procedimento com o qual se achia na mais completa des-harmonia o estado de oppressão e vexame que de facto acabrunha neste momento os subditos do Imperio proprietarios de fazendas de criação de gado nos campos da Republica Oriental do Uruguay. — Aproveito a oportunidade de offerecer a V. Ex. as expressões da minha consideração e respeito pela pessoa de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex. — Legação do Brasil em Montevideo, 5 de Novembro de 1845.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. D. Manoel Oribe. — O encarregado de negocios, *Rodrigo de Souza da Silva Pontes*.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1850, anno 41 da liberdade, 35 da independência e 21 da Confederação Argentina.

Illm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O governo encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, a cujo conhecimento o abaixo assignado teve a honra de levar a resposta datada de 8 de Março, que S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza deu á nota da legação argentina, de 13 de Fevereiro, relativa á invasão do barão de Jacuhy no Estado Oriental, ordenou ao abaixo assignado que rebatesse com as considerações seguintes os fundamentos deduzidos pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros, para declinar das medidas reclamadas em nome dos estados do Prata.

O governo argentino não tem podido ver senão como uma incoherencia notavel a denegação de caracter sufficiente em seu ministro nesta corte para reclamar contra todo o ataque ao Estado do Uruguay, procedente do territorio brasileiro; pois se o governo imperial não reconheceu até agora a autoridade presidencial do Exm. Sr. general D. Manoel Oribe, nem por isso se tem recusado a discutir com a legação argentina sobre tudo quanto tem relação com os inte-

milieu de la lutte qui ensanglante les républiques de la Plata. La neutralité parfaite du gouvernement impérial, et la manière égale dont il accueille et traite sur le territoire de l'Empire les citoyens des ces républiques, à quelque parti qu'ils appartiennent, seraient un motif plus que suffisant pour que le gouvernement impérial fût en droit d'exiger et d'obtenir des parties belligérantes des procédés analogues envers les sujets de S. M. résidants sur le territoire occupé et dominé par les armes d'un de ces belligérants; procédés avec lesquels contraste pleinement l'état d'oppression et d'arbitraire qui de fait accable dans ce moment les sujets de l'Empire propriétaires de fermes sur le territoire de la République Orientale de l'Uruguay.

Je profite de cette occasion pour offrir à Votre Excellence les assurances de ma considération et de mon respect pour sa personne.

Dieu Garde Votre Excellence. Légation du Brésil à Montevideo le 5 Novembre 1845. — Le chargé d'affaires, *Rodrigo de Souza da Silva Pontes*.

Note de la légation argentine au gouvernement impérial.

Vive la Confédération Argentine. — Rio de Janeiro le 16 Juin 1850, 41.^{ème} année de la liberté, 35.^{ème} de l'indépendance, et 21.^{ème} de la Confédération Argentine.

A Son Excellence Monsieur Paulino José Soares de Souza, du conseil de S. M. l'Empereur, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères.

Le soussigné ayant eu l'honneur de porter à la connaissance du gouvernement chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine la réponse que Son Excellence Monsieur Paulino José Soares de Souza a faite le 8 Mars, à la note de la légation argentine du 13 Février au sujet de l'invasion de l'Etat Oriental par le baron de Jacuhy, a reçu l'ordre de réfuter, par les considérations suivantes, les raisons produites par Monsieur le ministre des affaires étrangères pour décliner les mesures réclamées au nom des états de la Plata.

Le gouvernement argentin n'a pu que regarder comme une notable incohérence la dénégation d'autorité de son ministre près cette cour pour réclamer contre toute agression provenant du territoire brésilien contre l'Etat de l'Uruguay; car si le gouvernement impérial n'a pas reconnu jusqu'à présent, en qualité de président, Son Excellence Monsieur D. Manoel Oribe, il ne s'est toutefois pas refusé à discuter avec la légation argentine tous intérêts relatifs à ce pays :

resses daquelle paiz, entendendo-se algumas vezes com o presidente pelo intermedio do agente diplomatico brasileiro em Montevideo, quando lhe parecia conveniente.

Estes precedentes, em completo desacordo com a indicação de não admittir questões dessa suprema autoridade, complicão-se mais ainda quando nega ao governo argentino o direito de reclamar do Imperio contra factos que, sendo offensivos á sua alliança com o da Republica Oriental, atacão simultaneamente a um e outro.

Nem para sustentar essa politica pô le o governo imperial allegar sua ignorancia acerca da extensão e condições dessa alliança. Usando de um direito perfeito, derivado da convenção preliminar de 1828, interpellou ao abaixo assignado em 11 de Junho de 1842, sobre o motivo e o objecto dessa guerra, e ao abaixo assignado coube o honroso dever de satisfazê-lo, de uma maneira tão explicita e clara, que o governo de Sua Magestade aceitou sem reserva o inquestionavel titulo do argentino, para levar suas armas á Banda Oriental; e até offereceu sua alliança com a Confederação para debellar seu inimigo, annunciando mais tarde — que a entrada do general Oribe em Montevideo não seria razão para alterar sua neutralidade.

Se ao começar a guerra declarada á Confederação pela facção montevidéana, unida ao estrangeiro, pudesse haver hesitação sobre sua natureza e seus fins, os successivos acontecimentos tem por tal modo levantado o véo, que ninguém poderia de boa fé duvidar da affinidade de vistas das duas republicas da Prata, nem da identidade de seus perigos.

Então comprimida a republica do Uruguay pela força rebelde, precisava de meios para reivindicar seus direitos. A situação mudou, quando a opinião nacional encontrou apoio; e a reacção se tornou geral á sombra do exercito argentino, que continuava a reconhecer a suprema autoridade dignamente confiada ao general Oribe, que nenhuma innovação introduzia no systema organico do Estado Oriental, e que não abrigava aspiração contraria á sua mais completa independência.

O exercito argentino e a nação uruguayana dirigião-se a um mesmo inimigo na autoridade oppressora de Montevideo: um, considerando-a como autora da guerra a que a Confederação foi, a seu pezar, forçada, e o povo oriental, não vendo nella senão o aborto de um motim militar, e um cego instrumento da politica estrangeira. Commun veio a ser desde logo o interesse do triumpho, e, por uma consequencia inseparavel da unidade de fins, os governos da Prata chegarão á

et, quand il l'a jugé convenable, il s'est même entendu avec ce président par l'entremise de l'agent diplomatique du Brésil à Montevideo.

Ces précédents qui sont complètement contraires à la prétention de ne pas admettre des réclamations de cette autorité suprême, font encore complication nouvelle, du moment qu'on refuse au gouvernement argentin le droit de réclamer près l'Empire contre des faits qui étant attentatoires à son alliance avec le gouvernement de la République Orientale, attaquent simultanément l'un et l'autre.

Le gouvernement impérial pour justifier cette politique ne peut même alléguer ignorance de la portée et des conditions de cette alliance. En usant d'un droit parfait qu'il dérive de la convention préliminaire de 1828, il a interpellé le sousigné le 11 Juin 1842, sur le motif et l'objet de cette guerre, et le sousigné a eu l'honneur de répondre : ce qu'il a fait d'une manière si explicita et si claire, que le gouvernement de S. M. a reconnu sans réserve le droit, qu'on ne peut du reste contester au gouvernement argentin, de porter ses armes dans la Banda Orientale; et il a offert même son alliance à la Confédération pour combattre son ennemi, annonçant en suite que l'entrée du général Oribe à Montevideo ne serait pas une raison pour lui de changer sa position de neutre.

Si dans le commencement de la guerre qui fut déclarée à la Confédération par la faction de Montevideo, unie à l'étranger, on a pu concevoir quelque méfiance relativement à sa nature et à ses tendances, les événements subséquemment se sont développés de telle manière, que personne aujourd'hui ne saurait de bonne foi douter ni de l'affinité de vues des deux républiques de la Plata, ni de l'identité de leurs périls.

Comme la république de l'Uruguay était alors comprimée par les troupes rebelles, elle manquait de moyens pour revendiquer ses droits. La situation changea quand l'opinion nationale trouva un appui; et la réaction fut générale à l'ombre de l'armée argentine, qui continuait à reconnaître l'autorité suprême dignement confiée au général Oribe, celui-ci ne faisant aucune innovation dans le système organique de l'Etat Oriental, et ne nourrissant aucune arrière-pensée contraire à son indépendance la plus complète.

L'armée argentine et la nation de l'Uruguay s'adressaient au même ennemi en se dirigeant à l'autorité qui opprimait Montevideo: l'armée argentine la considérait comme la cause de la guerre que la Confédération se voit forcée de faire malgré elle, et le peuple oriental ne l'envisageait que comme le produit d'une révolte de soldats, et l'instrument aveugle de la politique étrangère. L'intérêt du triomphe devint aussitôt commun, et par une conséquence inséparable

alliança mais íntima, sem necessidade de outro pacto do que o instinto de sua mútua defesa.

Depois de 7 annos de exhibição constante da política dos dous estados, depois que as negociações com os poderes interventores tem espargido a luz sobre os desinteressados designios do governo argentino, não é comprehensivel que o do Brasil ignore ainda as condições dessa alliança.

Se o governo de S. M. Imperial se tem negado a reconhecer como legitima a autoridade do general Oribe, não obstante o suffragio dos nove departamentos do Uruguay, e de sua inequivoca resolução de sustenta-la; se tem preferido continuar a entender-se com o governo intruso de Montevideo, não se perde nem se debilita por isso a coalizão de ambas as republicas; e quando o Sr. ministro não visse no plenipotenciario argentino o representante dessa alliança, não poderia negar-lhe caracter bastante para exercer os direitos do belligerante argentino na Banda Oriental.

Deslindar o que pudessem causar damno áquella republica, sem prejudicar igualmente ao exercito argentino naquella territorio, seria para o abaixo assignado um trabalho superior á sua intelligencia; e emquanto o Sr. Paulino não se servir demonstra-lo, a legação insistirá em declarar — que aggressões como as do barão de Jacubhy ou qualquer acto externo, calculado para perturbar a Banda Oriental, para enfraquecer as forças colligadas, e para comprometter o exito da contenda, apoiando de qualquer maneira aos inimigos da Confederação, entrão particularmente na jurisdicção diplomatica de seu representante, a que lhe não é permitido renunciar.

O abaixo assignado categoricamente repellio, por nota de 18 de Maio de 1847, uma igual restricção que lhe pretendeu impôr o barão de Cayrú, pela sua communicação de 12 de Abril daquelle anno, e a legação estava persuadida de que, discutidas posteriormente entre ella e o governo imperial todas as questões de fronteira relativas ao Estado Oriental, inclusive as occorridas no ministerio do Sr. Paulino, a competencia da legação argentina ficava fóra de ulterior controversia.

Não é portanto sustentavel que não tenha o abaixo assignado podido, por desautorizado, admittir reclamações do Brasil por quaesquer aggravos contra brasileiros na Banda Oriental. A correspondencia com o abaixo assignado attesta. Sr. ministro, o contrario, e entre os dados que poderia compulsar, S. Ex. permitirá citar-lhe as palavras da legação de 13 de Agosto de 1848, dirigidas ao Sr. Souza Franco:

« Para fixar meu juizo, e reivindicar o credito do meu governo, tenho a honra de pedir a S. Ex. o Sr. Souza Franco me manifeste se tem sido presente ao

de l'unité de vues, les gouvernements de la Plata en vinrent à l'alliance la plus intime, sans qu'ils eussent besoin d'autre pacte que de celui qui leur était inspiré par l'instinct de leur défense mutuelle.

Il est incompréhensible que le Brésil puisse encore ignorer les conditions de cette alliance après la manifestation constante pendant 7 ans, de la politique des deux états, et depuis que les négociations avec les puissances intervenantes ont mis si pleinement en lumière les vues désintéressées du gouvernement argentin.

Si le gouvernement de S. M. impériale s'est refusé à reconnaître comme légitime l'autorité du général Oribe, malgré le suffrage des 9 Départemens de l'Uruguay, et malgré leur résolution non équivoque de la maintenir; s'il préfère continuer à s'entendre avec le gouvernement intrus de Montevideo, la coalition n'y perd rien, ni ne s'en affaiblit; et quand même Monsieur le ministre ne voudrait pas reconnaître le plenipotentiaire argentin comme représentant de cette alliance, il ne pourrait toutefois lui contester assez d'autorité pour exercer les droits du belligérant argentin dans la Bande Orientale.

Il serait audessus de l'intelligence du sousigné d'expliquer ce qui pourrait nuire à cette république sans nuire également à l'armée argentine qui se trouve sur ce territoire; et à moins que Monsieur Paulino ne veuille bien démontrer le contraire, la légation insistera en déclarant — que des aggressions comme celles du baron de Jacubhy, ou tout autre acte extérieur calculé pour troubler la Bande Orientale, ou affaiblir les forces coalisées, et compromettre le succès de la lutte en protégeant d'une manière quelconque les ennemis de la Confédération, sont particulièrement du ressort diplomatique de son représentant lequel ne peut pas même s'abstenir d'en exercer le droit.

Le sousigné repousa catégoriquement par sa note du 18 Mai 1847 une pareille restriction que le baron de Cayrú voulut lui imposer par sa note du 12 Avril de la même année: et la légation s'était persuadée que toutes les questions relatives aux frontières avec l'Etat Oriental, ayant été débattues postérieurement entre elle et le gouvernement impérial, en y comprenant celles qui se présentèrent pendant le ministère de Monsieur Paulino, la compétence de la légation argentine était en hors de toute controverse ultérieure.

On ne peut donc pas soutenir que le sousigné par manque d'autorisation n'a pas pu admettre des réclamations du Brésil au sujet de griefs quelconques de brésiliens établis dans la Bande Orientale. La correspondance avec le sousigné, Monsieur le ministre, atteste le contraire; et parmi les précédents que le sousigné pourrait invoquer, Son Excellence lui permettra de citer les paroles adressées à Monsieur Souza Franco par la légation le 13 Août 1848.

« Pour fixer mes propres idées, et maintenir le crédit de mon gouvernement, j'ai l'honneur de prier Son Excellence M. Souza Franco de vouloir bien

« governo imperial reclamações legalizadas e dignas de fé, acerca de violências ou offensas de qualquer natureza que sejam, executadas contra subditos de S. M. no territorio argentino ou no do Uruguay, sob a jurisdição de S. Ex. o presidente general Oribe, que tenham ficado impunes em um e outro estado, por falta de acção das leis, da autoridade publica. »

Um anno antes, a 18 de maio de 1847, repellindo o abaixo assignado as allusões a assassinatos de brasileiros que se dizião perpetrados por partidas do exercito aliado, sem outro fundamento mais do que uma lista de nomes, declarava ao ministerio :

« Que não podendo reconhecer em governo algum o direito de envolver ao seu em acontecimentos despidos de authenticidade e de provas, e precisando deste caracter a relação indicada, repellia em nome do estado aliado a imputação que se apoiava em tão fragil motivo, e rogava ao Sr. ministro que, fazendo investigações dignas do zelo do governo de S. Magestade a favor de seus subditos, se servisse transmittir ao abaixo assignado todos os esclarecimentos sufficientes para rastrear o crime, declarando, como declarava, em fé do seu governo, e em homenagem á Republica Oriental, que *os delinquentes uma vez conhecidos, serão exemplarmente castigados.* »

À vista desta exigencia da legação, deste juizo severo, sobre toda a violencia que se houvesse commettido nos estados do Prata contra brasileiros; á vista, enfim, dessa solemne promessa de condemnar os offensores, como poderia considerar-se a legação argentina inhabilitada para admitir reclamações que ella mesmo provocava?

Assim, as representações citadas pelo Sr. ministro, dos presidentes da provincia de S. Pedro, desde 1845, acerca dos vexames feitos a brasileiros, na Banda Oriental, sem designar-se casos, pessoas, nem lugares, e archivados até agora na chancellaria ministerial, provarão, quando muito, a existencia de informações dadas pelos interessados, mas nunca um facto, e muito menos uma queixa attendivel contra as autoridades limitrophes, inexoraveis para com o crime.

De posse pois o abaixo assignado de representação bastante, tanto para receber as reclamações imperiaes concernentes ao territorio occupado pelo exercito confederado oriental e argentino, como para formula-las ante o gabinete de Sua Magestade, tem o abaixo assignado ordem de repeliir, em nome do seu governo, por si e como aliado do da Republica Oriental, a qualificação feita pelo Sr. ministro da empresa de vandalismo do barão de Jacuhy e outros brasileiros, unidos a anarchistas orientaes e argentinos refugiados no Rio Grande.

« declarar si le gouvernement impérial a reçu des réclamations légales et dignes de foi contre des violences et des offenses de quelque nature que ce soit faites à des sujets de S. M. sur le territoire argentin, ou sur celui de l'Uruguay dans la limite de la juridiction de Son Excellence le président général Oribe, qui soient restées impunies dans les deux états par le manque d'action des lois, et de l'autorité publique. »

Le soussigné en réfutant un an auparavant les allusions faites à des assassinats de brésiliens qu'on disait commis par des partis de l'armée alliée, sans autre preuve qu'une simple liste de noms, déclarait au ministère le 18 Mai 1847:

« Qu'il ne pouvait admettre qu'un gouvernement quelconque eût le droit de compromettre le sien au sujet d'événements dépourvus d'authenticité et de preuves, et vu que la susdite liste se trouvait dans ce cas, il rejetait au nom de l'Etat son allié l'imputation qui s'appuyait sur un fondement si fragile, et priait M. le ministre de vouloir bien transmettre au soussigné, après avoir fait toutes les investigations dignes du zèle du gouvernement de S. M. en faveur de ses sujets, le « éclaircissements nécessaires pour suivre à la piste les criminels, déclarant comme il le déclarait, pour preuve de la bonne foi de son gouvernement, et comme hommage rendu à la République Orientale, *qu'aussitôt que les coupables seraient découverts, ils seraient punis d'une manière exemplaire.* »

Après cette exigence de la légation, ce jugement sévère sur toute violence faite dans les états de la Plata à des brésiliens, et enfin cette solennelle promesse de condamner les criminels, comment la légation argentine ne pourrait-elle pas se considérer autorisée à admettre des réclamations qu'elle même provoque?

Ainsi, les représentations des présidents de la province de S. Pedro depuis 1845 citées par M. le ministre au sujet des vexations exercées contre des brésiliens dans la Bande Orientale, sans désignation des cas, des personnes et des lieux, et qui sont restées jusqu'à présent dans les archives de la chancellerie du ministère, prouveraient au plus l'existence d'informations données par des intéressés, mais jamais un fait, et bien moins une plainte admissible contre les autorités des frontières qui sont inexorables envers le crime.

Le soussigné étant donc revêtu du caractère public nécessaire non seulement pour recevoir les réclamations impériales concernant le territoire occupé par l'armée confédérée, orientale et argentine, mais aussi pour les formuler près le cabinet de S. M., a reçu l'ordre de son gouvernement de repousser de sa part, et comme allié du gouvernement de la République Orientale, la qualification donnée par M. le ministre à l'acte de vandalisme du baron de Jacuhy, et autres brésiliens unis aux anarchistes orientaux et argentins réfugiés dans le Rio Grande.

Taes factos, jámais commettidos por individuos ou forças legaes dos estados vizinhos, revelão claramente sua cõrpolitica, e não podem ser admittidos, segundo a versão ministerial, como *« provocados pelo ferimento de importantes interesses particulares, e pelo estado de commixão em que se achava povoação das fronteiras do Imperio, e produzidos pela fermentação e excitamento, resultante de causas que o governo imperial não pôde fazer desaparecer. »*

A tendencia ostensiva e verdadeira dessas manobras tem sido preparar e desenvolver uma guerra entre o Brasil e as republicas do Prata, por meios indignos das nações cultas; e não tem dependido de seus autores, mas sim de seus reveses, a suspensão de seu vergonhoso procedimento.

O delegado do governo de Sua Magestade, general Andréa, ex-presidente do Rio Grande, o denuncia a seu successor em termos precisos, em seu relatório official, ao entregar-lhe a administração daquella provincia.

*« Da louca pretensão de uma guerra contra nossos vizinhos (diz o Sr. Andréa) se originou outra prior ainda, e por cabeças mais elevadas, de obrigar o governo a sujeitar-se á vontade de alguns agitadores, acompanhando a sanha dos bandos anarchicos que fizeram organisar, para aggre-
dir o Estado Oriental, pelo ataque das forças empregadas na guarda de suas fronteiras, e para arrebanharem quanto gado pudessem, seu ou alheio, assim de passa-lo áquem da linha. »*

Para desconhecer essa tendencia seria necessaria uma preocupação de animo que não é de presumir-se no governo do Brasil. Esta aggressão do barão de Jacuhy não é uma aventura improvisada; mas sim o desenvolvimento de outras operações em maior escala, concertadas ha muito tempo contra o Estado Oriental, já pelos selvagens agitadores asylados no Rio Grande, já simultaneamente por subditos de Sua Magestade, protegidos por autoridades do Imperio, e até agora impunes, a despeito de representações constantes do governo argentino. A hostilidade incessante por longa serie de annos descobre uma fonte tão profunda, como impura, desse systema fatal para os tres estados, organizado no Rio Grande do Sul.

E como poderiam occultar-se ao governo imperial as vistas sinistras de Francisco Pedro de Abreu, quando seus libellos, com o titulo de proclamações aos Rio-Grandenses e a todos os Brasileiros as revelão manifestamente? O Sr. Paulino os teve presentes, publicados nos periodicos do Brasil; e o silencio do cabecilha sobre essas mesmas proclamações, espalhadas com profusão pela provincia de S. Pedro, prova sua autenticidade, e dá o fio da combinação.

Ces actes dont jamais d'analogie n'a été commis par des individus, ou par des forces légales des états voisins ont clairement une couleur politique, et ne peuvent être admis selon la version ministérielle *« comme étant provoqués par les atteintes faites à d'importants intérêts particuliers, dans l'état de fusion où se trouve la population des frontières de l'Empire, et produits par la fermentation, par l'excitation résultant de causes que le gouvernement impérial ne peut pas faire disparaître. »*

La tendance ostensible et réelle de ces manœuvres est de préparer et d'allumer une guerre entre le Brésil et les Républiques de la Plata par des moyens indignes des nations civilisées, et la cessation de si honteuses initiatives n'est pas due à la volonté des agitateurs, mais bien à leurs revers.

Le délégué du gouvernement de S. M., le général Andréa, ex-président de Rio Grande, en avertit son successeur en termes précis dans son rapport officiel quand il lui remit l'administration de cette province.

La folle prétention de faire la guerre à nos voisins (dit Monsieur Andréa) en fait naître une autre encore pire, suggérée par des personnes plus haut placées, et qui tendait à forcer le gouvernement à se soumettre à la volonté de quelques agitateurs, pour attaquer au gré de la fureur des factions anarchiques qu'ils ont organisées, l'Etat Oriental par les forces même employées à la surveillance de ses frontières, pour rassembler tout le bétail possible à eux appartenant ou à d'autres, et le faire passer en deça de la ligne.

Pour méconnaître cette tendance il faudrait être possédé d'une préoccupation d'esprit qu'on ne peut présumer dans le gouvernement du Brésil. L'aggression du baron de Jacuhy, n'est pas une aventure improvisée; c'est le développement sur une plus grande échelle d'autres opérations qui ont été concertées depuis longtemps contre l'Etat Oriental, soit par les sauvages agitateurs qui se sont réfugiés dans le Rio Grande, soit simultanément par eux et des sujets de S. M., les uns et les autres protégés par des autorités qui n'ont pas été punies jusqu'à présent malgré les représentations continuelles du gouvernement argentin. Ces hostilités qui se renouvellent sans cesse depuis une longue suite d'années, découvrent de plus en plus la source aussi profonde qu'impure de ce système fatal aux trois états, qui a été organisé dans le Rio Grande.

Et comment le gouvernement impérial pourrait-il ignorer les vues sinistres de Francisco Pedro d'Abreu quand ses pamphlets sous le titre de *« proclamações aux habitants de Rio Grande, et à tous les brésiliens — »* les révèlent si clairement? Monsieur Paulino les a vus publiés dans les journaux du Brésil; et le silence de ce chef sur ces proclamações répandues avec profusion dans la province de S. Pedro prouve leur authenticité, et donne le fil de la combinaison.

Não ha semelhança possível entre essa guerra, ora subterranea, ora estrepitosa, com o caso fortuito na fronteira de Corrientes, a que o Sr. ministro allude. O saque e os assassinatos commettidos em 10 de Outubro na estancia do Sr. Araujo Ribeiro devêrão exasperar justamente; mas o abaixo assignado, com a declaração do Sr. governador de Corrientes, não só repellia a responsabilidade da republica por esse atroz delicto, como mesmo prometteu a perseguição e castigo de seus perpetradores, sahidos dos bosques do Uruguay.

Os vexames que o Sr. Paulino assevera terem soffrido os brasileiros na campanha oriental mal podem ser apreciados desde que S. Ex. toca neste ponto tão vagamente que impossibilita toda a discussão; mas, designando o Sr. ministro com especialidade o occorrido na propriedade do barão de Jacuhy e de outros em igual caso na Banda Oriental, o abaixo assignado accita a citação como corollario que esclarece o facto.

O embargo das propriedades do barão e os que o Sr. Paulino afirma terem sido impostos em bens de outros brasileiros são o resultado da defraudação dos direitos fiscaes pela subtração clandestina de gados proprios e alheios, e pela reincidencia em roubos, cuja restituição seria a menor pena.

O abaixo assignado enviou ao Sr. ministro um summario judicial com *quatorze* declarações do capataz e piães do barão; todas conformes para provar os tres contrabandos, em outras tantas entradas do barão de Jacuhy no Estado Oriental, e a depredação dos gados alheios, arrebatados com a cooperação dos declarantes.

O abaixo assignado espera todavia o resultado da direcção dada a esse summario pelo governo de S. M., para esclarecer a verdade; e omittio enviar-lhe *mais* *onze* contra outros brasileiros que se queixão de *vexames*, porque são sorprendidos na exportação furtiva de gados para o Rio Grande, iludindo as ordens municipaes, e buscando fortuna á custa dos Orientaes e de seus proprios concidadãos laboriosos e honrados.

Os brasileiros envolvidos no contrabando do barão tiveram indulto do Sr. presidente Oribe, e forão restituídos a seus lares; e o estabelecimento não ficou sob embargo, senão enquanto o barão não pagasse ao thesouro oriental o imposto devido pelos gados que della extrahio.

O Sr. ministro foi informado pelo abaixo assignado com as proprias informações do general Oribe á legação, e o Sr. Paulino não poderia deixar de ver no generoso procedimento do supremo magistrado oriental um estimulo á gratidão do delinquente, em vez de um fundamento a novas aggressões.

Il ne peut exister aucune ressemblance entre cette guerre tantôt ludente, tantôt flagrante, et le cas fortuit qui eut lieu sur la frontière de Corrientes, auquel Monsieur le ministre fait allusion. Le pillage et les assassinats commis le 10 Octobre dans l'établissement de Monsieur Araujo Ribeiro devaient produire une juste exaspération; mais le soussigné, avec la déclaration de Monsieur le gouverneur de Corrientes, non seulement rapousa de la part de la république la responsabilité de ce crime atroce, mais promit même que ses auteurs sortis des forêts de l'Uruguay seraient poursuivis et punis.

Les vexations qui selon Monsieur Paulino ont été exercées sur les Brésiliens dans la campagne Orientale, peuvent à peine être appréciées, vu que Son Excellence en parle si vaguement qu'il rend impossible toute discussion; mais comme Monsieur le ministre désigne spécialement ce qui est arrivé à la propriété du baron de Jacuhy, et autres en mêmes circonstances dans la Bande Orientale, le soussigné accepte le cas particulier cité, comme un corollaire qui éclaircit le fait.

Le séquestre des propriétés du baron, et ceux que Monsieur Paulino affirme avoir eu lieu des biens d'autres brésiliens, sont le résultat de la défraudation des droits du fisc provenant de soustractions clandestines de bétail, leur appartenant, ou à d'autres, et de récidives dans des vols dont la restitution est la moindre peine.

Le soussigné a envoyé à Monsieur le ministre une procédure sommaire contenant 14 déclarations de l'administrateur (capataz) de la ferme du baron, et d'autres de ses gens de service (piães), lesquels prouvent les trois faits de contrebande, les trois incursions du baron de Jacuhy dans l'Etat Oriental, et le vol du bétail d'autrui, enlevé avec la coopération des déposants.

Cependant le soussigné attend le résultat de l'examen auquel le gouvernement de S. M. a renvoyé ce sommaire pour constatation de la vérité; et il se dispense de lui adresser onze autres déclarations contre d'autres brésiliens qui se plaignent de vexations parce qu'on les a surpris dans l'exportation furtive de bétail pour le Rio Grande, eludant ainsi les ordres municipaux et cherchant fortune aux dépens des orientaux et de leurs propres concitoyens laborieux et honnêtes.

Monsieur le président Oribe a pardonné aux brésiliens compromis dans les faits de contrebande du baron; il les a renvoyés dans leurs foyers; et il n'a mis l'établissement même du baron sous le sequestre que jusqu'à paiement par lui au Trésor Oriental de l'impôt des bestiaux qu'il avait exportés.

Monsieur le ministre a reçu du soussigné les informations que le général Oribe a envoyées à la légation, et Monsieur Paulino ne peut reconnaître dans la conduite généreuse du suprême magistrat oriental qu'un nouveau titre à la gratitude du coupable, au lieu d'y découvrir un motif pour de nouvelles aggressions.

Não duvida o governo argentino que os estancieros brasileiros, a par de outros estrangeiros estabelecidos na Republica do Uruguay, tenham soffrido prejuizos occasionados pela guerra. Mas residindo naquella paiz, ficavão sujeitos, como os nacionaes, ás vicissitudes publicas e a todas as peripecias da contenda.

A guerra não foi subita nem curta. Suas calamidades naturaes estavam ao alcance do menos prevenido; e desde seu principio até á prohibição de exportar gados pela fronteira do Rio Grande mediou um periodo de annos, durante o qual os fazendeiros brasileiros poderião por sua propriedade a salvo de toda a contingencia, sem outro estorvo além do da sua propria vontade.

O Exm. Sr. presidente general D. Manoel Oribe não violou nenhum direito, prohibindo a todos os fazendeiros indistinctamente que vendão ou passem para o Rio Grande animaes de qualquer especie, e a marca destes nas respectivas estancias: nem foi absoluta a prohibição de marca-los, mas antes se consentia nesta operação, comtanto que os proprietarios se sujeitassem aos regulamentos policiaes, a favor da propriedade commum exposta, como nunca ao roubo dos que por sua qualidade de estrangeiros estavam isentos de todo e serviço militar.

Sem essa precaução era mais que difficil impedir que os arrebatadores de gado levassem com o proprio o alheio, e prejudicassem gravemente aos Orientaes, que, empenhados na salvação da Republica, tinham abandonado sua fortuna particular.

Todo o proveito da marca teria revertido exclusivamente a favor de fazendeiros estrangeiros, desde que os nacionaes não estivessem presentes, nem pudessem a seu turno marcar seus gados por acharem-se servindo no exercito.

Não é equitativo, nem nenhum governo poderia razoavelmente pretender que seus concidadãos estabelecidos em outro estado, theatre de activa guerra, proseguissem em seus trabalhos a coberto de seus inevitaveis transtornos, e que enquanto os cidadãos soffrem as consequencias desta situação, os estrangeiros continuassem com esse privilegio, monopolizando a industria e a riqueza.

Seria erigir o estrangeiro na Banda Oriental em arbitro da produção e do commercio, e levar os naturaes a uma ruina infallivel: seria conceder a estrangeiros a prerogativa que em identicas circunstancias lhes nega seu seio natal.

Se, independentemente dos males da guerra, os estrangeiros padecem pela violencia ou pela arbitrariedade, a seus governos pertence procurar o remedio com o auxilio de uma franca diplomacia e das leis internacionaes.

Le gouvernement argentin ne doute point que les fermiers brésiliens, ainsi que d'autres étrangers établis dans la république de l'Uruguay n'ayent souffert des pertes à cause de la guerre. Mais domiciliés dans ce pays ils étaient exposés de même que les nationaux aux vicissitudes publiques, et à toutes les pérépéties de la lutte.

La guerre n'a été ni inattendue, ni de courte durée. Ses calamités naturelles étaient à la portée des moins prévoyants; et depuis son commencement jusqu'à l'époque où eut lieu la défense d'exporter des bestiaux par la frontière de Rio Grande, plusieurs années se sont écoulées, pendant lesquelles les fermiers brésiliens auraient pu mettre leurs propriétés à couvert de tout hasard sans en être empêchés que par leur propre volonté.

S. E. Monsieur le président général D. Manoel Oribe n'a violé aucun droit en défendant sans distinction à tous les fermiers de vendre, ou de faire passer dans le Rio Grande, des animaux de quelque espèce que ce soit, et de les marquer dans leurs fermes respectives; même la défense de les marquer n'a pas été absolue; au contraire cette opération était permise à condition que les propriétaires se soumettraient aux règlements de police, qui protègent la propriété générale, exposée plus que jamais à être violée par ceux qui en leur qualité d'étrangers sont exempts de tout service militaire.

Il aurait été plus difficile sans cette précaution d'empêcher que les voleurs de bétail prissent avec le leur celui d'autrui; en lesant gravement les orientaux qui engagés dans la lutte pour le salut de la république, avaient mis leur fortune particulière à l'abandon.

Tout le profit de la marque retombait exclusivement à l'avantage des fermiers étrangers dès que les nationaux, étant absents de leur établissement, et se trouvant alors au service de l'armée, ne pouvaient également marquer leur bétail.

Il ne serait pas juste, et aucun gouvernement ne le pourrait prétendre raisonnablement, que des étrangers établis dans un Etat théâtre d'une guerre active pussent continuer leurs travaux à l'abri d'inconvénients devenus inevitables pour tous, et que peu lant que les citoyens supporteraient les conséquences de la situation, les étrangers ne cessassent pas de jouir de ce privilège, monopolisant ainsi l'industrie et la richesse.

Un pareil ordre de choses constituerait l'étranger dans la bande orientale arbitre de la production et du commerce du pays, et conduirait les nationaux à une ruine infallible, ce qui équivaudrait à y doter les étrangers d'une prerogative qu'en circonstances analogues leur pays natal leur refuserait.

Si indépendamment des maux de la guerre les étrangers souffrent par suite de violences et d'arbitraire, c'est à leur gouvernement qu'il appartient d'y chercher remède par le recours à une diplomatie franche, et aux lois internationales.

O do Brasil, ao receber queixas de subditos seus contra autoridades orientaes, poderia ter encaminhado suas reclamações a S. Ex. o presidente Oribe, quer directamente, quer mediante esta legação, como tem praticado em outras occasiões. Mas ainda neste caso o Sr. Paulino não ignora que devia preceder denegação de justiça por parte daquelle autoridade ás reclamações immediatas dos prejudicados.

Competia tambem ao governo imperial ter ha muitos annos feito sahir da fronteira os fautores destas barbaras incursões ao Estado Oriental; a esses rebeldes contumazes, que, asylados na provincia de S. Pedro, tem conspirado sem cessar contra os governos do Prata, e lançado sobre a Republica Oriental quadrilhas de bandidos. Desta classe forão as de Figueiró, Silva, Silveira, Lemos e outras, de que o governo brasileiro tem pleno conhecimento: e ultimamente a de Jacuhy e seus sequazes, que, insigne pela depredação, tem encheido a medida da iniquidade.

Nem se diga que para alcançar a necessaria represão, o governo argentino se tenha esquivado a fazer representações ante o do Imperio. Tem ellas sido numerosas, sempre seguidas de honrosa acquiescencia e do annuncio de ordens peremptorias, e sempre estercis pela falta inqualificavel de sua execução no dilatado espaço de muitos annos.

A' estranha tolerancia para com esses inimigos da ordem social, ao culpavel procelimento de grande parte dos funcionarios do Rio Grande para com os, refugiados, e para com o barão de Jacuhy e seus sequazes, é devido o intoleravel estado de cousas naquella fronteira; e de nenhuma maneira a medidas economicas do presidente Oribe, na orbita de sua alta jurisdicção.

Além disso, poderá um governo illustrado, sem concitar o alarma dos demais, empenhar-se em justificar actos que envolvem rebelião á patria, e ataque deshumano e não provocado a uma nação amiga?

Seria indifferente ao governo de Sua Magestade a invasão de um de seus cabos militares contra um povo com o qual o Imperio está em paz? Terá valor perante a circumspecção do gabinete do Brasil o protesto forjado por seus subditos de offensas pessoais, verdadeiras ou falsas? Desde quando pôde um soldado audaz arrebatara a bandeira de seu soberano, e armar-se por sua propria conta para reivindicar o que lhe apraz chamar *os lrios nacionaes*?

O Sr. ministro não pôde desconhecer que quando tal usurpação fosse dissimulada, a base da sociedade ficava commovida, as relações internacionaes á mercê do capricho ou de uma serdida especulação, e a segu-

Aussitôt que le gouvernement du Brésil recevait des plaintes portées par quelques uns de ses sujets contre des autorités orientales, il pouvait adresser ses réclamations à Son Excellence M. le président Oribe, soit directement, soit par l'entremise de cette légation, comme il l'a fait dans d'autres circonstances. Mais dans ce cas même M. Paulino n'ignore pas qu'il aurait fallu présenter avant tout la preuve d'un déni de justice de la part de cette autorité aux réclamations immédiates des plaignants.

Mais depuis bien des années aussi le gouvernement impérial aurait dû écarter de la frontière les fauteurs de ces incursions barbares dans l'Etat Oriental, ces rebelles contumaces qui s'étant réfugiés dans la province de S. Pedro conspirent sans cesse contre les gouvernements de la Plata et jettent sur la République Orientale des troupes de bandits. A cette classe appartiennent celles de Figueiró, de Silva, de Silveira, de Lemos et d'autres dont le gouvernement impérial a pleine connaissance, enfin dernièrement celle de Jacuhy et de ses partisans, qui, s'étant distingués par le pillage, ont mis par là le comble à l'iniquité.

On ne peut même pas alléguer que pour obtenir la répression nécessaire le gouvernement argentin ait omis de faire des représentations au gouvernement impérial. Elles sont nombreuses et ont toujours été suivies d'un acquiescement honorable et de la promesse d'expédier des ordres péremptoirs, ces ordres d'ailleurs ayant toujours été stériles pendant plusieurs années par un manque d'exécution qu'on ne saurait qualifier.

C'est à l'étrange tolérance envers les ennemis de l'ordre social, c'est au procédé coupable d'une grande partie des fonctionnaires de Rio Grande envers les réfugiés, et envers le Baron de Jacuhy et ses partisans qu'est dû l'intolérable état où se trouvent les affaires dans cette province, et natliement aux mesures économiques que le président Oribe a prises dans les limites de sa haute juridiction.

En outre un gouvernement éclairé pourrait-il, sans que les autres eussent à s'en inquiéter sérieusement, prendre à coeur les justifications de faits qui ont le double caractère de rébellion à la patrie, et d'attaque inhumaine et non provoquée contre une nation amie?

Le gouvernement de S. M. pourrait-il voir avec indifférence l'envahissement par un de ses chefs militaires d'un état avec lequel l'empire est en paix? Une protestation forgée par des brésiliens au sujet d'offenses personnelles vraies ou fausses pourrait-elle avoir quelque valeur aux yeux du cabinet brésilien et dans sa sagesse? Depuis quand est-il permis à un soldat audacieux de s'emparer de l'étendard de son souverain et s'armer pour son propre compte dans le but de revendiquer ce qu'il lui plaît d'appeller l'honneur national?

Monsieur le ministre ne peut méconnaître que si l'on dissimulait une telle aberration, la base de la société serait ébranlée, les relations internationales resteraient à la merci d'un caprice, ou plan d'usur-

ranga dos vizinhos entregue ao azar dos successos, ou a uma vigilância dispendiosa.

É sabido que as represalias competem exclusivamente ás nações, e só ellas são garantidas quando não podem por outro modo obter justiça. Ao arrogar-se um subdito o exercício desse recurso extremo, colloca-se fóra dos direitos da guerra, e assume o caracter e a responsabilidade inherentes ao inimigo, não de um individuo, não de um governo estrangeiro, mas de genero humano.

O direito de amnistiar aos réos de delictos politicos ou civis, direito exercido nobremente em numerosos e memoraveis casos pelo governo argentino, não invalida o da nação offendida pelo subdito de outra, para exigir contra elle a applicação da jurisprudencia criminal; e a pena não póde ser perdoada senão por consentimento commum, ou pela abdicção voluntaria da faculdade de reclama-la.

É tambem inadmissivel que « se a tranquillidade « das fronteiras se deseja sinceramente, e que seme- « lhantes procedimentos ao do barão de Jacuhy não « reapareção e sejão explorados pelos inimigos dos « governos do Rio da Plata, devem estes empenhar-se « em fazer desaparecer as causas que os tem produ- « zido, porque isso só d'elles depende. »

Esses governos. Sr. ministro, tem provado exuberantemente seu afan para lograr o socorro de suas fronteiras, mas não é a elles a quem compete castigar ao barão de Jacuhy e seus collaboradores, nem retirar dos limites do Imperio os emigrados do Plata. Estas providencias e o impossibilitar novas hostilidades é a honrosa e exclusiva tarefa do governo brasileiro, de quem pela ultima vez elles as reclamão.

Os alliados incorrerão no mesmo deploravel erro que o Brasil se acreditasse que acontecimentos como os ultimos que se derão tem de ser evitados, ou revogando o presidente general Oribe a prohibição de exportar da Banda Oriental gados para o Rio Grande, e de marca-los, ou com a esperanza do Sr. ministro de que pelas ordens que assegura ter-se dado não se repetirão as invasões contra o territorio limitrophe.

Se aquelles poderes acceptassem uma tal condição, sacrificarião seu decoro, reconhecerião por justificada a conducta do barão e seus satellites, que infelizmente o ministerio do Brasil desculpa; darião um triumpho ao vandalismo; crearião um precedente de desastrosa transcendencia; e para o futuro, qualquer aventureiro, associado aos inimigos da Confederação, quereria com suas hordas dictar a lei á Republica Oriental.

pation sordide; et la sécurité des limitrophes ne dépendrait plus que des chances des événements ou d'une surveillance dispendieuse.

On sait que les représailles appartiennent exclusivement aux nations, et qu'elles ne leur sont permises que quand elles ne peuvent pas obtenir justice par un autre moyen. Lorsqu'un sujet s'arroe l'appel à ce recours extrême, il se place hors des lois de la guerre et il revêt le caractère avec la responsabilité d'ennemi, non pas d'ennemi d'un individu, ni d'un gouvernement étranger, mais du genre humain.

Le droit d'amnistier ceux qui ont commis des crimes politiques ou civils, droit qui a été noblement exercé en plusieurs circonstances mémorables par le gouvernement argentin, n'affaiblit point le droit de la nation offensée par le sujet de l'autre, d'exiger qu'on applique à celui-ci la loi criminelle, et on ne lui peut remettre la punition méritée qu'avec le consentement commun des deux états, ou par suite de la renonciation volontaire, de la part de l'offensé, du droit de la réclamer.

Il est aussi inadmissible de dire « que si les gouvernements du Rio de la Plata désirent sincèrement « que la tranquillité règne sur les frontières et que des « actes tels que ceux du baron de Jacuhy n'aient plus « lieu et ne soient plus exploités par leurs ennemis, « ils doivent faire disparaître les causes qui les ont « produits; car cela ne dépend que d'eux. »

Ces gouvernements, Monsieur le ministre, ont prouvé surabondamment leur sollicitude pour la tranquillité de leurs frontières; mais ils n'ont pas le droit de punir le baron de Jacuhy, ni ses complices, ni d'éloigner des frontières de l'Empire les émigrés de la Plata. Ces mesures et les moyens de rendre impossibles de nouvelles hostilités forment un des honorables devoirs dont l'accomplissement appartient exclusivement au gouvernement brésilien de qui on les réclame pour la dernière fois.

Les alliés tomberaient dans la même erreur deplorable que le Brésil s'ils croyaient qu'on évitera le retour d'événements tels que ceux qui ont eu lieu dernièrement, ou par la révocation de la défense du général Oribe d'exporter des bestiaux de la Banda Orientale dans le Rio Grande, et de les marquer, ou par l'espérance que Monsieur le ministre donne qu'en conséquence des ordres qu'il assure avoir été expédiés les invasions du territoire limitrophe ne se répéteront plus.

Si ces puissances acceptaient une telle condition, elles manqueraient à leur dignité; et reconnaîtraient comme justifiée la conduite du baron et de ses satellites, que malheureusement le ministère du Brésil excuse: elles accorderaient l'honneur du triomphe au vandalisme; créeraient un précédent d'une transcendence désastreuse; et à l'avenir un aventurier quelconque associé aux ennemis de la Confédération pourrait, avec ses hordes, dictar la loi à la République Orientale.

Assim, tanto um como outro governo, ainda quando não confiassem na probidade de sua politica e na razão de suas reclamações, repellirão sempre o meio offensivo indicado pelo gabinete brasileiro, em quanto se limita, sem offerecer reparação, a propôr aquella solução, como uma barreira contra perturbações ultteriores.

Por outro lado, não tem o governo de Sua Magestade podido desconhecer que essa economia interna da Republica Oriental, invocada como causa motriz da ultima invasão, não importa senão uma precaução obvia de mais para ser discutida. É certo que poderá explorar-se ardeiramente pela discordia ou pela ignorancia; mas o Sr. ministro, que conhece perfeitamente os imperiosos interesses que a aconselharão, não poderá ver nella a retirada da constante protecção com que a Republica do Uruguay hospeda aos brasileiros pacíficos.

Portanto, persiste o abaixo assignado em pedir ao governo imperial, em nome, e por ordem do da Confederação, uma satisfação que seja sufficiente para reparar o sanguinolento agravo commettido contra os estados alliados pelas invasões do barão de Jacuhy e seus complices, contra a Republica do Uruguay, e o castigo exemplar destes réos, bem como das autoridades do Imperio que os protegêrão ou consentirão.

O governo argentino prescreve igualmente ao abaixo assignado que declare ao de Sua Magestade o Imperador que os do Rio da Prata considerará a recusa á realisação deste pedido, ou uma desnecessaria dilacão, como negativa de justiça e como approvação do attentado do barão de Jacuhy, o qual, esterilizando o anhelado da legação argentina pela melhor e mais cordial intelligencia com o gabinete do Brasil, o obrigaria a retirar-se da côrte imperial.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — *Thomaz Guido.*

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1850, anno 41 da liberdade, 35 da independencia, e 21 da Confederação Argentina.

Illm.^a e Exm.^a Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado tem a honra de transmittir a S. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza a nota original com documentos que acaba de receber do Exm.^a Sr.

Ainsi quand même les deux gouvernements n'auraient pas toute confiance dans la loyauté de leur politique et dans le droit de leurs réclamations, ils rejetteraient néanmoins le moyen offensif indiqué par le cabinet brésilien, du moment qu'il se borne, sans offrir de réparation, à proposer cette solution comme préventive de désordres ultérieurs.

D'un autre côté le gouvernement de S. M. ne peut méconnaître que cette mesure d'économie interne de la République Orientale, qui est invoquée comme la cause motrice de la dernière invasion, n'équivaut qu'à une initiative prévoyante trop évidemment fondée pour qu'on la discute. Il est certain qu'elle pourra être exploitée astucieusement par la chicane ou par l'ignorance; mais Monsieur le ministre sachant parfaitement quels intérêts impérieux l'ont dictée, ne peut la considérer comme un signe de cessation de la protection constante que la République de l'Uruguay accorde aux brésiliens pacifiques qu'elle reçoit dans son sein.

Le soussigné persiste donc à demander au gouvernement impérial au nom et par ordre de celui de la Confédération, une satisfaction suffisante et réparation de l'offense sanglante faite aux états alliés par les invasions du baron de Jacuhy et de ses complices dans la République de l'Uruguay, ainsi que la punition exemplaire de ces criminels, et des autorités de l'Empire qui les ont protégés, ou laissés faire.

Le gouvernement argentin a prescrit également au soussigné de déclarer au gouvernement de S. M. l'Empereur que les gouvernements du Rio de la Plata considéreront le refus de la satisfaction demandée, ou tout délai non nécessaire, comme un déni de justice, et comme l'approbation de l'attentat du baron de Jacuhy, ce qui, neutralisant l'ardent désir de la légation argentine de maintenir la meilleure et la plus cordiale intelligence avec le cabinet brésilien, forcerait le soussigné à se retirer de la cour impériale.

Dieu garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Thomaz Guido.*

Note de la légation argentine au gouvernement impérial.

Vive la Confédération Argentine. — Rio de Janeiro. le 28 Juin 1850, 41.^{ème} année de la liberté, 35.^{ème} de l'indépendance, le 21.^{ème} de la Confédération Argentine.

A Son Excellence M. Paulino José Soares de Souza, du conseil de S. M. l'Empereur, ministre secrétaire d'état au département des affaires étrangères.

Le soussigné a l'honneur de transmettre à Son Excellence M. Paulino José Soares de Souza la note originale avec les pièces annexes, qu'il vient de rece-

presidente da Republica Oriental do Uruguay, general D. Manoel Oribe, na qual S. Ex., concordando completamente com os principios e vistas do governo da Confederação Argentina, acerca da atroz irrupção do barão de Jacuhy, e da responsabilidade de seus consentidores e complices, adhire plenamente á resolução adoptada pelo mencionado governo, de que esta legação, em nome das duas republicas do Rio da Prata, dirija ao governo de S. M. Imperial as suas justas reclamações, afim de serem promptamente desagravadas e reparadas as offensas e graves prejuizos causados a ambos os paizes pela aggressão feita a mão armada pelo bando rebelde que sahira do Brasil para fazer a guerra na Banda Oriental.

E tendo-se já o abaixo assignado occupado extensamente com este objecto na nota dirigida ao Sr. ministro na data de 16 do corrente, espera que S. Ex. considerará a presente como additional áquella.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.—*Thomaz Guido.*

Annexo á Nota da Legação Argentina de 28 de Junho de 1850.

Viva a Confederação Argentina! Morrão os selvagens unitarios! — Quartel general do Cerrito da Victoria, 7 de Junho de 1850.

O ministro dos negocios estrangeiros do Estado Oriental do Uruguay, ao Exm.^o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina junto ao governo do Rio de Janeiro, general D. Thomaz Guido.

O abaixo assignado recebeu ordem do Exm.^o Sr. presidente da republica, brigadeiro-general D. Manoel Oribe, para se dirigir a V. Ex. como tem a honra de fazer, transmittindo-lhe a copia legalizada annexa da nota que, por intermedio deste ministerio, o mesmo Sr. presidente passou ao Exm. Sr. governador capitão-general da provincia de Buenos-Ayres, encarregado das relações externas, general em chefe do exercito unido da Confederação Argentina, brigadeiro-general D. João Manoel de Rosas, por occasião dos graves attentados commettidos por uma horda de salteadores brasileiros e selvagens unitarios emigrados para o territorio rio-grandense, e que, capitaneados pelo coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy, invadirão armados o territorio da republica, atacando as forças estacionadas sobre as fronteiras do Salto e Taquarembó, roubando as fazendas, e exercendo todos os vexames e depredações que lhes foi possível praticar contra as pessoas e propriedades dos pacíficos habitantes do estado residentes nas ditas fronteiras. As partes offi-

voir de Son Excellence le président de la République Orientale de l'Uruguay, général D. Manoel Oribe, dans laquelle Son Excellence, complètement d'accord avec les principes et les vues du gouvernement de la Confédération Argentine, concernant l'atroce irruption du baron de Jacuhy et la responsabilité qui retombe sur ceux qui l'ont consentie, et en sont les complices, a adhéré pleinement à la résolution adoptée par le susdit gouvernement de charger cette légation d'adresser au nom des deux républiques de la Plata, ses justes réclamations au gouvernement de S. M. Impériale, afin qu'une prompte satisfaction et réparation soient accordées aux offenses, et aux graves dommages que les deux pays ont soufferts, en conséquence de l'aggression faite à main armée par la horde de rebelles, qui est partie du Brésil pour faire la guerre dans la Bande Orientale.

Le soussigné ayant déjà traité longuement de cet objet dans la note qu'il a adressée à M. le ministre en date du 16 courant, espère que Son Excellence considérera cette note comme additionnelle à l'autre.

Dieu vous garde un grand nombre d'années.—*Thomaz Guido.*

Annexe à la Note de la Légation Argentine du 28 Juin 1850.

Vive la Confédération Argentine! Mort aux sauvages unitaires! Quartier général du Cerrito da Victoria le 7 Juin 1850.

Le ministre des affaires étrangères de l'Etat Oriental de l'Uruguay à Son Excellence M. l'envoyé extraordinaire et ministre plenipotenciaire de la Confédération Argentine près le gouvernement de Rio de Janeiro, général D. Thomaz Guido.

Le soussigné a reçu l'ordre de Son Excellence le président de la république, brigadier général D. Manoel Oribe, de s'adresser à Votre Excellence, comme il a l'honneur de le faire, pour lui transmettre la copie ci-jointe certifiée de la note que par l'entremise de ce ministère, le même président a écrite à Son Excellence M. le gouverneur capitaine général de la province de Buenos-Ayres, chargé des relations extérieures, général en chef de l'armée de la Confédération Argentine, brigadier général D. João Manoel de Rosas, au sujet des graves attentats qui ont été commis par une horde de brigands brésiliens et de sauvages unitaires émigrés dans le territoire de Rio Grande, ayant à leur tête le colonel Francisco Pedro de Abrêo, Baron de Jacuhy, lesquels faisant une incursion armée sur le territoire de la république, ont attaqué les forces placées sur les frontières du Salto, et Taquarembó, en pillant les fermes (fazendas), et en commettant toutes les vexations, et déprédations qu'il leur a été possible d'exécuter contre les personnes et les propriétés des habitants

ciaes a que a mencionada nota se refere são as que a V. Ex. se remettam adjuntas por copia.

Em consequencia do expendido nella, o Exm.^o Sr. governador brigadeiro-general D. João Manoel de Rosas houve por bem responder ao Exm.^o Sr. presidente desta republica, general D. Manoel Oribe, pelo ministerio competente, nos termos constantes da sua nota de 15 de Maio, cuja copia devidamente legalisada esta acompanha, enviando-lhe a que na mesma data dirigia a V. Ex., que é a mesma que tambem se lhe transmitta.

Á vista de tudo quanto o Exm.^o Sr. governador da provincia de Buenos-Ayres, encarregado das relações externas da Confederação Argentina, se servio expender ao Exm.^o Sr. presidente da republica brigadeiro-general D. Manoel Oribe, respondendo á sua precitada nota de 23 de Janeiro do anno corrente, e da resolução communicada a V. Ex. em data de 15 de Maio, ordenou S. Ex. ao abaixo assignado expressasse a V. Ex. que, concordando completamente este governo com os principios de justiça e acertadas vistas do Exm.^o Sr. governador de Buenos-Ayres, sobre o que mais convém á dignidade e interesses feridos pelos procedimentos escandalosos e atrozes de subditos brasileiros que sahirão do territorio do Imperio para os perpetrar a mão armada no desta republica, contra seus pacificos moradores, e contra a força encarregada de velar pela segurança publica, sem que as autoridades do referido Imperio tenham adoptado medidas efficazes que se oppuzessem a semelhantes attentados, resolveu adherir plenamente á resolução que adoptou o mencionado Exm.^o Sr. governador, para que V. Ex., em nome das duas republicas, faça as justas reclamações e exigencias que se lhe prescrevem na nota de 15 de Maio, já citada, unindo a voz do governo argentino á do governo da Republica Oriental do Uruguay, para com mais brevidade serem satisfeitas e completamente reparadas as offensas e graves prejuizos que se causarão a estes paizes.

O abaixo assignado, por este motivo, tem a satisfação de renovar a V. Ex. os sentimentos da sua mais perfeita estima e distincto apreço. — *Carlos G. Villademoros.*

Annexo á Nota da Legação Argentina de 28 de Junho de 1850.

Vivão os defensores das leis! Morrão os selvagens unitarios!
Passo de Ricardino no Quaraím. 9 de Janeiro de 1850.

O commandante geral do departamento do Salto ao Sr. general das forças ao norte do Rio Grande, D. Servando Gomes,

pacífiques de l'état, qui résidaient sur les susdites frontières. La note en question se rapporte à des communications officielles dont Votre Excellence trouvera ci-joint les copies.

En conséquence de ce qui y est exposé Son Excellence M. le gouverneur brigadier général D. João Manoel de Rosas a jugé convenable de répondre à Son Excellence M. le président de cette république, le général D. Manoel Oribe, par le département compétent, dans les termes de sa note du 15 Mai, dont la copie dûment certifiée est transmise ci-jointe, en envoyant la note annexe qu'à la même date il adressait aussi à Votre Excellence.

Considérant donc tout ce que Son Excellence le gouverneur de la province de Buenos-Ayres, chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine, a daigné écrire à Son Excellence le président de la république, brigadier général D. Manoel Oribe, en réponse à sa note précitée du 23 Janvier de cette année, et de la résolution communiquée à Votre Excellence en date du 15 Mai: le soussigné a reçu l'ordre de vous communiquer que ce gouvernement, complètement d'accord avec les principes d'équité et avec les vues judiciaires de Son Excellence le gouverneur de Buenos-Ayres, relativement à ce qui convient davantage à la dignité, et aux intérêts blessés par les procédés scandaleux et atroces des sujets brésiliens, qui sont partis du territoire de l'Empire pour les commettre à main armée dans cette république, contre ses pacifiques habitants, et contre la force qui était chargée de veiller à la sûreté publique: sans que les autorités de l'Empire n'eussent adopté des mesures efficaces pour s'opposer à de semblables attentats, ce gouvernement, dis-je, a résolu d'adhérer pleinement à la résolution adoptée par le susdit gouverneur, afin que Votre Excellence puisse présenter au nom des deux républiques les justes réclamations et les exigences qui lui ont été prescrites dans la note du 15 Mai, déjà citée, en réunissant la voix du gouvernement argentin, à celle du gouvernement de la République Orientale de l'Uruguay, dans la vue d'obtenir plus promptement que les offenses et les graves dommages qui ont été faits à ces deux pays, soient complètement redressés et réparés.

Le soussigné a la satisfaction à ce sujet de renouveler à Votre Excellence les sentiments de la plus parfaite estime et de sa considération distinguée.

Dieu garde Votre Excellence. — *Carlos Q. Villademoros.*

Annexe à la Note de la Légation Argentine du 29 Juin 1850.

Vivent les défenseurs des lois! Mort aux sauvages Unitaires!
Passo de Ricardino dans le Quaraím le 9 Janvier 1850.

Le commandant général du département de Salto à M. le général des forces au nord de Rio Grande, D. Servando Gomes,

Vou cumprir o dever de dar conta circunstanciadamente a V. S. do successo de armas que teve lugar a 3 do corrente entre parte da divisão do meu commando e a cafila de saltadores que capitaneava o coronel imperial, barão de Jaculhy, Francisco Pedro de Abreu.

No dia 3, ao escurecer, marchei do meu campo do Cuaró, e se empregará essa noite e a do dia 4 em approximar-me ao campo que aquelles bandidos occupavão; quando clareou o dia 5, eu os tinha em frente, em numero de 250, em posição nos escabrosos quebrados que formão as pontas das Tres Cruces Grandes.

Mande logo contra elles uma guerrilha de 16 carabineiros do regimento n.º 2 de Buenos-Ayres, commandada pelo alferes do mesmo corpo D. João Caminiaga, e protegida immediatamente por 21 guardas nacionaes do 4.º districto da 2.ª secção e 9 soldados do esquadrão de dragões orientaes do n.º 1 da légion Fidelidade, com um official de cada um dos ditos corpos, e commandados pelo meu ajudante d'ordens ajudante-maior D. Pedro Navarrete.

O resto da minha força consistia em uma columna de meios esquadrões em linha, composta de 106 individuos de tropa, com 9 officiaes do regimento n.º 3 de Buenos-Ayres, divididos em dous meios esquadrões, sendo um commandado pelo capitão D. José Aguilar, o outro pelo capitão D. José Corrêa, e toda a força pelo tenente-coronel D. Pascoal Peredo; 90 homens de tropa com 9 officiaes do regimento n.º 2 de Buenos-Ayres, formando dous meios esquadrões commandados pelos capitães D. João Francisco Cufre e D. Manoel Reyna, ás ordens do sargento-mór D. Dionizio Sagaste; e meio esquadrão composto de 18 homens de tropa do regimento n.º 2, com um official do regimento n.º 3; e 50 guardas nacionaes do 5.º districto da 2.ª secção, com quatro officiaes da mesma, commandados pelo tenente do esquadrão de dragões orientaes n.º 1 da légion Fidelidade, D. Dionizio Trillo.

Nesta ordem avançámos contra o inimigo, a passo de trote, que apprehenden retirar-se debaixo do fogo dos nossos carabineiros. A escabrosidade do campo retardou a perseguição por espaço de tres leguas; até que, tendo alcançado as vertentes do Catalão, onde o campo melhora consideravelmente, pude lançar a minha columna a todo galope, e expedir o tenente D. Dionizio Trillo com o meio esquadrão do seu commando, com ordem de acutillar o inimigo, como com effeito se verificou immediatamente que esta força augmentou o numero da que perseguiu de mais perto. Os quatro esquadrões restantes fizerão o sacrificio de ver combater seus companheiros sem ter com quem medissem as lanças.

Continuou-se a perseguição até o Quaraim, em distancia de cinco ou seis leguas, e nesse espaço ficãrão mais de quarenta cadaveres daquelles bandidos, e os

Je remplis le devoir de faire à Votre Seigneurie un rapport détaillé du fait d'armes qui a eu lieu le 3 courant entre une partie de division sous mon commandement, et la horde de brigands dont le colonel impérial baron de Jaculhy, Francisco Pedro de Abreu, était le chef.

Le 3 à la fin du jour je me mis en marche de mon camp de Quaró; et cette nuit, et celle du 4 furent employées à m'approcher du camp que les bandits occupaient; le 5, à la pointe du jour, je les avais devant moi, au nombre de 250, postés sur les pentes escarpées qui forment les pointes des « Tres Cruces Grandes. »

Je fis avancer sans retard contre eux une guerrilha de 16 carabiniers du régiment n.º 2 de Buenos-Ayres sous les ordres du sous-lieutenant du même corps D. João Caminiaga, appuyée immédiatement par 21 gardes nationaux du 4.º district, 2.ª section, et 9 soldats de l'escadron de dragons orientaux n.º 1 de la légion Fidélité, avec un officier de chacun des dits corps, sous les ordres de mon aide de camp l'adjudant major D. Pedro Navarrete.

Le reste de la force à mes ordres se composait d'une colonne de demi-escadrons en ligne, composée de 106 hommes, avec 9 officiers du régiment n.º 3 de Buenos-Ayres, divisés en deux demi-escadrons, dont l'un était commandé par le capitaine D. José Corrêa, et toute la force par le lieutenant colonel J. Pascoal Peredo; 90 hommes avec 9 officiers du régiment n.º 2 de Buenos-Ayres, formant deux demi-escadrons commandés par les capitaines D. João Francisco Cufre et D. Manoel Reyna, sous les ordres du major D. Dionizio Sagaste; et un demi-escadron de 18 hommes du régiment n.º 2, avec un officier du régiment n.º 3; et 50 gardes nationaux du 5.º district de la 2.ª section, avec 4 officiers de la même section, commandés par le lieutenant de l'escadron de dragons orientaux n.º 1 de la légion Fidélité, D. Dionizio Trillo.

Nous avançâmes dans cet ordre, au trot, contre l'ennemi, qui se mit en retraite sous le feu de nos carabiniers. L'inégalité du terrain retarda la poursuite pendant trois lieues; mais aussitôt que nous eûmes atteint les sources du Catalan où le terrain devient sensiblement meilleur, je fus à même de lancer ma colonne au grand galop donnant ordre au lieutenant D. Dionizio Trillo de partir avec le demi-escadron sous ses ordres, et de sabrer l'ennemi, ce qui fut exécuté en effet, à peine cette force eut-elle joint celle qui poursuivait l'ennemi. Les 4 escadrons restants durent se réigner au rôle de spectateurs inactifs sans avoir personne avec qui mesurer leurs lances.

On continua la poursuite jusqu'au Quaraim à la distance de 5 ou 6 lieues, et dans cet espace il resta plus de 40 cadavres de ces bandits. Les autres épou-

restantes espavoridos e totalmente dispersos, encontrão a salvação no território do Brasil.

Ficou em nosso poder algum armamento, os poucos cavallos que tinham arreitados e muitos ensilhados.

Entravão no numero dos individuos desta cafila, o tenente-coronel do Imperio Antonio Fernandes Lima, e outros varios officiaes de classes distinctas do mesmo exercito.

Temos a lamentar a morte de tres soldados do regimento n.º 2, e forão feridos 5 soldados do mesmo corpo, um do esquadrão de dragões orientaes n.º 1 da legião Fidelidade, 1 official e 1 soldado da guarda nacional.

São dignos da mais alta recommendação os Srs. chefes, officiaes e tropa que me coube a honra de commandar nesta acção, na qual desempenhãrão com a actividade necessaria as funções de ajudante de ordens o alferes D. Victor Barbat, o distincto D. Damian Olivera, e o sub-collector D. João Manoel Zorrilla.

Lamento ter de annunciar a V. S. a perda do alferes D. Justo Sanches, do regimento dos auxiliares dos Andes, o qual, em consequencia de ordens que lhe mandei expedir no 1.º do corrente, procurava incorporar-se a mim no dia 2; mas tendo-se por fatalidade adiantado da sua partida, acompanhado somente por dous homens, encontrou-se com nove salteadores e foi assassinado.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — *Diego Lamas.* — Está conforme. — O official-maior dos negocios estrangeiros *Jesé A. Iturriga.*

Annexo á Nota da Legação Argentina de 28 de Junho de 1850.

Vivão os defensores das leis! Morrão os selvagens unitarios!
Pintado, 9 de Janeiro de 1850.

O commandante geral do departamento do Salto, ao Sr. general das forças do norte do Rio Negro. D. Servando Gomes.

No dia 2 do corrente, em cumprimento das ordens que expedia 1 do mesmo, procurava incorporar-se comigo o alferes do regimento de auxiliares dos Andes D. Justo Sanches, mas tendo-se elle por fatalidade adiantado da sua partida com dous homens somente, encontrou no seu transitio com nove salteadores, os quaes o assassinãrão.

Remetto junto, para que V. S. se sirva dar-lhes o destino competente, um par de estribos, um par de lóros, um par de esporas e um punhal, tudo de prata, duas onças de ouro e um par de botões de pesos fortes, cujos objectos e dinheiro pertencião ao fallecido alferes Sanches: uma pouca de roupa, um apparelho de montar meio usado, e sete cavallos que pertencião ao

vantés et totalement dispersés, trouvèrent leur refuge sur le territoire du Brésil.

Nous demeurâmes maîtres de quelques armes et de quelques chevaux bridés et sellés, plusieurs seulement sautés.

Le lieutenant colonel de l'Empire Antonio Fernandes Lima et quelques autres officiers de distinction de la même armée, se trouvaient au nombre des individus composant cette horde.

Nous avons à regretter la mort de 3 soldats du régiment n.º 2, et 3 autres du même corps ont été blessés, 1 de l'escadron de dragons orientaux, n.º 1, de la légion Fidélité, 1 officier, et 1 soldat de la garde nationale.

Les chefs, les officiers, et la troupe que j'ai eu l'honneur de commander dans ce combat, sont dignes de tous éloges et le sous-lieutenant D. Victor Barbat, le digne D. Damian Oliveira, et le sous-collecteur D. João Manoel Zorrilla y ont rempli avec tout le zèle désirable les fonctions d'aides de camp.

C'est avec regret que je dois annoncer à Votre Seigneurie la perte du sous-lieutenant D. Justo Sanches, du régiment d'auxiliaires des Andes, lequel, en conformité des ordres que je lui avais fait expédier le premier courant, tâchait de se réunir à moi le jour suivant, ayant devancé par fatalité son escorte et se trouvant accompagné seulement de deux hommes, il fut rencontré par 9 brigands, qui l'assassinèrent.

Dieu garde Votre Seigneurie un grand nombre d'années. — *Diego Lamas.* — Certifiée, le secrétaire général des affaires étrangères — *José Antonio Iturriga.*

Annexe à la Note de la Légation Argentine du 28 Juin 1850.

Vivent les défenseurs des lois! Mort aux sauvages unitaires!
Pintado le 9 Janvier 1850.

Le commandant général du département du Salto à M. le général des forces au nord du Rio Negro. D. Servando Gomes.

Le 2 courant, le sous-lieutenant d'auxiliaires des Andes, D. Justo Sanches, en raison des ordres que je lui avais expédiés le premier tâchait de se réunir à moi; mais, par fatalité, ayant devancé son escorte avec deux hommes seulement, il fut rencontré par 9 brigands, qui l'assassinèrent.

Je transmets ci-joint à Votre Seigneurie pour qu'elle donne à ces objets la direction convenable, deux étriers, une paire d'éperons et un poignard en argent, deux onces en or, une paire de boutons en piastres, le tout appartenant ainsi que l'argent au défunt sous-lieutenant Sanches: quant au reste de ce qu'il possédait, c'est à dire quelque linge, un harnais

mesmo distribui por um official do mesmo regimento e pela sua ordenança.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — *Diogo Lamas.*
— É copia. — *Gomes.*

Annexo a Nota da Legação Argentina de 28 de Junho de 1850.

Vivão os defensores das leis! Morirão os selvagens unitarios!
Pintado, 11 de Janeiro de 1850 (às 8 horas da manhã.)

O commandante geral do departamento do Salto, ao Sr. general das forças do norte do Rio Negro, D. Servando Gomes.

Neste momento acaba de fallar-me um ajudante do sargento-mór do 4.º regimento do exercito imperial, D. Victorino N., e participou-me, por ordem do referido seu major, que o coronel imperial Larão de Jacuhy, D. Francisco Pedro de Abreu, que seguia preso para o Alegrete, tinha sido arrebatado por um grupo, no dia 8 do corrente, pouco antes de chegar ao seu destino, e que seu chefe não teve parte alguma no retardamento deste aviso, pois que apenas hontem chegou ao seu conhecimento.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — *Diogo Lamas.*
É copia — *Servando Gomes.*

Annexo a Nota da Legação Argentina de 28 de Junho de 1850.

Vivão os defensores das leis! Morirão os selvagens unitarios!
Queguay, 19 de Janeiro de 1850.

O general chefe das forças ao norte do Rio Negro, ao Ex.º Sr. presidente da republica, general em chefe do exercito, brigadeiro general D. Manoel Oribe.

Tenho a honra de levar ao superior conhecimento de V. Ex. a parte circumstanciada que hontem recebi do Sr. coronel D. Diogo Lamas, pela qual participa os resultados do successo que teve lugar a 5 do corrente nos campos do Catalão Grande. É do meu dever recomendar á alta consideração de V. Ex. o comportamento do mencionado Sr. coronel Lamas, e dos outros Srs. chefes, officiaes e tropa que tiveram parte naquella successo, devido á actividade e bravura com que todos se tem sabido conduzir.

Seja-me permitida a honra de felicitar a V. Ex. em meu nome, e no do corpo do exercito que está ás minhas ordens, por ter sido tão merecidamente escaementado o grupo de saltadores que ousou temerariamente profanar com a sua presença o territorio da republica.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — *Servando Gomes.*

de cheval déjà usé, et 7 chevaux j'en ai fait le partage entre un officier du même régiment, et son soldat d'ordonnance.

Dieu garde Votre Seigneurie un grand nombre d'années. — *Diogo Lamas.*

Annexe à la Note de la Legation Argentine du 28 Juin 1850.

Vivent les défenseurs des lois! Mort aux sauvages unitaires!
Pintado le 11 Janvier 1850 à 8 heures du matin.

Le commandant général du département du Salto à Monsieur le général des forces au nord du Rio Negro, D. Servando Gomes.

A l'instant même un adjudant du major du 4.º régiment de l'armée impériale, D. Victorino N. vient de me communiquer d'après l'ordre du susdit major, que le colonel impérial baron de Jacuhy, D. Francisco Pedro de Abreu, qui avait été arrêté et qu'on envoyait à Alegrete, a été enlevé le 8 par quelques individus, avant d'arriver à la dite ville et que son chef n'avait eu aucune part au retard de cette communication, parvenue hier seulement à sa connaissance.

Dieu garde Votre Seigneurie un grand nombre d'années. — *Diogo Lamas.*

Annexe à la Note de la Légation Argentine du 28 Juin 1850.

Vivent les défenseurs des lois! Mort aux sauvages unitaires! — *Queguay le 19 Janvier 1850.*

Le général en chef des forces au nord du Rio Negro à Son Excellence M. le président de la république, général en chef de l'armée, brigadier général D. Manoel Oribe.

J'ai l'honneur de porter à la haute connaissance de Votre Excellence la participation détaillée que j'ai reçue hier de M. le colonel D. Diogo Lamas par laquelle il me communique les résultats du combat qui a eu lieu le 5 courant dans les champs de Catalan Grande. C'est mon devoir de recommander à la haute considération de Votre Excellence la conduite du même colonel Lamas, de Mess. les chefs et officiers, et des hommes qui ont pris part à ce fait d'armes et dont l'activité et la bravoure, nous y ont fait obtenir l'avantage.

Qu'il me soit permis d'avoir l'honneur de faire parvenir à Votre Excellence mes félicitations et celles du corps d'armée que j'ai sous mes ordres, pour le juste châtiement dont a été frappée la réunion de brigands qui avait osé témérairement profaner de leur présence le territoire de la république.

Dieu garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Servando Gomes.*

Nota do governo Imperial à legação argentina.

Rio de Janeiro. Ministério dos negócios estrangeiros, em 4 de Setembro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negócios estrangeiros, recebeu as notas que em data de 16 e 28 de Junho proximo passado lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, ambas relativas á nota do abaixo assignado de 8 de Março proximo passado, em resposta á do Sr. Guido de 13 de fevereiro.

Na nota de 13 de Fevereiro começa o Sr. Guido dizendo: «O Exm.^a Sr. presidente da Republica do Uruguay, general D. Manoel Oribe, acaba de passar ao abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, os documentos que tem a honra de transmitir inclusos ao Sr. ministro das relações exteriores do Imperio.»

A reparação solemne pedida nessa nota era portanto exigida em virtude de ordens do general Oribe, posto que no fim della o Sr. Guido a reclamasse em nome dos governos alliados do Rio da Prata. Essa nota de 13 de Fevereiro foi respondida pela do abaixo assignado de 8 de Março.

Na de 16 de Junho acima citada o Sr. Guido respondendo áquella de 8 de Março por parte do governo encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, e delie só, insiste na satisfação pedida, declarando porém que os governos do Rio da Prata consideravam a resistencia á realisação desse pedido, ou uma desnecessaria demora, como uma negativa de justiça, ou como uma approvação do attentado do barão de Jacubhy, o que obrigaria a legação argentina a retirar-se desta corte.

A nota de 28 de Junho, tambem acima citada, sómente tem por fim transmittir ao abaixo assignado a de 7 do mesmo mez, pela qual o general Oribe, completamente de accordo com os desejos e vistas do governo da Confederação Argentina, adhire plenamente á resolução adoptada por esse governo respeito á reparação pedida. E essa resolução a que adhire foi originariamente tomada pelo mesmo general Oribe.

Esta ultima nota veio demonstrar a justiça dos fundamentos capitales da do abaixo assignado de 8 de Março p. p. Porquanto, se a exigencia feita na do Sr. Guido de 13 de Fevereiro, em nome do general Oribe, era competente e legitima, excusado fôra fazê-la depois o Sr. Guido em 16 de Junho em nome do governo da Confederação, e adhirer depois em 28 o general Oribe á exigencia do governo argentino. Decla-

Note du gouvernement impérial à la légation argentine.

Rio de Janeiro. — Ministère des affaires étrangères le 4 Septembre 1850.

Le soussigné, du conseil de S. M. l'Empereur, sénateur de l'Empire, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères a reçu les notes en date des 16 et 28 Juin dernier, que lui a adressées M. D. Thomaz Guido, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Argentine, relatives toutes deux à la note du soussigné du 8 mars dernier en réponse à celle de M. Guido du 13 Février.

Dans la note du 13 Février M. Guido commence par dire: — «Son Excellence le général D. Manoel Oribe, président de la République de l'Uruguay, vient de transmettre au soussigné, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Argentine, les pièces que le soussigné a l'honneur d'envoyer incluses à M. le ministre des relations extérieures de l'Empire.»

La réparation solennelle demandée dans cette note était donc exigée en vertu d'ordres du général Oribe, quoiqu'en la finissant M. Guido fit la réclamation au nom des gouvernements alliés de la Plata. A cette note du 13 Février le soussigné répondit par celle du 8 Mars.

Dans la note précitée du 16 Juin M. Guido en répondant à celle du 8 Mars de la part du gouvernement chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine, et seulement de sa part, insiste sur la satisfaction demandée en déclarant que les gouvernements de la Plata regarderaient le refus qui pourrait avoir lieu, ou tout délai inutile, comme un déni de justice, ou comme une approbation de l'attentat du baron de Jacubhy: ce qui obligerait la légation argentine à se retirer de cette cour.

La note du 28 Juin aussi précitée a seulement pour but de transmettre au soussigné celle du 7 du même mois, par laquelle le général Oribe, complètement d'accord avec les désirs et les vues du gouvernement de la Confédération Argentine, adhire pleinement à la résolution adoptée par ce gouvernement à l'égard de la réparation demandée; or cette résolution à laquelle il adhire a été originairement prise par le général Oribe lui même.

Cette dernière note demonstre la justesse des arguments principaux sur lesquels se fondait celle du soussigné du 8 Mars dernier: car, si l'exigence faite dans la note du 13 Février par M. Guido au nom du général Oribe, eut été valable et légitime, il devenait inutile que M. Guido la reproduisit au nom de la Confédération le 16 Juin, et que le 28 le général Oribe adhêât à l'exigence du gouvernement

rando este adherir áquillo que fôra o primeiro a fazer, pôz elle mesmo em duvida a competencia e legalidade do primeiro passo que dera.

Exigindo o Sr. Guido pela nota de 16 de Junho p. p. por parte do governo, encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, e delle só, a satisfação já pedida, em virtude de ordens do general Oribe, pôz por isso tambem em duvida o direito daquelle general em pedir aquella satisfação por meio da legação argentina. A não ser assim, bastaria a exigencia formulada na primeira nota, e não seria necessario que o governo da Confederação se apresentasse separadamente, e que o general Oribe viesse depois adherir, em qualidades que o governo imperial não reconhece, a saber, de presidente da Republica Oriental, e de aliado da Confederação.

Ha em tudo isto, e o Sr. Guido não pôde deixar de reconhecê-lo, ao mesmo tempo que se procura separalos, uma mistura, uma consolidação do governo da Confederação Argentina com o general Oribe como presidente da Republica Oriental, que conviria esclarecer. Esta consolidação, que sómente se explica pelo vago da palavra —alliance—, pôde vir a ter, com o andar do tempo, e com o desenlace dos acontecimentos, resultados aos quaes o Brasil, na presença da convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, e dos seus interesses, não poderia ser indifferente.

E por certo que o governo argentino não tem, nem pôde ter a pretensão de negar ao governo imperial o direito de examinar por que órgãos, e com que titulo se lhe pede satisfações, e de discutir essas satisfações, exigindo para presta-las compensações justas e devidas até no interesse da paz, e de evitar a reproducção de novos factos semelhantes.

As notas do Sr. Guido acima citados tem um alcance muito maior do que parecem indicar. Dando por ellas a satisfação pedida o governo imperial reconheceria: 1.^o que o governo argentino tem o direito de a pedir, por factos relativos unicamente a questões com o general Oribe, e em virtude de uma alliance, cuja extensão e condições o governo imperial não conhece; 2.^o que o general Oribe, não reconhecido presidente legal da Republica do Uruguay, teria o direito de o pedir por meio da legação argentina, que o não representa, nem podia representar.

O governo imperial reconheceria como questões da Confederação Argentina ás questões do general Oribe, e como questões do general Oribe as da Confederação Argentina, e condemnando assim toda a sua politica

argentina. Du moment que celui-ci déclare adhérer à un acte émané en premier lieu de lui, il met lui même en doute la compétence et la légalité de son initiative antérieure.

M. Guido en exigeant par sa note du 16 Juin dernier de la part du gouvernement chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine, et de sa part seulement, la satisfaction déjà demandée d'après les ordres du général Oribe, a mis aussi en doute, par ce fait, le droit de ce général à demander cette satisfaction par l'intermédiaire de la légation argentine. S'il n'en était pas ainsi, l'exigence formulée dans la première note suffirait; et il ne serait pas nécessaire que le gouvernement de la Confédération se présentât séparément, et que le général Oribe fit acte subséquent d'adhésion comme président de la République Orientale et allié de la Confédération, titre que le gouvernement impérial ne reconnaît pas.

Il y a dans tout cela, et M. Guido ne peut que le reconnaître; une fusion et en quelque sorte identification du gouvernement de la Confédération Argentine avec le général Oribe, comme président de la république, qu'il serait désirable de pouvoir apprécier plus complètement. Cette fusion qui s'explique seulement par le vague du mot—*alliance*—peut amener dans la suite et par l'effet du cours même des choses, des résultats auxquels le Brésil, sous le coup des obligations résultant pour lui de la convention préliminaire de paix du 27 Août 1828, et de ses intérêts, ne saurait demeurer indifférent.

Le gouvernement argentin n'a, ni ne peut certainement avoir la prétention de refuser au gouvernement impérial le droit d'examiner, par quels organes et à quel titre des satisfactions lui sont demandées, non plus que discuter ces satisfactions, en exigeant pour les donner des compensations justes, convenables, nécessaires dans l'intérêt de la paix et afin d'éviter le renouvellement d'événements analogues.

Les notes précitées de M. Guido sont d'une portée beaucoup plus grande qu'elles ne le paraissent d'abord. Le gouvernement impérial, s'il donnait la satisfaction qu'on y demande, reconnaîtrait: 1.^o que le gouvernement argentin a le droit de la demander pour des faits qui ont rapport uniquement à des questions avec le général Oribe, et en vertu d'une alliance, dont le gouvernement impérial ne connaît ni l'étendue ni les conditions: 2.^o que le général Oribe n'ayant pas été reconnu président légal de la République de l'Uruguay, aurait le droit néanmoins aussi de demander satisfaction par l'entremise de la légation argentine, qui ne le représente pas et n'a jamais pu le représenter.

Le gouvernement impérial reconnaîtrait comme questions de la Confédération les questions pendantes avec le général Oribe, et comme questions du général Oribe, celles de la Confédération argentine, et en

passada, admitiria a confusa consolidação da autoridade daquelle governo e daquelle general.

« Se o governo imperial », diz o Sr. Guido, « não reconheceu até agora a autoridade presidencial do Exm.º Sr. general D. Manoel Oribe, nem por isso recusou discutir com a legação argentina, sobre tudo quanto se referia ao estado do Uruguay, entendendo-se umas vezes com o mesmo general pelo orgão do agente diplomatico brasileiro em Montevideo, quando lhe parecia conveniente. »

O Sr. general Guido engana-se, e para o provar, o abaixo assignado lhe recordará os seguintes trechos de algumas notas que em diversas épocas lhe tem sido dirigidas.

Em nota de 11 de Abril de 1846 dizia-lhe o Sr. Limpo de Abreu: « O Sr. Guido representa nesta corte o governo de Buenos-Ayres, e não o general Oribe, embora o seu governo o tenha reconhecido como presidente da republica do Uruguay. »

Em a nota de 17 de Dezembro de 1846 dizia o Sr. barão de Cayrú: « Não deve passar sem reparo que o Sr. Guido entenda produzir direito perfeito da Confederação Argentina um decreto publicado em nome do general Oribe como suprema autoridade da Republica do Uruguay, e para ser observado no territorio della. Nem o Sr. Guido (a não considerar Oribe como general argentino) está habilitado para reclamar nesta corte, em seu nome, sem competente authorisação na forma do estylo, quando lhe fôsse admittida. »

O mesmo Sr. Guido reconheceu que o general Oribe não tem representante nesta corte, quando disse em sua nota de 2 de Dezembro de 1846: « O abaixo assignado se tem honrado em tomar a seu cargo este assumpto, tanto por referir-se a um governo alliado do da Republica Argentina, sem representante junto de S. M., como por estar especialmente autorisado para isso pela suprema autoridade de que depende. »

Em nota de 12 de Abril de 1847 o Sr. barão de Cayrú declarou ao Sr. Guido que « posto estivesse o governo imperial prompto para admitir todas as solicitações do Sr. Guido relativas ao exercito argentino como belligerante contra o governo do Estado Oriental do Uruguay, contudo não pôde reconhecer ao Sr. ministro argentino titulo algum para representar ante o governo imperial o da Republica do Uruguay, e exigir em nome deste a pratica das regras internacionaes... nem conhece outro governo daquelle republica senão o que continúa a residir

condamnant ainsi toute sa politique passée, il admettrait l'assimilation et l'absorption l'un dans l'autre des pouvoirs du gouvernement argentin et du général Oribe.

« Si le gouvernement impérial, dit M. Guido, n'a pas reconnu jusqu'à présent l'autorité présidentielle de Son Excellence M. le général D. Manoel Oribe, il n'a pas pour cela refusé d'entrer en discussion avec la légation argentine sur tout ce qui pouvait avoir rapport à l'Etat de l'Uruguay, d'autant qu'il s'est entendu (et plus d'une fois) avec le même général par l'organe de l'agent diplomatique brésilien à Montevideo, quand cela lui semble convenable. »

M. le général Guido se trompe; et pour le prouver, le soussigné lui rappellera les passages suivants de quelques notes qui à différentes époques lui ont été adressées.

Dans la note du 11 Avril 1846 M. Limpo de Abreu lui disait: « M. Guido représente dans cette cour le gouvernement de Buenos-Ayres, et non pas le général Oribe, bien que son gouvernement ait reconnu ce général en qualité de président de la République de l'Uruguay. »

« Dans la note du 17 Décembre 1846 M. le baron de Cayrú disait: On ne doit pas laisser passer sans observation l'idée de M. Guido, qu'un décret public au nom du général Oribe comme autorité suprême de la république de l'Uruguay, et à exécuter sur son territoire, puisse produire un droit parfait à invoquer par la Confédération Argentine. M. Guido lui-même (à moins qu'il ne considère Oribe comme général argentin) n'aurait qualité pour présenter en son nom quelque réclamation que ce pût être à la cour de Rio de Janeiro, qu'autant qu'il en aurait reçu l'autorisation légale, et dans les formes d'usage, en supposant l'autorisation admise. »

M. Guido a reconnu que le général Oribe n'a pas de représentant dans cette cour, quand il dit dans sa note du 2 Décembre 1846: — « Le soussigné a eu l'honneur de se charger de cette affaire non seulement par ce qu'elle intéresse un gouvernement allié de celui de la République Argentine, sans représentation près de S. M., mais aussi par ce qu'il y est spécialement autorisé par l'autorité suprême dont il dépend. »

Dans la note du 12 Avril 1847 M. le baron de Cayrú a déclaré à M. Guido que — « bien que le gouvernement impérial fût prêt à admettre toutes les représentations de M. Guido relatives à l'armée argentine, comme belligérant contre le gouvernement de l'Etat Oriental de l'Uruguay, toutefois il ne pouvait reconnaître dans la personne du ministre argentin aucun titre pour représenter près du gouvernement impérial celui de la République de l'Uruguay, et exiger en son nom la mise en pratique des règles internationales... ne connaissant d'ailleurs aucun autre gouvernement

« na capital della, e junto do qual conserva ha muito tempo um representante. »

Este mesmo espirito domina na nota de 30 de Abril de 1846, e em outras muitas.

O abaixo assignado julga sufficientes os trechos apontados, e não accumulará outros para provar o que fica provado, isto é, que o governo imperial nunca admitto a legação argentina como representante e encarregado dos interesses do general Oribe. E posto em outras occasiões o governo imperial não repellisse a designação de presidente da Republica do Uruguay, com que tratava o Sr. Guido o dito general em suas notas, e se prestasse a discutir, para esclarecê-lo, um ou outro negocio de menor importancia, relativo ao mesmo general, não pôde esse procedimento infirmar declarações tão categoricas como as que ficão citadas. E era isso devido ao desejo que tinha o governo imperial de não azedar as suas relações com a Confederação, por questões de menor momento, e de facilitar o seu arranjo, e á inutilidade de repetir o que por tantas vezes tão positiva e claramente fôra dito. E de mais, considerando então o general Oribe como general de forças argentinas, desde que, á frente dellas, invadio a Republica do Uruguay, e as commanda, não podia nesse sentido deixar de aceitar certas discussões.

E em nenhuma das occasiões acima referidas, nas quaes o governo imperial declinou, pela sua incompetencia, as exigencias feitas pela legação argentina por parte do general Oribe, o governo argentino entendeu que havia denegação de justiça, e que era chegado o caso de retirar a sua legação desta corte.

O facto de haver-se o governo imperial por vezes entendido com o general Oribe por meio do seu agente diplomatico em Montevideo, não aproveita, antes contraria as pretensões do Sr. Guido.

O governo imperial considerou o Sr. D. Manoel Oribe como general das forças argentinas e considerou-o bem como tal, depois da nota do Sr. Guido de 15 de Junho de 1842. E por certo que essa declaração não inhibia o mesmo governo de entender-se com o dito general directamente, e por meio das autoridades brasileiras em contacto com elle, sobre negocios e reclamações nascidas de ordens e providencias directamente por elle tomadas.

Depois das declarações feitas pelo Sr. Guido, de que o general Oribe é alliado da Confederação como presidente da Republica Oriental, e portanto de que não é general e subordinado, não reconhecendo o governo imperial aquella alliança (que nunca lhe foi explicada), e a qualidade de presidente, não fica por isso inhibido de entender-se com o Sr. D. Manoel

« de cette république que celui qui continue à résider dans sa capitale et près duquel il conserve depuis long-temps un représentant. »

Ce même esprit domine dans la note du 30 Avril 1846 et dans beaucoup d'autres.

Le soussigné croit suffisantes les citations qui précèdent; et il n'en ajoutera pas d'autres pour prouver ce qui l'est déjà, c'est-à-dire, que le gouvernement impérial n'a jamais admis la légation argentine comme représentant et chargée des intérêts du général Oribe. Et quoiqu'en d'autres occasions le gouvernement impérial n'ait pas repoussé la qualification de président de la république, que M. Guido donnait dans ses notes au susdit général, et se soit prêt à discuter à titre d'éclaircissements à donner, ou à recevoir des affaires de moindre importance, relatives au même général, cette conduite ne peut en rien infirmer des déclarations aussi catégoriques que celles qui viennent d'être reproduites. Il faut y voir uniquement le désir qu'avait le gouvernement impérial de ne pas aigrir ses relations avec la Confédération par des questions d'un intérêt secondaire et d'en faciliter l'arrangement, outre l'inutilité qu'il y avait à répéter ce qui avait été dit tant de fois d'une manière si positive et si claire. De plus, considérant alors le général Oribe comme général des forces argentines, puisqu'il avait envahi à leur tête la République de l'Uruguay, et qu'il les commande, le gouvernement impérial ne pouvait, à ce point de vue, se refuser à entrer dans certaines discussions.

Aucune des circonstances rapportées plus haut dans lesquelles le gouvernement impérial a décliné, en alléguant son incompetence, les exigences présentées par la légation argentine de la part du général Oribe, n'a donné sujet au gouvernement argentin de dire qu'il y eût eu déni de justice, et que le moment fût arrivé pour lui de retirer sa légation de cette cour.

Le fait des relations établies quelquefois entre le gouvernement impérial et le général Oribe par l'entremise de l'agent diplomatique brésilien à Montevideo, loin d'être favorable aux prétentions de M. Guido, y est réellement contraire.

Le gouvernement impérial a considéré M. D. Manoel Oribe comme général des forces argentines, et il a bien fait de le considérer comme tel, après la note de M. Guido du 15 Juin 1842. Et certainement cette déclaration ne l'a pas empêché de s'entendre directement avec le dit général, et par le moyen des autorités brésiliennes en rapport avec lui, au sujet d'affaires et de réclamations resultantes d'ordres et de mesures émanant directement de lui.

Après les déclarations faites par M. Guido que le général Oribe est allié de la Confédération comme président de la République Orientale, et non pas son général, ni son subordonné, le gouvernement impérial, ne reconnaissant pas cette alliance (qui ne lui a jamais été expliquée), ni la qualité de président, n'en est pas moins libre toutefois, s'il le juge ainsi à propos,

Oribe senão como general argentino, como general e chefe de forças que occupão a fronteira e parte do Estado Oriental, sobre negócios e questões nascidas de ordens e providencias por elle tomadas. É isso conforme e consistente com o facto de reconhecer o governo imperial o governo de Montevideo, e com a sua qualidade de neutro.

O governo imperial nunca duvidou e não duvida entender-se com o general Oribe directamente, e como general sómente, sobre os factos occorridos ultimamente na fronteira. E tanto que expedio ordem ao seu encarregado de negócios em Montevideo para discutir e tratar as questões relativas ao barão de Jaculy com o general Oribe, e essas questões estão pendentes, como o Sr. Guido verá das copias juntas.

O que o governo imperial recusou e recusa admitir é que o governo argentino tome essas questões a si; é admitir o ministro argentino como representante do general Oribe; e nisso vai de accordo com todos os seus precedentes.

E o Sr. Guido tanto o reconhece que, para autorisar-se, funda-se em uma alliança entre a Confederação Argentina e o general Oribe.

Pedindo o Sr. Guido, em nome do governo argentino, uma satisfação por factos occorridos com o Sr. general Oribe, fundado em uma alliança, não pôde contestar ao governo imperial o direito de examinar esse fundamento, muito principalmente quando este não tem, nem pôde ter, uma idéa clara da extensão e condições dessa alliança.

Não a tem, nem pôde ter, á vista das declarações do mesmo Sr. Guido.

Em sua nota de 18 de Dezembro de 1847 diz o Sr. Guido: « O abaixo assignado elevou esse novo incidente ao conhecimento do seu governo, e S. Ex. o autorizou em consequencia para declarar, como « solemnemente declara, ser inteiramente destituida « de verdade a existencia de tratado qualquer que seja, « nem verbal, nem escripto, nem publico, nem secreto, com S. Ex. o Sr. general Oribe, pelo qual « se haja concertado uma alliança que não a teria « reservado, quando não entra nunca em suas vistas provocação, nem hostilidade contra o Imperio, « e quando lhe era licito contrahir-la com qualquer « estado soberano, qual a Republica do Uruguay. »

« Tão explicito quer o governo da Confederação que « seja seu representante junto de S. M. Imperial sobre « este ponto, que lhe manda assegurar « que das « pretendidas allianças não existe outra com o presidente-general Oribe senão a que de facto era indispensavel e natural para combater a rebelião dos « inimigos internos e a intervenção européa, e para « defender a independencia dos Orientaes e Argenti-

de s'entendre avec M. D. Manoel Oribe, sinon comme général argentin, du moins comme général et chef des forces qui occupent la frontière, et une partie de l'Etat Oriental, au sujet d'affaires et de questions résultantes d'ordres et de mesures venant de lui. Il n'y a rien là qui soit en désaccord du côté du gouvernement impérial, avec la reconnaissance par lui du gouvernement de Montevideo, et avec sa qualité de neutre.

Le gouvernement impérial n'a jamais hésité, et n'hésite pas, à s'entendre directement avec le général Oribe et seulement en sa qualité de général, sur les faits qui ont eu lieu dernièrement à la frontière. Et cela est si vrai qu'il a expédié des ordres à son chargé d'affaires à Montevideo pour discuter et traiter les questions relatives au baron de Jaculy avec le général Oribe; ces questions sont encore pendantes, comme M. Guido peut le voir dans les copies ci-jointes.

Ce que le gouvernement impérial a refusé et refuse d'admettre, c'est que le gouvernement argentin prenne ces questions comme siennes, c'est que le ministre argentin soit considéré comme représentant du général Oribe; et en cela il marche d'accord avec tous ses précédents.

M. Guido le reconnaît si bien, qu'il se fonde pour s'y dire autorisé, sur une alliance entre la Confédération Argentine et le général Oribe.

M. Guido en demandant satisfaction au nom du gouvernement argentin pour des faits qui proviennent de M. le général Oribe, et en se fondant sur une alliance, ne saurait contester au gouvernement impérial le droit d'examiner ce point capital, n'ayant surtout, ni ne pouvant avoir une idée claire de l'étendue non plus que des conditions de cette alliance.

Il ne l'a pas, et ne peut l'avoir d'après les déclarations de M. Guido.

Dans sa note du 18 Décembre 1847 M. Guido dit « Le soussigné a porté ce nouvel incident à la « connaissance de son gouvernement, et Son Excellence l'a autorisé en conséquence à déclarer, comme « la déclaration en est ici solennellement faite, qu'il « n'existe en réalité entre lui et S. Ex. Monsieur le « général Oribe aucun traité quelconque, ni verbal « ni écrit, ni public, ni secret, stipulant une alliance, qu'il n'aurait pas au reste cachée, n'ayant « jamais eu aucune arrière-pensée de provocation, « ni d'hostilité pour l'Empire, libre d'ailleurs de contracter tous engagements qu'il aurait voulu avec un « état souverain tel que la République de l'Uruguay.

« Le gouvernement de la Confédération veut que « son représentant près de S. M. Impériale soit si « explicite sur ce point qu'il n'y laisse aucun doute « possible à l'avenir, en affirmant que la seule alliance, qui existe avec le président général Oribe « est uniquement l'alliance de fait, naturelle, indispensablement exigée par la nécessité de comprimer « la rebellion à l'intérieur, de repousser l'intervention

« nos; e que a guerra que sustentão os governos do Rio da Prata só teve e terá esse unico e exclusivo fim; « sem no entanto estar esta combinação formulada, « nem definida em facto algum escripto, nem em « convenios verbaes. »

Em vista de uma declaração tão positiva e categorica, qual é, qual pôde ser essa alliança que agora se invoca?

Ella não foi declarada em 1842, como parece querer indicar o Sr. Guido.

Informado o governo imperial officialmente de que um exercito argentino sob o commando do general Oribe devia ter passado o Uruguay para invadir o territorio da Republica Oriental, pediu ao governo argentino explicações officiaes em nota de 11 de Junho de 1842 sobre as intenções com que as forças argentinas intentavão aquella invasão.

O Sr. Guido, em sua resposta datada de 15 de Junho de 1842, não indicou a existencia de alliança alguma; reconhece que a invasão do territorio oriental é feita unicamente por tropas argentinas; falla sómente em nome do governo argentino, como se vê de todo o texto daquelle resposta. E assignalando a causa daquelle invasão, dá como tal a existencia politica de Rivera no Estado Oriental, porquanto diz:

« O governo argentino não tomou pois as armas « por espirito de conquista, nem por nenhum desses « principios ignobis capazes de pôr em ambiguidade « sua lealdade e renome. Foi forçado a defender-se « da aggressão de um vizinho anarchico: a declaração « de guerra de Rivera contestou, pondo em pé as forças nacionaes para destruir suas nefandas machinacões no territorio argentino, para desbaratar sua alliança com os implacaveis inimigos da Confederação, e para extinguir o germen de discordia perpetua inseparavel de sua existencia politica no Estado Oriental. » E acrescenta—que o governo argentino, longe de obstinar-se insensatamente na continuação da guerra que motivou a invasão, se teria felicitado de poupar a ambos os estados as calamidades de uma larga contenda, e de offerecer sua ampla condescendencia ás benevolas e amigaveis officiosidades de altos poderes em favor de um pacifico accordo, se a existencia de Rivera no territorio que opprime, se conciliasse com duração da paz: perdida porém para sempre a esperanza com a existencia de um caudilho, fraco na verdade, mas sem escrupulo para a decepção, recusa adormecer na confiança de qualquer compromisso contrahido á sombra de Ri- « vera, etc. »

Portanto, das explicações dadas pelo governo argentino em 1842 não se colhe a existencia de alliança

« europeenne, et de défendre l'indépendance des « orientaux et des argentins, la guerre que soutiennent les gouvernements de la Plata n'ayant eu et « ne devant avoir en aucun cas d'autre objet, et « sans entente toutefois formulée à cet égard, ni stipulations ou conventions écrites ni verbales. »

Après une déclaration si positive et si catégorique, quelle est, quelle peut être cette alliance qu'on invoque maintenant ?

Elle n'a pas été déclarée en 1842 comme M. Guido paraît vouloir le faire entendre.

Le gouvernement impérial informé officiellement, qu'une armée argentine sous le commandement du général Oribe devait avoir passé l'Uruguay pour envahir le territoire de la République Orientale, demanda au gouvernement argentin par note du 11 Juin 1842 des explications officielles sur les intentions dans lesquelles l'invasion avait lieu de la part des forces argentines.

M. Guido dans sa réponse datée du 15 Juin 1842 ne mentionne l'existence d'aucune alliance; il y déclare que l'invasion du territoire oriental a lieu uniquement par des troupes argentines; il y parle seulement au nom du gouvernement argentin; tel est le sens de toute la teneur de cette réponse; quant au motif de l'invasion, il signale comme tel l'existence politique de Rivera dans l'Etat Oriental en disant:

« Le gouvernement argentin n'a donc pas pris les « armes par esprit de conquête, ni dans aucune de « ces vues égoïstes que sa loyauté et son renom repoussent. Il était forcé de se défendre de l'aggression d'un voisin anarchique. Il a répondu à la « déclaration de guerre de Rivera, en mettant sur « pied les forces nationales; les abominables machinations de Rivera sur le territoire argentin devaient « être neutralisées, ainsi que son alliance avec les « implacables ennemis de la Confédération; et il en « fallait finir avec le germe de discorde toujours renaissante, inséparable de son existence politique « dans l'Etat Oriental. — Le gouvernement argentin, ajoute M. Guido, « loin de continuer follement depuis « lors la guerre motivée par l'invasion, se serait félicité de pouvoir épargner aux deux états les calamités « d'une pareille lutte, et en s'empressant d'acquiescer « aux offres bienveillantes et amicales de haute médiation, faites en vue d'un dénouement pacifique, si « la présence de Rivera sur le territoire qu'il opprime « y était conciliable avec la durée de la paix: mais « il est impossible de compter sur rien de stable de « la part d'un tel factieux toujours prêt à tromper; « et tout compromis passé avec lui ne serait qu'une « déception certaine. à laquelle le gouvernement argentin est résolu de ne pas se laisser prendre, etc. »

Ainsi les explications données par le gouvernement argentin en 1842 n'ont rien qui annonce l'existence

alguma, como o Sr. Guido pretende inculcar. Nem podia existir nos termos dessas explicações, e tendo Oribe entrado no território oriental com o título de general em chefe do exército da Confederação Argentina.

E o que significaria uma aliança de facto entre um governo e seu general?

E dado mesmo que essa aliança tivesse existido naquella época, teria desaparecido com as causas que a produzião, e com o fim que teria tido em vista. Teria desaparecido com o desaparecimento de Rivera da scena politica, com as batalhas do Arroio Grande e da India Morta, e com a impossibilidade em que está hoje de reerguer a sua influencia na Banda Oriental. Teria desaparecido com o repudio e proscripção do dito Rivera pelo governo de Montevideo e pelos mesmos que o apoiavam.

E se essa aliança concebida depois teve por fim resistir à intervenção europea, como insinuou depois o Sr. Guido em sua nota de 18 de Dezembro de 1847, não pôde ella ser hoje invocada, tendo desaparecido essa causa. A intervenção ingleza retirou-se completamente pelo tratado Southern; a franceza parece que está a desaparecer com a nova negociação do almirante Le Prédour.

Que aliança é essa portanto em que se funda o Sr. Guido, e qual é o seu fim e alcance?

Quando em uma questão entre o Brasil e um general que occupa o território de um estado vizinho, cuja independencia o Brasil garantio, sobrevem um terceiro, mette-se de permeio, toma a si a questão, e exige em seu nome e daquelle general uma satisfação solemne, em virtude de uma aliança que reconhece não estar formulada, nem definida, nem mesmo em convenios verbaes, não terá o Brasil o direito de examinar e discutir o título em virtude do qual se lhe faz semelhante exigencia? E porque na nota de 8 de Março proximo passado o abaixo assignado a declina por não conhecer a extensão e condições dessa aliança, o Sr. Guido, em lugar de a explicar, deixando-a na mesma obscuridade em que a deixára a sua nota de 18 de Dezembro de 1847, insiste na satisfação pedida, e declara que se lhe não fôr dada, ou se fôr demorada, a legação argentina terá de retirar-se desta corte.

Qualquer outra nação teria o indisputavel direito de exigir a exhibição do título em virtude do qual se lhe faria uma requisição semelhante, porque é de razão que quando damos uma satisfação, tenhamos ao menos a consolação de saber que a damos a quem tem direito de no-la pedir. E se qualquer teria esse direito, muito mais o tem, muito mais importante é para o Brasil, comprometido pela convenção preliminar de paz de

d'une alliance quelconque, comme M. Guido semble le dire. Et il ne pouvait en être autrement quant à ces explications, Oribe ayant envahi le territoire oriental sous le titre de général en chef de l'armée de la Confédération Argentine.

Et que signifierait une alliance de fait entre un gouvernement et son général?

En supposant même que l'alliance eût existé à cette époque, elle aurait cessé dans tous les cas avec ses causes déterminantes et avec son objet: or son objet était rempli, son but était atteint du moment que Rivera disparaissait de la scène politique; et c'est ce qui a eu lieu par suite des combats de l'Arroio Grande et d'India-Morta, Rivera s'étant trouvé dès lors sans influence dans la Bande Orientale, comme il est aujourd'hui sans possibilité de l'y relever, expulsé et proscrit par le gouvernement de Montevideo et par ceux même qui l'appuyaient.

Et si cette alliance formée depuis a eu pour but de résister à l'intervention européenne, comme M. Guido l'a insinué ensuite dans sa note du 18 Décembre 1847, elle ne peut pas être invoquée aujourd'hui, cette cause elle même ayant disparu. L'intervention anglaise a complètement cessé en conséquence du traité Southern; l'intervention française paraît tirer à sa fin par suite de la nouvelle négociation de l'Amiral Le Prédour.

Quelle est donc cette alliance sur laquelle M. Guido s'appuie, et quels en sont le but et la portée?

Quand une puissance tierce croit pouvoir s'interposer entre le Brésil et un général occupant le territoire d'un état voisin, dont l'indépendance a été garantie par le Brésil: quand ce tiers appelle à lui la question pendante, et exige tant en son nom qu'au nom de ce même général une satisfaction solennelle en vertu d'une alliance qu'il reconnaît n'avoir pas été formulée, ni définie, même par conventions verbales, le Brésil n'aura-t-il pas le droit d'examiner et de discuter le titre, en vertu duquel une semblable exigence lui est adressée? Le soussigné dans sa note du 8 Mars dernier niait l'existence d'une pareille alliance n'en connaissant en effet d'ailleurs ni l'étendue, ni les conditions; et M. Guido aurait dû alors au moins la lui expliquer; mais c'est ce qu'il évite de faire; il laisse tout dans la même obscurité qu'après sa note du 18 décembre 1847; et seulement il insiste sur la satisfaction demandée, déclarant que si cette satisfaction est refusée ou même différée, la légation argentine quittera Rio de Janeiro.

Toute nation, quelle qu'elle fût à qui une pareille intimation serait faite, aurait incontestablement le droit d'exiger la présentation du titre, en vertu duquel elle peut avoir lieu plus ou moins légalement; car donnant une satisfaction, nous aimons du moins à savoir que nous la donnons à qui réellement nous la devons: à plus forte raison le Brésil est-il en droit d'en agir ainsi dans la circonstance actuelle, obligé comme il est

27 de Agosto de 1828, a defender a independência da Republica Oriental do Uruguay.

Não poderá essa alliança prejudicar essa independência e os direitos e obrigações que o Brasil deriva dessa convenção?

Não terá o Brasil o direito de examinar e saber em que ella consiste? O abaixo assignado não deixa por isso estabelecido que aquella alliança prejudique essa independência. Mas negocios tão graves, e que interessão de tão perto os direitos de nações, não podem permanecer na obscuridade e no vago de palavras e protestações geraes, e muito menos do instincto de que falla o Sr. Guido; mas antes devem ser esclarecidos por uma maneira positiva que fixe o presente e evite difficuldades para o futuro.

A questão portanto pela maneira por que se formula e apresenta, não é uma questão restricta ao procedimento do barão de Jacubhy, que o governo imperial não approvou nem approva. Tem muito maior alcance.

A concessão da satisfação pedida pela maneira por que se pede e formula, teria as seguintes immensas e gravissimas consequencias.

O reconhecimento de uma alliança não formulada nem definida, nem mesmo em convenios verbaes, entre a Confederação Argentina e o general Oribe, a respeito dos negocios da Republica Oriental, cuja independência o Brasil se obrigou a defender e é do seu maior interesse.

O reconhecimento do direito da Confederação Argentina de tomar a si e de metter-se de permeio em todas as questões entre o Brasil e o general Oribe.

O reconhecimento da legação argentina como representante e orgão do mesmo general.

O reconhecimento, ao menos indirecto, do general Oribe como presidente legal.

Aquelle passo, pelo seu alcance, prejudicaria toda a politica passada e futura do Brasil nos negocios do Rio da Prata.

O governo imperial accitou em 1842 o titulo do argentino para fazer a guerra, como diz o Sr. Guido, mas accitou-o nos termos da sua resposta á interpeção de 11 de Junho de 1842, e essa accitação não pôde ter maior comprehensão e alcance do que aquella resposta tinha, nem proceder em circumstancias differentes. O governo imperial, diz mais o Sr. Guido, offerecia a sua alliança á Confederação Argentina para debellar a seu inimigo, mas o Sr. Guido esquece que a alliança contra o governo de D. Fructuoso Rivera foi solicitada por elle na nota de 4 de Janeiro de 1843, desenvolvida no *memorandum* de 5 de Fevereiro do mesmo anno, e projecto de convenção que o acompanhou; que essa alliança não foi levada a effeito pela recusa do mesmo governo argentino, que a sua proposição foi accita e desenvolvida pelo governo im-

par la convention préliminaire de paix du 27 Août 1828 de défendre l'indépendance de la République Orientale de l'Uruguay!

Une telle alliance ne pourra-t-elle pas nuire à cette indépendance, aux droits et aux obligations qui dérivent pour le Brésil de cette convention?

Le Brésil n'aura-t-il pas le droit d'examiner et de savoir en quoi consiste la susdite alliance? Le sousigné ne considère pas pour cela comme établi qu'elle nuise à cette indépendance. Mais des affaires aussi graves, et qui intéressent de si près les droits des nations, ne peuvent rester dans l'obscurité, ni le vague des mots et des protestations générales beaucoup moins des spontanéités instinctives dont parle M. Guido: tout au contraire y doit être clair et positif, de manière à bien déterminer le présent et à prévenir toutes difficultés futures.

Aussi la question, de la manière dont elle est formulée et présentée, n'est pas une question restreinte au procédé du baron de Jacubhy, que le gouvernement impérial n'a pas approuvé et n'approuve pas. Elle a une bien plus grande portée.

La concession de la satisfaction dont il s'agit, comme elle est formulée et demandée, aurait les conséquences suivantes, qui sont d'une immense gravité.

La reconnaissance d'une alliance non formulée, ni définie, pas même dans des conventions verbales, entre la Confédération Argentine, et le général Oribe au sujet des affaires de la République Orientale, dont le Brésil s'est obligé à défendre l'indépendance, comme il est de son plus grand intérêt qu'il le fasse.

La reconnaissance du droit que s'arroe la Confédération Argentine d'appeler à elle toutes les questions entre le Brésil et le général Oribe, et d'y intervenir.

La reconnaissance de la légation argentine comme représentant et organe du même général.

La reconnaissance, au moins indirecte, du général Oribe comme président légal.

Une démarche pareille entraînerait nécessairement après elle le discrédit de toute la politique passée dans les affaires du Rio de la Plata.

Le gouvernement impérial admit en 1842, comme dit M. Guido, les titres que présentait le gouvernement argentin pour faire la guerre; mais il les admit dans les termes de sa réponse à l'interpellation du 11 Juin 1842, et cette concession ne peut avoir une signification et une portée autres que n'avait cette réponse, ni servir en circonstances différentes. Le gouvernement impérial, ajoute M. Guido, offrait son alliance à la Confédération Argentine pour combattre son ennemi; mais M. Guido oublie que l'alliance contre le gouvernement de D. Fructuoso Rivera a été sollicitée par lui même dans la note du 4 Janvier 1843, développée dans le *memorandum* du 5 Février de la même année et dans le projet de convention qui l'accompagnait: que cette alliance ne s'est pas réalisée par le refus même du gouvernement argentin, que sa

perial no mesmo espirito da resposta á interpegação de 11 de Junho, e porque Rivera se tinha aliado aos rebeldes do Rio Grande do Sul.

O Sr. Guido esquece tambem que o principal fundamento pelo qual depois, em nota de 25 de Abril de 1843, declarou que o seu governo não acquiescia á sobredita alliança, era o seguinte: por ser inconveniente um tratado desse genero sem a concurrencia e acquiescencia do Ex.^{ma} governo legal da Republica Oriental do Uruguay, especialmente quando o Ex.^{ma} Sr. presidente brigadeiro D. Manoel Oribe (dit o Sr. Guido) está reconhecido, etc.

Póde-se concluir de uma alliança projectada para acabar a influencia de Fructuoso Rivera, entre o Brasil e a Confederação Argentina só, a existencia, extensão e condições de outra que não póde mais ter esse fim, porque a influencia do dito Rivera está completamente acabada?

Póde-se concluir de uma alliança projectada entre o Brasil e a Confederação Argentina, que é a final repellido por esta, por não ser admittida pelo Brasil a concurrencia e acquiescencia do general Oribe, que o mesmo Brasil admitte e reconhece uma alliança não formulada, nem definida entre a Confederação e o dito general?

O abaixo assignado não examinará, por lhe parecer esse exame alheio á presente questão, se a Republica Oriental estava comprimida pela força quando começou a guerra, e se a opinião nacional e a reacção de que falla o Sr. Guido se podião tornar geraes com espontaneidade á sombra de um exercito invasor.

O Sr. Guido lembra a declaração do governo imperial, de que a entrada do general Oribe em Montevideo não seria razão para alterar a sua neutralidade.

O abaixo assignado pede licença para reproduzir textualmente as palavras da nota de 26 de Junho de 1843 ao ministro das relações exteriores da Republica do Uruguay, á qual o Sr. Guido parece alludir. Diz ella: « Que como o simples facto de cahir a praça de « Montevideo em poder dos sitiadores não destruiria, « despido de outras circumstancias, a independencia « do Estado Oriental, é claro que o governo imperial, « ainda na presença desse facto, que aliás lamentaria, « não podia julgar-se autorizado a intervir. Aquelle « facto, quando se realisasse, seria um dos fins das « hostilidades que o governo de Buenos-Ayres promove contra o governo da Republica Oriental do « Uruguay. »

Desta declaração não se póde deduzir inferencia alguma favoravel ao que pretende o Sr. Guido. Ella não considera, nem podia considerar D. Manoel Oribe como presidente, mas como general das forças sitiadoras. De accordo com as explicações dadas á interpella-

proposition a été acceptée et développée par le gouvernement impérial dans le même sens de la réponse à l'interpellation du 11 Juin et par ce que Rivera s'était allié aux rebelles du Rio Grande du Sud.

M. Guido oublie aussi que la raison principale pour laquelle il a déclaré en-uite dans sa note du 25 Avril 1843, que son gouvernement n'acquiesçait pas à la susdite alliance, était la suivante: — qu'un traité de ce genre n'était pas convenable sans le concours et l'acquiescement du gouvernement légal de la République Orientale, surtout Son Excellence le président brigadier D. Manoel Oribe (dit M. Guido) étant reconnu, etc.

Peut-on, d'une alliance projetée seulement, entre la Confédération Argentine et le Brésil, pour faire cesser l'influence de Fructuoso Rivera, déduire l'existence, l'étendue, et les conditions d'un autre accord qui ne peut plus avoir ce but, puisque l'influence du dit Rivera est complètement anéantie? .

Peut-on, d'une alliance projetée entre le Brésil et la Confédération Argentine qui l'a enfin repoussée, par ce que le Brésil n'a pas admis le concours et l'acquiescement du général Oribe, conclure que le Brésil admette et reconnaisse une alliance non formée, ni définie entre la Confédération et le susdit général?

Le soussigné n'examinera pas, vu que cet examen n'appartient pas à la question présente, si la République Orientale était comprimée par la force, quand la guerre a commencé, et si la réaction dans le sens de l'opinion nationale, dont parle M. Guido, pouvait avoir un caractère de spontanéité générale à l'ombre d'une armée d'occupation.

M. Guido rappelle que le gouvernement impérial a déclaré, que l'entrée du général Oribe à Montevideo ne serait pas une raison pour lui, de rien changer à sa position de neutre.

Le soussigné demande la permission de reproduire textuellement les termes de la note du 26 Juin 1843 adressée au ministre des relations extérieures de la république de l'Uruguay, à laquelle M. Guido semble faire allusion. Elle dit: — « que comme le simple fait « de l'occupation de la place de Montevideo par les « assiégeants sans autres circonstances, ne détruirait « pas l'indépendance de l'Etat Oriental, il est clair que « le gouvernement impérial même en présence de ce « fait, que toutefois il déplorerait, ne pourrait se croire « autorisé à intervenir. Cette éventualité ne serait en « effet que l'accomplissement d'un des objets de la « guerre, que le gouvernement de Buenos Ayres fait « au gouvernement de la République Orientale de « l'Uruguay. »

La déclaration qui précède ne saurait se prêter à aucune induction favorable à la prétention de M. Guido. Dans cette déclaration on ne considère pas, on ne pouvait pas considérer D. Manoel Oribe comme président, mais bien comme général des forces as-

ção de 11 de Junho de 1842, considera as hostilidades como provenientes da Confederação Argentina, e a guerra como tendo o fim indicado naquella resposta.

Então a influencia de Rivera ainda não tinha sido reduzida á nullidade. Apresentava-se a intervenção da França e da Inglaterra, que tanto complicarão o andamento e desfecho dos negocios do Rio da Prata.

Hoje a influencia de Rivera está completamente acabada. A intervenção ingleza terminou por uma convenção. Aquella pela qual tem de terminar a intervenção da França está concluida, ao menos com o governo argentino, *ad referendum*.

A declaração de 26 de Junho de 1845 não pôde portanto ser hoje invocada, e não ligou a politica futura do governo imperial em diversas circumstancias, como de suas proprias palavras se depreheende.

O abaixo assignado não duvida de que haja affinidade de vistas entre o Sr. governador Rosas e o Sr. general Oribe. Mas quando essa affinidade de vistas se diz consagrada por uma alliança, deve ser concedido a uma potencia, como o Brasil, tão interessada nos negocios do Rio da Prata, o esclarecimento necessario para avaliar a extensão e condições dessa alliança.

Accrescenta o Sr. Guido que, quando o abaixo assignado não visse nelle o representante da alliança referida, não poderia negar-lhe caracter bastante para tratar dos direitos do belligerante argentino na Banda Oriental.

Mas no caso em questão, e á vista da convenção de 27 de Agosto de 1828, não basta hoje ao governo argentino dizer: — eu sou belligerante. — Cumpriria explicar a sua posição actual e essa alliança de que falla. O governo argentino, na resposta que deu ás interpellações de 11 de Junho de 1842, o reconheceu. Declarou-se então unico belligerante, e que a guerra tinha por fim destruir a influencia de Rivera.

Hoje não se apresenta mais como simples e unico belligerante, mas como aliado do general Oribe, e a guerra não pôde ter mais aquelle fim.

As explicações dadas áquellas interpellações já não militão hoje.

Se o governo argentino em 1842, e á vista da convenção de 27 de Agosto de 1828, entendeu dever dar explicações sobre a maneira e fim para que era belligerante, muito mais o deve fazer hoje, quando desapareceu aquelle fim, quando não faz a guerra só, mas declara ter um aliado, e quando a guerra e a alliança dizem respeito ao Estado Oriental, cuja independencia o Brasil se obrigou a defender.

siégeantes. D'accord avec les explications données sur l'interpellation du 11 Juin 1842, on y considère les hostilités comme provenant de la Confédération Argentine et la guerre comme ayant le but indiqué dans cette même réponse.

L'influence de Rivera n'était pas alors anéantie. A cette époque existait l'intervention de la France et de l'Angleterre, qui a tant compliqué la marche et le denouement des affaires du Rio de la Plata.

Mais aujourd'hui l'influence de Rivera a complètement cessé. L'intervention anglaise s'est terminée par une convention. Celle qui doit terminer l'intervention de la France est conclue, du moins avec le gouvernement argentin, *ad referendum*.

La déclaration du 26 Juin 1845 ne peut donc être aujourd'hui invoquée et elle n'a en rien compromis la politique future du gouvernement impérial à l'égard de toutes autres éventualités, ainsi qu'il résulte des termes même dans lesquels elle est conçue.

Le soussigné nedoute pas qu'il n'y ait affinité de vues entre M. le gouverneur Rosas et M. le général Oribe. Mais lorsqu'on dit que cette affinité de vues est consacrée par une alliance, on devrait donner à une puissance, comme le Brésil, aussi intéressée dans les affaires du Rio de la Plata, les éclaircissements nécessaires pour pouvoir bien apprécier l'étendue et les conditions de cette alliance.

M. Guido ajoute que quand même le soussigné ne verrait pas en lui le représentant de la susdite alliance, il ne pourrait toutefois méconnaître son caractère diplomatique pour traiter des droits du belligérant argentin dans la Bande Orientale.

Mais dans le cas dont il s'agit et en présence de la convention du 27 Août 1828, il ne suffit pas aujourd'hui au gouvernement argentin de dire: — je suis belligérant. — Il lui faudrait expliquer sa position actuelle et cette alliance dont il parle. Le gouvernement argentin a reconnu cette obligation dans la réponse qu'il a faite aux interpellations du 11 Juin 1842, en déclarant alors qu'il était le seul belligérant et que le but de la guerre était de détruire l'influence de Rivera.

Aujourd'hui il ne se présente plus comme simple et seul belligérant, mais comme allié du général Oribe, et la guerre ne peut plus avoir ce même but.

Les explications données en conséquence de ces interpellations ne peuvent plus servir aujourd'hui.

Si le gouvernement argentin en 1842, aux termes de la convention du 27 Août 1828, a cru devoir donner des explications sur la manière dont il était belligérant et sur son but, à plus forte raison doit-il le faire aujourd'hui, quand ce but a changé, quand il ne fait plus seul la guerre, et déclare avoir un allié; et quand la guerre et l'alliance se rapportent à l'Etat Oriental dont le Brésil s'est obligé à défendre l'indépendance.

Declarando ter uma alliança, fundando se nessa alliança para pedir reparações, não pôde o governo argentino, para deixar de dar explicações, dizer mais: « ponde de parte a alliança, e considerai-me como unico belligerante. » Uma abstracção semelhante, contraria ás proprias declarações ultimas do governo argentino, nullificaria os direitos e obrigações que a convenção de 27 de Agosto de 1828 impõe ao Brasil, e por isso não pôde ser admittida.

É com effeito difficil descreminar o que pôde prejudicar o general Oribe, sem prejudicar igualmente o exercito argentino, não estando definidos, nem ainda em convenios verbaes, mas dependentes unicamente do instincto de mutua defese, o fim e condições da coalizão de que falla o Sr. Guido e a parte que cada um tem na guerra. É questão que somente o governo argentino ou o general Oribe poderiam resolver, e que o governo imperial nem sequer poderia examinar por falta de dados.

No caso de guerra e de alliança entre belligerantes, um facto que prejudica a um pôde prejudicar ou deixar de prejudicar a outro, segundo a natureza, importancia e alcance desse facto, e a parte que o mesmo belligerante tem na guerra e fim della.

Prescindindo da ultima consideração, que por falta de dados, como acima disse, o abaixo assignado não pôde discutir, entende elle que a natureza, importancia e alcance dos factos praticados pelo barão de Jacuhy não são do numero daquelles que, prejudicando a um alliado, prejudicão necessariamente o outro.

Os factos praticados pelo barão de Jacuhy verificão-se em lugar distante do theatro da guerra, e não prejudicão as suas operações. A força do barão de Jacuhy foi repellida pela que se achava guarnecendo a fronteira do outro lado do Quaraim, e que ali se achava antes, e independentemente da ultima entrada de mesmo barão.

Esses factos não são novos, não tem côr e alcance politico, nascem das causas apontadas pelo abaixo assignado em sua nota de 8 de Março proximo passado.

O Sr. Guido reconhece isso quando diz em sua nota de 13 de Fevereiro proximo passado: « E a quarta vez, « Sr. ministro, que o barão de Jacuhy invade com os « seus sequazes a Republica do Uruguay. Das tres « primeiras o governo imperial está já informado pelo « sumario enviado a S. Ex. por esta legação em 28 « de Dezembro proximo passado, no qual não só as « successivas entradas do barão, como tambem a « extracção furtiva de innumerables gados do Estado « Oriental, proprios e alheios, estão detalhadas e « comprovadas, &c. »

En déclarant avoir une alliance, en se fondant sur cette alliance pour demander des réparations, le gouvernement argentin pour s'abstenir de donner des explications ne peut plus dire: — « mettez de côté l'alliance et considérez-moi comme le seul belligérant. » — Une abstraction semblable, contraire aux dernières déclarations du gouvernement argentin lui même, rendrait nuls les droits et les obligations qui résultent pour le Brésil de la convention du 27 Août 1828: et en conséquence elle ne peut pas être admise.

Il est en effet difficile d'établir ce qui peut faire tort au général Oribe sans nuire en même temps à l'armée argentine, quand le but et les conditions de la coalition dont parle M. Guido, ainsi que la part que chacun des coalisés prend à la guerre, ne sont pas définis même par des conventions verbales, mais dépendent seulement d'un instinct de défense commune: c'est là une question que le gouvernement argentin et le général Oribe pourraient seuls résoudre et que le gouvernement impérial n'est pas même en mesure de pouvoir examiner par manque total d'explications.

En cas de guerre et d'alliance entre des belligérants, un fait qui nuit à l'un d'eux peut nuire ou non à l'autre, selon la nature, l'importance, la portée de ce fait et la part que le même belligérant a dans la guerre.

Abstraction faite de la dernière considération, que par manque d'explications, comme il vient de le dire, le sousigné ne peut discuter, il entend que la nature, la portée et les conséquences des faits pratiqués par le baron de Jacuhy ne sont pas du nombre de ceux qui, faisant tort à un allié, nuisent nécessairement à l'autre.

Les actes pratiqués par le baron de Jacuhy ont eu lieu sur un point éloigné du théâtre de la guerre, et n'ont pu en influencer les opérations. Les forces du baron de Jacuhy ont été repoussées par celles qui garnissaient la frontière au delà du Quaraim, et qui s'y trouvaient déjà et indépendamment de la dernière incursion du baron.

Ces faits ne sont pas nouveaux; ils n'ont ni couleur, ni portée politique; ils naissent des causes indiquées par le sousigné dans sa note du 8 Mars dernier.

M. Guido le reconnaît quand il dit dans sa note du 13 Février: « C'est la quatrième fois, M. le ministre, « que le baron de Jacuhy envahit avec ses partisans la « République de l'Uruguay. Quant aux trois premières « courses, le gouvernement impérial est déjà en possession des faits par le dossier d'instruction sommaire « que cette légation a envoyé à Son Excellence le 28 « Décembre dernier: instruction qui détaillait avec « soin et constatait ces invasions successives du baron, « ainsi que l'extraction clandestine de l'Etat Oriental « d'innombrables bestiaux ou à lui ou à d'autres &c. »

O governo argentino não se queixou das tres primeiras entradas, que agora chama invasões, porque a nota de 28 de Dezembro proximo passado, primeira que trata deste assumpto, tem por fim dar explicações provocadas pelo abaixo assignado.

E não se queixou certamente porque essas entradas, essas correrias, essas aggressões tem sido reciprocas e repetidas, e são inevitáveis na fronteira, tem tido por fim reagir contra o violento esbulho da propriedade de brasileiros. São inevitáveis existindo, como existe, refugiado na provincia de S. Pedro do Sul grande numero de brasileiros, reduzidos á miséria, apesar de posstirem do outro lado do Quaraim, estancias e gados de que foram violentamente esbulhados.

Se as tres primeiras entradas do barão de Jacuhy erão invasões, e se tem direito de o fazer, porque não se queixou o Sr. Guido? se o erão, e não se queixou dellas, porque, queixando se da quarta, o faz pedindo logo satisfações sollemnes, e acrescentando que, se não forem dadas, a legação argentina retirar-se-ha desta corte? A circumstancia de ser a quarta entrada do barão de Jacuhy feita com mais gente, muda tão extraordinariamente a natureza do facto? Pelas tres primeiras entradas contentou-se o general Oribe com sequestrar a estancia do barão, e prender-lhe o capataz. Pela quarta invoca-se uma alliança, e em nome della pede-se uma satisfação sollemne, e declara-se que, a não ser dada, a legação argentina retirar-se-ha desta corte. E isto depois de haver o governo imperial dado as mais terminantes e efficazes providencias para conseguir, como conseguiu, o desarmamento e dispersão das forças do barão de Jacuhy.

A circumstancia de haver sido concluida e ratificada a convenção com Mr. Southern, e de prestar-se a França a novas negociações para dar fim á sua intervenção, não podia certamente contribuir para que factos que não excitão reclamações revestissem depois, apresentando-se pela quarta vez, um caracter differente e tão extraordinario.

O esbulho e as violencias, que são a causa primordial do procedimento do barão de Jacuhy e de outros, são por ventura provenientes de ordens do governo argentino? Não. Foi o governo argentino que obrigou tantos brasileiros a abandonarem suas propriedades, que pederião fornecer-lhes meios de viver na abundância, para virem viver na miséria e como refugiados na provincia de S. Pedro do Sul? Não. Foi o general Oribe. Com o general Oribe é portanto a questão; com elle, como general que occupa o territorio entre o Quaraim e o Arapely; com elle, como quem deu aquellas ordens, é que o governo imperial deve e pretende discutir (como está discutindo) estes negocios.

Le gouvernement argentin ne s'est pas plaint des trois premières courses qu'il appelle maintenant invasions, parce que la note du 28 Décembre dernier, la première qui traite de cette question, a pour but de donner des explications provoquées par le soussigné.

Et certainement il ne s'est pas plaint parce que ces courses, ces apparitions, ces aggressions ont été reciproques et répétées, et sont inevitables sur les frontieres; on ne saurait qu'y voir réaction contre la spoliation violente de la propriété brésilienne: elles sont impossibles à prévenir tant qu'il existera, comme il existe, un grand nombre de brésiliens réfugiés dans la province de S. Pedro du Sud, réduits à la misère, quoiqu'ils possèdent au delà du Quaraim des fermes et des troupeaux qui leur ont été enlevés par la force.

Si les trois premières apparitions du baron de Jacuhy étaient des invasions, pourquoi M. Guido ne s'est-il pas plaint, ayant le droit de le faire; et si elles l'étaient, et si M. Guido ne s'en est pas plaint, pourquoi, se plaignant de la quatrième, le fait-il en demandant sur le champ des satisfactions solennelles, et ajoutant que si ces satisfactions ne sont pas données, la légation argentine se retirera de cette cour? La circonstance que la quatrième incursion du baron de Jacuhy a été faite avec plus de monde, change-t-elle si extraordinairement la nature du fait? Pour les trois premières, le général Oribe s'était contenté de séquestrer la propriété du baron et d'arrêter son administrateur (capataz). Pour la quatrième, on invoque une alliance; et en son nom on exige une satisfaction solennelle; et on déclare que, si elle est refusée, la légation argentine se retirera: tout cela après que le gouvernement impérial a pris les mesures les plus positives et les plus efficaces pour obtenir, comme il l'a obtenu, le désarmement et la dispersion des forces du baron de Jacuhy.

Le fait que la convention Southern ait été conclue et ratifiée, et que la France se soit prêtée à de nouvelles négociations pour le retrait de son intervention, ne pouvait certainement contribuer à ce que des actes qui n'ont pas excité de réclamations prissent, en se présentant pour la quatrième fois, un caractère différent et si extraordinaire.

La spoliation et les violences qui sont la cause primordiale du procédé du baron de Jacuhy et autres, proviennent-elles par hasard d'ordres émanés du gouvernement argentin? non. Est-ce le gouvernement argentin qui a obligé tant de brésiliens à abandonner des propriétés, qui leur donnaient de quoi vivre dans l'aisance pour venir mener une existence misérable et de réfugiés dans la province de S. Pedro du Sud? non. C'est le général Oribe. La question est donc avec le général Oribe, comme chef de la force qui occupe le territoire entre le Quaraim et l'Arapely: c'est avec lui, comme ayant donné les ordres dont les effets viennent d'être signalés, que le gouvernement impérial doit et prétend discuter (ain-i qu'il le fait) ces fâcheuse occurrences.

Mas o governo imperial não pôde aceitar essa discussão para uma solução com o governo argentino, nem admitir a legação argentina como representante do general Oribe pelas razões que ficão ponderadas.

Portanto o abaixo assignado não continuará com o Sr. Guido a discussão constante da segunda parte da sua nota, e que está pendente com o general Oribe, como o Sr. Guido verá das copias juntas, em virtude das ordens que o governo imperial expedia ao seu encarregado de negócios em Montevideo. O abaixo assignado expôz os factos que servem de base áquella discussão em sua nota de 8 de Março proximo passado, unicamente para esclarecer a questão e por mera deferencia.

A questão sobre o procedimento do barão de Jacuhy está portanto pendente, não com o governo argentino, não com a legação argentina, mas com o general Oribe.

Do facto de não reconhecer o governo imperial o titulo com que o governo argentino se envolve nesta questão para pedir-lhe satisfações; do facto de não reconhecer a legação argentina como representante do general Oribe, não se segue que approve o procedimento do barão de Jacuhy, que já declarou desapprovar, em a nota de 8 de Março proximo passado.

Mas a nota do Sr. Guido e a sua conclusão podem traduzir-se assim: — Reconhecei o direito que toma o governo argentino de ingerir-se em todas as questões que podem nascer de ordens e procedimentos do general Oribe, sem que sequer vos explique ou exhiba o titulo em que funda esse direito; reconhecei a legação argentina como representante do general Oribe; senão o governo argentino dará por approvado o procedimento do barão de Jacuhy, embora o tenhais desapproado, e fará retirar a sua legação desta corte. —

O Sr. Guido ha de reconhecer que essas soluções terião um alcance extraordinario que poderião burlar completamente os direitos e obrigações que impõe ao Brasil a convenção de 27 de agosto de 1828.

Entre a importancia dessas soluções e a aggressão do barão de Jacuhy reduzida ás suas verdadeiras proporções quanto ás suas causas, fins e resultados, ha uma distancia immensa.

O abaixo assignado, portanto, confirma e sustenta a solução dada pela sua nota de 8 de Março proximo passado, e esperando que o governo argentino, reconsiderando a materia, desistirá do seu intento, aproveita-se da oportunidade para renovar ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração. — *Paulino José Soares de Souza.*

Mais le gouvernement impérial ne peut accepter cette discussion avec le gouvernement argentin en vue d'une solution, ni admettre la légation argentine comme représentant le général Oribe par les raisons qui ont été exposées plus haut.

Ainsi le sous-signé ne continuera pas avec M. Guido la discussion résultante de la seconde partie de sa note, et qui est actuellement pendante avec le général Oribe, comme M. Guido peut le voir par les copies ci-jointes, en vertu des ordres que le gouvernement impérial a expédiés à son chargé d'affaires à Montevideo. Le sous-signé a exposé les faits qui servent de base à cette discussion dans sa note du 8 Mars passé, uniquement pour éclaircir la question et par simple déférence.

La question relative au procédé du baron de Jacuhy se discute donc avec le général Oribe, et non pas avec le gouvernement argentin, ou avec la légation argentine.

Et toutefois, de ce que le gouvernement impérial n'a pas reconnu le titre allégué par le gouvernement argentin dans cette question, pour lui demander des satisfactions de ce qu'il n'a pas reconnu la légation argentine comme représentant le général Oribe, il ne faut pas conclure qu'il approuve le procédé du baron de Jacuhy: il a déjà déclaré sa désapprobation par sa note du 8 Mars dernier.

Mais la note de M. Guido et sa conclusion peuvent être resumées ainsi: — reconnaissez le droit que le gouvernement argentin assume de s'ingérer dans toutes les questions qui peuvent naître d'ordres et d'actes du général Oribe, sans que même il présente ou explique le titre sur lequel il appuie ce droit: — reconnaissez la légation argentine comme représentant le général Oribe, sinon, le gouvernement argentin considérera comme approuvé le procédé du baron de Jacuhy, quoique vous l'ayez désapprouvé, et retirera sa légation de cette cour. —

M. Guido reconnaitra que de pareilles solutions de la difficulté auraient une portée extraordinaire, et finiraient par rendre complètement illusoires les droits et les devoirs que la convention du 27 Août 1828 établit pour le Brésil.

Entre l'importance du fait ainsi produit et l'aggression du baron de Jacuhy réduite à ses proportions réelles quant à ses causes, à son but et à ses résultats, il y a une distance énorme.

Le sous-signé, en conséquence, confirme et maintient la solution donnée par sa note du 8 Mars dernier; et espérant que le gouvernement argentin, après avoir pris de nouveau en considération la matière, desistara de ses exigences; il profite de l'occasion pour renouveler à Monsieur Guido les expressions de sa parfaite estime et de sa considération distinguée. — *Paulino José Soares de Souza.*

Annexo á nota do governo imperial de 4 de Setembro de 1850.

Nota do encarregado de negocios do Brasil em Montevideo ao general Oribe.

Ilm. e Exm. Sr. — Tive ordem do governo de S. M. o Imperador do Brasil, meu augusto soberano, para reclamar de V. Ex. as providencias necessarias afim de que cesse o estado de oppressão e vexame em que, apesar de antigas e repetidas reclamações, continuão a jazer os subditos de S. M. I., proprietarios naquella parte do territorio da Republica Oriental do Uruguay que obedece a V. Ex.

O governo imperial entende que as medidas a que me refiro, além de constituirem de per si um acto de justiça incontestavel, tem hoje um grande alcance para a manutenção da segurança e tranquillidade da fronteira do imperio e da republica. Forçoso é recordar os deploraveis acontecimentos que ha pouco tiveram lugar na fronteira dos dous estados, principalmente naquella parte do territorio que se estende entre o Arapehy e o Quaraim. Grupos armados, a cuja frente se tinha collocado o barão de Jacuhy, pretendêrão sacudir, ou pelo menos alliviar, esse pesadissimo jugo de oppressão e vexame a que fiz allusão; mas pretendêrão fazê-lo por um modo violento, illegal, anarchico e absolutamente opposto aos principios do direito internacional, que só aos governos e não aos particulares, concedem o uso da força, ainda para o caso de obter justiça, muitas vezes solicitada e outras tantas desatendida: e o governo imperial, firme sempre em não dar um passo fóra do caminho do honesto e do justo, e desejoso sempre de manter as melhores relações de amizade com as nações vizinhas, reprovou altamente o procedimento do barão de Jacuhy e dos seus sequazes, pôz em pratica todos os meios para dissolver e desarmar os grupos, e o bom exito de seus esforços é hoje patente e manifesto. O barão foi desarmado e os seus sequazes desarmados e disseminados. O governo imperial fez quanto estava de sua parte, e prosegue esforçando-se para que se não renovem casos tanto para lamentar; mas o governo imperial, apesar de todos os bons desejos de que se mostra e sente animado, não pôde affirmar que não tenham de occorrer para o futuro acontecimentos da mesma natureza desses, que aliás não deseja ver de novo em scena. Para que o governo imperial se deixasse possuir da certeza de que taes acontecimentos não tem de reproduzir-se, necessario sem duvida seria que de sua parte estivesse, não só extinguir e suffocar os effeitos da effervescencia donde trouxeram origem aquelles successos, mas tambem arrancar e extirpar as causas de tal effervescencia;

Annexe à la note du gouvernement impérial du 4 Septembre 1850.

Note du chargé d'affaires du Brésil à Montevideo au général Oribe.

Excellence. — J'ai reçu l'ordre du gouvernement de Sa Majesté l'Empereur du Brésil, mon Auguste Souverain, de réclamer de Votre Excellence les mesures nécessaires pour faire cesser l'état d'oppression et de vexation qui, malgré les représentations souvent faites, continue pour les sujets de S. M. Impériale, propriétaires dans cette partie du territoire de la République Orientale de l'Uruguay, soumise à Votre Excellence.

Le gouvernement impérial croit que les mesures auxquelles je me réfère, étant, par elles mêmes, des actes d'incontestable justice, ont de plus une grande portée pour le maintien de la sécurité et de la tranquillité des frontières de l'Empire et de la république. Il faut d'abord rappeler les événements déplorables qui ont eu lieu, il y a peu de temps, sur la frontière des deux états, surtout dans cette partie du territoire comprise entre l'Arapihy et le Quaraim. Des groupes armés, à la tête desquels était le baron de Jacuhy ont cherché sinon à briser, à alléger du moins ce joug si pesant d'oppression et de violences dont j'ai parlé. Mais ils l'ont entrepris d'une façon violente, illégale, anarchique et absolument opposée aux principes du droit des gens, qui accordent seulement aux gouvernements, et non aux particuliers, le droit de recourir à la force pour obtenir justice, dans le cas même où justice eut été déjà réclamée à plusieurs reprises et toujours refusée. Aussi le gouvernement impérial, décidé à ne dévier jamais en rien de l'honnête et du juste, et désirant toujours maintenir les meilleures relations d'amitié avec les nations voisines, a hautement réproché la conduite du baron de Jacuhy et de ses partisans, et a fait tout ce qui était possible pour disperser et désarmer les groupes. Le bon résultat de ses efforts est aujourd'hui notoire et patent. Le baron a été désarmé, ainsi que ses adhérents, et ceux-ci dispersés. Le gouvernement a tout fait, et il insiste dans son action pour que de tels événements ne se reproduisent plus; mais, malgré tous les bons desirs qu'il montre et dont il est animé, il ne peut non plus répondre assez de l'avenir pour affirmer que des éventualités analogues à celles qui ont eu lieu ne reparaitront jamais, bien que ce ne fut qu'à son grand regret, qu'il les verrait se montrer de nouveau. Pour que le gouvernement impérial put se permettre d'avoir lui-même quelque certitude à cet égard, il faudrait non seulement qu'il fut sûr de pouvoir éteindre et com-

mas isto depende de V. Ex., e de V. Ex. sómente, porque V. Ex., e sómente V. Ex., pôde acabar com essas medidas oppressivas e vexatorias, com esses abusos de autoridade, com essas perseguições acin-tosas, que de um legalista fizerão por algum tempo um caudillo, e o cercário de grupos de descontentes, de aventureiros, mas também de homens lançados na miséria e na desesperação. Para que as proposições que acabo de exarar não pareçam destituídas de provas, lançarei mão de alguns documentos que tenho diante de mim e nos quaes, segundo as ordens do governo imperial, se deve fundamentar a presente reclamação.

Desde o anno de 1845, principalmente, representarão os presidentes da provincia do Rio Grande do Sul ao governo imperial contra as vexações que soffrem os brasileiros no Estado Oriental. Em data do 1.º de Agosto de 1845 dizia o presidente conde de Caxias: « Na inclusa representação, que, em data de 7 de Julho findo, me dirigirão varios cidadãos brasileiros, com fazendas no Estado Oriental, reclamão elles providencias a respeito dos prejuizos que estão soffrendo em virtude das ordens do Sr. general Oribe, que não só lhes prohibe que marquem seus gados e beneficiem suas fazendas, mas até que vendão ou passem para esta provincia animaes de sua propriedade, ao mesmo passo que as forças daquelle estado os vão esbulhando de seus bens como bem lhes apraz... limitando-me nesta occasião a assegurar a V. Ex. que tudo quanto os supplicantes expendem é verdade. »

Sobre estes e outros factos semelhantes que se seguirão, representou esta legação a V. Ex., por ordem expressa do governo imperial, como se vê do officio que tive a honra de endereçar a V. Ex., com data de 5 de Novembro de 1845; e comquanto não me pareça necessário repetir aqui as expressões do citado officio, porque elle chegou á presença de V. Ex., todavia não me parece inutil recordar os factos que mais importantes se me figurarão entre os que tive então a penosa incumbencia de indicar. Taes são os seguintes: a prohibição imposta aos proprietarios brasileiros de marcar o gado, e fazer outros actos necessarios para a manutenção das respectivas fazendas, concedendo-se-lhes apenas castrar os touros e domar os potros. — A obrigação de carnear debaixo da inspecção de individuos que disso se dizem encarregados, levando a oppressão e o vexame ao excesso de privarem os proprietarios dos couros das suas rezes, constrangendo-os a entregarem esta parte de sua propriedade ao commandante do destacamento mais proximo. — A prohibição de vender ou passar para a provincia do Rio Grande do Sul animaes de qual-quer especie, ao passo que

primer les effets de l'effervescence qui a motivé ces mêmes événements, mais aussi de neutraliser radicalement et de faire disparaître les causes d'une telle effervescence. Or tout cela dépend uniquement de Votre Excellence. C'est Votre Excellence qui seule peut en finir d'une fois avec toutes ces ordonnances oppressives et vexatoires, tous ces abus d'autorité, toutes ces persécutions de propos délibéré, qui ont fait pour quelque temps d'un défenseur de la légalité un chef de parti, centre de mécontents, d'aventuriers, et d'hommes exaspérés par la misère et le désespoir. Pour que les propositions, que je viens d'énoncer ne paraissent pas dépourvues de preuves, je vais me servir de quelques documents, que j'ai en main, et sur lesquels, d'après les ordres du gouvernement impérial, je dois appuyer la présente réclamation.

Depuis l'année 1845 surtout, les présidents de la province du Rio Grande du Sud ont fait des représentations au gouvernement impérial contre les vexations qu'éprouvent les brésiliens dans l'Etat Oriental. Le premier Août 1845, le président comte de Caxias écrivait — « Plusieurs brésiliens possesseurs de fermes dans l'Etat Oriental m'ont envoyé la représentation ci-jointe datée du 7 Juillet dernier, où ils réclament des mesures pour les torts qu'ils souffrent en conséquence des ordres de M. le général Oribe, qui non seulement leur défend de marquer leur bétail, et d'améliorer leurs fermes, mais aussi de vendre ou faire passer dans cette province les animaux qui leur appartiennent; lorsque, d'un autre côté, les troupes de cet état les dépouillent de leurs biens, comme bon leur semble... Je me borne pour le moment à garantir à Votre Excellence la vérité de toute cette exposition des pétitionnaires. »

A l'occasion de ces faits, et d'autres semblables, qui suivirent, cette légation s'est plainte à Votre Excellence par ordre formel du gouvernement impérial, comme Votre Excellence peut le voir dans la dépêche, que j'ai eu l'honneur de lui adresser en date du 5 Novembre 1845; et quoique je ne croie pas nécessaire de répéter ici les expressions de cette dépêche puisqu'elle est parvenue à Votre Excellence, il me semble toutefois utile de rappeler les faits, que je considère comme les plus importants. Ce sont les suivants: — la défense faite aux propriétaires brésiliens de marquer leur bétail, et de faire plusieurs autres opérations nécessaires à l'entretien de leurs fermes, en leur accordant à peine la permission de châtrer les taureaux et de dompter les poulains: — l'obligation de tuer leur bétail sous l'inspection d'individus soi-disant chargés de ce contrôle, lesquels poussent l'oppression et l'arbitraire au point de les priver des cuirs de leurs bestiaux, en les forçant à délivrer cette partie de leurs biens au commandant du détachement le plus proche; — la défense de vendre ou de faire passer dans la province de Rio

forças pertencentes ao exercito commandado por V. Ex. praticavão, a seu arbitrio, nas fazendas e bens dos proprietarios brasileiros aquelles mesmos actos que aos proprietarios erão tollidos, e que, à vista dos mais obvios e vulgares principios de direito, apenas aos proprietarios podem ser licitos e permittidos.

Verdade é que ao meu citado officio de 5 de Novembro de 1845 se respondeu, de ordem de V. Ex., com fecho de 24 do mesmo dito mez e anno; mas tambem é verdade que, sendo essa resposta conhecida do governo imperial, pensa o governo do Brasil que, procurando o Sr. Villademoros, em sua contestação, attenuar e explicar os factos de que se trata, não deixou comtudo de reconhecer a existencia delles; e posto que o bloqueio dos portos da Banda Oriental, que foi posterior á mencionada reclamação, veio fazer desaparecer em parte as causas de tantas e tão justas queixas, é claro que esta diminuição do mal foi devida á necessidade, em que V. Ex. estava collocado, de procurar na provincia do Rio Grande do Sul uma sahida para os gados e commercio do territorio oriental. Foi, portanto, a lei da necessidade, e não uma justa attenção pelas reclamações do Brasil, o motivo do desaparecimento temporario de alguns daquelles vexames: e tanta é isto assim, que, levantado o bloqueio em 1847, reapparecerão logo esses vexames e violencias para os brasileiros estabelecidos áquem do Quaraim.

Em 8 de Março de 1847 o fallecido senador Manoel Antonio Galvão, presidente que então era da provincia do Rio Grande do Sul, representou ao governo imperial nos termos seguintes: « Souffrem os subditos de S. M. vexações sem exemplo, atrocidades incríveis no Estado Oriental, sem outro motivo que o de não tomarem uma parte activa na me-ma luta, e de se não quererem sujeitar a derramas arbitrarías, e uma ou outra vez pelo facto de empregarem força para reha-ver a propriedade esbulhada e arrancada violentamente. »

No mesmo sentido representou novamente esse presidente, em data de 10 de Junho e 14 de Agosto de 1847; e o vice-presidente João Capistrano de Miranda e Castro, em o 1.º de Abril de 1848. No mesmo sentido representou o general Andréa em Agosto de 1848; e em 9 de Fevereiro de 1849 accrescentava o seguinte: « A prohibição da passagem de gados para estelado, tirados das estancias que os brasileiros ali possuem, é um facto, e é cumprida com todo o rigor, ao menos em toda a fronteira do Quaraim. O coronel Lamas desculpa esta violencia pela necessidade não só de conservar, como de augmentar a criação do gado, visto ter-se conhecido que o consumo, ou melhor dito, o estrago, é superior á produção annual; mas é bem claro que os novillos chegados a córte em nada concorrem para o augmento da produção annual, e assim vem a ficar o unico

Grande do Sud des animaux de quelque espèce que ce soit, tandis que les forces militaires sous les ordres de Votre Excellence exerçaient à leur gré, dans les fermes et sur les propriétés des brésiliens, les mêmes actes qui étaient interdits aux propriétaires; actes qui, dans le droit commun, seraient praticables uniquement, à peine encore quelquefois, par les propriétaires mêmes.

Il est vrai que par ordre de Votre Excellence il a été répondu le 24 Novembre 1845 à ma dépêche du 5 de ce mois; mais il est également vrai que le gouvernement impérial auquel cette réponse a été transmise est demeuré sous l'idée que Monsieur Villademoros, en tâchant d'atténuer et d'expliquer les faits dont il s'agit, en a au moins reconnu l'existence; et quoique le blocus des ports de la Bande Orientale, qui a eu lieu après la susdite réclamation, soit venue faire disparaître en partie les causes de plaintes aussi justes et aussi nombreuses, il est clair que cet allégement du mal a dépendu de la nécessité où se trouvait Votre Excellence de chercher dans la province de Rio Grande du Sud un débouché pour les bestiaux et pour le commerce du territoire Oriental. Ce fut donc la loi de la nécessité, et non pas une juste appréciation des réclamations du Brésil, qui a fait cesser pendant un certain temps quelques-unes de ces vexations; et tout cela est si vrai, que quand le blocus fut levé en 1847, toutes les violences se sont renouvelées envers les brésiliens établis en deçà du Quaraim.

Le 8 Mars 1847, le feu sénateur Manoel Antonio Galvão, alors pré-ident de la province de Rio Grande du Sud s'adressait au gouvernement impérial dans les termes suivants: — « Les sujets de S. M. continuent à souffrir des vexations sans exemple, et des atrocités, incroyables dans l'Etat Oriental, sans autres motifs que de n'avoir pris aucune part active dans cette lutte, et de n'avoir pas voulu se soumettre à des contributions arbitraires, ainsi que d'avoir employé à plusieurs reprises la force dans le but de recouvrer les biens dont on les avait violemment dépouillés. »

C'est dans le même sens que ce président fit une nouvelle représentation le 10 Juillet, et le 14 Août 1847; de même que le vice-président João Capistrano de Miranda e Castro en fit une autre encore le premier Avril 1848. Dans le même sens aussi le général Andréa se plaignait au mois d'Août 1848, en ajoutant à la date du 9 Février 1849 ce qui suit: — « la prohibition de faire passer de ce côté le bétail provenant des fermes (estancias) que les brésiliens possèdent, est un fait accompli et on observe cette mesure à la rigueur, au moins sur toute la frontière du Quaraim. Le colonel Lamas allègue comme excuse de cette violence la nécessité d'entretenir autant que d'augmenter la propagation du bétail, attendu que l'on a reconnu que la consommation, ou pour mieux dire, le déchet en dépasse la production annuelle;

motivo o obrigar a todos a levarem os seus gados ás charqueadas do Buceo, onde se lhes offerece vinte reales por cabeça, que são dois pesos e meio, e pouco mais produz isto do que as despesas de condução. Acresce a este mal que essas charqueadas estão ainda mal montadas, e não passam de tres ou quatro, e deste modo, quaesquer cinco ou seis mil rezes lhes dão que fazer por muitos dias, e as tropas que concorrem nesse tempo definharão e não haverá quem as compre. »

Além desta violencia (prosegue o general André), quante ao modo por que é permittido aos estancieros desfructarem as suas estancias, acresce a outra do levantamento de muitos mil rezes de tempos a tempos para o sustento das forças do Sr. general Oribe, e para outras despesas; e esta violencia nem ao menos tem a forma de contribuição, mesmo excessiva que fosse, porque lhe falta igualdade de distribuição; que os amigos e protegidos nada soffrem, e os outros tudo. Estes factos, e a restricção com que o coronel Lamas cumpre as ordens, tem posto os brasileiros moradores entre o Quaraím e o Arapehy em tal irritabilidade, *que se não for attendido o requerimento que fizerão, se tornará talvez inevitavel algum acto de desesperação.*

E, com effeito, os brasileiros sujeitos a esses vexames e extorções procurirão, como era natural, reagir, e subtrahir-se a ellas, com o que recrudesceirão as medidas tomadas, e subio de ponto a exacerbação dos espiritos. Dahi provierão o sequestro em propriedades do barão de Jacuhy, e os que consta haverem sido feitos em bens de outros brasileiros; e por certo que estas medidas, sempre odiosas, não erão proprias para acalmar animos irritados desde longo tempo. Erão tambem pouco proprias para os acalmar a invasão, saque, incendio e assassinatos perpetrados no dia 10 de Outubro do anno proximo passado por individuos que, penetrando no territorio do Brasil, ali deixarão ensanguentados vestigios de seus crimes e perversidade.

Todas estas causas, de longo tempo agglomeradas e em fermentação, devião produzir mais dia menos dia a explosão que produzirão, attento o grande numero de brasileiros estabelecidos entre o Quaraím e o Arapehy, attentas as sympathias que excitão seus soffrimentos na provincia do Rio Grande do Sul e attenta a grande somma de interesses mortalmente feridos.

A explosão se facilitava, já pela vastidão de uma extensissima fronteira impossivel de guarnecer, já porque o movimento se preparava no meio de uma população irritada por tantos vexames e violencias. Essas são as causas das reuniões que tiveram lugar ultimamente, e do procedimento do barão de Jacuhy.

mais il est évident que le jeune bétail en position d'être abattu ne contribue en rien à l'accroissement de la production; de manière que le seul motif qui reste n'est effectivement que le désir d'obliger ainsi tout le monde à conduire son bétail aux établissemens de salaison (charqueadas) du Buceo, où l'on offre 20 reales par tête, lesquels valent deux piastres et demie, ce qui excède de peu les frais de transport. Il faut ajouter à cet inconvénient que ces charqueadas sont encore mal montées, et ne dépassent pas le nombre de trois ou quatre, de sorte que comme cinq ou six mille boeufs leur donnent de quoi s'occuper pendant plusieurs jours, il arrive que les troupeaux qui arrivent dans ce même temps dépérissent, et ne trouvent point d'acheteurs. »

A cette violente manière de laisser aux fermiers la jouissance de leurs exploitations, il faut ajouter encore les levées qui se font de temps à autre, de plusieurs milliers de têtes de bétail, pour la subsistance des forces de M. le général Oribe et autres urgences. Cette exaction n'a pas même la forme d'une contribution, quelque excessive en tout cas que la contribution put être; il lui manque l'égalité dans la répartition, dont les amis et les protégés sont exempts, pendant que les autres en sont surchargés. Ces faits et la rigueur avec laquelle le colonel Lamas exécute les ordres qu'il reçoit, ont tellement irrité les brésiliens établis entre le Quaraím et l'Arapihy, que si l'on ne prend en considération leurs plaintes, il est beaucoup à craindre que quelque acte de désespoir ne devienne inevitable.

Et en effet les brésiliens sous le poids de ces vexations et de ces violences ont cherché tout naturellement à les repousser, et à s'y soustraire, ce qui a augmenté et la rigueur de ces mesures, et l'excitation des esprits. Voilà l'origine du séquestre des propriétés du baron de Jacuhy, et d'autres brésiliens, selon les informations reçues. De pareilles mesures, toujours odieuses, n'étaient certainement pas de nature à calmer des esprits depuis longtemps exaspérés, non plus que l'invasion, le pillage, l'incendie, et les meurtres commis le 10 Octobre dernier par des individus, qui, ayant pénétré sur le territoire du Brésil, y ont laissé des traces sanglantes de leur cruauté et de leur scélératesse.

Toutes ces causes dès longtemps accumulées et fermentant, devaient produire une explosion d'un jour à l'autre, vu le grand nombre de brésiliens établis entre le Quaraím et l'Arapihy, sans compter les sympathies que leurs souffrances faisaient naître dans la province de Rio Grande du Sud, et la multiplicité d'intérêts mortellement blessés.

Toute entreprise devenait facile soit par la grande étendue d'une frontière qui ne peut pas être garnie, soit parce que le mouvement se préparait au milieu d'une population excitée par tant de vexations et de violences. Telles sont les causes des rassemblements qui ont eu lieu dernièrement, et de la conduite du

As reuniões foram dissolvidas; o barão foi desarmado; para um e outro facto, isto é, para a dissolução das reuniões e para o desarmamento do barão, enviou o governo do Brasil todos os meios de que podia servir-se n'uma conjunctura tão delicada como a que, durante esse estado de cousas, se offerecia ao governo do Brasil; mas se as causas subsistem, resultados semelhantes tem de apparecer forçosamente, quaesquer que sejam as providencias dadas pelo governo brasileiro. Se V. Ex. pois deseja, como eu creio que cordialmente deseja, ver extinto para sempre o menor germen de fataes desaguisados incompatíveis com a segurança e tranquillidade das fronteiras do imperio e da republica e com a prosperidade de ambos os estados, não deixará V. Ex. de cooperar efficazmente para destruir todas as causas de que ainda possam renascer taes desaguisados; e isto se fará tomando V. Ex. as medidas e providencias necessarias ou convenientes, para que cessem cabalmente os vexames e oppressão de que se queixão os brasileiros residentes no territorio da Republica Oriental do Uruguay, para os quaes, em nome e por ordem do governo de S. M. o Imperador do Brasil, eu reclamo a faculdade pratica de reger, costear e administrar as fazendas de sua propriedade sem os embarços e vexações constantes do meu officio de 5 de Novembro de 1845 e dos outros documentos officiaes que no decurso do presente officio eu tive occasião de citar, assim como especialmente reclamo para os mencionados subditos de S. M. o Imperador a faculdade de fazerem retirar para a provincia do Rio Grande do Sul os gados de suas fazendas, podendo dispôr destas e daquelles como e quando lhes approuver e é conforme ao manifesto direito que lhes assiste.

Aqui terminarei a presente reclamação, rogando a V. Ex. que me permita levar ao conhecimento de V. Ex. que tenho ordem do governo imperial para solicitar de V. Ex. a mais prompta contestação que seja possivel dar-se a quanto leve expellido.

Aproveito-me da occasião para offerecer de novo a V. Ex. a segurança da mais completa consideração e respeito pela pessoa de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex.

Legação do Brasil em Montevideo, 29 de Maio de 1850.

Ilm. e Exm. Sr. general D. Manoel Oribe.

O encarregado de negocios,

Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

baron de Jaculhy. Les rassemblements ont été dispersés, le baron désarmé. Pour l'un et l'autre fait, c'est-à-dire pour la dispersion des rassemblements et pour le désarmement du baron, le gouvernement du Brésil a employé tous les moyens dont il pouvait se servir dans des conjonctures aussi délicates que celles que l'état des choses existant avait fait naître pour lui; mais si les causes subsistent, les mêmes effets doivent nécessairement se produire, quelles que soient les mesures prises par le gouvernement brésilien. Si donc Votre Excellence a eu effet à cœur, comme je le crois, de voir disparaître et pour toujours jusqu'au dernier germe de ces collisions fatales, contraires à la sûreté et à la tranquillité des frontières de l'Empire et de la république, ainsi qu'à la prospérité des deux Etats, Votre Excellence ne refusera pas de se prêter à une coopération efficace pour détruire toutes les causes d'où peuvent naître de semblables conflits, et le but sera atteint, si Votre Excellence prend les mesures nécessaires ou convenables pour faire cesser entièrement les vexations et l'arbitraire, dont se plaignent les brésiliens établis sur le territoire de la République Orientale de l'Uruguay: réclamant pour eux, comme je le fais ici au nom et par ordre du gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil, la faculté réelle de régir, gérer et administrer leurs biens et propriétés, sans plus avoir à souffrir les embarras et les vexations dont fait mention ma dépêche du 5 Novembre 1845, et qui résultent d'autres pièces officielles que j'ai citées dans le courant de cette dépêche; réclamant enfin spécialement pour les sujets de S. M. l'Empereur la faculté d'emmener dans la province de Rio Grande du Sud de conduire de leur métairies, comme aussi de disposer de tous leurs biens de la manière que bon leur semblera, conformément à leur droit évident et qu'on ne saurait contester.

Je mets terme ici à la présente réclamation, en priant Votre Excellence de me permettre de la prévenir que j'ai reçu l'ordre de mon gouvernement de solliciter de Votre Excellence la réponse la plus prompte possible à tout ce que je viens d'exposer.

Je profite de l'occasion pour offrir à Votre Excellence l'assurance de ma plus complète considération et de mon respect pour sa personne.

Dieu Garde Votre Excellence.

Légation du Brésil à Montevideo, le 29 Mai 1850.

A Son Excellence M. le général D. Manoel Oribe.

Le chargé d'affaires,

Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

Annexo à nota do governo imperial de 4 de Setembro de 1850.

Nota do general D. Manoel Oribe ao encarregado de negócios do Brasil em Montevideo.

O ministro de relações exteriores do Estado Oriental do Uruguay ao Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.
— Quartel general no Cerrito da Victoria, 12 de Junho de 1850.

O Exm. Sr. presidente da republica, brigadeiro general D. Manoel Oribe, recebeu a nota que com data de 29 de Maio ultimo se servio dirigir-lhe o Sr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em que manifesta ter ordem do governo de S. M. o Imperador do Brasil, seu Augusto Soberano, para reclamar do Exm. Sr. presidente as providencias necessarias afim de que cesse o estado de *opressão e vexame* em que, segundo se expressa S. S., se achão ainda, apesar de antigas e repetidas reclamações, os subditos de S. M. I., proprietarios na parte do territorio da republica que obedece a S. Ex.

O modo que, segundo se vê pelo que fica transcripto, emprega S. S. para formular a reclamação que faz em nome de seu governo, imprimiria a este negocio gravissima importancia, se os documentos e raciocínios que emprega no corpo da mesma não servissem, em vez de prova, antes para desvanecer a idéa de tal *opressão e vexame*.

Nenhum acto tem exercido S. Ex. o Sr. presidente, nem se tem exercido por sua ordem, a que pudesse dar-se semelhante significação, e nunca recebeu elle queixa de nenhum subdito brasileiro, nem sequer sobre factos isolados, como os que soem occorrer no meio das necessilades e desmandos que acompanhão a guerra; nem S. S. em reclamações anteriores indicou a esse respeito cousa alguma determinada que permittisse fixar a attenção sobre um facto dado, exacto ou não, a que pudesse applicar-se propriamente o predicamento de *vexame*, e que deixasse perceber quaes os individuos assinalados como victimas da *opressão*, e quaes os agentes oppressores.

Sem isto essas accusações vagas não podem fazer-se com um sentimento intimo de persuasão, nem acolher se senão como generalidades desprovidas de fundamento, que apenas merecião as recommendações

Annexe à la note du gouvernement impérial du 4 Septembre 1850.

Note du général D. Manoel Oribe au chargé d'affaires du Brésil à Montevideo.

Le ministre des affaires étrangères de l'Etat Oriental de l'Uruguay à M. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.
— Quartier général, Cerrito da Victoria le 12 Juin 1850.

Son Excellence le président de la République, le brigadier général D. Manoel Oribe, a reçu la note que Monsieur Rodrigo de Souza da Silva Pontes, a bien voulu lui adresser en date du 29 Mai dernier en lui manifestant qu'il avait reçu du gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil, son Auguste Souverain, l'ordre de réclamer auprès de Son Excellence Monsieur le président les mesures nécessaires pour faire cesser l'état d'*oppression et de vexation* dans lequel, comme le dit Sa seigneurie, se trouvent encore, malgré d'anciennes réclamations souvent répétées, les sujets de S. M. impériale, propriétaires dans cette partie du territoire de la république qui prête obéissance à Son Excellence.

On voit de ce qui vient d'être transcrit que le moyen dont se sert Sa Seigneurie pour formuler la réclamation qu'elle fait au nom de son gouvernement, donnerait à cette affaire un caractère d'importance très grave, si les documents et les arguments qu'elle emploie dans le contexte de la même réclamation ne servaient plus tôt à faire disparaître qu'à confirmer l'idée d'une telle *oppression et vexation*.

Aucun acte auquel on puisse donner une semblable qualification n'a été pratiqué ni par Son Excellence Monsieur le président, ni par son ordre; il ne lui a jamais été présenté une seule plainte de la part d'un sujet brésilien, pas même sur des faits isolés, tels que ceux qui ont lieu habituellement en temps de guerre à cause des urgences et des excès dont elle est accompagnée. Dans les réclamations antérieures Sa Seigneurie n'a même rien indiqué de positif à ce sujet qui pût fixer l'attention sur un fait quelconque, vrai ou faux, lequel, en admettant le terme de *vexation*, conduisit à la découverte des individus signalés comme les victimes de l'*oppression*, ainsi que des agents oppresseurs.

On ne peut sans cela présenter ces accusations avec un sentiment intime de conviction, et elles ne peuvent être accueillies que comme des généralités dépourvues de fondement, qui exigent à peine des

e ordens geraes que, sem esperar que dellas tivesse conhecimento, S. Ex. sempre reiterou ás autoridades principaes da campanha, sobre o bom trato aos subditos brasileiros, sobre o respeito a suas propriedades e justas attensões, emquanto as circumstancias o permittissem, assim como com todos os demais estrangeiros; e nenhum motivo tem para crer que tenham sido negligenciadas. Deste modo os officios que cita S. S. do defunto senador Manoel Antonio Galvão, presidente, em Março e Agosto de 1847, da referida provincia, do vice-presidente da mesma em Abril de 1848 e do general Andréa em Agosto deste ultimo anno, serão considerados, por qualquer razão imparcial, como imputações gratuitas, desacreditadas pelo que tem de vago.

Não se falla nelles senão de vexames, de atrocidades, de que se suppoem victimas os subditos do imperio, sem expressar quaes sejam aquelles, nem estas, de fazendas arrebatadas, de máos tratamentos aos mesmos subditos, sem que se especifiquem estes nem se designem seus autores.

Deste modo tambem, ainda admittida a possibilidade de que taes imputações encerrassem alguma coisa certa, nunca poderia culpar-se a S. Ex., nem pretender-se que tenha assumido a nenhuma especie de responsabilidade por essa supposta *opressão e vexames*, que não sabendo onde existem, não pôde dictar medidas tendentes a fazê-los cessar; e, nessa supposição, é evidente o erro em que se acha S. S. quando diz, que *não se tem attendido a antigas e repetidas reclamações*.

Ao contrario, todas as vezes que individuos brasileiros tem trazido suas reclamações perante S. Ex. o Sr. presidente, quando justas, sempre tem sido attendidas.

Entre outras recorda o abaixo assignado um Sr. Teixeira Taquarembó, que sollicitou uma ordem para que uma partida do exercito de S. Ex., que estava situada em um ponto do campo de sua propriedade, não carneasse gado pertencente ao citado Teixeira, a qual obteve immediatamente. Outro foi um tal Alexandre da Rosa, habitante nas immedições do Cuaró, que pediu varias providencias favoraveis a seus interesses, e entre ellas a de que o exonerassem do pagamento da patente, perdendo-se-lhe o seu valor em retribuição do gado que lhe havião consumido as forças do exercito; e S. Ex. no mesmo momento mandou suspender todo o procedimento contra o referido Rosa, emquanto se in-truia da certeza do que se allegava, pelas informações respectivas que ordenou se lhe transmittissem.

Um Sr. Peixoto, já fallecido, proprietario nas immedições do Cerrito, reclamou o pagamento de dous escravos, que, antes de proclamar-se a liberdade de

recommendações et des ordres généraux tels que ceux que Son Excellence, sans en attendre la demande, a toujours réitérés aux autorités supérieures de la campagne, afin de bien traiter les sujets brésiliens et tout autre étranger, de respecter leurs propriétés, et d'avoir pour eux tous les égards voulus autant que les circonstances le permettraient; et Son Excellence n'a aucun motif de supposer que ces ordres n'aient pas été exécutés. Par consequence les dépêches, citées par Sa Seigneurie, du feu sénateur Manoel Antonio Galvão pré-ident de la dite province pendant les mois de Mars et Août 1847, du vice-président pendant le mois d'Avril 1848, et du général Andréa pendant le mois d'Août de cette dernière année, seront considérées par tout individu impartial comme des imputations gratuites dépourvues de crédit par le vague de leur contenu.

On ne parle dans ces dépêches que de vexations et d'atrocités dont on suppose que les sujets de l'Empire sont victimes, sans les expliquer; on ne parle que de bétail volé, et de mauvais traitements infligés aux mêmes brésiliens, sans les nommer et sans indiquer les auteurs des violences.

De cette manière, en admettant même qu'il soit possible que de telles imputations renferment quelque chose de certain, on ne pourrait jamais en inculper Son Excellence, ni prétendre qu'elle soit d'aucune façon responsable de ces *oppressions et vexations* supposées, vu que ne sachant pas même où elles ont lieu, Son Excellence ne peut prendre des mesures tendantes à les faire cesser; et dans cette supposition il est de toute évidence que Sa Seigneurie fait erreur en disant que *des réclamations anciennes et souvent répétées n'ont pas été admises*.

Au contraire, toutes les fois que des brésiliens ont fait parvenir de justes réclamations à Son Excellence Monsieur le président, elles ont été constamment admises.

Le sous-igné citera parmi d'autres brésiliens le sieur Teixeira Taquarembó, qui, ayant sollicité un ordre pour empêcher qu'un parti de l'armée de Son Excellence qui se trouvait dans une de ses fermes abattit du bétail à lui appartenant, l'obtint immédiatement. Un autre exemple est celui du nommé Alexandre da Rosa, qui habitant dans le voi-nage de Cuaró, demanda que différentes mesures fussent prises pour favoriser ses intérêts, et entre autres l'exemption pour lui du payement de sa patente, en compensation du bétail lui appartenant, que les forces de l'armée avaient consommé. Son Excellence fit aussitôt suspendre toute poursuite contre le susdit Rosa, en attendant qu'elle fût instruite de la vérité des faits allégués par les informations spéciales qu'elle ordonna qu'on lui transmit.

Un sieur Peixoto, décédé depuis, propriétaire aux environs du Cerrito, reclama le payement de deux esclaves, qui, avant qu'on eût proclamé la liberté des

todos no territorio da republica, se tinham alistado no serviço e forão pagos a sua filha, tambem brasileira, depois da morte do pai.

O mesmo Sr. encarregado de negocios, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, para não citar outros exemplos, não ficou satisfeito quanto ao fundo de suas reclamações sobre prejuizos determinados a subditos determinados do imperio, por motivos dos escravos fugidos do territorio deste para o da republica?

Onde estão pois as provas dos *vexames* e da *opressão* dos subditos brasileiros de que S. S. accusa o governo na nota a que responde o abaixo assignado, ao mesmo tempo que nas referidas sobre escravos fugidos se mostra persuadido do *espírito* de justiça que dirige o Exm. Sr. presidente?

Os factos referidos pelo abaixo assignado, quando menos, devião fundar a presumpção em favor da justiça e benevolencia do Exm. Sr. presidente, e afastar a idéa de *opressão* e *vexames* que não se podem provar com accusações vagas, senão com factos. Com factos, sim: mas os que aponta S. S. como culminantes estão longe de merecerem aquellas denominações, porque, além de não serem em parte exactos, estão fundados na necessidade e conveniencia que encontrou S. Ex. para estabelecer-los, e no pleno e perfeito direito que o acompanha.

Não é exacto, em primeiro lugar, que se haja prohibido aos proprietarios brasileiros marcar seu gado: se esta prohibição absoluta tivesse existido, affectaria ella a nacionaes e estrangeiros em geral, e nenhuma razão terião os brasileiros de se queixar, e muito menos para chamar oppressiva e vexatoria uma medida peculiar e da ordem interior da republica, cuja conveniencia ou necessidade compete exclusivamente ao governo della apreciar.

Porém para ninguém houve prohibição absoluta. Somente certas formalidades, com o concurso dos fazendeiros vizinhos, e do juiz do lugar, é o que se prescrevia na circular passada a esse respeito aos commandantes geraes dos departamentos; e essa prescrição era em todo o ponto indispensavel, para que na ausencia de seus proprietarios, occupados na defesa da patria, não fosse dado ao vizinho, que, no meio do conflicto geral, permanecia nos seus lares, marcar arbitrariamente, e privar quicq, por esse meio, a seus donos legitimos de sua fortuna legitima.

A ninguém se impoz tal obrigação, no territorio da republica, de carnear debaixo da inspecção de autoridade alguma. A estas sim, nos districtes que lhes correspondem, foi encarregada a vigilancia sobre as *cuera-das*, e para que não se fação matanças de animaes para esse effeito, porque se isto se permittisse seria todavia

esclaves sur le territoire de la république, s'étaient enrôlés dans l'armée: on fit ce paiement à sa fille, qui est également brésilienne, après la mort du père.

Le même chargé d'affaires, M. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, pour ne pas citer d'autres exemples, n'a-t-il pas été satisfait, quant au fond de ses réclamations, pour dommages spécifiés soufferts par des brésiliens nominativement désignés à l'occasion des esclaves qui s'étaient enfuis du territoire du Brésil et réfugiés sur celui de la république?

Où sont donc les preuves des *vexations* et de l'*oppression* des sujets brésiliens dont Sa Seigneurie accuse le gouvernement par la note à laquelle le sous-signé répond, tandis que dans celles qui ont rapport aux esclaves transfuges elle s'est montrée persuadée de l'*esprit* de justice qui dirige S. E. Monsieur le président?

Les faits cités par le sous-signé devraient du moins fonder une présomption en faveur de la justice et de la bienveillance de Son Excellence M. le président, et écarter toute idée d'*oppression* et de *vexation* qu'on ne peut prouver par des accusations vagues, mais seulement par des faits. Oui, par des faits; mais ceux que Sa Seigneurie présente comme culminants sont bien loin de mériter l'importance qu'on leur attribue ainsi, parce que n'étant pas en tout exacts, ils reposent en outre sur la nécessité, les raisons de convenance qui s'y sont trouvées pour Son Excellence, et le droit plein et parfait qui l'autorise.

D'abord il n'est pas exact de dire qu'on ait défendu aux propriétaires brésiliens de marquer leur bétail; si cette prohibition absolue existait, elle affecterait les nationaux et les étrangers en général; et les brésiliens n'auraient aucune raison de se plaindre, encore moins d'appeller oppressive et vexatoire une mesure particulière et d'économie intérieure de la république, dont la convenance ou la nécessité ne peut être appréciée que par le pouvoir gouvernemental exclusivement.

Mais il n'y a aucune prohibition absolue pour qui que ce soit. On a prescrit seulement l'accomplissement de certaines formalités, avec le concours de fermiers voisins, et du juge de l'endroit, dans la circulaire adressée à ce sujet aux commandants généraux des départements: et cette prescription était en tout cas indispensable pour que pendant l'absence des propriétaires employés à la défense de la patrie, il ne fût pas facultatif à leurs voisins qui restaient chez eux pendant le conflit général, de marquer arbitrairement le bétail, et peut-être de frustrer ainsi les propriétaires légitimes de leur fortune.

On n'a imposé à personne sur le territoire de la république l'obligation d'abattre les bestiaux sous l'inspection d'une autorité quelconque, mais on a chargé ces autorités de surveiller dans leurs districts les *Cuera-das*, et de ne pas permettre qu'on abatît du bétail pour cet objet, parce que, si cela était permis, les

maiores os males que resultariam de tal licença do que os que pudessem nascer da marcação arbitrária.

Tão pouco podia se chamar vexatoria ou oppressiva a prohibição de tirar gados fóra do territorio da república; primeiro, porque nenhum estrangeiro pôde fundadamente dizer que se lhe causa oppressão e vexame com as medidas que o governo do paiz em que reside creê opportuno dictar por seu interesse e melhor administração, porque a todas ellas se submettem tacitamente ao fixar nellea sua residencia; e na verdade, que seria um principio destruidor do commercio, das emigrações e das communicações de nação a nação, aquelle que dê-se direito aos estrangeiros residentes a oppôr-se e clamar que são vexados, que são opprimidos por uma providencia puramente do governo interno, ainda quando alguma coisa soffressem por ella em commun com os membros da nação.

No nosso paiz, os brasileiros formão sómente uma parte dos fazendeiros da campanha, e a prohibição comprehende á todos, de maneira que não tem o menor direito para pretenderem evadir-se a essa disposição geral, nem para sós clamarem contra uma injustiça e um vexame que não existe. Tão pouco erão elles os unicos que abastecião de gado os mercados do Rio Grande: com elles concorrão ali os filhos desta república, e não é por conseguinte só a elles a quem resulta prejuizo dessas medidas, dictadas debaixo da consideração de importantes interesses de outra ordem, se bem que temporarias, indispensaveis e urgentes, nas circumstancias em que se dictarão, e que hoje aconselham a S. Ex. a sua conservação, precisamente pelas mesmas causas que S. S. acha proprias para impellir a sua revogação; do que mais adiante se occupará o infrascripto.

Entretanto, a asserção de S. S. de que *forças pertencentes ao exercito mandado por S. Ex. praticarão a seu arbitrio, nas fazendas e bens dos proprietarios brasileiros, aquelles mesmos actos que erão vedados aos proprietarios, e que, á vista dos mais obvios e vulgares principios de direito, apenas aos proprietarios podem ser licitos e permittidos*, é uma dessas accusações geraes e vagas de que fallou antes o infrascripto, que não apresentam ponto algum de partida, para que se pudessem sobre ellas verificar uma indagação clara e precisa, nem se prestão por conseguinte a nenhuma resolução directa que pudessem proteger ao damnificado, e alcançar com o castigo o perpetrador. Apenas podião taes accusações ser objecto de ordens tambem geraes, ainda que terminantes: para serem respeitadas as pessoas e propriedades de que fez menção o abaixo assignado, as quaes, por outra parte, formando a base da politica de S. Ex. o Sr. pre-idente, terião sido sempre previstas e observadas, emquanto dellas dependesse, pelas autoridades subal-

maux qui en résulteraient seraient plus grands que tous ceux qui pourraient naître de la marque arbitraire du bétail.

On ne pouvait non plus appliquer la qualification de — vexatoire ou oppressive — à la défense de faire sortir des bestiaux du territoire de la république, parce qu'aucun étranger ne peut avec raison se dire opprimé et vexé par les mesures que le gouvernement du pays où il réside juge à propos de dictar dans son intérêt et pour améliorer l'administration même, parce qu'en y fixant sa résidence il s'est soumis tacitement d'avance à toutes ces mesures; et, en vérité, le principe qui donnerait aux étrangers résidents dans un pays le droit de refus d'acquiescence se disant vexés et opprimés par une simple mesure de gouvernement interne, quand même ils auraient réellement quelque chose à en souffrir en commun avec les nationaux, serait un principe destructeur du commerce, des émigrations, et des communications internationales.

Dans notre pays les brésiliens ne font qu'une partie des fermiers de la campagne, et la prohibition comprend tous les fermiers, de manière qu'ils n'ont pas le moindre droit de prétendre être exemptés de cette disposition générale, ni de réclamer seuls contre une injustice ou une oppression qui n'existe point. Ils n'étaient pas non plus les seuls à fournir les marchés de Rio Grande de bétail; les nationaux y concouraient avec eux; et par conséquent ils ne sont pas les seuls qui souffrent de ces mesures dictées par la prise en considération d'importants intérêts d'un autre ordre, mesures en elles mêmes temporaires, indispensables, et urgentes, vu les circonstances qui les ont produites, et qui réclament aujourd'hui de Son Excellence leur maintien précisément par les mêmes raisons que Sa Seigneurie juge à propos d'alléguer pour leur révocation: le soussigné s'occupera par la suite de ce dernier point.

Cependant l'assertion de Sa Seigneurie que *des forces appartenant à l'armée commandée par Son Excellence faisaient arbitrairement dans les fermes des propriétaires brésiliens les mêmes opérations, qui étaient défendues aux propriétaires et qui d'après les principes de droit les plus évidents et les plus vulgaires ne pouvaient être permises qu'aux propriétaires*, cette assertion n'est qu'une de ces accusations générales et vagues dont le soussigné a déjà parlé, qui ne présentent aucune base sur laquelle on puisse établir une investigation claire et précise, et qui, par conséquent, ne peuvent être l'objet d'aucune révelation directe, de nature à protéger les individus lésés, et à punir leurs oppresseurs. Ces accusations pouvaient être à peine aussi l'objet d'ordres généraux, quoique précis, pour qu'on respectât les personnes et les propriétés, ainsi que le soussigné en a fait mention; ordres qui d'ailleurs formant la base de la politique de Son Excellence M. le président, auraient toujours mis en garde et tenu en éveil les autorités

ternas. De outro modo ter-se-hia procedido, isto é, de um modo inteiramente directo, se S. S. houvesse indicado a autoridade ou official subalterno dependente de S. Ex., que tivesse commettido taes factos. Indubitavelmente teria sido em tal caso julgado e castigado com a severidade que reclamassem as circumstancias.

Mas não era facil que tal indicação fizesse S. S., porque os factos que S. S. assigna no periodo que fica sublinhado, são evidentemente exaggerados, e o abaixo assignado não teme dizer que, na forma e magnitude com que são denunciados por S. S., não tem fundamento real, absolutamente, e que só informações malevolas ou interessadas poderão dar-lhes origem.

Não existe pois, como em vista do que deixa escripto confia o abaixo assignado conceberá S. S., nenhum motivo emanado de procedimentos de autoridades dependentes de S. Ex. que tenha podido produzir, nem offerecer um atomo de justiça à exacerbação que supõe S. S. produzida por elles na população brasileira.

Mui diversa é a explicação que se deve dar ás causas que trouxerão as consequências de que acabamos de ser testemunhas.

Consta do summario formal, de que a esta hora terá conhecimento o governo do imperio, que o coronel do mesmo, barão de Jacuhy, contravindo ao que está disposto pelo desta republica, não só levou numerosas manadas de gado de nosso territorio para o do Brasil, senão tambem que, lançado nesta via, não teve o tempo nem a vontade de escolher só o gado de sua marca ou propriedade, levantando e transportando indistinctamente o seu e o alheio, sendo maior naturalmente o numero deste que o do proprio, porque pertencia a maior numero de donos.

Em virtude dessa constancia, pôz-se mui opportuna e justamente em sequestro o estabelecimento da estancia que possui nesta republica.

Esta medida, a toda a luz justa e indispensavel, produziu no mencionado barão de Jacuhy esse desaccordado furor que a tamanha attentado o conduziu. Seu descontentamento, em lugar de ter sido contido, foi patrocinado, moralmente quando menos, pelo Sr. general Andréa, que acaba de desempenhar a presidencia do Rio Grande, e a elle se unirão os inimigos da ordem e da paz destas republicas, que, apesar de verdadeiramente antigas e repetidas reclamações, se mantiverão enrincheirados no territorio do Brasil, para dali conceberem e executarem, a salvo e escudados por indevidas sympathias das autoridades do Imperio, projectos de incursão sobre o solo daquellas.

O barão de Jacuhy, derrotado em sua temeraria empreza, se acha hoje, segundo assegura S. S., des-

subalternes pour tout ce dont l'exécution en eut pu les concerner. On aurait procédé d'une autre manière, c'est-à-dire, on aurait procédé d'une manière tout à fait directe, si Sa Seigneurie eut signalé l'autorité, ou l'employé subalterne, dépendant de Son Excellence, auteur des méfaits. Dans ce cas le coupable eut été sans doute jugé et puni aussi sévèrement que les circonstances l'eussent réclamé.

Mais il ne serait pas facile à Son Excellence de fournir de pareilles indications; car les faits relatés dans la phrase soulignée, sont évidemment exagérés; et le soussigné ne craint pas de dire que dans la forme et l'amplitude qui leur sont données, ils n'ont absolument aucun fondement réel, des informations malveillantes ou intéressées ayant pu seules les produire.

D'après ce que le soussigné vient d'exposer, il espère que Sa Seigneurie comprendra qu'il n'existe, aucun motif résultant de la conduite des autorités dépendantes de Son Excellence qui ait pu donner lieu, ou offrir même le moindre prétexte à l'exaspération que Sa Seigneurie suppose avoir été produite parmi la population brésilienne.

L'explication qu'on doit donner des causes qui ont entraîné les conséquences dont nous venons d'être témoins, est bien différente.

On voit par les pièces de l'instruction, dont le gouvernement impérial aura maintenant connaissance, que le colonel de l'Empire, baron de Jacuhy, contrevenant à ce qui a été ordonné par le gouvernement de cette république, non seulement a fait passer de nombreux troupeaux de bétail de notre territoire dans celui du Brésil, mais encore, une fois jeté dans cette contrebande, n'ayant ni le temps, ni la volonté de choisir seulement le bétail de sa marque, ou de sa propriété, a pris ainsi et transporté indistinctement le sien et celui d'autrui, ce dernier naturellement en proportion plus grande, comme appartenant au plus grand nombre.

En conséquence de la constatation du fait, on mis sous le séquestre fort à propos et très justement l'établissement qu'il possède dans la république.

Cette mesure, évidemment juste et indispensable, produisit chez le dit baron de Jacuhy un accès de fureur dont la conséquence fut son déplorable attentat. Au lieu de le contenir, M. le général Andréa qui a été tout dernièrement président de Rio Grande, l'encouragea, du moins moralement, et au même baron s'unirent les ennemis de l'ordre et de la paix de ces républiques, qui, malgré des réclamations déjà anciennes et réitérées, se sont toujours tenus retranchés dans le territoire du Brésil pour y tramer et préparer en sûreté des projets d'incursion sur le sol de ces républiques, protégés comme ils l'étaient par les sympathies illégales des autorités de l'Empire.

Le baron de Jacuhy, déçu dans sa téméraire entreprise, se trouve aujourd'hui, comme Sa Seigneurie

armado e tranquillo na provincia de S. Pedro; porém S. S. permitirá ao abaixo assignado observar-lhe que tranquillo tambem e sem armas estava elle antes de commetter o attentado de invadir com força armada esta republica, amiga do Imperio, offendendo e insultando com esse criminoso procedimento a um tempo a esta e a sua alliada na guerra, a Confederação Argentina. Se pois toda a responsabilidade que na opinião, segundo parece, de S. S. e das autoridades do Rio Grande, contrahio com sua incursão o barão de Jacuhy, havia de reduzir-se a regressar ao lugar domestico, quando vencido em sua empresa não teve mais a que ater-se, pouco perderia, se por ventura não perdesse a vida no empenho, qualquer outro subdito do Brasil que posteriormente quizesse arrojarse a tentar fortuna pelos mesmos meios que empregou o barão; e o enorme agravo feito a estas republicas considerar-se-hia como de nenhuma importancia e de pouco valor, proceder este que mereceria as denominações justas que S. S. dá, ao do barão, de *violento, illegal, anarchico e absolutamente opposto aos principios do direito internacional*.

Mas sobre isto já o governo de S. Ex. o Sr. presidente da republica expedio as instrucções convenientes, para que se deduzão, perante o de S. M. o Imperador do Brasil, as devidas reclamações, e por conseguinte, sem nada mais accrescentar o abaixo assignado a esta nota, se limitará a expressar a S. S., por ordem do citado Exm. Sr. presidente brigadeiro general D. Manoel Oribe, que precisamente porque o ataque e insulto feito a estas republicas por subditos do Imperio demonstrou a clara tendencia de querer obrigar à força de armas ao governo de S. Ex. a relaxar as medidas que no uso de seus direitos soberanos sobre o territorio do paiz julgou conveniente dictar, precisamente por isso está no dever de declarar a S. S. que nenhuma observação tomará em consideração sobre este particular, enquanto não obtiverem as referidas republicas o desagravo e satisfações a que tem o mais positivo e imprescriptivel direito.

Com este motivo, o abaixo assignado saud a S. S. com sua maior consideração e apreço. — *Carlos Q. Villademoros.*

Annexo à nota do Governo Imperial de 4 de Setembro de 1850.

Nota do encarregado de negocios do Brasil em Montevideo ao general D. Manoel Oribe.

Illm.^o e Ex.^o Sr. — Recebi a nota que de ordem de V. Ex. me foi dirigida com data de 12 do prom-

l'assure, désarmé et tranquille dans la province de S. Pedro; mais Sa Seigneurie permettra au soussigné de lui faire observer que le dit baron était aussi tranquille et sans armes avant de commettre l'attentat d'invasion à main armée de cette république amie de l'Empire, offensant et insultant à la fois par un pareil attentat et cette république, et la Confédération Argentine, son allié dans la guerre. Si donc, comme il paraît que telle est l'opinion de Sa Seigneurie et des autorités de Rio Grande, toute la responsabilité que le baron de Jacuhy avait encourue par le fait de son incursion sur le territoire oriental, devait se limiter à sa rentrée en paix dans ses foyers, ses plans de campagne ayant échoués, et n'ayant plus à quoi se prendre, tout autre sujet brésilien sur l'exemple du baron pourrait dans la suite vouloir tenter fortune par les mêmes moyens, sachant que s'il ne succombe pas dans l'entreprise, il y risque au reste peu de chose, et l'énorme offense faite à ces républiques demeurerait sans réparation comme un incident sans importance ni valeur; conduite qui mériterait les justes qualifications de *violente, illegale, anarchique, et absolument opposée aux principes du droit international*, que Sa Seigneurie applique à celle du baron.

Mais le gouvernement de Son Excellence Monsieur le président a déjà donné à ce sujet des instructions pour que les réclamations nécessaires fussent faites auprès du gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil; et le soussigné n'ayant rien d'ailleurs à ajouter à cette note, se bornera pour le moment à dire à Sa Seigneurie, par ordre de Son Excellence M. le président brigadier D. Manoel Oribe, que comme l'attaque et l'insulte faites à ces républiques par des sujets de l'Empire, démontrent clairement une tendance à vouloir obliger le gouvernement de Son Excellence par la force des armes à se relâcher de mesures que dans l'exercice de ses droits souverains sur le territoire du pays, elle a jugé convenable d'adopter, en conséquence et pour cette raison même, il croit devoir déclarer à Sa Seigneurie qu'aucune observation ultérieure ne sera prise en considération sur la question dont il s'agit, tant que les susdites républiques ne recevront pas la réparation et les satisfactions auxquelles elles ont droit: droit positif et imprescriptible.

Le soussigné profite de l'occasion pour réitérer à Sa Seigneurie les assurances de sa considération et de son estime. — *Carlos Q. Villademoros.* —

Annexe à la Note du Gouvernement Impérial du 4 Septembre 1850.

Note du chargé d'affaires du Brésil à Montevideo au général D. Manoel Oribe.

Excellence. J'ai reçu la note qui par ordre de Votre Excellence m'a été adressée le 12 du mois

ximo passa lo mez de Junho, em resposta ao officio que de ordem do governo imperial tive a honra de endereçar a V. Ex., com data de 29 do mez de Maio ultimo, reclamando de V. Ex. providencias que fação cessar os vexames e violencias que soffrem os Brasileiros no Estado Oriental, pois que taes providencias importarião um acto de manifesta justiça, e são além disso o unico meio de cortar pela raiz as causas da excitação em que se achãrão as fronteiras do Rio Grande, e derão lugar ao procedimento do barão de Jacuhy.

Recusou-se V. Ex. a esta requisição, declarando que nenhuma observação tomará em consideração acerca deste assumpto, enquanto as republicas do Prata não obtenhão desagravo e satisfação pelos actos praticados pelo barão de Jacuhy e seus sequazes; desagravo e satisfação a que, segundo a expressão de V. Ex., tem aquellas republicas um direito o mais positivo, e de que não se pôde prescindir.

Começarei por lembrar os diversos argumentos em que me parece fundamentar-se a deliberação que acabo de indicar, e responderei a cada um desses argumentos. Eiles se podem reduzir aos seguintes:

1.º As accusações ou queixas de que os subditos brasileiros soffrem vexações e oppresão no territorio da Republica Oriental do Uruguay são concebidas em termos geraes e vagos, sem que se aponte um caso preciso e determinado; e por isso de tal modo indignas de attenção, que os mesmos officios dos presidentes da provincia do Rio Grande do Sul, conde de Caxias, senador Galvão, Dr. Miranda e Castro, e general Andréa, citados no mesmo officio de 29 do mez de Maio ultimo, serão considerados por qualquer razão imparcial como imputações gratuitas, desacreditadas pelo que tem de vagas generalidades.

2.º Se alguma vez porém chegáram ao conhecimento de V. Ex. as queixas de algum brasileiro concebidas em termos positivos e precisos, nunca V. Ex. deixou de attendê-las se taes queixas foram justas: e para prova se allegão os casos dos brasileiros Teixeira, Alexandre da Rosa e Peixoto.

3.º A legação do Brasil em Montevideo se deu por satisfeita emquanto ao fundo da deliberação tomada por V. Ex. relativamente a diversos escravos fugidos da provincia do Rio Grande do Sul: e tanto que eu me declarei persuadido do espirito de justiça que dirige a V. Ex., persuasão que se acha em contradicção com as accusações e queixas de oppresão e vexames supportados pelos brasileiros.

4.º Não se prohibio aos proprietarios brasileiros marcar os gados; e quando existisse uma prohibição absoluta, ella affectaria a nacionaes e estrangeiros em

de Juin dernier, en réponse à la dépêche que par ordre du gouvernement impérial j'avais eu l'honneur d'adresser à Votre Excellence le 29 Mai de l'année courante, en réclamant des mesures qui pussent faire cesser les vexations et les violences que souffrent les brésiliens dans l'Etat Oriental, attendu que de pareilles mesures renfermeraient un acte de manifeste justice et offriraient le seul moyen de couper par la racine les causes qui produisent l'excitation où se sont trouvées les frontières de Rio Grande, et qui ont ainsi donné lieu à l'entreprise du baron de Jacuhy.

Votre Excellence a refusé d'accueillir ma demande, en déclarant qu'elle n'aura égard à aucune observation à ce sujet, tant que les républiques de la Plata n'obtiendront pas, pour les actes du baron de Jacuhy et de ses partisans, la réparation et la satisfaction auxquelles, selon l'expression de Votre Excellence, ces républiques ont un droit très positif dont elles ne peuvent point se départir.

Je commencerai par rappeler les divers arguments sur lesquels se fonde, ce me semble la résolution que je viens d'indiquer; et je répondrai ensuite à chacun de ces arguments; ils peuvent se réduire aux suivans:

1.º Les accusations ou les plaintes relatives aux vexations et aux violences que souffrent les sujets brésiliens sur le territoire de la République Orientale de l'Uruguay seraient conçues en termes si généraux et si vagues, qu'on ne signale pas un seul cas précis et bien déterminé; ce qui les rend de telle sorte indignes d'attirer l'attention, que même les dépêches de plusieurs présidents de la province de Rio Grande du Sud, tels que le comte de Caxias, le sénateur Galvão, le Dr. Miranda e Castro et le général Andréa, cités dans ma note du 29 Mai dernier, seraient considérées, par quiconque en jugera avec impartialité, comme un tissu d'imputations gratuites, dénuées de crédit par ce qu'elles ont de trop vague.

2.º Si quelquefois cependant il était parvenu à Votre Excellence des plaintes de la part de quelque brésilien, conçues en termes positifs et précis, Votre Excellence n'aurait jamais négligé d'y avoir égard, étant justes: et comme preuve sont allégués les cas des brésiliens Teixeira, Alexandre da Rosa et Peixoto.

3.º La légation du Brésil à Montevideo se serait avouée satisfaite quant au fond de la résolution, que Votre Excellence a prise par rapport à plusieurs esclaves qui se sont enfuis de la province de Rio Grande, au point que je me serais déclaré convaincu de l'esprit de justice qui guide Votre Excellence; et cette conviction se trouverait en contradiction manifeste avec les accusations et les plaintes touchant l'oppression et les violences que souffrent les sujets brésiliens.

4.º On n'a pas défendu aux propriétaires brésiliens de marquer leur bétail; et quand même il existerait une défense absolue à cet égard, elle con-

geral, e nenhuma razão terião para queixar-se disso os brasileiros.

5.º Não se impôz a alguém a obrigação de *carnear* debaixo da inspecção de alguma autoridade, posto que a estas sim foi encarregada a vigilancia sobre as *cuerulas*, e que não se fação matanças de animaes para esse effeito.

6.º Não se pôde chamar vexatoria nem oppressiva a prohibição de fazer sahír gados para fóra do territorio da republica, em primeiro lugar porque nenhum estrangeiro pôde com razão dizer que se lhe causa oppressão e vexame com as medidas que o governo do paiz onde reside cre opportuno dictar por seu interesse e melhor administração, porque a todas ellas se submetten facilmente ao fixar nelle a sua residência; e em segundo lugar, porque seria um principio destruidor do commercio, das emigrações e das communicações de nação a nação, o que dês-se direito aos estrangeiros residentes a oppôr-se e clamar que são vexados e opprimidos por uma providencia puramente de governo interior, ainda quando alguma cou-a soffressem por ella em commun com os membros da nação.

7.º A prohibição de passar gados para o Rio Grande do Sul é geral; abrange a todos; e nas actuaes circumstancias convém mantê-la pelas mesmas razões que eu alleguei em favor da revogação, isto é, porque além de justa, concorrerá a tal prohibição para que se não renove a exaltação dos espiritos que deu origem aos deploraveis acontecimentos, cuja repetição o governo imperial deseja sinceramente evitar.

8.º Não foi a exacerbação dos espiritos, nascida de medidas violentas, a causa e a origem dos acontecimentos a que se fez allusão, pois que, do summario organizado em fórma, consta que o barão de Jacuhy, violando as disposições de V. Ex., não só levou diversas avultadas tropas de gado do territorio da republica para o do Brasil, mas tambem, lançado nesta via, não teve tempo nem desejo de escolher o gado de sua marca, ou propriedade, mas levantava e fazia passar o seu e o alheio, sendo naturalmente maior o numero deste que o do proprio, porque pertencia a um maior numero de donos; e como em virtude do mencionado summario se mandou proceder a sequestro na estancia do barão, situada no territorio da republica, esta medida produziu a excitação que o levou aos actos de que se trata, e nos quaes (conforme a opinião de V. Ex.) foi patrocinado pelo general Andréa e coadjuvado pelos emigrados orientaes e argentinos escudados por indevidas sympathias das autoridades do Imperio.

cernerão les nationaux et les étrangers en général; les brésiliens n'auraient donc aucune raison de s'en plaindre.

5.º On n'a imposé à personne l'obligation d'abattre le bétail sous l'inspection des autorités, quoiqu' à la vérité on les ait chargées de la surveillance des *cuerulas*, afin qu'on n'abatte pas pour cet effet.

6.º On ne peut pas appeller oppressive ni vexatoire la défense de faire sortir le bétail du territoire de la république; en premier lieu, parce qu'aucun étranger ne peut raisonnablement se dire opprimé et vexé par les mesures que le gouvernement du pays où il réside croit opportunes dans son intérêt, et en vue d'améliorations administratives; car du moment qu'il y fixe sa résidence, il se soumet tacitement à ces mesures; et secondement parce que ce serait un principe destructif du commerce, de l'émigration et de tous autres rapports existants entre les nations, que celui qui donnerait aux étrangers résidants le droit de s'opposer à une mesure purement gouvernementale et d'administration intérieure, et de jeter alors des hauts cris; et cela lors même qu'ils auraient à en souffrir en commun avec les nationaux.

7.º La prohibition de faire passer le bétail dans la province de Rio Grande est générale; elle comprend tout le monde; et dans les circonstances actuelles il convient de la maintenir pour les mêmes raisons que j'ai alléguées en faveur de sa révocation, car cette prohibition, outre qu'elle est juste, contribuera à faire cesser d'une fois l'exaltation des esprits qui a amené les événements déplorables dont le gouvernement impérial désire sincèrement éviter la répétition.

8.º Ce ne fut pas l'excitation des esprits produite par des mesures violentes qui a donné lieu aux événements dont il est question, car il appert du dossier de procédure sommaire qu'on a dressé, que le baron de Jacuhy, violant les dispositions de la loi rendue par Votre Excellence, non seulement ait emmené des troupeaux considérables du territoire de la république dans celui du Brésil, mais encore, une fois lancé sur cette voie, il n'a plus eu le temps ni la volonté de choisir le bétail à sa marque ou de sa propriété, enlevant et faisant passer avec le sien celui d'autrui, le nombre de ce dernier étant naturellement plus considérable comme provenant d'un plus grand nombre de propriétaires. Or, comme en vertu de la procédure sommaire susmentionnée, on a donné l'ordre de mettre sous le séquestre les biens du baron situés sur le territoire de la république, cette mesure a produit l'excitation, motif des actes dont il s'agit, et dans lesquels (suivant la pensée de Votre Excellence) il a été protégé par le général Andréa, et secondé par les émigrés orientaux et argentins que favorisaient les sympathies illicites des autorités de l'Empire.

9.º Posto que o barão fosse desarmado e disseminadas as reuniões que tinha formado e o seguião, não é isto bastante para actos que eu mesmo qualifiquei de violentos, illegaes, anarchicos e absolutamente oppostos aos principios do direito internacional.

10.º O barão de Jacuhy e seus sequazes pretendêrão fazer á força de armas com que V. Ex. relaxasse as medidas que tinha julgado conveniente adoptar; e por essa razão mesma se julga V. Ex. no dever de não tomar em consideração observação alguma tendente a esse fim, emquanto se não dêr ás duas republicas do Prata o desagravo e satisfação que V. Ex. me participa ter já reclamado, e a que na opinião de V. Ex. tem aquellas duas republicas o direito mais positivo e de que se não pôde prescindir.

Taes são os argumentos deduzidos em a nota cuja recepção accusei: e passando a responder a cada um delles, emquanto ao primeiro tomarei a liberdade de ponderar que os factos de oppressão e vexame praticados no territorio da Republica Oriental do Uruguay na pessoa e bens dos subditos brasileiros residentes ou proprietarios no mesmo territorio, são por tal modo repetidos e notorios, que chegam quasi a constituir até certo ponto como uma condição inevitavel da existencia social dos brasileiros no territorio da republica.

Tendo em vista pois a generalidade e a certeza moral dos factos, era isso mui sufficiente para que os illustres administradores da provincia do Rio Grande do Sul, conde de Caxias, senador Galvão, Dr. Miranda e Castro e general Andréa se servissem de termos geraes, pois que se tratava de expôr ao governo imperial qual é o estado em geral e a sorte que geralmente pesa, ou ameaça os subditos do Imperio no territorio da republica; mas seria uma grande offensa ao caracter honrado e ao espirito illustrado daquelles administradores o suspeitar que, sem o conhecimento e o exame de muitos factos, se atrevessem a offerecer á consideração do governo imperial asserções de tanta gravidade como as que citei no meu officio de 29 do mez proximo passado, e a que de parte do governo do Brasil se deu pleno credito, como V. Ex. terá visto pela nota de 8 de Março do anno corrente, dirigida ao ministro da Confederação Argentina no Rio de Janeiro, a qual nota foi dada á luz entre os documentos que acompanháráo a publicação do ultimo relatório de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros.

E na verdade, por que motivo, contra a sua maneira habitual de proceder, contra a sua indole, contra o

9.º Quoiqu'on ait désarmé le baron, et dispersé les forces qu'il avait rassemblées et qui le suivaient, au dire de Votre Excellence, il n'y a là rien de suffisant encore pour des actes que j'ai moi-même qualifiés de violents, d'illégaux, d'anarchiques et d'absolument contraires aux principes du droit international.

10.º Le baron de Jacuhy et ses partisans ont prétendu forcer Votre Excellence par le recours aux armes à se relâcher des mesures qu'elle avait jugé convenable d'adopter, et c'est précisément pour cette raison que Votre Excellence se croit tenue, de n'avoir nul égard à quelque observation que ce put être qui lui soit adressée dans ce but, tant qu'on n'aura pas accordé aux deux républiques de la Plata la réparation et la satisfaction que Votre Excellence me dit avoir déjà réclamées, et auxquelles, dans son opinion, ces deux républiques ont un droit très positif, dont elles ne peuvent point se départir.

Tels sont les arguments pré-entés dans la note dont j'ai accusé réception, et à chacun desquels je vais maintenant répondre. Quant au premier, je prendrai la liberté de faire observer que les actes d'oppression et de violence exercés sur le territoire de la République Orientale de l'Uruguay contre les personnes et les biens des sujets brésiliens résidants ou propriétaires sur ce territoire, se répètent si souvent et sont si notoires qu'ils en sont presque arrivés au point de constituer une sorte de condition inséparable de l'existence sociale des brésiliens sur le territoire de la république.

En égard donc à la généralité et à la certitude morale des faits, c'était plus qu'il n'en fallait pour que des administrateurs de la province de Rio Grande aussi éclairés que le comte de Caxias, le sénateur Galvão, le Dr. Miranda e Castro et le général Andréa se servissem de termes généraux; car ils'agissait d'exposer au gouvernement impérial la situation générale des sujets de l'Empire sur le territoire de la république, et de lui faire voir le sort qui généralement pèse sur eux, ou bien les attend. Mais ce serait grandement offenser le caractère honorable et l'esprit éclairé de ces administrateurs, que de les soupçonner d'avoir osé offrir à la considération du gouvernement impérial des assertions de tant de gravité que celles que j'ai reproduites dans ma note du 29 du mois dernier, sans avoir préalablement pris connaissance d'un grand nombre de faits, et sans les avoir examinés. Le gouvernement du Brésil de son côté a entièrement ajouté foi à leurs paroles, comme Votre Excellence aura pu le voir par la note du 5 Mars de l'année courante, adressée au ministre de la Confédération Argentine à Rio de Janeiro, et publiée parmi les annexes du dernier rapport de Son Excellence Monsieur le ministre des affaires étrangères.

En effet, pourquoi le Comte de Caxias, le sénateur Galvão, le Dr. Miranda e Castro et le général An-

espírito de verdade, contra as indicações do mais vulgar senso commum, o conde de Caxias, o senador Galvão, o Dr. Miranda e Castro, o general Andréa, levavião ao conhecimento do governo imperial uma exposição falsa, destituida de fundamento, e desde o seu principio desacreditada pelo que contém de vagas generalidades? Como em diferentes épocas pessoas tão conspicias se entenderão para obrar de um modo leviano, ou tão iníquo? Onde está o estímulo que as excitasse a calumniar os executores das ordens de V. Ex., ou a queixar-se sem razão do conteúdo dessas mesmas ordens? Gloria, fortuna para si, ou honra e vantagem para o Imperio seriam por ventura o resultado de tal procedimento? Não, certamente não; e V. Ex. já vê que, segundo as leis da critica, é forçoso confessar que motivos, e motivos ponderosos devião ter diante de si os benemeritos servidores de S. M. o Imperador do Brasil, meu Augusto Soberano, cujos nomes tenho indicado, para se explicarem nos termos por que o fizeram perante o governo imperial; mas (poderá ainda instar-se) porque se não referirão especificadamente os factos em que necessariamente se deve ter estribado a opinião de cada um dos presidentes da provincia do Rio Grande do Sul acima referidos? Porque se tratava, como disse, de expôr em geral o estado, as circumstancias, a condição do brasileiro na Republica Oriental do Uruguay: porque muitos dos factos de que aliás pôde haver, e ha, certeza moral, são difficeis de provar por tal modo que a respeito deiles se possa fazer obra perante um tribunal, pois que as victimas, as testemunhas, e os que podem ministrar documentos, receião todos a vingança das autoridades que commetteu as violencias; e porque uma infeliz experiencia mostra por muitas vezes inutil, senão perigosa, a individuação dos factos e das pessoas. Apontarei alguns exemplos.

Por aviso da secretaria de estado dos negocios estrangeiros de 3 de novembro de 1845, me foi determinado que reclamasse em favor de muitos cidadãos brasileiros, que, possuidores de fazendas no territorio da Republica Oriental do Uruguay, tinhão sido obrigados a refugiar-se na provincia do Rio Grande do Sul, em consequencia das vexações de que erão victimas.

Proveio esta ordem de uma participação do conde de Caxias, presidente que então era daquella provincia, e que levou ao conhecimento do governo imperial uma representação dos brasileiros a que acabo de referir-me. Esta representação estava firmada por numerosas assignaturas: tratava-se pois de um estado de cousas positivo: não se deduzião accusações vagas e incertas; a firma dos queixosos, e os factos da emigração, da fuga e do desaparecimento de suas respectivas

drêa, contra leur manière habituelle d'agir et leur caractère connu, manquant à l'esprit de vérité et en dehors même des plus simples notions du bon sens, auraient-ils porté à la connaissance du gouvernement impérial un exposé faux, dénué de tout fondement, et tout d'abord ne contenant que du vague et des données générales? Comment des personnes aussi distinguées se sont-elles si bien entendues à différentes époques pour agir d'une façon aussi légère, et avec tant d'iniquité? Où voit-on un stimulant qui puisse les avoir poussés à calomnier les exécuteurs des ordres de Votre Excellence ou à se plaindre sans raison de la teneur de ces ordres? En pouvait-il par hasard résulter gloire et fortune pour eux, honneur et avantage pour l'Empire? Non, certainement non; et Votre Excellence voit déjà qu'en bonne logique, il faut avouer que les dignes serviteurs de S. M. l'Empereur du Brésil, mon Auguste Souverain, ci-dessus nommés, devaient avoir des motifs bien puisants pour s'expliquer de la manière dont ils l'ont fait devant le gouvernement impérial; mais pourrait-on demander, pourquoi n'a-t-on pas spécifié les faits sur lesquels a dû nécessairement s'appuyer l'opinion de chacun de ces présidents de la province de Rio Grande? Parce qu'il s'agissait, comme je l'ai dit, d'exposer en général la situation, les circonstances, et le sort du citoyen brésilien dans la République Orientale de l'Uruguay: parce que beaucoup de ces faits au sujet desquels il peut d'ailleurs y avoir, et il y a en effet toute certitude morale, sont néanmoins aussi tellement difficiles à prouver qu'il est impossible de les déférer à un tribunal. car les victimes, les témoins, et ceux qui pourraient fournir des pièces à l'appui, craignent tous la vengeance des autorités qui commettent ces mêmes violences: et enfin, il faut le dire, une malheureuse expérience démontre qu'il est souvent inutile, sinon dangereux de faire une exposition détaillée quant aux faits et aux personnes. J'en citerai quelques exemples.

Par une dépêche du ministère des affaires étrangères du 3 Novembre 1845, il me fut enjoint de présenter des réclamations en faveur de plusieurs citoyens brésiliens qui étaient possesseurs de fermes situées sur le territoire de la République Orientale. Par suite des vexations dont ils étaient victimes, ils avaient été obligés de se réfugier dans la province de Rio Grande.

Cet ordre provenait d'une communication du comte de Caxias, qui étant alors président de cette province, avait porté à la connaissance du gouvernement impérial une représentation faite par les brésiliens dont je viens de parler. Cette représentation était revêtue de nombreuses signatures; il s'agissait d'un état de choses positif; on n'y formulait point d'accusations vagues ou incertaines; la signature des plaignants et les faits de leur émigration, de leur fuite, ainsi

propriedades comprovavam grandemente o fundado motivo de suas queixas.

Uma relação dos signatários da representação de que se trata foi remetida a V. Ex. com a reclamação constante do meu officio de 30 de Dezembro de 1845. Não direi que alguns ou todos os individuos comprehendidos na mencionada relação foram posteriormente victimas da vingança de alguém ou alguns commandantes de districto, como se affirmou, ou pelo menos se deu a entender na camara dos deputados do Brasil, mas é certo que a indicada reclamação de 30 de Dezembro de 1845 foi contestada por uma maneira que se me antolheu evasiva, e tão pouco satisfactoria que me julguei obrigado a protestar, como se vê do officio que tive a honra de dirigir a V. Ex. em 17 de Fevereiro de 1846. O governo imperial approvou o meu procedimento por aviso de 3 de Abril deste mesmo anno; e na verdade este exemplo de nenhum resultado pratico obtido por uma representação assignada por quasi cento e quarenta proprietários brasileiros, não poderia deixar de inculcar desanimo em todos, ou pelo menos na grande maior parte dos que se achassem debaixo de condições iguaes ou semelhantes. Outro exemplo: Permitta-me V. Ex. que eu tome a liberdade de recordar a V. Ex. o meu officio de 7 de Fevereiro de 1845, pelo qual reclamei a favor do subdito brasileiro Alexandre de Abreu Valle Machado. A pretensão deste reclamante funda-se em uma sentença passada em caso julgado; mas nem por isso foi elle attendido. Ao mesmo passo que o seu contendor tinha sido reputado isento da jurisdicção dos tribunaes da republica durante a guerra, se decidia que Valle Machado recorresse á acção desses mesmos tribunaes. V. Ex. sabe que tal decisão deu lugar ao protesto constante de meu officio de 17 de Agosto de 1845.

O governo imperial approvou o meu procedimento por aviso de 18 de Setembro seguinte; mas pondo de parte o andamento que ainda se possa dar a esta reclamação, eu me restrinjo por ora a notar o effeito moral que a decisão de V. Ex. devia causar em todos os que tivessem de queixar-se de actos violentos praticados pelos commandantes militares dos respectivos districtos desta republica. O coronel Dr. Servando Gomes, parte interessada, constituindo por seu procurador o official seu immediato no commando do districto, e exercendo ambos autoridade, um em seu proprio favor, e outro em favor de seu constituinte, praticarão na verdade um facto que se póde qualificar de insolito.

E que animo terão os opprimidos para queixar-se, em vista de tanta benevolencia para com aquelles que os vexão e opprimem? Outro exemplo.

que de l'abandon de leurs propriétés, ne prouvaient que trop, combien leurs plaintes étaient fondées.

Une liste des signataires de la représentation dont il s'agit fut remise à Votre Excellence avec la réclamation qui faisait l'objet de ma note du 30 Décembre 1845. Je ne dirai pas que tous les individus compris dans cette liste, ni même quelques uns d'eux aient été dans la suite victimes de la vengeance d'un ou de plusieurs commandants de département, comme on l'a assuré, ou comme du moins on l'a fait entendre dans la chambre des députés du Brésil, mais il est sûr que les réclamations du 30 Décembre 1845 ne reçurent qu'une réponse évasive et si peu satisfaisante, à mon avis, que je me crus obligé de protester contre elle, comme il résulte de la note que j'eus l'honneur d'adresser à Votre Excellence le 17 Février 1846. Le gouvernement impérial approuva ma conduite par sa dépêche du 3 Avril de cette même année; et en effet l'exemple d'une représentation signée par près de cent quarante propriétaires brésiliens restée sans aucun résultat, ne pouvait que décourager tous ou presque tous les individus placés en circonstances identiques ou analogues. Autre exemple: permettez-moi de vous rappeler ma note du 7 Février 1845, où je réclamaiss en faveur d'Alexandre de Abreu Valle Machado, sujet brésilien. Sa prétention se fondait sur un jugement rendu et ayant force exécutoire; il n'en fut néanmoins tenu aucun compte. En même temps que sa partie adverse était reconnue comme non-justiciable des tribunaux de la république pendant la guerre, Valle Machado était renvoyé devant ces mêmes tribunaux; et Votre Excellence n'ignore pas que cette décision motiva de ma part la protestation résultante de ma note du 17 Août 1845.

Le gouvernement impérial approuva ma conduite par une dépêche datée du 18 de Septembre de l'année suivante; mais je mettrai de côté la possibilité qui existe peut-être encore de donner suite à cette réclamation; et je me bornerai pour le moment à faire ressortir l'effet moral que devait produire la décision de Votre Excellence sur l'esprit de tous ceux, qui pouvaient avoir à se plaindre de quelque acte de violence exercé par le commandant militaire de l'un des départements de cette république. Or, le colonel Servando Gomes, partie intéressée dans cette affaire, en constituant pour son procureur fondé un officier qui lui était immédiatement subordonné dans le commandement du département, pratiqua en effet avec cet officier un acte qu'on peut qualifier d'inouï, d'autant plus qu'ils exerçaient ainsi tous les deux l'autorité, l'un à son profit même, et l'autre au profit de son commettant.

Et maintenant, quel cœur auront les opprimés à se plaindre en présence de tant de bienveillance pour ceux qui les vexent et les oppriment? Passons à un autre exemple.

São sabidas as perdas que tem causado aos proprietários brasileiros a fuga dos escravos da provincia do Rio Grande do Sul para o Estado Oriental do Uruguay. O acolhimento e protecção dada a esses escravos é uma das causas dessa effervescencia de que tratei no meu citado officio de 29 de Maio ultimo; e tanto mais quanto na provincia do Rio Grande do Sul é opinião geral que a fuga dos escravos não é sómente originada no amor natural da liberdade, mas tambem e principalmente é resultado do facto de alliciações.

O governo imperial, collocado na obrigação de defender a propriedade de seus subditos e de cortar pela raiz todo o principio de anarchia e desordem, ao mesmo passo que sempre desejou manter as melhores relações com os povos e nações vizinhas do Imperio, expedia ordens a esta legação para que se procurasse estabelecer uma regra pela qual se instaurassem e decidissem as reclamações relativas à restituição de escravos fugidos. Em virtude das ordens a que me refiro, tive a honra de dirigir a V. Ex. o meu officio de 18 de Janeiro de 1848: mas tenho tido o desgosto de aguardar até hoje uma contestação qualquer ás proposições exaradas neste officio: e não será um facto destes bem proprio para desanimar os queixosos?

Ainda que não seja, como penso que não é, a mente de V. Ex. conservar esse fatal arbitrio que os commandantes da fronteira da republica tem exercido sobre uma parte da propriedade dos brasileiros residentes no Rio Grande do Sul, não é verdade que a falta de providencias a tal respeito, ainda quando indicadas e propostas pelo governo imperial, deve ter necessariamente causado desgosto e desanimo? Não me esqueço comtudo de que ultimamente se dignou V. Ex. participar-me que em breve daria as ordens necessarias para que fossem entregues certos e determinados escravos fugidos para o territorio desta republica, e individualmente reclamados, accrescentando V. Ex. que de futuro se procederia de igual modo. É certo que no essencial, ou no fundo me regozijou esta medida; mas é tambem certo que eu não occultei a V. Ex. o receio de que praticamente se inutilisasse a ordem para a entrega dos escravos, pois que, no meu entender, as condições ou clausulas, postas a essa entrega, abrirão a porta à continução de abusos. Logo voltarei a este assumpto; mas seja-me licito observar que não se tendo V. Ex. dignado desvanecer o meu receio, me julgo autorizado a acreditar-lo fundado: e nesse caso é palpavel que bem longe estará tambem de desvanecer-se por este lado o desgosto e o desanimo que acabo de indicar.

Pelo que respeita ao segundo argumento, cumpre notar que tratando-se do estado, das circumstancias, da condição em geral dos brasileiros proprietários, ou residentes no territorio da Republica Oriental do Uru-

guay, On sait quelles pertes a causées aux propriétaires brésiliens la fuite dans l'Etat Oriental des esclaves de la province de Rio Grande. L'accueil fait à ces esclaves et la protection qui leur est accordée est un des motifs de l'effervescence dont j'ai parlé dans ma note précitée du 29 Mai dernier, d'autant plus que dans la province de Rio Grande on croit généralement que la fuite des esclaves ne provient pas seulement de l'amour naturel de la liberté, mais qu'elle est aussi le résultat des séductions qui ont lieu.

Le gouvernement impérial, sous le coup du devoir où il est de défendre la propriété de ses sujets et de couper par la racine tous germes d'anarchie et de désordre, désirant en même temps entretenir les meilleurs rapports possibles avec les nations et les peuples voisins de l'Empire, expédia des ordres à cette légation pour chercher à établir une règle, d'après laquelle on pût instruire et décider les réclamations relatives à la restitution des esclaves en fuite. En vertu de ces ordres, j'eus l'honneur de diriger à Votre Excellence ma note du 12 Janvier 1848, mais, à mon grand regret, j'en attends encore aujourd'hui la réponse, ainsi que la solution des propositions qui s'y trouvaient consignées: un pareil fait ne serait-il pas aussi de nature à décourager les plaignants?

Quoique ce ne soit pas, comme je le pense bien, l'intention de Votre Excellence de conserver ce fatal pouvoir arbitraire qu'exercent les commandants des frontières sur une partie des biens appartenants aux brésiliens qui résident à Rio Grande, n'est-il pas vrai que le défaut de mesures à cet égard, tout indiquées et proposées qu'elles sont par le gouvernement impérial, doit nécessairement y avoir causé un sentiment pénible et de découragement? Cependant je n'oublie pas que Votre Excellence a daigné me prévenir dernièrement qu'elle donnerait les ordres nécessaires pour la remise de certains esclaves réfugiés sur le territoire de cette république et qui sont réclamés nominativement. A l'avenir, ajoutait Votre Excellence, on procédera de la même manière. Assurément cette décision me fut agréable quant au fond et quant à la partie essentielle, mais je ne dissimulai pas à Votre Excellence ma crainte, que l'ordre de livrer les esclaves ne fut rendu inutile dans l'exécution avec les conditions ou les clauses attachées à cette remise, comme pouvant tenir la porte ouverte à la continuation des abus. Je reviendrai tout-à-l'heure sur ce sujet: pour le moment, qu'il me soit permis de faire observer que Votre Excellence n'ayant pas daigné dissiper mes craintes, je peux bien croire qu'elles sont fondées, et, en ce cas, il est évident que de ce côté l'esprit de doute pénible et de méfiance que je viens de signaler est encore loin de pouvoir disparaître.

Quant à ce qui regarde le deuxième argument, j'avertirai que si on a parlé de la situation, des circonstances, et du sort en général des brésiliens possédant des propriétés ou simplement résidants sur le territoire

guay, não se quiz dizer com isto que uma ou outra vez por excepção á regra geral, quando o opprimido teve um estímulo qualquer bastante forte para induzi-lo a queixar-se a V. Ex. sem receio de vingança da parte das autoridades subalternas, não tenha o queixoso obtido justiça. Admiro, porém, que tão pouco numerosas sejam estas excepções, que aliás, como é sabido na sua qualidade de excepções, por numerosas que fossem nada mais farião do que confirmar a regra geral. De mais, os casos indicados podem muito bem provar o contrario daquillo que com ellas se quiz provar.

O Sr. Teixeira queixa-se de que uma partida do exercito do commando de V. Ex., estacionado nos campos de propriedade desse subdito brasileiro, carnou o gado que ali encontra, e que faz tambem parte da propriedade do Sr. Teixeira. V. Ex. determina que tal abuso não continue: graças são devidas a V. Ex. por este acto de justiça; mas indemnison-se Teixeira do gado anteriormente carneado?

Se não fosse ordinaria e commum essa constante infracção do direito de propriedade por parte dos commandantes de districto ou de partidas do exercito sem indemnisação alguma para o proprietario, um acto de justiça tão simples mereceria acaso uma recordação especial? Mais algum favor houve em mandar suspender o processo intentado contra Alexandre da Rosa.

Não indagarei se esse favor é devido á qualidade de proprietario vexado e opprimido, ou se nasce de sympathias politicas: mas não se diz qual o resultado dessa suspensão, e quando este seja completo e perfeita a indemnisação do valor do gado consumido por forças de exercito do commando de V. Ex., tambem não poderei ver nesse facto mais do que um acto de simples justiça, posto que não me recusaria a dar agradecimentos a V. Ex. por um acto de semelhante natureza.

Ha igualmente um acto de justiça no facto praticado com os herdeiros do Sr. Peixoto, a que V. Ex. se refere: graças sejam tambem dadas a V. Ex.; mas licito me seja observar de quanto apreço não seria para o governo imperial um acto analogo praticado com todos os proprietarios brasileiros que por qualquer titulo tem direito a serem indemnizados do valor dos escravos de que tem sido privados, ou em cuja privação tem sido mantidos, por effeito mais ou menos proximo de ordens mais ou menos directas de V. Ex.!

Pelo que respeita ao terceiro argumento, nenhuma contradicção vejo em queixar-me das oppressões e vexames supportados geralmente pelos brasileiros, e em persuadir-me de que V. Ex. se mostrava animado

de la République Orientale de l'Uruguay, on n'a pas voulu dire qu'aucun de ceux qui se sont plaints n'ait à aucune époque obtenu justice, par exception à la règle il est vrai, et notamment lorsque l'opprimé avait un stimulant quelconque assez fort pour le pousser à se plaindre à Votre Excellence, sans craindre les vengeances des autorités subalternes. Ce qui m'étonne, c'est que ces exceptions soient si peu nombreuses; on sait d'ailleurs que comme telles, quelque nombreuses qu'elles fussent, elles ne feraient que confirmer la règle générale. De plus, les cas signalés plus haut peuvent fort bien prouver le contraire de ce qu'on a voulu établir par ces exceptions.

Le sieur Teixeira s'est plaint de ce qu'un groupe détaché de l'armée commandée par Votre Excellence, et stationnée sur ses terres, propriétés brésiliennes, abattit ceux de ses bestiaux qu'il rencontrait et qui étaient aussi propriété brésilienne. Votre Excellence a décidé que cet abus ne devait pas continuer, mais a-t-on dédommagé Teixeira de la perte du bétail qui avait été abattu jusqu'alors?

Si cette infraction que les commandants ou des districts ou des groupes détachés de l'armée commettent constamment contre le droit de propriété, sans aucun dédommagement pour le propriétaire, n'était pas aussi habituelle de leur part, est-ce que par hasard un acte de justice tellement simple mériterait d'être mentionné à part? Ce fut, il est vrai, un acte de faveur un peu plus grande qui fit ordonner de surseoir au procès intenté contre Alexandre da Rosa.

Je ne perscruterai pas si cet acte de faveur est dû à la qualité de propriétaire vexé et opprimé, ou s'il est né de sympathies politiques; mais on ne dit pas qu'il a été le résultat de ce sursis, et quand même le résultat et le dédommagement à accorder pour le bétail perdu eussent été complètement satisfaisants, je ne pourrais encore voir dans ce fait autre chose qu'un acte de justice tout simple, dont après tout je ne me refuserais nullement à rendre grâce à Votre Excellence.

C'est également un hommage rendu à la justice que le fait qui a eu lieu avec les héritiers du sieur Peixoto, et auquel Votre Excellence se réfère: grâces en soient rendues à Votre Excellence! Qu'il me soit permis cependant de lui faire observer, combien le gouvernement impérial attacherait de prix à ce qu'il en put être fait et procédé de même à l'égard de tous les propriétaires brésiliens qui, à un titre quelconque, ont droit à être indemnisés de la valeur des esclaves dont ils ont été et continuent encore à être privés, par l'effet plus ou moins immédiat d'ordres plus ou moins directs de Votre Excellence.

Quant à ce qui concerne le troisième argument, je ne vois aucune contradiction entre mes plaintes sur l'oppression et les violences que souffrent les brésiliens, et la persuasion où je suis que Votre Excel-

de espirito da justiça, quando dava um passo que me pareceu e parece ainda hoje conducente para fazer cessar em parte esses queixumes de que tenho tratado.

O governo imperial considera como uma das causas da exacerbação dos espiritos na provincia do Rio Grande do Sul, a fuga dos escravos dessa provincia para o territorio desta republica, e o acolhimento e protecção que nesta republica tem recebido esses mesmos escravos fugidos. Este acolhimento e protecção importão grave offensa aos direitos de propriedade. Uma ordem pois emanada de V. Ex. para a restituição dos escravos fugidos não podia deixar de considerar-se como um primeiro passo para anullar o jago sob que gemem os brasileiros residentes no territorio da Republica Oriental do Uruguay. Uma tal ordem não podia deixar de considerar-se como acto de justiça; e quem pratica actos de justiça não pôde deixar de ser inspirado nesses actos pelo espirito de justiça.

Era natural que eu manifestasse o meu contentamento quando me persuadia (e ainda disso estou persuadido) de que ha em V. Ex. todas as disposições para abraçar uma politica justa e propria, não para dissolver, mas para ligar e estreitar as relações do imperio do Brasil com o Estado Oriental do Uruguay: mas eu já ponderei acima, e fiz notar que foi essa persuasão e o contentamento que me causou a ordem de que se trata, assás modificado pelo receio que me causarão as condições ou clausulas de que a ordem deveria ter sido acompanhada pelo menos, segundo então V. Ex. o entendia.

Por exemplo, escrevendo a V. Ex. aos 6 de Maio p. p. acerca da reclamação de João Leite Penteado, e significando a V. Ex. a satisfação que me causava em si, e no essencial, a ordem para a entrega dos escravos fugidos, tive a ingenuidade e franqueza de confessar a V. Ex. que a minha satisfação na verdade seria mais completa, se a ordem para a entrega dos escravos fosse dada, não só ás autoridades da fronteira, mas também ás respectivas autoridades de todo o territorio do Estado Oriental. que obedece a V. Ex.; pois é claro que, internados áquem das fronteiras, pôdem existir já ou para o futuro muitos escravos desses que se mandão restituir: e a circumstancia de se acharem actualmente fóra da jurisdicção das autoridades da fronteira, ou de se evadirem para o futuro á vigilancia dellas, não deve aproveitar aos mesmos escravos com prejuizo de seus senhores.

Nota (continuei eu), além disso, que, na applicação da regra geral sobre a entrega dos escravos que se faz no caso especial de João Leite Penteado, ha com effeito uma modificação que não pôde deixar de attrahir algum reparo. Dispõe V. Ex. que se algum ou alguns dos escravos de Penteado tiver assentado praça nas forças pertencentes a algum departamento, será tido por liberto; e seu dono, em vez de receber o escravo ou

lence se mostrait animé d'un certain esprit de justice en faisant une démarche qui m'a paru et me paraît encore aujourd'hui devoir aboutir à faire cesser en partie les plaintes dont j'ai parlé.

Le gouvernement impérial considère comme une des causes de l'irritation des esprits à Rio Grande, la fuite sur le territoire de la République Orientale des esclaves de cette province, ainsi que l'accueil et la protection qu'ils y trouvent. Cet accueil et cette protection portent une atteinte sérieuse au droit de propriété. L'ordre émané de Votre Excellence pour la remise des esclaves fugitifs, ne pouvait qu'être considéré comme un premier pas fait pour alléger le joug, sous lequel gémissent les Brésiliens résidents sur le territoire de la République Orientale de l'Uruguay. Il y avait là un acte d'équité; or celui qui pratique des actes d'équité ne peut être inspiré que par esprit de justice.

Il était naturel que je manifestasse ma satisfaction lorsque j'étais persuadé, comme je le suis encore, qu'il y a de la part de Votre Excellence prédisposition pleine et entière à embrasser une politique aussi juste que propre, non à dissoudre mais à nouer et à resserrer les relations de l'Empire du Brésil avec l'Etat Oriental de l'Uruguay; j'ai cependant fait remarquer plus haut que cette persuasion ainsi que le plaisir que m'a causé l'ordre dont il s'agit, ont été bien diminués par la crainte des conditions et des clauses qui, au dire de Votre Excellence, devaient accompagner cet ordre.

Par exemple, lorsque j'écrivis à Votre Excellence le 6 Mai dernier au sujet de la réclamation de João Leite Penteado, et que je lui exprimai la satisfaction que me causaient le fond et la partie essentielle de l'ordre qui avait été donné, de rendre les esclaves en fuite, j'eus la naïveté et la franchise d'avouer à Votre Excellence qu'à vrai dire ma satisfaction eût été plus complète si l'on avait donné le même ordre non seulement aux autorités de la frontière, mais aussi aux autorités respectives de tout le territoire de l'Etat Oriental qui obéit à Votre Excellence; car il est clair que beaucoup de ces esclaves dont la restitution a été ordonnée peuvent s'être déjà internés ou s'interner à l'avenir dans le pays au delà des frontières; et que s'ils se trouvent maintenant hors de la juridiction des autorités de la frontière, ou s'ils parviennent dans la suite à se soustraire à leur surveillance, cette circonstance ne doit pas leur profiter au détriment de leurs maîtres.

Je remarque en outre (disais-je encore) que dans l'application qu'on fait de la règle générale touchant la remise des esclaves, au cas spécial de J. Leite Penteado, s'offre en effet une modification qui ne laisse pas que d'être assez notable. Car Votre Excellence a décidé que, le cas s'offrant d'un ou plusieurs esclaves enrôlés volontairement dans les forces militaires de quelque département, on les regarderait

escravos por este modo emancipados, terá de contentar-se com a promessa de que em tempo opportuno se lhe concederá a indemnisação correspondente.

Eu não posso negar a V. Ex. o direito reconhecido pelo governo imperial de fazer entregar o escravo fugido ou a indemnisação correspondente; mas entendo que esta indemnisação deve ser quanto antes liquidada, e satisfeita, se é possível, immediatamente, no caso de que se não queira devolver o escravo.

V. Ex. não ignora que eu ainda considerei debaixo de outro ponto de vista a deliberação de que se trata; e que a este proposito, no mesmo officio de 6 de Maio, acima citado, tive occasião de explicar-me da maneira seguinte: « Cumpro observar ainda que, estabelecido o precedente de se ter por homem livre todo o escravo que, fugindo para o territorio da republica, obtiver que se lhe assente praça no exercito ou nas forças de algum departamento, estabelecido ficará um precedente que deve animar a fuga dos escravos do territorio do Brasil para o territorio da Republica Oriental do Uruguay; e tanto mais temo os abusos que pela fronteira se possam commetter neste sentido, quanto parece que V. Ex. se reputa obrigado a manter no gozo da liberdade os escravos fugidos a que se assenta praça, ainda quando este ultimo acto seja totalmente alheio da vontade de V. Ex. »

A estas reflexões sabe V. Ex. que tomei a liberdade de acrescentar uma ultima observação concebida nos termos seguintes: « A circumstancia de não ter V. Ex. decidido directamente a pretensão de João Leite Penteado pôde dar a entender que as provas por este apresentadas não foram julgadas sufficientemente comprobatorias do dominio allegado, incidente que tambem pôde concorrer para embarçar a pretendida restituição dos mencionados escravos. »

Se não usei dos mesmos termos e phrases, é comtudo certo que observações semelhantes ás que acabo de repetir tive a honra de submeter á consideração de V. Ex. em 11 de Maio do anno corrente, ácerca da reclamação de Porfirio Saraiva do Amaral, e aos 14 do mesmo dito mez, ácerca da reclamação de Lino Antonio da Silva Caldeira. Onde está em tudo isto a minha contradicção? Causou-me satisfação a idéa de que por parte de V. Ex. se dava em favor da justiça que assiste aos meus compatriotas; essa satisfação foi comtudo modificada pelas clausulas e condições que acompanhárão a ordem a que me tenho referido: expuz o que pensava com respeito aos embarços que de taes clausulas e condições podem praticamente resultar: pedi a V. Ex. providencias para que taes embarços fossem removidos; e V. Ex., que aliás deseja que os escravos fugidos do Brasil sejam restituídos a seus legítimos senhores, não tem julgado necessario dar providencia

comme affranchis, et que leur maître, au lieu de recevoir l'esclave ou les esclaves émancipés de cette manière, aurait à se contenter de la promesse d'une indemnité équivalente qu'on lui accorderait en temps et lieu.

Je ne peux pas nier que Votre Excellence n'ait le droit, reconnu d'ailleurs par le gouvernement impérial ou de faire rendre l'esclave fugitif, ou de payer l'indemnité équivalente; mais j'entends que celle-ci doit être liquidée et acquittée au plus tôt, et, s'il est possible, immédiatement, en cas qu'on ne veuille pas rendre l'esclave.

Votre Excellence n'ignore pas que j'ai encore considéré sous un autre point de vue l'arrêté dont il s'agit; et qu'à ce sujet j'ai eu l'occasion de m'expliquer dans ma note précitée du 6 Mai de la manière suivante: « Il est encore à remarquer que la règle une fois établie de regarder comme libre l'esclave qui s'enfuyant sur le territoire de la république, obtiendra un enrôlement dans l'armée ou dans les forces militaires de quelque département, sera un précédent propre à encourager la fuite vers le territoire de la République Orientale de l'Uruguay des esclaves du territoire brésilien; et je crains les abus qui dans ce sens peuvent se multiplier du côté de la frontière; d'autant plus qu'il me semble que Votre Excellence présume être obligé de maintenir dans la jouissance de la liberté les esclaves fugitifs qui se laissent enrôler, quand même la volonté de Votre Excellence ne serait pour rien dans ce dernier acte. »

A ces réflexions Votre Excellence sait bien que je pris la liberté d'ajouter une dernière remarque conçue dans les termes suivants: « Dès que Votre Excellence n'a pas décidé directement la réclamation de J. Leite Penteado, on peut bien croire que les preuves présentées par ce dernier n'ont pas été jugées assez fortes pour démontrer le droit de propriété invoqué, et cet incident peut aussi contribuer à embarrasser la remise réclamée des susdits esclaves. »

Si je n'ai pas usé exactement de ces mêmes termes et de ces mêmes paroles, il est certain cependant que j'ai eu l'honneur de soumettre à la considération de Votre Excellence des observations semblables à celles que je viens de répéter, d'abord le 11 Mai de l'année courante, au sujet de la réclamation de Porfirio Saraiva do Amaral, et ensuite le 14 du même mois, au sujet de la réclamation de Lino Antonio da Silva Caldeira. Où se trouve-t-il dans tout cela contradiction de ma part? J'éprouvai de la satisfaction en voyant que Votre Excellence montrait des idées de justice en faveur de mes compatriotes; cette satisfaction fut pourtant altérée par les restrictions qui accompagnèrent l'ordre que je viens de relater: j'exposai ce que je pensais à l'égard des embarras qui pouvaient résulter de l'exécution de semblables clauses et conditions; je sollicitai ensuite de Votre Excellence des mesures à fin que ces embarras fussent

alguma para que se removão os embaraços a cujo respeito reclamei de V. Ex. as necessárias providencias; e me argue V. Ex. de contradictorio?

Pelo que respeita ao quarto argumento em cuja deducção me parece affirmar-se que os brasileiros proprietarios no territorio do Estado Oriental não tem direito de queixar-se da medida pela qual (directa ou indirectamente) lhes foi prohibido marcar os gados de sua propriedade, porque essa medida affecta em geral a estrangeiros e nacionaes, devo considerar que na minha opinião tal principio concebido com tal generalidade não pôde ser exacto, porque necessariamente conduziria a uma consequencia injusta, e contraria aos usos e praticas das nações cultas e civilizadas do globo. Todos sabem que nos governos despoticos a lei é a vontade de quem governa; a esta vontade estão sujeitos todos os nacionaes, por que tal é a lei do paiz; mas quando essa vontade nas suas relações com estrangeiros offende a segurança, a existencia, a propriedade destes, os governos das nações de que taes estrangeiros fazem parte, não se julgão isentos da obrigação de proteger os seus respectivos subditos contra os effeitos daquelle vontade, que aliás é lei do paiz, como disse, e a que estão sujeitos todos os nacionaes. É esta uma doutrina confirmada por muitos factos praticados pelos governos das nações mais civilizadas: e tão conhecidos são esses factos, que excusado é referi-los. Entretanto pois é logico deduzir dessa pratica das nações cultas que o facto de soffrer uma nação, da parte de quem a rege e administra, vexações e oppressões, não exime os governos das outras nações do rigoroso dever de proteger, e defender os seus respectivos subditos residentes no seio dessas nações vexadas, e opprimidas; mas cumpre observar que referindo-me a governos onde a lei é a vontade de quem rege, não é minha intenção fazer allusões odiosas de governo para governo, ou de administração para administração, mas sómente argumentar de maior para menor. Se onde a vontade de quem governa é a lei do paiz, se reputa licito aos governos estrangeiros proteger os seus respectivos subditos contra os effeitos dessa vontade nas hypothèses figuradas, como não será isso permittido, e licito com relação a um paiz onde a politica de estado, a forma representativa de governo, e as leis civis promettem e affianção ao estrangeiro a plenitude do gozo de todos esses direitos, de que, sem violação dos principios da justiça universal, não pôde ser privado o homem que vive em sociedade, quer faça parte della como cidadão, quer não esteja na posse dos fóros de cidadão? Sei que o estado da guerra é um estado excepçional, mas as excepções trazidas pela guerra tem uma orbita, além da qual não é licito passar; e essa orbita no territorio da republica tem sido muitas vezes

ecartés, et Votre Excellence, qui d'ailleurs désire que les esclaves évadés du Brésil soient rendus à leurs maîtres légitimes, n'a pas cru nécessaire jusqu'à présent de prendre en effet une seule mesure quelconque, propre à écarter ces mêmes embarras au sujet desquels je réclamaïs; et Votre Excellence m'accuse de contradiction?

Quant à ce qui regarde le quatrième argument, par lequel on semble vouloir établir que les brésiliens propriétaires sur le territoire de l'Etat Oriental, n'ont aucun droit de se plaindre de la prohibition qui leur a été faite (directement ou indirectement) de marquer leur bétail, attendu que cette disposition frappe sans distinction les étrangers et les nationaux, je dois me prononcer sur un tel principe, qui, conçu en termes si généraux, ne peut pas, dans mon opinion, être exact, car il mène nécessairement à une conséquence injuste, et il est contraire aux us et coutumes des nations éclairées, et civilisées. Tout le monde sait que dans les gouvernements despotiques la loi est la volonté de celui qui gouverne, mais quand cette volonté dans ses rapports avec des étrangers porte atteinte à la sûreté, à l'existence et à la propriété de ceux-ci, alors les gouvernements des nations dont ces mêmes étrangers font partie, ne se croient plus exempts du devoir de protéger leurs sujets respectifs contre les effets de cette volonté qui est d'ailleurs la loi du pays, comme je l'ai dit, et à laquelle sont assujettis tous les nationaux. C'est une doctrine qui trouve sa confirmation dans beaucoup de faits avoués par les gouvernements des peuples les plus civilisés; et ces faits sont si connus qu'il est inutile de les rapporter. On peut donc conclure logiquement, d'après ce qui est en usage sur ce point chez les nations éclairées, que lorsqu'un peuple souffre de la part de celui qui le gouverne des vexations et des violences, les gouvernements des autres nations n'en sont tenus que plus rigoureusement à protéger et à défendre leurs sujets respectifs résidents au milieu de ce peuple ainsi tourmenté; mais qu'on note bien qu'en parlant des gouvernements où la loi n'est que la volonté de celui qui gouverne, mon intention n'est pas de faire des allusions odieuses de gouvernement à gouvernement, ou d'administration à administration, car je ne veux ici que raisonner de la majeure à la mineure. Si là, où la volonté de celui qui gouverne est la loi du pays, on croit qu'il est permis aux gouvernements étrangers de protéger leurs sujets contre les effets de cette volonté dans les hypothèses mentionnées, comment la même chose ne sera-t-elle pas permise dans un état où la constitution politique, la forme représentative du gouvernement, et les lois civiles promettent et garantissent à l'étranger la pleine jouissance de tous les droits dont on ne peut pas, sans violer les principes de justice universelle, priver l'homme qui vit en société, soit qu'il fasse partie de l'état comme citoyen,

transposta, como está claramente indicando a total ruína de tantos e tão abastados proprietários brasileiros.

Antes porém de passar adiante, importa recordar que o governo do Brasil em a nota dirigida ao ministro da Confederação Argentina, com data de 8 de Março ultimo, e nas ordens que me expedio para que endereçasse a V. Ex. a reclamação que se acha formulada no meu officio de 29 de Maio p. p., considerou a questão tanto pelo lado do direito, como, e mui principalmente pelo lado da conveniencia, ou antes da necessidade, por modo tal que dando, mas não concedendo, que não só a medida prohibitiva da marcação do gado, mas todas as outras de que se queixão os brasileiros, sejam tomadas no circulo da legalidade, ainda resta a examinar-se, não obstante isso, taes medidas são ou não são vexatorias e oppressivas.

Por ventura será necessario demonstrar, que dentro do circulo das medidas legais se póde vexar e opprimir? Por ventura, se a medida é legal, não ha direito para que della se queixe aquelle que portal medida é vexado e opprimido? Certamente não: mas é este o campo de discussão que se procura talvez evitar, e para o qual, em virtude das ordens do governo imperial, devo tambem chamar a questão com mui particular cuidado.

As medidas de que se trata, legais ou não legais, forão a origem da exacerbação dos espiritos, de onde nascerão os deploraveis acontecimentos de que se tem feito menção na presente correspondencia.

O governo imperial faz todos os esforços ao seu alcance para que taes acontecimentos não se reproduzam: mas para obter cabal e completo resultado de seus esforços releva ser coadjuvado por quem póde extirpar a causa de taes acontecimentos, isto é, por V. Ex., que póde revogar essas medidas.

Se V. Ex. não reconhece esta verdade tão palpavelmente indicada e demonstrada pelos factos, importa ao menos provar que outra foi a origem dos successos a que alludo; mas em seguida ficará patente se por acaso com fundamento ou sem elle nega V. Ex. a asserção do governo imperial emquanto á origem, e causa primaria dos factos de que se trata.

Pelo que respeita ao quinto argumento, assevera V. Ex. que não se impoz a alguem a obrigação de carnear debaixo da inspecção de alguma autoridade, posto que ás autoridades foi encarregada a vigilancia sobre as *cercadas*, e que não se fação matanças de animaes para esse effeito. Com relação a estes factos, direi que, segundo informações de pessoas dignas de

soit qu'il n'ait pas le droit de bourgeoisie? Je sais bien que le cas de guerre est exceptionnel; mais les exceptions qu'entraîne la guerre ont une limite qui ne doit pas être franchie; et cette limite ne l'a été que trop souvent dans la question qui nous occupe, sur le territoire de la république: témoin la ruine totale de tant de riches propriétaires brésiliens.

Avant de passer outre, rappelons ici que le gouvernement brésilien, dans sa note datée du 8 Mars dernier au ministre de la Confédération Argentine, et dans les dépêches où il m'ordonnait d'adresser à Votre Excellence la réclamation formulée dans ma note du 29 Mai dernier, a considéré cette question autant et plus particulièrement du côté de la convenance, ou plutôt de la nécessité, que du côté du droit; de telle sorte qu'en accordant, sans toutefois en convenir, que non seulement la mesure prohibitive de marquer le bétail, mais aussi toutes les autres dont se plaignent les brésiliens peuvent être prises dans la limite de la légalité, il reste encore à examiner si, malgré cela, de telles mesures sont ou ne sont ni vexatoires ni oppressives.

Serait-il par hasard nécessaire de démontrer, que même dans la limite des mesures légales on peut vexer et opprimer? Et si la mesure est légale, n'a-t-on pas le droit de s'en plaindre quand on s'en voit vexé et opprimé? Non certainement; mais tel est précisément peut-être le terrain où on cherche à éviter la discussion, et c'est aussi celui sur lequel je dois prétendre la poser, y appelant la question avec un soin tout particulier, en vertu des ordres du gouvernement impérial.

Les mesures dont il s'agit, légales ou non légales, ont donné lieu à l'excitation des esprits qui a produit les événements déplorables mentionnés dans la présente correspondance.

Le gouvernement impérial fait tous ses efforts pour que de tels événements ne se produisent plus; mais pour obtenir un résultat complet, il a besoin d'être secondé par celui qui peut faire disparaître jusqu'à la cause de ces événements, c'est-à-dire, par Votre Excellence qui peut révoquer ces mesures.

Si Votre Excellence ne veut pas reconnaître cette vérité démontrée par les faits d'une manière palpable, au moins est-il important qu'elle trouve une autre origine à assigner aux événements dont il s'agit: mais on verra évidemment dans la suite, si c'est avec ou sans raison que Votre Excellence nie l'assertion du gouvernement impérial, en ce qui concerne l'origine et la cause primitive de ces mêmes faits.

Quant à ce qui regarde le cinquième argument, Votre Excellence affirme qu'on n'a imposé à personne le devoir d'abattre le bétail sous l'inspection d'une autorité quelconque, bien qu'on ait chargé les autorités de surveiller les *cercadas*, et de prendre garde qu'on n'abatte pas pour cet effet. Sur ce point je dirai que, selon les informations de personnes dignes de

fê, editaes forão affixados (por exemplo, na povoação do Salto), pelos quaes se determinou que ninguém possa carnear sem licença do commandante militar do districto, o qual deve designar o numero de rezes que se pôdem carnear. Concedida esta faculdade ao commandante militar do districto, implicitamente está autorisado o commandante militar do districto a inspecionar e fazer todos os exames, averiguações e diligencias que julgar necessarias para verificar se com effeito as suas determinações são ou não são exactamente observadas; e muito principalmente quando lhe incumba a vigilancia sobre as *cueradas*, segundo as expressões da citada nota de 21 do proximo passado mez de Junho, expressões que, combinadas com o que acabo de observar, confirmão plenamente a exactidão com que S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do imperio do Brasil, enumerando na citada nota de 8 de Março as vexações que tem soffrido os subditos brasileiros, contava entre ellas a « obrigação de carnear debaixo da inspecção de individuos que disse se dizem encarregados, levando a oppressão e o vexame ao excesso de privarem aos proprietarios dos couros de suas rezes, constrangendo-os a entregarem esta parte de sua propriedade ao commandante do destacamento mais proximo. » Note-se que deste facto de se appropriarem os commandantes de destacamentos dos couros das rezes pertencentes a proprietarios brasileiros, se fez menção no meu officio de 29 de Maio ultimo, pelos mesmos termos de que usou S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros na sua nota de 8 de Março ao ministro da Confederação Argentina: e note-se que o facto dessa appropriação não foi negado em a nota a que tenho a honra de responder.

Estou pois autorisado a ter por verdadeiro esse facto sem contradicção; e rogarei que se me diga onde está o respeito devido ao sagrado direito de propriedade? Poderá dizer-se que a apprehensão dos couros, assim como a vigilancia sobre as *cueradas*, e as limitações postas ao que V. Ex. denomina—marcação arbitrária dos gados—, são medidas tomadas para evitar que sejam lesados os individuos occupados actualmente com a guerra: e a este proposito espero que me seja ainda permitido repetir as palavras da já tantas vezes citada nota de 8 de Março. Ahi lê-se o seguinte:

« O abaixo assignado reconhece que o estado de guerra é excepcional, e que um paiz que a soffre tem de adoptar muitas vezes medidas que na paz não toleraria. Não pretende que os subditos brasileiros, residentes na Banda Oriental, sejam isentos de pagar os impostos que os outros pagão, e dos regulamentos fiscaes e de policia, por que estão sujeitos ás leis do paiz onde vivem. Mas entre as medidas que permite o estado de guerra, nas circumstancias em que ellaahi se acha, e a anniquilação completa e geral a que se acha redu-

foi, on a affiché des ordres (dans la commune du Salto par exemple) portant défense à tout le monde d'abattre sans la permission du commandant militaire du district, ce dernier devant désigner le nombre de têtes à abattre. Or une fois qu'on accorde cette faculté au commandant militaire du district, celui-ci est implicitement autorisé à faire l'inspection, ainsi que tous les examens et toutes les recherches ou démarches qu'il croit nécessaires pour vérifier si en effet ses ordres sont ou ne sont pas exactement exécutés; il y est autorisé surtout parce que c'est à lui qu'il appartient de surveiller les *cueradas* suivant les expressions de la note précitée du 12 Juin dernier, expressions qui, combinées avec ce que je viens de faire observer, attestent pleinement l'exactitude avec laquelle Son Excellence M. le ministre des affaires étrangères de l'Empire du Brésil dans sa note du 8 Mars en faisant l'énumération des vexations souffertes par les sujets brésiliens, y comprenait l'obligation qu'on leur impose de n'abattre le bétail que sous l'inspection d'individus qui, soi-disant chargés de ce contrôle, poussent l'oppression et l'arbitraire au point de priver ces propriétaires des cuirs de leurs bestiaux, et les forcent à livrer cette partie de leurs biens au commandant du détachement le plus proche. » Il est à remarquer que pour faire mention de ces actes de appropriation exercés par les commandants des détachements au détriment des propriétaires brésiliens, j'ai employé dans ma note du 28 Mai dernier les mêmes termes dont s'était servi Son Excellence M. le ministre des affaires étrangères dans la sienne du 8 Mars au ministre de la Confédération Argentine; et il est aussi à remarquer que l'existence de ces actes n'a pas été niée dans la note à laquelle j'ai l'honneur de répondre.

J'ai donc le droit de tenir pour vrai le fait, sans contradiction. Que devient alors le respect dû au droit sacré de propriété? je prie qu'on me le dise! on pourra alléguer que la saisie des cuirs, ainsi que la surveillance des *cueradas* et les restrictions mises à ce que Votre Excellence appelle — marquer arbitrairement le bétail — sont des mesures qui ont été prises dans le but d'éviter que les individus actuellement occupés à faire la guerre soient lésés dans leurs intérêts; et à ce propos j'espère qu'on voudra bien me permettre de citer les expressions de la note du 8 Mars dernier déjà si souvent mentionnée: on y lit ce qui suit:

« Le soussigné reconnaît que l'état de guerre est tout exceptionnel, et qu'un pays qui en souffre doit adopter des mesures qu'en temps de paix il ne se permettrait point. Le soussigné ne prétend que les sujets brésiliens soient exempts du paiement des impôts que d'autres paient et de la sujétion aux règlements de fise et de police car ils doivent obéissance aux lois du pays où ils vivent. Mais entre les mesures que permet l'état de guerre dans les circonstances où il y existe et l'anéantissement complet et général qui est venu frapper le droit de propriété des brésiliens dans la Bande

« zido o direito de propriedade dos brasileiros no Estado Oriental, ha muita distancia. »

Pelo que respeita ao sexto argumento, quer V. Ex. que os subditos brasileiros não tenham direito de queixar-se da prohibição de fazer sahír gados para fóra do territorio da republica, porque todos os estrangeiros, ao fixar-se nesse territorio, se submettêrão tacitamente a todas as medidas que o governo do paiz julgue opportunas e convenientes.

É certo que todo o estrangeiro está sujeito ás leis do paiz onde reside; mas tambem é certo que o estrangeiro, ao fixar sua residencia em qualquer paiz, tem o direito de contar com a protecção que lhe promettem estas mesmas leis. O estrangeiro pois que já residia, ou que posteriormente ao reconhecimento da Republica Oriental do Uruguay veio fixar domicilio no territorio da republica, tinha direito a contar com as disposições do art. 130 da constituição, pelo qual se declara que todos os habitantes do Estado tem direito a ser protegidos no gozo de sua vida, honra, liberdade, segurança e propriedade. No art. 144 se declara que o direito de propriedade é sagrado e inviolavel.

Com estas disposições pois devião contar os estrangeiros que vinhão fixar-se no territorio da republica; e muito especialmente devião contar com as disposições do art. 147, no qual se lê o seguinte: « É livre a entrada de todo o individuo no territorio da republica, a sua permanencia nella e a sua sahida com as suas propriedades, observando as leis de policia, e salvo o direito de terceiro. »

Se, pois, a regra para determinar os direitos do estrangeiro é aquillo a que elle se submetten quando fez domicilio no territorio em que habita, é certo que essa regra deve entender-se tanto para os onus, como para os commodos; e portanto, seguindo a argumentação de V. Ex., invocarei a favor de meus compatriotas, proprietarios no territorio da republica, as disposições constantes dos artigos da constituição acima citados, e com especialidade as que forão exaradas no art. 147.

Pretende o S. Villademoros reforçar a sua opinião com o argumento, de que seria um principio destruidor do commercio das nações e das communicações de nação a nação, o que desse direito aos estrangeiros a oppôr-se e clamar que são vexados e opprimidos por uma providencia puramente de interior, ainda quando alguma coisa soffressem por ella em commun com os membros da nação.

Confesso a V. Ex. que tal doutrina foi para mim absolutamente nova. Persuadido estive sempre de que o recibo de qualquer vexame, oppressão ou soffrimento é mais proprio para desanimar, diminuir e embaraçar, do que para desenvolver, augmentar e facilitar o commercio, as emigrações e as communicações de nação para nação. Ainda me parece esta verdade de tão clara intuição, que não julgo necessario demonstra-la;

« Orientale, il y a une distance considerable. »

Pour ce qui est du sixième argument, Votre Excellence veut que les sujets brésiliens n'aient aucun droit de se plaindre de la prohibition de faire sortir le bétail du territoire de la république, parce que tous les étrangers, du moment qu'ils s'y fixent, se soumettent tacitement à toutes les mesures que le gouvernement du pays peut juger opportunes et convenables.

Il est certain en effet que tout étranger est assujéti aux lois du pays où il réside, mais il est certain aussi que l'étranger en fixant sa résidence dans un pays quelconque, a le droit de compter sur la protection que lui accordent ces lois. L'étranger qui résidait déjà ou qui postérieurement à la reconnaissance de la République Orientale de l'Uruguay, est venu fixer son domicile sur le territoire de la république, avait le droit de compter sur les dispositions de l'article 130 de la constitution, qui déclare que tous les habitants de l'Etat ont droit à être protégés dans leurs vies, leur honneur, leur liberté, leur sûreté, et celle de leurs biens. L'article 144 déclare que le droit de propriété est sacré et inviolable.

Les étrangers qui venaient se fixer sur le territoire de la république devaient donc compter sur ces dispositions, et particulièrement sur celles de l'article 147, dans lequel on lit ce qui suit: « Tout individu est libre d'entrer dans le territoire de la république, d'y séjourner et d'en sortir avec ses biens, pourvu qu'il observe les lois du pays, et sauf le droit de tiers. »

Or, si c'est à la règle qui sert à déterminer leurs droits que se soumettent les étrangers en faisant choix de leur domicile et fixant leur résidence, il faut assurément que cette règle comprenne les profits aussi bien que les charges; par conséquent, en suivant le fil du raisonnement de Votre Excellence, j'invoquerai en faveur de mes compatriotes propriétaires sur le territoire de la république, les dispositions des articles cités plus haut de la constitution et spécialement celles de l'art. 147.

Monsieur Villademoros croit corroborer son opinion, en disant que ce serait un principe destructif du commerce des nations, et des rapports qui existent entre elles, que celui qui donnerait aux étrangers le droit de s'opposer à une mesure purement intérieure et de s'écrier qu'elle les vexe et les opprime, lors même qu'effectivement ils auraient quelque chose à en souffrir en commun avec les nationaux.

J'avoue à Votre Excellence que cette doctrine est pour moi toute nouvelle. En effet, j'ai toujours la conviction que la crainte des vexations et des avanies est plutôt faite pour détendre les rapports commerciaux entre les nations, et mettre des entraves aux émigrations, que pour les développer et les rendre faciles. Cette vérité me paraît encore si claire que je ne crois pas nécessaire de la démontrer; mais,

mas, antes de passar adiante, releva considerar que, tendo V. Ex. affirmado que a prohibição de fazer passar gados do territorio da republica para o territorio do imperio é uma medida de governo e administração interior, posto que ella affecte mui immediatamente os interesses da nação vizinha, não se dignou V. Ex. indicar-me qual o fim de publica necessidade ou utilidade que dictou aquella medida.

Ora, este fim se acha explicado pelo ex-presidente da provincia do Rio Grande do Sul o Sr. Andréa, no officio dirigido ao governo imperial em 9 de Fevereiro de 1849, explicação referida em a conhecida nota de 8 de Março proximo passado, e repetida no officio que eu tive a honra de endereçar a V. Ex. aos 29 de Maio ultimo; e como V. Ex., respondendo a este officio, não contradiz de fórma alguma a explicação dada pelo Sr. Andréa, por este silencio, para mim, na verdade mui significativo, estou autorisado a acreditar confirmado o juizo que sempre fiz da exactidão dos raciocínios do illustre ex-presidente da provincia do Rio Grande do Sul; mas se a explicação dada pelo Sr. Andréa é exacta, como um acto de tal transcendencia, qual é a prohibição da passagem dos gados pôde ter a sua razão sufficiente nos interesses geraes do Estado, se tal acto é tendente a proteger os charqueadores do Buceo? Não tem justo motivo de queixa os estancieiros brasileiros que por semelhante motivo são offendidos e lesados em seus legítimos interesses? Tão pouco numerosas são as estancias dos brasileiros no territorio do Estado Oriental que os interesses de tal arte sacrificados não subão a grossas e consideraveis sommas? Por ventura ignora alguém que alóra outras muitas estancias disseminadas por todo o Estado Oriental, e todo o territorio que jaz entre o Arapely e o Quaraím occupado por estancias de brasileiros, com mui poucas excepções? É duro, Illm. e Exm. Sr., que tantos proprietarios sejão por tal motivo privados de legítimas vantagens, e ameaçados com penuria e miséria em recompensa de uma vida industriosa e de trabalho!

Pelo que respeita ao sétimo argumento, persuade-se V. Ex. de que se não deve alterar a prohibição de passar gados para a provincia do Rio Grande do Sul, porque tal prohibição é geral, e nas actuaes circumstancias convém mantê-la pelas mesmas razões que eu alleguei para revoga-la. A primeira destas duas razões foi respondida, quando se mostrou que os estrangeiros estão sim obrigados a sujeitar-se ás leis do paiz, porém não a soffrer vexações e oppressões, sómente pelo facto de que os nacionaes soffrem, e supportão taes vexações e oppressões, além de que (segundo tambem já se observou), não se trata apenas de actos que vexão e opprimem, porque são illegaes, mas tambem daquelles que praticados dentro do circulo das leis podem ter, apczar disso, consequencias perniciosas; e olhado

avant de passer outre, il est important de remarquer que Votre Excellence, ayant affirmé que la prohibition de faire passer des troupeaux du territoire de la république a celui de l'Empire est une mesure d'administration intérieure, bien qu'elle affecte très directement les intérêts de la nation voisine, n'a pas daigné m'indiquer le but de nécessité ou d'utilité qui a dicté cette mesure.

Or ce but se trouve expliqué par l'ex-président de la province de Rio Grande Monsieur Andréa, dans sa communication au gouvernement impérial du 29 Février 1849, explication d'ailleurs rapportée dans la note si connue du 8 Mars dernier, et répétée dans celle que j'ai eu l'honneur d'adresser à Votre Excellence le 29 Mai suivant, et comme Votre Excellence en répondant à cette note ne contredit d'aucune manière les assertions de Monsieur Andréa, ce silence, qui pour moi est en vérité très significatif, m'autorise à croire, que le jugement que j'ai toujours porté sur les raisonnements de l'illustre ex-président de la province de Rio Grande se trouve confirmé. Mais si l'explication donnée par Monsieur Andréa est exacte, comment se fait-il qu'un acte d'une aussi haute importance, que celui de la prohibition du passage des troupeaux puisse être suffisamment motivé par les intérêts généraux de l'état, si un tel acte tend à protéger les charqueadores du Buceo? Est-ce que les estancieiros brésiliens qui pour un semblable motif se voient frappés et lésés dans leurs intérêts légitimes, n'auraient aucune raison de plainte? Croit-on que les brésiliens dans l'Etat Oriental soient assez peu nombreux pour que les intérêts sacrifiés de cette façon ne montent pas à de fortes valeurs? Ignore-t-on par hasard, qu'outre beaucoup d'autres estancias dispersées dans l'Etat Oriental, le territoire situé entre l'Arapely et le Quaraím est tout occupé par des estancias de brésiliens, à fort peu d'exceptions près? Il est bien dur, Excellence, de voir tant de propriétaires privés pour un motif pareil des avantages qui leur reviennent légitimement, et menacés d'indigence et de misère en récompense d'une vie industrielle et de travail!

Pour ce qui regarde le septième argument, Votre Excellence est persuadé qu'on ne doit pas modifier la prohibition de sortie du bétail vers Rio Grande: car elle est générale et dans les circonstances actuelles il convient de la maintenir par les mêmes raisons que j'ai présentées pour qu'elle fut révoquée. Il a été répondu à la première de ces raisons par la légation, que les étrangers sont tenus, il est vrai, de se soumettre aux lois du pays, mais non pas de souffrir des vexations et des rigueurs seulement par ce qu'il est de fait que les nationaux les souffrent aussi; et en outre (suivant ce qu'on a également fait observer) il ne s'agit pas ici uniquement d'actes qui vexent et oppriment parce qu'ils sont illégaux; il s'agit aussi d'actes, qui exercés dans la limite des

o negocio debaixo deste ponto de vista, a questão é totalmente da conveniencia: mas como possa convir, para acalmar e socegar espiritos excitados e animos exacerbados, a continuação do mesmo estado de causas, donde trouxe origem essa mesma excitação e exacerbação, é o que não posso comprehender, e que debalde esperei achar explicado em a nota a que tenho a honra de contestar.

Pelo que respeita ao oitavo argumento, nega V. Ex. que a exacerbação dos espiritos a que se tem feito referencia, traga a sua origem de medidas violentas; e vai buscar-lhe a causa no sequestro lançado sobre a propriedade do barão de Jacuhy, medida que aliás não é das mais suaves, fosse qualquer que fosse a causa, ou o pretexto com que se procedeu a esse sequestro; mas nota que este acto affectando sómente os interesses do barão de Jacuhy, era de per si insufficiente para motivar a excitação dos espiritos e a exacerbação de animos a que se allude. Outros actos pois devem ter havido necessariamente para que delles proviesse tal resultado; e com effeito se podem encontrar sem sahir do circulo dos sequestros, porque não foi sequestrada sómente a propriedade do barão, mas tambem as propriedades de outros brasileiros.

Estas medidas não erão sem duvida proprias para acalmar os animos: devem pois considerar-se como causas que augmentarão a exacerbação dos espiritos; mas, ou se ha de conceder que se procedeu a esses sequestros sem o mais leve pretexto, e então tal procedimento seria, sobre inconveniente, completamente arbitrario, ou se ha de conceder que os sequestrados praticarão actos que chamirão sobre si essa medida, e então na causa e na origem desses actos se ha de procurar e achar a causa e a origem da excitação que as inspirou, e que levou uma parte dos brasileiros proprietarios no territorio da Republica a praticarem os actos de desesperação que receiava o Sr. Andréa, quando em 9 de Fevereiro de 1849 dizia ao governo imperial: « Estes factos, e a restricção com que o coronel Lamas cumpre as ordens, tem posto os brasileiros moradores entre o Quaraim e o Arapehy em tal irritabilidade, que se não for attendido o requerimento que fizerão, se tornará talvez inevitavel algum acto de desesperação. »

Mas quaes são essas causas de tanta irritabilidade? Ellas forão indicadas a V. Ex. no meu officio de 29 de Maio ultimo, e já o tinham sido em nota de 8 de Março, endereçada ao ministro da Confederação Argentina.

Pela nota de 12 de Junho proximo passado, a que respondo, se procurou mostrar que taes causas não se derão: mas como em face do que vai expendido, e do que se acha exarado em toda a correspondencia official acerca deste assumpto, é fóra de toda a duvida a existencia dos factos, até algumas vezes pela propria confis-

lois, peuvent cependant avoir des suites funestes: cette affaire, considérée de ce point de vue, devient une question toute de convenance, mais comment se peut-il que la continuation du même état de choses soit convenable pour calmer et tranquilliser des esprits excités et aigris, c'est ce que je ne puis comprendre, et ce que j'ai cherché en vain à trouver expliqué dans la note à laquelle j'ai l'honneur de répondre.

Quant au huitième argument, Votre Excellence nie que l'exaspération des esprits dont il a été parlé, tire son origine d'aucune mesure violente antérieure, et va en chercher la cause dans le séquestre mis sur les biens du baron de Jacuhy, mesure qui d'ailleurs n'est pas des plus douces, quelqu'en ait pu être le motif ou le prétexte. Mais Votre Excellence remarque, que ce grief qui affecte seulement les intérêts du baron de Jacuhy, était par lui même insuffisant pour motiver l'excitation et l'effervescence des esprits telles qu'elles se sont montrées. Il faut donc que d'autres griefs aient eu lieu pour produire un résultat pareil, et en effet on peut les signaler sans chercher loin ni en dehors du coup des séquestres, car on n'a pas séquestré seulement les biens du baron, on en a fait autant de ceux d'autres brésiliens.

Ces mesures n'étaient sans doute pas faites pour calmer les esprits; il faut donc les considérer comme autant de causes qui en ont augmenté l'irritation. On conviendra aussi, ou qu'il a été procédé aux séquestres sans le moindre prétexte, conduite en semblable hypothèse tout-à-fait inconvenante, et, de plus, complètement arbitraire; ou que ceux dont les biens ont été séquestrés ont pratiqué des actes qui leur ont attiré cette punition: et dans l'origine de ces actes il faudra alors chercher et trouver celle de l'excitation qui a fait naître l'idée des mesures dont il s'agit, et qui a poussé une partie des brésiliens propriétaires sur le territoire de la république aux actes de désespoir que craignait Monsieur Andréa. lorsque le 9 Février 1849, il disait au gouvernement impérial: « Ces faits et la rigueur avec laquelle le colonel Lamas exécute les ordres qu'il reçoit, ont produit chez les brésiliens établis entre le Quaraim et l'Arapehy une telle irritation, que si leurs plaintes ne sont pas prises en considération, il y a fort à craindre que quelque acte de désespoir ne devienne inévitable. »

Mais quelles sont les causes de tant d'irritation? Elles ont été déclarées à Votre Excellence dans ma note du 29 Mai dernier, et l'avaient été auparavant dans une note du 8 Mars, adressée au ministre de la Confédération Argentine.

Par la note du 12 Juin dernier, à laquelle je réponds, on a cherché à montrer que ces causes n'existent pas; mais en face de ce qui vient d'être exposé, et de ce que contient toute la correspondance officielle à ce sujet, comme l'existence des faits est hors de doute, et a été même quelque fois avouée par

ção de V. Ex., mais ou menos explicita, deixarei de fazer aqui uma nova enumeração das causas a que me refiro; mas antes de passar adiante cumpre-me notar o seguinte:

V. Ex. não desconhece que o governo imperial reprovo o procedimento do barão de Jacuhy. O juízo do governo imperial consta das seguintes expressões do relatório de S. Ex. o Sr. ministro dos negócios estrangeiros, apresentado á assembléa geral legislativa em 10 de Maio do anno corrente: « Nenhuma causa, por « mais justa e forte, póde justifica-los (os movimentos « do barão de Jacuhy e de seus sequazes), porque não « pertence aos particulares vindicar com armas, por « deliberação e autorização própria, as offensas que em « seus direitos entendem haver recebido em paz « estrangeiro. »

V. Ex. vê pois que estava eu possuido da mesma opinião, quando no meu citado officio de 29 de Maio ultimo me explicava com bastante severidade acerca do procedimento do barão; mas isto não seria razão sufficiente para consentir com o meu silencio, em que as arguições ao barão fossem levadas além daquillo que permite a exactidão historica dos factos.

Conforme a exposição que delles se faz na citada nota de 12 de Junho, parece que o barão obra sómente de per si, e que fazendo passar para o territorio do Rio Grande do Sul gados de sua propriedade, o mesmo praticou á cerca de gados alheios, sem consentimento de seus respectivos donos. Ha nisto, segundo as informações de que tenho noticia, grave inexactidão. O movimento do barão foi coadjuvado, e teve as sympathias de muitos, como é natural que as tivesse, daquelles que mal ou bem virão nesse acto de desesperação o unico meio de salvar os restos de sua fortuna quasi totalmente destruida pelo complexo de disposições que o governo imperial deseja ver abolidas, porque nellas está o germen de futuras desordens, e que V. Ex. não quer abolir, como se fosse possível destruir os effeitos sem arrancar-lhes a causa pela raiz!

Entre os individuos que por tal motivo coadjuvarão e sympathisarão com o movimento do barão de Jacuhy, se devem contar os proprietarios brasileiros das estancias situadas entre o Arapely e o Quaraim. Os gados pertencentes a estas estancias, e conduzidos pelo barão para o Rio Grande do Sul, podem dizer-se subtraídos ás disposições fiscaes impostas por V. Ex. ao territorio da republica, que obedece a V. Ex., mas não se podem certamente dizer roubados a seus legítimos donos, pois que (segundo estou persuadido ao menos) tal condução de gados se não faz sem consentimento e cooperação das pessoas a quem pertenciam

Votre Excellence d'une manière plus ou moins explicite, je crois ne pas devoir omettre de faire ici une nouvelle énumération de ces mêmes causes, déjà signalées; avant de passer outre, il convient au reste de remarquer ce qui suit.

Votre Excellence ne méconnaît pas que le gouvernement impérial a désapprouvé la conduite du baron de Jacuhy. La pensée du gouvernement impérial ressort des expressions suivantes du rapport présenté par Son Excellence Monsieur le ministre des affaires étrangères à l'assemblée générale législative le 10 Mai de l'année courante: « Il n'y a aucun motif, quelque « juste et quelque fort qu'il soit, qui puisse les justifier « (les mouvements du baron de Jacuhy et de ses partisans) parce qu'il n'appartient pas aux particuliers « de venger les armes à la main, de leur propre mouvement, les atteintes qu'ils croient avoir reçues dans « leurs droits en pays étranger. »

Votre Excellence voit que je partageais cette opinion, lorsque, dans mon office précité du 29 Mai dernier, je m'expliquais avec assez de sévérité au sujet de la conduite du baron; mais ce ne serait pas une raison suffisante, pour consentir par mon silence à ce que les reproches faits au baron fussent poussés plus loin que ne le permettent l'exactitude historique et la réalité des faits.

De l'exposé de la note précitée du 12 Juin, il résulterait que le baron aurait agi isolément, et qu'en faisant passer son bétail sur le territoire de Rio Grande, il en eut fait de même de troupeaux appartenant à des tiers, sans le consentement des maîtres. Il y a là, selon les renseignements que j'ai pu recueillir une inexactitude grave. Le mouvement du baron fut secondé, et il eut, comme il était naturel, les sympathies de beaucoup de gens, qui à tort ou à raison virent dans cet acte de désespoir l'unique moyen de sauver les restes de leur fortune: ils cherchaient ainsi à prévenir leur ruine complète, assurée d'ailleurs par cet ensemble de dispositions que le gouvernement impérial tient à coeur de voir abolies parce qu'elles contiennent les germes de désordres futurs, et que Votre Excellence ne veut pas abolir: comme s'il était possible de détruire les effets sans en supprimer la cause.

Parmi les individus qui secondèrent dans ce but le mouvement du baron de Jacuhy, et sympathisèrent avec lui, on doit compter les propriétaires brésiliens des fermes (estancias) situées entre l'Arapely et le Quaraim. On peut bien dire que des troupeaux appartenant à ces estancias et conduits par le baron à Rio Grande, ont été soustraits aux dispositions fiscales imposées par Votre Excellence au territoire de la république qui lui obéit, mais on ne peut pas dire qu'ils aient été enlevés à leurs maîtres légitimes, puisque leur transport (du moins j'en suis persuadé) n'a pu se faire sans le consentement et

os mesmos gados. Não quero por este modo legitimar o acto; mas entendo do meu dever rectificar um facto.

Ha ainda outra proposição a rectificar. Affirma-se em a nota de 12 de Junho, que os actos do barão de Jacuhy forão patrocinados pelo general Andréa, e coadjuvados pelos emigrados orientaes e argentinos, escudados por indevidas sympathias das autoridades do imperio.

Eu creio, que se antes de ser assignada pelo Sr. Villademoros a nota a que tenho a honra de responder, tivesse chegado ao conhecimento de V. Ex. o relatório que por vezes tenho citado, e com elle os documentos que decorrem de paginas 92 por diante, não se faria ao general Andréa a accusação infundada que se lhe faz; nem esta pôde estribar-se por maneira alguma no máo exito das diligencias e esforços praticados pelo ex-presidente do Rio Grande do Sul. para obstar as reuniões a cuja frente se collocou o barão de Jacuhy, pois que esse máo exito se explica pela cautela e segredo com que taes reuniões se formáráo, e esta cautela e segredo se explicão pelos interesses e sympathias empenhadas em taes reuniões.

De tudo isto resulta que para se obstar á continuação de movimentos semelhantes, urge tomar quanto antes as medidas necessarias para que taes movimentos não se envolvão com interesses tão poderosos, nem achem protecção em sympathias tão fortes, como acaba de acontecer; mas para alcança-lo (permitta V. Ex. que eu o repita) é necessario que cesse completamente esse estado de oppressão e vexame, que torña popular no imperio a causa dos vexados e opprimidos.

Antes, porém, de concluir acerca deste topico, seja-me licito notar, que de haverem os emigrados conseguido fazer parte das reuniões de que se trata. não se pôde fazer de maneira alguma um argumento para negarem-se ao governo do Brasil as medidas que o governo imperial. apoiado nos factos e na razão, me deu ordem para reclamar, e eu reclamei pelo officio de 29 de Maio ultimo.

A mesma cautela, o mesmo segredo, os mesmos interesses, e as mesmas sympathias que encontrou o barão de Jacuhy na sua empresa, encontrarão todos os que se resolvêrão a abraça-la, nacionaes ou estrangeiros.

Quero com isto explicar o facto e não desculpa-lo, principalmente pelo que respeita aos emigrados, que reunindo-se, e cooperando com os que agitarão o paiz, pagarão de uma maneira assaz impropria o asylo e a hospitalidade que tinham encontrado entre nós; mas tornando de algum modo responsavel o governo im-

la coopération des personnes auxquelles ces troupeaux appartiennent. Je ne veux pas de cette façon légitimer l'acte; mais je crois de mon devoir de rectifier un fait.

Il y en a encore un autre à rétablir. On assure dans la note du 12 Juin que les actes du baron de Jacuhy ont été protégés par le général Andréa, et secondés par les émigrés orientaux et argentins, favorisés par des sympathies indues de la part des autorités de l'Empire.

Je crois que, si avant la signature par Monsieur Villademoros de la note à laquelle j'ai l'honneur de répondre, Votre Excellence eût eu connaissance du rapport ministériel que j'ai cité plusieurs fois, et des pièces qui y sont annexées, page 92 et suivantes, cette même note ne contiendrait pas une accusation aussi dénuée de fondement contre le général Andréa; on ne saurait non plus alléguer à l'appui de cette accusation le mauvais succès des efforts de l'ex-président du Rio Grande pour mettre obstacle aux rassemblements à la tête desquels se plaça le baron de Jacuhy; car ce mauvais succès s'explique par le silence et le secret qui ont présidé à ces rassemblements; ce silence, et ce secret s'expliquent aussi par les intérêts et les sympathies engagés dans la question.

Il suit de tout ce qui précède, que pour prévenir la reproduction de semblables mouvements il est urgent de prendre le plus tôt possible les précautions voulues pour que, se rattachant d'ailleurs à des intérêts d'importance majeure, ils ne trouvent pas encore un appui tout prêt dans de fortes sympathies locales, comme il vient d'arriver; mais pour obtenir ce resultat (que Votre Excellence me permette de le répéter) il faut faire cesser un état d'oppression et de violence qui ne rend que trop populaire dans l'Empire la cause des opprimés et des victimes.

Avant d'abandonner cette matière, qu'une remarque me soit permise encore: c'est que le fait que les émigrés sont parvenu à faire partie des rassemblements dont il s'agit, ne peut d'aucune manière servir d'argument, même par induction lointaine, pour refuser au gouvernement du Brésil l'adoption de mesures qu'il m'a ordonné de réclamer, fondé comme il l'est sur les faits et sur la raison, et que j'ai réclamées effectivement par ma note du 29 Mai dernier.

Le même silence, le même secret, les mêmes intérêts, et les mêmes sympathies dont le baron de Jacuhy s'est vu entouré dans son entreprise, tous ceux qui ont embrassé comme lui la cause, quels qu'ils aient été, nationaux ou étrangers, en ont trouvé autant.

Je veux par là expliquer le fait, et non pas l'excuser, surtout en ce qui concerne les émigrés, qui, se réunissant aux agitateurs du pays, et agissant de concert avec eux, ont payé en effet d'une manière bien peu convenable l'hospitalité qu'ils avaient reçue de nous; mais il serait d'une injustice criante de rendre le

perial dos actos praticados pelos emigrados, seria a mais infundada de todas as injustiças.

V. Ex. não ignora as ordens repetidas que acerca da emigração para o Rio Grande, e da residencia ali dos emigrados tem sido dadas a esta legação e á presidencia daquelle provincia. Essas ordens, tanto pelo que respeita a esta legação, como pelo que respeita a essa presidencia, tem sido religiosamente observadas. O governo imperial tem feito quanto está ao seu alcance para evitar a introdução na provincia do Rio Grande do Sul de pessoas que possam comprometter o socego e a tranquillidade das nações vizinhas. O governo imperial tem feito quanto está ao seu alcance para conservar arredados da fronteira, e contidos fóra de toda a acção politica, os individuos que tem com effeito emigrado para o territorio do imperio.

Se o andamento natural das cousas alguma vez frustra as intenções do governo imperial, como se lhe póde imputar aquillo que não foi possível antever e prevenir? V. Ex. não ha de certamente negar a deferencia, attenção e cuidado com que o governo imperial tem ouvido sempre por si, ou por seus agentes, quaesquer reclamações relativas a este assumpto, ainda quando taes reclamações não tem sido apresentadas por pessoas revestidas de um caracter publico; mas, suppondo que o procedimento do governo imperial acerca da emigração oriental e argentina, tinha sido precisamente o contrario daquillo que na realidade tem sido, poderia d'ahi concluir-se que a cooperação de V. Ex. nos termos indicados e propostos pelo governo imperial, seria inutil ou desnecessaria para destruir a origem dos acontecimentos de que se tem tratado, e para evitar por consequencia a reproducção desses mesmos acontecimentos; mas isto era o que cumpria demonstrar. Cumpria argumentar, e não fazer sómente recriminações destituídas de fundamento.

Pelo que respeita ao nono argumento, entende V. Ex. que o desarmamento do barão de Jacuhy, e a dissolução das reuniões por elle organisadas, não são medidas sufficientes para actos que eu mesmo qualifiquei de violentos, illegaes, anarchicos, e absolutamente oppostos aos principios do direito internacional.

A questão não consiste em proporcionar penas a delictos. O governo do Brasil, como já se observou, poz em pratica todos os meios que tinha á sua disposição, tanto para terminar o movimento, como para evitar que elle se reproduza. Entende porém que, quaesquer que sejam as medidas por elle applicadas para esse fim, taes medidas podem tornar-se improficuas, porque inutil é destruir os effeitos quando a causa não se destróe.

A V. Ex. cabe destruir esta causa; nega-se V. Ex. a isso: nega-se portanto a coadjuvar o governo imperial em um objecto de justiça, e de indisputavel necessidade para os dous Estados: e entretanto exige V. Ex. do

governo imperial responsavel dos actos de ces émigrés.

Votre Excellence n'ignore pas quels ordres souvent répétés au sujet de l'émigration pour Rio Grande et du séjour qu'y font les émigrés, ont été donnés à cette légation, ainsi qu'à la présidence de Rio Grande. Ces ordres ont été religieusement exécutés, tant par la légation que par la présidence. Le gouvernement a fait tout ce qui était en son pouvoir pour éviter l'introduction dans la province de Rio Grande de personnes qui pussent compromettre le repos et la tranquillité des nations voisines. Le gouvernement impérial a tout fait pour tenir éloignés de la frontière les individus qui ont en effet émigré sur le territoire de l'Empire, et pour les placer en dehors de toute influence politique.

Si la marche naturelle des choses rend quelquefois vaines les intentions du gouvernement impérial, comment peut-on lui imputer ce qu'il ne lui a pas été possible de prévoir ni de prévenir? Votre Excellence ne niera pas assurément la déférence et l'attention soutenues avec lesquelles le gouvernement impérial a toujours écouté par lui accueilli même, ou par ses agents, toutes les réclamations relatives à cet objet, lors même que ces réclamations n'étaient pas présentées par des personnes revêtues d'un caractère public. En supposant que la conduite du gouvernement impérial, touchant l'émigration orientale et argentine, eût été précisément le contraire de ce qu'elle a été réellement, on pourrait en conclure que la coopération de Votre Excellence dans les données indiquées et proposées par le gouvernement impérial serait inutile ou superflue pour neutraliser les causes des événements qui ont eu lieu, et pour en éviter par conséquent la reproduction; mais c'est ce qu'il fallait d'abord démontrer. Il fallait raisonner, et non pas formuler seulement des reproches dénués de tout fondement.

Quant à ce qui concerne le neuvième argument, Votre Excellence est d'avis que le désarmement du baron de Jacuhy, et la dispersion des rassemblements qu'il a organisés, ne sont pas des mesures suffisantes vis-à-vis d'actes que j'ai moi-même qualifiés de violents, illégaux, anarchiques et absolument opposés aux principes du droit international.

La question ne consiste pas à équilibrer ici des peines et délits. Le gouvernement du Brésil, comme on l'a déjà observé, a mis en pratique tous les moyens qu'il avait à sa disposition, autant pour en finir avec le mouvement, que pour éviter qu'il se reproduisît. Il est d'avis cependant que quelles que soient les précautions qu'il prenne à ce sujet, elles ne peuvent qu'être insuffisantes; car il est inutile de chercher à détruire l'effet là où on ne détruit pas la cause.

Il ne tient qu'à Votre Excellence de détruire cette cause: Votre Excellence s'y refuse; elle se refuse donc aussi à seconder le gouvernement impérial dans un intérêt de toute justice et d'une nécessité incontestable

governo imperial, medidas, actos, procedimento que nem ao menos designa V. Ex. quaes entende que devão ser! Verdade é que V. Ex. declara ter expedido as ordens convenientes para que se deduzão perante o governo imperial as devidas reclamações; mas se essas reclamações são as mesmas a que se refere a nota de 8 de Março do anno corrente, ou quaesquer outras endereçadas ao governo imperial pela legação argentina, é claro em primeiro lugar que por tal intermedio não se pôde exigir, nem dar uma reparação solemne por factos praticados no territorio desta republica, e em segundo lugar tambem é claro que não sendo taes factos praticados por ordem, ou com approvação ou consentimento do governo imperial, difficil, ou antes impossivel será o demonstrar a existencia desse pretendido direito a desagravo, e satisfação da parte de um governo, que em nada aggravou nem tem dado motivo justo a que delle se exija satisfação alguma.

O governo imperial desejoso de manter a paz (disse o Sr. ministro dos negocios estrangeiros, na citada nota de 8 de Março do anno corrente), tem feito tudo quanto podia fazer. Como o abaixo assignado tem por vezes feito ver ao Sr. Guido, forão expedidas todas as ordens, e dadas as providencias necessarias para que fossem dispersas as reuniões que se procurava formar na fronteira, e presos os autores. O barão de Jacuhy conseguiu illudi-las pela extensão da fronteira, e sympathias que encontrou o seu procedimento. O governo imperial não o approvou, nem podia approvar, e por isso deu a esse respeito ao novo presidente da provincia de S. Pedro do Sul as ordens que entendeu convenientes, e por meio das quaes espera que não se reproduzirão factos semelhantes, principalmente se, como é de esperar, o Sr. general Oribe, e o governo argentino pelo seu lado, contribuirem para que desapareçam as antigas e primordiais causas de semelhantes acontecimentos. Taes são as palavras de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros na citada nota de 8 de Março.

Pelo que respeita ao 10º e ultimo argumento, entende V. Ex., que o barão de Jacuhy e seus sequazes pretenderão fazer á força de armas com que V. Ex. relaxasse as medidas que tinha julgado conveniente adoptar, e declara que por isso mesmo não ha de relaxar essas medidas, emquanto se não der da parte do governo imperial a satisfação exigida.

Aproveito antes de tudo a confissão tacita e implicita que se envolve neste argumento, pois que delle se deduz que ha medidas vexatorias e oppressivas, porque de outro modo não poderia a continuação dessas medidas ser um meio de constranger o governo imperial

para os dois Estados. Et cependant Votre Excellence exige du gouvernement impérial des mesures, des actes, une initiative, sans même désigner de quelle nature tout cela doit être! Il est vrai que Votre Excellence déclare avoir expédié les ordres les plus convenables pour faire parvenir au gouvernement impérial l'exposé des réclamations qu'il y a lieu de formuler; mais si ces réclamations sont les mêmes que celles auxquelles se réfère la note du 8 Mars de l'année courante, ou toute autre adressée au gouvernement impérial, par la légation argentine, il est clair, en premier lieu, qu'à ce point de vue, on ne peut ni exiger ni donner une réparation solennelle pour des faits arrivés sur le territoire de cette république, et secondément que ces faits n'ayant pas eu lieu par ordre ni avec l'approbation ou le consentement du gouvernement impérial, il sera difficile, ou plutôt impossible de démontrer l'existence de ce prétendu droit à une réparation de la part d'un gouvernement dont les actes n'ont jamais motivé une pareille exigence.

Le gouvernement impérial désirant maintenir la paix (dit Monsieur le ministre des affaires étrangères dans la note précitée du 8 Mars de l'année courante) a fait tout ce qui dépendait de lui dans ce sens. Car le soussigné a souvent fait voir à Monsieur Guido qu'on avait expédié tous les ordres et pris toutes les mesures nécessaires pour disperser les rassemblements qui menaçaient de se former sur la frontière, et arrêter les meneurs. Mais le baron de Jacuhy est parvenu à en éluder l'effet à cause de l'étendue de la frontière et des sympathies qu'il a trouvées dans sa conduite; conduite du reste que le gouvernement impérial n'a pas approuvée, ni pouvait approuver. Aussi a-t-il donné à cet égard au nouveau président de la province de S. Pedro les ordres convenables; et il espère qu'au moyen de ces ordres des faits semblables ne se reproduiront pas; surtout si, comme il y a tout lieu d'attendre, M. le général Oribe et le gouvernement argentin se prêtent de leur côté, par un concours efficace, à faire disparaître les causes primitives, et déjà anciennes, de ces événements. Tels sont les termes dont se sert Son Excellence M. le ministre des affaires étrangères dans sa note citée plus haut.

Quant au dixième et dernier argument, Votre Excellence croit que le baron de Jacuhy et ses partisans ont prétendu, par la voie des armes, forcer Votre Excellence à se relâcher des mesures qu'elle avait jugé convenable d'adopter; et elle déclare qu'elle ne se relâchera en rien de ces mesures, tant que le gouvernement impérial n'aura pas donné la satisfaction demandée.

Je profite avant tout de l'aveu tacite implicitement contenu dans cette déclaration; car il en résulte qu'il existe réellement un ordre de choses vexatoire et oppressif; autrement la continuation de cet ordre de choses ne pourrait être considéré comme un moyen

a prestar-se à satisfação e desagravo de que se trata, como aliás parece evidente ser a intenção de V. Ex.

Isto posto, direi mais que as reuniões dirigidas pelo barão de Jacuhy, e os actos praticados por este não podião ter por fim o contranger a V. Ex. a que derogasse as ordens que tinha dado. Seria necessario que o barão e seus sequazes, além de desesperados pela ruína e destruição de suas propriedades, tivessem chegado ao ultimo gráo de insanía para se persuadirem de que seria possível, com tão diminuta força, extorquir por meio della acto algum da parte de um general, que commanda um exercito muita vezes mais numeroso do que esse punhado de homens, sequazes do barão de Jacuhy. A intenção destes não podia ser outra mais do que salvar alguma parte dos seus gados, de cuja perda total estavam ameaçados pelas consequências e resultados dessas mesmas medidas, a cuja alteração V. Ex. não quer annuir; mas, fosse qualquer que fosse a intenção do barão, e dos que o seguiu, provado como está, que o governo do Brazil desapprovou os actos por elles praticados, e que parte nenhuma teve em tal empresa, onde está o direito de exigir satisfações do governo imperial?

Parece-me que deste modo ficão sufficientemente contestados os argumentos deduzidos na citada nota de 12 de junho ultimo, e que, em vista desta contestação, do conhecimento que deve ter hoje V. Ex. da nota de 8 de março tantas vezes citada, e de quanto igualmente se tem discutido na imprensa, e na tribuna do Brazil acerca dos negocios do Rio da Prata, ha de V. Ex. modificar sem duvida o juizo que formou, quando suppôz que as reclamações constantes do meu officio de 29 de maio ultimo, não erão feitas com um sentimento intimo de persuasão.

As razões da minha persua-ão são as mesmas em que a respeito de tal objecto se funda a opinião do governo imperial, e a opinião publica do Brazil manifestada claramente na tribuna e na imprensa. Quando o representante de um governo se exprime, estribado na opinião do governo que representa, e na opinião do paiz a que pertence, duvidar das convicções de que está possuido aquelle que assim se exprime, é' sair, sem gratuitamente do circulo dos negocios para lançar-se no campo das personalidades, no qual eu certamente não acompanharei o Sr. Villademoros, porque respeito muito a missão de fallar a V. Ex. em nome do governo imperial: e se nas expressões da citada nota de 12 de junho a que acabo de referir-me, se encontra alguma cousa de offensivo ao meu caracter como homem particular, ou como agente do governo de Sua Magestade o Imperador do Brazil, eu me contento com repellir a offensa, como cumpre a todo o homem de honra injustamente provocado; mas antes de terminar rogo a V. Ex. que me permita ainda tomar

de contraindre le gouvernement impérial à se prêter à la réparation dont il s'agit, comme telle est évidemment d'ailleurs l'intention de Votre Excellence.

Ceci posé, j'ajouterai que les rassemblements dirigés par le baron de Jacuhy et les actes qu'il a pratiqués ne pouvaient en aucune façon avoir pour but de contraindre Votre Excellence à révoquer les ordres qu'elle avait donnés. Il eut fallu que le baron et ses adhérents fussent arrivés au dernier degré de folie pour se persuader, qu'il leur serait possible d'imposer une initiative quelconque à un général commandant une armée nombreuse, avec une poignée d'hommes, comme ceux qui suivaient le baron de Jacuhy.

L'intention de ceux-ci ne pouvait être que de sauver quelque partie de leur bétail, dont la perte totale était imminente par les suites et les effets de ces mêmes mesures, à la modification desquelles Votre Excellence ne veut pas consentir; mais en tous cas, et quelle qu'ait pu être l'intention du baron et des siens, du moment qu'il est prouvé que le gouvernement du Brésil a désapprouvé les actes pratiqués par eux, et qu'il n'a eu aucune part dans leur entreprise, sur quoi se fonde ce droit d'exigence de réparations par le gouvernement impérial?

Il me semble que par tout ce qui vient d'être dit et de cette manière, les arguments déduits dans la note précitée du 13 Juin dernier se trouvent suffisamment refutés, et, selon les apparences, ma réponse et la connaissance qu'aujourd'hui Votre Excellence doit avoir de la note si souvent citée du 8 Mars dernier, ainsi que de tout ce qui a été dit et répété par la presse et à la tribune du Brésil au sujet des affaires de la Plata, contribueront à modifier le jugement que Votre Excellence a porté sur moi, en supposant que les réclamations contenues dans ma note du 29 Mai dernier n'étaient pas complètement d'accord avec mon sentiment intime de conviction.

Les motifs de ma conviction sont les mêmes que ceux sur lesquels se fondent, touchant ce sujet, le gouvernement impérial et l'opinion publique du Brésil clairement manifestée à la tribune et par la presse.

Lorsque le représentant d'un gouvernement s'appuie, en exprimant toute sa pensée, sur l'opinion du gouvernement qu'il représente et sur celle du pays auquel il appartient, douter de convictions ainsi formulées, c'est sortir gratuitement de l'ordre des choses réelles pour se jeter sur le terrain des personnalités; et je respecte trop la mission qui m'a été donnée, de parler à Votre Excellence au nom du gouvernement impérial, pour suivre jusqu'à là Monsieur Villademoros. Et si certaines expressions de la note du 12 Juin, à laquelle je viens de me référer, peuvent offrir quelque chose d'offensif pour mon caractère comme particulier, ou comme agent du gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil, je me contente de repousser l'offense comme tout homme d'honneur injustement provoqué doit le faire; mais, avant de

na devida consideração algumas outras expressões da nota a que tenho a honra de responder.

Diz V. Ex. que, no caso de não haver contrahido o barão de Jacuhy, com a sua incursão no Estado Oriental, alguma outra responsabilidade mais do que a de retirar-se ao lar domestico, depois que vencido na sua empresa não teve com que sustentar-se, pouco perderia se por ventura não perdesse a vida no empenho qualquer outro subdito do Brasil que para o futuro quizesse arrojarse a provar fortuna pelos mesmos meios de que usou o barão.

Em primeiro lugar, vejo que V. Ex. attribue o desarmamento do barão e a disseminação dos seus sequazes, tão sómente á derrota por elles soffrida, ou por parte delles, sem levar em linha de conta as ordens do governo imperial e do presidente da provincia do Rio Grande do Sul, todas tendentes ao mesmo fim, nem a prompta obediencia do barão; circumstancias que a exactidão historica prohibe deslembrar, e que se não devem com effeito deslembrar, tambem pelo motivo de que todas essas diligencias provão o verdadeiro espirito de que sempre esteve e continúa a estar animado o governo imperial para com os estados vizinhos.

Pelo que respeita porém as consequencias que os factos praticados pelo barão de Jacuhy podem ter para elle mesmo, importa observar que o governo imperial não me autorizou para participar a V. Ex. se o barão seria ou não seria punido. A minha missão, no caso presente, é de fazer todos os esforços possiveis para convencer a V. Ex. de que todas as medidas já tomadas, ou que para o futuro possa tomar o governo imperial, afin de, pela sua parte, conservar e manter a tranquillidade e segurança das fronteiras, podem tornar-se improfficuas, se V. Ex. as não coadjuva, cortando, como já se tem exposto, a raiz de todo o mal. No assumpto de que se trata, não tenho outra missão; mas se me fosse licito expender o meu juizo individual, diria que, se crimes se commettêrão dentro do imperio, devem elles ser punidos pela acção ordinaria das leis criminaes e dos tribunaes do Imperio: pois que o governo do Brasil não rege o paiz debaixo das formas do absolutismo, nem possue esse poder *sui generis* a que nas republicas do Prata se dá a denominação de *faculdades extraordinarias*: mas, antes de entregar a qualquer subdito do Imperio á acção das leis, eu examinaria se os brasileiros sequazes do barão de Jacuhy, apprehendidos por forças pertencentes ao exercito de V. Ex., forão submettidos ás leis e aos tribunaes do estado, ou se forão degolados, como já se affirmou na camara dos deputados do Brasil, e nesse caso exigiria rigorosa punição de quem tal atrocidade houvesse perpetrado.

terminer ma réponse à cette note, qu'il me soit permis encore de m'occuper de quelques autres expressions qui s'y trouvent.

Votre Excellence dit qu'au cas où le baron de Jacuhy, sans être rendu autrement responsable de son incursion dans l'Etat Oriental, ne serait tenu qu'à rentrer dans ses foyers, son entreprise manquée et lui-même à bout de ressources, on peut avancer que tout autre sujet brésilien qui voudrait à l'avenir tenter fortune par les mêmes moyens que le baron, saurait après tout n'avoir que peu à perdre, ne perdant pas la vie dans l'entreprise.

En premier lieu, je vois que Votre Excellence n'attribue le dé-armement du baron et la dispersion de ses partisans qu'à la déroute que tous ou quelques-uns d'entr'eux ont soufferte, sans compter pour quoi que ce soit ni les ordres du gouvernement impérial et du président de la province de Rio Grande, tendant tous au même but, ni la prompte obéissance du baron; circonstances que l'exactitude historique défend d'oublier et qu'on ne doit pas oublier en effet, par la raison même que tous ces détails prouvent le véritable esprit dont le gouvernement impérial a toujours été et continue d'être animé envers les états voisins.

D'ailleurs, quant aux conséquences que peuvent avoir les faits dont le baron de Jacuhy est l'auteur, il faut remarquer que le gouvernement impérial ne m'a pas autorisé à communiquer à Votre Excellence si le baron serait ou ne serait pas puni. Ma mission dans le cas présent est de faire tous les efforts possibles pour convaincre Votre Excellence de ce point, que, quelles que soient les mesures que le gouvernement ait déjà prises, ou puisse prendre à l'avenir, afin de conserver et maintenir pour sa part la tranquillité et la sûreté des frontières, ces initiatives peuvent bien se trouver insuffisantes, si Votre Excellence ne veut pas les seconder, en coupant, comme il a déjà été dit, le mal par la racine. Dans l'affaire dont il s'agit, je n'ai pas d'autre mission; mais s'il m'était permis d'émettre mon avis individuel, je dirais que pour des crimes commis dans l'Empire, les coupables doivent être livrés, pour leur punition, à l'action ordinaire des lois criminelles de l'Empire et des tribunaux; car le gouvernement du Brésil ne régit pas le pays par les formes de l'absolutisme, et il ne possède pas ce pouvoir d'un nouveau genre (ou *sui generis*) auquel dans les républiques de la Plata on donne le nom de *facultés extraordinaires*. Mais avant de livrer un sujet quelconque de l'Empire, dans le cas actuel à l'action des lois, j'examinerais si les brésiliens du groupe du baron de Jacuhy, saisis par des forces appartenant à l'armée de Votre Excellence, ont été soumis aux lois et aux tribunaux de l'Etat, ou s'ils ont été égorgés, comme on l'a déjà affirmé dans la chambre des députés du Brésil; et, dans ce cas, la punition rigoureuse de quiconque aurait commis une telle atrocité serait exigée à titre de préalable.

Entretanto, como das palavras que acima citei, e que foram traduzidas da nota de 12 de Junho, possa talvez deduzir-se que os brasileiros são ameaçados com uma pena muito superior ao delicto, e imposta sem forma de processo para o caso de que infelizmente a desesperação torne ainda alguma vez a arrastá-los a esse mesmo caminho que seguiu, e de que se arre-dou o barão de Jacuhy. eu não posso (dada com effeito essa intelligencia ás palavras referidas) deixar de protestar contra qualquer deliberação de sujeitar subditos brasileiros á imposição de pena de morte sem forma de processo, e sem lei anterior que a imponha pelos actos praticados. Uma tal deliberação na verdade seria contraria aos principios de direito universal, ás mais obvias noções do justo, e aos mais evidentes sentimentos de humanidade.

Em face do que fica exposto, eu me animo a rogar a V. Ex. que se digne considerar de novo a determinação que se dignou communicar-me, de não admittir observação alguma sem que as Republicas do Prata obtenhão uma satisfação que não se diz em que consiste, que se foi exigida. não o foi pelas vias competentes, e que se pede por actos de que o governo imperial não tem a mais leve responsabilidade; mas quando V. Ex., apesar de tudo, insista no seu proposito, cumpre-me desde já protestar, como protesto contra essa denegação de justiça, e contra os resultados que d'ahi possam provir para os interesses particulares dos proprietarios brasileiros, e de quaesquer outros subditos de S. M. o Imperador do Brasil, residentes no territorio da Republica Oriental do Uruguay, protestando igualmente haver para os prejudicados plena e cabal indemnisação de quem direito fôr, guardadas as formas e applicados os meios que se usão de nação para nação. Protesto igualmente contra os resultados que por falta de coadjuvação exigida de V. Ex. possam tornar inuteis e improficuas as medidas adoptadas pelo governo imperial para a manutenção e conservação da segurança e tranquillidade das fronteiras do Imperio e da republica.

Aproveito-me desta oportunidade para renovar a expressão de minha mais completa consideração e respeito pela pessoa de V. Ex.

Deos guarde a V. Ex. Legação do Brasil em Montevideo, 8 de Julho de 1850. — Illm. e Exm. Sr. general D. Manuel Oribe. — O encarregado de negocios, *Rodrigo de Souza da Silva Pontes*.

Cependant, comme des passages que j'ai rapporté plus haut, extraits de la note du 12 Juin, on peut conclure que les brésiliens sont menacés d'une peine de beaucoup supérieure au délit, et qui leur serait imposée sans aucune forme de procès dans le cas où malheureusement le désespoir les pousserait une fois encore dans la voie qu'a d'abord suivie et où s'est ensuite arrêté le baron de Jacuhy, je ne peux m'empêcher (prenant en effet dans ce sens le passage cité) de protester contre toute résolution imposant à des sujets brésiliens la peine de mort sans aucune forme de procès, et sans une loi antérieure relative aux actes qui pourraient les y avoir exposés. Une telle résolution serait à la vérité contraire aux principes du droit universel, aux notions les plus élémentaires de justice et aux sentiments les plus simples d'humanité.

Maintenant fondé sur tout ce que je viens de déduire, je me hasarde à prier Votre Excellence de vouloir bien prendre en considération nouvelle la détermination à laquelle elle me dit s'être arrêtée, de n'admettre aucune observation ultérieure avant que les républiques de la Plata aient obtenu satisfaction du Brésil: satisfaction en tous cas requise sans qu'on dise en quoi elle peut consister, qui assurément n'a pas été exigée par les voies compétentes, et qui ne porte en réalité que sur des actes dont le gouvernement impérial n'a pas la plus légère solidarité. Mais en cas où Votre Excellence persisterait, malgré tout, dans son intention, mon devoir est de protester, comme je le fais ici, dès à présent contre ce déni de justice et contre les suites qu'il peut avoir pour les intérêts particuliers des propriétaires brésiliens et de tous autres sujets quelconques de S. M. l'Empereur du Brésil, établis sur le territoire de la République Orientale de l'Uruguay; réclamant aussi pour ceux qui auraient souffert des pertes, une pleine et entière indemnisation de la part de qui de droit. Je proteste également contre toutes conséquences qu'aurait le refus de la coopération demandée à Votre Excellence, comme pouvant rendre insuffisantes et stériles les mesures adoptées par le gouvernement impérial pour le maintien et la conservation de la sûreté et de la tranquillité sur les frontières de l'Empire et de la république.

Je profite de l'occasion pour réitérer à Votre Excellence les assurances de ma parfaite estime et de ma considération très distinguée.

Dieu Garde Votre Excellence. Légation du Brésil à Montevideo le 8 Juillet 1850. A Son Excellence M. le général D. Manoel Oribe. — Le chargé d'affaires. *Rodrigo de Souza da Silva Pontes*.

Nota da legação argentina ao governo Imperial.

Fica a Confederação Argentina! Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1850. Anno 41 da liberdade, 35 da independência e 21 da Confederação Argentina.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, recebeu a nota de S. Ex. o Sr. ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, datada de 4 do corrente, respondendo ás desta legação com datas de 16 e 28 de Junho proximo passado, relativas á reclamação dirigida ao governo imperial em 13 de Fevereiro deste anno, por causa da aggressão vandalica do brasileiro Francisco Pedro de Abreu á Republica Oriental.

O desvio singular que o Sr. ministro deu a esta questão a leva a um terreno completamente novo, a um debate forense, alheio da natureza especial da reclamação, e estranho ás ordens expressas dadas ao abaixo assignado pelo seu governo. Por isso não tocará senão levemente no que lhe é indispensavel da nota do Sr. ministro, para fundar e deduzir a sua ultima pretensão junto do governo imperial.

Principia o abaixo assignado por declarar ao Sr. Paulino que é improcedente a supposição de que a reclamação da legação argentina de 13 de Fevereiro fosse por *ordens do general Oribe*; tal consequencia não se deriva de nenhum modo do paragrapho citado por S. Ex. « *O abaixo assignado recebeu do Exm. Sr. presidente general Oribe documentos, e não ordens.* »

Só áquelles se referio o abaixo assignado em sua citada nota, em cumprimento de um dever que lhe estava imposto pelo seu governo, sobretudo quanto pudesse interessar á Republica Oriental do Uruguay. Desapparece pois a primeira base da argumentação do Sr. ministro, e tanto mais quanto foi bem explicito o abaixo assignado em manifestar que reclamava em nome dos *governos alliados do Rio da Prata*, como o Sr. Paulino repete.

Depois de esclarecida assim a origem da reclamação a nota de 28 de Junho, com que o abaixo assignado transmittio ao Sr. ministro a do Sr. presidente general Oribe, sobre a sua adhesão aos desejos e vistas do governo da Confederação Argentina, longe de poder

Note de la légation argentine au gouvernement impérial.

Vire la Confédération Argentine. Rio de Janeiro le 23 Septembre 1850. — 41^{me} année de la liberté, 35^{me} de l'indépendance, et 21^{me} de la Confédération Argentine.

A Son Excellence M. Paulino José Soares de Souza, du conseil de S. M. l'Empereur, sénateur de l'Empire, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères.

Le sous-igné, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire de la Confédération Argentine a reçu la note que Son Excellence M. Paulino José Soares de Souza, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères lui a adressée en date du 4 du courant, en réponse à celles de cette légation du 16 et 28 Juin dernier relatives à la réclamation faite au gouvernement impérial le 13 Février de la même année, et motivée par l'aggression de vandalisme du brésilien Francisco Pedro de Abreu contre la République Orientale.

La déviation singulière que M. le ministre a fait éprouver à cette question, l'a placée sur un terrain entièrement nouveau, et l'a soumise à un débat de chicane, hors de la nature spéciale de la réclamation, et qui n'a pas été prévue dans les ordres formels donnés au soussigné par son gouvernement. En conséquence le soussigné ne fera que toucher sommairement ce qu'il ne peut s'empêcher de relever, de la note de M. le ministre, pour fonder et produire sa dernière prétention près le gouvernement impérial.

Le soussigné commence par déclarer à M. Paulino que la supposition que la réclamation de la légation argentine du 13 Février a été faite par *ordre du général Oribe*, n'est pas exacte. On ne peut en aucune manière tirer une semblable conséquence du paragrapho cité par Son Excellence — *le soussigné a reçu des documents de Son Excellence M. le président général Oribe, et non pas — des ordres &c.*

C'est uniquement à ces documents que le soussigné s'est référé dans sa susdite note, en s'acquittant d'un devoir qui lui était imposé par son gouvernement pour tout ce qui pouvait intéresser la République Orientale de l'Uruguay; et par conséquent la première base de l'argumentation de M. le ministre tombe d'elle même d'autant plus, que le soussigné a fait entendre très explicitement qu'il réclamait au nom des *gouvernements alliés du Rio de la Plata*, comme M. Paulino le répète.

Après avoir ainsi éclairci l'origine de la réclamation, la note du 28 Juin avec laquelle le soussigné a transmis à M. le ministre celle de M. le président général Oribe, par laquelle il déclarait accéder aux désirs et aux vues du gouvernement de la Confé-

servir ao Sr. Paulino para turvar a fonte, donde partio a reclamação do abaixo assignado, não prova que a de 13 de Fevereiro procedeu de *ordens* daquelle chefe, mas que a legação tinha previsto a vontade dos governos *alliados*.

Se o Sr. Paulino não vê nesta marcha natural senão uma *mistura e uma consolidação* do governo argentino com o general Oribe, e na palavra *alliança*, a contingencia de *vir a ter com o andar do tempo e com o desenlace dos acontecimentos, resultados a que o Brasil não poderia ser indifferente*, não é culpa do abaixo assignado.

Com illimitada franqueza não poucas vezes tem explicado essa alliança occasional, inevitavel, necessaria e circumscripta unica e exclusivamente á guerra das duas Republicas do Prata contra um inimigo commum, a explicou em sua nota ultima de 16 de junho; e não obstante, assenta todavia o Sr. ministro que *não conhece a sua extensão nem suas condições*. Que outro genero de esclarecimento admittem taes factos entre governos cultos? A duvida só não envolve virtualmente uma offensa á sinceridade e á circumspecção do governo argentino e do seu representante nesta côrte?

Conhecendo, como deve conhecer já o governo imperial, o caracter dessa alliança, são gratuitos os corollarios que deduz o Sr. ministro para negar o direito do governo argentino a uma satisfação por um ataque praticado desde o Brasil ao Estado Oriental.

A invasão do barão de Jacuhy não é questão unicamente com o general Oribe. É a entrada em um territorio que está sob a salvaguarda de dous exercitos combinados, dos quaes é um o argentino e outro o oriental. O direito dos dous alliados nasce da communidade de damno causado pelos aggressores, da solidariedade dos perigos, e do auxilio que levoa essa invasão aos inimigos que um e outro combatem. E se o governo imperial tem reconhecido no general Oribe título sufficiente para discutir sob a aggressão perpetrada, não pôde nega-lo ao governo argentino, alliado não desse general isoladamente, mas da autoridade suprema do estado oriental, que dignamente exerce pelo voto da nação.

Sustenta o Sr. Paulino que o governo imperial, admittindo a reclamação do argentino, reconheceria como questões da Confederação as questões do general Oribe, e como questões do general Oribe as da Confederação Argentina; e que condemnando assim toda a sua politica passada, admittiria a confusa consolidação da autoridade daquelle governo e daquelle general. Surprende

deração Argentina, ne peut pas servir à M. Paulino pour confondre la source d'où la réclamation du soussigné est partie, et ne prouve pas que celle du 13 Février provint d'ordres de ce chef, mais bien que la légation avait prévu le désir des gouvernements alliés.

Ce n'est pas la faute du soussigné si Monsieur Paulino ne voit dans une série de faits aussi naturelle qu'un indice de *fusion et d'identification* du gouvernement argentin avec le général Oribe, et si le mot *alliance*, n'est pour lui que la *contingence d'éventualités que peut amener le temps et le cours même des choses: résultats auxquels le Brésil ne pourrait être indifférent*.

Le soussigné a expliqué plusieurs fois avec une franchise sans réserve cette alliance occasionnelle, inévitable, nécessaire et ayant pour objet unique et exclusif, la guerre des deux républiques de la Plata contre un ennemi commun: il l'a expliquée dans sa dernière note du 16 Juin; et néanmoins. Monsieur le ministre dit qu'il n'en connaît ni l'étendue, ni les conditions. Quel est l'autre genre d'éclaircissements que des faits semblables peuvent admettre entre des nations civilisées? qui la mettrait en doute ne ferait-il pas virtuellement une offense, à la franchise et à la loyauté du gouvernement argentin et à son représentant près cette Cour?

Connaissant, comme le gouvernement impérial doit déjà la connaître, la nature de cette alliance, toutes les inductions que M. le ministre en tire, pour ne pas reconnaître le droit du gouvernement argentin à une satisfaction au sujet de l'attaque faite contre l'Etat Oriental par des individus sortis du territoire brésilien, ne sont que des corollaires gratuits.

L'invasion du baron de Jacuhy n'est pas une affaire à démêler seulement avec le général Oribe. Cette invasion a été faite sur un territoire qui se trouve sous la sauvegarde des deux armées combinées, dont l'une est argentine, et l'autre Orientale. Le droit des deux alliés naît de la communauté des dommages causés par les aggressors, de la solidarité des périls, et de l'aide que cette invasion a prêtée aux ennemis des deux républiques. Et si le gouvernement impérial reconnaît que le général Oribe est qualifié pour discuter la question, il ne peut pas en refuser le droit non plus au gouvernement argentin qui n'est pas l'allié particulier de ce général, mais celui de l'autorité suprême de l'Etat Oriental, qu'il exerce dignement par le suffrage de la nation.

Monsieur Paulino soutient que si le gouvernement impérial admettait la réclamation du gouvernement argentin, il reconnaîtrait comme questions de la Confédération celles du général Oribe, et comme questions du général Oribe celles de la Confédération; et qu'en condamnant ainsi toute sa politique passée, il admettrait la *fusion et identification* de l'autorité de ce gouvernement

semelhante raciocínio depois que o abaixo assignado analysou a alliança. A complicação figurada pelo Sr. ministro não existe. Os governos do Prata marchão em orbita distincta, sem outro ponto de contacto que aquella onde a união é necessaria para triumphar do inimigo commum; e se a acção do Brasil é incerta, é por não ter reconhecido a magistratura suprema do general Oribe, de quem, não obstante, requer o Sr. Paulino o exercicio do poder politico na Republica do Uruguay.

Esse desconhecimento não deixa arbitrio ao governo argentino, compromettido em uma guerra dentro desse Estado, para guardarsilencio sobre qualquer successo, capaz de influir no exito da campanha. A autoridade de ambos os governos está perfeitamente desinclinada entre si. O argentino respeita sem restricção as immuniidades do governo oriental, e a sua perfeita independencia. A guerra sómente tem formado esses laços communs. Se o Sr. Oribe não é para o Brasil senão um simples general; se não tem reconhecido até agora outro belligerante legitimo senão o governo argentino, porque se lhe negaria direito para reclamar contra uma incursão do estrangeiro ao territorio que defende?

Além disso, o Sr. Paulino depois de declarar em sua nota de 8 de março, que o governo imperial tinha feito tudo quanto podia fazer para socegar a fronteira, acrescenta: « que é de esperar que o Sr. general Oribe e o governo argentino por sua parte contribuirão para que desapareçam as antigas primordiales causas de semelhantes acontecimentos (agressões como as de Jaculhy) ». Invoca-se desta maneira a influencia do governo argentino para re-tabelecer na Banda Oriental a ordem de cousas pretendida pelo Brasil; e nega-se-lhe a faculdade de queixar-se dos actos que mais a perturbão! É uma anomalia inexplicavel: é onde está a verdadeira confusão que o Sr. Paulino nota em outra parte.

Não se enganou o abaixo assignado quando sustentou que o governo de S. M. não recusou discutir com a legação argentina sobre quanto se referia ao Estado do Uruguay. A correspondencia diplomatica desde 1843, é um testemunho indeluctivel. Numerosas são as questões controvertidas entre o abaixo assignado e o gabinete imperial, porém escasissimas por fortuna as exclusivas á Confederação Argentina. Todas as mais tocão directamente á Republica do Uruguay e á guerra nesse territorio. A citação da nota de 11 de Abril de 1846 do Sr. Limpo de Abreu; das de 17 de Dezembro do mesmo anno, e 12 de Abril de 1847, do Sr. barão de Cayrú, mostra, quando muito, um recurso tentado por alguns ministros para desviar a competencia do ministro argentino no que diz respeito á Republica do

avec celle de ce général. Il y a lieu de s'étonner d'un tel raisonnement! après l'analyse que le sous-signé a fait de cette alliance. La complication que M. le ministre s'est figuré n'existe point. Les gouvernements de la Plata marchent dans des orbites différentes, et n'ont d'autre point de contact que celui où l'union est nécessaire pour triompher de l'ennemi commun; et si l'action du Brésil est incertaine, c'est parce qu'il n'a pas reconnu l'autorité suprême du général Oribe, de qui M. Paulino exige cependant l'exercice des pouvoirs politiques dans la République de l'Uruguay.

Mais cette reconnaissance même n'existant pas, rien n'oblige le gouvernement argentin, compromis dans une guerre sur le territoire Oriental, à garder le silence sur un événement quelconque qui puisse influencer le résultat de la lutte. L'autorité des deux gouvernements est parfaitement séparée l'une de l'autre. Le gouvernement argentin respecte sans restrictions les immunités du gouvernement Oriental, et sa parfaite indépendance. La guerre seulement a formé ces liens communs. Si Monsieur Oribe n'est pour le Brésil qu'un simple général; si jusqu'à présent il n'a pas reconnu d'autre belligérant légitime que le gouvernement argentin, pourquoi lui refuserait-il le droit de réclamer contre une incursion de l'étranger sur le territoire qu'il defend?

Monsieur Paulino, après avoir déclaré dans sa note du 8 Mars que le gouvernement impérial avait fait tout ce qu'il avait pu faire pour rétablir la tranquillité sur les frontières, ajoute: « On doit espérer que M. le général Oribe, et le gouvernement argentin de sa part contribueront à faire disparaître les causes anciennes et primordiales de pareils événements (agressions comme celles de Jaculhy) ». C'est ainsi qu'appel est fait à l'influence du gouvernement argentin pour rétablir dans la Bande Orientale l'ordre de choses que le Brésil désire, pendant qu'on lui refuse le droit de se plaindre des actes qui en troublent principalement la tranquillité! Il y a là une anomalie inexplicable; et c'est là où se trouve la véritable confusion que Monsieur Paulino remarque dans une autre partie de sa note.

Le sous-signé ne s'est pas trompé lorsqu'il a soutenu que le gouvernement de Sa Majesté n'a pas refusé de discuter avec la légation argentine tout ce qui se référerait à l'Etat de l'Uruguay. La correspondance diplomatique depuis 1843 en est une preuve incontestable. Les questions débattues entre le sous-signé et le cabinet impérial sont nombreuses, mais heureusement celles qui appartiennent à la Confédération Argentine ne le sont pas: toutes les autres touchent directement à la République de l'Uruguay et à la guerre qui a lieu sur ce territoire. Les notes citées de M. Limpo de Abreu du 11 Avril 1846, et de M. le baron de Cayrú du 17 Décembre de la même année, et du 12 Avril 1847, prouveraient tout au plus que quelques ministères ont voulu contester la com-

Uruguay. Porém essa tentativa, repellido constantemente pela legação argentina, foi abandonada ulteriormente pelo ministério, inclusive o do Sr. Paulino, que continuou a entender-se com o abaixo assignado, até sobre as primeiras entradas do barão de Jacuhy na Banda Oriental, como contrabandista.

No primeiro destes casos o Sr. Paulino admitto do abaixo assignado as suas representações contra essas correrias clandestinas: recebeu o summario que evidenciava a extracção furtiva de propriedades daquelle Estado, da mesma maneira que seus antecessores entabolarão diversas questões ante a legação argentina sobre successos na Banda Oriental, e sustentarão a polemica. E só depois de requerida a condemnação de subditos brasileiros, associados aos inimigos do Rio da Prata, refugiados no Rio Grande, e quando para contê-los correu o sangue de Orientaes e Argentinos, resuscita a duvida sobre os direitos do belligerante offendido, e se illude com ella o julgamento de um crime ruído-o e a vindicção de todas as leis ultrajadas!

Foi reputado sufficiente e valido o direito do governo argentino para uma alliança de guerra com o de S. M. I. em 1843. em defesa da Banda Oriental, e para estipular a entrada nella de tropas imperiaes; e será insufficiente e nullo para reclamar do Brazil contra um ataque a essa republica? Como, e por que cada-um essa faculdade do governo argentino, subsistindo as mesmas razões e os mesmos fins da guerra? Era isto o que ao Sr. ministro cumpria provar antes de repellar a reclamação do governo argentino.

Por outra parte, se por um capricho da fortuna tivessem os brasileiros aggressores assegurado o seu plano, quem responderia á Confederação pelos azares suscitados ao exercito argentino por um novo inimigo? Para remir o gabinete imperial da responsabilidade exigivel não bastaria uma simples desapprovação do attentado: a sua resolução de castiga-lo seria a unica garantia accetavel para a nação prejudicada. É o que os Estados-Unidos acabão de praticar com a Hespanha depois da expedição piratica sobre a ilha de Cuba, submettendo aos tribunaes da União o general Lopez e seus companheiros de aventuras, entre os quaes muitos havião occupado cargos importantes da Republica Norte-Americana.

Que o governo imperial, como disse o Sr. Paulino nunca admitto a legação argentina como representante dos interesses do general Oribe, é uma proposição desligada da questão actual. O abaixo assignado

pétence du ministère argentin dans tout ce qui concerne la République de l'Uruguay. Mais cette prétention, repoussée constamment par la légation, a été abandonnée ultérieurement par les ministères, y compris celui de Monsieur Paulino, qui a continué à s'entendre avec le sous-signé même sur les premières incursions du baron de Jacuhy dans la Bande Orientale comme contrebandier.

Dans le premier de ces cas, M. Paulino a admis les représentations du sous-signé contre ces incursions clandestines; il a reçu le dossier d'instruction sommaire qui prouve l'extraction furtive de bétail de cet état, de même que ses prédécesseurs ont entamé différentes questions avec la légation argentine sur des événements qui se sont passés dans la Bande Orientale, et en ont soutenu la discussion. Et c'est seulement après que des réclamations sont faites pour la condamnation des sujets brésiliens associés aux ennemis du Rio de la Plata, qui se sont réfugiés dans le Rio Grande, et que le sang des orientaux et des argentins a coulé pour les repousser, qu'on soulève de nouveau le doute sur les droits du belligérant offensé, en éludant de cette manière le jugement d'un crime éclatant, et la revendication de toutes les lois méconnues!

Le droit du gouvernement argentin a été réputé suffisant et valable en 1843 pour conclure une alliance de guerre avec celui de S. M. Impériale: alliance ayant pour but de défendre la Bande Orientale, et y stipulant l'entrée de troupes impériales: et serait-il insuffisant et nul aujourd'hui pour réclamer auprès du Brésil contre une attaque faite à cette république? Comment se fait-il que cette faculté du gouvernement argentin se soit invalidée lorsque les mêmes raisons, et le même but de guerre subsistent encore? Voilà ce que M. le ministre aurait dû établir, avant de rejeter la réclamation du gouvernement argentin.

D'un autre côté, si par un caprice de la fortune les agresseurs brésiliens eussent réalisé leur projet, qui répondrait à la Confédération des chances suscitées à l'armée argentine par un nouvel ennemi? Pour décharger le cabinet impérial de toute la responsabilité qui pèse sur lui, il ne suffirait pas de désapprouver simplement l'attentat; la résolution de le punir serait l'unique garantie que la nation offensée pourrait accepter: Voilà ce que les Etats-Unis viennent de faire à l'égard de l'Espagne, après l'expédition de pirates faite contre l'île de Cuba, en soumettant aux tribunaux de l'union le général Lopes et ses compagnons, dont plusieurs avaient occupé des emplois importants dans la République de l'Amérique du Nord.

Si le gouvernement impérial, comme le dit M. Paulino, n'a jamais considéré la légation argentine comme représentant les intérêts du général Oribe, cette proposition est distincte de la question act-

não tem solicitado tão pouco essa categoria, e tão sómente a de sustentar a causa commum ao seu paiz e á Republica do Uruguay, a cuja frente se acha o presidente general Oribe. Estes interesses são os que tem representado e os que tem discutido com o abaixo assignado o governo imperial; não sobre um ou outro negocio de menor importancia, como equivocadamente indica o Sr. ministro, senão sobre os mais graves, desde as antigas irrupções á Banda Oriental, de Silva, Silveira, Figueiró e de outros cabecilhas armados no Rio Grande do Sul, até as ultimas combinações contra aquelle estado em o presente anno.

Para remover o Sr. ministro essa prova irresistivel de haver admittido a competencia da legação argentina, allega que então considerando o Sr. Oribe como *general das forças argentinas, desde que com ellas invadio a republica do Uruguay e as commanda, não podia deixar de accitar a discussão.*

Porém se esse mando não tem mudado, se estão todavia ás suas ordens essas mesmas tropas; se então como agora o governo argentino o reconhecia como presidente da republica; se então como agora o governo imperial o desconhece nessa alta investidura; que metamorphose se tem operado? em que época começa? que novo caracter tem assumido esse general, que o ministerio calla, e que serve para justificar a alteração substancial de suas relações com a legação argentina no concernente ao Estado Oriental?

Porém consinta o Sr. ministro que o abaixo assignado restabeleça uma verdade historica, ligada ao destino actual e futuro da Banda Oriental. O general Oribe não entrou naquella estado só com tropas argentinas; vinhão ás suas ordens os emigrados civis e militares que, fieis á sua bandeira, o tinham acompanhado á terra estrangeira: seguirão-o antigos generaes do Uruguay, os quaes reorganizando as forças nacionaes, apenas pi-irão em seu paiz, commandão desde então o exercito daquella republica; a defendem sem outra sujeição que a do seu primeiro magistrado, e não combatem senão, pelas leis e pela independencia da sua patria.

Depois das declarações feitas pelo Sr. Guido (prosegue o Sr. Paulino), de que o general Oribe é aliado da Confederação, e portanto, de que não é general e subordinado, não reconhecendo o governo imperial aquella aliança (que nunca lhe foi explicada), não fica por isso inhibido de entender-se com o general Oribe.

As declarações não eram necessarias desde que o governo da Confederação confiou suas forças para perseguir os inimigos do Rio da Prata, não a um simples general argentino ou oriental, mas ao presidente do estado do Uruguay, como estiverão confiadas as da

elle. Le soussigné n'a pas non plus réclame cette position, mais seulement le droit de défendre une cause qui intéresse son pays et la République de l'Uruguay, à la tête de laquelle se trouve le président général Oribe. Tels sont les intérêts qu'il a représenté, et que le gouvernement impérial a discuté avec le soussigné; cette discussion n'a pas versé seulement sur tel ou tel autre fait de moindre importance, comme M. le ministre le mentionne par méprise, mais sur les plus graves, depuis les anciennes irruptions dans la Bande Orientale, de Silva, Silveira, Figueiró et autres *cabecillas* armés dans le Rio Grande du Sud, jusqu'aux dernières entreprises contre cet état dans le courant de cette année.

Pour écarter cette preuve irrésistible qu'on a reconnu la compétence de la légation argentine, M. le ministre allègue qu'ayant considéré *Monsieur Oribe* comme *général des forces argentines* depuis qu'il a entré avec elles la République de l'Uruguay, et depuis qu'il les commande, il ne pouvait s'empêcher d'accepter la discussion.

Mais si ce commandement n'a pas été changé, si ces mêmes troupes sont encore sous ses ordres; si alors, comme à présent, le gouvernement argentin le reconnaissait en qualité de président de la république; si alors, comme à présent, le gouvernement impérial le méconnaissait dans cette haute catégorie; quelle métamorphose s'est donc opérée? à quelle époque commence-t-elle? quel est le nouveau caractère dont ce général est revêtu, sur lequel le ministère ne dit mot, et qui sert à justifier l'altération essentielle de ses relations avec la légation argentine pour ce qui a rapport à l'Etat Oriental?

Mais M. le ministre permettra au soussigné de rétablir une vérité historique, liée au sort actuel, et à l'avenir de la Bande Orientale. Le général Oribe n'est pas entré dans cet état seulement avec des troupes argentines; sous ses ordres venaient les émigrés civils et militaires qui, fidèles à leur drapeau, l'avaient accompagné en pays étranger; d'anciens généraux de l'Uruguay le suivaient; ceux-ci, réorganisant les forces nationales, en remettant le pied dans leur pays, commandent depuis lors l'armée de cette république, la défendent sans relever de personne que de son premier magistrat, et ne combattent que pour les lois et l'indépendance de leur patrie.

Après les déclarations faites par M. Guido (poursuit M. Paulino) que le général Oribe est l'allié de la Confédération, et par conséquent qu'il n'est ni son général, ni son subordonné, le gouvernement impérial, ne reconnaissant pas cette alliance (qui ne lui a jamais été expliquée) ne voit rien en cela qui l'empêche de s'entendre avec le général Oribe.

Ces déclarations n'étaient pas nécessaires, du moment que le gouvernement de la Confédération ne confiait pas ses forces contre les ennemis du Rio de la Plata à un simple général argentin, ou oriental, mais bien au président de l'Etat de l'Uruguay; de même que celles

15 de Julho de 1842, alguma cousa que invocar contra a existencia da alliança naquella época; porém de que aproveitaria ao Sr. Paulino que essa alliança não tivesse então existido, se é que tal anachronismo fosse por um momento accetavel? Ficavão acaso inhabilitadas as republicas do Prata para estreitar suas relações militares?

O abaixo assignado respondeu em 15 de Julho de 1842 a uma interpegação precisa do governo imperial. Perguntou-se-lhe com que vistas enviava a Confederação um exercito á Banda Oriental: contrahio-se por consequente a responder sobre esse ponto unicamente. Não se lhe perguntou pela alliança, que já então existia de facto; não entre o seu governo e o general Oribe, mas entre aquelle e o presidente da republica Oriental, cujo caracter politico não calou ante o governo argentino pelos preceitos do motim e da traição interiores, nem da violencia estrangeira.

E dado que essa alliança tivesse existido naquella época (continua o Sr. Paulino), teria desaparecido com as causas que a produzirão e com o fim que houveria tido em vista. Haveria desaparecido com o desaparecimento de Rivera da scena politica, com os batalhas do Arroio-Grande e da India Morta, e com a impossibilidade em que está hoje de recuperar sua influencia na Banda Oriental. Haveria desaparecido com o repudio e proscricção de Rivera pelo governo de Montevideo e pelos mesmos que o apoiavam.

« E se essa alliança, concebida depois, teve por fim
« resistir á intervenção europea, como insinuou depois
« o Sr. Guido em sua nota de 18 de Dezembro de 1847,
« não pôde ser ella invocada havendo desaparecido
« essa causa. A intervenção ingleza se retirou comple-
« tamente pelo tratado Southern; a franceza parece
« que está para desaparecer com a nova negociação
« do almirante Le Prédour.

« Que alliança é essa portanto em que se funda o Sr.
« Guido, e qual é o seu fim e alcance? »

Não se pôde ler sem assombro e pezar o fragmento que precede, vendo o gabinete do Brasil repetir os causados sophismas da imprensa hostil aos governos do Prata, e acolher uma argumentação perfidamente empregada por seus inimigos para calumniar essa alliança simplesmente bellica, e, o que é mais notavel, disputar-lha com idealidades no momento em que o ministerio brasileiro não vê senão o termo proximo da contenda.

A Confederação Argentina não emprehendeu a guerra contra a individualidade de Fructuoso Rivera. Para reduzi-la a tão mesquinhas proporções seria necessario haver abdicado a dignidade e o bom senso que nunca faltou ao governo argentino. Era forçoso nomear a Rivera porque tinha declarado a guerra á Confederação Argentina: porque seu nome era o

15 Juillet ce qui s'y trouverait à invoquer contre l'existence de l'alliance à cette époque; mais de quoi servirait-il à M. Paulino que cette alliance n'eût pas existé alors, quand même on pourrait admettre pour un moment cet anachronisme? Est-ce que par hasard les républiques de la Plata n'auraient pas le droit de resserrer leurs relations militaires?

Le sous-igné a répondu le 15 Juillet 1842 à une interpellation précise du gouvernement impérial. On lui demandait dans quel but la Confédération envoyait une armée dans la Bande Orientale; il se borna donc à répondre à ce point uniquement. On ne s'est pas informé de l'alliance qui réellement existait déjà alors, non pas entre son gouvernement et le général Oribe, mais bien entre son gouvernement et le président de la République Orientale, homme politique dont le caractère aux yeux du gouvernement argentin ne s'est jamais trouvé en rien compromis ni par l'émence et la trahison intérieure, ni par la violence étrangère.

Et en supposant même que cette alliance eût existé à cette époque (continue M. Paulino) elle aurait disparu avec les causes qui l'avaient produite et avec le but qu'elle s'était proposé. Elle aurait cessé avec la disparition de Rivera de la scène politique, avec les batailles de l'Arroio-Grande, et de l'India-Muerta, et avec l'impossibilité dans laquelle il se trouve aujourd'hui de relever son influence dans la Bande Orientale. Elle aurait disparu avec la repudiation et la proscription de Rivera par le gouvernement de Montevideo, et par ceux mêmes qui l'appuyaient.

« Et si cette alliance, conçue postérieurement, avait
« pour objet de résister à l'intervention européenne,
« comme M. Guido l'a invoqué ensuite dans sa note
« du 18 Décembre 1847, elle ne peut être invoqué,
« lorsque cette cause a disparu. L'intervention an-
« glaise s'est retirée entièrement par le traité Sou-
« thern; et celle de la France semble être sur le point
« de cesser avec la nouvelle négociation de l'Amiral
« Le Prédour. »

« Quelle est donc cette alliance sur laquelle M.
« Guido s'appuie, et quel est son but et sa portée? »

On ne peut lire sans étonnement et sans regret le passage qui précède, en voyant que le cabinet impérial répète les sophismes de la presse hostile aux gouvernements de la Plata, qu'il accueille une argumentation perfide, employée par ses ennemis, pour calomnier une alliance simplement de guerre, et qu'il la combat, ce qui est plus notable encore, avec des suppositions fantastiques au moment où il ne voit que la fin prochaine de la lutte.

La Confédération Argentine n'a pas entrepris la guerre contre la personne de Fructuoso Rivera. Pour la réduire à des proportions si mesquines, il-faudrait que le gouvernement argentin eut fait abnégation de la dignité et du bon sens qui ne lui ont jamais manqué. Il était nécessaire de nommer Rivera, parce qu'il avait déclaré la guerre à la Confédération Argentine:

symbolo da anarchia, e sua influencia uma ameaça permanente aos estados vizinhos; e porque assaltou o poder, degradando-o á mercê e em proveito do estrangeiro, que bloqueava os portos daquella república.

As duvidas do Sr. Paulino responde bem claramente o proprio paragrapho da nota da legação, datada de 15 de Julho de 1842. transcripto por S. Ex., quando declarou ao governo imperial: « que o argentino não « tomou as armas por espirito de conquista, nem por « nenhum desses principios ignobis capazes de pôr « em ambiguidade sua lealdade e sua fama; que foi « forçado a defender-se da aggressão de um vizinho « anarchico; que á declaração de Rivera respondeu « pondo em pé as forças nacionaes para destruir suas « nefandas machinações no territorio argentino para « desbaratar a sua alliança com os inimigos da Confedera- « ção, e para extinguir o germen de discordia perpetua inse- « paravel da sua existencia politica. »

Os inimigos da Confederação, esses elementos de discordia perpetua, não desaparecerão da Banda Oriental pela derrota de Rivera nas batalhas apontadas pelo Sr. Paulino. O *reputio* e a *proscripção* de Rivera por seus proprios co-religionarios, longe de provar a cessação dos motivos da guerra, accusa antes o fanatismo da sua facção, que, esquecida de havê-lo ajudado e impellido a toda a qualidade de attentados; esquecida de havê-lo elevado até ás regiões do genio, o arroja de seu seio, quando, desacreditado Rivera pelos revezes das suas campanhas, o reputa um estorvo para novas e mais aserbas combinações contra as duas republicas. E estas nações abandonarão a contenda porque se derrotou a Rivera?

Ao Sr. ministro tocara provar que a expulsão de Rivera do Estado Oriental annullou o seu bando: que a intervenção estrangeira cessou com aquella: que os acastellados em Montevideo sob guarnição estrangeira capitularam: que a cooperação actual da França, para sustentar aquella praça, era um sonho: em uma palavra, que nesse territorio já não ha inimigos em armas contra a Confederação.

Mas, se em vez de ser tal a realidade da situação nessa república, o chamada governo em Montevideo, em hostilidades permanentes contra ambos os estados, apenas as tem suspenso, por um armisticio temporario; se envia, como acaba de enviar, uma nova missão a Paris para frustrar, se lhe fosse possível, os effeitos da convenção, pendente ainda do juizo da assembléa nacional de França e da ratificação do presidente da república; se se trabalha para volver á scena esse mesmo Rivera, julgado pelo gabinete do Brasil como motivo bastante para a entrada de tropas argentinas no Estado Oriental; se a esquadra e as

parce que son nom était le symbole de l'anarchie, et son influence une menace permanente pour les états voisins, parce qu'enfin il a violemment pris le pouvoir en le livrant à l'exploitation et au bon plaisir de l'étranger, qui bloquait les ports de la république.

Le même paragraphe de la note de la légation du 15 Juillet 1842. transcrit par Son Excellence, répond très clairement aux doutes de Monsieur Paulino, en exposant au gouvernement impérial — « que le « gouvernement argentin n'avait pris les armes ni « par esprit de conquête, ni par aucun de ces prin- « cipes ignobles si peu en harmonie avec sa loyauté « et sa renommée; qu'il avait été forcé de se défendre « contre l'agression d'un voisin anarchique; qu'il « avait répondu à la déclaration de Rivera en met- « tant sur pied les forces nationales, dans le but de « neutraliser ses abominables machinations sur le « territoire argentin, ainsi que son alliance avec les en- « nemis de la Confédération, et d'étouffer le germe de « perpétuelle discorde inséparable de son existence politique. »

Les ennemis de la Confédération, ces éléments de perpétuelle discorde, n'ont pas disparu de la Bande Orientale avec la défaite de Rivera, dans les batailles citées par M. Paulino. Tant s'en faut que la *répudiation* et la *proscription* de Rivera par ses propres coréligionnaires prouve la cessation des motifs de la guerre, qu'elle accuse plutôt le fanatisme de sa faction, qui, oubliant qu'elle l'avait aidé et poussé à commettre toutes sortes d'attentats et qu'elle lui avait fait elle même cette haute position à laquelle il était parvenu, le rejette de son sein aussitôt que discrédité par des revers, il ne lui apparaît plus que comme une entrave à de nouvelles et plus fâcheuses combinaisons contre les deux républiques. Et comment alors ces nations pourraient-elles abandonner la lutte, par le seul fait de la déroute de Rivera?

M. le ministre devait prouver que l'expulsion de Rivera de l'Etat Oriental avait détruit sa faction, que l'intervention étrangère avait cessé d'exister avec elle, que ceux qui s'étaient réfugiés à Montevideo sous la protection de la garnison étrangère avaient capitulé, que la coopération actuelle de la France pour maintenir cette ville était un songe, en un mot que tout ce territoire n'a déjà plus d'ennemis armés contre la Confédération.

Mais si, loin que la situation de cette république soit telle en réalité, le soi-disant gouvernement de Montevideo, en hostilité permanente contre les deux états, ne s'en abstient qu'à peine aujourd'hui par suite d'un armistice temporaire; s'il envoie, comme il vient de le faire, une nouvelle ambassade à Paris pour prévenir, autant qu'il serait possible, les effets de la convention dépendante encore du vote de l'assemblée nationale française, et de la ratification du président de la république; si on s'agit pour mettre en scène de nouveau ce même Rivera, qui a été considéré par le cabinet du Brésil comme un motif suffisant de

tropas francezas existem no Plata; se os cabos principais da emigração permanecem no Rio Grande, promptos a cooperar, como tem feito, em qualquer ataque contra os estados limitrophes; se a imprensa de Montevideo não cessa de atizar a discordia; se tudo isto é sabido do ministerio do Brasil; quereria o Sr. Paulino que por estar Rivera no Rio de Janeiro se dêsse por concluida a guerra? E pergunta-se ainda em que se funda a alliança, e qual o seu objecto e alcance!

Não disputou jámais a legação ao ministerio do Brasil, o direito de *examinar e discutir o titulo*, em virtude do qual exigiria o governo argentino uma satisfação por attentatos semelhantes aos do barão de Jacuty na Banda Oriental. Porém a sufficiência do titulo foi reconhecida pelo governo imperial no facto de haver discutido com esta legação sobre diff'rentes successos de immediata transcendencia para o Estado do Uruguay: o titulo é a mancomunidade de perigos das republicas alliadas: o titulo é o direito da guerra. Tal ha sido a base da reclamação, sem que o governo argentino haja pretendido, nem queira menoscabar nunca a menor das immunidades da potestade suprema do Estado Oriental.

Onde está a obscuridade de que se queixa o Sr. ministro? Que deseja o governo imperial que se lhe diga depois de tão genuinas explicações? Limitada como está a alliança só a este circulo *« poderá prejudicar »* (pergunta por seu turno o abaixo assignado) *a independencia do Uruguay e as obrigações que o Brasil deriva da convenção preliminar de paz de 1828?*

Grande prova haveria dado o gabinete brasileiro de lealdade ao texto e ao espirito desse tratado: grande prova do interesse pela independencia oriental, se alguma parte do escrupulo fôra em decifrar uma alliança inoffensiva á Republica do Uruguay se houvesse empregado em investigar a alliança das potencias interventoras com uma facção anti-americana.

Se o governo imperial, em vez de presenciar tranquillo a devastação dos campos da Banda Oriental, o incendio das suas costas por esquadras da Europa, a invasão de seus rios interiores, o predomínio da coalisção estrangeira no territorio do Uruguay, houvesse pedido a esta a exhibição do *seu titulo* para intervir, e a tivesse interpellado pela natureza e extensão dessa alliança; ali teria descoberto os verdadeiros riscos da independencia oriental, cujo sacrificio se haveria consummado se por ventura os governos do Plata não houvessem interposto um heroico denodo para salva-la; porém, quando o zelo do governo imperial é tão severo para com a alliança de estados conferraneos, e tão condescendente e confiado para com a intervenção europeá naquella rio, é impossivel deixar de attribui-

l'entrée des troupes argentines dans l'Etat Oriental; si l'escadre et les troupes françaises occupent encore la Plata; si les principaux chefs d'émigration se tiennent à Rio Grande prêts à prendre part encore, comme ils l'ont déjà fait, à une attaque quelconque contre les états limitrophes; si la presse de Montevideo ne cesse d'exciter à la guerre; si le ministère du Brésil n'ignore rien de tout cela; Monsieur Paulino voudrait-il qu'on crût que la guerre a cessé, attendu que Rivera se trouve à Rio de Janeiro? Et il demande encore quelles sont les bases de l'alliance, quel est son but et sa portée!

La légation n'a jamais contesté au ministère du Brésil le droit d'*examiner et de discuter le titre*, en vertu duquel le gouvernement argentin exige une satisfaction pour des attentats comme ceux du baron de Jacuty dans la Bande Orientale. Mais le gouvernement impérial a reconnu la suffisance de ce titre par le fait seul qu'il a discuté avec cette légation tous les différens intérêts d'importance majeure de l'Etat de l'Uruguay; c'est la communauté des périls des républiques alliées, c'est le droit de la guerre, qui constitue ce titre; telle a été la base de la réclamation, le gouvernement argentin n'ayant jamais d'ailleurs prétendu, ni voulu porter atteinte à la moindre immunité de l'autorité suprême de l'Etat Oriental.

Où se trouve l'obscurité dont M. le ministre se plaint? que faut-il dire au gouvernement impérial pour le satisfaire après de si loyales explications? L'alliance étant limitée à ce qu'elle est effectivement, le soussigné demandera à son tour — *a-t-elle rien d'offensif pour l'indépendance de l'Uruguay et les devoirs qu'impose au Brésil la convention préliminaire de paix de 1828?*

Le cabinet brésilien aurait donné une grande preuve de loyauté au sujet du texte et de l'esprit de ce traité, en même temps que d'intérêt pour l'indépendance orientale, s'il eût mis une partie de la sollicitude avec laquelle il contrôle une alliance inoffensive pour la République de l'Uruguay, à examiner l'alliance de l'intervention avec une faction anti-américaine.

Si au lieu de regarder paisiblement la dévastation des champs de la Bande Orientale, l'incendie de ses côtes par des escadres européennes, l'invasion de ses rivières intérieures, la prédominance de la coalition étrangère sur le territoire de l'Uruguay, le gouvernement impérial eût demandé à la coalition l'exhibition du *titre* qu'elle avait pour intervenir, et l'eût interpellée sur la nature et la portée de cette alliance; il aurait vu là le foyer des véritables dangers existant pour l'indépendance orientale; indépendance dont le sacrifice serait consommé aujourd'hui, si les gouvernements de la Plata ne se fussent pas interposés d'une manière héroïque pour la sauver; mais du moment que le gouvernement impérial se montre si soupçonneux à l'égard d'une alliance d'états limitrophes, et

o, ou á illusão mais deploravel, ou á vontade mais antipathica.

O ministerio do Brasil tinha dito, em 26 de Junho de 1845, ao chamado ministro de relações exteriores do governo de Montevideo, o que copia litteralmente o Sr. Paulino: « Que como o simples facto de cahir a « praça em poder dos sitiadores não destruiria, des- « pido de outras circumstancias, a independencia do « Estado Oriental, é claro que o governo imperial, « ainda na presença deste facto, que aliás lamentaria, « não podia julgar-se autorizado a intervir »; porém, agora em sua ultima communicação commenta o Sr. Paulino a declaração precedente, avisando « que não « pôde ser hoje invocada, e não liga a politica futura « do governo imperial em circumstancias diversas. »

Teria parecido demasia a susceptibilidade suspeitar, sequer, do governo imperial, uma retractação tão palmar, como a que acaba de ler-se. O abaixo assignado estaria no seu direito pedindo ao Sr. ministro uma explicação mais categorica; porém, revelando-se sufficientemente o pensamento do gabinete do Brasil, está seguro de que o seu governo o comprehenderá.

Explicada, pelo abaixo assignado, a posição actual da Confederação Argentina para com o Estado do Uruguay, definidas a natureza e unico proposito da alliança bellica das duas republicas, e as causas da sua continuação, e postas em evidencia as vistas desinteressadas do governo argentino, nao somente pelo seu constante proceder, como pelas convenções ultimamente celebradas com a Inglaterra e com a França; e deslindado, o direito mediante o qual o governo argentino pediu ao de Sua Magestade o castigo do barão de Jacuhy, passa já o abaixo assignado a occupar-se da sua invasão á Republica do Uruguay.

« Os actos praticados pelo barão de Jacuhy (diz o Sr. Paulino) se verificarão em lugar distante do theatro « da guerra, e não prejudicarão as suas operações. A « força do barão de Jacuhy foi repellido pela que se « achava guarnecendo a fronteira do outro lado do « Quaraim, onde se achava antes, independentemente « da ultima entrada do mesmo barão. Esses actos não « são novos; não têm alcance politico; nascem das « causas apontadas pelo abaixo assignado, em sua nota « de 8 de Março proximo passado. »

Perdõe o Sr. ministro que o abaixo assignado não possa admittir como exacta nenhuma destas indicações.

si condescendant, si confiant pour l'intervention européenne dans la Plata, il est impossible de ne pas y donner pour cause ou la plus déplorable illusion, ou la volonté la plus antipathique.

Le 26 Juin 1845, le ministère du Brésil dit au soi-disant ministre des relations extérieures du gouvernement de Montevideo ce que Monsieur Paulino transcrit textuellement :— « Comme le simple fait de « l'occupation de Montevideo par les assiégeants, « sans autres circonstances ni accessoires, ne détruit « rait pas l'indépendance de l'Etat Oriental, il est « clair que quand même ce fait se réaliserait, le « gouvernement impérial, tout en le déplorant, ne « pourrait pas se croire autorisé à intervenir » ; mais dans sa dernière communication Mr. Paulino commenta la déclaration précédente en disant— « que cette « déclaration ne saurait être invoquée aujourd'hui, « et qu'elle ne lie pas la politique future du gouver- « nement impérial dans des circonstances diffé- « rentes. »

Ou aurait pu être accusé d'excessive méfiance, si on eut donné à entendre que le gouvernement impérial fit jamais une retractation pareille à celle qu'on vient de voir. Le soussigné aurait le droit de demander à ce sujet une explication catégorique à Mr. le ministre, mais comme l'esprit du cabinet du Brésil se révèle assez positivement, il est certain que son gouvernement le comprendra.

Le soussigné, après l'explication donnée de la position actuelle de la Confédération Argentine vis à vis de l'état de l'Uruguay, le caractère et le but unique de l'alliance de guerre des deux républiques se trouvant défini, et les causes de sa continuation indiquées, les vues désintéressées du gouvernement argentin étant d'ailleurs évidentes, non seulement par suite de sa manière d'agir de tous les temps, mais encore des conventions célébrées dernièrement avec l'Angleterre et la France; enfin le droit, en vertu duquel le gouvernement argentin a réclamé de celui de S. M. la punition du baron de Jacuhy étant suffisamment établi comme il l'a été; le soussigné n'a plus maintenant qu'à s'occuper de l'irruption du dit baron dans la République de l'Uruguay.

« Les faits pratiqués par le baron de Jacuhy (dit « Mr. Paulino) ont eu lieu dans une localité éloignée « du théâtre de la guerre, et n'en ont pas contrarié « les opérations. Les forces du baron de Jacuhy ont « été repoussées par celles qui garnissaient la frontière « au delà du Quaraim, où elles se trouvaient déjà, « indépendamment de la dernière incursion du dit « baron. Ces faits ne sont pas nouveaux; ils n'ont « pas de portée politique; ils proviennent des causes « signalées par le soussigné dans sa note du 8 Mars « dernier. »

Le soussigné est fâché d'avoir à dire qu'il ne saurait admettre comme exacte aucune de ces indications.

Por theatro de guerra entende-se todo aquelle espaço em que o belligerante pôde manobrar, ou em que pôde ser acommettido por seus inimigos. Assim, entra sob esta denominação, não só o terreno em que acampa o exercito sitiador de Montevideo, mas tambem o que se estende até á fronteira do Brasil, em que se tem dado acções de guerra, e onde se aquartelão fortes destacamentos, um dos quaes sahio ao encontro do barão de Jacuhy.

Em reforço das tropas de observação sobre a fronteira se desprendem do corpo principal, primeiramente a columna ao mando do general Gomes. O ex-presidente general Andréa recebe avisos directos deste movimento, annunciou-o á provincia do Rio Grande, e o communicou ao seu governo. Depois o general D. Ignacio Oribe foi obrigado tambem a approximar-se á fronteira, como consta das participações militares.

A proclamação n. 1 de Francisco Pedro de Abreu descobre todo o seu projecto. Chama ás armas aos brasileiros, aos Orientaes emigrados, e aos inimigos dos governos do Prata: appellida *selvagens invasores* ao Estado limitrophe, aos que sustentão a sua independencia, e este humilhante epitheto se dirige ao exercito argentino. O abaixo assignado cita, em sua nota de 16 de Junho, a definição do general Andréa, dessa provocação insolente.

A differença entre esse alardo hostil e as tres primeiras entradas do barão, a que o abaixo assignado alludio em sua communicação de 13 de Fevereiro, exclue toda a comparação entre estes factos. Naquelle penetrava Jacuhy no Estado vizinho com o disfarce de um contrabandista, fugia das guardas, e se refugiava em silencio com o fructo de suas correrias. É esta a attitudo do aggressor depois da sua proclamação, e depois que se armou publicamente, seduzindo officiaes, engajando soldados, tomando a seu serviço os chamados chefes orientaes, e encabeçando uma numerosa vandalagem para penetrar na Banda Oriental?

A participação do coronel Lamas, datada de 9 de Janeiro, aqui junta sob n. 2, narrando o encontro com o barão no Catalão Grande, dá idéa da nova irrupção. O general Andréa a chamou *attentado* em sua ordem datada de 23 de Fevereiro; e a circular n. 3 do Sr. Pimenta Bueno; com data de 22 de Março, a denuncia como contraria á lei, *offensiva dos verdadeiros interesses do Brasil, e opposta aos deveres de subditos briosos e leaes*.

O Sr. Pimenta, induzido finalmente pela consciencia do justo, aggrega: « Não pôde deixar de ser reputado, e castigado como grave attentado, o facto de reunirem-se illegalmente homens, e invadirem o estado limitrophe por sua autoridade privada e interessees pessoais que acobertão com declamações politicas, postergando seus sagrados deveres de obediencia ás leis fundamentais do estado, e com-

On entend par théâtre de la guerre tout l'espace dans lequel le belligérant manoeuvre, et où il peut être attaqué par ses ennemis. On comprendra donc ici sous cette dénomination non seulement le terrain où est campée l'armée qui assiège Montevideo, mais encore celui qui s'étend jusqu'à la frontière du Brésil, où se sont livrées des batailles, et où sont cantonnés des détachements nombreux: détachements dont un fut envoyé à la rencontre du baron de Jacuhy.

Pour renforcer les troupes d'observation sur la frontière, on y expédia d'abord du corps principal, la colonne sous les ordres du général Gomes: l'ex-président général Andréa reçut des avis directs de ce mouvement; il l'annonça à la province de Rio Grande, et le communiqua à son gouvernement. Plus tard, le général D. Ignacio Oribe fut aussi obligé de s'approcher de la frontière, comme les participations militaires le confirment.

La proclamation n. 1. de Francisco Pedro de Abreu révèle tout son plan. Il appelle aux armes les brésiliens, les orientaux émigrés, et les ennemis des gouvernements de la Plata; il qualifie de *sauvages envahisseurs* de l'état limitrophe ceux qui défendent son indépendance, et cet outrage s'adresse à l'armée argentine. Le sousigné a rapporté dans sa note du 16 Juin l'opinion du général Andréa sur cette insolente provocation.

La différence entre cet acte d'hostilité et les trois premières incursions du baron que le sousigné rappelle dans sa note du 13 Février, est telle qu'elle n'admet aucune comparaison des faits. Les premières fois Jacuhy pénétrait dans l'état voisin comme contrebandier; il évitait les gardes, et se retirait en silence avec son butin: ici l'attitude de l'agresseur n'a-t-elle pas été toute autre après sa proclamation, et après qu'il s'est armé publiquement, en séduisant des officiers, en engageant des soldats, en prenant à son service des soi-disant chefs orientaux, et en se mettant à la tête d'une nombreuse troupe de brigands pour pénétrer dans la Bande Orientale?

La participation du colonel Lamas du 9 Janvier, ci jointe n. 2., au sujet de la rencontre du baron à Catalão Grande, donne une idée de cette nouvelle irruption. Le général Andréa l'appellée *attentat* dans son ordre du jour du 23 Février, et la circulaire n. 3., de M. Pimenta Bueno en date du 22 Mars, la dénonce comme violant la loi, *offensant les intérêts réels du Brésil, et contraire aux devoirs de sujets honorables et loyaux*.

M. Pimenta, dominé enfin par le sentiment du juste, ajoute: — « on ne peut empêcher de réputer et de punir comme un grave attentat cet attroupement illégal d'hommes armés, et l'invasion par eux de l'état limitrophe: acte qu'ils ont pratiqué de leur autorité privée, et pour des intérêts personnels mal cachés sous un vain appareil de declamations politiques, et se jouant ainsi de leurs devoirs sacrés d'obéissance

« prometendo não só a dignidade nacional, como « especialmente o nome e honra desta briosa pro-
« vincia. »

O agente diplomatico do Brasil em Montevideo apoia essa mesma declaração com os termos inequívocos de acto *illegal, violento, anarchico e contrario* ao direito das gentes, o que praticou Jacuhy. Que paridade haveria entre um agitador publico, apresentado por altas autoridades do Brasil á indignação do seu paiz, e o contrabandista de que falla o *summario*? Deixará de ver o Sr. ministro uma vasta distancia entre o contrabando, sujeito a represões policiaes, e o desenfreamento barbaro de um numeroso bando com espirito de cega vingança; entre a extracção de alguns rebanhos do Estado vizinho, e uma conjuração contra nações amigas do Brasil? O Sr. Paulino fica assim informado da razão por que a legação tem adoptado differente recurso em um e outro caso.

Segundo a participação citada n.º 1, e as de n.º 4 e 5, esquadras de Buenos-Ayres reforçavam a columna do coronel Lamas, e alguns dos officiaes e soldados argentinos perecerão no empenho de rechazar os bandos capitaneados por Jacuhy; não só na incursão do mez de Janeiro, como em acções successivas até a de 12 de Abril. Precisar-se-ha outra cousa para esclarecer o direito do governo argentino a pedir uma reparação classica da potestade do territorio que servio de quartel-general á invasão?

O governo imperial escuda-se contra esse direito pretextando que a questão sobre o procedimento do barão de Jacuhy está pendente com o general Oribe; porém envia ao mesmo tempo á legação argentina nesta corte o *ultimatum* dirigido pelo do Brasil em Montevideo, com data de 8 de Julho ultimo, ao Exm. Sr. presidente Oribe, em que redondamente nega que haja agravo feito pelo governo do Brasil, nem motivo para exigir satisfação alguma.

Fica portanto consagrado em principio pelo gabinete imperial a impunidade completa do barão de Jacuhy, e a mais inesperada denegação de justiça aos governos do Rio da Prata; e introduzida uma doutrina nova no direito internacional, pelo qual um governo deva preferir fazer sua a culpa de um subdito que dicta e executa a guerra, usurpando todos os direitos de soberania e magestade, antes do que reivindicá-los, submettendo o delicto ao julgamento inexoravel da lei.

Essa maneira de julgar as violencias directas ou indirectas dos subditos de uma potencia contra outra, estabeleceria, como meio unico de segurança, o *retorsio facti*; as represalias seriam a sua consequencia

« aux lois fondamentales de l'état, et compromettant « non seulement la dignité nationale, mais encore et « spécialement le nom, et l'honneur de cette loyale « province. »

L'agent diplomatique du Brésil à Montevideo abonde aussi dans ce sens; et il qualifie ce qu'a fait Jacuhy *d'illégal, de violent, d'anarchique, de contraire* au droit des gens. Quelle parité en effet peut-il exister entre un agitateur public signalé par de hauts fonctionnaires brésiliens à l'indignation du Brésil, et le contrebandier dont parle l'instruction sommaire? M. le ministre ne reconnaitra-t-il pas, que la différence est grande entre le contrebandier dont les délits ne sont en tous cas que des délits de police, et le chef barbare d'une bande nombreuse entraînée par un aveugle esprit de vengeance commune; entre le partisan qui enlève quelques troupeaux de l'état voisin, et un conspirateur à l'œuvre contre des nations amies de la sienne? M. Paulino peut ainsi s'expliquer pourquoi la légation a envisagé sous des jours si différents ce qu'il nomme cas identiques.

Après l'avis n.º 1, qui vient d'être cité, et les participations n.º 4 et 5, des escadrons de Buenos-Ayres renforçaient la colonne du colonel Lamas; et quelques officiers et soldats argentins périrent en repoussant les bandes commandées par Jacuhy, non seulement dans l'incursion du mois de Janvier, mais encore dans plusieurs combats successifs jusqu'au 12 Avril. Est-il besoin de rien de plus pour établir le droit du gouvernement argentin à une réparation complète de la part de l'autorité suprême du territoire, qui a servi de quartier général à l'invasion?

Le gouvernement impérial se prononce contre ce droit en pretextant que la question relative au baron de Jacuhy se discute avec le général Oribe; mais il remet en même temps à la légation argentine près cette cour l'*ultimatum* adressé à Son Excellence M. le président Oribe par la légation du Brésil à Montevideo en date du 8 Juillet dernier; et cet *ultimatum* repousse nettement l'idée, que le gouvernement du Brésil ait commis une offense et donné motif à réclamer une satisfaction.

Ainsi le cabinet impérial consacre en principe la complète impunité du baron de Jacuhy; il en résulte un déni de justice le plus inattendu possible envers les gouvernements du Rio de la Plata; et une nouvelle doctrine est introduite par là dans le droit international: doctrine d'après laquelle un gouvernement devrait préférer prendre à sa charge le crime d'un sujet qui déclare et entreprend la guerre, en usurpant tous droits de la souveraineté et de la majesté suprême, à revendiquer ces mêmes droits, en soumettant le délit au jugement inexorable de la loi.

Cette manière de juger les violences directes ou indirectes commises par les sujets d'une puissance contre une autre, établirait comme unique moyen de sécurité le *retorsio facti*: des représailles en seraient

inevitável, e aos preceitos da justiça haveria que substituir a magistratura da força bruta.

Porém a causa contra o coronel do Imperio Francisco Pedro d'Abreu está formada, não pelos governos do Prata, senão por altos funcionarios do Brasil. Seus accusadores forão os delegados imperiaes. Os complices do aggressor são conhecidos. As testemunhas estão no Rio Grande e nas Republicas do Prata. O réo está confesso por sua proclamação já citada, e sua ratificação estampada na diatribe n.º 6: na qual, diante do gabinete que o protege, diante do gabinete que allega ter desapprovado sua conducta, se ostenta contumaz, e injuria sob sua firma, com novos e mais infames insultos: a nação que atacou á frente de quadrilhas piraticas.

Patente o crime do barão de Jacuby, flagrante a violação do territorio oriental, enorme a lesão causada, e denegada pelo governo de S. M. o Imperador do Brasil a justiça ás republicas alliadas, o abaixo assignado cumpre as ordens supremas, reiteradas ultimamente em termos precisos e peremptorios, pelo Exm. Sr. governador e capitão-general de Buenos-Ayres D. Juan Manuel de Rosas, encarregado das relações exteriores, para que peça seu passaporte, como pede para si, sua familia e comitiva, e para declarar que S. Ex. não póde permittir que a legação argentina continue entretendo amigaveis relações da parte da Confederação, com um governo que tão gratuita e deslealmente a tem offendido; que tem apresentado a rara anomalia de tolerar que seus subditos do Rio Grande, unidos com os selvagens unitarios, hostilisassem e estivessem em iniqua guerra contra os governos do Prata, enquanto que blasonava estar em paz com elles; que ha reaggravado enormemente estas offensas, negando ao da Confederação a satisfação e reparações que tinha plena razão e direito a esperar.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — *Thomas Guido.*

la conséquence inévitable; et toutes règles de justice disparaîtraient devant la force brute jugeant sans appel.

Mais le procès contre le colonel de l'Empire Francisco Pedro d'Abreu est commencé, non pas par les gouvernements de la Plata, mais bien par les hauts fonctionnaires du Brésil; et ses accusateurs sont les délégués de S. M. Impériale. Les complices de l'envahisseur sont connus: les témoins sont à Rio Grande, et dans les républiques de la Plata: la proclamation précitée est un aveu du coupable, ainsi que sa défense imprimée, pièce n. 6: pièce dans laquelle, sous les yeux du cabinet qui le protège, sous les yeux du cabinet qui dit avoir désapprouvé sa conduite, il aggrave son crime et adresse publiquement, et authentiquées par sa signature, de nouvelles insultes plus infâmes que les premières, à la nation qu'il a attaqué à la tête d'une bande de pirates recrutés par lui.

Le crime du baron de Jacuby étant évident, la violation du territoire oriental flagrante, les torts causés énormes; et le gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil ayant refusé justice aux républiques alliées, le soussigné ne peut qu'obéir aux ordres supérieurs, qui lui ont été réitérés dernièrement encore, en termes précis et péremptoirs, par S. Ex. Monsieur le gouverneur et capitaine général de Buenos-Ayres, D. Juan Manuel de Rosas, chargé des relations extérieures, en demandant ses passeports pour lui, sa famille et sa suite, et en déclarant que Son Excellence ne peut consentir que la légation argentine continue à entretenir des relations amicales au nom de la Confédération avec un gouvernement, qui l'a offensée si gratuitement et si déloyalement, qui par une singulière anomalie, souffre que ses sujets de Rio Grande, unis aux sauvages unitaires commettent des hostilités et poursuivent une guerre inique contre les gouvernements de la Plata, et se vante en même temps d'être en paix avec eux; qui enfin a aggravé énormément ces offenses, en refusant à la Confédération la satisfaction et les réparations qu'elle avait tout droit et toute raison d'espérer.

Dien garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Thomas Guido.*

Nota do governo imperial à legação argentina.

*Rio de Janeiro. — Ministério dos negócios estrangeiros, em
30 de Setembro de 1850.*

O abaixo assignado do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negócios estrangeiros, tem a honra de remetter ao Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, o passaporte que pede em sua nota de 23 do corrente mez de Setembro, entregue ao abaixo assignado no dia 25.

Satisfazendo assim ao pedido do Sr. Guido já annuciado em sua nota de 16 de Junho proximo passado, o abaixo assignado, no interesse da causa da verdade e da justiça, julga do seu dever acompanhar essa remessa de breves observações sobre alguns pontos da nota do Sr. Guido.

Reconhece o Sr. Guido que o abaixo assignado collocou a questão em um terreno completamente novo, estranho ás ordens expressas que lhe forão dadas por seu governo, e conclue pedindo o seu passaporte.

É este, em verdade, um meio extraordinario de evitar e cortar a discussão de questões as mais importantes, e cuja elucidação é da maior transcendencia para a paz, tranquillidade e futuro do Rio da Plata.

Se a materia que o abaixo assignado chamou á discussão, se a face debaixo da qual encarou a questão é nova, se as ordens que tem o Sr. Guido não a comprehendem, como repelle elle a solução que aquella discussão poderia encaminhar, por ordens que a não tiverão, nem pedião ter em vista?

Será isso porque a legação argentina é fiel, até sua retirada, ao systema que invariavelmente tem seguido, de sempre exigir, sem nunca fazer, a menor concessão de nunca admittir senão aquillo que pela primeira vez exigio, e isto pela forma e maneira porque exigio?

Mas o campo a que o abaixo assignado chamou a discussão não é novo, tem sido muitas vezes percorrido. Nenhuma das questões que suscita é nova.

A legação argentina tem seguido o systema de procurar resolver cada uma das questões pendentes entre o Brasil e o governo argentino, ainda mesmo de menor momento, separadamente, e sempre pela maneira que pretende impor. Tem procurado resolvê-las sem remontar ás suas causas e origem, sem convir em destruí-las, ou modifica-las, afim de estabelecer garantias de paz e tranquillidade para o futuro.

Note du gouvernement impérial à la légation argentine.

*Rio de Janeiro. — Ministère des affaires étrangères,
30 Septembre 1850.*

Le soussigné, du conseil de S. M. l'Empereur, sénateur de l'Empire, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères, a l'honneur d'envoyer à M. D. Thomaz Guido, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Argentine, les passeports qu'il demande dans sa note du 23 Septembre courant, remise au soussigné le 25.

En satisfaisant ainsi à la demande de M. Guido, annoncée d'avance dans sa note du 16 Juin passé, le soussigné, dans l'intérêt de la cause de la vérité et de la justice, croit de son devoir d'accompagner cet envoi de courtes observations sur quelques points de la note de M. Guido.

M. Guido reconnaît que le soussigné a placé la question sur un terrain complètement nouveau, et non compris dans les ordres précis, qui lui ont été donnés par son gouvernement et il finit par demander ses passeports.

C'est là en vérité un étrange moyen d'éviter et de clore la discussion des questions les plus graves, et dont l'éclaircissement est de la plus haute importance pour la paix, le repos et l'avenir de la Plata.

Si la matière que le soussigné a soumise à la discussion, si la face sous laquelle il a envisagé la question est nouvelle, si les ordres donnés à M. Guido ne la comprennent pas; comment repousse-t-il une solution à laquelle cette discussion aurait pu du moins préparer les voies, en vertu d'ordres qui ne l'avaient, ni ne pouvaient l'avoir en vue?

La légation argentine voudrait-elle se conserver fidèle, jusqu'à son départ, au système qu'elle a invariablement suivi d'exiger toujours sans jamais faire la moindre concession, de ne jamais accepter que ce qu'elle avait exigé dès l'abord et ceci sous la forme et de la manière exigées?

Cependant le terrain sur lequel le soussigné a appelé la discussion, n'est pas nouveau: il a été souvent parcouru. Aucune des questions qu'il soulève n'est nouvelle.

La légation argentine a pris pour système de chercher à résoudre chacune des questions pendantes entre le Brésil et le gouvernement argentin, même secondaires, séparément et toujours dans la forme et de la manière déterminées par elle. Elle a cherché à les résoudre sans remonter à leur origine et à leurs causes, sans vouloir s'occuper de ces causes même, pour les détruire ou les modifier, dans le but d'établir des garanties de paix et de repos pour l'avenir.

O governo imperial, pelo contrario, desejando liquidar por uma vez todas essas questões, evitar o seu reaparecimento, tornar efectiva a convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, e a independencia da Republica Oriental do Uruguay, que ella estabeleceu, tem entendido e entende, e o abaixo assignado muitas vezes o fez ver ao Sr. Guido, que convinha considerar o assumpto em grande. pôr de parte questões velhas e já esgotadas, e que nenhuma influencia poderiam exercer para o futuro, se francamente examinadas as suas causas, e as difficuldades da posição actual, fossem ellas removidas por um accordo franco, sincero e leal, que contivesse todas as condições necessarias para firmar de uma vez a tranquillidade no Rio da Prata, e portanto na provincia do Rio Grande do Sul.

A legação argentina nunca se prestou a isso. Exigiu sempre que cada uma das muitas queixas que o governo argentino tem levantado contra o Brasil fosse separadamente resolvida pela unica maneira que o governo argentino formulava.

E não contente com isso tem tomado a si as questões do Brasil com o general Oribe.

Das informações que o abaixo assignado exigiu e recebeu do presidente da provincia do Rio Grande do Sul se mostra:

Que na fronteira do Chubuy e S. Miguel existem 36 estancias possuidas por brasileiros, com 342 leguas quadradas, segundo as informações.

Destas estancias 33, com 297 leguas quadradas, 421.000 cabeças de gado vacum, 16.950 cavallos, e 49 escravos, estão embargadas por ordem do general Oribe.

Que na fronteira do Quaraim existem 161 estancias possuidas por brasileiros, com 381 leguas quadradas.

Destas estancias, 33, com 141 leguas quadradas, e 136.000 cabeças de gado vacum, estão embargadas por ordem do general Oribe, e 39, com 84.000 cabeças de gado vacum, abandonadas por seus donos, fugidos em consequencia de perseguições.

Que ao Sul do Arapely existem 77 estancias possuidas por brasileiros, com 227 leguas quadradas.

Destas estancias, 6, com 44 leguas e 37.000 cabeças de gado vacum, estão embargadas por ordem do general Oribe, e 40, com 111 leguas, e 136.000 cabeças de gado vacum, abandonadas.

Nas fronteiras do Jaguarão e Bagé, estão embargadas 9 estancias e abandonadas 8. As informações não contem o numero do gado.

Em 1843 prohibio o general Oribe todo o trabalho do campo, e obrigou todos os homens da campanha oriental a reunirem-se ao exercito do seu mando, ou a retirarem-se para as povoações guardadas por suas tropas; e quando em 1847 Lamas e outros officiaes

Le gouvernement impérial au contraire, en désirant liquider entièrement toutes ces questions, éviter leur reproduction et rendre effective la convention préliminaire de paix du 27 Août 1828, aussi bien que l'indépendance de la république orientale de l'Uruguay établie par cette convention, a toujours compris et comprend (et le sousigné l'a souvent fait voir à M. Guido), qu'il convenait de considérer le sujet en grand et de laisser de côté des questions anciennes, déjà épuisées, et qui ne pouvaient que rester sans influence à l'avenir, si les causes qui les ont produites examinées franchement, ainsi que les difficultés de la situation, trouvaient leur terme dans un accord franc, sincère et loyal, qui renfermât toutes les conditions nécessaires pour affermir d'une fois la tranquillité dans la Plata et par conséquent dans la province de Rio Grande.

La légation argentine ne s'est jamais prêtée à ce désir. Elle a toujours exigé que chacun des nombreux griefs qu'elle a soulevés contre le Brésil, fût résolu séparément et de la manière uniquement que le gouvernement argentin le formulait.

Et n'étant pas content encore de cet état de choses, elle a pris aussi à son compte les questions du Brésil avec le général Oribe.

D'après les informations que le sousigné a exigées et reçues du président de la province de Rio Grande, l'on voit:

Que sur la frontière de Chubuy et S. Miguel il existent 36 fermes possédées par des brésiliens, comprenant 342 lieues carrées, selon les informations obtenues.

De ces fermes 33, avec 297 lieues carrées, 421 mille têtes de bétail, 16.950 chevaux et 49 esclaves, se trouvent sous le séquestre par ordre du général Oribe.

Sur la frontière du Quaraim il existent 161 fermes possédées par des brésiliens, comprenant 381 lieues carrées.

De ces fermes, 33 avec 141 lieues carrées et 136.000 têtes de bétail, sont sous le séquestre par ordre du général Oribe et 39 avec 84.000 têtes de bétail ont été abandonnées par leurs propriétaires, poussés à la fuite par la persécution.

Au Sud de l'Arapely existent 77 fermes possédées par des brésiliens, ayant 227 lieues carrées.

De ces fermes 6 avec 44 lieues et 37.000 têtes de bétail sont sous le séquestre par ordre du général Oribe, et 40 avec 111 lieues, et 136.000 têtes de bétail, sont abandonnées.

A la frontière de Jaguarão et Bagé, 9 fermes sont sous le séquestre, et 8 abandonnées. Les informations ne donnant pas la quantité de bétail.

En 1843, le général Oribe a défendu tout travail de la terre, et a forcé tous les habitants de la campagne orientale, à s'incorporer dans l'armée sous ses ordres, ou à se retirer dans les villages garnis par ses troupes; et quand, en 1847, Lamas et d'autres

chamarão os brasileiros para que de novo fossem povoar as suas estancias, acharão-nas completamente destruidas, e os seus gados alçados como estão hoje.

Em summa, o general Oribe invadió o seu paiz com um exercito argentino de mais de 12 mil homens, e ha 7 annos esse exercito se sustenta com gados das estancias brasileiras, com cujos cavallos se remonta, cujos gados come, vendendo os couros, sem indemnisação alguma, sendo estas violencias acompanhadas da exigencia de enormissimos tributos.

Grande quantidade de brasileiros assim espoliados achão-se refugiados na provincia do Rio Grande do Sul, reduzidos á desesperação e á miseria.

Dahi provierão as incursões do barão de Jacuhy.

Pela ultima, e pela ultima sómente, pedirão o governo argentino e o general Oribe satisfação solemne, isto é, exigirão que o governo imperial, que, por considerações que não tem sido apreciadas, não tem coberto com a sua protecção aquelles brasileiros, os perseguisse e lançasse nas prisões, perseguindo em casa aquelles que nella tinham vindo buscar refugio contra a perseguição estrangeira, e isto sem ao menos ter obtido, em compensação, algum lenitivo aos seus males.

O governo imperial não approvou o procedimento do barão de Jacuhy, e dos brasileiros que o acompanháram, a quem não competia reaver por suas mãos as propriedades de que haviam sido esbulhados. Expedio ordens para que fossem dispersos e desarmados. Mas nenhuma consideração ha que o leve a fazer uma monteria contra homens, que tantos esbulhos e violencias tem soffrido, principalmente quando os autores desses esbulhos e violencias nunca se quizerão prestar a um arranjo que os faça desaparecer para o futuro. E por isso dizia o abaixo assignado ao Sr. Guido, em sua nota de 8 de Março do corrente anno:

« Procedimentos semelhantes ao do barão de Jacuhy sómente podem ser evitados por medidas tomadas simultaneamente pelo Sr. general Oribe e pelo governo imperial.

« Pelo Sr. general Oribe, attendendo as reclamações que tem sido feitas, e fazendo cessar os vexames e violencias que tem soffrido os brasileiros na Banda Oriental, ou pelo menos permitindo que se retirem com seus gados, dispondo de outras propriedades. Destruida assim a causa, cessarão os effeitos. »

A estas tão justas, tão moderadas, e tão razoaveis proposições, respondeu o general Oribe, em 12 de Junho proximo passado, ao encarregado de negocios do Brasil em Montevideo, que nenhuma observação tomaria em consideração sobre este assumpto, em-

officiers rappelèrent les brésiliens en leur permettant de retourner a leurs fermes, ceux-ci les trouvèrent complètement ruinées, et leurs bestiaux enlevés, comme on les leur enlève encore.

En somme le général Oribe a envahi son pays avec une armée argentine de plus de 12 mille hommes; et il y a 7 ans que cette armée subsiste aux dépens des fermes brésiliennes, dont les chevaux servent à la remonte, le bétail est consommé, et les cuirs se vendent, le tout sans indemnisation et sous le coup d'énormes impôts.

Un grand nombre de brésiliens ainsi dépouillés se trouvent réfugiés dans la province de Rio Grande, réduits au désespoir et à la misère.

De là sont provenues les incursions du baron de Jacuhy.

Pour la dernière, et la dernière seule de ces incursions, le gouvernement argentin et le général Oribe ont demandé une satisfaction solennelle, c'est-à-dire, ont exigé que le gouvernement impérial, qui par des considérations qu'on n'a pas appréciées, n'a pas couvert ces brésiliens de sa protection, les molestât encore, et les incarcérât, persécutant chez lui, dans leur pays ceux qui étaient venus y chercher un asile contre la persécution étrangère, et cela sans même avoir obtenu la moindre compensation, le moindre adoucissement à leurs maux.

Le gouvernement impérial n'a pas approuvé la conduite du baron de Jacuhy, ni des brésiliens, qui l'ont accompagné, auxquels il n'appartenait pas de reprendre par leurs propres mains les propriétés dont ils avaient été dépouillés. Il a expédié les ordres convenables pour qu'ils fussent dispersés et désarmés. Mais il n'existe aujourd'hui aucune considération non plus qui le portât à sévir contre des hommes qui ont déjà été victimes de tant de violences et d'avaries, surtout quand ceux qui en ont été les auteurs se sont toujours refusés à tout arrangement propre à en prévenir le retour à l'avenir: aussi le soussigné disait-il à M. Guido dans sa note du 8 Mars de cette année:

« Des actes semblables à ceux du baron de Jacuhy peuvent seulement être évités moyennant de mesures prises simultanément par le général Oribe et le gouvernement impérial.

« Notamment par le général Oribe en accédant aux réclamations qui lui ont été adressées, et en faisant cesser les vexations et les violences qu'ont souffert les brésiliens dans la Banda Oriental, ou, du moins, en leur permettant d'en sortir avec leurs bestiaux, et de disposer comme ils l'entendront de leurs propriétés. La cause ainsi détruite, les effets cesseront. »

A des propositions si justes, si modérées et si raisonnables, le général Oribe a répondu, le 12 Juin passé, au chargé d'affaires du Brésil à Montevideo, qu'il ne prendrait en considération aucune observation sur ce sujet, tant que lui et Monsieur le gou-

quanto elle e o Sr. governador de Buenos-Ayres não obtivessem as satisfações que haviam exigido. A' sua nota replicou o dito encarregado de negocios com outra, de cuja resposta não tem ainda o abaixo assignado conhecimento, se é que já foi dada.

No entretanto tinha-se o governo argentino mettido de permeio, e tomado a si a questão. Não era elle que tinha dado as ordens que são origem de tantas complicações e vexames, não era elle a quem (porque reconhece o general Oribe como presidente da republica do Uruguay) competia revogar ou modificar aquellas ordens, e comtudo é elle quem se apresenta em frente do Brasil a exigir satisfações, sem querer, e mesmo sem poder (visto reconhecer o general Oribe como presidente da Republica Oriental) fazer concessão alguma, e entrar em um accordo justo e razoavel. E apresenta-se fundando-se em um direito de alliança.

O governo imperial quer discutir esse titulo, avaliar o alcance que elle pôde ter para o futuro sobre a independencia da Banda Oriental; demonstra que, ao menos pelo que é conhecido, não é o governo argentino competente para intervir e tomar a si esta questão; e o Sr. Guido responde pedindo os seus passaportes, porque este terreno é novo, alheio da natureza especial do seu pedido, e estranho ás ordens expressas que lhe forão dadas!! O abaixo assignado conclue dahi que o Sr. Guido teve ordem para impôr, e não admittir discussão.

O Sr. Guido, referindo-se á sua nota de 13 de Fevereiro proximo passado, declara que recebeu documentos e não ordens do general Oribe. Pede nessa nota uma reparação solemne. Declara agora que o fez em virtude de ordens do seu governo.

Mas o Sr. Guido não adverte que, attenta a data daquelles documentos, e sendo a sua nota de 13 de Fevereiro, não é possível que os factos de que tratão os ditos documentos chegassem ao conhecimento do governo de Buenos-Ayres a tempo de poder dar ordens para a sua legação exigir por elles, aqui, em 13 de Fevereiro, uma reparação solemne? A confrontação das datas e as distancias da fronteira do Quaraim ao Cerrito, do Cerrito a Buenos-Ayres, de Buenos-Ayres ao Rio de Janeiro, destroem a asserção do Sr. Guido.

Dirá o Sr. Guido que escreveu a sua nota de 13 de Fevereiro em virtude de ordens geraes anteriores do seu governo. Isto prova ainda mais a confusão e consolidação da autoridade do general Oribe e do Sr. governador de Buenos-Ayres, de que o abaixo assignado fallou em sua nota de 4 do corrente; e em todo o caso fica liquido, que a reparação solemne de que trata a nota de 13 de Fevereiro não foi, ao principio, pedida por ordem especial do governo de Buenos-Ayres, baseada sobre o conhecimento dos factos em que ella se funda.

verneur de Buenos-Ayres n'auriaient pas obtenu les satisfactions qu'ils avaient exigé. Cette note en motiva une autre de la part du chargé d'affaires à laquelle il n'a pas encore été fait de réponse, à la connaissance au moins du sous-signé.

Sur ces entrefaites, le gouvernement argentin s'était interposé et avait appelé la question à lui. Ce n'était pas lui qui avait donné les ordres d'où proviennent tant de complications et de luttes; ce n'était pas à lui (puisque'il reconnaît le général Oribe comme président de la République de l'Uruguay) qu'il appartenait de révoquer ou de modifier ces ordres; et néanmoins c'est lui qui se pose en face du Brésil, exigeant des satisfactions, sans vouloir, ni même pouvoir (puisque'il reconnaît le général Oribe comme président de la République Orientale) faire aucune concession et entrer dans aucun accord juste et raisonnable. Et il se pose ainsi en s'appuyant sur un droit d'alliance.

Le gouvernement impérial veut discuter ce titre, apprécier sa portée d'avenir sur l'indépendance de la Bande Orientale: il établit qu'au moins d'après ce qui est connu, le gouvernement argentin n'est pas compétent pour intervenir et se saisir de la question; et M. Guido répond en demandant ses passeports, parce que ce terrain est nouveau, étranger à la nature spéciale de sa demande, et aux ordres précis qui lui ont été donnés!! Le sous-signé infère de tout cela que M. Guido a eu des ordres pour imposer, sans admettre la discussion.

M. Guido en se référant à sa note du 13 Février dernier, déclare qu'il a reçu des documents et non pas des ordres du général Oribe. Il demande dans cette note une réparation solennelle. Aujourd'hui il déclare qu'il le fait en vertu d'ordres de son gouvernement.

Mais M. Guido ne remarque pas, que vu la date de ces documents, et sa note du 13 Février, il n'est pas possible que les faits, auxquels ont rapport les susdits documents, soient arrivés à la connaissance du gouvernement de Buenos-Ayres assez à temps pour qu'il pût donner l'ordre à la légation d'exiger ici, le 13 Février, une réparation solennelle? La confrontation des dates et les distances de la frontière du Quaraim au Cerrito, du Cerrito à Buenos-Ayres, et de Buenos-Ayres à Rio de Janeiro, détruisent l'assertion de Monsieur Guido.

Mais M. Guido dira qu'il a écrit sa note du 13 Février en vertu d'ordres généraux qu'il aurait antérieurement reçu de son gouvernement. Cela prouve encore l'état de fusion et d'identification de l'autorité du général Oribe et de celle de M. le gouverneur de Buenos-Ayres, dont le sous-signé a parlé dans sa note du 4 courant; et, en tout cas, il est clair que la réparation solennelle réclamée par la note du 13 Février, n'a pas été au commencement demandée par ordre spécial du gouvernement de Buenos-Ayres résultant de la connaissance des faits sur lesquels elle se fonde.

O abaixo assignado não repetirá o que disse na sua nota anterior relativamente á allegada alliança entre o general Oribe e o Sr. governador de Buenos-Ayres. As noções que della dá o Sr. Guido não a tirão do embrião em que a tem apresentado, e do qual tanto conviera que soubesse. E é por isso que quanto mais quer o Sr. Guido explicar essa alliança, mais se enreda.

Diz agora que é uma alliança occasional, inevitavel, necessaria e circumscripta unica e exclusivamente á guerra das republicas do Prata contra um inimigo commun.

É o Brasil inimigo commun? Nunca foi havido e declarado tal. Se não é inimigo commun, se a alliança procede contra o inimigo commun, se o Brasil tem sido neutro nas questões do Rio da Prata, como se quer applicar a uma das muitas emergencias que tem sido frequentes nas fronteiras, que não tem caracter politico, que o governo imperial fez cessar, direitos que pôde dar uma alliança feita contra um inimigo commun?

« Os governos do Rio da Prata, acrescenta o Sr. Guido, isto é, o general Oribe e o governo argentino, marchão em orbita distincta, sem outro ponto de contacto senão aquelle em que a união é necessaria para triumphar do inimigo commun... »

« A autoridade de ambos os governos esta perfectamente deslindada entre si. »

Sendo assim, como pôde o governo argentino levar a mal que o Brasil, que não era inimigo commun, procurasse entender-se só com a autoridade do general Oribe, distincta e deslindada da do governo argentino, como diz o Sr. Guido, sobre uma questão que é evidentemente alheia á guerra existente entre o governo argentino, o general Oribe e o governo de Montevideo, questão que desapareceria para não reaparecer mais, mediante alguma boa vontade e justas providencias da parte do general Oribe, a que corresponderião outras da parte do governo imperial?

O abaixo assignado disse em sua nota de 8 de Março proximo passado, referindo-se aos factos praticados pelo barão de Jacuhy: « O governo imperial... espera que não se reproduzirão factos semelhantes, principalmente se, como é de esperar, o Sr. general Oribe e o governo argentino, pelo seu lado, contribuirem para que desapareçam as antigas e primordiales causas de semelhantes acontecimentos. »

Observa o Sr. Guido que por esta maneira o abaixo assignado reconhece a influencia do governo argentino para estabelecer na Banda Oriental a ordem de cousas pretendida pelo Brasil. E quem ha ali que possa duvidar disso?

Mas reconhecer que o Sr. governador de Buenos-

Le soussigné ne répétera pas ce qu'il a dit dans sa note précédente relativement à l'alliance alléguée entre le général Oribe et M. le gouverneur de Buenos Ayres. Les notions que M. Guido en donne, ne la tirent pas du vague dans lequel il l'a présentée d'abord et d'où il aurait tellement convenu de la faire sortir. Et c'est pour cette raison que plus M. Guido veut expliquer cette alliance, plus il en obscurcit la portée.

Il dit à présent que c'est une alliance occasionnelle, inévitable, nécessaire et limitée seulement et exclusivement à la guerre des républiques de la Plata contre un ennemi commun.

Faut-il entendre par ennemi commun le Brésil? Il n'a jamais été censé ni déclaré tel. Or s'il n'est pas l'ennemi commun, si l'alliance agit contre l'ennemi commun, si le Brésil a été neutre dans les questions de la Plata; comment veut-on appliquer à une de ces éventualités si fréquentes sur la frontière, qui n'a aucun caractère politique et que le gouvernement impérial a fait cesser, des droits que peut conférer une alliance conclue contre un ennemi commun?

« Les gouvernements du Rio de la Plata, ajoute M. Guido, c'est à dire, le général Oribe et le gouvernement argentin, marchent dans une orbite opposée, sans autre point de contact que celui où l'union est nécessaire pour triompher de l'ennemi commun... »

« L'autorité des deux gouvernements est parfaitement distincte. »

Cela étant, comment le gouvernement argentin a-t-il pu trouver mauvais que le Brésil, qui n'était pas l'ennemi commun, cherchât à s'entendre seul avec le général Oribe, dont le pouvoir est différent et distinct de celui du gouvernement argentin, comme dit M. Guido, sur une question qui est évidemment étrangère à la guerre existante entre le gouvernement argentin, le général Oribe et le gouvernement de Montevideo; question qui disparaîtrait pour ne plus jamais se reproduire, au moyen de quelque acte de bon vouloir et de quelques mesures équitables de la part du général Oribe, auxquelles le gouvernement impérial ne manquait pas de prêter son concours par d'autres mesures analogues?

Le soussigné a dit dans sa note du 8 Mars dernier relativement aux actes pratiqués par le baron de Jacuhy:—« le gouvernement impérial... compte que des faits semblables ne se reproduiront pas, surtout si, comme on doit l'espérer, M. le général Oribe et le gouvernement argentin s'emploient de leur côté à faire disparaître les causes anciennes et primordiales de pareils événements. »

M. Guido fait observer, que de cette manière le soussigné reconnaît l'influence du gouvernement argentin pour établir dans la Banda Oriental l'ordre des choses réclamé par le Brésil. E qui en a jamais douté?

Mais en reconnaissant que M. le gouverneur de

Ayres tem uma extraordinaria influencia sobre o general Oribe, a quem deu um exercito argentino para invadir a republica do Uruguay, que ninguem mais do que elle poderia dispôr-lo favoravelmente a um arranjo com o Brasil, será por ventura reconhecer os effeitos politicos da alliança que se invoca, e o direito do governo argentino para tomar a si a questão de que se trata?

Entende o Sr. Guido ter explicado a alliança em questão com generalidades que deixão toda a incerteza no futuro. Essa alliança é uma união necessaria para triumphar do inimigo commun. Mas conseguido esse triumpho qual é a sorte da Republica Oriental do Uruguay? Como e quem ha de governa-la? Como e debaixo de que influencias hão de ser feitas as suas eleições? Não importa isso muito á independencia desse Estado e á tranquillidade de seus vizinhos? A convenção de 27 de Agosto de 1828 não o reconheceu? Pois o governo argentino e o general Oribe discutem esses pontos com um governo europeu, o da França, a quem negão, como se vê das notas do Sr. Guido ao abaixo assignado de 30 de Abril e 2 de Agosto proximos passados, o direito de zelar e manter a independencia da Republica Oriental, e não as quer esclarecer e delucidar com um governo americano, vizinho, e com o qual assignou a convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, pela qual ambos se obrigãõ a manter aquella independencia!

É possível que nessa alliança entre o governo argentino e o general Oribe não fossem attendidos e consultados esses pontos? Não é de crer: é uma imprevidencia impossivel; e se o forão, porque não se explica essa importantissima parte da alliança? Recusar-se-ha ao Brasil o direito de a saber?

Mas o Sr. Guido cerrou essa discussão com o pedido de seu passaporte.

Insi-te o Sr. Guido em que o governo imperial dissen-tio desde 1843 com a legação argentina assumptos relativos ao general Oribe. Emquanto foi simplesmente considerado como general argentino, não podia ser de outro modo. E a condescendencia que algumas vezes teve o governo imperial (nutrindo ainda esperanças de poder arranjar honrosamente as suas questões com o governo argentino e o general Oribe) de receber alguns documentos, como, por exemplo, o sumario de que o Sr. Guido falla, para inteirar-se delles, ou mandar proceder a averiguações, pôde infirmar as declarações positivas e solennes a que allude o abaixo assignado em sua nota de 4 do corrente, e autorisar exigencias internacionaes, da natureza da que fez ultimamente o Sr. Guido?

O exemplo da ilha de Cuba que cita o Sr. Guido não tem a menor applicação. Os casos são diversos, e as

Buenos Ayres a une influence extraordinaire sur le général Oribe, à qui il a donné une armée argentine pour envahir la République de l'Uruguay, et que personne n'est plus à même de le disposer favorablement à un arrangement avec le Brésil, reconnaîtrait-on forcément aussi, et par cela seul, les effets politiques de l'alliance invoquée et le droit du gouvernement argentin à prendre et traiter comme sienne la question pendante?

M. Guido pense avoir expliqué l'alliance dont il s'agit au moyen de généralités, qui au fond n'y éclairent rien pour l'avenir. Cette alliance est un accord nécessaire pour triompher de l'ennemi commun. Mais ce but atteint, quel devient le sort de la République Orientale de l'Uruguay? Qui la gouvernera et comment? Sous quelles influences et de quelle manière seront faites les élections? Tout cela n'est-il pas de haute importance pour l'indépendance de cet Etat et la tranquillité de ses voisins? La convention du 27 Août 1828 ne l'a-t-elle pas reconnue? Le gouvernement argentin et le général Oribe discutent ces intérêts avec un gouvernement européen, celui de la France, auquel ils refusent, comme on le voit par les notes de M. Guido au soussigné des 30 Avril et 2 Août passés, le droit de patroniser et de défendre l'indépendance de la République Orientale; et le gouvernement argentin ne veut pas éclaircir et discuter la matière avec un gouvernement américain, limitrophe, et co-signataire de la convention préliminaire de paix du 27 Août 1828, qui les oblige tous deux à maintenir cette indépendance!

Se peut-il que dans cette alliance entre le gouvernement argentin et le général Oribe ces points n'aient pas été mentionnés et discutés?

On ne le peut pas présumer; il y aurait là une imprévoyance impossible; et si ces mêmes points ont été pris en considération et discutés, pourquoi ne pas expliquer une partie si importante de l'alliance? Refusera-t-on au Brésil le droit de la connaître?

Mais M. Guido a clos la discussion par la demande de ses passeports.

M. Guido insi-te sur ce fait: que le gouvernement impérial a traité depuis 1843 avec la légation argentine d'intérêts relatifs au général Oribe. Tant que celui-ci a été considéré simplement comme général argentin, il n'en pouvait pas être autrement. Et la condescendance que le gouvernement impérial (encore sous l'espérance de pouvoir arranger honorablement ses difficultés avec le gouvernement argentin et le général Oribe) a pu mettre quelquefois à recevoir diverses pièces, par exemple le sommaire dont parle M. Guido, pour en prendre connaissance ou en faire la base d'enquêtes, peut-elle infirmar les déclarations positives et solennelles dont le soussigné fait mention dans sa note du 4 courant, et autoriser les exigences internationales que M. Guido a dernièrement présentées?

L'exemple de l'île de Cuba que M. Guido cite, n'a pas ici la moindre application. Les cas sont autres,

relações em que a tal respeito estão os Estados-Unidos com a Hespanha são diversíssimas das que se dão entre o Brasil, a Confederação Argentina e o general Oribe. A expedição de Lopes tinha fim mui diverso do que teve a do barão de Jacuhy.

O governo imperial não perguntou em 1842 pela aliança, porque se ella então existia era mental, ou tão secreta, que não tinha sido aventada.

O general Oribe invadiu o territorio oriental como general argentino; e por certo que as notas do Sr. Guido daquella época não dão a entender outra causa.

O abaixo assignado sabe perfeitamente, e não era preciso que o Sr. Guido lho dissesse, que a Confederação Argentina não apprehendeu a guerra contra a individualidade de Fructuoso Rivera, mas sim contra o circulo e tendencias que representava.

Tudo isto porém está hoje desfeito; os sete annos decorridos de então até hoje; as calamidades e desgraças que por esse tempo tem pesado sobre a Banda Oriental, e especialmente sobre a praça de Montevideo, tem mudado tudo. As circumstancias de hoje não são as de 1842; as influencias são diversas, e parece que era tempo de, por meio de concessões justas, restaurar na Banda Oriental a paz, a liberdade e a tolerancia.

O governo imperial nunca teve receio de que as potencias interventoras prejudicassem, em seu proveito, a independencia da Banda Oriental. Os factos tem justificado essa sua previsão.

Na Republica Oriental somente existem em armas, inimigos do general Oribe, os que estão encerrados na praça de Montevideo. Como pretende portanto o Sr. Guido considerar a fronteira do Quaraim como theatro da guerra? Tem as forças argentinas de manobrar ali contra o inimigo encerrado na praça? Os destacamentos estabelecidos na fronteira ali estão para a sua policia, não fazem parte do exercito sitiador, não o desfaleirão para rebater o barão de Jacuhy. E se forão mandadas em reforço tropas de observação para a linha, forão-o depois de dispersas as forças do barão de Jacuhy; e sem necessidade, porque as forças imperiaes já estavam na fronteira para embaraçar novas aggressões.

A prociamação do barão de Jacuhy, em que tanto insiste o Sr. Guido, nunca chegou officialmente (ou authenticamente) ao conhecimento do governo imperial. Não seria facto de uma autoridade, porque o barão de Jacuhy não o é, nem official do exercito, sendo apenas honorario, e o que nella se diz não pôde ter a importancia que o Sr. Guido lhe quer dar. O que lhe poderia dar importancia e força, seria unicamente as violencias e vexames praticados contra os Brasileiros estabelecidos além do Quaraim, que

et les relations qui existent à cet égard entre les Etats Unis et l'Espagne sont très différentes de celles qui existent entre le Brésil, la Confédération Argentine et le général Oribe. L'expédition de Lopes avait un but très différent de celui du baron de Jacuhy.

Le gouvernement impérial ne s'est pas enquis, en 1842, de l'alliance, parce qu'alors elle n'était en tous cas que mentale, ou tenue au moins si secrète que rien n'en transpirait.

Le général Oribe a envahi le territoire Oriental comme général argentin; et il est certain que les notes de cette époque de M. Guido ne présentent pas le fait sous un autre jour.

Le soussigné sait parfaitement, et il n'était pas nécessaire que M. Guido le lui dit, que le gouvernement argentin n'a pas entrepris la guerre contre l'individualité de Fructuoso Rivera, mais contre l'ensemble et les tendances qu'il représentait.

Or, rien de cela n'existe plus maintenant; les sept années qui se sont écoulées, les calamités, et les désastres qui pendant ce temps ont pesé sur la Bande Orientale et principalement sur la place de Montevideo, ont tout changé. Les circonstances d'aujourd'hui ne sont plus celles de 1842; les influences sont différentes; et il semble qu'il serait temps de rétablir dans l'Etat Oriental, par de justes concessions, la paix, la liberté, et la tolérance.

Le gouvernement impérial n'a jamais craint que les puissances intervenantes portassent atteinte, dans leur intérêt, à l'indépendance de la Bande Orientale. Les faits ont justifié sa prévision.

La République Orientale n'a aujourd'hui en armes, aux prises avec le général Oribe, que ceux qui sont enfermés dans la place de Montevideo. Comment donc M. Guido prétend-il considérer la frontière du Quaraim comme théâtre de la guerre? Les forces argentines ont-elles à manoeuvrer sur ce point contre l'ennemi enfermé dans la place? Les détachements établis sur la frontière y sont pour en faire la police, ne font pas partie de l'armée assiégeante, ne l'ont pas conséquemment affaiblie pour repousser le baron de Jacuhy. Et si on a fait marcher vers la ligne, comme renfort, des troupes d'observation, l'envoi n'a eu lieu qu'après la dispersion des forces du baron de Jacuhy, et sans nécessité, puisque les forces impériales garnissaient déjà la frontière pour empêcher de nouvelles aggressions.

La proclamation du baron de Jacuhy, sur laquelle insiste tant M. Guido, n'est jamais parvenue officiellement (ou authentiquement) à la connaissance du gouvernement impérial. On ne saurait en aucun cas qualifier cette pièce d'acte émanant d'une autorité, parce que le baron de Jacuhy n'en est pas une; il n'est même pas officier dans l'armée, à peine revêtu d'un grade honorifique; et ce que dit cette proclamation ne saurait jamais avoir l'importance que M. Guido veut lui attribuer. Ce qui pourrait uniquement lui donner

tem levantado um brado geral de indignação na provincia de S. Pedro do Sul. As palavras daquella proclamação não podem dar á incursão do barão de Jacuhy e dos que o acompanhárão outra cõr, caracter e fim, do que aquelle que na realidade teve — rehavér os seus gados de que tinham sido esbulhados. — Não ha portanto entre essa incursão e as precedentes outra differença senão aquella que o abaixo assignado deixou apontada em sua nota de 4 do corrente.

As expressões do presidente da provincia de S. Pedro do Sul, e do encarregado de negocios do Brasil em Montevideo, a que allude o Sr. Guido, não estão em contradicção com o procedimento do governo imperial, nem este com ellas. O governo imperial nunca considerou como meritorios os actos do barão de Jacuhy. O que elle entende é que, nunca tendo podido conseguir que as suas reclamações fossem attendidas, e declarando o general Oribe que não as toma em consideração, não podendo por isso melhorar a sorte dos subditos do Imperio que tem propriedades além do Quaraim, não deve servir sómente para aggravar seus males.

O abaixo assignado não terminará sem repellir a accusação de deslealdade que se contém no final da nota do Sr. Guido. Não é da parte do governo imperial que ella está. Elle explicou sempre com franqueza, e com uma longanimidade sem exemplo todos os seus actos; mostrou-se sempre disposto a fazer concessões justas e razoaveis, uma vez que fossem justamente compensadas; mostrou-se sempre disposto a um arranjo que definitivamente cortasse todas as desagradaveis questões que lhe tem suscitado o governo argentino, e puzesse um termo á guerra que tem devastado o Rio da Prata, e que ha de continuar a devasta-lo se não forem ouvidos os conselhos da moderação, da justiça e da tolerancia, e se não prevalecer o esquecimento do passado; reclamou muitas vezes contra as clamoresas e innumerables violencias de que tem sido victimas subditos brasileiros, e que, se tivessem sido reparadas a tempo, não terião produzido os ultimos acontecimentos.

A deslealdade está da parte de quem, accumulando sempre queixas sobre queixas, por infundados agravos, nunca quiz admitir explicações francas e claras; está da parte de quem nunca fez concessão alguma, e nunca quiz ligar-se por um accordo que, dando uma solução ás questões do Rio da Prata, assegurasse a paz, a tranquillidade dessas paragens e a independencia das nacionalidades que as occupão.

O governo imperial, pelo contrario, tem sido, e é tão leal, que nunca duvidará substituir discussões interminaveis e estereis por convenções solemnes que

de la valeur et de la force, ce serait l'énumération des violences et des vexations exercées contre les brésiliens établis au delà du Quaraim, qui ont fait pousser un cri général d'indignation dans la province de S. Pedro. Les termes de cette proclamation ne peuvent pas donner à l'incursion du baron de Jacuhy et de ceux qui l'ont accompagné, une autre couleur, une autre tendance et une autre fin que celles qu'elle a eues en réalité, c'est-à-dire, reprendre les bestiaux qui leur avaient été enlevés. Il n'y a donc entre cette incursion et les précédentes aucune autre difference, que celle que le soussigné a fait remarquer dans la note du 4 courant.

Les paroles du président de la province de Rio Grande, et du chargé d'affaires du Brésil à Montevideo, que M. Guido cite, ne sont pas en contradiction avec le procédé du gouvernement impérial, ni celui-ci avec les paroles citées. Le gouvernement impérial n'a jamais considéré comme méritoires les actes du baron de Jacuhy. Ce qu'il entend, c'est que, n'ayant jamais pu obtenir que ses réclamations fussent satisfaites, et le général Oribe ayant déclaré qu'il ne les prenait pas en considération, ne pouvant plus conséquemment améliorer le sort des sujets de l'Empire qui ont des propriétés au delà du Quaraim, il ne doit pas non plus servir uniquement à aggraver leurs maux.

Le soussigné ne terminera pas sans repousser l'accusation de déloyauté que contient la fin de la note de M. Guido. Ce n'est pas de la part du gouvernement impérial que la déloyauté peut se trouver. Il a toujours expliqué avec franchise et avec une longanimité sans exemple, tous ses actes; il s'est montré toujours disposé à faire des concessions justes et raisonnables dans le cas de compensations équitables aussi: il s'est montré toujours disposé à un arrangement qui tranchât définitivement toutes les questions désagréables que le gouvernement argentin a soulevées contre lui et mit un terme à la guerre qui a dévasté la Plata et qui continuera à la dévaster, si les conseils de la modération, de la justice, et de la tolérance ne sont pas écoutés et si l'oubli du passé ne vient pas à prévaloir. Il a souvent réclamé contre les criantes et innombrables violences dont les sujets brésiliens ont été victimes et qui, si justice eût été obtenue en temps voulu, n'eussent point produit les derniers événements.

La déloyauté est du côté de qui, accumulant sans cesse plaintes sur plaintes pour des griefs sans fondement, n'a jamais voulu admettre des explications franches et claires; elle est du côté de qui n'a jamais fait aucune concession et n'a jamais voulu se lier par un accord propre à assurer, avec la solution des questions de la Plata, la paix, le repos de ces contrées et l'indépendance des nationalités qui les occupent.

Le gouvernement impérial au contraire a été et est si loyal, qu'il n'aura jamais le moindre doute à clore des discussions interminables et stériles par des con-

as evitem para o futuro, e que, regulando por uma maneira positiva e clara, todos os pontos que tem sido, e infelizmente ainda hão de ser causas de discordia entre as nacionalidades que occupão o sul da America Meridional, contribua para firmar solidamente a sua independencia, e com ella a paz, a liberdade e a ordem.

O abaixo assignado reitera ao Sr. Guido as expressões de sua perfeita estima e distincta consideração. — *Paulino José Soares de Souza.*

DOCUMENTOS E MAPAS REFERIDOS NA PRECEDENTE NOTA DO GOVERNO IMPERIAL A LEGAÇÃO ARGENTINA.

O presidente da provincia do Rio Grande ao Sr. ministro dos Negocios Estrangeiros do Imperio.

N.º 36. — Illm. e Exm. Sr. — Para que o governo imperial pudesse comprehender em toda a sua extensão a importancia dos prejuizos que os brasileiros estão soffrendo no Estado Oriental, exigi do commando das armas, em 4 de Junho proximo passado, que incumbisse aos diversos commandantes de brigadas que, mediante os mais exactos esclarecimentos, transmittissem uma relação de todas as estancias que os subditos do Imperio possuem no Estado Oriental, com declaração de seus nomes, e as demais que constão do mappa junto. Em cumprimento desta ordem, o commandante da primeira brigada já transmittio a relação que incluo. O lado exterior da fronteira do Chubuy e S. Miguel é aquella em que os brasileiros menos possuem, principalmente em comparação da fronteira do Quaraím até o Arapehy. Entretanto, veja V. Ex. por esse lado a quanto monta a perda de escravos e de gado vaccum e cavalhar, além da perda do valor das terras que se achão sequestradas! Ha pois um capital brasileiro que se eleva a muitos milhares de contos destruidos em grande desfalque da riqueza do Imperio e da protecção devida a seus subditos. É um exemplo sem exemplo, e tanto mais irritante, quanto injusto e violento. Irei levando ás mãos de V. Ex. relações semelhantes, quanto ás demais fronteiras, logo que ellas chegarem a meu poder; e então o governo imperial julgará com inteiro conhecimento de causa da sobrada razão e palpitante justiça com que os Rios-Grandenses clamão pela protecção do seu augusto monarcha.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo em Porto Alegre, 13 de Agosto de 1850. — Illm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros. — *José Antonio Pimenta Bueno.*

ventions solennelles, qui les préviennent à l'avenir et qui réglant d'une manière positive et claire tous les points disputés qui ont été et seront longtemps encore, autrement, des éléments de discordie entre les nationalités de cette partie de l'Amérique méridionale, contribuent à affermir solidement leur indépendance et en même temps la paix, la liberté et l'ordre.

Le soussigné réitère à M. Guido les expressions de sa parfaite estime et de sa considération distinguée. — *Paulino José Soares de Souza.*

DOCUMENTS ET TABLEUX CITÉS DANS LA PRÉCEDENTE NOTE DU GOUVERNEMENT IMPERIAL A LA LÉGATION ARGENTINE.

Le président de la province de Rio Grande à M. le ministre des Affaires Etrangères de l'Empire.

N.º 36. Excellence. — Pour que le gouvernement impérial put avoir une idée complète de l'ensemble des dommages soufferts par les brésiliens dans l'Etat Oriental, j'ai chargé le 4 Juin dernier, par l'intermédiaire du commandant des armes de cette province, les commandants de brigade d'établir sur des renseignements les plus exacts, et de m'envoyer un état de toutes les fermes possédées par des brésiliens dans l'Etat Oriental, avec les noms des propriétaires et autres détails, tels qu'ils se trouvent en effet dans le tableau ci-joint. En conséquence de cet ordre, le commandant de la première brigade a déjà remis l'état que je vous adresse inclus. La frontière extérieure de Chubuy et S. Miguel est le point où les brésiliens possèdent le moins, surtout comparée à la frontière qui s'étend depuis Quaraím jusqu'à Arapehy; et cependant, voyez, Excellence, à combien montent de ce côté les pertes en esclaves, en bêtes à cornes et en chevaux, sans compter la valeur des terres qui se trouvent sous le séquestre. Ainsi a été détruit, avec préjudice immense pour l'Empire et sa richesse, et au mépris de la protection due à ses sujets, un capital brésilien s'élevant à plusieurs milliers de contos de reis: fait inoui et d'autant plus irritant qu'il se complique de toutes sortes d'injustices et de violences. Je continuerai à transmettre à Votre Excellence des renseignements semblables sur les autres frontières, aussitôt que ces renseignements m'arriveront. C'est alors que le gouvernement impérial pourra juger avec quelle surabondance de raison et d'émouvante justice les habitants de Rio Grande réclament, comme ils le font, la protection de leur auguste monarque.

Dieu garde Votre Excellence. Palais du gouvernement à Porto-Alegre le 13 Août 1850. A Son Excellence Mr. Paulino José Soares de Souza, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères. — *José Antonio Pimenta Bueno.*

Commando da 1.ª brigada do exercito e fronteira do Chuhy e S. Miguel.

Relação das estancias que os Brasileiros moradores neste istmo possuem no Estado Oriental, e do prejuizo que tem tido.

NOMES DOS FAZENDEIROS.	INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES	EM PODER DE QUEM ESTÃO AS ESTANCIAS.	ONDE SÃO SITUADAS.	BENS QUE TÊM.			ONDE RESIDEM ACTUALMENTE.	O QUE TÊM PERDIDO.			OBSERVAÇÕES.
				Esquemas.	Gado vacum.	Cavallos.		Esquemas.	Gado vacum.	Cavallos.	
Comm. Domingos Faustino Corrêa.	30	As forças do general Oribe.	Arroio Grande.				Candos.				Foi comprada ha 2 annos a D. Fructuoso Rivera.
Idem.	20	Idem.	Castillos.	6.000	400		Idem.	6.000	400		
Idem.	20	Idem.	Rincón de Samora.	40.000			Sa. Campo Neutral.	52.000		500	Calcula ter ainda oito mil rezes.
Ladislão Faustino Corrêa.	12	Tem seu apoderado.	Cordovez.								
Viuva D. Agueda Dias de Oliveira.	27	As forças do general Oribe.	Castillos.	30.000	500			30.000	500		
Justino Corrêa.	18	Idem.	Mariscala.	20.000	1.000			20.000	1.000		
Jose Marcelino da Silveira.	10	Idem.	Rincón de Samora.	10.000			100	Campo do Sangre-douro.	10.000	100	No numero deste gado vai incluido o de seus filhos. Esta estancia pertence hoje aos filhos.
D. Victoria Terra.	25	Os herdeiros.	Paula Paz.								
D. Anna Rocha.	7	As forças do general Oribe.	Castillos.	7.000	60		Em Chuhy.	6.500	60		
D. Marimma Alves Nunes.	2	Idem.	Limar Grande.	4.000	400		Carral Alto.	3.000	400		Tem mais uma charca em Rocha.
Viuva D. Maria Felicia da Silva.	3	Idem.	Cantada Grande.	1.000			Cid. do Rio Grande.	1.000			
João Carlos Brum.	13	Idem.	Rio Negro.	30.000	600		Campo do Cardão.	11.000	600		
Evaristo Corrêa.	22	Idem.	Sahitany.	72.000	200		Campo Neutral.	72.000	200		Pagão-lhe daqui tres escravos.
Francisco Corrêa Mirapalheta.	10	Idem.	Idem.	1.000	100		Idem.	1.000	100		
Felisherto Pereira Nunes.	10	Idem.	Potreiro de S. Theres.	2.000	100			2.000	100		Tem mais 2 leguas de campo no Limar Grande.
Viuva D. Francisca Ferreira Bica.	7	Idem.	Rio Negro.	30.000	500		El-Rei.	1.000	500		
Antonio Pereira d'Avilla.	5	Idem.	Ercalinos.	2.000	100		Campo Neutral.	2.000	100		
Vasco Pereira d'Avilla.	15	Idem.	Rio Negro.	1.000	500		Idem.	1.000	500		
João Corrêa Mirapalheta.	30	Idem.	S. Luiz.	1.500	1.000		Carral de Arrelos.	1.500	1.000		
Bernardo da Costa.	5	Idem.	Limar.	7.000	400		Carral Alto.	7.000	400		
Manoel Cardoso de Aguiar.	3	Idem.	Laurençete.	6.000	400		Arroio de El-Rei.	6.000	400		
Martim Corrêa Mirapalheta.	1	Idem.	Paula Paz.	2.000	200		Provedores.	2.000	200		
Francisco Terra.	1	Idem.	Idem.	2.000	1.000		Idem.	2.000	1.000		
João Francisco Terra.	18	Idem.	Rincón da Pereira.	20.000	1.000		Idem.	20.000	1.000		Tem mais 4 leguas em Paula Paz.
Viuva D. Joaquina de Brum.	9	Está no cuidado dos filhos.	India Nova.	8.000	200		Arroio de El-Rei.				Está no cuidado dos filhos.
Seratin Faustino Corrêa.	18	As forças do general Oribe.	Rincón de Pereira.	20.000	1.000		Campo do Silveira.	20.000	1.000		
Jose Faustino Corrêa.	18	Idem.	Rincón da Mariscala.	20.000	1.000		Idem.	20.000	1.000		
Francisco Faustino Corrêa.	18	Idem.	Rincón de Samora.	20.000	1.000		Arroio de El-Rei.	20.000	1.000		
D. Agueda Dias Corrêa.	40	Idem.	S. Luiz e Rincón da Mariscala.	60.000	2.000		Idem.	100.000	2.000		
Jeremias Pereira Nunes.	12	Idem.	Entre Limar e Sahitany.	1.000	100		Liscos.	1.000	100		
Manoel Silveira Borges.	1	Idem.	Santa Theres.	1.500	100		Campo Neutral.	1.500	100		
Jose Silveira Lima.	1	Idem.	Idem.	2.000	100		Idem.	2.000	100		
Jose Bernardes da Costa.	9	Idem.	Idem.	30.000	600		Idem.	20.000	400		
Sezefredo da Costa.	1	Idem.	Chuhy.	1.500	100		Campo do Brum.	1.500	100		
Antonio Silveira de Azevedo.	1	Idem.	Olhos d'Agua.	2.000	100		Idem.	2.000	100		
Viuva D. Maria Silveira.	5	Idem.	Chuhy.	6.000	200		Idem.	6.000	200		
SOMMA.	312							48	420.000	16.500	

Quantal do commando da primeira brigada do exercito e fronteira do Rio Grande, 1 de Agosto de 1853. — *Jose Fernando dos Santos Pereira*, brigadeiro.

Commandement de la 1.^{re} brigade de l'armée et de la frontière de Chuby et St. Miguel.

Liste des fermes que les Brésiliens qui habitent cet isthme possèdent dans l'Etat Oriental et des pertes qu'ils ont souffertes.

NOMS DES FERMIERS.	DIXIÈME CENSUS	AU POUVOIR DE QUI SE TROUVENT AUJOURD'HUI LES FERMES.	OU ELLES SONT SITUÉES.	BIENS QU'ILS POSSÉDAIENT.			OU ILS RÉSIDENT ACTUELLEMENT.	CE QU'ILS ONT PERDU.			OBSERVATIONS.
				Esclaves.	Bétail.	Chenars.		Esclaves.	Bétail.	Chenars.	
Conn. ² Domingos Faustino Corrêa.	50	Des forces de général Oribe.	Arroio Grande.				Canudos.				Fut achetée il y a 2 ans à D. Fructuoso Rivera.
Idem.	20	Idem.	Castillos.	6,300	400		Idem.	6,000	400		
Justino Faustino Corrêa.	28	Idem.	Rincón de Sanon.	40,000	800		Campo Neutral.	21,000	800		On suppose qu'il a encore 8,000 têtes de bétail.
Ladislão Faustino Corrêa.	13	De son gérant.	Cordovez.								
D. Agueda Dias de Oliveira, veuve.	27	Des forces de général Oribe.	Castillos.	31,000	900			30,000	900		
Justino Corrêa.	18	Idem.	Mariscala.	20,000	1,000			20,000	1,000		
José Marcelliano da Silveira.	10	Idem.	Rincón de Sanon.	10,000	100		Campo do Sangra-douro.	10,000	100		Dans ce nombre se trouvent compris ceux de ses fils.
D. Victoria Terra.	23	Des héritiers.	Paula Paz.								Cette ferme appartient aujourd'hui aux fils.
D. Ama Rocha.	7	Des forces de général Oribe.	Castillos.	7,000	600		Em Chuby.	6,500	600		
D. Marianna Alves Nunes.	2	Idem.	Lamar Grande.	4,000	400		Curral Alto.	3,000	400		A de plus une ferme à Rocha.
D. Maria Felicia da Silva, veuve.	3	Idem.	Cambada Grande.	1,000			Cidade do Rio Grande.	1,000			
João Carlos Bram.	13	Idem.	Rio Negro.	15,000	600		Campo do Cordão.	15,000	600		
Evaristo Corrêa.	2	Idem.	Salimaty.	7,000	200		Campo Neutral.	7,000	200		Les esclaves se sont enfuis.
Francisco Corrêa Mirapalheta.	3	Idem.	Idem.	1,200	400		Idem.	1,000	500		
Felisherto Pereira Nunes.	7	Idem.	Poreira de S. The- resia.	2,500	100			2,500	100		A de plus 2 lieues de chemin dans le Li-mar Grande.
D. Francisca Ferreira Bica, veuve.	7	Idem.	Rio Negro.	10,000	500		Flôres.	1,000	500		
Antonio Pereira d'Avilla.	3	Idem.	Cravitos.	3,000	400		Campo Neutral.	2,000	400		
Vasco Pereira d'Avilla.	18	Idem.	Rio Negro.	4,000	500		Idem.	4,000	500		
João Corrêa Mirapalheta.	13	Idem.	S. Luiz.	13,000	1,000		Curral de Arroio.	13,000	1,000		
Bernardo da Costa.	3	Idem.	Lamar.	7,000	400		Curral Alto.	7,000	400		
Manoel Cardoso de Aguiar.	3	Idem.	Laurençeta.	6,000	400		Arroio de El-Rei.	6,000	400		
Martim Corrêa Mirapalheta.	1	Idem.	Laurençeta.	2,000	200		Providores.	2,000	200		
Francisco Terra.	15	Idem.	Paula Paz.	9,000	1,000		Idem.	8,000	1,000		
Joaquim Francisco Terra.	15	Idem.	Idem.	20,000	1,000		Idem.	20,000	1,000		A de plus 4 lieues à Paula Paz.
D. Joaquina de Bram, veuve.	9	A la charge de fils.	Rincón do Pereira.	20,000	1,000		Idem.	20,000	1,000		Est à la charge de 2 fils du pro- priétaire.
Serafim Faustino Corrêa.	18	Des forces de général Ori- be.	India Morta.	8,000	200		Arroio de El-Rei.				
Jose Faustino Corrêa.	18	Idem.	Rincón do Pereira.	20,000	1,000		Campo da Silveira.	20,000	1,000		
Francisco Faustino Corrêa.	18	Idem.	Rincón da Maris- cala.	20,000	1,000		Idem.	20,000	1,000		
D. Agueda Dias Corrêa.	49	Idem.	Rincón de Sanon.	20,000	1,000		Arroio de El-Rei.	20,000	900		
Jeremias Pereira Nunes.	1	Idem.	S. Luiz Rincón da Mariscala.	100,000	2,000		Idem.	100,000	2,000		
Manoel Silveira Borges.	1	Idem.	Entre Lamar e Sa- lomaty.	1,000	100		Liscons.	1,000	100		
José Silveira Lima.	1	Idem.	Santa Theresa.	1,500	100		Campo Neutral.	1,500	100		
Jose Bernardes da Costa.	9	Idem.	Idem.	2,000	100		Idem.	2,000	100		
Sezefredo da Costa.	1	Idem.	Idem.	50,000	600		Idem.	50,000	400		
Antonio Silveira de Azevedo.	1	Idem.	Chuby.	1,500	100		Campo do Bram.	1,500	100		
D. Maria Silveira, veuve.	5	Idem.	Olhos d'Agua.	2,000	100		Idem.	2,000	100		
			Chuby.	6,000	500		Idem.	6,000	200		
Total.	342							19	120,500	15,900	

Quartier du commandement de la première brigade de l'armée, frontière de Rio Grande, 4 Août 1850. — José Fernandes dos Santos Pereira, brigadier.

O presidente da provincia do Rio Grande ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Brasil.

N.º 38. — Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Em additamento ao meu officio n.º 13 do corrente, levo as mãos de V. Ex. as duas relações de estancias, que os subditos brasileiros possuem na parte correspondente á fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, fronteira de Bagé.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo em Porto-Alegre, 22 de Agosto de 1850.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros. — José Antonio Pimenta Bueno.

**Relação das estancias que os Brasileiros possuem no Estado Oriental
na parte correspondente a esta fronteira do Jaguarão.**

NÚMEROS.	NOMES.	LUGARES EM QUE SÃO SITUADAS.	EXTENSÃO DE LEGUAS.	SE ESTÃO SEQUESTRADAS OU EM PODER DE SEUS DONOS.
1	Francisco José Gonçalves da Silva.	Barra do Jaguarão.	3	Em poder do dono.
2	Manoel Cardoso de Brum.	Costa do Jaguarão	2	Idem
3	Vasco Teixeira.	Idem	5	Idem
4	João Teixeira.	Idem	2	Idem
5	Floriano Porciuncula.	Idem	3	Idem
6	Antônio Ricardo Maya.	Idem	1 1/2	Idem
7	Camillo Diego.	Idem	1 1/2	Idem
8	Florencio Corrêa.	Idem	6	Idem
9	José Corrêa Mirapalheta.	Idem	6	Idem
10	Sebastião Alves.	Arroio das Cambas	3	Idem
11	José Siqueira de Azevedo.	Costa do Jaguarão	3	Idem
12	Serafim Dias de Oliveira.	Idem	1	Idem
13	Dona Bibiana.	Idem	3	Idem
14	Bonifácio José Nunes.	Serra dos Rios	4	Idem
15	Feliciano Antunes.	Costa do Jaguarão	3	Idem
16	José Francisco.	Idem	3	Idem
17	Salvador Menezes.	Idem	3	Idem
18	José da Cruz Menezes.	Idem	3	Idem
19	José Menezes.	Idem	3	Idem
20	Francisco de Freitas.	Idem	1 1/2	Idem
21	Herdeiros do fúndio Hilario.	Idem	3	Idem
22	Anna Corrêa.	Idem Chico	3	Idem
23	Antonio de Sousa Netto.	Idem Grande	5	Idem
24	José Ferreira.	Idem	3	Idem
25	João Antonio Magalhães.	Assigua	6	Idem
26	Luiz Mendes de Arruda.	Costa de Rio Negro	12	Idem
27	João Jacintho de Mendonça.	Assigua	6	Idem
28	José Luiz Martins.	Costa de Rio Negro	9	Idem
29	Manoel José.	Idem	9	Idem
30	Joaquim das Pedras.	Sapatiaz	2	Idem
31	José Silveira da Barra.	Conventos	1 1/2	Idem
32	Manoel José Tarven.	Idem	2	Idem
33	José Jacintho.	Taquary	1 1/2	Idem
34	Francisco Mendes Borges.	Idem	1 1/2	Idem
35	Ignacio Nobre.	Idem	1 1/2	Idem
36	Manoel Mendes Borges.	Idem	2	Idem
37	Viúva Anna Capona.	Chuby	4	Idem
38	José Lucas.	Idem	9	Idem
39	José Joaquim Curripio.	Canhada das burras	1 1/2	Idem
40	Manoel Victoria.	Chuby	1 1/2	Idem
41	Viúva Anna Pereira Victoria.	Idem	1 1/2	Idem
42	Dorotha Vieira.	Idem	1 1/2	Idem
43	Luiz Manoel.	Idem	1 1/2	Idem
44	Viúva Jacintho Vieira.	Idem	1 1/2	Idem
45	Viúva Jacineta Vieira.	Rincão do Rei	7	Idem
46	José Ignacio de Medeiros.	Chuby	6	Idem
47	Maria Vieira viúva.	Idem	1 1/2	Idem
48	Viúva Senhorinha Maciel.	Idem	1 1/2	Idem
49	Viúva Anna Ferreira.	Idem	1	Idem
50	José de Souza.	Ilhas de Sapata-	2	Deshabitada
51	Agnipio de Oliveira.	Serra do Rio	3	Em poder do dono
52	Lauriano Cardoso.	Idem	1 1/2	Idem
53	Joaquim dos Santos.	Idem	1 1/2	Idem
54	Joaquim Gomes.	Chuby	1 1/2	Idem
55	Raphael Nobre.	Idem	6	Idem
56	Viúva Maria Raymunda.	Arroio Malo	1 1/2	Idem
		Idem	1	Idem

Le président de la province de Rio Grande à M. le ministre des affaires étrangères du Brésil.

N.° 38. — Excellence. — Comme supplément à ma dépêche n.° 36 du 13 courant, je remets à Votre Excellence deux états de fermes possédées par des citoyens brésiliens dans la partie correspondante à la frontière du Jaguarão, et dans le nord du Rio Negro, frontière de Bagé.

Dieu garde Votre Excellence. Palais du gouvernement à Porto-Alegre, 22 Août 1850.

A Son Excellence M. Paulino José Soares deSouza. — *José Antonio Pimenta Bueno.*

Etat des fermes que les brésiliens possèdent sur le territoire de l'Etat Oriental dans la partie qui correspond à la frontière du Jaguarão.

N.°S.	NOMS.	OU SONT SITUÉES LES FERMES.	ÉTENDUE DE LIEUES.	SI ELLES SONT SOUS SÉQUESTRE OU AU POUVOIR DES PROPRIÉTAIRES.
1	Francisco José Gonçalves da Silva . . .	Barra de Jaguarão	3	Au pouvoir du propr.
2	Manoel Cardoso de Brum.	Costa de Jaguarão	2	Idem
3	Vasco Teixeira	Idem	6	Idem
4	João Teixeira	Idem	2	Idem
5	Floriago Porciuncula.	Idem	3	Idem
6	Antonio Ricardo Maya.	Idem	1 1/2	Idem
7	Canillo Diogo	Idem	1 1/2	Idem
8	Florencio Corrêa.	Idem	6	Idem
9	José Corrêa Mirapalheta.	Idem	6	Idem
10	Schastão Alves	Arroio das Canhas	3	Idem
11	José Silveira de Azevedo.	Costa de Jaguarão	3	Idem
12	Serafin Dias de Oliveira.	Idem	1	Idem
13	Dona Bibiana	Idem	3	Idem
14	Bonifácio José Nunes.	Serra dos Rios	4	Idem
15	Feliciano Antunes.	Costa de Jaguarão	3	Idem
16	José Francisco	Idem	3	Idem
17	Salvador Menezes	Idem	3	Idem
18	José da Cruz Menezes.	Idem	3	Idem
19	José Menezes.	Idem	1 1/2	Idem
20	Francisco de Freitas	Idem	3	Idem
21	Héritiers de feu Hilario	Idem Chico	3	Idem
22	Anna Corrêa	Idem Grande	6	Idem
23	Antonio de Souza Netto.	Idem	3	Idem
24	José Ferreira.	Assigua	6	Idem
25	João Antonio Magalhães.	Costa do Rio Negro	12	Idem
26	Luiz Mendes de Arradas.	Assigua	6	Idem
27	João Jacintho de Mendonça.	Costa do Rio Negro	9	Idem
28	José Luiz Martins	Idem	9	Idem
29	Manoel José	Sapathaz	2	Idem
30	Joaquim dos Pedras.	Conventos	1 1/2	Idem
31	José Silveira da Barra.	Idem	2	Idem
32	Manoel José Tarveo.	Taquary	1 1/2	Idem
33	José Jacintho.	Idem	1 1/2	Idem
34	Francisco Mendes Borges.	Idem	1 1/2	Idem
35	Ignacio Nobre.	Idem	2	Idem
36	Manoel Mendes Borges.	Chuby	4	Idem
37	Anna Capona, veuve	Idem	9	Idem
38	José Lucas.	Canhada dos burros	1 1/2	Idem
39	José Joaquim Curupio	Chuby	1 1/2	Idem
40	Manoel Victoria	Idem	1 1/2	Idem
41	Anna Pereira Victoria, veuve.	Idem	1 1/2	Idem
42	Dorothea Vieira	Idem	1 1/2	Idem
43	Luiz Manoel	Idem	1 1/2	Idem
44	Jacintha Vieira, veuve	Rincão do Rei	7	Idem
45	Jacintha Vieira, veuve	Chuby	6	Idem
46	José Ignacio de Medeiros.	Idem	1 1/2	Idem
47	Maria Vieira, veuve	Idem	1 1/2	Idem
48	Senhorinha Maciel, veuve.	Idem	1	Idem
49	Anna Ferreira, veuve.	Ilhas de Sapata-	2	Inhabitée
50	José de Souza.	Serra do Rio	3	Au pouvoir du propr.
51	Agapito de Oliveira.	Idem	1 1/2	Idem
52	Laurianno Cardoso	Idem	1 1/2	Idem
53	Joaquim dos Santos.	Chuby	1 1/2	Idem
54	Joaquim Gomes	Idem	6	Idem
55	Raphael Nobre	Arroio Malo	1 1/2	Idem
56	Maria Raymunda, veuve.	Idem	1	Idem

NÚMEROS.	NOMES.	LUGARES EM QUE SÃO SITUADAS.	EXTENSÃO DE LEGUAS.	SE ESTÃO SEQUESTRADAS OU EM PODER DE SEUS DONOS.
57	Manoel Pereira.	Sarandy	1	Em poder do dono
58	Viúva Isabel Gonçalves do Espírito Santo.	Idem	3	Idem
59	Herdeiros do fallecido Andre Galego.	Atroio Malo	1 1/2	Idem
60	Isidoro Vieira.	Idem	2	Idem
61	Pedro de Barros.	Idem	1 1/2	Idem
62	João Ignacio.	Idem	1 1/2	Idem
63	Felisberto dos Santos Silveira.	Idem	3	Idem
64	Herdeiros do fallecido Hypolito Passos.	Taquary	6	Idem
65	Viúva Maria Borges.	Idem	3	Idem
66	Viúva Isabel de Avilla da Silveira.	Idem	6	Idem
67	João Amaro.	Idem	1 1/2	Idem
68	Antonio de Freitas.	Cachada de Santos	2	Idem
69	Luciano Teixeira.	Idem	1 1/2	Idem
70	Joaquim Ferreira Porto.	Idem	3	Idem
71	Diogo Felix Feijó.	Taquary	3	Idem
72	Viúva Eulina Marcia Gonçalves.	Idem	3	Idem
73	Manoel Rodrigues Barbosa.	Pazco	12	Idem
74	Viúva Eulina Marcia Gonçalves.	Idem	9	Idem
75	Herdeiros do fallecido Jose Vergara.	Idem	1 1/2	Idem
76	João da Silva Tavares.	Taquary	5	Idem
77	Manoel Araujo da Trindade.	Acampamento	2	Idem
78	Seralim de Avila.	Taquary	1 1/2	Idem
79	José Luiz Vaz.	Idem	1 1/2	Idem
80	Jose da Silva Tagundes.	Idem	1 1/2	Idem
81	João Vieira.	Idem	3	Idem
82	Amador da Silva.	Idem	3	Idem
83	Manoel Machado.	Idem	3	Idem
84	Firminiano Faial.	Idem	1 1/2	Idem
85	Herdeiros do fallecido Souza.	Guacemander	3	Idem
86	Bernardino Gomes.	Clairesmont	3	Idem
87	Francisco Lucas.	Idem	3	Idem
88	João Lucas.	Pedra de Ferro	5	Idem
89	Vicente Lucas.	Serro das Contas	4	Idem
90	Thomaz Vieira.	Sarandy	6	Idem
91	Antonio Gonçalves de Medeiros.	Hervaltos	1 1/2	Desabitada
92	Manoel Silveira.	Idem	1 1/2	Em poder do dono
93	Antonio Rodrigues.	Idem	1 1/2	Idem
94	Luiz d'Avila.	Idem	1 1/2	Idem
95	Jose Antaria.	Idem	1 1/2	Idem
96	João Vergara.	Idem	1 1/2	Idem
97	Joaquim Telles.	Hervaltos Grande	1 1/2	Idem
98	José de Carvalho.	Leorcho	3	Idem
99	Miguel Machado.	Hervaltos	1 1/2	Idem
100	Manoel Amaro da Silveira.	Leorcho	3	Idem
101	Manoel Pereira das Neves.	Idem	3	Idem
102	Viúva Josefa d'Avila.	Entre Parão e Olimar	6	Idem
103	Faustino de Brum.	Costa de Olimar e Sabolaty	6	Idem
104	João Dias de Oliveira.	Corraes	3	Idem
105	David Fernandes.	Costa de Scholaty e Godei	21	Idem
106	Luiz Cardoso.	Olimar, Chico e Sato	3	Idem
107	Miguel Machado.	Arroio de Olimar Chico	3	Idem
108	Joaquim Teixeira Maciel.	Coxilha Grande, Pontas de Olimar	1 1/2	Idem
109	Joaquim Francisco Gonçalves.	Arroio das Pavas	3	Idem
110	Ladry Faustino Corrêa.	Entre Arroio Cordavez e Paulo Paz	15	Idem
111	Ignacio Rodriguez Nicola.	Arroio Liebiguana	3	Idem
112	Francisco Terra.	Idem	3	Idem
113	Antonio Fernandes.	Arroio das Molhas	3	Idem
114	David Fernandes.	Pontas do arroio de Godei	6	Idem
115	Manoel Cardoso Brum.	Rio Negro	14	Idem
116	João Cardoso Brum.	Idem	12	Idem
117	Marcos José de Leivas.	Idem	9	Idem
118	Victoriano Nascete	Idem	12	Idem
119	Manoel da Luz.	Idem	4	Idem
120	José Faustino Corrêa.	Baile de Igua	15	Desabitada
121	João Ribas.	Arroio de Tapandua	25	Em poder do dono
122	Manoel Machado.	Coxilha Grande	3	Idem
123	Januario Escoto.	Idem	3	Idem
124	Ismael Dias.	Idem	3	Idem
125	Estacio da Luz.	Costa do Rio Negro	39	Idem
126	Manoel Teixeira.	Idem	9	Embargada
127	Faustino Dias de Oliveira.	Paulo Paz	4	Em poder do dono
128	Bonifacio Dias de Oliveira.	Idem	4	Idem
129	Victoria Faustina Corrêa.	Parão Paz e Liviguana	25	Embargada
130	Viúva Cecilia Corrêa.	Entre Liviguana e Cordavez	20	Idem
131	Marcellino Pereira.	Cordavez	12	Em poder do dono
132	Antonio Pereira d'Avila.	Idem	3	Idem
133	Manoel Marcellino.	Idem	3	Idem
134	Antonio José.	Idem	3	Idem
135	José Teixeira Canhas.	Idem	3	Idem
136	José Custodio de Oliveira	Idem	6	Idem
137	Antonio de Souza.	Idem	6	Embargada
138	João Moreira.	Gy	25	Em poder do dono
139	Antonio Nunes.	Idem	25	Idem
140	Alberto Luiz de Souza	Pontas de Gy	4	Idem
141	Bento Cardoso	Serro de Monção	3	Idem
142	Prudencia Medina	Arroio de Gesca	8	Idem
143	Lauriano de Freitas.	Santa Luzia Chica	6	Idem
144		Em-Taila	2	Desabitada

NÚMEROS.	NOMS.	OU SONT SITUÉES LES FERMES.	ÉTENDUE DE LIEUES.	SI ELLES SONT SOUS SEQUESTRE OU AU POUVOIR DES PROPRIÉTAIRES.
57	Manoel Pereira	Sarandy	1	Au pouvoir du propr.
58	Isabel Gonçalves do Espírito Santo, veuve.	Idem	3	Idem
59	Héritiers de feu André Galego	Arroio Malo	1 1/2	Idem
60	Lisbão Vieira	Idem	2	Idem
61	Pedro de Barros	Idem	1 1/2	Idem
62	João Ignacio	Idem	1 1/2	Idem
63	Felisberto dos Santos Silveira	Idem	3	Idem
64	Héritiers de feu Hypolito Passos	Taquary	6	Idem
65	Maria Borges, veuve	Idem	3	Idem
66	Isabel de Avila da Silveira, veuve	Idem	6	Idem
67	João Amaro	Idem	1 1/2	Idem
68	Antonio de Freitas	Canhada de Santos	2	Idem
69	Luciano Teixeira	Idem	1 1/2	Idem
70	Joaquim Ferreira Porto	Idem	3	Idem
71	Diogo Felix Feijó	Taquary	3	Idem
72	Eulina Marcia Gonçalves, veuve	Idem	3	Idem
73	Manoel Rodrigues Barbosa	Parão	12	Idem
74	Eulina Maria Gonçalves, veuve	Idem	9	Idem
75	Héritiers de feu José Vergara	Idem	1 1/2	Idem
76	João da Silva Tavares	Taquary	3	Idem
77	Manoel Araújo da Trindade	Acampamento	2	Idem
78	Serafim de Avila	Taquary	1 1/2	Idem
79	José Luiz Vaz	Idem	1 1/2	Idem
80	José da Silva Fagundes	Idem	1 1/2	Idem
81	João Vieira	Idem	3	Idem
82	Amador da Silva	Idem	3	Idem
83	Manoel Machado	Idem	3	Idem
84	Firmino Faial	Idem	1 1/2	Idem
85	Héritiers de feu Souza	Guacemby	3	Idem
86	Bernardino Gomes	Flaires morto	9	Idem
87	Francisco Lucas	Idem	3	Idem
88	João Lucas	Pedra de Ferro	5	Idem
89	Vicente Lucas	Serro das Contas	4	Idem
90	Thomaz Vieira	Sarandy	6	Idem
91	Antonio Gonçalves de Medeiros	Hervalitos	1 1/2	Inhabitee
92	Manoel Silveira	Idem	1 1/2	Au pouvoir du propr.
93	Antonio Rodrigues	Idem	1 1/2	Idem
94	Luiz d'Avila	Idem	1 1/2	Idem
95	José Antaria	Idem	1 1/2	Idem
96	João Vergara	Idem	1 1/2	Idem
97	Joaquim Telles	Hervalitos Grande	1 1/2	Idem
98	José de Carvalho	Leoncho	3	Idem
99	Miguel Machado	Hervalitos	1 1/2	Idem
100	Manoel Amaro da Silveira	Leoncho	5	Idem
101	Manoel Pereira das Neves	Idem	2	Idem
102	Joselia d'Avila, veuve	Entre Parão e Olimar	50	Idem
103	Faustino de Brum	Costa de Olimar e Saboiaty	6	Idem
104	João Dias de Oliveira	Curraes	3	Idem
105	David Fernandes	Costa de Saboiaty e Godei	24	Idem
106	Luiz Cardoso	Olimar, Chico e Salto	3	Idem
107	Miguel Machado	Arroio de Olimar Chico	5	Idem
108	Joaquim Teixeira Maciel	Coxilha Grande, Pontas de Olimar	1 1/2	Idem
109	Joaquim Francisco Gonçalves	Arroio das Pavas	3	Idem
110	Ladry Faustino Corrêa	Entre o arroio Cordavez e Paulo Paz	15	Idem
111	Ignacio Rodrigues Nicola	Arroio Lixiguana	3	Idem
112	Francisco Terra	Idem	6	Idem
113	Antonio Fernandes	Arroio dos Moihos	6	Idem
114	David Fernandes	Pontas do arroio de Godei	6	Idem
115	Manoel Cardoso Brum	Rio Negro	10	Idem
116	João Cardoso Brum	Idem	10	Idem
117	Marcos José de Leivas	Idem	9	Idem
118	Victoriano Nascente	Idem	12	Idem
119	Manoel da Luz	Idem	4	Idem
120	José Faustino Corrêa	Baile de Igua	15	Inhabitee
121	João Ribas	Arroio de Tupambac	25	Au pouvoir du propr.
122	Manoel Machado	Coxilha Grande	3	Idem
123	Januario Escoto	Idem	7	Idem
124	Ismael Dias	Idem	3	Idem
125	Estacio da Luz	Costa de Rio Negro	30	Idem
126	Manoel Teixeira	Idem	9	Sous sequestre
127	Faustino Dias de Oliveira	Paulo Paz	4	Au pouvoir du propr.
128	Bonifacio Dias de Oliveira	Idem	4	Idem
129	Victoria Faustina Corrêa	Paulo Paz e Lixiguana	25	Sous sequestre
130	Cecilia Corrêa, veuve	Entre Lixiguana e Cordavez	29	Idem
131	Marcellino Pereira	Cordavez	12	Au pouvoir du propr.
132	Antonio Pereira d'Avila	Idem	5	Idem
133	Manoel Marcellino	Idem	5	Idem
134	Antonio José	Idem	3	Idem
135	José Teixeira Canhas	Idem	6	Idem
136	José Custodio de Oliveira	Idem	6	Sous sequestre
137	Antonio de Souza	Gy	20	Au pouvoir du propr.
138	João Moreira	Idem	25	Idem
139	Antonio Nunes	Pontas de Gy	4	Idem
140	Alberto Luiz de Souza	Serro de Monção	3	Idem
141	Bento Cardoso	Arroio de Gesca	6	Idem
142	Prudencia Medina	Santa Lúzia Chica	6	Idem
143	Lauriano de Freitas	Em-Talla	2	Inhabitee

NÚMEROS.	NOMES.	LUGARES EM QUE SÃO SITUADAS.	EXTENSÃO DE LEGUAS.	SE ESTÃO SEQUESTRADAS OU EM PODER DE SEUS DONOS.
144	José Pereira da Rosa	Idem	2	Em poder do dono
145	Vinva Felícia Rosa	Santa Luzia Chica	8	Idem
146	Vinva Anna Silveira	Mansidãohaga	1	Idem
147	José Baptista	Idem	1	Não habitada
148	Francisco Caetano	Gesca	2	Em poder do dono
149	Francisco Alvares	Idem	2	Idem
150	Francisco dos Santos	Castro	51	Idem
151	Domingos Gonçalves	Idem	4	Não habitada
152	Manoel Calistro	Idem	2	Idem
153	Manoel Calioso	Maciel	6	Em poder do dono
154	Vinva Maria Amara da Silveira	No Arroio Gesca e Gy	59	Não habitada

Quartel do commando da fronteira de Jaguarão, na mesma villa, 9 de Agosto de 1850. *Manoel Pereira Vargas*, coronel commandante da fronteira.

Relação dos Brasileiros que possuem estancias no departamento dos Serros-Branços pertencentes á villa de Taquarembó no Estado Oriental, cujo departamento fica ao norte do Rio Negro e divide por esta provincia pela fronteira de Bagé.

João Corrêa e Dom. Corrêa.	29 leguas mais ou menos.	Manoel Bica.	6 leguas mais ou menos.	Reginaldo da Cunha.	5 idem
Carlos Silveira	9 idem	Pedro Rodrigues de Borba.	4 idem. Está embargada.	Joaquim Manoel Rengo.	5 idem
Americo Barbosa	5 idem	Antonio Lemes.	3 idem	Francisco Lopes.	3 idem
D. Julianna Nunes.	3 idem	Joaquim Ferreira Leite.	2 idem. Está embargada.	Ignacio Sapateiro.	3 idem
Joaquim de Mattos.	4 idem	Balthazar Dias.	4 idem	João José Goulart.	3 idem
Manoel Cardoso.	4 idem	Manoel Luiz.	3 idem	José de Mello.	2 idem
Serafim Rolhano.	2 idem	Francisco de Farias.	8 idem	Antonio de Mello.	3 idem
Constantino dos Santos.	3 idem	Aurelio Pimentel.	3 idem	Luciano de Vargas.	6 idem
João Estacio.	3 idem	João da Horta Correia.	3 idem	Candido Moreira.	2 idem
Manoel Lopes.	3 idem	Felisberto Madruga.	3 idem	Silvano Alves.	4 idem
Candido Marquez.	3 idem	Thomaz Dutra.	3 idem	Francisco Alves.	4 idem
D. Maria Borges.	2 idem	Joaquim Manoel Teixeira.	4 idem	Jeronymo Silveira.	3 idem
Antonio de Mattos.	4 idem	João Pedro.	5 idem	Antonio Machado.	3 idem
Salvador Camargo.	5 idem	José Fernandes.	3 idem	José Soares Leal.	3 idem
D. Anna Dias.	3 idem	Ignacio Rodrigues.	4 idem	Bernardino Gomes.	4 idem
Joaquim Pereira Fagundes.	6 idem. Está embarg.	José Antonio de Oliveira.	3 idem	Francisco Antonio.	3 idem
D. Rita dos Santos.	idem	Ricardo Borges.	3 idem	Vicente Dias.	3 idem
José Soares.	2 idem	Manoel José Rodrigues.	2 idem	Felix Machado.	3 idem
Ignacio Batalha.	4 idem	Domingos Borges.	3 idem	Ignacio Ferreira Leite.	2 idem
Manoel Rodrigues.	3 idem	João Antunes.	3 idem	José Alves.	2 idem
D. Marianna.	3 idem	Desiderio Antunes.	1 idem	Manoel José Cavalheiro.	2 idem
D. Maria Fagundes.	2 idem	Manoel Pinto Barreto.	4 idem	Modesto Chapeo.	2 idem
Mauricio Rodrigues.	2 idem	Florisbello Costa.	3 idem	Daniel Alves.	2 idem
D. Comba Corrêa.	3 idem. Está embargada.	Verissimo da Rosa.	3 idem	Francisco de Paula Barros.	2 idem
D. Dorothea de Medeiros.	3 idem	Gregorio Motta.	4 idem	D. Perpetua dos Santos Nunes.	3 idem
D. Anna Manoel.	3 idem	Vicente Fialho.	6 idem. Está embargada.	Herdeiros do finado João Antonio Martins.	18 idem
Ezidoro Romeiro.	3 idem	Felcissimo de Amarante.	6 idem		
José Domingues de Castro.	3 idem	Manoel Machado Cardoso.	5 idem		
Zefirino Fagundes.	3 idem	Francisco Barbosa.	2 idem		
Francisco Ferreira.	4 idem	Jose Padilha.	3 idem		
Antonio Bica.	6 idem				

Quartel do commando da quinta brigada e fronteira de Bagé, 1 de Agosto de 1850. *Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto*, coronel commandante.

NUMÉROS.	NOMS.	OU SONT SITUÉES LES FERMES.	ÉTENDUE DE LIEUES.	SI ELLES SONT SOUS SÉQUESTRE OU AU POUVOIR DES PROPRIÉTAIRES.
144	José Pereira da Rosa.	Idem	2	Au pouvoir du propr.
145	Felicia Rosa veuve.	Santa Luzia Chica	8	Idem
146	Anna Silveira veuve.	Mansibilhaga	1	Idem
147	José Baptista.	Idem	1	Inhabitée
148	Francisco Caetano.	Gesca	2	Au pouvoir du propr.
149	Francisco Alvares.	Idem	2	Idem
150	Francisco dos Santos.	Castro	31	Idem
151	Domingos Gonçalves.	Idem	4	Inhabitée
152	Manoel Calixto.	Idem	2	Idem
153	Manoel Cardoso.	Maciel	6	Au pouvoir du propr.
154	Maria Amara da Silveira veuve.	No Arroio Gesca e Gy	50	Inhabitée

Quartier du commandement de la frontière de Jaguarão, bourgade de Jaguarão 9 Août 1870. — *Manoel Pereira Fargas*, colonel commandant de la frontière.

Etat nominatif des brésiliens qui possèdent des fermes dans le département de Serros Brancos dépendantes de la bourgade de Taquarembo', sur le territoire de l'Etat Oriental: département au nord de Rio Negro et qui est séparé de cette province par la frontière de Bagé.

João Correia e Dom. Corrêa	29 lieues à peu près	Manoel Bica	6 Lieues à peu près	Reginaldo da Cunha	5 idem
Carlos Silveira	9 idem	Pedro Rodrigues de Borba.	4 idem Sous séquestre	Joaquim Manoel Rengo.	3 idem
Americo Barbosa	5 idem	Antonio Lemes	3 idem	Francisco Lopes.	3 idem
D. Julianna Nunes.	3 idem	Joaquim Ferreira Leite	2 idem Sous séquestre	Ignacio Sapateiro	5 idem
Joaquim de Mattos.	4 idem	Balthazar Dias	4 idem	João José Goulart	3 idem
Manoel Cardoso.	4 idem	Manoel Luiz.	3 idem	José de Mello.	2 idem
Serafim Rolhano.	3 idem	Francisco de Farias.	8 idem	Antonio de Mello.	5 idem
Constantino dos Santos.	3 idem	Aurelio Pimentel	3 idem	Luciano de Vargas.	6 idem
João Estacio.	3 idem	João da Horta Corrêa.	3 idem	Candido Moreira.	2 idem
Manoel Lopes.	3 idem	Felisherto Madruga	3 idem	Silvano Alves.	4 idem
Candido Marquez.	3 idem	Thomaz Dutra	3 idem	Francisco Alves.	4 idem
D. Maria Borges.	4 idem	Joaquim Manoel Teixeira.	4 idem	Jeronymo Silveira	3 idem
Antonio de Mattos.	5 idem	João Pedro	3 idem	Antonio Machado.	3 idem
Salvador Camargo	5 idem	José Fernandes.	3 idem	José Soares Leal.	3 idem
D. Anna Dias.	3 idem	Ignacio Rodrigues.	4 idem	Bernardino Gomes.	4 idem
Joaquim Pereira Fagundes.	5 idem Sous séquestre	José Antonio de Oliveira.	3 idem	Francisco Antonio.	3 idem
D. Rita dos Santos.	2 idem	Ricardo Borges.	3 idem	Vicente Dias.	3 idem
José Soares	4 idem	Manoel José Rodrigues.	2 idem	Felix Machado	3 idem
Ignacio Batalha.	3 idem	Domingos Borges.	3 idem	Ignacio Ferreira Leite.	2 idem
Manoel Rodrigues.	3 idem	João Nardes.	3 idem	José Alves.	2 idem
D. Marianna	2 idem	Desiderio Antunes.	4 idem	Manoel José Cavalheiro	2 idem
D. Maria Fagundes.	2 idem	Manoel Pinto Barreto.	4 idem	Modesto Chapeo.	2 idem
Mauricio Rodrigues.	2 idem	Florishello Costa	3 idem	Daniel Alves.	2 idem
D. Comba Corrêa.	3 idem Sous séquestre	Verissimo da Rosa.	5 idem	Francisco de Paula Barros.	2 idem
D. Dorothea de Medeiros.	3 idem	Gregorio Monta	4 idem	D. Perpetua dos Santos Nunes.	3 idem
D. Anna Manoel.	3 idem	Vicente Fialho	6 idem Sous séquestre	Héritiers du feu João Antonio Martins.	18 idem
Izidoro Romciro.	3 idem	Feliciissimo de Amarante.	6 idem		
José Domingues de Castro.	3 idem	Manoel Machado Cardoso.	5 idem		
Zefirino Fagundes.	3 idem	Francisco Barbosa	2 idem		
Francisco Ferreira.	4 idem	José Padilha.	3 idem		
Antonio Bica.	6 idem				

Quartier du commandement de la cinquième brigade, frontière de Bagé le 1. er Août 1870. — *Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto*, colonel commandant de la frontière.

O presidente da provincia do Rio Grande ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Brasil.

N. 42 — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em continuação de meus officios n. 36 e 38, de 13 e 22 do meo passado, levo ás mãos de V. Ex. as inclusas relações das estancias que pertencem a subditos brasileiros, tanto ao Sul do Quaraim, como ao sul do Arapehy. Não são menos de 240, pela maior parte usurpadas a seus proprietarios. Talvez não haja nos tempos da civilização moderna exemplo de um tratamento igual, ou tão violento e barbaro, para com subditos de um paiz neutro, como o que as forças do general Oribe tem posto em pratica contra os brasileiros. A' vista destes esclarecimentos V. Ex.^a reconhecerá a suprema razão com que os Rio-Grandenses clamão pela protecção de seu governo.

Deos guarde a V. Ex.^a Palacio do governo em Porto Alegre, 2 de Setembro de 1850. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Paulino José Soares de Souza, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros. — José Antonio Pimenta Bueno.

O commandante das armas do Rio Grande do Sul ao presidente da mesma provincia.

N. 351. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em cumprimento do que se acha determinado por V. Ex.^a no seu officio n. 238 de 4 de Julho ultimo, passo ás respeitaveis mãos de V. Ex.^a a importante relação dos brasileiros que possuem estancias ao sul do Quaraim, e ao norte da Coxilha de Haedo, que acabo de receber do coronel commandante das fronteiras de Quaraim e Missões. cujo trabalho deixou de ir referendado por esquecimento delle, filho talvez da pressa que teve em remetter-me.

Deos guarde a V. Ex.^a Quartel general do commando interino das armas em Porto Alegre, 21 de Agosto de 1850. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, presidente desta provincia. — João Frederico Caldwell, brigadeiro.

Relação nominal dos Brasileiros que têm suas fazendas, tanto de propriedades como arrendadas ao norte de Arapehy Grande e ao sul de Quaraim, na qual se mostra o estado actual de cada uma das ditas fazendas.

NÚMEROS.	QUALIFICAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DO LUGAR POR ANNO POSTO EM FOL.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
1	Cidadão	Manoel José de Carvalho, e seus herdeiros.	Vinte e duas leguas e tres quartos de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaraim e Jucutua; ao S. pelo Tacumbú e pela Coxilha de Santa Rosa; a L. pelas pontas de Jucutua e Patitas; e a O. pelo rio Uruguay.	20,000	Pelo capataz posto por ordem do proprietario.	Dentro desta propriedade se conservam por mais de um anno uma força de mais de 1,000 homens ao mando do coronel Bernardino Vaz, e a qual força, para seu consumo e desperdicio, desfalcação para mais de 4,000 rezes, e apenas indemnisação ao proprietario do valor de 600 novilhas; e desde 1815 a 1850 tem-se conservado pequenas forças do exercito invasor, tanto volantes como destacadas, destruindo, consumindo e conduzindo interesses da mesma, sem que dêem alguma satisfação ao proprietario, e este pagando enormes tributos sem destruir coisa alguma.
2	..	João José de Carvalho.	Proprietario por herança materna no campo acima.	2,000	Abandonada	
3	..	Serino José de Carvalho.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com campos de Araújo; ao S. com Jucutua-mirim; a L. pelo Jucutua-Grande; e a O. com a Coxilha de Santa Rosa e campos de D. Maria Guedes.	1,000	Idem, e embargada por ordem do coronel Lamas.	Este embargo foi feito pela supposição de que este campo pertencia a Hyppolito Garro Cardoso, e nesta convicção persiste Lamas, para assim não entregar esta propriedade a seu dono, apesar deste lhe ter feito mostrar documentos vencidos do tempo em que esta propriedade esteve arrendada ao dito Hyppolito, cedendo Lamas a um seu patricio este terreno e o usufructo dos gados, e ignora-se o direito que o referido Lamas tenha para isto.
4	..	João de Araújo e Silva.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha da Santa Rosa; a L. com campos de Serino Carvalho; e a O. com campos de Manoel José de Carvalho.	3,000	Abandonada pelo proprietario.	Dentro desta propriedade esta povoado Antonio Albano, dizendo ser dono, e deixando da protecção de Lamas; e combinado com o intruso acima, formão uma sociedade usurpadora de ambos os terrenos e mais interesses; não sei em que darão senhalias absurdas.

Le président de la province de Rio Grande du Sud au ministre des affaires étrangères du Brésil.

N.º 42. — Excellence. — En addition à mes dépêches N.º 36 et 38, des 13 et 22 du mois passé, je remets à Votre Excellence les états inclus relatant les fermes qui appartiennent à des sujets brésiliens, dans la partie Sud du Quaraim et de l'Arapehy. Le nombre s'en élève à 240, la plupart usurpées sur leurs propriétaires. Les annales de la civilisation moderne n'offrent peut-être pas un seul exemple de traitements aussi violents et aussi barbares, envers les citoyens d'un pays neutre, que ceux qui ont été exercés par l'armée du général Oribe contre les brésiliens. Ces renseignements, ainsi transmis, convaincront Votre Excellence de la suprême justice avec laquelle les habitants de Rio Grande réclament, comme ils le font si hautement, la protection de leur gouvernement.

Dieu garde Votre Excellence. Palais du gouvernement à Porto-Alegre, ce 8 Septembre 1850. — A Son Excellence Monsieur Paulino José Soares de Souza, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères. — José Antonio Pimenta Bueno.

Le commandant des armes du Rio Grande du Sud au président de la même province.

N.º 351. — Excellence. — En vertu de l'ordre que vous m'avez donné par la dépêche N.º 238 du 4 Juillet dernier, j'ai l'honneur de transmettre à Votre Excellence la liste nominative des brésiliens qui possèdent des fermes au sud du Quaraim et au Nord de la Coxilha de Itaado, document de haute importance que je viens de recevoir du colonel commandant des frontières de Quaraim et Missões. Il a oublié d'y apposer sa signature sans doute à cause de l'empressement qu'il a mis à en faire l'envoi.

Dieu garde Votre Excellence. Quartier général, commandement des armes ad interim à Porto-Alegre, 21 Août 1850. A Son Excellence M. le conseiller José Antonio Pimenta Bueno, président de cette province. — João Frederico Caldwell, brigadeiro.

Liste nominative des brésiliens qui ont des fermes en propriété, ou à bail au nord de l'Arapehy Grande, et au sud du Quaraim, montrant l'état où se trouve actuellement chacune de ces fermes.

NUMÉROS.	QUALITÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE. ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DU TERRAIN POSSEDE EN TITRE.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
1	Citoyen.	Manoel José de Carvalho et ses héritiers.	Vingt-deux lieues et trois quarts de champs de sa propriété, ayant pour limite au N. le Quaraim et le Jacutina; au S. le Jacutina; et la Coxilha de Santa Rosa; à l'E. les pointes de Jacutina et Paulinas; et à l'O. la rivière Uruguay.	7 lieues. 50,000	L'administrateur, mis par le propriétaire.	Une force de plus de mille hommes sous le commandement du colonel Bernardino Vaz, stationna pendant plus d'un an sur cette ferme. Elle y consuma et dévora plus de quatre mille têtes de bétail, et le propriétaire ne fut indemnisé que de la valeur de 600 têtes (jeune bétail). De 1845 à 1850 des petits corps de troupes mobiles ou détachés de l'armée envahissante s'y sont maintenus, détruisant, consommant, emmenant avec eux des bestiaux sans en tenir compte en rien aux propriétaires, qui paient d'ailleurs d'énormes impôts sans le moindre profit pour eux comme exploitation.
2	"	João José de Carvalho.	Propriétaire du susdit champ aréolé de sa mère.	1 lieue.	Abandonné.	
3	"	Serino José de Carvalho.	Quatre lieues de champs lui appartenant qui ont pour limite au N. les champs de Araujo; au S. le Jacutina-Mirim; à l'E. le Jacutina-Grande; et à l'O. la Coxilha de Santa Rosa et les champs de D. Mari Guedes.	10,0	Abandonné et sequestre par ordre du colonel Lamas.	Ce sequestre s'y a été mis dans la supposition que le champ appartenait à Hyppolito Gyrio Cardoso. Lamas persiste dans cette supposition pour éviter de rendre cette ferme à son propriétaire, quoique celui-ci lui ait fait voir les contrats de sa ferme du temps où cette propriété était affermée au susdit Hyppolito. Lamas a donné ce terrain et l'usufruit des bestiaux à un de ses compagnons. On ignore le droit qu'il avait d'en agir ainsi.
4	"	João de Araujo e Silva.	Quatre lieues de champs, sa propriété, qui ont pour limite au N. le Quaraim; au S. la Coxilha de Santa Rosa; à l'E. les champs de Serino Carvalho; et à l'O. les champs de Manoel José de Carvalho.	3,000	Abandonné par le propriétaire.	Dans cette ferme se trouve Antonio Albano, qui s'en dit le propriétaire sous la protection de Lamas; ce dernier s'entendant avec l'intrus, est effectivement son sociétaire dans l'usurpation des deux terrains et des bestiaux. Je ne sais où vont ces écuries.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	ÁREA QUE CADA FAZENDA POSSUI EM ALG.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
5	Cidadão	Adão José de Carvalho.	Oito leguas de sua propriedade, que são limitadas ao N. pelo Jucutuá-mirim; ao S. com campos de Manoel José de Carvalho; a L. pelo Jucutuá-Grande; e ao O. com campos de D. Maria Guedes.	5,600	Arrendada a Agostinho Miller.	Este arrendamento está vencido; o arrendatário chama o proprietário para entregar-lhe a fazenda, com a condição expressa deste lhe abonar os prejuízos feitos naquella estabelecimento pelas tropas ao mando do barão de Jacuhy; e o proprietário recusa ir ventilar seu direito naquella Estado, por conhecer a decidida protecção que o arrendatário tem de Lamas.
6	"	D. Maria Guedes.	Oito leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelos campos de Araújo; ao S. pelo Tacumbú; a L. com campos de Adão de Carvalho; e ao O. pelo mesmo Tacumbú.	8,000	Por capataz e administrador posto por ordem da proprietária.	
7	Coronel.	Oliverio José Ortiz.	Dezotto leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arroio Tacumbú; ao S. pelo Nhaquitan, e Coxilho de Guarajó; a L. pelo mesmo Tacumbú; e a O. pelo Rio Uruguay.	10,000	Arrendada ao barão de Jacuhy, e embargada por ordem de Lamas.	O proprietário, desgostoso do máo tratamento que successivamente estava recebendo de Lamas e seus agentes, chegou a tanto excesso, que tendo o mesmo tirado licença para fazer uma tropa de 600 bois, pagando os direitos no momento de pé a mesma em marcha, e com os mais documentos do estylo, não obstante tudo isso, foi embargada unicamente por se haver desviado da estrada que lhe era destinada, e seu capataz e peões presos, sendo o capataz o filho do proprietário Gaspar José Ortiz. Ao fim de oito dias Lamas que entregou o gado; e como o proprietário não quizesse receber, Lamas mandou cear. Eis a razão porque arrendou esta fazenda ao barão; e depois de arrendada e embargada, já Lamas mandou levantar de lá 3,000 rezes.
8	Major.	Oliverio José Ortiz, filho.	Aggregado em campos da propriedade de seu pai o coronel Oliverio José Ortiz.	1,500	Abandonada desde o anno de 1813.	Não quiz continuar na administração os seus bens por não querer-se sujeitar as continuadas massacres que soffem, e por isso retirou-se, esperando um porvir.
9	Cidadão	Gaspar José Ortiz.	Idem.	800	Idem em 1813.	Idem.
10	Tenente	Claro Alvares de Castro.	Cinco leguas de propriedade, divididas ao N. por campo de Antonio Jacintho de Oliveira; ao S. pelo Jucutuá, e pelos campos dos Carvalhos; a L. pelos campos de Liberato Jacques; e a O. pelo mesmo Jucutuá, e por campos de Agostinho Guarax.	8,000	Acha-se embargada por ordem do coronel Laballef.	Esta propriedade está embargada por ter constado a Laballef ter o proprietário em sociedade os mencionados interesses com o tenente-coronel Reis, dissidente daquelle Estado, como é verdade que essa sociedade existe; e ao depois de embargada, Laballef prometteu ceder a meação ao proprietário tenente Claro; e não este afim de receber a dita meação, elle respondeu pelo mesmo Laballef que não podia mais fazer, porque já tinha dado conta ao governo; e nestas circumstancias, este Brasileiro, quando pôde, passou 30 rezes para o Brasil, e Lamas mandou fazer duas tropas, que ambas fizeram o numero de mais de 3,000 rezes, em prejuizo este e de todo o visindario, porque é lei delles não dar refugio a ninguém, pelo que o soffrimento é geral.
11	Sargente	Antonio José Pacheco.	Aggregado do dito tenente Claro.	7,000	Fora exposto do terreno por ordem do dito Laballef.	Ainda tem o direito á sua marca, com o prejuizo de lhe não ter sido permitido marcar a producção do mesmo gado no decurso de tres annos.
12	Cidadão	Antonio Jacintho d'Oliveira.	Seis leguas de campo de sua propriedade que fazem limites ao N. pelo Guaró-Grande; ao S. com campos do tenente Claro Alves de Castro; a L. com campos de Liberato Jacques; e a O. com campos de Agostinho Guarax.	9,000	Abandonada em o anno de 1812.	Este proprietario diz de viva voz que abandonou sua fazenda por não ter mais dinheiro para pagar os pesados impostos, licenças, patentes, e mais direitos estipulados pelo governo actual, e achou-se reduzida esta família a uma extrema mendicância.
13	"	João Rodrigues.	Aggregado de Antonio Jacintho de Oliveira.	1,500	Idem.	Idem.
14	Tenente	Laurentino Rodrigues de Oliveira.	Idem.	1,000	Idem.	Idem.
15	Cidadão	José Luiz da Costa Farias.	Ex-arrendatario de parte do campo de Antonio Jacintho de Oliveira.	3,000	Pelo dito Farias.	Contra a vontade do proprietario, e é protegido por Lamas.
16	"	Liberato Rodrigues Jacques.	Dois leguas e meia de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaró; ao S. pelos campos do tenente Claro Alves; a L. pelos campos de D. Francisca d'Ormond; e a O. pelos campos de Antonio Jacintho de Oliveira.	6,000	Por capataz posto por ordem do proprietario.	Ignorou-se seus prejuizos.

NOMBRES.	QUALITÉ	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITS.	RÉSUMÉ DE CHAQUE TERRE POSSEDEE EN 1911.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
3	Citoyen.	Adão José de Carvalho.	Huit heues qui lui appartiennent, ayant pour limite au N. le Jucutu Mirim; au S. les champs de Manoel José de Carvalho; à l. le Jucutu-Grande; et à l'O. les champs de D. Maria Guedes.	7143. 2.000	Affermé à Agostinho Miller.	Le terme du bail est échu. Le fermier appelle le propriétaire pour lui rendre la ferme à la condition d'être indemnisé par lui des dommages que les forces commandées par le baron de Jacuhy ont causés à l'établissement. Le propriétaire craint d'aller dans l'Etat Oriental faire valoir son droit, car il est notoire que Lamas protège cet individu.
6	"	D. Maria Guedes.	Huit heues lui appartenant, ayant pour limite au N. les champs de Araújo; au S. le Tacumbú; à l. les champs de Adão de Carvalho; et à l'O. le même Tacumbú.	8.000	Le capataz et l'administrateur du cloch.	
7	Colonel.	Oriveito José Ortiz.	Dix-huit heues qui lui appartiennent, ayant pour limite au N. la petite course d'eau arroyo, Tacumbú; au S. le Niquirun; et la Cavilha de Goriolito; à l. le même Tacumbú; et à l'O. la rivière de l'Uruguay.	16.000	Affermé au baron de Jacuhy, et séquestré par ordre du colonel Lamas.	Le propriétaire afferma ce bien au baron de Jacuhy à cause des mauvais traitements qu'il eut à souffrir à plusieurs reprises de Lamas et de ses agents. Ces mauvais traitements altèrent au point qu'ayant eu la permission de faire un troupeau de 600 bœufs, et ayant payé les droits au départ, les pièces nécessaires obéissent, le troupeau fut saisi uniquement parce qu'il avait en déviation de la route qui lui avait été marquée. Son capataz et ses pions furent arrêtés; le capataz était le fils du propriétaire Gaspar José Ortiz. Huit jours après Lamas voulut rendre les bœufs, et comme le propriétaire ne voulait pas les recevoir, les fit abattre pour en avoir les cuirs. Teis furent les motifs pour lesquels le bien fut affermé au baron de Jacuhy; après le bail passé, et le séquestre établi, Lamas y fit prendre 2.000 têtes de bétail.
8	Major.	Oriveito José Ortiz fils.	Cinq heues des champs appartenant à son père le colonel Oliveira José Ortiz.	1.000	Abandonnée depuis 1811.	N'a pas voulu continuer à gérer ses propriétés sous le coup des violences continuelles qu'il a eu à souffrir; aussi s'est retiré, attendant l'avenir.
9	Citoyen.	Gaspar José Ortiz.	Idem.	800	Idem en 1811.	Idem.
10	Lieutenant.	Claro Alves de Castro.	Cinq heues en propriété, ayant pour limite au N. le champ de Antonio Jacuhy de Oliveira; au S. le Jucutu et les champs de Carvalho; à l. les champs de Liberato Jacques; et à l'O. le même Jucutu et les champs d'Agostinho Guaré.	8.000	Séquestrée par ordre du colonel Labatier.	Cette propriété fut placée sous le séquestre parce que Labatier fut informé que le propriétaire était en société avec qui était en avec le lieutenant colonel Reis, qui n'est pas partisan d'Orléans. Le séquestre mis, Labatier promit de remettre au propriétaire, lieutenant Claro, la moitié de ses biens, mais lorsque ce dernier fut pour les recevoir, Labatier lui répondit qu'il ne pouvait les lui livrer, l'affaire étant qui soumise au gouvernement. Dans ces circonstances le lieutenant Claro fit passer le ses champs sur le territoire brésilien, mais qu'il le put, 600 têtes de bétail. Lamas y fit faire alors deux troupeaux qui avaient ensemble plus de 2.000 têtes, aux dépens du propriétaire, et de tous ses voisins, car l'habitude est de n'avoir d'argent pour personne; la souffrance est commune.
11	Sergent.	Antonio José Pacheco.	Cinq sur les terres du dit lieutenant Claro.	7.000	A été expulsé par ordre du général Labatier.	A encore le droit à sa marque; il l'a été prohibé de marquer pendant trois ans ses élevés de bétail.
12	Citoyen.	Antonio Jacuhy de Oliveira.	Six heues de champs en propriété, ont pour limite au N. le Guarú Grande; au S. les champs du lieutenant Claro Alves de Castro; à l. les champs de Liberato Jacques; et à l'O. les champs d'Agostinho Guaré.	6.000	Abandonnée en 1811.	Ce propriétaire déclare qu'il a abandonné sa ferme toute d'argent pour payer les impôts exorbitants, les permissions, les papiers, et autres droits établis par le gouvernement. Cette famille se trouve dans une extrême misère.
13	"	João Rodrigues.	Colon de Antonio Jacuhy de Oliveira.	1.500	Idem.	Idem.
14	Lieutenant.	Laurentino Rodrigues de Oliveira.	Idem.	1.000	Idem.	Idem.
15	Citoyen.	Jose Luiz da Costa Farias.	Un fermier d'une partie des propriétés de Antonio Jacuhy de Oliveira.	3.000	Occupée par le dit Farias.	Contre la volonté du propriétaire; il est protégé par Lamas.
16	"	Liberato Rodrigues Jacques.	Deux heues et demi de champs en propriété, qui ont pour limite au N. le Guarú; au S. les champs du lieutenant Claro Alves; à l. les champs de D. Francisca d'Ormond; et à l'O. les champs de Antonio Jacuhy de Oliveira.	6.000	Par un capataz qui y a mis le propriétaire.	Pertes ignorées.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	QUANTO DE CADA FAZENDA POSSUI DE ÁREAS.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
17	Cidadão	D. Francisca d'Ormond, e seus filhos.	Duas leguas e meia de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quatô; ao S. pela Coxilha de Santa Rosa; a L. pelo campo de Vicente Gomes; e a O. pelo campo de Liberato Jacques.	Região 1.212	Idem.	Idem.
18	"	Antonio Machado.	Herdeiro na fazenda actual por quinhão interno.	Ignorase.	Embargada a sua parte por ordem do coronel D. Diego Lamas.	Foram embargados os interesses deste proprietário por ter passado uma tropa de 600 rezes de contrabando, e ter sido denunciado.
19	"	João Manoel de Souza.	Duas leguas de campo em emphyteosis.	1.000	Abandonada desde 1844.	Foram consumidos pelas forças ao mando do coronel D. Diego Lamas.
20	"	Jeremias Antonio de Bitancourt.	Cinco leguas de campo em emphyteosis.	5.000	Idem.	Este proprietário levantou neste campo 1200 rezes, que conduziu para as Tres Cruzes, e o resto tem sido consumido totalmente pelas forças ao mando do coronel Vergara, e do coronel D. Diego Lamas.
21	"	Vicente Gomes.	Quatro leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quatô; ao S. pela Coxilha de Santa Rosa; a L. com campos de João Manoel de Souza; e a O. com campos de D. Francisca d'Ormond.	3.000	Idem, e embargada pelas ordens do coronel D. Diego Lamas.	Este proprietário passou para o Brasil uma pequena tropa em tempo que não existia forças ali; foi denunciado quando vieram as forças actuaes, e por isso foi julgado contrabandista, e o coronel Lamas tem mandado constituir os restos dos interesses deste proprietário.
22	"	João Baptista d'Albuquerque.	Ocupa o mesmo campo que Jeremias Antonio de Bitancourt occupou em emphyteosis, que é conjuncto ao acampamento do coronel Lamas, em Quatô.	2.000	Entregou em sociedade ao alferes Freire.	Este proprietário, vendendo-se absolutamente sem nada, e privado do direito de reclamação, que não é admissivel naquelle Estado, e tendo-se-lhe offerecido este alleve para reparar seus bens, elle accetou a offeria, dando-lhe em sociedade a meação do que pudesse ajuntar de animaes, e o tem feito com a devida protecção do coronel Lamas, que mandando buscar tropas em outros lugares, dá a este alferes os Ozelhamos, que não tem contos de conta.
23	"	Jeremias Nunes.	Ocupava duas leguas de campo em emphyteosis na costa de Quatô, onde está hoje o acampamento do coronel Lamas.	1.000	Abandonada.	Tiveram rezes para o Brasil; o qual foi consumido no acampamento do coronel Lamas.
24	"	Emilio Sogener, João Ramos.	Ocupava duas leguas de campo em emphyteosis ao S. de Sarandy.	3.000	Pelo estado, desde a presidencia do general Rivera.	Por não se conhecer naquelle paiz o costume de arrendar a propriedade, e por inação com conveniencia propria daquelle governo, não se fez publica a morte deste proprietario, para que concorressem os interessados.
25	"	Constantino José Dias.	Tamem occupa duas leguas de campo em emphyteosis ao S. de Sarandy.	2.000	Abandonada.	Ignorase.
26	"	Jose Ferreira Ribeiro.	Ocupa tres leguas de campo em emphyteosis nas pontas de Sarandy, ao S.	3.000	Por Vicente Pereira, e está embargada por ordem do coronel Lamas.	Passou o arrendamento do campo e do arado ao capitão Vicente Pereira; ignorase em que epocha.
27	"	Manoel da Rosa.	Idem.	2.000	Abandonada e também embargada.	Ignorase.
28	"	Liberato Teixeira.	Idem.	1.500	Idem.	Idem.
29	"	Marcos de Souza.	Arrendatario de duas leguas de campo de propriedade de João Chavesin, nas pontas de Sarandy, ao N. deste.	4.000	Pelo arrendatario.	
30	"	Nasario José de Souza.	Ocupa duas leguas de campo em emphyteosis ao S. de Sarandy, e ao N. da Coxilha de Santa Rosa.	1.500	Por capitão posto por ordem do arrendatario.	Ignorase seus prejuizos.
31	"	D. Ignacia Ferreira Serpa, e seus filhos.	Ocupa cinco leguas em emphyteosis entre Marajá e Mandijú, ambas ao Uruguay.	2.000	Por capitão posto pelo proprietario.	Idem.
32	"	Jose Leao.	Aggregado da mesma D. Ignacia Serpa.	1.500	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Ignorase o motivo do embargo.
33	"	Zelirino Dias.	Ocupa um pedaço de campo sem dono nas pontas de Mandijú.	1.000	Tem capitão.	Ignorase seus prejuizos.
34	"	Viuva do chamado Luiz Ignacio, e seus filhos.	Ocupa quatro leguas de campo em emphyteosis entre Guavijú e arado do Tigre.	12.000	Idem, como adiante se mostra.	Passado o direito de emphyteuta a outra pessoa que ignorase quem seja, vendendo todos os seus interesses que a tinha a essa mesma pessoa.
35	"	Ant. Corôa de Camargo.	Aggregado da dita viuva.	3.000	Tem capitão.	Ignorase.
36	"	João Dias Ferreira.	Tres leguas de campo de sua propriedade, limitadas ao N. pelo arroio de Tigre; ao S. pelo Guavijú; a L. por campos do alferes Joaquim Dias; e a O. pelo rio Uruguay.	1.000	Pelo proprietario.	Ignorase seus prejuizos.
37	Alferes	Joaquim Dias Ferreira.	Tres leguas de propriedade, divididas ao N. pela Coxilha de Mandijú e campos do coronel Oliverio; ao S. pela Coxilha; a L. pela mesma Coxilha e pontas de Guavijú; e a O. pelos campos de João Dias Ferreira.	5.000	Por uma pessoa posta pelo proprietario.	Idem.

QUALITÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE, ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DE CHAMP EN HECTARES.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
Citoyen.	D. Francisco d'Ormond, et ses fils.	Deux lieues et demie en propriété, ayant pour limite au N. le Quaró; au S. la Coxilha de Santa Rosa; à l. le champ de Vicente Gomes; et à l'O. le champ de Liberato Jacques.	777es. 1339	Idem.	Idem.
"	Antônio Machado.	Propriétaire du susdit champ pour ce qu'il a hérité de son père.	Chiffre inconnu.	Sa part a été sequestrée par ordre du colonel Lamas.	Les biens de ce propriétaire ont été sequestrés parce qu'on l'a dénoncé comme ayant fait passer par contrebande un troupeau de 600 bœufs.
"	João Manoel de Souza.	Deux lieues de champ qu'il possède par bail emphytéotique.	1.000	Abandonnée depuis 1813.	Tout le bétail consommé par le corps des troupes du colonel D. Diogo Lamas.
"	Jeremias Antonio de Bitancourt.	Cinq lieues de champs qu'il possède par bail emphytéotique.	5.000	Idem.	Ce propriétaire a pris avec lui mille têtes de bétail de ce champ et les a emmenés aux Trois Croix. La reste a été consommée par les corps de feu le colonel Vergara, et du colonel D. Diogo Lamas.
"	Vicente Gomes.	Quatre lieues en propriété, ayant pour limite au N. le Quaró; au S. la Coxilha de Santa Rosa; à l. les champs de João Manoel de Souza; et à l'O. les champs de D. Francisco d'Ormond.	3.000	Idem; sequestrée par ordre du colonel D. Diogo Lamas.	Ce propriétaire a fait passer au Brésil quelques animaux dans le tenon où il n'y avait point de forces sur les lieux. Depuis ce temps pour ce fait quand les forces actuelles sont arrivées, il a été considéré comme coupable de contrebande. Le colonel Lamas a livré à la consommation le reste du bétail appartenant à ce propriétaire.
"	João Baptista d'Aquino.	Occupe la partie de la campagne que Jeremias Antonio de Bitancourt a occupée par bail emphytéotique, attenante au camp du colonel Lamas dans le Quaró.	2.000	S'y est associé le sous-lieutenant Freijó.	Ce fermier se voyant réduit à rien et dans l'impuissance même de réclamer, droit qui n'est pas admis sur ce territoire, accepta l'offre que lui fit le sous-lieutenant Freijó de rétarder sa fortune à la condition de lui donner la moitié du bétail qu'il parviendrait à recueillir, entreprise dans laquelle il réussit par la protection dévouée du colonel Lamas, qui faisant enlever des animaux dans d'autres localités, donna à ce sous-lieutenant les chevaux reformés, qui ne sont pas pris en compte pour les entrées.
"	Jeremias Nunes.	Occupait deux lieues de champs par bail emphytéotique sur la côte de Quaró, on se trouve aujourd'hui le camp du c. ^o Lamas.	2.000	Abandonnée.	A fait passer 500 têtes de bétail sur le territoire brésilien; le reste consommé dans le camp de colonel Lamas.
"	Ancien sergent José Ramos.	Occupait deux lieues de champs en emphytéose au S. de Sarandý.	3.000	Par l'état depuis la présidence du général Rivera.	Les héritiers, descendants, ou ascendants de ce propriétaire n'étant pas connus dans le pays ne se sont pas présentés par suite de l'inaction intéressée du gouvernement, qui ne fit aucune publication relative au décès.
"	Constantino José Dias.	Occupe aussi deux lieues de champs en emphytéose au S. de Sarandý.	2.000	Abandonnée.	On ignore le motif.
"	José Teixeira Brasil.	Occupe deux lieues de champs en emphytéose sur les hauteurs de Sarandý, au sud.	3.000	Par Vicente Pereira et est sequestrée par ordre du colonel Lamas.	A passe les baux du champ et du bétail au capitaine Vicente Pereira; on ignore pourquoi et à quelle époque.
"	Manoel de Rosa.	Idem.	2.000	Abandonnée et sequestrée.	On ignore le motif.
"	Liberato Teixeira.	Idem.	1.500	Idem.	Idem.
"	Marcos de Souza.	Ayant à l'en. deux lieues de champ appartenant à João Clavelin sur les hauteurs de Sarandý, au nord.	4.000	Le fermier.	
"	Nasario José de Souza.	Occupe deux lieues de terres par bail emphytéotique au S. de Sarandý, et au N. de la Coxilha de Santa Rosa.	1.200	Le capitaine mis par le fermier.	On ignore ses pertes.
"	D. Ignacia Ferreira Serpa, et ses fils.	Occupe cinq lieues de terres par bail emphytéotique entre Nhaquiran et Mandijú, avec les fonds sur le Uruguay.	8.000	Capataz mis par le propriétaire.	Idem.
"	José Leão.	Colon sur les champs de la susdite D. Ignacia Ferreira Serpa.	1.600	Trappe de sequestrée par le colonel Lamas.	On ignore la cause du sequestre.
"	Zeferino Dias.	Occupe une partie de champ sans propriétaire sur les hauteurs de Mandijú.	1.500	Il a un capataz.	Pertes ignorées.
"	Veuve de feu Luiz Ignacio, et ses fils.	Occupe quatre lieues de champs par bail emphytéotique entre Guaviju et la petite source du Tigre (arroio).	12.000	Idem, comme on le dit dans la suite.	Ils ont passé le bail emphytéotique à un autre individu, à qui ils ont vendu tout le bétail qu'ils y possédaient.
"	Ant. Correa de Camargo.	Colon de la susdite veuve.	3.000	Il a un capataz.	Pertes ignorées.
"	João Dias Ferreira.	Occupe trois lieues de champs, sa propriété, ayant pour limite au N. la petite source du Tigre (arroio); au S. le Guaviju; à l. les champs du lieutenant Joaquim Dias; et à l'O. la rivière de l'Uruguay.	1.200	Par le propriétaire.	Pertes ignorées.
Lieutenant.	Joaquim Dias Ferreira.	Trois lieues en propriété, ayant pour limite au N. la Coxilha de Mandijú et les champs du colonel Oliverio; au S. le Guaviju; à l. la même Coxilha et les hauteurs de Guaviju; et à l'O. les champs de João Dias Ferreira.	5.000	Par un individu mis par le propriétaire.	Idem.

N.º DOS MEMBROS.	GRADUAÇÃO.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	CUBO DE CUA TOTAL DO FISCAL DE 1882.	POR QUEM OCCUPADA.	OBSERVAÇÕES.
58	Condão	José Antonio dos Santos.	Aggregado do mesmo alferes Dias.	16,250	Abandonada.	Idem.
59	"	Ernanno Bica.	Em campos de propriedade de Francisco Liqueque nas pontas de Galvija, ao S. deste.	2,250	Por capataz posto pelo proprietário.	Idem.
60	Capitão	Hypolino Gutto Cardoso.	Dez leguas de campo arrendadas de Francisco Liqueque, no Passo das Vacas.	15,000	Embargada em 1850 por ordem do coronel Lamas.	Este proprietário perdeu em uma casa de negocio que teve em Belém 21,350 pesos, como provou com seus credores. Saque feito por Paschoal Lehaque, em 1838, quando derrotado em Cagancha, e no mesmo dia, foi saqueada sua familia na Estancia, e suas posses, 60 arrobas de farinha, 12 annos em cria de mulas, 5,300 rezes de cria e o que tudo depois de avaliado por peritos nomeados pela autoridade local, faz a somma de 2,500 pesos. Em Agosto de 1847 foi embargada a dita estancia para o proprietario passando gados para o Brasil de contrabando, e para o desembargo pagou a Lamas 5,500 pesos e 100 cavalos marcos; e em 1850 tomou Lamas a embargar a estancia por ter o proprietario acompanhado o barão de Jaculy, e ja levantando tres mil e tantas rezes, com prejuizo dos proprietarios brasileiros daquelle municipio.
61	Condão	Feliciano Jose de Albuquerque.	Aggregado do dito capitão	Ignorase.	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	
62	"	Segismundo Lopes.	Quatro leguas de propriedade, divididas ao N. com os campos de Liqueque e ao S. pelo Jaculy e a L. pelo arroio Palmacolla e ao O. com os campos do mesmo Liqueque.	3,250	Pelo proprietario.	Tem periclado muitos factos.
63	"	Antonio Talaviera.	Aggregado de Segismundo Lopes.	Ignorase.	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Ignorase a razão do embargo.
64	Condão	Geminio Ferreira Vale e C.	Occupa duas leguas e meia de campos de emphyteosis, junto a Palmacolla.	1,000	Pelo dono.	Idem.
65	Condão	Joaquim Rodrigues Santa Anna e C.	Dois leguas e meia de campo em emphyteosis, tambem junto a Palmacolla.	2,250	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	
66	Fazendeiro	Urbano Rodrigues Santa Anna.	Em campos de propriedade puzios, junto a Palmacolla, ao S. deste.	1,250	Idem.	Idem.
67	Condão	Serafim Rodrigues Santa Anna.	No mesmo terreno.	500	Idem.	Idem.
68	"	D. Felicidade Santa Anna e seus filhos.	Cinco leguas de campo em emphyteosis entre Jaculy e Palmacolla.	2,500	Abandonada.	Perdeu todos os seus interesses em consequencia do que se segue.
69	"	Abel Rodrigues Lopes.	Aggregado de D. Felicidade Santa Anna.	750	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Embargada por ter passado gados para o Brasil reverendo em prejuizo de sua beneficiaria D. Felicidade Santa Anna.
70	"	Santos Martins Pinto.	Aggregado da mesma D. Felicidade Santa Anna.	1,000	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Por ter levantado mais de 2000 rezes para o Brasil.
71	"	Luiza de Lacio Teixeira, e seus filhos.	Idem.	500	Pela proprietaria.	Não tem sofrido prejuizos.
72	"	D. Thomazina Emma de Carvalho, e filhos.	Idem.	450	Idem.	Idem.
73	Fazendeiro	Manoel Muniz Soares.	Tres e tres quartos de leguas de sua propriedade, limitadas ao N. com o campo de Manoel Jose de Carvalho; ao S. pelo Jaculy; a L. pelo mesmo Jaculy e ao O. pelo arroio das Pavas.	3,500	Por capataz posto pelo proprietario.	
74	Condão	José Gregorio Benvenuto.	Tem seus interesses dentro da propriedade acima, é sogro do proprietario, e tambem vive na provincia do Rio Grande do Sul.	6,000	Idem.	Idem.
75	"	Libanio Correia de Souza.	Mora em uma chácara junto a povoação de Belém.	400	Pelo dono.	Não consta ter tido prejuizo.
76	"	D. Maria Correa, e seus filhos.	Em outra chácara junto ao mesmo povo.	600	Pela dona.	Idem.
77	"	Jose Ricardo.	Dois leguas de campo, arrendadas de D. Eufrazia, junto ao arroio Arapely Grande, ao N. deste.	1,250	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Embargo feito em consequencia do proprietario vir-se retirando para o Brasil sem ordem ou licença, temendo o resultado da invasão feita naquelle Estado pelo barão de Jaculy.
78	"	Tristão Ricardo.	No mesmo terreno que occupa o irmão acima.	400	Idem.	

QUANTÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE, ET SES LIMITES.	RENDU DE CHAQUE FERMIER POUR LA RENTE.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.	
8	Citoyen.	José Antonio dos Santos.	Colon du dit lieutenant Dias.	Idem.	Idem.	
9	"	Firmino Bica.	Occupe des champs appartenants à Francisco Liqueque sur les hauteurs du Guajú, au sud.	2,500	Capataz mis par le propriétaire.	Idem.
10	Capitaine.	Hypólito Giraldo Cardoso.	Occupe dix lieues de champs à rente appartenant à Francisco Liqueque dans le Passo das Vacas.	5,000	Séquestrée en 1830 par ordre du colonel Lamas.	Ce propriétaire a perdu dans une maison de commerce qu'il avait à Belém 21,500 piastres, comme il l'a prouvé à ses créanciers, par le fait de spoliation commise par Paschoal Liqueque en 1829 lors de la déroute de ce chef à Cagancha; et le même jour il eut sa ferme pillée et sa famille dépossédée; ses bétails enlevés ainsi que 800 arrobes de maïs, 300 animaux pour production de mules et 3000 têtes de bétail destinées à l'élevage, le tout ayant été évalué à 2,500 piastres par des experts nommés par l'autorité locale. Au mois d'Avril 1847 cette ferme fut saisie, le propriétaire ayant fait passer dans le Brésil des animaux par contrebande, et pour la levée du séquestre il fallut donner à Lamas 3,500 piastres et 100 chevaux dressés. En 1859 Lamas trouva l'établissement d'un nouveau séquestre, vu que le propriétaire avait accompagné le baron de Jacuhy; et plus de trois mille têtes de bétail ont depuis été enlevées de ces localités aux dépens des propriétaires brésiliens du territoire.
11	Citoyen.	Feliciano José de Albuquerque.	Colon du susdit capitaine.	Inconnu	Séquestrée par ordre du colonel D. Diogo Lamas.	
12	"	Segismundo Lopes.	Quatre lieues en propriété, ayant pour limite au N. les champs de Liqueque; au S. le Jacuhy; à l. la petite source Palmaçolla; à l'arroyo; et à l'O. les champs du même Liqueque.	500	Par le propriétaire.	Il en tire un grand produit.
13	"	Antonio Talavera.	Colon de Segismundo Lopes.	Inconnu	Séquestrée par ordre du colonel Lamas.	On ignore la cause du séquestre.
14	Sous-lieuten.	Genúmo Ferreira Vaire et C.	Occupe deux lieues et demie de champs en emphytéose près de Palmaçolla.	1,000	Par le propriétaire.	Idem.
15	Citoyen.	Joaquim Rodrigues Santa Anna et C.	Occupe aussi deux lieues et demie de champs en emphytéose près de Palmaçolla.	2,500	Séquestrée par ordre du colonel D. Diogo Lamas.	
16	Lieutenant.	Ubaldo Rodrigues Santa Anna.	Des champs appartenant à la nation près de Palmaçolla au sud.	1,500	Idem.	Idem.
17	Citoyen.	Seraphim Rodrigues Santa Anna.	Le même terrain.	500	Idem.	Idem.
18	"	D. Felicidade Santa Anna, et ses fils.	Cinq lieues de champs en emphytéose entre Jacuhy et Palmaçolla.	2,500	Abandonnée.	A été tenue par le même fait que ci après.
19	"	Agostinho Rodrigues Lopes.	Colon de D. Felicidade Santa Anna.	500	Séquestrée par ordre du colonel D. Diogo Lamas.	Séquestrée, le propriétaire ayant fait passer des bétails sur le territoire brésilien; ce qui a tourné aussi au préjudice de sa bienfaisance D. Felicidade Santa Anna.
20	"	Santos Martins Pinto.	Colon de D. Felicidade Santa Anna.	500	Séquestrée par ordre du colonel Lamas.	Pour avoir fait passer à Rio Grande plus de 2000 têtes de bétail.
21	"	Veuve de Lucio Ferreira, et ses fils.	Idem.	500	Par la propriétaire.	Ene n'a pas souffert des pertes.
22	"	D. Thomaz da Cunha de Carvalho, et ses fils.	Idem.	400	Idem.	Idem.
23	Lieutenant.	Manoel Muniz Soares.	Trois lieues et trois quarts de champs en propriété, ayant pour limite au N. le champ de Manoel José de Carvalho; au S. le Jacuhy; à l. le même Jacuhy; et à l'O. la petite source (arroyo) das Pavas.	3,000	Capataz mis par le propriétaire.	
24	Citoyen.	José Gregório Benedicto.	Est intéressé dans la susdite propriété; il est le beau-père du propriétaire, et habite la province de Rio Grande.	6,000	Idem.	Idem.
25	"	Labiano Corrêa de Souza.	Demeure dans une maison de campagne près de Belém.	400	Par le propriétaire.	On ignore s'il a subi des pertes.
26	"	D. Maria Corrêa, et ses fils.	Demeure dans une autre maison de campagne près du même endroit.	600	Par le propriétaire.	Idem.
27	"	José Ricardo.	Deux lieues de champs tenus à cens de D. Eufrázia près l'arroyo Arapahy-Grand, au nord.	1,500	Séquestrée par ordre du colonel D. Diogo Lamas.	Le séquestre s'est retiré au Brésil sans ordre ou permission, craignant les suites de l'invasion de l'Etat Oriental par le baron de Jacuhy.
28	"	Tristão Ricardo.	Le même terrain que son frère occupe.	400	Idem.	

NUMEROS.	CHAMADAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERREXOS QUE CADA EXZENTEIRO OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR QUE CADA FAMILIA DO POSTO DEVE PAGAR.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
59	Cidadão	D. Maria Clara, e seus filhos.	Tres leguas arrendadas da mesma proprietaria acima, e tambem junto ao Arapely-Grande, e ao N. do mesmo.	Reis 5,000	Esteve embargada por ordem do coronel Laballoy, e está embargada por ordem do coronel Lamas.	Com o primeiro embargo vios-se privada de todo usufructo de sua propriedade pelo tempo de cinco annos, e representando a proprietaria ao general Oribe suas privações, por orgão de seu filho José Ricardo, este general lhe mandou entregar sua propriedade, ja completamente destruida. A proprietaria está refugiada na villa Uruguayana desde 1814, e elle é absolutamente estranho o motivo do novo embargo a seus interesses.
60	Cidadão	Manoel Silveira.	Duas leguas de campo arrendadas de D. Francisco Possinho, junto à Costa do Jacuhy, ao S. deste.	800	Pelo dono.	Ignora-se seus prejuizos.
61	"	Demetrio Antonio de Souza.	Ocupa campos do Estado junto à costa do Jacuhy, ao S. deste.	200	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Ignora-se o motivo do embargo.
62	Tenente	Manoel Muniz Simões.	Uma e tres quartos de legua de campo proprio, que se divide ao N. pela Covilha de Belem; ao S. pelo Arapely-Grande e Nico; a L. pela Sanga de Illeita; e ao O. pela Sanga de Talia.	2,500 reizes de criar e 800 novillos.	Dada pelo general Oribe ao major Lopez, da divisao do coronel Lamas.	O proprietario ignora as informações que teve este general para fazer tal dadição, visto não ter o mesmo proprietario centralido divida alguma, particular ou publicã, com este general ou seus agentes, pois que se encontra quite com o governo oriental das compras que fez no mesmo.
63	Cidadão	Constantino Jacques.	Ocupa campos do Estado junto a Jacuhy, ao S. deste.	700	Pelo dono.	Tem sido feliz.
64	"	D. Felicidade Maria Severo, e seus filhos.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se limitão ao N. pela Covilha de Belem, ao S. pelo Arapely-Nico; a L. pelo arroio de Sebayo; e ao O. com campos do tenente Manoel Muniz.	1,200	Por capitão posto pela proprietaria.	Esta proprietaria arrendou a Antonio Pimentel duas e meia leguas deste campo de sua propriedade, como abaixo se vê, e essa parte se acha embargada, e tanto neste campo como no de Muniz tem sido levantados os gados por ordem dos coronéis Laballoy e Lamas, com grande prejuizo da proprietaria, seus herdeiros, e mais pessoas de sua familia, que estavam de seus agregados.
65	"	Francisco Luiz Pinto.	Aggregado da mesma Sra. D. Felicidade.	700	Abandonada.	Por considerar tudo perdido.
66	"	José Alexandre Pinto.	Idem.	200	Idem.	Idem.
67	"	Daniel Antonio Boretho.	Idem.	300	Idem.	Idem.
68	"	Antonio Pimentel.	E' arrendatario de duas leguas e meia de campo da propriedade da referida Sra. D. Felicidade.	3,500	Embargada por ordem do coronel Laballoy.	Este proprietario retirou-se para a provincia do Rio Grande do Sul em 1810, deixando a cargo de seus interesses D. Francisco Palomek, Oriental; ignora-se as condições entre ambos, e sabe-se que o embargo feito nos mencionados bens e em consequencia de Palomek ser ali contemplado por colonato.
69	"	Francisco Antunes da Silva.	Aggregado da supra dita senhora.	150	Abandonada.	Por considerar tudo perdido.
70	"	Tristão João Severo.	Idem.	200	Idem.	Idem.
71	"	Fortunato Fernandes Lima.	Ocupa duas leguas de campo pertencente ao Estado, junto à Ilha de Sebalho, e ao S. desta.	2,000	Entregue tudo a Angelo Estecheo, Argentino.	Vendo este proprietario que perdia tudo por motivo dos continuos levantes de gados pelas forças do coronel Lamas nos campos de Antonio Pimentel, que fazem divisa falsa com este, e estando privado de remover seus interesses para outra parte por privação de Lamas, deu todos os seus interesses por mil reizes a este Argentino, com condição deste lhe dar as mil reizes de gado da mesma fazenda, postas em Catalan, o que cumprio porque tinha licença de Lamas ja anticipada ao negocio.
72	"	Viuva do finado Manoel Bento, e filhos.	Em campos do Estado, e ignora-se se arrendados ou não, sendo junto a Arapely-Nico, na barra das Avaias, e ao N. de ambos.	1,000	Abandonada.	Ignora-se a razão do abandono.
73	"	Manoel Marques Vianna.	Idem junto ao mesmo arroio de Arapely-Nico, e ao N. deste.	600	Entregue ao Oriental Felipe Tamarco.	Ignora-se o negocio entre ambos, e sabe-se que o proprietario Marques effectou este negocio por não poder pagar os grandes impostos actualmente em praxe, e o arrendamento do campo: do que tudo esta isento o dito Tamarco, por ser affecto a causa do general Oribe.
74	"	José Marques Vianna.	Idem.	3,500	Idem.	Idem.
75	"	Murianno Marques Vianna.	Idem.	1,600	Idem.	Idem.

NUMÉROS.	QUALITÉ	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITES.	PÉRIODE DE CULTURE DÉTERMINÉE PAR LE FERMIER	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
59	Citoyen.	D. Maria Clara, et ses fils.	Trois lieues de champs tenus à cens de la susdite propriétaire près l'Arapahy Grande, au nord.	Letras. 3.000	Fut séquestrée par or- dre du colonel Laba- rel, et le séquestre y a été mis de nou- veau par ordre du colonel Lamas.	Le premier séquestre l'avait privée de tout produit pendant 3 ans; son fils José Ricardo ayant fait connaître sa position malheureuse au général Oribe, ce ge- néral lui fit rendre sa ferme; mais déjà complètement ruinée. La propriétaire est actuellement réfugiée dans la ville d'Uru- guayana; elle ignore entièrement le mo- tif du nouveau séquestre.
60	"	Manoel Silveira.	Deux lieues de champs tenus à cens de D. Francisco Pousinho, près la côte du Jacuhy, au sud.	500	Par le propriétaire.	On ignore les pertes.
61	"	Demetrio Antonio de Souza.	Occupe des champs de l'Etat près la côte du Jacuhy, au sud.	200	Séquestrée par ordre du colonel Lamas.	On ignore la cause du séquestre.
62	Lieute- nant.	Manoel Muniz Simões.	Une lieue et trois quarts de champs en propriété, ayant pour limite au N. la Co- xilha de Belém; au S. l'Arapahy Grande et Nico; à l'E. la Sanga de Itirama; et à l'O. la Sanga de Taíla.	2.000 têtes de bétail d'élevé et 500 jeunes taureaux.	Le général Oribe l'a donnée au major Lo- pes de la division du colonel Lamas.	Le propriétaire ignore sur quels renseig- nements le général a pu se décider à faire cette donation, vu qu'il n'a contracté de dettes ni particulières, ni publiques avec ce général ou ses agents, se trouvant d'ail- leurs quitte envers le gouvernement orien- tal pour les achats qu'il lui a faits antérie- rement.
63	Citoyen.	Constantino Jacques.	Occupe des champs de l'Etat près de Jacuhy, au sud.	700	Par le propriétaire.	Il a été heureux.
64	"	D. Felicidade Maria Se- vero, et ses fils.	Cinq lieues de champs en propriété, ayant pour limite au N. la Coxilha de Be- lém; au S. l'Arapahy-Nico; à l'E. l'arrua de Sebayer; et à l'O. les champs du lieute- nant Manoel Muniz.	1.500	Par le capitaine mi- par le propriétaire.	Comme on le voit ci-après, cette pro- priété a été donnée à cens à Antonio Pina- rel, deux lieues et demie de ce champ lui appartenant, aujourd'hui sous le séquestre. On a enlevé le bétail de ce champ et de ce- lui de Maniz par ordre des colonels Laba- rel et Lamas, avec un préjudice immense pour la propriétaire, ses héritiers et autres personnes de sa famille, aggrégées à l'ex- ploitation des terres.
65	"	Francisco Luiz Pinto.	Colon de la susdite D. Felicidade.	700	Abandonnée.	Ayant cru le tout perdu.
66	"	Jose Alexandre Pinto.	Idem.	200	Idem.	Idem.
67	"	Daniel Antonio Botelho.	Idem.	300	Idem.	Idem.
68	"	Antonio Pimentel.	Est tenancier de deux lieues et demie de champs appartenant à la susdite D. Feli- cidade.	3.000	Séquestrée par ordre du colonel Labarel.	Ce propriétaire s'est retiré dans la pro- vince de Rio Grande du Sud en 1849, lais- sant chargé de ses intérêts D. Francisco Pa- lomek, Oriental. On ignore l'arrangement fait entre eux; mais on sait que les susdi- tes ont été séquestrés parce que Palomek y est tenu pour colono.
69	"	Francisco Antunes da Silva.	Colon de la susdite D. Felicidade.	100	Abandonnée.	Ayant cru le tout perdu.
70	"	Frisão João Severo.	Idem.	200	Idem.	Idem.
71	"	Fortunato Fernandes Lima.	Occupe deux lieues d'une terre apparte- nant à l'Etat, terre contigue à l'île de Se- balho, au sud de cette île.	2.000	Le tout livré à Angelo Lischo, Argentin.	Ce propriétaire voyant qu'il perdrait tout à cause de l'enlèvement continué du bétail pour les forces du colonel Lamas dans les champs d'Antonio Pimentel, limi- trophes du sien, et empêché par Lamas de disposer autrement de ses biens, les donna tous à l'Argentin Lischo pour mille têtes de bétail dont celui-ci lui ferait la remise à Catalan; ce qui fut effectué, la permission en ayant été obtenue d'avance de Lamas.
72	"	La veuve de D. Manoel Bento, et fils.	Sur les terres de l'Etat (à bail ou non, ce qui n'est pas constaté) terres contigues à l'Arapahy-Nico, à l'entrée de Avarias, et au nord de ces deux rivières.	4.000	Abandonnée.	On ignore la cause du délaissement.
73	"	Manoel Marques Vian- na.	Idem contigue au même cours d'eau d'Arapahy-Nico et au nord de celui-ci.	200	Livré à l'Oriental Fe- lippo Tamaréo.	On ignore à la suite de quel arrangement entre les intéressés, on sait seulement que le propriétaire Marques l'a fait parce qu'il ne pouvait plus payer les lourdes taxes es- tablies, non plus que le fermage du champ, charges dont est exempt le dit Tamaréo vu qu'il est attaché à la cause du général Oribe.
74	"	José Marques Vianna.	Idem.	3.500	Idem.	Idem.
75	"	Mariano Marq. Vian- na.	Idem.	1.200	Idem.	Idem.

NUMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDEIRO OCCUPA E SEUS LIMITES.	CLASSE DE CADA FAZENDA DE 1850 DE 1852.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
76	Cidadão	D. Rosaura Ferreira Bica.	Quatro leguas e meia de propriedade que limitão-se ao N. com campo de Manoel José de Carvalho; ao S. pelo arroio das Canhas; a L. por uma Sanga que desagua no mesmo arroio Canhas; e ao O. pelo arroio de Patitas.	Rezes 600 e 400 novinhos	Abandonada desde 1812.	Nesta propriedade está estabelecido Xisto Dias, e tem disposto de gados da propriedade e de seus vizinhos, que por ventura agoram em dito campo.
77	Cidadão	Xisto Dias.	Aggregado da dita D. Rosaura.	500	Pelo dono.	Tenese feito leniz fazendo a ruina e sua benfeitoria.
78	"	Serino Ignacio.	Ocupa campos do Estado na costa de Canhas, ao N. deste; ignora-se que extensão.	300	Ocupada pelo Santafesino Paschoal Echague.	Ignora-se seus tratos, ou conveniências.
79	"	Zetrino Ignacio.	Idem.	1,500	Entregue a Angelo Techo.	
80	"	Antonio Urbano Caceres.	Idem.	400	Tem gente posta pelo dono.	Ignora-se.
81	"	Viuva de Vicente Dias, e seus filhos.	Ocupa quatro leguas de campo entre Canhas e Arapehy-Nico, e ignora-se se é de sua propriedade.	5000	Por capataz posta pela proprietaria.	
82	"	Bento Dias.	Tres leguas sobre a costa de Canhas ao S. deste, e tambem se ignora se é ou não de sua propriedade.	800	Pelo dono.	
83	"	D. Eufrasia, hoje sem filhos.	Tres leguas de propriedade que se dividem ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapehy-Nico; a L. com os campos de D. Firmina Muniz; e a O. com campos que occupa Vicente Dias.	2,500	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Ignora-se a causa do embargo.
84	"	D. Firmina Muniz, e seus filhos.	Cinco leguas de propriedade que se dividem ao N. com a Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapehy-Nico; a L. com a mesma Coxilha; e a O. com campos de D. Eufrasia.	4,000	Embargada por ordem do coronel Lamas, a metade, e outra metade é occupada por pessoa da proprietaria.	A oração embargada pertencia ao finado Agostinho Guarxe por ter sido socio do finado marido da proprietaria.
85	"	Antonio Ilheo.	Aggregado nos campos de D. Firmina Muniz.	Ignora-se.	Arrendada a Rontaco Picote; e ao de pois foi Embargada por ordem do coronel Lamas.	O arrendatario sofreu este embargo por ser afficto a causa do general Rivera.
86	"	José Braseiro.	Tres leguas de campo em emphyteuta, entre Quaró e Tres Cruzes, que hoje se diz ser Labalhes dono do dito campo, como adiante se mostra.	6,000	Abandonada por viciencia.	Labalhes chamou a este e a outro proprietarios que abaixo se numero, e lhes disse que elle ali tinha quatorze leguas de campo de sua propriedade, e exigia de cada um o arrendamento do campo que occupava, o que forçadamente fizeram, pagando em gado o arrendamento exigido; e este logo que recebeu, ordenou que no preciso prazo de noventa dias quera seu campo desocupado; os proprietarios não o puderam fazer por causa da estação invernos. Labalhes destructa de mais de 20,000 rezes ali ter mettido uma só, e ja retirado tropas de corte e de criar.
87	"	João Braseiro.	Aggregado no campo acima.	200	Idem.	Idem.
88	"	Francisco Luiz Braseiro.	Duas leguas no Rincón de Quaró em emphyteuta, de que tambem hoje esta Labalhes de posse.	1,200	Idem.	Idem.
89	Capitão	José Soqueira (já fallecido), hoje seus filhos.	Duas leguas de campo de emphyteuta sobre a costa de Quaró, ao N. deste, tambem está Labalhes.	2,500	Idem.	Idem.
90	Major	José Silveira da Lousa.	Tres leguas em emphyteuta, junto ás Tres Cruzes e á barra do arroio Pellado, ao S. deste, que tambem Labalhes tomou conta.	8,000	Idem.	Idem.
91	Cidadão	Americo Antonio de Souza.	Aggregado do dito major Silveira.	1,500	Idem.	Idem.
92	"	Marcellino Alcido.	Aggregado de Americo Antonio de Souza.	500	Embargada por viciencia.	Vejase a observação de João Braseiro.
93	"	Viuva do alferes Francisco Machado Pacifico, e seus filhos.	Tres leguas de campo em emphyteuta na costa de Quaró-Nico; ao N. deste, tambem está Labalhes de posse.	3,000	Idem.	Idem.
94	"	Manoel Gonçalves Canhoto.	Legua e meia de campo em emphyteuta na mesma costa de Quaró-Nico, ao N. deste, e tambem está Labalhes de posse.	2,000	Idem.	Idem.
95	Capitão	José Mullina.	Uma legua de campo em emphyteuta na mesma costa de Quaró-Nico, ao N. deste, tambem em posse de Labalhes.	7,000	Idem.	Idem.

QUANTITÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE, ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DE CHAQUE FERMIER POSSEDANT 15 492.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
Citoyen.	D. Rosaura Ferreira Bicca.	Quatre lieues et demie de propriété, bornées au N. par le champ de Manoel José de Carvalho; au S. par le cours d'eau (arroyo) de Canhas; à l'E. par une <i>Sanga</i> qui se jette dans l'arroyo de Canhas; et à l'O. par l'arroyo de Patitas.	2700. 1,000	Abandonnée depuis 1813.	Sur cette propriété se trouve établi Xisto Dias, qui dispose de troupeaux de la propriété et de ses voisins, qu'il prend à discrétion dans la campagne.
"	Xisto Dias.	Établi comme colon sur les terres de la susdite D. Rozaura.	500	Par le propriétaire.	A fait sa fortune par la ruine de sa bienfaitrice.
"	Serino Ignacio.	Occupe des terres appartenant à l'Etat, sur les côtes, au nord de Canhas; on ignore l'étendue.	500	Occupée par Santafés; na Paschoal Echagüe.	On ignore son trafic et les arrangements qu'il a pris.
"	Zeferino Ignacio.	Idem.	1,500	Lavée à Angelo Trecho.	
"	Antonio Urbano Caceres.	Idem.	400	Habité par des gens qu'y a mis le propriétaire.	On ignore le reste.
"	La veuve de Vicente Dias et ses enfants.	Occupe quatre lieues de terrain entre Canhas et Arapely-Xico, on ne sait si cette famille en a la propriété.	5000	Par un <i>capataz</i> qu'y a mis la propriétaire.	
"	Bento Dias.	Trois lieues sur les côtes de Canhas au sud, on ignore également s'il en a la propriété.	800	Par le propriétaire.	
"	D. Eufrasia et aujourd'hui ses enfants.	Trois lieues de propriété bornées au N. par la Coxilha de Santa Rosa; au S. par l'Arapely-Xico; à l'E. par les terres de D. Firmina Minas; et à l'O. par celles de Vicente Dias.	2,200	Sous le séquestre par ordre du colonel Lamas.	On ignore la cause du séquestre.
"	D. Firmina Muniz, et ses enfants.	Cinq lieues de propriété bornées au N. par la Coxilha de Santa Rosa; au S. par l'Arapely-Xico; à l'E. par la Coxilha également; et à l'O. par les terres de D. Eufrasia.	4,000	Une moitié sous le séquestre par ordre du colonel Lamas l'autre moitié occupée par une personne attachée à la propriété.	La moitié placée sous séquestre appartenait à feu Agostinho Guarxe, comme ayant été associé de l'époux de la propriétaire.
"	Antonio Ilheo.	Établi sur les terres de D. Firmina Muniz à titre d'aggrégé.	Inconnu	Donnée à bail à Bonifacio Picote, et saisie par ordre du colonel Lamas.	Séquestre motivé par les antécédents du fermier, attaché à la cause du général Rivera.
"	João Braseiro.	Trois lieues de terre à bail emphytéotique, entre Quaró et les Trois-Croix, dont Lavalleya se dit le maître, comme on verra plus loin.	6,000	Abandonnée par suite de violences.	Lavalleya fit venir José Braseiro et d'autres propriétaires nommés plus bas, et leur dit qu'il y avait la quatorze lieues de terres qui étaient sa propriété. Il exigea de chacun d'eux de prétendues redevances arriérées qu'ils se virent forcés de payer en tête de bétail; et aussitôt qu'il les eut reçues il ordonna aux occupants de vider les lieux dans le délai précis de quatre-vingt-dix jours; ce que les propriétaires ne purent cependant faire à cause de la saison d'hiver. Lavalleya a maintenant la jouissance de plus de 30,000 acres de bétail sans en avoir mis lui-même une seule, et il en a déjà tiré des animaux pour abattre et servir à l'élevé.
"	José Braseiro.	Colon établi sur les terres dévotées plus haut.	200	Idem.	Idem.
"	Francisco Luiz Braseiro.	Deux lieues dans le Rincón de Quaró à bail emphytéotique, également possédées aujourd'hui par Lavalleya.	1,500	Idem.	Idem.
"	José Siqueira (décédé), aujourd'hui ses enfants.	Deux lieues à bail emphytéotique sur les côtes de Quaró au N., aussi en possession de Lavalleya.	2,500	Idem.	Idem.
Major.	José Silveira da Luz.	Trois lieues à bail emphytéotique, contigu aux Trois-Croix, et à l'entrée de l'arroyo Pellado, au S., dont Lavalleya a aussi pris possession.	8,500	Idem.	Idem.
Citoyen.	Americo Antonio de Souza.	Colon établi sur les terres du susdit major Silveira.	1,600	Idem.	Idem.
"	Marcellino Abêdo.	Idem sur les terres d'Americo Antonio de Souza.	400	Mis violemment sous le séquestre.	Voir ce qui a été dit à propos de João Braseiro.
"	La veuve de l'enseigne Fr.º Machado Pacifico, et ses enfants.	Trois lieues de terrain à bail emphytéotique sur la côte de Quaró-Xico, au N. de cet endroit, aussi au pouvoir de Lavalleya.	5,000	Idem.	Idem.
"	Manoel Gonçalves Canhoto.	Une lieue et demie de terrain à bail emphytéotique sur les côtes susmentionnées de Quaró-Xico, au N. de ce point, en possession aussi de Lavalleya.	2,000	Idem.	Idem.
Capitaine.	José Mulina.	Une lieue de terrain idem.	7,000	Idem.	Idem.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA FAZENDA POR R\$ 100.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
86	Cidadão	Antonio José d'Oliveira	Dez leguas de campo de propriedade, divididas ao N. pelas Tres Cruzes, ao S. pela Coxilha entre o Pellado e Tres Cruzes; a S. pelas mesmas Tres Cruzes; e a O. pelo arroio Pellado.	16,300	Pelo dono.	
87	Cidadão	D. Rosa Isabel de Salles, e seus filhos.	Aggregada de Antonio José de Oliveira.	2,000	Abandonada desde 1811.	Esta familia foi completamente saqueada por uma partida de saltadores, a qual, com magna barbaridade assassinou o chefe desta familia, que era José Mariano de Salles, uma filha casada que se achava grávida, e mais um menino de nove a dez annos que gritou por soccorro.
88	"	D. Clementina Aívez, e seus filhos.	Occupa sete leguas de campo, arrendadas da familia dos Almogros, entre as Tres Cruzes, Grande e Xica.	7,000	Abandonou, e o dono mandou tomar conta do campo.	Esta proprietaria, depois do fallecimento de seu marido, não pôde continuar a reparar estes interesses, por não ter meios para fazer, e mesmo se ter acampado o tenente-coronel Velgare com uma força de 60 homens na casa da proprietaria, comendo e cortando os gados da mesma, o que obrigou a fazer cessão de bens, entregando o resto do que possuía no Brasil aos seus credores; hoje vive em Alegrete, do seu trabalho.
89	"	Viúva de José Maria Machado, e seus filhos.	Tres leguas de campo em emphyteuta, entre os Quarós, Grande e Xico.	3,000	Tem capitaz posto pelo dono.	Ignora-se.
90	Cidadão	José Machado de Bitancourt Junior.	Tres leguas tambem de emphyteuta, tambem entre os dous Quarós.	4,000	Idem.	Idem.
91	"	Israel Rodrigues.	Legua e meia de campo arrendada do governo, na costa de Quaro Grande, ao N. deste.	1,000	Pelo dono.	Idem.
92	"	D. Anna Baptista, e seus filhos.	Tres leguas de campo arrendadas do governo, na costa de Quaro Grande, ao N. deste.	2,000	Arrendou seus interesses de gados e mais animaes a Alexandre da Rosa.	Idem.
93	"	Henriques Correa.	Duas leguas idem.	1,000	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Idem.
94	"	Seratin das Tailas.	Uma legua idem, na costa de Quaro Grande e Portas de Catalan.	800	Idem.	Idem.
95	"	Finado Roberto Moreira, hoje seus filhos.	Duas leguas idem, na costa de Catalan, ao S. deste.	2,000	Idem.	Idem.
96	"	Alexandre de Abreu Valle.	Tres leguas de propriedade, que se dividem ao N. com campos de Servando Gomes; ao S. pelas Tres Cruzes; a L. pela Coxilha de Jacaré; e a O. pelo Quaraim.	5,000	Por capitaz posto pelo proprietario.	Seus prejuizos ignorão-se.
97	"	Antonio dos Santos.	Tres leguas na costa do Jacaré e na do Quaraim, ao S. deste, e ignora-se como as occupa.	4,000	Abandonada.	El perdeu todos os seus interesses.
98	Tenente Coronel	Severino Ribeiro de Almeida.	Seus leguas de campo arrendadas de um Fado Ramires, na posse do Sertão, S. do Quaraim.	12,000	Estive embargada por ordem do coronel Lamas, e hoje esta negociada com Joaquim Gonçalves, como ao diante se mostra.	Este proprietario passou para o Brasil 1333 vezes com consentimento do coronel Lamas, e outras tropas de contrabando, e sendo denunciado, o Lamas mandou embarcar a estancia pelo valor de 2,000 pesos, valor este que Lamas julgou cobrar, e o proprietario não lhe deu o gosto, cedendo Joaquim Gonçalves os interesses que ainda tinha por uma porção de gado cujo numero ignora-se, e para esta transacção foi preciso o dito Gonçalves se responsabilisar a Lamas pelos 2,000 pesos.
99	Cidadão	Manoel Antunes de Oliveira.	Duas leguas de campo da propriedade do mesmo Ramires, nas pontas do Jacaré; ao N. deste; e ignora-se como as occupa.	800	Abandonada.	Ignora-se quaes sejam seus prejuizos.
100	"	Alexandre Jacintho e C.	Duas leguas de campo na costa das Tres Cruzes Grandes, e ao N. desta; ignora-se como as occupa.	2,000	Idem.	Passarão 800 rezes para o Brasil, e abandonarão o resto.
101	Tenente	Liberato Guterres, já fallecido, hoje seus herdeiros.	Duas leguas na mesma costa, e tambem ignora-se a maneira por que as occupa.	3,000	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Depois de ter passado porção de gado para o Brasil, acompanhou o barão de Jacuhy na primeira aggressão naquelle Estado, e morreu no primeiro encontro que tiveram.
102	Alferes.	João Xavier de Azambuja Villa Nova.	Quatro leguas na mesma costa, e tambem ignora-se como as occupa.	Ignora-se.	Pelo proprietario.	Ignora-se quaes sejam seus prejuizos.
103	Cidadão	Manoel Antonio Soares.	Aggregado do alferes Villa Nova.	2,000	Pelo dono.	Ignorão-se os seus prejuizos.
104	"	Bernardino Martins.	Acha-se em Campos de D. Ramires em o Rincón de Jacaré; ignora-se como o occupa.	2,000	Idem.	Idem.

QUANTÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE, ET SES LIMITES.	REVENUE DE CHAQUE FERMIER POUR L'AN 1843.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
Capitaine.	Antonio José d'Oliveira.	Dix lieues de terres en propre, bornées au N. par les Trois-Croix; au S. par la Coxilha entre le Pedado et les Trois-Croix; à l'E. pour ce dernier point; et à l'O. relativement à l'arroyo Pellado.	16,000	Par le propriétaire.	
"	D. Rosa Isabel de Salles et ses enfants.	Établie sur les terres de Antonio José d'Oliveira.	2,000	Abandonnée depuis 1841.	Cette famille a été complètement dépeuplée par une bande de brigands, qui en assassinèrent barbaquement le chef, José Mariano de Salles, plus une fille mariée qui se trouvait enceinte, et un enfant de neuf à dix ans qui avait donné l'éveil en criant au secours.
5	D. Clementina Alves et ses enfants.	Occupe sept lieues de terrain que lui a données à bail la famille des Almagros, entre les Trois Croix, Grande et Nica.	7,000	Abandonnée: le propriétaire a repris le terrain.	Cette femme, après le décès de son mari, ne put continuer l'exploitation, faute de moyens, et parce que le lieutenant-colonel Velgura s'était établi avec une force de 600 hommes dans sa maison, mangeant les bestiaux et les abattant par les cuis. Ce qui l'obligea à faire cession de ces biens, livrant à ses créanciers le reste de ce qu'elle possédait au Brésil. Elle vit aujourd'hui à Alegrete du produit de son travail.
9	La veuve de José Maria Machado et ses enfants.	Trois lieues de terre à bail emphytéotique entre les Quarós, Grande et Nica.	3,000	Capataz mis par le propriétaire.	On ignore pourquoi.
10	Citoyen. José Machado Bitancourt junior.	Trois lieues aussi par bail emphytéotique, et entre les deux Quarós.	4,000	Idem.	Idem.
11	Israel Rodrigues.	Une lieue et demie qui lui a été donnée à bail par le gouvernement sur les côtes du Quaró Grande au N. de ce point.	1,000	Par le maître.	Idem.
12	D. Anna Baptista, et ses enfants.	Trois lieues de terre, donnée à bail par le gouvernement sur la côte du Quaró grande au N.	2,000	Il a donné à ferme son avoir en troupeaux de bœufs et autres animaux à Alexandre da Rosa.	Idem.
13	Henrique Corrêa.	Deux lieues idem.	1,000	En séquestre par ordre du Colonel Lamas.	Idem.
14	Serafin das Tílias.	Une lieue idem sur la côte du Quaró Grande et Pontas de Catalan.	800	Idem.	Idem.
15	Feu Roberto Moreira, aujourd'hui ses enfants.	Deux lieues idem sur la côte de Catalan, au S.	2,000	Idem.	Idem.
16	Alexandre de Abreu Valle.	Trois lieues de propriété, bornées au N. par les terres de Servando Gomes, au S. par les Trois-Croix, à l'E. par la Coxilha de Jacaré, et à l'O. par le Quaraim.	3,000	Par un capataz qui y a placé le propriétaire.	On ignore quelles sont ses pertes.
17	Antonio dos Santos.	Trois lieues sur les côtes au Jacaré et du Quaraim, au S. de ce dernier point; on ignore à quel titre elles sont occupées.	4,000	Délaissée.	Perdu tous ses biens.
108	Lieutenant-colonel. Severino Ribeiro de Almeida.	Six lieues de terres qui lui ont été données à bail par un certain Ramires dans le pas du Cerrito, au S. de Quaraim.	12,000	Cette ferme fut frappée de séquestre par ordre du colonel Lamas, et en conséquence d'une transaction faite avec Joaquim Gonçalves, elle se trouve aujourd'hui dans les mains de celui-ci, comme il sera dit plus bas.	Ce propriétaire fit passer au Brésil 3000 têtes de bétail avec le consentement du colonel Lamas et en plus quelques animaux de contrebande, fait qui ayant été dénoncé, entraîna la saisie de la ferme par Lamas pour une valeur de 2500 piastres; mais le propriétaire ne voulant pas lui en donner le plaisir, fit cession de ce qu'il possédait à Joaquim Gonçalves en échange d'une certaine quantité de bétail; et le dit Gonçalves se porta garant envers Lamas de la somme ci-dessus.
109	Citoyen. Manoel Antonio de Oliveira.	Deux lieues de terre appartenant à ce même Ramires à Pontas de Jacaré; au N. de ce point; on ignore à quel titre elles sont occupées.	800	Délaissée.	On ignore quelles sont ses pertes.
110	Alexandre Jacintho et comp.	Deux lieues de terre sur les côtes des Trois-Croix, au N.; on ignore à quel titre elles sont occupées.	2,000	Idem.	On fit passer 800 têtes de bétail au Brésil, et abandonna le reste.
111	Lieutenant. Liberato Guterres, décédé, aujourd'hui ses enfants.	Deux lieues sur mêmes côtes; on ignore également à quel titre elles sont occupées.	3,000	Frappées de séquestre par colonel Lamas.	Après avoir fait passer une portion de bétail au Brésil, il accompagna le baron de Jacuhy dans sa première agression contre l'État Oriental; et il y est mort dans la première rencontre.
112	Enseigne. João Xavier de Azambuja Villa-Nova.	Quatre lieues, comme ci-dessus.	Inconnu	Par le propriétaire.	On ne ignore quelles sont ses pertes.
113	Citoyen. Manoel Antonio Soares.	Admis en qualité de colon sur les terres de l'Enseigne Villa-Nova.	2,000	Idem.	
114	Bernardo Martins.	Se trouve sur les terres de D. Ramires, au Rincón de Jacaré; on ignore comment il les occupe.	2,000	Idem.	Idem.

NÚMEROS.	QUALIFICAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA FAZENDA POR ALUGUEL.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
115	Tenente	Hipolyto Francisco de Paula.	Cinco leguas da propriedade do dito Ramires na costa do Quaraim, junto ao Passo de Maraúga, ao S. do dito arroio.	Rece. 1.500	Por um filho do dono.	Idem.
116	Cidadão	Constanção Francisco Rodrigues.	Aggregado do dito tenente Hipolyto.	2.500	Abandonada.	Entregou todos os seus interesses ao seguinte Manoel Ramos, porque contava tudo perdido.
117	"	Manoel Ramos.	Idem.	1.800	Pelo dono.	Ignorão-se seus prejuizos.
118	"	Leocadio Silveira Gomes e C.	Cinco leguas de sua propriedade, que limitasse ao N. pelo Quaraim, ao S. pelo Quiriry; ao S. pela Coxilha de Jacaré; a L. com campos de João José de Vargas; e a O. com campos de D. Ramires.	8.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Este proprietário, vindo a sua decadência diária, motivada por uma guarda aquartelada effectivamente em sua propria casa, a qual se mantinha de seus gados, e coreavio; e por igual procedimento de um destacamento fixo no lugar denominado Capão da Raposa, reuniu os gados que pôde, e passou para o Brasil. Eas razões do embargo.
119	"	João José de Vargas.	Quatro leguas de sua propriedade, divididas ao N. pelo Quaraim, ao S. pela Coxilha de Jacaré; a L. pelo Guarijú; a O. por Campos de Leocadio Silveira Gomes e Comp.	Ignorã-se.	Idem.	Por ter passado os interesses que pôde para o Brasil.
120	"	Alferes Joaquim Rodrigues Jacques.	Occupa um terreno na costa do Quaraim, ao S. deste; ignora-se por que maneira.	2.000	Embargada por ordem do coronel Lamas, e occupada pelo capitão Manoel Ferreira Bica.	Sabe-se que teve bastantes prejuizos, e ignora-se a maneira por que hoje o dito capitão occupa esta fazenda, achando-se ella embargada.
121	"	Finado Salvador das Neves, hoje seus herdeiros.	Duas leguas de campos arrendadas na costa das Tres Cruzes Pequenas, ao N. destas; ignora-se o proprietario do dito campo.	1.000	Por Faustino Teixeira, e embargada por ordem do coronel Lamas.	
122	"	José Fernandes de Camargo.	Uma legua de campo arrendada junto ao campo acima; e tambem não se sabe de quem seja o campo.	800	Pelo dono.	Ignorão-se os prejuizos que tem soffrido.
123	"	D. Thomasia Mancilha, e seus filhos.	Aggregada de D. Maria Mancilha.	700	Pela dona.	Neste estabelecimento e no de D. Maria Mancilha se fizeram varias tropas por ordem do coronel Velgara, e o fatur dellas era o capitão Gutierrez de Sandia, que se condizia ao acampamento para consumo da força e coreação, como se pôde provar.
124	"	João Bueno.	Idem.	1.250	Abandonada.	Idem.
125	"	D. Maria Mancilha, e seus filhos.	Duas leguas de propriedade, divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Jacaré; a L. com campos do capitão Bica; e a O. com um salsar que nasce da dita Coxilha e morre no Quaraim.	4.000	Pela dona.	Idem.
126	Capitão	Manoel Ferreira Bica.	Duas leguas de campo junto ao Passo das Pedras em Quaraim; ignora-se como as occupa.	Ignorã-se.	Pelo dono.	Ignorão-se os prejuizos que aqui haja soffrido.
127	"	José Marianno de Souza	Tres leguas de campo arrendadas. Ignorã-se de quem, e são sitas junto ao Passo do Baptista, ao S. do Quaraim.	1.200	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Este proprietario abandonou seu estabelecimento em 1812 e empregou-se em serviço do exercito imperial, e depois da pacificação do Rio Grande foi cuidar dos interesses que aqui se mencionão, mas foi inutil, porque encontrando os destacamentos das forças ao mando do coronel comandante Velgara, coreando e destruindo os gados da sua propriedade; á vista de taes prejuizos, abandonou, retirou-se para o Brasil, trazendo apenas 200 animaes cavallares; e esta foi a razão do embargo.
128	Cidadão	Belisario Baeco.	Uma legua de campo arrendada, acima do Passo do Baptista; e tambem se ignora o proprietario do campo, e é tambem sito ao S. do Quaraim.	2.000	Abandonada.	Este proprietario abandonou seus interesses por não poder presenciar a coreação feita pelo alferes Porta Vidal no tempo do commando do tenente-coronel Velgara, e por esta forma perdeu tudo, como prometto provar.
129	Alferes.	Albino Marianno.	Duas leguas de campo acima daquelle; ignora-se de quem as arrendou.	600	Idem.	Ao depois do abandono cedeu o que ali tinha a Faustino Biernes; ignorão-se seus prejuizos e as condições desta cessão.
130	Cidadão	Manoel Andrade de Sá, fallecido, e hoje seus filhos.	Aggregado do dito alferes Albino.	400	Idem.	Perderão tudo quanto ali possuíam; ignora-se o motivo deste prejuizo.

QUANTITÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DE LA TERRE OCCUPÉE PAR LE FERMIER.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
Lieutenant.	Hyppolito Francisco de de Paula.	Cinq lieues de propriété du dit Ramires sur la côte de Quaraim, près du Passo de Marauá, au S. du dit arroio.	Titre. 1,300	Par un fils du propriétaire.	Idem.
Citoyen	Constantino Francisco Rodrigues.	Admis comme colon par le dit lieutenant Hyppolito.	2,500	Abandonnée.	A livré tous ses biens à Manoel Ramos les regardant comme perdus.
"	Manoel Ramos.	Idem.	1,800	Occupée par le maître.	On ne connaît pas ses pertes.
"	Leocadio Siveira Go- mes et comp.	Cinq lieues dont il réclame la propriété, bornées au N. par le Quaraim, Passo de Jaguary; au S. par la Coxilha de Jacaré; à l'E. par les terres de João José de Vargas; et à l'O. par celles de D. Ramires.	8,000	Frappee de séquestre par le colonel D. Diozo Lamas.	Le propriétaire se voyant ruiné de jour en jour par un corps de troupes, qui, caserné dans sa maison, lui mangeait tout son bétail et l'abaissait pour les cuirs, ainsi que par autre détachement qui en faisait autant à une autre de ses exploitations, Capão da Raposa, où il stationnait, réunit tous les bestiaux qu'il put et passa au Brésil. Telles furent les raisons du séques- tre.
"	João José de Vargas.	Quatre lieues de terre, sa propriété, bor- nées au N. par la Quaraim; au S. par la Coxilha de Jacaré; à l'E. par le Quaraim; à l'O. par les terres de Leocadio Siveira Gomes et comp.	Inconnu	Idem.	Pour avoir fait passer tous les biens qu'il a pu au Brésil.
"	L'enseigne Joaquim Rodrigues Jacques.	Occupe un terrain sur les côtes du Qua- raim au S.; on ignore à quel titre.	5,000	Frappee de séquestre par le colonel La- mas et occupé par le capitaine Manoel Ferreira Bica.	On sait qu'il a éprouvé des pertes assez grandes, et on ignore la manière dont le dit capitaine est parvenu à s'emparer de cette ferme pendant qu'elle était sous le séquestre.
"	Le ten Salvador das Ne- ves, aujourd'hui ses héritiers.	Deux lieues de terres prises à bail sur la côte des Trois-Croix Petites, au N.; on n'en connaît pas le propriétaire.		Par Faustino Teixeira et mise en séquestre par ordre du colonel Lamas.	
"	Jose Fernandes de Ca- margo.	Une lieue de terre prise à bail, contigue aux terres précédentes, on n'en connaît pas non plus le propriétaire.	200	Par le possesseur lé- gitime.	On ignore quelles pertes il a subies.
"	D. Thomaz Mancilha et ses enfants.	Etabli sur la ferme de D. Maria Mancilha avec le consentement de celle-ci (aggre- gada).	700	Par la propriétaire.	Dans cet établissement, ainsi que dans celui de D. Maria Mancilha, plusieurs troupeaux ont été enlevés par ordre du co- lonel Velazara; et c'était le capitaine Gu- terres de Saude qui était chargé de les con- duire au camp pour les besoins du détache- ment, comme on peut le prouver.
"	João Bueno.	Idem.	1,200	Abandonnée.	Idem.
"	D. Maria Mancilha, et ses enfants.	Deux lieues de propriété, bornées au N. par le Quaraim; au S. par la Co- xilha de Jacaré; à l'E. avec les terres du capitaine Bica; et à l'O. par un cours d'eau (salsar) qui prend sa source dans la dite Coxilha, et se jette dans le Quaraim.	4,000	Par la propriétaire.	Idem.
Capitaine.	Manoel Ferreira Bica.	Deux lieues de terres près du Passo das Pedras à Quaraim; on ignore à quel titre il les occupe.	Inconnu	Idem.	Idem.
"	Jose Mariano de Souza	Trois lieues de terres, tenues à cens on ne sait de qui, situées près du Passo do Baptista au S. du Quaraim.	1,500	Mise sous séquestre par ordre de Lamas.	Ce propriétaire abandonna son établis- sement en 1813 et prit du service dans l'armée impériale. Après la pacification de Rio Grande, il voulut aller soigner les intérêts dont il est ici question; mais inutilement, parce qu'il rencontra dans ses terres plusieurs détachements des for- ces commandées par le colonel Vel- zara faisant main basse sur ses troupeaux. A la vue de cet état désastreux des choses, il s'éloigna encore de sa ferme, et retourna sur le territoire brésilien, em- menant à peine avec lui 200 bêtes cheva- lines; tel fut le motif du séquestre.
Citoyen	Belisario Bueno.	Une lieue de champ tenue par arren- tement au dessus du Passo do Baptista; propriétaire inconnu; située aussi au S. du Quaraim.	3,000	Abandonnée.	Ce propriétaire abandonna son bien, parce qu'il ne put être présent à la levée de cuirs faite par l'enseigne Porta Vidal, du temps que Velzara était com- mandant; et c'est ainsi qu'il perdit tout, comme il sera prouvé ci-après.
En- scigne.	Albino Marianno.	Occupe deux lieues de champs au dessus du précédent, à titre de censitaire; pro- priétaire inconnu.	800	Idem.	Après avoir délaissé sa possession, Al- bino Marianno en fit cession à Faustino Biernes; on ignore les pertes qu'il avait éprouvées et les clauses de la cession.
Citoyen	Manoel Andrade de Sá, décédé; aujourd'hui ses enfants.	Etabli en qualité de colon ou aggrégé sur les terres d'Albino.	400	Idem.	Ces fermiers ont perdu tout ce qu'ils pos- sédaient; les raisons de leur ruine sont inconnues.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	QUANTO QUE CADA FAZENDA POSSUA EM LEG.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
131	Cidadão	Enado Luiz Monteiro de Carvalho, hoje seus filhos.	Uma legua de campo arrendada na costa das 'Tres' Cruzes Nicas, ao N. desta; ignora-se o proprietário do dito campo.	Rezes 1.000	Embargada.	Ignora-se a razão deste embargo, assim como seus prejuizos.
132	"	Enado Joaquim Torio, hoje seus filhos.	Cinco leguas arrendadas entre o Quaraim e o Pintado; também se ignora o proprietário do dito campo.	5.000	Pelos herceiros.	Esta tudo reduzido a um caduete resto.
133	"	João Baptista.	Em campo do Estado na costa das Tres Cruzes Grandes, ao N. destas.	1.500	Abandonada.	Fôrão tiradas desta propriedade duas tropas para coarar, e fôrão conduzidas as ditas tropas pelo alferes Nabato e tenente Medina.
134	Cidadão	D. Maria Martins, e filhos.	Dois leguas de campo arrendadas na costa de Catalan, a L. do dito Catalan junto aos Tres Serros; ignora-se quem é o proprietário.	4.000	Embargada pelo coronel Lamas.	Esta proprietaria se conservou no citado terreno até 15 de Janeiro de 1851, soffrendo milhares de privações, insultos e destruição em seus interesses pelas forças ao mando do general Oribe; e vendo que de nenhuma forma ali podia conservar a sua fortuna, que diariamente diminuia, retirou-se para o Brasil, trazendo 500 rezes que eram as que lhe restavam; e esta foi a causa do embargo.
135	Tenente	Felisherto Nunes.	Cinco leguas de sua propriedade, divididas ao N. pelo Catalan; ao S. pela Coxilha dos Tres Serros; a L. pelo mesmo Catalan; e a O. pelo Catalan-Nico.	5.000	Idem.	Por ordem de Lamas, lhe sacaram da Mangueira 1.000 rezes, que fôrão conduzidas para o acampamento; ignora-se os motivos que derão lugar ao embargo.
136	Cidadão	Manoel Pataveira.	Aggregado do dito tenente Nunes.	400	Idem.	Ignora-se porque foi embargada.
137	"	Vasco Martins.	Idem.	600	Idem.	Idem.
138	"	D. Delina Rodriguez, e seus filhos.	Cinco leguas de propriedade, divididas ao N. pelo Catalan; ao S. pela Coxilha dos Tres Serros; a L. com campos occupados por Delina Machado; e a O. por campos do tenente Felisherto Nunes.	5.000	Idem.	
139	"	Delina Machado.	Dois leguas arrendadas de Agostinho Guarve, na costa de Catalan Grande, ao S. deste.	3.000	Idem.	Idem.
140	"	Viúva do Alencastro, e seus herdeiros.	Tres leguas de propriedade, divididas ao N. com campos de Jose Coelho; ao S. com a Coxilha dos Tres Serros; a L. com uma vertente que nasce do Quaraim; e a O. com Catalan.	Ignora-se.	Idem.	Ignora-se o motivo do embargo.
141	"	D. Zezima Rodriguez-Barbosa, e seus herdeiros.	Oito leguas de propriedade, divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pelo Catalan; a L. por campo de Jose Coelho; e a O. pelo mesmo Catalan.	3.000	Arrendadas ao tenente coronel Fernandes.	
142	"	Jose Coelho.	Quatro leguas proprias, que são divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Catalan; a L. pelos campos da Viúva de Alencastro; e a O. pelos campos de D. Zezima.	Ignora-se.	Pelo dono.	Ignora-se seus prejuizos.
143	"	Antonio Gonçalves.	Quatro leguas proprias, que formão seus limites ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Catalan; a L. pelo arrião da Sepultura; e a O. por campos da Viúva de Alencastro.	Idem.	Idem.	Idem.
144	"	D. Unistarda Maria Guedes, e seus herdeiros.	Seis leguas de propriedade, limitadas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. com campo de D. Felishina Pereira; e a O. pelo arrião da Sepultura.	Idem.	Embargada por ordem do coronel Lamas.	Por ter passado gados para o Brasil, e se acha hoje administrada por capitão posto por Lamas e um deslamente de quarenta homens aquartelados em casa.
145	"	D. Felishina Pereira de Carvalho, e seus herdeiros.	Dezotto leguas proprias, divididas ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. pelos campos de Vicente Pereira; e a O. por campo de D. Unistarda Maria Guedes.	Idem.	Pelo dono.	
146	"	Francisco Alves Vinte e Tres.	Arrendatario de tres leguas de campo na propriedade de D. Felishina Pereira de Carvalho.	Idem.	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Ignora-se quaes os motivos do embargo.
147	"	Vicente Pereira, e seus herdeiros.	Quatro leguas de propriedade, que se dividem ao N. pelo Quaraim; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. pelo Capião do Inglez; e a O. pelos campos de D. Felishina Pereira de Carvalho.	Idem.	Arrendada a José de Vargas.	Ignora-se as condições deste arrendamento, assim como os prejuizos do proprietário.
148	Tenente Coronel	Manoel Luiz Ozorio.	Cinco leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. por pontas do Arapehy-Grande; a L. pela Coxilha de Haedo; e a O. com o campo de Chrestino de Brum.	5.000	Por capitão posto pelo proprietário.	Ignora-se os prejuizos que tem soffido.

NUMÉROS.	QUANTITÉ	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DE CHAQUE TERRE EN HECTARES.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
1	Choyen.	Ben Luiz Monteiro de Carvalho; aujourd'hui ses enfants.	Une lieue de terre dont il était fermier, 14 cents sur la côte des Trois-Croix, au N.; le propriétaire en est inconnu.	772,5 1.330	Sous séquestre.	On ignore la raison de ce séquestre, aussi bien que les pertes du fermier.
2	"	Ben Joaquim Torres; aujourd'hui ses enfants.	Cinq lieues comme fermier, entre le Quarant et le Putindor; propriétaire inconnu.	2.000	Par les actuels.	Le tout revient à une valeur minime.
3	"	João Baptista.	Sur les terres de l'Etat, la côte des Trois-Croix, au N.	1.200	Abandonnées.	Deux troupeaux d'animaux ont été tirés pour en avoir les cuirs, emmenés par l'Enseigne Naburo et le lieutenant Medina.
4	"	D. Maria Abramo et ses enfants.	Deux lieues de terre sur la côte de Catalina à l'est du point alio; au N., par le Trois-Serras; femme à renter; propriétaire inconnu.	1.500	Sous séquestre par ordre du colonel Lamas.	Se maintint sur ses terres jusqu'au 15 janvier 1920, malgré mille privations, mille incursions, et la destruction de ses biens par les forces du général Oribe; voyant toutefois qu'elle n'y pouvait rien, et qu'on avait se réduisant tous les jours, elle se retira sur le sol du Brésil, emmenant avec elle 800 bestiaux qui étaient tout ce qui lui restait. Ce fut la nuit du séquestre.
5	Lieutenant.	Felizardo Nunes.	Cinq lieues de propriété, bornées au N. par le Catalina; au S. par la Coxilha dos Três-Serras; à l'E. aussi par le Catalina; et à l'O. par le Catalina-Novo.	6.000	Idem.	Lamas lui fit envoyer de Mangueiras deux pièces de bétail qui furent emmenées au camp; on ne sait pas à quels motifs attribuer le séquestre.
6	Choyen.	João Luiz de Almeida.	En tant que colon ou séquestre sur la propriété du lieutenant Nunes.	100	Idem.	On ignore aussi la raison de ce séquestre.
7	"	Vasco Martins.	Idem.	600	Idem.	Idem.
8	"	D. Demna Rodrigues et ses enfants.	Cinq lieues de propriété, bornées au N. par le Catalina; au S. par la Coxilha dos Três-Serras; à l'E. par les terres de Beladina Machado; et à l'O. par celles de Felizardo Nunes.	2.000	Idem.	Idem.
9	"	Demna Machado.	Deux lieues que lui a cédées à rente Agostinho George, sur les côtes de Catalina; au S. de ce point.	1.000	Idem.	Idem.
10	"	La veuve d'Américo et ses héritiers.	Trois lieues de propriété, bornées au N. par les terres de José Gualberto; au S. par la Coxilha dos Três-Serras; à l'E. par le centre d'eau qui prend sa source dans le Quarant; et à l'O. par le Catalina.	1.000	Idem.	Idem.
11	"	D. Zelmira Rodrigues Barbosa et ses héritiers.	Une lieue de propriété, bornée au N. par le Quarant; au S. par le Catalina; à l'E. par la terre de José Gualberto; et à l'O. par le Catalina également.	1.000	Donnée à bail au lieutenant-colonel Fernandes.	Idem.
12	"	José Corina.	Quatre lieues de propriété, bornées au N. par le Quarant; au S. par la Coxilha do Catalina; à l'E. par les terres de la veuve d'Américo; et à l'O. par celles de D. Zelmira.	1.000	Par le propriétaire.	On ne connaît pas ses pertes.
13	"	Antônio Gonçalves.	Quatre lieues de propriété, bornées au N. avec le Quarant; au S. avec la Coxilha do Catalina; à l'E. avec celle de Sepúlveda; et à l'O. avec les terres de la Veuve d'Américo.	1.000	Idem.	Idem.
14	"	D. Ursula Maria Gonçalves et ses héritiers.	Six lieues de propriété, bornées au N. par le Quarant; au S. par la Coxilha dos Três-Serras; à l'E. par la terre de D. Felizardo Pereira; et à l'O. par l'Etat de Sepúlveda.	1.000	Sous séquestre par ordre du colonel Lamas.	Cette terre a servi de bétail à Rio Grande; la ferme est aujourd'hui administrée par un capitaine qu'y a trois familles, et occupée par un détachement de quatre hommes casernes dans la maison.
15	"	D. Ursula Maria Gonçalves et ses héritiers.	Dix-huit lieues de propriété, bornées au N. par le Quarant; au S. par la Coxilha do Catalina; à l'E. par les terres de Victorio Pereira; et à l'O. par celles de D. Felizardo Maria Gonçalves.	1.000	Par le propriétaire.	Idem.
16	"	Francisco Alves Vianna e Tros.	Processus par bail de trois lieues de terre dans la propriété de D. Felizardo Pereira de Carvalho.	1.000	Sous séquestre par ordre du colonel Lamas.	On ne connaît pas les motifs du séquestre.
17	"	Vicente Pereira et ses héritiers.	Quatre lieues de propriété, bornées au N. par le Quarant; au S. par la Coxilha do Catalina; à l'E. par le Capitão da Injez; à l'O. par les terres de D. Felizardo P. de Carvalho.	1.000	Jose de Vargas lui tient à bail.	On ignore les conditions auxquelles sont que les pertes du propriétaire.
18	Lieutenant-colonel.	Manoel Luis Osorio.	Cinq lieues de propriété, bornées au N. par la Coxilha de Santa Rosa; au S. par l'Arape Grande; à l'E. par la Coxilha de Itacado; et à l'O. par la terre de Cléristino de Bram.	3.000	Par un capitaine qu'y a mis le propriétaire.	On ignore les pertes qu'il a eues.

NUMEROS.	GRADUAÇÕES.	SOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCUPA E SEUS LIMITES.	QUANTO CUSTO O TERRENO POSTO EM VENDA.	POR QUEM OCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
149	Cidadão	Clarestino de Brum.	Tres leguas de propriedade, divididas-se ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelo tenente-coronel Osório; e a O. por campos de Joaquim de Brum.	6000 2.500	Pelo proprietário.	Tem sido feliz.
150	"	Joaquim de Brum.	Dois leguas de propriedade, divididas-se ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelo campo de Clarestino; e a O. por campos de Matta Perros.	2.500	Idem.	Idem.
151	"	Eugenio Atiana.	Tres leguas de propriedade, divididas-se ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. por campo de Joaquim de Brum; e a O. por campo de Luiz Matta Perros.	6.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lucas.	Este embargo foi feito por ordem de ter o proprietário passado uma trega.
152	"	Luiz Matta Perros.	Quatro leguas de propriedade, divididas-se ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelo campo de Matta Perros; e a O. por campo do irmão maior Francisco Alves.	Ignorase.	Pelo proprietário.	Consta ter sido muito feliz.
153	"	Alberto Correa.	Agregação de Joaquim de Brum.	1.000	Pelo dono.	Ignorase se ha tido ou não prejuizo.
154	"	Enado major Francisco Alves, hoje de seus herdeiros.	Cinco leguas de propriedade, limitadas-se ao N. pela Coxilha de Santa Rosa; ao S. pelo Arapely Grande; a L. pelos campos de Matta Perros; e a O. com campos ocupados por Antonio de Araújo.	3.000	Por um herdeiro.	
155	"	Antonio de Araújo.	Dois e meia leguas de propriedade, divididas-se de quem, ignorase de quem, na costa do Arapely-Grande, ao Norte deste.	2.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lucas.	Diz este proprietário que agora em 1854, fazem seis annos que está refugiado no Brasil, e que ignora de qua motivo por onde se crevesse semelhante embargo em seus interesses.
156	Capitão	Manoel Albermaz.	Dois leguas arrendadas, não se sabe de quem, e também na costa do Arapely-Grande, ao N. deste.	2.500	Idem.	Ignorase por que motivo.
157	Cidadão	Joaquim Albermaz, já falecido, hoje seus herdeiros.	Dois leguas arrendadas, também não se sabe de quem, e também na costa do Arapely-Grande, ao N. deste.	1.000	Por um filho.	Ignorase os seus prejuizos.
158	"	Alexandre Frimlane.	Tres leguas arrendadas, ignorase de quem, também na costa do Arapely-Grande, ao N. deste.	2.000	Pelo dono.	Idem.
159	Capitão	Manoel Ferreira Bica.	Quatro leguas da mesma sorte que acima, na mesma costa do Arapely-Grande, ao N. deste.	3.000	Por capitão posto pelo dono.	Esta propriedade foi de um velho fazendeiro, e ignora-se a transacção.
160	Cidadão	Bernardo Coelho.	Cinco leguas como o acima, na costa do Arapely-Nico, ao S. deste.	3.000	Idem.	Ignorase os seus prejuizos.
161	"	Antonio Nunes, e seu irmão Bernardo Nunes.	Dois leguas da mesma natureza do acima occupadas; também na costa do Arapely-Nico, e ao S. deste.	1.100	Pelo dono.	Idem.

Relação nominal dos Brasileiros que tem suas fazendas, tanto de propriedade, como arrendadas ao sul do Arapely-Grande e ao norte da Coxilha de Haedo, na qual se mostra o estado actual de cada uma das ditas fazendas.

1	Cidadão	Simão Francisco Pereira.	Seis leguas de campo de sua propriedade, divididas ao N. pelo Arapely-Grande e Palomas; ao S. pelo rio de Jesus e Coxilha do Mendes; pelo a L. por uma Coxilha falsa; e ao O. pelo Uruguay.	4.000	Tem capitão posto pelo seu dono.	Desta propriedade foram tiradas varias tropas de gado gordo, por ordem do comandante Lucas Pires, e de ordem do mesmo ao desmembramento da ilha dos Perreiros e este suppru com gados deste proprietario as foras estacionadas na provincia de Entre-Rios, isto pelo decurso de mais de um anno, e sem ao menos se dignarem a pedir nas proprietarias; e os encontros desse consumo revertiam no poder do referido comandante Lucas, como sua particular propriedade.
2	"	Antonio Mendes de Oliveira.	Proprietario por herança paterna no campo acima.	1.000	Idem.	Idem.
3	Capitão	Jeronymo Mendes de Oliveira.	Idem.	1.000	Idem.	Idem.
4	Cidadão	David Luiz.	Dois leguas de campo em emphyteosis, que se devidero ao N. com os campos de Salvador Salcedo; ao S. com a Coxilha e campo de Tedy; ao L. com o arroio Tangarupá; e ao O. com a mesma Coxilha e campo Tedy.	800	Em poder do seu dono.	Idem.

NUMÉROS.	QUANTÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DE CHACUNE DE CES FERMES EN HECTARES	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
128	Citoyen	Clarestino de Brum	Trois lieues de propriété, bornées au N. par la Coxilha de Santa Rosa; au S. par l'Arapehy-Grande; à l'E. par la propriété du lieutenant colonel Osorio; et à l'O. par les terres de Joaquim de Brum.	711,00	Par le propriétaire	A toujours prospéré.
129	"	Joaquim de Brum.	Deux lieues de propriété bornées au N. par la Coxilha de Santa Rosa; au S. par l'Arapehy-Grande; à l'E. par la terre de Clarestino; et à l'O. par les champs de Matta Perros.	2,000	Idem.	Idem.
131	"	Eugenio Alamo.	Trois lieues de propriété, bornées au N. et au S. comme celles du n. 131; à l'E. par la terre de Joaquim de Brum; et à l'O. par celle de Luiz Matta Perros.	600,00	Sous sequestre par ordre de Lamas.	Ce sequestre est bien parce qu'on dénonce le propriétaire, comme ayant fait passer des animaux à Rio Grande.
132	"	Luiz Matta Perros.	Cinq lieues en propriété, bornées au N. et au S. idem; à l'E. par la terre de Matta Perros; et à l'O. par celle de feu major Francisco Alves.	1,600,00	Par le propriétaire.	On le dit en voie de prospérité.
133	"	Alberto Corrêa.	Un lieu étendu sur la propriété de Joaquim de Brum.	1,500	Idem.	On ignore s'il a eu ou n'a pas eu de pertes.
134	"	Major Francisco Alves, aujourd'hui ses héritiers.	Cinq lieues de propriété, bornées au N. par la Coxilha de Santa Rosa; au S. par l'Arapehy-Grande; à l'E. par les terres de Matta Perros; et à l'O. par celles qu'occupe Antonio de Araújo.	500,00	Par un des héritiers.	
135	"	Antonio de Araújo.	Deux lieues et demi de terrain, tenues à bail de propriétaire inconnu, sur les côtes de l'Arapehy-Grande au N. de ce point.	2,000	Sequestree par ordre de Lamas.	Ce propriétaire dit qu'il s'est maintenant six ans (1850) qu'il est réfugié au Brésil, et qu'il n'a jamais donné de motif à la rigueur exercée contre lui.
136	Capitaine.	Manoel Albermaz.	Deux lieues, tenues aussi à bail de propriétaire inconnu, également sur les côtes de l'Arapehy-Grande au N.	2,000	Idem.	On n'en connaît pas le motif.
137	Citoyen	Joaquim Albermaz, aujourd'hui ses héritiers.	Deux lieues dans les mêmes conditions que dessus.	1,000	Par un des fils.	Ses pertes ne sont pas connues.
138	"	Alexandre Trindade.	Trois lieues, idem.	2,500	Par le propriétaire.	Idem.
139	Capitaine.	Manoel Ferreira Bica.	Quatre lieues, idem.	500,00	Par un capitaine mis par le propriétaire.	Cette propriété appartenait à un nommé Vargas, homme déjà âgé, et on ignore la transaction qui a eu lieu.
140	Citoyen	Bernardo Coelho.	Cinq lieues comme ci-dessus, mais sur les côtes de l'Arapehy-Xico, au S.	500,00	Idem.	Pertes ignorées.
141	"	Antonio Nunes, et son frère Bernardo Nunes.	Deux lieues, idem dans les mêmes conditions que celles du n. 139.	1,000	Par le propriétaire.	Idem.

35 Liste nominative des Brésiliens ayant des fermes, soit en propriété, soit à bail, situées au sud
al de l'Arapehy-Grande, et au nord de la Coxilha de Haedo; état actuel de chacune de ces fermes.

1	Citoyen	Sinão Francisco Pereira.	Six lieues de terres qui sont sa propriété, bornées au N. par l'Arapehy-Grande et Palomas; au S. par l'Arroio de Jesus (petite course d'eau) et la Coxilha de Mendes; à l'E. par une fausse Coxilha; et à l'O. par l'Arroio.	4,000	Cette ferme a un capitaine qu'y a placé le propriétaire.	Grand nombre de bestiaux bons pour la consommation ont été enlevés de cette propriété par ordre du commandant Lucas Pires pour le détachement de l'île dos Ferreiros. Il fournissait de bestiaux enlevés de cette propriété, les pestes militaires de la Province d'Entre-Rios. Cet état de choses dura plus d'un an pour la ruine des propriétaires à qui on ne daignait même en rien dire, les cuis-provenant de cette consommation revenant au commandant Lucas comme de propriété particulière.
2	"	Antonio Mendes de Oliveira.	Propriétaire par hérédité paternelle dans les terres désignées ci-dessus.	1,000	Idem.	Idem.
3	Capitaine.	Jerônimo Mendes de Oliveira.	Idem.	1,000	Idem.	Idem.
4	Citoyen	David Luiz.	Deux lieues de terre par contrat hypothécaire; elles confinent au N. avec les terres de Salvador Salcedo, au S. avec la Coxilha et le champ de Tedy; à l'E. avec l'Arroio Tangarupá; et à l'O. avec la même Coxilha et le champ de Tedy.	500	Au pouvoir du propriétaire.	Idem.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CABA FAZENDO OCUPA E SEUS LIMITES.	QUANTIDADE DE GADO QUE HÁ NA OCUPAÇÃO.	POR QUEM OCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
5	Cidadão	Manoel Gonçalves de Amorim e C.	Seis leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arroio Grande; ao S. pelo arroio Tanarapá; a L. pela Sanga das Tallas; e ao O. pela mesma Tanarapá.	4000 25,000	Idem.	Idem.
6	"	Manoel Barreiros.	Uma legua de campo de sua propriedade, que se divide ao N. com Tedy e ao S. pelo arroio Papery-Grande; a L. pela Sanga das Tallas; e ao O. por uma Sanga, que desagua no arroio Papery-Grande.	600	Abandonada pelo dono.	Os gados e mais animais deste propriedade foram totalmente consumidos, extraviados e contrahidos pelas febras, dispendios da guerra, em ausência de seu dono.
7	"	Joaquim Barreiros.	Uma legua de campo de sua propriedade, que se divide ao N. com Tedy e ao S. pelo arroio Papery-Grande; a L. com o mesmo Tedy; e ao O. com a Sanga das Tallas.	500	Idem.	Idem.
8	"	Seratin Flores.	Tres leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pela Coxilha do Mendes; ao S. pelo arroio Papery-Grande; a L. pelo mesmo Papery-Grande; e a O. com os campos de Tedy.	3000	Idem.	Idem.
9	"	Fidelis Flores.	Doas leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo arroio Papery-Grande; ao S. pela Coxilha de Santo Antonio; a L. com campo de Joazeiro Matta; e a O. com campo de Pedro Brabo.	200	Idem.	Idem.
10	"	Manoel Alcantara.	Ocupação de campo de propriedade do irmão D. José Gomes, junto a Villa de São.	1000	Idem.	Idem.
11	"	Joaquim de Vasconcellos e C.	Seis leguas de campo de propriedade de sua mesma companhia, que se dividem ao N. pelo arroio de Montezuma; ao S. pelo arroio Papery-Grande; a L. pela Coxilha de Valentim; e a O. com o mesmo Papery-Grande.	1000	Por ordem da companhia, existe em poder de D. José Gomes, em cumprimento da mesma.	Pouco resta da fazenda desta propriedade, em consequência dos continos levantes de gados, extraviados e mais prejuizos que tem soffido em diferentes épocas.
12	Tenente	Manoel Luiz Simões.	Quatro leguas de terra de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arroio Grande; ao S. com a Coxilha de Mendes; a L. com o campo de Comandante; e ao O. com a Sanga das Tallas; e campo de Manoel Gonçalves.	1000	Por ordem da companhia, existe em poder de D. José Gomes, em cumprimento da mesma.	Esta propriedade se tirava vários gados por ordem do tenente-coronel Luiz Simões, para apanhar e trazer forças estacionadas na Villa de São. e da immediata companhia de gados de São. Esta abandonada pelo arrendatário Luiz Simões, desde 1842 até hoje, e a partir de 1848 Antonio dos Reis Oliveira violentamente empossou-se desta fazenda e negociou-a sem intelligencia de Luiz Simões, como se provado.
13	Cidadão	Herdadeiros do finado Henrique.	Quatro leguas de campo de propriedade dos mesmos herdeiros, que se dividem ao N. com o campo de D. José Gomes; ao S. com a Coxilha de Mendes; a L. com o arroio Valentim; e a O. com a mesma Coxilha e campo de Martin Matta.	1000	Pela propriedade.	Esta fazenda esteve abandonada e no tempo de se abandonar, suspendendo della todos os gados de gado para consumo das forças em diferentes épocas, tanto de guerra de outro partido, e a pouca fortuna que hoje lhe resta ainda está sujeita a precizações do exercito invasor ao mando do general Oribe.
14	"	Rodolfo Piegas.	Quatro leguas de campo de propriedade, que se dividem ao N. com a fazenda de L. a S. com a fazenda de Valentim; a Sanga da Taboá; ao S. com o arroio Valentim; a L. com a mesma Sanga da Taboá e campo de Antonio Bica; e a O. com a mesma fazenda Valentim.	6000	Pela propriedade.	Idem.
15	Capitão	Manoel Ferreira Bica.	Arrenda cinco leguas de campo de propriedade do Hespanhol D. Pedro Sierra.	1000	Idem.	Tem sahido muito gado para apanhar e trazer forças estacionadas na Villa de São. e da immediata companhia de gados de São. Esta abandonada pelo arrendatário Luiz Simões, desde 1842 até hoje, e a partir de 1848 Antonio dos Reis Oliveira violentamente empossou-se desta fazenda e negociou-a sem intelligencia de Luiz Simões, como se provado.
16	Cidadão	Antonio Bica.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pela Sanga da Taboá; e campos do Sierra; ao S. pela Coxilha de Mendes; a L. pela fazenda de Valentim; e ao S. Antonio de Souza; e a O. pela mesma Sanga da Taboá e campo de Piegas.	10000	Idem.	Tem sahido grandes levantamentos de gados pelas forças invasoras ao mando do general Oribe.
17	"	Emocencio Bica.	Aggregado do mesmo Antonio Bica.	1000	Abandonada.	Se de esta alguma coisa, extraída de gado de gado, não se prodiga de gado Brasileiro.

NUMÉROS.	QUINTÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE, ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DE LA FERME EN HECTARES.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
3	Citoyen.	Manoel Gonçalves de Amorim et C.	Six lieues de terres en propre, confinant au N. avec l'Arapehy-Grande; au S. avec l'arroio Tangarepá; à l'E. avec la Sanga das Talhas; et à l'O. avec le Tangarepá déjà cité.	2,500	Cette ferme est aux soins d'un individu chargé uniquement par le propriétaire de prendre note des dégâts qu'y commettent les corps qui s'y trouvent stationnés; et cela depuis 1813 jusqu'à présent.	Idem.
6	"	Manoel Harreco.	Une lieue de terrain en propre, bornée au N. par le Tedy; au S. par l'arroio Impery-Grande; à l'E. par la Sanga das Talhas; et à l'O. par une autre Sanga qui débouche dans l'Impery-Grande.	600	Abandonnée par le propriétaire.	Tous les animaux appartenant à ce propriétaire ont été consommés, dispersés et enlevés jusqu'au dernier par les forces dissidentes de l'Etat Oriental.
7	"	João Harreco.	Une lieue de terre en propre, bornée au N. et à l'E. par le Tedy; au S. par l'arroio Impery-Grande; et à l'O. par la Sanga das Talhas.	500	Idem.	Idem.
8	"	Seraphim Flores.	Trois lieues en propriété, bornées au N. par la Coxilha de Mendes; au S. et à l'E. par l'Impery-Grande; et à l'O. par les champs de Tedy.	500	Idem.	Idem.
9	"	Fidelis Flores.	Deux lieues de propriété, bornées au N. par l'arroio Impery-Grande; au S. par la Coxilha de Santo Antonio à l'E. par le champ de Maria Mata; et à l'O. par les champs de Pepe Brão.	800	Idem.	Idem.
10	"	Manoel Machado.	Occupe la partie de la campagne possédée anciennement par feu D. José Santos près de la bourgade de Salto.	1,600	Idem.	Idem.
11	"	Joaquim de Vasconcellos et C.	Sept lieues, en propriété bornées au N. par l'arroio Impery-Grande; au S. par l'arroio Laureles-Pequeno; à l'E. par la Coxilha de Valentim; et à l'O. par Laureles-Grande.	2,000	Guimaraes, comme mandataire de la compagnie.	Valeurs réduites presque à rien par suite de l'enlèvement continu de bestiaux, de l'abandon pour les cuirs, et autres dommages soufferts à différentes époques.
12	Lieutenant.	Manoel Muniz Soares.	Quatre lieues et demie prises à bail de Antonio José de Oliveira, bornées au N. par l'Arapehy-Grande; au S. par la Coxilha de Mendes; à l'E. par l'arroio Camatã; et à l'O. par la Sanga das Talhas et les terres de Manoel Gonçalves.	7,000	La ferme avec tout ce qui en fait partie se trouve au pouvoir du colonel Laval-leja; par disposition qu'a prise le citoyen brésilien Antonio José de Oliveira.	Cet établissement a eu beaucoup d'animaux enlevés par ordre du lieutenant-colonel Lucas Pires pour approvisionner les forces stationnées dans la bourgade de Salto, sous le commandement immédiat du même Pires. La ferme est abandonnée depuis 1812 par Muniz qui la tenait comme censitaire. Au mois d'Avril 1813 Antonio José de Oliveira s'en empara violemment, et en disposa sans que Muniz le sût, comme il est prouvé.
13	Citoyen.	Les héritiers du feu lieutenant Henriques.	Cinq lieues de propriété bornées au N. par le champ de D. Inesbia; au S. par la Coxilha de Mendes; et à l'O. par la même Coxilha et la terre de Maria Mata.	900	Par le propriétaire.	Pendant le temps que cette ferme s'est trouvée en état d'abandon, elle a perdu beaucoup de bétail saisi pour l'approvisionnement des troupes de l'un et de l'autre parti, et cela à différentes époques. Le peu de valeurs qui reste est encore à la merci de l'armée d'occupation sous les ordres du général Oribe.
14	"	Horacio Piegas.	Cinq lieues de propriété, bornées au N. par une ligne tirée de l'E. au S. E. de l'arroio Valentim à la Sanga de Taboá; au S. et à l'O. par ce même arroio de Valentim; et à l'E. par la dite Sanga de Taboá et le champ de Antonio Bica.	5,000	Idem.	Idem.
15	Capitaine.	Manoel Ferreira Bica.	Tient deux cinq lieues faisant partie de la propriété de l'espagnol D. Pedro Sierra.	5,000	Idem.	N'a souffert qu'une perte minime dans ses biens; mais il n'a pas manqué d'avoir aussi sa part dans les vexations dont les brésiliens sont l'objet constant.
16	Citoyen.	Antonio Bica.	Cinq lieues de propriété, bornées au N. par la Sanga da Taboá et les champs de Sierra; au S. par la Coxilha de Mendes; à l'E. par l'arroio Canhitas et la terre de Antonio de Souza; et à l'O. par la Sanga ci-dessus et le champ de Piegas.	5,000	Idem.	Beaucoup d'animaux lui ont été pris par l'armée d'invasion sous les ordres du général Oribe.
17	"	Innocencio Bica.	Etait comme colon sur un sol faisant partie des terres de Antonio Bica.	1,000	Abandonnée.	S'il y reste quelque valeur c'est à l'empereur Manoel Ferreira Bica qui doit en être chargé.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA PARCELA EM REIS.	POR QUEM OCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
18	Cidadão	Bernardino de...	Idem.	1000	Pelo dono.	
19	"	Antonio de Souza filho.	Onze leguas de campo de sua propriedade, que se divide ao N. pelo Arerungua; ao S. pela Coxilha do Arvorito; a L. pelo mesmo Arerungua; e ao O. pelo arroio Canhitas.	3.000	Pelo proprietário.	Este proprietário abandonou sua estancia desde 1813 até 1819, e neste tempo o commandante Lucas Pires em pessoa, e com a força de seu macedo, fez uma grande tropa, a qual fez conduzir à villa do Salto; na mesma f. z.inda foi feita outra tropa que foi conduzida para fornecimento do exercito sitiador.
20	"	José Lucas.	Herdeiros. Idem. idem.	2.000	Idem.	Idem.
21	"	Valerio Lucas, e seu irmão Alexandre Lucas.	Idem.	4.000	Idem.	Idem.
22	"	João Lucas.	Na qualidade de herdeiro. Ocupa o mesmo terreno e limites que occupa Antonio de Souza, filho.	1.200	Idem.	Em proporção de seus interesses tem sofrido tanto prejuizo como seus irmãos e seu cunhado Antonio de Souza, filho.
23	"	Emilio Dutra, cego, hoje sua familia.	Cinco leguas de propriedade que se dividem ao N. pelo campo dos herdeiros acima; ao S. pela Coxilha do Alvorno; a L. pelo Arerungua; e a O. pelo mesmo campo dos Lucas.	2.000	Abandonada.	Este fallecido foi assassinado por uma partida de saltadores em 1838, a familia foi saqueada, e se retirou para a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, sofrendo as mais inauditas privações e vexames; ignora-se se nesta fazenda ainda lhe resta alguma coisa.
24	"	Feliciano da Costa.	Dez leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. com o campo do Parvão; a L. com o arroio de Sopas e campos de Leonardo Ferreira da Costa; e a O. com Arerungua.	10.000	Idem.	Ignora-se o seu estado actual.
25	"	Domingos Antunes.	Arrendatario do terreno de Feliciano da Costa.	3.000	Pelo dono.	Idem.
26	"	João da Rosa d'Avila.	Idem.	10.000	Idem.	O commandante Lucas Pires levantou uma tropa de gados desta fazenda.
27	"	Leonardo Ferreira da Costa.	Dez leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo arroio Sopas; ao S. pela Coxilha de Carambê; a L. pelo dito arroio; e a O. pela dita Coxilha.	12.000	Abandonada.	Prejuizos. Ignora-se.
28	"	Jose Luiz de Lima.	Arrendatario do terreno de Leonardo Ferreira da Costa.	4.000	Idem.	Idem.
29	"	Joé Padua.	Idem.	2.000	Idem.	Seus prejuizos ignorão-se.
30	"	Prudente França.	Idem.	2.000	Idem.	Idem.
31	"	Viuva de Mauricio Matutino, e seus filhos.	Idem.	2.000	Por capataz posto por ordem da arrendataria.	Antes as forças dissidentes daquelle Estado em diversas épocas tem levantado gados desta fazenda.
32	"	João Antunes.	Idem.	300	Abandonada.	Ignorão-se seus prejuizos.
33	"	Jose Parvão.	Seus leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com o campo de Feliciano da Costa; ao S. com a Coxilha de Harão; a L. com a de Carambê e campo de Leonardo Ferreira da Costa; e a O. com Arerungua.	12.000	Pelo proprietário.	Idem.
34	"	Manoel Antonio de Moraes.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pelo arroio Sopas; a L. com campo de Antonio Mendes; e a O. com o mesmo Sopas.	8.000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Este proprietario esta refugiado na provincia do Rio Grande desde o anno de 1845, e homem de mais de 70 annos de idade, e quando soube do embargo de sua fazenda ficou tão desasistado que ganhou os mato de Hirapuitam, nos campos de Feliciano da Costa, e ao fim de cinco dias foi achado quasi desfallecido de fome e desesperação de ver-se tão injustamente despojado de sua fortuna.
35	"	Antonio Mendes.	Duas leguas de campo de sua propriedade, que são divididas ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pela Coxilha que tem sua origem no Rincão de Sopas; a L. com campo de Manoel Rodrigues; e a O. com campo de Manoel Antonio de Moraes.	2.300	Pelo proprietário.	Ignorão-se os prejuizos.
36	"	Manoel Rodrigues e C.	Tres leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pela Coxilha que nasce do Rincão de Sopas; a L. com campo de Manoel Antonio Braga; e a O. com campo de Antonio Mendes.	2.200	Abandonada.	Ignorão-se seus prejuizos.
37	"	Manoel de Lima.	Agregado de Manoel Rodrigues.	1.000	Idem.	Idem.
38	"	Manoel Antonio Braga.	Oito leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Arapely-Grande; ao S. pela Coxilha que nasce do Rincão de Sopas; a L. pelo Matto-Olho-Grande; e a O. com campo de Manoel Rodrigues.	9.000	Idem.	Idem.

NOMBRES.	QUANTITÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITES.	ÉTENDUE DE TERRAIN POSSEDÉ EN HA.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
18	Citoyen	Bernardino de . . .	Idem.	Tites, 5,000	Par le possesseur légitime.	
19	"	Antonio de Souza, fils.	Onze lieues de propriété bornées au N. et à l'E. par l'Arerunguá; au S. par la Coxilha do Alvorito; et à O. par l'Arroio Canhitas.	5,000	Par le propriétaire.	Avant d'être sa ferme depuis 1843 jusqu'en 1849, et dans ce temps le commandant Lucas Pires par lui-même et par les forces qu'il commandait enleva une grande quantité d'animaux qui furent conduits à la bourgade du Salto. Cette même ferme eut encore un autre enlèvement de bétail destiné à l'approvisionnement de l'armée assiégée.
20	"	José Lucas.	Idem.	2,000	Idem.	Idem.
21	"	Valerio Lucas, et son frère Alexandre Lucas.	Idem.	1,000	Idem.	Idem.
22	"	João Lucas.	Occupe à titre d'héritier, le même terrain avec les mêmes limites qu'Antonio de Souza.	1,500	Idem.	A soufrit proportionnellement des pertes non moins considérables que ses frères, et son beau-frère, Antonio de Souza, fils.
23	"	Feu Dutra, aveugle et aujourd'hui sa famille.	Cinq lieues de propriété bornées au N. par la terre des héritiers nommés ci-dessus; au S. par la Coxilha do Alvorito; à l'E. par l'Arerunguá; et à l'O. par les terres de Lucas.	2,000	Abandonnée.	Le propriétaire Dutra fut assassiné par une bande de brigands en 1885. Sa famille fut dépossédée, et se retira dans la province de Rio Grande, après avoir été l'objet d'actes de spoliation et de violence insouffrable. On ignore s'il reste encore quelque chose sur cette ferme.
24	"	Feliciano da Costa.	Dix lieues de propriété bornées au N. par l'Arapely-Grande; au S. par la terre du nommé Parvão; à l'E. par l'Arroio de Sopas et les terres de Leonardo Ferreira da Costa; et à l'O. par l'Arerunguá.	10,000	Idem.	On ignore l'état actuel de la ferme.
25	"	Domingos Antunes.	Tient à cens un terrain de Feliciano da Costa.	5,000	Le possesseur légitime.	Idem.
26	"	Joaquim da Rosa d'Avila.	Idem.	10,000	Idem.	Le commandant Lucas Pires a enlevé de cette ferme un nombre d'animaux.
27	"	Leonardo Ferreira da Costa.	Dix lieues de propriété bornées au N. et à l'E. par l'Arroio Sopas; au S. et à O. par la Coxilha de Curumbé.	12,000	Abandonnée.	Les pertes en sont inconnues.
28	"	José Luiz de Lima.	Tient à cens un terrain de Leonardo Ferreira da Costa.	4,000	Idem.	Idem.
29	"	José Paulina.	Idem.	2,000	Idem.	Idem.
30	"	Prudente França.	Idem.	200	Idem.	Idem.
31	"	La veuve de Mauricio Matutino et ses fils.	Idem.	2,000	Par un capataz qu'y a mis la veuve.	Les deux bergers ont à diverses époques enlevé des animaux à cette ferme.
32	"	João Antunes.	Idem.	500	Abandonnée.	On ignore ses pertes.
33	"	José Parvão.	Six lieues de propriété bornées au N. par les terres de Feliciano da Costa; au S. par la Coxilha de Haedo; à l'E. par celle de Curumbé et les terres de Leonardo Ferreira da Costa; et à l'O. par l'Arerunguá.	12,000	Par le propriétaire.	Idem.
34	"	Manoel Antonio de Moraes.	Cinq lieues de propriété bornées au N. par l'Arapely-Grande; au S. et à l'O. par l'Arroio de Sopas; et à l'E. par le champ de Antonio Mendes.	5,000	Frappée de sequestre par le colonel Lima.	Le propriétaire est réfugié dans la province de Rio Grande depuis 1843; c'est un homme âgé de plus de 70 ans. Lorsqu'il eut connaissance de la saisie de sa ferme, il fut tellement étonné du coup, qu'il gagna à l'instant les bois d'Ithapitana, sur les terres de Feliciano da Costa, où on le retrouva au bout de cinq jours exténué de faim et tout-à-fait désespéré pour s'être vu si injustement dépossédé de sa fortune.
35	"	Antonio Mendes.	Deux lieues en propriété bornées au N. par l'Arapely-Grande; au S. par la Coxilha qui prend sa source dans le Rincón de Sopas; à l'E. par le champ de Manoel Rodrigues, et à l'O. par les terres de Manoel Antonio de Moraes.	2,500	Par le propriétaire.	Ses pertes ne sont pas connues.
36	"	Manoel Rodrigues et C.	Trois lieues de terrain en propre, bornées au N. et au S. de même que la propriété ci-dessus (35), à l'E. par le champ de Manoel Antonio Braga, et à l'O. par celui d'Antonio Mendes.	2,500	Abandonnée.	On n'en connaît pas les pertes.
37	"	Manoel de Lima.	Colon de Manoel Rodrigues.	1,000	Idem.	Idem.
38	"	Manoel Antonio Braga.	Huit lieues bornées au N. et au S. comme les terrains décrits plus haut (35 et 36); à l'E. par Matta-Obô-Grande; et à l'O. par le champ de Manoel Rodrigues.	9,000	Idem.	Idem.

NÚMEROS.	GRANDEZAS.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENOS QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	VALOR DE CADA TERRENO EM REIS.	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.	QUANT.
39	Cidadão	Marcos da Costa.	Aggregado do dito Braga.	Reis 5000	Por capitaz posto por ordem do dono.	Idem.	Idem.
40	"	Sermão José de Carvalho, solteiro.	Cinco leguas de campo que teve de emphyteusis do governo oriental do ano de 1863, sitas na costa de Sopas, e ao N. deste.	12000	Abandonada em 1840.		"
41	"	Vicente Pereira.	Arrendatário de parte do campo do tenente-coronel Lucas Pires.	2000	Abandonada.	A consequência de ter este arrendatário abandonado sua fortuna foi que, tendo mui e tantas rezes para uma tropa, aconteceu que o capitão Pedro Pires, com a força de seu mando, apprehendeu a dita tropa do poder de seu proprietário, e a fez conduzir para junto á villa de Taquarémbo; ignoramos as razões porque este capitão praticou de semelhante maneira.	"
42	"	Vizinha de Desiderio da Cruz, e seus filhos.	Uma legua e tres quartos de campo em emphyteusis na costa do arrião Sopas.	800	Idem.	Ignorase os prejuizos.	"
43	"	Manoel de Brum e Silva.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, as quaes limitasse ao N. pela Coxilha que nasce do Ramo de Sopas; ao S. com campo de Francisco Luciano da Fonseca; a L. com a dita Coxilha; e a O. com o arrião Sopas.	12000	Abandonada em o anno de 1843.	Os prejuizos e razão do abandono ignorase.	"
44	"	Francisco Luciano da Fonseca.	Dez leguas de campo de sua propriedade, que limitasse ao N. com campo de Manoel de Brum; ao S. com a Coxilha d'Haedo; a L. com Matta-Olho-Grande e campos de Manoel Antonio Braga; e a O. com o arrião Sopas.	20000	Por capitaz posto pelo dono.	Ignorase se ha soffrido prejuizos.	"
45	"	D. Bernartina Fereira e oito filhos.	Seis leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Matta-Olho-Grande; ao S. pela Coxilha d'Haedo; a L. pela mesma Coxilha; e a O. pela que sabe de entre os dous Matta-Olho.	7000	Embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	O embargo desta fazenda foi em consequência de terem apprehendido uma tropa dos proprietarios que tencionavam conduzir para o Rio Grande, como já tinham feito em outra occasião; e em consequência disto as forças estacionadas na villa de Taquarémbo tem vindo levantar gados desta fazenda para seu consumo.	"
46	"	Velho Tenina.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com Matta-Olho-Grande; ao S. pelo Matta-Olho-Pequeno; a L. pela Coxilha d'Haedo; e a O. em a mesma Matta-Olho-Pequeno.	14000	Abandonada.	Refugio-se para o Rio Grande trazendo apenas seu gado manso.	"
47	"	Jose Joaquim.	Aggregado do dito Velho Tenina.	3000	Em poder do dono.	Ignorase.	"
48	"	Manoel Garcez.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, as quaes se dividem ao N. pelo Matta-Olho-Grande; ao S. por uma Coxilha falsa que sabe de entre os dous Matta-Olho; a L. por uma Sanga que desagua no mesmo Matta-Olho-Grande; e a O. pelo Matta-Olho-Novo.	8000	Abandonada.	Idem.	"
49	"	Fimado Jose Antonio Garcez, hoje seus herdeiros.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com campo de Manoel Garcez; ao S. com a Coxilha d'Haedo; a L. com campo de Velho Tenina; e a O. com Matta-Olho-Novo.	2000	Idem.	Idem.	"
50	"	Claudio...	Aggregado dos herdeiros do finado Jose Antonio Garcez.	1000	Idem.	Ignorase os prejuizos que tem soffrido	"
51	"	Velho Elias.	Idem.	800	Idem.	Idem.	"
52	"	Jose Martin.	Idem.	1000	Por capitaz posto por ordem do dono.	Idem.	"
53	Capitão	Constantino de Bitancourt.	Vinte e duas leguas de propriedade da familia de Almogres, que divide ao N. com Ampelhy Grande; ao S. com Matta-Olho-Grande; a L. a Coxilha d'Haedo; e a O. o mesmo Matta-Olho-Grande. As quaes são arrendadas por este e pelos legados.	8000	Archa-se embargada por ordem do coronel D. Diogo Lamas.	Idem.	"
54	Cidadão	Manoel Ignacio dos Santos, vivo, e seus filhos.	Terrão e arrendatário no terreno Idem.	5000	Pelo dono.		"
55	"	João Bitancourt.	Idem.	10000	Idem.	Idem.	"
56	"	Fimado Neves, hoje seus filhos.	Idem.	3000	Por um dos fillos.	Idem.	"
57	"	Quirino Carlos.	Arrendatário nos mesmos campos da familia de Almogres.	1400	Abandonado.	Idem.	"
58	Tenente	Marcos Goularte.	Idem.	2500	Embargada.	Ignorase a razão, e porque ordena-se este embargo.	"

QUANTITÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITES.	RENDU DE CHAQUE TERRE PRODUIT EN 1853	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
Citoyen	Marcos da Costa.	Colon du dit Braga.	7700. 3,300	Par un capataz qu'y a mis le maître.	Idem.
"	Sermio José de Carvalho neveu.	Cinq lieues de terres reçues par lui à baill emphytéotique du gouvernement Oriental en 1835, situées sur les côtes de Sopas, au N.	12,000	Il l'a abandonnée en 1840.	
"	Vicente Pereira.	Tenancier censitaire d'une partie des terres du lieutenant-colonel Lucas Pires.	2,250	Abandonnée.	A tout délaissé, le capitaine Pedro Pires lui ayant enlevé avec le détachement qu'il commandait une troupe de vaches de baille liées de bétail, qui fut conduite vers la bourgade de Taquarémbo. On ignore ce qui a pu donner lieu à une pareille violençe.
"	La veuve de Desiderio Madruça, et ses enfants.	Une lieue et trois quarts par emphy- téose sur les côtes de l'arroyo Sopas.	800	Idem.	On ignore quelles pertes cette ferme a subies.
"	Manoel de Brum et Silva.	Cinq lieues de propriété dont les limites sont au N. la Coxilha qui prend sa source dans le Rincón de Sopas; au S. la terre de Francisco Luciano da Fonseca à l'E. la même Coxilha; et à l'O. l'arroyo de Sopas.	14,000	Abandonnée en 1845.	On n'en connaît pas les pertes; on ne connaît pas davantage le motif de l'aban- don.
"	Francisco Luciano da Fonseca.	Dix lieues en propriété ayant pour li- mites au N. la propriété de Manoel de Brum; au S. la Coxilha de Haedo; à l'E. la Matta-Olho-Grande et les champs de Ma- noel Antonio Braga; et à l'O. l'arroyo So- pas.	8,000	Par un capataz de la confiance du pro- priétaire.	On ne sait pas s'il a souffert des pertes.
"	Dona Bernardina Fer- reira et ses enfants.	Six lieues de propriété bornées au N. par la Matta-Olho-Grande; au S. et à l'E. par la Coxilha de Haedo; à l'O. par la Cox- ilha qui sort d'entre les deux Matta-Olho.	1,000	Séquestrée par ordre de Lamas.	La ferme fut frappée de séquestre en conséquence d'une saisie faite sur des animaux destinés pour Rio Grande opé- ration déjà pratiquée une fois par les propriétaires; la division militaire station- née à Taquarémbo prit ensuite constam- ment sur cette ferme le bétail dont elle avait besoin pour sa consommation.
"	Le vieux Teimão.	Cinq lieues en propriété bornées au N. par la Matta-Olho-Grande; au S. et à l'E. par la Matta-Olho-Poppeno; et à l'O. par la Co- xilha d'Haedo.	1,000	Abandonnée.	Il s'est réfugié à Rio Grande emme- nant à peine avec lui son bétail domes- tique.
"	José Joaquim.	Colon du sésdit Teimão.	3,300	En pouvoir de son maître.	C'est tout ce que l'on sait.
"	Manoel Garcez.	Quatre lieues de propriété bornées au N. par la Matta-Olho-Grande; au S. par une ferme Coxilha ayant sa source entre les deux Matta-Olho; à l'E. par une Sauga qui débouche dans ce Matta-Olho-Grande; et à l'O. par la Matta-Olho-Novo.	8,000	Abandonnée.	Idem.
"	Le feu José Antonio Garcez, aujourd'hui ses héritiers.	Quatre lieues d'un terrain qui lui appar- tient en propre, borné au N. par le champ de Manoel Garcez; au S. par la Coxilha d'Haedo; à l'E. par les terres du vieux Teimão; et à l'O. par la Matta-Olho-Novo.	2,000	Idem.	Idem.
"	Claudio.	Colon établi sur les terres de feu José Antonio Garcez.	1,300	Idem.	On ignore les pertes qu'il a éprouvées.
"	Le vieux Elias.	Idem.	800	Idem.	Idem.
"	José Martins.	Idem.	1,300	Par un capataz du cheïx du maître.	Idem.
Capi- taine.	Constantino Bitancourt.	Vingt-deux lieues de terres apparte- nantes à la famille de Almagres, bornées au N. par l'Arroyo Grande; au S. et à l'O. par la Matta-Olho-Grande; et à l'E. par la Coxilha d'Haedo, données à cens à Constantino Bitancourt, ainsi qu'au per- sonnes nommées ci-après.	8,000	Se trouve sous le sé- questre par ordre du colonel Lamas.	Idem.
Citoyen	Manoel Ignacio dos San- tos, veuf, et ses enfants.	Tient également à cens une partie des terres susmentionnées.	5,000	Par le maître.	
"	João Bitancourt.	Idem.	10,000	Idem.	Idem.
"	Neves (décédé); aujour- d'hui ses enfants.	Idem.	3,000	Par un des fils.	Idem.
"	Quirino Carlos.	Idem.	1,400	Abandonnée.	Idem.
Lieut- enant.	Marcos Goularte.	Idem.	2,500	Sous le séquestre.	On en ignore le motif. On ignore aussi qui a ordonné ce séquestre.

NÚMEROS.	GRADUAÇÕES.	NOMES.	EXTENSÃO DE TERRENO QUE CADA FAZENDA OCCUPA E SEUS LIMITES.	ÁREA EM ALGUNS CASOS	POR QUEM OCCUPADAS.	OBSERVAÇÕES.
59	Cidadão	Francisco França.	Aggregado em campos da propriedade do general Rivera nas pontas de Arerunguá.	Reza 2,000	Abandonada em 1843.	Ignora-se o seu actual estado.
60	"	Antonio de Souza Netto.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com a Coxilha do Arvorito; ao S. com a Coxilha de Haedo; a L. com a mesma; e a O. com Quiguay-Grande.	Ignora-se	Pelo proprietario.	Ignora-se os seus prejuizos.
61	"	Simão Siveira.	Tres leguas de propriedade, que são limitadas ao N. pelo Quiguay-Grande; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. por uma sanga que desagua em Quiguay-Grande; e a O. com campo de seu irmão pai Felipe Siveira.	3,000	Abandonada.	Consta ao dono que as forças ora ali estacionadas não fizeram coreações e levantamento de gados.
62	"	Israel de Araujo.	Aggregado do mesmo Simão Siveira.	1,000	Idem.	Idem.
63	"	Viúva do finado Felipe Siveira de Andrade, e seus herdeiros.	Quatro leguas e meia de propriedade, que se limitão ao N. pelo Quiguay-Grande; ao S. pela Coxilha de Haedo; a L. com os campos de Simão Siveira; e a O. por uma sanga que desagua no mesmo Quiguay-Grande.	8,000	Idem.	Consta a proprietaria, por carta que recebeu, que em sua fazenda continuavam coreações, e que haverá no campo 13 rezes, e a mór porção tourada.
64	"	Jose Siveira.	Quatro leguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo Quiguay-Xico; a L. com o campo de Felisberto Pereira; e a O. com o campo de Antonio Siveira.	6,000	Abandonada desde 1813.	Ignora-se o seu estado actual.
65	"	Antonio Siveira.	Tres leguas de propriedade, que se limitão ao N. pelo Quiguay-Xico; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. com o campo de Jose Siveira; e a O. pelo primeiro e Barra do segundo.	4,000	Idem.	Idem.
66	Coronel.	Jeronymo Jacintho.	Dez leguas de propriedade sua, que se dividem ao N. pela Coxilha do Arvorito; ao S. pelo Quiguay-Grande; ao L. pelo mesmo Quiguay; e a O. pelo arroio de Curraes.	10,000	Idem, e hoje embarcada.	Consta que o general Oribe deu esta fazenda ao coronel D. Diogo Lamas, ignora-se a razão ou direito com que esdadia foi feita.
67	Cidadão	Manoel Machado.	Arrendatario de duas leguas de campo da propriedade do mesmo coronel Jeronymo Jacintho.	2,000	Idem.	Idem.
68	"	Felisberto Pereira Prates.	Oito leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pela Coxilha de Carumbé de Daiman; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. com o campo de Matheus Teixeira Brasil; e a O. com o campo de Jose Siveira.	12,000	Abandonada desde 1813.	O proprietario existe louco na villa Paysandú.
69	"	Jose Pereira.	Uma legua de campo sobre a Coxilha de Carumbé, sendo a loca do campo acima.	300	Idem.	Ignora-se o estado em que existe.
70	"	Matheus Teixeira Brasil.	Tres leguas de propriedade, que são divididas ao N. pela Coxilha do Arvorito; ao S. com o campo de Jose Collares; a L. pelo arroio de Curraes; e a O. por campos de Prates.	3,000	Idem.	Idem.
71	"	Manoel Coelho e C.	Aggregado de Matheus Teixeira Brasil	1,500	Idem.	Ignora-se o seu estado actual.
72	"	Jose Luis Collares.	Cinco leguas de sua propriedade, que se dividem ao N. pelo campo de Matheus Teixeira Brasil; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. pelo arroio de Curraes; e a O. com o campo de Jose Siveira.	5,000	Abandonada em 1843.	Idem.
73	"	Santos d'Oliveira Pinto	Aggregado do dito Jose Luis Collares.	430	Idem.	Idem.
74	"	Leonardo Collares.	Idem.	1,300	Idem.	Idem.
75	"	Viúva de Benedicto Siveira, e seus herdeiros.	Dois leguas de campo de propriedade, que se dividem ao N. pelo campo de D. André Peres; ao S. pelo Quiguay-Grande; a L. pelo Quiguay-Xico; e a O. pelos mesmos campos de D. André Peres.	1,000	Idem.	Idem.
76	"	Manoel Gonçalves e C.	Cinco leguas de campo de sua pertença, que formão seus limites ao N. pelo arroio Daiman; ao S. pela Coxilha de Carumbé; a L. com a sanga e campos de Almagros; e a O. com Jacintho José Saraiva.	8,000	Idem.	Idem.
77	"	Finado Jacintho José Saraiva, hoje os seus herdeiros.	Cinco leguas de campo de sua propriedade, que limitão-se ao N. pelo Daiman; ao S. pela Coxilha de Carumbé; a L. pelo campo de Manoel Gonçalves; e a O. pelo arroio do mesmo nome Carumbé	5,000	Por cadataz posto pelos herdeiros.	

NUMÉROS.	QUALITÉ.	NOMS.	ÉTENDUE DE TERRAIN QUE CHAQUE FERMIER OCCUPE ET SES LIMITES.	ÉTAT DE CHAQUE TERRAIN POSÉDÉ EN 1843.	QUI OCCUPE LES FERMES.	OBSERVATIONS.
59	Citoyen	Francisco França.	Colon tenancier d'une partie des terres du général Rivera dans les Pontas de l'Arerungui.	Têtes, 2,000	Abandonnée en 1843.	L'état actuel n'en est pas connu.
60	Capitaine.	Antonio de Souza Netto.	Quatre lieues de propriété bornées au N. par la Coxilha do Arvorito; au S. par la Coxilha d'Iacodo; à l'E. idem; et à l'O. par Quiguay-Grande.	Inconnu	Par la propriétaire.	Les pertes en sont inconnues.
61	Citoyen	Simão Silveira.	Trois lieues de propriété, confinant au N. avec Quiguay-Grande; au S. avec la Coxilha d'Iacodo; à l'E. avec une sanga qui débouche dans Quiguay-Grande; et à l'O. avec le champ de feu Felipe Silveira son père.	3,000	Abandonnée.	Le propriétaire de cette ferme dit avoir eu beaucoup d'animaux tués pour les cuirs et enlevés par les froces stationnées dans la localité.
62	"	Israel de Araujo.	Colon occupant une portion des terres de ce Simão Silveira.	1,000	Idem.	Idem.
63	"	La veuve de feu Philippe Silveira de Andrade, et ses héritiers.	Quatre lieues et demie de propriété, bornées au N. par le Quiguay-Grande; au S. par la Coxilha d'Iacodo; à l'E. par les terres de Simão Silveira; et à l'O. par une sanga débouchant dans Quiguay-Grande.	8,000	Idem.	La propriétaire a su par une lettre qu'elle a reçue, que les animaux de sa ferme sont constamment abattus pour les cuirs et qu'il peut s'y trouver actuellement 1,500 têtes de bétail, la plupart taureaux.
64	"	José Silveira.	Quatre lieues d'un champ à lui appartenant, dont les limites sont au N. le Quiguay-Xico; au S. le Quiguay-Grande; à l'E. le champ de Feliberto Pereira; et à l'O. celui de Antonio Silveira.	6,000	Abandonnée depuis 1843.	On ignore son état actuel.
65	"	Antonio Silveira.	Trois lieues de propriété, ayant pour limites au N. le Quiguay-Xico; au S. le Quiguay-Grande; à l'E. le terrain de José Silveira; et à l'O. par les mêmes cours d'eau Quiguay-Xico et Quiguay-Grande, ce dernier à son embouchure.	4,000	Idem.	Idem.
66	Colonel	Jeronimo Jacintho	Dix lieues de propriété, ayant pour limites au N. la Coxilha de Arvorito; au S. le Quiguay-Grande; à l'E. idem; et à l'O. l'arrio de Curraes.	10,000	Idem., et aujourd'hui sous le séquestre.	Il est de notoriété, que le général Oribe a donné cette ferme au colonel Don Diogo Lannas; à quel titre et de quel droit, c'est ce qu'on ignore.
67	Citoyen	Manoel Machado.	Tient comme censitaire deux lieues d'un terrain appartenant au même colonel Jeronimo Jacintho.	2,000	Idem.	Idem.
68	"	Feliberto Pereira Prates.	Huit lieues de propriété, ayant pour limites au N. la Coxilha de Carumbé de Daiman; au S. le Quiguay-Grande; à l'E. le champ de Matheus Teixeira Brasil; et à l'O. les terres de José Silveira.	12,000	Abandonnée depuis 1843.	Le propriétaire est devenu fou, et vit dans la bourgade de Paysandú.
69	"	José Pereira.	Une lieue sur la Coxilha de Carumbé, formant l'entrée du terrain précédent.	3,000	Idem.	On ignore l'état ou cette ferme se trouve.
70	"	Matheus Teixeira Brasil.	Trois lieues de propriété, bornées au N. par la Coxilha de Arvorito, au S. pour le terrain de José Collares; à l'E. par l'arrio de Curraes; et à l'O. par les champs de Prates.	4,000	Idem.	Idem.
71	"	Manoel Coelho et C.	Colon établi sur les terres de Matheus Teixeira Brasil.	1,500	Abandonnée en 1843.	On n'en connaît pas l'état actuel.
72	"	José Luiz Collares.	Cinq lieues de propriété, bornées au N. par le terrain de M. T. Brasil; au S. par le Quiguay-Grande; à l'E. par l'arrio de Curraes; et à l'O. par le terrain de José Silveira.	6,000	Idem.	Idem.
73	"	Santos d'Oliveira Pinto.	Colon admis par J. Luiz Collares.	400	Idem.	Idem.
74	"	Leonardo Collares.	Idem.	1,800	Idem.	Idem.
75	"	La veuve de Benedicto Silveira, et ses héritiers.	Deux lieues de propriété bornées au N. et à l'O. par les terres de André Pires; au S. par le Quiguay-Grande; et à l'E. par le Quiguay-Xico.	1,000	Idem.	Idem.
76	"	Manoel Gonçalves et C.	Cinq lieues de propriété qui confinent au N. avec l'arrio Daiman; au S. avec la Coxilha de Carumbé; à l'E. avec la Sanga et le champ de Almagros; et à l'O. avec Jacintho José Saraiva.	8,000	Idem.	Idem.
77	"	Feu Jacintho José Saraiva, aujourd'hui ses enfants.	Cinq lieues de propriété confinant au N. avec Daiman; au S. et à l'O. avec la Coxilha et l'arrio de Carumbé; et à l'E. avec les terres de Manoel Gonçalves.	5,000	Par un capatas qu'y ont mis les héritiers.	

CORRESPONDENCIA ENTRE O GENERAL D. THOMAZ GUIDO E SEU GOVERNO.

RECLAMAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO ARGENTINA POR MOTIVO DO PROCEDIMENTO DO BARÃO DE JACUHY CONTRA A REPÚBLICA DO URUGUAY.

Nota do ministro das relações exteriores da Confederação Argentina ao general D. Thomaz Guido.

Viva a Confederação Argentina! Morraão es selvagens unitarios! Buenos-Ayres 8 de Agosto de 1850. Anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia e 21 da Confederação Argentina.

Ao Exm. Sr. ministro plenipotenciario da Confederação Argentina junto ao governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil.

O abaixo assignado levou ao conhecimento supremo do Exm. Sr. governador, general D. João Manoel de Rozas, a nota de V. Ex. n. 1734, datada em 18 de Junho proximo passado, cujo resumo é o seguinte:

« Acompanha copia da replica do ministerio do Brasil relativamente á criminosa aggressão do cabecilha barão de Jacuhy contra a Republica do Uruguay. »

O Exm. Sr. governador ordenou ao abaixo assignado de responder a V. Ex. que a replica sobredita teria merecido a approvação de S. Ex. se V. Ex. na declaração que por sua ordem superior devia fazer ao governo imperial, no caso de que elle não satisfizesse ás justas reclamações do da Confederação, ou demorasse sua decisão, se houvesse cingido, como era de seu dever, aos termos explicitos e energicos em que está concebida a dita ordem.

A maneira com que V. Ex. redigio essa declaração não satisfaz a ordem de S. Ex., nem preenche seu pensamento e suas vistas superiores neste grave assumpto.

Como as observações que V. Ex. fez subir ao conhecimento do Exm. Sr. governador em sua nota n. 1733 de 17 de Junho ultimo induzem S. Ex. a acreditar que a contestação do governo imperial não seja satisfactoria, ordena S. Ex. que se ao receber a presente não houver ainda chegado ás mãos de V. Ex. a dita contestação, nos termos que com toda a justiça a espera S. Ex., sem mais demora se dirija V. Ex. ao governo brasileiro, e lhe declare que visto o tempo decorrido desde a data da nota de V. Ex. de 16 de Junho, até esse dia, sem haver recebido uma contestação satisfactoria, tem V. Ex. ordens precisas e mui terminantes do Exmo. Sr. governador, reiteradas nesta occasião, para pedir seu passaporte, e retirar-se do Imperio, porque S. Ex. não pôde permittir que V. Ex. continue a entreter relações amigaveis da parte do argentino com um governo que tão gratuita e descalmente o tem offendido; que apresentou a rara anomalia de tolerar que seus subditos do Rio Grande,

CORRESPONDANCE ENTRE LE GÉNÉRAL D. THOMAZ GUIDO ET SON GOUVERNEMENT.

RÉCLAMATION DE LA CONFÉDÉRATION ARGENTINE AU SUJET DE LA CONDUITE DU BARON DE JACHY ENVERS LA RÉPUBLIQUE DE L'URUGUAY.

Note du ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine au général D. Thomaz Guido.

Vive la Confédération Argentine! Mort aux sauvages Unitaires! Buenos-Ayres le 8 Août 1850 — l'an 41^{me} de la liberté, 35^{me} de l'indépendance, et 21^{me} de la Confédération Argentine.

A S. E. Monsieur le ministre plenipotentiaire de la Confédération Argentine près le gouvernement de S. M. M. l'Empereur du Brésil.

Le soussigné a porté à la connaissance suprême de S. E. Mr. le gouverneur, général D. Juan Manoel de Rosas, la note de Votre Excellence N.º 1734, datée le 18 Juin dernier, dont le résumé est ce qui suit:

« Ci-jointe se trouve copie de la réplique au ministère du Brésil, relativement à la criminelle agression du baron de Jacuhy contre la République de l'Uruguay. »

S. E. M. le gouverneur a ordonné au soussigné de répondre à V. E. que cette réplique aurait mérité son approbation si, dans la déclaration que par ordre supérieur vous deviez faire au gouvernement impérial dans le cas où celui-ci n'eût pas satisfait les justes réclamations de la Confédération, ou eût fait attendre sa décision, vous vous en étiez tenu, comme il était de votre devoir, aux termes explicites et énergiques dans lesquels cet ordre est conçu.

La manière dont vous avez formulé cette déclaration n'est pas entièrement conforme à l'ordre de S. E., et ne remplit pas l'objet de sa pensée, ni ses vues supérieures dans cette grave affaire.

Comme les observations que Votre Excellence a soumises à S. E. Monsieur le gouverneur dans sa note N.º 1733 du 17 Juin dernier, le portent à croire que la réponse du gouvernement impérial ne sera pas satisfaisante. S. E. ordonne que, dans le cas où cette réponse ne vous serait pas déjà parvenue, quand vous recevrez la présente, et conque dans les termes qu'elle a tout droit d'espérer, vous vous adressiez sans plus de retard au gouvernement brésilien en lui déclarant que, vu le temps écoulé depuis votre note du 16 Juin sans que vous ayez reçu encore une réponse satisfaisante, vous avez les ordres les plus précis et formels de S. E. Monsieur le gouverneur, ordres réitérés par lui en cette occasion, pour demander vos passeports, et vous retirer de l'Empire: car S. E. ne peut pas vous permettre de continuer à entretenir des relations amicales de la part du gouvernement argentin avec un gouvernement qui l'a offensé si gratuitement et d'une manière aussi dé-

em união com os selvagens unitários, hostilizassem e estivessem em iníqua guerra contra os governos aliados do Prata, em quanto que por sua parte blasfemava estar em paz com os ditos governos; e que reaggravou enormemente estas offensas negando ao da Confederação a satisfação e reparações que tinha plena razão e direito de esperar.

Ho regresso de V. Ex. a esta cidade, como lhe tem prevenido o Ex.^{to} Sr. governador, e se lhe offereça, o verificará V. Ex. em mais demora.

Deus guarde a V. Ex. muito tempo. — *Felipe Arana.*

Nota do general D. Thomas Guido ao ministro das relações exteriores da Confederação Argentina.

Viva a Confederação Argentina! — Morte os selvagens unitários! Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1850 — Anno 41 da Liberdade, 33 da Independência e 21 da Confederação Argentina!

Ao Sr. ministro das relações exteriores da Confederação Argentina.

Esperei até a última hora em que deve fechar-se a mala, para informar a V. S. do resultado da minha última reclamação a este ministério contra o barão de Jacahy, e sua cumplicia na appressão no Estado Oriental, e seu crime de rebelião, do qual se que na minha reclamação com o ministro das relações estrangeiras, em 17 de Julho e 8 de corrente, informo com S. Ex. pela resposta, e manifestação apresentada ao Imperador, no dia 16 de 8 da presente, a humildade da sua resposta, depois de largas explicações em que Sua Magestade deu lugar a fazer-lhe na offensa em que se serviu a mim.

Em abono da verdade a demora não provém desta vez de negligencia, e contando-me que em varias conferencias de gabinete, e no conselho de Estado, já se tem tratado da minha reclamação, não posso attribuir a demora da resposta senão á difficuldade de se coordenar qualquer evasiva, se se tem de recorrer o julgamento do barão, apezar da propria declaração de sua criminalidade, confessada pela legação brasileira em Montevideo a S. Ex. o presidente general D. Manuel Oribe, além da qualificação feita tambem pelo general Andréa, que invoquei em apoio da minha reclamação.

loyale, qui s'est montré si singulièrement inconséquent avec lui même, en souffrant que ses sujets de Rio Grande unis aux sauvages unitaires se missent en état d'hostilité et de guerre inique avec les gouvernements alliés de la Plata, pendant que de sa part il se vantait d'être en paix avec ces mêmes gouvernements; et qui a enfin aggravé énormément ces offenses en refusant au gouvernement de la Confédération la satisfaction et les réparations auxquelles ce gouvernement avait toute raison et tout droit de s'attendre.

Le retour de Votre Excellence en cette ville, comme M. le gouverneur vous en a déjà prevenu, et vous en rétablira l'ordre. Jeffectuera sans aucun retard.

Dieu garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Felipe Arana.*

Nota do general D. Thomas Guido ao ministro das relações exteriores da Confederação Argentina.

Vive la Confédération Argentine! Mort aux sauvages Unitaires! Rio de Janeiro 23 Août 1850. L'an 41^{me} de la liberté, 33^{me} de l'indépendance, et 21^{me} de la Confédération Argentine.

A Monsieur le ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine.

J'ai attendu jusqu'au dernier moment à former ma communication, désirent pouvoir vous communiquer le résultat de ma dernière réclamation au près ce ministère contre le baron de Jacahy et ses complices pour leur appression de l'Etat Oriental; mais la réponse ne vient pas en ce moment, qu'importe dans mon cas, car le ministre des affaires étrangères le 17 Juillet et le 8 du courant ne l'en a informé auprès de S. Ex. pour une réponse et que le conseil d'Etat comment j'ose lui rendre à l'Empereur même l'importance de la susdite réponse, après de longues explications auxquelles S. M. donna lieu en se prêtant à la discussion.

A vrai dire, le délai ne provient pas cette fois de négligence; et sachant que dans plusieurs conférences de cabinet, ainsi qu'au conseil d'Etat, il s'est agi déjà de ma réclamation, je ne puis l'attribuer qu'à la difficulté de combiner une réponse évasive quelconque, si l'intention est de se refuser à mettre le baron en jugement, malgré même l'avou du crime, confessé par la légation brésilienne à Montevideo, à S. Ex. le président général D. Manuel Oribe indépendamment de l'opinion qu'en a formulée aussi le général Andréa, opinion invoquée par moi à l'appui de ma réclamation.

Não é menos difficil a realisação desta solução se se attender ao numero e qualidade das pessoas do Rio Grande implicadas no attentado do barão, nem é possível que sobre este intrincado assumpto, ligado a tantas influencias politicas, e superiores até certo ponto á autoridade do gabinete, haja uniformidade de pareceres entre seus membros, como com effeito não ha.

Em attenção a estas causas, que levo fielmente ao conhecimento do Exmo. Sr. governador, e a que por mais de um mez tem estado este governo notoria e urgentemente occupado da questão com a Inglaterra, cujas medidas coercitivas, por meio da sua esquadra, para extinguir o trafico de escravos, augmentão de dia em dia, não me pareceu ter chegado ainda nenhum dos casos em que deva retirar-se a legação, segundo me estão designados por S. Ex. quando me ordena que insista na minha reclamação; porém fiel ao cumprimento da vontade suprema terei a honra de obrar opportunamente como julgo de meu dever.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — *Thomaz Guido.*

PEDIDO DE PASSAPORTES E RETIRADA DO GENERAL D. THOMAZ GUIDO DO RIO DE JANEIRO.

Nota do general D. Thomaz Guido ao ministro das relações exteriores da Confederação Argentina.

Viva a Confederação Argentina! morrão os selvagens unitarios! — Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1850. — Anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia e 21 da Confederação Argentina.

Ao Sr. ministro de relações exteriores da Confederação Argentina.

Tenho a honra de avisar a V. S. que em cumprimento das ultimas ordens do Ex.^{mo} Sr. governador, e em consequencia da ultima nota deste ministerio pedirei peremptoriamente os meus passaportes e retirar-me-hei do Imperio.

Este passo depende somente de eu acabar a redacção, em que me occupo sem cessar, da contestação que S. Ex. mandou que desse sobre as questões pendentes, e da que é indispensavel para não deixar correr, sem severamente censura-los, os motivos allegados por este gabinete para negar ao governo argentino o direito á

Il n'y a pas non plus moins de difficulté à mettre en jugement le coupable, si on considère le nombre et la position des personnes du Rio Grande qui se trouvent compromises dans l'attentat, et il n'est pas possible que dans une affaire aussi compliquée, et sur laquelle agissent tant de hautes influences politiques supérieures jusqu'à un certain point en autorité à celle du cabinet lui même, il y ait unanimité d'avis, ce qui n'est réellement pas, entre tous les membres de ce cabinet.

Ces raisons que je soumets fidèlement à l'appréciation de S. E. Monsieur le gouverneur et les embarras aussi pressants que notoire du gouvernement brésilien, préoccupé depuis plus d'un mois de la question avec l'Angleterre, dont les mesures coercitives pour l'abolition de la traite s'aggravant de jour en jour, me portent à croire qu'aucun des cas prévus où la légation doit se retirer, ne s'est encore présenté, conformément aux instructions de S. E. qui m'ordonne d'ailleurs d'insister dans ma réclamation; exact néanmoins quant au strict accomplissement de la volonté suprême, j'aurai l'honneur d'agir suivant l'opportunité ce que me conseillera mon devoir.

Dieu vous garde un grand nombre d'années. — *Thomaz Guido.*

DEMANDE DE PASSEPORTS ET DÉPART DU GÉNÉRAL D. THOMAZ GUIDO DE RIO DE JANEIRO.

Note du général D. Thomaz Guido au ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine.

Vive la Confédération Argentine! Mort aux sauvages Unitaires! Rio de Janeiro 11 Septembre 1850. 41.^{me} année de la liberté, 35.^{me} de l'indépendance, et 21.^{me} de la Confédération Argentine.

A Monsieur le ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine.

J'ai l'honneur de vous prévenir qu'en vertu des derniers ordres de Son Excellence Monsieur le gouverneur, et en conséquence de la dernière note de ce ministère, je demanderai péremptoirement mes passeports et je me retirerai de l'Empire.

Je n'attends pour le faire que d'avoir fini de rédiger, comme je m'en occupe sans relâche, la réponse que Son Excellence m'a ordonné de faire au sujet des questions pendantes, ainsi que de celle qui est indispensable pour ne pas laisser prévaloir, sans les stigmatiser comme elles le méritent, les allégations

uma satisfação pela ultima incursão piratica do Caudillo Jacuhy na Republica do Uruguay: com o que ficarão definitivamente encerrados os trabalhos da legação nesta côrte.

Ao recomendar a S. Ex. o Sr. presidente general Oribe a remessa desta communicação a V. S., preveni-lhe da resolução que tomei de que, logo que chegue ao porto de Montevideo, lhe participarei para que possa aproveitar-se da minha ida para Buenos-Ayres dando-me as ordens que lhe aprouver.

Deos guarde a V. S. muitos annos. — *Thomas Guido.*

Nota do ministro das relações exteriores da Confederação Argentina ao general D. Thomaz Guido.

Vive a Confederação Argentina! Morrião os selvagens unitarios! — Buenos-Ayres, 2 de Outubro de 1850. — Anno 41 da Liberdade, 35 da Independencia e 21 da Confederação Argentina.

O ministro de relações exteriores ao Ex.^{ma} Sr. ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, junto do governo de S. M. o Imperador do Brasil.

O abaixo assignado teve a honra de levar ao supremo conhecimento do Ex.^{ma} Sr. governador general D. João Manoel de Rosas, a nota de V. Ex., datada de 11 de Setembro ultimo, cujo resumo é o seguinte:

« Communica estar-se occupando das ultimas contestações ao ministerio do Brasil, para pedir immediatamente seus passaportes, sair do Imperio e regressar á sua patria. »

S. Ex. á vista da citada nota ordenou ao abaixo assignado accuse a V. Ex. seu recebimento, e lhe manifeste sua complacencia ao saber que V. Ex. em cumprimento das ordens de S. Ex., se occupava dos trabalhos que expressa, e que logo que estejam elles concluidos ia pedir seu passaporte, e regressar a esta sem demora alguma, deixando um paiz cujo desleal e perfido gabinete, inimigo asqueroso d'America, tanto tem offendido e offende injusta e immediatamente á Confederação Argentina, sem mais motivo que sua lealdade na defesa, que em cumprimento de seus deveres faz da sagrada causa americana.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — *Felipe Arana.*

du cabinet impérial niant au gouvernement argentin son droit à une satisfaction pour la dernière incursion barbaresque de Jacuhy dans la République de l'Uruguay: travail après lequel ceux de la légation en cette cour se trouveront définitivement clo-

En recommandant à Son Excellence M. le président général Oribe de vous faire cette communication, je l'ai prévenu de la résolution que j'ai prise; et qu'aussitôt que j'arriverai au port de Montevideo, je lui en donnerai avis, afin qu'il puisse profiter de mon départ pour Buenos-Ayres, me donnant les ordres qu'il lui plaira.

Dieu vous garde un grand nombre d'années. — *Thomas Guido.*

Note du ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine au général D. Thomaz Guido.

Vive la Confédération Argentine! Mort aux sauvages Unitaires! Buenos-Ayres 2 Octobre 1850. L'an 41 de la liberté, 35 de l'indépendance, et 21 de la Confédération Argentine.

Le ministre des relations extérieures à S. E. Monsieur le ministre plenipotenciaire de la Confédération Argentine près le gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil.

Le soussigné a eu l'honneur de porter à la connaissance suprême de S. E. Monsieur le gouverneur, le général D. João Manoel de Rosas, la note de Votre Excellence du 11 Septembre dernier, dont le résumé est ce qui suit:

« Vous faites savoir que vous vous occupez de vos dernières communications avec le ministère brésilien, pour demander immédiatement après vos passeports, quitter l'Empire et retourner dans votre patrie. »

S. E., en considérant la note précitée, a ordonné au soussigné d'en accuser réception à V. E., et de vous exprimer sa satisfaction d'apprendre qu'en exécution de ses ordres vous vous occupiez du travail dont il est question, qu'immédiatement après vous alliez demander vos passeports, et que vous partiriez sans autre délai, quittant un pays dont le déloyal et perfide cabinet, ennemi repoussant (asqueroso) de l'Amérique, a tant offensé et offense encore si injustement et si directement la Confédération Argentine, n'ayant pour le faire d'autre motif que la loyauté de celle-ci dans la défense qui est un devoir effectif pour elle, de la sainte cause américaine.

Dieu garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Felipe Arana.*

Nota do general D. Thomaz Guido ao ministro das relações exteriores da Confederação Argentina.

Viva a Confederação Argentina! Morraõ os selvagens unitarios! — O ministro argentino no Rio de Janeiro de colla a Buenos-Ayres. — Buenos-Ayres, 16 de Outubro de 1850. — Anno 41 da liberdade, 35 da independencia, e 21 da Confederação Argentina.

Ao Sr. ministro de relações exteriores da Confederação Argentina.

No dia 23 do mez proximo passado em que firmei o pedido de meus passaportes ao governo do Brasil, solicitei do Sr. ministro de relações exteriores uma entrevista para depositar em suas mãos não só este pedido, mas também as notas que separadamente tenho tido a honra de passar a V. S.; a saber: a primeira, relativa ás antigas questões pendentes entre a Confederação e o Brasil; a segunda, relativa á circular que meu governo dirigio aos outros governos deste continente, sobre a politica anti-americana do gabinete brasileiro quanto á expedição do traidor Flores; e a terceira, um protesto formal contra o falso e inventado direito de garantia da independencia do Estado Oriental do Uruguay, que o governo imperial suppunha existir nos de Inglaterra e de França.

A entrevista me foi concedida para o dia 25, e nesse dia entreguei ao Sr. Paulino as indicadas notas, instando-o por uma breve resposta. Desde esse dia até 30 foram estes objectos tomados em consideração pelo governo imperial. No dia 1.º do corrente veio á minha casa o official maior do ministerio de relações exteriores, e entregou-me, com o bilhete incluso, n.º 1, meus passaportes, e a resposta do Sr. Paulino que envio a V. S. sob o n.º 2 para superior conhecimento.

Encerrados assim os trabalhos da legação Argentina na corte do Rio de Janeiro, embarquei-me no dia seguinte, e sahi daquelle porto para esta cidade, onde acabo de chegar, e fico ás ordens do Exm. Sr. governador.

Entretanto rogo a V. S. sirva-se manifestar a S. Ex. meu muito respeitoso e cordial agradecimento pelas assignaladas attentões, que tenho recebido desde que tive o prazer de communicar com a terra até ao momento em que assigno esta.

Deus guarde a V. S. muitos annos. — *Thomaz Guido.*

Nota du général D. Thomaz Guido au ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine.

Vive la Confédération Argentine! Mort aux sauvages Unitaires! Buenos-Ayres 16 Octobre 1850, 41.º année de la liberté, 35.º de l'indépendance, et 21.º de la Confédération Argentine.

A Monsieur le ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine.

Le 23 du mois dernier, jour où je signai la demande de mes passeports au gouvernement brésilien, je sollicitai de M. le ministre des affaires étrangères une entrevue pour lui remettre non seulement ce pli, mais aussi les notes que j'ai eu l'honneur de vous envoyer séparément, à savoir: — la première relative aux anciennes questions pendantes entre la Confédération et le Brésil; la deuxième, à la circulaire que mon gouvernement adressait aux autres gouvernements de ce continent, sur la politique anti-américaine du cabinet brésilien au sujet de l'expédition du traître Flores; et la troisième, où il s'agissait d'une protestation formelle contre le droit nul et tout inventé que le gouvernement impérial suppose à ceux d'Angleterre et de France, de garantir l'indépendance de la République Orientale de l'Uruguay.

L'entrevue me fut accordée pour le 25, et ce jour, je remis à Monsieur Paulino les notes indiquées plus haut, en exigeant de lui une prompte solution. Depuis ce jour jusqu'au 30 ces objets sont restés sous la prise en considération du gouvernement impérial. Le premier du courant le sous-secrétaire d'état du département des affaires étrangères se rendit à ma demeure, et me remit avec le billet inclus, N.º 1, mes passeports et la réponse de Monsieur Paulino, que je vous remets sous le N.º 2, pour la faire parvenir à la haute connaissance de qui il appartient.

Après avoir ainsi clos les travaux de la légation argentine près la cour de Rio de Janeiro, je m'embarquai le jour suivant et partis pour revenir en cette ville, où j'arrive, et où j'attends les ordres de S. E. Monsieur le gouverneur.

Je vous prie donc de daigner transmettre à Son Excellence mes très respectueux et sincères remerciements pour les attentions marquées, que je dois à sa bonté depuis le moment où j'ai eu le plaisir de me mettre en communication avec la terre, jusqu'à celui où je signe la présente.

Dieu vous garde un grand nombre d'années. — *Thomaz Guido.*

Anexo ao officio antecedente.

Ilmo. e Ex.^{ma} Sr. general D. Thomaz Guido.

Tenho a honra de remetter por este ministerio a V. Ex. a nota datada de hontem, que concede seus passaportes, recebida de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros, para ser expedida logo a V. Ex.

Aproveito a occasião para reiterar a V. Ex. os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração. — Rio, 1.^o de Outubro de 1850. — *Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.*

CENSURA FEITA PELO GOVERNO ARGENTINO AO GENERAL D. THOMAZ GUIDO, POR FALTA DE CUMPRIMENTO DAS ORDENS QUE LHE FORAM TRANSMITIDAS RELATIVAMENTE AOS SEUS PASSAPORTES.

Nota do ministro das relações exteriores da Confederação Argentina ao general D. Thomaz Guido.

Viva a Confederação Argentina! morrão os selvagens unitarios! — Buenos-Ayres, 5 de Setembro de 1850. — Anno 41 da liberdade, 35 da independência, e 21 da Confederação Argentina.

O ministro de relações exteriores ao Ex.^{ma} Sr. ministro plenipotenciario da Confederação Argentina junto do governo de S. M. o Imperador do Brasil.

O abaixo assignado teve a honra de levar ao supremo conhecimento do Ex.^{ma} Sr. governador, brigadeiro D. João Manoel de Rosas, a nota de V. Ex. com data de 23 de Agosto ultimo n.^o 1772, cujo resumo é o seguinte:

« Communica, com observações, não ter recebido ainda do ministerio imperial resposta á sua ultima reclamação contra o barão de Jacubhy e seus complices. »

O Ex.^{ma} governador, á vista da dita nota, ordenou ao abaixo assignado que manifeste a V. Ex. sua grande estranheza e profundo desagrado ao ver que V. Ex. ainda permaneça na corte do Brasil, e não tenha pedido seus passaportes, e se retirado della, quando tão reiteradamente, e nos termos os mais peremptorios e explicitos se lhe tem ordenado que o faça, attenta a hypocrisa e hostil conducta desse gabinete para com a Confederação Argentina, e sua resistencia calculada e injuriosa em não attender ás mais justas reclamações deste governo; e a não impor pena alguma ao cabeilha barão de Jacubhy, cuja

Année à la dépêche précédente.

Monsieur le général Guido.

J'ai l'honneur de remettre à V. E., de la part de ce ministère, la note datée d'hier qui vous concède vos passeports, et que j'ai reçu de Son Excellence Monsieur le ministre des affaires étrangères, pour vous être expédiée sans délai.

Je profite de l'occasion pour réitérer à V. E. les assurances de ma parfaite estime et de ma considération distinguée. — Rio 1.^{er} Octobre 1850. — *Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.*

CENSURE FAITE PAR LE GOUVERNEMENT ARGENTIN AU GÉNÉRAL D. THOMAZ GUIDO PAR MANQUE D'EXÉCUTION DES ORDRES QUI LUI ONT ÉTÉ TRANSMIS AU SUJET DE SES PASSAPORTS.

Note du ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine au général D. Thomaz Guido.

Vive la Confédération Argentine! Mort aux sauvages Unitaires! Buenos-Ayres, 5 Septembre 1850. L'an 41 de la liberté, 35 de l'indépendance et 21 de la Confédération Argentine.

Le ministre des relations extérieures à S. E. Monsieur le ministre plenipotenciaire de la Confédération Argentine près la cour de S. M. l'Empereur du Brésil.

Le soussigné a eu l'honneur de faire parvenir à la connaissance suprême de S. E. Mr. le gouverneur, le général D. João Manoel de Rosas, la note de V. E. du 23 Août dernier, N.^o 1772, ayant pour objet de lui soumettre, avec vos observations, l'avis que le ministère impérial n'a pas encore répondu à votre dernière réclamation sur le baron de Jacubhy et ses complices.

S. E. Mr. le gouverneur, en conséquence, a ordonné au soussigné de vous exprimer son grand étonnement et son profond déplaisir, en voyant que V. E. se trouve encore à la cour du Brésil, qu'elle n'a pas demandé ses passeports, et n'a pas jusqu'ici effectué son départ, quand il vous en a fait l'injonction si réitérée dans les termes les plus péremptorios et les plus explicites, attendu la manière d'agir hypocrite et hostile de ce cabinet envers la Confédération Argentine, et sa persistance calculée et outrageante à refuser de faire droit aux réclamations les plus justes du gouvernement argentin, et à n'infliger aucune punition, pour sa conduite, au *Cabecilla* baron de Jacubhy; conduite

conducta tem sido applaudida pelo governo brasileiro, por suas camaras e até por seus agentes publicos, como V. Ex. terá observado na desattenciosa nota do encarregado de negocios brasileiro em Montevideo, dirigida ao Ex.^{ma} Sr. presidente brigadeiro D. Manoel Oribe.

V. Ex. deveria observar, que se o gabinete imperial não havia respondido até a data da nota de V. Ex. (23 de Agosto) á sua reclamação de 16 de Julho anterior, não era por falta de tempo, nem por outro principio senão o de prolongar a solução destes importantes assumptos, em que todo o bom direito está da parte do governo argentino. Entretanto, quando V. Ex. sabe, e não poder duvida-lo, qual é a vontade do Ex.^{ma} Sr. governador a respeito de sua permanencia nessa corte: quando V. Ex. vê, que o governo de S. M. se prepara com armamentos bellicos, pede authorisação para augmentar seu exercito, e tudo isto sem outra tendencia mais que ameaçar a este governo e a seu alliado o da Republica Oriental; e de mais, quando V. Ex. reconhece que o barão de Jacuhy e seus complices não serão castigados, como não o será o desembargador Pedro Chaves, que prestou auxilios de armas aos sublevados Paraguayos; porque não cumprir então as ordens terminantes de S. Ex. sobre a retirada de V. Ex. dessa corte? Para que estar dando incentivo com sua presença, a que o governo imperial se alente em sua conducta offensiva, e persista mais e mais em seus procedimentos, todos tendentes a aggravar as reiteradas offensas que tem feito e continúa a fazer ao governo da Confederação Argentina?

Nisto V. Ex. tem faltado completamente a seus deveres; porém esta falta se tem reaggravado a tal ponto, ao observar o que V. Ex. expressa em a sua nota, que duas vezes insistio pessoalmente com o Sr. ministro dos negocios estrangeiros pela resposta a este assumpto, e ainda ante o mesmo Imperador em conferencia de 3 de Agosto, havendo tido com S. M. uma larga discussão, sem que V. Ex. desse a menor explicação sobre essas importantes occurrencias, e se tem contentado sómente com annuncia-las, S. Ex. não pôde classificar essa falta.

S. Ex. o Sr. governador não julga desculpavel este seu procedimento: 1.^o, porque em assumptos tão graves todos os passos de V. Ex. junto do ministro dos negocios estrangeiros do Imperio devião ser officiaes, por notas, e não por entrevistas nem conversações.

No estado actual de cousas, e attendendo ás ordens reiteradas que V. Ex. tem do Ex.^{ma} Sr. governador, essa diplomacia medrosa não podia nem pôde produzir senão males, compromettendo a dignidade

que a été au contraire applaudie par le gouvernement brésilien, par son parlement et même par ses agents publics, comme V. E. l'aura pu remarquer dans la note si peu convenante, adressée par le chargé d'affaires brésilien à Montevideo à S. E. Mr. le président général D. Manoel Oribe.

V. E. aurait dû s'apercevoir, que le cabinet imperial n'ayant pas encore répondu le 23 Août, date de votre dépêche, à votre réclamation du 16 Juillet précédent, il ne fallait l'attribuer ni au manque de temps, ni à aucun motif autre que l'intention expresse d'ajourner la solution de ces importantes questions, où le bon droit est tout entier du côté du gouvernement argentin. Cependant lorsque V. E. sait, & n'en pouvoir douter, qu'elle est la volonté de S. E. Mr. le gouverneur quant à la continuation de votre résidence en cette cour, lorsque V. E. voit, que le gouvernement de S. M. fait des préparatifs de guerre, et demande l'autorisation d'augmenter son armée, le tout sans autre but que de menacer le gouvernement argentin, ainsi que son allié la République Orientale, quand, de plus, V. E. acquiert la certitude que le baron de Jacuhy et ses complices ne seront pas punis, non plus que le *desembargador* Pedro Chaves, qui a fourni des secours d'armes aux Paraguayiens révoltés; pourquoi alors ne pas obéir aux ordres exprès de S. E. touchant votre départ de Rio de Janeiro? Pourquoi donner un stimulant de plus au gouvernement imperial, en l'encourageant par votre présence à continuer sa conduite aggressive et à persévérer dans une série de mesures hostiles, tendantes toutes à aggravar les offenses reiterées qu'il a faites et qu'il ne cesse de faire au gouvernement de la Confédération Argentine?

Ici V. E. a manqué complètement à ses devoirs et la faute a été portée au compte par ce que vous dites vous même dans votre note, que vous avez insisté deux fois personnellement auprès de M. le ministre des affaires étrangères sur la réponse attendue, et insisté encore auprès de l'Empereur lui même dans la conférence du 3 Août, ayant eu alors avec Sa Majesté une longue discussion, sans que Votre Excellence ait donné le moindre détail explicatif de ces graves incidents, et vous bornant simplement à les mentionner: S. E. ne sait comment qualifier cette manière d'agir.

S. E. Mr. le gouverneur n'y trouve aucune excuse: 1.^o parce que là où il s'agissait d'objets si importants, toutes les démarches de V. E. près le ministre, des affaires étrangères de l'Empire, devaient avoir un caractère officiel et avoir lieu par notes, non par entrevues ou conversations.

Dans l'état actuel des choses et vu les ordres reiterés que vous avez reçus de S. E. Mr. le gouverneur, cette diplomatie craintive ne pouvait et ne peut produire que du mal, compromettant en même temps

do seu governo, e até seus pensamentos políticos; em 2.º lugar, porque não é nem pôde ser indifferente a S. Ex. conhecer a fundo o modo de pensar de S. M. o Imperador sobre estes assumptos; nem pôde vêr sem a maior severidade a falta de V. Ex. em não dar conta detalhada dessa discussão, pela qual devia S. Ex. também julgar do modo como V. Ex. procedeu, do que se vê privado pelo silencio de V. Ex. em todo o occorrido nesta circumstancia.

Entretanto, quando até os periodicos dos selvagens unitarios de Montevideo tem tratado do objecto dessa conferencia, e seus resultados, S. Ex. o Sr. governador não conhece della outra coisa, senão que V. Ex. a teve, e nada mais.

S. Ex. o Sr. governador não pôde vêr prolongada por mais tempo esta situação, e é para cortar pela raiz tudo o que ella tem de prejuizos gravissimos, e mortificante, que ordena peremptoriamente a V. Ex. o fiel cumprimento das ordens que lhe serão dadas nas notas de 5 de Agosto ultimo, respondendo ás de V. Ex. n.º 1734, datada de 18 de Junho, e 26 do mesmo mez de Agosto, em resposta á de n.º 1745 de 13 de Julho, que receberá V. Ex. com a presente.

Toda ulterior demora de V. Ex. em cumprir essas ordens será considerada por S. Ex. o Sr. governador como um acto de insubordinação, que comprometterá os deveres sagrados que se recommendarão á lealdade de V. Ex., e que V. Ex. deve cumprir sem mais demora, por ser assim a vontade de S. Ex. o Sr. governador.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — *Felipe Arana.*

Nota do general D. Thomaz Guido ao ministro das relações exteriores da Confederação Argentina.

Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1850. — *Année de la liberté, 35 de Independencia e 21 de Confederação Argentina.*

Ao Sr. ministro de relações exteriores da Confederação Argentina.

Recbi a nota de V. S. com data de 5 da corrente, cujo conteúdo é o seguinte: (*vide* a nota do Sr. Arana de 5 de Setembro.)

A nota antecedente chegou ás minhas mãos hontem de manhã, isto é, no dia seguinte áquelle em que communiquei a V. S. em nota, sob n.º 1789, o pedido dos meus passaportes no dia 23, e os unicos motivos que me induzirão a retardar este passo; porém desejando á vista do que V. S. me expõe de ordena

la dignité de votre gouvernement, comme ses pensées politiques; 2.º parce qu'il n'est pas et il ne peut pas être indifférent à S. E. de connaître à fond l'opinion de S. M. l'Empereur sur ces questions; et il ne peut que regarder avec la plus grande sévérité la faute commise par V. E. de ne pas rendre un compte détaillé de cette discussion, d'autant plus que S. E. y aurait pu apprécier la conduite de V. E., ce qui lui est impossible dans le silence gardé par V. E. sur tout ce qui s'est passé en cette occasion.

En attendant, alors que les journaux mêmes des sauvages unitaires de Montevideo s'occupaient de l'objet de cette conférence, et de ses résultats, S. E. n'en savait rien, sinon qu'elle avait eu lieu, mais rien de plus.

S. E. Mr. le gouverneur ne peut voir subsister davantage un pareil ordre de choses, et c'est pour couper par la racine tout ce qui s'y trouve de gravement domageable et de mortifiant, qu'il vous ordonne péremptoirement d'exécuter à la lettre les ordres qui vous ont été transmis le 5 et le 26 Août dernier, en réponse à vos dépêches du 18 Juin, N.º 1734, et du 13 Juillet, N.º 1745. Vous recevrez ces ordres en même temps que la présente dépêche.

Tout délai ultérieurement apporté par V. E. à l'exécution de ces ordres, sera considéré par S. E. Mr. le gouverneur comme un acte d'insubordination contraire aux obligations sacrées commises à la loyauté de V. E., et auxquelles vous devez obéir sans retard, telle étant la volonté de S. E. Mr. le gouverneur.

Dieu garde V. E. un grand nombre d'années. — *Felipe Arana.*

Note du général D. Thomaz Guido au ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine.

Rio Janeiro, 25 Septembre 1850. — *11.ª année de la liberté, 32.ª de l'Independance et 21.ª de la Confédération Argentine.*

A Monsieur le ministre des affaires étrangères de la Confédération Argentine.

J'ai reçu votre note datée du 5 courant dont le résumé est ce qui suit: (*Vide* la note de M. Arana du 5 Septembre.)

La note précédente m'est parvenue hier matin, c'est à dire, un jour après vous avoir rendu compte (dépêche N.º 1789) de la demande que j'ai faite de mes passeports, et des seuls motifs que j'avais eu d'ajourner cette démarche; mais, vu ce que vous me dites par ordre supérieur, désirant donner à S. E.

superior, dar ao Ex.^{ta} Sr. governador maiores esclarecimentos sobre minha conducta official, rogo a V. S. manifeste a S. Ex. o seguinte:

As ordens que recebi pelo paquete *Spider*, para que a legação se retirasse, me parecêrão condicionaes: pedir os passaportes, se o governo brasileiro não adherisse ás ultimas reclamações, estabelecendo na que se refere ao castigo do cabecilha barão de Jacuhy, os dous casos em que devia pedi-los: o da negativa ou de uma demora desnecessaria na contestação.

Duas razões tinha eu para não esperar uma negativa: a 1.^a as palavras do Imperador em minha conversação com S. M. no dia 3 de Agosto, de que fallarei mais adiante; e a 2.^a porque o Sr. Paulino mostrando-me sempre desejos de chegar a um accordo pacifico, assegurando-me não poder responder já por causa das camaras e das questões com a Inglaterra, como porque pendendo respostas de S. Ex. o Sr. presidente general Oribe, indicava aguarda-las para responder-me; não havia pois negativa de sua parte, nem julgava eu intencional e dubia a demora da resposta.—Se ni-to havia erro da minha parte, espero que encontrará em S. Ex. a indulgencia que tantos outros lhe tem merecido; porém jamais propuz-me contrariar em um apice nem a vontade, nem a politica, nem as ordens do meu governo.

Um simples raciocinio, errado pelo que vejo, me aconselhava esta expectativa, e o repito com candura.

O meu governo deixa ao meujuizo o discernir, se ha resistencia da parte do governo imperial em dar satisfação pelo attentato do caudilha barão, ou demora desnecessaria na contestação; da primeira não posso ter certeza depois da minha nota de 16 de Junho, senão quando me fôr contestada, e não posso julgar desnecessaria a demora, senão quando os factos que presenciarmos, ou as razões que me der o ministerio, não me parecerem accitaveis.

Para presumir uma resistencia, não bastava em minha opinião a primeira resposta do Sr. Paulino, porque podia mudar de opinião. não só pela réplica desta legação, senão tambem pela força da opinião publica, que eu fomentava pela imprensa e por muitas relações, apresentando a impunidade de Jacuhy e de seus complices, como um escandalo desmoralizador, e como o mais forte golpe ao prestigio da autoridade imperial, vencida neste caso pela influencia de uma facção anarchica e depredadora da provincia do Rio Grande. Fundava-me tambem nas palavras conciliadoras do Imperador em minha conversação no dia

M. le gouverneur quelques éclaircissements nouveaux sur ma conduite officielle, je vous prie de soumettre à S. E. ce qui suit:

Les ordres que j'ai reçus par le paquebot *Spider*, pour que cette légation se retirât, m'ont paru conditionnels; — ma demande de passeports si le gouvernement brésilien n'accédait pas aux dernières réclamations, supposait par rapport à la punition du *Caleilla* baron de Jacuhy deux cas pour avoir lieu, savoir, le refus, ou un retard non nécessaire dans la réponse.

J'avais deux raisons pour ne pas m'attendre à un refus: d'abord les paroles de l'Empereur dans mon entretien avec S. M. le 3 Août, dont je parlerai plus tard, et ensuite parce que Monsieur Paulino en me montrant toujours le désir d'en venir à un accord pacifique, et en m'assurant qu'il ne pouvait pas me répondre autant à cause du temps que lui prenaient les chambres et les questions avec l'Angleterre, qu'à cause de l'expectative où il était des réponses de S. E. le président général Oribe, laissait entendre qu'il attendait ces réponses pour l'envoi de la sienne; il n'y avait donc pas de refus de sa part; et je ne jugeai pas le retard dans la réponse intentionnel et douteux. Si en ceci je me suis trompé, j'espère que S. E. Mr. le gouverneur accordera à cette erreur l'indulgence que déjà il a accordée à tant d'autres erreurs de ma part, mais je ne me suis jamais proposé de contrariar sur aucun point, ni la volonté, ni la politique, ni les ordres de mon gouvernement.

Un raisonnement très naturel, bien que peu fondé, à ce que je vois aujourd'hui, me conseillait cette attente; je l'avouerai ici franchement.

Mon gouvernement s'en remet à mon jugement pour discerner s'il y a résistance, de la part du gouvernement impérial à donner satisfaction de l'outrage commis par le baron de Jacuhy, en retard non justifié dans la réponse: quant au premier cas je ne puis en avoir la certitude. après ma note du 16 Juin, que lorsque cette note aura été répondue, et je ne pourrai non plus juger le retard injustifiable que lorsque les faits accomplis sous mes yeux, ou les raisons que le ministère m'aura données me paraîtront n'être pas admissibles sous ce rapport.

Pour presumer résistance, il ne suffisait pas dans mon opinion de la première réponse de M. Paulino, car il pouvait changer d'avis, non seulement à cause de la réplique de cette légation, mais aussi par suite de manifestations de l'opinion publique que je travaillais par la presse et par mes relations personnelles, présentant l'impunité de Jacuhy et de ses complices comme un scandale démoralisateur et comme le coup le plus dangereux porté au prestige de l'autorité impériale, vaincue en ce cas par l'influence d'une faction anarchique et déprédatrice dans la province de Rio Grande. Je me fondais aussi

3 de Agosto, e é esta a ocasião de dar ao Ex.^{ma} Sr. governador a razão do motivo de o não ter informado detalhadamente desta entrevista.

Tomei por norma de minha condacta não transmittir ao meu governo senão aquillo que por seus resultados, por sua novidade ou por sua transcendencia poderia interessar-lhe saber, pois a não cingir-me a isto só. seu tempo, tempo precioso que necessita para a direcção de tantos e tão complicados negocios, não teria bastado a S. Ex., para lêr os meus relatorios e descripções; porque, com um fanatismo sem duvida imprudente não cessei de pôr em movimento ministros, senadores, conselheiros, diplomatas, altos funcionarios, pessoas do Paço, e quanto pude fazer servir á causa do meu governo, para indazir ao gabinete imperial a renunciar a uma neutralidade illusoria, e atrahi-lo á causa americana, á causa do Rio da Prata, para augmentar assim um elemento de triumpho e de gloria que vivamente anhelava para meu paiz, e para o illustre chefe que a elle preside.

Com cousa nenhuma destas quiz occupar a attenção do meu governo, nem menos com a descripção de infinitos meios que durante nove annos tive de empregar para desfazer a intriga estrangeira, sempre activa, intelligente e poderosa nesta corte, durante a intervenção anglo-franceza, sempre empenhada em frustrar meus trabalhos, compromettendo-me até em lances pessoais. Nem me parecia com este silencio faltar a nenhum de meus deveres; quanto na minha opinião não me affastava do grande fim a que me destinava o meu governo, e julgava que essas noticias de detalhe não valião tanto como o honroso resultado que procurava, para offerecer em sua integra a S. Ex. como fructo de meu zelo.

Esta explicação servirá a V. S. para que levada a S. Ex., lhe manifeste que na conversação com o Imperador, não havendo-se tratado senão ligeiramente de alguns dos diversos assumptos pendentes com a legação argentina, e não manifestando S. M. opinião alguma nova sobre nenhum delles, senão tão somente os mesmos sentimentos pacificos que parecem dominar no Imperador, e de que já em outras occasiões dei conhecimento a S. Ex., não vejo na verdade cousa notavel que merecesse ser-lhe communicada, e sem esta persuasão teria sido impossivel que a tivesse occultado ao meu governo.

O que os papeis de Montevideo tem publicado acerca desta conversação é um embuste desprezível. Ninguém podia saber do que ali se disse, e o Imperador não pronunciou nem uma só palavra das que

sur les expressions conciliantes de l'Empereur dans mon entretien du 3 Août; et il est temps de donner à S. E. Mr. le gouverneur mes raisons pour ne pas l'avoir informé en détail de cet entretien.

J'ai adopté comme règle de conduite de ne jamais porter à la connaissance de mon gouvernement que ce qui par ses résultats, par sa nouveauté, ou par son importance pouvait être intéressant pour lui à savoir: car si je ne me fusse pas ainsi limité moi même, le temps précieux dont S. E. a besoin pour la direction de tant d'affaires, et d'affaires si compliquées, ne lui aurait pas suffi pour lire mes rapports et mes narrations; car avec un fanatisme sans doute imprudent, je n'ai cessé de mettre en mouvement ministres, sénateurs, conseillers, diplomates, hauts fonctionnaires, employés du palais et tous autres dont j'ai pu me servir dans l'intérêt de mon gouvernement, pour induire le gouvernement impérial à renoncer à une neutralité illusoire, et l'attirer à la cause américaine, à la cause du Rio de la Plata, en créant ainsi un élément de plus de triomphe et de gloire, que je poursuivais de tous mes vœux pour mon pays et pour l'illustre chef qui préside à ses destinées.

Je n'ai jamais voulu occuper l'attention de mon gouvernement d'aucun de ces détails, encore moins de l'énoncé des moyens sans nombre que j'ai employés pendant neuf ans pour combattre l'intrigue étrangère, toujours active, intelligente, et puissante dans cette cour, du temps de l'intervention anglo-française; toujours en mouvement pour contrecarrer mes démarches, au point de me compromettre dans des chances même personnelles. Je ne croyais par ce silence manquer à aucun de mes devoirs, il me semblait, en agissant ainsi, ne pas m'écarter du grand but auquel mon gouvernement me faisait tendre; et je ne croyais pas que des informations minutieuses valussent, après tout, le résultat d'ensemble dont j'ambitionnais l'honneur en l'offrant dans son entier à S. F. comme fruit de mon zèle.

Cette explication suffira, étant portée par vous à la connaissance de S. E., pour lui faire sentir, que dans mon entretien avec l'Empereur, quelques unes des affaires pendantes avec la Légation Argentinne n'ayant été qu'à peine effleurées, et S. M. n'ayant manifesté à propos de ces affaires aucune opinion nouvelle, mais seulement les mêmes dispositions pacifiques qui paraissent prévaloir dans son esprit, et dont j'avais rendu compte en d'autres occasions à S. E., je n'y ai vu réellement rien de remarquable qui méritât de lui être communiqué: persuasion sans laquelle il aurait été impossible que je ne m'y fusse pas étendu avec mon gouvernement.

Ce que les journaux de Montevideo ont publié à propos de cet entretien, n'est qu'une invention mensongère tout à fait digne de mépris. Personne n'a pu savoir ce qui s'y est passé, et l'Empereur n'a prononcé

perfidamente cita o *Diário*. Succedeu exactamente o contrario.

S. M. disse, fallando da incursão de Jacuhy: « O governo não approvou sua conducta: elle conheceu seu erro: e espero que a questão suscitada por este successo terminará amigavelmente. »

A conversação foi mais extensa do que de costume, pela singularidade de não ter assistido nenhum dos outros membros do corpo diplomatico, não obstante ser o primeiro sabbado do mez, e porque aproveitando a occasião de dar alguns detalhes sobre cada um dos assumptos de que se tratava, quiz que S. M. os conhecesse a fundo, e não se cingisse sómente ás informações dos seus ministros.

Assim, quando o Imperador emittio sua opinião sobre o erro do barão de Jacuhy, me demorei em demonstrar-lhe que não havia erro, mas sim um grande attentado: que longe de ser um desses actos movidos pela paixão do momento, era um plano premeditado, activamente auxiliado por colaboradores tão criminosos como elle, e tendente não só ao fim ostensivo de anarchisar o Estado do Uruguay, senão tambem a favorecer as vistas de um partido instigador e tenaz da guerra com os vizinhos.

O Imperador ouviu estas e outras observações sem desgosto, e repetindo: « Espero que tudo se arranjará muito bem, e que a paz se conservará. »

Destas palavras e das que o Sr. Paulina me repetio não poucas vezes nos ultimos dous mezes, com as mais vivas expressões em favor da paz; sentimentos ratificados logo no discurso da corôa (que remette em separado) no dia 11 do corrente ao encerrarem-se as camaras, não podia eu deduzir predisposição a resistir para justissima reclamação do meu governo: nem podia reputar de-necessaria a demora á vista dos successos que presenciava, e que com effeito tinham o ministério e o conselho de estado em continuado trabalho.

Nem por isso deixei de insistir constantemente por uma resposta categorica, quando não por notas officiaes, como devera tê-lo feito, segundo a opinião de S. Ex. que profundamente respeito, por entrevistas em que não deixava duvida ao ministro dos negocios estrangeiros sobre minha decisão irrevogavel de pedir meus passaportes, se a contestação não fosse prompta e satisfactoria.

Presumia tambem, que no caso de faltar o ministerio a qualquer das duas condições, fosse demorando a contestação desnecessariamente, fosse negando-se a reclamação da legação, a decisão do meu governo ficava duplamente justificada aos olhos do mundo; e seus direitos robustecidos com uma nova prova de

aucunne des paroles que le journal lui a prêtées perfidement: le contraire exactement a eu lieu.

S. M. a dit en parlant de l'invasion de Jacuhy: « Le gouvernement n'a pas approuvé sa conduite: il a reconnu sa faute; et j'espère que la question soulevée par cet événement se terminera à l'amiable. »

L'entretien fut plus long que de coutume par suite d'un hasard, qui avait fait qu'aucun des autres membres du corps diplomatique ne se trouvait à la réception quoique ce fût le premier samedi du mois; et parce que profitant de l'occasion, pour donner quelques détails sur chacun des objets dont il s'agissait, je tâchais de les faire connaître à fond à S. M. à fin qu'elle ne s'en tint pas seulement aux informations de ses ministres.

Ainsi quand l'Empereur émit son opinion sur la faute du Baron de Jacuhy, je m'appliquai à lui démontrer qu'il n'y avait pas là faute, mais bien attentat des plus grands, et qui loin d'être un de ces actes produits par la passion du moment, était le résultat d'un plan combiné de longue main, activement secondé par des collaborateurs aussi criminels que le Baron lui même et tendant non seulement, comme effet ostensible, à porter l'anarchie dans l'Etat de l'Uruguay, mais aussi à favoriser les vues d'un parti, qui veut à tout prix et fomenté obstinément la guerre avec les voisins.

L'empereur écoutait ces observations, et plusieurs autres que je lui fis, sans déplaisir, et répétait — « J'espère que tout s'arrangera très bien et que la paix ne sera pas troublée. »

Ces paroles et ce que M. Paulina me dit, à plus d'une reprise, dans les deux mois derniers, s'exprimant très vivement dans le sens de la paix, manifestations bientôt confirmées par le discours de la couronne (que j'envoie séparément) prononcé le 11 du courant, à la clôture des chambres, n'étaient pas pour me faire penser qu'il y eut prédisposition à résister aux réclamations si justes de mon gouvernement, ni que le retard fut sans raison plausible, vu ce qui se passait et dont j'étais témoin, le ministère et le conseil d'Etat s'en trouvant dans une préoccupation continuelle.

Je n'ai pas manqué toutefois d'insister sur une réponse categorique, sinon par des notes officielles, comme j'aurais dû le faire selon l'opinion de S. Ex., que je respecte profondément, au moins dans des conférences où je ne laissais au ministre des affaires étrangères aucun doute sur mon irrévocable détermination de demander mes passeports, si la réponse n'était pas prompte et satisfaisante.

Je présuiais aussi que dans le cas où le ministère manquerait à l'une des deux conditions voulues, soit en différant la réponse sans nécessité, soit en se refusant à la réclamation de la légation, l'initiative de mon gouvernement en serait ainsi doublement justifiée aux yeux du monde, et ses droits corroborés, comme der-

deferencia em dar ao gabinete brasileiro tempo mais que sufficiente para reconciliar sua politica hostil.

Desta situação veio tirar-me a terminante ordem do Ex.^{mo} Sr. governador, recebida pelo *Spider* no dia 30 do mez proximo passado, para pedir meus passaportes, se ao receber a dita ordem não se me tivesse respondido. Já então não dependia de um juizo men erroneo a escolha da oportunidade para retirar-me.

O meu dever estava claramente traçado, e tão longe estive de trepidar um só momento no cumprimento da resolução do meu governo, que no dia 2 do corrente fui pessoalmente á casa de campo do ministro de Inglaterra, o Sr. Hudson, pedir-lhe obtivesse do Sr. almirante um vapor para transportar-me; eencionando enviar adiante minha familia, enquanto redigia as notas que S. Ex. me recommendava, sollicitei no dia 3 do ministro dos Estados-Unidos o Sr. Tod, obtivesse do commodore Mackeever passagem para minha mulher e filha na fragata de guerra *Congress*, o que não teve effeito por ser prohibido aos navios de guerra norte-americanos conduzir senhoras sem expressa licença do ministro da marinha, segundo me disse o proprio commodore, que acompanhado do Sr. Tod veio á minha casa para informar-me daquelle inconveniente, e offerecer-me sem embargo delle o seu navio para minha pessoa e individuos da legação.

Pela data da nota em que pedi meus passaportes no dia 23 deste mez, S. Ex. conhecerá que havendo entrado o *Rifleman* hontem, conduziudo a nota a que respondo, a vontade de S. Ex. já estava cumprida quando chegou ella ás minhas mãos; e se o não foi no mesmo dia em que chegou o *Spider* no mez passado, já disse a V. S. em minha referida nota 1789, que essa promptidão era inconciliavel com o dever que se me impunha de formular varias outras notas, entre as quaes se tratava de questões que, exigindo descanso para serem tratadas com algum acerto, apenas se gastou o tempo necessario para o trabalho material da redacção e das copias de quanto se refere á correspondencia, que tenho ora a honra de remetter a V. S.

Em honra do Sr. Hudson, ministro de S. M. B. nesta Corte, cuja sympathia pela causa do Rio da Prata foi sempre um poderoso contrapezo ás idéas contrarias da legação ingleza, durante a intervenção anglo-franceza, devo informar a V. S. que aquelle cavalheiro nobre e lealmente interessado em evitar tanto á Confederação como ao Imperio as calamidades de um rompimento, e sabendo de-de o dia 2 (como referi a V. S.) minha determinação de retirar-me, apresentou-se no dia 3 ao ministro dos negocios estrangeiros para offerecer seus bons officios, se po-

niere preuve de deférence de sa part, en donnant au cabinet brésilien plus que le temps suffisant pour revenir de sa politique hostile.

L'ordre positif de S. E. Mr. le gouverneur reçu par le *Spider* le 30 du mois dernier pour demander mes passeports, si à la reception de cet ordre on n'avait pas encore répondu, est venu me tirer de cette situation. Dès lors la question d'opportunité de mon départ ne dependait plus de mon jugement, sujet nécessairement à erreur.

Mon devoir m'était clairement tracé, et j'étais si loin de hésiter un moment à suivre les directions de mon gouvernement, que le 2 du courant je me rendis personnellement à la maison de campagne du ministre d'Angleterre, M. Hudson, pour le prier d'obtenir de M. l'Amiral un bateau à vapeur pour me transporter; et voulant même envoyer en avant ma famille, pendant que je m'occupais de la rédaction de notes que S. E. me prescrivait, je demandai le 3 à M. Tod, ministre des Etats-Unis, d'obtenir du commodore Mackeever un passage pour ma femme et ma fille sur la frégate « Congress »; ce qui n'eut pas lieu parce qu'il est défendu aux bâtimens de guerre américains de transporter des dames sans la permission expresse du ministre de la Marine, à ce que me dit le commodore lui même, qui accompagné de M. Tod vint chez moi m'informer de cet empêchement, en m'offrant son bâtiment pour moi et pour les employés de la légation.

La date même de la note où j'ai demandé mes passeports, 23 de ce mois, fera connaître à S. E. que le *Rifleman* ayant apporté hier celle à laquelle je réponds, la volonté de S. E. était déjà accomplie quand cette même note m'est parvenue, et si la chose n'a pas été faite le jour même de l'arrivée du *Spider*, j'ai déjà dit à V. S. dans ma dépêche N. 1789 que cette promptitude était incompatible avec l'obligation qui m'était imposée d'écrire plusieurs autres notes, quelques unes au sujet de questions qui demandaient à n'être traitées qu'à loisir pour l'être avec convenance: à peine toutefois ont-elles pris le temps nécessaire au travail matériel de rédaction et de copies quant à tout ce qui est de la correspondance que j'ai l'honneur de vous transmettre.

Je dois rendre ici justice aux procédés de M. Hudson, ministre de S. M. Britannique en cette cour, dont la sympathie pour la cause du Rio de la Plata a toujours fait comme un puissant contrepois aux idées contraires de la légation anglaise pendant l'intervention anglo-française, et vous informer que ce diplomate désirant, par un sentiment noble et loyal, élever tant à la confédération qu'à l'Empire les calamités d'une rupture, et connaissant d'ailleurs dès le 2 du mois (comme je l'ai dit à V. S.) la résolution prise par moi de partir, se rendit le 3 chez le ministre des

dessem ser uteis para chegar-se a um accordo entre o Brasil e os estados limitrophes.

Nesta conferencia o Sr. Paulino tornou a fallar de paz ao ministro britannico em termos tão peremptorios, que lhe assegurou que o governo imperial estaria prompto a subscrever um convenio que abraçasse todas as questões pendentes, inclusive a do barão de Jacuhy, contanto que se renovassem francamente as relações amigaveis com o governo argentino, e começasse uma nova era de mutua confiança.

O Sr. Hudson veio informar-me do pa-so espontaneo que acabava de dar, e de suas esperanças de que por meio de uma convenção (que já em outras occasiões me havia fallado o ministro, posto que ligeiramente) conseguissem entender-se os dois governos em des-intelligencia. A minha resposta ao Sr. ministro Britannico foi: que o Sr. Paulino estava perfeitamente no direito de propôr-me o que quizesse, certo de que eu o communicaria ao meu governo immediatamente, porém que acerca do pedido dos meus passaportes a *minha resolução está tomada*.

Em vez desta abertura, em que confiava o Sr. Hudson, recebi no dia seguinte a celebre nota do dia 4, e desvendado então completamente o pensamento do ministerio, pareceu-me ver nesta peça um poderoso instrumento de acção para o meu governo, do qual se teria privado se me tivesse anticipado em retirar-me por falta de contestação.

O Ex.^{to} Sr. governador tem visto já o uso que fiz delle no serviço dos supremos direitos de sua autoridade, e em apoio de sua justiça, mas se a minha resposta não alcançar de S. Ex. um acolhimento mais benevolo do que as que tem motivado seu desagrado, atrevo-me a supplicar-lhe que lance na balança de sua sabedoria, para desculpar os erros de minha intelligencia, a acre censura com que a camara dos deputados e a imprensa do Brasil tem taxado de descomedido o tom da legação argentina com o governo imperial.

Não pretendia nem posso pretender com esta sincera exposição outra cousa, senão manifestar a minha conducta official, e apresenta-la rodeada de verdade a uma nova consideração do Ex.^{to} Sr. governador.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — *Thomaz Guido.*

Affaires étrangères pour lui offrir ses bons offices, en cas qu'ils pussent être utiles pour en venir à un accord entre le Brésil et les Etats limitrophes.

Dans cette conférence M. Paulino parla encore de paix au ministre britannique en termes si péremptoirs, qu'il lui assura que le gouvernement impérial serait prêt à souscrire à une convention, qui embrassât toutes les questions pendantes, y comprise celle du baron de Jacuhy, en tant qu'il y eût rénovation franche des relations amicales avec le gouvernement argentin, commençant ainsi une nouvelle ère de confiance mutuelle.

M. Hudson vint m'informer de la démarche spontanée qu'il venait de faire et de son espérance qu'au moyen d'une convention (dont le ministre m'avait déjà parlé en d'autres occasions quoique légèrement) les deux gouvernements en mésintelligence parvinssent à s'entendre. Ma réponse à M. le ministre britannique fut que M. Paulino était parfaitement dans son droit en me proposant ce qu'il voudrait, pouvant être assuré que je ferais parvenir sans retard sa proposition à la connaissance de mon gouvernement; mais qu'à l'égard de ma demande de passaports, ma détermination était prise.

Au lieu de cette ouverture, ainsi que M. Hudson s'y attendait, je reçus le jour suivant la célèbre note du 4; et la pensée du ministère étant alors complètement dévoilée, je crus voir dans cette pièce un puissant instrument d'action pour mon gouvernement, dont il fut resté privé s'il m'eût rappelé antécédemment faute de réponse.

S. E. Mr. le gouverneur a déjà vu l'usage que j'en ai fait en agissant pour le service des droits suprêmes de son autorité et dans l'intérêt de sa justice, et si néanmoins ma réponse n'obtient pas encore de S. E. un accueil plus bienveillant que celles qui ont causé son déplaisir, j'ose la prier de jeter dans la balance de sa sagesse, pour excuser les erreurs de mon intelligencia, l'âpre censure dont la chambre des députés et la presse du Brésil ont stigmatisés, comme irrévérencieux le ton de la légation argentine avec le gouvernement impérial.

Je n'ai prétendu et ne prétends rien par ce court exposé sinon expliquer ma conduite officielle, et la soumettre, placée dans son vrai jour, à une prise en considération nouvelle de S. E. Mr. le gouverneur.

Dieu garde V. E. un grand nombre d'années. — *Thomaz Guido.*

Nota do ministro das relações exteriores da Confederação Argentina ao general D. Thomaz Guido.

Buenos Ayres, 28 de Outubro de 1850. — Anno 41 da liberdade, 35 da independência e 21 da Confederação Argentina.

Ao ex-ministro plenipotenciário da Confederação Argentina junto do governo de S. M. o Imperador do Brasil de regresso a Buenos-Ayres.

O abaixo assignado teve a honra de levar ao supremo conhecimento do Ex.^{ma} Sr. governador brigadeiro D. João Manoel de Rosas a nota de V. S. n.º 1791 datada de 28 de Setembro ultimo, cujo resumo é o seguinte:

« Accusa o recebimento da nota do seu governo com data de 5 do corrente, e explica sua conducta official. »

O Ex.^{ma} Sr. governador á vista da dita nota ordenou ao abaixo assignado que manifeste a V. S., que S. Ex. fica inteirado do que nella expressa, para justificar sua conducta official sobre os pontos que abraçou a nota deste ministerio de 5 do mesmo Setembro, em resposta á dessa legação n.º 1772 de 23 de Agosto anterior.

S. Ex. não julga justificado o procedimento official de V. S. por ter deixado de communicar os topicos sobre que versou sua conversação com S. M. o Imperador na conferencia de 4 de Agosto.

No estado em que na occasião se achavão as relações diplomaticas da Confederação Argentina com o Imperio, e á vista das terminantes e serias ordens que V. S. tinha relativamente aos negocios do Brasil, não podião deixar de ter importancia para o juizo de S. Ex. o Sr. governador as palavras pessoas de S. M. o Imperador.

O Ex.^{ma} Sr. governador tão pouco julga admissíveis as razões que V. S. dá para não ter instado pelo seu passaporte, antes da epoca indicada em sua nota, quando era evidente a demora intencional que havia na resposta á sua nota de 16 de Junho, dirigida ao gabinete imperial. Os protestos e seguranças verbaes do Sr. Paulino não devião ser de peso para as determinações de V. S. em cumprimento das ordens de S. Ex. o Sr. governador, quando por experiencia mui antiga conhecia V. S. que essas seguranças de quasi todos os ministerios do governo de S. M. Imperial estavão em desacordo perpetuo com sua correspondencia official, e quando a deste genero do Sr. Paulino respirava em toda ella um sentimento distincto do que apresentavão suas palavras; sendo evidente, que com ellas só se procurava adormecer a V. S. e ao governo argentino com perfidas e enganadoras seguranças de desejos de paz, no emtanto que

Note du ministre des relations extérieures de la Confédération Argentine au général D. Thomaz Guido.

Buenos-Ayres 28 Octobre 1850, 41.^{me} année de la liberté, 35.^{me} de l'indépendance et 21.^{me} de la Confédération Argentine.

A l'ex-ministre plénipotentiaire de la Confédération Argentine près le gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil, de retour à Buenos-Ayres.

Le soussigné a eu l'honneur de porter à la connaissance de S. E. Mr. le gouverneur général D. João Manoel de Rosas votre note N.º 1791 en date du 28 Septembre dernier, qui est en résumé comme suit :

« Vous accusez réception de la dépêche de votre gouvernement du 5 courant et vous expliquez votre conduite officielle. »

Son Excellence Mr. le gouverneur, en vue de la note précitée, a ordonné au soussigné de vous déclarer que S. E. a pris connaissance de ce que vous alléguiez pour justifier votre conduite officielle sur les différents points indiqués par la dépêche de ce ministère du 5 du susdit mois de Septembre, en réponse à celle de la légation N.º 1772 du 23 Août.

S. E. ne trouve pas suffisamment justifié votre procédé officiel en ne rendant pas compte de ce qui fait le sujet de votre conversation avec S. M. l'Empereur à l'audience du 4 Août.

Dans l'état où se trouvaient alors les relations diplomatiques de la Confédération Argentine avec l'Empire, et sous le coup des ordres positifs et sévères qui vous avaient été transmis relativement aux affaires du Brésil, les paroles de S. M. l'Empereur lui même ne pouvaient qu'avoir de l'importance pour S. E. Mr. le gouverneur.

Son Excellence Mr. le gouverneur ne regarde pas comme admissibles non plus les raisons que vous donnez pour n'avoir pas insisté sur la remise de vos passeports, quand il était évident que le gouvernement impérial ne voulait que gagner du temps, en différant sa réponse à votre note du 16 Juin antérieur. Les protestations et les assurances verbales de M. Paulino ne devaient être d'aucun poids ni effet sur vos déterminations dans l'accomplissement des ordres de S. E. Mr. le gouverneur, du moment que par une longue expérience vous saviez, que ces assurances de la part de presque tous les ministres du gouvernement de S. M. l'Empereur étaient constamment en désaccord avec leur correspondance officielle, et que celle de M. Paulino respirait en tout un sentiment bien autre que ce qu'annonçaient ses paroles; car il est de toute évidence qu'on ne cherchait ainsi qu'à vous endormir en même temps que

tão diferentes erão os estímulos que guiavão sua política em suas relações com as duas republicas aliadas do Prata.

S. Ex. o Sr. governador, bem longe de achar attenuada a falta de V. S. nas explicações que a este respeito contém sua nota, entende que as observações apresentadas por V. S. na sua nota de 5 de Setembro ultimo tem a mesma força reprobativa. S. Ex. salva as intenções de V. S. que sempre julga as mais puras e dirigidas ao melhor fim; porém nem por isso pôde approvar o grave erro commettido nesta importante emergência.

Outra circumstancia chama a attenção de S. Ex. sobre a nota a que o abaixo assignado responde por sua ordem, e são os descertados passos que V. S. deu para obter seu transporte em um vaso de guerra Britannico, e o de sua familia em outro dos Estados Unidos, dirigindo-se V. S. aos representantes dessas potencias para obter o favor de uma passagem.

S. Ex. encara para este passo de V. S. com desagrado, pois que nunca deixou o Ex.^{mo} Sr. governador de attender com escrupulo a toda a despesa feita por seus empregados em cumprimento de seus ordens supremas. S. Ex. não vê qual fosse a necessidade de solicitar esse favor dos agentes publicos dessas potencias, quando nada o exigia, nem este governo se achava na necessidade de requerê-lo em assumpto de tão pouca monta. Por isso é que S. Ex., se por um lado teve este sentimento, por outro se compraz em vêr a nota de V. S. datada de 19 do presente, em que o informa de haver contractado a sua passagem e a de sua familia no vapor de S. M. B. *Rifleman* pela somma de 110 libras esterlinas, que S. Ex. ordenou fossem entregues ao procurador de V. S.

O abaixo assignado tambem por ordem do Ex.^{mo} Sr. governador remette a V. S. copia authentica das notas que com esta data se dirigem ao plenipotenciario de S. M. B. no Rio de Janeiro, o honrado Sr. James Hudson, manifestando-lhe o vivo reconhecimento de S. Ex.; e ao ministro argentino em Londres, ordenando-lhe que faça coshecer ao governo de S. M. B. o alto apreço e gratidão com que S. Ex. vio os amigaveis passos dados pelo Sr. Hudson, seu digno representante junto à corte do Brasil, por occasião da retirada da legação argentina daquelle corte.

Deos guarde a V. S. muitos annos.—*Felipe Arana.*

le gouvernement argentin, avec des assurances de paix trompeuses et perfides, tandis que les ressorts réels de la politique brésilienne dans ses relations avec les deux républiques alliées de la Plata étaient si différents.

S. E. Mr. le gouverneur, loin de jager que la faute commise par vous soit atténuée par les explications que vous donnez dans votre note, trouve que les observations qui vous ont été adressées dans la note antérieure du 5 Septembre subsistent dans toute leur force réprobatrice. S. E. rend justice à vos intentions qu'il a toujours tenues pour les plus pures et les meilleures; et néanmoins il ne peut que désapprouver la grave erreur commise dans cette importante occurrence.

Un autre incident attire l'attention de S. E. dans la note à laquelle le sous-signé répond par son ordre; ce sont les démarches hors de propos faites par vous pour avoir votre passage à bord d'un bâtiment de guerre anglais, et celui de votre famille à bord d'un autre bâtiment des Etats-Unis, en vous adressant aux représentants de ces puissances pour obtenir cette faveur.

S. E. voit cette démarche avec déplaisir, car S. E. Mr. le gouverneur n'a jamais manqué d'acquiescer, et avec un soin scrupuleux, toute dépense faite par ses agents dans l'accomplissement de ses ordres supremes. S. E. ne conçoit pas quelle pouvait être la nécessité d'une pareille demande adressée aux agents publics de ces puissances, quand rien ne l'exigeait, quand ce gouvernement n'avait en rien à réquerer une faveur dont l'objet au reste était de si peu d'importance. Aussi S. E. tout en regrettant cette démarche n'a pu qu'être satisfait d'un autre côté d'apprendre par votre note du 19 courant, que vous étiez convenu de payer pour votre passage et celui de votre famille à bord du bâtiment à vapeur de S. M. Britannique *Rifleman*, la somme de 110 livres sterlins, somme que S. E. a ordonné de rembourser à votre fondé de pouvoirs.

Le sous-signé, par ordre aussi de S. E. M. le gouverneur, vous envoie copie authentique des notes adressées, sous la date de ce jour, au plenipotenciario de S. M. Britannique à Rio Janeiro, l'honorable chevalier James Hudson, exprimant la vive reconnaissance de S. E., et au ministre Argentin à Londres, lui ordonnant de faire connaître au gouvernement de S. M. Britannique le haut prix qu'ont pour lui et la gratitude que lui inspirent les procédés bienveillants de M. Hudson, son digne représentant près la cour du Brésil à l'occasion du départ de la légation argentine de Rio de Janeiro.

Dieu vous garde un grand nombre d'années.—*Felipe Arana.*

DISCUSSÃO SOBRE A OBRIGAÇÃO CONTRAÍDA PELA FRANÇA DE MANTER
A INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DO URUGUAY.

Nota da legação argentina ao governo imperial.

*Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 30 de
Abril de 1850, anno 41 da liberdade, 33 da independência e 21 da Confederação Argentina.*

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Paulino José Soares de Souza, do
conselho de S. M., ministro e secretario de estado dos
negocios estrangeiros.

Na sessão do senado de 23 de Abril, o Sr. senador
Candido Baptista de Oliveira, chamando a attenção
do gabinete imperial sobre o Rio da Prata, opinou
que devião pedir-se explicações ao governo francez
acerca da expedição que ha destinado para Monte-
vidéo, e o Ex.^{ma} Sr. ministro dos negocios estrangeiros
respondeu á indicação do orador com o seguinte :

« O nobre senador, que foi ministro dos negocios
« estrangeiros, não pôde ignorar que em outra época
« a legação argentina, fundando-se na convenção
« preliminar de paz de 1828, exigia que o Brasil se
« declarasse contra a intervenção da França no Rio
« da Prata. O nobre senador deve também saber, que
« o governo brasileiro declinou essa exigencia por
« varias razões, que não exporei aqui porque as notas
« que contém essa discussão andão impressas nos re-
« latorios de meus antecessores, porém é uma delias
« ter-se a França comprometido a garantir a inde-
« pendencia da Republica do Uruguay. »

Em presença desta declaração ao senado, o abaixo
assignado julga de seu estrito dever solicitar do Sr.
ministro dos negocios estrangeiros alguma informação
acerca do compromisso da França invocado por S. Ex.

O que a legação argentina sabe, e o governo de S. M.
não ignora, é que o governo francez intentou fundar
no tratado de 1840 com a Confederação, direito para
intervir na Banda Oriental; porém, repellida essa
descomedida pretensão pelo governo argentino, em
virtude do texto claro e genuino daquelle pacto, ficou
a França exercendo uma coacção attentatoria contra a
Republica do Uruguay, que acaba de aggravar com a
remessa de tropa de terra.

Não pretende o abaixo assignado renovar uma dis-
cussão a respeito da posição que o governo imperial
preferio tomar nessa contenda, mas sim que lhe seja
dado comprehender a neutralidade do Brasil entre

DISCUSSION SUR L'OBLIGATION PRISE PAR LA FRANCE DE MAINTENIR
L'INDEPENDENCE DE LA REPUBLIQUE DE L'URUGUAY.

Note de la légation argentine au gouvernement impérial.

*Vive la Confédération Argentine. Rio de Janeiro le 30
Avril 1850, 41^{me} année de la liberté, 33^{me} de l'in-
dépendance, et 21^{me} de la Confédération Argentine.*

A Son Excellence Monsieur Paulino José Soares
de Souza, du conseil de S. M., ministre secrétaire
d'état des affaires étrangères.

Dans la séance du sénat du 23 Avril le sénateur
Candido Baptista de Oliveira, appelant l'attention du
cabinet impérial sur la Plata, émit l'opinion qu'il
conviendrait de demander des explications au gouver-
nement français sur l'expédition qu'il envoyait à
Montevideo; et Son Excellence Monsieur le ministre
des affaires étrangères répondit à l'interpellation de
l'orateur dans les termes suivants :

« Le noble sénateur qui a déjà été ministre des
« affaires étrangères ne peut ignorer qu'à une autre
« époque la légation argentine s'appuyant sur la con-
« vention préliminaire de paix de 1828 exigeait que
« le Brésil se déclarât contre l'intervention de la
« France dans la Plata. Le noble sénateur doit aussi
« savoir que le gouvernement brésilien déclina cette
« exigence par plusieurs raisons que je ne crois pas
« nécessaire de reproduire ici, car les notes qui ren-
« ferment cette discussion ont été imprimées dans
« les rapports de mes prédécesseurs, une de ces raisons
« étant que la France s'était engagée à garantir l'in-
« dépendance de la République de l'Uruguay. »

En présence de cette déclaration faite au sénat,
le soussigné se croit dans la rigoureuse obligation
de solliciter de M. le ministre des affaires étrangères
quelque information sur cet engagement de la France,
 invoqués par Son Excellence.

Ce que la légation argentine sait, ce que le gouver-
nement de Sa Majesté n'ignore pas non plus, c'est
que le gouvernement français a eu l'intention d'ap-
puyer sur le traité de 1840 avec la Confédération le
droit d'intervenir dans la Bande Orientale, mais cette
prétention exorbitante ayant été repoussée par le
gouvernement argentin en conformité du véritable
texte si clair de ce contrat, la France n'en continue
pas moins à exercer une coaction attentatoire aux
droits de la République de l'Uruguay et qu'elle aggrave
encore par son envoi de troupes de terre.

Le soussigné ne prétend pas renouveler la dis-
cussion à l'égard de la position que le gouvernement
impérial a préféré prendre dans cette lutte; mais
il a besoin d'être mis à même d'apprécier quant à

as forças francezas que actualmente subjugão a capital do Uruguay e os governos do Prata, que defendem a nacionalidade oriental, cinge-se a pedir ao Sr. ministro noticia do compromisso da França para uma garantia reservada á Confederação e ao Imperio, e nunca cedida nem estipulada com outra alguma potencia.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.—*Thomaz Guido.*

Nota do governo imperial á legação argentina.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos negocios estrangeiros, em 1.º de Julho de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o imperador, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que, em data de 30 de Abril p. p., lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, e na qual, referindo-se ás palavras pronunciadas pelo abaixo assignado na sessão do senado de 23 do dito mez, pede que lhe dê noticia do compromisso da França para a sustentação da independencia da Republica Oriental do Uruguay.

Como o Sr. Guido não pôde deixar de encontrar a noticia que pede no art. 4.º da convenção de 29 de Outubro de 1840, na sua nota de 12 de Fevereiro de 1843 ao Sr. Carneiro Leão, na declaração de bloqueio pelos plenipotenciarios das potencias mediadoras em 18 de Setembro de 1845, nas notas dos antecessores do abaixo assignado, e nas discussões das camaras francezas e inglezas, o abaixo assignado, esperando que o Sr. Guido terá a bondade de recorrer a essas fontes, aproveita a occasião para renovar-lhe os protestos de sua perfeita estima e distincta consideração.
Paulino José Soares de Souza.

sa portée, la neutralité du Brésil relativement aux forces françaises, qui tiennent actuellement sous le joug la capitale de l'Uruguay et les gouvernements de la Plata, défenseurs de la nationalité orientale, et il demande en conséquence (c'est là ce à quoi il se borne) qu'il leur soit donné connaissance de l'engagement pris par la France au sujet d'une garantie réservée à la Confédération et à l'Empire, qui n'a été ni cédée ni stipulée avec aucune autre puissance.

Dieu garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Thomaz Guido.*

Note du gouvernement impérial à la légation argentine.

Rio de Janeiro. — Ministère des affaires étrangères, le 1.º Juillet 1850.

Le soussigné, du conseil de S. M. l'Empereur, sénateur de l'Empire, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères, a reçu la note qui lui a été adressée le 30 Avril dernier par M. D. Thomaz Guido, envoyé extraordinaire et ministre plenipotenciaire de la Confédération Argentine, dans laquelle, rapportant les paroles prononcées par le soussigné dans la séance du sénat le 23 de ce mois, il demande qu'il lui soit donné connaissance de l'obligation prise par la France de garantir l'indépendance de la République de l'Uruguay.

Comme Mr. Guido ne peut manquer de trouver l'information qu'il demande dans l'article 4 de la convention du 29 Octobre 1840, dans sa note du 12 Février 1843 à M. Carneiro Leão, dans la déclaration du blocus faite par les plenipotenciaires des puissances médiatrices le 8 Septembre 1845, dans les notes des prédécesseurs du soussigné, et dans les discussions des chambres françaises et anglaises, le soussigné espérant que M. Guido aura la bonté de recourir à ces sources, se borne ici à lui renouveler les assurances de sa parfaite estime et très haute considération.—*Paulino José Soares de Souza.*

Nota da legação argentina ao governo imperial.

Viva a Confederação Argentina! — Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1850. Anno 41 da liberdade. 33 da independência e 21 da Confederação Argentina.

Ilm. e Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado das negociações estrangeiras, etc., etc., etc.

O Exm. Sr. Paulino José Soares de Souza, respondendo em 1.º de Julho ultimo á nota do abaixo assignado de 30 de Abril, em que teve a honra de pedir a explicação da declaração de S. Ex. ao senado em 23 desse mesmo mez, se serve convidar ao abaixo assignado a recorrer a varios factos e a diversos documentos diplomaticos, como a outras tantas fontes de que deriva-se a asserção do governo imperial sobre *ter a França garantido a independência da Republica do Uruguay*.

O abaixo assignado recordará por sua ordem as citações em que se apoia o Sr. ministro das negociações estrangeiras. A primeira é a do art. 4.º da convenção de 29 de Outubro de 1840 entre a Confederação Argentina e a França. Eis aqui seu texto:

« O governo de Buenos-Ayres continuará a considerar em estado de perfeita e absoluta independência a Republica Oriental do Uruguay da maneira porque a estipulou na convenção preliminar de paz concluída a 27 de Agosto de 1828 com o Imperio do Brasil, sem prejuizo de seus direitos naturaes toda a vez que o exijão a justiça, a honra e segurança da Confederação Argentina ».

Sem ter que torcer o sentido genuino deste artigo, delle se vê evidentemente que o governo argentino não fez ao da França concessão alguma especial, nem foi estipulada interferencia alguma da parte desta nação sobre a existencia politica da Republica do Uruguay.

Por esse artigo a França não se obriga a sustentar a independência desse estado, e seria absurdo suppor que o governo argentino houvesse dividido com ella o direito de uma garantia reservada tambem ao Brasil, contractando sem noticia e sem consentimento do Imperio uma triplíce ingerencia, em apoio de uma soberania politica collocada sob a salvaguarda de duas potencias americanas, sem duvida bem sufficientes para defendê-la contra todos os ataques externos.

Não se trata no referido artigo de um facto novo, nem de restabelecer o que havia ficado intacto. Toda outra interpretação para extrahir do artigo o fundamento legal de uma intervenção, sob qualquer forma, nos assumptos do Estado Oriental, é gratuita, falsa e abusiva. O governo argentino nem havia jámais violado a independência do Estado Oriental do Uruguay,

Note de la légation argentine au gouvernement impérial.

Vive la confédération argentine. — Rio de Janeiro, le 2 Août 1850, 41^{me} année de la liberté. 33^{me} de l'indépendance et 21^{me} de la confédération argentine.

A Son Excellence M. Paulino José Soares de Souza, du conseil de S. M. l'Empereur, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères, &c., &c., &c.

Son Excellence M. Paulino José Soares de Souza en répondant le 1^{er} Juillet dernier à la note du sousigné du 30 Avril, dans laquelle il a eu l'honneur de lui demander l'explication de la déclaration de Son Excellence au sénat le 23 de ce mois, a bien voulu inviter le sousigné a recourir à divers faits et documents diplomatiques servant à établir et justifier l'assertion du gouvernement impérial que *la France s'est engagée à garantir l'indépendance de la République de l'Uruguay*.

Le sousigné examinera l'une après l'autre les raisons auxquelles fait appel M. le ministre des affaires étrangères. La première est celle de l'article 4 de la convention du 29 Octobre 1840 entre la Confédération Argentine et la France: en voici le texte:

« Le gouvernement de Buenos-Ayres continue à considérer en état d'indépendance parfaite et absolue la République Orientale de l'Uruguay de la manière dont l'a stipulée la convention préliminaire de paix conclue le 27 Août 1828 avec l'Empire du Brésil, sans préjudice de ses droits naturels toutes les fois que l'exigeront la justice, l'honneur et la sécurité de la Confédération Argentine ».

Sans avoir à forcer en rien le sens de cet article, il est évident que le gouvernement argentin n'y a fait à la France aucune concession spéciale, ni stipulé aucun droit d'intervention quelconque de la part de cette nation à l'égard de l'existence politique de la République de l'Uruguay.

Par cet article la France ne s'oblige pas à garantir l'indépendance orientale, et il serait absurde de supposer que le gouvernement argentin ait pu partager avec elle le droit d'une garantie qui n'appartient qu'à lui et au Brésil, en stipulant sans notification faite à l'Empire, sans son assentiment, une triple ingérence en faveur d'une souveraineté politique placée sous la sauvegarde de deux puissances américaines, capables par elles seules de la protéger contre toute agression étrangère.

Il ne s'agit pas dans le susdit article d'un fait nouveau, il ne s'agit pas de rétablir ce qui était resté en son entier. Toute autre interprétation tendante à baser sur cet article tout droit d'intervention, sous quelque forme que ce soit dans les affaires de l'Etat Oriental, est gratuite, fautive, et abusive. Le gouvernement argentin, de même qu'il n'a jamais porté atteinte à

nem condescenderia, em caso algum, em que uma nação estranha á convenção preliminar, e ás vistas politicas que fundarão essa nova republica, assumisse a faculdade de inspecionar a execução do pacto que fixou seu destino.

A menção da independencia oriental no art. 4.º é simplesmente a enunciação de um facto fielmente conservado, e que não se sancionava, nem se alterava, nem se fortalecia com a mera recordação de sua existencia historica.

O segundo membro do artigo importa uma reminiscencia conveniente dos direitos da Confederação, como poder independente, se a guerra chegasse a ser uma necessidade nacional.

O governo argentino tem exercido esses direitos na contenda a que foi provocado por seus inimigos da Banda Oriental, sem ter que dar razão a ninguém de sua applicação senão ao governo do Brasil.

A nota de 12 de Fevereiro de 1843 da legação argentina ao Sr. Carneiro Leão, compulsada pelo Sr. Paulino, diz litteralmente :

« É questão, Sr. ministro, se depois da solemnidade dos compromissos contrahidos pelos governos signatarios da convenção de paz de 27 de Agosto de 1828, sob a mediação da Inglaterra, reiterados pela Confederação ante a França na convenção de 29 de Outubro de 1840, se exige alguma outra para afiançar a validade e subsistencia daquelle pacto; e quando algumas garantias se tivessem de adicionar mutuamente, ainda não foram discutidas, nem seria, segundo o entender do abaixo assignado, de fácil desenvolvimento. »

Negou por conseguinte o abaixo assignado então, como nega agora, que existissem outras garantias para a independencia oriental além das que resultão da convenção preliminar: nega que se hajão discutido outras posteriormente ao anno de 1828, e apenas se refere á contingencia de adicionar-se mutuamente as que pudessem emanar de uma reconsideração daquelle convenio pelo governo argentino e o de S. M. o Imperador, e exclusivamente por elles.

A declaração de lord Ponsomby, ministro de S. M. Britannica junto de S. M. I., em 20 de Agosto de 1828, aos plenipotenciarios argentinos nesta corte, de não *achar-se* autorisado para garantir qualquer convenção ou tratado de paz entre a Republica Argentina e o Brasil, exclue a Inglaterra da responsabilidade e da prerogativa de uma garantia; e quando essa nação, cujos bons officios se empregarão efficazmente em approximar aos belligerantes da paz que inaugurou a Republica Oriental, fica privada de todas e de cada uma das obrigações determinadas ás duas altas partes contractantes, não seria possível conceder á França nem

a independencia de l'Etat Oriental de l'Uruguay, ne permettra jamais non plus qu'une nation étrangère à la convention préliminaire, et aux vues politiques qui ont fondé cette nouvelle république, s'arroge la faculté de contrôler l'exécution du pacte qui en a fixé le sort.

La mention faite de l'indépendance Orientale dans l'article 4, n'est simplement que l'énonciation d'un fait fidèlement produit et que ne peut sanctionner, modifier, ni corroborer le rappel de son existence historique.

La seconde partie de l'article n'est qu'une remémoration convenable des droits de la Confédération, comme pouvoir indépendant, si la guerre devenait une nécessité nationale.

Le gouvernement argentin a exercé ces droits dans la lutte à laquelle il a été provoqué par ses ennemis de la Bande Orientale, sans avoir à s'en justifier qu'au gouvernement du Brésil.

La note du 12 Février 1843 adressée par la légation argentine à M. Carneiro Leão, et dont parle M. Paulino, s'exprime litteralement ainsi :

« Il est douteux, M. le Ministre, qu'après la solemnité des engagements pris par les gouvernements signataires de la convention de paix du 17 Août 1828, sous la médiation de l'Angleterre, réitérés par la Confédération vis-à-vis de la France par la convention du 19 Octobre 1840, il soit permis d'en demander davantage comme garantie quant à la validité et au maintien du pacte: et en tous cas, lors même qu'on serait tombé d'accord d'y ajouter encore quelque chose, rien n'a été discuté jus qu'à présent à ce sujet, et les difficultés n'y manqueraient pas d'ailleurs, à ce que pense le soussigné. »

Le soussigné s'est donc refusé à reconnaître, comme il s'y refuse encore, l'existence de garantie en faveur de l'indépendance orientale autre que celle qui résulte de la convention préliminaire: il nie que rien ait été discuté à ce sujet postérieurement à 1828; et n'a fait que légèrement allusion à l'éventualité d'additions à y faire par accord mutuel dans le cas où un remaniement de ce traité aurait lieu entre le gouvernement argentin et celui de S. M. l'Empereur exclusivement.

La déclaration faite par Lord Ponsomby, ministre de S. M. Britannique près S. M. Impériale le 20 Août 1828 aux plenipotenciarios argentins en cette cour, qu'il n'était autorisé à garantir aucun accord ni traité de paix entre la République Argentine et le Brésil, ôte à l'Angleterre le droit comme la responsabilité de la garantie; et puisque cette nation, qui a employé efficacement ses bons offices à rapprocher les belligérants, de manière à les amener à un état de paix auquel la République Orientale doit son existence, demeure exclue des obligations de tout genre qui sont prescrites aux deux parties contractantes, il ne serait pas possible d'ac-

aceitar superintendencia de sua parte em questão alguma domestica ou externa do Rio da Prata.

O abaixo assignado repelle a declaração de bloqueio de 1845 pelos plenipotenciarios da Inglaterra e França, lembrada pelo Sr. Paulino como base de qualquer direito dos interventores, ligado á organização ou á sorte do Estado Oriental, e o Sr. ministro se servirá ter presente, que todos os pretextos inventados para impôr esse bloqueio forão victoriosamente rebatidos pelo *proprío representante da França em Buenos-Ayres*. Esse acto de injustificavel prepotencia será julga lo pela posteridade tão severamente como tem sido pelos contemporâneos.

O abaixo assignado limita-se a oppôr ante o juizo do governo imperial a convenção de paz entre a Confederação e a Grãa-Bretanha, assignada em 21 de Novembro de 1849, e confia poder em breve invocar um igual arranjo com a republica franceza. O Sr. ministro já pôde descobrir nos actos diplomaticos, de que tem pleno conhecimento, a verdadeira origem e extensão dos titulos allegados para essas medidas coercitivas da intervenção europêa, e a attitudo bem definida da Confederação Argentina quanto ao Estado do Uruguay.

Pelo que diz respeito ás notas dos antecessores do Sr. ministro, não sendo por S. Ex. especifica las, é impossivel ao abaixo assignado rectificar presentemente as idéas erroneas do governo imperial, se algumas honverão, porém não duvida que fossem opportunamente elucidadas pela legação argentina.

Quanto ás discussões das camaras francezas e inglezas sobre os negocios do Prata, o Sr. Paulino permittirá que o abaixo assignado as considere completamente inúteis, como autoridade, para decidir sobre os tratados, e sobre a politica da Republica Argentina: completamente insufficientes para destruir os factos realizados, e muito mais para introduzir essa pretendida garantia que o abaixo assignado, em nome do seu governo, desconhece percipitadamente em qualquer outra potencia que não seja a Confederação e S. M. o Imperador do Brasil.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos.—*Thomas Guido.*

coorder à la France, ni d'accepter de sa part un droit d'action quelconque à exercer dans aucune question quelconque locale ou externe de la Plata.

Le soussigné repousse la déclaration du blocus de 1845 des plénipotentiaires anglais et français, mentionnée par M. Paulino comme base d'un droit possible quelconque des puissances intervenantes se rattachant à l'organisation ou au sort de l'Etat Oriental; et M. le ministre voudra bien se rappeler que tous les sophismes produits pour motiver ce blocus ont été victorieusement refutés par le *représentant même de la France à Buenos-Ayres*. Cet acte de violence que rien ne peut justifier, sera jugé par la postérité aussi sévèrement qu'il l'a été par les contemporains.

Le soussigné se borne à appeler l'attention du gouvernement impérial sur le traité de paix entre la Confédération et la Grande-Bretagne, signé le 21 Novembre 1849; et il espère pouvoir bientôt invoquer aussi un arrangement semblable avec la république française. M. le ministre pourra s'en apprécier d'après les actes diplomatiques dont il a déjà connaissance, quelle est la véritable origine et la portée des titres allegués pour ces mesures coercitives de l'intervention européenne, ainsi que l'attitude nettement prise par la Confédération Argentine à l'égard de l'Etat de l'Uruguay.

Quant aux notes des prédécesseurs de M. le ministre, comme elles ne sont pas spécifiées, il est impossible au soussigné d'y rechercher à présent les idées erronées du gouvernement impérial, s'il en est effectivement à ratifier, ne d'autant pas au reste qu'en ce cas elles n'aient été refutées en temps voulu par la légation argentine.

Les discussions des chambres françaises et anglaises sur les affaires de la Plata (M. Paulino permettra au soussigné de lui faire l'observation) sont suivant lui tout à fait nulles pour décider de traités et de questions de politique de la République Argentine; complètement insuffisantes pour détruire les faits accomplis, et plus insuffisantes encore pour en dédaigner cette prétendue garantie que le soussigné au nom de son gouvernement se refuse péremptoirement à admettre de la part de toute puissance autre que la Confédération, et Sa Majesté l'Empereur du Brésil.

Dieu garde Votre Excellence un grand nombre d'années. — *Thomas Guido.*

Nota do governo imperial a legação argentina.

Rio de Janeiro, Ministério dos negócios estrangeiros, 2 de Setembro de 1850.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, senador do Imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, recebeu a nota que, em data de 2 de Agosto proximo passado, lhe dirigio o Sr. D. Thomaz Guido, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Confederação Argentina, em resposta á da elle assignado da 1.^a de Julho proximo passado.

A transcripção que o Sr. Guido faz do art. 4.^o da convenção de 29 de Outubro de 1840, dispensa o abaixo assignado de entrar em qualquer desenvolvimento. Por isso limitar-se-ha a observar que, obrigando-se nelle a Confederação Argentina a continuar a considerar em estado de perfeita e absoluta independencia a Republica Oriental do Uruguay, pela maneira porque o estipulei na convenção preliminar de paz concluida em 27 de Agosto de 1828 com o Imperio do Brazil, corresponde a essa obrigação um direito da parte da França, nos termos da referida convenção preliminar. Este artigo comprehende portanto um compromisso, aliás seria completamente inutil, e não é de crer que se escrevesse em um tratado um artigo com referencia áquella convenção, inutil e sem alcance, e que não estabelecesse direitos e obrigações algumas entre os contractantes relativamente ao objecto da convenção.

O abaixo assignado não examina aqui, porque não é o caso para isso, a natureza e a extensão dos direitos e obrigações da França quanto a sustentar a independencia da Republica Oriental. O que elle vê aqui por certo e averiguado é, que o governo argentino se obrigou para com a França a continuar a considerar em estado de perfeita e absoluta independencia aquella republica.

Não ha com effeito aqui facto algum novo, e o palavra — continuar — o indica. A Confederação Argentina tinha-se obrigado, pela convenção preliminar de 27 de Agosto de 1828 para com o Brazil, a considerar e a manter a independencia da Republica Oriental; obrigou-se depois ao mesmo para com a França, e nos termos daquella convenção, pela de 29 de Outubro de 1840. Não ha facto novo, mas ha compromisso novo; e além do que existia com o Brazil, ha outro com a França.

Não é nas convenções que se escreve a historia. Onde se vio fazer-se convenções simplesmente para enunciar e conservar factos, sem ligar-lhes, ou derivar

Note du gouvernement impérial à la légation argentine.

Rio de Janeiro, Ministère des affaires étrangères le 2 Septembre 1850.

Le soussigné, du conseil de S. M. l'Empereur, sénateur de l'Empire, ministre secrétaire d'état des affaires étrangères, a reçu la note qui lui a été adressée le 2 Août dernier par M. D. Thomaz Guido, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Argentine, en réponse à la note du soussigné du premier Juillet dernier.

La transcription faite par M. Guido du 4.^{er} article de la convention du 29 Octobre 1840 dispense le soussigné de tout autre développement de la question; ainsi il se borne à faire observer, que la Confédération Argentine prenant l'obligation par cet article de continuer à considérer la République Orientale de l'Uruguay dans un état d'indépendance parfaite et absolue, de la manière stipulée par la convention préliminaire de paix conclue le 27 Août 1828 avec l'Empire du Brésil, il en résulte un droit pour la France correspondant à cette même obligation aux termes de la susdite convention préliminaire. Cet article contient donc évidemment un compromis, car autrement il serait complètement inutile, et il ne faut pas croire qu'on eût inséré dans un traité un article relatif à cette convention, inutile, sans effet, et n'impliquant ni droits ni devoirs entre les parties contractantes relativement à l'objet débattu.

Le soussigné n'examinera pas ici la nature et la portée des droits et des devoirs de la France quant au maintien de l'indépendance de la République Orientale. Ce qui est ici positif et certain, c'est que le gouvernement argentin s'est engagé envers la France à continuer de considérer cette république en état d'indépendance parfaite et absolue.

Il n'y a là aucun fait nouveau, et le mot — continuer — l'indique. La Confédération Argentine s'était engagée par la convention préliminaire du 27 Août 1828 envers le Brésil à respecter et à maintenir l'indépendance de la République Orientale; elle a ensuite pris le même engagement vis-à-vis de la France aux termes de cette convention par celle du 29 Octobre 1840. Il n'y a pas là fait nouveau, mais bien nouvel engagement, et indépendamment de l'engagement antérieur avec le Brésil, il en existe un autre avec la France.

Ce n'est pas dans les conventions qu'on écrit l'histoire. Où a-t-on jamais vu faire des conventions pour y énoncer et rappeler simplement des faits, sans y

dellei direitos e obrigações algumas? E se o art. 4.^o da convenção de 29 de Outubro de 1840 não estabelece direitos e obrigações algumas entre a França e a Confederação Argentina, qual é o seu fim, e que alcance tem?

O trecho da nota da legação argentina de 12 de Fevereiro de 1843, transcripto pelo Sr. Guido, falla de sollemnes compromissos contrahidos pelos governos signatarios da convenção de 27 de Agosto de 1828 (o Brasil e a Confederação Argentina), debaixo da mediação da Inglaterra, reiterados pela Confederação ante a França na convenção de 29 de Outubro de 1840. Estas palavras e citações referem-se evidentemente á independencia da República Oriental. Reconhecem portanto que os compromissos contrahidos entre o Brasil e a Confederação, relativamente a essa independencia, foram reiterados pela Confederação ante a França, pela convenção de 29 de Outubro de 1840. Confirmação portanto o que o abaixo assignado acima deixou dito. E se tais palavras não tem essa referencia e alcance, a que se referem ellas, que significação tem? O Sr. Guido não poderá apontar outra.

Diz o Sr. Guido que negou então, como nega agora, que existissem outras garantias para a independencia oriental, além das que resultão da convenção preliminar. Pois bem. Mas então que compromissos sollemnes são esses contrahidos pelo Brasil e a Confederação Argentina, reiterados por esta perante a França? De que tratado, a que se referem, em que parte, em que artigo da convenção de 29 de Outubro se achão elles reiterados? É o que cumpria ao Sr. Guido declarar e explicar.

As declarações de lord Ponsomby, de que falla o Sr. Guido, e as que fez em Buenos-Ayres, não são bastantes para dar a uma convenção uma intelligencia diversa da quella que, em peças officiaes, lhe tem dado seu governo, ou seus agentes com approvação sua. E ainda mesmo que, como pretende o Sr. Guido, a Inglaterra não tivesse garantido a independencia de Montevideo pela sua ingerencia no arranjo celebrado pela convenção preliminar de 27 de Agosto, não se seguiria dahi que a França não a tivesse garantido pela convenção de Outubro. De uma convenção não se póde concluir para a outra. De não ter feito a Inglaterra uma cousa não se seguiria que a França a não fizesse. Não é por illações semelhantes que se deve entender os tratados, mas pelo que soão e alcanço suas disposições.

O abaixo assignado citou a declaração do bloqueio de 1843, assignada pelos plenipotenciarios da França e da Inglaterra, para corroborar o que acima ficou dito, isto é, como prova de que aquelles governos entendião as convenções de 1828 e de 1840 do mesmo modo que o abaixo assignado.

rattacher ou en faire dériver l'idée de droits et d'obligations? Si l'article 4.^{me} de la convention du 29 Octobre 1840 n'établit pas des droits ou obligations entre la France et la Confédération Argentine, quel est son but, quelle portée a-t-il?

Le passage transcrit par M. Guido de la note de la légation argentine du 12 Février 1843 parle d'engagements solennels des gouvernements signataires de la convention du 27 Août 1828 (le Brésil et la Confédération Argentine), sous la médiation de l'Angleterre, réitérés par la Confédération à la France dans la convention du 29 Octobre 1840. Ces paroles, ces phrases ont évidemment pour objet l'indépendance de la République Orientale. Il en résulte que les engagements contractés entre le Brésil et la Confédération relativement à cette indépendance, ont été contractés aussi par la Confédération vis-à-vis de la France dans la convention du 29 Octobre 1840; et ainsi se trouve confirmé ce qui a été dit plus haut par le soussigné. Et si ces phrases en effet ne s'y rapportent pas, s'il faut leur donner une autre interprétation, à quoi peuvent-elles se rapporter? que signifient-elles? M. Guido ne saurait le dire.

M. Guido prétend qu'il s'est toujours refusé, comme il se refuse encore à reconnaître qu'il existât, pour l'indépendance orientale, d'autres garanties que celles qui résultent de la convention préliminaire. Eh! bien, soit. Mais quels sont donc ces engagements solennels pris par le Brésil et par la Confédération Argentine et contractés de nouveau par la Confédération avec la France? De quoi s'occupent-ils? quel objet ont-ils? Dans quel endroit, dans quel article de la convention du 29 Octobre se trouvent-ils rappelés? C'est ce qu'il fallait que M. Guido déclarât et expliquât.

Les déclarations de lord Ponsomby, dont parle M. Guido, et celles qu'il a faites à Buenos-Ayres, ne suffisent pas pour donner à la convention une signification différente de celle que lui ont donnée des pièces officielles émanées de son gouvernement, ou d'agens de ce même gouvernement, et qu'il a approuvées. Et quand même l'Angleterre, comme le prétend M. Guido, n'aurait pas garanti l'indépendance de Montevideo par sa participation à la convention préliminaire du 27 Août, il ne s'ensuivrait pas que la France ne l'eût pas garantie par la convention d'Octobre. D'une convention on ne peut rien inférer pour l'autre. De ce que l'Angleterre n'ait pas fait une chose, on ne peut pas conclure que la France ne l'ait pas faite. Ce n'est pas au moyen de semblables inductions que les traités s'entendent, mais par la lettre et l'esprit de leur dispositions.

Le soussigné a cité la déclaration du blocus de 1843, signée par les plenipotenciarios de la France et de l'Angleterre pour corroborer ce qui a été dit plus haut, c'est-à-dire, comme preuve que ces gouvernements entendaient les conventions de 1828 et de 1840 de la même manière que le soussigné le fait ici.

Diz aquella declaração: « Os plenipotenciários abaixo assignados receberam a missão de restabelecer a paz entre as republicas do Prata, assegurando a perfeita e absoluta independencia do Estado do Uruguay. Tal é o objecto expresso nos tratados de 1828 e 1840, firmados pelo governo de Buenos-Ayres. »

O abaixo assignado não tem aqui por fim pronunciar um juizo qualquer sobre o bloqueio e sobre a intervenção, e produz essas citações somente para justificar a intelligencia que dá o governo imperial áquellas convenções.

Não é tambem de seu proposito examinar e aquilatar os fundamentos em que se baseou aquella declaração de bloqueio, cuja procedencia ou improcedencia não poderia alterar os direitos e obrigações resultantes das convenções citadas. Pouco importa para a questão que occupa o abaixo assignado, que o barão de Mareuil tivesse feito ao governo argentino declarações contradictorias áquellas com que o barão Delfaudis justificou aquelle bloqueio.

A convenção celebrada por Mr. Southern, e qualquer negociação que o governo argentino conclua com a França, não pôdem alterar direitos e obrigações resultantes de convenções anteriores, senão derogando-as expressamente, ou contendo doutrinas e clausulas que as destruão.

O abaixo assignado julga desnecessario citar todas as notas de seus antecessores a que alludio, e que forão dirigidas ao Sr. Guido, que tem dellas perfeito conhecimento. Limitar-se-ha a lembrar-lhe, que na antiga e longa discussão relativa á missão do visconde de Abrantes, o governo imperial sustentou sempre que estava no seu direito procurando saber de governos, tambem compromettidos a garantir a independencia de Montevideo, o seu pensamento sobre circumstancias e acontecimentos que podem affecta-la. Essa missão portanto fundava-se na convicção em que estava, tem estado, e está o governo imperial de que a França e a Inglaterra estão compromettidas a garantir aquella independencia. Isto tem sido dito muitas vezes á legação argentina pelo governo imperial, e especialmente nas discussões relativas áquella missão.

As discussões das camaras francezas e inglezas sobre estes pontos não são por certo sufficientes, para estabelecer direitos e obrigações internacionais. Mas parece ao abaixo assignado que a opinião de homens de Estado eminentes, que tem estado no governo do seu paiz, que se tem occupado e tem tomado parte nestas questões, pôde sobre ellas derramar muita luz, e ser invocada ao menos para corroborar a intelligencia que

Cette déclaration dit: « Les plenipotentiaires sous-signés ont reçu la mission de rétablir la paix entre les républiques de la Plata, en assurant l'indépendance parfaite et absolue de l'Etat de l'Uruguay. » Tel est l'objet expressément défini des traités de 1828 et de 1840, signés par le gouvernement de Buenos-Ayres.

Le sous-signé ne prétend pas ici formuler un jugement sur le blocus et sur l'intervention; il n'est entré dans les détails qui précèdent, que comme venant à l'appui du sens que le gouvernement impérial donne à ces conventions.

Ce n'est pas non plus son intention d'examiner et d'apprécier les raisons alléguées dans cette déclaration du blocus, raisons dont le plus ou moins de validité ne peut altérer en rien les droits et les obligations résultant des conventions précitées. Peu importe à la question, qui occupe le sous-signé, que le baron de Mareuil ait fait au gouvernement argentin des déclarations contraires à celles du baron Delfaudis cherchant à justifier ce blocus.

La convention de M. Southern, et toute autre négociation que le gouvernement argentin conclurait par la suite avec la France, ne pourrait en aucun cas non plus altérer en rien les droits et les obligations résultant de conventions antérieures qu'autant qu'elles y dérogeraient expressément, ou qu'elles contiendraient des doctrines et des clauses qui les détruiraient.

Le sous-signé ne croit pas nécessaire de citer toutes les notes de ses antecessors auxquelles il s'est référé, et qui ont été adressées à M. Guido, qui en a parfaite connaissance. Il se borne à lui rappeler que dans l'ancienne et longue discussion relative à la mission du vicomte d'Abrantes, le gouvernement impérial a toujours soutenu qu'il était dans son droit, en cherchant à savoir des gouvernements engagés aussi à garantir l'indépendance de Montevideo, leur pensée à l'égard de circonstances et d'événements de nature à l'affecter. La mission portait ainsi de la conviction où le gouvernement était, a été et est encore, que la France et l'Angleterre se sont engagées à garantir cette indépendance, et c'est ce qui a été dit et répété plusieurs fois par le gouvernement impérial à la légation argentine, surtout dans les discussions relatives à cette mission elle même.

Les discussions des chambres françaises et anglaises sur ces points ne sont pas certainement suffisantes pour établir des droits et des devoirs internationaux. Mais il semble au sous-signé que l'opinion d'hommes d'état éminents, qui ont été à la tête de l'administration de leur pays, qui se sont occupés de ces questions et y ont pris une part active, peut répandre sur elles beaucoup de lumières, et être invoquée du moins

se dá a convenções em que seus respectivos governos
tiverão parte.

O abaixo assignado aproveita a oportunidade para
renovar ao Sr. Guido os protestos de sua perfeita estima
e distincta consideração. — *Paulino José Soares de Souza.*

à l'appui de l'interprétation donnée à des conventions
auxquelles leurs gouvernements respectifs ont par-
ticipé aussi.

Le soussigné profite de cette occasion pour renou-
veler à M. Guido les assurances de sa parfaite estime
et de sa considération distinguée. — *Paulino José
Soares de Souza.*

INDEX.

DOCUMENTOS OFFICIAES

SOBRE OS NEGOCIOS DO RIO DA PRATA.

Correspondencia entre o governo imperial e a legação argentina.	
Discussão sobre varias questões pendentes entre o governo imperial e a Confederação Argentina.	P. 1
Discussão sobre o procedimento do barão de Jacuhy na Republica Oriental.	38
Correspondencia entre a legação imperial em Montevideo e o general Oribe.	73
Passaportes pedidos pelo ministro argentino.	106
Documentos e mappas demonstrativos dos prejuizos que soffrem os subditos brasileiros estabelecidos no Estado Oriental.	127
Correspondencia entre o general D. Thomaz Guido e o seu governo.	
Reclamação da Confederação Argentina por motivo de procedimento do barão de Jacuhy na Republica do Uruguay.	164
Pedido de passaportes e retirada do general D. Thomaz Guido do Rio de Janeiro.	166
Censura feita pelo governo argentino ao general D. Thomaz Guido, por falta de cumprimento das ordens que lhe foram transmitidas relativamente aos seus passaportes.	169
Correspondencia entre o governo imperial e a Confederação Argentina.	
Discussão sobre obrigação contrahida pela França de manter a independencia da Republica do Uruguay.	179

PIÈCES OFFICIELLES

RELATIVES AUX AFFAIRES DE LA PLATA.

Correspondance entre le gouvernement impérial et la légation Argentine.	
Discussion sur différentes questions pendantes entre le gouvernement impérial et la Confédération Argentine.	P. 1
Discussion des actes commis par le baron Jacuhy sur le territoire de la République Orientale.	38
Correspondance entre la légation impériale à Montevideo et le général Oribe.	73
Passeports demandés par le ministre de la Confédération Argentine.	106
Documents et tableaux qui montrent les pertes souffertes par les brésiliens établis dans l'État Oriental.	127
Correspondance entre le général D. Thomaz Guido et son gouvernement.	
Réclamation de la Confédération Argentine au sujet de la conduite du baron de Jacuhy envers la République de l'Uruguay.	164
Demande de passeports et départ du général D. Thomaz Guido du Rio de Janeiro.	166
Censure faite par le gouvernement argentin au général D. Thomaz Guido par manque d'exécution des ordres qui lui ont été transmis au sujet de ses passeports.	169
Correspondance entre le gouvernement impérial et la Confédération Argentine.	
Discussion sur l'obligation prise par la France de maintenir l'indépendance de la République de l'Uruguay.	179